ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 60

Brasília - DF, terça-feira, 29 de março de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência e Tecnologia 18
Ministério da Cultura 18
Ministério da Defesa 23
Ministério da Educação 25
Ministério da Fazenda 46
Ministério da Integração Nacional 77
Ministério da Justiça 78
Ministério da Previdência Social 85
Ministério da Saúde 85
Ministério das Cidades 117
Ministério das Comunicações 118
Ministério de Minas e Energia 121
Ministério do Desenvolvimento Agrário 183
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 183
Ministério do Esporte 187
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 187
Ministério do Trabalho e Emprego 188
Ministério dos Transportes 196
Conselho Nacional do Ministério Público 197
Ministério Público da União 199
Poder Legislativo 224
Poder Judiciário 224
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 224

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.298 (1)

ORIGEM	: ADI - 19040 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.	: ANOREG - BR - ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO BRASIL
ADV.	: FREDERICO HENRIQUE VIEGAS DE LIMA E OUTRO
REQDO.	: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQDO.	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou prejudicada a ação direta por perda superveniente de objeto. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), em representação junto ao Conselho Constitucional, Conselho de Estado, ao Secretário de Estado para a Justiça e à Escola Nacional de Administração - ENA, da França, e à Comissão Européia para Democracia através do Direito (Comissão de Veneza), para participação na 84ª Sessão Plenária e preparação do Segundo Congresso da Conferência Internacional sobre Justiça Constitucional, e a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto (Vice-Presidente). Plenário, 13.10.2010.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 49 E 50 DA LEI Nº 4.847, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI ESTADUAL Nº 5.011/95. LIMINAR DEFERIDA PELO PLENO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO. PERDA DE OBJETO.

1. A Lei Complementar nº 219, de 26 de dezembro de 2001, em seu art. 11, determinou a revogação das disposições em contrário, especialmente as constantes da Lei nº 4.847/93. Ao reestruturar o Fundo Especial do Poder Judiciário do Espírito Santo (FUNDEPJ), criado pela Lei nº 5.942/99, destinou-lhe as taxas judiciárias, as custas judiciais e os emolumentos remuneratórios dos serviços judiciários e extrajudiciais oficializados previstos na Lei nº 4.847/93 - Regimento de Custas (art. 3º, II), revogando, portanto, os artigos impugnados na presente ação direta, que repartiam as receitas oriundas do recolhimento de custas e emolumentos remuneratórios dos serviços judiciários e extrajudiciários.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica quanto à prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade por perda superveniente de objeto quando sobrevém a revogação da norma questionada. Precedentes.

3. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada prejudicada em razão da perda superveniente de seu objeto.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.378 (2)

ORIGEM	: ADI - 39763 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.	: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQDO.	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou prejudicada a ação direta por perda superveniente de objeto. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), em representação junto ao Conselho Constitucional, Conselho de Estado, ao Secretário de Estado para a Justiça e à Escola Nacional de Administração - ENA, da França, e à Comissão Européia para Democracia através do Direito (Comissão de Veneza), para participação na 84ª Sessão Plenária e preparação do Segundo Congresso da Conferência Internacional sobre Justiça Constitucional, e a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto (Vice-Presidente). Plenário, 13.10.2010.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 49 E 50 DA LEI Nº 4.847, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI ESTADUAL Nº 5.011/95. LIMINAR DEFERIDA PELO PLENO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO. PERDA DE OBJETO.

1. A Lei Complementar nº 219, de 26 de dezembro de 2001, em seu art. 11, determinou a revogação das disposições em contrário, especialmente as constantes da Lei nº 4.847/93. Ao reestruturar o Fundo Especial do Poder Judiciário do Espírito Santo (FUNDEPJ), criado pela Lei nº 5.942/99, destinou-lhe as taxas judiciárias, custas judiciais e emolumentos remuneratórios dos serviços judiciários e extrajudiciais oficializados previstos na Lei nº 4.847/93 - Regimento de Custas (art. 3º, II), revogando, portanto, os artigos impugnados na presente ação direta, que repartiam as receitas oriundas do recolhimento de custas e emolumentos remuneratórios dos serviços judiciários e extrajudiciários.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica quanto à prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade por perda superveniente de objeto quando sobrevém a revogação da norma questionada. Precedentes.

3. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada prejudicada em razão da perda superveniente de seu objeto.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.846 (3)

ORIGEM	: ADI - 4963 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO SÉRGIO A. DE MORAES PITOMBO E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
REQDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou a preliminar, contra o voto do Senhor Ministro Ayres Britto. No mérito, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, neste julgamento, os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Dias Toffoli. Falou pela requerente o Dr. Guilherme Nostre. Plenário, 25.11.2010.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei estadual n. 12.983/2005 de Pernambuco *versus* CF 5º., X; 21, XI; e, 22, I e IV. 3. Afronta por instituir controle de comercialização e de habilitação de aparelhos usados de telefonia móvel. 4. Precedentes. 5. Ação direta parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos da lei pernambucana: artigos 1º, § 1º, I, "b"; 2º; 3º; 4º e 5º.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

EXEMPLAR - E ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.398, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para estender aos avós o direito de visita aos netos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 1.589. .....

Parágrafo único. O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente." (NR)

Art. 2º O inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 888. .....

.....

VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita que, no interesse da criança ou do adolescente, pode, a critério do juiz, ser extensivo a cada um dos avós;

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Maria do Rosário Nunes

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.456, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 153, § 1º, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, no Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e na Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 15-A do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15-A. .....

.....

IX - nas liquidações de operações de câmbio de ingresso e saída de recursos no e do País, referentes a recursos captados a título de empréstimos e financiamentos externos, excetuadas as operações de que trata o inciso XXII: zero;

.....

XIX - na operação de compra de moeda estrangeira por instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, contratada simultaneamente com uma operação de venda, exclusivamente quando requeridas em disposição regulamentar, excetuadas as operações de que tratam os incisos XI, XII, XV, XVII, XVIII e XXII: zero;

.....

XXII - nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 29 de março de 2011, para ingresso de recursos no País, inclusive por meio de operações simultâneas, referente a empréstimo externo, sujeito a registro no Banco Central do Brasil, contratado de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio mínimo de até trezentos e sessenta dias: seis por cento.

§ 1º No caso de operações de empréstimo em moeda via lançamento de títulos, com cláusula de antecipação de vencimento, parcial ou total, pelo credor ou pelo devedor (put/call), a primeira data prevista de exercício definirá a incidência do imposto prevista no inciso XXII do **caput**.

§ 2º Quando a operação de empréstimo for contratada pelo prazo médio mínimo superior a 360 dias e for liquidada antecipadamente, total ou parcialmente, descumprindo o prazo médio mínimo exigido no inciso XXII do **caput**, o contribuinte ficará sujeito ao pagamento do imposto calculado à alíquota estabelecida no inciso XXII do **caput**, acrescido de juros moratórios e multa, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962, e no art. 72 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I e VI do art. 15-A do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

Brasília, 28 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 7.286, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

Cria a Embaixada do Brasil em Sarajevo, na República da Bósnia e Herzegóvina.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2010, Seção 1)

Na ementa e no art. 1º, **onde se lê:** "... na República da Bósnia e Herzegóvina." **leia-se:** "... na Bósnia e Herzegóvina."

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 84, de 28 de março de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.398, de 28 de março de 2011.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 170, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 10 do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto no processo administrativo nº 00407.001564/2011-58, resolve

INDICAR,

como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, mantidas suas atuais competências.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 597, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 570, inciso VI do artigo 68, de 11/05/2007, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência e observadas as disposições do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência, resolve:

Art. 1º Aprovar a descentralização de recursos constantes da programação do Órgão 20125 - Controladoria-Geral da União, UG 110174 - Diretoria de Gestão Interna, alocados na funcional programática 04.124.1173.2B15.0001, Correição no Poder Executivo Federal, à Escola de Administração Fazendária - ESAF, com o objetivo de custear despesas referentes à execução da reunião de Alinhamento de Instrutores de Curso de PAD - Processo Administrativo Disciplinar, no valor total de R$ 9.472,77 (nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), conforme Projeto Interno/ESAF código nº 22.22.01.22009.11.11, excetuada a reserva técnica.

Art. 2º Fica a Corregedoria-Geral da União responsável pelo acompanhamento da aplicação dos recursos nos moldes ora autorizados, inclusive para fins de aprovação do Relatório Financeiro do projeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 439, de 04 de março de 2011.

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
C.N.P.J. 07.223 .670/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL - DEZEMBRO/2010

	ATIVO	
Circulante		29.674.963,76
Realizável a Longo Prazo		4.187.926,62
Investimentos		28.224,05
Imobilizado		66.941.126,91
Intangível		156.734,91
Total do Ativo		100.988.976,25
	PASSIVO	
Circulante		8.139.133,60
Exigível a Longo Prazo		6.420.573,57
Patrimônio Líquido		86.429.269,08
Capital	73.139.970,93	
Créditos P/ Aumento de Capital	1.233.664,85	
Lucros/Prej.Acumulados	12.055.633,30	
Total do Passivo		100.988.976,25

JOSÉ LUIZ F.SANTOS
Tec. Cont. CRC-CE 11.424
CPF - 018631503-15

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 28/02/2011

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	476.832	***Circulante***	368.880
Caixa e Bancos	105.298	Salários e Obrigações Sociais	32.019
Aplicações Financeiras	330.552	Fornecedores e Prestadores de Serviços	8.154
Contas a Receber, líquidas	29.927	Impostos e Contribuições a Recolher	6.914
Renegociação de Contas a Receber	158	Programa de Recuperação Fiscal	33.122
Estoques	778	Débitos Trabalhistas Parcelados	27.569
Créditos Tributários	9.131	Empréstimos e Financiamentos	2.156
Despesas Antecipadas	413	Plano de Pensão	115.805
Outros Créditos	575	Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	10.600
		Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	30.770
		Provisão p/Plano de Desligamento Incentivado.	34.273
		Adicional de Tarifa Portuária – ATP	58.814
		Outras Obrigações	8.684
Não Circulante	1.678.002	***Não Circulante***	937.459
Realizável a Longo Prazo	715.005	***Exigível a Longo Prazo***	937.459
Contas a Receber, líquidas	646.447	Programa de Recuperação Fiscal	193.874
Valores a Receber da União	42.655	Empréstimos e Financiamentos	9.921
Bens Destinados a Alienação	673	Plano de Pensão	54.291
Depósitos Judiciais – Recursos	25.230	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	147.883
		Receita Diferida	508.588
Investimentos	189	Outras Obrigações	22.902
Imobilizado	958.895		
Intangível	3.913		
		Patrimônio Líquido	848.495
		Capital Social	648.395
		Reserva Legal	6.880
		Retenção de Lucros	83.229
		Lucros(Prejuízos) do Exercício	19.123
		Reserva para Aumento de Capital	91.440
		Ajuste de Avaliação Patrimonial	(572)
TOTAL DO ATIVO	**2.154.834**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.154.834**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO DE 01-02-2011 A 28-02-2011

	R$ MIL
RECEITA LÍQUIDA	86.849
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(43.293)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(20.032)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.883)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	814
RESULTADO OPERACIONAL	21.455
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.332)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.123

JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA DIRETOR-PRESIDENTE

ALENCAR S. DA COSTA DIRETOR DE ADM. E FINANÇAS

MARIO SÉRGIO R. ALONSO CONTADOR CRC/1SP135973/O-6

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 22, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o cancelamento do único item referente ao Pregão Eletrônico n° 09/2011, que tem como objeto: serviços de reforma geral e instalação de 02 (duas) defensas de atracação de navios tipo SUC 450H-RO do berço 301 no Píer 300 do Porto de Vila do Conde, em virtude da recusa das propostas das 02 (duas) licitantes que participaram do certame; II - determinar a realização de uma nova licitação no mesmo processo, na modalidade Pregão Eletrônico, para a realização dos serviços objeto do Pregão Eletrônico ora cancelado; III - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 28 DE MARÇO DE 2011

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria nº 426 de 04 de março de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 140 - Autorização, organização e funcionamento de aeroclubes, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 591 - Suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, ou, até que sejam cumpridas as não-conformidades, o Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande (MS);

Nº 592 - Suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, ou, até que sejam cumpridas as não-conformidades, o Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube de Dourados, em Dourados (MS); e

Nº 593 - Suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, ou, até que sejam cumpridas as não-conformidades, o Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube do Planalto Central, em Formosa (GO).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

JOÃO LUÍS BARBOSA CARVALHO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL 2010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A Administração prosseguiu com os trabalhos iniciados objetivando equacionar e superar algumas dificuldades originadas, sobretudo, da falta de recursos financeiros para a adequação e modernização da infra-estrutura operacional e tecnológica da Companhia e para o treinamento e aperfeiçoamento do seu quadro funcional.

Apesar das grandes dificuldades, a Companhia gera seus recursos financeiros de sua própria operação. Para 2011 a Administração prevê o prosseguimento do programa de redução de despesas e ampliação de suas receitas operacionais, além de incrementar esforços para promoção de ajuste de contas com o Governo do Estado de São Paulo, no que se refere à recuperação de valores pagos em decorrência de ações trabalhistas de responsabilidade daquele órgão. Prevê também a revisão e redefinição do Planejamento Estratégico da Companhia, de modo a assegurar um crescimento gradativo e sustentado.

A Companhia recebeu um aporte de recursos financeiros do Tesouro Nacional, no montante de R$ 11.398 milhões para recomposição do capital de giro, na forma da Lei 12.174 de 29 de dezembro de 2009, o qual encontra-se na conta "Adiantamento para um Futuro Aumento de Capital" para posterior aprovação do aumento de capital e a subscrever ações pela respectiva assembléia geral de acionistas na proporção de sua participação no capital social.

Atuando nas atividades de entrepostagem e armazenagem, as receitas operacionais brutas da Companhia atingiram a importância de R$ 77.945 milhões em 2010, representando um aumento de 10,63% em relação ao exercício anterior. Na atividade de entrepostagem com uma receita de R$ 60.210 milhões, cresceu 20,29% devido à viabilização de parcerias operacionais com a iniciativa privada para garantir a modernização, como a criação do Conselho Gestor do Fundo de Melhoria do ETSP (entreposto), visando melhor adequação da infra-estrutura e das condições de comercialização em seus entrepostos; já na atividade de armazenagem o aumento foi de 4,42%, sendo que o incremento foi em função da movimentação do açúcar.

IMPRENSA NACIONAL

O custo dos serviços prestados e das despesas gerais e administrativas, inclusive as financeiras, atingiu em 2010 a importância de R$ 78.707 milhões contra R$ 79.699 milhões em 2009 com destaque para: a) despesas com pessoal (R$ 45.835 milhões em 2010 contra R$ 42.173 milhões em 2009), principalmente em razão do acordo coletivo de trabalho 2010/2011 que reajusta os salários em 5,22% e o pagamento do valor de R$ 700,00 (setecentos reais), como uma verba indenizatória/compensatória aos funcionários, com contrato de trabalho em vigor, admitidos até a vigência do acordo coletivo de trabalho - ACT - encerrado em 31/05/2010, pela alteração e adequação das cláusulas de Abono de Férias e de Adicional por Tempo de Serviço - ATS; b) serviços de terceiros (R$ 9.204 milhões em 2010 contra R$ 9.757 milhões em 2009) cuja diminuição é devido ao programa de redução de despesas; c) despesas financeiras (uma reversão de R$ - 436 mil em 2010 contra R$ 6.004 milhões em 2009 de despesa), a reversão em 2010 da despesa é fruto de benefícios concedidos na nova adesão da Companhia ao PPI-PMSP (Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura Municipal de São Paulo); d) constituição das provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais que resultaram em 2010 no valor de R$ 2.465 milhões contra R$ 3.102 milhões em 2009, obtendo uma diminuição, sobretudo, pelo arquivamento de 56 processos cíveis existentes.

O investimento realizado na Companhia no ano de 2010, utilizando recursos próprios no valor de R$ 5.739 milhões, atendeu basicamente às necessidades imediatas de adequação da infra-estrutura e das condições de comercialização em seus entrepostos, que consiste principalmente na atualização do parque computacional do data center, com aquisição de servidores e biblioteca de fitas e storage no valor de R$ 2.120 milhões e outro de tipo de investimento como sistema de termometria e de secagem dos graneleiros das unidades.

O balanço da comercialização dos permissionários da rede de entrepostos da CEAGESP em 2010 registrou retração de 1,12% em relação a 2009. Foram comercializadas 3,90 milhões de toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados. Apesar da queda do volume comercializado, a movimentação financeira registrou crescimento de 4,17% em relação a 2009 somando R$ 5,53 bilhões.

No Entreposto da Capital, central de abastecimento responsável por 81% do movimento, foram comercializadas 3,16 milhões de toneladas de hortifrutícolas, flores e pescado, registrando um volume financeiro de R$ 4,57 bilhões. O setor de frutas continua sendo o mais representativo, movimentando 52,6% do total comercializado; a laranja liderou o ranking de volume de comercialização (toneladas), com 10,3% de participação no volume total.

Nas unidades de entrepostagem do interior, com volume de comercialização de 740 mil toneladas de hortifrutícolas, houve retração média de 6,5% em 2010. O volume financeiro acumulado foi de R$ 964 milhões. A Ceasa de Ribeirão Preto lidera o ranking, com 33,2% de participação no movimento, seguida pelas unidades de Sorocaba e de São José do Rio Preto.

A rede armazenadora, maior rede pública estadual e uma das mais importantes deste segmento no país, com participação de 9,8% da capacidade armazenadora do estado de São Paulo, mostra seu compromisso e importância estratégica na logística do agronegócio nacional.

A Rede Armazenadora da CEAGESP encerrou o ano de 2010, com faturamento de R$ 26.397 milhões, volume de entrada de mercadorias para estoque de 895.127 toneladas, em termos percentuais o faturamento teve um acréscimo de 4,42% e no recebimento de mercadorias houve acréscimo de 11,21% em relação ao ano de 2009, sendo que o incremento foi em função da movimentação do açúcar. Este resultado foi reflexo direto do comportamento das commodities agrícolas no mercado nacional e internacional. Em razão destes fatores, a entrada de açúcar na Rede Armazenadora proporcionou um acréscimo de 24,82% em relação ao ano de 2009, ressaltando-se que a entrada de açúcar na Rede representou 61,3% do total recebido em 2010, no caso dos grãos, houve aumento na entrada de milho e soja de 31,52% e 853,62% respectivamente, trigo e outros produtos tiveram um decréscimo de 27,47% e 9,97% respectivamente.

Dentro do cronograma estabelecido pelo Departamento de Armazenagem, a Unidade de Jaguaré obteve o certificado em 22 de outubro de 2010, as Unidades de Tatuí e Araraquara Sede foram auditadas e regularizadas todas as inconformidades apontadas, estão aguardando a emissão do Certificado. A unidade de Tupã foi auditada em 08 de dezembro de 2010, está regularizando as inconformidades apontadas para obtenção do certificado.

Em 2010 a Coordenadoria de Sustentabilidade deu continuidade aos trabalhos de 2009, ampliando as ações do Banco CEAGESP de Alimentos dentre as ações sociais desenvolvidas pela Companhia. No decorrer do ano o Banco CEAGESP de Alimentos doou, na capital e região metropolitana de São Paulo, 2.459,45 quilos de alimentos para 250 entidades cadastradas, gerando 1.434 atendimentos.

A Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma beneficiou 300 crianças e adolescentes moradores da região próxima ao ETSP, com ações de reforço escolar e lazer educativo.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
ATIVO				PASSIVO			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Disponível		12.285	1.675	Fornecedores	14	5.426	5.515
Clientes e usuários	4	10.699	10.369	Provisão para férias e encargos	15	4.438	3.264
Impostos a recuperar	5	353	172	Contribuições sociais a recolher	16	10.351	9.651
Estoques	6	687	905	Obrigações fiscais a recolher	17	18.495	25.573
Outros valores	7	879	1.516	Impostos e encargos a pagar	18	1.743	14
Despesas diferidas	8	677	615	Contas a pagar	18	6.148	6.247
Total do ativo circulante		25.580	15.252	Total do passivo circulante		46.601	50.264
Ativo Não Circulante							
Realizável a Longo Prazo							
				Passivo Não Circulante			
Depósitos judiciais	9	48.190	41.828	Encargos e tributos a recolher	19	16.478	15.923
Impostos a recuperar	5	405	405	Outras Obrigações	20	28.199	22.658
Outros valores	10	28.355	28.895	Provisão para contingências	21	27.478	25.759
Total do realizável a longo prazo		76.950	71.128	Total do passivo não circulante		72.155	64.340
Investimentos	11	251	251				
Imobilizado	12	174.330	175.471	Patrimônio Líquido			
Intangível	13	58	77				
				Capital social	22	180.161	180.161
Total do ativo não circulante		251.589	246.927	Reserva de reavaliação		21.372	21.941
				Prejuízos acumulados		(54.901)	(54.708)
				Recursos aumento de capital	22	11.781	181
				Total do Patrimônio Líquido		158.413	147.575
TOTAL DO ATIVO		277.169	262.179	TOTAL DO PASSIVO + PL		277.169	262.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3a		
Serviços prestados		80.007	69.837
Venda de produtos		925	84
		80.932	69.921
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos incidentes sobre serviços prestados e vendas		(4.853)	(4.276)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		76.079	65.645
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	3a	(53.461)	(48.985)
LUCRO BRUTO		22.618	16.660
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	3a		
Com vendas		(56)	(136)
Gerais e administrativas		(24.052)	(23.622)
Honorários da administração	26	(634)	(569)
Outras despesas operacionais		(159)	(382)
Outras receitas operacionais		727	570
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		(24.174)	(24.139)
RESULTADOS ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(1.556)	(7.479)
Despesas Financeiras	20/22	(1.466)	(6.004)
Receitas Financeiras		3.041	4.245
RESULTADO FINANCEIRO		(1.575)	(1.759)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		19	(9.238)
Contribuição Social	3g	(292)	-
Imposto de Renda	3g	(489)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(762)	(9.238)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	3i	(0,02)	(0,29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Recursos para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	180.161	146	23.128	(40.715)	162.720
Ajustes de exercícios anteriores				180	180
Apropriação de juros sobre antecipações		19			19
Realização da reserva de reavaliação			(617)	617	
Lucro líquido do exercício				(6.122)	(6.122)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	180.161	165	22.511	(46.040)	156.797
Ajustes de exercícios anteriores				570	570
Apropriação de juros sobre antecipações		16			16
Realização da reserva de reavaliação			(570)		(570)
Prejuízo do exercício				(9.238)	(9.238)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	180.161	181	21.941	(54.708)	147.575
Ajustes de exercícios anteriores					
Adiantamento p/ futuro Aumento de Capital da União aprovado Lei 12.174/09		11.399			11.399
Apropriação de juros sobre antecipações		201			201
Realização da reserva de reavaliação			(569)	569	
Prejuízo do exercício				(762)	(762)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	180.161	11.781	21.372	(54.901)	158.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Atividades operacionais		
Resultado líquido ajustado		
Prejuízo líquido	(762)	(9.238)
Depreciação e amortização	6.001	5.951
Resultado líquido de alienação de imobilizado	898	(86)
Impostos a recuperar	-	(129)
Reversão da provisão para contingências	1.253	1.973
Variação monetária líquida	2.322	2.050
(Aumento) redução do ativo operacional		
Contas a receber - processos trabalhistas	(6.110)	(5.805)
Contas a receber - alienação de imóveis	1.209	1.759
Contas a receber - Clientes	(330)	(360)
Estoques	219	(151)
Despesas diferidas	(62)	(190)
Aumento (redução) do passivo operacional		
Contas correntes credores	(3.774)	(3.857)
Fornecedores	(88)	2.326
Impostos, encargos e contribuições a recolher	2.428	(333)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Obrigações fiscais a recolher	(7.079)	3.014
Contas a pagar	(99)	277
Provisões para férias e encargos	1.175	(196)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.749	(2.995)
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(5.739)	(1.381)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(5.739)	(1.381)
Atividades de financiamentos		
Variação monetária s/ reserva para aumento de capital	201	16
Adiantamento p/ futuro Aumento de Capital	11.399	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	11.600	16
Aumento do saldo de disponibilidades	10.610	(4.360)
Caixa equivalente de caixa no início do período	1.675	6.035
Caixa equivalente de caixa no fim do período	12.285	1.675
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10.610	(4.360)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto

A Companhia é uma sociedade de economia mista regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu estatuto onde opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários e pesqueiros atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos projetos e estudos destinados à melhoria das necessidades do sistema de abastecimento através de convênios elaborados com órgãos públicos.

Em 02 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia, até então de propriedade do Estado de São Paulo, para a União através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

1.2. Perspectivas do Desempenho Econômico - Financeiro da CEAGESP

Durante o processo de transferência de suas ações, citado no item 1.1 destas Notas Explicativas, a CEAGESP foi incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal e assim permanece sem qualquer desdobramento, o que causa crescentes dificuldades à sua gestão, especialmente no que se refere a tomar decisões que possam reverter o quadro de dificuldades financeiras que a Companhia enfrenta em consequência de inúmeras ações judiciais movidas por ex-funcionários, originários da gestão do governo estadual, reclamando pelo pagamento de Licença Prêmio e Complementação de Aposentadoria, induzindo-a a implementar um planejamento estratégico de curto prazo em razão dessas dificuldades.

A Administração da CEAGESP trabalha com a perspectiva de que, no ano de 2011, conseguirá equacionar, junto à União, os aspectos contratuais ainda decorrentes do Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e a União, o que possibilitará ressarcir-se dos valores pagos por consequência das decisões judiciais nos processos trabalhistas de Licença Prêmio e Aposentadoria movidos pelos ex-funcionários que somam, até 31/12/2010, R$ 39.773 milhões dos quais R$ 29.539 milhões depositados judicialmente e R$ 10.234 milhões são relativos a processos já transitados em julgado, conforme observado nas Notas Explicativas 9 e 10.

Com o objetivo de incrementar as receitas durante o ano de 2011, a Administração da CEAGESP desenvolve ações no sentido de viabilizar o aproveitamento de áreas operacionalmente inativas em função de mudanças ocorridas na geografia e no perfil da produção agrícola paulista, direcionando-as para novas demandas identificadas no mercado. Em paralelo, e com o mesmo objetivo de incrementar receitas no ano de 2011, a Administração está projetando um trabalho mais firme no sentido de estreitar e viabilizar parcerias operacionais com a iniciativa privada para garantir a sua modernização, como a criação do Conselho Gestor do Fundo de Melhoria do ETSP em 2010 visando melhor adequação da infra-estrutura e das condições de comercialização em seus entrepostos e nesse sentido a meta é atualizar as unidades armazenadoras até o fim de 2012, garantindo que elas recebam a certificação que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reserva para o segmento, como verificado em 2010 o aumento no volume de recebimento de mercadorias na rede armazenadora principalmente de milho, soja e açúcar, os quais em 2010 registraram aumento de 11,2% em relação ao ano de 2009. Depois de receber a concessão da licença e uso da identificação da certificação do sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras a expectativa para 2011 é de aumentar a utilização das unidades armazenadoras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei 11.638/2007 de 28/12/2007, e Lei 11.941/2009 de 27/05/2009, para a contabilização das operações. Foi promulgada a Lei 11.638 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação aos capítulos XV e XIX, sobre matérias contábeis, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 01 de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Relacionamos os principais pronunciamentos contábeis aplicáveis a Companhia, já homologados: CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 -Demonstração do fluxo de caixa; CPC 04 - Ativo intangível; CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas. As principais modificações que podem afetar a Companhia podem ser sumariadas como segue: a. Criação do subgrupo Intangível no Ativo Permanente para classificar os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade; b. O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens e o ativo diferido passa a incluir as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação; c. Ajuste a valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante; e d. Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender a legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do Resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "Liquidez e Natureza" financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

b. Ativos e Passivos circulante e não circulante - Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

c. Operações de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Os títulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requer a análise periódica das carteiras de créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração da Companhia e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas;

d. Outros Ativos - Os investimentos estão demonstrados ao valor de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia incorridos até a data do balanço;

e. Imobilizado de uso e Intangível - O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 12. O ativo intangível composto por gasto com marca e direito de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação, devem ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa;

f. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment") - É reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. As perdas com "Impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do exercício em que forem identificadas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável;

g. Imposto de Renda e Contribuição Social - A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para lucros excedentes a R$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das Companhias é de 9 % sobre o lucro tributável;

h. Obrigações e Provisões de Contingências - As obrigações com terceiros são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do balanço. As provisões de contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Coordenadoria Jurídica e da Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas com perdas possíveis pela Coordenadoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 21, sendo efetuado passivo com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e

i. Lucro por ações - O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações contábeis.

4. CLIENTES E USUÁRIOS

	2010	2009
Contas a Receber Clientes - Unidades	1.926	2.467
Contas a Receber - Usuários	8.776	7.923
Valores em Cobranças	451	773
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosos	(454)	(794)
	10.699	10.369

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Crédito de ICMS a Compensar	15		15	
Imposto de Renda na Fonte	120		105	
COFINS/PASEP a Recuperar	14		9	
COFINS a Recuperar	6		6	
Imposto de Renda a Compensar - Lei 10833/03	127	345	31	345
Contribuição Social a Compensar - Lei 10833/03	26	60	6	60
COFINS a Compensar - Lei 10833/03	37			
PASEP a Compensar - Lei 10833/03	8			
	353	405	172	405

6. ESTOQUES

	2010	2009
Estoques de Vendas	9	152
Almoxarifado	678	753
	687	905

7. OUTROS VALORES

	2010	2009
Cauções para Garantias Diversas	17	17
Correntistas Devedores	11	
Outros Créditos a Curto Prazo	343	1.145
Adiantamentos Encargos Pessoal	508	354
	879	1.516

Na rubrica "Outros créditos a curto prazo" estão registrados os valores a receber, principalmente das Prefeituras Municipais, por venda de imóveis. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o bem é garantia real para Companhia.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	2010	2009
Prêmios de Seguros a Vencer	328	314
Gastos Gerais Antecipados	349	301
	677	615

Os valores registrados em "Despesas Antecipadas" são principalmente a contratação de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos e mercadorias de terceiros, conforme observado nas Notas Explicativas nº 24.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO

	2010	2009
Depósitos Judiciais de Processos Cíveis	645	555
Depósitos Judiciais Trabalhistas - Ceagesp	12.731	11.620
Depósitos Judiciais Trabalhistas - Terceirizadas	5.275	4.184
Depósitos Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	29.539	25.469
	48.190	41.828

O saldo da rubrica "Depósitos Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo", compreende os depósitos judiciais referentes às ações de Licença Prêmio e Complementação de Aposentadoria de ex-funcionários da CEAGESP. De acordo com o Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP e pareceres da Coordenadoria Jurídica, esses créditos serão repassados à CEAGESP, pela União, após a incorporação dos mesmos no montante da dívida do Governo do Estado de São Paulo, refinanciada pela União.

10. OUTROS VALORES - LONGO PRAZO

	2010	2009
Realizáveis por Venda de Imóveis	3.868	4.474
Contas a Receber Clientes e Usuários	10.673	9.948
Causas Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	24.367	23.901
Convênio Projeto Mesa	29	29
Outros Valores	91	491
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.673)	(9.948)
	28.355	28.895

O saldo do grupo "Outros Valores - Longo Prazo" registra, basicamente, os valores correspondentes ao Governo do Estado de São Paulo, decorrentes dos processos trabalhistas referentes à Licença Prêmio e Complementação de Aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, passíveis de recebimento junto à União, conforme observado nas Notas Explicativas 1.2 e 9.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominais da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, entre outras, registradas em seu balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, sendo acompanhados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

	2010	2009
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Decreto Incentivos Fiscais	9	9
	251	251
(-) Provisão para perdas	-	-
	251	251

A Companhia recebeu a título de dividendo e remuneração de capital o montante de R$ 103 mil em 2010 (R$ 233 mil em 2009), que estão registrados diretamente no resultado, na conta Outras Receitas Operacionais.

12. IMOBILIZADO

		2010			2009
	Taxa de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		69.429		69.429	69.416
Edificações	2%	252.936	(163.896)	89.040	93.841
Equipamentos e Instalações	10%	43.969	(40.999)	2.970	2.623
Veículos	20%	810	(639)	171	240
Móveis e Utensílios	10%	5.477	(3.910)	1.567	574
Bens Cedidos em Comodato	10%	2.664	(754)	1.910	429
Benfeitorias Bens de Terceiros	2% a 10%	2.875	(2.057)	818	865
Obras em Andamento		8.424		8.424	7.483
		386.584	(212.255)	174.329	175.471

A Companhia possui unidades em alguns municípios do Estado de São Paulo assim identificados:

34 Unidades armazenadoras operacionais.
01 Unidade armazenadora frigorífica.
01 Unidade de entrepostagem na capital.
01 Fábrica de gelo e as câmaras frigoríficas.
06 Unidades frigoríficas.
12 Unidades de entrepostagem no interior (Ceasas).
02 Terrenos em Cananéia.

Durante o exercício de 2010 ocorreu a reintegração do armazém de Agudos ao patrimônio, de acordo com o processo administrativo nº 038/1998 de alienação de imóveis à Prefeitura Municipal de Agudos.

Partes das unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

Em 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em unidades operacionais, cuja documentação se encontra formalizada.

13. INTANGIVEL

		2010			2009
	Taxa de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direitos de Propriedades	10% a 20%	1.657	(1.609)	48	63
Marcas e Patentes	10%	70	(60)	10	14
		1.727	(1.669)	58	77

14. FORNECEDORES

	2010	2009
Serviços Médicos e Odontológicos	2	1
Mão-de-Obra	43	238
Materiais e Serviços	2.508	3.009
Serviços de Limpeza	1.393	917
Serviços de Vigilância	1.046	634
Seguradoras	325	316
Pessoa Física	109	400
	5.426	5.515

15. PROVISÕES TRABALHISTAS FÉRIAS E ENCARGOS

Com base na folha de pagamento da Companhia constituíram-se as provisões para fazer face às provisões trabalhistas referente a direitos trabalhistas relevantes.

	2010	2009
Provisão para Férias e Encargos	3.214	2.408
Provisão para Contribuição Social	1.224	856
	4.438	3.264

16. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2010	2009
INSS - Empresa - Empregados	826	724
INSS - Autônomos e Sindicatos	17	18
FGTS - Empresa	263	226
FGTS - Autônomos e Sindicatos	4	4
PASEP a Recolher	1.313	1.224
COFINS a Recolher	7.774	7.289
INSS - Lei n° 9711/98 e OS n° 203/99	148	166
INSS - 15% - Lei n° 9876	5	-
Contribuições Sindicais e Assistenciais	1	-
	10.351	9.651

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	2010	2009
Imposto de Renda na Fonte - Empregados	381	320
IRPJ a Recolher	489	-
CSLL a Recolher	292	-
Imposto de Renda na Fonte - Terceiros	38	3
ISS de Terceiros	85	73
ICMS com Operações Mercantis	-	1
Impostos e Taxas Municipais	13.565	24.233
ISS - Companhia	44	45
Impostos Retidos - Lei 10833/03	468	335
PPI - Programa Parcelamento Incentivado/PMSP	3.133	563
	18.495	25.573

Os valores registrados na conta "Impostos e Taxas Municipais" referem-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura Municipal de São Paulo devidamente atualizados até a data de encerramento do Balanço, parte dos quais está em processo de negociação administrativa e parte em questionamento na esfera judicial.

18. CONTAS A PAGAR

	2010	2009
Caução e Retenção	587	448
Encargos com Pessoal	1.743	-
Colaboradores	22	17
Contas a Pagar	1.755	1.605
Correntistas Credores	3.784	4.177
	7.891	6.247

O valor registrado na conta "Correntistas Credores" refere-se ao valor pago pela Prefeitura Municipal de São Paulo em decorrência da desapropriação de um imóvel de propriedade da CEAGESP e que foi destinado pela PMSP ao Projeto Singapura. Todavia, o referido imóvel encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da CEAGESP que move uma ação judicial contra a PMSP questionando o valor da desapropriação.

19. ENCARGOS E TRIBUTOS

	2010	2009
COFINS a Recolher	9.399	9.106
PIS/PASEP a Recolher	7.079	6.817
	16.478	15.923

O saldo de "COFINS e PIS/PASEP a recolher" refere-se a valores compensados em anos anteriores decorrentes de diferenciação de alíquota, os quais estão sendo questionados judicialmente.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2010	2009
PPI - Programa Parcelamento Incentivado/PMSP	28.199	22.525
CAROL - Cooperativa de Orlândia	-	34
ICC Armazéns Gerais Ltda	-	99
	28.199	22.658

O valor registrado na rubrica PPI - Programa de Parcelamento Incentivado - refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura Municipal de São Paulo anteriores ao exercício 2007 e devidamente atualizados até a data de encerramento do Balanço, os quais foram renegociados em dezembro de 2010 e estão sendo pagos. O débito total é da ordem de R$ 31.332 milhões, dos quais, encontra-se no Curto Prazo (nota explicativa nº. 17) R$ 3.133 milhões e R$ 28.199 milhões são de competência de Longo Prazo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Baseada em parecer da Coordenadoria Jurídica da Companhia constituíram-se as provisões para fazer face as prováveis perdas em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes.

	2010	2009
Provisão para Contingências de Processos Cíveis	821	1.897
Provisão para Contingências Trabalhistas - CEAGESP	4.344	3.169
Provisão para Contingências Trabalhistas - Terceirizadas	7.547	6.603
Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	14.132	13.667
Provisão para Contingências Diversas Execução Fiscal	634	423
	27.478	25.759

A Companhia, para fazer frente a estas provisões contingenciais, possui registrado na conta de depósitos judiciais (nota explicativa nº. 9) o valor de R$ 48.190 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais. O montante de R$ 14.132 milhões dessas provisões contingenciais, conforme quadro acima, refere-se aos processos judiciais de Licença Prêmio e Complementação de Aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pela União conforme observado em outros itens destas Notas Explicativas.

A Companhia possui o valor de R$ 37.028 milhões classificado como de risco possível de perdas em processos judiciais cíveis e trabalhistas conforme parecer da Coordenadoria.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 31.845.053 (31.845.053 em 2009) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2010.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a composição acionária da Companhia, é:

	Número de ações ordinárias	%	Capital
Governo Federal	31.735.284	99,65	179.520
Pessoas Jurídicas	109.719	0,35	640
Pessoas Físicas	50		1
	31.845.053	100,00	180.161

A Companhia recebeu um aporte de recursos financeiros do Tesouro Nacional, no montante de R$ 11.398 milhões para recomposição do capital de giro, na forma da Lei 12.174 de 29 de dezembro de 2009, o qual encontra-se na conta "Adiantamento para um Futuro Aumento de Capital" com a variação monetária no valor de R$ 201 mil, calculada em base "pro rata" mês incorrida até a data do balanço, para posterior aprovação do aumento de capital e a subscrever ações pela respectiva assembléia geral de acionistas na proporção de sua participação no capital social.

23. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União (BGU) pelo valor dos investimentos da União, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial.

24. SEGURO

Os seguros contratados relativos a bens móveis, imóveis e equipamentos foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios.

Os valores segurados a título de mercadorias de terceiros foram estabelecidos com base nos controles financeiros que a Companhia mantém sobre esses itens e estão garantidos por apólices reajustáveis com base em preços correntes, de forma a cobrir eventuais sinistros em estoques de mercadorias de terceiros nas dependências da Companhia.

25. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

26. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em cumprimento ao que determina o Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, bem como o item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139, de 17 de março de 1988, do Ministério da Fazenda, apresentamos as remunerações mensais em 31 de dezembro de 2010, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários. Nelas foram computadas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

	2010	2009
Administradores:		
Maior Remuneração	19	17
Menor Remuneração	3	1
Salário Médio	7	7
Empregados:		
Maior Remuneração	9	12
Menor Remuneração	1	1
Salário Médio	4	2

A Companhia realizou o Processo Seletivo Interno nº 001/2009, com diversas vagas para os níveis médios e superior, buscando o aproveitamento das habilidades dos funcionários e a "evolução/crescimento" profissional com a elevação da remuneração.

27. RESULTADOS FISCAIS ACUMULADOS

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2010, lucro fiscal no montante de R$ 3.002 mil e R$ 5.261 mil em 2009 de prejuízo fiscal, para os quais foram apurados os tributos e incorporados aos prejuízos fiscais acumulados. Esses não possuem prazo prescricional.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS
Diretor Presidente

LUIZ CONCILIUS GONÇALVES RAMOS
Diretor Técnico Operacional

JAMIL YATIM
Diretor Administrativo e Financeiro

JOAQUIM VENAIR MENDES
Contador CRC1SP 192671/O-3

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO

Os membros do Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, de conformidade com o inciso V, do artigo 142, da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Concluída a análise dos referidos documentos e observados na integra os termos dos Pareceres dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna, são de opinião que as citadas demonstrações refletem a situação econômico-financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2010 e, portanto em condições de serem submetidas para a aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas, com a ressalva apontada pelos Auditores Independentes. São Paulo, 17 de março de 2011.

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Presidente

MÁRIO MAURICI DE LIMAMORAIS
Conselheiro

ARLON VIANA LIMA
Conselheiro

DARCI BERTHOLDO
Conselheiro substituto

ALFREDO MORAES SOUZA JUNIOR
Conselheiro substituto

LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos administradores e acionistas

Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP

O Conselho Fiscal da CEAGESP, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 25 de março de 2011, tomando por base o exame do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, inclusive o Parecer do Conselho de Administração, o Parecer dos Auditores Independentes, e o Parecer da Auditoria Interna da Empresa, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Relatório e das Demonstrações pela ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA de acionistas. Não obstante, chama atenção para as ressalvas constantes dos referidos pareceres, em especial o sexto e sétimo parágrafos do Parecer dos Auditores Independentes e o item 3 do Parecer da Auditoria Interna da Companhia, que tratam de problemas quanto à precisão dos registros contábeis decorrentes dos processos trabalhistas referentes à Licença Prêmio e Complementação de Aposentadoria de ex-funcionários, cujo pagamento é de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, conforme o disposto na Cláusula Décima do Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP firmado entre a União e o Estado de São Paulo em 22.05.1997, e na Cláusula Oitava de seu Aditivo firmado em 23.12.1997, que dispõem que "Continuará sob a responsabilidade do Estado o pagamento da Complementação dos proventos das aposentadorias e pensões aos empregados que satisfaçam os requisitos estabelecidos na Lei Estadual nº 8.794/1994".

MARCELO SARAIVA CAVALCANTI
Presidente do Conselho

FERNANDO ANTONIO CAVALLARI
Conselheiro

AMAURY PIO CUNHA
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme nota explicativa 1.2, no Realizável a Longo Prazo, nas rubricas "Depósitos Judiciais e Outros Valores", existem valores registrados, correspondentes ao Governo do Estado de São Paulo, decorrentes de processos de Licença Prêmio e Complementação de Aposentadoria, dos quais a companhia trabalha com a perspectiva de que durante o exercício de 2011, serão equacionados os aspectos contratuais entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, ainda decorrentes do Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP celebrado entre ambos, de modo a permitir que a mesma seja ressarcida daqueles processos movidos por ex-funcionários, que somam em 31/12/2010 o montante de R$ 39.773 mil, sendo que R$ 29.539 mil estão depositados judicialmente.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.
UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP

HERALDO S.S. DE BARCELLOS
Contador CRC 1 RS 11609 S SP

Responsável Técnico

FLÁVIA TATIANE SILVEIRA WERNER
Contadora CRC 1 RS 70524 S SP
Auditora

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 78, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta do Processo nº 21000.005097/2010-05, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprovam as Normas de Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata (Solanum tuberosum L.).

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa de que trata o art. 1º desta Portaria, visando receber sugestões de órgãos, entidades ou pessoas físicas interessadas.

Art. 3º As sugestões mencionadas no art. 2º, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por escrito para a CSM/DFIA/SDA, situada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo A, Sala 340, CEP 70.043-900, Brasília - DF, ou para o endereço eletrônico csm@agricultura.gov.br.

Art. 4º Após o término do prazo da presente Consulta Pública, serão conjuntamente apresentadas as respostas de que trata o art. 31, § 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, referente à consulta pública disposta por meio da Portaria SDA nº 572, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

ANEXO

PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº , DE DE DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, no seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, nas Instruções Normativas nº 9, de 2 de junho de 2005; nº 24, de 16 de dezembro de 2005; nº 48, de 21 de dezembro de 2006; e nº 50, de 29 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.005097/2010-05, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Instrução Normativa, as Normas de Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata (Solanum tuberosum L.), bem como seus padrões de identidade e de qualidade na forma dos Anexos I e II.

§ 1º Ficam definidos os Padrões de Campo e de Laboratório para Produção de Batata Semente, na forma do Anexo I.

§ 2º Ficam definidos os Padrões de Campo e de Laboratório para Produção de Mudas de Batata, na forma do Anexo II.

Art. 2º Ficam aprovados os modelos dos formulários constantes dos Anexos III e III-A para o Laudo de Avaliação de Equivalência de Categoria de Lote de Batata Semente importado e para o Laudo de Avaliação de Equivalência de Categoria de Lote de Mudas de Batata importado, respectivamente.

Art. 3º Ficam aprovados os modelos dos formulários constantes dos Anexos IV, VI-A e VI-B para o Certificado de Muda de Batata, para o Certificado de Batata Semente e para o Termo de Conformidade de Batata Semente, respectivamente.

Art. 4º Ficam aprovados os modelos dos formulários para a inscrição de Unidade de Propagação in vitro e Viveiro e para a inscrição de Planta Matriz, na forma dos Anexos V e V-A, respectivamente.

Art. 5º Ficam aprovados os modelos do Laudo de Vistoria de Campo de Batata Semente, do Laudo de Vistoria de Tubérculos e do Boletim de Análise de Material de Propagação de Batata, na forma dos Anexos VI, VI-A e VII, respectivamente.

Art. 6º Estabelecer que as Normas de Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata (Solanum tuberosum L.), bem como seus padrões de identidade e de qualidade referidos no art. 1º, terão validade em todo o Território Nacional, a partir de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 7º Para efeito destas Normas, entende-se por:

I ambiente protegido: instalações que permitam o controle da qualidade da água, dos nutrientes, das condições ambientais, das pragas e seus vetores e o isolamento do solo, visando a produção de material de propagação de batata;

II batata semente: tubérculo inteiro produzido de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo MAPA e que tenha finalidade específica de plantio;

III broto: muda formada pelo desenvolvimento das gemas de tubérculos de batata semente, produzido de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo MAPA e que tenha finalidade específica de plantio;

IV material de propagação de batata: órgão do vegetal utilizado, no todo ou em parte, para a sua propagação vegetativa, incluindo-se entre estes a muda, tubérculo in vitro e tubérculo de qualquer tamanho, assim como as brotações dele derivadas, produzido de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo MAPA e que tenha finalidade específica de plantio;

V muda básica de batata: muda produzida in vitro, na categoria básica G0, utilizada como material de origem para a produção de batata semente da mesma categoria;

VI tubérculo: caule subterrâneo, adaptado para o acúmulo de substâncias de reserva, dotado de gemas, que originam brotos; e

VII - tubérculo in vitro: tubérculo de batata produzido e comercializado in vitro.

Art. 8º A planta matriz de batata será originada de batata semente categoria básica G0 ou de tubérculo in vitro, quando de procedência importada.

Art. 9º O jardim clonal de batata será formado a partir de:

I estacas derivadas da planta matriz de batata;

II estacas derivadas da muda básica de batata; ou

III batata semente categoria básica ou categoria equivalente, quando de procedência importada.

§ 1º O jardim clonal in vitro de batata será formado a partir da planta matriz, da batata semente categoria básica G0, produzidas em ambiente protegido ou de tubérculo in vitro, quando de procedência importada.

§ 2º O jardim clonal in vitro de batata constituirá material de origem para a produção de muda básica de batata G0.

Art. 10. O material de propagação de batata poderá ser de procedência nacional ou importada.

§ 1º O lote de material de propagação de batata importado deverá estar acompanhado de Certificado de Batata Semente, Certificado de Muda de Batata ou documento equivalente que comprove que o lote foi produzido sob um processo de certificação oficial.

§ 2º O lote do material de propagação de batata importado, independente da sua denominação no processo de certificação no país de origem, será avaliado para equivalência de categoria, quando da homologação da inscrição de campos ou de viveiros para produção de batata semente ou mudas, conforme modelos constantes dos Anexos III e III-A.

§ 3º A avaliação de equivalência prevista no § 2º será realizada com base nos dados e informações constantes do Certificado de Batata Semente ou Certificado de Muda de Batata, ou documento equivalente, no Certificado Fitossanitário e no Laudo de Diagnóstico Fitossanitário oficial emitido por laboratório credenciado no RENASEM, quanto ao atendimento dos padrões estabelecidos nos Anexos I e II.

§ 4º No caso da ocorrência de dados e informações divergentes entre os documentos avaliados, prevalecerá os resultados constantes no Laudo de Diagnóstico Fitossanitário oficial, para efeito de definição da categoria.

§ 5º Para a equivalência de categoria de lotes de material de propagação de batata importados, independente das denominações utilizadas no país de origem, será adotada a seguinte correspondência:

I a muda de batata será enquadrada conforme o padrão de identidade e qualidade estabelecido no Anexo II;

II a muda em forma de broto será enquadrada na categoria de muda certificada, mesmo que atenda ao padrão da muda básica; e

III a batata semente, que se enquadrar no padrão da categoria básica G3 ou superior, será considerada como categoria básica G3 e os materiais de categoria inferior, serão enquadrados conforme os padrões estabelecidos para a respectiva categoria.

§ 6º Na avaliação técnico-fiscal de equivalência de categorias do material de propagação de batata importado, o material será enquadrado na categoria inferior em que for constatado pelo menos um dos parâmetros avaliados.

Art. 11. A batata semente deverá ser produzida nas seguintes categorias:

I genética;

II - básica (G0, G1, G2 e G3);

III - certificada de primeira geração (C1);

IV - certificada de segunda geração (C2);

V - S1; e

VI - S2.

§ 1º A categoria básica compreende as gerações sucessivas G0, G1, G2 e G3.

§ 2º As categorias referidas nos incisos "I" a "IV" serão produzidas sob o processo de certificação.

§ 3º A batata semente categoria básica G0 será obtida a partir da batata semente genética, da planta matriz de batata ou da muda básica de batata, e cultivada em ambiente protegido.

§ 4º A batata semente categoria básica G1 será obtida a partir da batata semente categoria básica G0.

§ 5º A batata semente categoria básica G2 será obtida a partir da batata semente categoria básica G1.

§ 6º A batata semente categoria básica G3 será obtida a partir da batata semente categoria básica G2.

§ 7º A batata semente categoria certificada de primeira geração - C1 terá como origem a batata semente categoria básica ou a muda certificada.

§ 8º A batata semente categoria certificada de segunda geração - C2 terá como origem a batata semente categoria certificada de primeira geração - C1 ou a batata semente categoria básica ou a muda certificada.

§ 9º A batata semente categoria S1 terá como origem a batata semente categoria certificada de segunda geração C2 ou categorias superiores ou a muda certificada.

§ 10. A batata semente categoria S2 terá como origem a batata semente categoria S1 ou categorias superiores ou a muda certificada.

Art. 12. A muda de batata será considerada:

I Muda básica G0, quando produzida in vitro;

II Muda Certificada, quando oriunda de jardim clonal in vitro ou de broto originado de batata semente da categoria básica.

§ 1º Será permitida a produção de muda certificada em forma de broto somente a partir de batata semente categoria básica.

§ 2º A muda certificada produzirá batata semente na categoria C1 ou categorias inferiores.

§ 3º Na comercialização a muda certificada deverá estar acompanhada do Certificado de Muda de Batata conforme modelo constante do Anexo IV.

Art. 13.A produção de material de propagação de batata será conduzida em ambiente não protegido, em ambiente protegido ou em unidade de propagação in vitro, conforme estabelecido no Item 6, da Instrução Normativa nº 09, de 2005, e item 7 da Instrução Normativa nº 24, de 2005, no que couber.

Art. 14.A produção de material de propagação de batata em ambiente não protegido será conduzida em campo de produção, inscrito no órgão de fiscalização da respectiva unidade da federação, conforme Anexos XXX e XXXI, da Instrução Normativa n° 09, de 2005.

Art. 15.O campo de produção de batata semente, em ambiente não protegido, deverá ser subdividido em glebas com área máxima que possibilite a formação de um único lote com até trinta mil quilogramas, guardado o isolamento previsto para semente da mesma cultivar, respeitada a orientação das linhas de plantio e a delimitação por carreadores, para efeito de vistoria de campo e amostragem.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 16. Em ambiente protegido poderão ser instalados campos de produção de batata semente, de uma ou mais cultivares, guardado o isolamento entre os mesmos e atendidos os requisitos para inscrição estabelecidos pelo MAPA, conforme Anexos XXX e XXXI, da Instrução Normativa n° 09, de 2005.

§ 1º A inscrição de campos de produção de batata semente, em ambiente protegido, deverá ser acompanhada de croquis com suas disposições no ambiente protegido.

§ 2º O campo de produção de batata, em ambiente protegido, deverá produzir lotes com até trinta mil quilogramas.

§ 3º O campo de produção de batata, em ambiente protegido, deverá ser subdividido em glebas para fins de vistoria e amostragem, conforme estabelecido no art. 28.

§ 4º A produção de batata semente em ambiente protegido, inclusive o sistema de hidroponia, será conduzida em casa de vegetação com as seguintes exigências mínimas:

I cobertura de teto, com filme plástico translúcido, rígido ou flexível, ou vidro;

II cobertura das laterais, com filme plástico translúcido, rígido ou flexível, ou vidro ou tela com malha de até 1,5mm;

III uso de água tratada para impedir a disseminação de doenças fúngicas e bacterianas;

IV presença de antecâmara, com pedilúvio; e

V piso de concreto, pedrisco ou assemelhado, para isolamento do solo.

Art. 17. A produção de muda básica de batata será realizada em unidade de propagação in vitro, inscrita no órgão de fiscalização da unidade da federação, conforme Anexos XVI e XVII, da Instrução Normativa nº 24, de 2005, no que couber.

§ 1º A muda básica de batata e o jardim clonal in vitro deverão estar comprovadamente isentos dos Vírus X da batata (PVX), Vírus Y da batata (PVY), Virus S da batata (PVS) e do Vírus do Enrolamento das Folhas da batata (PLRV), por meio de análises realizadas em laboratório credenciado no RENASEM.

§ 2º As exigências mínimas para as instalações, os equipamentos e os procedimentos para a unidade de propagação in vitro deverão atender o estabelecido em normas complementares.

§ 3º A inscrição da unidade de propagação in vitro será dispensada nos casos em que o produtor seja o mantenedor da cultivar e não comercialize mudas básicas de batata, ressalvado o disposto em norma específica.

Art. 18. A produção de muda certificada de batata será realizada em viveiro, inscrito no órgão de fiscalização da unidade da federação, conforme Anexo XVI, da Instrução Normativa nº 24, de 2005, e Anexo V destas normas.

Art. 19. O produtor deverá solicitar a inscrição do campo de produção de batata semente, do campo em ambiente protegido ou da unidade de propagação in vitro, junto ao órgão de fiscalização da unidade da federação onde estes estejam instalados.

§ 1º A inscrição de campo de produção de batata semente, do campo em ambiente protegido ou da unidade de propagação in vitro instalado em unidade da federação distinta daquela onde o produtor esteja inscrito no RENASEM deverá ser solicitada ao órgão de fiscalização da unidade da federação onde os mesmos estejam instalados.

§ 2º Na situação prevista no § 1º o órgão de fiscalização depositário da inscrição disponibilizará ao órgão de fiscalização da unidade da federação onde o produtor esteja inscrito no RENASEM, no prazo máximo de cinco dias contados da homologação da inscrição, cópia da Relação de Campos de Produção de Batata Semente.

§ 3º Os dados da produção referentes as inscrições realizadas na forma do § 1º deverão ser informados no Mapa de Produção e Comercialização de Sementes, e encaminhados nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº 9, de 2005, para o órgão de fiscalização da unidade da federação onde o produtor esteja inscrito no RENASEM.

§ 4º A inscrição da planta matriz atenderá ao estabelecido no item 6, da Instrução Normativa nº 24/2005, no que couber, e em conformidade com o modelo constante do Anexo V-A, destas normas.

Art. 20. A inscrição da planta matriz e do jardim clonal in vitro deverá ser solicitada no órgão de fiscalização da unidade da federação onde estiverem instalados.

§ 1º A inscrição do campo de produção de batata semente, em ambiente protegido, deverá ser solicitada até sessenta dias do início da sua instalação.

§ 2º A inscrição da unidade de propagação in vitro, contempla a inscrição do jardim clonal in vitro e deverá ser solicitada até 30 dias após a sua instalação, no caso de primeira inscrição na atividade, e anualmente até 31 de março, conforme Anexo XVI da Instrução Normativa nº 24, de 2005, e Anexo V destas normas.

§ 3º A inscrição da planta matriz será solicitada antes de sua utilização.

§ 4º Fica dispensada a inscrição da planta matriz in vitro.

Art. 21. A inscrição do viveiro deverá ser solicitada até 30 dias após a sua instalação, no caso de primeira inscrição na atividade, e anualmente até 31 de março, conforme Anexo XVI da Instrução Normativa nº 24, de 2005, e Anexo V destas normas.

Art. 22. A inscrição do campo de produção de batata semente em ambiente não protegido deverá ser solicitada até 20 dias após a sua instalação.

Art. 23. Para a inscrição de planta matriz, oriunda de material de propagação de batata produzido no Brasil, serão exigidos os documentos constantes no subitem 6.1.2 da Instrução Normativa nº 24, de 2005, no que couber.

Parágrafo único. Para a inscrição de planta matriz oriunda de tubérculo in vitro importado, será exigida a baixa do Termo de Depositário, além dos documentos previstos no caput, no que couber.

Art. 24. Para a inscrição de unidade de propagação in vitro e viveiro, instalados com material de propagação de batata produzido no Brasil, serão exigidos os documentos constantes no subitem 7.5 da Instrução Normativa nº 24, de 2005.

Art. 25. Para a inscrição de unidade de propagação in vitro e de viveiro, instalados com material de propagação de batata importado, o produtor deverá apresentar a baixa do Termo de Depositário, além dos demais documentos exigidos pela legislação.

Parágrafo único. A inscrição de unidade de propagação in vitro, instalada com material de propagação de batata importado, é permitida apenas para aquela formada a partir de tubérculo in vitro.

Art. 26. Para a inscrição de campo de produção de batata semente e campo em ambiente protegido, instalados a partir de material de propagação de batata produzido no Brasil, serão exigidos os documentos constantes no subitem 6.6 da Instrução Normativa nº 9, de 2005.

Parágrafo único. Para a inscrição de campo de produção de batata semente e campo em ambiente protegido, instalados a partir de material de propagação de batata importado, o produtor deverá apresentar a baixa do Termo de Depositário, além dos documentos exigidos no caput, e será realizada a avaliação de equivalência, conforme o Laudo de Avaliação de Equivalência de Categoria, Anexo III ou III-A, conforme o caso.

Art. 27. A vistoria em campo de produção em ambiente não protegido será realizada em gleba com área máxima que possibilite a formação de um único lote de batata semente, com até cento e cinquenta mil quilogramas.

Parágrafo único. O Responsável Técnico deverá realizar a primeira vistoria entre 20 e 40 dias após o plantio, a segunda vistoria entre 60 e 70 dias após o plantio e a terceira vistoria na pré-colheita, registrando as ocorrências em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo VI.

Art. 28. A vistoria em campo de produção em ambiente protegido será realizada em gleba com no máximo 25% do tamanho do campo.

Art. 29. O Responsável Técnico deverá realizar a vistoria de tubérculos em amostra coletada após a formação do lote, para avaliação da qualidade física, fisiológica e sanitária, visando verificar o atendimento dos padrões estabelecidos. Os resultados desta avaliação serão expressos em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo VI-A.

Art. 30. Os resultados expressos no Laudo de Vistoria de Tubérculos e no Boletim de Análise, atendidos os padrões estabelecidos, embasarão a emissão do Certificado de Batata Semente ou do Termo de Conformidade de Batata Semente, conforme o caso, em formulários próprios, conforme modelos constantes dos Anexos IV-A e IV-B, respectivamente.

Art. 31. No Processo de certificação as vistorias acima referidas serão realizadas pelo RT do produtor, do certificador ou por Fiscal Federal Agropecuário - FFA, quando a certificação for realizada pelo MAPA.

Art. 32. A produção e a comercialização de material de propagação de batata, além do atendimento das exigências contidas nestas normas, deverão atender também aos padrões estabelecidos nos Anexos I e II.

Art. 33. A intensidade e os procedimentos de amostragem atenderão, no que couber, ao estabelecido no item 18 da Instrução Normativa nº 09, de 2005, e no item 16 da Instrução Normativa n° 24, de 2005, conforme o caso.

§ 1º Para efeito desta Norma a amostra será coletada:

I - em campo de produção, para avaliação durante a vistoria e para análise laboratorial;

II - em Unidade de Propagação in vitro, para análise laboratorial; e

III - na Unidade de Beneficiamento de Sementes ou na Unidade de Armazenamento, para vistoria de tubérculos e para análise laboratorial.

§ 2º A amostra, para fins de identificação, análise laboratorial e para a emissão dos documentos do material de propagação da batata, será constituída por folhas, por tubérculos ou por mudas.

§ 3º A amostra de material de propagação de batata será:

I - para material produzido no Brasil:

a) tamanho da amostra para vistoria do campo: 6 (seis) subamostras de 100 plantas;

b) tamanho da amostra para vistoria de tubérculos: 1 (uma) embalagem para cada 400 embalagens;

c) tamanho da amostra para vistoria em ambiente protegido: 0,5% das plantas; e

d) tamanho da amostra para envio ao laboratório (teste de vírus): 100 (cem) folhas, plântulas, brotos ou tubérculos;

II - para material importado:

a) tamanho da amostra para tubérculos importados (por partida e por lote): 300 (trezentos) tubérculos, (100 para análise de vírus, 100 para análise de nematóides e 100 para fungos, insetos e bactérias); e

b) tamanho de amostra para mudas: 0,5% das mudas do lote.

§ 4º A amostra será acondicionada em embalagem nova, lacrada e identificada, conforme a finalidade, utilizando-se dos tipos de embalagem estabelecidos no art. 35 destas Normas ou ainda, quando aplicável, em sacos de malha, em sacos plásticos de baixa densidade ou em sacos de papel multifoliado.

Art. 34. Os procedimentos de análise deverão atender, no que couber, ao estabelecido no item 19 da Instrução Normativa nº 09, de 2005, ou no item 17 da Instrução Normativa nº 24, de 2005, ou ainda, em legislação específica complementar.

§ 1º A análise será realizada por Laboratório Credenciado no RENASEM e executada sob métodos e procedimentos reconhecidos pelo MAPA.

§ 2º A análise laboratorial será realizada para avaliar a ocorrência das viroses estabelecidas nos padrões e para pragas quarentenárias.

§ 3º A análise laboratorial poderá ser solicitada ainda para a identificação de mistura varietal ou para a verificação da ocorrência de outras pragas.

Art. 35. Os tubérculos colhidos serão classificados em Tipos, de acordo com seu menor diâmetro em milímetros, conforme segue:

Tipo	Diâmetro do tubérculo (mm)
I	> 60
II	31 a 60
III	21 a 30
IV	10 a 20
V	< 10

§ 1º O lote poderá ser composto por tubérculos de diferentes tipos, desde que acondicionados em embalagens distintas e identificadas.

§ 2º Será tolerada na mesma embalagem a ocorrência de até 5% (cinco por cento) do numero de tubérculos de tipos diferentes.

§ 3º Após todo e qualquer procedimento de reclassificação, o lote será novamente amostrado e analisado, verificando seu enquadramento nos padrões estabelecidos.

Art. 36. A composição do lote de batata semente será realizada após a classificação, na Unidade de Beneficiamento de Sementes - UBS.

Parágrafo único. O lote deverá ser formado com peso máximo de 150.000 kg e identificado conforme estabelecido nos subitens 14.10 e 14.11 da Instrução Normativa nº 09, de 2005.

Art. 37. Os lotes de batata semente importados pelo produtor de sementes, objetivando a multiplicação, deverão manter a identificação original durante o armazenamento.

Art. 38. Os lotes de mudas de batata deverão ser formados por no máximo 20.000 mudas.

Art. 39. A embalagem do material de propagação de batata atenderá:

I para batata semente e tubérculo in vitro, ao estabelecido no item 15 da Instrução Normativa nº 09, de 2005, no que couber, admitindo-se o uso de caixas de madeira, de papelão ou de plástico, com tampas, sacos novos de juta ou polipropileno trançado;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II para muda de batata será admitido o uso de tubo de ensaio de vidro com tampa, recipientes plásticos com tampa, bandeja, caixa de papelão ou de isopor, em substrato próprio ou raiz nua.

§ 1º A caixa plástica poderá ser reutilizada, desde que apropriadamente higienizada.

§ 2º A muda básica de batata será acondicionada em embalagem nova.

Art. 40. A identificação nas embalagens de batata semente atenderá ao estabelecido no item 21 da Instrução Normativa nº 09, de 2005, no que couber, acrescida do mês de colheita e do tipo, facultando quando da produção em ambiente protegido, informar o numero de tubérculos contidos na embalagem.

Parágrafo único. A identificação de tubérculo in vitro atenderá o disposto no item 21 da Instrução Normativa nº 9, de 2005, no que couber, e:

a) no caso de tubérculos in vitro de uma só cultivar, destinados a um único plantio, a sua identificação poderá constar apenas na nota fiscal; e

b) no caso de tubérculos in vitro de mais de uma cultivar, destinados ao plantio em uma única propriedade, a sua identificação poderá constar da embalagem que os contenha, acrescidas da identificação do número de tubérculos in vitro de cada cultivar e lotes.

Art. 41. A identificação de mudas de batata atenderá ao estabelecido no item 19 da Instrução Normativa n° 24, de 2005, no que couber.

Art. 42. O armazenamento de material de propagação de batata deverá atender ao estabelecido no item 16 da Instrução Normativa n° 9, de 2005, e no item 14 da Instrução Normativa n° 24, de 2005, quando for o caso e no que couber.

§ 1º O armazenamento de batata semente será realizado em instalações próprias ou de terceiro, mediante contrato com Armazenador de batata semente inscrito no RENASEM.

§ 2º É expressamente proibida a entrada, nas dependências do armazém, de batata destinada ao consumo humano ou ao uso industrial, durante o período de armazenamento de batata semente.

Art. 43. Os tubérculos de batata semente importados deverão apresentar-se livres de terra.

Parágrafo único. Considera-se terra, para fins da aplicação desta Instrução Normativa:

I - crostas e torrões de terra aderidos ou não aos tubérculos de batata-semente; e

II - outras partículas de solo em quantidade superior a 0,2% do peso líquido do produto.

Art. 44. As partidas de batata semente importadas serão inspecionados no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), onde serão coletadas amostras para diagnóstico fitossanitário e análise dos demais parâmetros de qualidade estabelecidos no Anexo I, que serão realizados em laboratórios oficiais ou credenciados.

§ 1º A amostragem de batata semente será efetuada no ponto de ingresso onde ocorrerá o desembaraço aduaneiro.

§ 2º A amostra será de 300 (trezentos) tubérculos por lote.

§ 3º Em caso de resultados que excedam os níveis de tolerância estabelecidos, o MAPA definirá a destinação da partida.

§ 4º As despesas com a remessa das amostras para laboratório e com o custo das análises correrão por conta do importador.

§ 5º Os laboratórios terão até 21 dias do recebimento da amostra para emissão do laudo final com os resultados do boletim fitossanitário.

Art. 45. As partidas de mudas e brotos de batata importadas serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), onde serão coletadas amostras para diagnóstico fitossanitário e análise dos demais parâmetros de qualidade estabelecidos no Anexo II, que serão realizados em laboratórios oficiais ou credenciados.

§ 1º A amostragem de mudas de batata será efetuada no ponto de ingresso onde ocorrerá o desembaraço aduaneiro.

§ 2º A amostra será de 0,5% das mudas que compõem a partida.

§ 3º Em caso de resultados que excedam os níveis de tolerância estabelecidos, o MAPA, ouvido o importador, definirá a destinação da partida.

§ 4º As despesas com a remessa das amostras para laboratório e com o custo das análises correrão por conta do importador.

Art. 46. Na importação, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá prescrever tratamento, desinfecção, repasse ou limpeza, com ônus para o interessado, quando se constatar índices até 10% (dez por cento) superior aos níveis individuais estabelecidos.

§ 1º O estabelecido no caput será permitido somente para as pragas Streptomyces scabies, Rhizoctonia solani, Helminthosporium solani, Alternaria solani, Fusarium spp. (exceto F. solani f. sp. eumartii) e para danos e misturas e será acompanhado por Fiscal Federal Agropecuário, mediante prévio agendamento.

§ 2º Após o procedimento previsto no caput, o lote será novamente amostrado no estabelecimento do importador e analisado para verificar o atendimento aos padrões estabelecidos e definição da destinação do material descartado.

Art. 47. Para efeito de avaliação fitossanitária, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio dos órgãos competentes, poderá, a qualquer tempo e em qualquer caso, inspecionar o material de propagação de batata após a internalização, bem como os campos, viveiros e unidades de propagação in vitro, inscritos para produção de batata semente ou mudas, ou áreas de produção de batata consumo.

Parágrafo único. Identificadas outras pragas não previstas nos Anexos II e II-A, em qualquer fase da cultura, em qualquer processo de produção, será facultado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tomar as medidas cautelares que julgar necessárias.

Art. 48. Estas Normas não excluem qualquer normativa de requisitos fitossanitários específicos para Pragas Quarentenárias referentes às importações de material de propagação vegetal de batata.

Art. 49. O Certificado de Batata Semente, o Certificado de Muda de Batata ou o documento equivalente que acompanha o material de propagação de batata importado deverá conter as informações de identidade e qualidade necessárias à avaliação para equivalência de categoria prevista nestas normas e ao atendimento aos padrões estabelecidos.

Art. 50. Mediante solicitação do interessado, o lote não aprovado na categoria para a qual o campo foi inscrito, poderá ser rebaixado conforme os padrões estabelecidos em que se enquadre.

Art. 51. A amostragem realizada na fiscalização da produção, fiscalização do comércio e na certificação deverá atender o previsto no § 2º do art. 44 ou no § 2º do art. 45.

Art. 52. Ficam revogadas a Portaria nº 154, de 23 de julho de 1987, e a Instrução Normativa nº 12, de 10 de junho de 2005.

Art. 53. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

ANEXO I

Padrões de Identidade e de Qualidade para a Produção e Comercialização de Batata Semente

1. Espécie:	BATATA				
Nome científico:	Solanum tuberosum L.				
2. Peso máximo do lote (kg)	150.000				
2.1. Área máxima do lote (ha)	5				
3. Tamanho da amostra					
3.1. Semente Produzida no Brasil					
3.1.1. Tamanho da amostra para vistoria do campo	6 (seis) subamostras de 100 plantas				
3.1.2. Tamanho da amostra para vistoria de tubérculo	1 (uma) embalagem para cada 400 (quatrocentas) embalagens				
3.1.3. Tamanho da amostra para vistoria em ambiente protegido	0,5% das plantas				
3.1.4. Tamanho da amostra para envio ao laboratório (teste de vírus)	100 (cem) folhas, plântulas, brotos ou tubérculos				
3.2. Semente Importada					
3.2.1. Tamanho da amostra para tubérculos importados (por partida e por lote)	300 (trezentos) tubérculos (100 para vírus, 100 para nematóides e 100 para fungos, insetos e bactérias.) *				
4. PADRÃO					
PARÂMETROS	PADRÕES				
4.1. Campo:					
Categoria	Básica		C1	C2	S1 e S2
	G0	G1, G2 e G3			
Área do Campo:					
Isolamento (mínimo em metros):					
Área com cultura de espécies de mesma família botânica: Batata-consumo, berinjela, fumo, pimentão, tomate e outras Solanáceas.	---	1.000	50	50	50
Área com ocorrência de plantas voluntárias de Batata	---	1.000	50	50	50
Áreas cultivadas com leguminosa	---	10	10	-	-
Áreas cultivadas com gramínea	---	5	5	-	-
Áreas cultivadas com Batata semente, de outras cultivares ou de categorias diferentes (1)	0,2 (2)	2,25 (2 linhas) + topog.	2,25 (2 linhas) + topog.	1,5 (1 linha)	1,5 (1 linha)
Áreas cultivadas com batata semente, da mesma cultivar e da mesma categoria	0,2 (2)	1,5 (1 linha)	1,5 (1 linha)	1,5 (1 linha)	1,5 (1 linha)
Número mínimo de vistorias	2	3	3	3	3
Época de Vistoria (dias após o plantio)					
1ª Vistoria	---	20 a 30	20 a 30	20 a 30	20 a 30
2ª Vistoria	---	50 a 60	50 a 60	50 a 60	50 a 60
3ª Vistoria	--	Pós-colheita (vistoria de tubérculo)			

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Área máxima da gleba para vistoria (ha)	--	Área suficiente para produção de um lote de até 150.000kg			
A) Vistorias em Campo (% maxima)					
Plantas atípicas [3]	0	1	1	1	1
Plantas voluntárias	0	1	1	1	1

Mosaico (Leve, Severo, PVY^{N}, PVY^{NTN}, PVY^{o})	0	2	3	6	8
Enrolamento da folha (PLRV)	0	2	3	5	6
Limite de viroses	0	2	4	8	10

Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum)	0	0	0	0	0
Podridão de Rama, Canela preta (Pectobacterium spp.; Dickeya spp.)	0	5	5	8	10
Rizoctoniose (Rhizoctonia solani)	0	5	10	10	10
B. Vistoria de Tubérculos [4].					
B.1. Pragas					
B.1.1. Índice de Severidade (Estimativa da Área Lesionada %) [5]					
Rizoctoniose (Rhizoctonia solani)	0	5	10	10	10
Sarna comum (Streptomyces spp.) [6]	0	5	10	10	10
Sarna Prateada (Helminthosporium solani)	0	5	10	10	10
B.1.2. Incidência da praga (% máxima)					
Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum)	0	0	0	0	0
Podridão mole (Pectobacterium spp. [6]; Dickeya spp. [6])	0	1	1	2	2
Olho preto (Fusarium solani f.sp. eumartii)	0	0	0	0	0
Sarna pulverulenta (Spongospora subterranea)	0	0	1	1	1
Requeima no tubérculo (Phythopthora infestans)	0	1	3	5	5
Podridão seca (Fusarium spp.) [6]	0	2	2	3	3
Pinta-preta (Altenaria solani)	0	3	5	7	7
Nematóides de galha (Meloidogyne spp.) [6]	0	1	2	3	5
Nematóides das lesões (Pratylenchus spp) [6]	0	1	2	5	10
Pulgões (Afídeos)	0	0	0	0	0
B.3. - DANOS CAUSADOS POR INSETOS (% do nº de tubérculos atacados)					
Traça (Phthorimaea operculella)	0	2	3	5	5
Danos causados por outros insetos	0	5	7	10	10
B.4. - DEFEITOS FISIOLÓGICOS (% do nº de tubérculos com defeitos fisiológicos)					
Embonecamento; fendas; coração preto; mancha chocolate	5	10	12	15	15
Tubérculo vitrificado; dano de desfolhante; queimadura; broto fino;	1	3	4	5	5
B.5 - DANOS MECÂNICOS (% do nº de tubérculos com danos mecânicos)					
Batidas, cortes, esfolamentos	3	8	12	15	15
B.6. MISTURA VARIETAL (%) [7]					
Mistura Varietal	0	0	1	1	1
B.7. - MISTURA DE TIPO (%)					
Mistura de Tipos	5	5	5	5	5

C. Análises em Laboratório [8]					
	%	%	%	%	%
PVX	0	2	3	5	5
PVY	0	3	6	8	8
PLRV	0	2	5	6	6
PVS	0	2	3	5	5
Limite de vírus	0	4	8	12	12
Prazo máximo para solicitação de inscrição de campos (dias após o plantio)	- - -	20	20	20	20

1. Isolamento topográfico: Campo destinado a produção de batata semente categoria básica deve ser instalado em nível superior do terreno.
2. Admite-se o isolamento cronológico mínimo de 15 dias quando se tratar de plantio em área contínua.
3. Número máximo permitido de plantas, da mesma espécie, que apresentem quaisquer características que não coincidem com os descritores da cultivar ou plantas raquíticas.
4. Os resultados das vistorias de tubérculos serão emitidos em Laudo de Vistoria de Tubérculos, conforme Anexo VI.
5. Índice de Severidade da Doença
6. Exceto para pragas quarentenárias ausentes
7. Identificação baseada na coloração da película.
8. Os resultados da análise de laboratório em tubérculos ou folhas serão informados no Laudo de Diagnóstico Fitossanitário.
*. Os 100 tubérculos destinados à análise de fungos, insetos e bactérias deverão ser analisados em sua totalidade para cada grupo de praga.

ANEXO II

Padrões de Identidade e de Qualidade para a Produção e Comercialização de Mudas de Batata

1. Espécie:	BATATA	
Nome científico	Solanum tuberosum L.	
2. Número máximo de mudas no lote	20.000	
3. Número mínimo de mudas na amostra	0,5% das mudas do lote	
4. PADRÃO		
PARÂMETROS	PADRÕES	
4.1. Unidade de Propagação in vitro / Viveiro		
Categoria	Muda Básica de Batata	Muda Certificada
Número mínimo de vistorias	3	3
Época de Vistoria		
1ª Vistoria	Repicagem	Plantio
2ª Vistoria	Des. vegetativo	Des. vegetativo
3ª Vistoria	Pré comercialização	Pré comercialização
Mudas atípicas [1]	1	1
4.1.1. Percentagem máxima permitida de mudas infectadas		
Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum)	0	0
Podridão mole, Canela preta, Talo oco (Pectobacterium spp[2].; Dickeya spp.) [2]	0	2
Olho preto (Fusarium solani f.sp eumartii)	0	0
Sarna pulverulenta (Spongospora subterranea)	0	0
Rizoctoniose (Rhizoctonia solani)	0	5
Requeima (Phytophtora infestans)	0	5
Pinta Preta (Alternaria solani)	0	5
Mosaico (Leve, Severo, PVY^{N}, PVY^{NTN}, PVY^{o})	0	2
Enrolamento da folha (PLRV)	0	2
Limite de Viroses	0	2
4.2. Análises em Laboratório [3]		
	%	%
PVX	0	2
PVY	0	3
PLRV	0	2
PVS	0	2
Limite de Vírus	0	4
Prazo máximo para solicitação de inscrição do viveiro(dias após a instalação) [4]	30	30

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Número máximo permitido de mudas, da mesma espécie, que apresentem quaisquer características que não coincidem com os descritores da cultivar.
2. Exceto para pragas quarentenárias
3. Os resultados da análise de laboratório serão emitidos no Laudo de Diagnóstico Fitossanitário
4. A partir da segunda inscrição, anualmente até 31 de março.

ANEXO III

Laudo de Avaliação de Equivalência de Categorias de Lote de Batata Semente Importado

IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO NO RENASEM Nº:	
END:	MUNICÍPIO/UF:	CEP:

IDENTIFICAÇÃO DO EXPORTADOR

NOME:	"Grower number"
END:	
Município	Pais

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

Cultivar:	Categoria:	Safra:
Certificado de Sementes Nº (ou Documento equivalente)	Certificado Fitossanitário Nº _____	

0 Batata semente	Lote Nº	Representatividade do lote	
		N° de Embalagens	Peso por embalagem (kg)

PARAMETROS			Avaliação Técnico-fiscal				
			(%)	G3	C1	C2	S1 e S2
Crosta preta (Rhizoctonia solani) (% Área do tubérculo)							
Sarna comum (Streptomyces spp.) (1) (% Área do tubérculo)							
Sarna Prateada (Helminthosporium solani) (% Área do tubérculo)							
Podridão mole, Canela preta, Talo oco (Pectobacterium spp.) (1) (%)							
Requeima (Phytopthora infestans) (%)							
Podridão seca (Fusarium spp.) (1) (%)							
Pinta-preta (Altenaria solani) (%)							
Nematóides de galha (Meloidogyne spp.) (1) (%)							
Nematóides das lesões (Pratylenchus spp.) (1) (%)							
Traça (Phthorimaea operculella) (%)							
Pulgão (Nº)							
Dano por Insetos							
Defeitos Fisiológicos	Embonecamento; fendas; coração preto; mancha chocolate (%)						
	Tubérculo vitrificado; dano de desfolhante; queimadura; broto fino (%)						
Danos Mecânicos		Batidas, cortes e esfolamento (%)					
Batata semente ou muda		PVX					
		PVY					
		PLRV					
		PVS					
		Total de Viroses					
Mistura Varietal (coloração da película) (%)							

(1) Exceto para as pragas quarentenárias

PARA USO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

PARECER TÉCNICO De acordo com as Normas de Produção e os Padrões de Identidade e de Qualidade para Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o lote enquadra-se na Categoria: _____.
Local / Data: _____ _____ Identificação e assinatura do Fiscal

ANEXO III-A

Laudo de Avaliação de Equivalência de Categorias de Lote de Mudas de Batata Importado

IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	INSCRIÇÃO NO RENASEM Nº:	
END:	MUNICÍPIO/UF:	CEP:

IDENTIFICAÇÃO DO EXPORTADOR

NOME:	"Grower number"
END:	
Município	Pais

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

Cultivar:	Categoria:	Safra:
Certificado de Mudas Nº (ou Documento equivalente)	Certificado Fitossanitário Nº _____	

Lote Nº	Representatividade do lote	
	N° de Embalagens	N° de mudas por embalagem

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PARAMETROS	Avaliação Técnico-fiscal		
	(%)	Muda Básica de Batata	Muda Certificada
Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum) (%)			
Podridão mole, Canela preta, Talo oco (Pectobacterium spp.; Dickeya spp.) (1) (%)			
Olho preto (Fusarium solani f.sp eumartii) (%)			
Sarna pulverulenta (Spongospora subterranea) (%)			
Rizoctoniose (Rhizoctonia solani) (%)			
Requeima (Phytophtora infestans) (%)			
Pinta Preta (Alternaria solani) (%)			
PVX (%)			
PVY (%)			
PLRV (%)			
PVS (%)			
Total de viroses (%)			

(1) Exceto para pragas quarentenárias

PARA USO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

PARECER TÉCNICO De acordo com as Normas de Produção e os Padrões de Identidade e de Qualidade para Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o lote enquadra-se na Categoria: _____.	
Local / Data: _____	_____ Identificação e assinatura do Fiscal

ANEXO IV

CERTIFICADO DE MUDA DE BATATA nº_____

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	Credenciamento no RENASEM nº:	
End:	Município/UF:	CEP:
Endereço eletrônico:	Tel:	

IDENTIFICAÇÃO DO CERTIFICADOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	Credenciamento no RENASEM nº:	
End:	Município/UF:	CEP:
Endereço eletrônico:	Tel:	

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO CERTIFICADOR

NOME:		CREA Nº:
CPF:	Credenciamento no RENASEM Nº:	
End:	Município/UF:	CEP:
Endereço eletrônico:	Tel:	

IDENTIFICAÇÃO: PLANTA MATRIZ MUDA DE BATATA

Inscrição nº:

DISCRIMINAÇAO DO MATERIAL DE PROPAGAÇÃO

Cultivar	Categoria (no caso de mudas)	Lote	
		Nº	Quantidade de mudas (un.)

CERTIFICAMOS que os materiais de propagação acima discriminados foram produzidos sob o processo de certificação, de acordo com as Normas de Produção e os Padrões de Identidade e de Qualidade para Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme:

- Boletim de Análise de Material de Propagação de Batata N º _____, de / / , emitido pelo Laboratório_____, RENASEM Nº _____ apresentando as seguintes características:

PARÂMETRO	Ocorrência (%)
PVX	
PVY	
PLRV	
PVS	
Limite de vírus	

Local / Data:	Local / Data:
_____ Assinatura do RT do Certificador	_____ Assinatura do Certificador

ANEXO IV-A

CERTIFICADO DE BATATA SEMENTE Nº _____

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	Inscrição no RENASEM nº:	
END:		
Município/UF:		CEP.:
Endereço eletrônico:		Telefone:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IDENTIFICAÇÃO DO CERTIFICADOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	Credenciamento no RENASEM nº:	
End:	Município/UF:	CEP:
Endereço eletrônico:	Tel:	

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO CERTIFICADOR

NOME:		CREA Nº:
CPF:	Credenciamento no RENASEM Nº:	
End:	Município/UF:	CEP:
Endereço eletrônico:	Tel:	

Cultivar:	Categoria:	Colheita (mês/ano)	Safra:

CERTIFICAMOS que o lote de batata semente abaixo discriminado foi produzido sob o processo de certificação, de acordo com as Normas de Produção e os Padrões de Identidade e de Qualidade para Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme:
- Boletim de Análise de Material de Propagação de Batata emitido pelo Laboratório _____, RENASEM Nº _____
- Laudo de Vistoria de Tubérculo Nº _____, emitido pelo RT_____, RENASEM Nº _____ apresentando as seguintes características:

Lote Nº	Tamanho do Lote		Tipo(s)	Boletim de Análise	
	N° de Embalagens	? Peso por embalagem (kg) ? Nº de Tubérculos		Nº	Data

PARÂMETRO	Ocorrência (%)	PARÂMETRO		Ocorrência (%) *
Rizoctoniose (Rhizoctonia solani) (% Área do tubérculo)		Defeitos	Embonecamento; fendas; coração oco; coração preto; mancha chocolate	
Sarna comum (Streptomyces spp.) % Área do tubérculo)				
Sarna Prateada (Helminthosporium solani) % Área do tubérculo)		Fisiológicos		
Podridão mole, Canela preta, Talo oco (Pectobacterium spp.; Dickeya spp.) (1)			Tubérculo vitrificado; dano de desfolhante; queimadura; broto fino; deficiência de cálcio	
Sarna pulverulenta (Spongospora subterranea)				
Requeima (Phytopthora infestans)				
Podridão seca (Fusarium spp.) (1)				
Pinta preta (Altenaria spp.)		Danos mecânicos	Batidas, cortes e esfolamento	
Olho Pardo (Cylindrocladium spp.)		Danos causados por outros insetos		
Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum)		Mistura Varietal		
Olho preto (Fusarium solani f.sp eumartii)		PVX		
Nematóides de galha (Meloidogyne spp) (1)		PVY		
Nematóides das lesões (Pratylenchus spp) (1)		PLRV		
Traça (Phthorimaea operculella)		PVS		
Pulgões (afídeos) (nº) - * Informar em número		Total de vírus		

(1) Exceto para pragas quarentenárias

Local / Data:	Local / Data:
_____ Assinatura do RT do Certificador	_____ Assinatura do Certificador

ANEXO IV-B

TERMO DE CONFORMIDADE DE BATATA SEMENTE Nº _____

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

NOME:		
CNPJ/CPF:	Inscrição no RENASEM nº:	
END:		
Município/UF:	CEP.:	
Endereço eletrônico	Telefone:	

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME:	CREA Nº:	
CPF:	Credenciamento no RENASEM Nº:	
End:	Município/UF:	CEP:
Endereço eletrônico:	Tel:	

Cultivar:	Categoria:	Colheita (mês/ano)	Safra:

ATESTAMOS que o lote de batata semente abaixo discriminado foi produzido de acordo com as Normas de Produção e os Padrões de Identidade e de Qualidade para Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme:
- Boletim de Análise de Material de Propagação de Batata emitido pelo Laboratório _____, RENASEM Nº _____

- Laudo de Vistoria de Tubérculo Nº _____, emitido pelo RT_____, RENASEM Nº _____apresentando as seguintes características:

Lote Nº	Tamanho do Lote		Tipo(s)	Boletim de Análise	
	Nº de Embalagens	? Peso por embalagem (kg) ? Nº de tubérculos		Nº	Data

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PARÂMETRO	Ocorrência (%)	PARÂMETRO		Ocorrência (%) *
Rizoctniose (Rhizoctonia solani) (% Área do tubérculo)		Defeitos	Embonecamento; fendas; coração oco; coração preto; mancha chocolate	
Sarna comum (Streptomyces spp.) (1) % Área do tubérculo)				
Sarna Prateada (Helminthosporium solani) % Área do tubérculo)				

Podridão mole, Canela preta, Talo oco (Pectobacterium spp.; Dickeya spp.) (1)		Fisiológicos	Tubérculo vitrificado; dano de desfolhante; queimadura; broto fino; deficiência de cálcio	
Sarna pulverulenta (Spongospora subterranea)				
Requeima (Phytopthora infestans)				
Podridão seca (Fusarium spp.) (1)				
Pinta preta (Altenaria solani)		Danos mecânicos	Batidas, cortes e esfolamento	
Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum)		Danos causados por outros insetos		
Olho preto (Fusarium solani f.sp eumartii)		Mistura Varietal		
Nematóides de galha (Meloidogyne spp) (1)		PVX		
Nematóides das lesões (Pratylenchus spp) (1)		PVY		
Traça (Phthorimaea operculella)		PLRV		
		PVS		
		Total de viroses		

(1) Exceto para pragas quarentenárias

Local / Data: _____	_____ Assinatura do RT do produtor

ANEXO V

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PROPAGAÇÃO IN VITRO e VIVEIRO
( ) UNIDADE DE PROPAGAÇÃO IN VITRO
( ) VIVEIRO

Produtor:		Inscrição no RENASEM n°:	
Nome da propriedade:		E-mail:	
Endereço:		Município:	Fone:
Espécie:	Categoria a produzir: Tubérculo in vitro Muda básica Muda certificada	Área:	Ano:

Nº de ordem	Data da instalação do viveiro ou do início da produção in vitro	Cultivar	Estimativa de produção	
			Nº de mudas	Nº de tubérculos
	TOTAL			
Observações:				

	ORIGEM DO MATERIAL DE PROPAGAÇÃO UTILIZADO PARA FORMAÇÃO DAS MUDAS/TUBÉRCULOS IN VITRO									
Nº de Ordem	Cultivar	Lote (nº)	Quantidade	Atestado de Origem Genética		Certificado de Mudas ou Certificado de Batata Semente		Nota Fiscal		Inscrição no RENASEM
				Nº	Data	Nº	Data	Nº	Data	
Observações:										

Local / Data: _____	_____ Identificação e assinatura do Responsável Técnico

PARA USO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
Considerando o disposto nas Normas de Produção e os Padrões de Identidade e de Qualidade para Produção e Comercialização de Material de Propagação de Batata:
Homologo a inscrição do viveiro ou da unidade de propagação in vitro referente aos números de ordem: _____
Denego a inscrição do viveiro ou da unidade de propagação in vitro referente aos números de ordem: _____

Local / Data: _____	_____ Identificação e assinatura do Fiscal Federal Agropecuário

ANEXO V-A

Formulário para Inscrição de Planta Matriz de Batata
O Produtor, abaixo identificado, requer a inscrição de PLANTA MATRIZ
IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

Nome:		
CNPJ/CPF:	Inscrição no RENASEM nº:	
END:		
TEL:	Endereço eletrônico:	
Município/UF:		CEP:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:		CREA Nº/Visto:
CPF:	Credenciamento no RENASEM nº:	
END.:		
TEL:	Endereço eletrônico:	
Município/UF:		CEP:

IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E PRODUÇÃO:

Cultivar:	Nº de plantas	Coordenadas Geodésicas (XX º YY ' ZZ")		Estimativa de produção Unidade (muda)
		Latitude	Longitude	

Documentos anexos:
1) comprovante de recolhimento da taxa correspondente, para inscrição de Jardim Clonal;
2) comprovação da origem genética: nota fiscal, quando adquirido de terceiros, e atestado de origem genética do material de propagação oriundo da planta básica ou certificado de semente ou de muda;
3) contrato com o certificador, quando for o caso;
4) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à atividade;
5) croquis de localização da propriedade e da Planta Matriz; e
6) autorização do detentor dos direitos da propriedade intelectual da cultivar, no caso de cultivar protegida no Brasil.
Nestes Termos, pede deferimento.

Local / Data: _____	_____ Identificação e assinatura do Responsável Técnico

ESPAÇO RESERVADO AO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	
	Processo nº:
☐ Homologo a inscrição da Planta Matriz	☐ Denego a inscrição da Planta Matriz
Número da Inscrição (UF/Nº/ANO):	
Válida até:	

Local / Data: _____	_____ Identificação e assinatura do Fiscal Federal Agropecuário

1ª VIA : processo 2ª VIA: interessado

ANEXO VI

LAUDO DE VISTORIA DE CAMPO DE BATATA SEMENTE Nº _____
FASE DA CULTURA: _____
IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

Nome:		
CNPJ/CPF:	Inscrição no RENASEM nº:	
END:		
TEL:	Endereço eletrônico:	
Município/UF:		CEP:

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Cooperante:				
Nome da Propriedade:			Município/UF:	
Endereço do local da vistoria:				Safra:
Nº do Campo:		Coordenadas Geodésicas (XXºYY'ZZ")		
		Latitude:		Longitude:
Área do campo (há):		Cultivar:		Categoria:
Nº da Gleba	Área da Gleba (há)	Produção Estimada da Gleba (t)	Data do Plantio	Data provável da colheita

FATORES		Ocorrência (Número de Plantas)							% de ocorrência
	Subamostras	1ª	2ª	3ª	4ª	5 ª	6 ª	Total	
1	Plantas atípicas								
2	Plantas Voluntárias								
3	Rebrotas								
4	Plantas raquíticas								
5	Outras cultivares								
6	Mosaico (PVY^N, PVY^{NTN}, PVY^O)								
7	Enrolamento de folhas - PLRV								
8	Total de Viroses								
9	Podridão mole (Pectobacterium spp.)								
10	Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum								
11	Total de pragas bacterianas								
12	Rizoctoniose (Rhizoctonia solani)								
13	Requeima (Phytophtora infestans)								
14	Pinta Preta (Alternaria solani)								
15	Olho preto (Fusarium solani f.sp eumartii)								
16	Sarna pulverulenta (Spongospora subterrânea)								
17	Total de Pragas Fungicas								

☐ Aprovada _____ (ha) ☐ Condenada _____ (ha) ☐ Revistoria _____ (ha)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PARECER TÉCNICO:

Ciente, Local / Data:	Local / Data:
_____ Produtor ou Cooperante	_____ Nome do RT RENASEM n° CREA n°

ANEXO VI-A

LAUDO DE VISTORIA DE TUBÉRCULOS N° _____

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

Nome:		
CNPJ/CPF:	Inscrição no RENASEM nº:	
END:		
TEL:	Endereço eletrônico:	
Município/UF:		CEP:

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Cooperante:					
Nome da Propriedade:				Município/UF:	
Endereço do local da vistoria:					
Nº do Campo	Cultivar	Categoria	Safra	Produção (t)	Data da Colheita

Nº do Lote	Tipo(s)	N° de embalagens	Peso (kg)

Avaliação - 1 (uma) embalagem para cada 400 embalagens.		
FATORES		Ocorrência (%)*
Crosta preta (Rhizoctonia solani) (% Área do tubérculo)		
Sarna comum (Streptomyces spp.) (% Área do tubérculo)		
Sarna Prateada (Helminthosporium solani) (% Área do tubérculo)		
Murcha bacteriana (Ralstonia solanacearum)		
Olho preto (Fusarium solani f.sp. eumartii)		
Sarna pulverulenta (Spongospora subterranea)		
Podridão mole, Canela preta, (Pectobacterium spp.; Dickeya spp.)		
Requeima (Phytopthora infestans)		
Podridão seca (Fusarium spp.)		
Pinta preta (Altenaria spp.)		
Nematóides de galha (Meloidogyne spp.)		
Nematóides das lesões (Pratylenchus spp.)		
Danos por Insetos	Traça (Phthorimaea operculella)	
	Outros insetos	
Defeitos Fisiológicos	Embonecamento; fendas; coração preto; mancha chocolate	
	Tubérculo vitrificado; dano de desfolhante; queimadura; broto fino;	
Danos Mecânicos	Batidas, cortes e esfolamento	
Mistura Varietal (coloração da película)		
Mistura de Tipos na mesma embalagem		
Pulgão (nº)		

* - Para o fator Pulgão, a ocorrência é informada em número.

PARECER TÉCNICO:

Ciente, Local / Data:	Local / Data:
_____ Produtor ou Cooperante	_____ Nome do RT RENASEM n° CREA n°

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 69, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006 , Art. 3 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21052.000575/2011-58, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR SP 399, da empresa S.V.I. AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 10.921.424/0001-42, Inscrição Estadual nº ISENTO, localizada na Rua Cuiabá, nº 329, Vila Nossa Senhora de Fátima, São Vicente-SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Containeres (FEC), b) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL), c) Fumigação em Porões de Navio (FPN) e d) Fumigação em Silos Herméticos (FSH).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE TADEU DE FARIA

PORTARIA Nº 70, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21052.0193666/2008 -82, resolve:

Art. 1º Credenciar sob o número BR SP 426, a empresa BRASFITO SERVIÇOS TÉCNICOS E AGROENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 12.069.024/0001-86, Inscrição Estadual nº 633.707.535.115, localizada na Rua Alexandre Rodrigues, nº 38, Centro, Santos-SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a)Fumigação em Containeres (FEC), b) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL), c) Fumigação em Silos Herméticos (FSH), d) Fumigação em Porões de Navio (FPN) e f) Tratamento por Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado á Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE TADEU DE FARIA

PORTARIA Nº 71, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21052.020898/2010-87, resolve:

Art. 1º Credenciar sob o número BR SP 427, a empresa CENTRAL DO PALLETS INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 08.649.685/0001-03, Inscrição Estadual nº 746.057.794.110, localizada na Rua Antonio Batista dos Santos Filho,100, Vila Nova Estiva, Estiva Gerbi-SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Containeres (FEC), b) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL), c)Fumigação em Silos Herméticos (FSH), d) Fumigação em Porões de Navio (FPN) e f) Tratamento por Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE TADEU DE FARIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência e Tecnologia

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

PORTARIA Nº 1.836, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, neste ato representado, nos termos da Portaria/MCT nº 407, de 29/06/2006, por seu Diretor, Dr. Gilberto Câmara Neto, conforme Portaria nº 1015, de 05/12/2005, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no DOU de 06/12/2005 e Portaria/MCT nº 1008, de 27/11/2009, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Descentralizar, crédito orçamentário da ação 6237 - Desenvolvimento de Pesquisa nas Unidades Regionais do INPE, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: FR 100 - PT 009410 - PI 6237.0001.001.

Art. 2º O monitoramento da execução referente à ação 6237 será realizado pelo Centro Regional do Nordeste - CRN.

Parágrafo Único: A instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao Centro Regional do Nordeste - CRN, relatório gerencial nos moldes de formulários disponibilizados por este Centro.

Art. 3º A prestação de contas dos créditos descentralizados deverá integrar as contas anuais do Ministério da Ciência e Tecnologia a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BRAGA
Diretor
Substituto

ANEXO I

	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
1	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01349.000012/2011-27	2011NC00002	R$ 29.400,00

PORTARIA Nº 1.837, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, neste ato representado, nos termos da Portaria/MCT nº 407, de 29/06/2006, por seu Diretor, Dr. Gilberto Câmara Neto, conforme Portaria nº 1015, de 05/12/2005, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no DOU de 06/12/2005 e Portaria/MCT nº 1008, de 27/11/2009, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Descentralizar, crédito orçamentário da ação 6237 - Desenvolvimento de Pesquisa nas Unidades Regionais do INPE, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: FR 100 - PT 009410 - PI 6237.0001.001.

Art. 2º O monitoramento da execução referente à ação 6237 será realizado pelo Centro Regional do Nordeste - CRN.

Parágrafo Único: A instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao Centro Regional do Nordeste - CRN, relatório gerencial nos moldes de formulários disponibilizados por este Centro.

Art. 3º A prestação de contas dos créditos descentralizados deverá integrar as contas anuais do Ministério da Ciência e Tecnologia a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BRAGA
Diretor
Substituto

ANEXO I

	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
1	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01349.000011/2011-82	2011NC00001	R$ 14.160,00

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 59, DE 28 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei Nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto Nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

09-0348 - Ponto de Partida
Processo: 01580.035949/2009-56
Proponente: Antenna Produtora Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.273.062/0001-65
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0602 - Mais de Duzentos Chinelos
Processo: 01580.049504/2008-72
Proponente: Turner Imagem e Comunicação Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 73.063.554/0001-01
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

09-0318 - Raízes do Candomblé de Angola no Brasil
Processo: 01580.030968/2009-96
Proponente: 13 Produções e Criações Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 06.013.078/0001-27
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0317 - Lado A Lado B
Processo: 01580.030969/2009-31
Proponente: 13 Produções e Criações Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 06.013.078/0001-27
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0316 - Pascalingudum! Os Eternos Demônios da Garoa
Processo: 01580.030972/2009-54
Proponente: 13 Produções e Criações Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 06.013.078/0001-27
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0260 - Espetáculo - Por Trás das Cortinas do Musical
Processo: 01580.023198/2009-25
Proponente: Interface Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 10.445.307/0001-50
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0373 - O Golpe da Viúva
Processo: 01580.037149/2009-70
Proponente: Platéia Video Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 57.145.229/0001-31
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0006 - Na Quadrada das Águas Perdidas
Processo: 01580.000473/2009-32
Proponente: Antonio M. G. de Carvalho Produções Artísticas e Cinematográficas
Cidade/UF: Petrolina/PE
CNPJ: 07.947.109/0001-80
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0007 - O Gigantesco Imã
Processo: 01580.000485/2009-67
Proponente: Antonio M. G. de Carvalho Produções Artísticas e Cinematográficas
Cidade/UF: Petrolina/PE
CNPJ: 07.947.109/0001-80
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0044 - A Cidade do Rio de Janeiro
Processo: 01580.006084/2009-11
Proponente: Andaluz Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 28.330.561/0001-78
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0475 - Bebete e Daniboy
Processo: 01580.045798/2009-44
Proponente: Lotus Holding Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.353.982/0001-70
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0409 - Por Um Sonho de Verão
Processo: 01580.040804/2009-77
Proponente: Ankor Produtora e Distribuidora Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 86.804.226/0001-60
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0428 - Amanhã Nunca Mais - Comercialização
Processo: 01580.042279/2009-24
Proponente: Filmes Mais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0145 - A Antropologia de Roberto da Matta
Processo: 01580.013891/2009-90
Proponente: Bossa Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.876.666/0001-69
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0239 - Histórias da Cidade
Processo: 01580.020614/2009-33
Proponente: Paleoteve Produção Cultural Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 67.619.171/0001-74
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0253 - A Miração de Samuel Pianko
Processo: 01580.022578/2009-42
Proponente: Antenna Produtora Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.273.062/0001-65
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0252 - Cartas do Kuluene
Processo: 01580.022208/2009-13
Proponente: Sertão Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Goiânia/GO
CNPJ: 08.752.098/0001-45
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0313 - Proteção
Processo: 01580.030964/2009-16
Proponente: Luiz Divino do Lago - EPP
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.187.695/0001-74
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0019 - Sobre a Neblina
Processo: 01580.002202/2009-11
Proponente: Franco Produções, Filmes, Eventos e Promoções Ltda. - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 39.183.983/0001-84
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0248 - Véu de Curityba
Processo: 01580.022277/2008-38
Proponente: Anjo Azul Filmes Ltda.
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 08.872.404/0001-87
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0569 - Ivan - De Volta Para o Passado
Processo: 01580.048541/2008-63
Proponente: Augustinho Pasko ME
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 04.937.797/0001-09
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0578 - Maria
Processo: 01580.049392/2008-50
Proponente: Liligo Produções Artísticas Ltda. - EPP
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.010.574/0001-52
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0500 - Quase Memória
Processo: 01580.047507/2008-71
Proponente: Kinossaurus Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.282.322/0001-04
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0563 - Clarisse (Ou Alguma Coisa Sobre Nós Dois)
Processo: 01580.048510/2008-11
Proponente: Iluminura Cinema e Multimídia Ltda. ME
Cidade/UF: Fotaleza/CE
CNPJ: 04.614.433/0001-98
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0658 - Simone
Processo: 01580.056744/2008-23
Proponente: Oxalá! Produção Cultural e Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 10.459.538/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

09-0032 - Crack A Pedra do Diabo
Processo: 01580.004389/2009-98
Proponente: S. P. Produções Cinematográfica Ltda.
Cidade/UF: Uberaba/MG
CNPJ: 02.373.364/0001-42
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0115 - Deusa Cadela
Processo: 01580.012064/2008-06
Proponente: Raconto Produções Artísticas Ltda. - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.095.244/0001-70
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0385 - Três Dias para o Amor
Processo: 01580.038764/2008-12
Proponente: Muiraquitã Filmes e Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 04.728.553/0001-16
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93, e mediante patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

09-0306 - Dercy de Cabo a Rabo
Processo: 01580.029091/2009-91
Proponente: Etcétera Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Embu/SP
CNPJ: 01.692.358/0001-95
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0486 - Sócrates Brasileiro
Processo: 01580.046056/2009-36
Proponente: Taus Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Embu/SP
CNPJ: 57.312.878/0001-80
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

09-0489 - Nelson Ninguém
Processo: 01580.0045858/2009-29
Proponente: Debrito Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 04.967.560/0001-70
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0414 - Todo Poderoso: O Filme - 100 Anos de Timão
Processo: 01580.041414/2009-14
Proponente: Canal Azul Consultoria Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 04.350.398/00001-47
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

09-0407 - Querida Mamãe
Processo: 01580.040807/2009-19
Proponente: Jere Moreira Produtora de Filmes e Vídeos Ltda. - EPP
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 67.942.250/0001-11
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0452 - O Velho Marinheiro
Processo: 01580.043799/2009-54
Proponente: Total Entertainment Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0084 - Cidade Ilimitada
Processo: 01580.009411/2009-96
Proponente: Akron Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 56.252.505/0001-06
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0440 - Gasolina
Processo: 01580.042742/2009-38
Proponente: Spectra Mídia Produções e Comércio Ltda.
Cidade/UF: Juquitiba/SP
CNPJ: 03.380.530/0001-09
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0164 - Fortunato e Justina
Processo: 01580.014955/2009-70
Proponente: Sequência 1 Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 68.310.432/0001-32
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0095 - A Frente Fria Que a Chuva Traz
Processo: 01580.009808/2008-05
Proponente: C. H. G. Camargo Ribas
Cidade/UF: Ventania/PR
CNPJ: 04.092.785/0001-20
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0104 - Mãos de Cavalo
Processo: 01580.010577/2008-74
Proponente: M. Schmiedt Produções Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 86.777.331/0001-58
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0339 - Praia do Futuro
Processo: 01580.033813/2008-21
Proponente: Coração da Selva Transmídia Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 05.508.188/0001-05
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0561 - A Cidade dos Piratas
Processo: 01580.048501/2008-11
Proponente: Otto Desenhos Animados Ltda ME.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 87.435.368/0001-60
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0207 - Destino 2
Processo: 01580.019652/2008-62
Proponente: Nhock Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio Bonito/RJ
CNPJ: 29.528.452/0001-22
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

DELIBERAÇÃO Nº 60, DE 28 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei Nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto Nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar a prorrogação do prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

07-0353 - Vips - Histórias Reais de um Mentiroso
Processo: 01580.033757/2007-43
Proponente: Mariana Caltabiano Criações Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.833.200/0001-98
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0403 - Verão da Lata
Processo: 01580.037362/2007-10
Proponente: Magma Cultural e Serviços Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.729.417/0001-88
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0499 - Gringos do Rio
Processo: 01580.045523/2007-49
Proponente: Tambellini Filmes e Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 29.269.719/0001-04
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0438 - Movimentum
Processo: 01580.041667/2010-21
Proponente: Matel Comunicações Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 54.370.093/0001-75
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0313 - Lan, o Traço Apaixonado
Processo: 01580.032113/2010-33
Proponente: Toscana Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 29.254.331/0001-30
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Aprovar a prorrogação do prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, paras os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

07-0286 - O Fim e os Meios
Processo: 01580.026764/2007-99
Proponente: Cinema Brasil Digital Escritório de Planejamento em Empreendimentos Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 68.317.445/0001-33
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0501 - Impressões
Processo: 01580.045850/2007-09
Proponente: D7 Filmes Ltda. - ME
Cidade/UF: Recife/PE
CNPJ: 06.076.085/0001-78
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0446 - Projeto de Difusão de Conteúdo Audiovisual Brasileiro
Processo: 01580.040862/2007-39
Proponente: Elo Audiovisual Serviços Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0464 - A Revolução do Cinema Novo
Processo: 01580.042737/2007-63
Proponente: Kinotv Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0350 - Copa União 1987
Processo: 01580.033705/2007-77
Proponente: Kinotv Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0147 - Guia de Cego
Processo: 01580.016185/2010-33
Proponente: Bossa produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.876.666/0001-69
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0405 - Caxias - Que Cidade é Essa?
Processo: 01580.037118/2010-52
Proponente: Infoco Filmes e Entretenimento Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 94.355.484/0001-35
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0314 - Vila dos Confins
Processo: 01580.032312/2010-41
Proponente: Oeste Filmes Brasileiros Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.074.644/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0188 - Deserto D'água
Processo: 01580.019568/2010-63
Proponente: Máquina Filmes Ltda. ME
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 81.183.527/0001-09
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0191 - Bem-te-vi - O Filme
Processo: 01580.020055/2010-03
Proponente: T.A.O. Produções Artísticas Ltda. - ME
Cidade/UF: Campinas/SP
CNPJ: 05.462.807/0001-60
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0479 - Lua em Sagitário
Processo: 01580.044546/2010-31
Proponente: Realizart Produção Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Florianópolis/SC
CNPJ: 01.282.220/0001-18
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0346 - Aspirantes
Processo: 01580.032975/2010-66
Proponente: Crisis Produtivas - Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.858.795/0001-24
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0014 - Bairro Cota
Processo: 01580.003480/2010-20
Proponente: Daniela de Oliveira Cyrino Guariba - ME
Cidade/UF: Assis/SP
CNPJ: 09.536.701/0001-14
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0131 - Herchcovitch
Processo: 01580.015136/2010-83
Proponente: Lacuna Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.677.301/0001-66
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0364 - Histórias do Porto
Processo: 01580.033742/2010-81
Proponente: Lira Filmes e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.106.779/0001-19
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0302 - Entre Nós, o Estranho
Processo: 01580.032143/2010-40
Proponente: Augustinho Pasko
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 04.937.797/0001-09
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0339 - Bestiário
Processo: 01580.032881/2010-97
Proponente: Basilisco Produções Ltda.
Cidade/UF: João Pessoa/PB
CNPJ: 10.501.535/0001-08
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 3º Aprovar a prorrogação do prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

07-0528 - Simplesmente João Donato
Processo: 01580.047730/2007-38
Proponente: Vemver Comunicação e Difusão Cultural Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 28.247.971/0001-50
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07-0409 - Amores Raros
Processo: 01580.037962/2007-88
Proponente: Acquafredda Cine e Video Ltda. - ME
Cidade/UF: Palhoça/SC
CNPJ: 02.438.582/0001-18
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0383 - Um Pedido Incomum
Processo: 01580.033975/2010-83
Proponente: Veja TV Mídia Digital Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 11.453.491/0001-42
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0044 - Elymar Superstar Guerreiro Sonhador
Processo: 01580.007996/2010-43
Proponente: Raconto Produções Artísticas Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.095.244/0001-70
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0279 - Um Tiro no Coração
Processo: 01580.029582/2010-75
Proponente: Vitória Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 36.007.649/0001-81
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 4º Aprovar a prorrogação do prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

07-0452 - Guerreiros da Tempestade
Processo: 01580.041757/2007-17
Proponente: Diler & Associados Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.291.470/0001-51
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0325 - Duas Mulheres e Alguns Crimes
Processo: 01580.030983/2007-72
Proponente: Mamo Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/RJ
CNPJ: 57.643.793/0001-84
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0352 - Arpoador Surf Clube
Processo: 01580.033751/2007-76
Proponente: Caipirinha Filmes e Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 06.939.675/0001-87
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0324 - Quem Tem Medo de Fantasma?
Processo: 01580.030998/2007-31
Proponente: Ananã Produções, Eventos e Assessoria de Marketing Ltda.
Cidade/UF: Rio Bonito/RJ
CNPJ: 01.473.536/0001-97
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0512 - Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios
Processo: 01580.047329/2007-06
Proponente: Drama Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 02.902.219/0001-01
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0360 - Cem Anos de Perdão
Processo: 01580.033971/2007-08
Proponente: For All Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.667.340/0001-10
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0308 - O Golpe
Processo: 01580.029441/2007-57
Proponente: Total Entertainment Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.863.0008/0001-07
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0268 - Vidas Muito Famosas
Processo: 01580.028754/2010-93
Proponente: Melodrama Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.626.688/0001-08
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0271 - Todas as Coisas Mais Simples
Processo: 01580.029581/2010-21
Proponente: Lacuna Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.677.301/0001-66
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0353 - Pureza
Processo: 01580.033529/2010-79
Proponente: Videografia Criação e Produção Ltda.
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 55.084.750/0001-80
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 5º Aprovar a prorrogação do prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

07-0508 - Tarsilinha
Processo: 01580.046724/2007-63
Proponente: PG Produções de Cinema Vídeo e TV Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0478 - O Diabo Torce o Rabo
Processo: 01580.044550/2010-08
Proponente: Cast Tecnologia e Arte Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 31.931.769/0001-57
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 6º Aprovar a prorrogação do prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de co-produção nos termos nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685/93.

10-0421 - Vênus ao Espelho - Desenvolvimento
Processo: 01580.039562/2010-11
Proponente: Citzencrane Produções Artísticas Ltda. - ME
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 03.675.713/0001-43
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 7º Aprovar a prorrogação do prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de co-produção nos termos nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

10-0080 - Enxaqueca
Processo: 01580.010526/2010-67
Proponente: Raconto Produções Artísticas Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.095.244/0001-70
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 159, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria GM-MinC n. 13/2007, constante na seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de abril de 2007, Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério, conforme anexo abaixo:

Art. 2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/ MinC Nº 01 de 05.10.10, publicada no Diário a Oficial União de 06.10.10, a saber: "O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo mínimo de dez anos".

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	Objeto	Área	Valor Proposto (R$)	Valor Aprovado (R$)	Valor Captado (R$)
08-5726	Conexões Musicais: França - Brasil - Rio de Janeiro (Ano da França no Brasil - França.BR 2009)	Baluarte Agência de Projetos Culturais Ltda.	O projeto apresentará uma mostra da música popular nascida da cultura urbana parisiense do início do século XX, através de quatro concertos, no Rio de Janeiro. Serão apresentadas obras do repetório popular frânces e do repertório popular brasileiro que tenham influência da música francesa, em especial do "musette", gênero representativo da música francesa.	Música	**257.031,50**	**237.935,50**	**150.150,00**

PORTARIA Nº 160, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria GM-MinC n. 13/2007, constante na seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de abril de 2007, Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério, conforme anexo abaixo:

Art. 2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/ MinC Nº 01 de 05.10.10, publicada no Diário a Oficial União de 06.10.10, a saber: "O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo mínimo de dez anos".

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	Objeto	Área	Valor Proposto (R$)	Valor Aprovado (R$)	Valor Captado (R$)
08-6822	Carnaval Unesamba	União das Entidades de Samba da Bahia	Participação no carnaval de Salvador, objetivando a preservação da cultura-afro e criando caminhos para aparição de talentos e artistas emergentes que buscam através do carnaval oportunidades para poderem mostrar seus trabalhos musicais.	Artes Integradas	1.833.563,00	933.768,00	186.753,60

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 161, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 8985 - Uma Trajetória de Valorização à Cultura Germânica
Fundação Universidade Regional de Blumenau
CNPJ/CPF: 82.662.958/0001-02
Processo: 01400.018638/20-10
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 115.486,50
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto "Uma Trajetória de Valorização à Cultura Germânica" propõe resgatar e divulgar a história e a cultura germânicas difundidas em Blumenau e sul do país, através de apresentações do grupo de Danças Alemãs da FURB, para outras regiões brasileiras. As atividades desenvolvidas neste projeto ajudarão a compreender a importância da valorização da cultura popular do município de Blumenau, evidenciando o potencial turístico do município e região originário da manutenção de sua cultura

10 12011 - Teatro no Café Paon
GOMES CARVALHO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 49.729.940/0001-05
Processo: 01400.023138/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 161.000,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Café Paon é uma casa que reune em um mesmo espaço um restaurante e uma casa de shows e um charmoso restaurante contemporâneo. A casa tem tradição em realizar em média 4 shows por semana. Agora, o Café Paoun irá oferecer, também, shows de teatro. A proposta é para realização de 40 shows, sendo 1 por semana, durante 10 meses, de maio de 2011 a março de 2012. Parte das despesas dos shows são custeador pela casa, com a renda da bilheteria; a proposta é para custear apenas o complemento.

10 12113 - Karaokê do Improviso!
Gabriela Turano Cywinski
CNPJ/CPF: 221.965.838-47
Processo: 01400.023250/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 470.288,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção, estréia, temporada e manutenção do novo espetáculo da CIA SUSTENTÁCULOS, que através de jogos de improviso pretende promover dentro do espetáculo um karaokê de improvisação e ou atuação colocando a platéia para realizar os jogos cênicos, uma proposta inovadora e extremamente divertida, gerando um espetáculo de comédia diferente a cada apresentação. Serão realizadas 26 apresentações ao longo de três meses.

11 0119 - OPORTUNIDADE RARA
Gog e Magog Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 31.431.166/0001-96
Processo: 01400.000252/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 642.450,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Trata-se da produção, ensaio, divulgação e apresentações de uma obra teatral inédita de HAMILTON VAZ PEREIRA - um dramaturgo brasileiro que nos últimos 36 anos realizou nos palcos brasileiros 33 espetáculos inéditos - composta por 5 atos independentes entre si em trama, em temática, em estilo e que realiza uma observação sobre a condição de vida de uma parcela da sociedade carioca, brasileira e mundial.

10 10867 - Criança Cidadã
Ivam Cabral
CNPJ/CPF: 460.148.379-49
Processo: 01400.021430/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 402.520,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto pretende apresentar o espetáculo "Criança Cidadã" para crianças de 6 a 10 anos de idade da rede pública de ensino de São Paulo. A partir de ampla pesquisa sobre cidadania e ecologia, a equipe artística se responsabiliza por realizar um trabalho teatral de qualidade com o objetivo de criar uma consciência de cidadania em 75 apresentações para 30.000 crianças das camadas menos favorecidas gratuitamente e, ao mesmo tempo, propiciar um contato enriquecedor destas com o fenômeno teatral.

10 11944 - Paixão de Cristo Praia de Quixába - 2011
Instituto Social de Arte e Cultura do Ceará
CNPJ/CPF: 07.895.292/0001-17
Processo: 01400.023034/20-10
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 347.062,50
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/05/2011
Resumo do Projeto:
O Espetáculo Teatral PAIXÃO DE CRISTO PRAIA DE QUIXABA que ocorrerá, consiste na realização de um espetáculo teatral popular e ao ar livre que permite o acesso de grandes platéias ao teatro, incrementando assim o gosto

10 8194 - WHS apresenta Rautakeuhko
MGP - Consultoria Cultural e Marketing
CNPJ/CPF: 05.538.359/0001-30
Processo: 01400.016904/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 492.198,18
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:
Um dueto intenso entre o acordeonista/ compositor Kimmo Pohjonen e o malabarista e inovador Ville Walo, onde unem suas energias criativas no palco. O principal objetivo do projeto WHS apresenta Rautakeuhko é exibir o espetáculo "Rautakeuhko" do grupo WHS, grupo este de novo circo/ teatro visual da Finlândia, formada pelo malabarista Ville Walo, o mágico Kalle Hakkarainen e a designer e figurinista Anne Jämsä.

10 11383 - Home Theater
Filet Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 09.601.149/0001-09
Processo: 01400.022337/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 645.310,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo principal deste projeto é a
produção de um espetáculo teatral adulto, com duração aproximada de 90 minutos, com texto original, livremente inspirado nas histórias de Electra e de Hamlet. Gostaríamos de inscrever o espetáculo no edital da NET, se for possível. O processo de construção do espetáculo terá duração de 8 semanas e temporada de 10 semanas em um teatro na cidade de São Paulo. Realizaremos no mínimo 30 apresentações dentro do cronograma apresentado.

10 12190 - Espetáculo Nostalgia
Circo Velox Ltda.
CNPJ/CPF: 04.770.455/0001-47
Processo: 01400.023343/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 505.550,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Remontagem e
temporada do Espetáculo Nostalgia em São Paulo, na lona fixa do Circo Vox. Nostalgia é um espetáculo que homenageia o Circo Tradicional, a raiz do Circo, os artistas que viveram a ideologia Circense, época em que ser circense ultrapassava os limites do trabalho e tornava-se estilo de vida.

10 11336 - Como conquistar um homem em sete dias
Will Marketing Comunicação e Produção Ltda.
CNPJ/CPF: 09.154.997/0001-09
Processo: 01400.022285/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 460.313,96
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem como síntese a realização do espetáculo "Como conquistar um homem em sete dias" a ser realizado entre junho e agosto de 2011. A peça será apresentada durante 3 meses de temporada no Rio de Janeiro, com ensaios abertos e gratuitos para o público.

10 11294 - Santa Clara, O Musical
TERRA BRASIL PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 12.195.618/0001-33
Processo: 01400.022238/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 124.572,63
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Montar o espetáculo "Santa Clara, O Musical" na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em temporada de um mês (8 apresentações) com entrada gratuita.

10 6293 - Aparecida - Uma história de fé
TERRA BRASIL PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 12.195.618/0001-33
Processo: 01400.014035/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.169.375,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montar o espetáculo religioso "Aparecida - Uma História de Fé" na cidade do Rio de Janeiro, em apresentação única, aberta ao público e gratuita, no mês de Dezembro.

10 12171 - Trupe da Saúde 7
Universidade Livre da Cultura
CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86
Processo: 01400.023324/20-10
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 343.380,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Trupe da Saúde 6 consiste em um grupo de 12 atores que trabalham com a técnica do palhaço/clown, os quais realizam intervenções (espetáculos teatrais) em 5 unidades hospitalares de Curitiba, a partir dos referenciais da Terapia do Riso. A 7ª edição do projeto visa a sua ampliação e qualificação em relação às edições anteriores.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 5790 - A orquestra convida..., com participar da Jazz Big
Band
Associação dos Artistas
CNPJ/CPF: 03.890.545/0001-09
Processo: 01400.013304/20-10
SP - São Vicente
Valor do Apoio R$: 753.500,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Serão 10 apresentações da Jazz Big Band, , no Teatro do Memorial da América Latina na cidade de São Paulo. O projeto busca popularizar e desmistificar as atividades de um espaço cênico clássico, por meio de apresentações de uma Big Band e cantores conhecidos desse público.

10 12084 - Festival de Música Erudita e Instrumental Brasileira em Montreal e Toronto
CANTILENA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 08.808.683/0001-10
Processo: 01400.023214/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 687.300,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
PROJETO PREVÊ A REALIZAÇÃO DE UM FESTIVAL DE MÚSICA ERUDITA E INSTRUMENTAL NÃO COMPETITIVO, COM DURAÇÃO DE 10 DIAS, NAS CIDADES DE MONTREAL E TORONTO NO CANADÁ. NESTE SERÃO REALIZADAS 12 APRESENTAÇÕES DE GRUPOS BRASILEIROS COM FORMAÇÕES DISTINTAS E 02 APRESENTAÇÕES COM GRUPO INTERNACIONAL.

10 5837 - SOM D'ARQUITETURA
INTERAUDIO -José Araújo Dantas ME
CNPJ/CPF: 06.926.047/0001-67
Processo: 01400.013365/20-10
PI - Teresina
Valor do Apoio R$: 188.008,55
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A presente proposta apresenta o projeto de turnê para lançamento do CD/DVD Som d'arquitetura do músico e arquiteto piauiense, Júlio Medeiros, com o objetivo de proporcionar visibilidade nacional ao trabalho deste artista que já atua no mercado regional há quase trinta anos.

10 10739 - Primeira Série de Concertos Oficiais da Banda Municipal Cinqüentenário de Farroupilha 2011
SOCIEDADE AMIGOS DA BANDA MUNICICIPAL CINQUENTENARIO DE FARROUPILHA
CNPJ/CPF: 90.481.243/0001-81
Processo: 01400.021241/20-10
RS - Farroupilha
Valor do Apoio R$: 236.965,86
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a produção, a montagem e a execução da Primeira Série Concertos Oficiais da Banda Municipal Cinquentenário de Farroupilha 2011, composta de quatro espetáculos inéditos, com repertório arranjado exclusivamente para a Banda. Com previsão de ocorrer durante o ano de 2011 e no primeiro mês de 2012, cidade de Farroupilha/RS. Para cada espetáculo é estimado um público médio de 400 pessoas nos eventos fechados e 1.000 pessoas nos eventos abertos, totalizando, aproximadamente 2.800 pessoas.

10 6259 - Circuito Erudito
FRISKE & FRISKE LTDA ME
CNPJ/CPF: 05.589.562/0001-36
Processo: 01400.013993/20-10
RS - Santa Rosa
Valor do Apoio R$: 671.400,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Promover espetáculos com Orquestra e Músicos de renome nacional enfatizando a presença da música instrumental e erudita em cidades do interior do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul (Passo Fundo, Carazinho e Marau) e na Bahia (Luis Eduardo Magalhães, Santa Rita de Cássia e Barra).

10 3151 - Candeia
Eric de Sá Budney
CNPJ/CPF: 176.840.388-00
Processo: 01400.007897/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 205.670,04
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto cultural é viabilizar a gravação do Cd instrumental do baixista e proponente Eric Budney, contendo 10 faixas de sua própria autoria.

10 12501 - MOMENTO RIO BANDOLIM - I Encontro Internacional de Bandolins do Rio de Janeiro
GSERPA PRODUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.096.697/0001-25

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 01400.023715/20-10
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R$: 171.418,55
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
O MOMENTO RIO BANDOLIM é o primeiro e inédito encontro de bandolinistas na cidade do Rio de Janeiro. Durante 5 dias, serão realizados um mínimo de 12 concertos , e quatro oficinas orientadas pelos músicos convidados, com caráter de bate-papo e com temas pré-estabelecidos, o "Bate-Cordas", direcionados para a participação ativa do público. Estão previstas intervenções musicais em espaços públicos do Rio (à definir), de forma a dar uma maior visibilidade ao Bandolim junto à população carioca.

10 12473 - ORQUESTRA DE TEUTÔNIA PELO BRASIL
Associação Orquestra Municipal de Teutônia
CNPJ/CPF: 03.163.278/0001-78
Processo: 01400.023673/20-10
RS - Teutônia
Valor do Apoio R$: 133.640,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
Realizar uma turnê pelo Brasil com apresentação de 10 espetáculos gratuitos em Teatros ou Clubes.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 8273 - Programa Agência-Escola Imagens do Povo
Observatório de Favelas
CNPJ/CPF: 06.055.395/0001-06
Processo: 01400.017197/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 242.160,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O rograma desenvolve ações nas esferas da educação, comunicação e cultura com objetivo de democratizar o acesso à linguagem fotográfica, apresentando a fotografia como técnica de expressão e visão autoral da sociedade. Como parte do programa sócio-pedagógico do Observatório de Favelas, o Imagens do Povo é um centro de documentação e formação de fotógrafos documentaristas. Os principais eixos do projeto são: a Escola de Fotógrafos Populares, a Agência Imagens do Povo e o seu acervo fotográfico.

10 2368 - Lúdicos e Tridimensionais
Sociedade de Amigos dos Museus
CNPJ/CPF: 50.856.400/0001-71
Processo: 01400.006118/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 309.000,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A exposição pretende apresentar obras de cinco artistas; quatro franceses e um brasileiro que desde os anos noventa implementam o intercambio cultural entre os dois países, seja através de exposições como residências temporárias. A Exposição será realizada no Museu Brasileiro da Escultura- MuBE em São Paulo e no Centro Hélio Oiticica no Rio de Janeiro.

10 11437 - CAPOEIRA: Entre a luta e a dança
Instituto Pensarte
CNPJ/CPF: 02.606.758/0001-01
Processo: 01400.022399/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 203.200,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto CAPOEIRA: Entre a luta e a dança tem por objetivo realizar uma exposição sobre o tema Capoeira, abordando sua história, estilos, importância e reflexos na cultura brasileira. A exposição terá duração de 02 meses e ocorrerá na Sede do Instituto Pensarte (local privado), sendo o seu acesso livro a todos, uma vez integralmente gratuita.

10 12225 - Barro e Vida
Linha Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.822.543/0001-08
Processo: 01400.023389/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 356.751,94
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
A exposição "Barro e Vida", com a curadoria de Carla Dias, trará para o Espaço Tom Jobim - Jardim Botânico RJ o processo tradicional de fabricação das panelas de barro pretas da região de Vitória (ES), em toda sua complexidade e riqueza: desde as matérias

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 8572 - Paisagens Culturais Brasileiras
INSTITUTO SOCIO CULTURAL TPI
CNPJ/CPF: 09.488.102/0001-72
Processo: 01400.017806/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 402.141,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta visa a edição de 2 títulos da coleção de livros Paisagens Culturais Brasileiras, abordando cenários poucos conhecidos do país, que merecem divulgação e ampliação de seus potenciais. Estes livros terão por conteúdo o patrimônio cultural compreendendo a geografia, história, paisagem, grupos humanos formadores da cultura, produção artística e tradições existentes. O 1º livro tratará de Navegantes, município de S.C. e o 2º título, a região banhada pelos rios Tibagi e Paranapanema, no PR.

10 12354 - Teresa Viana
CONSUELO GONÇALVES DE SOUZA E CASTRO
CNPJ/CPF: 278.113.488-02
Processo: 01400.023549/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 216.493,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A edição do livro da artista plástica e pintora Teresa Viana, apresenta a retrospectiva de seus 20 anos de pintura, desenho, colagem, site-specific e imagem digital, onde serão apresentadas seus trabalhos mais expressivos, passando pelas diversas fazes bem como suas inspirações e representações que abordam temas caracterizados pelo embate com a tradição pictórica e as possibilidades de desdobramento na contemporaneidade.

10 5130 - SABORES DO BRASIL
ARTEBR LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.421.068/0001-60
Processo: 01400.011954/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 483.703,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo a concepção e a realização de uma publicação que apresenta a culinária brasileira na sua dimensão cultural, estética e literária. Por meio de narrativas ficcionais e históricas, entrevistas, receitas comentadas, fotografias, mapas e ilustrações artísticas este livro pretende mostrar como experiência estética da gastronomia brasileira se manifesta culturalmente através dos tempos.

10 7158 - Luiz Stein - 30 anos de design (livro)
Zucca Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 02.303.114/0001-36
Processo: 01400.015222/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 261.525,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Livro de arte que celebrará os 30 anos de carreira de um dos maiores artistas visuais do Brasil, Luiz Stein. O livro trará uma compilação da produção do artista que, com vasto currículo, já criou quase 200 capas de LPs e CDs, mais de 100 capas de livros e dirigiu cerca de 50 videoclipes, entre inúmeras outras criações como diretor de arte e programador visual em espetáculos de teatro e dança, desfiles de moda, filmes, programas de tv, exposições e intervenções urbanas.

10 9667 - Passageiro do Olhar
Editora Origem ME Ltda.
CNPJ/CPF: 04.762.467/0001-20
Processo: 01400.019761/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 276.169,90
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produzir uma obra literária, contendo cerca de 180 fotografias, demonstrando a visão de Valdemir Cunha, das viagens que fez pelos cinco continentes durante seus 20 anos de trabalho como fotógrafo. Diferentemente do olhar simplista do turista, Valdemir Cunha demonstra uma visão peculiar dos lugares por onde passou. São registros de pessoas, cenas singelas e detalhes inusitados que revelam o espírito de cada local por onde esteve.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
10 3442 - Era uma vez... Europa - Campinas
Origem Promoção de Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 08.846.097/0001-60
Processo: 01400.008582/20-10
SP - Ribeirão Preto
Valor do Apoio R$: 405.993,06
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
É um projeto incentivado pelo jogador da seleção brasileira de Luis Fabiano que objetiva o desenvolvimento cultural-social de áreas carentes na cidade de Campinas. Através de atividades culturais o projeto consiste em trabalhar em 3 etapas o desenvolvimento da escrita, o aprendizado de uma dança tradicional, a capoeira e a realização de um intercâmbio cultural na Europa com duração de 10 dias. O projeto será voltado para jovens de 8ª séries de escolas que apresentaram as menores notas no IDEB.

10 11936 - VIOLINOS DE CARTOLA TOCAM NELSON CAVAQUINHO
Centro Cultural Cartola
CNPJ/CPF: 04.248.634/0001-19
Processo: 01400.023026/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 294.600,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Serão realizadas 4 Apresentações Públicas da Orquestra de Violino Cartola, com base nas melodias transcritas em pentagrama musical das linhas melódicas das 45 (quarenta e cinco) obras selecionadas de Nelson Cavaquinho..Teremos ainda Pesquisa histórica, le

10 11279 - A Cartilha do Samba Chula
Associação Sociocultural Umbigada
CNPJ/CPF: 07.770.132/0001-41
Processo: 01400.022219/20-10
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 233.900,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A Cartilha do Samba Chula tem como resultado um livro ilustrativo (2000 ex.), incluindo um cd-áudio e dvd-didático, gerados num processo de ensino-aprendizagem e registros áudios-visuais com mestres do Samba Chula e jovens multiplicadores das comunidades do Recôncavo em três modalidades: a viola machete; a chula cantada; o samba miudinho. Proponente do projeto é a Associação socio-cultural Umbigada e parceiro do projeto é a Associação dos Sambadores da Bahia

ANEXO II

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 6945 - Festival do Livro e da Literatura de São Miguel.
Fundação Tide Azevedo Setúbal
CNPJ/CPF: 07.459.655/0001-71
Processo: 01400.014925/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 167.200,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Atividades: Feira, exposições, doações e trocas de livros, contação de histórias, conversa com o autor, recitais, cinema, histórias em quadrinhos.Programação realizada no CDC Tide Setubal com extensão nos corredores de livros (itinerários de literatura - ruas, praças, bibliotecas, pontos de leitura, pontos de ônibus e ônibus biblioteca) visando a promoção da difusão da literatura e leitura na cidade de São Paulo.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 0291 - CONTO A CONTO
Estudio PV Design Ltda
CNPJ/CPF: 09.600.707/0001-03
Processo: 01400.000448/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 109.000,00
Prazo de Captação: 29/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Site de referência para todos os envolvidos nas narrativas orais e escritas - orientadores, contadores de histórias, educadores e educandos, produtores culturais, pedagogos, ilustradores, escritores, leitores, artistas dos mais diversos segmentos e demais interessados no universo das narrativas orais e escritas - com conteúdo, informação, noticias e atividades para o desenvolvimento de leitores e narradores.

PORTARIA Nº 162, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
10 10967 - Programa de Cultura - Estação Conhecimento de Nova Lima
Fundação Vale do Rio Doce de Hab. e Desen. Social
CNPJ/CPF: 33.896.291/0001-05
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 542.208,00

PORTARIA Nº 163, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
09 7241 - Inclusão Digital e Governo Federal; uma História de Política Pública
IPSO - Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos
CNPJ/CPF: 96.538.798/0001-07
SP - São Paulo
Período de captação: 15/03/2011 a 31/03/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 8532 - Cantoria 2010
Eduardo Coimbra Pirajá Martins Filho
CNPJ/CPF: 225.864.918-82
SP - São João da Boa Vista
Período de captação: 28/03/2011 a 31/08/2011

PORTARIA Nº 164, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
08 7917 - Noites Culturais
Esporte Clube Pinheiros
CNPJ/CPF: 60.854.205/0001-66
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 318.512,00

PORTARIA Nº 165, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 10 10964 -"Estação Conhecimento de Nova Lima - Equipamentos de Artes Cênicas e Outros", publicado na portaria de aprovação n. 685/10 de 13/12/2010, publicada no D.O.U. em 14/12/2010.

Onde se Lê: ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)

Leia-se : ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 178/GC3, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Aprova a edição da Instrução que disciplina o Programa de Pós-Graduação em Aplicações Operacionais.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta dos Processos nº 67050.002919/2010-01 e nº 67700.000076/2010-07, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-461 "Programa de Pós-Graduação em Aplicações Operacionais - PPGAO"(*), que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 941/GC3, de 11 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 236, de 12 de dezembro de 2001, Seção 1, página 826.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

(*) A Instrução de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PORTARIA COMGEP Nº 65-T/1EM, DE 28 DE MARÇO DE 2011

(Protocolo COMAER nº 67400.005547/2011-21)

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 550/GC3, de 9 de agosto de 2010, e das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 9º do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 216/GC3, de 24 de fevereiro de 2005, em conformidade com o § 3º do art. 17 do Regulamento da Reserva da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 6.854, de 25 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação para a Seleção de Engenheiros Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário, no ano de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig. do Ar JORGE GODINHO BARRETO NERY

COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 26/DADM, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na alínea a do inciso II do § 1º do Art. 8º, no Art. 22, no Parágrafo único do Art. 23 e no item 3.1 do anexo IV da Instrução Normativa nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Atualizar o endereço do CNPJ nº 00.394.502/0431-10, pertencente ao Centro de Análises de Sistemas Navais, para Praça Barão de Ladário, s/nº, Centro, Ilha das Cobras, Edifício nº 23 do AMRJ, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.091-000.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

V.-Alte (IM) INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ

PORTARIA Nº 27/DADM, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na alínea a do inciso II do § 1º do Art. 8º, no Art. 22, no Parágrafo único do Art. 23 e no item 3.1 do anexo IV da Instrução Normativa nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Atualizar o endereço do CNPJ nº 00.394.502/0256-43, pertencente ao Navio Balizador Faroleiro Mário Seixas (NBFM-Seixas), para Rua Benjamin Constant, nº 707 - Costeira - Paranaguá - PR, CEP 83.203-190.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

V.-Alte (IM) INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 44/DPC, DE 3 DE MARÇO DE 2011

Renova o Credenciamento do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) para ministrar o Módulo de Mergulho Autônomo - MAUT - do Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) para ministrar o Módulo de Mergulho Autônomo - MAUT, do Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião, conforme estabelecido no Capítulo 3 da NORMAM-15.

Art. 2º O módulo citado no Art. 1º deverá ser ministrado exclusivamente para militares.

Art. 3º Para fins de inclusão no 4º Grupo de Aquaviários, os mergulhadores formados no CIAvEx deverão possuir, além do certificado do Curso do Módulo MAUT, o certificado de conclusão do Módulo de Mergulho Dependente - MARDEP, a ser realizado em escola de mergulho credenciada para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

Art. 4º O presente credenciamento tem validade até 28 de outubro de 2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 47/DPC, DE 11 DE MARÇO DE 2011

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas sob Jurisdição Nacional - NORMAM-04/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas sob Jurisdição Nacional" - NORMAM-04/DPC, aprovadas pela Portaria n° 102/DPC, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 05 de fevereiro de 2004, alterada pela Portaria n° 61/DPC, de 16 de junho de 2006, publicada no DOU de 26 de junho de 2006 (Mod 1); pela Portaria n° 24/DPC, de 06 de março de 2007, publicada no DOU de 08 de março de 2007 (Mod 2); pela Portaria n° 60/DPC, de 21 de maio de 2007, publicada no DOU de 29 de maio de 2007 (Mod 3); pela Portaria n° 99/DPC, de 09 de outubro de 2007, publicada no DOU de 16 de outubro de 2007 (Mod 4); e pela Portaria n° 39/DPC, de 13 de maio de 2009, publicada no DOU de 15 de maio de 2009 (Mod 5); conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 6.

I -No Capítulo 5 - "PERÍCIA EM PLATAFORMAS, NAVIOS SONDA, UNIDADES DE PRODUÇÃO E ARMAZENAMENTO E UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE PETRÓLEO":

a) No item 0504 - "PRÉ-REQUISITOS DA PERÍCIA":

1. Na alínea b) "Condições da Unidade":

1.1 Substituir o texto do primeiro parágrafo para o seguinte:

"A plataforma, navio sonda, FPSO e FSO deverá, antes do início da perícia, estar fundeado ou em posicionamento dinâmico em águas abrigadas, observando-se as medidas de segurança aplicáveis.".

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 55/DPC, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Renova o Credenciamento do Núcleo de Atividades Subaquáticas do SENAI/ MACAÉ para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento do Núcleo de Atividades Subaquáticas do SENAI / MACAÉ para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, conforme estabelecido no capítulo 3 da NORMAM-15.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 29 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 5 DE ABRIL DE 2011 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 23.596/2008 - Fato da navegação envolvendo o NM "BRIDGE ARROW", de bandeira norueguesa, durante a travessia pelo canal do Espadarte, zona de praticagem, Pará, em 27 de fevereiro de 2007.

Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Agência Brazshipping Marítima Ltda.
Advogado : Dr. Angelo Giuseppe Junger Duarte

Nº 23.595/2008 - Fato da navegação envolvendo o NM "CLIPPER ADVENTURE", de bandeira bahamense, durante a travessia pelo canal do Espadarte, zona de praticagem, Pará, em 21 de março de 2007.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Philip Dieckmann (Comandante)
Advogada : Drª Fabrízia da Fonseca Passos Bittencourt (DPU/RJ)

Nº 23.765/2008 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "SANTO EXPEDITO V", quando atracado a contrabordo do flutuante "ÁGUIA DE OURO", no porto Cai N'Água, rio Madeira, Porto Velho, Rondônia, em 29 de maio de 2008.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Raimundo Nonato Barros (Proprietário)
Advogado : Dr. Igor de Andrade Barbosa (DPU/RJ)
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 28 de março de 2011.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 7 DE ABRIL DE 2011 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 23.722/2008 - Fato da navegação envolvendo o BP "ZIZE" e seus Tripulantes, ocorrido nas proximidades da praia do Tabuleiro, Barra Velha, Santa Catarina, em 14 de setembro de 2007.

Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Representado : Carlos Alberto Harmel (Condutor) - Revel

Nº 23.979/2009 - Fato da navegação envolvendo os BP "TIAGO LAMAS", "TIAGO LAMAS II", "TIAGO LAMAS III" e "LAMAS XIII", ocorrido na foz do rio Cassiporé, Amapá, em 31 de julho de 2007.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Veriano de Amaral Siqueira (Comandante)
Advogada : Drª Carol Regina Xavier Rocha

Nº 22.727/2007 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "ARETHISA II", ocorrido na praia do Curral, Ilhabela, São Paulo, em 06 de novembro de 2006.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : André Rubim Podolsky (Proprietário) - Revel

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 28 de março de 2011.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 12 DE ABRIL DE 2011 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 23.543/2008 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação "BOA VIDA", um Passageiro e uma embarcação Off Shore não identificada, ocorrido na baía de Guaratuba, Paraná, em 19 de janeiro de 2008.

Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Marcelo Martins Nogueira (Condutor/Proprietário)
Advogada : Drª Luciane Rosa Kanigoski Quintino

Nº 24.535/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo as barcaças "SILO 86 B" e "SILO 106 B", ambas de bandeira paraguaia, "V-203" e "V-210", ambas de bandeira argentina, e "UM 2501", de bandeira paraguaia, ocorridos no rio Paraguai, Corumbá, Mato Grosso do Sul, em 09 de junho de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Fluviomar Paraguay S.A (Proprietária)
Advogada : Drª Olívia Inácia Borges de Assis

Nº 23.709/2008 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "COMANDANTE PERES" e a balsa "TICUNA V" com a rampa móvel da Sociedade de Portos e Hidrovias, no rio Madeira, Porto Velho, Rondônia, ocorridos em 03 de maio de 2008.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Pedro Nogueira Gomes (Condutor) - Revel
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 28 de março de 2011.

DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
E PROCESSAMENTO DE FEITOS

SISTEMA DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE PROCESSOS JURÍDICOS NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Arquivamento:

N° do Processo: 25239/2010
Acidente / Fato:
QUEDA DE CARGA E/OU EQUIPAMENTO NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SHIMA / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: CARGUEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: PORTO DE SANTOS / TERMINAL TECONDI - SANTOS - SP
Data do Acidente: 21/04/2009
Hora: 00:10
Data Distribuição: 24/08/2010
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 25071/2010
Acidente / Fato:
AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MESTRE DINIZ / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: ESCUNA
Bandeira:
Local do Acidente: PIER DE PASSAGEIROS DO TERMINAL NAUTICO DA BAHIA / SALVADOR - BA
Data do Acidente: 05/12/2009
Hora: 16:00
Data Distribuição: 13/07/2010
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 25568/2011
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: JULINHO DA MATA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ENSEADA DO ABRAÃO / BAÍA DA ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS - RJ
Data do Acidente: 07/04/2010
Hora: 04:00
Data Distribuição: 15/02/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25574/2011
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: LIVIA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DO MORRO / GUARAPARI - ES
Data do Acidente: 20/02/2010
Hora: 16:30
Data Distribuição: 15/02/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25068/2010
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: JAN II / EMBARCAÇÃO
Tipo: VELEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA / PROXIMO JURUJUBA IATE CLUBE - NITERÓI - RJ
Data do Acidente: 14/02/2010
Hora:
Data Distribuição: 13/07/2010
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 25096/2010
Acidente / Fato:
ENCALHE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CARREÉ D'AS V / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: VELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BAIA DE GARAPUÁ / ILHA DE TINHARÉ - BA
Data do Acidente: 21/02/2010
Hora: 18:20
Data Distribuição: 20/07/2010
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 25112/2010
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO A MOTOR SEM NOME / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / DE MACAPÁ - PARA COMUNIDADE DO URUÁ
Data do Acidente: 13/05/2006
Hora:
Data Distribuição: 20/07/2010
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 25018/2010
Acidente / Fato:
COLISAO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: RIO GURUPATUBA II / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: FERRY BOAT
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO JARI / DE LARANJAL DO JARI - AP X M. DOURADO - PA
Data do Acidente: 12/04/2008
Hora: 20:00
Data Distribuição: 22/06/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONCALVES
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 25080/2010
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PENHA I / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ILHA DE TOQUE TOQUE / SÃO SEBASTIÃO-SP
Data do Acidente: 15/07/2009
Hora: 10:30
Data Distribuição: 13/07/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 25278/2010
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA AGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: RTS PIONEER / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: CARGUEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO AMAPÁ / LAT 0246 N LONG 04852 W
Data do Acidente: 31/08/2008
Hora: 06:00
Data Distribuição: 31/08/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 25324/2010
Acidente / Fato:
AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARESCOLISÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MSC LEIGH / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BACIA DE MANOBRA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL / BAÍA DA BABITONGA - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Data do Acidente: 18/01/2010
Hora: 20:00
Data Distribuição: 21/09/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25437/2010
Acidente / Fato:
INCÊNDIOMORTE DE PESSOADERIVA DA EMBARCAÇÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: DUDEN / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / NAS PROXIMIDADES DE TRAMANDAI - RS
Data do Acidente: 22/11/2009
Hora: 13:00
Data Distribuição: 19/10/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25439/2010
Acidente / Fato:
DERIVA DA EMBARCAÇÃOACIDENTE DEVIDO A RUPTURA DE CABOS DE AMARRAÇÃO OU DE REBOQUE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SCF-2103 / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Estrangeira
Nome: SCF-2105 / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Estrangeira
Nome: SCF-2117B / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Estrangeira
Nome: SCF-2283B / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Estrangeira
Nome: NSL-103 / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Estrangeira
Nome: NSL-231 / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Estrangeira
Nome: NSL-233 / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCAÇA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: RIO PARAGUAI - KM 1516,8 / CORUMBÁ - MS
Data do Acidente: 13/01/2010
Hora: 13:30
Data Distribuição: 19/10/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 25547/2010
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÃO VICENTE / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTAL - PA E O MUNICÍPIO DE BREVES - PA
Data do Acidente: 03/02/1975
Hora:
Data Distribuição: 09/12/2010
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 25415/2010
Acidente / Fato:
EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE / SEGURANÇA DA EMBARCAÇÃO OU A VIDA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BORGNY DOLPHIN / PLATAFORMA
Tipo: PLAT FIXA HABITADA
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: ESTALEIRO MAUÁ / NITERÓI - RJ
Data do Acidente: 11/03/2010
Hora:
Data Distribuição: 19/10/2010
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 24995/2010
Acidente / Fato:
QUEDA DE CARGA E/OU EQUIPAMENTO NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CAPE CHARLES / EMBARCACAO DE LONGO CURSO
Tipo: CARGUEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: TERMINAL DO TECONDI / SANTOS - SP
Data do Acidente: 01/05/2009
Hora: 55:10
Data Distribuição: 16/06/2010
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: ALINE GONÇALVES ROCHA

Secretaria do Tribunal Marítimo, 28 de março de 2011.
ANGELA CARNEVALE
Chefe da Seção de Processamento de Feitos

Ministério da Educação

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 61, DE 28 DE MARÇO DE 2011

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º do Art. 17-D da Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, com redação consolidada pela publicação no DOU de 29/12/2010, e

CONSIDERANDO o inciso III do Art. 17-G da Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, com redação consolidada pela publicação no DOU de 29/12/2010; e a deliberação da Comissão Técnica de Acompanahamento da Avaliação - CTAA, registrada na ata da 43ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º Convocar os avaliadores relacionados no anexo desta Portaria para que manifeste se há interresse de permanecer no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Parágrafo único. A ferramenta que deve ser utilizada para a manifestação dos avaliadores é o Sistema e-MEC, no sítio HTTP://emec.mec.gov.br/avaliador .

Art. 2º A manifestação sobre a permanência no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis, dar-se-á com a atualização e complementação dos dados cadastrais do avaliador no Sistema e-MEC.

Art. 3º O período de manifestação dar-se-á das 00h00m do dia 04 de abril de 2011 às 23h59m do dia 06 de abril de 2011.

Art. 4º Os avaliadores relacionados no anexo desta Portaria que não se manifestarem na data indicada no art. 3º serão excluídos do BASis.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DE SIQUEIRA GAUDIO

ANEXO I

Nome	CPF
Abilio Albuquerque Maranhão de Moura	819.127.308-04
Abilio Soares Gomes	587.170.057-87
Abisai de Oliveira Sousa	128.732.504-10
Acyr Wanderley de Paula Freitas	037.659.797-67
Ada Augusta Celestino Bezerra	033.744.595-87
Adair da Silva Lopes	151.719.731-72
Adair Roberto Aguiar	593.615.909-44
Adalberto Bastos de Vasconcellos	016.425.637-73
Adalberto Correa Café Filho	210.332.691-15
Adalberto Luís Val	823.590.328-87
Adalberto Rezende Santos	604.096.737-49
Adalgiza Fornaro	479.717.899-04
Adão Marques Batista	012.843.378-71
Adejardo Francisco da Silva Filho	105.831.904-30
Adelaide Alves Dias	427.605.854-68
Adelar Heinsfeld	469.226.609-00
Adelmo Luis Cechin	424.856.570-68
Ademar Pereira	107.259.388-20
Ademar Pereira de Oliveira	095.674.964-04
Ademilde Silveira Sartori	691.598.589-15
Ademir Fernando Pazoto	076.476.478-06
Ademir Lopes Correia	052.314.078-95
Ademir Massahiro Moribe	506.207.549-15
Aderbal Carlos de Oliveira	076.439.851-20
Aderbal Marcos de Azevêdo Silva	141.326.564-20
Aderval Severino Luna	105.869.627-00
Adilson Fransozo	966.285.708-78
Adilson Gonzaga	002.711.428-71
Adilson Jesus Aparecido de Oliveira	076.074.068-24
Adilson Luiz Chinelatto	068.695.848-93
Adilson Marques Gennari	011.565.838-61
Adilson Vaz Cabral Filho	004.823.417-69
Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão	669.404.517-49
Adriana Almeida Sales de Melo	492.228.994-15
Adriana Augusta Benigno dos Santos Luz	578.031.109-91
Adriana Barretto de Mello	482.037.265-34
Adriana Benevides Soares	004.852.317-86
Adriana Bona Matos	367.012.115-34
Adriana Cavalcanti de Aguiar	774.204.467-68
Adriana da Cunha Faria Melibeu	023.535.677-89
Adriana Etges	641.662.010-34
Adriana Gradela	149.551.768-36
Adriana Helena Chicharo Vinholis	186.590.978-58
Adriana Helena Moreira	132.606.928-43
Adriana Luciana Moreno Camargo	112.439.278-52
Adriana Maisonnave Raffone Ferreira	516.673.980-91
Adriana Maria de Souza Zierer	789.365.867-34
Adriana Mary Mestriner Felipe de Melo	025.952.139-62
Adriana Moreira da Rocha Maciel	450.428.020-53
Adriana Netto Parentoni	678.706.946-49
Adriana Silva Franca	541.655.476-20
Adriana Zerlotti Mercadante	076.289.988-36
Adriane Pimenta da Costa-Val Bicalho	493.929.216-91
Adriano Antunes de Souza Araujo	831.349.484-00
Adriano Arriel Saquet	452.191.330-04
Adriano Bueno Tavares	141.745.998-07
Adriano Canabarro Teixeira	708.630.240-68
Adriano Correia Silva	212.632.318-88
Adriano Furtado Holanda	443.065.551-00
Adriano Heckert Gripp	156.172.386-04
Adriano Mauro Cansian	138.716.608-50
Adriano Naves de Brito	307.294.831-34
Adrião Duarte Dória Neto	107.498.964-34
Afonso Avelino Dantas Neto	056.412.844-91
Afonso Inacio Orth	298.712.399-04
Afonso Maria Ligorio Soares	354.170.489-68
Agerson Tabosa Pinto	000.451.873-04
Agnaldo Arroio	137.017.998-73
Agnaldo de Sousa Barbosa	097.580.718-82
Agostinho Oli Koppe Pereira	198.646.120-34
Aida Maria Monteiro Silva	127.223.084-87
Ailton Luchiari	961.887.408-78
Ailton Paulo de Oliveira Junior	905.035.977-91
Aires Jose Rover	375.815.549-53
Airton Abrahao Martin	508.135.369-87
Airton Bodstein de Barros	243.906.157-34
Airton Cattani	228.567.490-20
Airton Deppman	088.918.548-40
Airton Rodrigues Pinto Junior	632.332.829-15
Alaide Aparecida Fonseca Gessner	154.781.798-41
Alamir Aquino Correa	144.295.271-72
Alan Barreto Silva	256.319.775-91
Alan Kardec Elias Martins	064.103.673-68
Alan Sciamarelli	094.498.658-76
Alba Cristina Magalhães Alves de Melo	373.438.311-00
Alba Regina Azevedo Arana	052.444.948-13
Alba Regina Battisti de Souza	521.255.809-34
Alba Tereza Barroso de Castro	088.290.203-20
Albano Salustiano Pereira	166.979.956-53
Albenise de Oliveira Lima	097.539.234-49
Albérico Nogueira de Queiroz	485.539.994-91
Alberto Albuquerque Gomes	349.035.189-49
Alberto Berly Sarmiento Vera	004.810.127-37
Alberto Carvalho Peret	241.390.767-04
Alberto Colli Badino Junior	090.649.208-42
Alberto Luiz Francato	129.500.408-96
Alberto Marcos Onate	362.280.520-04
Alberto Martin Martinez Castaneda	508.552.472-15
Alberto Reinaldo Reppold Filho	375.627.030-00
Alcides dos Santos Caldas	229.553.135-72
Alcides Jorge de Melo	488.396.988-68
Alcides José Scaglia.	160.695.818-65
Alcindo Aparecido dos Santos	849.512.909-44
Alckmar Luiz dos Santos	976.782.368-91
Aldayr Dantas de Araújo	108.297.414-53
Aldo Artur Belardi	948.242.908-72
Aldo Von Wangenheim	660.566.679-87
Aldomar Arnaldo Rückert	164.062.300-00
Aleardo Manacero Junior	041.283.608-48
Alessandra da Rocha Arrais	516.805.641-53
Alessandra de Morais Shimizu	145.841.558-95
Alessandra Gimenez Mascarenhas	017.295.387-11
Alessandra Gomes Cioletti	747.041.176-34
Alessandra Turini Bolsoni-Silva	194.945.818-06
Alessandro Martins da Costa	156.330.428-75
Alessandro Paveloski	096.079.888-92
Alessio Trindade de Barros	601.796.274-49
Alex Andrade Alves	945.445.735-72
Alex Gutterres Taranto	771.081.916-87
Alexander Roberto Precioso	088.847.358-31
Alexander Turra	179.126.888-97
Alexandra Acco	876.184.279-68
Alexandra Aparecida Gobatto Rodrigues	052.682.408-54
Alexandra Silveira Mastella	730.103.679-53
Alexandre Augusto Barbosa	663.004.446-00
Alexandre Batista Lopes do Nascimento	686.406.504-97
Alexandre Berndt	129.345.178-96
Alexandre Costa Quintana	582.696.570-34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Alexandre da Silva Simões	197.028.108-17
Alexandre de Almeida Prado Pohl	025.077.698-74
Alexandre Gustavo Soares do Prado	183.977.758-38
Alexandre Hamilton Oliveira Santos	477.994.631-04
Alexandre Jairo Marinho Moraes	591.898.947-15
Alexandre Kehrig Veronese Aguiar	072.090.507-95
Alexandre Lopes Machado	577.530.085-87
Alexandre Luiz Degani Estolano	833.626.737-91
Alexandre Luna Cândido	363.493.054-34
Alexandre Magno Alves Diniz	582.580.436-68
Alexandre Medeiros de Carvalho	382.928.663-53
Alexandre Miguel do Nascimento	474.417.396-91
Alexandre Monteiro de Carvalho	177.637.878-48
Alexandre Panosso Netto	395.202.931-91
Alexandre Ratner Rochman	176.034.448-61
Alexandre Ravelli Neto	324.668.467-72
Alexandre Rocco	941.193.508-78
Alexandre Rocha da Silva	631.826.880-49
Alexandre Rodrigues Caetano	187.429.838-60
Alexandre Santos de Oliveira	396.174.085-20
Alexandre Soares Leal	481.992.496-68
Alexandre Souto Martinez	048.238.218-07
Alexandre Travessoni Gomes	596.559.096-20
Alexsandro Eugenio Pereira	875.706.539-04
Alexsandro Galeno Araújo Dantas	596.708.864-49
Alfredo Acosta Backes	667.465.900-20
Alfredo Alves de Oliveira Melo	160.876.827-91
Alfredo de Almeida Cunha	011.101.797-15
Alfredo de Oliveira Moraes	090.898.704-82
Alfredo dos Santos Oliva	063.459.328-50
Alfredo Gomes Neto	333.120.794-20
Alfredo Inácio Fiorelli	897.226.048-72
Alfredo Júlio Fernandes Neto	240.345.096-00
Alfredo Pereira de Queiroz Filho	021.483.218-03
Alfredo Roque Salvetti	834.458.898-72
Alfredo Sampaio Carrijo	321.956.568-91
Alice Aparecida de Olim Bricola	011.398.718-89
Alice Áurea Penteado Martha	433.806.979-15
Alice Helena Campos Pierson	038.045.828-42
Alice Kimie Miwa Libardi	035.511.218-34
Alice Maggi	344.411.660-87
Alice Miriam Happ Botler	652.042.804-30
Aline da Rocha Gesualdi	047.634.487-57
Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali	028.454.888-07
Alipio Ramos Veiga Neto	004.926.998-44
Allan Claudius Queiroz Barbosa	529.489.786-53
Allan Kozlakowski	092.996.158-70
Allaoua Saadi	531.581.486-68
Almir Bittencourt da Silva	059.472.003-68
Almir de Carvalho Bueno	049.016.828-06
Almir Milanesi	763.706.317-87
Almir Silveira Menelau	071.801.364-68
Aloísio Krohling	446.306.038-91
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	827.761.307-59
Alvaro Antônio Cabral Vieira de Mello	070.596.714-04
Álvaro Barrantes Hidalgo	039.815.568-28
Alvaro Cantini Nunes	678.159.606-34
Alvaro Chrispino	617.892.407-00
Alvaro da Silva Santos	040.096.898-38
Álvaro de Souza Gomes Neto	224.315.190-15
Alvaro Della Bona	427.842.630-53
Alvaro Jose Damiao	024.732.078-10
Álvaro Lorencini Júnior	029.523.648-50
Alvaro Luis Puntoni	115.712.758-43
Alvaro Luiz Diogo Reigada	130.531.748-39
Alvaro Manoel de Souza Soares	622.540.307-87
Álvaro Silva Lima	609.558.135-49
Alveri Alves Sant Ana	364.941.860-68
Alverne Passos Barbosa	307.124.241-72
Alysson Leandro Barbate Mascaro	248.657.008-03
Alzirene de Vasconcelos Milhomem	147.673.411-91
Amabela de Avelar Cordeiro	932.404.067-72
Amelia Leite de Almeida	765.214.861-87
Amelia Teresinha Henriques	123.749.034-00
Américo Tristão Bernardes	284.041.656-53
Amílcar Careli César	863.436.028-87
Amilton Gurgel Guerra	322.968.194-00
Amilton Paulo Raposo Costa	332.974.367-00
Amilton Vallandro Marcal	179.037.260-72
Ana Alice Ferreira	508.371.927-49
Ana Angélica Steil	647.177.399-49
Ana Beatriz Garcia	120.205.008-50
Ana Cardoso Clemente Filha Ferreira de Paula	623.704.806-53
Ana Celeste de Araújo Pitiá	353.793.675-34
Ana Célia Rodrigues Athayde	237.117.874-87
Ana Christina Claro Neves	026.242.278-65
Ana Clara Bortoleto Nery	115.466.988-25
Ana Cláudia Barana	149.826.828-52
Ana Claudia Camargo de Lima Tresmondi	110.631.418-26
Ana Claudia Moreira Almeida Verdu	169.607.298-07
Ana Cláudia Polli Lopes	145.471.238-45
Ana Claudia Sousa Fonseca Santos	010.319.176-32
Ana Claudia Vasconcelos Martins de Souza Lima	405.402.194-87
Ana Cristina Carmelino	167.916.568-24
Ana Cristina de Faria	089.844.958-83
Ana Cristina de Souza Vieira	167.062.854-04
Ana Cristina Gama dos Santos Tourinho	071.212.295-87
Ana Eleonora Almeida Paixão	116.375.605-91
Ana Elisabete Guimarães de Avila Jacintho	156.132.078-10
Ana Lúcia Assunção Aragão	242.383.334-20
Ana Lúcia Cardoso Kirchhof	323.397.630-53
Ana Lúcia de Medeiros Lula da Mata	140.860.344-68
Ana Lúcia Guedes Pinto	102.097.218-12
Ana Lúcia Machado de Oliveira	492.874.357-15
Ana Luiza Lima Sousa	323.370.191-87
Ana Luiza Spadano Albuquerque	828.453.107-06
Ana Luzia Videira Parisotto	117.207.768-14
Ana Maria Coelho Carvalho	394.778.276-49
Ana Maria Costa de Araujo Lima	352.129.264-91
Ana Maria Costa de Sousa	182.729.406-04
Ana Maria da Silva Souza	565.870.904-00
Ana Maria Dantas Soares	120.078.891-53
Ana Maria de Mattos Guimarães	100.690.970-20
Ana Maria de Souza Martins Farias	432.057.557-15
Ana Maria Di Renzo	640.333.419-00
Ana Maria do mingues de Oliveira	045.662.818-50
Ana Maria Pereira Cardoso	198.697.626-20
Ana Maria Quessada	367.941.049-20
Ana Maria Sa de Carvalho	230.208.493-49
Ana Maria Sampaio Assreuy	039.789.902-53
Ana Maria Toniolo da Silva	387.635.400-53
Ana Maria Tramunt Ibaños	295.802.340-00
Ana Olívia de Souza	657.544.416-49
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro	320.852.735-72
Ana Paula Brescancini Rabelo	151.379.848-09
Ana Paula Camargo Larocca	246.248.128-16
Ana Paula Campanelli	171.840.758-03
Ana Paula de Vasconcelos Abdon	461.179.033-91
Ana Paula Jahn	090.439.808-03
Ana Paula Laboissiere Ambrosio	351.869.091-49
Ana Paula Machado Goyano Mac-Kay	616.346.038-34
Ana Paula Perfetto Demarchi	509.152.319-72
Ana Paula Rosifini Alves Claro	142.053.638-93
Ana Raquel Rosas Torres	267.442.364-15
Ana Valéria Endres	454.159.602-44
Ana Virgínia Moreira Gomes	458.374.303-34
Analete Regina Schelbauer	577.631.359-72
Anamaria Gomide	223.520.901-72
Anamaria Gonçalves dos Santos Feijó	410.249.740-49
Anatalia Saraiva Martins Ramos	241.403.923-04
Anderson Luís Alves	021.022.849-05
André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho	458.418.884-04
André Carraro	667.273.750-20
Andre da Silva Pereira	888.171.807-34
Andre de Almeida	506.201.857-91
André Gomes Torres	009.544.956-67
Andre Jalles Monteiro	323.704.903-49
André Leonardo Severo	305.098.070-20
Andre Luis de Souza Melgaço	363.930.537-04
André Luís Policani Freitas	001.052.787-77
Andre Luis Ramos Soares	065.678.688-48
André Luiz Belém	111.544.938-90
André Luiz Fraga Briso	121.065.588-80
André Luiz Hemerly Costa	047.637.417-05
André Luiz Lopes de Souza	081.540.582-00
Andre Luiz Vettore de Oliveira	132.458.828-40
Andre Luiz Zambalde	313.417.486-34
André Mauricio Conceição de Souza	498.424.395-34
André Mauricio Lima Barretto	548.363.447-00
André Ramos Tavares	194.766.888-90
Andréa Ad. Reginato	707.523.890-68
Andréa Antunes Pereira	168.895.038-99
Andrea Borelli	169.894.378-47
Andrea Coelho Lastoria	105.872.058-90
Andréa Cristiane Sanches	159.218.368-93
Andrea Ferraz Fernandez	135.477.408-60
Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos	301.300.002-30
Andréa Maturano Longarezi	145.475.108-81
Andréa Pacheco Batista Borges	588.358.816-68
Andrea Ribeiro Hoffmann	010.409.087-13
Andreia Cristiane Stanger	835.048.429-20
Andreia Cristina Leal Figueiredo	548.319.705-49
Andréia Marize Rodrigues	116.834.758-01
Andres Jose Tumang	015.885.838-72
Andrés Reinaldo Rodriguez Papa	045.347.027-01
Andrey Rosenthal Schlee	572.481.250-91
Andreya Mendes de Almeida Scherer Navarro	937.360.967-04
Aneide Oliveira Araujo	102.086.235-15
Anete Alberton	515.749.500-53
Anete Aparecida de Souza Farina	074.702.438-36
Angela Cássia Biazutti	553.686.117-49
Angela Cristina do Valle	089.646.138-64
Angela Maria Abreu de Barros	572.858.377-68
Ângela Maria Costa	285.206.701-30
Angela Maria de Souza Bueno	002.804.718-40
Angela Maria Thereza Lopes	013.626.627-47
Angela Massumi Katuta	106.213.638-12
Angela Paiva Dionisio	338.070.004-53
Angela Rocha dos Santos	349.082.937-91
Angela Schaun	232.230.655-04
Angela Vieira Neves	921.851.937-91
Angelica Espinosa Barbosa Miranda	821.804.827-87
Angélica Maria Bicudo Zeferino	024.999.458-50
Angelo Catâneo	361.558.108-34
Ângelo Giuseppe Chaves Alves	519.104.704-49
Angelo Palmisano	898.854.658-04
Angelo Ricardo Christoffoli	492.106.539-04
Angelo Stefano Secco	513.319.850-72
Aníbal Francisco Alves Bragança	048.295.307-15
Aníbal Sebastião Alves Filho	301.665.861-53
Anielson Barbosa da Silva	788.842.844-49
Anieres Barbosa da Silva	302.789.374-20
Anilton Cesar Vasconcelos	403.493.736-04
Anilton Salles Garcia	395.237.997-20
Anísio José da Silva Araújo	203.089.304-87
Anita Maria da Rocha Fernandes	762.870.686-04
Anna Edith Bellico da Costa	009.070.306-53
Annibal Duarte Pereira Netto	370.764.937-72
Anselmo Alves Bandeira	454.867.785-20
Anselmo Eloy Silveira Viana	252.024.805-04
Anselmo Gomes de Oliveira	594.346.438-72
Anselmo José Perez	739.974.477-72
Antenor Roberto Pedroso da Silva	829.644.911-00
Antônia do Carmo Soares Campos	112.574.313-15
Antonia Maria do Rocio Binder do Prado	313.342.299-53
Antonia Maria Ramos Franco	831.000.167-34

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antonio Adami	957.116.608-10
Antonio Alves de Melo Filho	331.219.314-15
Antonio Alves Dias	018.676.348-48
Antonio Angelo Martins da Fonseca	213.354.785-15
Antonio Assis Vieira	329.269.286-53
Antonio Augusto Gaspar Ruas	375.766.587-20
Antonio Augusto Ulson de Souza	002.286.828-35
Antônio Busnardo Filho	943.452.958-15
Antônio Cabral Neto	057.543.724-34
Antonio Cândido Faleiros	739.605.868-68
Antonio Carlos Amancio da Silva	247.435.187-68
Antonio Carlos Araujo de Souza	176.040.440-34
Antonio Carlos Beaumord	279.240.686-00
Antônio Carlos da Fonseca Bragança Pinheiro	813.720.518-72
Antonio Carlos da Ponte	061.060.358-22
Antonio Carlos de Freitas	527.319.286-20
Antonio Carlos de Jesus Paes	856.437.428-53
Antonio Carlos de Melo Magalhães	439.416.802-34
Antonio Carlos de Oliveira Ferraz	850.696.048-72
Antonio Carlos do Nascimento Osorio	242.236.890-53
Antonio Carlos Fonseca Pontes	930.988.808-30
Antonio Carlos Jucá de Sampaio	997.312.827-34
Antonio Carlos Marques da Silva	144.820.964-15
Antonio Carlos Maximo	189.945.809-30
Antonio Carlos Moraes	544.855.846-15
Antonio Carlos Morato	111.668.428-43
Antônio Carlos Mousquer	371.395.760-68
Antonio Carlos Pereira	044.827.273-34
Antonio Carlos Romão Borges	237.183.313-49
Antonio Carlos Vitte	027.860.458-78
Antonio Carlos Zambon	065.045.088-44
Antônio Carvalho Campos	089.479.371-34
Antonio Conceicao Paranhos Filho	630.643.329-53
Antonio Costa de Oliveira	437.256.780-49
Antonio Dari Ramos	639.094.990-15
Antonio David Julian	067.831.538-86
Antonio de Araujo Freitas Junior	004.189.514-20
Antônio de Pádua Nunes Tomasi	140.093.826-00
Antonio de Padua Pithon Cyrino	053.963.668-18
Antonio de Pádua Valença da Silva	141.845.324-20
Antonio de Ponte Jardim	242.800.117-53
Antonio Edmilson Paschoal	552.854.909-44
Antonio Eduardo Giansante	008.007.558-47
Antonio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk	316.616.029-91
Antonio Fernandes Nascimento Junior	930.704.388-49
Antônio Fernando de Araujo Sá	329.857.111-34
Antonio Fernando Pereira Falcao	041.253.475-49
Antonio Fernando Sartori	396.431.828-00
Antonio Francisco Magnoni	036.807.088-31
Antonio Gilberto Ferreira	561.471.638-68
Antonio Gilson Gomes Mesquita	216.891.482-68
Antonio Gomes Soares	772.125.417-53
Antonio Gustavo Morais P. da Motta	224.601.048-98
Antônio Jacinto Demuner	479.392.907-97
Antonio Jefferson da Silva Machado	019.276.338-50
Antônio José da Silva Neto	641.478.197-53
Antonio José Gomez Cobo	940.005.068-20
Antonio José Romera Valverde	360.455.198-68
Antonio Lopo Martinez	454.188.615-49
Antonio Luis Chaves Camargo	390.975.368-04
Antonio Manoel Nunes Castelnou Neto	539.477.469-20
Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva	799.418.777-34
Antônio Marciano da Silva	100.579.786-20
Antonio Márcio Fernandes da Costa	044.983.138-87
Antonio Marcus Nogueira Lima	291.587.614-20
Antonio Marinho de Oliveira	007.985.506-78
Antonio Moreira dos Santos	039.853.342-34
Antonio Neres Norberg	129.887.077-15
Antonio Oscar Cavalcanti da Fonte	018.917.234-72
Antonio Otaviano Vieira Junior	441.662.223-68
Antonio Padilha Feltrin	346.521.166-91
Antonio Pancrácio de Souza	488.988.481-53
Antonio Paulino de Sousa	046.911.248-45
Antônio Paulino Ribeiro Sobrinho	458.700.206-20
Antonio Ramirez Hidalgo	212.709.348-80
Antonio Roazzi	216.325.704-59
Antonio Roberto Esteves	018.541.548-26
Antonio Rufino Vieira	678.981.818-91
Antonio Rulli Junior	479.385.288-20
Antonio Teixeira de Barros	327.513.113-34
Antônio Teixeira de Matos	359.197.606-72
Antonio Teixeira do Amaral Junior	816.968.687-34
Antônio Vieira Júnior	589.663.828-00
Antonio Walter Ferreira	193.824.308-06
Antônio Xavier de Campos	011.630.862-15
Aparecida de Fátima Bueno	108.089.488-81
Aparecida de Jesus Ferreira	603.387.099-91
Aparecida de Lourdes Perim	308.600.839-34
Aparecida Erica Bighetti	156.298.178-17
Aparecida Fonseca Moraes	492.961.917-34
Aparecida Minhoko Kawamoto	017.043.308-07
Aparecida Negri Isquerdo	117.195.161-20
Aparecido Jesuino de Souza	018.852.858-09
Aparecido Nilceu Marana	057.296.478-16
Apolonio Abadio do Carmo	090.139.976-00
Aracele Pinheiro Pales	851.921.121-68
Araci Hack Catapan	542.691.309-97
Arao Nogueira Paranagua de Santana	116.627.511-68
Archimedes Azevedo Raia Junior	015.959.618-10
Ari Lange	060.752.310-72
Ari Raimann	206.797.690-72
Ariane Norma de Menezes Sá	468.374.694-87
Ariel Antonio Mendes	610.140.608-34
Arilda Ines Miranda Ribeiro	048.013.798-69
Ariovaldo Lopes Pereira	165.492.601-91
Armando da Silva Cunha Júnior	452.566.836-91
Armando de Oliveira Schubach	544.056.457-87
Armando Ferreira Gens Filho	388.844.377-68
Armando Luis Serra	066.202.478-81
Armando Mauro Vasquez Corro	688.356.711-91
Armando Morado Ferreira	849.980.917-00
Armando Sa Ribeiro Junior	450.866.135-15
Armando Turtelli Junior	268.850.348-00
Armando Ubirajara Oliveira Sabaa Srur	000.853.672-49
Arminda Saconi Messias	708.305.928-49
Arnaldo de Albuquerque Araújo	123.938.784-91
Arnaldo José de Lima	537.239.619-91
Arnaldo Jose Santiago	855.009.507-97
Arno Bayer	120.058.190-34
Arno Udo Dallmeyer	142.709.190-00
Aroldo Jose Abreu Pinto	110.784.738-97
Aron Lopes Petrucci	496.657.669-53
Ártemis Marti Ceschin	519.403.619-15
Arthur Leandro de Moraes Maroja	279.114.462-53
Artur Antônio da Rocha	383.326.807-78
Artur Stamford da Silva	536.388.404-68
Aruanda Simões Gonçalves Meiguins	591.408.792-91
Assis Pedro Perin Piccini	114.534.600-63
Attico Inaciochassot	002.002.390-15
Augusto Camara Neiva	000.621.608-00
Augusto Cesar	081.980.168-21
Áurea de Carvalho Costa	045.866.888-58
Aurelicio Novaes Silva Junior	403.824.195-53
Aurigena Antunes de Araujo Ferreira	838.060.594-20
Aurino Alves Simplicio	057.116.734-91
Aurora Maria Soares Neiva	550.662.837-49
Ausonia Bernardes Monteiro	551.228.257-34
Avanete Pereira Sousa	523.415.425-49
Aytan Miranda Sipahi	065.799.068-04
Ayumi Aurea Miyakawa	614.849.891-04
Bagnolia Araújo da Silva	486.684.434-53
Bajonas Teixeira de Brito Júnior	790.058.457-91
Beatriz Ana Loner	221.094.710-34
Beatriz Maria Boéssio Atrib Zanchet	260.445.360-68
Beatriz Unfer	314.445.710-87
Belkiss Wilma Romano	034.597.488-34
Benedita Maria Rêgo Deusdará Rodrigues	530.698.037-68
Benedito dos Santos Lima Neto	059.309.948-62
Benedito Felipe de Souza	073.956.718-72
Benedito Gomes dos Santos Filho	007.781.172-00
Benedito Tadeu Cesar	455.226.008-10
Beneval Rosa	040.144.051-68
Benilde Maria Lenzi Motim	541.970.589-34
Benito Guimaraes de Brito	421.680.740-20
Benny Kramer Costa	328.511.204-25
Bento Carlos Dias da Silva	744.027.068-15
Berenice Geschwind Basso	402.957.020-87
Bernadete Barbosa Morey	596.165.718-34
Bernadete Maria de Sousa	383.114.616-00
Bernardo Melgaço da Silva	271.095.427-34
Bernardo Sicsú Siqueira	239.586.007-78
Bertha de Borja Reis do Valle	060.407.487-53
Betânea Maciel de Araújo	189.773.404-20
Betania de Oliveira Laterza Ribeiro	366.362.406-44
Biagio F. Giannetti	050.684.508-71
Bismarck Duarte Diniz	110.177.671-49
Bismarck Vaz da Costa	164.086.326-53
Blanca Susana Guevara Werlang	424.749.220-91
Blandina Felipe Viana	225.779.391-91
Boanerges Freire de Aquino	067.094.194-87
Branca Coutinho de Oliveira	085.300.748-90
Branca Heloisa de Oliveira Martins Vieira	836.316.747-91
Breno Augusto Souto Maior Fontes	170.927.954-00
Brigido Vizeu Camargo	777.758.138-49
Bruno Pinheiro Wanderley Reis	753.262.486-20
Bruno Souza Leal	672.890.296-15
Caio Marcello Recart da Silveira	344.081.851-91
Caitano de Oliveira Cintra	053.449.304-10
Camila Bernardes de Souza	038.175.088-40
Candida Leonor Miranda	465.180.709-78
Cândido Luiz de Lima Fernandes	154.578.006-44
Carem Gledes Vargas Rechia	501.659.500-30
Carla Bernadete Madureira Cruz	783.557.887-53
Carla Cardozo Pinto de Arruda	038.095.597-09
Carla Cristina Garcia	069.360.348-88
Carla Gentile Matas	149.234.698-54
Carlos Alberto Alves Varella	523.171.617-00
Carlos Alberto Cimini Junior	423.038.696-68
Carlos Alberto da Costa Gomes	469.742.537-53
Carlos Alberto da Fonseca Pires	196.808.800-87
Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron	093.547.078-66
Carlos Alberto Dias Coelho	121.302.066-20
Carlos Alberto dos Santos	163.576.637-00
Carlos Alberto F. da Silva	661.929.277-15
Carlos Alberto Farias de Azevêdo Filho	725.844.594-34
Carlos Alberto Fonzar Pintão	004.641.488-63
Carlos Alberto Gohn	356.725.607-68
Carlos Alberto Medeiros Lima	892.695.787-04
Carlos Alberto Murad	182.774.707-20
Carlos Alberto Picanço de Carvalho	056.772.039-04
Carlos Alberto Tagliati	765.657.936-20
Carlos Alberto Ynoguti	156.167.778-70
Carlos Alfredo Lopes de Carvalho	340.338.745-34
Carlos Allan Caballero Petersen	188.219.258-38
Carlos Amaral Hölbig	543.333.500-34
Carlos Antonio Caramori	027.016.198-82
Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	373.281.664-87
Carlos Augusto Garcia Assis	842.954.817-34
Carlos Cecy	000.064.169-34
Carlos Coutinho Batalha	036.136.077-00
Carlos de Azambuja Rodrigues	592.397.517-34
Carlos Eduardo Adriano Japiassu	014.733.227-31
Carlos Eduardo Ambrósio	255.397.158-37
Carlos Eduardo Bittencourt Stange	478.891.529-49
Carlos Eduardo Câmara	819.717.028-20
Carlos Eduardo da Silva Costa	434.071.967-68

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Carlos Eduardo de Freitas Vian	081.480.598-10
Carlos Eduardo Fellows	481.678.787-91
Carlos Eduardo Machado da Costa Esch	521.223.016-00
Carlos Eduardo Martins Carvalho	973.731.767-04
Carlos Fernandes Franco Junior	487.980.616-15
Carlos Fernando de Araujo Junior	116.116.808-75
Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior	009.938.497-33
Carlos Frederico de Oliveira Graeff	102.105.378-33
Carlos Frederico de Souza Castro	344.810.015-34
Carlos Frederico Leite Fontes	005.075.237-50
Carlos Henrique Cabral Viana	128.197.528-10
Carlos Henrique Costa Guimarães	307.251.357-00
Carlos Henrique Orssatto	593.623.679-04
Carlos Honorato Schuch Santos	198.962.710-20
Carlos Jose de Carvalho Pinto	564.856.209-82
Carlos José Saldanha Machado	167.476.824-91
Carlos Magno Guimarães	245.477.516-68
Carlos Marcelo da Silva Figueredo	008.846.287-01
Carlos Marcelo Gurjão de Godoy	060.257.158-82
Carlos Mauricio Giesbrecht Ferreira Chaves	042.712.037-34
Carlos Mazur	610.764.147-53
Carlos Mello Garcias	186.251.509-34
Carlos Ricardo Rossetto	337.583.440-34
Carlos Ricardo Trein	206.503.450-53
Carlos Roberto Camello Lima	919.924.008-49
Carlos Roberto de Oliveira Nunes	816.707.379-34
Carlos Roberto Ferreira	056.430.768-88
Carlos Tadeu Barros de Paula	003.255.465-68
Carlos Vinícius Maluly	064.495.238-59
Carlos Virgilio Silva Barbo	271.106.210-49
Carlos Yujiro Shigue	047.067.528-41
Carlos Ziller Camenietzki	724.318.737-49
Carmem Lucia Costa Amaral	243.112.004-04
Carmem Lúcia Eiterer	116.776.128-60
Carmem Lucia Paiva Silveira	107.484.157-34
Carmem Silvia Rodrigues Maia	088.624.128-60
Carmen Beatriz Fabriani	618.430.677-49
Carmen Campoy Scriptori	868.328.088-87
Carmen Cecilia Tadini	963.817.108-10
Carmen Lucia Natividade de Castro	371.987.857-00
Carmen Regina Mendes de Araújo Correia	216.668.061-53
Carolina Arruda de Oliveira Freire	859.434.107-59
Casimiro Abreu Possante de Almeida	362.774.107-25
Cássia Cristina Fernandes Alves	785.158.151-68
Cassiano Merussi Neiva	099.020.958-01
Cassio Adriano Braz de Aquino	259.629.493-15
Cassio Leandro Dal Ri Barbosa	179.987.498-22
Cassio Miranda dos Santos	483.631.206-00
Cassio Polpo de Campos	268.402.398-02
Cassio Rodrigues	118.358.338-96
Cassio Sanguini Sergio	102.099.478-96
Castelar Braz Garcia	010.896.090-00
Catarina Satie Takahashi	015.338.358-53
Catia Maria Fonseca Guerra	141.395.104-04
Cecilia Caballero Lois	517.669.060-87
Cecilia Helena Ornellas Renner	045.728.318-15
Cecilia Lomônaco	551.004.496-91
Cecilia Maria Alves de Oliveira	163.492.455-04
Cecília Maria Villas Boas de Almeida	063.554.888-71
Celia Maria Cassaro Strunz	006.275.498-02
Célia Maria David	483.169.038-49
Celia Maria de Moraes Dias	650.539.588-15
Célia Maria Soares Gomes de Sousa	182.648.401-91
Célia Marisa Rizzatti Barbosa	019.722.188-24
Celia Regina Granhen Tavares	036.642.102-63
Celia Regina Otranto	443.476.507-87
Célia Regina Simonetti Barbalho	239.192.642-15
Celina Aparecida Almeida Pereira Abar	049.020.688-34
Celina Maria Colino Magalhães	124.085.222-34
Célio Vieira Nogueira	239.033.252-87
Celsi Brönstrup Silvestrin	298.979.040-34
Celso Alves Rodrigues	295.006.059-53
Celso Arami Marques da Silva	225.389.920-87
Celso Correia de Souza	407.569.478-04
Celso Kenji Nishiyama	058.826.628-00
Celso Marcelo Franklin Lapa	038.105.027-07
Celso Melchiades do ria	596.271.747-34
Celso Ricardo Fernandes de Carvalho	025.504.038-51
Celso Sanches Braccialli	031.413.678-92
Celso Silva Fonseca	098.269.391-53
Celso Vieira Novaes	311.289.127-91
Celso Yamashita	023.593.488-76
Celso Zonta	797.580.378-20
Cerci Maria Carneiro	245.425.630-49
Cesar Albenes Zeferino	652.548.560-68
Cesar Alexandre de Mello	062.598.648-25
César Antunes de Freitas	408.849.968-91
Cesar Augusto Azevedo dos Santos	294.315.140-87
Cesar Augusto Camillo Teixeira	862.443.458-00
Cesar Augusto Castro	255.909.103-82
César Augusto da Silva	813.677.084-00
Cesar Augusto Tacla	680.442.249-04
Cesar Candiotto	733.168.069-20
Cesar Ramos Rodrigues	562.557.990-34
Cesar Roberto Esper	609.359.958-20
Cesar Santos	537.449.005-25
César Zucco	019.401.559-91
Cezar Augusto Burkert Bastos	469.416.650-68
Cezar Augusto Cerqueira	143.406.314-34
Cezar Augusto Romano	233.681.449-87
Chirlei Glienke	543.306.531-68
Christian Hofsetz	756.086.500-34
Christian Luiz da Silva	838.989.219-72
Christiane Areias Trindade	014.913.067-85
Christiane Gioppo Marques da Cruz	491.515.849-72
Christiane Soares Pereira	016.365.897-82
Christiano Cantarelli Rodrigues	349.028.564-68
Christina de Rezende Rubim	428.236.927-20
Cícero Antônio Oliveira Tredezini	273.422.396-15
Cicero Augusto Mota Cavalcante	192.763.112-20
Cícero Inácio da Silva	629.342.440-91
Cicero Romão Resende de Araujo	104.984.898-50
Cid Aimbire de Moraes Santos	394.635.839-04
Cilaine Alves Cunha	295.779.341-53
Cinara Maria Leite Nahra	400.302.700-06
Cíntia Aguiar	611.736.309-53
Cintya Maria Costa Rodrigues	332.636.391-53
Circe Maria Gama Monteiro	348.454.889-49
Claiton Ruviaro	323.738.050-49
Clara Pellegrinello Mosimann	257.512.399-20
Clarice Cohn	136.811.858-59
Clarice Tanaka	756.595.908-10
Claudemir de Carvalho	002.819.758-50
Claudemir Edson Viana	124.644.808-43
Claudete Cameschi de Souza	178.475.591-53
Claudete Moreno Ghiraldelo	066.286.318-69
Claudia Augusta de Moraes Russo	912.020.517-15
Claudia Barcelos de Moura Abreu	766.028.506-87
Claudia Beltrão da Rosa	915.070.067-72
Cláudia Buhamra Abreu Romero	213.286.173-00
Claudia Coelho de Segadas Vianna	819.551.547-91
Claudia Cortese Barreto	066.313.468-43
Claudia Cristina Fukuda	516.437.821-34
Cláudia Ferreira Mazzoni	607.249.356-49
Claudia Ferreira Reis Concordido	000.238.597-09
Claudia Giglio de Oliveira Gonçalves	099.912.328-93
Cláudia Gorgulho Nogueira Fernandes	000.045.987-92
Cláudia Helena Cerqueira Mármora	123.138.228-77
Cláudia Helena Degaspari	583.461.209-15
Claudia Heller	013.123.118-94
Claudia Ines Scheuer	516.325.278-04
Claudia Irene de Quadros	759.577.529-91
Claudia Kuinta Dias Hohmann	379.920.820-87
Claudia Lamarca Vitral	827.461.257-49
Claudia Lisete Oliveira Groenwald	297.884.470-15
Claudia Marcia Coutinho Gurjao	789.934.744-00
Claudia Marcia Lyra Pato	266.603.001-63
Cláudia Maria Ceneviva Nigro	098.200.428-10
Claudia Maria de Lima	099.808.098-50
Claudia Mariza Braga	595.405.087-20
Claudia Moraes de Rezende	600.067.497-04
Claudia Portes Santos Silva	594.361.667-53
Cláudia Regina Brescancini	137.539.958-60
Claudia Regina Magnabosco Martins	980.066.069-00
Claudia Rosa Acevedo	085.825.628-29
Cláudia Rosane Roesler	523.444.790-15
Claudia Smaniotto Barin	637.679.290-15
Claudia Stumpf Toldo	582.170.450-20
Claudia Teixeira Marinho	189.685.818-00
Claudina Maria Dutra Moresi	360.027.046-04
Claudinei da Cruz	268.648.368-78
Claudinei Santos	025.244.607-03
Claudio Aguinaldo Buzzi	121.621.508-16
Claudio Alberto Serfaty	768.238.147-72
Claudio Alberto Tellez Soto	011.806.698-60
Cláudio Benedito Gomide de Souza	547.974.628-68
Cláudio Cavariani	197.392.146-49
Claudio Cesar de Sá	351.584.929-72
Cláudio Chauke Nehme	801.304.457-20
Cláudio Damacena	431.612.860-49
Claudio de Paula Soares Greca	447.870.659-04
Claudio de Souza Miranda	130.309.728-10
Claudio Edward dos Reis	036.057.168-90
Cláudio Ferreira Lima	137.556.173-15
Claudio Gouvea dos Santos	521.648.706-97
Claudio Heliomar Vicente da Silva	446.604.643-34
Claudio Luis Crescente Frankenberg	496.525.400-72
Claudio Manoel da Cunha Duarte	288.879.300-82
Cláudio Márcio Magalhães	467.517.266-00
Claudio Miguel da Costa Neto	017.557.887-70
Claudio Piras	364.817.777-04
Claudio Rodrigues Leles	548.028.811-34
Cláudio Romero Farias Marinho	089.861.798-73
Claudio Telöken	131.623.490-87
Claudio Torres de Miranda	586.597.658-34
Cláudio Vieira de Araújo	973.787.046-87
Claus Haetinger	573.768.240-49
Cleber Francisco Alves	914.260.907-06
Cleber Furlanetto	098.071.858-90
Cleide Antonia Rapucci	032.289.878-17
Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima	457.568.213-68
Cleiton Tambellini Borges	280.622.130-72
Clélia Peretti	030.019.819-11
Clesio Lourenco Xavier	474.234.206-20
Cleudmar Amaral de Araújo	460.859.716-72
Cleusa Maria Gomes Graebin	252.391.040-34
Cleussi de Fátima de Maman	914.622.909-49
Cleverson Renan da Cunha	008.101.057-56
Clevi Elena Rapkiewicz	423.035.750-87
Clézio José dos Santos Gonçalves	374.204.100-20
Clodoaldo Antônio de Sá	710.995.309-20
Clovis Jose Pascarelli Souza	519.219.797-04
Clovis Renan Jacques Guiterres	195.084.090-53
Clóvis Roberto dos Santos	040.639.458-04
Conceição Aparecida Previero	053.991.758-35
Conceição Aparecida Viude Fernandes	032.299.978-24
Conceição de Maria de Araujo Ramos	079.755.383-53
Coraci Pereira Malta	290.425.858-20
Cosme Damião Bastos Massi	489.577.127-04
Cresus Viniciusa Depes de Gouvêa	024.260.217-72
Cristiana Leite Carvalho	584.672.896-00
Cristiane Barelli	176.461.968-43
Cristiane Costa da Cunha Oliveira	414.381.085-91
Cristiane Jaciara Furlaneto	023.469.458-03
Cristiane Mafacioli Carvalho	626.866.740-91
Cristiano Coelho	578.997.381-72

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cristiano Pereira Moraes Garcia	172.790.578-45
Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	068.993.618-41
Cristina de Jesus Reiss de Araujo	155.511.805-49
Cristina de Souza Grossi	360.334.729-34
Cristina Maria Assis Lopes Tavares da Mata Hermida	544.177.325-15
Cristina Maria Carvalho Delou	363.771.637-20
Cristina Maria Loyola Zardo	504.305.649-53
Cristina Pacheco Soares	661.472.209-34
Cristina Paiva de Sousa	176.765.334-49
Cristina Simões de Carvalho Tomasetti	001.636.178-48
Cristina Soreanu Pecequilo	131.926.118-39
Cristovão Vicente Scapulatempo Fernandes	596.305.239-49
Cydara Cavedon Ripoll	262.489.300-82
Cynthia Beatriz Furstenberger	722.871.449-00
Cynthia Ditchfield	259.030.598-21
Cynthia Paes de Carvalho	483.623.367-49
Cyro Alves Borges Junior	374.870.437-20
Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger	067.312.118-69
Dagoberto Vanoni de Godoy	344.647.780-20
Daisy Aparecida do Nascimento Rebelatto	776.827.858-53
Daisy Freire Garcia	152.142.496-91
Dalberto Dias da Costa	562.546.016-72
Dálcio Ricardo Botelho Alves	574.303.576-87
Dálcio Roberto dos Reis	354.333.379-87
Dalessandro Soares Vianna	037.035.137-13
Dalton Caldeira Rocha	581.577.946-68
Dalton Jorge Teixeira	075.722.556-04
Dalva Trevisan Ferreira	072.038.610-15
Daniel Augusto Moreira	491.474.638-72
Daniel Carreira Filho	905.854.458-34
Daniel Moura de Aguiar	603.780.181-91
Daniel Pereira da Silva	171.101.568-77
Daniel Roulim Stainki	461.330.110-68
Daniel Scherer de Moura	613.874.790-91
Daniel Thomazini	248.005.598-12
Daniel Torres Cerqueira Júnior	630.270.465-00
Daniel Tourinho Peres	459.449.465-04
Daniel Zanetti de Florio	142.064.268-56
Daniela Callegaro de Menezes	633.745.600-91
Daniela Maria Alves Chaud	142.153.378-28
Daniela Martí Barros	385.711.290-53
Dante Antonio Migliari	318.561.879-34
Dante Henrique Moura	243.248.414-20
Danton Camacho Garcia	187.853.520-04
Dany Al-Behy Kanaan	070.974.298-36
Danyel Elias da Cruz Perez	789.014.561-68
Darcilia Marindir Pinto Simões	906.279.117-49
Darcisio Correa	157.904.600-20
Dario Abel Palmieri	214.860.288-88
Dario Luiz Dias Paixão	020.942.229-77
Darlindo Ferreira de Lima	712.294.424-72
David Spichler	235.589.467-15
David Victor-Emmanuel Tauro	114.258.458-51
Davide Rondina	625.070.013-72
Davis Gruber Sansolo	714.386.537-00
Débora Bevilaqua Grossi	081.347.698-45
Débora de Oliveira	728.453.929-15
Debora Maria Befi-Lopes	085.699.058-23
Deborah Martins Raphael	039.792.288-43
Deborah Ribeiro Carvalho	401.595.239-15
Deborah Santesso Bonnas	671.200.916-20
Decio Crisol do nha	007.683.998-23
Deiler Sampaio Costa	773.770.796-49
Deilson Elgui de Oliveira	171.209.488-22
Deise Miranda Vianna	214.673.157-53
Deise Quintiliano Pereira	860.163.427-34
Deisi Sangoi Freitas	413.224.600-00
Deisy de Freitas Lima Ventura	649.256.760-91
Delia Cambeiro Praça	693.219.227-68
Delma de Mattos Vidal	561.419.988-87
Delmira da Costa Silva	341.939.873-53
Delmo Alves de Moura	063.497.918-35
Delvio Sandri	750.142.389-04
Demerval Luiz Polizelli	007.741.008-42
Demetrio Artur Werner Soares	520.599.018-04
Demetrio Cornilios Zachariadis	034.479.978-69
Demostenes Moreira	575.834.632-20
Denio Rebello Arantes	146.365.651-34
Denise Aparecida Brito Barreto	250.107.275-87
Denise Duprat Neves	597.764.397-72
Denise Giacomo da Motta	566.354.868-87
Denise Hernandes Tinoco	437.195.979-20
Denise Iasbech Zajac	030.332.658-12
Denise Maria Barreto Coutinho	169.445.695-15
Denise Maria Guerreiro Vieira da Silva	509.285.467-72
Denise Maria Soares Gerscovich	592.229.487-34
Denise Mattos Monteiro	031.897.348-01
Denise Molon Castanho	447.759.890-49
Denise Pires de Carvalho	875.998.487-20
Denise Porto Cardoso	022.176.865-34
Denise Ribeiro de Almeida	495.696.787-04
Denise Ribeiro dos Santos	120.317.588-45
Denize Correa Araujo	428.577.249-34
Deusimar Freire Brasil	020.326.048-17
Diana Couto Pinto	096.844.416-49
Diana Thomé Fachin	470.371.809-04
Diego Nunes Guedes	853.179.694-68
Dimair de Souza Franca	272.443.931-72
Dimas Agostinho da Silva	210.581.056-04
Dinair Leal da Hora	085.700.942-72
Dinalva Bezerra da Rocha	383.414.927-68
Dinalva do nizete Ribeiro	612.839.671-20
Diógenes de Sousa Bido	094.011.438-03
Dione Mari Morita	048.091.958-56
Dionei Jose da Silva	508.883.231-15
Dionísia Aparecida Cusin Lamônica	045.290.778-02
Dionízio Paschoareli Júnior	079.023.838-13
Dirce Harue Ueno Koga	029.249.678-80
Dirce Sizuko Soken	776.410.511-20
Dirceu Costa	720.346.538-15
Dirceu Grasel	515.871.069-49
Dirceu Moreira Guazzi	044.820.509-20
Diva Cardoso de Camargo	085.938.758-58
Divair Maria Terna Gomes	361.647.559-72
Divanizia do Nascimento Souza	397.707.294-34
Djalmira de Sá Almeida	225.411.959-15
Domingos Alves	108.298.408-69
Donaldo Bello de Souza	528.616.867-15
Doraci Alves Lopes	056.054.078-72
Dorina Barbieri	003.169.388-15
Dóris Ruth Lewis	949.238.178-87
Dorival Pedroso da Silva	004.216.418-43
Dorotéia Baduy Pires	232.815.709-25
Dorotéia de Fátima Bozano	109.153.498-50
Doroti Maroldi Guimarães	520.846.988-04
Douglas de Freitas Takeuti	092.636.488-08
Douglas Eduardo Zampieri	511.424.738-72
Douglas Santos	570.557.938-15
Dr. Fernando Antônio Leite de Oliveira	351.646.708-87
Dulce Márcia Cruz	345.924.586-72
Dulce Maria Pompêo de Camargo	189.350.108-63
Dulce Oliveira Amarante dos Santos	610.233.968-15
Dulciane Nunes Paiva	745.128.704-15
Duncan Dubugras Alcoba Ruiz	381.929.850-91
Durbens Martins Nascimento	184.855.702-78
Durlei de Carvalho Cavicchia	026.437.318-91
Durval Muniz de Albuquerque Júnior	380.095.524-53
Duvaldo Eurides	117.908.816-68
Eclerion Chaves	431.605.300-00
Edelir Salomão Garcia	111.735.498-97
Edelvino Razzolini Filho	319.147.649-00
Edenia Maria Ribeiro do Amaral	593.128.744-20
Eder Cassola Molina	087.352.468-39
Eder Rezende Moraes	987.234.997-53
Eder Ricardo Biasoli	008.413.528-01
Edgar da Rocha Marques	778.548.457-00
Edgar Nobuo Mamiya	020.111.778-98
Edgar Roberto Kirchoff	649.404.540-53
Edgard Jamhour	644.701.809-04
Edgard Michel Crosato	173.116.288-06
Edgard Monforte Merlo	050.469.018-38
Edil Silva Costa	381.689.015-68
Edilane Laranjeira	248.372.704-25
Edilene Rocha Guimarães	409.126.204-04
Edilson Alves de Carvalho	106.239.574-34
Edilson Francisco	167.118.348-79
Edilson Serpeloni Cyrino	069.897.628-29
Edima Aranha Silva	338.650.781-68
Edimara Mezzomo Luciano	550.369.020-68
Edinaldo da Silva Bezerra	823.472.557-20
Edison Antonio Dias Leite	259.770.407-68
Edivaldo Lopes Thomaz	714.089.759-04
Edivaldo Romanini	078.728.178-61
Edlaine de Campos Gomes	014.159.707-00
Edleide Maria Freitas Pires	124.074.454-49
Edmar Clemente	236.166.286-87
Edmer Silvestre Pereira Júnior	852.998.476-53
Edmund Chada Baracat	826.230.828-04
Edmundo Pozes da Silva	162.235.949-68
Edna Gomes Pinheiro	097.912.563-49
Edna Leite Dias	218.556.503-63
Edna Maria Alvarez Leite	257.178.556-72
Edna Maria Campanhol	861.861.248-00
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento	454.544.858-53
Edna Maria Severino Peters Kahhale	667.906.708-15
Ednildo de Alcantara Machado	902.320.387-91
Edson Antonio Capello Sousa	058.392.588-06
Edson Campanhola Bortoluzzi	693.358.850-53
Edson Costa de Barros Carvalho Filho	364.324.234-49
Edson Lazarini	051.248.818-52
Edson Luiz Foletto	545.368.390-20
Edson Luiz Furtado	020.832.688-06
Edson Luiz Lopes Baldin	245.939.658-96
Edson Luiz Souchie	784.479.171-34
Edson Marques Oliveira	049.321.018-05
Edson Norberto Cáceres	726.769.498-53
Edson Olivari de Castro	046.517.098-69
Edson Pinheiro de Lima	650.424.259-34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Edson Roberto de Pieri	002.042.498-13
Edson Roberto Leite	099.904.788-48
Edson Rodrigues Carvalho	362.383.178-68
Edson Schmidt Filho	433.464.999-87
Eduardo Antônio Gomes Marques	855.755.427-34
Eduardo Biacchi Gomes	766.696.619-91
Eduardo Carlos Bianca Bittar	176.873.878-56
Eduardo Carrilho	067.824.498-70
Eduardo Cassel	436.316.060-87
Eduardo Chahud	050.069.468-06
Eduardo de Albuquerque Brocchi	330.247.317-68
Eduardo de Sa Mendonca	675.492.767-49
Eduardo do Nascimento Marcos	838.903.868-49
Eduardo Fernandes Bondan	391.958.050-87
Eduardo Galembeck	102.612.838-20
Eduardo Galia Reston	476.961.090-49
Eduardo Gomes Seabra	086.108.784-49
Eduardo Grossmann	443.355.710-20
Eduardo Hochuli Vieira	138.555.268-93
Eduardo Joaquim de Souza Vichi	046.960.428-04
Eduardo Luiz Trindade Moreira	115.519.925-15
Eduardo Mach Queiroz	676.671.047-00
Eduardo Martines Júnior	891.766.508-04
Eduardo Nobre Lages	575.783.974-00
Eduardo Novaes Ramires	102.088.498-31
Eduardo Ozório Nunes dos Santos	756.714.097-72
Eduardo Pazera Junior	020.364.954-00
Eduardo Rodrigues Gomes	112.210.706-49
Eduardo Romeiro Filho	986.594.487-15
Eduardo Romero de Oliveira	102.224.348-99
Eduardo Sales Machado Borges	805.005.366-00
Eduardo Salles de Oliveira Barra	507.611.296-34
Eduardo Takemi Dutra dos Santos Kataoka	029.127.997-08
Eduardo Vila Gonçalves Filho	595.043.158-87
Eduvaldo Silvino de Brito Marques	030.222.108-50
Edvaldo Antonio Ribeiro Rosa	067.683.448-54
Edvaldo Cesar Moretti	056.038.748-21
Edvan Alves Chagas	576.784.132-20
Edwar de Alencar Castelo Branco	307.179.653-68
Edward de Souza	277.891.796-91
Edwin Elard Garcia Rojas	014.548.996-54
Edwin Fernando Ruiz Contreras	268.275.398-14
Efraim Lázaro Reis	166.967.276-04
Egberto Gomes Franco	111.688.028-81
Egenilton Rodolfo de Farias	686.572.774-68
Eitan Naaman Berezin	942.184.478-53
Eiyti Kato	143.483.571-53
Eladio Oswaldo Flores Sanchez	455.504.766-49
Elaine Gouvêa Pimentel	841.517.816-68
Elaine Rosangela de Oliveira Lucas	916.029.479-53
Elaine Teresinha Balbinot	005.760.669-23
Elaine Terezinha Dal Mas Dias	030.582.408-21
Eleci Teresinha Dias da Silva	307.265.570-72
Eledir Vitor Sobrinho	646.569.699-15
Elena Blume	266.802.540-00
Elena Godoi	766.384.219-72
Elena Moraes Garcia	068.750.417-15
Elenor Kunz	134.896.150-34
Elhane Glass Morari Cassol	306.403.850-87
Elia Tfouni	047.109.088-34
Eliana Lima da Fonseca	674.575.090-20
Eliana Maria do Sacramento Soares	009.937.748-90
Eliana Martins Lima	418.389.121-34
Eliana Monteiro Moreira	153.251.484-00
Eliana Rodrigues	082.936.588-51
Eliana Rodrigues Silva	126.013.495-49
Eliane Beraldi Ribeiro	050.848.358-12
Eliane Comoli	138.019.718-05
Eliane Ganev	018.208.558-99
Eliane Gonçalves de Melo	626.955.766-68
Eliane Guerreiro Rossetti Padovani	067.577.208-76
Eliane Maria Octaviano Martins	528.183.656-00
Eliane Maria Ribeiro de Vasconcelos	192.832.024-49
Eliane Martins de Freitas	560.896.436-53
Eliane Schochat	075.599.408-62
Eliane Stevanato	170.245.098-80
Eliane Vianna da Costa E Silva	500.697.216-53
Eliany Alvarenga de Araujo	414.756.821-15
Elias Basile Tambourgi	672.466.648-15
Elias Nasrala Neto	437.148.626-68
Elias Pandonor Motcy de Oliveira	008.213.490-15
Elida Paula Benquique Ojopi	993.839.699-20
Eliemar Campostrini	588.361.016-15
Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal	383.209.241-20
Eliete Neves da Silva	587.345.111-72
Eliete Rabbi Bortolini	249.773.497-68
Elio Jose Santini	200.148.130-68
Elio Takeshi Tachizawa	308.106.048-68
Elioenai do rnelles Alves	195.105.510-15
Elis Cristina Fiamengue	088.853.018-86
Elis Regina Barbosa Angelo	190.295.238-32
Elisa Antonia Ribeiro	545.561.046-53
Elisa Maria Andrade Brisola	185.786.658-48
Elisa Tome Moriya Schlünzen	109.156.288-13
Elisabete Maria Macedo Viegas	742.571.108-72
Elisabete Maria Zanin	373.947.380-00
Elisabeth Nogueira Ferroni Schwartz	116.316.628-64
Elisandra Giardelli Godoi	259.529.718-06
Eliza Burlamaqui Klautau	393.173.152-91
Elizabel de Souza Ramalho Viana	358.870.444-20
Elizabete Aparecida Damasceno	041.667.138-17
Elizabeth Alves E Nogueira	870.434.328-04
Elizabeth Balbachevsky	014.302.178-80
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa	655.683.627-34
Elizabeth Christina Cotta Mello	871.956.077-04
Elizabeth de Araujo Schwarz	348.363.069-49
Elizabeth Esperidiao Cardozo	862.950.988-00
Elizabeth Ferreira Cartaxo	495.962.924-04
Elizabeth GonçalvesFerreira Zaleski	231.378.609-97
Elizabeth Gottschalg Raimann	293.714.146-34
Elizabeth Maria Soares Rodrigues	303.537.852-53
Elizabeth Wendhausen Rochadel Torresini	238.662.170-72
Elizabethe Cristina Fagundes de Souza	301.193.084-87
Elizete Vieira Vitorino	590.646.509-00
Elizeu Antunes dos Santos	413.056.554-00
Ellika Trindade	127.097.558-74
Eloi Dezan Junior	109.452.938-95
Elton Fernandes	424.701.707-10
Elvira Barros Viveiros da Silva	709.918.717-15
Elvira Maria Regis Pedrosa	302.029.304-91
Ely Antonio Tadeu Dirani	040.216.338-98
Elza Maria Canhetti Mondin	053.888.998-53
Elza Maria Galvão Ciffoni	392.114.019-68
Elza Sabino da Silva Bueno	056.936.158-39
Emanuel Ferreira Leite	128.489.644-72
Emerson Alexandre de Oliveira Lima	796.309.104-97
Emerson Alexandre Sgrott	711.809.319-04
Emerson de Andrade Marques Ferreira	167.132.305-04
Émerson de Pietri	252.297.348-76
Emerson Franchini	261.368.878-51
Emerson Luis Pires	120.790.718-90
Emil de Souza Sánchez Filho	208.308.826-34
Emilia Angela Loschiavo Arisawa	834.052.838-68
Emilia Pimenta Oliveira	175.438.512-53
Emilio Antonio Jeckel Neto	293.871.080-15
Emilse Aparecida Merlin Servilha	042.034.908-12
Eneus Trindade Barreto Filho	864.034.944-49
Enio Mori	118.145.798-00
Enio Pedone Bandarra Filho	191.520.908-09
Enrique Querol Chiva	107.392.200-63
Erasmo Borges de Souza Filho	059.296.872-34
Erasmo Felipe Vergara Miranda	005.003.839-79
Erasmo José Paioli Pires	820.189.108-25
Ercília Ana Cazarin	090.861.700-30
Erica Passos Baciuk	197.283.428-29
Erivaldo Cavalcanti E Silva Filho	196.204.704-00
Ermelinda Maria de Lamonica Freire	081.067.111-53
Ernani Clarete da Silva	263.830.716-53
Ernani Ott	006.682.490-72
Ernesto Akio Taketomi	328.710.409-82
Ernesto Antonio Figueiró-Filho	638.860.491-91
Eron Brum	130.245.318-15
Esequias dos Santos Sousa	333.432.505-97
Esmeralda Rizzo	156.973.428-37
Estela Maris Giordani	472.544.080-91
Estelina Souto do Nascimento	138.427.816-87
Estevam Rafael Hruschka Junior	934.531.089-49
Ethel Menezes Rocha	435.990.607-20
Ethel Rejane Stambovsky Spichler	297.597.497-34
Eucenir Fredini Rocha	012.044.778-92
Euclides Marchi	187.849.338-87
Euclides Reuter de Oliveira	295.059.761-00
Euclimar Passos da Silva	117.119.143-04
Eugenia Maria Mariano da R. Barichello	323.105.280-72
Eugenio Gonçalvesde Araujo	336.755.541-04
Eugênio Rodrigo Zimmer Neves	339.740.390-15
Eula Dantas Taveira Cabral	465.085.202-10
Eulália Maria Sousa Carvalho	094.770.803-06
Eun Yung Park	116.928.688-70
Eunice Maria das do res Nicolau	174.894.236-00
Euripedes Laurindo Lopes	101.488.091-20
Euselia Paveglio Vieira	494.525.330-72
Eva Lizety Ribes	009.299.800-34
Eva Maria Siqueira Alves	336.439.035-53
Evaldo Chauvet Bechara	495.136.647-91
Evaldo Luis Pauly	288.600.719-68

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Evaldo Malaquias da Silva	081.310.928-01
Evaldo Miranda Coiado	064.767.831-49
Evandro de Castro Melo	284.264.286-49
Evandro Luiz Ghedin	225.437.242-49
Evania Luiza de Araujo	134.745.100-53
Evelise Anicet Ruthschilling	331.938.604-25
Evelyne Pessoa Soriano	020.411.924-37
Everaldo Zonta	585.444.029-68
Everson Luiz de Almeida Artifon	872.492.869-00
Ewaldo Luiz de Mattos Mehl	394.517.209-87
Ezer Dias de Oliveira Júnior	115.246.368-35
Fabiana Avila Carneiro	052.986.727-36
Fabiana de Menezes Soares	766.478.896-04
Fabiana Mendes Lobato	467.714.333-15
Fabiana Rodrigues Leta	890.397.007-10
Fabiana Scarparo Naufel	154.947.468-52
Fabiano César Cardoso	929.341.889-49
Fabiano Guasti Lima	151.701.988-50
Fabiano Passuelo Hessel	606.466.590-49
Fabiano Saldanha Gomes de Oliveira	005.491.717-46
Fabiany de Cássia Tavares Silva	403.642.161-15
Fábio Alexandre Gaion Casotti	081.653.678-38
Fabio Augusto Garcia Coro	815.170.689-91
Fábio Camargo Abdalla	082.615.088-89
Fabio Edir dos Santos Costa	123.548.048-81
Fabio Enrique Brochero Martínez	053.699.077-81
Fábio Favaretto	150.672.938-02
Fabio Ferreira Perazzo	192.356.568-00
Fabio Gonçalves Jota	196.393.096-72
Fábio Gregori	172.673.478-19
Fábio Guilherme Ronzelli Murback	097.036.418-06
Fábio Herbst Florenzano	160.067.358-90
Fábio José Garcia dos Reis	088.070.748-85
Fabio Jose Tenorio Neves	968.467.207-15
Fabio Lopes Olivares	612.707.926-87
Fábio Luís Chiqueto Barbosa	110.784.898-90
Fábio Maza	009.864.318-50
Fabio Nogueira Carlucci	522.500.758-91
Fábio Roberto Fowler	057.581.748-82
Fabio Rogerio Rosado	020.128.659-92
Fábio Silva de Oliveira	027.583.596-00
Fábio Siviero	183.977.418-52
Fabio Teixeira Dias	685.107.050-20
Fabio Yamashita	096.983.518-33
Fábio Yoshio Tanaka	148.808.938-89
Fabiola Zioni	668.028.228-49
Fabrício Vilela Parreira	766.133.996-04
Farid Eid	003.988.788-03
Farnezio Moreira de Carvalho Filho	179.913.741-49
Fátima Aparecida Böttcher Luiz	016.354.908-71
Fátima Corrêa Oliver	010.299.498-67
Fátima de Azevedo Francisco	025.340.558-01
Fatima Maria da Silva Abrão	128.757.834-91
Fátima Teresinha Scarparo Cunha	369.250.550-72
Fátima Valéria Rodrigues de Paula Lamego Goulart	456.371.216-72
Fausto Saretta	746.900.008-91
Felipe da Costa Brasil	016.518.417-56
Felipe Martins Muller	442.925.380-34
Fernanda Abreu Picasso Fernandez	021.758.517-53
Fernanda de Carvalho Panzeri	098.823.108-50
Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva	982.902.747-34
Fernanda Nervo Raffin	602.539.914-04
Fernanda Simone Lopes de Paiva	789.529.217-04
Fernanda Tranchesi Sadek	257.359.038-02
Fernando Antonio de Carvalho Gomes	163.594.293-49
Fernando Azevedo Carvalho Junior	026.093.418-65
Fernando Barbosa Noll	133.331.758-19
Fernando Celso de Campos	081.510.518-50
Fernando Cesar Capovilla	339.027.391-34
Fernando César Meira Menandro	266.507.541-53
Fernando da Fonseca de Souza	127.252.694-15
Fernando de Assis Paiva	096.210.087-00
Fernando de Azevedo Silva	860.919.487-68
Fernando do Nascimento Gonçalves	000.764.177-00
Fernando Esgaib Kayatt	254.740.061-87
Fernando Ferrari Filho	627.544.917-91
Fernando Henrique Westphalen	354.294.459-91
Fernando Jorge Santos de Oliveira	832.489.944-87
Fernando Jose Benesi	828.772.038-91
Fernando José de Sá Pereira Guimarães	224.784.264-04
Fernando José Freire	477.415.114-91
Fernando Jose Pugliero Goncalves	503.251.320-20
Fernando Luis Fertonani	020.235.338-99
Fernando Luiz Affonso Fonseca	278.022.458-42
Fernando Paiva Scardua	462.555.591-49
Fernando Passold	609.759.209-44
Fernando Reis do Espirito Santo	110.651.095-04
Fernando Santos Osório	380.741.500-97
Fernando Selmar Rocha Fidalgo	403.048.920-68
Fernando Silva Teixeira Filho	100.092.988-43
Fernando Tadeu Bocon	574.586.189-49
Fernando Teixeira Filho	310.607.496-53
Flailda Brito Garboggini	778.319.698-53
Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale	167.094.128-06
Flavia de Oliveira Barreto	469.005.867-91
Flávia de Rezende Eugênio	118.346.448-79
Flávia Maria Pinto Ferreira Landim	722.123.737-91
Flávia Mori Sarti Machado	163.582.328-51
Flavia Regina Souza Ramos	346.027.041-15
Flavia Valladão Thiesen	500.201.880-72
Flavinês Rebolo	067.993.808-79
Flávio Bortolozzi	157.594.409-00
Flavio da Silva Emery	037.423.497-32
Flávio Guilherme de Melo Lima	289.588.703-97
Flávio Henrique Baggio Aguiar	213.918.948-55
Flavio Jose Lorini	208.613.110-00
Flavio Roberto Mello Garcia	570.801.780-53
Florentino Fernandes Mendes	381.700.860-00
Francesco Scofano Neto	663.636.087-91
Francisca Carneiro de Sousa Klöckner	837.767.104-20
Francisca Rejane Bezerra Andrade	378.907.193-53
Francisco Antônio de Andrade Filho	026.312.534-34
Francisco Arthur Silva Vecchia	019.994.598-57
Francisco Assis Martins Fernandes	649.064.348-00
Francisco Carlos de Brito	043.895.178-64
Francisco Carlos Felix Lana	201.308.806-04
Francisco Catelli	177.256.740-04
Francisco Damasceno Freitas	313.343.341-53
Francisco das Chagas de Souza	081.540.743-20
Francisco de Assis Baroni	526.293.177-49
Francisco de Assis de Carvalho Pinto	863.875.537-68
Francisco de Assis Francelino Alves	081.627.513-00
Francisco de Assis Oliveira	022.966.082-72
Francisco de Assis Rolim Pereira	128.703.311-34
Francisco de Sousa Ramos	141.470.254-04
Francisco Duarte Moura Neto	633.467.457-91
Francisco Javier Hernandez Blazquez	855.160.318-34
Francisco José Avelino Júnior	792.658.808-30
Francisco José Batista de Sousa	361.018.857-04
Francisco Jose Castilhos Karam	198.473.860-72
Francisco José Grandinetti	485.015.736-04
Francisco Luiz dos Santos	482.866.724-53
Francisco Manoel de Souza Braga	789.084.858-72
Francisco Martins de Sousa	520.939.218-04
Francisco Ramos de Melo	970.519.008-97
Francisco Ricardo da Cunha	289.390.771-72
Francisco Sergio Bernardes Ladeira	067.941.998-58
Francisco Villarreal Alvarado	945.323.468-00
Franco Leandro de Souza	071.409.528-17
Frank Patrick Missell	441.844.258-87
Franklin Martins Pereira Pamplona	601.596.774-91
Franklin Santana Santos	409.248.585-91
Frederico Augusto Garcia Fernandes	114.280.018-08
Frederico Azevedo da Costa Pinto	157.607.368-84
Frederico Cavalcanti Montenegro	142.174.064-87
Frederico Ferreira Campos Filho	278.923.606-20
Frederico Guilherme de Carvalho Cunha	150.818.808-41
Frederico Jayme Katz	000.743.224-00
Frederico Romagnoli Silveira Lima	809.450.586-91
Friedhilde Maria Kustner Manolescu	016.239.315-68
Gabriel Armando Pellegatti Franco	378.220.476-04
Gabriel de Oliveira Ribeiro	219.498.596-49
Gabriela Bittencourt Gonzalez Mosegui	028.749.437-38
Gabriela Botelho Martins	678.458.515-15
Gefeson Mendes Pacheco	694.812.457-72
Geida Maria Cavalcanti de Sousa	402.654.554-72
Gelson de Almeida Pinto	789.824.138-04
Gelson Luiz de Albuquerque	307.136.330-34
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo	060.518.043-15
Genaro Alvarenga Fonseca	054.241.908-47
Genei Antonio Dalmago	550.366.190-72
Generoso de Angelis Neto	598.456.869-15
Gentil José Vidotti	236.181.759-49
Georg Otte	677.155.246-20
George Browne Rego	003.103.284-20
George de Paula Bernardes	548.545.127-68
George Henrique Klimg de Moraes	113.537.916-53
George Leal Jamil	486.212.936-68
George Queiroga Estrela	788.519.804-97
Geraldo Alves da Silva	532.700.706-59
Geraldo Brasileiro Filho	082.813.946-68
Geraldo da Silva Gomes	051.297.858-19

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Geraldo de Souza Ferreira	518.668.036-20
Geraldo Inacio Filho	511.206.828-00
Geraldo Lúcio Tiago Filho	258.352.896-34
Geraldo Nunes Sobrinho	059.296.284-91
Geraldo Thedei Junior	167.066.238-14
Gerlane Coelho Bernardo Guerra	379.639.534-15
Gerly Anne de Castro Brito	241.988.463-91
Gerson Aparecido Yukio Tomanari	104.755.818-14
Gerson Henrique Pfitscher	183.689.050-87
Gerson Lachtermacher	382.989.297-72
Gerson Luiz Roani	544.416.330-68
Gerson Luiz Vieira Coelho	376.071.627-04
Gerson Moreira Lima	545.791.558-15
Gerson Pereira Lima	194.352.828-49
Gerson Renzentti Ouriques	378.306.439-20
Gervaldo Rodrigues Campos	571.479.579-20
Gervásio Silva Carvalho	056.562.220-04
Gesinaldo Ataíde Cândido	296.540.504-63
Gesse Marques Junior	068.383.998-57
Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia	478.013.100-63
Getúlio da Rocha Nogueira Filho	433.782.695-53
Gianna Melo Barbirato	411.937.844-68
Gibson Rocha Meira	511.669.504-25
Gil Facina	100.134.448-08
Gil Nuno Vaz Pereira da Silva	149.235.568-20
Gil Valdo José da Silva	669.991.208-97
Gilberti Helena Hübscher Lopes	336.205.120-00
Gilberto Aparecido Prataviera	133.323.958-07
Gilberto Carbonari	234.409.450-49
Gilberto Ferreira da Silva	425.832.840-53
Gilberto Fontes	357.643.766-53
Gilberto Francisco Dalmolin	519.134.889-34
Gilberto José de Arruda	496.184.901-49
Gilberto Maia	243.256.513-49
Gilberto Paixão Rosado	099.545.035-87
Gilberto Pechoto de Melo	087.177.578-60
Gilberto Pessanha Ribeiro	679.719.897-68
Gilberto Soares Albuquerque	418.282.750-34
Gilberto Valente Machado	465.047.887-15
Gilberto Yokomizo	175.662.738-09
Gilda Cardoso de Araujo	002.376.227-69
Gilda Collet Bruna	107.495.608-78
Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa	897.758.308-00
Gilda Maria Whitaker Verri	018.513.224-34
Gilka Borges Correia	165.592.239-49
Gilmar Ferreira Batalha	151.552.691-72
Gilmar Guimaraes	551.511.249-00
Gilmar José dos Santos	566.684.656-68
Gilmar Paulo Henz	371.098.800-44
Gilmar Pezzopane Plá	439.414.600-30
Gilmar Wanzeller Siqueira	071.100.732-20
Gilney Figueira Zebende	022.396.277-51
Gilson Antonio Giraldi	090.064.138-01
Gilson do urado da Silva	736.442.936-00
Gilson Honorato de Oliveira	475.878.909-63
Gilson Mendes da Cruz	419.763.127-87
Gilvandete Maria Pinheiro Santiago	117.766.503-44
Giovane Azevedo	653.939.456-04
Giovani Mocelin	321.193.729-34
Giovani Rubert Librelotto	711.792.400-49
Giovanni Cordeiro Barroso	117.498.903-30
Giovanni da Silva de Queiroz	186.277.811-68
Gisela Collischonn	461.365.250-20
Gisela Maria de Lima Braga Penha	141.915.358-70
Gisela Soares Brunken	753.288.367-15
Gisele Herbest Vazquez	107.930.998-54
Gisele Lopes Bertolini	012.004.047-69
Giséle Manganelli Fernandes	055.386.198-00
Gisele Maria Schwartz	115.559.358-85
Giselia Franco Potengy	344.056.827-04
Gisella Maria Zanin	278.342.989-68
Gislene Aparecida dos Santos	022.605.848-45
Giuliano Marchi	036.350.466-47
Giuseppe Alexandre Romito	134.858.728-81
Givaldo Rocha Niella	249.602.505-00
Glacir Teresinha Fricke	378.448.650-91
Glacy Antunes de Oliveira	002.488.781-15
Gladys Hebe Turrissi Gonçalves	474.807.779-49
Glaucia da Silva Brito	603.115.509-59
Glaucio de Mello Cunha	947.206.657-72
Gláucio José Marafon	361.185.670-34
Glauco Eduardo Pereira Cortez	074.339.298-19
Glauco Nunes Souto Ramos	090.215.728-00
Glaydson José da Silva	200.566.088-45
Gogliardo Vieira Maragno	468.989.809-04
Gomercindo Ghiggi	288.990.830-53
Gonçalo Mendes da Conceição	138.737.093-68
Grace Adeodato Maia	107.830.403-34
Grácia Divina de Fátima Silva	365.334.596-00
Graziela Braun	017.099.819-38
Graziela Garrido Mori	285.830.808-01
Graziela Giusti Pachane	116.206.198-73
Gregório Cardoso Tápias Ceccantini	135.540.458-45
Grey Ercole	421.220.586-68
Guaracira Gouvêa de Sousa	272.637.388-72
Guilherme de Paula Nogueira	125.521.218-70
Guilherme do Val Toledo Prado	074.694.608-29
Guilherme Henrique Pereira	096.271.117-91
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo	186.534.721-34
Guilherme Veiga Guimarães	047.028.978-37
Guimes Rodrigues Filho	033.163.458-92
Gustavo Adolfo Terra Quesada	465.378.300-44
Gustavo de Almeida Magalhães Sáfar	646.441.706-15
Gustavo de Azevedo Carvalho	981.825.107-59
Gustavo Eustáquio Brito Alvim de Melo	910.052.486-72
Gustavo Macedo de Mello Baptista	480.314.701-97
Gustavo Peixoto Silva	062.564.128-00
Gutemberg dos Santos Weingartner	444.874.791-34
Haiana Charifker Schindler	127.428.054-00
Halim Nagem Filho	023.920.388-72
Hamilton Ferreira Gomes de Abreu	335.474.247-04
Hamilton Vieira de Oliveira	175.489.852-15
Hans Rolf Kulitz	574.797.557-91
Haroldo Clemente Giacometti	003.191.988-04
Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior	262.662.023-87
Haroudo Satiro Xavier	037.704.784-87
Harryson Júnio Lessa Gonçalves	563.310.371-87
Haydée Fiszbein Wertzner	006.617.978-56
Haydée Werneck Poubel	434.842.397-00
Hector Leny Carrion Salazar	053.699.097-25
Heitor Augustus Xavier Costa	012.867.827-59
Heitor Neves Maia	107.608.734-53
Helaine Sivini Ferreira	854.475.794-49
Helano de Sousa Castro	171.034.523-34
Hélcio José Izário Filho	070.844.768-65
Helder Ferreira Isayama	139.373.418-97
Helder Guerra de Resende	412.890.057-53
Helen Beatriz Frota Rozados	184.861.000-97
Helena Amaral da Fontoura	859.975.527-72
Helena Bazanelli Prebianchi	315.232.558-46
Helena Beatriz Bier	300.580.400-30
Helena Costa Lopes de Freitas	819.927.268-68
Helena Cristina da Silva de Assis	544.935.369-34
Helena Gonçalves Kawal	125.802.188-90
Helena Judith Nussenzveig Lopes	890.269.777-00
Helena Lutescia Luna Coelho	862.658.908-59
Helena Nastassya Paschoal Pitsica	628.857.589-53
Helena Noronha Cury	091.964.980-72
Helena Sporleder Côrtes	292.269.960-91
Helenaura Pereira Machado Carvalhais	326.923.746-49
Hélène Bertrand	034.876.607-68
Heleno do Nascimento Santos	113.547.986-00
Helerina Aparecida Novo	442.813.077-53
Heliana Comin Vargas	637.661.168-00
Heliane Prudente Nunes	306.740.341-04
Helinando Pequeno de Oliveira	021.928.554-35
Hélio Cesar Oliveira da Silva	084.175.178-12
Hélio Fernandes Machado Júnior	865.780.307-00
Helio Hiroshi Suguimoto	601.707.949-20
Helio J P Severiano Ribeiro	527.243.607-53
Helio Jaques Rocha Pinto	907.874.987-34
Helio Kiyoshi Takahashi	834.850.408-78
Helio Leaes Hey	442.583.990-00
Hélio Ricardo da Silva	722.199.987-20
Helio Zanquetto Filho	910.407.107-78
Heliton Ribeiro Tavares	245.891.952-91
Heloisa Augusta Brito de Mello	454.383.661-87
Heloisa Cardoso Varão Santos	044.831.033-34
Heloisa Ferreira Filizola	089.947.478-00
Heloisa Guimarães Peixoto Nogueira	100.901.507-91
Heloisa Helena Ciqueto Peres	032.174.328-86
Heloisa Sobreiro Selistre de Araujo	029.268.028-70
Helton Gonçalves de Souza	390.420.906-00
Henoque Ribeiro da Silva	102.436.231-00
Henor Artur de Souza	342.632.339-72
Henrique Altemani de Oliveira	078.128.418-04
Henrique Antônio de Carvalho Braga	329.211.526-49
Henrique Duarte Vieira	000.722.457-51
Henrique Pereira da Fonseca Netto	218.292.767-00
Hércia Stampini Duarte Martino	983.626.156-72
Hercídia Mara Facuri Coelho	833.609.058-49
Herculano Ricardo Campos	214.475.274-53
Hercules Antonio do Prado	744.223.088-15

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Hércules Pereira	786.097.477-00
Herman Augusto Lepikson	090.545.375-15
Hernán Maldonado Vásquez	515.103.676-91
Hernando Bedoya Rodriguez	550.769.207-68
Heron Carlos de Godoy Caldas	643.648.876-68
Heron Sergio Moreira Begnis	660.956.110-91
Hidekasu Matsumoto	017.704.458-62
Hideko Takeuchi Forcella	531.810.428-20
Hilda Helena Sovierzoski	661.423.509-53
Hilda Lucia Cerminaro Sarti	117.187.558-48
Hildeberto Caldas de Sousa	122.578.772-68
Hilton Abilio Grundling	178.668.390-34
Hirasilva Borba Alves de Souza	141.011.048-67
Horacio Tertuliano dos Santos Filho	111.039.142-00
Horácio Wanderlei Rodrigues	208.204.530-72
Hugo Alexandre de Oliveira Rocha	761.118.304-49
Hugo David Chirinos Collantes	173.323.308-30
Hugo Roberto Kurtz Lisbôa	141.853.260-68
Hugo Roberto Lewgoy	083.412.078-00
Humberto Elias Garcia Lopes	666.240.886-72
Humberto Pereira Oliveira	051.268.436-72
Humberto Ramos Roman	247.155.730-91
Humberto Santos Filho	124.163.045-34
Humberto Vendelino Richter	002.127.760-53
Iandara Schettert Silva	419.399.800-20
Ianni Regia Scarcelli	050.843.598-67
Iara Sanches Rosa	804.358.668-34
Ibrahim Abd El Malik Shehata	807.488.487-20
Ibrahin El Chaama Neto	039.882.868-77
Icaro dos Santos	590.415.605-72
Idalgo Jose Sangalli	423.185.800-49
Idalina Maria Freitas Lima Santiago	125.917.345-34
Ideraldo Luiz Beltrame	500.799.806-00
Ignez Caracelli	874.909.518-87
Igor Prokopowitsch	014.630.518-32
Ilca Oliveira de Almeida Vianna	874.755.298-00
Ileizi Luciana Fiorelli Silva	675.664.729-68
Ilka Franco Ferrari	455.806.346-68
Ilná Aparecida Johann	498.827.409-87
Iluska Maria da Silva Coutinho	031.524.817-30
Ilvan Delgado Ricciardi	064.409.247-53
Ilza Maria Tourinho Girardi	171.133.340-91
Inacio de Carvalho Neto	601.467.536-15
Inês Barbosa de Oliveira	627.425.077-87
Ines Caminha Lopes Rodrigues	008.406.454-49
Ines Silvia Vitorino Sampaio	258.577.893-20
Inez Sampaio Nery	023.385.303-06
Inez Sautchuk	642.801.958-20
Inga Ludmila Veitenheimer Mendes	106.882.930-34
Iolanda Honorato de Souza	031.185.252-15
Ione Carvalho Pinto	020.193.778-61
Ira Mark Brinn	033.974.324-72
Iraceles Aparecida Laura	070.404.798-50
Iracilda Maria de Moura Lima	210.127.254-72
Irajá Abrão Nedir	165.020.510-49
Irajá Ferreira Antunes	096.631.340-20
Irani Ferreira da Silva Gerab	042.438.278-42
Irani Quagio Grassiotto	033.649.108-55
Iranildo Ramos da Encarnação	293.922.682-20
Irene Cristina de Mello	495.976.201-20
Irene Kazumi Miura	088.662.098-80
Iria Brzezinski	234.347.599-72
Irinéa Paulina Baretta	600.831.409-30
Irineu Francisco Barreto Junior	099.484.688-64
Iris Pereira Escobar	099.138.077-00
Irlen Antônio Gonçalves	203.053.116-20
Irmtraut Araci Hoffmann Pfrimer	067.454.581-87
Irwin Rose Alencar de Menezes	880.930.854-91
Isaac Antonio Camargo	862.483.248-91
Isabel Cristina dos Santos	007.675.188-02
Isabel Cristina Moura Carvalho	001.533.717-06
Isabel Idelzuite Lustosa da Costa	090.963.883-72
Isabel Lausanne Fontgalland	360.507.333-68
Isabela Custódio Talora Bozzini	190.315.238-01
Isabela Hoffmeister Menegotto	560.679.250-87
Isabella Chagas Samico	577.741.614-49
Isabella Vieira de Bem	280.864.730-15
Isac Almeida de Medeiros	396.664.414-20
Isaias Lima Lopes, Benedito	672.962.036-68
Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes	128.386.244-15
Ises de Almeida Abrahamsohn	006.446.398-22
Ismael Bravo	819.566.498-91
Ismar de Souza Carvalho	737.087.557-15
Isolda Gianni de Lima	327.997.800-91
Israel Felzenszwalb	375.898.067-49
Israel Jose da Silva	227.577.166-20
Isva Maria Modesto Morais de Souza	454.815.204-00
Itabaraci Nazareno Cavalcante	123.374.123-34
Italo Odone Mazali	160.140.418-26
Itamar Freitas de Oliveira	361.621.085-20
Itamar Souza Oliveira Junior	059.540.818-40
Itanel Bastos de Quadros Junior	405.054.729-53
Itania Maria Mota Gomes	381.559.405-78
Ivaldir Sabino Dalbosco	360.703.430-34
Ivan Aparecido Manoel	601.708.758-49
Ivan Azevedo Cardoso	720.550.498-87
Ivan Carlos Ferreira Antonello	167.808.920-68
Ivan Ferreira da Costa	428.982.341-68
Ivan Mathias Filho	634.825.847-53
Ivan Ricardo Gartner	520.816.219-91
Ivan Santo Barbosa	529.989.918-15
Ivana de Freitas Barbola	138.620.988-00
Ivana Maria Fechine Sette	425.026.084-49
Ivandi Silva Teixeira	047.851.342-91
Ivani Bursztyn	625.674.117-04
Ivânia Marini Piton	762.439.409-00
Ivanir Schroeder	440.749.729-72
Ivanise Gaubeur	161.488.318-13
Ivanise Monfredini	083.295.848-44
Ivete Susana Kist	161.090.580-68
Ivo José Dittrich	368.279.329-15
Ivo Mottin Demiate	562.138.409-15
Ivo Vencato	030.156.709-30
Ivone Carvalho	032.753.998-45
Ivone de Lourdes Oliveira	072.684.676-72
Ivone Kamada	015.445.668-32
Ivone Maria Daameche Camarano	366.598.946-91
Izabel Cristina Mioranza	636.912.800-72
Izabel Regina dos Santos Costa Maldonado	039.031.438-20
Izabel Regina Fischer Rubira	083.519.328-41
Izete Pengo Bagolin	598.549.100-59
Izilda Aparecida Bagatin	532.198.999-00
Izildinha de Souza Miranda	340.391.551-49
Jacinta Ludovico Zamboti	561.562.519-87
Jacira Helena do Valle Pereira	466.283.201-20
Jackelyne Corrêa Veneza	578.958.139-00
Jacob Daghlian	028.704.608-72
Jacob Silva Souto	357.001.064-34
Jacqueline Franco Cavalcante	245.847.623-68
Jacqueline Luz	089.443.448-92
Jacqueline Nelisis Zanoni	710.922.009-59
Jacques Demajorovic	052.087.338-62
Jader dos Santos Cruz	352.062.171-15
Jadson Igor Siqueira	024.469.999-21
Jaênes Miranda Alves	321.232.805-34
Jailson de Oliveira Arieira	026.744.447-89
Jaime Alberti Gomes	005.419.499-77
Jaime Arturo Ramírez	554.155.556-68
Jaime Gilberto Duduch	055.755.338-59
Jaime Graciano Trintin	326.211.599-15
Jaime Simao Sichman	076.915.148-59
Jair Antonio de Oliveira	202.314.159-15
Jair Carneiro Leão	455.840.794-72
Jair Cavalcanti Leite	552.811.924-34
Jair Fioravante Baggio	185.713.019-72
Jair Lucinda	080.230.699-34
Jair Mafezoli	549.843.869-91
Jair Militão da Silva	281.127.418-91
Jair Vicente de Oliveira	070.466.771-15
Jairo Nogueira Luna	010.999.078-10
Jairo Osvaldo Cazetta	065.583.178-93
Jairo Pinheiro da Silva	004.777.017-10
Jairo Simião do rnelas	153.002.504-49
Jamilson Simões Brasileiro	584.400.974-68
Jan Edson Rodrigues Leite	660.691.814-68
Jandir Ferrera de Lima	616.442.850-53
Jandir Miguel Hickmann	363.298.510-34
Jane Elizabeth Kraus	253.725.728-68
Jane Sélia dos Reis Coimbra	549.459.846-20
Janete Dias Almeida	092.188.498-24
Janete Lara de Oliveira Bertucci	373.311.406-04
Janete Pessuto Simonetti	091.764.258-94
Jania Maria Lopes Saldanha	402.492.120-72
Janice Onuki	172.649.658-99
Janina Onuki	149.174.148-14
Janir Alves Soares	649.336.016-15
Jaqueline Fernandes Pontes	396.617.414-68
Jarbas Jakson Dinkhuysen	056.527.660-34
Jason Brito Pessoa	028.898.998-88
Jasson Rodrigues de Figueiredo Filho	864.758.788-04
Jayme Ferreira Bueno	002.955.319-91
Jean Nunes dos Santos	626.276.434-87

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Jeane Barcelos Soriano	132.432.288-83
Jeanete Maristela S Agostini	216.918.609-30
Jeder Silveira Janotti Junior	019.773.687-43
Jefferson de Oliveira Gomes	122.753.538-44
Jefferson de Souza Bernardes	699.573.046-15
Jefferson Luiz Gomes Correa	203.828.008-85
Jefferson Marçal da Rocha	445.915.510-91
Jefferson Sidney Camacho	281.219.029-91
Jeosadaque José de Sene	030.190.878-80
Jeremias Borges da Silva	267.889.694-34
Jerusa Fumagalli de Salles	712.832.000-82
Jimmy Peixe Mc Intyre	122.857.304-20
Jivaldo do Rosario Matos	894.272.468-04
Joana Mara Teixeira Santos	602.809.647-49
Joana Paulin Romanowski	064.579.599-20
Joana Plaza Pinto	625.133.111-91
Joanis Tilemahos Zervoudakis	005.803.606-79
João Alexandre Ferreira da Rocha Pereira	017.054.218-14
Joao Alves de Lima	675.142.864-20
João Antônio Corrêa Filho	603.554.336-72
João Antonio Martino	060.473.078-09
João Antonio Pereira	957.504.958-68
Joao Baptista de Abreu Junior	375.784.057-72
João Baptista de Almeida Junior	866.941.978-53
Joao Baptista dos Santos Martins	366.517.290-04
João Batista Alves	979.561.208-53
João Batista Andreotti Gomes Tojal	268.838.058-34
Joao Batista Cardoso	141.114.031-15
Joao Batista de Deus	315.045.151-53
João Batista de Souza	147.700.081-04
João Batista Ernesto de Moraes	047.530.268-09
Joao Batista Furlan Duarte	558.444.050-72
Joao Batista Martins	792.838.708-59
João Batista Neves da Costa	432.365.107-49
João Batista Rodrigues Neto	645.810.989-04
João Batista Turrioni	342.355.906-34
Joao Batista Vianey Silveira Moura	245.083.303-04
João Bosco Gonçalves	049.363.848-28
João Bosco Oliveira Ribeiro da Silva	396.673.326-91
Joao Bosco Pavao	441.453.148-91
João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho	128.701.887-49
João Bosco Schumann Cunha	213.027.906-68
João Cardoso Palma Filho	041.275.958-68
João Carlos Alchieri	346.160.550-68
João Carlos Chaves	066.042.738-90
João Carlos da Rocha	042.667.978-42
João Carlos da Silva Bizario	131.230.738-23
Joao Carlos dos Santos Fagundes	197.939.520-91
João Carlos Ferreira Borges Júnior	773.752.386-34
João Carlos Palazzo de Mello	278.331.949-72
João Carlos Perciani	030.390.188-84
João Carlos Pereira da Silva	278.974.276-68
João Carlos Souza	375.190.939-72
João Cesar Dias Oliveira	463.235.460-00
Joao Cesar Netto	415.822.410-15
João Chrysostomo de Resende Junior	512.259.806-15
João de Lima Navarro	200.148.428-31
Joao Elias Nery	059.552.938-09
João Ernesto E. Castro	238.674.180-04
Joao Felipe de Sousa Filho	078.676.204-78
Joao Ferreira de Oliveira	436.110.521-91
João Franklin Abelardo Pontes Nogueira	785.013.697-72
João Ito Bergonci	206.440.860-68
João Jorge Correa	382.697.590-15
Joao Jose Caluzi	005.635.558-07
Joao Jose Fernandes de Sousa	565.472.937-34
João Marcos do mingues Dias	133.769.266-20
Joao Martins Bertaso	102.393.320-91
Joao Mauricio Gama Boaventura	042.446.898-00
João Máximo de Siqueira	418.315.006-04
João Nazareno Nonato Quaresma	169.178.202-53
João Roberto Moro	871.134.818-68
João Rufino de Freitas Filho	184.315.344-00
Joao Teotonio Manzi Monteiro de Araujo	143.365.614-00
Joao Virgilio Tagliavini	813.397.718-53
Joao Welliandre Carneiro Alexandre	113.444.153-34
Joaquim Antonio Almeida Carmo	244.291.209-00
Joaquim Celestino Júnior	090.156.393-53
Joaquim Francisco de Almeida Claro	034.465.178-98
Joaquim Miguel Maia	074.239.388-74
Joaquim Teodoro Romão de Oliveira	589.599.634-53
Jocarly Patrocinio de Souza	756.629.147-53
Joceli Mayer	546.833.519-00
Jocinete das Graças Figueiredo	362.763.911-15
Joel Augusto Muniz	258.253.806-04
Joel Campolina	109.844.616-04
Joel Carlos Zukowski Junior	070.621.558-37
Joel de Lima Pereira Castro Junior	782.986.017-34
Joel La Laina Sene	952.518.638-53
Joel Luis da Silva Barbosa	051.262.188-83
Jofre Silva	375.460.151-20
John Fontenele Araujo	228.006.623-87
Johnny Rizzieri Olivieri	005.782.948-93
Johnson Fernandes Nogueira	215.717.592-04
Joice Neves Reis Pedreira	524.671.805-06
Jolmar Luis Hawerroth	682.980.059-53
Jonas Contiero	002.184.438-03
Jonas de Carvalho	031.861.028-04
Jonei Cerqueira Barbosa	861.367.555-72
Jones Eduardo Agne	231.548.100-72
Jones Oliveira de Albuquerque	706.551.894-91
Jônia Lacerda Felício	103.860.218-13
Jorge Alberto Molina	788.721.540-49
Jorge Alberto Vieira Costa	350.273.800-97
Jorge Andre Ribas Moraes	447.995.860-68
Jorge Antonio Santos Silva	105.219.925-91
Jorge Bastos	051.139.708-91
Jorge Campos da Costa	123.355.170-15
Jorge Cláudio Cavalcanti de Oliveira	819.607.517-00
Jorge da Silva	192.286.607-59
Jorge Henrique de Oliveira Sales	334.057.512-68
Jorge Herman Behrens	150.019.578-26
Jorge Leonardo Martins	602.029.127-87
Jorge Luis Monteiro de Matos	387.677.750-04
Jorge Nei Brito	379.768.266-20
Jorge Pimentel Cintra	763.036.248-04
Jorge Renato dos Reis	385.324.330-49
Jorge Ribaski	231.567.409-34
Jorge Ribeiro de Toledo Filho	029.311.688-15
Jorge Sampaio Farias	164.582.655-49
Josane Mittmann	773.038.909-63
Jose Acacio de Barros	910.927.957-15
José Afonso Medeiros Souza	071.177.872-87
José Agenor Mei Silveira	690.471.208-25
José Alberto de Souza Freitas	012.468.958-20
Jose Alberto dos Reis Parise	553.699.107-82
José Alberto Tostes	207.499.532-68
José Alcides Gobbo Junior	109.937.988-10
José Alfredo Ferreira Costa	538.201.264-49
Jose Alonso Borba	464.907.879-20
José Alzamir Pereira da Costa	163.576.717-20
José Amaral Argolo	386.762.817-34
Jose Antonio Alberto da Silva	051.531.178-20
José Antonio Arantes Salles	005.790.468-50
Jose Antonio Eiras	624.237.388-20
José Antonio Fregonezi	063.101.849-20
José Antônio Lerosa de Siqueira	568.995.808-53
Jose Antonio Nunes de Mello	242.949.692-53
José Antonio Pêgas Henriques	009.776.670-49
José Aparício Brittes Funck	090.281.700-06
José Artur da Silva Emim	758.148.386-04
Jose Augusto Adler Pereira	363.789.177-87
José Augusto Rossetto Junior	032.721.668-90
José Carlos Aronchi de Souza	045.733.048-19
Jose Carlos Barbieri	130.893.318-53
Jose Carlos Dalmas	209.477.209-87
José Carlos de Araujo	057.022.169-20
Jose Carlos M.Da Silva Filho	573.558.861-34
José Carlos Mierzwa	049.430.598-30
Jose Carlos Moreira	153.369.468-00
José Carlos Netto Ferreira	149.460.177-04
Jose Carlos Parente de Oliveira	091.323.333-15
Jose Carlos Pereira	504.266.308-82
José Carlos Sartori	551.863.868-04
José Carlos Tavares Carvalho	208.760.252-20
Jose Carlos Tavares da Silva	365.511.637-34
José Celso da Cunha	135.060.806-87
José César Rosa	005.721.198-10
José da Cruz Bispo de Miranda	305.394.393-04
José Daniel Diniz Melo	466.606.404-44
Jose Danilo Ayala	036.686.258-83
Jose David Mangueira Viana	102.263.461-53
José de Anchieta Delgado	109.926.784-72
José de Lima Albuquerque	401.357.724-00
Jose de Ribamar Mendes Bezerra	054.634.083-00
José Dionisio Gomes da Silva	146.241.094-49
José do Nascimento	057.379.156-20
Jose do mingos Ardisson	488.761.437-34
José dos Santos Souza	886.568.297-34
José Dutra de Oliveira Neto	062.603.698-40
Jose Edmundo Heraclito Silva	448.806.696-87
Jose Eduardo Corrente	018.830.798-29
José Eduardo Manzoli	122.414.548-85
José Eduardo Serrão	054.249.828-67
José Ernandi Mendes	210.654.113-91
José Estevão Picarelli	721.196.328-04
Jose Euclimar Xavier de Menezes	233.190.205-44
Jose Eurico de Faria	077.195.076-49

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Jose Fernandes de Melo Filho	212.721.585-00
José Fernando Bitencourt Lomônaco	030.235.168-04
Jose Fernando Modesto da Silva	925.752.268-72
José Fernando Siqueira da Silva	145.565.578-36
Jose Fernando Vilela Martin	088.589.738-28
José Ferreira Irmão	014.786.304-00
José Galberto Martins da Silva	221.096.763-53
Jose Geraldo de Andrade Pacheco Filho	326.810.894-68
José Geraldo de Souza	148.040.186-20
José Geraldo do Carmo Salles	492.514.576-20
José Geraldo Simões Junior	023.156.258-66
José Glimovaldo Lupoli Junior	049.978.118-07
José Gomes Pereira	127.841.333-20
José Gonçalves Gondra	766.276.327-72
José Gonçalves Medeiros	365.395.978-00
José Guilherme Martins Alves Moreira	227.935.696-15
José Guilherme Santos da Silva	237.798.452-53
Jose Irineu Gorla	499.475.839-53
José Janguiê Bezerra Diniz	368.383.574-53
Jose Joatan Rodrigues Junior	461.426.733-53
José Jorge Tannus Junior	007.966.948-42
Jose Jurandir Fagliari	979.564.738-53
José Leon Crochík	942.453.478-72
José Leonardo Noronha	479.346.036-49
José Licinio Backes	676.473.830-00
Jose Luis Arraut Vergara	259.903.307-15
José Luís Bizelli	029.400.248-04
José Luis Bolzan de Morais	368.760.110-20
Jose Luis Farinatti Aymone	579.806.400-04
José Luis Ramírez Ascheri	105.290.788-13
José Luiz Borges Horta	923.899.706-30
José Luiz de Souza Pio	230.640.562-04
Jose Luiz Gomes do Amaral	897.948.268-04
Jose Luiz Parre	062.680.948-75
José Luiz Proença	223.049.758-87
José Luiz Santos de Sousa	728.863.587-20
Jose Manoel Gonçalves Gandara	640.405.269-53
Jose Marcio do Amaral Vasconcellos	667.656.767-91
Jose Marcos Camara Brito	495.450.866-53
Jose Marcos Froehlich	520.518.030-72
José Maria Barbosa Filho	098.574.004-34
José Maria Dias Pereira	133.125.530-91
José Marques Júnior	377.274.006-53
José Martins de Oliveira Junior	042.836.018-10
Jose Martins Filho	068.370.268-87
José Maurício Gonçalves dos Santos	954.223.669-72
Jose Mauricio Rosolen	102.102.818-55
José Maurício Silvestre	616.300.129-04
José Mauro da Costa Hernandez	076.141.178-08
José Mauro da Silva Rodrigues	989.917.878-00
José Mauro Valente Paes	282.997.876-53
Jose Miguel Reichert	356.194.570-87
José Nicolás Albuja Salazar	954.141.938-00
José Nunes da Silva Júnior	090.355.828-96
José Olímpio de Magalhães	036.930.746-15
José Oscar Fontanini de Carvalho	867.982.198-53
José Pedro Boufleuer	289.099.760-04
José Pereira Peixoto Filho	241.489.207-25
José Pinto de Siqueira Júnior	822.340.438-91
José Ramos Gonçalves	187.036.153-91
José Raniere Mazile Vidal Bezerra	267.355.393-20
José Reinaldo Mendes Ruas	241.166.966-68
José Reinaldo Silva	093.373.505-72
Jose Renato Zanini	005.421.578-10
José Ribeiro Aires	603.227.727-53
José Ribeiro Machado Neto	003.196.191-68
José Ricardo Pachaly	358.567.939-00
José Ricardo Queiroz Franco	249.296.976-20
José Roberto Boettger Giardinetto	082.848.198-99
Jose Roberto Braga Portella	428.872.839-87
José Roberto Cavazzani	171.261.189-53
José Roberto da Silveira Maia	405.143.076-68
José Roberto Pereira Lauris	015.784.688-17
José Roberto Rodrigues	787.695.158-91
Jose Roberto Simoes Moreira	004.005.318-01
José Rodrigues Rocha Júnior	469.499.334-87
José Rogério Santana	154.728.348-30
José Roque Raposo Filho	194.305.586-68
José Rubens Rebelatto	867.117.688-68
José Salvador Faro	207.951.148-34
José Sebastião Fagundes Cunha	943.698.448-00
José Soares Coutinho Filho	227.275.589-53
José Tavares Araruna Júnior	758.614.707-82
José Tavares de Sousa	131.401.244-49
José Thadeu Pinheiro	091.889.834-04
Jose Ueleres Braga	191.038.243-49
Jose Valfrido de Santana	066.926.564-00
José Vicente Hallak D'angelo	563.753.526-49
José Vitor da Silva	058.790.516-68
José Zuchiwschi	013.895.868-80
José Zula de Oliveira	064.505.128-49
Joseli Maria Silva	569.202.619-87
Josette Maria Alves de Souza Monzani	047.506.358-98
Josiane Bonel Raposo	593.670.830-68
Josicelia Dumet Fernandes	007.056.085-49
Josué Brisola	200.857.969-72
Josue Bruginski de Paula	680.655.669-87
Joyce da Silva Bevilacqua	074.748.188-17
Joyce Mary Adam de Paula E Silva	137.646.428-40
Joyceane Bezerra de Menezes	283.623.063-00
Juarez Benigno Paes	503.158.627-34
Juarez Inacio	397.316.501-72
Juarez Jonas Thives Junior	560.086.789-15
Juarez Oliveira Castro	112.883.296-87
Juarez Perfeito	341.931.709-34
Juarez Vieira do Nascimento	411.036.610-00
Julia Bellesse da Silva Lins	402.212.377-04
Juliana Carvalho Tavares	741.902.886-91
Juliana da Silva	541.355.910-00
Juliana Della Valle Biolchi	711.638.830-34
Juliana Espada Lichston	269.483.908-89
Juliana Maria Carneiro Wanderley	087.035.074-91
Juliana Mazzonetto Teofilo	177.622.688-71
Juliana Mesquita Martinez de Lucena	335.645.152-91
Juliana Zantut Nutti	485.137.416-04
Juliano Maurício de Carvalho	090.812.928-97
Juliano Milczewsky Scolaro	168.497.298-10
Juliemy Aparecida de Camargo Scuoteguazza	856.748.348-49
Julieta Maria de Barros Reis Quayle	766.398.608-30
Julio Alberto Mignaco	003.443.827-02
Julio Carlos de Souza Van Der Linden	152.800.394-20
Julio Cesar Machado Pinto	009.933.956-00
Júlio César Passos	550.357.447-87
Julio Cesar Refosco	485.123.030-34
Julio Cesar Ribeiro Sampaio	667.697.017-15
Julio Cesar Rodrigues de Azevedo	510.507.149-20
Julio Cesar Rodrigues Pereira	872.966.678-34
Julio Cesar Suzuki	522.165.511-04
Júlio César Tavares Moreira	006.287.498-56
Julio Cesar Valladao Diniz	516.529.947-34
Julio Cezar de Mattos Cascardo	793.874.627-49
Julio Cezar Iacia	097.523.048-42
Julio da Silva Dias	570.842.389-72
Júlio Francisco Barros Neto	542.095.103-78
Júlio Otávio Jardim Barcellos	302.192.640-15
Julio Paulo Tavares Zabatiero	905.348.918-53
Julio Sérgio Marchini	889.211.158-20
Júlio Vianna Barbosa	643.448.197-72
Junior Alexandre Moreira Pinto	150.080.578-55
Jurandi Gonçalves de Oliveira	668.358.106-10
Juremir Machado da Silva	406.177.000-44
Jussara Gazzola	266.723.670-04
Jussara Martia Rosa Mendes	429.502.100-82
Juvenal Savian Filho	191.419.158-79
Juvenal Zanchetta Junior	015.033.668-39
Karin Kirchgatter	127.822.158-17
Karina Acosta Barbosa	737.428.480-20
Karina Andrea Novaes Olivieri	245.584.768-33
Karina Klinke	007.628.357-70
Karina Maria Salvatore de Freitas	165.052.758-60
Karina Toledo Solha	096.878.138-14
Karl Heinz Kienitz	041.627.198-70
Karla Silva Ferreira	674.154.077-68
Karly Barbosa Alvarenga	295.046.941-87
Karyne Oliveira Coelho	868.849.641-20
Kathia Maria Honorio	149.405.258-05
Kati Eliana Caetano	614.103.228-15
Katia Cilene Tabai	106.618.788-64
Katia de Almeida	005.658.688-45
Katia Flores Genaro	015.694.288-75
Katia Lucy de Melo Maltos	416.683.676-53
Katia Maria da Silva Parente	378.124.673-68
Kátia Marly Leite Mendonça	039.501.582-00
Katia Menezes de Sousa	454.582.781-00
Kátia Morosov Alonso	654.466.741-20
Katia Regina Moreno Caiado	084.607.328-51
Katia Rubio	047.679.768-39
Katya Kozicki	519.058.099-72
Keiko Veronica Ono Fonseca	401.919.909-49
Keila Deslandes	573.823.016-72
Keila Maria Mendes Ceresér	606.129.320-87
Kellen Cristhinia Borges de Souza	582.663.721-87

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Kelly Cristina Alves Silverio	123.775.678-27
Kelly Cristina Tagliari de Brito	908.325.669-34
Kelly Susane Alflen da Silva	695.266.130-15
Kenya Schmidt Reibnitz	289.219.769-49
Kil Jin Park	819.366.138-91
Klaus Schlüzen Junior	573.587.029-72
Kleber Pinheiro Naccarato	190.419.068-51
Lacy Cardoso de Brito Junior	392.492.042-72
Laerte Luiz Bremm	017.342.999-83
Laerthe de Moraes Abreu Junior	344.298.087-91
Lair Margarida da Rosa	379.719.059-04
Landulfo Silveira Júnior	161.861.328-62
Larissa Mies Bombardi	175.821.498-82
Latif Antonia Cassab	151.635.288-23
Laudelino Cordeiro Bastos	086.661.578-44
Laudelino Marques Lopes	196.310.066-20
Laudenir Maria Prioli	237.195.088-20
Laura Alicia Geracitano Monserrat	881.275.080-04
Laura Antunes Maciel	162.372.931-91
Laura Franch Schmidt da Silva	295.878.160-72
Laura Marisa Carnielo Calejon	221.424.368-20
Laura Oliveira Péres Philadelphi	200.482.058-69
Laura Pereira Robles	528.432.208-82
Lauraci do ndé da Silva	248.606.700-00
Laureen Sally da Rosa Alves	512.254.250-34
Laurenil Gaste	515.157.338-15
Laurindo Borelli Neto	085.572.288-64
Laurindo Dias Minhoto Neto	116.802.398-05
Lauro Brito de Almeida	486.445.288-15
Lauro Francisco Mattei	308.981.619-91
Lauro Santos Filho	070.869.034-34
Lavinia Maria Sanabio Alves Borges	606.506.137-91
Lazaro Moscardini Dassunção	073.331.886-04
Lealis Conceição Guimarães	024.221.079-15
Leandro Bresolin	427.487.550-49
Leandro da Rosa Marshall	459.259.760-53
Leandro Ferreira de Aguiar	036.617.728-13
Leandro Machado de Carvalho	741.724.500-59
Leandro Salazar de Paula	405.957.307-87
Leandro Sauer	397.793.940-87
Leandro Soares Indrusiak	742.076.790-49
Leange Severo Alves	095.170.140-15
Lêda Rita D'antonino Faroni	180.758.276-00
Leda Scheibe	002.629.519-91
Leda Verdiani Tfouni	042.066.488-24
Ledjane Silva Barreto	360.815.665-87
Leida Calegario de Oliveira	835.192.976-04
Leide Rovênia Miranda de Andrade	334.283.791-87
Leila Dupret	461.853.647-00
Leila Maria Amaral Ribeiro	351.360.140-91
Leila Salomao de La Plata Cury Tardivo	872.460.588-34
Leilah Santiago Bufrem	437.229.549-91
Leiva Figueiredo Viana Leal	282.621.667-87
Lelio Luiz de Oliveira	449.211.106-97
Lenice de Castro Mendes Villela	371.634.856-20
Leny Borghesan Albertini Alberguini	058.915.968-22
Leny Caselli Anzai	081.313.091-34
Leny da Silva Gomes	009.042.950-87
Leo Kraether Neto	615.410.870-20
Leo Rufato	967.794.119-49
Leonardo Guerra de Rezende Guedes	107.968.018-78
Leonardo Rodrigues de Andrade	071.798.607-19
Leonardo Salazar Bittencourt	129.179.074-87
Leonel Cezar Rodrigues	153.886.469-04
Leoni Villano Bonamin	128.175.718-78
Leônia Maria Batista	467.759.434-15
Leopoldo Schonardie Filho	028.521.280-04
Leosino Bizinoto Macedo	076.100.096-87
Leticia Batista Azevedo Rangel	015.170.297-75
Leticia Norma Carpentieri Rodrigues	082.584.458-47
Leticia Passos Affini	066.701.798-47
Li Weigang	150.147.578-98
Lia Braga Vieira	219.458.702-06
Lia Matos Brito de Albuquerque	013.979.073-04
Lia Rejane Silveira Reiniger	462.741.620-20
Lia Vera Tomás	074.868.318-64
Liane Maria Vargas Barboza	597.950.859-72
Liane Nanci Rotta	677.795.140-72
Licia Barcelos de Souza	077.824.368-00
Lidia Almeida Barros	048.917.208-32
Lidia da Conceição do mingues Shehata	091.583.917-20
Lídia Ferreira Miranda	694.858.366-00
Lidia Maria Vianna Possas	959.633.248-15
Ligia Ajaime Azzalis	113.959.738-81
Ligia Andrade da Silva Telles Mathias	000.840.968-45
Ligia de Oliveira Ruggiero	044.080.178-84
Lígia Fonseca Heyer	078.280.042-49
Ligia Gomes Elliot	062.570.897-00
Lígia Maria de Souza Dabul	705.291.757-20
Ligia Maria Sampaio de Medeiros	633.435.687-91
Ligia Maria Thomaisino	016.779.888-00
Ligia Martha Coimbra da Costa Coelho	550.932.307-82
Lilia dos Santos Seabra	707.688.547-68
Lilia Ines Zanotti de Medrano	137.645.918-38
Lilian Cristina Monteiro França	069.326.978-23
Lilian Ferreira Muniz	416.111.284-04
Liliana Amaral Feris	692.566.830-91
Liliane de Oliveira Guimarães	559.599.706-00
Liliane Soares Yurgel	193.391.510-20
Lina Cardoso Nunes	544.245.267-04
Linda Viola Ehlin Caldas	859.646.118-34
Lindomar Wessler Boneti	037.110.309-63
Lineu Carlos Maffezoli	719.262.328-87
Linor Pedro Klein	010.040.340-91
Lisandra Pereira Lamoso	069.600.338-45
Lisiane de Marsillac Terra	485.974.730-53
Liu Un Rigo (Brasileira Naturalizada)	016.295.309-72
Lívia da Silva Modesto Rodrigues	562.277.525-68
Livia Maria de Freitas Reis Teixeira	305.988.267-34
Lizandra Garcia Lupi Vergara	934.705.419-49
Lizete Dias de Oliveira	412.573.750-91
Lolita do pico da Silva	477.784.827-20
Loraine Gomes Rodrigues	425.843.709-30
Loreine Hermida da Silva E Silva	551.845.297-72
Lorena Dall'ara Guimarães	838.077.131-15
Lorena de Cássia Kozlowski	462.958.959-72
Lori Viali	118.516.860-53
Lorildo Aldo Stock	298.542.539-53
Lorivan Fisch de Figueiredo	158.015.510-34
Lothar Carlos Hoch	067.438.469-53
Lourdes Marcelino Machado	924.433.548-49
Lourdes Maria Werle de Almeida	493.053.529-87
Lourival Marin Mendes	082.541.548-99
Lourivaldo Mota Lima	325.060.074-15
Luana Carramillo Going	770.042.488-87
Lubnen Name Moussi	375.046.658-00
Luci Maria Sant Ana Dusse	327.134.876-68
Luci Mendes de Melo Bonini	844.261.448-68
Lucia da Rocha Uchoa Figueiredo	112.756.478-12
Lúcia de Araújo Costa Beisl Noblat	096.219.544-87
Lucia de Fatima Campos Pedrosa Schwarzschild	175.476.444-49
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	160.062.404-91
Lucia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite	103.929.554-15
Lúcia Filgueiras Braga	008.554.797-28
Lucia Ghiringhello	331.945.728-49
Lucia Gouvea Pimentel	591.311.016-15
Lucia Granja	120.553.008-81
Lucia Helena Alfredi de Mattos	333.494.445-04
Lucia Helena Mascaro Sales	074.577.788-02
Lucia Lovato Leiria	408.975.750-91
Lúcia Maria Aquino de Queiroz	195.853.655-53
Lúcia Maria Fantinel	222.605.600-91
Lucia Pereira Barroso	875.135.608-20
Lucia Regina Ribeiro	023.053.569-00
Lucia Sa Rebello	168.455.100-59
Lúcia Sevegnani	418.454.809-10
Luciana Andreia Borin de Carvalho	696.084.159-34
Luciana Barreto Nascimento	496.196.246-53
Luciana Bicca do de	572.203.010-49
Luciana Facchini	466.439.070-04
Luciana Ferraz Thomé	479.616.007-87
Luciana Hartmann	529.213.870-34
Luciana Helena Maia Porte	035.575.447-96
Luciana Keiko Hatamoto Zervoudakis	186.706.438-39
Luciana Moreira Chedier	006.916.137-29
Luciana Rosa Marques	435.816.504-44
Luciana Saraiva de Campos	196.732.868-41
Luciane Maria Pereira Passaglia	436.689.500-59
Luciane Peter Grillo	570.890.860-20
Luciane Pimenta Cruz Romão	266.835.715-20
Luciane Ribeiro de Rezende Sucasas da Costa	510.126.341-91
Luciane Soares de Lima	206.037.938-51
Luciani Coimbra de Carvalho	528.976.721-53
Luciano Allegretti Mercadante	014.717.898-37
Luciano Andreatta Carvalho da Costa	607.480.790-68
Luciano Bonatelli Bispo	152.675.728-10
Luciano da Silva Cabral	019.711.357-55
Luciano Farinha Watzlawick	572.779.159-68
Luciano Mendes de Faria Filho	523.000.306-59
Luciano Rodrigues Ornelas de Lima	025.325.857-06
Luciano Seraphim Gasques	128.120.928-74
Luciel Henrique de Oliveira	538.913.176-20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Luciene Maria da Silva	131.587.595-00
Luciene Rodrigues	599.626.076-04
Lucienir Maria da Silva	671.669.469-20
Luciete Basto de Andrade Albuquerque	126.961.452-53
Lucildes Pita Mercuri	325.715.695-20
Lucindo José Quintans Júnior	930.961.434-04
Lúcio Cardozo Filho	107.851.778-92
Lucio de Brito Castelo Branco	100.742.287-49
Lúcio Francelino Araújo	470.768.361-49
Luciola Ines Pessoa Cavalcante	076.137.332-20
Lucíola Rangel de Luca Fraga	000.935.497-25
Lucivânio Silva	598.257.821-53
Lucrécia Stringhetta Mello	403.381.188-53
Lucy Carlinda da Rocha de Niemeyer	529.363.177-20
Ludmila S S de Barros	217.012.748-84
Luis Alberto Basso	412.963.380-53
Luis Alberto Martinez Riascos	213.673.208-01
Luís Alberto Pereira	442.996.210-34
Luis Antonio Bittar Venturi	034.197.338-60
Luis Antonio de Avila	626.853.250-34
Luis Antonio Francisco de Souza	038.330.508-02
Luis Cardoso Rasquin	248.003.255-87
Luis Carlos da Silva Ramos	442.593.448-20
Luís Cláudio Oliveira Lopes	332.518.005-15
Luis Cláudius Coradine	525.805.047-53
Luis da Silva Zambom	060.891.858-09
Luis Edson Saraiva	525.806.280-53
Luís Eduardo Batista	030.280.248-70
Luis Felipe Skinner	008.985.457-81
Luis Fernando Beneduzi	737.729.410-87
Luis Fernando Delboni	066.113.638-82
Luis Fernando Friedrich	204.911.150-91
Luís Fernando Martins Ribeiro	538.411.156-91
Luis Fernando Soares	052.748.158-04
Luis Filipe de Faria Pereira Wiltgen Barbosa	121.937.918-21
Luis Francisco Angeli Alves	138.020.358-95
Luis Francisco Marcon Ribeiro	428.421.230-34
Luis Gallego Martinez	040.571.328-21
Luís Guilherme Barbosa	611.846.327-15
Luis Gustavo Mello Grohmann	387.053.970-49
Luis Manuel do mingues do Nascimento	186.735.114-53
Luis Mauricio Martins de Resende	716.737.929-87
Luis Mochizuki	130.252.348-14
Luis Otoni Meireles Ribeiro	499.036.160-15
Luís Roberto Paschoal	016.583.808-60
Luis Vicente de Andrade Scalvi	064.567.498-24
Luiz Alberto Barreto Leite Sanz	690.551.737-20
Luiz Alberto Cerqueira Batista	152.761.477-87
Luiz Alberto Lira Soares	882.580.334-68
Luiz Alberto Plácido Penna	005.104.038-75
Luiz Altamiro Garcia Nogueira	458.607.267-91
Luiz Antonio da Silva	834.397.068-34
Luiz Antonio de Castro Santos	111.291.317-34
Luiz Antonio dos Santos Monteiro	170.731.205-25
Luiz Antonio Gomes Senna	626.280.977-53
Luiz Antônio Maffia	168.236.726-68
Luiz Antonio Mousinho Magalhães	648.987.414-87
Luiz Antonio Vidal de Negreiros Gomes	093.706.414-91
Luiz Armando Bagolin	138.908.558-90
Luiz Arthur Pagani	056.490.448-13
Luiz Augusto de Paula Souza	040.794.538-50
Luiz Barros Montez	551.284.407-53
Luiz Bezerra Neto	057.345.758-10
Luiz Camolesi Junior	110.054.488-76
Luiz Carlos Bertevello	115.085.148-10
Luiz Carlos Bertolino	049.369.048-48
Luiz Carlos da Cunha	349.977.091-15
Luiz Carlos da Silva Schwindt	450.796.500-44
Luiz Carlos de Oliveira	735.883.188-87
Luiz Carlos de Souza	511.453.408-49
Luiz Carlos Eckstein	408.872.609-00
Luiz Carlos Fernandes	808.091.708-68
Luiz Carlos Krug	141.855.800-10
Luiz Carlos Marangon	261.499.666-15
Luiz Carlos Marques Vanderlei	017.771.628-23
Luiz Carlos Migliozzi Ferreira de Mello	592.851.419-00
Luiz Carlos Miranda	578.768.788-49
Luiz Carlos Murakami	013.101.738-18
Luiz Carlos Pedrosa Valli	002.925.827-81
Luiz Carlos Ruiz Pessenda	005.612.268-30
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro	239.557.407-49
Luiz Claudio Cameron	707.093.787-34
Luiz Cláudio Vieira de Oliveira	081.455.556-04
Luiz Custodio da Silva	084.570.854-68
Luiz de Paula do Nascimento	273.542.886-91
Luiz Deganello	445.089.058-20
Luiz Edival de Souza	310.629.706-91
Luiz Eduardo Blumer Rosa	051.576.588-00
Luiz Eduardo Galvão Martins	106.374.228-56
Luiz Eugenio Machado	004.287.011-91
Luiz Fernandes do urado	246.767.561-00
Luiz Fernando Costa Nascimento	478.210.278-04
Luiz Fernando de Lima Luz Junior	672.873.449-04
Luiz Fernando Duboc da Silva	853.429.127-68
Luiz Fernando Fariniuk	702.107.729-72
Luiz Fernando Loureiro Ribeiro	217.103.096-87
Luiz Fernando Machado Silveira	368.878.700-53
Luiz Flávio Martins Moliterno	262.886.567-04
Luiz Gonçalves Junior	069.363.578-90
Luiz Gonzaga de Oliveira Matias	213.891.793-20
Luiz Gonzaga Mariano de Souza	926.226.748-72
Luiz Gonzaga Xavier de Barros	090.816.748-20
Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave	212.496.938-29
Luiz Guilherme Dias Heneine	355.356.016-91
Luiz Guimarães Barbosa	036.671.638-78
Luiz Henrique Meyer	733.686.799-53
Luiz Magno Pinto Bastos Junior	424.352.262-68
Luiz Manoel Silva de Figueiredo	846.863.167-15
Luiz Manuel do Eirado Amorim	330.815.654-72
Luiz Martins da Silva	099.294.441-49
Luiz Moraes de Niemeyer Neto	610.788.328-20
Luiz Panhoca	001.549.768-22
Luiz Paulo Rigolon	253.602.489-04
Luiz Ricardo Begosso	078.895.238-23
Luiz Ricardo Goulart Filho	442.145.706-00
Luiz Roberto Prandi	395.616.909-34
Luiz Sérgio da Cruz de Oliveira	363.616.157-15
Luiz Sergio Saraiva	064.506.796-20
Luiz Silvio Scartazzini	104.067.190-04
Luiz Thadeu de Abreu Poletto	144.355.946-68
Luiz Valter Brand Gomes	254.789.317-72
Luiz Veriano Oliveira Dalla Valentina	311.065.790-20
Luiza de Macedo Mourelle	495.488.597-34
Luiza Helena Pereira	138.652.850-15
Luiziana Silveira de Rezende	826.502.417-72
Lydia de Brito Santos	597.627.055-72
Lydia Uraco Yamamoto	649.109.978-49
Lygia Arcuri Eluf	013.828.808-98
Lygia do lores Ribeiro de Santiago Fernandes	628.444.667-53
Lys Mary Bileski Candido	258.749.939-91
Lyslei de Souza Nascimento	568.982.586-72
Maddi Damião Junior	842.664.907-63
Mafalda Nesi Francischett	880.738.909-68
Magali Aparecida Silvestre	084.587.478-04
Magali de Castro	049.031.296-91
Magda Feres Figueiredo	866.833.577-49
Magda Lahorgue Nunes	377.963.050-87
Magda Patrícia Caldeira Arantes	527.022.006-72
Magda Velloso Fernandes de Tolentino	385.675.716-34
Magnolia Rejane Andrade dos Santos	265.003.294-49
Maisa Fernandes Dutra Veloso	335.590.664-68
Malcon Anderson Tafner	743.599.919-91
Manfredo Carlos Wachs	087.631.009-91
Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves	033.015.768-00
Manoel Barral Netto	100.600.145-04
Manoel Ceciliano Salles de Almeida	014.778.627-49
Manoel do Couto Fernandes	057.700.707-65
Manoel Lucas Filho	067.048.164-53
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa	736.368.198-87
Manoel Messias de Sousa	010.143.073-68
Manoel Messias Peixinho	247.684.805-00
Mansur Lutfi	070.136.638-91
Manuel Morgado Rezende	591.939.648-20
Mara Cíntia Kiefer	155.820.998-08
Mara Regina Lemes de Sordi	953.052.628-87
Mara Rita Duarte de Oliveira	263.026.912-49
Marcel Guedes Leite	040.824.428-39
Marcelino de Souza	365.441.599-72
Marcello Bellodi	140.147.208-70
Marcelo Alvaro da Silva Macedo	011.906.357-39
Marcelo Alves Barros	099.325.528-01
Marcelo Alves Soares	012.230.067-00
Marcelo Amorim Savi	830.374.977-34
Marcelo Antonio Pavanello	163.485.218-42
Marcelo Antunes Nolasco	065.525.058-17
Marcelo Augusto Boechat Morandi	017.612.457-83
Marcelo Augusto Santos Turine	070.327.978-57
Marcelo Azevedo Neves	018.153.987-01
Marcelo Batista Saito	188.185.228-84
Marcelo Braga dos Santos	108.918.888-96
Marcelo Brito Carneiro Leão	514.836.884-53
Marcelo Byrro Ribeiro	814.513.187-15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Marcelo Cabral Jahnel	105.872.148-80
Marcelo Câmara dos Santos	440.225.657-72
Marcelo Campos	135.218.098-70
Marcelo Cardoso	737.128.506-97
Marcelo Cavenaghi Pereira da Silva	263.304.998-29
Marcelo da Rocha Wanderley	797.753.497-53
Marcelo da Silva Genestra	006.320.947-02
Marcelo de Andrade Romero	045.268.428-50
Marcelo de Oliveira Souza	960.063.587-00
Marcelo Diniz dos Santos	393.874.026-49
Marcelo dos Santos Targa	025.966.278-09
Marcelo Duarte da Silva	038.044.957-96
Marcelo Eduardo Vieira Segatto	862.651.807-20
Marcelo Fernandes Camargos	985.299.006-34
Marcelo Fernandes da Silva	079.699.578-89
Marcelo Ferreira da Silva	014.501.019-84
Marcelo Firer	060.188.448-50
Marcelo Gomes da Rosa	845.535.297-34
Marcelo Gonçalves Resende	375.969.691-00
Marcelo Ioris Koche	852.910.569-91
Marcelo Jose Moreira	013.646.947-78
Marcelo Jose Strazzeri Bonecker	093.876.128-56
Marcelo Knobel	032.487.608-42
Marcelo Lucas Pereira Machado	559.932.737-04
Marcelo Marcos Piva Demarzo	167.053.758-76
Marcelo Marques Lopes Müller	918.522.269-00
Marcelo Martins de Sena	169.597.538-30
Marcelo Martins dos Santos	225.615.364-91
Marcelo Medeiros	071.706.998-26
Marcelo Paes Gomes	073.660.057-46
Marcelo Polo	524.483.128-34
Marcelo Ramos Martins	133.695.978-96
Marcelo Ribeiro de Castro	018.321.957-08
Marcelo Ricardo de Lima	696.859.919-87
Marcelo Saldanha Aoki	151.975.788-31
Marcelo Santos Castilho	201.574.938-14
Marcelo Schenk de Azambuja	458.934.460-20
Marcelo Soares Lubaszewski	409.985.410-87
Marcelo Velloso	086.888.388-36
Marcelo Vianna	976.177.417-15
Marcelo Walter	395.688.810-34
Marcelo Yoshimoto	134.625.068-54
Marcia Borges de Albergaria	667.492.127-00
Márcia Cristina de Costa Trindade Cyrino	120.959.788-89
Márcia Cristina Lopes Quintas	595.105.109-63
Marcia Cristina Romero Lopes	090.957.288-70
Marcia Cristina Zago Novaretti	048.156.098-02
Marcia Flaire Pedroza	028.281.938-02
Márcia Franz Amaral	560.595.310-91
Márcia Ivana de Lima E Silva	396.937.830-34
Marcia Keske Soares	677.862.350-00
Marcia Maria Fusaro Pinto	140.658.516-53
Marcia Marques de Morais	130.846.406-10
Marcia Marques Jerico	076.339.288-08
Marcia Martins Marques	036.968.748-50
Marcia Mathias Pinto	411.322.038-72
Marcia Oliveira de Paula	372.651.726-04
Marcia Pereira de Oliveira	013.961.427-38
Marcia Regina Gabardo da Camara	225.560.441-87
Marcia Regina Gama	101.109.448-79
Marcia Rosane Frey	412.562.390-20
Marcia Santos de Menezes	891.877.687-04
Marcia Silveira Kroeff	588.043.829-53
Márcia Tosta Xavier	423.340.397-72
Marcia Vardnega Peicher	884.979.259-04
Marcial Francis Galera	404.138.021-91
Marciela Scarpellini	162.084.178-99
Marcilei A. Guazzelli Silveira	161.720.048-40
Marcilene dos Santos	139.318.168-69
Marcílio Alves	475.839.089-49
Marcilio Pereira Sousa	239.698.222-20
Marcilio Souza da Rocha Freitas	342.883.843-20
Marcio Almeida Co	000.957.597-94
Marcio Andre Miranda	094.593.418-10
Marcio Antonio de Paiva	663.950.386-72
Marcio Antonio Salvato	779.995.096-04
Márcio Augusto de Vasconcelos Diniz	202.464.803-78
Marcio de Paula Faria	016.681.799-62
Marcio Eisencraft	253.622.028-12
Márcio Ferrari	128.351.828-70
Marcio Jose de Almeida	101.920.269-68
Marcio Jose Fraxino Bindo	404.130.399-00
Marcio Luis Ferreira Nascimento	432.024.035-91
Marcio Moacyr de Vasconcelos	718.148.767-15
Marcio Pinon de Oliveira	608.191.977-34
Marcio Roberto Pereira	121.071.268-79
Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira	238.991.821-20
Márcio Simeone Henriques	525.617.636-68
Marcio Vieira de Souza	378.433.389-34
Márcio Zikán Cardoso	839.533.617-91
Marco Antonio Compagnoni	743.227.968-34
Marco Antonio da Silva Vasconcellos	936.403.157-15
Marco Antonio de Moraes	648.212.697-91
Marco Antonio de Oliveira	141.919.578-64
Marco Antonio Galeas Aguilar	424.599.406-10
Marco Antonio Herculano	823.927.228-20
Marco Antonio Leonel Caetano	080.813.738-70
Marco Antonio Maximo Prado	063.980.958-80
Marco Antonio Mondaini de Souza	878.457.257-49
Marco Antonio Moreira Furtado	381.810.456-53
Marco Antonio Neves Soares	085.440.488-03
Marco Antonio Plácido de Almeida	873.053.808-49
Marco Antônio Rodrigues Vieira	049.562.656-20
Marco Antonio Saidel	763.302.308-20
Marco Antonio Sant Ana	473.541.781-87
Marco Antonio Stephano	694.703.247-49
Marco Aurélio Cremasco	540.726.119-72
Marco Aurélio Gerosa	068.429.447-83
Marco Aurélio Máximo Prado	065.650.868-00
Marco Aurélio Palumbo Cabral	005.635.917-90
Marco Aurélio Romano	031.861.108-23
Marco Aurélio Romano-Silva	618.220.606-30
Marco Henrique Terra	100.279.608-38
Marco Tadeu Grassi	085.449.198-80
Marco Tulio Correa de Faria	287.718.501-04
Marco Tulio Raposo	095.932.336-87
Marco Tullio de Castro Vasconcelos	312.826.604-20
Marco Vinicius Chaud	026.407.698-20
Marcos Abílio do mingues	001.481.948-18
Marcos Antonio Barbosa de Melo	131.468.824-34
Marcos Antonio da Silva Costa	581.649.527-53
Marcos Antonio de Souza	379.255.478-04
Marcos Antonio Martins Lima	228.812.123-87
Marcos Antônio Nobrega de Sousa	805.552.764-49
Marcos Aurelio Lima Balbino	009.638.357-77
Marcos Baptista Lopez Dalmau	015.773.459-59
Marcos Barcellos Cafe	350.111.141-04
Marcos Baroncini Proença	645.220.169-72
Marcos Barros de Medeiros	713.340.414-15
Marcos Cesar Danhoni Neves	482.647.509-82
Marcos Costa de Souza	766.076.317-20
Marcos do Couto Bezerra Cavalcanti	665.179.907-04
Marcos Fernando de Souza Teixeira	090.025.098-47
Marcos Flávio Pádua Góes de Moraes	010.243.368-24
Marcos Garcia Neira	884.934.587-91
Marcos Guimarães Sanches	432.883.247-68
Marcos Hikari Toyama	120.693.908-70
Marcos José Salvador	107.120.578-11
Marcos José Santana	740.481.988-15
Marcos Laffin	484.853.069-53
Marcos Lourenço Herter	336.711.500-25
Marcos Luciano Pimenta Pinheiro	477.616.606-20
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	906.883.337-53
Marcos Luiz Pessatti	632.797.899-15
Marcos Maestri	454.958.749-00
Marcos Martinez Silvoso	881.506.745-00
Marcos Massao Futai	616.930.811-72
Marcos Mesquita Filho	275.091.506-63
Marcos Pileggi	101.157.328-88
Marcos Prado de Albuquerque	205.849.201-30
Marcos Ribeiro Moyses	652.894.126-20
Marcos Roberto de Vasconcelos Lanza	104.329.168-73
Marcos Rodrigues da Silva	478.460.970-91
Marcos Serrou do Amaral	528.928.751-53
Marcos Silva	307.202.224-00
Marcos Tadeu Tavares Pacheco	851.573.338-20
Marcos Veiga dos Santos	388.060.611-00
Marcos Venícios de Oliveira Lopes	677.294.103-97
Marcos Vieira Silva	131.596.406-63
Marcus Alexandre Vallim de Alencar	900.957.587-04
Marcus Barreto Conde	718.006.207-30
Marcus Bentes de Carvalho Neto	428.874.702-30
Marcus Elidius Michelli de Almeida	114.436.688-77
Marcus Granato	663.368.647-15
Marcus Levy Albino Bencostta	263.040.448-01
Marcus Silva da Cruz	649.685.967-15
Marcus Vinicius de Freitas	369.786.206-53
Marcus Vinicius Maltempi	070.346.668-22
Marga Janete Strohër	398.512.220-20
Margarete de Macedo Monteiro	795.373.087-15
Margarete May Berkenbrock Rosito	432.872.049-04
Margareth de Almeida Gonçalves	487.605.607-20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Margareth de Souza Freitas	539.941.249-72
Margarethe Born Steinberger-Elias	628.318.367-00
Margarida Emmerich de Borba	218.198.829-34
Margarida Montejano da Silva	044.223.278-01
Marger da Conceição Ventura Viana	091.829.261-15
Mari Margarete dos Santos Forster	097.417.040-20
Maria Alcione Munhóz	142.572.030-72
Maria Alice de Mello Fernandes	446.527.718-00
Maria Alice Volpe	090.877.828-70
Maria Amalia Amarante de Almeida Magalhães	530.049.227-20
Maria Amalia Pie Abib Andery	006.575.078-06
Maria Amelia Amado Rivera	004.127.834-87
Maria Anete Lallo	082.728.428-40
Maria Angela Bianconcini Trindade	931.576.228-20
Maria Angela Coelho Mirault Pinto	311.397.367-87
Maria Angela Colombo Rossetto	022.168.368-26
Maria Angela Guimarães Feitosa	531.744.108-00
Maria Angela Naval Machado	154.770.938-38
Maria Angelica Ehara Watanabe	364.985.139-34
Maria Angelina Nardi de Souza Martinez	041.607.958-03
Maria Antonia Brandao de Andrade	309.444.652-34
Maria Antonia de Souza	112.743.198-62
Maria Antonia Noventa	060.006.378-02
Maria Aparecida da Silva	626.596.427-53
Maria Aparecida Hippert Cintra	432.235.596-04
Maria Aparecida Marin Morales	962.348.908-06
Maria Aparecida Nicoletti	018.570.198-14
Maria Aparecida Rodrigues Fontes	759.391.937-49
Maria Aparecida Silva	005.667.638-77
Maria Arisnete Camara de Morais	043.983.944-00
Maria Assunta Busato	308.491.520-20
Maria Augusta da Costa Vieira	011.711.778-10
Maria Auxiliadora Bezerra	082.163.554-91
Maria Bellini	077.578.406-00
Maria Benedita Lima Pardo	773.807.038-20
Maria Betânia de Oliveira	629.871.606-82
Maria Candida Mendes Forte	044.152.212-20
Maria Carmen Couto Ribeiro	221.730.216-72
Maria Carolina Cascino da Cunha Carneiro	184.696.338-99
Maria Cecilia Bevilacqua	647.327.038-87
Maria Cecília Bonini Trenche	461.096.338-87
Maria Cecília de Araujo Rodrigues Torres	209.266.347-04
Maria Cecília Junqueira Lustosa	905.111.077-49
Maria Cecilia Mendes Barreto	920.672.808-30
Maria Cecília Sanchez Teixeira	011.366.898-85
Maria Celeste de Fátima Sanches Montemezzo	676.397.719-00
Maria Celeste Gonçalces Vidigal	053.117.484-00
Maria Ceres Pereira	225.856.640-15
Maria Clara Kaschny Schneider	591.649.809-87
Maria Claudia Colla Ruvolo Takasususki	075.836.148-30
Maria Claudia Teixeira da Luz Ollé	432.170.010-87
Maria Cristiane Barbosa Galvão	087.153.908-02
Maria Cristina Aranda Batocchio	027.807.508-80
Maria Cristina Araujo Passos	252.482.190-00
Maria Cristina Batoni Abdalla Ribeiro	115.643.838-14
Maria Cristina Chimelo Paim	451.951.290-53
Maria Cristina Dadalto	756.818.707-15
Maria Cristina de Figueiredo E Albuquerque	049.603.003-53
Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki	025.886.368-45
Maria Cristina Faber Boog	536.081.438-15
Maria Cristina Ferreira	182.628.487-72
Maria Cristina Gobbi	769.365.898-04
Maria Cristina N Gramani	178.760.568-06
Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly	029.791.548-73
Maria Cristina Volpi Nacif	641.927.847-34
Maria Cristina Zborowski de Paula	518.095.080-53
Maria Cristina Zindel Deboni	069.346.948-05
Maria da Conceicao Estellita Vianni	590.886.647-49
Maria da Conceição Ferreira de Oliveira	977.714.307-91
Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi	040.979.473-20
Maria da Conceição Fraga	296.983.244-53
Maria da Glória Souto Maior Nogueira	098.190.611-72
Maria da Graça Bompastor Borges Dias	141.785.244-53
Maria da Graça da Silva	045.719.978-41
Maria da Graca de Vasconcelos Xavier Ferreira	054.087.684-49
Maria da Graça Gomes Paiva	090.721.600-53
Maria da Graça Gomes Ramos	232.401.800-49
Maria da Graça Kfouri Lopes	320.816.699-00
Maria da Graça Moreira da Silva	047.561.868-82
Maria da Graça Naclério-Homem	674.797.828-53
Maria da Graça Pitiá Barreto	080.344.005-72
Maria da Penha Pereira Lins	157.329.597-34
Maria Dalva Cesario	983.187.808-68
Maria Dalva de Barros Carvalho	551.248.878-34
Maria das Graças Conde Caldas	338.423.967-91
Maria das Graças Medeiros Tavares	068.111.244-15
Maria das Graças Pinto Coelho Sousa	136.794.654-91
Maria das Graças Pires Sablayrolles	317.770.664-68
Maria das Gracas Ribeiro Moreira Petruci	381.359.068-20
Maria de Fatima Andrade de Ferreira	172.424.015-34
Maria de Fatima Baracuhy Cavalcanti	098.574.784-68
Maria de Fátima Barbosa Abdalla	672.050.898-91
Maria de Fátima Dias	323.788.316-68
Maria de Fátima dos Santos Lopes	173.838.035-15
Maria de Fatima Franco dos Santos	005.665.108-20
Maria de Fátima Freitas	974.552.617-72
Maria de Fátima Gomes Costa	131.917.305-59
Maria de Fatima Hanaque Campos	241.542.375-00
Maria de Fatima Luz Santos	107.334.185-20
Maria de Fátima Pedrosa Pinto Barbosa	096.354.404-72
Maria de Fátima Prado Fernandes	941.138.748-91
Maria de Fátima Rocha Medina	277.144.975-72
Maria de Fatima Sales de Souza Campos	488.253.104-63
Maria de Fátima Sant'anna	341.945.686-72
Maria de Fatima Silveira Polesi Lukjanenko	086.790.198-52
Maria de Jesus Goncalves	084.235.628-24
Maria de Lourdes da Silva Marques Ferreira	056.399.498-30
Maria de Lourdes do labela Luciano Pereira	278.361.506-15
Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	688.086.407-44
Maria de Lourdes Florencio dos Santos	213.107.184-15
Maria de Lourdes Gaspar Tavares	971.342.448-49
Maria de Lourdes Pinheiro Ruivo	066.128.062-49
Maria de Lourdes Rabetti	851.457.427-20
Maria de Mascena Diniz Maia	127.843.624-34
Maria Denilda Moura	004.710.894-00
Maria do Carmo de Lacerda Peixoto	042.227.841-68
Maria do Carmo de Sousa	065.430.988-48
Maria do Carmo dos Santos	671.144.319-53
Maria do Carmo Duarte Freitas	186.514.293-04
Maria do Carmo Hespanhol da Silva	562.801.906-25
Maria do Carmo Savietto	761.513.108-10
Maria do Carmo Viegas	264.329.786-53
Maria do Céu Diel de Oliveira	041.709.188-51
Maria do Rosario de Fatima de Carvalho	025.608.013-53
Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo	752.542.126-91
Maria do lores Alves Cocco	050.836.248-26
Maria do lores de Brito Mota	106.600.385-87
Maria Elaine Araujo de Oliveira	228.808.950-49
Maria Elisa Esteves Lopes Galvao	666.543.278-53
Maria Elisabeth Kleba da Silva	432.768.909-25
Maria Elizabeth Brotto	007.939.678-05
Maria Elizabeth Ribeiro dos Santos	339.532.797-34
Maria Elizabeth Rondelli de Oliveira	665.279.968-53
Maria Emília Roméro de Miranda Henriques	094.939.134-49
Maria Enói dos Santos Miranda	561.317.989-15
Maria Ester Rodrigues	572.485.089-34
Maria Eugenia Albino Andrade	186.877.096-68
Maria Eugenia de Lima E Montes Castanho	105.445.588-04
Maria Eunice de Souza Maciel	292.492.360-34
Maria Fernanda Nince Ferreira	296.680.181-68
Maria Flavia Marques Ribeiro	469.113.830-72
Maria Gilvanise de Oliveira Pontes	112.403.933-34
Maria Gorete Lucena de Vasconcelos	183.217.044-68
Maria Goretti Araújo de Lima	060.875.903-15
Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca	040.341.637-04
Maria Helena Barros Araujo Luz	029.896.463-53
Maria Helena Camara Bastos	173.267.530-91
Maria Helena Cirne de Toledo	010.410.978-59
Maria Helena de Magalhaes Castro	551.210.207-91
Maria Helena de Paula	664.130.951-72
Maria Helena Itaqui Lopes	264.138.090-00
Maria Helena Leal Castro	157.917.426-49
Maria Helena Lisboa da Cunha	334.575.307-34
Maria Helena Palma de Oliveira	763.153.048-34
Maria Helena Santana Cruz	155.249.575-20
Maria Helena Wagner Rossi	236.781.350-72
Maria Henriqueta Luce Kruse	000.807.990-00
Maria Ignes Carlos Magno	006.459.798-99
Maria Ines Basso Bernardi	067.643.798-23
Maria Inês Brandão Bocardi	062.085.998-90
Maria Inês de Matos Coelho	054.981.986-04
Maria Inês Paes Ferreira	769.687.667-87
Maria Inez Masaro Alves	255.479.419-72
Maria Isabel Antunes Rocha	245.569.476-34
Maria Isabel Berto	151.489.698-22
Maria Isabel Madeira Liberto	218.062.257-00
Maria Izabel Saraiva Noll	184.229.420-20
Maria Izilda Santos de Matos	881.277.968-91
Maria José da Costa Oliviera	125.338.788-55
Maria José de Araújo Lima	024.659.303-20
Maria Jose de Oliveira Nascimento	781.308.838-72
Maria Jose Gontijo Salum	533.149.216-91
Maria Jose Lima da Silva	866.913.338-53
Maria Jose Machado	205.382.279-15
Maria Jose Mesquita C de M Wehling	539.584.897-53
Maria Jose Moraes Antunes	292.457.376-91
Maria Jose Pereira Monteiro	370.627.607-06
Maria José Sanches Marin	058.394.308-03
Maria Júlia Ferreira Xavier Ribeiro	977.706.478-00
Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento	003.971.608-28
Maria Lindaci Gomes de Souza	204.310.314-87
Maria Lúcia Calijuri	919.902.978-20
Maria Lucia de Barros Camargo	024.642.508-30
Maria Lucia Gambarini Meirinhos	048.836.148-67
Maria Lucia Malard	042.841.946-15
Maria Lucia Negreiros Fransozo	715.529.878-68
Maria Luiza da Costa Santos	161.939.704-87
Maria Luíza Ferreira Laboissière de Carvalho	057.784.761-91
Maria Luiza Guarnieri Atik	151.751.218-20
Maria Luiza Lins E Silva Pires	330.811.824-68
Maria Madalena Rinaldi	776.768.589-68
Maria Marcia Sigrist Malavasi	043.381.538-81
Maria Neile Torres de Araujo	090.612.743-20
Maria Nenmaura Gomes Pessoa	059.845.213-34
Maria Neusa de Oliveira	126.762.414-00
Maria Nilza da Silva	049.145.948-38
Maria Paula Cerqueira Gomes	956.901.827-53
Maria Paulina Gomes	091.940.377-87
Maria Regina Andrade de Azevedo	033.282.868-96
Maria Rita Aprile	608.849.678-91
Maria Rita Guinancio Coelho	917.994.657-72
Maria Rosa Chitolina Schetinger	429.736.510-34
Maria Roseli Gomes Brito de Sa	077.995.195-68
Maria Rosiani do rietto de Menezes	416.738.327-68
Maria Salete Genovez	184.689.698-34
Maria Salete Machado Candido	019.795.268-26
Maria Salete Trigueiro de Araujo	123.719.204-87
Maria Salett Biembengut	059.177.838-61
Maria Sílvia de Assis Moura	074.037.318-83
Maria Stella Andrade de Resende	532.001.366-34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Maria Sueli Parreira de Arruda	015.778.988-85
Maria Suely Nogueira	020.194.318-23
Maria Sylvia de Campos Carvalho do Amaral Gurgel	042.006.458-31
Maria Teresa Baptista de Oliveira	073.332.508-49
Maria Teresa Botti Rodrigues dos Santos	075.620.928-50
Maria Teresa Citeli	005.696.808-67
Maria Teresa da Silva Mota	378.475.384-15
Maria Teresa de Moura Ribeiro	098.708.678-20
Maria Teresa do Prado Gambardella	034.888.938-04
Maria Teresa Gomes Barbosa	906.649.066-72
Maria Teresa Miceli Kerbauy	743.739.608-44
Maria Thereza Miranda Rocco Giraldi	781.583.037-49
Maria Tita Portal Sacramento	379.022.022-15
Maria Verônica de Souza	633.610.004-91
Maria Veronica Leite Pereira-Moura	654.825.147-49
Maria Virginia Gelfuso	098.928.108-64
Maria Virgnia Leal	274.226.824-34
Maria Waleska Cruz	292.025.660-20
Maria Zuleide da Costa Pereira	079.916.142-04
Maria Elizabeth Affonso Christiano	062.994.258-73
Mariana Fraga Soares Muçouçah	172.211.418-51
Mariângela Abate de Lara Soares	094.292.198-47
Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante	497.345.204-15
Maribel Oliveira Barreto	862.450.075-34
Mariceli Araujo Ribeiro	410.502.156-72
Maricilia Silva Costa	025.504.207-80
Marie Claire Sekkel	818.407.568-53
Marigia Ana de Moura Aguiar	782.329.614-49
Marilda da Cruz Fernandes	484.223.630-20
Marilda Regiani Olbrzymek	902.274.769-72
Marilda Shuvartz	366.624.450-53
Mariléia Chaves Andrade	936.308.246-68
Marilena Aparecida de Souza Rosalen	030.958.228-80
Marilena Bittar	364.987.691-49
Marilene Dellagiustina	551.514.859-20
Marilene Maia	339.081.500-78
Marilene Proenca Rebello de Souza	885.365.218-72
Marilene Susan Marques Michalick	230.506.326-15
Marilia Conforto	370.116.930-68
Marilia Couto Silva Shiraiwa	341.759.117-15
Marilia Gerhardt de Oliveira	356.399.030-15
Marília Inês Mendes Barbosa	603.302.877-53
Marilia Marques da Silva	244.108.021-00
Marilia Martins Vizzotto	248.622.156-53
Marilia Vargas Laboissiere Paes Barreto	088.972.041-04
Mariliani Chicarelli da Silva	017.067.199-22
Marilton Sanchotene de Aguiar	788.786.590-53
Mariluce Bittar	163.991.371-87
Marina Graziela Feldmann	520.854.738-49
Marina Silva da Cunha	078.623.578-09
Marinaldo Felipe da Silva	110.499.104-78
Marinalva Freire da Silva	267.853.314-04
Marineide de Oliveira Gomes	008.656.638-58
Marinella Impelizieri de Moura	872.216.246-15
Marinês Guerreiro	450.978.280-20
Marinete Covezzi	346.604.101-53
Mário Antonio Meireles Teixeira	377.029.043-72
Mario Antonio Ribeiro Dantas	606.675.087-91
Mário Augusto Gonçalves Jardim	236.664.392-68
Mario Cesar Gomes de Castro	279.143.991-91
Mário César Lugarinho	870.200.097-00
Mário de Souza Martins	230.207.257-04
Mário Hissamitsu Tarumoto	093.923.038-07
Mário José Filho	930.702.178-34
Mário José Junges	165.133.040-91
Mario Jose Politi	528.881.938-68
Mario Luiz Tronco	092.561.258-89
Mario Sarcinelli Filho	471.383.867-53
Marisa Almeida Cavalcante	011.889.138-32
Marisa Antonini Ribeiro Bastos	229.123.986-49
Marisa Beatriz Bezerra Leal	551.090.717-72
Marisa Carneiro de Oliveira Franco do natelli	733.252.608-53
Marisa da Silva Lemos	549.193.636-72
Marisa Eugênia Melillo Meira	053.825.438-60
Marisa Fernandes Mendes	023.918.187-50
Marisa Passarelli	126.824.308-64
Marisa Porta Miche Hirschfeld	688.943.508-78
Marisa Ribeiro de Itapema Cardoso	415.430.090-34
Marise Dutra Asensi	601.293.957-49
Marisilda Sacani Sancevero	166.926.086-00
Maristela da Silva Souza	497.008.630-34
Maristela Jorge Mélo	346.454.544-04
Maristela Riva Knauth	005.179.500-06
Maristela Silva Martinez	141.141.708-98
Maristela Silveira Palhares	515.410.176-68
Mariza Grassi	952.495.408-72
Marize Cisneiros da Costa Reis	550.998.234-91
Marizete Silva Santos	241.757.815-87
Marlene Durigan	826.576.618-15
Marleyne José Afonso Accioly Lins Amorim	179.030.764-34
Marli Elizabeth Ritter dos Santos	316.787.260-87
Marlívia Gonçalves de Carvalho Watanabe	081.599.788-47
Marlizete Maldonado Vargas	260.551.550-87
Marlove Fatima Briao Muniz	302.316.470-34
Marluce Pereira da Silva	132.508.094-20
Marlucia Mendes da Rocha	486.605.407-78
Marlucia Menezes de Paiva	071.088.424-91
Marly Célia Souza de Carvalho	770.149.109-06
Marsen Garcia Pinto Coelho	363.679.237-72
Marson Bruck Warpechowski	576.375.710-68
Marta Carvalho de Almeida	083.185.478-29
Marta de Almeida	089.955.028-27
Marta de Araújo Pinheiro	628.752.727-72
Marta de Campos Maia	074.708.018-63
Marta Isaacsson de Souza E Silva	401.708.530-04
Marta Ligia Pomim Valentim	349.969.159-00
Marta Luz Sisson de Castro	316.923.620-20
Marta Rovery de Souza	075.282.168-79
Marta Sueli de Faria Sforni	581.950.509-30
Marta Zorzal E Silva	317.362.387-87
Martha Kaschny Borges	363.557.710-34
Martha Marlene Wankler Hoppe	264.509.760-04
Mary Anne Sousa Lima	324.215.083-04
Mary Caroline Skelton Macedo	086.253.738-01
Mary Elizabeth de Santana	150.798.642-49
Mary Marcondes Feitosa	115.658.428-04
Masahiko Ohi	200.921.999-68
Massanori Takaki	933.334.558-20
Mateus Ericson Flores	595.091.710-34
Matheus Gorovitz	098.404.861-87
Matias Pablo Juan Szabó	071.031.978-90
Matilde Araki Crudo	666.604.838-53
Maura Regina da Silva do urado	789.371.597-91
Maura Seiko Tsutsui Esperancini	100.948.828-78
Mauri Fortes	081.018.766-34
Mauricio Barreto Alvarez Parada	955.312.547-68
Mauricio Campelo Tavares	429.041.020-00
Maurício César Delamaro	095.013.148-20
Mauricio Dziedzic	676.556.539-68
Mauricio Felga Gobbi	593.100.656-72
Mauricio Ferreira da Rosa	883.050.157-34
Mauricio Gariba Junior	464.505.729-49
Mauricio Lanznaster	948.657.529-00
Mauricio Paulo Ferreira Fontes	180.753.046-91
Mauricio Pinheiro	027.772.407-44
Mauricio Reginaldo Alves dos Santos	659.244.796-68
Mauricio Roth Volkweis	529.197.220-34
Maurício Veloso Brun	730.226.240-34
Mauricy Alves da Motta	005.183.604-15
Maurivan Guntzel Ramos	183.219.920-72
Mauro Antonio Homem Antunes	656.965.816-68
Mauro Castilho Gonçalves	112.470.898-78
Mauro Cesar Bernardes	715.527.156-04
Mauro Cesar Silveira	238.337.000-25
Mauro da Cunha Naghettini	255.432.616-91
Mauro de Lima Santos	146.313.262-04
Mauro de Vasconcellos Real	489.001.170-68
Mauro José Pantoja Fontelles	055.845.742-87
Mauro Masili	149.462.598-99
Mauro Pedro Peres	002.673.558-07
Mauro Virgilio Gomes de Barros	652.714.754-68
Mauro Wagner de Oliveira	334.320.826-49
Mauro Zilbovicius	040.177.428-74
Max Mauro Dias Santos	752.963.576-04
Max Suell Dutra	519.042.257-72
Maysa Joppert Coelho	529.410.517-91
Maysa Seabra Cendoroglo	070.875.728-65
Melânia Lopes Cornélio	853.688.904-78
Melchior Antonio Momesso	039.705.358-40
Mércia Heloisa Ferreira Cunha	155.021.716-04
Mercia Virginia Ferreira dos Santos	405.359.834-68
Messias José Bastos de Andrade	171.403.406-25
Mêuser Jorge Silva Valença	126.930.144-68
Michel François Fossy	206.737.874-00
Michelle Leali Costa	659.375.621-00
Michelle Selma Hahn	688.973.678-87
Michelle Silva Wangham	451.535.072-20
Miguel Angelo Hyppolito	248.932.708-93
Miguel Ângelo Menezes	293.861.529-91
Miguel Bahl	320.331.419-34
Miguel Guillermo Neumann	746.703.288-91
Miguel Leon Gonzalez	213.816.968-56
Miguel Ruiz	026.546.098-04
Milanez Silva de Souza	004.820.052-20
Millôr Godoy Sabará	515.101.626-15
Milton A Pasquotto Mariani	085.276.588-60
Milton Batista Nizatto	025.878.478-42
Milton Beltrame Junior	071.746.728-76
Milton da Costa Lopes Filho	048.556.188-37
Milton do Nascimento	014.937.526-34
Milton Ferreira da Silva Junior	151.938.614-15
Milton Kolber	814.433.748-49
Milton Lahuerta	703.590.248-15
Milton Machado da Silva	245.639.517-49
Milton Melciades Barbosa Costa	092.076.357-04
Milton Satoiuqui Masuda	897.479.688-00
Milton Terumitsu Sogabe	994.980.308-04
Mirco Sole Kienle	834.211.060-53
Miriam Cardoso Utsumi	102.098.578-03
Miriam Coelho de Souza	037.282.308-47
Miriam Sterman do lnikoff	024.132.728-87
Mirian de Lourdes Noronha Motta Melo	739.024.896-34
Mirian Parente Monteiro	155.076.453-53
Mirian Rejowski	857.695.258-00
Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito	571.906.826-00
Moacir Evandro Lage	602.147.756-15
Moacir Fernandes de Godoy	570.952.568-53
Moacir Leomil Neto	121.254.548-66
Moacir Santos de Lacerda	550.576.676-53
Moacir Serralvo Faria	108.135.498-41
Moacir Wuo	513.666.148-87
Moema Augusta Soares de Castro	519.621.796-72
Moema Cotrim Saes	105.172.148-22
Moema Nudilemon Chatkin	409.123.610-34
Monah Winograd	010.427.337-24
Monica Andrade Lotufo	066.537.698-79
Mônica Cristiane Moreira Crispim	571.350.881-15
Mônica Cristina de Moraes Silva	400.674.672-53
Mônica Cristina Toffoli Kadri	096.940.698-31
Mônica de Moura Pires	478.333.355-68
Mônica de Paula Pereira da Silva Age	229.061.342-87
Monica do rigo Correia	800.910.407-87
Monica Herman Salem Caggiano	593.107.078-87
Mônica Magno Vilar	897.231.717-91
Mônica Maria Martins de Souza	374.316.256-34
Mônica Maria Rio Nobre	083.597.762-53

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Monica Medeiros de Brito Pereira	784.747.957-53
Monica Mota Tassigny	229.645.253-15
Mônica Oliveira da Silva Simões	366.677.144-00
Monica Pereira Bahiana	509.361.407-63
Mônica Vannucci Nunes Lipay	076.511.868-85
Monica Maria Montenegro de Oliveira	309.269.984-04
Monique Mendes Franco	547.038.917-00
Montgômery José de Vasconcelos	181.360.794-04
Moysés Kuhlmann Júnior	638.665.288-68
Mozart Linhares da Silva	492.071.050-04
Mucio do Amaral Figueiredo	632.642.856-49
Murilo Damato	060.473.268-62
Murilo Sergio Drummond	267.990.906-25
Murilo Silva de Camargo	120.450.041-04
Myrian Thereza Serra Martins	314.402.401-59
Myrna de Arruda Nascimento	076.313.698-01
Nadia Fatima Gibrim Pereira Dias	285.299.526-34
Nadia Kassouf Pizzinatto	208.483.668-91
Nadia Monesi	100.374.608-03
Nadia Regina Pereira Almosny	513.024.707-87
Nádia Souza Lima da Silva	295.180.832-15
Nadja Simão Magalhães	316.250.611-53
Nadya Maria Prado Damasceno Ferreira	383.996.797-04
Nahri Balesdent Moreano	953.276.497-68
Naiá Sadi Câmara	064.491.978-70
Nair Costa Muls	163.824.126-00
Nancy dos Santos do rna	564.048.597-34
Nancy Malschitzky	394.511.789-53
Nancy Starobinas	041.731.408-60
Nara Cuman Motta	157.260.297-04
Nara Hellen Campanha	119.930.698-36
Nara Luz Chierighini Salamunes	462.535.649-00
Nara Regina de Souza Basso	430.221.890-87
Narcisa Maria Gonçalves dos Santos	135.491.547-04
Narla Sathler Musse de Oliveira	889.838.546-34
Natanael Antônio dos Santos	497.693.674-00
Natanael Reis Bomfim	109.919.135-15
Nedir do Espirito Santo	275.230.127-87
Nei Peixoto	125.566.451-72
Neide Almeida Fiori	003.950.729-72
Neide Maria Bertoldi Franco	594.258.148-72
Neide Maria Gomes de Lucena	128.474.534-15
Neide Romani Covre	307.304.308-04
Neide Tiemi Murofuse	334.644.729-49
Neise Deluiz	030.847.527-53
Neiza de Lourdes Frederico Fumes	072.023.468-93
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	014.684.768-74
Nelita Ferraz de Mello Sauner	358.810.979-04
Nelsi Salete Tonini	409.122.649-34
Nelson Albuquerque de Souza E Silva	337.901.837-68
Nelson Carvalho Maestrelli	066.312.638-08
Nelson de Sena Filho	623.232.296-72
Nelson Ferreira Fontoura	413.787.090-04
Nelson Henrique Morgon	106.645.828-69
Nelson Lopes Duarte Filho	118.238.950-34
Nelson Martins	011.100.638-49
Nelson Silva Filho	004.083.868-43
Nelson Studart Filho	086.947.291-72
Nelson Veiga Gonçalves	207.220.952-87
Nena Geruza Cei	033.257.332-04
Néri de Barros Almeida	073.960.688-35
Neri dos Santos	155.441.689-20
Nerivanha Maria Bezerra da Silva	103.528.644-00
Nery Nishimura de Lima	859.641.909-87
Nestor Andre Kaercher	432.696.640-87
Neura Bragagnolo	222.719.530-49
Neusa Demartini	137.230.300-68
Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos	859.378.198-53
Neusa Maria John Scheid	212.733.830-87
Neuza Helena Moreira Lopes	271.295.433-53
Neuza Maria Ferraz de Mello Gonçalves	016.868.109-97
Newton Galvão de Campos Leite	098.666.618-14
Newton La Scala Júnior	042.872.018-84
Newton Soares da Silva	614.680.379-00
Nicolas Medina Curi	216.098.358-67
Nicolau André de Miguel	065.879.258-04
Nicolau Maués da Serra Freire	016.374.792-04
Nidia Noemi Fabré	563.692.551-49
Niel Nascimento Teixeira	033.439.906-80
Niels Olsen Saraiva Câmara	358.818.603-49
Niemeyer Almeida Filho	098.587.091-53
Nilberto Heder Medina	313.384.291-91
Nilce Emy Tomita	067.986.438-50
Nilce Nazareno da Fonte	729.285.579-20
Nilce Santos de Melo	330.045.011-04
Nilda Aparecida Jacks	303.786.210-68
Nilda de Fátima Ferreira Soares	423.581.916-04
Nildo Silva Viana	409.209.841-34
Nilma Morcerf de Paula	535.492.367-00
Nils Berger	216.428.818-13
Nilson Almino de Freitas	408.286.383-49
Nilson Borlina Maia	043.284.548-89
Nilson Carlos Stefani Violato	239.802.309-53
Nilton Abreu Zanco	068.759.258-50
Nilton da Silva Branco	606.376.927-72
Nilva Aparecida Nicolao Fonseca	381.618.186-49
Nilza Cristina Buttow	585.888.929-87
Niraldo Paulino	455.450.739-49
Nivaldo Alves de Souza	737.883.258-87
Nivaldo Lemos Coppini	195.096.008-06
Noel Edmar Samways	000.795.539-15
Noel Massinhan Levy	233.361.299-15
Noeli Zanella	328.689.440-00
Norberto Abreu E Silva Neto	069.864.718-15
Norma da Silva Lopes	254.686.425-49
Norma Vollmes Labarthe	495.623.637-91
Normando Perazzo Barbosa	085.487.494-15
Norton Gomes de Almeida	301.760.691-00
Núbia Bento Rodrigues	623.106.315-15
Nuncia Maria Santoro de Constantino	333.992.120-20
Obéde Pereira de Lima	051.911.067-68
Ocsana Sonia Danyluk	249.721.500-68
Octávio Eduardo Mourão de Freitas	677.944.678-53
Odair Bermelho	195.073.058-15
Odair José Pereira	627.700.632-00
Odair Lopes Garcia	092.398.128-49
Odílio Alves Aguiar	241.339.493-15
Odival Faccenda	209.247.800-10
Oduvaldo Vendrametto	058.783.068-91
Olavo de Oliveira Neto	021.491.008-35
Olga Ferreira Coelho	135.557.868-06
Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira	218.369.730-04
Olinto Jose Varela Furtado	304.933.829-68
Olirio Sperandio	002.739.379-87
Olival Freire Junior	133.003.005-25
Olivia Misae Kato	122.202.992-87
Olívio José Soccol	531.013.599-53
Omar Lupi da Rosa Santos	946.290.137-68
Onildes Maria Taschetto	213.727.480-91
Ordália Alves Almeida	261.084.021-72
Orlando Fatibello Filho	646.388.478-20
Orlando Franco Maneschy	320.011.932-20
Orlando Rus Barbosa	594.682.898-34
Ornella Maria Porcu	658.897.899-53
Oscar da Costa Gouveia Filho	536.655.389-04
Oscar Faciola Pessoa	257.032.422-15
Oscar Rudy Kronmeyer Filho	094.310.040-20
Osiris Canciglieri Junior	034.000.648-07
Osmar Aparecido Cuoghi	025.898.708-17
Osmir do mbrowski	030.885.948-00
Osvaldo Albuquerque Cavalcanti	223.802.724-68
Osvaldo Resende	033.187.286-24
Oswaldo Campos Junior	065.646.968-41
Oswaldo Crivello Junior	022.526.748-90
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	700.510.978-34
Otavio Augusto Reis de Sousa	646.959.645-20
Otavio de Mattos Silvares	039.050.208-15
Otavio Mitio Ohashi	090.019.302-63
Otávio Próspero Sanchez	032.299.028-90
Othon Cabo Winter	041.259.188-05
Otilia Lizete de O. M. Heinig	714.589.999-04
Papa Matar Ndiaye	051.789.107-70
Paschoal Laercio Armonia	023.141.348-34
Patrícia Alcântara Cardoso	868.082.577-87
Patrícia Almeida Ashley	865.487.607-78
Patrícia Barcellos Costa	691.561.740-04
Patricia Cristiane de Souza	934.560.429-49
Patrícia Cristina Albieri de Almeida	098.412.198-67
Patricia de Almeida Rodrigues da Silva E Souza	292.219.002-15
Patrícia El Beitune	881.587.480-15
Patrícia Franca Gardino	610.871.067-53
Patricia Haas	712.714.499-00
Patrícia Helena Fernandes Cunha	182.765.028-14
Patrícia Ibler Bernardo Ceron	104.767.598-62
Patricia Jacqueline Thyssen	155.808.988-86
Patricia Maria Pontes Thé	243.319.963-87
Patricia Monteiro Seraphim	125.986.108-22
Patricia Moriel	183.220.668-80
Patricia Ramos Cury	171.845.148-23
Patricia Targon Campana	151.156.368-08
Patricia Teixeira Padilha da Silva Penteado	319.900.889-53
Patrícia Vieira Trópia	465.826.066-20
Paula Caleffi	505.223.530-53
Paula Cilene Pereira dos Santos	707.628.560-68
Paula Homem-De-Mello	273.070.848-05
Paula Nishiyama	669.278.549-91
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina	175.388.378-41
Paula Ripamonte	249.692.938-21
Paula Sandrin Garcia	156.208.878-55
Paula Suzana Gioia	769.227.828-87
Paulino José Orso	422.519.820-00
Paulo Abrão Pires Junior	003.029.806-79
Paulo Afonso Faria da Veiga	020.317.678-28
Paulo Afonso Granjeiro	171.838.278-28
Paulo Afonso Lopes da Silva	242.577.107-72
Paulo Alberto de Azeredo	113.114.010-91
Paulo Angelo Lorandi	990.010.478-15
Paulo Antônio Cypriano Pereira	509.479.660-72
Paulo Antonio Silvani Caetano	071.655.968-44
Paulo Batista de Souza	038.855.418-58
Paulo Batista Machado	060.720.205-00
Paulo Celso de Mello Farias	421.260.020-04
Paulo Cesar Ferreira da Costa Gardolinski	777.945.249-20
Paulo Cesar Lopes Pereira	594.566.047-72
Paulo Cesar Pereira das Neves	218.074.260-68
Paulo César Rodrigues Borges	498.988.177-04
Paulo Cesar S. Manduca	067.934.378-44
Paulo Chiesa	444.596.379-87
Paulo de Arruda Penteado Filho	731.160.688-87
Paulo de Assunção	077.353.718-02
Paulo de Faria Borges	770.549.467-15
Paulo de Oliveira Camargo	029.472.918-67
Paulo de Tarso Amorim Castro	246.952.036-34
Paulo Edgar Almeida Resende	025.345.508-10
Paulo Eduardo Capel Cardoso	039.367.978-03
Paulo Eduardo Teixeira	045.828.398-35
Paulo Elias Allane Franchetti	866.597.078-91
Paulo Emilio Lovato	206.027.150-91
Paulo Ernane Nogueira da Silva	292.855.851-91
Paulo Fernando Araújo de Souza	428.349.021-00
Paulo Fernando da Motta de Oliveira	546.973.877-91
Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos	428.379.601-87
Paulo Henrique Perlatti D Alpino	088.682.308-01
Paulo Hentz	347.905.609-10
Paulo Heraldo Costa do Valle	175.364.528-02
Paulo Irajara Borba Carneiro	244.337.649-49

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Paulo Jansen de Oliveira	842.254.837-20
Paulo José Amaral Serni	998.019.498-72
Paulo José Bordini	011.752.328-31
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves	957.015.837-91
Paulo Marcio Leal de Menezes	092.826.450-53
Paulo Marcos do nate	747.653.028-49
Paulo Martins	063.523.708-37
Paulo Mazzoncini de Azevedo Marques	071.473.458-60
Paulo Nakatani	016.922.919-04
Paulo Otavio Mussi Augusto	017.230.049-52
Paulo Renato dos Santos Costa	643.094.440-91
Paulo Renato Lessa Pinto	218.929.110-00
Paulo Renato Zuquim Antas	028.061.467-55
Paulo Ricardo da Silva	521.320.800-20
Paulo Roberto Barbosa Lustosa	375.746.127-49
Paulo Roberto Benchimol Barbosa	830.348.207-63
Paulo Roberto Britto Guimarães	253.779.305-68
Paulo Roberto Correa	998.764.938-68
Paulo Roberto de Sousa	552.915.978-87
Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos	271.897.321-87
Paulo Roberto Pagliosa Alves	805.160.419-91
Paulo Roberto Petersen Hofmann	210.243.320-04
Paulo Roberto Rodrigues Soares	571.525.000-53
Paulo Roberto Rosa Lopes Nunes	133.526.010-20
Paulo Roberto Silva Farias	351.991.302-00
Paulo Roberto Wollinger	375.394.509-91
Paulo Romano Reschilian	051.887.658-61
Paulo Rômulo de Oliveira Frota	014.530.923-15
Paulo Roxo Barja	159.012.418-94
Paulo Savio Angeiras de Góes	641.625.164-72
Paulo Sergio Bereoff	105.555.128-00
Paulo Sergio Chagas Gomes	370.087.497-91
Paulo Sergio de Almeida Corrêa	399.752.152-20
Paulo Sergio Franco Barbosa	044.108.778-79
Paulo Sergio Graziano Magalhães	964.221.308-72
Paulo Sergio Lima E Silva	032.741.603-34
Paulo Sergio Lopes Goncalves	062.814.978-64
Paulo Sergio Marcellini	206.250.448-94
Paulo Sérgio Nolasco dos Santos	139.461.451-91
Paulo Sergio Patto dos Santos	138.451.298-59
Paulo Sergio Pereira	412.310.741-91
Paulo Sergio Torres Brioso	599.787.757-49
Paulo Shigueme Ide	286.880.236-20
Paulo Torres Fenner	287.953.509-34
Paulo Villani Marques	228.408.186-04
Paulo Zárate Pereira	404.462.121-72
Pedro Colmar Gonçalves da Silva Vellasco	776.783.977-04
Pedro de Moraes Garcez	413.450.700-63
Pedro do mingos Marques Prietto	394.488.510-49
Pedro Franco de Sá	145.512.842-20
Pedro Franklin Barbosa	583.338.868-68
Pedro Gregol da Silva	051.397.321-49
Pedro Henrique Simonard Santos	817.631.747-00
Pedro José Winterstein	495.130.798-72
Pedro Jurberg	040.432.437-15
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco	911.707.707-97
Pedro Manuel Rivaben de Sales	004.165.308-42
Pedro Paulo Gomes Pereira	431.175.031-53
Pedro Soares Vidigal Filho	283.026.056-20
Pedro Vilarinho Castelo Branco	396.467.853-87
Pelayo Munhoz Olea	431.746.120-04
Pelópidas Cypriano de Oliveira	043.960.438-99
Pericles Saremba Vieira	158.006.790-53
Pery Francisco Assis Shikida	568.898.956-49
Peter Zörnig	695.749.791-72
Philippe Rene Marie Humble	579.285.099-20
Pio Caetano Lobo	168.935.818-15
Piotr Trzesniak	504.463.478-68
Pitágoras José Bindé	431.226.470-87
Pollyana Notargiacomo Mustaro	125.785.718-56
Porfirio Candanedo Guerra	207.183.303-15
Poueri do Carmo Mario	806.299.466-04
Priscila Almeida Cunha Arantes	118.847.098-18
Priscila Larocca	372.312.279-53
Prudente Pereira de Almeida Neto	123.584.285-15
Quezia Bezerra Cass	128.412.934-91
Quintino Reis de Araujo	114.280.905-68
Rachel de Oliveira Rocha	610.445.120-91
Rafael dos Santos	002.810.127-84
Rafael Dueire Lins	180.530.684-72
Raija Maria Vanderlei de Almeida	804.666.214-34
Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	086.445.352-34
Raimundo Carlos Silvério Freire	090.511.204-00
Raimundo Nogueira da Costa Filho	231.899.753-53
Raimundo Pereira Alencar Arrais	342.449.801-72
Raimundo Pinheiro Neto	113.907.864-04
Ramon Kaneno	924.744.898-00
Ramon Moreira Cosenza	098.044.126-91
Raquel Bellinati Robert Pires	938.780.018-00
Raquel Costa Albuquerque	586.461.914-00
Raquel da Silva Pereira	063.883.138-50
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	629.227.420-91
Raquel Illescas Bueno	569.402.209-25
Raquel Lazzari Leite Barbosa	047.939.888-73
Raquel Meister Ko Freitag	003.820.499-18
Raquel Rodrigues Britto	500.112.196-53
Raquel Santini Leandro Rade	365.728.886-49
Rasiah Ladchumananandasivam	182.221.614-15
Raul José da Silva Camara Mauricio da Fonseca	785.132.357-68
Raul José de Galaad Oliveira	344.255.276-15
Raul Manhães de Castro	166.653.684-91
Raul Rosas E Silva	004.109.269-49
Raymundo Soares de Azevedo Neto	052.167.468-97
Régia Lúcia Lopes	379.560.944-53
Regina Carrancho da Silva	491.463.947-53
Regina Célia Gonçalves	236.608.054-91
Regina Célia Lopes Araujo	228.338.387-00
Regina Célia Martinez	021.980.088-07
Regina Cerqueira Wanderley Cruz	106.748.375-68
Regina Cunha Wilke	895.218.118-20
Regina de Oliveira Moraes Arruda	102.073.498-19
Regina Gloria Nunes Andrade	002.955.665-15
Regina Helena Carlucci Santana	050.203.378-97
Regina Helena de Almeida Santos	862.423.428-04
Regina Helena Machado Aquino Corrêa	244.292.601-68
Regina Kiomi Takahira	157.955.938-77
Regina Kohlrausch	317.296.650-04
Regina Lucia Napolitano F Felix Batista	016.413.347-03
Regina Luzia Corio de Buriasco	329.894.319-34
Regina Marcia Cardoso de Sousa	922.599.608-04
Regina Maria de Aquino	042.676.718-77
Regina Maria Puppin Rontani	046.131.938-18
Regina Maria Rovigati Simões	025.020.778-85
Regina Maria Veras Gonçalves da Silva	419.887.011-04
Regina Ramos Termignoni	221.676.330-68
Regina Vera Villas Bôas	805.173.748-20
Regina Zilberman	054.555.370-91
Reginaldo Bezerra dos Santos	054.667.998-66
Reginaldo Brito da Costa	102.643.451-34
Reginaldo Justino Ferreira	023.276.899-45
Reginaldo Lamberti Napoleão	029.821.068-17
Reginaldo Mattar Nasser	034.255.648-70
Régio Marcio Toesca Gimenes	387.901.579-15
Regis Sivori Silva dos Santos	491.798.530-72
Regynaldo Arruda Sampaio	209.420.443-04
Reinaldo Antonio Carcanholo	030.112.098-63
Reinaldo Lorandi	775.056.388-15
Reinaldo Martiniano Marques	205.884.106-91
Reinaldo Pisani Júnior	141.012.588-21
Rejane Dias das Neves Souza	364.382.609-59
Rejane Maria da Costa Figueiredo	122.250.468-59
Rejane Maria Lira da Silva	423.153.875-15
Rejane Prevot Nascimento	023.548.437-71
Remy de Paiva Sanchis	031.497.896-80
Renata Amadei Nicolau	159.410.338-00
Renata Canalle	180.513.198-26
Renata Claudia Zanchet	603.697.791-34
Renata de Freitas Fischer Vieira	866.405.774-53
Renata de Melo Rosa	070.410.227-73
Renata Junqueira de Souza	066.484.388-35
Renata Maria Strozi Alves Meira	137.671.028-54
Renata Mota Mamede Carvallo	634.465.888-68
Renata Rangel A de Carvalho	925.884.417-34
Renata Vieira	451.334.330-34
Renato Amaro Zângaro	929.083.578-87
Renato Camargo Giacomini	054.506.648-42
Renato Camargo Matos	727.654.105-34
Renato Cassol de Oliveira	809.896.329-20
Renato da Silva Lima	170.557.698-25
Renato de Lima Santos	071.522.838-26
Renato Eugênio da Silva Diniz	081.511.958-51
Renato Kraide Soffner	067.303.518-29
Renato Ladeia de Oliveira	289.633.428-91
Renato Porrozzi de Almeida	741.752.207-63
Renato Rocha Souza	012.243.437-43
Renato Rodrigues Ferreira	110.069.328-95
Renato Sampaio Sadi	066.664.638-46
Renato Sílvio da Frota Ribeiro	088.469.283-34
Renato Vasconcelos Botelho	187.798.388-80
Renê de Oliveira Beleboni	200.188.978-00
Revalino Antonio de Freitas	194.580.101-87
Reynaldo Campos Santana	612.713.146-49
Reyolando Manoel Lopes Rebello da Fonseca Brasil	220.763.288-15
Ricarda Maria dos Santos	145.908.148-03
Ricardo André Fiorotti	894.489.796-49
Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues	531.908.156-15
Ricardo Antunes de Azevedo	043.035.468-10
Ricardo Aronne	561.936.020-20
Ricardo Aurino de Pinho	730.111.939-91
Ricardo de Andrade Medronho	331.948.237-87
Ricardo de Carvalho Alvim	456.525.545-68
Ricardo de Oliveira	006.183.677-05
Ricardo Diniz da Costa	463.216.676-68
Ricardo Erthal Santelli	334.415.707-82
Ricardo Fialho Colares	358.810.033-49
Ricardo Furtado	166.716.928-90
Ricardo Geraldo de Sousa	515.794.726-72
Ricardo Guanabara	852.031.577-15
Ricardo Jardim Andrade	109.021.807-97
Ricardo Luis Chaves Feijó	028.487.448-55
Ricardo Luís Nicola	131.066.658-07
Ricardo Luiz Machado	508.587.691-15
Ricardo Luiz Nunes de Souza	433.165.229-72
Ricardo Mario Arida	045.194.928-58
Ricardo Mendes Antas Junior	064.786.278-61
Ricardo Meurer Papaléo	483.330.180-68
Ricardo Minotto	339.187.320-53
Ricardo Oliveira Guerra	396.430.694-00
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo	173.107.094-20
Ricardo Pannain	434.236.397-68
Ricardo Ricci Uvinha	161.657.588-35
Ricardo Rippel	545.998.739-34
Ricardo Sampaio de Souza	165.586.708-36
Ricardo Shoiti Komatsu	094.627.638-28
Ricardo Silveira Martins	546.283.266-49
Ricardo Tadeu Santori	846.835.707-34
Ricardo Tanscheit	222.354.260-34
Ricardo Vinicius Bof de Oliveira	163.570.058-27
Ricardo Willy Rieth	471.256.830-53
Richard Eloin Liebano	212.867.518-96
Rilene Ferreira Diniz Valadares	162.293.396-68
Rinaldo Luiz Caraciolo Ferreira	360.243.764-72
Rinaldo Sérgio Vieira Arruda	654.330.258-53
Rita Aparecida Romaro	003.623.838-47
Rita Catarina Medeiros Sousa	297.254.702-06
Rita da Conceição Coelho Loureiro Santos	768.131.187-49

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Rita da Trindade Ribeiro Nobre Soares	946.624.016-15
Rita de Cássia Biason	071.792.768-71
Rita de Cassia Chamma	077.642.098-48
Rita de Cássia Duarte Lima	450.596.167-20
Rita de Cassia Farani Assis	039.389.565-34
Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano	570.142.806-00
Rita de Cássia Petrarca Teixeira	600.929.120-87
Rita de Cassia Ribeiro Silva	291.256.855-20
Rita de Cassia Ruiz	076.104.998-38
Rita de Cassia Santos Freitas	792.663.637-15
Rita de Cassia Tapie Martins	496.191.529-72
Rita de Maria Seabra Nogueira de Candanedo Guerra	206.957.993-04
Rita Laura Avelino Cavalcante	109.913.524-91
Rita Margarida Toler Russo	683.315.258-68
Rita Melissa Lepre	121.056.318-51
Rita Suzana da Silva Pitangueira	392.636.305-34
Rivail Antonio Sergio Fidel	256.663.557-91
Rivana Basso Fabbri Marino	042.585.468-01
Rober Marcone Rosi	991.271.057-68
Robério Anastácio Ferreira	739.315.944-91
Roberlam Gonçalves de Mendonça	476.525.195-00
Robert Schiaveto de Souza	338.286.871-72
Roberta Cajaseiras de Carvalho	031.994.214-74
Roberta Cortez Gaio	017.259.318-26
Roberta Costa Dias	339.663.705-49
Roberta Puccetti	077.672.588-23
Roberto Alves Nogueira	010.289.106-06
Roberto Bastos Guimarães	066.699.995-34
Roberto Bortolussi	086.478.418-08
Roberto Carlos Costa Lelis	497.049.906-34
Roberto Carlos Orlando	605.974.100-20
Roberto Chust Carvalho	314.316.317-87
Roberto da Silva	074.678.098-24
Roberto de Cleva	080.108.958-14
Roberto de Oliveira Roca	983.075.928-87
Roberto de Xerez	430.984.877-04
Roberto Deganutti	799.353.898-04
Roberto Evangelista	050.168.178-71
Roberto Feijó de Figueiredo	539.845.018-20
Roberto Ferrari Júnior	150.819.718-04
Roberto Mauro Dallagnol	638.778.729-72
Roberto Mendes Porto Filho	107.917.118-54
Roberto Nardi	436.781.068-20
Roberto Paulo Correia de Araújo	035.640.705-59
Roberto Pedroso de Oliveira	122.620.018-47
Roberto Precci Lopes	328.792.886-49
Roberto Quintanilha de Lima	844.488.307-72
Roberto Santos Barbiéri	158.846.606-00
Roberto Schirmer Wilhelm	007.419.227-20
Roberto Testezlaf	016.114.128-54
Roberto Willrich	711.959.399-49

P

Roberval Daiton Vieira	832.728.108-97
Roberval de Almeida Cruz	098.594.626-15
Robson Augusto Siscoutto	080.348.958-73
Robson Coelho Tinoco	026.160.128-80
Robson Correa de Camargo	849.761.018-00
Robson do Nascimento	622.688.567-04
Robson Fernandes de Farias	596.687.414-04
Robson Francisco Carvalho	278.854.758-75
Robson Luiz Gaiofatto	589.331.827-72
Robson Pequeno de Sousa	185.835.124-34
Rocco Alfredo Di Mare	222.476.880-04
Rodolfo Antônio de Figueiredo	059.205.008-40
Rodolfo Caesar	436.594.977-20
Rodolfo de Castro Ribas Junior	803.754.487-72
Rodolfo Giugliano	592.237.828-72
Rodolfo Novellino Benda	605.447.676-91
Rodolfo Pinto da Luz	862.891.609-15
Rodrigo Baroni de Carvalho	016.976.997-66
Rodrigo Eduardo Catai	280.048.108-02
Rodrigo Ferreira Kruger	899.321.960-53
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	551.206.870-91
Rodrigo Guerino Stabeli	261.282.458-89
Rodrigo Ladeira	467.517.856-15
Rodrigo Pedro Pinto Soares	790.526.816-00
Rodrigo Pessoa Cavalcanti Lira	836.131.104-15
Rodrigo Pinto Lemos	493.987.921-68
Rodrigo Rodrigues Matiello	708.633.340-91
Rodrigo Santiago Godefroid	641.530.619-72
Rodrigo Siqueira Batista	008.856.747-82
Rodrigo Varejão Andreão	068.367.137-59
Rodrigo Vasconcelos Machado	750.398.936-04
Roelf Justino Cruz-Rizzolo	007.546.078-52
Rogério Baptistini Mendes	071.796.258-09
Rogerio Bartolomei	655.815.558-34
Rogério Christofoletti	154.860.838-66
Rogério Cid Bastos	401.425.409-78
Rogerio Jose Camara	933.770.967-87
Rogério Lustosa Bastos	497.606.967-20
Rogerio Margis	431.038.390-49
Rogerio Martins Mauricio	442.058.216-20
Rogério Pereira Bastos	953.726.797-00
Rogerio Raul da Silva	486.591.429-34
Romero Tori	043.185.758-02
Romeu E Silva Neto	378.838.603-72
Romilda Teodora Ens	458.160.189-49
Rommel Melgaço Barbosa	027.887.628-52
Romualdo Portela de Oliveira	052.252.328-50
Romualdo Rodrigues Palhano	225.356.594-68
Romulo Celso Krafta	160.596.890-00
Rômulo Marinho do Rêgo	059.629.864-15
Ronalda Barreto Silva	465.953.256-91
Ronaldo Carrion	102.688.268-03
Ronaldo George Helal	596.335.147-20
Ronaldo Ribeiro Corrêa	279.506.973-34
Ronaldo Rosas Reis	388.749.707-49
Ronaldo Teixeira Martins	655.033.686-49
Rone Evaldo Barbosa	221.549.142-68
Ronei Jesus Poppi	102.604.388-39
Rosa Amelia Andrade Dantas	252.360.915-00
Rosa Cristina Monteiro	627.079.737-34
Rosa Gitana Krob Meneghetti	191.624.598-64
Rosa Inês de Novais Cordeiro	492.875.597-91
Rosa Lúcia Prédes Trindade	460.155.664-34
Rosa Malena Delbone de Faria	861.424.297-20
Rosa Maria Bracini Gonzales	252.329.320-04
Rosa Maria Esteves Arantes	575.716.606-10
Rosa Maria Fernandes Scalvi	051.478.868-26
Rosa Maria Hessel Silveira	199.733.650-20
Rosa Maria Prista Duarte	611.530.107-63
Rosa Maria Tavares Haido	261.653.417-72
Rosa Maria Zaia Borges Abrão	008.616.516-00
Rosalina Marangon Lima Medeiros	600.011.517-20
Rosana Beatriz Silveira	539.315.480-15
Rosana Cabral Zucolo	383.710.570-91
Rosana Costa Ramalho de Castro	745.227.957-34
Rosana de Almeida	063.608.598-82
Rosana de Carvalho Martinelli Freitas	039.953.358-37
Rosana Denise Koerich	399.300.099-49
Rosana do Carmo Novaes Pinto	075.103.728-10
Rosana Maria Rodrigues	322.230.569-20
Rosana Mazzoni Buchas	631.163.247-00
Rosana Rodrigues	000.329.267-31
Rosane Beyer	719.469.189-20
Rosane Carneiro Sarturi	405.131.650-53
Rosane Mantilla de Souza	768.903.508-63
Rosane Marina Peralta	397.277.189-49
Rosane Moreira Silva de Meirelles	026.702.857-16
Rosane Nora Castro	958.067.337-34
Rosane Rodrigues Chaves	414.959.425-20
Rosangela Abdala Hanna	499.964.956-04
Rosângela Alves Pereira	344.271.127-49
Rosângela Aparecida Dellosso Penteado	967.511.428-20
Rosângela Carrusca Alvim	249.553.886-04
Rosangela Ferigollo Binotto	592.170.060-68
Rosangela Francischini	019.798.458-40
Rosangela Marçolla	012.322.538-80
Rosangela Marques Busto	438.030.919-34
Rosângela Marques Duarte	519.161.504-20
Rosangela Nair de Carvalho Barbosa	770.087.827-72
Rosani Ursula Ketzer Umbach	323.123.690-87
Rosário Antônio D'agostino	060.110.598-21
Rose Mary Latini	822.851.287-20
Roseane Cristina Prédes Trindade	787.393.814-04
Roseli Aparecida da Silva Gomes	449.408.746-72
Roseli da Silva	116.555.708-89
Roseli Esquerdo Lopes	030.973.108-94
Roseli Ferreira da Silva	028.392.078-50
Roseli Terezinha Boschilia	313.480.689-49
Roselito de Albuquerque Teixeira	022.914.737-27
Rosemary Aparecida Santiago	060.766.958-62
Rosemary Bastos	077.777.618-97
Rosemary Lacerda Ramos	472.184.445-04
Rosemary Sadami Arai Shinkai	159.612.698-17
Rosemeire Cristina Linhari Rodrigues Pietro	020.343.258-42
Rosemeri Maurici da Silva	771.075.199-72
Rosenaide Pereira dos Reis Ramos	231.263.705-78
Roseney Bellato	042.658.868-17
Rosi Mariana Kaminski	337.471.729-20
Rosiani de Cassia Boamorte Ribeiro de Castro	066.275.758-09
Rosilene Guimarães Ferraz	578.569.587-15
Rosilene Marcon	642.312.329-20
Rosilene Moretti Marcal	109.163.808-07
Rosimar Bau	635.386.529-53
Rosimar de Fátima Oliveira	926.698.756-53
Rosimeri de Fatima Carvalho da Silva	392.253.300-06
Rosina Djunko Miyazaki	231.209.759-15
Rosmari Horner	307.798.040-15
Rossana Maria Souto Maior Serrano	226.108.554-00
Rovigati Danilo Alyrio	054.841.627-34
Rozangela Curi Pedrosa	390.447.776-53
Rozeverter Moreno Fernandes	185.717.787-87
Rubens Côrte Real de Carvalho	199.221.758-00
Rubens Godoy Sampaio	109.733.158-06
Rubens Maribondo do Nascimento	807.328.104-00
Rubens Rogério Sawaya	030.649.328-45
Ruberley Rodrigues de Souza	279.679.481-49
Rubicleis Gomes da Silva	434.821.802-10
Rudney da Silva	671.762.249-00
Rudolf Von Sinner	837.972.385-68
Rui Vicente Oppermann	148.516.100-25
Rute Helena Trevisan	820.542.158-72
Ruth Camargo Vassao	997.657.728-15
Ruth Pavan	423.100.400-53
Ruth Penha Alves Vianna	632.785.028-68
Ruthberg dos Santos	796.578.507-20
Ruy Alberto Cremonini	722.579.037-49
Ruy Alexandre de Sá Ribeiro	052.445.012-91
Sabrina Pereira de Abreu	369.567.830-53
Sabrina Sedlmayer-Pinto	658.456.256-53
Sadek Crisostomo Absi Alfaro	713.852.157-04
Salette Maria Barros Ferreira	436.470.577-20
Sally Cristina Moutinho Monteiro	191.554.648-66
Salomão Alencar de Farias	258.360.213-68
Samir Suaiden	002.250.961-53
Samuel Alves Soares	500.206.097-87
Samuel Pereira Campos	280.427.192-72
Samuel Rymer	004.071.869-72
Sanclayton Geraldo Carneiro Moreira	055.777.212-53
Sandra Abib	020.343.178-23
Sandra Aparecida Takahashi-Hyodo	138.844.288-45
Sandra Catia Pereira Uchoa	300.334.543-53
Sandra Elisa Contri Pitton	005.614.028-25
Sandra Farto Botelho Trufem	531.633.708-53
Sandra Irene Sprogis dos Santos	929.230.118-72
Sandra Kalil Bussadori	086.514.408-71
Sandra Mara Oliveira Einloft	403.158.860-72
Sandra Mara Rossetto	553.458.089-53

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sandra Mara Woranovicz Barreira	715.318.829-00
Sandra Maria do tto Stump	946.859.408-49
Sandra Marisa Pelloso	043.672.708-07
Sandra Mayumi Nishi	132.912.918-08
Sandra Oda	120.778.938-00
Sandra Patricia Zanotto	933.160.389-49
Sandra Regina Ferreira de Oliveira	535.739.199-87
Sandra Regina Pinto dos Santos	892.916.207-00
Sandra Regina Pires de Moraes	588.490.251-49
Sandra Rita Molina	098.785.888-23
Sandra Teresa La Cava de A. Amado	040.118.057-34
Sandra Terezinha de Farias Furtado	744.807.588-87
Sandro Blasi Esposito	021.081.528-06
Sandro da Silva Campos	186.283.638-82
Sandro do nnini Mancini	183.215.338-09
Sandro Germano	735.088.969-00
Sandro Marcio Drumond Alves	078.459.577-12
Sandro Santos	077.433.188-77
Sandro Tonso	060.532.068-30
Sang Won Han	071.381.888-38
Sanívia Aparecida de Lima Pereira	661.415.836-87
Sanny Silva da Rosa	293.615.830-34
Santiago Francisco Yunes	732.973.729-15
Saraspathy Naidoo Terroso Gama de Mendonça	017.892.128-98
Saturnino Calabrez Filho	389.349.656-49
Saulo Cabral Bourguignon	811.682.847-91
Saulo Roni Moraes	004.626.786-79
Saulo Soares de Souza	023.332.988-98
Sebastiao Aparecido Borges	332.269.031-87
Sebastião Benício da Costa Neto	370.441.251-15
Sebastião Carlos de Morais Squirra	486.245.788-68
Sebastião de Souza Lemes	822.482.578-72
Sebastião do rnellas Luque	697.274.497-00
Sebastiao Elias Kuri	240.276.428-72
Selene Maria de Arruda Guelli Ulson de Souza	016.205.638-94
Selêude Wanderley da Nóbrega	504.328.504-49
Selma Dzimidas Rodrigues	556.861.688-49
Selma Faria Zawadzki Baggio	606.319.889-04
Selma Hissae Shimura da Nobrega	084.945.348-82
Senia Regina Bastos	084.079.208-51
Serafim Firmo de Souza Ferraz	168.812.064-53
Sergio Augusto Queiroz Norte	731.277.108-44
Sérgio Augusto Soares Mattos	024.465.025-04
Sergio Baptista da Silva	203.985.300-68
Sergio Campos	408.943.478-53
Sergio de Morais Hanriot	535.893.276-34
Sergio Dias Cirino	556.699.806-20
Sergio Diniz Garcia	019.218.618-35
Sergio do Nascimento Kronka	401.515.068-68
Sérgio do mingos de Oliveira	420.943.729-87
Sérgio Eduardo Montes Castanho	023.421.468-68
Sergio Fernandes Alonso	095.876.128-09
Sergio Gama	419.870.558-53
Sergio Garcia Stella	142.088.488-39
Sérgio José de Oliveira	073.920.790-34
Sérgio Kahn	965.400.367-87
Sergio Koide	115.780.761-53
Sérgio Lima Santiago	382.995.003-97
Sergio Luis Cardoso	801.401.907-59
Sergio Luiz Alves de Queiroz	362.915.877-34
Sergio Luiz Bassanesi	184.763.090-15
Sérgio Luiz de Toledo Barreto	545.194.626-49
Sergio Luiz Jahn	290.352.440-87
Sérgio Luiz Silva	810.247.207-30
Sergio Mazurek Tebcherani	531.960.909-49
Sergio Muniz Oliva Filho	117.703.268-63
Sergio Paulo Behnkem	504.947.677-15
Sérgio Paulo Campana Filho	038.067.978-70
Sérgio Paulo Freddi Júnior	048.255.538-69
Sérgio Ricardo Borges Júnior	249.741.158-12
Sérgio Roberto Martins	137.452.200-72
Sergio Roberto Matiello Pellegrino	022.982.428-52
Sergio Roberto Nobre	778.146.738-87
Sergio Rodrigues	091.469.117-15
Sérgio Said Mansur	375.681.166-20
Sergio Sualdini Nogueira	030.111.368-82
Sérgio Takahashi	058.925.088-46
Sérgio Valmor Barbosa	019.868.804-00
Severino Benone Paes Barbosa	126.679.354-20
Severino Vicente da Silva	080.399.924-00
Sheila Aparecida Pereira dos Santos Silva	038.806.088-30
Sheila Cabo Geraldo	402.941.457-53
Sheila Cristina Canobre	260.716.778-74
Sheila Walbe Ornstein	012.238.408-32
Shirley Cristina dos Santos	257.382.478-09
Shirley do nizete Prado	670.616.137-34
Shirley Takeco Gobara	430.090.500-20
Shirley Vasconcelos Komninakis	118.922.798-35
Sibele de Oliveira Tozetto	215.049.538-43
Sidney Cerqueira Bispo dos Santos	469.776.607-59
Sidney Ferreira Leite	969.133.807-63
Sigmar de Mello Rode	946.728.308-53
Silas Borges Monteiro	028.944.928-63
Silma Côrtes da Costa Battezzati	514.636.609-87
Silmara Streit de Campos	928.648.649-91
Silvana Allodi	951.356.858-04
Silvana Lima Gorniak	091.706.518-25
Silvana Maria Sobral Griz	621.081.664-91
Silvana Prata Camargos	489.375.686-91
Silvana Terezinha Baumkarten	306.922.450-49
Silvânia Maria Mendes de Vasconcelos	299.431.833-49
Silvano Bianco	005.803.038-70
Silvano Dias Bezerra de Menezes	296.411.523-00
Silvia Alicia Martínez	024.916.287-32
Silvia Correa Santos	305.003.032-15
Silvia Cristina Martins de Souza	502.209.267-00
Silvia Edelweiss Crusco	025.456.048-28
Silvia Helena de Carvalho Sales Peres	080.701.338-21
Silvia Helena Zanirato	002.021.248-86
Silvia Inês C. Carrilho de Vasconcelos	942.026.728-87
Silvia Maria Almeida Lima Costa	061.716.848-21
Silvia Maria Ramos	635.370.109-82
Silvia Maria Spalding	261.824.400-15
Silvia Novaes Zilber	085.122.618-38
Silvia Ribeiro de Souza	119.575.878-22
Sílvia Santos da Silva Gonçalves	649.054.465-20
Silvia Sell Duarte Pillotto	496.019.209-78
Silvia Valeria Vieira	061.903.748-24
Silvia Wanick Sarinho	245.156.714-72
Silvia Yuko Eguchi	091.041.298-73
Silviane Bonaccorsi Barbato	490.396.601-15
Silvino Netto	038.644.807-87
Silvio Alexandre Beisl Vieira de Melo	481.146.345-53
Silvio Ancisar Sanchez Gamboa	059.237.388-64
Silvio Augusto Merhy	242.879.547-34
Sílvio Barberato Filho	145.475.738-83
Sílvio do nizetti de Oliveira Gallo	025.079.368-78
Silvio Ernesto Barbin	484.264.668-34
Silvio Jamil Ferzoli Guimarães	015.336.957-41
Sílvio José Rossi	719.817.218-00
Silvio Renato Jorge	790.885.627-68
Silvio Romero de Melo Ferreira	191.398.614-49
Silza Maria Pasello Valente	528.185.359-72
Simone Albuquerque da Rocha	138.091.800-68
Simone Aparecida Capellini	190.944.618-11
Simone Caterina Kapusta	682.953.750-91
Simone Cerqueira Pereira Cruz	631.500.185-87
Simone Chaves Machado da Silva	407.317.580-72
Simone da Costa Fernandes Behr	039.272.547-97
Simone da Silva Machado	404.570.870-72
Simone Reis	574.252.139-15
Simone Soares Miraglia	090.164.458-70
Sinval Martins de Sousa Filho	441.602.081-34
Sionaldo Eduardo Ferreira	952.300.686-04
Sirlei Dias Teixeira	747.138.929-04
Sirlei Lemes	460.917.006-00
Sirleyde Dias de Almeida	495.460.407-97
Sofia Inês Albornoz Stein	467.737.110-53
Solange Aranha	122.191.088-48
Solange Bosio Tedesco	494.803.160-72
Solange Maria dos Anjos Gesteira	070.464.995-00
Solange Maria Longhi	252.669.180-04
Solange Mary Moreira Santos	106.741.445-20
Solange Teles da Silva	128.989.678-07
Sonia Aparecida Cabestre	559.528.288-68
Sônia Girardi Bencke	374.343.570-53
Sonia Groisman	784.212.417-53
Sonia Mara Thater Romero	210.090.310-15
Sônia Margarida Gomes Sousa	269.098.801-10
Sônia Maria Araújo Castelo Branco	323.354.233-04
Sonia Maria Chada Garcia	122.043.582-15
Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley	443.815.577-00
Sonia Maria Ferreira Koehler	019.092.128-57
Sônia Maria Marinho Camatta	035.195.387-68
Sonia Maria Martins de Melo	487.797.339-72
Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti	116.173.571-20
Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz	018.751.698-73
Sonia Maria Slavutzky	349.639.870-15
Sonia Maria Vicente Cardoso	424.975.588-68
Sonia Marta Moriguchi	040.570.468-28
Sonia Marta Rodrigues Raymundo	075.270.358-70
Sônia Nair Báo	331.813.490-20
Sônia Pereira Koehler	699.622.867-00
Sonia Regina Aguiar Torres da Cruz	021.074.717-03
Sônia Regina Fiorim Enumo	961.773.308-00
Sonia Regina Landini	391.116.600-15
Sonia Regina Meira	047.555.128-16
Sonia Regina Pasian	122.199.238-43
Sonia Regis Barreto	147.330.729-53
Sonia Silveira Ruiz	217.038.178-34
Sonia Trigueiro de Almeida	160.620.004-68
Soraia Attie Calil Jorge	157.151.338-82
Soraia Girardi Bauermann	395.411.000-82
Soraya Abbes Clapes Margall	064.943.558-38
Soraya Patricia Rossi Bragança	339.827.080-87
Stanley Loh	500.732.060-91
Stefano Juliano Tavares de Andrade	781.133.856-49
Stélio Soares Tavares Júnior	185.220.922-49
Stella Cecilia Duarte Segenreich	036.786.797-49
Stella Lima de Albuquerque	209.070.284-20
Stênio Flávio de Lacerda Fernandes	533.934.064-34
Sueli Azevedo de Souza da Cunha Lima	190.233.833-20
Sueli Ferreira de Bem	165.779.146-72
Sueli Galego de Carvalho	872.082.968-04
Sueli Menezes Pereira	059.302.780-91
Sueli Rodrigues	196.338.778-30
Sueli Soldati Abranches	485.252.006-20
Suely Creusa Cordeiro de Almeida	284.511.124-04
Suely da Penha Sanches	744.200.628-00
Suely Maria Santos Lamarão	042.047.002-68
Suely Tersinha Schimidt Passos de Amorin	211.733.709-00
Sulivan Charles Barros	761.758.121-15
Sumaya Persona de Carvalho	365.285.101-30
Suraya Cristina Darido	074.026.228-94
Susana Cândida Fornari	527.766.037-20
Susana Juliano Kalil	487.850.830-20
Susana Rangel Vieira da Cunha	288.621.120-68
Susanna Eleonora Sichel	363.116.007-06
Susi Missel Pacheco	454.920.850-34
Suzane Schmidlin Lohr	544.827.989-91
Suzi Alves Camey	146.229.778-18
Svetlana Agapejev	549.327.268-72
Sydney Hartz Alves	212.358.300-63
Sylvia Ficher	469.669.608-10
Sylvia Lavinia Martini Ferreira	953.523.258-49
Sylvia Maria Corrêa da Rocha Homem de Bittencourt	253.837.448-00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sylvia Maria de Lemos Hinrichsen	135.524.734-91
Sylvia Maria Machado Vendramini	125.327.976-49
Tadeu Alcides Marques	067.279.788-75
Tadeu Pereira Alencar Arrais	585.883.531-72
Tainara de Freitas Alves	089.783.684-76
Taiza Mara Rauen Moraes	375.756.359-04
Tales Alexandre Aversi Ferreira	785.322.996-87
Tales Cleber Pimenta	495.514.776-34
Talvani Lange	714.969.710-00
Tamara Cecilia Karawejczyk	468.922.220-72
Tania Beatriz Iwaszko Marques	335.817.700-91
Tania Celestino de Macedo	644.375.828-53
Tânia Cristina Arantes Macedo de Azevedo	080.960.368-31
Tania de Fatima Salvini	021.678.288-02
Tania Elisa Morales Garcia	207.383.900-20
Tania Kobler Brazil	512.690.665-87
Tania Marcia Cezar Hoff	035.943.468-11
Tania Mari Bellé Bresolin	602.902.009-97
Tania Maria Mendonça Campos	044.859.558-34
Tania Maria Pechir Gomes Manzur	471.411.821-87
Tania Marta Carvalho dos Santos	110.008.178-06
Tania Regina de Luca	001.360.658-13
Tânia Rudnicki	383.093.430-00
Tanya Amara Felipe de Souza	302.020.354-68
Targino de Araújo Filho	020.111.718-57
Tatiana Faccio	982.271.579-04
Tatiana Louise Avila de Campos Rocha	741.725.650-34
Tatiana Platzer do Amaral	138.791.318-21
Tatiana Saldanha de Oliveira	031.455.704-04
Telma Camargo da Silva	069.318.391-87
Telma Elita Bertolin	407.517.080-20
Telma Maria Braga Costa	096.299.978-43
Telma Nunes Gimenez	238.425.129-53
Telma Sanchez Vendruscolo	264.685.348-36
Telma Sirlei da Silva Ferreira Favaretto	009.106.000-15
Telmo Mota Ronzani	000.678.686-30
Telmo Roberto Strohaecker	238.962.640-87
Telmo Vidor	035.958.200-10
Teodiano Freire Bastos Filho	832.812.077-15
Teresa Claudina de Oliveira Cunha	655.884.527-04
Teresa Cristina Bergamo do Bomfim	609.928.087-15
Teresa Cristina Monte Gonçalves	515.481.607-25
Teresa Gomes de Oliveira	048.949.418-80
Teresa Irene Ribeiro de Carvalho Malheiro Gomes	205.992.931-87
Teresa Jussara Luporini	257.484.599-49
Teresa Maria Otranto Abrantes	346.250.624-20
Teresinha Planez Diniz da Silva	322.118.481-68
Tereza Cristina Samico Cavalcanti	016.776.668-62
Tereza Neuma de Castro Dantas	072.869.373-91
Terezinha Rodrigues Chaves da Costa	638.208.114-00
Thais Costa de Sousa Pagani	001.117.476-51
Thales Coelho Borges Lima	451.637.821-34
Thelma Simões Matsukura	088.615.158-94
Thelma Suely Okay	083.825.358-01
Therezinha Souza da Costa	108.612.707-20
Thome Lovato	285.017.300-25
Tiago Campos Pereira	037.680.896-90
Tiago Rodrigues	173.590.678-63
Tito Dias Junior	165.469.508-47
Tocio Sediyama	147.900.176-72
Tomás Daniel Menéndez Rodriguez	510.584.482-34
Tonia Magali Moraes Brum	609.562.400-20
Tufic Madi Filho	570.490.338-04
Túlio Flávio Accioly de Lima E Moura	131.388.634-34
Tullo Vigevani	013.829.998-60
Ubirajara Inácio de Araújo	051.856.908-01
Ubirajara Rodrigues Ribas	021.667.470-00
Ulisses Ferreira de Araújo	265.086.561-04
Ulysses Sergio Cavalcanti de Oliveira	190.994.444-00
Uraci Castro Bomfim	068.649.619-15
Uriel Medeiros de Souza Costa	026.225.054-34
Ursula Blattmann	638.077.939-68
Vagner Bernal Barbeta	118.319.688-19
Vagner Rodrigues Santos	140.104.296-15
Valber de Albuquerque Pedrosa	022.489.234-73
Valberto Pedruzzi Nascimento	030.879.007-37
Valcir Gassen	355.557.850-20
Valdeci Luiz Fontoura dos Santos	119.916.038-51
Valdeir Rejanildo Vidrik	796.837.388-34
Valdemar de Paula Carvalho	494.472.899-91
Valdemir Alexandre dos Santos	079.743.104-72
Valdemir Miotello	139.205.290-49
Valderez Marina do Rosário Lima	237.720.930-00
Valdes Roberto Bollela	122.154.828-00
Valdevino Krom	793.515.068-00
Valdina Marins Pereira	297.957.458-91
Valdinar Ferreira Melo	373.449.603-97
Valdir Antonio Menegatto	050.810.818-76
Valdir Augusto Neves	564.517.178-00
Valdir do Nascimento Flores	585.838.820-53
Valdir Golveia	705.878.258-04
Valdir Guimarães	038.208.008-40
Valdir Heitor Barzotto	524.039.639-68
Valdir Jose Morigi	330.481.180-04
Valdir Luiz Lopes	954.194.708-53
Valdir Mano	050.458.328-08
Valdomiro Bellato	295.006.809-04
Valéria Almeida Alves	078.259.588-02
Valeria Brandini de Oliveira	181.413.548-09
Valéria Lerch Lunardi	310.712.440-00
Valeria Luders	102.283.778-89
Valéria Nogueira Dias Paes Secco	068.089.708-90
Valéria Viana Murata	394.112.576-15
Valmir Emil Hoffmann	520.987.299-87
Valmir Souza de Oliveira	320.190.099-00
Valmira dos Santos	343.277.547-49
Valner Joao Brusamarello	485.575.440-49
Valquiria Bueno	043.669.608-85
Valquíria Villas Boas Gomes Missell	051.688.678-98
Valter de Assis Moreno Júnior	063.365.498-10
Valter Zanela Tani	885.179.428-68
Valzeli Figueira Sampaio	236.795.142-04
Vanda Ueda	061.599.188-26
Vanderli Custódio	042.592.758-01
Vandick da Silva Batista	693.150.277-87
Vanessa Cristina Cabrelon Jusevicius	102.436.088-10
Vanessa Hatje	108.651.548-05
Vanessa Kava Cordeiro	658.909.309-15
Vanessa Petrelli Corrêa	470.780.499-34
Vanessa Petrilli Bavaresco	212.750.228-04
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	418.179.155-68
Vanessa Stopanovski Ribeiro	015.003.939-59
Vania Alves Nascimento	595.649.206-63
Vânia Aparecida Costa	486.004.746-04
Vania Cristina Casseb Galvao	263.213.942-20
Vania de Fatima Barros Estivalete	161.783.432-72
Vânia de Fátima Martino	075.883.188-99
Vania Filippi Goulart Carvalho Pereira	336.886.727-04
Vania Gloria Silami Lopes	036.216.347-20
Vania Maria Gorgulho Braz	678.348.928-00
Vania Maria Jorge Nassif	020.182.638-03
Vania Maria Ramos	212.489.458-75
Vanilde Citadini Zanette	077.437.859-04
Vanoli Fronza	472.516.890-49
Vasco Ariston de Carvalho Azevedo	283.171.225-49
Vera da Rocha Resende	461.449.278-91
Vera Fátima Corsino de Almeida	080.261.571-68
Vera Lúcia Arantes	058.921.238-98
Vera Lucia Bertoni dos Santos	334.969.000-91
Vera Lucia Bobrowski	462.178.940-68
Vera Lúcia Bueno Fartes	477.748.191-34
Vera Lúcia Cançado Lima	427.687.806-34
Vera Lucia de C Machado	724.054.818-04
Vera Lucia do Amaral	086.093.224-91
Vera Lúcia Ferreira Mendes	087.619.828-06
Vera Lúcia Guiselli Lopes	011.300.059-68
Vera Lucia Israel	514.849.439-53
Vera Lúcia Lopes Cristovão	673.746.469-68
Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima	017.887.879-00
Vera Lúcia Pena Carneiro Soares	033.134.252-91
Vera Lucia Pereira Soares	204.276.977-00
Vera Lucia Pires	289.972.200-04
Vera Lucia Rabello de Castro Halfoun	149.423.567-68
Vera Lucia Teixeira de Jesus	708.346.107-44
Vera Maria Almeida Rodrigues da Costa	042.610.738-11
Vera Maria Melchiors Morsch	548.977.180-15
Vera Maria Peters	180.478.316-15
Vera Mariza Henriques de Miranda Costa	011.940.628-49
Vera Mariza Regino Casério	120.140.718-45
Vera Núbia Santos	375.597.885-72
Vernon Furtado da Silva	216.729.387-91
Veronica de Lourdes Sierpe Jeraldo	102.094.028-06
Verônica Maria de Araújo Pontes	422.700.904-97
Verônica Morais Ximenes	324.304.503-72
Veruschka Escarião Dessoles Monteiro	676.509.614-00
Vicente Celestino Pires Silveira	380.430.250-53
Vicente Cruz Cerqueira	082.976.495-04
Vicente de Paula Rodrigues Maggio	507.538.788-87
Vicente Francisco de Sousa Neto	389.267.254-72
Vicente Lentini Plantullo	006.272.998-57
Vicente Molina Neto	179.763.240-04
Victor de Araujo Novicki	506.384.757-91
Victor Evangelista de Faria Ferraz	101.251.538-99
Victor Hugo Adler Pereira	352.307.117-87
Victor Hugo de Melo	200.140.406-97
Victor Israel Gentilli	768.957.938-87
Vilar Ribeiro de Figueiredo	069.401.108-87
Vilma Aguiar	362.015.881-91
Vilmar Trevisan	296.478.600-30
Vilmon de Freitas	757.853.408-44
Vilson Joao Batista	183.523.160-87
Vinício Duarte Ferreira	044.545.374-53
Vinicius Duval da Silva	562.260.800-78
Vinicius Gadis Ribeiro	740.750.557-87
Virginia Alonso Hortale	335.373.307-82
Virginia de Oliveira Silva	748.828.567-00
Virginia Pradelina da Silveira Fonseca	358.779.870-20
Virginia Souza de Carvalho Borges Kistmann	271.584.897-87
Vitale Joanoni Neto	068.129.038-25
Vitor Afonso Hoeflich	017.740.269-53
Vitor Hugo Garcia	183.526.850-15
Vitor Luiz Bastos de Jesus	004.003.427-58
Vitoria Kachar Hernandes	052.009.348-85
Vitorio Bonacin Filho	166.900.109-10
Vivian Edite Steyer	285.752.530-34
Vivian Ferreira do Amaral	610.681.019-20
Vivian Leyser da Rosa	292.914.880-20
Vivian Marques Miguel Suen	060.194.378-33
Viviane Scalon Fachin	140.310.941-91
Vivianni Marques Leite dos Santos	950.308.834-87
Vládia Pinto Vidal de Oliveira	049.972.473-91
Vladimir Pinheiro do Nascimento	443.357.410-49
Vladimyr Lombardo Jorge	820.372.647-04
Volker Karl Lothar Jaeckel	511.150.692-68
Wagner Costa Ribeiro	043.997.538-70
Wagner da Nova Mussel	453.808.566-91
Wagner Ferraresi de Giovani	198.029.278-72
Wagner Fontes	111.572.688-97
Wagner José Klöckner	523.335.159-53
Wagner Leal Arienti	704.512.307-87
Wagner Moura Lamounier	910.976.146-20
Wagner Wey Moreira	485.045.568-91
Waine Teixeira Junior	117.712.788-11
Waldecy Rodrigues	500.288.981-68
Waldinete Conceicao do Socorro Oliveira da Costa	248.750.582-68
Waldir Ferreira	058.944.848-04

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Walquíria Miranda Rosa	851.094.446-68
Walter Amaral Barboza	493.009.386-49
Walter Boller	208.931.400-15
Walter Lindolfo Weingaertner	246.457.029-04
Walter Machado Pinheiro	656.710.666-20
Walter Mariano de Faria Silva Neto	012.106.426-38
Walter Miyabara	066.712.688-00
Walter Rodrigues da Silva	676.437.018-49
Walterlina Barboza Brasil	161.902.892-15
Wanda Maria Junqueira de Aguiar	949.186.198-00
Wanda Terezinha Pacheco dos Santos	372.018.169-34
Wander Cairo Albernaz	002.866.211-34
Wander Gonçalves da Silva	482.761.546-20
Wânia Regina Coutinho Gonzalez	020.512.947-12
Wanilda Maria Alves Cavalcanti	053.755.684-20
Wanyr Romero Ferreira	275.023.256-20
Washington Rodrigues Camargo	239.937.749-49
Welington Braz Carvalho Delitti	659.508.448-15
Wellington da Silva Mendes	176.792.063-68
Wenceslau Gonçalves Neto	774.745.978-53
Wenden Charles de Souza Rodrigues	411.838.002-15
Weyler Galvão Pôrto	274.247.741-15
William Gonçalves Vieira	306.710.787-04
Wilma Patricia Marzari Dinardo Maas	034.723.578-60
Wilson Abrahão Rabahy	020.030.908-00
Wilson Ayach	338.540.681-15
Wilson Botter Júnior	025.887.108-32
Wilson da Costa Santos	759.800.377-72
Wilson Danilo Lunardi Filho	222.716.430-15
Wilson de Jesus Beserra de Almeida	127.514.484-53
Wilson Francisco Correia	496.210.336-91
Wilson Mauricio Tadini	041.220.978-00
Wilson Roberto Catapani	993.708.248-04
Wilza Rocha Pereira	315.341.470-04
Wilza Vieira Villela	344.063.367-53
Wojciech Andrzej Kulesza	331.243.108-53
Yara Kulaif	048.835.068-94
Yasmine Antonini Itabaiana	727.497.416-53
Yêda Medeiros Bastos de Almeida	399.033.384-49
Ymiracy Nascimento de Souza Polak	046.199.515-87
Yolanda Flores E Silva	161.265.303-06
Yoshie Ussami Ferrari Leite	192.474.868-15
Yur Maria E Souza Tedesco	056.759.870-53
Zacarias Jaegger Gama	344.112.407-34
Zélia Maria Soares Jófili	002.163.134-49
Zelia Myriam Assis Peixoto	270.078.556-87
Zelimar Soares Bidarra	861.926.717-53
Zelma Lopes Valderramas Franco	076.413.168-08
Zila Ribeiro Avila	682.252.376-68
Zilma das Graças Nunes	663.816.147-49
Zueleide Casagrande de Paula	433.580.809-78
Zuleika Beyruth	309.153.338-72
Zulmira Newlands Borges	528.371.220-68

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ODONTOLOGIA

PORTARIA Nº 828, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

O Diretor da Faculdade de Odontologia do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ Professor Ednilson Porangaba Costa, nomeado pela Portaria n° 2474, de 23 de junho de 2010, publicada no DOU n ° 119, Seção 2, de 24 de junho de 2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital n° 14, de 4 de fevereiro de 2011, publicado no D.O.U. n° 26, Seção 3, de 7 de fevereiro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Prótese e Materiais Dentários
Setorização: Materiais Dentários
1 - Aline Tany Pasch
2 - Flávio Marcos Gasperini

EDNILSON PORANGABA COSTA

PORTARIA Nº 1.735, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Diretor da Faculdade de Odontologia do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ Professor Ednilson Porangaba Costa, nomeado pela Portaria n° 2474, de 23 de junho de 2010, publicada no DOU n ° 119, Seção 2, de 24 de junho de 2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital n° 14, de 4 de fevereiro de 2011, publicado no D.O.U. n° 26, Seção 3, de 7 de fevereiro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Odontopediatria e Ortodontia
Setorização: Ortodontia
1 - José Vinícius Bolognesi Maciel
2 - Cláudia Trindade Mattos
3 - Liliane Siqueira de Morais
4 - Carolina Mascarenhas Baratieri
5 - Amanda Osório Ayres de Freitas

EDNILSON PORANGABA COSTA

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3A, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERLÂNDIA/MG, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 81 c/c art. 79 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts 1º e 7º da MP Nº 303, de 29 de junho de 2006, no art 12 da Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004, de que recebe supedâneo o parágrafo 4º, do art. 7º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 2, de 20 de julho de 2006, e inciso II do art 6º, da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 001, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (PAEX) que trata o art.1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do PAEX, ou que tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos I e II do parágrafo 2º, do art. 3º, da MP 303, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Uberlândia, situada na Praça Tubal Vilela n 41, Centro, Uberlândia/MG.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES DE MOURA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Inadimplência de duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos I e II do parágrafo 2º, do art. 3º da MP 303, de 29 de junho de 2006, qualificadas por seus respectivos CPFs/CNPJs, com indicação dos correspondentes processos administrativos de rescisão/exclusão:

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
03.109.629/0001-62	100 IGUAL FAST FOOD LANCHES LTDA	11309.000313/2011-81
23.833.346/0001-76	VICENTE DE PAULO CASTRO & CIA LTDA ME	11309.000318/2011-11

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 25 DE MARÇO DE 2011

.Decide a classificação do procedimento de seleção de leiloeiros oficiais, para atuarem junto às Varas Judiciais das Cidades Sedes de Justiça no âmbito da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em São Carlos.

A Portaria PSFN/SCO nº 06 de 29 de novembro de 2010, publicada no DOU em 30 de novembro de 2010, foi editada com objetivo de disciplinar procedimento de seleção, designação e credenciamento de leiloeiros oficiais, para atuarem nos processos de cobrança de créditos inscritos em Dívida Ativa, efetuando-se o credenciamento junto às Varas Judiciais das Cidades Sedes de Justiça, no âmbito da competência desta Procuradoria-Seccional.

A fim de divulgar o certame de seleção de leiloeiros oficiais, foram enviadas 377 cartas, cujo modelo encontra-se juntado às fls. 36, vol. I, destinadas a todos os leiloeiros cadastrados na Jucesp, conforme lista de fls. 12-33.

Com relação ao envio de correspondências, cumpre informar que, mesmo destinadas ao mesmo endereço contido na lista da Jucesp, 23 retornaram por problemas de endereçamento.

Também foram enviados e-mails aos leiloeiros com endereço eletrônico disponibilizado no site do sindicato da categoria, bem como a outros, cujos endereços foram localizados através de busca na Internet, conforme modelo juntado às fls. 35, vol. I.

Com relação ao envio de e-mails, cumpre informar que foi enviado ofício à Jucesp solicitando a lista de e-mails dos leiloeiros oficiais cadastrados, todavia, aquele órgão não prestou a informação solicitada, conforme se vê na resposta ao ofício enviado, constante na fl. 11, Vol. I, sob alegação de não possuí-la, fato que impossibilitou o envio a todos os leiloeiros cadastrados.

A fim de ampliar a divulgação e facilitar o acesso à Portaria de abertura do certame, a notícia de seleção foi disponibilizada no site da PGFN, possibilitando o acesso à Portaria, conforme tela juntada às fls. 37, Vol. I.

Elucidado o amplo processo de divulgação do certame, passaremos a análise das propostas.

A princípio, cumpre informar que foram apresentadas as 56 propostas abaixo elencadas:

01	Douglas Tupinanbá Camargo. Volume II (Vol. II), folhas (fls.) 14 - 17;
02	Nilton Brancallião. Vol. II, fls. 67-71;
03	Washington Luiz Pereira Vizeu. Vol. II, fls. 145-153;
04	Tatiana Paula Zani de Sousa. Vol. III, fls. 329-345;
05	Caroline de Sousa. Vol. III, fls. 329-345;
06	Celso Maiorino Dalri. Vol. III, fls. 353-354;
07	Carlos Alberto Fernando Santos Frazão. Vol. III, fls. 389-393;
08	Carlos Eduardo Luis Campos Frazão. Vol. III, fls. 445-449;
09	Ronaldo Milan. Vol. IV, fls. 490-493;
10	Edirlei Fernandes. Vol. IV, fls. 577;
11	João de Souza Simão. Vol. IV, fls. 615-625;
12	Cristiane Borguetti Moraes Lopes. Vol. IV, fls. 651-653;
13	André Cencin. Vol. IV, fls. 691-697;
14	Juliana Hisa Sato. Vol. V, fls. 721-731;
15	Antônio Hissao Sato Jr. Vol. V, fls. 803-813;
16	Tatiana Hisa Sato. Vol. V, fls. 837-847;
17	Patrícia Zampieri de Souza. Vol. V, fls. 872-882;
18	Mouzar Baston Filho. Vol. VI, fls. 893-896;
19	Caio Malta Campos. Vol. VI, fls. 910-917;
20	Ernani Gonçalves Félix. Vol. VI, fls. 934-941;
21	Joel Augusto Pincelli Filho. Vol. VI, fls. 963-968;
22	Antônio Carlos Seoanes. Vol. VI, fls. 990-996;
23	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva. Vol. VI, fls. 1030-1036;
24	Renato Schlobach Moises. Vol. VI, fls. 1128-1134;
25	Douglas José Fidalgo. Vol. VII, fls. 1172-1203;
26	Fábio Cardoso. Vol. VII, fls. 1251-1284;
27	Marilaine Borges Torres. Vol. VII, fls. 1319;
28	Marcos Roberto Torres. Vol. VII, fls. 1336-A
29	Angélica Mieko Inoue Dantas. Vol. VIII, fls. 1412-1415;
30	José Luiz Donizete da Silva. Vol. VIII, fls. 1431;
31	Carla Sobreira Umino. Vol. VIII, fls. 1472-1475;
32	José Valério Santos Júnior. Vol. VIII, fls. 1481-1487;
33	Delvair Honório dos Santos. Vol. VIII, fls. 1538-1541 e 1550-1552;
34	José Roberto Marchioro. Vol. IX, fls. 1577-1581;
35	Marlene Marchioro. Vol. IX, fls. 1645-1649;
36	Daniel Roberto Marchioro. Vol. IX, fls. 1686-1690;
37	Guilherme Valland Júnior. Vol. IX, proposta não apresentada;
38	Marcelo Valland. Vol. IX, fls. 1727-1733;
39	Euclides Maraschi Jr. Vol. IX, fls. 1760-1766;
40	Roberto Cerullo. Vol. X, fls. 1793;
41	Galmar Marcos Cardoso. Vol. X, proposta não apresentada;
42	Arcângelo Francavilla. Vol. X, fls. 1820;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

43	Maria Rita de Cássia Lima Vieira. Vol. X, fls. 1835;
44	Sérgio Francisco Davoli. Vol. X, fls. 1851;
45	Míriam Aparecida Trindade Gir de Andrade. Vol. X, fls. 1882-1883;
46	Luiz Cláudio Bez. Vol. X, fls. 1912-1913;
47	Vicente Alves Pereira Neto. Vol. X, fls. 1947-1951;
48	José Roberto Kuwaoka Albino. Vol. XII, fls. 2304-2307;
49	Cássio Renato Dias Albino. Vol. XII, fls. 2308-2311;
50	Osvaldo Aparecido Albino. Vol. XII, fls. 2312-2315;
51	Rita de Cássia Benedetti. Vol. XI, proposta não apresentada;
52	Flávio Cunha Sodré Santoro. Vol. XI, fls. 2043-2052;
53	Moacir de Santi. Vol. XI, fls. 2095-2104;
54	Antônio Sanches Ramos Júnior. Vol. XI, fls. 2143-2152;
55	Otávio Lauro Sodré Santoro. Vol. XI, fls. 2192-2201;
56	Sheila Ferlin dos Santos. Vol. XI, fls. 2237-2247.

As propostas idênticas, relativas ao mesmo grupo ou empresa, foram consideradas propostas únicas, dando-se preferência ao leiloeiro com data de posse mais antiga.

Cumpre informar ainda que, entre os documentos idênticos, apresentados por leiloeiros pertencentes a um mesmo grupo, foi juntada apenas uma cópia nestes autos.

Quanto ao julgamento do mérito das propostas apresentadas, este Procurador-Seccional instituiu comissão de julgamento por mim presidida e também composta pelo Procurador-Seccional Substituto Dr. Rodrigo Prado Targa e pela Assistente Técnico-Administrativo Sra. Ivana Moretti Hassan.

De modo a objetivar o julgamento do mérito das propostas foram definidos 4 critérios básicos de análise, a saber:

a) A metodologia apresentada pelo proponente de auxílio à PSFN de busca de bens dos devedores;

b) a possibilidade e facilidade de remoção de bens penhorados, bem como seus depósitos;

c) A proposta de divulgação dos leilões apresentadas, bem como a possibilidade de realização de leilões presenciais e on-line simultaneamente e,

d) a experiência como leiloeiro para credores privados e públicos, inclusive para outras projeções da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Para cada um dos critérios acima indicados, cada um dos julgadores atribuiu, independentemente, para cada uma das propostas, nota de zero a três pontos, conforme planilhas em anexo, apresentadas por ordem cronológica de protocolo das propostas e por ordem decrescente dos pontos totais obtidos.

Assim, os três primeiros colocados são:

1º - Sr. Nilton Brancalião (escolha de lotes - 3, 2 e 1);

2º - Sra. Angélica Mieko Inoue Dantas - Lance Total (escolha de lotes - 1, 2 e 3); e,

3º - Marilaine Borges Torres - Confiança Leilões (escolha de lotes 3, 1 e 2).

Caso não haja interesse pelos vencedores acima indicados, ou haja necessidade de suas substituições no curso da prestação dos serviços, nos termos da Portaria PSFN/SCO nº 06/2010, ficam já designados os seguintes suplentes:

4º - Sr. Douglas Tupinanbá Camargo;

5º - Sr. Marcelo Valland - Hastas Públicas SP; e,

6º - Sr. Celso Maiorino Dalri.

Reitera-se, mais uma vez, que, no intuito de diversificar ao máximo a prestação dos serviços em questão, optou-se por eliminar os segundos ou demais leiloeiros de um mesmo grupo ou empresa.

Ante o exposto e considerando a ordem de escolha de lotes de cada uma das propostas apresentadas, adjudico os objetos do presente processo de seleção da seguinte forma:

LOTE I: Anexos Fiscais das Comarcas de Leme, Araras e Pirassununga, bem como as respectivas Varas do Trabalho - Sra. Angélica Mieko Inoue Dantas - Lance Total;

LOTE II: Varas Cíveis das Comarcas de Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú, Santa Rita do Passa Quatro e Vara do Trabalho de Porto Ferreira - Sra. Marilaine Borges Torres - Confiança Leilões;

LOTE III: Varas Cíveis das Comarcas de Descalvado, Itirapina, Brotas, Ribeirão Bonito, Varas do Trabalho de São Carlos e, eventualmente, Justiça Federal de São Carlos - Sr. Nilton Brancalião.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial da União e na página da Internet desta PGFN. Encaminhe-se por correio eletrônico cópias desta decisão e das planilhas em anexo a todos os ilustres leiloeiros que participaram deste certame, dignificando-o.

Estabeleço o prazo de até as 17:00 horas do dia 8 de abril de 2011, para que os interessados, em querendo, interponham recurso administrativo, devidamente fundamentado, contra a presente decisão. É facultado aos interessados a consulta aos autos nesta Procuradoria-Seccional, devendo ser agendado horário previamente por telefone.

São Carlos, 25 de março de 2011.

SILVIO LEVCOVITZ

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.139, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB Nº 787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital; a Instrução Normativa RFB Nº 949, de 16 de junho de 2009, que regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT) e institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); a Instrução Normativa RFB Nº 967, de 15 de outubro de 2009, que aprova o Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); a Instrução Normativa RFB Nº 989, de 22 de dezembro de 2009, que institui o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur); e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º O art. 5º da Instrução Normativa RFB Nº 787, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

.....

§ 5º A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no § 1º, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento." (NR)

Art. 2º O art. 8º da Instrução Normativa RFB Nº 949, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

§ 4º A elaboração do FCONT é obrigatória, mesmo no caso de não existir lançamento com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, nos termos do art. 2º." (NR)

Art. 3º Os arts. 4º e 5º da Instrução Normativa RFB Nº 967, de 15 de outubro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

Parágrafo único. Os dados a que se refere o art. 1º, relativos ao ano-calendário de 2009, poderão ser retificados até a apresentação dos dados referentes ao ano-calendário 2010, ou até o final do prazo fixado para apresentação da DIPJ 2011, o que ocorrer primeiro." (NR)

"Art. 5º A apresentação dos dados a que se refere o art. 1º também será exigida da Pessoa Jurídica que se encontre na situação prevista no § 4º do art. 8º da Instrução Normativa RFB Nº 949, de 16 de junho de 2009." (NR)

Art. 4º Os arts. 4º e 8º da Instrução Normativa RFB Nº 989, de 22 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o caput terá início a partir do ano-calendário 2011.

§ 2º O e-Lalur deverá ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, nos casos de:

I - cisão total ou parcial;

II - fusão;

III - incorporação; ou

IV - extinção.

§ 3º Excepcionalmente, nos casos dos eventos mencionados no § 2º, ocorridos entre 1º de janeiro de 2011 e 30 de abril de 2012, o e-Lalur poderá ser entregue no prazo previsto no caput." (NR)

"Art. 8º As pessoas jurídicas que apresentarem o e-Lalur ficam dispensadas, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2011, da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real no modelo e normas estabelecidos pela Instrução Normativa SRF Nº 28, de 13 de junho de 1978." (NR)

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados o parágrafo único do art. 5º da Instrução Normativa RFB Nº 967, de 15 de outubro de 2009, a Instrução Normativa RFB Nº 970, de 23 de outubro de 2009, e o art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.041, de 10 de junho de 2010.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo Nº 10111.001101/2010-84 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca FORD, modelo TAURUS, ano 2003, cor branca, chassi 1FAHP52234G141075, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 04/1192885-0, de 23/11/2004, pela Alfândega no Porto de Sepetiba, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América, CNPJ 03.874.311/0001-78.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo Nº 10111.000105/2011-26 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca CHEVROLET, modelo SUBURBAN, ano de fabricação 2000, cor BRANCA, chassi 3GNGK26U2YG155551, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 00/1185062-5, de 07/12/2000, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro - RJ, de propriedade da EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CNPJ 03.874.311/0001-78.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo Nº 10111.000265/2011-75 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca MITSUBISHI, modelo PAJERO GLS, ano de fabricação 2007, cor PRATA, chassi JMYLYV98W8JA01263, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 07/1742649-6, de 13/12/2007, pela Alfândega no Porto de Vitória - ES, de propriedade do Sr. Yves Pierre Courant, diplomata da Embaixada da França no Brasil, CPF 745.955.711-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo n º 10111.000295/2011-81 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca VOLVO, modelo S80 T6S, ano 2005, cor PRATA, chassi YV1TS914551411565, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 05/0555427-0, de 30/05/2005, Alfândega no Porto de Vitória - ES, de propriedade da Embaixada do Canadá, CNPJ 03.738.502/0001-02, para LUIZ CARLOS RABELO GONÇALVES, CPF 186.269.711-68.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Disciplina o §3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.094, de 6 de dezembro de 2010, a ser observado nas operações de transbordo, baldeação, descarregamento e armazenamento de mercadorias a exportar na jurisdição da IRF/Corumbá-MS.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria RFB 1.035, de 2 de abril de 2009, publicada no DOU. Nº 63, de 2 de abril de 2009, combinado com o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Disposições Gerais

Art. 1º Esta portaria disciplina as rotinas operacionais de controle fiscal de mercadorias a exportar na jurisdição da IRF/Corumbá-MS, nas operações de transbordo, baldeação, descarregamento e armazenamento, de acordo com a Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.094, de 6 de dezembro de 2010.

Art. 2º Na impossibilidade de cumprimento do art. 5º da IN RFB nº 1.094/2010, por motivo que não possa ser atribuído à Empresa Comercial Exportadora (ECE) ou ao estabelecimento industrial, seus representantes poderão solicitar ao titular da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Corumbá-MS que as operações de transbordo, baldeação, descarregamento e armazenamento possam ser realizadas em outro local, por eles indicados.

Art. 3º A solicitação pode se dar de duas formas:

I - Por despacho;

II - Por prazo determinado.

§1º Na solicitação por despacho, a autorização se dá pela simples indicação do local, desde que devidamente motivada, e se destina apenas às operações de transbordo e descarregamento e carregamento para baldeação.

§2º A solicitação por prazo determinado deverá ser feita por escrito pelos representantes dos exportadores (Estabelecimento Industrial ou ECE), com indicação do local ou locais onde serão realizadas as operações, devidamente motivadas. Neste modelo também poderá ser solicitada autorização para operações de armazenagem.

Da solicitação por despacho

Art. 4º A solicitação/indicação por despacho dar-se-à mediante termo, conforme modelo do Anexo I, e considera-se previamente autorizada. O termo será emitido em duas (2) vias originais assinadas pelo responsável ou representante legal cadastrado no SISCOMEX, contendo as seguintes informações:

I - motivo justificado, nos termos do §3º da IN RFB nº 1.094/2010;

II - endereço completo do local da operação;

III - natureza da operação;

IV - data da realização da operação.

V - relação de notas fiscais referentes à operação, inclusive as de entrada, no caso de exportação feita por conta e ordem ECE;

VI - identificação dos veículos de entrada e saída.

Parágrafo único. O termo de indicação definido no caput será encaminhado diretamente à equipe de despachos da RFB, juntamente com a documentação referente à exportação, e a via remanescente deverá ser arquivada no local das operações, à disposição da fiscalização.

Da solicitação por prazo determinado

Art. 5º A solicitação por prazo determinado será encaminhada ao Inspetor da IRF/Corumbá, motivada nos termos do §3º do art. 5º da IN RFB nº 1.094/2010.

§1º O pedido será deferido pelo prazo de até 1 (um) ano.

§2º O deferimento do pedido não impede que no mesmo local sejam realizadas operações indicadas por outras empresas, em qualquer das modalidades previstas no art. 3º.

§3º A indicação por prazo determinado poderá ser revista caso cessem os motivos que a ensejaram.

§4º Os estabelecimentos que fizerem a indicação na forma definida neste artigo não necessitarão emitir o termo previsto no art. 4º, bastando que haja uma cópia da autorização em cada despacho e que a via original fique arquivada no local das operações, à disposição da fiscalização.

Das disposições finais

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias IRF/COR nº 15, de 8 de Fevereiro de 2011, e IRF/COR nº 27, de 16 de Março de 2011.

Art. 8º Ficam convalidados os atos decorrentes da Portaria IRF/COR nº 15, de 8 de Fevereiro de 2011, anteriores a esta Portaria.

NILO ODIRLEI MARTINI RIBAS

ANEXO I

TERMO DE INDICAÇÃO DE LOCAL PARA TRANSBORDO, BALDEAÇÃO, CARREGAMENTO OU ARMAZENAMENTO

(Portaria IRFCOR nº 32/2011 e IN RFB nº 1.094/2010)

1. DADOS DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL / COMERCIAL EXPORTADORA

CNPJ	NOME

2. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL INDICADO

ENDEREÇO			
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP

3. MOTIVO

4. DADOS DA OPERAÇÃO ☐ TRANSBORDO ☐ BALDEAÇÃO ☐ DESCARREGAMENTO

DADOS DO VEÍCULO DE ENTRADA		DADOS DO VEÍCULO DE SAÍDA	
Notas	Placas	Notas	Placas

DATA DA OPERAÇÃO

5. RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL HABILITADO NO SISCOMEX

CPF	NOME	ASSINATURA

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPO 1 - DADOS DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL / COMERCIAL EXPORTADORA

Informar os dados do estabelecimento remetente, no caso de exportação direta, ou da empresa comercial exportadora, no caso de remessas com fim específico de exportação.

CAMPO 2 - IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL INDICADO

Especificar o endereço completo do local onde ocorrerão as operações.

CAMPO 3 - MOTIVO

Especificar os motivos que ensejaram a indicação, nos termos do §3º do art. 5º da IN RFB nº 1.0948/2010.

CAMPO 4 - DADOS DA OPERAÇÃO

Informar a natureza da operação (transbordo, baldeação ou descarregamento) e os dados dos veículos de entrada e respectiva saída do recinto indicado.

CAMPO 5 - RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL HABILITADO NO SISCOMEX

Informar os dados do responsável legal perante o CNPJ ou respectivo representante legal habilitado no Siscomex.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE BELÉM, no uso de suas atribuições previstas no art. 220, X e XXVI da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, e ainda amparado no art. 121 do Decreto nº 6759, de 2 de fevereiro de 2009 e na Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003 e, por último, ponderando a documentação acostada ao processo administrativo nº 10209.000089/2011-92 e observando exigência do art. 2º, I, "d" da Portaria SRF nº 1, de 2 de janeiro de 2001, declara:

Autorizada a transferência do veículo automotor marca NISSAN, modelo MAXIMA 30J Sedan, Ano/Modelo 1995/CLHULBFA32EYA, Cor cinza, Chassi JN1CCUA32ST000526, Placa JWA 5301, do CONSULADO GERAL DO JAPÃO para Maria Rosa Costa Lobato, CPF 576137452-87, conforme especificado na Solicitação de Autorização para Transferência de Bens Desembaraçados com Isenção de Impostos - SAT.

CNEIO LUCIUS DE PONTES E SOUZA

4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 941, de 25 de maio de 2009, nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos nº 19615.000689/2010-52 e 19615.000239/2011-41, declara:

1. Fica a empresa TUCKER ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PETROLÍFEROS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.268.112/0001-42, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/20, atuando, inclusive por meio das suas filiais, cujos números de CNPJ vão abaixo indicados, na execução do contrato a seguir relacionado, a partir de 05/06/2009 até o termo final nele estabelecido, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

2. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, o beneficiário do regime se sujeita às sanções administrativas de advertência, suspensão e cancelamento de habilitação, na hipótese de ocorrência das situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

3. Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

4. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF04 nº 4, de 15 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 17 de março de 2011.

Processo nº 19615.000689/2010-52 e Processo nº 19615.000239/2011-41				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.268.112/0001-42 40.268.112/0004-95 40.268.112/0005-76	Alvorada Petróleo S.A.	Todas as áreas brasileiras nas quais a Alvorada Petróleo S. A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	TESAP 009.03/2009	22/03/2013

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 18 DE MARÇO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Navio-tanque (petroleiro) do tipo Suezmax, incompleto, da proa até a meia-nau, com 129m de comprimento, 48m de largura e 23,2m de altura, conjuntamente com as acomodações, a gaiúta e a chaminé, provido do casco externo, bases, plataformas, corrimão, portas de visita, cabeços de amarração, escovem e parte das tubulações metálicas, apresentado em estruturas quer posicionadas, alinhadas, ajustadas e soldadas entre si, quer unidas em partes maiores, quer ainda formando um único conjunto, classifica-se no código 8901.20.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 89.01) combinada com a RGI 2 a) e RGI 6 (texto da subposição 8901.20), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) aprovada pela Resolução CAMEX Nº 43, de 22 de dezembro de 2006, republicada em 9 de janeiro de 2007, com os subsídios fornecidos para a posição 89.01 pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH) aprovadas pelo Decreto Nº 435, de 27 de janeiro de 1992 (versão atual aprovada pela IN RFB Nº 807, de 11 de janeiro de 2008, atualizada pela IN RFB Nº 1.072, de 30 de setembro de 2010, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1º da Portaria MF Nº 91, de 24 de fevereiro de 1994).

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES FALCÃO
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, as inscrições de números 091.261.776-41, 106.215.696-07 e 405.192.168-90, concedidas em multiplicidade a RAFFAELLA VALESKA GERGEN SOARES PIRES, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo Nº 15504.001768/2011-68.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Declara a nulidade de atos praticados perante o cadastro de Pessoas Física - CPF.

A Delegada da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 32 , 33 e 34, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - Nº 106.611.556-76, em nome do contribuinte OTÁVIO SOUSA DE ASEVEDO, em virtude de fraude na inscrição, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo Nº 15504.003329/2011-90.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Declara a nulidade de atos praticados perante o cadastro de Pessoas Física - CPF.

O Delegado Substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 32 , 33 e 34, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - Nº 106.863.276-32, em nome do contribuinte CARLA ANTONIA DA SILVA GOMES, em virtude de fraude na inscrição, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo Nº 15504.003456/2011-99.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Declara exclusão do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso da competência que lhe confere o artigo 15, § 3º, da Lei Nº 9.317, de 05 de dezembro de l996, incluído pelo artigo 3º da Lei Nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, resolve declarar:

Art. 1º. Excluída da sistemática de pagamento dos impostos e contribuições de que trata o artigo 3º da Lei 9.317, de 1996, denominada SIMPLES, no período de 01/01/2007 a 30/06/2007, a empresa DISTRIBUIDORA DE PERÓDICOS TOCANTINS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o Nº 08.287.994/0001-80, em conformidade com o disposto no art. 14 do referido diploma legal e nos termos do que foi apurado no processo administrativo Nº 13603.721244/2011-43.

Art. 2º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizonte, nos termos do Decreto Nº 70.235, de 7 de março de 1972.

Parágrafo único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Declara exclusão do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso da competência que lhe confere o artigo 15, § 3º, da Lei Nº 9.317, de 05 de dezembro de l996, incluído pelo artigo 3º da Lei Nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, resolve declarar:

Art. 1º. Excluída da sistemática de pagamento dos impostos e contribuições de que trata o artigo 3º da Lei 9.317, de 1996, denominada SIMPLES, no período de 28/10/2003 a 30/06/2007, a empresa DISTRIBUIDORA SOBRINHO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o Nº 05.969.394/0001-04, em conformidade com o disposto no art. 14, inciso V, do referido diploma legal e nos termos do que foi apurado no processo administrativo Nº 10976.000227/2010-61.

Art. 2º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizonte, nos termos do Decreto Nº 70.235, de 7 de março de 1972.

Parágrafo único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Concede inscrição no Registro Especial de Bebidas- IPI para a empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/ MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 238 e 239 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 95, de 30 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 02 de maio de 2007 e tendo em vista o estabelecido no art. 3º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e ainda o que consta do processo administrativo Nº 1067.000207/2009-91, resolve declarar:

Art 1º. INSCRITA no Registro Especial sob o Nº 06108/00186 a empresa AGROINDÚSTRIA TRÊS IRMÃOS LTDA, CNPJ 04.238.544/0001-47, estabelecida na Fazenda Três Irmãos, s/n - Zona Rural - Salinas/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. A referida empresa exerce a atividade de engarrafadora do produto Aguardente de Cana, código da TIPI 2208.40.00, marca comercial Majestade(tonéis de bálsamo), que será vendida em recipientes de 50ml, 300ml, 600ml, 670ml e 1000ml.

Art 2º. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art 3º. Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art.4º. Fica revogado o Ato Declaratório Nº 03, de 11 de Fevereiro de 2009

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA, no uso da competência subdelegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 07 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) e Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a serem classificados, conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados nos tipos de vasilhames especificados nos pedidos de enquadramento formulados pelos interessados e aplicam-se aos produtos fabricados no País.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2011.

NILSON ALVES PONTES JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

Classificação de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
02.327.323/0001-10	MONTANHESA - TRADICIONAL (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M
02.327.323/0001-10	MORRO DA MESA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M
02.327.323/0001-10	MORRO DA MESA - OURO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M
02.327.323/0001-10	MORRO DA MESA - PRATA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M
06.967.849/0001-15	CACHAÇA RETIRO VELHO PET BOLSO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	Até 180ml	2208.40.00	F

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Habilitação a Empresa que menciona a utilizar o procedimento simplificado de concessão e de controle do regime aduaneiro especial de admissão temporária previsto na IN RFB Nº 747, de 14 de junho de 2007.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA - ES, no uso de suas atribuições, e com base na competência que lhe foi atribuída pelo artigo 5º da Instrução Normativa RFB Nº 747, de 14.06.2007, publicada no Diário Oficial da União em 15.6.2007, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 10783.720205/2011-60, bem como o disposto na já mencionada Instrução Normativa, declara:

Art. 1º - Fica habilitada a utilizar o procedimento simplificado de concessão e de controle do regime aduaneiro especial de admissão temporária, previsto na IN SRF Nº 747, de 14 de junho de 2007, a empresa CISA TRADING S/A, inscrita no CNPJ sob o Nº 39.373.782/0001-40, estabelecida à Avenida Jerônimo Monteiro, 1000 - 10º andar - Salas 1014 e 1016 - Centro - Vitória - ES, no despacho aduaneiro de embalagens retornáveis, NCM 7326.90.90, com as seguintes características e especificações: Caixa Metálica GoodPack MB 5,: Peso 127 kg (+/-2); Capacidade para 1.500 litros; Comprimento de 1465 mm; Largura de 1150 mm; Altura de 1098 mm, e Valor Unitário de US$ 300.00;

Art. 2º Este ato entra em vigor, em caráter precário, na data de sua publicação, podendo ser revogada na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas na referida norma.

FABIO MIRANDA CORADINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2011

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 11543.003179/2004-78, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/00299, concedido pelo Ato Declaratório Nº 211/2004, ao estabelecimento da empresa CACHAÇA PEDRA AGULHA LTDA-ME, CNPJ Nº 05.113.163/0001-02, situada no Córrego São Pedro, Sitio São Pedro, s/n, Zona Rural, Sede, Pancas -ES CEP 29.750-000

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

LAURA GADELHA XAVIER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 23 DE MARÇO DE 2011

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 11543.004983/2002-11, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/00041, concedido pelo Ato Declaratório Nº 41/1984, ao estabelecimento da empresa, CLAUDIONOR GONZALEZ-ME, CNPJ: Nº 27.959.170/0001-54, situada na Estrada São Dalmácio , São Dalmácio, São Roque do Canaã-ES CEP: 29.665-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

LAURA GADELHA XAVIER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 23 DE MARÇO DE 2011

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 11543.004983/2002-11, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/00258, concedido pelo Ato Declaratório Nº 17/2003, ao estabelecimento da empresa, FRECOMEX- COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: Nº 02.409.463/0001-37, situada na Av. Quinhentos, s/Nº , Rodovia Estrada São Dalmacio, São Roque do Canaã- ES. CEP: 29.665-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

LAURA GADELHA XAVIER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 23 DE MARÇO DE 2011

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 11543.001268/2004-80, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/00301, concedido pelo Ato Declaratório Nº 244/2004, ao estabelecimento da empresa, BATER COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A , CNPJ: Nº 20.633.038/0001-09, situada na Av. Acesso Rodoviário, QD 09, MD 02/03, s/n, sala T-1,U-1,V-1 e X-1,TIMS, Serra -ES CEP 29.161-376.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

LAURA GADELHA XAVIER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 23 DE MARÇO DE 2011

Concessão de Registro Especial Papel Imune, na condição de Distribuidor

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Vitória no Estado do Espírito Santo, no uso da atribuição conferida pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010 e considerando o disposto no art. 7º da Instrução Normativa RFB 976 de 07 de dezembro de 2009 e alteração posterior, e ainda considerando os autos do processo 11543.100119/2010-41, resolve:

Art. 1º Conceder Registro Especial Nº DP 07201/0066, na condição de distribuidor, em nome do estabelecimento MLX Distribuição LTDA - CNPJ Nº 12.128.4000/0002-47, situada na Praça Presidente Getúlio Vargas, Nº 35, Sala 311, Ed. Jusmar- Centro-Centro Vitória-ES, conforme solicitado pela empresa em 22 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Registro Especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo a mesma cumprir todas as obrigações citadas na IN RFB Nº 976/2009 e alteração posterior

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

LAURA GADELHA XAVIER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Autoriza fornecimento de selos de controle 9729-14, para Uísque Importação Amarelo.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005, e ainda, considerando o pedido da empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 33.856.394/0013-77, localizada à Rodovia Presidente Dutra, Km 298, Pólo Industrial, Resende-RJ, declara:

Art. 1°- Autoriza o fornecimento de 2.400 (Dois Mil e Quatrocentos) selos de controle 9729.14-AMARELOS, para produtos estrangeiros a serem selados no exterior, código TIPI 2208.30.20, tipo uísque, conforme abaixo discriminado:

Marca Comercial	Característica do Produto	Quantidade de Caixas	Quantidade de Unidades
JIM BEAM BLACK	Caixas c/ 12 garrafas de 750 ml (PROFORMA INVOICE 1027007050)	200	2.400

YARA RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos no uso de suas atribuições prescritas no art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB, objeto da Portaria MF 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista a conclusão dos trabalhos de recrutamento e seleção da Comissão designada pela Portaria ALF/STS/Gab Nº 318 de 25 de novembro de 2010, constante do processo n° 11128.007797/2010-36, outorga credenciamento para atuarem na respectiva área de seleção como Peritos autônomos para a prática das atividades referidas no art. 1º da IN-RFB 1.020, de 31/03/2010, no período compreendido entre 01/04/2011 até 31/03/2013, aos Engenheiros selecionados, cujos nomes constam da relação a seguir:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Aeronáutica
Nenhum selecionado

Agronomia

Marcelo Alves Vasconcelos
Thiago Castilhos Silva

Civil

Cyro Raphael Monteiro da Silva
Doncaster José Carnio
Sidney Pereira Gil

Elétrica

Antonio Dias Filho
Antonio Edgard Basaglia
Celso Eduardo Cassimiro de Araújo
Domingos Prado Filho
Edgard Mauricio Martins
Jorge Roberto Netto Batalha
José Eduardo Cunha
José Leme de Magalhães Filho
José Ricardo Guedes Frei
Orlando Albuquerque Gallotti
Pedro Henriques Marques
Rui Del Trono Grosche
Ruy Russo Ramos
Walter Garcia Alvares
Walter José Gonçalves de Almeida
Suplentes:
Fabio Reis Sessa
Lucio Salles Moreira

Eletrônica

Boris Largmann
Clovis Aparecido Paulino
Edson Antonio de Oliveira
Galilei Paiva dos Santos
Giovanni Paixão Berno
Humberto Francisco Rodrigues
Lourival Rocha Silva Gomes
Marcelo Rosendo Datoguêa
Mario Spadoni Filho
Milton Augusto Rossi Claro Junior
Odair dos Santos Mesquita
Rogerio Nascimento de Almeida
Sergio de Campos Gomes
Sergio Luiz do Sacramento
Takeichito Kimura
Suplente:
Leandro de Oliveira Passos

Mecânica

Albino dos Santos Curcialeiro
Alfeu Praça Fonseca
Amílcar da Gama Neves
Ângelo Luiz Gnemmi
Antonio Ferreira Nunes Junior
Antonio Francisco Filho
Arimir Salgosa
Carlos Alberto Maaldi Dornelas
Carlos Rubens Leite César
Celso Loredo Vieira da Fonseca
Fernando Machado Netto Tucci
Francisco Kogos
Horácio Antonio Torre
Hugo Vicente da Silva
João Abel da Cunha
João Augusto Silva Gomes
João Evangelista Pavelitsk Danelon
Johnson Cássio Mazetti
Jorge Sá Filho
José Edilberto Ferracini
José Luiz Marques
José Paulo do Sacramento
José Renato Garzillo
José Roberto de Abreu Moraes
José Roberto de Aquino Viana
José Roberto de Carvalho
Luiz Alberto Dias
Luiz Cláudio de Araújo
Manoel Messias Neris
Marcial Tony Asbahr Barbosa da Silva
Mauricio Uehara
Mauro Peres Vicente
Milton James Prado Oppenheimer
Oswaldo Mariano Junior
Pedro Zwoelfer Troncoso
Sergio José Costa
Sergio Raimundo de Lorenzo
Wallace Alfredo Travassos Junior
Walter Domingues Filho
Walter Pereira de Carvalho
Suplentes:
Daniel Alves Zacarias
Marcio Tilly Moutinho Silva

Metalurgia

Antonio Arnaldo Andrade
Antonio Barbará de Jesus
Carlos Eduardo Penazzi Filho
Edgard Gabriel Seidner
Hamilton Gomes Ventura
José Moutinho Moreira da Silva
Luiz Carlos Matte
Mario Gonçalves Lima
Paulo Juarez Mario da Rosa
Rafael Augusto de Moura Campos
Regina Calixto Gazire
Roberto Hid Bukalil
Telmo Amaro Costa de Lara
Wanderley Sebastião Toledo

Naval

Antonio Carlos Rodrigues

Quantificação

Acacio Farinella
Alcir dos Santos Elias
Alexandre Ribeiro Alonso
Altevir do Paraná Bozon
Álvaro Barra Filho
Antonio Carlos Soares Campos
Antonio Guilherme Menezes Braga
Ayrton Neiva Junior
Carla Maria Villaboim Pontes Ogier
Carlos Eduardo de Castilho Bezerra
Carlos Eduardo Pimentel
Carlos Lamberti Junior
Carlos Takao Oshima
Cid Lourenço Reimão
Cláudio Cardoso La Scala
Cláudio Guedes
Cláudio Paschoal Mazzitelli
Domingos Prado Neto
Edílson Camargo de Jesus
Eduardo Julio Barreira Junior
Edyval de Oliveira Santos Junior
Eliana Baraçal Moura Gabriel Lopes
Emanuel de Jesus Câmara Simões
Enzo Dales Nava
Fernando Lopes da Costa
Flavio Rossini
Francisco Carlos Pereira Silva
Gerson Carlos Rolim
Guilherme Lopes dos Santos
Hamilton Machado de Oliveira
Hamilton Schimidt
Heitor Piccinini Filho
Helio Yuji Sakaguti
José Carlos Garcia
José Carlos Santana
José Carlos Sperandeo
José Eduardo de Abreu Lopes
José Patrício Daibert Moncorvo
Leonardo Soares Fernandes
Leôncio de Rezende Neto
Luis Fernando Morel Barbosa
Luiz Alberto Constantino de Melo
Luiz Aurélio Alonso
Luiz Cláudio de Aquino Barroso Pereira
Marcilio de Faria Dias
Marcos Aurelio Adegas
Marcos Bezerra da Silva
Marcos Munhoz Claro
Marcos Teixeira
Maria Helena Mangini Vaz
Mario Newton Galiazzi Vasques
Mauricio Alvim Cury
Nadia Maria Paiva Karaoglan
Nilson da Piedade Barreiro
Nivaldo Bernardo Ferreira
Nivaldo Rodrigues Florez
Norival Gonçalves
Reginaldo Amaral
Ricardo Ramos Cardozo
Rogerio Marcos de Oliveira
Ronaldo Olivan
Ronaldo Vidal
Silvio Nunes Augusto
Tany Menezes de Souza
Wolney José Pinto

Química

Enistevaldo Pereira de Carvalho
Maria Lucia Costanzi Perez
Maria Cristina Helena Tcharbadjian

Têxtil

Alexandre Eduardo Santos Ratton
Carlos Alberto Gomes de Azevedo
Cláudia Mancebo Asorey
Débora Aparecida Mayer
Fabio Campos Fatalla
José Antonio Bauab Filho
José Bacus Filho
José Fornazier Camargo Sampaio
Luiz Augusto de Figueiredo Maragliano
Nicolas Theophanis Boukouvalas
Nilton Luiz Rocha
Patricia Cristina Garcia de Souza Marçal
Roberto Luiz de Souza Fontes Filgueiras
Vania Mathias de Lima
Vitorino Paiva Castro Neto
Suplentes:
Eduardo Ferreira Navas
Marcia Cristina Costa

2 A partir do primeiro dia após a publicação no DOU, das 9h às 11h30 e das 14h às 17h, os credenciados deverão se apresentar no andar térreo na Eqvib (Equipe de Vigilância e Busca Aduaneira) para retirar o seu documento de identificação.

3 Eventuais recursos deverão ser protocolizados perante a Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (DICAT) desta Alfândega, no 2º andar, até o dia 08 de abril de 2011.

4.A partir de 02/05/2011 até 06/05/2011, das 9h às 11h30 e das 14h às 17h, os inscritos não habilitados deverão comparecer no Grupo de Acompanhamento de Laudo Técnico - Gralt- 1º andar, para retirar seus documentos de inscrição. Após o prazo aqui fixado, os não retirados serão destruídos.

5. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANTÔNIO GAETA MENDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Declara Cancelada a Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) devido à multiplicidade de inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 587, de 21 de Dezembro de 2010 e da competência que lhe confere o Art. 31 da IN RFB 1042, de 10 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 13855.004180/2010-70, declara:

Art. 1º Fica cancelada a inscrição da pessoa física a seguir identificada, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com efeitos a partir da publicação deste, conforme incisos I e III, do artigo 30 da IN RFB Nº 1042/2010, devido à multiplicidade de inscrição para um mesmo contribuinte.

Nome: Nivis Alvino
CPFs: 106.876.056-79, 107.201.776-85, 107.309.936-98.
Motivo: Multiplicidade de Inscrição/Decisão Administrativa.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Declara Cancelada a Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) devido à multiplicidade de inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 587, de 21 de Dezembro de 2010 e da competência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

que lhe confere o Art. 31 da IN RFB 1042, de 10 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 13855.004183/2010-11, declara:

Art. 1º Fica cancelada a inscrição da pessoa física a seguir identificada, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a partir da publicação deste, conforme incisos I e III, do artigo 30 da IN RFB Nº 1042/2010, devido à multiplicidade de inscrição para um mesmo contribuinte.

Nome: Carlos César Alvino

CPFs: 042.452.076-12, 104.772.226-76, 107.201.766-03, 107.233.96-80.

Motivo: Multiplicidade de Inscrição/Decisão Administrativa.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso de sua competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

1. Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.15.280	WÁGNER DA SILVA	332.434.148-57	10855.001966/10-47

2. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ÂNGELO CELSO BOSSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 1° da Portaria de Delegação de Competência n° 199, publicada no DOU em 02 de setembro de 2003, convalidada pela Portaria Nº 169, de 02 de maio de 2007, publicada no DOU em 16/05/2007 resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 35 da Instrução Normativa Nº 1.005 de 08/02/2010.

PROCESSO: 14.311.000043/2011-57

CONTRIBUINTE: A DESENTUPIDORA E DEDETIZADORA MASTER ROOTER S/C LTDA

CNPJ: 03.536.193/0001-98

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Restabelece a inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros

O INSPETOR - CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3ºdo Decreto 6.759 de 2009, resolve:

Restabelecer no Registro de Despachantes Aduaneiros, em razão de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento n.º 2010.03.00.021144-0/SP, conexo ao mandado de segurança n.º 0004688-10.2010.4.03.6119/ 2º Vara de Justiça Federal de Guarulhos/SP, o qual deferiu o efeito suspensivo pleiteado para assegurar ao agravante o exercício da profissão de despachante aduaneiro até o julgamento do mandado de segurança, a seguinte inscrição:

Despachante: NELSON NATAN CARDOSO
CPF Nº : 073.404.378-35
Inscrição Nº 8D.01.628
Processo Nº : 10880.076474/92-55

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições pelo artigo 297 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 42, § 2º da IN RFB Nº 1.005/10, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no artigo 81, § 1º, da Lei Nº 9.430/96 c/c artigo 23, inciso V e § 2º, do Decreto-Lei Nº 1.455/76, com redações dadas pelos artigos 59 e 60 da Lei Nº 10.637/02, regulamentados pelos artigos 11 da IN SRF Nº 228/02 e 34, inciso IV c/c artigos 42 e 46, da IN RFB Nº 568/05, vigente à época da prática dos atos, e ainda o constante nos artigos 39, inciso III, e 42, § 2º, ambos da IN RFB Nº 1.005/10, e INIDÔNEOS os documentos por ela emitidos, nos termos do artigo 82 da Lei Nº 9.430/96 e artigo 48 da IN RFB Nº 568/2005, por não restar comprovada a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em suas operações de comércio exterior, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: ABBEI COMERCIO REPRESENTACOES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ Nº : 03.509.807/0001-42
Inidoneidade a partir de: 22/07/2004
Processo Nº : 13807.001501/2006-73

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 23 DE MARÇO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 da Instrução Normativa RFB no 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista que a interessada é contratada diretamente por titular do projeto aprovado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia Nº 217, de 19 de junho de 2008, e ainda o que consta do processo administrativo no 10980.004732/2010-16, declara:

Art. 1º Declarar co-habilitada no Regime Especial (Reidi) a pessoa jurídica TOSHIBA SISTEMAS T&D DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 78.230.182/0001-84, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto Nº 6.144, de 2007, destinadas a execução das obras destinadas à UTE Suape II, conforme descrito no projeto aprovado pela Portaria MME n° 217, de 19 de junho de 2008, localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,

3) Conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas, nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010, de acordo com o caput do art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado no processo nº 13986.+000292/2010-66, declara:

Art. 1º Concedido Registro Especial, na atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504/2005, sob o nº 09203/0076, ao estabelecimento de CNPJ nº 86.352.838/0001-60 da empresa VINHOS PICCOLI LTDA, estabelecido na Estrada Principal, S/N, Linha Caxias, no município de Pinheiro Preto/SC.

Art. 2º Os produtos engarrafados pelo estabelecimento e incluídos no registro são os seguintes:

Produto	Marca	Tipo Rec.	Cap. Rec. (ml)	Reg. MA
Vinho tinto de mesa suave	Piccoli	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00001-1
Vinho tinto de mesa suave	Piccoli	Garrafa Pet	3000	SC 08061 00001-1
Vinho tinto de mesa suave	Piccoli	Garrafa de Vidro	870 e 1500	SC 08061 00001-1
Vinho branco de mesa suave	Piccoli	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00004-5
Vinho branco de mesa suave	Piccoli	Garrafa Pet	3000	SC 08061 00004-5
Vinho branco suave	Piccoli	Garrafa de Vidro	870 e 1500	SC 08061 00004-5
Vinho branco de mesa niágara seco	Piccoli	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00005-3
Vinho branco de mesa niágara seco	Piccoli	Garrafa Pet	3000	SC 08061 00005-3
Vinho branco seco niágara	Piccoli	Garrafa de Vidro	870 e 1500	SC 08061 00005-3
Vinho tinto de mesa seco	Piccoli	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00007-0
Vinho tinto de mesa seco	Piccoli	Garrafa Pet	3000	SC 08061 00007-0
Vinho tinto de mesa seco	Piccoli	Garrafa de Vidro	870 e 1500	SC 08061 00007-0
Vinho fino tinto seco Cabernet Sawignon	Vila Romana	Garrafa de Vidro	750	SC 08061 00025-4
Vinho tinto de mesa suave bordô	Vila Romana	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00029-7
Vinho tinto de mesa suave	Vila Romana	Garrafa de Vidro	750	SC 08061 00029-7
Vinho branco de mesa suave niágara	Vila Romana	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00030-1
Vinho tinto de mesa seco bordô	Vila Romana	Garrafão Ret.	4600	SC 08061 00032-7

Art. 3º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida Instrução Normativa, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MARDULA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.605, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 10/03/2011, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
KSI BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 00.600.000/0001-22
Anterior Denominação Social
IMÁTEO AUDITORIA E CONSULTORIA
CNPJ: 00.600.000/0001-22

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.606, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JOÃO CARLOS MULLER CHAVES FILHO, C.P.F. Nº 942.893.107-10, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.607, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a Sra. ALENIR DE OLIVEIRA ROMANELLO, C.P.F. Nº 148.180.001-91, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.608, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a BLADEX ASSET MANAGEMENT BRAZIL - GESTORA DE RECURSOS LTDA., C.N.P.J. Nº 11.878.356, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.609, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a FRONTIER INVESTIMENTOS ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LTDA., C.N.P.J. Nº 09.376.929, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.610, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a MANAGROW ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PORTFOLIOS LTDA., C.N.P.J. Nº 12.973.953, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.611, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MÁRCIO FERNANDES PINTO, C.P.F. Nº 981.760.217-68, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.612, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. HENRIQUE RIBAS RODRIGUES ALVES, C.P.F. Nº 003.926.801-22, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.613, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ANDRÉ CLETO CARVALHAES, C.P.F. Nº 288.905.338-54, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.614, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida à Sra. SIMONE KOMAI TAGAWA UEKI, C.P.F. Nº 163.083.128-00, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.615, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. INÁCIO FRADIQUE MORETTI SANTANA JÚNIOR, C.P.F. Nº 080.033.577-56, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
4ª CÂMARA
2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Observação: Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 11 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

1 - Processo Nº : 13116.001370/2003-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAO FERNANDES CUNHA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

2 - Processo Nº : 10070.001605/2002-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

3 - Processo Nº : 10820.000536/2004-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANALTIVA SILVA JUNQUEIRA DE ANDRADE - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

4 - Processo Nº : 11030.000667/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUCY DUTRA MARTINS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: MARCELO OLIVEIRA

5 - Processo Nº : 10280.001867/2002-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AURELINO SOUSA DOS SANTOS JUNIOR - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

6 - Processo Nº : 10580.010043/2002-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARLOS ALBERTO MONTEIRO FILHO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

7 - Processo Nº : 13710.003296/2004-98 - Recorrente: AXEL RIPOLL HAMER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

8 - Processo Nº : 10580.000031/2004-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JUTORIB TRINDADE - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

9 - Processo Nº : 10909.003119/2002-34 - Recorrente: JOAO ALVES MASSANEIRO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

10 - Processo Nº : 10980.009464/2002-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NEWTON RODRIGUES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

11 - Processo Nº : 13884.003680/2001-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PANASONIC ELECTRONIC DEVICES DO BRASIL LTDA. - EM LIQUIDACAO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

12 - Processo Nº : 11080.012416/2001-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBARUS SA COMERCIAL E EXPORTADORA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

13 - Processo Nº : 10510.001808/2003-69 - Recorrente: SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

14 - Processo Nº : 10830.007511/2004-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

15 - Processo Nº : 13312.000533/2004-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRANCISCO JOSE FONTELES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

16 - Processo Nº : 10980.013233/2005-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELISABETH CRISTINA DE GEUS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

17 - Processo Nº : 36582.003294/2006-79 - Recorrentes: ITAIPU BINACIONAL e FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE, RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

18 - Processo Nº : 35189.001152/2006-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAIPU BINACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

19 - Processo Nº : 15885.000192/2008-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUICAO TOLEDO DE ENSINO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

20 - Processo Nº : 15885.000220/2008-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUICAO TOLEDO DE ENSINO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

21 - Processo Nº : 15885.000198/2008-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUICAO TOLEDO DE ENSINO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

22 - Processo Nº : 15885.000074/2008-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUICAO TOLEDO DE ENSINO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

23 - Processo Nº : 35011.000197/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TORONTO CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

24 - Processo Nº : 35011.000210/2007-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TORONTO CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

25 - Processo Nº : 35011.000196/2007-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TORONTO CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

26 - Processo Nº : 19515.002869/2003-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE ANTONIO REGINATO CHECCHIA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

27 - Processo Nº : 19515.000477/2002-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

28 - Processo Nº : 19515.000485/2002-30 - Recorrentes: JOSE ANTONIO VALDINI CRESPO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE, RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

DIA 12 DE ABRIL DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CAIO MARCOS CANDIDO

29 - Processo Nº : 19515.000994/2004-24 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: RICARDO AUGUSTO PICOTEZ DE ALMEIDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

30 - Processo Nº : 13116.001363/2003-68 - Recorrente: LAURA FERREIRA BELCHIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

31 - Processo Nº : 10670.000705/2001-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMEP - COMERCIAL PLANALTO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

32 - Processo Nº : 35187.000242/2005-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIPLOMATA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

33 - Processo Nº : 10980.010797/2004-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANDRADE & LATORRE PARTICIPACOES S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

34 - Processo Nº : 10675.000179/2004-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE EVANDRO PADUA VILELA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: MARCELO OLIVEIRA

35 - Processo Nº : 10380.012285/2004-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE SERGIO TEIXEIRA BENEVIDES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

36 - Processo Nº : 14041.000619/2005-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

37 - Processo Nº : 10930.004035/2005-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO DA SANTA CASA DE IBIPORA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

38 - Processo Nº : 19647.006027/2003-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ISA MARIA DE CARVALHO ARAUJO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

39 - Processo Nº : 10665.001646/2002-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULINO GONTIJO DE QUEIROZ CANCADO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

40 - Processo Nº : 10280.001818/2003-55 - Recorrente: ORIEL BORGES PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo Nº : 10410.004226/2003-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AUTO COELHO CAVALCANTE - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

42 - Processo Nº : 11924.000003/2001-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE PIRES GAYOSO DE ALMENDRA FREITAS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

43 - Processo Nº : 10120.000572/99-07 - Recorrente: EDITH ARAUJO DE REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

44 - Processo Nº : 19647.002892/2004-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA JULIA DA CRUZ C DE OLIVEIRA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

45 - Processo Nº : 10920.003237/2004-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GASTAO WENDEL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

46 - Processo Nº : 10830.006564/2004-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ ROBERTO SERRANO CEARA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

47 - Processo Nº : 10620.000674/2004-01 - Recorrente: SIDERURGIA SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

48 - Processo Nº : 10640.001557/2004-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

49 - Processo Nº : 10950.002254/2004-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HELOISA GOMES DE ARAUJO MOREIRA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

50 - Processo Nº : 10120.003111/00-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLENON DE BARROS LOYOLA FILHO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

51 - Processo Nº : 10215.000189/2001-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO CAMPOS CORREA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

52 - Processo Nº : 10384.000359/2001-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE PIRES GAYOSO DE ALMENDRA FREITAS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

53 - Processo Nº : 10670.000633/2001-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA AQUILES DINIZ LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

54 - Processo Nº : 10980.008456/2001-74 - Recorrente: AMBIENTAL PARANA FLORESTAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

55 - Processo Nº : 13116.001867/2003-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GUSTAVO BALDOINO DE SENA SANTA CRUZ - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

56 - Processo Nº : 13116.001905/2003-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA APARECIDA HEIL COSTA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

57 - Processo Nº : 13971.000175/2005-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALAMO PRENSADOS DO BRASIL S A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

58 - Processo Nº : 35346.000031/2005-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SISTEMA ENGENHARIA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

59 - Processo Nº : 35410.000997/2005-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORICA BRASIL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

60 - Processo Nº : 10640.001896/2007-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL DE VEICULOS DELTA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

61 - Processo Nº : 13896.001093/2007-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DORMA SISTEMAS DE CONTROLES PORTAS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

62 - Processo Nº : 35369.000312/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARLOS PIOVEZAN - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

63 - Processo Nº : 11474.000011/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARISOL FRANCHISING LTDA. - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

64 - Processo Nº : 15504.002913/2008-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

65 - Processo Nº : 10108.000499/2001-08 - Recorrente: ROBERTO OLIVEIRA DITTMAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

66 - Processo Nº : 36918.002963/2005-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO DOS EMPREGADOS DA FIAT - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

67 - Processo Nº : 36216.003366/2007-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FORD BRASIL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

68 - Processo Nº : 11020.003266/2004-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDNA MENEGAZ - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

69 - Processo Nº : 10120.000994/2005-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADELINO GOUVEIA DE MORAES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

70 - Processo Nº : 10925.001455/2004-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FISCHER FRAIBURGO AGRICOLA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

71 - Processo Nº : 10183.006526/2005-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JULIAN GARCIA GRIMAS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

72 - Processo Nº : 13362.000488/2004-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOCENIR PEDRO GOLIN - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

73 - Processo Nº : 13603.001178/2005-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE MACHADO MOURAO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

74 - Processo Nº : 13975.000211/00-03 - Embargante: ALDO SBRAVATI e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

75 - Processo Nº : 19740.000001/2005-31 - Embargante: BANCO MODAL SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

76 - Processo Nº : 36216.004503/2006-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BASF S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

77 - Processo Nº : 12267.000339/2008-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

78 - Processo Nº : 35301.000343/2007-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

79 - Processo Nº : 35301.000824/2007-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

80 - Processo Nº : 35301.000827/2007-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

81 - Processo Nº : 35301.000829/2007-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

82 - Processo Nº : 35301.000830/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

83 - Processo Nº : 35301.002669/2007-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

84 - Processo Nº : 35301.002670/2007-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

85 - Processo Nº : 35301.002671/2007-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

86 - Processo Nº : 35301.002672/2007-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

87 - Processo Nº : 35301.006442/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

88 - Processo Nº : 35301.009344/2006-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

89 - Processo Nº : 35301.009399/2006-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

90 - Processo Nº : 35301.013526/2006-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

91 - Processo Nº : 35301.013527/2006-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

92 - Processo Nº : 35301.013528/2006-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

93 - Processo Nº : 35301.013529/2006-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

94 - Processo Nº : 35301.013532/2006-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

95 - Processo Nº : 35301.013534/2006-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

96 - Processo Nº : 35301.013535/2006-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

97 - Processo Nº : 35301.013540/2006-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

98 - Processo Nº : 35301.013543/2006-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

99 - Processo Nº : 35301.013544/2006-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

100 - Processo Nº : 35301.013547/2006-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

101 - Processo Nº : 35301.013550/2006-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

102 - Processo Nº : 35301.013551/2006-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

103 - Processo Nº : 35301.013562/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

104 - Processo Nº : 35301.013564/2006-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

105 - Processo Nº : 35301.013567/2006-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

106 - Processo Nº : 35301.013568/2006-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

107 - Processo Nº : 35301.013851/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

108 - Processo Nº : 35301.013852/2006-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

109 - Processo Nº : 35301.013855/2006-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

110 - Processo Nº : 35301.014129/2006-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

111 - Processo Nº : 35301.014130/2006-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

112 - Processo Nº : 35301.014131/2006-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

113 - Processo Nº : 35301.014132/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

114 - Processo Nº : 35301.014136/2006-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

115 - Processo Nº : 35301.014137/2006-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

116 - Processo Nº : 35301.014140/2006-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

117 - Processo Nº : 35301.014141/2006-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

118 - Processo Nº : 35301.014143/2006-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

119 - Processo Nº : 35301.014144/2006-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

120 - Processo Nº : 35301.014148/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

121 - Processo Nº : 35301.014169/2006-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 12 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

122 - Processo Nº : 10540.001497/2002-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLANTA 7 S.A. EMPREENDIMENTOS RURAIS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

123 - Processo Nº : 10675.003124/2005-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERG. DE MINAS GERAIS-CEMIG - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

124 - Processo Nº : 10120.006062/2005-35 - Recorrente: GERALDO BIBIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

125 - Processo Nº : 10183.004127/2005-73 - Recorrente: AGROPECUARIA NOVA VIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

126 - Processo Nº : 10183.006090/2005-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA SANTA MARIA DO PANT S.A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

127 - Processo Nº : 10925.002409/2004-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROFLORESTAL TOZZO S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

128 - Processo Nº : 13629.001015/2005-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CELULOSE NIPO BRASILEIRA SA-CENIBRA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: MARCELO OLIVEIRA

129 - Processo Nº : 11516.001165/2001-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CHRISTIAN ROBERT ROCHA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

130 - Processo Nº : 19647.003211/2003-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCO VALERIO REVOREDO LIMA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

131 - Processo Nº : 10680.720172/2005-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO TARCISIO PINHEIRO DA SILVA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

132 - Processo Nº : 10840.001607/2005-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ DA SILVA TEOTONIO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

133 - Processo Nº : 10980.012271/2005-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAFAEL SELVATICI BORGES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

134 - Processo Nº : 10670.000216/2005-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIO RANCHO AGROPECUARIA S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

135 - Processo Nº : 10670.001412/2004-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIO RANCHO AGROPECUARIA S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

136 - Processo Nº : 10950.000848/2002-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO DO BRASIL S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

137 - Processo Nº : 10880.035099/96-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NELSON SEMEONI - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

138 - Processo Nº : 10670.001307/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADIRON RIBEIRO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

139 - Processo Nº : 35061.001237/2006-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO HOSPITAL MATERNIDADE SAO CAMILO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

140 - Processo Nº : 11065.003582/2007-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARRIER REFRIGERACAO BRASIL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

141 - Processo Nº : 35342.000864/2005-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORGANIZACOES FARMACEUTICAS PICHETTI LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

142 - Processo Nº : 14485.000015/2007-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GP - SERVICOS GERAIS LTDA. - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

143 - Processo Nº : 11330.000857/2007-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SENDAS SA E OUTRO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

144 - Processo Nº : 11330.000597/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SENDAS SA E OUTRO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

145 - Processo Nº : 13603.001426/2007-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AETHRA SISTEMAS AUTOMOTIVOS S.A. - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

146 - Processo Nº : 35464.000301/2004-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CHEVRON ORONITE BRASIL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

147 - Processo Nº : 10183.006151/2005-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OROMAR WOODS DE SOUZA NETO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

148 - Processo Nº : 10183.006204/2005-20 - Recorrente: JOSE CANDIDO DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

149 - Processo Nº : 10980.007317/2004-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AFFONSO MEIRELLES ENNES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

150 - Processo Nº : 10283.006927/2003-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE LUIZ GOTTARDI - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

151 - Processo Nº : 11543.000262/2001-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAINT-GOBAIN CANALIZACAO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

152 - Processo Nº : 11543.005480/2002-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA ANTONIETA QUEIROZ LINDENBERG - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

153 - Processo Nº : 10120.002710/2006-65 - Recorrente: HORACIO CORREA DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

154 - Processo Nº : 10640.002784/2004-61 - Recorrente: FAZENDA DA GLORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

155 - Processo Nº : 10167.001632/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

156 - Processo Nº : 10630.001175/2007-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIMED GOVERNADOR VALADARES COOP DE TRAB MEDICO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

157 - Processo Nº : 11634.000707/2007-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JORGE RUDNEY ATALLA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

DIA 13 DE ABRIL DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

158 - Processo Nº : 10384.003566/2003-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GERSON CORDEIRO MACHADO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

159 - Processo Nº : 13128.000131/2001-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUNGE ALIMENTOS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

160 - Processo Nº : 13808.002645/92-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERGIO CASALI PRANDINI - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

161 - Processo Nº : 10183.004294/00-84 - Recorrente: JANIDES DE SOUSA FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

162 - Processo Nº : 10240.001401/2007-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AASSOC DE ASSIST TEC E EXT RURAL DO ESTADO DE RONDONIA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

163 - Processo Nº : 11474.000024/2007-93 - Recorrente: AMANCO BRASIL LTDA - SUCESSORA DE OUTRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

164 - Processo Nº : 12045.000061/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ FERNANDO BARBOSA BORGES - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

165 - Processo Nº : 12045.000195/2007-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARBURGO VEICULOS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

166 - Processo Nº : 16041.000096/2007-44 - Recorrentes: AMSTED MAXION FUND E EQ FERROVIARIOS LTD e FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE, RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

167 - Processo Nº : 17546.000634/2007-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMSTED-MAXION FUNDICAO E EQUIPAMENTOS FERROVIARIOS S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

168 - Processo Nº : 35409.000971/2006-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRACOL HOLDING LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

169 - Processo Nº : 35415.001129/2006-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TICKET SERVICOS SA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

170 - Processo Nº : 10120.009040/2002-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAQUIM MORAES DOS SANTOS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

171 - Processo Nº : 10640.002925/2003-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA FAZENDA DA FLORESTA LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

172 - Processo Nº : 10746.000700/2002-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADAUTO JOSE GALLI - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

173 - Processo Nº : 13984.001428/2003-46 - Recorrente: JOAQUIM GODINHO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

174 - Processo Nº : 10384.001360/2005-38 - Recorrente: COMVAP ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

175 - Processo Nº : 10950.002680/2004-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARTICIPACOES E AGROPECUARIAS M M S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

176 - Processo Nº : 36950.001899/2006-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONTEPE LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

177 - Processo Nº : 36980.003749/2003-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MUNICIPIO DE MONTES CLAROS PREF MUNICIP - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

178 - Processo Nº : 37216.000729/2007-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDITORA FOLHA DIRIGIDA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

179 - Processo Nº : 37280.002560/2005-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLANTACOES MICHELIN DA BAHIA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

CAIO MARCOS CANDIDO
Presidente

AFONSO ANTONIO DA SILVA
Secretário

3ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo nº 11065.005426/2004-53
Recurso nº 251.914 Voluntário
Acórdão nº 3803-00.358 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUÍDEA LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/12/2003
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 11065.005424/2004-64
Recurso nº 251.908 Voluntário
Acórdão nº 3803-00.355 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-ACUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUIDEA LTDA
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/01/2004 a 31/03/2004
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 11065.005005/2003-41
Recurso nº 251.915 Voluntário
Acórdão nº 3803-00.359 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUIDEA LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/01/2003 a 31/03/2003
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 11065.005425/2004- 17
Recurso n° 251.912 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.357 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUÍDEA LTDA
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/07/2003 a 30/09/2003
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 11065.005422/2004-75
Recurso n° 251.901 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.353 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUIDEA LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/07/2004 a 31/09/2004
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13856.000088/2002-11
Recurso n° 251.592 Voluntário
Acórdão n° 3803-00481 - 3ª Turma Especial
Sessão de 28 de junho de 2010
Matéria PIS - AÇÃO JUDICIAL
Recorrente MONIKAUTO VEÍCULOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/06/1997
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAL CONCOMITÂNCIA.
Importa renúncia à instância administrativa a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial (Súmula CARF n° 1).
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso.
--
Processo n° 11516.001986/2001-31
Recurso n° 249.317 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.475 - 3ª Turma Especial
Sessão de 28 de junho de 2010
Matéria COFINS E PIS
Recorrente PLASITCOM PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 30/04/1999 a 31/03/2001 EXCLUSÀO DO ICMS.
ICMS. BASE DE CÁLCULO. VALIDADE DAS LEIS DE REGÊNCIA.
O valor do ICMS devido pela própria contribuinte integra a base de cálculo do PIS, nos termos das Leis que regem a matéria nos períodos de apuração sob exame Inafastabilidade de lei sob argumentos de inconstitucionalidade, por força de norma regimental.
BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO.
Por falta de previsão legal não é cabível excluir da base de cálculo o ICMS, incluso no valor da nota fiscal, por compor o preço do produto.
Contribuição para o PIS/PASEP.
PIS - BASE DE CÁLCULO CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.
As concessionárias de veículos automotores não realizam vendas em consignação, quanto aos veículos novos adquiridos das montadoras, de forma que todo o valor da venda compõe a base de cálculo do PIS.
SÚMULA DO CARF - ENUNCIADO SÚMULA 2 DO 1 E 2 CC.
O CARF não é competente pata se pronunciar sobre inconstitucional idade de lei tributária.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13807.001103/00-91
Recurso n° 249.794 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.487 - 3ª Turma Especial
Sessão de 29 de junho de 2010
Matéria RESTITUIÇAO/COMP PIS
Recorrente LATICINIOS BURI LTDA
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Data do rato gerador: 01/01/1990 a 31/07/1994
PIS - Restituição/Compensação - O direito de pleitear restituição de tributo ou contribuição pago a maior ou indevidamente extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data da extinção do crédito tributária Observância do art. 3° da lei Complementar n° 118/2005.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Data do fato gerador: 30/06/1995, 31 /07/1995, 31/08/1995, 30/09/1995, 31/10/1995, 30/11/1995, 31/12/1995, 31/01/1996, 29/02/1996.
FATO GERADOR SEMESTRALIDADE.
Nos termos da súmula n° 15 do CARF, tem-se que a base de cálculo do PIS, prevista no artigo 6º da Lei Complementar n° 7/1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10925.000764/2005-40
Recurso n° 258.176 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.464 - 3ª Turma Especial
Sessão de 28 de junho de 2010
Matéria RESSARCIMENTO DE IPI
Recorrente SADIA S/A
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA /MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/10/2002 a 31/12/2002, 01/10/2003 a 31/12/2003.
CRÉDITOS IPI.
O recebimento de insumos por transferência de outro estabelecimento enseja o destaque do IPI devido nas respectivas notas fiscais que acompanham os produtos transferidos Sem essa providência, não se evidenciam o registro do IPI na escrita fiscal do transmissor dos insumos, tampouco o direito de aproveitamento dos créditos pelo estabelecimento recebedor daqueles insumos, seja para o confronto debito x crédito, seja para o ressarcimento em espécie ou mediante compensação com outros tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10280.003783/2002- 16
Recurso n° 261.752 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.214 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria IPI - PEDIDO DE RESSARCIMENTO - CRÉDITO PRESUMIDO
Recorrente S.P. DA SILVA EMBARCAÇÃO.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/10/1998 a 31/12/1998
CREDITO PRESUMIDA BASE DE CALCULO. GASTOS COM COMBUSTIVEIS E EQUIPAMENTOS DE PESCA CONSUMIDOS NA PRODUÇÃO DE PESCADO.
Somente as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, conforme a conceituação albergada pela legislação do imposto, pode ser computada na apuração da base de cálculo do incentivo fiscal.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10280.003782/2002-63
Recurso n° 262.040 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.215 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria IPI - PEDIDO DF RESSARCIMENTO - CRÉDITO PRESUMIDO
Recorrente SP. DA SILVA EMBARCAÇÃO
Recorrida FAZENDA NACIONAL.
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/10/1997 a 31/12/1997
CRÉDITO PRESUMIDO BASE DE CÁLCUL0. GASTOS COM COMBUSTÍVEIS E EQUIPAMENTOS DE PESCA CONSUMIDOS NA PRODUÇÃO DE PESCADO.
Somente as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, conforme a conceituação albergada pela legislação do imposto, pode ser computada na apuração da base de cálculo do incentivo fiscal.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 11065.000959/2006-19
Recurso n° 149.056 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.297 - 3ª Turma Especial
Sessão de 01 de fevereiro de 2010
Matéria COMPENSAÇÃO CRÉDITO DE TERCEIROS. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI MULTA ISOLADA
Recorrente RICAPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS PLASTICOS LTDA.
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRBUTÁRIO.
Data do falo gerador: 12/01/2005, 31/01/2005, 15/02/2005, 28/02/2005.
COMPENSAÇÃO NÃO DECLARADA CREDITO PREMIO, CESSÃO POR TERCEIROS MULTA ISOLADA APLICAÇÃO.
A aplicação isolada de multa de lançamento de oficio por compensação indevida de débitos com crédito cedido por terceiros e referente ao crédito prêmio do IPI, considerada como não declarada pela autoridade administrativa competente para homologá-la, restringe-se às hipóteses em que a conduta do declarante tenha sido qualificada por sonegação, fraude ou Conluio.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10640.000392/2005-48
Recurso n° 262.520 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.207 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de novembro de 2009
Matéria MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO - DIF PAPEL IMUNE.
Recorrente BRANDEL'S GRAFICA LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
Assumo: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/04/2003 a 30/06/2004
DIF-PAPEL IMUNE. ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. PENALIDADE.
A não-apresentação, ou a apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papei Imune após o prazo estabelecido para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à aplicação da multa instituída na legislação para o descumprimento dessa obrigação acessória.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROACÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Período de apuração: 01/04/2003 a 30/06/2004
ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA.
O processo administrativo fiscal não é foro hábil para a apreciação de argüições de inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário. O Segundo Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade da legislação tributária (Súmula n° 2 do Segundo Conselho de Contribuintes).
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam Os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a penalidade para R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11065.000595/2006-69
Recurso n° 256-790 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.195 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de novembro de 2009

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Matéria: COMPENSAÇÃO CREDITO DE TERCEIROS CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI.
Recorrente RICAPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS PLÁSTICOS LTDA.
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUMO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2004
DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. CRÉDITO-PREMI0 DE IPI CEDIDO POR TERCEIRO. COMPENSAÇÃO, IMPOSSIBILIDADE.
A compensação tributária somente pode ser efetuada com créditos apurados pelo próprio sujeito passivos devedor e relativos a tributos e contribuições Federais.
COMPENSAÇÃO AÇÃO JUDICIAI.
Em sede de direito creditório judicialmente reconhecido, observa-se os estritos termos da sentença que lhe assegurou.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 14041.000450/2005-43
Recurso n° 261.702 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.213 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO - DIF PAPEL IMUNE
Recorrente EDITORA CULTURAL ESPÍRITA EDICEL LTDA
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/04/2002 a 30/06/2002, 01/07/2002 a 30/09/2002, 01/10/2002 a 31/12/2002, 01/01/2003 a 31/03/2003, 01/04/2003 a 30/06/2003, 01/07/2003 a 30/09/2003, 01/10/2003 a 31/12/2003, 01/01/2004 a 31/03/2004, 01/04/2004 a 30/06/2004.
DIF-PAPEL IMUNE, ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. PENALIDADE.
A não-apresentação, ou a apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune após o prazo estabelecido para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à aplicação da multa instituída na legislação para o descumprimento dessa obrigação acessória.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna.
ASSUNT0: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Período de apuração: 01/04/2002 a 30/06/2002, 01/07/2002 a 30/09/2002, 01/10/2002 a 31/12/2002, 01/01/2003 a 31/03/2003, 01/04/2003 a 30/06/2003, 01/07/2003 a 30/09/2003, 01/10/2003 a 31/12/2003, 01/01/2004 a 31/03/2004, 01/04/2004 a 30/06/2004.
ARGÜIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA.
O processo administrativo fiscal não é foro hábil para a apreciação de argüições de inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário O Segundo Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade da legislação tributária, (Súmula n° 2 do Segundo Conselho de Contribuintes).
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a penalidade para R$ 45000,00 (quarenta e cinco mil reais), nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10665.001215/2005-09
Recurso n° 261.602 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.206 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de novembro de 2009
Matéria MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO - DIF PAPEL IMUNE
Recorrente ARTE GRÁFICA JATO LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE POR A/MG
ASSUNI O: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Exercício: 2003, 2004
DIF-PAPEL IMUNE. ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. PENALIDADE.
A não-apresentação, ou a apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune após o prazo estabelecido para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à aplicação da multa instituída na legislação para o desentupimento dessa obrigação acessória.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 2003, 2004.
ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA.
O processo administrativo fiscal não é foro hábil para a apreciação de argüições de inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário.
O Segundo Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade da legislação tributária (Súmula n° 2 do Segundo Conselho de Contribuintes).
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a penalidade aplicada para RS 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), rios termos do voto do relator Vencidos os Conselheiros Belchior Melo de Sousa, Ivan Allegretti e Carlos Henrique Martins de Lima, que votaram pelo cancelamento da penalidade.
--
Processo n° 19515.000842/2005-11
Recurso n° 252.869 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.194 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de novembro de 2009
Matéria MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO - DIF PAPEL IMUNE
Recorrente CAMBUCI COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA
Recorrida DRJ/RIBEIRÃO PRETO - SP
ASSUNTO: OBRIGACOES ACESSÓRIAS
Data do lato gerador: 31/07/2002, 31/01/2003, 31/10/2003, 31/01/2004, 30/04/2004, 31/07/2004.
DIF-PAPEL IMUNE. ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. PENALIDADE.
A não-apresentação, ou a apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune após o prazo estabelecido para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à aplicação da multa instituída na legislação para o descumprimento dessa obrigação acessória.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Data do lato gerador: 31/07/2002, 31/01/2003, 31/10/2003, 31/01/2004, 30/04/2004, 31/07/2004.
ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA.
O processo administrativo fiscal não é foro hábil para a apreciação de argüições de inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário.
O Segundo Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade da legislação tributária (Súmula n° 2 do Segundo Conselho de Contribuintes).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a penalidade aplicada para R$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 19615.000146/2005-78
Recurso n° 248.916 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.193 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de novembro de 2009
Matéria MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO - DIF PAPEL IMUNE
Recorrente RECIFE GRÁFICA EDITORA SOCIEDADE ANÔNIMA
Recorrida DRJ-SALVADOR/BA
Assusto: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Ano-calendário: 2003, 2004
DIF-PAPEL IMUNE. ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. PENALIDADE.
A não-apresentação, ou a apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune após o pazo estabelecido para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à aplicação da multa instituída na legislação para o descumprimento dessa obrigação acessória
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 2003, 2004.
ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA.
O processo administrativo fiscal não é foro hábil para a apreciação de argüições de inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário O Segundo Conselho de Contribuintes não é competente pata se pronunciar sobre a inconstitucionalidade da legislação tributária (Súmula n° 2 do Segundo Conselho de Contribuintes).
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzira penalidade aplicada para R$ 10.000,00 (dez leais), nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13003.000058/2003-26
Recurso n° 261.612 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.212 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria IPI - DECLARAÇÃO DE COM PENSAÇÃO-CREDITOS POR ENTRA DAS DE INSUMOS ISENTOS E ALIQI JOTA ZERO RECONHECIDOS JUDICIALMENTE
Recorrente ASTÓRIA PAPÉIS LTDA.
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Período de apuração: 01/01/1990 a 25/11/2004
CREDITOS POR ENTRADAS DE INSUMOS ISENTOS E TRIBUTADAS COM ALIQUOTA ZERO DECISÃO JUDICIAL, DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.
Em se tratando de direito creditório reconhecido judicialmente, há de se observar os estritos termos da decisão que transitou em julgado, que autorizou o creditamento, exclusivamente, nas entradas de insumos isentos e Tributados com alíquota zero„ sem correção monetária, nos termos da petição inicial do mandado de segurança impetrado pelo sujeito passivo.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 11065.005007/2003-31
Recurso n° 151.918 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.324 - 3ª Turma Especial
Sessão de 02 de fevereiro de 2010
Matéria PIS NÃO-ACUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUÍDEA LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/12/2002 a 31/12/2002
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONS1DERADAS - DESPESAS / custos INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/ custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve pata apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMEN'I'O, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13657.000763/2005-09
Recurso n° 156.587 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.301 - 3ª Turma Especial
Sessão de 01 de fevereiro de 2010
Matéria RESTITUIÇAO/COMP PIS
Recorrente: TAPETES RAYZA CHEMICAL HBER LTDA
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA /MG
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2004 PIS/Pasep
Empresa tributada com base no lucro presumido não faz jus a créditos apurados pela forma de incidência não-cumulativa.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10875.001654/2003-76
Recurso n° 159.786 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.325 - 3ª Turma Especial
Sessão de 02 de fevereiro de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO / COMP PIS
Recorrente MULTIPACK PRODUTOS QUIMICOS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
Recorrida DRJ-CAMPNAS /SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/PASEP
Período de apuração: 30/09/2002 a 31/03/2003
COMPENSAÇÃO EXTINÇÃO DO DIREITO
Contra o reconhecimento do direito creditório subjacente à declaração de compensação corre o prazo decadencial de cinco anos contado da data do pagamento.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 11522.000895/2004-41
Recurso n° 248.865 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.342 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria COFINS
Recorrente DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ALE LTDA
Recorrida: DRJ - BELÉM/PA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.
COFINS. INCONSTITUCIONALIDADE - INAPR ECIAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO.
A argüição de inconstitucionalidade ou ilegalidade não pode ser apreciada na esfera administrativa porque é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.
Recurso Voluntário Negado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Belchior Melo de Sousa, Hélcio Lafeta Reis e Rangel Perrucci Fiorin.
--
Processo n° 10670.000369/2003-34
Recurso n° 146.933 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.062 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de agosto de 2009
Matéria IPI
Recorrente: BELOS MONTES TURISMO LTDA EPP
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA/ MG
AssuNT0: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Data do fato gerador: 09/02/2003
CIGARROS DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA EM SITUAÇÃO IRREGULAR.
É obrigado ao pagamento do imposto, como responsável, o transportador, em relação aos produtos tributados que transportar desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10768.020505/98-03
Recurso n° 152.945 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.220 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS
Recorrente INTER BRASIL LTDA.
Recorrida DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Período de apuração: 30/01/1994 a 31/12/1997
FALTA DE RECOLHIMENTO DA COFINS.
As insuficiências de recolhimentos, apurados em decorrência de auditoria fiscal, sujeitam-se a lançamento de ofício, cabendo à autoridade administrativa constituir o crédito tributário, nos termos do art. 142 do CNT.
DÉBITOS CONFESSADOS NA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
Na hipótese de débito declarado e não pago, o mesmo é exigível, independentemente de lançamento de oficio.
REFIS - DECLARAÇÃO APÓS O INÍCIO DA FISCALIZAÇÃO
A inclusão de valores no programa de REFIS após iniciado o procedimento fiscal não tem o condão de revigorar a espontaneidade do contribuinte, nos termos dos artigos 138 do CNT e 7º do Decreto n° 70.235/72.
Recurso Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Especial da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para cancelar o lançamento referente aos períodos de apuração de outubro de 1995 a fevereiro de 1996.
--
Processo n° 10880.011943/95-51
Recurso n° 152.948 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.286 - 3ª Turma Especial
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria PIS
Recorrente INTERAÇAO PARTICIPAÇÕES LTDA
Recorrida DRJ - SALVADOR /BA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS
Data do Fato Gerador: 30/06/1994/ 31/08/1994, 30/09/1994, 31/10/1994, 30/11/1994, 31/12/1994.
INCONSTITUCIONALIDADE.
A Secretaria da Receita Federal, como órgão da administração direta da União, não é competente para decidir quanto à inconstitucional idade de norma legal.
CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL.
Tratando-se de matéria submetida a apreciação do Poder Judiciário, não se conhece da impugnação administrativa, quanto ao mérito, por ter o mesmo objeto da ação judicial, em respeito ao principio da unicidade de jurisdição contemplado na Carta Política, cabendo, entretanto, analise relativamente a matéria não submetida à apreciação do Poder Judiciário.
EXIGIBILIDADE SUSPENSA, LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA DE OFÍCIO.
Cancela-se, por inaplicável, penalidade incidente sobre crédito tributário com exigibilidade suspensa por força de liminar em mandado de segurança.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10983.901650/2006-13
Recurso n° 159.598 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.285 - 3ª Turma Especial
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP COFINS
Recorrente: VIDRES DO BRASIL LTDA
Recorrida DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2000
PIS/COFINS. LEI N° 9.718/98, ART. 3°, § 2°, III. VALORES COMPUTADOS COMO RECEITA QUE TENHAM SIDO TRANSFERIDOS PARA OUTRA PESSOA JURIDICA. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO. AUSÊNCIA DE REGIMENTAÇÃO.
A norma contida no inciso III do parágrafo 2° do artigo 3º da Lei n° 9.718/98 não é auto-aplicável, não sendo possível ao contribuinte excluir de sua receita bruta, para fins de determinação da base de cálculo da Cofins ou do PIS, Os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, dada a inexistência de normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Ano-calendário: 2003.
DCOMP. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO DÉBITO COMPENSADO.
A interposição de recursos administrativos suspende a exigibilidade dos débitos objeto de Declaração de Compensação.
ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA APRECIAÇÃO.
As autoridades administrativas estão obrigadas à observância da legislação tributária vigente no País, sendo incompetentes para apreciação de argüições de inconstitucionalidade e ilegalidade de atos legais regularmente editados.
Compensação não Homologada.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10980.009766/2003-78
Recurso n° 136.120 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.293 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria COFINS ISENÇÃO
Recorrente: LABORATÓRIO PRÍNCIPE DE ANÁLISES CLINICAS S/C
Recorrida DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/07/1993 a 30/11/1995, 01/01/1996 a 30/11/1996, 01/01/1997 a 31/08/1998.
PRESCRIÇÃO. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO
É entendimento consolidado deste Tribunal Administrativo que o prazo prescricional paia o exercício do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente, ou em valor maior que o devido, mesmo em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, é de 5 (cinco) anos contados da data do recolhimento. Ressalvado o entendimento pessoal do relator.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/12//1996 a 31/12/1996, 01/09/1998 a 31/12/1999.
COFINS, ISENÇÃO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS.
As sociedades profissionais estão sujeitas à incidência da COFINS sobre as receitas que auferem. Constitucionalidade da revogação pela Lei n° 9.430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão pela lei Complementar n° 70/91. A norma revogada - embora inserida formalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia se à disposição de lei federal ordinária, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia revogar, como efetivamente revogou. Não há violação do princípio da hierarquia das leis - rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. Entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE n° 419.629, DJ 30.06.2006).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10830.001062/2002-90
Recurso n° 137.690 Voluntário
Acórdão n° 3893-00.276 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria MULTA ISOLADA
Recorrente SYLVANIA DO BRASIL ILUMINAÇÃO LIDA
Recorrida DRJ-CAMPINAS - SP.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do fato gerador: 31/01/1997
APLICAÇÃO DE MULTA ISOLADA PELA FALTA DE PAGAMENTO DE MULTA DE MORA. RETROATIVIDADE BENIGNA.
Aplica-se a lei posterior mais benéfica, que deixa de definir o fato como infração, em se tratando de fatos pretéritos não definitivamente julgados (CTN, art. 106, inciso II, "a").
O artigo 44, I da Lei n° 9.430, de 1996, foi alterado pelas Medidas Provisórias n° 303, de 29 de junho de 2006, e n° 351, de 22 de janeiro de 2007, deixando de prever, como hipótese de aplicação isolada da multa de ofício, a situação em que o contribuinte promove o pagamento a destempo sem o recolhimento da multa ou juros de mora.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para cancelar integralmente o lançamento.
--
Processo n° 10830.001076/2002-11
Recurso n° 137.688 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.277 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria MULTA ISOLADA
Recorrente HIDRO SWISS IRRIGAÇÃO LTDA
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do fato gerador: 31/01/1997
APLICAÇÃO DE MULTA ISOLADA PELA FALTA DE PAGAMENTO DE MULTA DE MORA. RETROATIVIDADE BENIGNA.
Aplica-se a lei posterior mais benéfica, que deixa de definir o fato como infração, em se tratando de fatos pretéritos não definitivamente julgados (CTN, art. 106, inciso II, "a").
O artigo 44, I da Lei n° 9.430, de 1996, foi alterado pelas Medidas Provisórias n° 303, de 29 de junho de 2006, e n° 351, de 22 de janeiro de 2007, deixando de prever, como hipótese de aplicação isolada da multa de ofício, a situação em que o contribuinte promove o pagamento a destempo sem o recolhimento da multa ou juros de mora.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para cancelar integralmente o lançamento.
--
Processo n° 10980.001643/2003-99
Recurso n° 136.124 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.280 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria COFINS ISENÇÃO
Recorrente ELI - SERVIÇOS MÉDICO, LABORATORIAIS E PESQUISAS BIOLÓGICAS S/C LTDA.
Recorrida DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/05/1996 a 31/01/1998
PRESCRIÇÃO. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
É entendimento consolidado deste Tribunal Administrativo que o prazo prescricional para o exercício do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente, ou em valor maior que o devido, mesmo em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, é de 5 (cinco) anos contados da data do recolhimento. Ressalvado o entendimento pessoal do relator.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/02/1998 a 30/06/1998, 01/08/1998 a 31/10/1998, 01/12/1998 a 31/12/1998, 01/02/1999 a 31/05/1999, 01/08/1999 a 31/08/1999, 01/10/1999 a 31/10/1999, 01/12/1999 a 28/02/2000, 01/04/2000 a 31/03/2001, 01/05/2001 a 31/12/2001.
COFINS, ISENÇÃO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS.
As sociedades profissionais estão sujeitas à incidência da COFINS sobre as receitas que auferem. Constitucionalidade da revogação pela Lei n° 9.430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão pela. Lei Complementar n° 70/91. A norma revogada - embora inserida formalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia se à disposição de lei federal ordinária, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia revogar, como efetivamente revogou.. Não há violação do principio da hierarquia das leis - rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. Entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE N° 419.629, DJ 30.06.2006).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para cancelar integralmente o lançamento.
--
Processo n° 10865.002219/2002-05
Recurso n° 137.684 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.273 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria PIS SEMESTRALIDADE PRESCRIÇÃO
Recorrente COP CER-COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/06/1992 a 30/06/1994
PRESCRIÇÃO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO E À COMPENSAÇÃO.
Prevalece no Conselho o entendimento de que o pedido de restituição, ou de compensação, tem de ser apresentado pelo contribuinte antes de decorridos 5 (cinco) anos da realização do recolhimento indevido, independente de se tratar de tributo pago pela sistemática do lançamento por homologação; ressalvado o entendimento pessoal do Relator.
Quando se pleiteia direito decorrente da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-leis n° 2.445 e 2.449, de 1988, o prazo de 5 (cinco) anos é contado da data da publicação da Resolução SE n° 49, ocorrida em 10/10/1995. É inviável o pedido apresentado em 26/12/2002, depois do transcurso do prazo prescricional, consideradas quaisquer destas duas turmas de contagem.
Recurso Voluntário Negado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13629.000458/2003-84
Recurso n° 140.695 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.092 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria: IPI - crédito básico e presumido
Recorrente KAPARAO INDIÁSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/01/2002 a 31/03/2003
IPI. CRÉDITOS BÁSICOS.
Não geram crédito de IPI as aquisições de bens destinados ao ativo permanente, partes, peças e acessórios de máquinas, equipamentos e instalações, bem como produtos de limpeza, por se qualificarem como matéria prima, produto intermediário ou material de embalagem, porquanto não integram nem se consomem em contato direto com o produto.
IPI. CRÉDITO PRESUMIDO, MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.
O recurso voluntário deve guardar pertinência com o tema tratado no acórdão recorrido, apresentando argumentos que demonstrem a incorreção do entendimento adotado.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13629.001138/2002-61
Recurso n° 140.696 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.093 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI
Recorrente KAPARAO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/01/2002 a 31/03/2002
COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL, MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE REDUZ O DIREITO DE CRÉDITO. ART. 50, § 1º DA LEI 9.784/99.
A decisão que homologa apenas parcialmente a compensação tem de indicar a motivação dos tatos e os fundamentos de direito que justificam a redução do crédito do contribuinte, Estas razões, no entanto, podem estar contidas em um parecer ou diligência fiscal anterior, existente nos mesmos autos, ao qual a decisão deve fazer referência. Inteligência do artigo 50, § 1º da Lei N° 9.784/99.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13629.001135/2002-27
Recurso n° 140.697 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.094 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI
Recorrente KAPARAO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/04/2002 a 30/06/2002
COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL, MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE REDUZ O DIREITO DE CRÉDITO. ART. 50, § 1º DA LEI 9.784/99.
A decisão que homologa apenas parcialmente a compensação tem de indicar a motivação dos tatos e os fundamentos de direito que justificam a redução do crédito do contribuinte, Estas razões, no entanto, podem estar contidas em um parecer ou diligência fiscal anterior, existente nos mesmos autos, ao qual a decisão deve fazer referência. Inteligência do artigo 50, § 1º da Lei N° 9.784/99.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10980.012035/2003-18
Recurso n° 136.081 Voluntário
Acórdão n° 3893-00.275 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria PRESCREÇÃO
Recorrente OLIVEIRA & MACEIIAN ASSESSORIA CONTABIL S/C
Recorrida DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/06/1998 a 30/11/1998
PRESCRIÇÃO. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
É entendimento consolidado deste Tribunal Administrativo que o prazo prescricional pata o exercício do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente, ou em valor maior que o devido, mesmo em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, é de 5 (cinco) anos contados da data do recolhimento. Ressalvado o entendimento pessoal do relator.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/12/1998 a 30/09/2003
COFINS. ISENÇÃO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS.
As sociedades profissionais estão sujeitas à incidência da COHNS sobre as receitas que auferem. Constitucionalidade da revogação pela Lei: n° 9430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão pela Lei Complementar n° 70/91 A norma revogada - embora inserida formalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia se à disposição de lei Federal ordinária, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia revogar, como efetivamente revogou. Não há violação do princípio da hierarquia das leis - rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. Entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE N° 419.629, DJ 30.061006).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10980.012142/2003-38
Recurso n° 136.306 Voluntário
Acórdão n° 3893-00.295 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria COFINS ISENÇÃO
Recorrente RUYS MACEDO & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Recorrida DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTARIO.
Período de apuração: 01/10/1998 a 30/11/1998
PRESCRIÇÃO. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
É entendimento consolidado deste Tribunal Administrativo que o prazo prescricional pata o exercício do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente, ou em valor maior que o devido, mesmo em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, é de 5 (cinco) anos contados da data do recolhimento. Ressalvado o entendimento pessoal do relator.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/12/1998 a 30/09/2003
COFINS. ISENÇÃO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS.
As sociedades profissionais estão sujeitas à incidência da COHNS sobre as receitas que auferem. Constitucionalidade da revogação pela Lei: n° 9430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão pela Lei Complementar n° 70/91 A norma revogada - embora inserida formalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia se à disposição de lei Federal ordinária, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia revogar, como efetivamente revogou. Não há violação do princípio da hierarquia das leis - rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. Entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE N° 419.629, DJ 30.061006).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10980.009377/2003-42
Recurso n° 136.121 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.282 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria COFINS ISENÇÃO
Recorrente MARTINELLI CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA
Recorrida DRJ - CURITIBA/PR
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01107/1999 a 31/01/2000, 01/03/2000 a 30/06/2003.
COFINS. ISENÇÃO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS.
As sociedades profissionais estão sujeitas à incidência da COHNS sobre as receitas que auferem. Constitucionalidade da revogação pela Lei n° 9.430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão pela lei Complementar N° 70/91. A norma revogada - embora inserida formalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia se à disposição de lei federal ordinária, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia revogar, como efetivamente revogou. Não há violação do principio da hierarquia das leis -- rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. Entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE n° 419.629, DJ 30.06.2006).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 11065.001592/2002-19
Recurso n° 136.002 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.294 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO
Recorrente ARLINDO DE CESARO E CIA LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGREE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/04/1997 a 30/06/1997
AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO - NULIDADE - ALTERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DE FATO NO JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA.
Se a autuação toma como pressuposto de fato a inexistência do processo administrativo indicado pelo contribuinte na DCTE (proe inexist no profise), e o contribuinte demonstra a existência deste processo, deve-se reconhecer a nulidade do lançamento por absoluta falta de amparo fático. Não há como manter a exigência fiscal por outros fatos e fundamentos, senão aqueles especificamente indicados no lançamento. Teoria dos motivos determinantes.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos dar provimento ao recurso, para cancelar integralmente o lançamento. Os Conselheiros Belchior Melo de Sousa e Hélcio Lafetá Reis farão Declaração de Voto.
--
Processo n° 10380.007064/2003-19
Recurso n° 136.835 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.279 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO
Recorrente GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA
Recorrida DRJ-FORTALEZA/CE
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do fato gerador: 31/12/1998
AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO - NULIDADE - ALTERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DE FATO NO JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA.
Se a autuação toma como pressuposto de fato a inexistência de processo judicial em nome do contribuinte, e o contribuinte demonstra a existência desta ação, bem como que figura no pólo ativo, deve-se reconhecer a nulidade do lançamento por absoluta falta de amparo fático. Não há como manter a exigência fiscal por outros fatos e fundamentos, senão aqueles especificamente indicados no lançamento. Teoria dos motivos determinantes.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para cancelar o lançamento. Os Conselheiros Belchior Melo de Sousa e Hélcio Lafetá Reis farão Declaração de Voto.
--
Processo n° 10980.009068/2003-72
Recurso n° 136.122 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.281 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria COFINS ISENÇÃO
Recorrente CLAIR DA FLORA MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS
Recorrida DRJ - CURITIBA/PR
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/06/2002 a 30/06/2003.
COFINS ISENÇÃO AS SOCIEDADES PROFISSIONAIS.
As sociedades profissionais estão sujeitas à incidência da COFINS sobre as receitas que auferem. Constitucionalidade da revogação pela Lei n° 9.430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão pela Lei Complementar n° 70/91. A norma revogada - embora inserida formalmente em lei complementar - concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia se à disposição de lei federal ordinária, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia revogar, como efetivamente revogou. Não há violação do principio da hierarquia das leis - rectius, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. Entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE n° 419.629, DJ 30/06/2006).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13888.000702/00-71
Recurso n° 140.814 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.137 - 3ª Turma Especial
Sessão de 15 de setembro de 2009
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP PIS
Recorrente THERMAS DAS ÁGUAS DE SÃO PEDRO S/C LTDA
Recorrida DRJ-SÃO PAULO I/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/06/1992 a 30/09/1995
RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA.
O direito de pleitear restituição de tributo ou contribuição pago a maior ou indevidamente extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data da extinção do crédito tributário, ocorrida esta com o pagamento. Observância, inclusive, do art. 3ª da lei Complementar n° 118/2005.
Recurso Voluntário Negado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, do CONSELHO ADMINISTRATIVO DE, RECURSOS FISCAIS, por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Ivan Allegretti e Carlos Henrique Martins de Lima, que votaram pela contagem do prazo para pedir restituição a partir da data da Resolução do Senado Federal n° 49, de 1995, o Conselheiro Ivan Allegretti fará declaração de votos.
--
Processo n° 13891.000225/2003-71
Recurso n° 137.685 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.274 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria PRESCRIÇÃO
Recorrente: PLÁSTICOS N.T.Z. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS
Período de apuração: 01/07/1993 a 31/12/1995
PRESCRIÇÃO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO E À COMPINSAÇÃO.
Prevalece no Conselho o entendimento de que o pedido de restituição, ou de compensação, tem de ser apresentado pelo contribuinte antes de decorridos 5 (cinco) anos da realização do recolhimento indevido, independente de se tratar de tributo pago pela sistemática do lançamento por homologação; ressalvado o entendimento pessoal do Relator. Quando se pleiteia direito decorrente da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-leis n°s 2.445 e 2.449, de 1988, o prazo de 5 (cinco) anos é contado da data da publicação da Resolução SF n° 49, ocorrida em 10/10/1995 É inviável o pedido apresentado em 29/08/2003, depois do transcurso do prazo prescricional, consideradas quaisquer destas duas formas de contagem.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000084/2006-91
Recurso n° 161.042 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.244 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de Outubro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/10/2005 a 31/12/2005
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000039/2004-75
Recurso n° 161.437 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.257 - 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORT0 ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/01/2003 a 31/03/2003
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO, NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS e de crédito presumido de IPI devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo Fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000038/2004-21
Recurso n° 161.434 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.254 - 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de outubro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE - RS.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/04/2003 a 30/06/2003
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO, CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS, FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS e de crédito presumido de IPI devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.100003/2006-52
Recurso n° 161.051 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.249 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/04/2005 a 30/06/2005
COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS, FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL a TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000088/2006-70
Recurso n° 161.055 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.251 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS K APPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000186/2004-45
Recurso n° 161.101 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.252 - 3ª Turma "Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/07/2004 a 30/09/2004
CONFIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000078/2004-72
Recurso n° 161.102 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.253 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVO
Recorrente MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/04/2004 a 30/06/2004
CONFIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.100004/2006-05
Recurso n° 161.052 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.250 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/07/2005 a 30/09/2005
CONFIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000040/2004-08
Recurso n° 161.438 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.258 - 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/12/2002 a 31/12/2002
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000085/2006-36
Recurso n° 161.043 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.245 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVA
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÀO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/07/2005 a 30/09/2005
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000086/2006-81
Recurso n° 161.044 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.246 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/04/2005 a 30/06/2005
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.100005/2006-41
Recurso n° 161.046 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.247 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente: MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/10/2005 a 31/12/2005
COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000115/2005-23
Recurso n° 161.050 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.248 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de outubro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente MÓVEIS KAPPESBERG LTDA
Recorrida PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004
COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCUL0 DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo jazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13898.000299/2004-29
Recurso n° 252.263 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.544 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 25 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO COFINS, PIS, IRRI.
Recorrente GEA DO BRASIL INTERCAMBIADORES LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Período de apuração: 27/09/1995 a 24/03/1999.
INDÉBITA FISCAL RESTITUIÇÃO.
A decadência do direito de se pleitear restituição e/ ou compensação de indébito fiscal ocorre em cinco anos, lados da data de extinção do crédito tributário pelo pagamento.
DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA DE MORA. APLICABILIDADE.
A denuncia espontânea objeto do art. 138 do CTN refere-se a outras infrações que não o mero inadimplemento de tributo, pelo que descabe excluir a multa de mora no caso de recolhimento com atraso.
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Período de apuração: 31/03/1999 a 31/08/1999
MUITA DE OFÍCIO. PAGAMENTO
O pagamento de valores lançados e exigidos a titulo de multa de oficio sobre crédito tributário lançado e exigido de ofício não configuram denúncia, não constituem indébitos tributários nem são passíveis de repetição.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13807.007472/2001-49
Recurso n° 250.573 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.503 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente: ITAIPAVA INDUSTRIAL DE PAPÉIS LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/01/1995 a 28/02/1996.
DECADÊNCIA DIFERENÇAS APURADAS. LANÇAMENTO.
O direito de a Fazenda Nacional exigir crédito tributário decorrente de contribuição social declarada e paga a menor decai em 05 (cinco) anos contados dos respectivos talos geradores.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 1ª turma ordinária da terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para que se cancele o crédito tributário, em face da decadência qüinqüenal do direito de a Fazenda Pública constituí-lo, nos termos do voto do Relatou. Os Conselheiros Antônio Lisboa Cardoso, Maria Teresa Martínez López e Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque e Silva.
--
Processo n° 10840.004396/2003-87
Recurso n° 250.122 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.493 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO TRIB. DIVS.
Recorrente COMPANTEÍA DE BEBIDAS IPIRANGA
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 20/01/1993 a 30/06/1994.
INDEBITO FISCAL RESTITUICÃO.
A decadência do direito de se pleitear restituição e/ ou compensação de indébito fiscal ocorre em cinco anos, contados da data de extinção do crédito tributário pelo pagamento.
TRIBUTOS EM UFIR, RECONVERSÃO, PAGAMENTOS.
A reconversão dos tributos apurados em quantidades de Ufir, para a Ufir da data dos respectivos pagamentos, determinada pela legislação tributária vigente nos respectivos períodos de apuração e nas datas dos pagamentos, está correta e não geram indébitos tributários.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Os Conselheiros Antônio Lisboa Cardoso, Maria Teresa Martinez Lopez e Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque e Silva votaram pelas conclusões.
--
Processo n° 13807.008153/2002-31
Recurso n° 251.372 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.504 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente BITZER COMPRESSORES LTDA.
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA o PIS/PASEP
Período de apuração: 01/07/1997 a 31/12/1997
DCTF AUDITORIA INTERNA, COMPENSAÇÃO INDEVIDA. LANÇAMENTO.
Os valores dos débitos riscais compensados indevidamente e/ ou a maior, na Declaração de Contribuições e Tributos Federais (DCTF), em relação aos créditos financeiros líquidos e certos contra a Fazenda Nacional, são passíveis de lançamento de ofício, acrescidos de juros de mora.
BASE DE CÁLCULO. SEMESTRALIDADE.
Súmula 15. A base de cálculo do PIS, prevista no artigo 6° da Lei Complementar n° 7, de 1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária.
CRÉDITO TRIBUTARIO. COMPENSAÇÃO. DECISÃO JUDICIAL EXCLUSÀO.
Reconhecido judicialmente o direito de o contribuinte repetir/compensar indébitos de PIS decorrentes de pagamentos indevidos e/ ou maior, exclui-se do crédito tributário os valores compensados na DCTF.
JUROS DE MORA À TAXA SELIC.
Súmula 04. A partir de abril de 1995, os juros moratórios sobre os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no penado de na inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.
DECISÃO RECORRIDA NULIDADE.
Não provada violação das disposições contidas nas normas reguladoras do processo administrativo fiscal, não há que se falar em nulidade da decisão recorrida.
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso voluntário para reconhecer a semestralidade da base de cálculo do PIS, no período de vigência da LC n° 7, de 1970, bem como o direito de a recorrente compensar os valores pagos à maior, nos termos dos Decretos-lei n° 2.445 e n° 2.449, ambos de 1988, em relação à contribuição devida nos termos das LCs n° 7, de 1970, e n° 17, de 1973, com os débitos objeto do lançamento em discussão, cabendo à Autoridade Administrativa competente, adotada a semestral idade da base de cálculo dessa contribuição, apurar os valores a que ela faz jus, homologando a compensação, até o limite do montante apurado, de conformidade com a decisão judicial transitada em julgado, exigindo-se possíveis saldos devedores, acrescidos das Cominações legais.

--

Processo n° 10880.012349/98-49
Recurso n° 251.371 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.481 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente IMPORTADORA SÃO MARCOS LTDA.
Recorrida DRJ-SÃO PAUL0/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA o PIS/PASEP
Período de apuração: 01/06/1991 a 28/02/1992, 01/04/1992 a 30/09/1995.
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONTRIBUIÇÃO PAGA SOB A LEGISLAÇÃO ENTÃO VIGENTE.
O pagamento da contribuição para o PIS, montante integral ao devido nos termos da legislação então vigente e cuia aplicação ainda não fora afastada pelo Senado Federal, extingue a obrigação tributaria, inexistindo amparo legal para lançamento de diferenças apuradas rios lermos da legislação revigorada.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para que se cancele o crédito tributário, nos termos do voto do Relator. Ausente o Conselheiro Suplente Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque e Silva.

--

Processo n° 10840.004396/2003-87
Recurso n° 250.162 Voluntário
Acórdão n° 1301-00.494 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO MULTA MORATÓRIA TRIB. DIV.
Recorrente COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA.
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 30/12/1993 a 10/12/1998.
INDEBITO FISCAL RESTITUIÇÃO.
A decadência do direito de se pleitear restituição e/ ou compensação de indébito fiscal ocorre em cinco anos, contados da data de extinção do crédito tributário pelo pagamento.
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Período de apuração: 30/12/1993 a 29/04/2003.
DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA DE MORA APLICABILIDADE.
A denúncia espontânea objeto do art. 138 do CTN refere-se a outras infrações que não o meto inadimplemento de tributo, pelo que descabe excluir a multa de maior no caso de recolhimento com atraso.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Antônio Lisboa Cardoso, Maria Teresa Martinez López e Francisco Mauricio Rabelo de Albuquerque e Silva (Suplente).

--

Processo n° 13984.000515/00-81
Recurso n° 235.866 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.490 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente EDIBA ELETRO DIESEL BATTISTELA LTDA.
Recorrida PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/09/1995 a 31/12/1995
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ESCLARECIMENTOS.
Constatada omissão na decisão embargada, acolhem-se os embargos de declaração para saná-la.
Embargos de Declaração Acolhidos.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher os Embargos de Declaração, para rerratificar o acórdão embargado paia reconhecer a incidência de atualização monetária até 31/12/1995 dos indébitos tributários a serem repetidos /compensados e, a partir de 1º de janeiro de 1996, a incidência de juros compensatórios à taxa Selic, segundo as normas legais vigentes, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 19740.000296/2005-46
Recurso n° 262.584 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.519 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente FUNDAÇAO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCAIL VALIA
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO-RJ
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/02/2001 a 31/07/2002.
DIFERENÇAS VALORES DECLARADOS. VALORES DEVIDOS.
As diferenças apuradas entre os valores da contribuição declarados e/ ou pagos e os efetivamente devidos com base nas receitas escrituradas estão sujeitas a lançamento de ofício, acrescidas das comi nações legais, juros de mora e multa de oficio.
BASE DE CÁLCULO.
Até a entrada em vigor da Medida Provisória n° 66, de 29/08/2002, as receitas de aluguéis e rendimentos equiparados na carteira imobiliária, do resultado positivo de reavaliação de investimento imobiliário e de ganhos e lucros na venda de investimentos imobiliários, integrantes do Faturamento mensal das entidades fechadas de previdência complementar, estavam sujeitas à contribuição para o PIS.
INCONSTITUCIONALIDADE. APRECIAÇÃO. INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.
Sumula N° 2. O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, mantendo-se o crédito tributário retificado em primeira instância, nos termos do voto do Relator.

Processo n° 13807.001193/98-97
Recurso n° 251.640 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.492 - 3ª Câmara/ 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP. PIS
Recorrente CASA FLORA LTDA.
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/07/1988 a 30/06/1996
MATÉRIA DISCUTIDA NA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. CONCOMITÂNCIA.
SÚMULA 01. Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação .judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de oficio, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria diferenciada da constante do processo judicial.
DÉBITOS FISCAIS COMPENSAÇÃO INDEFERIDA. SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE. MULTA DE MORA. JUROS DE MORA À TAXA SELIC PRECLUSÃO.
Inadmissível a apreciação em grau de recurso de matérias não-suscitadas em primeira instância, exceto quando devam ser reconhecidas de ofício.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, por não tomar conhecimento do recurso voluntário em face da concomitância das matérias discutidas nos processos, judicial e administrativo, e, quanto às demais matérias, pela preclusão temporal.

--

Processo n° 19679.010763/2003-75
Recurso n° 255.103 De Ofício
Acórdão n° 3301-00318 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria COFINS
Recorrente CARIBEAN DIST DE COMBUST. E DERIVADO DE PETROLEO LTDA
Interessado PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 01/01/1998 a 31/12/1998
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO
Configurado O vicio de omissão na decisão embargada, acolhem-se os embargos de declaração interpostos para supri-lo.
Embargos de Declaração Acolhidos.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher os Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, rerratificando-se o acórdão embargado para dar provimento parcial ao recurso de oficio interposto pela DRJ São Paulo, restabelecendo a exigência do crédito tributário que não estava em duplicidade e, ainda, cancelar a multa de oficio por se tratar de débitos declarados em DCTF, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 16327.000616/2001-27
Recurso n° 224.974 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.534 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de maio de 2010
Matéria IOF.
Recorrente SANTANDÉR BRASIL PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
(SUCESSORA DE SANTANDER BRASIL FOMENTO COMERCIAL LTDA).
Recorrida DRJ - EM SÃO PAULO - SP
Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
Período de apuração: 24/10/1997 a 17/04/1998
IOF. CRÉDITO EMPRESA DE FACTORING. NÃO FINANCEIRA NÃO INCIDÊNCIA
O IOF não incidia nas operações realizadas por empresa não financeira que se dedicava a operações de factoring antes do advento da Lei n° 9.532, de 1997 As operações de crédito, correspondentes a financiamento de veículos, efetivadas entre pessoa jurídica não financeira e outra pessoa jurídica ou pessoa física, antes de 1° de janeiro de 1998, não estavam sujeitas à incidência do IOF Recurso parcialmente provido.
Recurso Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso. Vencido o Conselheiro José Adão Vitorino de Morais que negou provimento. Votaram pelas conclusões Mauricio Taveira e Silva e Rodrigo Costa Possas.

--

Processo n° 10768.012635/2003-92
Recurso n° 157.359 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.008 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRRF
Recorrente: ATIVO CONTADORES LTDA (Antiga A&M CONTABILIDADE E CONSULTORIA S/C LTDA).
Recorrida 2ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO I/RJ
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
Anos-Calendário: 1998, 1999, 2000.
LUCRO PRESUMIDO - INCIDÊNCIA DO IRF SOBRE O EXCEDENTE.
O lucro a ser distribuído sem a incidência do imposto de renda na fonte é aquele apurado segundo o regime do lucro presumido, líquido de tributos. Pode ser distribuída parcela maior se ficar comprovado que o lucro líquido deduzido do imposto de renda, apurado segundo a legislação comercial, é superior ao lucro presumido. Se ainda assim houver parcela excedente, este valor se sujeita a tributação do imposto de renda na fonte. No presente caso, deve-se admitir a compensação do saldo de lucro não distribuído no 3º trimestre de 1999 para apuração do excesso cometido no 4º trimestre.
RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO APÓS INICIADO O PROCEDIMENTO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE.
Sendo certo que a ciência do Recorrente quanto ao início do Mandado de Procedimento Fiscal ocorreu anteriormente à retificação da declaração, é impossível que o Recorrente promova a sua correção.
APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - POSSIBILIDADE.
É consenso jurisprudencial que aplicação da SELIC para a correção dos débitos da Fazenda Federal não fere qualquer princípio constitucional, tampouco afronta qualquer disposição legal. Pelo contrário, sua aplicação é absolutamente legitima, sendo certa sua obrigatória aplicação, pela Administração Pública, para atualização dos débitos federais.
MULTA DE 75% - NÃO EXISTÊNCIA DE CARÁTER CONFISCATÓRIO.
No caso da incidência de multa de 75%, tanto a jurisprudência judicial, quanto administrativa, são pacificas no sentido de não admitir o caráter confiscatório da multa aplicada no percentual acima mencionado.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para admitir a compensação do saldo de lucro não distribuído no 3º trimestre de 1999, bem como determinar que o cálculo da multa isolada incida sobre a base de cálculo não reajustada, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10830.003335/2002-31
Recurso nº 150.112 Voluntário
Acórdão nº 3805-00.007 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRF/ILL
Recorrente SUPERMERCADO BEIRÃO LTDA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ -CAMPINAS
Assunto: IRRF ILL
DATA DO FATO GERADOR: 30/04/1990, 31/01/1991, 28/02/1991, 27/03/1991, 30/04/1991, 28/02/1992, 18/03/1992, 31/03/1992, 31/07/1992, 31/08/1992, 30/09/1992, 30/10/1992, 30/11/1992, 30/12/1992, 29/01/1993.
DECADÊNCIA - PRAZO A QUO - RESOLUÇÃO DO SENADO N° 82/1996.
A Resolução do Senado Federal n'r 82/1996, que ratificou a decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n° 172.058-1/SC, é o termo a quo de contagem do prazo decadencial de pedido que venha a pleitear a restituição do ILL, conforme observado na Instrução Normativa SRF n° 63/1997.
NULIDADE - NÃO OCORRÊNCIA.
Sendo certo que no primeiro julgamento este Egrégio Conselho de Contribuintes afastou a decadência suscitada pela Fiscalização, o julgador de primeira instância, no segundo julgamento, deveria reanalisar toda a matéria, excluindo-se tão-somente a questão da decadência já analisada. Portanto, se mostra perfeitamente possível que a nova decisão de primeira instância preveja diferente fundamentação para negar o pedido do contribuinte.
IMPOSTO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - DISPONIBILIDADE JURÍDICA DOS LUCROS - CONSTITUCIONALIDADE.
Prescinde o Recorrente da realização de qualquer assembléia para tratar da distribuição de seus lucros, eis que há cláusula no seu Contrato Social que disciplina a matéria, razão pela qual não é aplicada à espécie a decisão do STF que reconheceu a inconstitucionalidade do ILL, uma vez que inexiste a inconstitucionalidade do art. 35 da Lei n° 7.713/1988 nesta hipótese.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 13855.000965/2003-44
Recurso n° 157.831 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.009 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRRF
Recorrente MAGAZINE LUIZA S/A
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
ANO-CALENDÁRIO: 1993 e 1994
RESTITUIÇÃO, DECADÊNCIA.
O prazo para o contribuinte pleitear a restituição de tributo pago a maior e sujeito ao lançamento por homologação deve ser aquele previsto no art. 168, I, do Código Tributário Nacional, qual seja, 05 (cinco) anos contados da data do pagamento indevido.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10980.011352/2004-90
Recurso n° 157.852 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.010 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente VALDIR FRANCISCO
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR
Assunto: IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO: 1999
AÇÃO JUDICIAL - MATÉRIA IDÊNTICA - RENÚNCIA DA VIA ADMINISTRATIVA.
O entendimento sedimentado neste Egrégio Conselho é de que, uma vez que o objeto da Ação Judicial se confunda com as razões de mérito a serem apreciadas na via administrativa, estas não devem ser conhecidas, independente de renúncia quer seja tácita ou expressa.
Recurso não conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso por concomitância entre processo administrativo e judicial, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 11516.002844/2003-52
Recurso n° 158.400 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.012 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente PAULO SILVEIRA DE SOUZA MEYER
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC
Assunto: Imposto Sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
Ano-Calendário: 2000
PRELIMINAR - PROVA PERICIAL - IMPOSSIBILIDADE - ART. 18 DO DECRETO 70.235/72.
Em análise aos documentos que já se encontram juntado no processo, e tendo em vista a inércia do contribuinte quanto a possibilidade de produzir provas em seu favor, entendemos no sentido de que deve ser indeferido seu pedido de prova pericial, nos termos do art, 18 do Decreto n° 70135, de 06/03/1972.
ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO.
Para elidir a presunção relativa de que teve seu patrimônio acrescido sem comprovação da origem de recursos, é necessário que o contribuinte traga aos autos do processo prova apta a desconstituir as alegações do Fisco. Contudo, no presente caso inexiste prova cabal para afastar a presunção legal acima mencionada, motivo pelo qual encontra-se absolutamente correta a decisão recorrida.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 13727.000196/2001-88
Recurso n° 159.256 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.014 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria HUT
Recorrente SEBASTIÃO GATO
Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Ano-calendário: 1999
DESPESAS MÉDICAS - COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO HÁBIL E IDÔNEA.
A dedução das despesas médicas são condicionadas a que os pagamentos sejam devidamente comprovados por meio de documentação hábil e idônea. Sendo comprovada parte desta despesa, deverá haver a retificação da autuação fiscal para contemplar a dedução de tal valor da base de cálculo do IRPF.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer as despesas médicas de R$ 1710,16(UNIMED), nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 13807.009830/2001-58
Recurso n° 160.349 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.016 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente ANTÔNIO FERNANDO BORGES DO NASCIMENTO
Recorrida 2ª TURMA/ DRJ - SANTA MARIA/RS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Ano-calendário: 1997
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IMPOSTO DE RENDA A PAGAR - DIFERENÇA.
Com base nas informações prestadas pelo próprio contribuinte, fora constatada a diferença entre o valor devido com base em seus rendimentos e aquele já foi anteriormente retido na fonte, motivo pelo qual deve prevalecer o lançamento de oficio.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 13899.000087/00-19
Recurso n° 152.331 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.030 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente WILSON NIGRI
Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Ano-calendário: 1997
PENSÃO ALIMENTÍCIA. DEDUÇÃO. CONDIÇÕES.
Para efeito de dedução da base de cálculo mensal e na declaração de ajuste das importâncias pagas a título de pensão alimentícia, estas devem sempre decorrer de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente e, além disto, a efetividade dos pagamentos correspondentes deve ser provada por meio de documentação hábil, haja vista a forma de pagamento estabelecida na referida decisão ou acordo.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a dedução da pensão paga à Sra. Hildegard Niura Nigri Klemn, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10670.000604/2004-59
Recurso n° 157.881 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.033 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente LUIZ CARLOS RODRIGUES COSTA
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG
Assunto: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
EXERCÍCIO: 2003
RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE IR APÓS INICIADO O PROCEDIMENTO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - ART. 832 DO RIR/99
Sendo certo que o lançamento de ofício ocorreu anteriormente à retificação da declaração, é impossível que o Recorrente promova a sua correção, nos termos do Art. 832 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 - RIR/99.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10510.002504/99-81
Recurso n° 160.506 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.017 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente AIRTON OLIVEIRA
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF
Ano-Calendário: 1995
NORMAS PROCESSUAIS - INTEMPESTIVIDADE DE RECURSO VOLUNTÁRIO - NÃO CONHECIMENTO.
Por ser intempestivo, não se conhece do Recurso Voluntário protocolizado após o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da lei 11.119/2005, a qual se deu em 25 de maio de 2005.
Recurso não conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do recurso, por intempestivo, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10166.009447/2002-85
Recurso n° 162.104 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.038 - 5ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRRF
Recorrente COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARAIBA - CODEVASF
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA-DF
Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE.
Ano-calendário: 1998
IRRF - COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DOS DÉBITOS INFORMADOS EM DCTF - NÃO OCORRÊNCIA.
Sendo certo que cabe ao Recorrente provar nos autos o pagamento dos valores relacionados aos débitos de IRRF informados nas DCTF's, e este não o fez, deve ser considerado procedente o lançamento.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10980.013769/2006-59
Recurso n° 157.963 Voluntário
Acórdão n° 3805-00.154 - 5ª Turma Especial
Sessão de 30 de junho de 2009
Matéria IRPF
Recorrente ALTAIR MENOSSO DA COSTA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR
ASSINTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF
EXERCÍCIO: 2002, 2003, 2004, 2005
NULIDADE. AUTORIZAÇÃO PARA REEXAME DE EXERCÍCIO FISCALIZADO.
Incabível a alegação de nulidade do lançamento, quando além do Mandado de Procedimento Fiscal - MPF, há autorização específica emitida pelo Delegado da Receita Federal, autorizando o reexame de exercício fiscalizado, antes do inicio do procedimento fiscal.
DEDUÇÕES COM DEPENDENTES. COMPROVAÇÃO.
No caso de filhos de pais separados, só podem ser dependentes, para efeito de dedução dos rendimentos tributáveis, os que ficarem sob a guarda do contribuinte, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.
DEDUÇÕES. DESPESA DE INSTRUÇÃO. COMPROVAÇÃO.
As despesas de educação dos alimentados, só podem ser deduzidas na declaração de ajuste anual, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente.
IRPF. DESPESAS MÉDICO-ODONTOLOGICAS FALTA DE. COMPROVAÇÃO.
Em conformidade com a legislação regente, todas as deduções estarão sujeitas à comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora, sendo devida a glosa quando há elementos concretos e suficientes para afastar a presunção de veracidade dos recibos, sem que o contribuinte prove a realização das despesas deduzidas da base do cálculo do imposto.
JUROS. SELIC.
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula 1° CC n° 4).
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Quinta Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, Vencido o Conselheiro Sidney Ferro Barros (Relator), que DAVA provimento PARCIAL ao recurso. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Mauricio Carvalho.

--

Processo n° 13401.000640/2001-38
Recurso n° 147.429 Embargos
Acórdão n° 3301-00.002 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de março de 2009
Matéria IRRF
Recorrente PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Recorrida CENTRO HOSPITALAR MENINO DE JESUS
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
LANÇAMENTO FISCAL COM ERRO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO, VÍCIO MATERIAL.
Os vícios formais são aqueles que não interferem no litígio propriamente dito, ou seja, correspondem a elementos cuja ausência não impede a compreensão dos fatos que baseiam as infrações imputadas. Circunscrevem-se a exigências legais para garantia da integridade do lançamento como ato de oficio, mas não pertencem ao seu conteúdo material. O suposto erro na identificação do sujeito passivo caracteriza vício substancial, uma nulidade absoluta, não permitindo a contagem do prazo especial para decadência previsto no art. 173, II, do CTN.
Embargos de declaração acolhidos.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Membros da Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em ACOLHER os Embargos para esclarecer que o vício constante dos autos não é de natureza formal, pois se trata de ilegitimidade passiva, o que invalida o lançamento em sua substância nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10235.000191/2005-22
Recurso n° 152.150 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.003 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente GILSON COLARES COHEN
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2001, 2002, 2003.
ALEGADA NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA.
Não há que se falar em cerceamento do direito de defesa do contribuinte quando este se limita a requerer a abertura de prazo para a apresentação de documentos, sem, no entanto, utilizar das oportunidades processuais, inclusive com realização de diligência, existentes ao longo do processo administrativo para comprovar suas alegações.
LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.
Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1997, o art. 42 da Lei n° 9.430, de 1996, autoriza a presunção legal de omissão de rendimentos com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em REJEITAR as preliminares e, no mérito, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 13839.005140/2006-67
Recurso n° 166.511 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.012 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente HENRIQUE LAMBERTI JÚNIOR
Recorrida 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO I/SP
CONTA DE DEPÓSITO DE TERCEIRA PESSOA - RECORRENTE ORDENANTE DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O RECORRENTE SERIA O REAL TITULAR DA CONTA BANCÁRIA DE DESTINO.
Não há nos autos nada que comprove que o recorrente é o titular dos recursos creditados em conta bancária situada no exterior.. Pelas informações dos autos, tratou se de transferências ordenada pelo recorrente para urna conta bancária de terceira pessoa, no exterior. Nesta senda, não se pode considerar tais valores como sendo recursos do recorrente para exigir acréscimo patrimonial a descoberto ou para presumir omissão de rendimentos do procurador da empresa, na forma do art. 42 da Lei n° 9.430/96. (Precedentes: Rec. 161.215. Ac 10617,003 Unânime. Sessão de 06/08/2008 Rel. Conselheiro Giovani Christian Nunes Campos; Rec 160.755 Ac Unânime.. Sessão de 10/08/2008, Sexta Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Rei Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos; Rec 150.911, Ac. Unânime Sessão 26/06/08 Sexta Câmara 1º Conselho de Contribuintes Rel. Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos; Rec n° 160.501Ac Unânime Sessão de 07/08/2008 Sexta Câmara do 1ª CC. Relator Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos
ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - OPERAÇÕES BANCÁRIAS NO EXTERIOR - ILEGITIMIDADE PASSIVA - PROVA INDICIÁRIA.
A prova indiciaria para referendar a identificação do sujeito passivo deve ser constituída de indícios que sejam veementes, graves, precisos e convergentes, que examinados em conjunto levem ao convencimento do julgador. (Precedente da Quarta Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Mv Sessão de 26/06/2008. Recurso Voluntário n° 155.522, Relatora Conselheira Heloisa Guarita Souza, sessão de 25/06/2008).
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 11051.000278/2005-11
Recurso n° 148.358 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.013 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de março de 2009
Matéria IRPF
Recorrente HANI HASAN SALEH EL HAG HUSEIN EL HWAITI.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2001.
LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.
Para os fatos geradores ocorridos a partir de 10 de janeiro de 1997, o art. 42 da Lei n° 9.430, de 1996, autoriza a presunção legal de omissão de rendimentos com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.
MULTA CONFISCATÓRIA.
A vedação ao confisco se aplica somente à exigência de tributos.
INCONSTITUCIONALIDADE.
O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula 1° CC n° 02).
SELIC.
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula 1° CC n° 4).
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, Vencido o Conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva.
--
Processo n° 10380.005650/2002-48
Recurso n° 153.572 Voluntário.
Acórdão n° 3301-00.102 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária.
Sessão de 01 de junho de 2009
Matéria IRF
Recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE LANÇAMENTOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL.
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
Exercício: 1997
AUDITORIA DE DCTF. REVISÃO DE LANÇAMENTO. ERRO DE FATO NO PREENCHIMENTO.
Exonerado parcialmente o crédito em revisão de lançamento, e, uma vez comprovado que os pagamentos relativos ao saldo remanescente foram efetuados no prazo legal e que houve erro de fato no preenchimento dos períodos de apuração informados na DCTF, cancela-se o lançamento. Recurso de oficio ao qual se nega provimento. Mantida decisão proferida.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado em DAR provimento ao recurso para afastar a intempestividade e determinar o retorno dos autos à DRJ para exame do mérito, nos termos do voto da relatora.
--
Processo n° 10235.000040/2007-36
Recurso n° 159.791 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.132 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de junho de 2009
Matéria IRPF - Depósitos bancários
Recorrente VINÍCIUS DE AZEVEDO GURGEL
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2005
OMISSÃO DE RENDIMENTOS, LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.
Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1997, o art. 42 da Lei n° 9430, de 1996, autoriza a presunção legal de omissão de rendimentos com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.
ÔNUS DA PROVA.
Se o ônus da prova, por presunção legal, é do contribuinte, cabe a ele a prova da origem dos recursos utilizados para acobertar seus depósitos bancários.
MULTA AGRAVADA, INAPLICABILIDADE.
A multa de oficio agravada deve ser aplicada quando restar comprovado que o contribuinte deixou de atender no prazo marcado intimação para prestar esclarecimento. A falta de apresentação de documentos solicitados pela autoridade fiscal não justifica o agravamento da multa.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar da base cálculo o valor de R$ 113.278,00 e desagravar a multa de oficio, vencidos parcialmente os Conselheiros Silvana Mancini Karam (Relatora), Alexandre Naoki Nishioka e Vanessa Pereira Rodrigues Domene que davam provimento ao recurso em maior extensão. Designada para fazer o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.
--
Processo n° 11065.004128/200.3-65
Recurso n° 236.607 - Voluntário
Acórdão n° 3302-00347 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de março de 2010
Matéria PIS
Recorrente: LATICÍNIOS TVIOTI LTDA.
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE - RS.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA o PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/10/1998 a 31/10/1998.
AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO - PROCESSO JUDICIAL NÃO COMPROVADO - ERRO DE FATO.
O Auto de Infração lavrado eletronicamente em virtude da não localização, pelo sistema da Secretaria da Receita Federal, dos processos judiciais que deram ensejo ao não recolhimento do tributo ou mesmo da guia DARF de pagamento, deve sei cancelado se o contribuinte comprovar a falsidade destas premissas Caso a fiscalização, após constatada a efetiva existência do processo, pretenda constituir os créditos, ainda que objetive apenas evitar a decadência de valores, deve iniciar mandado de procedimento fiscal e elaborar novo auto de in h ação, com outro fundamento. Inclusive, neste caso, não haverá a incidência de multa. Não compete ao julgador alterar o fundamento do auto de infração para ri III de regularizá-lo e manter a exigência, tal competência é privativa da autoridade adminis1rativa fiscalizadora.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de voto, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10680.016984/2005-13
Recurso n° 258.184 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.382 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de abril de 2010
Matéria RESTITUIÇAO COMP. COFINS
Recorrente NMIONAL EXPRESSO LTDA.
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA/MG
Assunto: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - Cofins.
Ano calendário: 2001, 2002, 2003, 2004, 2005.
O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados c discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13818.000133/2002-93
Recurso n° 238.242 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.363 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS
Recorrida DRJ - CAMPINAS/SP
ASSUN l'O: Contribuição PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/04/1997 a 30/04/1997.
DCTF. REVISÃO INTERNA. COMPENSAÇÃO NÃO COMPROVADA.
Ausente justificava para a falta de recolhimento, mantém-se o lançamento.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10070.001672/2004-02
Recurso n° 240.721 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.451 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de julho de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP PIS
Recorrente HOTEL NOVO MUNDO LTDA.
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP'
Período de apuração: 01/10/1996 a 31/10/1999
RESTITUIÇÃO. PRAZO LC 118/05.
Inconstitucionalidade do art. 4º da lei Complementar. É vedado ao julgador administrativo declarar a inconstitucionalidade de dispositivo legal em vigor.
MP 1.212/95 e Lei 9.715/95 - VIGÊNCIA A PARTIR DE 03/1996 ADIN.
1.417 do STF. Inconstitucionalidade apenas do efeito retroativo imprimido à vigência da contribuição pela parte final do art. 15 da MP 1.212/95 e do 18 da Lei n° 9.715-98.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 10930.000019/2003-60
Recurso n° 236.582 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.358 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de março de 2010
Matéria Cofins
Recorrente Kallas Moto Ltda
Recorrida DRJ Curitiba/PR
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/02/1999 a 31/08/2000
TRANSURUNCIA DE CRÉDITO PARA TERCEIROS - APLICAÇÃO IMEDIATA DA EXCLUSÃO PREVISTA NA LEI N° 9 718/98 - IMPOSSIBILIDADE.
O Egrégio Superior de Justiça firmou entendimento no sentido de que a 9.718/98, artigo 3º, § III, é norma de eficácia limitada, do que se depreende que a ausência de regulamentação inviabilizo a aplicação do dispositivo que reduzia a base de cálculo do PIS e Canis, excluindo de seu cômputo os valores referentes a receitas transferidos paia terceiros.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de voto, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10925.000244/2004-56
Recurso n° 151.670 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.293 - 3ªCâmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria Compensação de IPI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrente Sadia S/A
Recorrida DRJ - Ribeirão Preto/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI.
Ano-calendário: 2004
DÉBITO CONFESSADO - CREDITO VEICULADO EM OUTRO PROCESSO ADMINISTRATIVO - CANCELAMENTO DO DÉBITO NO LIMITE. DO CRÉDITO DEFERIDO.
O débito compensado por meio de DComp - Declaração de Compensação - é indiscutível, por ter sido reconhecido pelo contribuinte e pela fiscalização. Desta forma, a menos que se comprove documentalmente a ocorrência do pagamento ou a existência de erro material, não há discussão sobre o débito. Ademais, na hipótese de o crédito ter sido discutido em outro processo administrativo, fez-se coisa julgada, inexistindo meios de se discutir novamente o quantum que foi deferido. Neste sentido, deve ser aplicada ao processo de compensação, a decisão definitiva proferida no processo que analisou a existência do crédito tributário e o quantificou.
Recurso Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª Turma ordinária da terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para autorizar a compensação dos débitos deste processo, até o limite com o crédito disponível reconhecido no processo n° 10925.000244/2004-56.
--
Processo n° 13312000130/2003-21
Recurso n° 236.759 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.389 - 3ª Cântara / 2[Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria CPMF
Recorrente JOSÉ PEDROSA JUNIOR.
Recorrida DRJ-FORTALEZA/CE
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CREDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA - CPMF
Período de apuração: 01/09/1999 a 24/05/2000
LANÇAMENT0 DE OFÍCIO CPMF NÃO RETIDA NEM RECOLHIDA.
Em razão das determinações legais vigentes, a não retenção da CPMF por força de medida judicial posteriormente revogada sujeita o contribuinte ao lançamento de oficio.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10980.010411/2003-21
Recurso n° 235.114 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.391 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria CPMF
Recorrente ELETROFIO LTDA.
Recorrida DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/12/2001 a 30/04/2002.
COMPENSAÇÃO INDEVIDA, EXIGÊNCIA DO DEBITO LANÇAMENTO DE OFÍCIO CABIMENTO.
Constatando ser indevida a compensação pretendida pelo sujeito passivo e se tratando de débito não constituído e nem confessado, é cabível o lançamento de oficio para instrumentalizar a sua exigência Art. 90 da MP 2.158/01.
Lançamento Procedente.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10183.003032/2002-90
Recurso n° 239.106 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.423 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria Cofins - Compensação
Recorrente Ceval Centro Oeste S/A
Recorrida DRJ - Campo Grande/MS
ASSUNTO: CONTRIBUICÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Ano-calendário: 1997
AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO - PROCESSO DE COMPENSAÇÃO NÃO LOCALIZADO - ERRO DE FATO.
O Auto de Infração lavrado eletronicamente em virtude da não localização, pelo sistema da Secretaria da Receita Federal, dos processos administrativos de compensação que deram ensejo ao não recolhimento do tributo, quando estes efetivamente existem, deve ser cancelado, In casu, O contribuinte comprovou a falsidade das premissas da fiscalização. Caso a fiscalização, após constatada a efetiva existência dos processos de compensação, pretendesse constituir os créditos, ainda que objetivasse apenas evitar a decadência de valores, deveria ter elaborado novo auto de infração, ou quando menos retificado o auto de infração existente Não compete ao julgador alterar o fundamento do auto de i ir h ação para fim de regularizá-lo e manter a exigência, tal competência é privativa da autoridade administrativa fiscalizadora.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos temos do voto do Relator.
--
Processo n° 16327.001675/2004-65
Recurso n° 252.902 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.422 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria COFINS
Recorrente Unimed Seguradora S/A
Recorrida DRJ - São Paulo/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do rato gerador: 30/03/1999
DECADÊNCIA - FH. N°8.212/91 - INAPLICABILIDADE - SÚMULA N° 8 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
O prazo para constituição das contribuições sociais, incluindo as previdenciárias, é de cinco anos contados da ocorrência do rato gerador. Inteligência da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal: "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei n° 1.569/1977 e Os artigos- 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Fez sustentação oral a Dra. Ana Carolina Gandra Pia de Andrade, OAB/RJ 114499.
--
Processo n° 16327.000880/2001-61
Recurso n° 129.373 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.195 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de agosto de 2009
Matéria PIS
Recorrente FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL
Recorrida DRJ - CURITIBA/PR
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/0l/1995 a 31/12/1999.
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PIS. INCIDÊNCIA PAGAMENTO PARCIAL.
Em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, deve ser concedido o beneficio fiscal previsto na Lei n° 9.779/99, relativamente aos valores efetivamente recolhidos pela contribuinte.
RECOLHIMENTO - ERRO DE FATO - Comprovado, cabalmente, o erro preenchimento do DARF relativo ao PIS (campos 7, 9 e 10), devem ser redirecionados os valores relativos aos juros (Selic) ao campo O, tendo em vista que a contribuinte incluiu essa pai cela juntamente com o valor do principal no campo 7.
Recurso Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, declinar do julgamento do recurso para a 1ª Seção, em face do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (Anexo II, art. 2º, inciso VII, da Portaria n° 256, de 22/06/2009).
--
Processo n° 16327.001137/2004-71
Recurso n° 151.669 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.198 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de agosto de 2009
Matéria PIS
Recorrente BANCO WESTLB DO BRASIL S/A
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA - CPMF
Ano-calendário: 1996, 1997.
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, PROCESSO ADMINISTRATIVO.
Não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal (Súmula n° 7 do 2° Conselho de Contribuintes).
ANISTIA FISCAL, LEI N° 9.779, DE 1999, PAGAMENTO PARCIAL.
Em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, deve ser concedido o beneficio fiscal previsto na Lei n° 9.779/99, relativamente aos valores efetivamente recolhidos pela contribuinte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO por unanimidade de votos, declinar do julgamento do recurso para a 1ª Seção, em face do Regimento interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (Anexo II art. 2º, inciso VII, da Portaria MF n° 256, de 22/06/2009).
--
Processo n° 13161.000820/2004-32
Recurso n° 140.550 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.217 - 3ª Câmara/ 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de agosto de 2009
Matéria IOF
Recorrente JATOBÁ AGRICULTURA PECUÁRIA E INDÚSTRIA S/A
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDF/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU RELATIVAS A TÍTULOS Ou VALORES MOBILIÁRIOS - IOF.
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003
DECADÊNCIA. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. ART. 150, DO CTN. I0F, MÚTUO ENTRE EMPRESAS LIGADAS. INCIDÊNCIA DO IOF.
As operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros entre quaisquer pessoas jurídicas ou entre qualquer pessoa jurídica e pessoa física sujeitam-se à incidência do 10F, ainda que o concedente do crédito não seja instituição financeira nem entidade a ela equiparada.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Terceira Seção de julgamento, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a decadência qüinqüenal para os fatos geradores ocorridos até agosto de 1999, inclusive, mantendo-se o lançamento para os demais períodos Vencidos Conselheiros Dr. Maurício Taveira e Silva e Dr. Carlos Alberto Donassolo que aplicavam o art. 173, I, do CTN.
--
Processo n° 13882.000258/2005-92
Recurso n° 257.035 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.405 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP PIS
Recorrente CHEMARAUTO VEÍCULOS LTDA
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
Assunto: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/09/1995 a 28/02/1999
RESTITUIÇÃO - LC 118/05.
Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei Complementar. É vedado ao julgador administrativo declarar a inconstitucionalidade de dispositivo legal em vigor.
MP 1212/95 e Lei 9.715/95 - VIGÊNCIA A PARTIR DE 03/1996 ADIN 1.417 do STF Inconstitucionalidade apenas do efeito retroativo imprimido à vigência da contribuição pela parte final do art. 18 da Lei n° 8.715-98.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10805.000612/2004-22
Recurso n° 259.957 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.388 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria IPI
Recorrente GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/07/2002 a 30/06/2003
MULTA IS0LADA - RETROATIVIDADE BENIGNA.
Deixando a lei nova de, punir com a aplicação da multa isolada o recolhimento em atraso sem o acréscimo da multa de mora, por força da retroatividade benigna afasta-se a exigência.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os Presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em dar provimento aos termos, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Luis Eduardo G. Barueri, que negava provimento ao recurso voluntário.
--
Processo n° 19515.001059/2001-85
Recurso n° 261.144 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.455 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de julho de 2010
Matéria COFINS
Recorrente BOSCI TELECOM LTDA.
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ
Assunto: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - Cofins.
Período de apuração: 01/11/1998 a 31/12/1998, 01/05/1999 a 31/05/2000. DECADÊNCIA. É de 5 anos, a contar do fato gerador, o prazo para o lançamento de créditos relativos à COFINS, nos termos do art. 150, § 4º do CTN.
DENÚNCIA ESPONTÂNEA RECUPERAÇÃO DA ESPONTANEIDADE. APLICAÇÃO RETROATIVA.
De acordo Com o posicionamento da Secretaria da Receita Federal, consoante Solução de Consulta Interna n° 15, de 20 de maio de 2005, a recuperação da espontaneidade do sujeito passivo, em razão da inoperância da autoridade fiscal por prazo superior a sessenta dias, aplica-se retroativamente, alcançando os atos por ele praticados no decurso desse prazo.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10120.001397/97- 12
Recurso n° 219.138 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.362 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de abril de 2010
Matéria COFINS
Recorrente PNEULÂNDIA COMERCIAL LTDA.
Recorrida DRJ-BRASÍLIA-DF
ASSUNTO: CONTRIBUICÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Ano-calendário: 1995, 1996.
FINSOCIAL, DECADÊNCIA.
Nos termos do art. 150 § 4° é de cinco anos o prazo que a Fazenda dispõe para cobrar seus créditos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de voto, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, para considerar indevida a compensação de ofício dos débitos de Finsocial, nos termos voto do Relator.
--
Processo n° 14120.000409/2005-97
Recurso n° 261.133 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.403 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria IPI
Recorrente ZENAIRA A. SANTIAGO ANDRADE E CIA LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/04/2002 a 30/06/2002, 01/07/2002 a 30/09/2002, 01/10/2002 a 31/12/2002.
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA CRIADA PELA RFB. PENALIDADE APLICÁVEL.
Antes da edição da Medida Provisória n° 451/2008, a falta de apresentação de DIF - Papel Imune no prazo estabelecido na legislação enseja a aplicação da multa prevista no art. 507 do RIPI/2002 e não a prevista do art. 505, também do RIPI/02.
Recurso Voluntário Provido.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas e Luis Eduardo G. Barbieire, que davam provimento parcial para reduzir o valor da multa.
--
Processo n° 10510 .002535/2003
Recurso n° 237.562 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.395 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria PIS
Recorrente: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FABISE LTDA.
Recorrida DRJ - SALVADOR/BA
Assunto: Programa de integração Social - PIS
Período de apuração: 01/01/1998 a 31/01/1998, 01/05/1998 a 31/05/1998, 01/08/1998 a 31/08/1998, 01/02/2000 a 29/02/2000, 01/09/2000 a 30/09/2000, 01/03/2001 a 30/04/2001, 01/06/2001 a 30/06/2002, 01/09/2002 a 31/12/2002, 01/03/2003 a 31/03/2003, 01/05/2003 a 31/05/2003.
COMPENSAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CRÉDITOS.
Considera-se acertada a glosa das compensações efetuadas em procedimento de ofício, quando testa comprovada nos autos a inexistência dos créditos indicados para aquele fim.
MULTA DE OFÍCIO. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO LEGALIDADE.
Cobram-se multa de o Freio e juros de mora por expressa previsão legal.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13836.000583/2002
Recurso n° 259.512 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.397 -- 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO DE IPI
Recorrente CASP S/A INDUSTRIAL COMÉRCIO
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRET0/SP
ASSUNT0: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/01/1993 a 31/12/1998
IPI RESTITUIÇÃO.
O direito ao aproveitamento/utilização, nas condições estabelecidas no art. 11, da Lei n° 9.779, de 1999, do saldo credor do IPI, decorre somente de aquisições, pelo contribuinte do imposto, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, ingressados no estabelecimento à partir de 01/01/1999, onerados pelo imposto e aplicados na industrialização.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10980.011704/2003-26
Recurso n° 236.236 Voluntário
Acórdão n° 3302-00396 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP COFINS
Recorrente Laboratório de Análises Clínicas Santa Cruz S/C Ltda.
Recorrida DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício: 01/12/1993 a 30/04/1994, 01/06/1994 a 28/02/1995, 01/04/1995 a 30/09/1995, 01/02/1996 a 28/02/1996.
COFINS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. TERMO INICIAL DA DECADÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL.
Não é cabível o pleito de restituição de valores recolhidos indevidamente, a titulo de Contribuição para o COFINS, tratando como termo inicial da contagem do prazo de decadência outro diferente do previsto no CTN Prazo de decadência do direito de recuperar os créditos pleiteados é de 5 (cinco) anos.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voa do Relator.
--
Processo n° 13962.000022/2001-31
Recurso n° 236.260 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.407 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria RESSARCIMENT0 DE IPI
Recorrente BUETTNER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
Período de apuração: 01/10/2000 A 31/12/2000
CREDIT0 DE IPI, PRODUTOS ADMITIDOS.
Os gastos com produtos tributados pelo IPI, que não revestem a condição de matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, não geram crédito do citado imposto, ainda que tais produtos sejam consumidos pelo estabelecimento industrial, no processo produtivo.
MATÉRIA NÃO CONTESTADA.
Expressamente, torna-se definitiva na esfera administrativa.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13061.000156/2005-31
Recurso n° 250.115 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.401 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria PIS
Recorrente MEPAL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA
Recorrida DRJ SANTA MARIA/RS
Assunto: Contribuição para o PIS/PASEP.
Período de apuração: 01112/2002 a 31/07/2004
PIS INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA CRÉDITO PRESUMIDO, BENS ADQUIRIDOS DE PESSOA FISICA.
A pessoa jurídica (cerealista) que adquire cereais (trigo, milho e soja) em grãos de, pessoa física residente no Pais, não faz jus ao crédito presumido das contribuições de que trata o art. 8° da Lei n° 10.925, de 2004, em relação aos cereais adquiridos para revenda, urna vez que ela não exerce a atividade de produção, requisito essencial para utilização do referido crédito.
Recurso Voluntário Negado.
Recurso Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10930.003058/2005-81
Recurso n° 240.838 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.441 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria MULTAS DIVERSAS
Recorrente WALTER TENAN
Recorrida DRJ - CURITIBA/PR
ASSUNTO: NORMAS ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Período de anulação: 01/01/2005 a 31/01/2005
COMPENSAÇÃO. RESTRIÇÕES LEGAIS NÃO-HOMOLOGAÇÃO.
No âmbito da Secretaria da Receita Federal, é incabível o reconhecimento de direito de compensar débitos tributários com créditos suscitados que não sejam decorrentes de tributos e contribuições por ela administrados, que não sejam passíveis de restituição ou ressarcimento, que não sejam do próprio sujeito passivo e que, sendo judiciais, não estejam amparados por decisão transitada em julgado.
CONTESTAÇÃO DE VALIDADE DE NORMAS VIGENTES, JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA.
Compete à autoridade administrativa de julgamento a análise da conformidade da atividade de lançamento com as normas vigentes, às quais não se pode, em âmbito administrativo, negar validade sob o argumento de inconstitucionalidade ou ilegalidade.
Compensação não Homologada.
Per iodos de anulação: 01/04/2004 a 31/08/2004, 01/10/2004 a 31/12/2004.
MULTA ISOLADA, DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO INFORMAÇÃO INVERÍDICA EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE. PERCENTUAL QUALIFICADO APLICABILIDADE.
O evidente intuito de fraude, consistente na inserção de informação inverídica em declarações de compensação, visando à extinção dos débitos, enseja a aplicação da multa de oficio qualificada.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 11543.000971/2002-17
Recurso n° 253.982 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.438 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria COFINS
Recorrente VIAÇÃO GRANDE VITORIA LTDA.
Recorrida DRJ - BELO HORIZONTE/MG
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS
Período de Apuração: 29/02/2000 a 30/11/2000
MULTA ISOLADA, RETROATIVIDADE. BENIGNA.
A redação do art. 44 da Lei 9.430/96, com a alteração promovida pela Lei 11.488/2007, deixou de aplicar a imposição de multa isolada nos casos de pagamento em atraso sem o acréscimo da multa de mora. Aplicação do disposto no art. 106, II, "c" do Código Tributário Nacional. Princípio da retroatividade benigna.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos lei mos do voto do Relator. O Conselheiro Luis Eduardo G. Barbieiri acompanhou o relator pelas conclusões. Luis Eduardo G. acompanhou o relator pelas conclusões.
--
--
Processo n° 13884.001047/2003-95
Recurso n° 255.545 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.466 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de julho de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP COFINS
Recorrente TECAP TECNOLOGIA COMÉRCIO E APLICAÇÕES LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/01/1991 a 30/06/1997.
PRAZO DE RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO - LC 118/05.
Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei Complementar. É vedado ao julgador administrativo declarar a inconstitucional idade de dispositivo legal em vigor.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, no termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13802.000837/96-90
Recurso n° 210.015 Voluntário
Acórdão n° 3392-00.446 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de junho de 2010
Matéria COFINS
Recorrente CABOMAR S/A
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: O 1/04/1992 a 31/12/1995
DEPOSITOS JUDICIAIS.
Comprovada a existência de depósitos _judiciais, já convertidos em renda, devem ser excluídos do lançamento os valores correspondentes.
CONCOMITÂNCIA ENTRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO E O JUDICIAL.
A propositura de ação judicial implica em renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto. Nesta hipótese, considera-se o crédito tributário definitivamente constituído na esfera administrativa.
Recurso Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam s membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10283 004461/2003-37
Recurso n° 259.226 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.449 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de julho de 2010
Matéria COFINS
Recorrente SFMP TOSHIBA AMAZONAS S/A
Recorrida DRJ-BELEM/PA
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS
Período de apuração: 01/01/1998 a 31/10/1998
DECADÊNCIA - Nos termos do art. 150, § 4º, do CTN é de 5 anos, a contar do fato gerador, o prazo que dispõe a Fazenda para cobrar tributos sujeitos a lançamento por homologação.
DCTF - Cabível o lançamento por recolhimento fora do prazo/falta de recolhimento, dos valores que o sujeito passivo não comprova ter efetuado corretamente.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário para reconhecer a decadência para os per iodos de apuração de janeiro julho de 1998, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13819.003348/2002-56
Recurso n° 249.793 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.450 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de julho de 2010
Matéria RESTITUICÃO/COMP COFINS
Recorrente DERMOCLINICA SM. LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/04/1997 a 30/06/2002
RESTITUIÇÃO PRAZO LC 118/05 - Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei Complementar. É vedado ao julgador administrativo declarar a inconstitucionalidade de dispositivo legal em vigor.
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL CONCOMITÂNCIA.
Importa renúncia às instancias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de oficio, com o mesmo objeto do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial Sumulas 1 do 1º e 2º CC.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer da matéria submetida ao Poder Judiciária e, na parte conhecida, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10855.001538/2004-76
Recurso n° 255.271 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.475 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de julho de 2010
Matéria COFINS
Recorrente: INDUSTRIAS MANGOIEX LTDA
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de Apuração: 01/03/1999 a 31/07/2003
DECADÊNCIA.
Nos termos do art. 150, § 4°, do CTN é de 5 anos, a contar do Fato gerador, o prazo que dispõe a Fazenda para cobrar tributos sujeitos a lançamento por homologação.
COFINS. ALARGAMENTO DA BASE DE CÁLCULO LEI 9718/98. COFINS.
Deve ser reconhecida e aplicada de oficio, por qualquer autoridade administrativa, a declaração de inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n° 9.718/98, no que ampliou o conceito de receita bruta para envolver a totalidade das receitas auferidas por pessoas jurídicas, independentemente da atividade por elas desenvolvida e da classificação contábil adotada.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13884.004574/2003-51
Recurso n° 253.967 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.452 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de julho de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP COFINS
Recorrente GRUPO POLIEDRO S/C LTDA.
Recorrida DRJ - CAMPINAS/SP.
ASSUNTO: CONFIRMAÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 09/03/1995 a 13/10/2003
RESTITUIÇÃO PRAZO, LC 118/05.
Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei Complementar É vedado ao julgador administrativo declarar a inconstitucional idade de dispositivo legal em vigor.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10805.000487/2005-31
Recurso n° 254.783 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.465 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de julho de 2010
Matéria CPMF
Recorrente PAN PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NACIONAIS S/A
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA - CPMF.
Período de apuração: 01/03/2000 a 26/06/2004
CPMF. INCONSTITMONAL1DADE. O CARF.
Não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso Voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10865.001440/2003-19
Recurso n° 254.162 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.439 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria RESSARCIMENTO DU IPI
Recorrente COPERSUCAR - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL D0 ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/03/1999 a 09/10/2003
CREDITO DO PRÊMIO DE IPI.
Possuindo natureza de benefício fiscal o crédito prêmio estabelecido pelo Decreto Lei 491/69 está sujeito à regra esculpida no art. 41, § 1º do ADCT.
Não tendo havido edição de lei corroborando o beneficio, este está extinto desde 05/10/1990.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10768.007353/2001-10
Recurso n° 253.966 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.440 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP PIS
Recorrente RIT INTERNACIONAL LTDA
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIR0 II/RJ
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/03/1996 a 31/10/1998.
MP 1212/95 e lei 9.715/95 - VIGÊNCIA A PARTIR DE 03/1996 ADIN 1.417 do STF.
Inconstitucionalidade apenas do efeito retroativo imprimido à vigência da contribuição pela parte final do art. 15 da MP 1212/95 e do 18 da Lei n° 9.715-98.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam Os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10640.000360/2005-42
Recurso n° 253.942 Voluntário
Acórdão n° 3302-00419 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria IPI
Recorrente GRAFICA ESTRELA LTDA
Recorrida SRJ - JUIZ DE FORA/MG
Assunto: IPI
Período de apuração: 31/10/2002 a 30/07/2004
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA CRIADA PELA RFB. PENALIDADE APLICAVEL.
Antes da edição da Medida Provisória n° 451/2008, a falta de apresentação de DIF - Papel Imune no prazo estabelecido na legislação enseja a aplicação da multa prevista no art. 507 do RIPI/2002 e não a prevista do art 505, também do RIPI/02.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas e Luis Eduardo G. Barbieire, que davam provimento parcial para reduzir o valor da multa.
--
Processo n° 13888.001884/2002-01
Recurso n° 254.890 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.392 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/comp PIS
Recorrente: TORREFAÇÕES NOIVA COLINENSES LTDA
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 21/09/1992 a 13/10/1995
RESTITUIÇÃO - LC 118/05 - Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei Complementar. É vedado ao julgador administrativo declarar a inconstitucional idade de dispositivo legal em vigor.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10840.000785/2003-33
Recurso n° 236.128 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.446 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2010
Matéria COFINS e PIS
Recorrente UPACE COMERCIAL DE PARAFUSOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do fato gerado: 28/02/2003
RECEITAS TRANSFERIDAS A 0UTRAS PESSOAS JURÍDICAS
Só podem ser excluídas da base de calculo da Cofins Os valores do ICMS cobrado na condição de substituto tributário, não se ajustando ao conceito de receitas transferidas a outras pessoas jurídicas os valores do ICMS que compõe a receita bruta.
ASSUNTO: Contribuição para o PIS/PASEP
Data do lato gerador: 28/02/2003
RECEITAS TRANSFERIDAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.
Só podem ser excluídas da base de cálculo da Cofins os valores do ICMS cobrado na condição de substituto tributário, não se ajustando ao conceito de receitas transferidas a outras pessoas jurídicas os valores do ICMS que compõe a receita bruta.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10840.000419/2003-84
Recurso n° 236.127 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.447 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2010
Matéria COFINS e PIS
Recorrente UPACE COMERCIAL DE PARAFUSOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do tato gerador: 31/01/2003
RECEITAS TRANSFERIDAS A 0UTRAS PESSOAS JURÍDICAS
Só podem ser excluídas da base de calculo da Cofins Os valores do ICMS cobrado na condição de substituto tributário, não se ajustando ao conceito de receitas transferidas a outras pessoas jurídicas os valores do ICMS que compõe a receita bruta.
ASSUNTO: Contribuição para o PIS/PASEP
Data do Fato gerador: 31/01/2003
RECEITAS TRANSFERIDAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.
Só podem ser excluídas da base de cálculo da Cofins os valores do ICMS cobrado na condição de substituto tributário, não se ajustando ao conceito de receitas transferidas a outras pessoas jurídicas os valores do ICMS que compõe a receita bruta.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10840.000118/2003-32
Recurso n° 236.129 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.445 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2010
Matéria COFINS E PIS - COMPENSAÇÃO
Recorrente UPACE COMERCIAL DE PARAFUSOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do tato gerador: 31/03/2003
RECEITAS TRANSFERIDAS A 0UTRAS PESSOAS JURÍDICAS
Só podem ser excluídas da base de calculo da Cofins Os valores do ICMS cobrado na condição de substituto tributário, não se ajustando ao conceito de receitas transferidas a outras pessoas jurídicas os valores do ICMS que compõe a receita bruta.
ASSUNTO: Contribuição para o PIS/PASEP
Data do lato gerador: 31/03/2003
RECEITAS TRANSFERIDAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.
Só podem ser excluídas da base de cálculo da Cofins os valores do ICMS cobrado na condição de substituto tributário, não se ajustando ao conceito de receitas transferidas a outras pessoas jurídicas os valores do ICMS que compõe a receita bruta.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13839.001319/2002-11
Recurso n° 258.245 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.432 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2010
Matéria Contribuição para o PIS/Pasep - Lançamento de ofício
Recorrente IRON LOCAÇÕES DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/02/1999 a 30/11/2000
CERCEAMENTO DE DEFESA NULIDADE AUTUAÇÃO
Auto de infração realizado e baseado de acordo com documentos juntados aos autos O §4°, artigo 16 do Decreto 70.235/72 - PAF possibilita seja apresentada, até a data da impugnação, toda prova lícita, que o recorrente entender seja necessária incluindo a prova a documental, sob pena de preclusão do seu direito.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os mentimos do colegiado, por unanimidade de votos, negar movimento ao recurso.
--
Processo n° 10983.901652/2006-02
Recurso n° 259.599 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.440 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO /COMP COFINS-PIS
Recorrente: VIDRES DO BRASIL LTDA
Recorrida DRJ - FLORIANÓPOLIS /SC
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
Ano calendário - 2000
Ementa: BASE DE CALCULO. EXCLUSÃO DE VALORES TRANSFERIDOS A TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE.
O art.3º, § 2º, III, da Lei n° 9.718/98, ao prever a exclusão da base de cálculo da COFINS e do PIS de valores que, computados como receita, houvessem sido transferidos a outras pessoas jurídicas, constituiu norma de eficácia condicionada à regulamentação pelo Poder Executivo, que não produziu efeitos porque revogado antes de regulamentada.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10283.006272/2004-80
Recurso n° 249.600 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.474 - 3ª Turma Especial
Sessão de 28 de junho de 2010
Matéria COFINS E PIS
Recorrente MSP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
Recorrida DRJ-BELÉM/PA
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Data do fato gerador: 13/03/1998

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PIS EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO HOMOLOGAÇÃO TÁCITA DO PAGAMENTO.
Em razão do transcurso do prazo de 5 anos contados da data do fato gerador do tributo sujeito ao lançamento por homologação, tem-se que o crédito tributário respectivo encontrava-se extinto pela homologação tácita na data da ciência do lançamento, relativamente ao período acima identificado. O prazo decadencial de 10 anos previsto no art. 45 da Lei n° 8.212/1991 foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por meio da Súmula Vinculante n° 8.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para declarar a decadência do direito de constituição do crédito tributário.
--
Processo n° 18471.001951/2002-95
Recurso n° 237.632 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.466 - 3ª Turma Especial
Sessão de 28 de junho de 2010
Matéria COFINS - OPÇAO PELA VIA JUDICIAL; JUROS DE MORA TAXA SEGURIDADE LEGALIDADE.
Recorrente PINHEIRO TINTAS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
Fato Gerador: 28/02/1999
Identificação de divergência no recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Crédito tributário constituído sem aplicação de multa, para prevenção da decadência mediante.
Aplicação dos juros de mora - Súmula CARF n° 4.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso.
--
Processo n° 10540.000686/2003-36
Recurso n° 237.356 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.431 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2010
Matéria PIS E COFINS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA COMPENSAÇÃO RESTITUIÇÃO
Recorrente CIEMIL COMERCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇAO DE MINEIRIOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Data do lato Gerador 21/07/2003
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RESSARCIMENTO DE COFINS e PIS/PASEP
Legislação tributária que rege o direito tributário de ressarcimento dos valores de Cofins recolhidos pela refinaria, na condição de contribuinte substituto, é restrita aos produtos que especifica, óleo diesel e gasolina automotiva.
Recluso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10835.001476/2001-98
Recurso n° 238.514 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.422 - 3ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2010
Matéria PIS - SEMESTRALIDADE PRAZO DE REC0LHIMENTO.
Recorrente ELETRORede MATERIAIS ELETRICOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/06/1998 a 31/08/1999
SEMESTRALIDADE PRAZO DE RECOLHIMENTO
Alteração do prazo para o recolhimento da contribuição para o PIS/Pasep, previsto originalmente em seis meses.
Recurso Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, para aplicar a tese da semestral idade da base de cálculo do PIS, nos termos da Súmula n° 15 do CARF. Vencido o Conselheiro Belchior Melo de Sousa, que, não obstante reconhecer a aplicabilidade da Súmula n° 15 do CARF, dá-lhe efeito diverso.
--
Processo n° 13053.000125/2005-89
Recurso n° 256.844 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.448 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/COMP COFINS
Recorrente: APIÁRIOS DA INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA.
Recorrida DRJ-SANTA MARIA/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA o FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/07/2004 a 30/09/2004
REGIME DA NÃO-CUMULATIVIDADE CRÉDITOS PRESUMIDOS, UTILIZAÇÃO.
Os créditos presumidos calculados pelas empresas agroindustriais, pela aquisição, de pessoas físicas, de produtos de origem animal, somente podem ser utilizados na dedução da Cofins devida.
NÃO-CUMULATIVIDADE CÁLCULO DE CRÉDITO PRESUMIDOS.
Os Créditos presumidos referentes a aquisições de pessoas físicas realizadas por em presas agroindustriais devem ser calculados sobre o valor comprovado de aquisições de produtos para industrialização.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar movimento ao recurso. Os Conselheiros Belchior Melo de Sonsa, Héleio Lafetá Reis, Rangel Perrucci Fiorin e Alexandre Kern votaram pelas conclusões.
--
Processo n° 10860.002501/2001-43
Recurso n° 256.647 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.348 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de março de 2010
Matéria Ressarcimento de IPI
Recorreu MWL BRASIL RODAS E EIXOS LTDA
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUT0S INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/07/2001 a 30/09/2001
CREDITO PRESUMIDO DE IPI, INSUMOS.
Incabível o cálculo do credito presumido do IPI sobre mercadorias não consumidas no processo produtivo.
CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. INSUMOS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES.
Incabível o cálculo do crédito presumido do IPI sobre combustíveis e lubrificantes ex-vi da Sumula n° 12 do Conselho de Contribuintes.
CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI, BASE DE CÁLCULO, VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais complementares objeto de emissão de nota fiscal conforme determinado pela legislação aduaneira integram a receitas de exportação para fins de apuração da base de cálculo do crédito presumido do IPI.
Voluntário Parcialmente Provido.
Vistos relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar movimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Processo n° 13802.000421/96-71
Recurso n° 140.193 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.366 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria PIS
Recorrente BRINQUEDOS BANDEIRANTES S/A
Recorrida DRJ em SALVADOR - BA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA o PIS/PASEP
Período de apuração: 30/04/1990 a 30/11/1990, 30/04/1991 a 30/11/1991, 30/09/1992 a 30/11/1992.
DECADÊNCIA.
Uma vez que o STF, polindo da Súmula Vinculante n° 8, considerou inconstitucional o ali 45 da lei n° 8212/91, há que se reconhecer a decadência em conformidade com o disposto no Código Tributário Nacional. Assim, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente Cofins e ao PIS decai no prazo de cinco anos fixado pelo CTN, sendo, com fulcro no art. 150, § 4º, caso tenha havido antecipação de pagamento, inerente aos lançamentos por homologação, ou artigo 173, I, em caso contrario.
SEMESTRALIDADE. BASE DE CÁLCULO.
Nos termos da Súmula n° 11 do então Segundo Conselho de Contribuintes "a base de calculo do PIS, prevista no artigo 6º da Lei Complementar n° 7, de 1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária".
ALTERAÇÃO DO LANÇAMENTO.
Instaurada a fase litigiosa, visando à correta exigência do crédito tributário, a autoridade julgadora deve verificar a ocorrência do nascimento da obrigação e o quantum a ser exigido, estando autorizada a alterar o lançamento, regularmente notificado ao sujeito passivo, conforme dispõe o art. 145, I e II, do CTN.
PELA VIA JUDICIAL.
Ação proposta pela contribuinte com o mesmo objeto implica a renuncia esfolia administrativa a teor do ADN Cosit n° 03/96, e da Sumula n° 01 do então Segundo Conselho de Contribuintes, ocasionando que o recurso não seja conhecido nesta parte.
MULTA OFICIO CARÁTER CONFISCATORIO.
A vedação ao confisco pela Constituição Federal é dirigida ao legislador, cabendo à autoridade administrativa apenas aplicá-la, nos moldes da legislação que a instituiu.
JUROS DE MORA TAXA SELIC.
É jurídica a exigência dos juros de mora com base na taxa Selic.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os Membros da 3ª câmara / 1ª turma ordinária da 3ª Seção de Julgamento, por unanimidade de votos: I) não conhecer do recurso, quanto à matéria oposta nas instâncias administrativa e judicial; e, II) dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a decadência em relação aos períodos de apuração de abril a novembro de 1990, bem como o direito à semestralidade da base de cálculo do PIS, nos termos do voto do Relator. Os Conselheiros Antônio Lisboa Cardoso e Maria Teresa Martinez Lopez votaram pelas conclusões, quanto à decadência Ausente momentaneamente o Conselheiro Gustavo Kelly Alencar.
--
Processo n°19740.000295/2005-00
Recurso n° 261.507 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.520 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de abril de 2010
Matéria COFINS
Recorrente: FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL VALIA
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO-RJ
ASSUNTO: Contribuição PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/02/2001 a 31/07/2002
DIFERENÇAS VALORES DECLARADOS VALORES DEVIDOS.
As diferenças apuradas entre os valores da contribuição declarados e/ou pagos e os efetivamente devidos com base nas receitas escrituradas estão sujeitas a lançamento de oficio, acrescidas das cominações legais, juros de mora e multa de ofício.
BASE DE CÁLCULO
Até a entrada em vigor da Medida Provisória n° 66, de 29/08/2002, as receitas de aluguéis e rendimentos equiparados na carteira imobiliária, do resultado positivo de reavaliação de investimento imobiliário e de ganhos e lucros na venda de investimentos imobiliários, integrantes do faturamento mensal das entidades fechadas de previdência complementar, estavam sujeitas à Cofins.
INCONSTITUCIONALIDADE APRECIAÇÃO INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.
Súmula N° 2 O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucional idade de lei tributária.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, mantendo-se o crédito tributário retificado em primeira instância, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 11065.000669/2005-86
Recurso n° 135.017 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.398 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de dezembro de 2009
Matéria PIS Não-cumulativo
Recorrente H. KUNTZLER & CIA LTDA.
Recorrida DRJ em PORTO ALEGRE - RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINAMENTAMENT0 DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PROCESSO ANULADO A PARTIR DA DECISÃO RECORRIDA, INCLUSIVE.
Anula-se a decisão que não se manifesta sobre todas as matérias pertinentes e relevantes trazidas aos autos pela manifestação de inconformidade. É defeso a este Conselho, por configurar supressão de instancia, decidir o mérito de matéria não apreciada em primeira instância, Destarte, processo que se anula, a partir da decisão de primeiro grau, inclusive.
Processo Anulado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 1ª turma ordinária da terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO. Por unanimidade de votos, anular o processo a partir da decisão recorrida para que outra seja proferida em boa forma, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13808.000485/2002-68
Recurso n° 140.458 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.376 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria COFINS
Recorrente PALACE PROMOÇÕES S/A
Recorrida DR.1 em CAMPINAS - SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/02/1996 a 31/10/2000
DECADÊNCIA.
Uma vez que o STF, por meio da Sumula Vinculante n° 8, considerou inconstitucional o art. 45 da Lei n° 8.212/91, há que se reconhecer a decadência em conformidade com o disposto no Código Tributário Nacional. Assim, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente à Cofins e ao PIS decai no prazo de cinco anos lixado pelo CIN, sendo, com fulcro no art. 150, § 4º, caso tenha havido antecipação de pagamento, inerente aos lançamentos por homologação, ou artigo 173, I, em caso contrário.
ALEGAÇÕES GENERICAS IMPOSSIBILIDADE:
São incabíveis alegações genéricas Os argumentos aduzidos deverão ser acompanhados de demonstrativos e provas suficientes que os confirmem, de modo a elidir o lançamento.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 1ª turma ordinária do terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para cancelar o auto de inflação, em relação aos fatos geradores ocorridos em fevereiro de 1996 até fevereiro de 1997, inclusive, unia vez que, quanto a esses períodos, o crédito tributário já se encontrava extinto pela decadência à época do lançamento, conforme art. 1.56, V do CTN, mantendo-se, no mais, a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator os Conselheiros Antônio Lisboa Cardoso e Maria Teresa Martinez López votaram pelas conclusões quanto à decadência.
--
Processo n° 10183.005413/2002-11
Recurso n° 256.687 Voluntário
Acórdão n° 3301-00.414 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de Cevei Ciro de 2010
Matéria IPI
Recorrente CLARION AGROINDUSTRIAL S/A
Recorrida DRJ em JUIZ DE FORA - MC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/01/2002 a 31/03/2002
IPI - CREDITO PRESUMIDO, PESSOAS FÍSICAS.
A lei não autoriza O ressarcimento referente às aquisições que não sofreram incidência da contribuição ao Pis e da Cofins no fornecimento ao produto exportador.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso Vencido O conselheiro Antônio Lisboa Cardoso (Relator). Designado, como redator, para redigo o voto vencedor o Conselheiro Mauricio Taveira e Silva Vencidos Os conselheiros Antônio Lisboa Cardoso (Relator), Francisco Mantido Rabelo de Albuquerque Silva e Maria Tereza Martinez Lopez.
--
Processo n° 13061.000153/2005-05
Recurso n° 250.118 Voluntário
Acórdão n° 3392-00.414 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de junho de 2010
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente Mepal Comércio de Produtos Agrícolas Lida
Recorrida DRF - SANTA MARIA/RS
Assunto: Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
Período de apuração: 01/08/2004 a 31/03/2005
COFINS PIS, INCIDÊNCIA NAO-CUMULATIVA, CRÉDITO PRESUMIDO BENS ADQUIRIDOS DE PESSOA FÍSICA.
A pessoa jurídica (cerealista) que adquire cereais (trigo, milho e soia) em grãos de pessoa física residente no País, não faz jus ao crédito presumido das contribuições de que trata o art. 8º da Lei n° 10.925, de 2004, em relação aos cereais adquiridos paia revenda, uma vez que ela não exerce a atividade de produção, requisito essencial para utilização do referido crédito.
COFINS, PIS. CRÉDITO PRESUMIDO VENDAS COM ALÍQUOTA ZERO.
Ainda que as vendas tenham sido efetuadas com suspensão, isenção, alíquota zelo ou não-incidência das contribuições, o que não resulta em impedimento para a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações, tais créditos não são passíveis de ressarcimento ou compensação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados c discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10875.002599/2001-70
Recurso n° 258.158 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.404 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO/comp PIS
Recorrente FELICIO VIGORITO E FILITOS LTDA.
Recorrida DRJ - CAMPINAS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Exercício: /10/1995 a 28/02/1996
RESTITUIÇÃO DE INDEBITO. COMPENSAÇÃO. EXTINÇÃO DO DIREITO.
O direito de o contribuinte pleitear a restituição de tributo ou contribuição paga indevidamente e/ou proceder à compensação extingue-se após o transcurso do prazo de cinco anos contados da data do pagamento.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 14041.000413/2005-35
Recurso n° 261.705 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.429 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria IPI
Recorrente: QUERUBINS GRÁFICA E EDITORA LTDA ME
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/04/2002 a 30/06/2002, 01/07/2002 a 30/09/2002, 01/10/2002 a 31/12/2002, O 1/01/2003 a 31/03/2003, 01/04/2003 a 30/06/2003, 01/07/2003 a 30/09/2003, 01/10/2003 a 31/12/2003, 01/01/2004 a 31/03/2004, 01/04/2004 a 30/06/2004, 01/07/2004 a 30/09/2004, 01/10/2004 a 31/12/2004, 01/01/2005 a 31/03/2005, 01/04/2005 a 30/06/2005, 01/07/2005 a 30/09/2005, 01/10/2005 a 31/12/2005.
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA CRIADA PELA RFB. PENALIDADE APLICAVÉL.
Antes da edição da Medida Provisória n° 451/2008, a falta de apresentação de DIF - Papel Imune no prazo estabelecido na legislação enseja a aplicação da multa prevista no art. 507 do RIPI/2002 c não a prevista do art. 505, também do RIPI/02.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relatou, vencidos Os Conselheiros José Antonio Francisco , Fabiola Cassiano Keramidas e Luis Eduardo G. Barbiere, que davam provimento parcial para reduzir o valor da multa.
--
Processo n° 14041.000464/2005-67
Recurso n° 261.704 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.428 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria IPI
Recorrente EDIGRAFI EDITORA LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DF FORA/MG
ASSUMO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 11/04/2002 a 30/06/2002, 01/07/2002 a 30/09/2002, 01/10/2002 a 31/12/2002, 01/01/2003 a 31/03/2003, 01/04/2003 a
30/06/2003, 01/07/2003 a 30/09/2003, 01/10/2003 a 31/12/2003, 01/01/2004 a 31/03/2004, 01/04/2001 a 30/06/2004, 01/07/2004 a 30/09/2004, 01/10/2004 a 31/12/2004, 01/01/2005 a 31/03/2005, 01/04/2005 a 30/06/2005, 01/07/2005 a 30/09/2005, 01/10/2005 a 31/12/2005.
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA CRIADA PELA RFB, PENALIDADE APLICÁVEL.
Antes da edição da Medida Provisória n° 451/2008, a falta de apresentação de DIF - Papel imune no prazo estabelecido na legislação enseja a aplicação da multa prevista no art. 507 do RIPI/2002 e não a prevista do art. 505, também do RIPI/02.
Recurso Voluntário Provido.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas e Luis Eduardo G. Barbiere, que davam provimento parcial para reduzir o valor da multa.
--
Processo n° 11070.001858/2006-88
Recurso n° 250.000 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.400 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria COFINS e PIS
Recorrente Mepal Comércio de Produtos Agrícolas LTDA
Recorrida DRS - SANTA MARIA/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/12/2002 a 31/03/2005
PIS, INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA CRÉDITO PRESUMIDO. BENS ADQUIRIDOS DE PESSOA FISICA.
A pessoa jurídica (cerealista) que adquiria cereais (trigo, milho e soja) em grãos de pessoa física residente no País, não fazia jus ao crédito presumido da contribuição estabelecido na legislação de regência, em relação aos cereais adquiridos para revenda, seja porque ela não exercia a atividade de produção, requisito essencial pala utilização do referido crédito, seja porque as vendas deveriam ser realizadas para empresas classificadas como de agroindustrial seja porque os créditos resumidos não possam sei objeto de ressarcimento.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/02/2004 a 31/12/2004
COFINS INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA, CRÉDITO PRESUMIDO BENS ADQUIRIDOS DE PESSOA FÍSICA.
No período em questão, para lazer jus ao crédito presumido da contribuição estabelecido na legislação de regência, a pessoa jurídica (cerealista) que adquiria cereais (trigo, milho e soja) em grãos de pessoa física residente no País, deveria realizar as vendas pata empresas classificadas como de agroindustrial observando-se, ainda, que os créditos presumidos não podem ser objeto de ressarcimento.
Recurso Voluntário Negado.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 1024 7.000081/2002-89
Recurso n° 249.982 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.427 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de junho de 2010
Matéria RESSARCIMENTO DE IPI
Recorrente JARI CELULOSE S/A
Recorrida DRJ - BELEM / PA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01 /01/1999 a 31/12/2001
CRÉDITO DF IPI. PRODUTOS ADMITIDOS.
Os gastos com produtos tributados pelo IPE que não revestem a condição de matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, não geram crédito do citado imposto, ainda que tais produtos sejam consumidos pelo estabelecimento industrial, no processo produtivo.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2001
RESSARCIMENTO DE IPI. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC.
Inexiste previsão legal para abonar atualização monetária ou acréscimo de juros equivalentes à taxa SELIC a créditos básicos objeto de pedido de ressarcimento de crédito de IPI.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Fabiola Cassiano Keramidas e Alexandre Gomes que davam provimento parcial para reconhecer o direito à correção pela Selic.
--
Processo n° 10315.000526/2003-51
Recurso n° 235.307 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.398 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria PIS
Recorrente CEARÁ DIESEL S/A
Recorrida DRJ - FORTALEZA/CE
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
Ano-calendário: 1998
Ação Judicial, Prevenção da Decadência.
O crédito tributário deve ser constituído pelo lançamento em razão do dever de ofício e da necessidade de serem resguardados os direitos da Fazenda Nacional, prevenindo-se contra os efeitos da decadência, Multa. Retroatividade Benigna.
Tendo em conta a nova redação dada pelo art. 25 da Lei 11.051, de 2004, ao art. 18 da Lei n° 10.833, de 2003, em combinação com o art. 106, inciso II, alínea "c", do CTN, cancela-se a multa de ofício aplicada.
Recurso Voluntário Negado.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10735.000934/2005-23
Recurso n° 257.189 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.402 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de maio de 2010
Matéria IPI
Recorrente EDITORA GRAFICA JORNAL DA CIDADE LTDA.
Recorrida DRJ - JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Exercício: 2002, 2003, 2004
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA CRIADA PELA RFB. PENALIDADE APLICÁVEL.
Antes da edição da Medida Provisória n° 451/2008, a falta de apresentação de DIF - Papel Imune no prazo estabelecido na legislação enseja a aplicação da multa prevista no art. 507 do RIPI/2002 e não a prevista do art. 505, também do RIPI/02.
ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E/OU PEGALIDADE.
Não compete à autoridade administrativa de qualquer instância o exame da inconstitucionalidade e/ou ilegalidade da legislação tributária, tarefa exclusiva do poder judiciário.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros José Antonio Francisco, Labiola Cassiano Keramidas e Luis Eduardo G. Barbieire, que davam provimento parcial pala reduzir o valor da multa.
--
Processo n° 10880.013049/2001-15
Recurso n° 235.293 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.367 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de abril de, 2010.
Matéria IPI
Recorrente II GUEDES ENGENHARIA LTDA.
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
Ano-calendário: 01/07/2001 a 30/09/2001
IPI, RESSARCIMENTO.
O direito ao aproveitamento ou utilização, nas condições estabelecidas no art. 11, da Lei n° 9.779, de 1999, do saldo credor do IPI, decorre somente de aquisições de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem (insumos) aplicados; na produção.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recuso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13807.011954/00-14
Recurso n° 260.007 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.372 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente REIPLÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
Assunto: Contribuição para o PIS / Pasep
Período de apuração: 01/10/1995 a 28/02/1996
Ementa MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.212/95.
Recolhido a contribuição ao PIS à alíquota de 0,65% prevista na Medida Provisória em pleno vigor, incabível o lançamento do tributo à razão de 0,75% prevista na Lei Complementar n° 7/70.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de voto, em dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 13807.008379/2000-08
Recurso n° 233.784 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.368 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de abril de 2010
Matéria PIS
Recorrente: OPUS COMERCIAL IMMP. E FXP. LTDA
Recorrida DRJ - SÃO PAULO I -SP
Assunto: Programa de Integração Social - PIS
Ano-calendário: 01/1988 a 04/1995
RESTITUIÇÃO. NORMA INCONSTITUCIONAL PRAZO DECADENCIAL.
O prazo para requerer a restituição dos pagamentos da Contribuição para o PIS, efetuados com base nos Decretos-Leis n° 2.445/88 e 2.449/88, é de 5 (cinco) anos, iniciando-se a contagem no momento em que eles foram considerados indevidos com eleitos erga omnes, o que ocorreu com a publicação da Resolução n° 49, do Senado Federal, em 10/10/1995.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SEMESTRALIDADE DA BASE DE CÁLCULO.
Com a declaração de inconstitucional idade dos Decretos-Leis n° 2.445/88 e 2.449/88, voltou a viger a Lei Complementar n° 07/70, através da qual a base de cálculo do PIS corresponde ao faturamento do sexto mês, anterior, procedimento que existiu até a MP 1.212/95 e suas reedições, quando então a base de cálculo da contribuição passou a ser o faturamento mensal.
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, em dar provimento parcial ao recurso voluntário nos seguintes termos: pelo voto de qualidade, para declarar extinto o direito de pleitear a restituição dos pagamentos efetuados há mais de cinco anos da data do pedido e, por unanimidade de votos, para reconhecer a semestralidade da base de cálculo do PIS na vigência da Lei Complementar n° 7/70. Vencidos, quanto a extinção do direito de pleitear a restituição, os Conselheiros Gilemo Gurjão Barreto (relator), Fabiola Cassiano Keramidas e Alexandre Gomes Designado para redigir o voto vencedor, nesta parte, o Conselheiro José Antonio Francisco. Fez sustentação oral o Dr. Leiner Salmaso Salinas, OAB/SP 185499.
--
Processo n° 13886.001234/2002-78
Recurso n° 138.361 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.266 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de novembro de 2009
Matéria RESSARCIMENTO DE IPI
Recorrente TOYOBO DO BRASIL INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/2000 a 03/2000
IPI. CREDITO PRESUMIDO, RESSARCIMENTO. ISUMOS ADQUIRIDOS DE PESSOAS EIS ICAS E COOP ER ATIVAS DE PRODUTORES AQUISIÇÕES DE NÃO CONTRIBUIVEIS DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS E A COFINS.
O incentivo corresponde a um crédito que é presumido, cujo valor deflui de fórmula estabelecida pela lei, a qual considera que é possível ter havido sucessivas incidências das duas contribuições, mas-que, por se tratai de presunção "furis et de jure", não exige nem admite prova ou contraprova de incidências ou não incidências, seja pelo fisco, seja pelo contribuinte. Os valores correspondentes às aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem de não contribuintes do PIS e da COFINS (pessoas físicas, cooperativas) podem compor a base de calculo do crédito presumido de que trata a Lei n° 9.363/96 Não cabe ao intérprete fazer distinção nos casos em que a lei não o fez.
ENERGIA ELÉTRICA e COMBITSTÍVEIS.
Para enquadramento no beneficio, caracterizam-se como matéria-prima e produto intermediário os produtos que se integram ao produto final, ou que, embora não se integrando ao novo produto fabricado, sejam consumidos, em decorrência de ação direta sobre o mesmo, no processo de fabricação; portanto, a energia elétrica utilizada como força motriz atua sim diretamente sobre o produto, enquadrando-se nos conceitos de matéria-prima ou produto intermediário.
ATUALIZAÇÃO PELA TAXA SELIC.
É devida a atualização pela taxa SELIC a partir do momento em que é apresentado o pedido de ressarcimento dos créditos tributários.
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Walber José da Silva e José Antonio Francisco, que negavam provimento ao recurso.
--
Processo n° 10580.011431/2003-22
Recurso n° 235.633 Voluntário
Acórdão n° 3302-00.341 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de março de 2010
Matéria IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA; BENEFICIO FISCAL; AÇÃO JUDICIAL; SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE.
Recorrente NEPHRON SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES S/C LTDA
Recorrida DRJ - SALVADOR/BA
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS
Período de apuração: 01/03/2000 a 30/06/2001.
IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA
A Impugnação intempestiva não instaura a fase litigiosa no que pertence Processo Administrativo Fiscal, nem suspende a exigibilidade do crédito tributário. O principio do duplo grau de jurisdição não obriga a instância superior a conhecer do recurso porventura interposto.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de voto, em não conhecer do recurso voluntário por intempestivo.
--
Processo n° 11065.000218/2005-49
Recurso n° 251.911 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.356 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUIDEA LTDA
Recorrida DRI-PORT0 ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO RARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2004
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS não-cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000037/2004-86
Recurso n° 161.435 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.255 - 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS KAPPESHERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/07/2003 a 30/09/2003
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME E NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS, FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS e de crédito presumido de IPI devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13055.000036/2004-31
Recurso n° 161.436 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.256 - 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS KAPPESHERG LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PÍS/PASEP
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/12/2003
CONTRIBUIÇÃO AO PIS NO REGIME E NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS, FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS e de crédito presumido de IPI devem sofrer a incidência da Contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13016.000243/2005-33
Recurso n° 159.600 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.224 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFIN S NÃO-CUMULATIVA
Recorrente: MÓVEIS SANDRIN LTDA.
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/03/2005 a 31/03/2005
COFINS NÃO CUMULATIVA CRÉDITO EXPORTADOR PEDIDO DE COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS. APURAÇÃO DE DECLARAÇÃO E RECOLHIMENTO A MENOR NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO DE OFÍCI0.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, valores como o de transferências de créditos de ICMS, computados pela fiscalização no faturamento, base de cálculo dos débitos, sejam subtraídas do montante a ressarcir. Em tal hipótese, para a exigência das Contribuições é necessário que seja efetuado lançamento de ofício.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n °13016.000464/2005-10
Recurso n° 159.604 Vo1untário
Acórdão n° 3803-00.226 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/08/2005 a 31/08/2005
Ementa: COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS, PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13016.000463/2005-67
Recurso n° 159.641 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.243 - 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/09/2005 a 30/09/2005
COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS, FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, á diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a Menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo Fizer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13016.000299/2005-98
Recurso n° 159.605 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.227 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO CUMULATIVA
Recorrente: MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -- COFINS
Período de apuração: 01/04/2005 a 31/06/2005.
COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO, CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MI SMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a. menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como o de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13016.000124/2005-81
Recurso n° 159.610 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.228 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/12/2004 a 31/12/2004
COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO, NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13016000304/2005-62
Recurso n° 159.612 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.229 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA 0 FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01 /01/2005 a 31/03/2005
PIS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE
LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.001593/2005-22
Recurso n° 159.633 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.242 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente: MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/11/2004 a 30/11/2004
PIS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11080.104425/2004-01
Recurso n° 159.632 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.241 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/09/2004 a 30/09/2004
COFINS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.720041/2007-89
Recurso n° 159.630 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.240 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente: MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/10/2006 a 31/10/2006
COFINS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERIODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11080 104426/2004-47
Recurso n° 159.622 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.237 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/10/2004
COFINS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11080.104427/2004-91
Recurso n° 159.621 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.236 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/11/2004 a 30/11/2004
COFINS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.720040/2007-34
Recurso n° 159.628 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.239 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/04/2006 a 30/06/2006
COFINS. REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.720038/2007-65
Recurso n° 159.627 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.238 - 3" Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/07/2005 a 30/09/2005
PIS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de oficio, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.720037/2007-11
Recurso n° 159.620 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.235 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/04/2006 a 30/06/2006
PIS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.001596/2005-66
Recurso n° 159.618 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.234 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/08/2004 a 31/08/2004
PIS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.001595/2005-11
Recurso n° 159.617 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.233 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MÓVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/09/2004 a 30/09/2004
PIS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13016.000496/2004-26
Recurso n° 159.616 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.232 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria COFINS NÃO-CUMULATIVA
Recorrente MÓVEIS SA.NDR IN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/08/2004 a 31/08/2004
COFINS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERÍODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11020.001594/2005-77
Recurso n° 159.614 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.231 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MOVEIS SANDR1N LTDA
Recorrida DRJ - PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/10/2004
PIS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERIODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13016.000361/2003-80
Recurso n° 159.613 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.230 - 3ª Turma Especial
Sessão de 19 de novembro de 2009
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO
Recorrente MOVEIS SANDRIN LTDA
Recorrida DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/04/2003 a 30/06/2003
PIS REGIME NÃO-CUMULATIVO. CRÉDITOS GERADOS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS COM OUTROS TRIBUTOS. FISCALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO NO MESMO PERIODO. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO.
A sistemática de creditamento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedido de compensação, seja sumariamente subtraída, do montante a ressarcir, a diferença de valores que a fiscalização considerar como recolhidos a menor, decorrentes da revisão da apuração da base de cálculo da contribuição. Se a fiscalização entende que valores como os de transferências de créditos de ICMS devem sofrer a incidência da contribuição, tem de promover a sua exigência necessariamente por meio de lançamento de ofício, não podendo fazer a subtração sumária do crédito que o contribuinte utilizou em compensação para o pagamento de outros tributos, que ficariam a descoberto.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 10140.000093/2003-82
Recurso n° 150.155 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.100 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria CRÉDITO BÁSICO DE IPI
Recorrente SOTEF SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/10/2002 a 31/12/2002
IPI. CRÉDITOS BÁSICOS. DIREITO DE CRÉDITO NÃO ESTÁ VINCULADO À CONTABILIZAÇÃO COMO CUSTO PARA EFEITO DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.
Se o contribuinte deixou de estornar o valor do crédito do IPI em relação ao custo, para efeito de dedução do IRPJ e CSLL, isto não é condição legal de validade do lançamento do crédito básico nos livros de IPI e para o aproveitamento destes créditos O que confere ao imposto a característica de "recuperável" é a natureza objetiva do próprio imposto, e não a vontade do contribuinte, Assim, a qualificação do IPI como recuperável depende da existência de previsão legal permitindo a apropriação ou manutenção de créditos básicos em relação às situações concretas envolvidas.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10140.000888/2003-91
Recurso n° 150.154 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.099 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria CRÉDITO BÁSICO DE IPI
Recorrente SOTEF SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA.
Recorrida DRJ JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/01/2003 a 31/03/2003
IPI. CRÉDITOS BÁSICOS. DIREITO DE CRÉDITO NÃO ESTÁ VINCULADO À CONTABILIZAÇÃO COMO CUSTO PARA EFEITO DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.
Se o contribuinte deixou de estornar o valor do crédito do IPI em relação ao custo, para efeito de dedução do IRPJ e CSLL, isto não é condição legal de validade do lançamento do crédito básico nos livros de IPI e para o aproveitamento destes créditos O que confere ao imposto a característica de "recuperável" é a natureza objetiva do próprio imposto, e não a vontade do contribuinte, Assim, a qualificação do IPI como recuperável depende da existência de previsão legal permitindo a apropriação ou manutenção de créditos básicos em relação às situações concretas envolvidas.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10140. 003168/2002-04
Recurso n° 150.152 Voluntário
Acórdão n° 3893-00.098 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria: CREDITO BÁSICO DE IPI
Recorrente SOTEF SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/07/2002 a 30/09/2002
IPI. CRÉDITOS BÁSICOS. DIREITO DE CRÉDITO NÃO ESTÁ VINCULADO À CONTABILIZAÇÃO COMO CUSTO PARA EFEITO DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.
Se o contribuinte deixou de estornar o valor do crédito do IPI em relação ao custo, para efeito de dedução do IRPJ e CSLL, isto não é condição legal de validade do lançamento do crédito básico nos livros de IPI e para o aproveitamento destes créditos O que confere ao imposto a característica de "recuperável" é a natureza objetiva do próprio imposto, e não a vontade do contribuinte, Assim, a qualificação do IPI como recuperável depende da existência de previsão legal permitindo a apropriação ou manutenção de créditos básicos em relação às situações concretas envolvidas.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10140.003439/2004-85
Recurso n° 150.149 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.095 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Matéria: CREDITO BÁSICO DE IPI
Recorrente SOTEF SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/07/2003 a 30/09/2003
IPI. CRÉDITOS BÁSICOS. DIREITO DE CRÉDITO NÃO ESTÁ VINCULADO À CONTABILIZAÇÃO COMO CUSTO PARA EFEITO DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.
Se o contribuinte deixou de estornar o valor do crédito do IPI em relação ao custo, para efeito de dedução do IRPJ e CSLL, isto não é condição legal de validade do lançamento do crédito básico nos livros de IPI e para o aproveitamento destes créditos O que confere ao imposto a característica de "recuperável" é a natureza objetiva do próprio imposto, e não a vontade do contribuinte, Assim, a qualificação do IPI como recuperável depende da existência de previsão legal permitindo a apropriação ou manutenção de créditos básicos em relação às situações concretas envolvidas.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10140.003437/2004-96
Recurso n° 150.151 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.097 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de agosto de 2009
Matéria: CREDITO BÁSICO DE IPI
Recorrente SOTEF SOCIEDADE TECNICA DE ENGENHARIA FUNDAÇÕES LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/12/2003
IPI. CRÉDITOS BÁSICOS. DIREITO DE CRÉDITO NÃO ESTÁ VINCULADO À CONTABILIZAÇÃO COMO CUSTO PARA EFEITO DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.
Se o contribuinte deixou de estornar o valor do crédito do IPI em relação ao custo, para efeito de dedução do IRPJ e CSLL, isto não é condição legal de validade do lançamento do crédito básico nos livros de IPI e para o aproveitamento destes créditos O que confere ao imposto a característica de "recuperável" é a natureza objetiva do próprio imposto, e não a vontade do contribuinte, Assim, a qualificação do IPI como recuperável depende da existência de previsão legal permitindo a apropriação ou manutenção de créditos básicos em relação às situações concretas envolvidas.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª TURMA ESPECIAL da TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10580.009720/2004-42
Recurso n° 245.637 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.363 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS/COFINS - OMISSÃO DE RECEITAS
Recorrente PREVIEW COMPUTADORES LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Fatos geradores: 31/01/2000, 28/02/2000, 30/03/2000, 30/04/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 30/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 30/04/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 30111/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 31/03/2002, 30/04/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/11/2002, 31/01/2003, 31/03/2003, 30/04/2003, 31/05/2003, 30/06/2003, 31/07/2003, 30/09/2003, 31/10/2003, 30/11/2003, 31/12/2003.
BASE DE CÁLCULO. PERÍODOS DE APURAÇÃO A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1999. OUTRAS RECEITAS. LEI N° 9.718/98, § 1º DO ART. 3º INCONSTITUCIONALIDADE, CONTROLE DIFUSO. EFEITOS LIMITADOS ÀS PARTES.
Nos termos da Lei n° 9.718/98, § 1º do art. 3º, a base de cálculo do PIS Faturamento é a totalidade das receitas, incluindo as demais receitas além daquelas oriundas da venda de mercadorias e prestação de serviços, sendo que a inconstitucional idade desse dispositivo, declarada pelo Supremo Tribunal Federal pra sede do controle difuso, não pode ser aplicada pelos Conselhos de Contribuintes até que seja editada sobre o tema resolução do senado federal, súmula do STF, decreto do Presidente da. República ou ato Secretário da Receita Federal do Brasil ou, ainda, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, estendendo para todos os efeitos da inconstitucionalidade declarada na via incidental, inicialmente.
DIFERENÇA APURADA ENTRE O VALOR ESCRITURADO É DECLARADO, PAGAMENTOS EXTEMPORÂNEOS, VERIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS. ESPONTANEIDADE.
As retificações e pagamentos procedidos pelo contribuinte após o inicio da ação fiscal, relativamente às suas obrigações tributárias, não impedem o lançamento de oficio em face de irregularidades constadas, sendo afastado, nessas condições, o beneficio da espontaneidade.
ACRÉSCIMOS LEGAIS JUROS DE MORA. MULTA DE OFICIO.
Inexiste autorização legislativa para a remissão Ou redução das penalidades aplicáveis ao contribuinte, bem como dos respectivos juros de mora, que não pagou o tributo devido no prazo legal e antes de iniciado o procedimento de oficio, sem prejuízo, contudo, de eventual alocação de pagamentos efetuados quando do procedimento de cobrança administrativa.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Fatos geradores: 31/01/2000, 28/02/2000, 30/03/2000, 30/04/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 30/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 30/04/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 31/03/2002, 30/04/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/1 1/2002, 31/01/2003, 31/03/2003, 30/04/2003, 31/05/2003, 30/06/2003, 31/07/2003, 30/09/2003, 31/10/2003, 30/11/2003, 31/12/2003.
BASE DE CÁLCULO. PERÍODOS DE APURAÇÃO A PARTIR DE FEVEREIRO DE 1999. OUTRAS RECEITAS. LEI Nº 9.718/98, § 1° DO ART. 3º. INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUS0. EFEITOS LIMITADOS ÀS PARTES.
Nos termos da Lei n° 9.718/98, § 1º do art. 3º, a base de cálculo do PIS Faturamento é a totalidade das receitas, incluindo as demais receitas além daquelas oriundas da venda de mercadorias e prestação de serviços, sendo que a inconstitucionalidade desse dispositivo, declarada pelo Supremo Tribunal Federal pro sede do controle difuso, não pode ser aplicada pelos Conselhos de Contribuintes até que seja editada sobre o tema resolução do senado federal, súmula do STF, decreto do Presidente da República ou ato Secretaria da Receita Federal do Brasil ou, ainda, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, estendendo para todos os efeitos da inconstitucionalidade declarada na via incidental, inicialmente.
DIFERENÇA APURADA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O DECLARADO. PAGAMENTOS EXTEMPORÂNEOS. VERIFICAÇÕES 0BRIGATÓRIAS. ESPONTANEIDADE.
Ás retificações e pagamentos procedidos pelo contribuinte após o inicio da ação fiscal, relativamente às suas obrigações tributárias, não impedem o lançamento de oficio em face de irregularidades constadas, sendo afastado, nessas condições, o beneficio da espontaneidade.
ACRÉSCIMOS LEGAIS. JUROS DE MORA. MULTA DE OFÍCIO.
Inexiste autorização legislativa para a Remissão ou redução das penalidades aplicáveis ao contribuinte, bem como dos respectivos juros de mora, que não pagou o tributo devido no prazo legal e antes de iniciado o procedimento de oficio, sem -prejuízo, contudo, de eventual alocução de pagamentos efetuados quando do procedimento de cobrança administrativa.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Belchior Melo de Sousa, Hélcio Lafetá Reis (Relator) e Rangel Perrucci Fiorin Designado o Conselheiro Alexandre Kern para a redação do voto vencedor.
--
Processo n° 10845.003184/2005-02
Recurso n° 239.171 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.346 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria DCTF - ERRO DE PREENCHIMENTO
Recorrente: AVANTE ARMAZÉNS GERAIS S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Período de apuração: 01/10/2001 a 31/10/2001; 01/01/2003 a 31/01/2003; 01/08/2003 a 31/ 12/2003; 01/01/2004 a 31/12/2004.
INEXISTÊNCIA DE LIDE. MATÉRIA ESTRANHA AO PAF.
Não se toma conhecimento do recurso quando versa sobre matéria diversa daquela constante do ato administrativo originário que dera ensejo à inconformidade do contribuinte. O ato impugnado tem natureza de cobrança administrativa, não se inserindo dentre aqueles regidos pelo Processo Administrativo Fiscal - Decreto n° 70.235/1972.
Recurso Voluntário não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso.
--
Processo n° 13878.000228/2003-83
Recurso n° 242.330 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.362 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS -SEMESTRALIDADE
Recorrente: REFRIGERANTES XERETA CSA LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Data do fato gerador: 01/10/1998, 01/11/1998, 01/12/1998.
FATO GERADOR SEMESTRALIDADE.
Nos termos da súmula n° 15 do CARF, tem-se que a base de cálculo do PIS, prevista no artigo 6° da Lei Complementar n° 7/1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária.
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para determinar à autoridade incumbida da execução do acórdão que recalcule a base de cálculo levando em conta a semestralidade da base de cálculo do PIS, nos termos da Súmula n° 15 do CARF.
--
Processo n° 13836.000351/2002-1 8
Recurso n° 246.556 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.336 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria COFINS - DECADÊNCIA/COMPENSAÇÃO
Recorrente COMERCIAL A.R.G. MARSON LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/04/1997 a 20/02/1999
COFINS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DECADÊNCIA. COMPENSAÇÃO.
O direito à repetição do indébito, inclusive via compensação, se exaure com O decurso do prazo de cinco anos contados da data da extinção do crédito tributário que, nos lançamentos p01 homologação, ocorre com o pagamento antecipado efetuado pelo contribuinte.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10510.002837/2006-91
Recurso n° 246.218 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.335 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria PS/COFINS - INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO/DECLARAÇÃO
Recorrente PROJETOS & CONSTRUÇÕES TTEC LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Fatos geradores: 30/11/2002, 31/12/2002
DIFERENÇA APURADA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O DECLARADO. LANÇAMENTO DE OFICIO.
Tendo sido apurados insuficiência de recolhimento e falta de declaração das contribuições Cofins e para o PIS, bem como ausência de compensação válida escorreita a atuação da autoridade fiscal na lavratura dos autos de infração.
COMPENSAÇÃO. CRÉDITOS DECORRENTES DE MEDIDA JUDICIAL, TRÂNSITO EM JULGADO. FORMALIZAÇÃO.
Créditos decorrentes de decisão judicial somente são passíveis de compensação após o trânsito em julgado da respectiva decisão. A simples alegação do contribuinte não supre as medidas exigidas por lei para a formalização da compensação, que deverá, inclusive, encontrar-se devidamente escriturada.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Fatos geradores: 31/08/2002, 30/09/2002, 31/10/2002, 30/11/2002, 31/12/2002.
DIFERENÇA APURADA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O DECLARADO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.
Tendo sido apurados insuficiência de recolhimento e falta de declaração das contribuições Cofins e para o PIS, bem como ausência de compensação válida escorreita a atuação da autoridade fiscal na lavratura dos autos de infração.
COMPENSAÇÃO. CRÉDITOS DECORRENTES DE MEDIDA JUDICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. FORMALIZAÇÃO.
Créditos decorrentes de decisão judicial somente são passíveis de compensação após o trânsito em julgado da respectiva decisão. A simples alegação do contribuinte não supre as medidas exigidas por lei para a formalização da compensação, que deverá, inclusive, encontrar-se devidamente escriturada.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 18471.001332/2004-62
Recurso n° 248.236 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.337 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria PIS - AUSENCIA DE DECLARAÇÃO E RECOLHIMENTO
Recorrente R.Y.Y.D. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Fatos geradores: 28/02/2003, 31/03/2003, 30/04/2003, 31/05/2003, 31/07/2003, 31 /10/2003, 31/01/2004.
DIFERENÇA APURADA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O DECLARADO. LANÇAMENTO DE OFICIO.
Tendo sido apurados insuficiência de recolhimento e falta de declaração de parcelas da contribuição para o PIS, escorreita a atuação da autoridade fiscal na lavratura do auto de infração, nos termos da legislação que rege a matéria.
ALEGAÇÕES DE ERRO NA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E NA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA. PRECLUSÃO.
Ao Recorrente foram assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório durante as verificações fiscais e nas fases de impugnação e de recurso voluntário, sendo que, cru nenhuma dessas oportunidades, ele trouxe novos elementos que amparassem suas alegações. A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual. Não caracterizada nenhuma das exceções à regra.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 13005.001100/2004-97
Recurso n° 243.393 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.348 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria COFINS - RESSARCIMENTO/CESSÃO DE CRÉDITOS ICMS
Recorrente ATC - ASSOCIATED TOBACCO COMPANY BRASIL LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Período de apuração: 01/04/2004 a 30/06/2004
PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS DA COFINS. COMPENSAÇÃO. CESSÃO DE CRÉDITOS DE ICMS.
A cessão de créditos escriturais não se caracteriza como receita, sendo mero ressarcimento de custo tributário, inexistindo acréscimo patrimonial para as sociedades empresarias industriais ou repasse dos valores aos produtos ou aos consumidores finais. Os créditos de ICMS repassados a terceiros não se referem a valores anteriormente deduzidos no resultado da pessoa jurídica e posteriormente recuperados, configurando-se, no contexto da técnica da não cumulatividade, numa forma de absorção de créditos não compensados com impostos de mesma natureza incidentes sobre vendas no mercado interno.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Alexandre Kern.
--
Processo n° 10331.000233/2003-75
Recurso n° 238.938 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.344 - 3ª Turma Especial
Sessão de 11 de março de 2010
Matéria PIS NÃO-CUMULATIVO - RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS
Recorrente PVP SOCIEDADE ANÔNIMA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/12/2002 a 30/09/2003
RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS D0 PIS NÃO-CUMULATIVO JUROS SELIC. INAPLICABILIDADE.
O ressarcimento de créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS não se confunde com a restituição de indébito, havendo vedação legal para a atualização monetária ou a incidência de juros sobre o montante apurado.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Período de apuração: 01/12/2002 a 30/09/2003
CONTESTAÇÃO. PROVA PRECLUSÃO.
Ao contribuinte cabe o ônus de comprovar suas alegações, mormente se considerar que as conclusões da Fiscalização encontram-se amparadas na escrituração e nos documentos fornecidos pela própria pessoa jurídica.
Recluso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo n° 10860.004017/2004-00
Recurso n° 249.045 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.364 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria COFINS - CONCOMITÂNCIA E ACRÉSCIMOS LEGAIS
Recorrente COMERCIAL BUR ITY LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Fatos geradores: 31/03/1999, 30/04/1999, 31/05/1999, 29/02/2000, 31/05/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 31/08/2000, 30/09/2000, 31/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 28/02/2001, 31/03/2001, 30/04/2001, 31/05/2001, 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30109/2002, 31/10/2002, 30/11/2002, 31/12/2002, 31/01/2003.
PROCESSOS ADMINISTRATIVO E JUDICIAL. CONCOMITÂNCIA.
Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial, (Súmula CARI n° 1).
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA, LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
Nos lançamentos por homologação, sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado quanto ao pagamento antecipado efetuado pelo contribuinte, extingue-se o crédito tributário após cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, desde que não haja outro prazo fixado em lei, nos termos do art. 150, § 4º , do Código Tributário Nacional (CTN).
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Fatos geradores: 31/03/1999, 30/04/1999, 31/05/1999, 29/02/2000, 31/05/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 31/08/2000, 30/09/2000, 31/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 28/02/2001, 31/03/2001, 30/04/2001, 31/05/2001, 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/09/2002, 31/10/2002, 30/11/2002, 31/12/2002, 31/01/2003.
APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE NA ESFERA ADMINISTRATIVA.
Não cabe na esfera administrativa a discussão sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei, nos termos contidos no art. 26-A e parágrafo único do Decreto n° 70.235/1972 (PAF), com redação dada pela Lei n° 11.941/2009, bem como no art. 62 e parágrafo único do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A legislação prevê exceções que autorizam o afastamento da aplicação de lei, tratado internacional Ou decreto por parte dos julgadores administrativos, inaplicáveis no presente caso, por existir decisão judicial transitada em julgado desfavorável à tese do ora Recorrente.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Fatos geradores: 31/03/1999, 30/04/1999, 31/05/1999, 29/02/2000, 31/05/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 31/08/2000, 30/09/2000, 31/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 28/02/2001, 31/03/2001, 30/04/2001, 31/05/2001 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/0112002, 28/02/2002, 30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/09/2002, 31/10/2002, 30/11/2002, 31/12/2002, 31/01/2003.
ACRÉSCIMOS LEGAIS, JUROS DE MORA. MULTA DE OFÍCIO.
Inexiste autorização legislativa para a remissão ou redução das penalidades aplicáveis ao contribuinte, bem como dos respectivos juros de mora, que não pagou o tributo devido no prazo legal e antes de iniciado o procedimento de oleio.
Recurso Voluntário Provido Parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso na parte do mérito coincidente com a matéria discutida na esfera judicial e, na parte conhecida, dar provimento parcial ao recurso, para reconhecer a ocorrência da tácita homologação dos pagamentos efetuados relativamente aos tatos geradores ocorridos em 31/03/ 999, 30/04/1999 e 31/05/1999.
--
Processo n° 11065.005423/2004-10
Recurso n° 251.903 Voluntário
Acórdão n° 3803-00.354 - 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de março de 2010
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente: CALÇADOS ORQUIDEA LTDA
Recorrida DRJ - PORTO A I,REGRE/RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 01/01/2004 a 31/06/2004
CERCEAMENTO DE DEFESA E NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não ocorre nulidade ou cerceamento de defesa quando o lançamento obedece à legislação que rege o lançamento fiscal e o contribuinte tem conhecimento da infração imputada, exercendo plenamente seu direito de defesa.
RECEITAS NÃO-CONSIDERADAS DESPESAS/CUSTOS INDEVIDOS COMPONDO A BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO AO CONTRIBUINTE - INFLUÊNCIA NO VALOR A RESSARCIR.
Na apuração do valor a ressarcir de PIS e COFINS: não cumulativos devem-se somar as receitas não consideradas e diminuir as despesas/custos indevidamente considerados, ambos para fins de apuração da base de cálculo da contribuição que serve para apurar o valor do ressarcimento, nos termos da legislação.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 10183.003340/2003-04
Recurso nº 132.661 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.108 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente BRASCALL - BRASIL CENTER LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. ATIVIDADE IMPEDITIVA.
É vedada a opção pelo Simples de pessoas jurídicas que realizam qualquer das atividades previstas no art. 9°, inciso XIII, da Lei n° 9.317/1996.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13052.000308/2004-23
Recurso nº 139.971 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.114 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente KITTEL & CIA. LTDA.
Recorrida DRJ-SANTA MARIA/RS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA.
Até 05/04/2004, tendo em vista o exercício de atividades técnicas próprias de engenheiro (fabricação de máquinas industriais e implementos agrícolas), o Recorrente encontrava-se impedido de optar pelo Simples, nos termos do art. 90, XIII, da Lei n° 9.317/1996. A partir de então, em face da alteração de seu objeto social, que não mais incluía a execução de serviços próprios de engenheiro ou de profissionais assemelhados, o Recorrente não mais se encontrava, em razão tão-somente de sua atividade, impossibilitado de optar pelo Simples.
Recurso voluntário provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para autorizar a opção pelo Simples a partir de 05/04/2004, em razão da alteração do objeto social.
--
Processo nº 13839.001225/2005-95
Recurso nº 139.975 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.115 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente ANA PAULA TORSO PEREIRA DA SILVA
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E
CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA.
As pessoas jurídicas prestadoras de serviços de limpeza, conservação e manutenção encontram-se impossibilitadas de optar pelo Simples, nos termos do art. 90, XII, "f', da Lei n° 9.317/1996. A partir da vigência da Lei Complementar n° 123/2006, o contribuinte, considerando tão-somente a sua atividade, poderia optar pelo Simples Nacional.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13851.001862/2003-31
Recurso nº 138.460 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.111 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente OBRA CRIADA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. - ME.
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA. SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES.
É vedada a opção pelo Simples de pessoa jurídica que prestes serviços profissionais de decorador, assemelhados aos prestados por arquiteto, nos termos do inciso XIII do art. 9° da Lei n° 9.317/96. A partir da vigência da Lei Complementar n° 128/2008, o objeto social da Recorrente não a impede de optar pelo Simples Nacional.
RETROATIVIDADE. INEXISTÊNCIA.
Não há que se falar em retroatividade da norma jurídica que dispõe sobre o instituto da exclusão do Simples quando, em função das atividades contidas em seu objeto social, a sociedade empresária não poderia ter optado pelo Simples, tendo em vista a existência do óbice contido no inciso XIII do art. 9° da Lei n°9.317/96.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº 13888.000682/2005-87
Recurso nº 139.867 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.113 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente LAGOSTIM COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA.
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÓES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2003
SIMPLES. EXCLUSÃO. PARTICIPAÇÃO DE SÓCIO EM OUTRA EMPRESA. EFEITOS.
Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, quando a receita bruta global ultrapassa o limite legalmente estabelecido. A exclusão de oficio surte efeito a partir do mês subseqüente, nos termos do inciso IX do art. 90 e do inciso II do art. 15 da Lei n°9.317/1996.
RETROATIVIDADE DA EXCLUSÃO. INEXISTÊNCIA.
Não há que se falar em retroatividade da norma jurídica que dispõe sobre o instituto da exclusão do Simples quando, em função da existência do óbice previsto no art. 9°, IX, da Lei n° 9.317/1996, a sociedade empresária não poderia ter optado, no período sob análise, por essa sistemática de pagamento de tributos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETROATIVIDADE BENIGNA. INAPLICABILIDADE
O instituto da retroatividade benigno previsto no art. 106 do Código Tributário Nacional (CTN) abrange apenas as leis posteriores que sejam expressamente interpretativas ou quando instituem penalidade (multa) mais benéfica ao contribuinte.
NULIDADE DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO. PRESSUPOSTOS
DE VALIDADE
O Ato Declaratório Executivo que excluiu a pessoa jurídica do Simples contém todos os elementos necessários à individualização da matéria de que trata, tendo sido expedido por autoridade competente e observado os requisitos da descrição pormenorizada do motivo da exclusão, da fundamentação legal e dos efeitos da exclusão.
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE.
Não se encontra abrangida pela competência da autoridade tributária administrativa a apreciação da inconstitucionalidade das leis, uma vez que neste juízo os dispositivos legais se presumem revestidos do caráter de validade e eficácia, não cabendo, pois, na hipótese, negar-lhes execução.
Recurso voluntário negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10746.001293/2005-03
Recurso nº 139.253 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.010 - 1ª Turma Especial
Sessão de 17 de março de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL.
Recorrente INVESTCO S/A
Recorrida DRJ-BRASILIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR. OS VALORES LANÇADOS NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL-ITR, DEVEM SER DEVIDAMENTE COMPROVADOS PELO CONTRIBUINTE. Não assiste razão à recorrente em suas alegações recursais por não comprovar os valores lançados em sua DITR. A ausência de provas documentais ou de elementos concretos que possam ilidir o trabalho fiscal realizado dentro dos parâmetros da legalidade.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 10746.001134/2005-09
Recurso nº 138.715 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.087 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente TERTULINO GUIMARÃES
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 1994
ITR - AUSÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO.
Constitui obrigação do contribuinte o cumprimento das normas legais. In casu, argumento sem prova hábil é incapaz de descaracterizar o auto de infração. Recurso a que se nega provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da P Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13739.000137/2004-13
Recurso nº 139.757 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.146 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente THOR MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 2004
SIMPLES.
Atividade vedada. Se a empresa requer somente a exclusão a partir de uma data, sem observar os normativos da Receita Federal do Brasil, seu pedido deve ser indeferido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13706.003173/2004-16
Recurso nº 139.759 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.118 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente GRAPHIC FACTORY LTDA.
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Receita bruta que ultrapassou o limite legal. Configuração. Exclusão do Simples ad limine. Se a recorrente confessa que se encontrava em situação excludente de opção pelo Simples, inviável a sua pretensão de reinclusão, eis que a eiva do fato impeditivo existe desde a sua origem.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13899.000298/2006-36
Recurso nº 139.977 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.116 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente J.G.S. SERVIÇOS PARA ESCRITÓRIO S/C LTDA. - ME.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2003
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA. SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONTADOR OU ASSEMELHADO.
É vedada a opção pelo Simples de pessoa jurídica que prestes serviços profissionais de contador ou assemelhado, nos termos do inciso XIII do art. 9° da Lei n°9.317/96.
A partir da vigência da Lei Complementar n° 123/2006, o objeto social da Recorrente não a impede de optar pelo Simples Nacional.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10805.002720/2003-59
Recurso nº 139.722 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.139 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente INSTITUTO BAMBINI MASTER DE ENSINO S/C
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Atividade vedada. Se o objeto social da empresa refere-se à atividade econômica vedada, quando do pedido de inclusão no Simples, deve o mesmo ser indeferido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 11050.002794/2004-17
Recurso nº 139.228 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.104 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria ITR
Recorrente JOÃO CARLOS NOGUEIRA SEIFRIZ
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2000
ITR. ADA-ATO DECLARATORIO AMBIENTAL
Deve ser provido o recurso se o contribuinte comprova ter protocolado tempestivamente a ADA, pois cabe ao contribuinte, em sua defesa apresentar todas as provas a embasar seu direito. Recurso em que se dá parcial provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da P Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para acatar a área de preservação permanente alegada pelo sujeito passivo.
--
Processo nº 10140.001601/2004-21
Recurso nº 139.724 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.140 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente STM SERVIÇOS TÉCNICOS E MANUTENÇÃO LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. Atividade vedada.
Compreende-se na atividade de construção de imóveis, a execução de obra de construção civil, própria ou de terceiros, como a construção, demolição, reforma, ampliação de edificação ou outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo. Se o objeto social da empresa refere-se à atividade econômica vedada, quando do pedido de inclusão no SIMPLES, deve o mesmo ser indeferido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10746.001132/2005-10
Recurso nº 138.716 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.088 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente TERTULINO GUIMARÃES
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 1994
ITR - AUSÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO.
Constitui obrigação do contribuinte o cumprimento das normas legais. In casu, argumento sem prova hábil é incapaz de descaracterizar o auto de infração. Recurso a que se nega provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da ia Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10410.005574/2003-57
Recurso nº 139.237 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.105 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente USINA CAETÉ S/A - FILIAL MARITUBA
Recorrida DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 1999
ITR. PEDIDO DE PERÍCIA.
Deve ser indeferido o pedido de perícia, se o recorrente não juntou documentos a embasar e justificar a sua solicitação. Cabe ao contribuinte, em sua defesa apresentar todas as provas a embasar seu direito. Recurso em que se nega provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10880.001217/2002-01
Recurso nº 134.948 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.109 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente MORGADO SERVIÇOS LTDA. - EPP.
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. AUSÊNCIA DE ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO. NULIDADE.
O ato exarado pela autoridade administrativa que determinou a exclusão do contribuinte é vinculado e deve encontrar-se revestido de forma, de finalidade, de motivação e de objeto, para que tenha validade e produza seus efeitos jurídicos e legais. A inexistência do Ato Declaratório de Exclusão implica a impossibilidade de exame de sua legalidade, bem como o exercício pleno por parte do administrado dos direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa.
Processo anulado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, to do direito de defesa.
--
Processo nº 10630.001334/2003-99
Recurso nº 134.971 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.110 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente LUIZ MARIANO TEIXEIRA
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO POR ATIVIDADE. VERDADE MATERIAL.
A atividade de comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores, por si só, não veda a opção da firma individual pelo Simples.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13839.000756/2005-61
Recurso nº 139.929 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.122 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recorrente M.R. KARIYA SUPERVISÃO TÉCNICA LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Atividade vedada. Se a recorrente confessa que realiza atividade por profissionais que fizeram cursos técnicos, corrobora que tal exercício profissional é vedado para ingresso no Simples, devendo o recurso ser improviso. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10073.001712/2004-88
Recurso nº 140.041 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.127 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente N.R. CRUZ-SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA.
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Atividade vedada. Se o objeto social da empresa refere-se à atividade econômica vedada, quando do pedido de inclusão no Simples, deve o mesmo ser indeferido.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10909.001180/2005-90
Recurso nº 134.102 Voluntário
Matéria EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO
Acórdão nº 301-33.914
Sessão de 23 de maio de 2007
Recorrente TH TRANSPORTES LTDA.
Recorrida DRJ/FLORIANÓPOLIS/SC
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Data do fato gerador: 15/07/2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MULTA ISOLADA. DESQUALIFICAÇÃO.
Cabível a exigência de multa isolada de 75% sobre o valor total do débito indevidamente compensado, quando a compensação for considerada não declarada, na hipótese do crédito utilizado pelo contribuinte não se referir a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal. (Inteligência do § 4º do art. 18 da Lei n° 10.833/03, com a redação dada pela Lei n° 11.196, de 21.11.2005).
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. Vencidos os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, George Lippert Neto, Adriana Giuntini Viana e Susy Gomes Hoffmann (relatora). Designado para redigir o acórdão o Conselheiro Valmar Fonsêca de Menezes.
--
Processo nº 11128.004431/97-11
Recurso nº 119.961 Embargos
Matéria IPUCLASSIFICAÇÃO FISCAL
Acórdão nº 301-33.782
Sessão de 24 de abril de 2007
Embargante Primeira Câmara
Interessado VOTOCEL FILMES FLEXÍVEIS LTDA.
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS
Data do fato gerador: 28/06/1995
CLASSIFICAÇÃO FISCAL. PROVAS. LIVRE CONVICÇÃO DO JULGADOR. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessária. O produto Levasil 100 s/30% é considerado uma preparação por conter solução aquosa de Dióxido de Silício e um sal de Alumínio que, apesar de atuar como estabilizante modifica as características do produto original.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS E PROVIDOS
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher e dar provimento aos Embargos de Declaração, para juntar aos autos o acórdão prolatado em virtude de erro de edição.
--
Processo nº 10183.003340/2003-04
Recurso nº 132.661 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.108 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente BRASCALL - BRASIL CENTER LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. ATIVIDADE IMPEDITIVA.
É vedada a opção pelo Simples de pessoas jurídicas que realiza qualquer das atividades previstas no art. 9°, inciso XIII, da Lei n° 9.317/1996.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13052.000308/2004-23
Recurso nº 139.971 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.114 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente KITTEL & CIA. LTDA.
Recorrida DRJ-SANTA MARIA/RS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA.
Até 05/04/2004, tendo em vista o exercício de atividades técnicas próprias de engenheiro (fabricação de máquinas industriais e implementos agrícolas), o Recorrente encontrava-se impedido de optar pelo Simples, nos termos do art. 90, XIII, da Lei n° 9.317/1996. A partir de então, em face da alteração de seu objeto social, que não mais incluía a execução de serviços próprios de engenheiro ou de profissionais assemelhados, o Recorrente não mais se encontrava, em razão tão-somente de sua atividade, impossibilitado de optar pelo Simples.
Recurso voluntário provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para autorizar a opção pelo Simples a partir de 05/04/2004, em razão da alteração do objeto social.
--
Processo nº 13839.001225/2005-95
Recurso nº 139.975 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.115 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente ANA PAULA TORSO PEREIRA DA SILVA
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA.
As pessoas jurídicas prestadoras de serviços de limpeza, conservação e manutenção encontram-se impossibilitadas de optar pelo Simples, nos termos do art. 90, XII, "f', da Lei n° 9.317/1996. A partir da vigência da Lei Complementar n° 123/2006, o contribuinte, considerando tão-somente a sua atividade, poderia optar pelo Simples Nacional.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13851.001862/2003-31
Recurso nº 138.460 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.111 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente OBRA CRIADA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. - ME.
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E
CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA. SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES.
É vedada a opção pelo Simples de pessoa jurídica que preste serviços profissionais de decorador, assemelhados aos prestados por arquiteto, nos termos do inciso XIII do art. 9° da Lei n° 9.317/96.
A partir da vigência da Lei Complementar n° 128/2008, o objeto social da Recorrente não a impede de optar pelo Simples Nacional.
RETROATIVIDADE. INEXISTÊNCIA.
Não há que se falar em retroatividade da norma jurídica que dispõe sobre o instituto da exclusão do Simples quando, em função das atividades contidas em seu objeto social, a sociedade empresária não poderia ter optado pelo Simples, tendo em vista a existência do óbice contido no inciso XIII do art. 9° da Lei n°9.317/96.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13888.000682/2005-87
Recurso nº 139.867 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.113 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente LAGOSTIM COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA.
Recorrida DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2003
SIMPLES. EXCLUSÃO. PARTICIPAÇÃO DE SÓCIO EM OUTRA
EMPRESA. EFEITOS.
Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, quando a receita bruta global ultrapassa o limite legalmente estabelecido. A exclusão de oficio surte efeito a partir do mês subseqüente, nos termos do inciso IX do art. 90 e do inciso II do art. 15 da Lei n°9.317/1996.
RETROATIVIDADE DA EXCLUSÃO. INEXISTÊNCIA.
Não há que se falar em retroatividade da norma jurídica que dispõe sobre o instituto da exclusão do Simples quando, em função da existência do óbice previsto no art. 9°, IX, da Lei n° 9.317/1996, a sociedade empresária não poderia ter optado, no período sob análise, por essa sistemática de pagamento de tributos.
RETROATIVIDADE BENIGNA. INAPLICABILIDADE
O instituto da retroatividade benigno previsto no art. 106 do Código Tributário Nacional (CTN) abrange apenas as leis posteriores que sejam expressamente interpretativas ou quando instituem penalidade (multa) mais benéfica ao contribuinte.
NULIDADE DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO. PRESSUPOSTOS DE VALIDADE
O Ato Declaratório Executivo que excluiu a pessoa jurídica do Simples contém todos os elementos necessários à individualização da matéria de que trata, tendo sido expedido por autoridade competente e observado os requisitos da descrição pormenorizada do motivo da exclusão, da fundamentação legal e dos efeitos da exclusão.
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE.
Não se encontra abrangida pela competência da autoridade tributária administrativa a apreciação da inconstitucionalidade das leis, uma vez que neste juízo os dispositivos legais se presumem revestidos do caráter de validade e eficácia, não cabendo, pois, na hipótese, negar-lhes execução.
Recurso voluntário negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10746.001293/2005-03
Recurso nº 139.952 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.010 - 1ª Turma Especial
Sessão de 17 de março de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente INVESTCO S/A
Recorrida DRJ-BRASILIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR. OS VALORES LANÇADOS NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL-ITR, DEVEM SER DEVIDAMENTE COMPROVADOS PELO CONTRIBUINTE. Não assiste razão à recorrente em suas alegações recursais por não comprovar os valores lançados em sua DITR. A ausência de provas documentais ou de elementos concretos que possam ilidir o trabalho fiscal realizado dentro dos parâmetros da legalidade.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 10746.001134/2005-09
Recurso nº 138.715 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.087 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente TERTULINO GUIMARÃES
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 1994
ITR - AUSÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO.
Constitui obrigação do contribuinte o cumprimento das normas legais. In casu, argumento sem prova hábil é incapaz de descaracterizar o auto de infração. Recurso a que se nega provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário negado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13739.000137/2004-13
Recurso nº 139.757 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.146 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente THOR MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 2004
SIMPLES.
Atividade vedada. Se a empresa requer somente a exclusão a partir de uma data, sem observar os normativos da Receita Federal do Brasil, seu pedido deve ser indeferido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da P Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13706.003173/2004-16
Recurso nº 139.759 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.118 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente GRAPHIC FACTORY LTDA.
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Receita bruta que ultrapassou o limite legal. Configuração. Exclusão do Simples ad limine. Se a recorrente confessa que se encontrava em situação excludente de opção pelo Simples, inviável a sua pretensão de reinclusão, eis que a eiva do fato impeditivo existe desde a sua origem.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13899.000298/2006-36
Recurso nº 139.977 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.116 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente J.G.S. SERVIÇOS PARA ESCRITÓRIO S/C LTDA. - ME.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2003
SIMPLES. EXCLUSÃO. ATIVIDADE IMPEDITIVA. SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONTADOR OU ASSEMELHADO.
É vedada a opção pelo Simples de pessoa jurídica que prestes serviços profissionais de contador ou assemelhado, nos termos do inciso XIII do art. 9° da Lei n°9.317/96. A partir da vigência da Lei Complementar n° 123/2006, o objeto social da Recorrente não a impede de optar pelo Simples Nacional.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10805.002720/2003-59
Recurso nº 139.722 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.139 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente INSTITUTO BAMBINI MASTER DE ENSINO S/C
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Atividade vedada. Se o objeto social da empresa refere-se à atividade econômica vedada, quando do pedido de inclusão no Simples, deve o mesmo ser indeferido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 11050.002794/2004-17
Recurso nº 139.228 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.104 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria ITR
Recorrente JOÃO CARLOS NOGUEIRA SEIFRIZ -
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2000
ITR. ADA-ATO DECLARATORIO AMBIENTAL
Deve ser provido o recurso se o contribuinte comprova ter protocolado tempestivamente a ADA, pois cabe ao contribuinte, em sua defesa apresentar todas as provas a embasar seu direito. Recurso em que se dá parcial provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da P Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para acatar a área de preservação permanente alegada pelo sujeito passivo.
--
Processo nº 10140.001601/2004-21
Recurso nº 139.724 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.140 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente STM SERVIÇOS TÉCNICOS E MANUTENÇÃO LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. Atividade vedada.
Compreende-se na atividade de construção de imóveis, a execução de obra de construção civil, própria ou de terceiros, como a construção, demolição, reforma, ampliação de edificação ou outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo. Se o objeto social da empresa refere-se à atividade econômica vedada, quando do pedido de inclusão no SIMPLES, deve o mesmo ser indeferido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da ia Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10746.001132/2005-10
Recurso nº 138.716 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.088 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente TERTULINO GUIMARÃES
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 1994
ITR - AUSÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO.
Constitui obrigação do contribuinte o cumprimento das normas legais. In casu, argumento sem prova hábil é incapaz de descaracterizar o auto de infração. Recurso a que se nega provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10410.005574/2003-57
Recurso nº 139.237 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.105 - 1ª Turma Especial
Sessão de 18 de maio de 2009
Matéria IMPOSTA TERRITORIAL RURAL
Recorrente USINA CAETÉ S/A - FILIAL MARITUBA
Recorrida DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 1999
ITR. PEDIDO DE PERÍCIA.
Deve ser indeferido o pedido de perícia, se o recorrente não juntou documentos a embasar e justificar a sua solicitação. Cabe ao contribuinte, em sua defesa apresentar todas as provas a embasar seu direito. Recurso em que se nega provimento. Votação unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10880.001217/2002-01
Recurso nº 134.948 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.109 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente MORGADO SERVIÇOS LTDA. - EPP.
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO. AUSÊNCIA DE ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO. NULIDADE.
O ato exarado pela autoridade administrativa que determinou a exclusão do contribuinte é vinculado e deve encontrar-se revestido de forma, de finalidade, de motivação e de objeto, para que tenha validade e produza seus efeitos jurídicos e legais. A inexistência do Ato Declaratório de Exclusão implica a impossibilidade de exame de sua legalidade, bem como o exercício pleno por parte do administrado dos direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa.
Processo anulado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em ANULAR o processo ab initio por cerceamento do direito de defesa.
--
Processo nº 10630.001334/2003-99
Recurso nº 134.971 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.110 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente LUIZ MARIANO TEIXEIRA
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES. EXCLUSÃO POR ATIVIDADE. VERDADE MATERIAL.
A atividade de comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores, por si só, não veda a opção da firma individual pelo Simples.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da P Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 13839.000756/2005-61
Recurso nº 139.929 Voluntário
Acórdão nº 3801-00.122 - 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de maio de 2009
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente M.R. KARIYA SUPERVISÃO TÉCNICA LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
SIMPLES.
Atividade vedada. Se a recorrente confessa que realiza atividade por profissionais que fizeram cursos técnicos, corrobora que tal exercício profissional é vedado para ingresso no Simples, devendo o recurso ser improvido. Votação Unânime.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 1ª Turma Especial da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4o, inciso IV, e no art. 5o do Decreto no 4.984, de 12 de fevereiro de 2004;

Considerando que o projeto da Empresa Enagro Empreendimentos Agrários S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o no 05.416.771/0001-88, teve seus incentivos cancelados por intermédio da Resolução no 21, de 11 de novembro de 2005, em virtude do não enquadramento do projeto à nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991;

Considerando que a referida Resolução assinalou a expressão "sem desvio de recursos" sem contudo verificar a correta aplicação dos incentivos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam concedidos à empresa;

Considerando que a Unidade Técnica da Gerência Regional de Belém - GRB, após análise dos Relatórios de Fiscalização existentes nos arquivos do Finam, verificou a existência de indícios de desvio na aplicação de recursos do Finam na conduta da empresa, consistentes na paralisação das obras e serviços de implantação com sinais de abandono do empreendimento, bem como na falta de apresentação de escrituração contábil;

Considerando que o Despacho no 1184, de 30 de setembro de 2010, recomenda a abertura de processo administrativo apuratório, resolve:

1.Reformar a Resolução no 21, de 11 de novembro de 2005, especificamente com relação à Empresa Enagro Empreendimentos Agrários S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o no 05.416.771/0001-88, no intuito de afastar e excluir a expressão "sem desvio de recursos", mantendo-se o cancelamento dos incentivos pelo não enquadramento do projeto à nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Determinar a instauração de Processo Administrativo Apuratório em desfavor da empresa, visando à apuração dos indícios de desvio na aplicação de recursos do Finam, observando-se os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal e sob o rito específico da Portaria Ministerial no 639, de 4 de abril de 2007.

FERNANDO BEZERRA COELHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de março de 2011

Nº 19 - Processo nº 59003.000060/2009-91. INTERESSADOS: CICRIA - COMPANHIA CRIADORA DA AMAZÔNIA S.A e Ministério da Integração Nacional - Departamento de Gestão dos Fundos de Investimento - DGFI. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784/99. DECISÃO: Conheço do recurso (fls. 262 a 270 - volume II) para negar-lhe provimento, ex vi do Despacho nº 1586 do DGFI/MI, de 1º de dezembro de 2010 (fls. 271 a 276 - volume II) e do Parecer CONJUR/MI nº 54, de 2 de fevereiro de 2011 (fls. 278 a 284 - volume II). Restitua-se ao DGFI/MI para adoção das providências complementares.

Nº 20 - Processo nº 00035.787/83. INTERESSADOS: ALUMÍNIO IPAM S.A. Indústria e Comércio e Ministério da Integração Nacional - Departamento de Gestão dos Fundos de Investimento - DGFI. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei n° 9.784/99. DECISÃO: Não conheço do recurso, ex vi do Despacho nº 1032 do DGFI/MI, de 1° de setembro de 2010 (fls. 1942 a 1948 - volume VI) e do Parecer CONJUR/MI nº 135, de 16 de fevereiro de 2011 (fls. 1960 a 1964 - volume VI). Restitua-se ao DGFI/MI para adoção das providências complementares.

Nº 21 - Processo nº 59430.000653/2001-61. INTERESSADOS: AGROPECUÁRIA VIRTUOSA S.A. e Ministério da Integração Nacional - Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos - DGFI. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei n° 9.784/99. DECISÃO: Não conheço do recurso (fls. 242 a 244 - volume II), ex vi do Despacho nº 093 do DGFI/MI, de 21 de janeiro de 2011 (fls. 245 a 248 - volume II) e do Parecer CONJUR/MI nº 179, de 28 de fevereiro de 2011 (fls. 252 a 255 - volume II). Restitua-se ao DGFI/MI para adoção das providências complementares.

Nº 22 - PROCESSO nº 59430.003416/2000-71. INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos - DGFI e AGROPECUÁRIA MONTE VERDE S.A. ASSUNTO: Pedido de enquadramento de projeto na hipótese prevista no art. 6º da MP nº 2.199-14/2001. DECISÃO: Não conheço do recurso administrativo (fls. 119 a 122), por intempestividade, ex vi do Despacho nº 1614/DGFI/SECEX/MI, de 3 de dezembro de 2010 (fls. 146 a 151) e do Parecer CONJUR/MI nº 178, de 28 de fevereiro de 2011 (fls. 154 a 156). Restitua-se ao DGFI para adoção das providências subsequentes.

Nº 23 - Processo nº 59003.000002/2010-00. INTERESSADOS: CAROBEIRA AGROPECUÁRIA S.A. e Ministério da Integração Nacional - Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos - DGFI. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei n° 9.784/99. DECISÃO: Conheço do recurso (fls. 146 a 158) para negar-lhe provimento, ex vi do Despacho nº 1436 do DGFI/MI, de 16 de novembro de 2010 (fls. 163 a 167) e do Parecer CONJUR/MI nº 176, de 28 de fevereiro de 2011 (fls. 170 a 173). Restitua-se ao DGFI/MI para adoção das providências complementares.

FERNANDO BEZERRA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 28 de março de 2011

Nº 119 - Considerando a reportagem veiculada pelo Programa Fantástico, da emissora Rede Globo, exibida no dia 27 de março de 2011, que apontou falhas nas fiscalizações realizadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal- DPRF, determino:

1) a abertura de sindicância para apurar, dentre outros fatos noticiados na matéria: as razões da falta de fiscalização, do abandono e da deterioração dos postos do Departamento; a falta de planejamento na reforma do posto do DPRF em São Sebastião no Estado de Alagoas, acarretando o mau aproveitamento de recursos públicos; a venda de drogas ao longo das rodovias; a omissão quanto à adoção dos procedimentos cabíveis com relação aos veículos apreendidos, apresentando como consequência o abandono dos mesmos.

2) a abertura de sindicância para apurar eventuais irregularidades consistentes na liberação irregular de veículos, em razão da pessoa do condutor, cometidas no âmbito da Superintendência Regional do DPRF no Estado do Ceará.

3) o encaminhamento de cópia da reportagem exibida à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal, para a adoção das providências cabíveis, no âmbito de suas atribuições.

4) à Direção-Geral do DPRF, a elaboração de relatório detalhado sobre as razões da ocorrência dos fatos noticiados, bem como a apresentação de propostas e planos de equacionamento da situação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de Divulgação do Resultado do I Prêmio Nacional de Boas Práticas em Política Criminal e Penitenciária, de dezembro de 2010 para junho de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GEDER LUIZ ROCHA GOMES

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 E 15 DE FEVEREIRO DE 2011

Aos quatorze e quinze dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Edifício Sede, do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: O Presidente, Geder Luiz Rocha Gomes; 1º Vice- Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro; 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback, e os demais seguintes membros: Alvino Augusto de Sá; Christine Kampmann Bittencourt; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fernando Braga Viggiano; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Souza Netto; Luiz Guilherme Mendes Paiva; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares; Renato Flávio Marcão, bem como os seguintes participantes externos: Dalio Zippin Filho e Maurício Kuehne, do Conselho Penitenciário do PR; Alexandre Cabana; DISPP/DEPEN; Anderson Souza Daura - SR/DPF/SP; Sandro Torres Avelar - DISPF/DEPEN; Silvio Tucci - PMESP; Roberto Rodrigues, Presidente do Colégio de Presidentes dos Conselhos Penitenciários Estaduais; André Luiz de Almeida e Cunha, Ex-Diretor de Políticas Penitenciárias do DEPEN; Sérgio Henrique Alves; SSP/GO; João Paulo Sena Chagas de Oliveira - Polícia Técnica/BA; Elionaldo Fernandes Julião - UFF/RJ; Rosangela Peixoto Santa Rita - DEPEN/MJ; Augusto Rossini - DEPEN/MJ. Justificaram a ausência os conselheiros: Adeildo Nunes; Airton Michels; Carlos Eduardo Japiassú; Carlos Frederico Guazzelli e Marcos Rolim. Prestaram logística os servidores Rafael de Sousa Costa, Kizio Makicelio e a secretária executiva do Conselho - Jussara Isaac Ribeiro. O presidente do CNPCP iniciou a reunião passando a palavra aos conselheiros para as comunicações e preposições. O conselheiro Alvino Augusto de Sá, que justificou antecipadamente sua ausência da reunião de março, e solicitou que, se possível, se antecipe a reunião de outubro, prevista para ser realizada no Tocantins, em função das últimas notícias preocupantes, advindas das ações do atual Secretário de Segurança, Cidadania e Justiça, e também das atrocidades físicas que os Conselheiros viram nos corpos dos presos provenientes da Unidade de Tratamento de Barra da Grota, após a rebelião de dezembro de 2009, quando de sua visita à Penitenciária Federal de Campo Grande. Logo após, o conselheiro Dr. Fernando Braga Viggiano comunicou que nos dias 17 e 18 de janeiro foram realizadas as inspeções nos presídios do Paraná, cujo relatório será apresentado no dia 21 de março, em Curitiba, e que a nova Secretária Estadual de Justiça, Dra. Maria Tereza Uille Gomes, que vem do quadro do Ministério Público, já citou tudo o que quer fazer, os problemas que encontrou, e o que poderia passar em linha de ação, que o Conselho pudesse desenvolver, e projetos já bem sucedidos no país inteiro, que poderiam ser replicados no Paraná, e alertou quanto à questão de que os novos Secretários de Justiça estão entrando agora, sendo este pois o melhor momento para se visitar os Estados e cobrar algumas atitudes. Em seguida, o conselheiro Dr. Luis Guilherme Paiva apresentou um tema sobre política criminal, referente a penas alternativas para pequenos traficantes. A conselheira Dra. Gisela Maria Bester comunicou que na semana passada foi procurada pela jornalista Deborah Freire, da Gazeta de Alagoas, que também cobriu a Audiência Pública que o CNPCP realizou em Maceió no dia 27 de outubro de 2010, recebendo mais más notícias sobre o sistema penitenciário e prisional de Alagoas, Estado que a Conselheira tem o dever de fiscalizar juntamente com o Conselheiro Marcos Rolim. Lamentou informar que o quadro geral piorou, e muito, desde a inspeção do CNPCP ao Estado, feita em outubro último por ela e pelo Conselheiro Dr. Alvino Augusto de Sá, sendo que desde o início deste ano já houve cinco mortes nos presídios de Alagoas. Para ilustrar o que disse, a Conselheira referiu-se às matérias constantes nos seguintes sítios: <http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=222877>, <http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=223027>, <http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=223245&tipo=0> e <http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=223765>, anteriormente já enviadas por ela aos Conselheiros, via correio eletrônico, sendo que a primeira fala das agressões sofridas pelos presos durante um início de rebelião, no dia 21 de janeiro, em plena greve dos agentes, alegando que estes teriam cometido excessos; a segunda refere-se a duas mortes de reeducandos, no presídio Baldomero Cavalcanti, e a terceira fala de uma terceira morte, no Cyridião Durval, sendo que a quarta registra a opinião do promotor da Vara de Execuções Penais, Cyro Blatter, sobre a situação do Sistema Penitenciário. Segundo as jornalistas, as mortes aconteceram logo depois do final da greve dos agentes. Informou também a Conselheira que, até a data de hoje, conforme a Secretaria do CNPCP, o Conselho não recebeu nenhuma resposta aos vários ofícios que enviou às autoridades daquele Estado a partir do relatório de inspeção aprovado em meados de dezembro último, e que se trata de um Estado que nem sequer pode se servir da justificativa de que esteja fazendo transição de governo, eis que lá houve reeleição. Portanto essa demora injustificada significa um descaso para com a atuação do CNPCP e para com a situação caótica do sistema prisional e penitenciário alagoano. Em função disso tudo, propôs que o CNPCP fizesse uma representação contra o Estado de Alagoas, nos mesmos moldes daquela que está sendo feita contra Santa Catarina. Em seguida, o Conselheiro Rodrigo Duque Estrada Roig Soares comunicou os graves fatos, na verdade já de conhecimento de todos os Conselheiros por meio de correio eletrônico que enviou antes desta reunião, oficializados e publicizados no âmbito do governo do Estado do Tocantins, pela Portaria Nº 095, da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania do Tocantins, de 31 de janeiro de 2011 (Diário Oficial do Estado Nº 3.312, p. 27), parcialmente revogada pela Portaria Nº 144, de 3 de fevereiro de 2011 (DOE Nº 3.316, p. 10), sobre as inconstitucionais medidas tomadas pelo Secretário de Estado, Sr. João Costa Ribeiro, contra os direitos fundamentais dos presos e presas de seu Estado, impondo-lhes o corte de cabelo com máquina 02, inclusive para as mulheres, presos provisórios e presos civis, bem como sugerindo que o uniforme dos presos masculinos seja composto de macacão, roupa íntima, meias e tênis, tudo na cor rosa pink. O Conselheiro lembrou que, a partir do sistema de garantias fundamentais previsto pela Constituição Federal, considera-se altamente vexatória a cor rosa em uniformes masculinos de presos, resultando um Estado que o preveja como violador de vários direitos fundamentais constitucionais dos destinatários, destacando-se a integridade moral e o direito personalíssimo à imagem, todos componentes da dignidade humana. Do mesmo modo, instituir o uso de macacões enquanto uniformes de presos em um Estado cuja temperatura média é sempre muito alta ao longo do ano todo, configura agressões à integridade física dos detentos. Ainda sobre isso, a Conselheira Valdirene ressaltou que, apesar de a Portaria Nº 095, referida pelo Conselheiro Rodrigo, ter sido revogada neste particular, e de haver corte de cabelo obrigatório nos presos do sistema penitenciário federal, este Conselho tem o dever de informar que a existência de penitenciárias federais no Brasil é exceção na execução penal, não regra, e que por isso mesmo tal prática não deve ser repetida pelos Estados da Federação. O assunto levantando pelo Conselheiro Rodrigo também foi reforçado pela Conselheira Gisela, outrora designada pelo CNPCP para fiscalizar o Estado, explicando aos presentes que quanto à Medida Provisória Nº 6, de 20 de janeiro de 2011 (DOE Nº 3.305, p. 1-3), do Governo do Estado, chama especial atenção deste Conselho a criação de novos cargos aparentemente desnecessários e estranhos à atividade fim da Secretaria, com a previsão das mais altas gratificações/comissões (DAS 10 e 12) em seus provimentos, tais como "Superintendente de Segurança Pessoal do Secretário", "Superintendente de Mídia", "Diretor de Conteúdo e Texto", "Diretor de Produção", "Diretor de Imagem" e "Diretor de Projetos no Exterior", enquanto que no Estado faltam delegados de polícia, agentes prisionais e carcerários, havendo inclusive delegados aprovados no último concurso público aguardando suas nomeações, faltando também novas unidades penitenciárias e carcerárias, carências já identificadas há mais tempo quando das inspeções deste Conselho ao sistema prisional do Estado e recente e amplamente divulgadas pela imprensa nacional. Como exemplo, citou o programa dominical Fantástico, da Rede Globo, que recentemente divulgou o caso de presos flagrados cuidando da Cadeia Pública, em Xambioá, cidade do Norte do Estado. Diante disto, o Conselheiro Rodrigo solicitou que haja uma manifestação oficial do CNPCP condenando as iniciativas do Governador e do referido Secretário. A conselheira Dra. Christine Bittencourt comunicou que o CNPCP não está sendo respeitado, pois no Maranhão ocorreram mais 6 mortes, em presídio que já havia sido inspecionado pelos Conselheiros, e afirmou que o Conselho tem que continuar batalhando para tomar medidas mais drásticas, porque do contrário o CNPCP vai ficar fazendo inspeção, fazendo relatório, mandando ofício e nada acontece, e ressaltou que o Conselho terá que trabalhar mais ainda na forma de pensar sobre política criminal, por conta da mudança de Ministro, tendo que mudar o posicionamento, pois, do contrário, nem o CNJ vai poder fazer alguma coisa. A conselheira Dra. Valdirene Daufemback comunicou sobre o 1° Prêmio de Boas Práticas em Política Criminal e Penitenciária, lembrando que os conselheiros Dr. Alvino de Sá, Dra. Valdirene Daufemback e Dra. Christine Bittencourt são os membros da Comissão Organizadora, que mandaram um e-mail para 9 conselheiros durante essas férias, os quais foram escolhidos para corrigirem os trabalhos inscritos, integrando assim a Comissão Julgadora do Prêmio; ressaltou que foi grande o número de inscrições (ao todo 128). Os nove conselheiros escolhidos para a tarefa são: Gisela Bester, Christine Bittencourt, Adeildo Nunes, Luiz Guilherme Paiva, Renato Marcão, José Laurindo, Milton Jordão, Carlos Japiassu e Carlos Guazzelli; cada um receberá, a partir desta data, via correio, um pacote com cerca de 15 trabalhos para ler e avaliar, com uma ficha com os critérios, conforme está no Edital, frisando que são trabalhos breves, mas com um material de consulta bastante rico. Explicou ainda a Dra. Valdirene que, depois de um determinado prazo as notas e os trabalhos serão recolhidos, e posteriormente os conselheiros serão convocados para uma reunião presencial, em Brasília, da Comissão Julgadora, para equalizar o nível de exigência, afinar os critérios de correção, ponderar casos especiais, definir os finalistas e os encaminhamentos (divulgação no sítio, publicação etc.), apresentando, assim, o resultado final. Observou, por fim, que esta metodologia é diferente do Prêmio Monográfico, primeiramente pela quantidade de trabalhos, não sendo possível mais de um conselheiro ler o mesmo trabalho; o segundo motivo é pelo tipo de material recebido: são CDs, material gráfico, peças, que não podem ser reproduzidos para ser distribuídos para dois ou mais conselheiros. Logo após o Conselheiro Dr. Herbert Carneiro comentou sobre a ótima aceitação do último Decreto de Indulto, e apresentou a sua primeira comunicação, que é sobre um plano de trabalho para as medidas de segurança no país como um todo, no âmbito do CNJ, tendo sido definido o início dos trabalhos para o mês de março, no Rio de Janeiro, enfrentando a questão das medidas de segurança com a metodologia do PAIPJ. Disse que o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

conselheiro Walter Nunes, do CNJ, recebeu uma proposta de minuta, sobre a medida de segurança, encaminhada pelo grupo de monitoramento do Estado de Minas Gerais, com linhas de ação para o judiciário brasileiro no que se refere à política antimanicomial, para que no Conselho Nacional de Justiça seja aprovada uma resolução tratando da questão antimanicomial. Solicitou que, diante da peculiaridade de São Paulo, a próxima inspeção seja feita por um mutirão de conselheiros, eis que há situações noticiosas graves por lá, como por exemplo em Batatais, São José do Pinhal, CDP de Pinheiros, Taubaté e em várias outras unidades prisionais daquele Estado, que estão a demandar a ação do CNPCP, e solicitou ao presidente que se possível, em caráter extraordinário, consulte os conselheiros, para deliberar até amanhã, para já se sair daqui com o cronograma de visitas para São Paulo; comentou também sobre o tratamento do pequeno traficante, que é um assunto bastante delicado, dizendo que para o Conselho ter uma posição deve-se conhecer bem o caso, para que amanhã não se tenha uma situação de confronto que venha trazer problemas futuro ao CNPCP, e encerrou dizendo que com relação ao projeto de lei de composição e alteração do CNPCP, também diante desse quadro atual deve-se amadurecer bem essa idéia antes de tomar qualquer decisão. Em seguida o conselheiro Erivaldo dos Santos comunicou sobre um trabalho realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça junto ao CNPCP nas principais varas de execução penal do Estado do Pará, precisamente em Santarém, Marabá, Belém e Castanhal, onde ficou bem clara, depois deste trabalho, a necessidade de um tratamento e um trabalho institucional, e para o qual não se pode dispensar de forma alguma a atuação deste Conselho. Disse que as varas de Marabá e Santarém funcionam adequadamente bem, sem muitos atrasos, já a vara de Belém é um caos, em termo de administração de processos, análise de benefícios, e todas elas padecem de um problema de gestão seriíssimo. E, representando a Comissão de Gênero, propôs que o Conselho inicie um trabalho preventivo nos presídios femininos, em conjunto com a Rede Feminina de Combate ao Câncer, que é um trabalho de prevenção ao câncer em mulheres encarceradas, para que o CNPCP, junto ao CNJ e a Rede de Combate ao Câncer possa então liderar esse trabalho de prevenção ao câncer. Logo em seguida o novo Diretor de Políticas Penitenciárias do DEPEN, Sr. Alexandre Cabana, apresentou a discussão sobre os aproximados 240 milhões de reais que estão descentralizados em diversas unidades da federação esperando o projeto jovem adulto ser resolvido, dizendo ser este um dinheiro estagnado, sem nenhuma perspectiva de execução por conta de problemas estruturais que existem, em relação ao projeto que está parado e cheio de problemas, e propôs uma reflexão sobre o sistema nacional de informações penitenciárias, eis que se tem 500 mil pessoas presos, sendo que há próximo de 300 mil vagas, então há 200 mil pessoas assoberbando as cadeias, e, destas 200 mil, temos 60 mil pessoas presas dentro das delegacias de polícia, isso é o que temos de mais grave a ser atacado imediatamente pelo DEPEN, por isso não podemos pegar esses 240 milhões e criarmos prisões temáticas, temos que gerar vagas para tirar os presos de delegacias, há que se construir pelo menos essas 60 mil vagas, para que se possa definitivamente resolver esse problema de presos em delegacias, tratando as coisas de mais gravidade primeiro; disse ser extremamente salutar que haja prisões temáticas para o resgate do jovens de 18 a 24 anos, só que o DEPEN precisa primeiro tratar os assuntos graves, depois os tendentes. Em relação ao presídio feminino da cidade de Foz do Iguaçu, disse que tem muita pendência quanto à aprovação do pleito junto ao DEPEN, por conta de documentos, de pendências que o próprio Estado do Paraná não resolveu ainda, e em seguida encaminhou ao presidente do CNPCP a Nota Técnica 197, da Coordenação de Engenharia, para que as pendências possam ser sanadas e esse pleito possa ser aprovado, e, à medida que o orçamento for chegando, nós o tornamos realidade, e fez ainda o pedido ao Presidente para que implemente até o final do ano 10 escritórios pilotos de monitoramento eletrônico, que é um modelo brasileiro adaptado do modelo Português. Informou ainda o Dr. Cabana que neste ano será posto em funcionamento o INFOPEN 2.0 ("Novos Rumos"), destinado a também inserir os dados sobre as penas e as medidas alternativas, ressaltando que o processo de compra já está em andamento, estando a sua implantação prevista para o mês de setembro. Ainda sobre o INFOPEN, informou que há Estados com 4 meses de atraso no seu preenchimento, sendo isto inadmissível. Logo após, falou o Dr. André Cunha, que havia solicitado a oportunidade de comparecer à reunião do CNPCP, para de fato se despedir do Ministério da Justiça, do DEPEN e do CNPCP; hoje André Cunha está formalmente desligado do Departamento Penitenciário Nacional e como houve essa oportunidade de estar aqui e coincidir com a reunião do CNPCP, quis aproveitar essa chance de falar ao Conselho, e também quis o destino que estivesse presente, no dia de hoje, o Dr. Maurício, que foi quem o convidou em 2006 para integrar as fileiras do Ministério, a quem agradece pela oportunidade, pelo aprendizado que foi facultado, lembrando que no DEPEN, inicialmente exerceu a função de coordenador geral de inclusão, classificação e remoção e, posteriormente, no final de 2007, assumiu a diretoria de assuntos penitenciários, que ocupou até agora; disse que durante esse período teve uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional soberba, conheceu pessoas, lugares, ações, muitas prisões em muitos Estados e isso é algo que deve levar de volta para seu Estado, o Pará, com muito orgulho. Lembrou que o conselheiro Dr. Alvino foi seu professor de um curso de pós-graduação realizado em Curitiba, na área de gestão pessoal e tratamento. Em seguida, o Presidente do CNPCP falou em nome do Conselho, dizendo que durante esse período que tiveram essa convivência com o André, muito da sua competência, da sua dedicação, do seu trabalho, produto desse trabalho não só à frente da Diretoria, mas também enquanto pensador de muitas transformações, serviram para o Conselho também aprender, principalmente com o seu engajamento; disse que André deixa registros fáticos de seu trabalho na condução da diretoria, e que seu trabalho fica reconhecido, bem como a sua forma honesta de ser, de uma maneira clara de dizer as coisas sem meias palavras, dizendo ainda que o Conselho continua com as portas abertas, para o momento que ele necessitar ou desejar fazer uso deste espaço, desejando-lhe, por fim, em nome do Conselho, votos de um futuro promissor, que com certeza alguém assim qualificado e determinado terá. Em ato contínuo, deu-se a apresentação do trabalho acadêmico intitulado "O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal", pelo seu autor, o professor Elionaldo Fernandes Julião, da UFF/RJ e do Instituto de Educação Angra dos Reis. O autor analisou mais de 130 mil processos em sua pesquisa, divulgando agora enriquecedores dados à comunidade científica e aos envolvidos na prática da execução penal no Brasil, despertando muito interesse e perguntas nos Conselheiros presentes. Em seguida, o Presidente parabenizou o professor pelo seu importante trabalho e já adentrou em outro item de pauta, comentando sobre o planejamento estratégico do CNPCP para 2011, atentando para o fato de que, além do seminário nacional, haverá 5 reuniões externas, uma em cada região do País, e em cada uma dessas reuniões o Conselho convidará os Presidentes dos Conselhos Penitenciários Estaduais e os representantes dos Conselhos da Comunidade e dos Patronatos daquela região para integrarem a reunião, inclusive com o trido, que é a audiência pública daquele Estado, um espaço na reunião para que se troquem idéias com os representantes do Estado que estará sediando a reunião, especialmente com todos os órgãos locais da execução penal e com o Gabinete Gestor de Crise, e o circuito universitário. Ficou decidido que os Presidentes dos Conselhos Estaduais irão por conta de seus Estados, e que para os demais convidados regionais o Conselho bancaria as despesas. Em ato contínuo, realizou-se a prevista discussão acerca da insegurança das instalações elétricas, bem como das deficiências no aparelhamento de combate a incêndios nos estabelecimentos penais em todo o País, a partir de uma explanação feita pelo Tenente Coronel Sílvio Tucci, que é do quadro do próprio Ministério da Justiça. Como resultado, decidiu-se que o CNPCP fará uma Resolução prevendo que seus Conselheiros deverão ser acompanhados, sempre que possível, nas suas inspeções, por membros do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e do CREA, fazendo constar essas participações em seus relatórios. Após, a Dra. Valdirene representou um pedido advindo de Minas Gerais, para que o Colegiado de Presidentes dos Conselhos Penitenciários Estaduais se envolva mais com os Conselhos Estaduais de Política Criminal e Penitenciária, eis que são conselhos muito atuantes e que eventualmente fazem funções que em outros Estados são feitas pelo Conselho Penitenciário. Em seguida, deu-se a fala do Sr. Roberto Rodrigues, Presidente do Colégio dos Presidentes de Conselhos Penitenciários Estaduais, ressaltando o desafio do fortalecimento da atuação organizada dos mesmos, bem como de uma certa padronização nas formas de agir e de serem geridos, uma vez que há muitas disparidades entre eles, como por exemplo uns recebendo jetons pelo trabalho e outros não, dizendo ainda que almeja que todos esses Conselhos criem páginas próprias na internet, para dar visibilidade à sua atuação, assim como planeja instituir uma logomarca única para todos os Conselhos. Nas discussões que se seguiram à sua fala, a conselheira Gisela Bester comentou que realmente se sabe de diferenças gritantes entre as práticas dos diversos Conselhos Penitenciários, citando como exemplo o fato de que há uns com a mesma pessoa na presidência por longuíssimos anos e outros com rodízio democrático adequado nisso; informou ainda a Conselheira Gisela que defende que também haja uma representação do Colégio de Presidentes dos Conselhos Estaduais na composição do CNPCP, não necessariamente da sua presidência, mas de algum representante desse colegiado, e que está propondo isso no "Anteprojeto de Lei para o estabelecimento de novas competências, estrutura e composição do CNPCP", ponto de pauta desta reunião, a ser apresentado pelo Conselheiro Rodrigo Duque Estrada. Logo após, ainda a respeito da fala do Sr. Roberto, a conselheira Dra. Christine Bittencourt solicitou que o Colegiado dos Conselhos Penitenciários estaduais se fizesse mais presente, instando os conselheiros estaduais a trabalhar junto com os juízes da execução penal, citando o inadmissível caso do Estado do Paraná, em que os conselheiros estaduais simplesmente não fazem inspeções nas unidades prisionais alegando que não recebem diárias para tal, no entanto recebem jetons para suas reuniões, em comparação a outros Conselhos Estaduais que não recebem nem diárias nem sequer jetons, e mesmo assim são atuantes, trabalham por amor à causa, como é o exemplo do Conselho Penitenciário do Tocantins. A Conselheira Christine fez ainda um apelo para que os Conselhos Estaduais Penitenciários deixem de ser, como em muitos casos o são, um reduto de pessoas aposentadas, sem pique nem energia para agir em prol da adequada e eficaz fiscalização da execução penal. Em seguida, o Presidente do CNPCP apresentou os membros da Comissão de Indulto Natalino para este ano de 2011, que são os seguintes conselheiros: Dr. Fernando Viggiano - Presidente, Dr. Rodrigo Soares, Dr. Milton Jordão - Relator, Dr. Herbert Carneiro e Dr. Geder Gomes. O Conselho Editorial para o próximo número (23) da Revista do CNPCP ficou composto pelos seguintes membros: Dr. Renato Flávio Marcão, Dr. José Laurindo de Souza Netto e Dr. Luiz Guilherme Paiva. A partir de sugestão da Secretária Executiva, Jussara Isaac Ribeiro, ficou decidido que, por meio de Portaria Interna a ser publicada, a revisora das atas do CNPCP será a conselheira Dra. Gisela Maria Bester, trabalho que já vinha fazendo informalmente há um tempo. Esta aceitou a indicação, pedindo, porém, que os textos lhes sejam enviados pela Secretaria do Conselho com a devida antecedência e já em suas versões finais, para que possa fazer uma adequada correção. Ficou também decidido o homenageado do próximo (XIV) Concurso de Monografias, o Dr. Maurício Kuehne, cujo tema será: "A Reincidência Penal". A Comissão para este Concurso de Monografias ficou composta pelos seguintes conselheiros: Dr. Erivaldo Ribeiro dos Santos, Dr. Adeildo Nunes e, como presidente, Dr. Carlos Eduardo Adriano Japiassú. Ficou determinado que esta Comissão deverá elaborar uma espécie de "ementa" para o tema do Concurso, nela frisando o aspecto atenuante da reincidência. Definiu-se que as pautas serão montadas até 12 dias antes de cada reunião, e que as sugestões dos conselheiros para a pauta sejam encaminhadas até 15 dias antes da reunião, principalmente se envolverem o convite à participação de pessoas externas. Quanto ao seminário Regional do CNPCP, o primeiro ocorrerá na Região Sul, tendo em vista a realização da 371ª reunião ordinária do Conselho em Curitiba, nos próximos dias 21 e 22 de março. O conselheiro responsável pela fala no seminário é o Dr. Renato Flávio Marcão, tendo como convidado externo o Dr. Luiz Flávio Gomes. Serão convidados a participar desse Seminário os Conselhos Penitenciários, os Conselhos da Comunidade e os Patronatos dos Estados da Região Sul. O seminário anual ocorrerá em setembro, sendo que para a sua organização, a comissão será composta pelos seguintes conselheiros: Dr. Geder Luiz Rocha Gomes, Dr. José Laurindo de Souza Netto, Dr. Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Dra. Gisela Maria Bester, Dr. Herbert José de Almeida Carneiro e Dr. Carlos Eduardo Adriano Japiassú. Quanto às viagens internacionais, foi relembrado que em março seria para a África do Sul, em maio para o Canadá, em setembro para Europa (Dinamarca, Suécia, ou Espanha), e em agosto, para o Japão (Congresso Mundial de Criminologia). Tendo em vista que a viagem para a África possivelmente não se realize, pelo curto tempo disponível para a sua organização, decidiu-se que a comitiva para a viagem ao Canadá será composta pelos seguintes Conselheiros, obedecendo a ordem iniciada no ano passado: Dr. Airton Aloisio Michels, Dra. Gisela Maria Bester, Dr. Luiz Guilherme Mendes Paiva e Dr. Carlos Frederico Guazzelli, sendo que se eventualmente o Dr. Guazzelli não fosse reconduzido, em seu lugar iria o Conselheiro Renato Marcão. Para tanto, o Presidente solicitou ao Conselheiro Luiz Guilherme que agilizasse, sobretudo junto ao Dr. Álvaro Pires, sociólogo/criminólogo da Universidade de Ottawa, os contatos para organizar essa agenda oficial de visitas e reuniões no Canadá. As relatorias de processos voltam a funcionar em abril, na segunda-feira à tarde, com o volume de processos dividido nas três Comissões. Relembrou-se que a primeira comissão é formada pelos seguintes membros: Dr. Geder Gomes, Dr. Rodrigo Roig Soares, Dr. Marcos Rolim, Dr. Carlos Eduardo Japiassú e o Dr. Erivaldo dos Santos; a segunda é formada pelos seguintes membros: Dr. Herbert Carneiro, Dra. Christine Kampmann Bittencourt, Dr. Fernando Viggiano, Dr. Milton Jordão Gomes e o Dr. Luiz Guilherme Mendes Paiva, e a terceira comissão é formada pelos seguintes membros: Dra. Valdirene Daufemback, Dr. José Laurindo Netto, Dr. Adeildo Nunes, Dra. Gisela Bester, Dr. Carlos Guazzelli, Dr. Renato Marcão e Dr. Alvino de Sá. A comissão do DEPEN para definir as medidas de segurança nos presídios federais é composta pelos conselheiros: Dr. Luiz Guilherme Paiva, Dra. Valdirene Daufemback, Dr. Milton Jordão Gomes e, como presidente, Dr. Rodrigo Roig Soares. Lembrou-se que a Comissão de Gênero é composta pelos seguintes conselheiros: Dra. Gisela Bester, Dra. Valdirene Daufemback, Dr. Luiz Guilherme Paiva, Dr. Erivaldo dos Santos e Dr. Geder Gomes, e será chamada a reunir-se em breve, em Brasília, em reunião própria, eis que nos dias das reuniões ordinárias do Conselho a pauta tem sido muito extensa e não tem restado tempo hábil para uma reunião dessa Comissão, que vem sendo adiada desde dezembro último. A Comissão de Linhas Temáticas é composta pelos seguintes conselheiros: Dr. Alvino de Sá, Dr. Carlos Japiassú e Dr. Marcos Rolim. Em seguida, o Presidente do CNPCP criou a Comissão de Acompanhamento Legislativo, composta pelos seguintes conselheiros: Dr. Milton Jordão Gomes, Dr. Erivaldo dos Santos, Dra. Christine Bittencourt e, como presidente, Dr. Luiz Guilherme Paiva. O conselheiro Dr. Fernando Viggiano solicitou a criação de uma Comissão para revisão das diretrizes de construção de estabelecimentos penais, então se instituiu uma comissão mista, que é composta pelos seguintes conselheiros Dr. Fernando Viggiano, Dra. Valdirene Daufemback e Dra. Christine Bittencourt, e pelos Doutores Alexandre Cabana e Suzzanna Cordeiro. Os conselheiros membros da força tarefa de São Paulo são: Dr. Rodrigo Roig Soares, Dra. Gisela Bester, Dra. Valdirene Daufemback, Dr. Carlos Japiassú, Dr. Herbert Carneiro e Dr. Luiz Guilherme Paiva. Após, o conselheiro Milton Jordão apresentou seu Anteprojeto de Lei visando à diminuição da pena em crime de roubo, que gerou muita discussão e acabou sendo aprovado por unanimidade, com pequena alteração no texto. Em seguida, ficou decidido que a reunião no Tocantins, que pelo calendário ordinário do CNPCP está prevista para o mês de outubro, seja antecipada para ocorrer em abril, na forma de uma reunião extraordinária, no dia 11, devendo haver uma audiência Publica na parte da manhã, com todas as autoridades envolvidas na execução penal no Estado. Tal antecipação foi motivada pelas notícias que chegaram ao Conselho quanto à atuação equivocada e preocupante do atual Secretário Estadual da Segurança, Cidadania e Justiça, no que diz respeito a alguns aspectos da execução penal naquele Estado, conforme fora noticiado na primeira parte da reunião, tendo ficado decidido ainda, por unanimidade, que um ofício do CNPCP deveria ser redigido e encaminhado, com urgência, ao Governador do Estado do Tocantins, com cópia a todas as demais autoridades do Estado, registrando a grande preocupação do Conselho para com o teor, já à primeira vista inconstitucional, da Portaria Nº 095 do referido Secretário de Estado, bem como de parte da Medida Provisória Nº 06, comunicando ainda, no mesmo texto, a antecipação da reunião do CNPCP para o mês de abril próximo. Após, deu-se a apresentação do novo Diretor do DEPEN ao Conselho, Dr. Augusto Rossini, do quadro do Ministério Público do Estado de São Paulo, o qual, em sua fala aos Conselheiros, deu destaque à questão do monitoramento eletrônico, não só para os presos que estão de saída, mas para todos os outros estágios do cumprimento da pena. Na sequência houve uma longa e didática apresentação sobre a implantação do Sistema CODIS no Brasil, pelo Dr. João Paulo Sena Chagas De Oliveira, perito criminal da Coordenação de Genética Forense da Polícia Técnica da Bahia. Disse o perito que este Banco de Dados de Perfis Genéticos, do FBI, foi cedido ao Brasil em duas modalidades: o 5.7.4, de pessoas criminosas, e o 6.0, específico para pessoas desaparecidas, e que, até agora, há 17 terminais em funcionamento no País: em 15 Estados, um na Polícia Federal, e o dito Banco Nacional. Explicou que quem

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

regulamenta, fiscaliza e gerencia o uso do CODIS no Brasil é um Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Ministério da Justiça, por Portaria Ministerial de 16 de julho de 2010, sendo que o FBI não tem acesso aos dados e que há trinta países no mundo usando o sistema com grande êxito. Citou o fato de que o CODIS tinha acabado de ser inaugurado no Brasil por ocasião do acidente aéreo da empresa Air France, e que, graças a ele, os corpos puderam ser identificados. Frisou que, na verdade, o CODIS está pronto, porém ainda não regulamentado, o que deverá se dar, possivelmente, por Decreto. No entanto, foi esse o ponto que gerou as discussões mais inflamadas entre os Conselheiros, destacando-as as falas dos Drs. Luiz Guilherme Paiva, Renato Marcão e Gisela Maria Bester, eis que levanta a questão constitucional do consentimento e de nenhuma pessoa poder ser obrigada, por direito fundamental, a produzir prova contra si mesma. Diante disto, a conselheira Gisela Bester propôs que se instituísse, no âmbito do CNPCP, uma Comissão Temática para promover o debate refletido sobre o consentimento a respeito de provas criminais, de modo a construir uma hermenêutica pautada pelo Princípio da Proporcionalidade, de modo a que o Conselho possa se antecipar na pesquisa e no estudo sobre esse tema tão polêmico, podendo recuperar inclusive o debate sobre a questão do uso do bafômetro. Os presentes aprovaram a idéia, e o próprio Dr. João Paulo disse que gostaria muito de participar desta Comissão. Em seguida, o Conselho deliberou, pela unanimidade dos presentes, que a sistemática dos trabalhos das reuniões doravante será: nas segundas-feiras de dez às dezenove e trinta horas, com intervalo de duas horas para o almoço, e nas terças-feiras das nove às quatorze horas, sem intervalo de almoço, sendo a parte da tarde reservada ao funcionamento das comissões de relatoria de processos e outras discussões no âmbito das demais comissões. Noticiou-se que a Sociedade Internacional de Defesa Social pretende fazer um evento no Brasil, o que foi sugerido por e-mail, pelo ex-presidente Dr. Sergio Shecaira, solicitando o apoio do CNPCP, que, por unanimidade, deliberou o apoio institucional para a realização do evento. Informou-se ainda que o CNPCP também irá apoiar o evento dos defensores públicos do Nordeste, solicitado pelo presidente da Associação dos Defensores Públicos. Em seguida, por maioria, o Conselho entendeu que o ponto de pauta relativo à Proposta de Política Criminal e Penitenciária para o Novo Governo, a ser apresentado pela Conselheira Valdirene, fica sobrestado para discussão e votação na reunião de março, devendo ser reencaminhado aos Conselheiros para sugestões. O Presidente Geder Luiz Rocha Gomes encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro, e revisada pela Conselheira Gisela Maria Bester.

GEDER LUIZ ROCHA GOMES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 27, de 25 de março 2011, publicada no DOU de 28 de março de 2011, Seção 1, páginas 73 e 74, no inciso II do art. 1º, onde se lê: 'II - Entidades Civis Sem Fins Lucrativos que não detenham título de OSCIP...', leia-se: 'II - Entidades Civis Sem Fins Lucrativos que detenham título de OSCIP...'.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.176, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08475.021460/2010-87-SR/DPF/RO, resolve:

Conceder autorização à empresa ESTANHO DE RONDÔNIA S/A, CNPJ/MF nº 00.684.808/0002-16, sediada no ,Estado de RONDÔNIA para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-252 (DUZENTOS E CINQUENTA E DUAS) MUNIÇÕES CALIBRE 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no DOU.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 4.420, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.011216/2010-61-SR/DPF/PI, declara revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL , válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIMOL- INDUSTRIA DE COLCHÕES E MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.751.564/0001-42, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança: ANTONIO CARLOS DA SILVA, para exercer suas atividades no Estado do Piauí.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 4.423, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.011205/2010-81-SR/DPF/PI, declara revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL , válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONIX S/A- INDUSTRIA DE COLCHÕES E ESPUMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.604.761/0001-40, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança: ANTONIO CARLOS DA SILVA, para exercer suas atividades no Estado do Piauí.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 272, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000611/2011-52-CGCSP/DIREX e 2011/30 - GESP, resolve:

Conceder autorização à empresa VIP VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA., CNPJ/MF nº 02.023.407/0001-60, sediada no Estado do MARANHÃO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-95 (NOVENTA E CINCO) revolveres calibre 38;

-1710 (MIL SETECENTOS E DEZ) munições calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no DOU.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.927, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/355/DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOBRA SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 87.134.086/0002-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 469/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.941, DE 15 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000139/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOOD JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. ,, CNPJ nº 10.336.666/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 159/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.032, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000536/DPF/SMA/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILARE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA,, CNPJ nº 01.264.336/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL , com Certificado de Segurança nº 445/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.041, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000287/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESBA- Empresa de Seguranca da Bahia Ltda.,, CNPJ nº 02.240.022/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar na BAHIA , com Certificado de Segurança nº 232/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.042, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/573/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0001-74, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4196 (quatro mil, cento e noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 38,

1620 (um mil, seiscentos e vinte) Cartuchos de Munição calibre .380,

480 (quatrocentos e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.050, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000410/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERSONAL SECURITY CURSOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.086.345/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 301/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.053, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2010/7122/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa LANCER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF: 02.633.187/0001-96, para exercer a atividade de Segurança Pessoal em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.056, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/156/DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FBX SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.159.225/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em RONDÔNIA, com Certificado de Segurança nº 576/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 11.068, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000414/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 72.619.976/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no DISTRITO FEDERAL , com Certificado de Segurança nº 466/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 11.072, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000118/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0004-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 479/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 11.074, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/903/DPF/GVS/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa A SENTINELA ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA- , CNPJ nº 07.216.131/0001-50, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

8 (oito) Revólver(es) calibre 38,
3 (três) Espingarda(s) calibre 12,
28700 (vinte e oito mil e setecentos) Espoletas para Munição calibre 38,
28700 (vinte e oito mil e setecentos) Projéteis para Munição calibre 38,
2000 (dois mil) Estojos para Munição calibre 38,
2400 (dois mil e quatrocentos) Espoletas para Munição calibre .380,
2400 (dois mil e quatrocentos) Projéteis para Munição calibre .380,
1400 (um mil e quatrocentos) Espoletas para Munição calibre 12,
1350 (um mil, trezentos e cinquenta) Estojos para Munição calibre 12,
35 (trinta e cinco) Kilogramas de Chumbo para Munição calibre 12,
1350 (um mil, trezentos e cinquenta) Buchas para Munição calibre 12,
5400 (cinco mil e quatrocentos) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 11.078, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/370/DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 06.236.934/0001-03, sediada no MATO GROSSO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

168 (cento e sessenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 11.082, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/768/DPF/SCS/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa CERTASK-CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 00.717.545/0001-13, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

16000 (dezesseis mil) Espoletas para Munição calibre 38,
16000 (dezesseis mil) Projéteis para Munição calibre 38,
1000 (um mil) Espoletas para Munição calibre 12,
1000 (um mil) Estojos para Munição calibre 12,
48 (quarenta e oito) Kilogramas de Chumbo para Munição calibre 12,
1450 (um mil, quatrocentos e cinquenta) Buchas para Munição calibre 12,
7000 (sete mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 11.090, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/3120/DPF/XAP/SC, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ORGSEG SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 11.186.308/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 584/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 24 de março de 2011

A SECRETÁRIA DE DIREITO ECONÔMICO Interina, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 247 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.000466/2011-49 em que são Requerentes: Chemin Incorporadora S/A e Imovleão Administradora e Incorporadora de Imóveis Ltda. Advs.: Priscila Brolio Gonçalves e Ana Carolina Zoricic.

Nº 248 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.002688/2011-04 em que são Requerentes: MeadWestvaco Corporation e Vecoflow Ltda. Advs.: Flávio Lemos Belliboni e outros.

Nº 249 - Ref.: Averiguação Preliminar nº 08012.0002723/2000-24. Representante: PROCON/ Marília-SP. Representados: Postos de Combustíveis de Marília - SP. Adv: Paulo Sérgio Rigueti, Estéfano Gimenez Nonato; João Adelmo Foresto; Sérgio Jesus Herminio; Fábio Pereira Grassi; Dalila Galdeano Lopes; Marcelo Rossi da Silva; Yeda Costa Fernandes da Silva; Joicemar Carlos Correa; Fábio Rodrigo Traldi; Alexandre Rayes Manhaes; Arthur Machado Tápias; Vagner Pellegrini e outros.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral da CGCM, Dr. Ravvi Augusto de Abreu C. Madruga e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pelo arquivamento da presente Averiguação Preliminar e pela remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos do art. 31 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ n.º 456/2010.

Nº 250 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.006929/2008-81. Representante: SDE ex-officio. Representados: Revendedores de álcool hidratado no Município de Vassouras / RJ.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral de Controle de Mercado, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei nº 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a instauração de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar, recorrendo de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ nº 456/2010.

Nº 251 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.006928/2008-36. Representante: SDE ex-officio. Representados: Revendedores de álcool hidratado no Município de São José do Rio Preto / SP.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral de Controle de Mercado, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei nº 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a instauração de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar, recorrendo de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ nº 456/2010.

Nº 252 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.006930/2008-13. Representante: SDE ex-officio. Representados: Revendedores de álcool hidratado no Município de Paracambi / RJ.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral de Controle de Mercado, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei nº 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a instauração de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar, recorrendo de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ nº 456/2010.

Nº 253 - Ref.: Procedimento Administrativo Nº 08012.010028/2009-74. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Representados: Marcelo Miranda, Marcelo Costa, Ricardo Tadeu, Rodolfo Chung, Bernardo Pinto Paiva e Felipe Szpigel.

Acolho a nota técnica de fls., aprovada pela Coordenadora Geral de Análise de Infrações nos Setores de Serviços e Infra-estrutura do DPDE, Dra. Alessandra Viana Reis, e, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de Processo Administrativo em desfavor dos Representados para apurar ocorrência de infração à ordem econômica, passível de enquadramento no art. 20, inciso I, c/c art. 21, incisos IV, V e VI, ambos da Lei nº 8.884/94, por reconhecer indícios suficientes à sua instauração nos fatos mencionados na nota supracitada. Notifiquem-se os Representados para, querendo, apresentar sua defesa no processo administrativo no prazo legal, sob pena de revelia, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da Lei n° 8.884/94.

Nº 254 - Ref.: Averiguação Preliminar nº 08012.002015/2006-89. Representante: Agência Nacional de Energia Elétrica. Representada: Petrobras Distribuidora S.A.

Acolho a Nota Técnica de fls. e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pelo arquivamento da presente Averiguação Preliminar por entender pela insuficiência de indícios de infração à ordem econômica. Recorro de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e do art. 44 da Portaria MJ nº 456/2010.

ANA MARIA MELO NETTO

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE MERCADO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 28 de março de 2011

Nº 9 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.002867/2007-57. Representante: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Representados: Alberto Carlos Souto Soares, Alexandre de Moura Mendonça, Aldo Marconi Rocha Machado, Amadeu Vieira Filho, Anderson Paiva Quintão, Antonio Henrique de Melo Reis, Eduardo Jorge Pereira, Fernando Renno Campos, Fernando Santos Araújo, Fernando José Longo Campos, Flavio Marcus Pereira Lara, José Omar Campos, Luiz Augusto Vasconcelos Soares, Marcilio Massaud Mesquita, Márcio Croso Soares, Marcelo Dias, Marcio Teixeira Lott, Mario Lucio Nunes, Mario Rodrigues Breda Filho, Ro-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

drigo Costa Mendes, Sebastião Vitor de Sá Neto, Tomaz Lisita Filho, Wagner Luis Saab Amorim, Walter Gomes Junior, Posto Fórum, Posto Brilhante, Posto Alto Sion, Posto Chicago, Posto União, Posto Neblina da Serra, Posto Camões, Posto Fazenda Velha, Posto Miramar, Posto Boa Vista, Posto Seguro Ltda, Posto Delma, Posto Floramar, Posto Vilarinho, Posto Dona Clara, Posto Maria Amélia, Posto Arrudão, Posto Trovão, Posto Ouro Fino II, Posto Aeroporto, Posto Leste, Posto Cowboy, CCA Comercial de Combustíveis Automotivos Ltda, Auto Posto BH 100, Posto Cassino, Posto Penta, Posto Alamo, Posto Castelo Nuevo, Posto Pica Pau, Posto Jéssica, Posto Petrolândia, Posto Mississipi, Posto Campo Florido, Posto Campos Ltda, Posto Kepler, Posto Luxemburgo, Posto Mario Weneck, Posto Hugo Werneck, Posto Santa Bárbara, Posto Extra, Posto Ponte Nova, Posto Sion, Posto Via Brasil, Posto Buritis, Posto Mustang, Posto Nova Contagem, Posto Tropical, Posto Oklahoma, Posto Atlanta, Posto Angola, Posto Jardim das Oliveiras, Posto Garoto, Posto Parada Obrigatória, Posto Dom Bosco, Posto Riacho, Posto Petrobel, Posto Santa Lucia, Posto Grajaú, Posto Ouro Fino, Posto Raja, Posto Belvedere, Posto Mangabeiras, Posto CM, W.R. Simone Comercial Ltda, Posto Inter Oil, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais - Minaspetro, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, AleSat Combustíveis S/A, Shell Brasil Ltda., Petrobras Distribuidora S/A - BR. Advogados: Ronald Amaral e outros; Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira e outros; Cristina Pessoa Pereira Borja e outros; João Bosco Leopoldino da Fonseca e outros; Alessandra França de Araújo Uzuelli; Gustavo de Castro Afonso e outros; Batuíra Rogério Meneghesso e outros; Osmar Mendes Paixão Côrtes e outros; Fernando Augusto Pereira Caetano e outros; Bárbara Rosenberg e outros; Leonardo de Lima Naves e outros; Arthur Villamil Martins e outros; José Roberto de Mendonça Júnior e outros; Breno Queiroz de Andrade e outros; Guido Rogério Macedo Silveira Filho e outros; Amarílio Machado Dias e outros; Aline França Campos.

Considerando que o último Aviso de Recebimento de notificação da instauração deste Processo Administrativo, referente ao Posto Campos Ltda., ainda não foi juntado aos autos. Considerando que a administradora-sócia do referido posto apresentou defesa administrativa às fls. 1.708/1.718. Considerando que o comparecimento espontâneo do Posto Campos Ltda. aos autos supre a juntada do Aviso de Recebimento de notificação da instauração deste Processo Administrativo para o início da contagem do prazo de defesa, nos termos do §1º do art. 214 do Código de Processo Civil c/c §2º do art. 33 da Lei 8.884/94, com vistas a dirimir quaisquer dúvidas quanto ao marco inicial da contagem de prazo para apresentação de defesas, ficam os Representados notificados de que o prazo para apresentação de defesas, excepcionalmente, inicia-se a partir da publicação deste despacho.

RAVVI AUGUSTO DE ABREU C. MADRUGA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 20/03/2007, pág. 35, Seção 1. Processo N° 08505.085305/2006-16 - Victor Ignacio Paredes Armoa e Maria Lucia Areco Diaz.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 08/02/2010, pág. 21, Seção I. Processo N° 08295.009432/2008-95 - Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 04/02/2011, pág. 30, Seção I. Processo N° 08260.007609/2009-05 - Hector Caro Nieto.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 15/02/2011, pág. 52, Seção I. Processo N° 08389.024724/2009-90 - Ahmad Diab.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08455.100664/2009-88 - Yougguang Zhou.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 07/01/2002, pág. 66, Seçao I. Processo N° 08389.010948/98-91 - Abdallah Moufid El Kallout, Khadija Nour El Dine Abdel Monaim, Faten Abdallah El Kallout, Majida Abdallah El Kallout e Jannan Abdallah El Kallout.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 17/12/2010, pág. 101, Seção I. Processo N° 08455.100667/2009-11 - Sharon Jiang.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2010, pág. 85, Seção I. Processo N° 08455.094179/2009-68 - Huimei Gong.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08455.100676/2009-11 - Jiannai Yu.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08455.100659/2009-75 - Ting Ye.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08455.094162/2009-19 - Benfan Zhao.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 17/12/2010, pág. 101, Seção I. Processo N° 08460.030212/2009-52 - Shuwei Huang.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 18/03/2010, pág. 29, Seção I. Processo N° 08455.102273/2009-06 - Yangqing Fu.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08455.098690/2009-39 - Liangying Xia.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 27/03/2007, pág. 123, Seçao I. Processo N° 08505.053769/2006-55 - João Pedro Pinto da Silva.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 11/11/2010, pág.34, Seção I. Processo N° 08088.000394/2007-70 - Benigna Bazan de Garcia.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.003623/2008-41 - Monica Cristina Pereira Moutinho, João Miguel Moutinho da Cruz Diaz e Oliver Alexis Cruz Diaz

Processo Nº 08260.004604/2009-12 - Giuseppe Milano

Processo Nº 08260.006881/2008-89 - Felix Uche Ejike Orji

Processo Nº 08364.001629/2007-34 - Kleber Freddy Eslao Canteral

Processo Nº 08400.020226/2006-20 - Francesco Pagnini

Processo Nº 08420.005286/2010-61 - Xavier Antonio Serrano Arguello

Processo Nº 08436.003480/2003-11 - Marcos Daniel Valdez

Processo Nº 08444.005010/2010-12 - Mario Armando Fragoso Lopes Lima da Luz

Processo Nº 08444.005041/2010-65 - Carmine Piemonte

Processo Nº 08452.003785/2010-46 - Erika Denise Capach Alpire

Processo Nº 08461.002028/2010-46 - Antonio Gonçalves da Costa Santos e Phoebe Osim Enyiego

Processo Nº 08461.005229/2009-61 - Yingqi Lei e Huiqing Cai

Processo Nº 08504.003199/2009-13 - Ferdinando De Luca

Processo Nº 08505.023408/2008-46 - Lilian Natalia Luque Velazquez e Dario Ramon Sosa Estigarribia

Processo Nº 08505.060187/2008-97 - Pedro Lucio Quispe Loza, Dayne Carmen Quisper Quisper e Lourdes Beatriz Quisper de Quisper

Processo Nº 08505.089664/2009-87 - Juvenal Arocca Céspedes e Leydy Diana arredondo Ayme

Processo Nº 08701.000314/2008-82 - Rene Kung

Processo Nº 08709.009633/2009-64 - Yeongshin Lyu, Eunil Lyu, Gyeongsun Kim e Haeun Lyu

Processo Nº 08795.003796/2010-45 - Renzo Turco.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08256.001647/2009-13 - Jurgen Sommer

Processo Nº 08256.003967/2010-33 - Michael Peter Loher

Processo Nº 08256.004065/2010-14 - Sylvain Roland Rene Caboufigue

Processo Nº 08256.005494/2010-17 - Aziz Mehaddene

Processo Nº 08286.000338/2010-02 - Alberto dos Santos Ramos Neca

Processo Nº 08286.000698/2010-04 - Luke Bartholomew Rivard

Processo Nº 08286.001299/2010-52 - Carlos Alberto Gonçalves Barbosa

Processo Nº 08286.001524/2010-51 - Joachim Michael Gut

Processo Nº 08296.000257/2011-66 - Bernhard Stocker

Processo Nº 08296.000273/2011-59 - Juan José Del Valle

Processo Nº 08296.004522/2010-02 - Jorge Humberto Cascalho Figueiredo

Processo Nº 08310.000165/2011-51 - Nicolas Navez

Processo Nº 08310.001110/2011-68 - João Guilherme da Fonseca Paiva

Processo Nº 08311.002329/2010-93 - Fathi Ounis

Processo Nº 08335.020640/2010-46 - Hany Erian mahrous Badwy Henin

Processo Nº 08354.005416/2010-04 - Anna Alexandrovna Efremova

Processo Nº 08354.007024/2010-71 - Christophe Wantelez

Processo Nº 08386.018782/2010-48 - Agustin Sanchez

Processo Nº 08386.019663/2010-11 - Lyubomyr Yurkevych

Processo Nº 08444.000031/2011-14 - Anders Winther

Processo Nº 08444.004659/2010-16 - Arjuna Turcarelli

Processo Nº 08460.007793/2010-62 - Juan Martinez Gilsanz

Processo Nº 08460.018331/2010-71 - Marcel Gonnet Wainmayer

Processo Nº 08460.023326/2010-80 - Martino Frongia

Processo Nº 08460.026131/2009-58 - Aldo Raul Longa Quintana

Processo Nº 08460.048303/2010-88 - Nicole Suclla Fernandez

Processo Nº 08460.054318/2010-85 - Roberto Giovanni Delpiano

Processo Nº 08461.000052/2010-41 - Peggy Cabrejos Moura

Processo Nº 08461.002313/2010-67 - Robin Andrew Synhorst

Processo Nº 08461.007047/2010-69 - Jan Parnahaj

Processo Nº 08495.001409/2010-11 - Arnaud Jean-Pierre Caron

Processo Nº 08495.003581/2010-17 - Richard Anthony Clegg

Processo Nº 08501.000275/2011-75 - João Paulo da Silva Machado

Processo Nº 08505.035332/2010-16 - Paola Matteo Selan

Processo Nº 08505.035379/2010-80 - Kenneth Patrick Johnson

Processo Nº 08507.002986/2010-43 - João José Paussão Rosa Ferreira

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.003621/2008-74 - Xiang Pan

Processo Nº 08102.008661/2010-27 - Maria da Conceição Nunes Moutinho

Processo Nº 08280.007886/2009-71 - Alexi Marca Lovera

Processo Nº 08354.006125/2010-25 - Marta Outeiro Moutinho Teixeira Pimentel

Processo Nº 08354.006460/2010-23 - Emelina Del Socorro Romero de Centeno

Processo Nº 08485.002322/2009-46 - Andreina Delvalle Zorrilla

Processo Nº 08505.041642/2010-70 - Ki Bok Jun e Young Ok Lee.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08212.011481/2010-85 - Adriana Beatriz Filpi Guillen

Processo Nº 08387.000037/2009-07 - Javier Acevedo Corales

Processo Nº 08390.006022/2009-95 - Rita Susana Sappia da Fonseca.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08444.005859/2010-88 - Griselda Beatriz Reis e Priscila Tatiana Reis

Processo Nº 08495.001449/2008-48 - Hector Ismael Meyer

Processo Nº 08504.016988/2008-25 - Alberto Daniel Gamarra

Processo Nº 08505.063723/2010-21 - Cristian Alberto Perez e Carla Maria Romano

Processo Nº 08709.017491/2010-42 - Sergio Gustavo Maiuto.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08353.000170/2011-67 - Agustin Coga

Processo Nº 08461.001782/2011-40 - Maria Alejandra Almeida

Processo Nº 08492.000088/2011-48 - Oscar alberto Monti

Processo Nº 08492.000274/2011-87 - Cynthia Nancy Zavala Ventre

Processo Nº 08492.000276/2011-76 - Horacio Atilio Islas

Processo Nº 08492.000313/2011-46 - Jose Oscar Zavala

Processo Nº 08492.000315/2011-35 - Julieta Jaurretche

Processo Nº 08505.002109/2011-73 - Christian Emilio Villada.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.034744/2009-03 - Ivan Daniel Tefel Amador

Processo Nº 08390.000151/2009-70 - Liliana Lopez Gonzalez.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos .

Processo Nº 08505.030848/2009-31 - Rolando Vargas Condori e Marcelina Challco Llujtaparu

Processo Nº 08505.009146/2009-98 - Edwin Jose Alcon Condori, Edith Jacqueline Alcon Coque e Rosmery Choque Huallpa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.015888/2009-52 - Juan Carlos Ugarte Colque e Aurora Mamani Molina

Processo Nº 08390.003572/2006-18 - Victor Garcia Verano

Processo Nº 08458.005652/2010-54 - Dario Leonardo Conca

Processo Nº 08505.018155/2010-11 - Andrea Irene Centeno

Processo Nº 08505.009822/2010-67 - Hector Hugo Chauca Choque

Processo Nº 08505.069680/2009-53 - Angela Lucia Rendon Montoya

Processo Nº 08505.007245/2010-79 - Akindele Nicholas Nicol, Akinola John Kojo Nicol, Harolda Rhoda Roberta Nicol e Samuel-Dag Akidele Nicholas Nicol

Processo Nº 08109.005266/2010-22 - Jhon Willy de Tomas Rivas

Processo Nº 08505.030219/2010-44 - Ariel Mamani Patzi e Maria Huanca Huasco

Processo Nº 08389.010557/2010-33 - Lucia Escurra Candia

Processo Nº 08505.073934/2007-76 - Asmahan Omar Abbas

Processo Nº 08389.025050/2009-41 - Sebastian Espinola Coronel

Processo Nº 08504.012847/2010-58 - Jose Ignacio Ruiz Ortigueira

Processo Nº 08389.037279/2009-28 - Nicolas Aquino Alvarez

Processo Nº 08389.035962/2009-21 - Hubert Stein

Processo Nº 08505.031426/2007-11 - Lizzy Andrea Baldomino

Processo Nº 08505.034795/2009-27 - Patrick Noudjen Mubenga Zukupeta

Processo Nº 08505.009775/2010-51 - Esther Ogechukwu Onochie Okonkwo

Processo Nº 08420.019617/2010-40 - Sergio Oscar Anchorena

Processo Nº 08460.007767/2010-34 - Ana Schlimovich

Processo Nº 08460.006832/2010-12 - Felipe Tenenbaum

Processo Nº 08458.007247/2008-56 - Cesar Antonio Salas

Processo Nº 08444.006113/2009-58 - Gloria Estela Diaz

Processo Nº 08460.030527/2010-33 - Martin Andres Aran

Processo Nº 08505.030349/2010-87 - Jorge Daniel Dorado

Processo Nº 08460.025585/2010-45 - Ignacio Manuel Grosso

Processo Nº 08444.003485/2010-66 - Benito Cirilo Gimenez

Processo Nº 08460.026142/2009-38 - Maria Cristina Morelli

Processo Nº 08458.003881/2008-10 - Maria Eugenia Barenboim

Processo Nº 08460.007089/2010-18 - Raquel Berta Kamelhar

Processo Nº 08505.052693/2010-27 - Carlos Jorge Manzone

Processo Nº 08444.004702/2008-11 - Ana Mary Sosa Rocha e Romina Daniela Mesones Sosa

Processo Nº 08505.013149/2010-60 - Walter Raul Piegas Castillo e Eliane Vanesa França de Souza

Processo Nº 08495.002778/2010-21 - Carlos Daniel Barrios Urioste

Processo Nº 08444.003238/2010-60 - Marcela Eliana de Los Santos Fernandez

Processo Nº 08389.005625/2010-42 - Epifanio Aguirre.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 22/12/2009, página 81, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08505.023368/2008-32 - Gladys Walper Ali.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato Indeferitório publicado no D.O.U de 11/11/2010, Pág. 34, para conceder a permanência, nos termos do Acordo Operacional entre República Federativa do Brasil e a República da Argentina. Processo N° 08508.000610/2009-51 - Maria José Bosch.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato Indeferitório publicado no D.O.U de 03/03/2011, Pág. 38, para conceder a permanência, nos termos do Acordo Operacional entre República Federativa do Brasil e a República da Argentina. Processo N° 08478.004240/2009-25 - José Gonzalo Cenzano.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 19/11/2009, página 40, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08505.030104/2007-54 - Alfredo Bonifacio Alvarez e Romalda Mamani Molina.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 06/04/2010, página 53, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08444.003034/2009-95 - Derege Awgichew Adal.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 02/06/2010, página 63, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08508.005741/2008-43 - Robert Joseph Lacroix.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 04/02/2010, página 51, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08460.013544/2008-91 - Philippe Jorge Moron Lanfranco.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 17/08/2010, página 30, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08505.035324/2008-55 - Kyung Jin Kim, Eun Hwa Lee e Jinwoo Kim.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 17/01/2011, página 51, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08504.005647/2010-49 - Frank Darlyton Dumdum.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 17/01/2011, página 51, para conceder a permanência nos termos do Art. 75,II,"b", da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08461.000603/2008-51 - Thomas Alan Jason .

Determino o Arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista o Estrangeiro deter a condição de residente provisório com base na Lei 11.961/09. Processo N° 08260.007393/2007-16 - Temistocles Calero Rivera.

Determino o Arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista o Estrangeiro deter a condição de residente provisório com base na Lei 11.961/09. Processo N° 08389.019405/2007-09 - Wael Ali Dib Harb.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 22/04/2008, página 86, para conceder a permanência definitiva, tendo em vista o Estrangeiro se enquadrar nos termos no art. 75, II, a, da Lei 6.815/80. Processo N° 08505.019373/2009-21 - Zengyou Zhou e Yunyan Xiang.

DEFIRO o processo nos termos do art. 75, II, "b", para o Sr. Jorge Nils Bort Schmitter e Srª Dasha Katerine Ribera Justiniano, e para seus filhos Sebastian Bort Ribera e Camila Bort Ribera fundamentado na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08703.002924/2008-09 - Jorge Nils Bort Schmitter Dasha Katerine Ribera Justiniano, Sebastian Bort Ribera e Camila Bort Ribera.

DEFIRO o processo nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. Philipp Kehrer, para a Srª Anja Hilde Rehberger; E para sua filha Marla Louisa Rehberger, fundamentado na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08444.000268/2010-14 - Anja Hilde Rehberger, Philipp Kehrer e Marla Louisa Rehberger.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. Lorenzo Tiso , para a Srª Marisa Mabel Caceres Tiso; E para Seus filhos Alessandro Tiso Arturo Tiso Cáceres Augusto Tiso Cáceres defiro com fundamento na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08320.019294/2009-89 - Lorenzo Tiso, Marisa Mabel Caceres Tiso, Alessandro Tiso, Arturo Tiso Cáceres e Augusto Tiso Cáceres.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/09, DEFIRO o pedido de residência provisória postulado por Manuel Clemente Gonzalez, nos autos nº 08460.034815/2009-23, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08460.034815/2009-23 - Manuel Clemente Gonzalez.

Diante dos novos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/09, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 24/02/2011, para conceder o pedido de residência provisória postulado por Hugo Ignacio Navia Gine, nos autos nº 08505.099301/2009-50, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.099301/2009-50 - Hugo Ignacio Navia Gine.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/09, DEFIRO o pedido de residência provisória postulado por Marina Filomena Costa de Resende, nos autos nº 08420.013229/2009-11, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N°08420.013229/2009-11 - Marina Filomena Costa de Resende.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/09, DEFIRO o pedido de residência provisória postulado por Oscar Eduardo Lopez Moreno, Alvaro Santiago Lopez Varon, Daniel Esteban Lopez Varon, Oscar David Lopez Varon, Paola Andrea Varon Ortiz e Perla Valentina Lopez Varon, nos autos nº 08385.036875/2009-21, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08385.036875/2009-21 - Oscar Eduardo Lopez Moreno ,Alvaro Santiago Lopez Varon, Daniel Esteban Lopez Varon, Oscar David Lopez Varon, Paola Andrea Varon Ortiz e Perla Valentina Lopez Varon.

Determino o Arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista o Estrangeiro deter a condição de residente provisório com base na Lei 11.961/09. Processo N° 08240.015744/2008-73 - Luz Marina Ruiz Montesinos

Determino o Arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista o Estrangeiro deter a condição de residente provisório com base na Lei 11.961/09. Processo N° 08504.000179/2007-11 - Maria de Los Angeles Martinez Diaz.

À vista dos novos elementos dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U. 14/05/2009, Pág. 28, tendo em vista que não mais persistem as condições que deram origem ao ato. Processo N° 08505.011563/2006-58 - Ying Chen

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 24/07/2009, página 44, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido.Processo N° 08505.050754/2008-05 - Yongguang Wang

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 24/07/2009, página 44, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.054077/2008-96 - Yeyi Ji

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 13/05/2010, página 56, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.030816/2009-35 - Martin Gonzalo Diaz Quispe

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 06/09/2010, página 37, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08436.002869/2008-46 - Nedal Mohammad Ahmad Abu Ara

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 03/08/2009, página 63, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.042885/2008-19 - Yong Wu e Lihua Chen.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 26/05/2010, página 38, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.023364/2009-35 - Hiroyuki Sakai

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 31/12/2007 página 51, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. 08505.001053/2007-53 - Dongjun Jin.

À vista de novos elementos contantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato deferitório publicado no D.O.U de 12/04/2004, página 44,tendo em vista a falta de interesse da parte interessada. Processo N° 08505.030215/2003-37 - Xu Yongqiang e Lin Jinli.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 03/08/2009, página 63, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.037232/2008-18 - Jian Li.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 03/08/2009, página 63, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.042184/2008-71 - Ang Zhao.

Determino o arquivamento do presente processo , tendo em vista que o requerente entrou com novo pedido de permanência definitiva. Processo N° 08339.002565/2007-04 - Rosaria Dejesus Samaniego Sosa.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato deferitório publicado no DOU de 30/05/2001, página 22, tendo em vista que o estrangeiro se encontra fora do país. Processo N° 08389.001404/98-01 - Ali Mohamad Kazan e Nisrine Zakaria Younes.

Torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U de 29/05/2003, página 67, tendo em vista que o Estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.011132/2002-68 - Xu Kangfeng.

INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08065.001285/2009-08 - Fernando Barquin Labrada

Processo Nº 08212.015379/2009-15 - Badri Levin

Processo Nº 08339.004217/2009-25 - Basima Hawila

Processo Nº 08354.000001/2011-17 - Valdemar Francisco Mateus Vunda

Processo Nº 08375.001663/2009-41 - David Florian Bernhard Raczinski

Processo Nº 08504.023605/2010-90 - Jose Alberto Ferreira da Silva Batista.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08083.000329/2009-56 - Bernhard Hubert Nettebrock

Processo Nº 08240.021269/2008-74 - Bolivar Lancha Zambrano

Processo Nº 08353.001820/2009-77 - Anthony Bolanos Ayala, Natali Mena Calabas e Samuel Mena Calambas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.019504/2009-71 - Daniela Graf.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08260.000511/2002-42 - Mateus Antonio Pacheco Msgalhães

Processo Nº 08270.004827/2009-61 - Antonio Filosa

Processo Nº 08270.015626/2008-16 - Ivo Lenger

Processo Nº 08295.000704/2007-19 - Veronica Ivonne Jauregui Pinto de Sotomayor

Processo Nº 08505.007501/2003-07 - Jose Maria Puentes Peralta e Claudia Patricia Becerra Pinto

Processo Nº 08505.064104/2007-58 - Zhu Junwei e Zou Qiongman

Processo Nº 08707.003981/2008-67 - Sebastião Antonio.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não preenchem os requisitos do art.75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08270.001170/2007-18 - Lothar Schmitz

Processo Nº 08354.001994/2009-20 - Chinoye Albert Oguanobi

Processo Nº 08354.006110/2008-42 - Idelson Mendes Cardoso Anselmo

Processo Nº 08495.001442/2008-26 - Bettino Antonio

Processo Nº 08505.052908/2009-76 - Jean Pierre Tcheutchoua

Processo Nº 08505.054646/2008-01 - Daniel Rosas Callisaya e Delia Mamani Mamani.

INDEFIRO o pedido de permanecia, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08505.031307/2009-20 - Dora Liliana Pierruccini Garcia.

INDEFIRO o pedido de Republicação, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.067337/2007-11 - Yamendjeu Ngondji Francis Thierry.

INDEFIRO o pedido face ao não atendimento do disposto nos termos previstos no Art. 7º do Acordo Operacional entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 16/03/2006. Processo N° 08310.000740/2009-09 - Juan Pablo Cabrera Balbi.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08444.004759/2008-10 - Jorge Angel Pereira Peinado.

INDEFIRO os pedidos de republicação, abaixo relacionados, tendo em vista a inobservância do prazo à que alude o art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ.

Processo N° 08097.002780/2008-78 - Otto Wagner.

Processo N° 08240.000181/2009-08 - Maurizio Carrese

Processo N 08461.002527/2008-19 - Sao Chi Le Vu Câmara

Processo N° 08461.001773/2008-53 - Luis Eduardo Paz Aguirregaray.

Tendo em vista que a justificativa apresentada pelos interessados não correspondem a hipótese de situação especial ou caso omisso, INDEFIRO os pedidos de anistia, abaixo relacionados:

Processo N° 08018.022280/2009-76 - Lucy Dorothy Kubasu.

Processo N° 08505.038627/2009-19 - Reyna Flores Osis

Processo N° 08444.006971/2009-01 - Edinson David Montana Cardozo

Processo N° 08390.006070/2009-83 - Ruben Daniel Simone

Processo N° 08256.004191/2009-35 - Roger Bruno Weisgerber.

Tendo em vista que a justificativa apresentada pelos interessados não correspondem a hipótese de situação especial ou caso omisso, INDEFIRO os pedidos formulados por não atenderem aos elementos mínimos satisfatórios capazes de autorizar a concessão da residência provisória.

Processo N 08505.057363/2009-94 - Mabel Ericka Arano Escobar.

Processo N° 08389.032949/2009-10 - Youssef Awala.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 82, DE 25 DE MARÇO DE 2011

A Diretora Adjunta Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Episódio: O HOMEM E SUA ESTRADA (THE MAN IN THE ROAD, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 5207
Título da Série: MIAMI MEDICAL - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Joseph Berger-Davis/Jerry Bruckheimer/Jeffrey Lieber
Diretor(es): Paul McCrane
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Ação
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Salvação
Processo: 08017.000211/2011-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OS PERDEDORES (THE LOSERS, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Joel Silver A. G. K. Foster
Diretor(es): Sylvain White
Distribuidor(es): Videolar S/A. / Warner Bros Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Assassinato e Banalização da violência
Tema: Vingança
Processo: 08017.000712/2011-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A VEZ DA TIGRESA (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000713/2011-67
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: MORANGUINHO EM ÊXTASE (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000714/2011-10
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: BUNDA PRA MAIS DE METRO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000715/2011-56
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: 2 IRMÃS LOUCAS POR TÊNIS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000716/2011-09
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: FATOS E FODAS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000717/2011-45
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: A MUSA DA COPA SEXXXY (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000718/2011-90
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: CAVALAS SELVAGENS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000719/2011-34
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: HISTÓRIAS GOZADAS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000720/2011-69
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: CIBELLE MANCINNI - A SYLVIA SAINT BRASILEIRA (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000721/2011-11
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: SORVETESÃO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000722/2011-58
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: REGINA RIZZI - RAINHA DO ANAL (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000723/2011-01
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: NAS GARRAS DA TIGRESA (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000724/2011-47
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Filme: É NATAL, VEM CHUPAR MEU PAU (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000725/2011-91
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: MASTURBADORAS COMPULSIVAS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000726/2011-36
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: DELÍCIAS E TRAVESSURAS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000727/2011-81
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: DP TOTAL (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000728/2011-25
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.
Filme: OPERÁRIAS DO SEXO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Diretor(es): Paul Snake
Distribuidor(es): Amazonas Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito
Tema: Pornográfico
Processo: 08017.000729/2011-70
Requerente: Amazonas Filmes Ltda.

RENATA BRAZ SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 78 de 22/03/2011, publicada no DOU de 23/03/2011, Seção 1, página 71, Processo MJ nº 08017.004084/2011-44, onde se lê: "Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M." leia-se "Distribuidor(es): ZAP GAMES ENTRETENIMENTO COM IMP LTDA"e onde se lê "Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M. LTDA" leia-se "Distribuidor(es): ZAP GAMES ENTRETENIMENTO COM IMP LTDA."

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROVIMENTO CRPS/GP/Nº 169, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Redistribuir processos administrativos de benefícios no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CRPS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 11, incisos I e XVII do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS/GM nº 323, de 27 de agosto de 2007; e

Considerando a necessidade de adequar o quantitativo de processos em tramitação no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS;

Considerando o grande volume de recursos interpostos pelos segurados e beneficiários, nos processos administrativos de benefício, no Estado de São Paulo;

Considerando os entendimentos mantidos com os Presidentes das Juntas de Recursos e com os dirigentes da Coordenação Geral de Logística do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, RESOLVE,

Art. 1º - Redistribuir 800 (oitocentos) processos administrativos de benefícios existentes na 14ª Junta de Recursos instalada em São Paulo, na forma abaixo especificada:

a) 400 (quatrocentos) processos para a 16ª JR/Paraná, instalada em Curitiba,

b) 400 (quatrocentos) processos para a 18ª JR/Rio Grande do Sul, instalada em Porto Alegre.

Art. 2º - Os embargos ou pedidos de esclarecimentos formulados pelas partes serão examinados pelo órgão julgador que proferiu a decisão.

Art. 3º - As Juntas de Recursos, após o julgamento, devolverão os processos diretamente às unidades de origem, por meio do Serviço de Protocolo do INSS, nos termos do art. 72 da Portaria/MPS/GM/ nº 323, de 27 de agosto de 2007.

Art. 4º - Os Presidentes e Chefes de Secretarias das respectivas Juntas de Recursos adotarão as providências necessárias para efetivação desta medida.

Art. 5º - A Coordenação de Gestão Técnica e a Divisão de Assuntos Administrativos do CRPS acompanharão as providências recomendadas neste Provimento.

Art. 6º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

SALVADOR MARCIANO PINTO

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos da sessão ordinária a ser realizada no dia, 13 de abril de 2011, às 9h e 30min no edifício sede do Ministério da Previdência Social, Bloco "F", 9º andar, Brasília - DF.

1)Processo nº 44000.003032/2007-17, Auto de Infração nº 78/07-74, Decisão Notificação nº 76/09-19, Recorrentes: Alex Alexandre Molinaro, Cláudia Maria Gullo Parente, Daltro Lemos, Dario Almeida, Eduardo de Azeredo Costa, Gilberto da Silva Braga, Hamilton dos Santos Coelho, Jorge Tadeu Arruda, Justa Helena Braga Franco, Leila de Melo Yañez Nogueira, Marcia Maria Garcia Gomes, Marcia Teixeira, Miguel Murat Vasconcellos, Newton Potsch Magalhães, Oswaldo José da Cruz, Ruth Maria Costa Araújo, Carlos Magno Ramos, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto e Marcos Licínio da Costa Simões, Entidade: FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, Relatora designada: Ana Carolina Squadri Santanna.

2)Processo nº 44000.002813/2006-11, Auto de Infração nº 24/06-64, Decisão Notificação nº 31/08-91, Recorrentes: Ivanildo Pinto de Melo, Puliran Câmara, Ubaldo de Jesus Pereira, Luiz Antonio de Almeida, Fernando José Pereira de Araújo, Noel Pinheiro Bastos, José Altino de Araújo Pereira Filho, José Aloísio Freire, Aderson Freire e Ivan Guanais de Oliveira, Entidade: IASAN - Instituto Assistencial dos Advogados do Nordeste, Relator designado: Emílio Keidann Júnior.

3)Processo nº 44000.000077/2008-11, Auto de Infração nº 149/07-11, Decisão nº 15/2010/DICOL/PREVIC, Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Recorridos: Alexej Predtechensky, José de Sousa Teixeira, Adilson Florêncio da Costa, Luiz Eduardo Veiga Lopes e Heitor Alexandre Pereira Reis, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Hilton de Enzo Mitsunaga.

4)Processo nº 44000.001924/2008-64, Auto de Infração nº 38/08-31, Decisão nº 39/2010/DICOL/PREVIC, Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Recorridos: Guilherme Narciso de Lacerda, Sérgio Francisco da Silva, Carlos Alberto Caser, Demósthenes Marques, Jorge Luiz de Souza Arraes, José Renato Corrêa de Lima e Luiz Afonso Simoens da Silva, Entidade: FUNCEF: Fundação dos Economiários Federais, Relator designado: Hilton de Enzo Mitsunaga.

5)Processo nº 44000.000054/2008-14, Auto de Infração nº 135/07-14, Decisão Notificação nº 52/09-42, Recorrente: Renato Guerra Marques, Interessado: Carlos Eduardo Carneiro Lemos, Entidade: PRECE Previdência Complementar, Relator designado: Antonio Bráulio de Carvalho.

6)Processo nº 44000.000924/2008-47, Auto de Infração nº 184/07-11, Decisão Notificação nº 68/09-82, Recorrente: Dézio dos Santos, Interessado: Pedro Batouli, Entidade: PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Relator designado: Antônio Bráulio de Carvalho.

7)Processo nº 44000.003478/2007-41, Auto de Infração nº 119/07-50, Decisão nº 12/2010/CGDC/DICOL/PREVIC, Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Recorridos: Dílson Joaquim de Morais, Hélcio Evandro Oliveira Gomes, José Antônio Capparelli Vieira Borges e Atacil Ramiro de Campos, Entidade: FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do DF, Relator designado: Antônio Bráulio de Carvalho.

8)Embargos de Declaração referente à decisão publicada no DOU de 23/12/2010, Processo nº 44000.000716/2006-86, Embargantes: Pedro Alvim Júnior, Carlos Roberto Veroneze, Olavo Cesar da Rocha e Silva, Ricardo Monteiro de Castro e Melo, Plínio Eurípedes de Castro e José Renato Correa Lima, Entidade: CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada, Relator designado: Luiz Gonzaga Marinho Brandão.

9)Embargos de Declaração referente à decisão publicada no DOU de 06/01/2011, Processo nº 44000.001286/2007-09, Embargantes: Leopoldo Pacheco Bessone e Renato Martini, Entidade: PREVIMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, Relator designado: Itamar Prestes Russo.

10)Embargos de Declaração referente à decisão publicada no DOU de 23/12/2010, Processo nº 44000.002119/2005-13, Embargante: Heraldo Alves Margarido Júnior, Entidade: FEMCO - Fundação Cosipa de Seguridade Social, Relator designado: Itamar Prestes Russo.

PAULO CÉSAR DOS SANTOS
Presidente da CRPC

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 568, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Estabelece recursos financeiro a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições, e

Considerando a Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 90 de 15 de março 2011, que altera atributos, valor e tipo de financiamento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso financeiro anual no montante de R$ 18.538.615,00 (dezoito milhões quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e quinze reais), a ser remanejado do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos valores correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Código	Município	Valor anual
AC	120000	GESTÃO ESTADUAL ACRE	2.091,00
AC Total			2.091,00
AL	270030	ARAPIRAÇA	255,00
AL	270430	MACEIÓ	119.703,00
AL Total			119.958,00
AM	130000	GESTÃO ESTADUAL AMAZONAS	194.129,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AM Total			194.129,00
BA	290000	GESTÃO ESTADUAL BAHIA	391,00
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	5.933,00
BA	292740	SALVADOR	134.298,00
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	204,00
BA Total			140.826,00
CE	230190	BARBALHA	3.213,00
CE	230440	FORTALEZA	87.797,00
CE Total			91.010,00
DF	530000	GESTÃO DISTRITO FEDERAL	28.305,00
DF Total			28.305,00
ES	320000	GESTÃO ESTADUAL ESPÍRITO SANTO	689.653,00
ES Total			689.653,00
GO	520110	ANÁPOLIS	54.758,00
GO	520870	GOIÂNIA	694.549,00
GO Total			749.307,00
MG	310000	GESTÃO ESTADUAL MINAS GERAIS	201.073,00
MG	310160	ALFENAS	1.275,00
MG	310560	BARBACENA	1.071,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	1.884.254,00
MG	310670	BETIM	85,00
MG	312230	DIVINÓPOLIS	4.998,00
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	867,00
MG	313130	IPATINGA	57.206,00
MG	313670	JUIZ DE FORA	80.886,00
MG	314330	MONTES CLAROS	12.180,00
MG	314800	PATOS DE MINAS	119,00
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	3.825,00
MG	315210	PONTE NOVA	68,00
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	731,00
MG	317010	UBERABA	51.439,00
MG	317020	UBERLÂNDIA	139.477,00
MG Total			2.439.554,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	11.662,00
MS	500370	DOURADOS	15.584,00
MS Total			27.246,00
MT	510340	CUIABÁ	184.274,00
MT Total			184.274,00
PA	150140	BELÉM	49.855,00
PA Total			49.855,00
PB	250750	JOÃO PESSOA	99.802,00
PB Total			99.802,00
PE	260000	GESTÃO ESTADUAL PERNAMBUCO	1.193.010,00
PE	261110	PETROLINA	595,00
PE Total			1.193.605,00
PI	221100	TERESINA	254.858,00
PI Total			254.858,00
PR	410000	GESTÃO ESTADUAL PARANÁ	191.150,00
PR	410430	CAMPO MOURÃO	323,00
PR	410690	CURITIBA	878.266,00
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	62.467,00
PR	411370	LONDRINA	91.863,00
PR	411520	MARINGÁ	5.304,00
PR Total			1.229.373,00
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	6.443,00
RJ	330220	ITAPERUNA	459,00
RJ	330330	NITERÓI	18.627,00
RJ	330390	PETRÓPOLIS	425,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	3.705.306,00
RJ	330580	TERESÓPOLIS	782,00
RJ	330630	VOLTA REDONDA	34,00
RJ Total			3.732.076,00
RN	240000	GESTÃO ESTADUAL RIO GRANDE DO NORTE	560.372,00
RN Total			560.372,00
RO	110000	GESTÃO ESTADUAL RONDÔNIA	4.369,00
RO Total			4.369,00
RR	140000	GESTÃO ESTADUAL RORAIMA	952,00
RR Total			952,00
RS	430000	GESTÃO ESTADUAL RIO GRANDE DO SUL	112.688,00
RS	430470	CARAZINHO	238,00
RS	430510	CAXIAS DO SUL	123.179,00
RS	431440	PELOTAS	33.756,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	56.525,00
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	459,00
RS	431720	SANTA ROSA	476,00
RS Total			327.321,00
SC	420000	GESTAO ESTADUAL SANTA CATARINA	57.692,00
SC	420240	BLUMENAU	48.647,00
SC	420420	CHAPECO	3.213,00
SC	420460	CRICIUMA	2.295,00
SC	420820	ITAJAI	119,00
SC	420910	JOINVILLE	200.673,00
SC	420930	LAGES	12.762,00
SC Total			325.401,00
SE	280030	ARACAJU	3.774,00
SE Total			3.774,00
SP	350000	GESTAO ESTADUAL SÃO PAULO	5.707.602,00
SP	350320	ARARAQUARA	3.519,00
SP	350330	ARARAS	1.938,00
SP	350950	CAMPINAS	19.787,00
SP	351840	GUARATINGUETA	3.553,00
SP	351870	GUARUJA	34,00
SP	352440	JACAREI	442,00
SP	352590	JUNDIAI	5.185,00
SP	352690	LIMEIRA	714,00
SP	352900	MARILIA	3.111,00
SP	353070	MOJI-GUACU	17,00
SP	353870	PIRACICABA	4.607,00
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	7.599,00
SP	354850	SANTOS	173.700,00
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	16.507,00
SP	354890	SAO CARLOS	476,00
SP	354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	34,00
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	3.485,00
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	7.548,00
SP	355030	SAO PAULO	2.465,00
SP Total			5.962.323,00
TO	170000	GESTAO ESTADUAL TOCANTINS	128.181,00
TO Total			128.181,00
TOTAL GERAL			18.538.615,00

PORTARIA Nº 569, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Petrópolis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando as Portarias n° 3.324/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, e n° 598/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 503, de 28 de setembro de 2010, que cadastra 8 (oito) leitos de UTI Tipo II, do Hospital de Alcides Carneiro no Município de Petrópolis (RJ), resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso financeiro anual no montante de R$ 1.102.970,88 (um milhão, cento e dois mil novecentos e setenta reais e oitenta e oito reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Petrópolis.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Petrópolis, dos valores correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0033 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência fevereiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 570, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Altera o Anexo da Portaria n° 1.687/GM/MS, de 30 de junho de 2010, para estabelecer o novo valor do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde do Estado do Amazonas, incluir/alterar Municípios na lista de repasses, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

Considerando a Portaria Conjunta n° 1, de 11 de março de 2010, que define os valores anuais do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde, relativos aos recursos federais destinados ao Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, de cada Estado;

Considerando a Portaria n° 1.687/GM/MS, de 30 de junho de 2010, que altera os valores anuais do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde, relativos aos recursos federais destinados ao Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, dos Estados de AM, CE, MS, PE e SC;

Considerando a Resolução n° 107/2010, de 26 de julho de 2010 da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria n° 1.687/GM/MS, de 30 de junho de 2010, que passa a vigorar com as modificações dispostas nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º O valor do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde destinado à Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas passa a ser o constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Será transferido ao Fundo de Saúde dos Municípios de Alvarães, Apuí, Autazes, Barcelos, Boca do Acre, Borba, Careiro, Coari, Fonte Boa, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga Tapauá e Tefé, o valor do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde, conforme o disposto no Anexo II desta Portaria.

Art. 4º Os valores do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde serão transferidos, em três parcelas anuais, nos meses de janeiro, maio e setembro, para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, conforme destinação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática das parcelas para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.

Art. 6º Os créditos orçamentários de que trata a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Vigilância em Saúde.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do 1º Quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

COD. IBGE	UF	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	REPASSES À UNIDADE FEDERADA			POPULAÇÃO	REPASSES À SECRETARIA ESTADUAL			
			REPASSE SEM FINLACEN (R$)	FINLACEN (R$)	PFVPS TOTAL (R$)		REPASSE SEM FINLACEN (R$)	FINLACEN (R$)	PFVPS TOTAL (R$)	PARCELA QUADRIMESTRAL DE RECURSOS FEDERAIS (R$)
13	AM	62	30.704.650,36	4.200.000,00	34.904.650,36	3.393.369	8.692.742,54	4.200.000,00	12.892.742,54	4.297.580,85

ANEXO II

COD. IBGE	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PFVPS TOTAL (R$)	PARCELA QUADRIMESTRAL DE RECURSOS FEDERAIS (R$)
130002	Alvarães	13.566	216.526,36	72.175,45
130014	Apuí	18.597	279.592,30	93.197,43
130030	Autazes	31.774	341.671,78	113.890,59
130040	Barcelos	25.410	398.241,46	132.747,15
130070	Boca do Acre	31.221	294.160,32	98.053,44
130080	Borba	32.496	363.092,60	121.030,87
130110	Careiro	32.638	463.665,50	154.555,17
130120	Coari	66.991	684.677,88	228.225,96
130160	Fonte Boa	18.803	203.937,76	67.979,25
130170	Humaitá	40.735	633.835,48	211.278,49
130185	Iranduba	33.884	486.114,21	162.038,07
130190	Itacoatiara	89.440	516.607,33	172.202,44
130240	Lábrea	39.393	277.049,71	92.349,90
130250	Manacapuru	86.472	591.575,88	197.191,96
130255	Manaquìri	20.836	150.957,60	50.319,20
130260	Manaus	1.738.641	12.396.939,02	4.132.313,01
130270	Manicoré	46.773	242.424,54	80.808,18
130280	Maraã	18.135	126.572,92	42.190,97
130290	Maués	49.666	285.220,10	95.073,37
130340	Parintins	107.250	645.577,68	215.192,56
130350	Pauini	19.111	167.922,33	55.974,11
130353	Presidente Figueiredo	26.282	451.022,51	150.340,84
130356	Rio Preto da Eva	26.847	471.629,18	157.209,73
130380	São Gabriel da Cachoeira	41.885	358.559,03	119.519,68
130406	Tabatinga	47.948	305.155,99	101.718,66
130410	Tapauá	19.884	227.205,76	75.735,25
130420	Tefé	64.671	431.972,59	143.990,86
TOTAIS		2.789.349	22.011.907,82	7.337.302,61

PORTARIA Nº 571, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Regulamenta, para o ano de 2011, a transferência dos incentivos financeiros referentes à Compensação de Especificidades Regionais (CER), componente da parte variável do Piso da Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica definida por meio da Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, que regulamenta o desenvolvimento das ações de Atenção Básica à Saúde no SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Portaria nº 1.045/GM/MS, de 6 de maio de 2010, que regulamenta, para o ano de 2010, a transferência dos incentivos financeiros referentes à Compensação de Especificidades Regionais (CER), componente da parte variável do Piso da Atenção Básica; e

Considerando as Portarias SAS/MS nº 329, de 14 de julho de 2010, nº 447, de 13 de setembro de 2010, nº 513, de 28 de setembro de 2010, nº 579, de 21 de outubro de 2010, que publicam a lista do Distrito Federal e dos Municípios dos Estados de Goiás, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Espírito Santo, Tocantins, Ceará e Acre, com os respectivos valores dos incentivos às Compensações de Especificidades Regionais (CER), definidos conforme resolução de suas respectivas CIB e do Conselho de Saúde do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Regulamentar, para o ano de 2011, a transferência dos incentivos financeiros referentes à Compensação de Especificidades Regionais (CER), componente da parte variável do Piso da Atenção Básica.

Art. 2º Definir que o valor dos recursos federais, de que trata o art. 1º desta Portaria, corresponda a um percentual do valor mínimo per capita do Piso de Atenção Básica Fixo multiplicado pela estimativa da população de cada Estado e do Distrito Federal constante da Resolução nº 7, de 11 de agosto de 2009, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. Os percentuais de que trata o caput deste artigo serão definidos a partir da estratificação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada unidade da Federação, conforme descrito a seguir:

I - 9% para unidades da Federação com valor de IDH até 0,7;

II - 7% para unidades da Federação com valor de IDH maior que 0,7 e até 0,755; e

III - 5% para unidades da Federação com valor de IDH maior que 0,755.

Art. 3º Publicar, na forma do Anexo a esta Portaria, o valor máximo do incentivo de CER por Estado e para o Distrito Federal.

Art. 4º Definir que as Secretarias de Saúde dos Estados enviem ao Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde - DAB/SAS/MS, a documentação em que constem os critérios para alocação dos recursos de que trata esta Portaria, a listagem de Municípios com os valores anual e mensal dos recursos, bem como a memória de cálculo, pactuados na respectiva Comissão Intergestores Bipartite - CIB e que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal envie a documentação em que constem os critérios para alocação dos recursos de que trata esta Portaria, aprovados pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal.

§ 1º Até que a documentação especificada no caput deste artigo seja encaminhada, ficam mantidos os Municípios priorizados para recebimento de incentivos pactuados anteriormente, na respectiva Comissão Intergestores Bipartite - CIB ou no Conselho de Saúde do Distrito Federal, e publicados em Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, específica, do ano de 2010.

§ 2º Os Municípios e respectivos valores dos incentivos CER serão publicados em Portaria específica da Secretaria de Atenção à Saúde- SAS/MS.

Art. 5º Definir que os recursos orçamentários, de que tratam esta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.1214.8577 - Piso de Atenção Básica Fixo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Valor máximo do incentivo às Compensações de Especificidades Regionais por Estado e para o Distrito Federal

UF	POPULAÇÃO IBGE 2009	IDH	% pop	Incentivo Anual	Incentivo Mensal
AC	691.132	0,7	9	1.119.633,84	93.302,82
AL	3.156.108	0,65	9		426.074,58
AM	3.393.369	0,71	7	4.275.644,94	356.303,75
AP	626.609	0,75	7	789.527,34	65.793,95
BA	14.640.055	0,69	9	23.716.889,10	1.976.407,43
CE	8.548.641	0,7	9	13.848.798,42	1.154.066,54
DF	2.608.099	0,84	5	2.347.289,10	195.607,43
ES	3.487.199	0,77	5	3.138.479,10	261.539,93
GO	5.926.450	0,78	5	5.333.805,00	444.483,75
MA	6.367.138	0,64	9	10.314.763,56	859.563,63
MG	20.036.391	0,77	5	18.032.751,90	1.502.729,33
MS	2.360.498	0,78	5	2.124.448,20	177.037,35
MT	3.001.692	0,77	5	2.701.522,80	225.126,90
PA	7.510.295	0,72	7	9.462.971,70	788.580,98
PB	3.769.977	0,66	9	6.107.362,74	508.946,90
PE	8.813.860	0,71	7	11.105.463,60	925.455,30
PI	3.145.325	0,66	9	5.095.426,50	424.618,88
PR	10.687.514	0,79	5	9.618.762,60	801.563,55
RJ	16.012.040	0,81	5	14.410.836,00	1.200.903,00
RN	3.137.541	0,71	7	3.953.301,66	329.441,81
RO	1.503.928	0,74	7	1.894.949,28	157.912,44
RR	421.499	0,75	7	531.088,74	44.257,40
RS	10.914.752	0,81	5	9.823.276,80	818.606,40
SC	6.118.743	0,82	5	5.506.868,70	458.905,73
SE	2.019.679	0,68	9	3.271.879,98	272.656,67
SP	41.385.189	0,82	5	37.246.670,10	3.103.889,18
TO	1.292.051	0,71	7	1.627.984,26	135.665,36
				212.513.290,92	17.709.440,91

PORTARIA Nº 572, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

O MINISTRO DO ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e considerando o estabelecido pelas Portarias nº 648/GM e nº 650/GM, de 28 de março de 2006, bem como as metas físico-financeiras estaduais, resolve:

Art. 1º Credenciar os Municípios descritos no Anexo II desta Portaria, dos Estados relacionados no Anexo I, a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.1214.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família, para implantação de novas equipes e contratações de agentes comunitários de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	MUNICÍPIOS	AGENTES	EQUIPES
BA	5	160	22
CE	4	398	55
MA	1	116	14
MG	9	1.289	209
MT	10	375	37
PB	2	245	40
PE	2	190	25
PI	1	11	2
PR	1	28	4
RJ	1	479	46
RN	3	211	36
RO	1	56	5
RS	5	221	28
SC	1	24	4
SP	14	534	69
Total Geral:	60	4.337	596

ANEXO II

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	AGENTES	EQUIPES
BA	2911303	GENTIO DO OURO	30	4
BA	2912608	IBIQUERA	12	1
BA	2918902	LAJEDAO	9	1
BA	2920502	MARACAS	89	13
BA	2923308	OURICANGAS	20	3
Total da UF:		5	160	22
CE	2305407	ICO	163	20
CE	2307007	JAGUARUANA	73	12
CE	2307403	JUCAS	59	8
CE	2312403	SAO GONCALO DO AMARANTE	103	15
Total da UF:		4	398	55
MA	2110500	SAO BENTO	116	14
Total da UF:		1	116	14
MG	3104304	AREADO	19	3
MG	3106705	BETIM	1074	179
MG	3109204	BUENOPOLIS	26	4
MG	3109907	CAETANOPOLIS	25	3
MG	3114600	CARRANCAS	10	2
MG	3115409	CATAS ALTAS DA NORUEGA	8	1
MG	3146305	PADRE PARAISO	47	7
MG	3154309	RESPLENDOR	44	4
MG	3162005	SAO GONCALO DO SAPUCAI	36	6
Total da UF:		9	1289	209
MT	5103007	CHAPADA DOS GUIMARAES	53	6
MT	5104500	INDIAVAI	8	1
MT	5104526	IPIRANGA DO NORTE	12	1
MT	5104609	ITIQUIRA	35	4
MT	5106000	NORTELANDIA	16	2
MT	5106216	NOVA CANAA DO NORTE	41	3
MT	5106299	PARANAITA	30	4
MT	5106307	PARANATINGA	38	5
MT	5107040	PRIMAVERA DO LESTE	109	8
MT	5107859	SAO FELIX DO ARAGUAIA	33	3
Total da UF:		10	375	37
PB	2503704	CAJAZEIRAS	145	23
PB	2512507	QUEIMADAS	100	17
Total da UF:		2	245	40
PE	2601904	BEZERROS	104	15
PE	2604205	CATENDE	86	10
Total da UF:		2	190	25
PI	2203255	CURRALINHOS	11	2
Total da UF:		1	11	2
PR	4105706	CLEVELANDIA	28	4
Total da UF:		1	28	4
RJ	3305109	SAO JOAO DE MERITI	479	46
Total da UF:		1	479	46
RN	2401859	CAICARA DO NORTE	16	3
RN	2407104	MACAIBA	166	28
RN	2414209	TIBAU DO SUL	29	5
Total da UF:		3	211	36
RO	1100148	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	56	5
Total da UF:		1	56	5
RS	4302352	BOM PRINCIPIO	24	3
RS	4315404	REDENTORA	20	2
RS	4317509	SANTO ANGELO	63	9
RS	4321907	TRES PASSOS	48	8
RS	4322509	VACARIA	66	6
Total da UF:		5	221	28
SC	4213401	PONTE SERRADA	24	4
Total da UF:		1	24	4
SP	3501004	ALTINOPOLIS	30	6
SP	3504800	BALSAMO	21	3
SP	3505500	BARRETOS	68	11
SP	3507803	BRODOWSKI	32	2
SP	3508009	BURI	28	3
SP	3511201	CATIGUA	18	1
SP	3513900	DIVINOLANDIA	21	3
SP	3516101	FLORINIA	7	1
SP	3517208	GUAICARA	17	1
SP	3518602	GUARIBA	78	3
SP	3523404	ITATIBA	66	13
SP	3529609	MERIDIANO	10	1
SP	3533908	OLIMPIA	78	13
SP	3538808	PIRAJU	60	8
Total da UF:		14	534	69
Total Geral:		60	4337	596

PORTARIA Nº 573, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Credencia Municípios a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o estabelecido pelas Portarias nº 648/GM e nº 650/GM, de 28 de março de 2006, bem como as metas físico-financeiras estaduais, resolve:

Art.1º Credenciar os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.1214.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO À SAÚDE BUCAL

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	MOD. 1	MOD. 2	TOTAL
ES	3201506	COLATINA	18	0	18
Total da UF:		1	18	0	18
GO	5204003	CABECEIRAS	2	0	2
GO	5206404	CRIXAS	2	2	4
Total da UF:		2	4	2	6
MA	2106201	LUIS DOMINGUES	3	0	3
Total da UF:		1	3	0	3
MG	3100807	AGUANIL	1	1	2
MG	3106200	BELO HORIZONTE	150	175	325
MG	3109709	CACHOEIRA DE MINAS	1	0	1
MG	3116605	CLAUDIO	2	1	3
MG	3127503	GONZAGA	0	2	2
MG	3127701	GOVERNADOR VALADARES	27	8	35
MG	3135506	JEQUERI	0	5	5
MG	3139607	MANTENA	8	0	8
MG	3150802	PIRANGA	7	0	7
MG	3167905	TABULEIRO	2	0	2
MG	3168507	TEIXEIRAS	3	1	4
Total da UF:		11	201	193	394
MT	5100409	ALTO GARCAS	3	0	3
MT	5103205	COLIDER	3	2	5
MT	5107701	ROSARIO OESTE	3	0	3
Total da UF:		3	9	2	11
PA	1501808	BREVES	5	0	5
PA	1501907	BUJARU	3	0	3
PA	1505437	OURILANDIA DO NORTE	4	0	4
PA	1506161	RIO MARIA	6	0	6
PA	1507003	SANTO ANTONIO DO TAUA	7	0	7
PA	1508159	URUARA	3	0	3
Total da UF:		6	28	0	28
PE	2606002	GARANHUNS	24	1	25
PE	2607653	ITAMBE	12	0	12
PE	2609303	MIRANDIBA	5	0	5
PE	2614501	SURUBIM	16	0	16
Total da UF:		4	57	1	58
RJ	3300936	CARAPEBUS	4	0	4
RJ	3301876	IGUABA GRANDE	6	0	6
RJ	3304409	RIO CLARO	6	0	6
Total da UF:		3	16	0	16
RS	4304614	CANUDOS DO VALE	1	0	1
RS	4313706	PALMEIRA DAS MISSOES	4	0	4
RS	4318002	SAO BORJA	14	0	14
Total da UF:		3	19	0	19
SC	4210506	MARAVILHA	6	0	6
Total da UF:		1	6	0	6
SP	3526704	LEME	7	0	7
SP	3529708	MIGUELOPOLIS	4	0	4
SP	3537107	PEDREIRA	7	0	7
SP	3548708	SAO BERNARDO DO CAMPO	17	54	71
Total da UF:		4	35	54	89
Total Geral:		39	396	252	648

PORTARIA Nº 574, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Credencia Municípios a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o estabelecido pelas Portarias nº 648/GM e nº 650/GM, de 28 de março de 2006, bem como as metas físico-financeiras estaduais, resolve:

Art. 1º Credenciar os Municípios descritos no Anexo II a esta Portaria, dos Estados relacionados no Anexo I, a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.1214.20AD- Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família, para implantação de novas equipes e contratações de agentes comunitários de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	MUNICÍPIOS	AGENTES	EQUIPES
AC	1	270	22
ES	1	181	25
MG	9	3.378	605
PA	7	1.728	121
PE	4	324	47

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	1	39	6
RJ	2	1.788	216
RO	1	1.022	151
RS	1	101	14
SC	5	349	38
SP	3	319	24
Total Geral:	35	9.499	1.269

ANEXO II

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	AGENTES	EQUIPES
AC	1200203	CRUZEIRO DO SUL	270	22
Total da UF:		1	270	22
ES	3200607	ARACRUZ	181	25
Total da UF:		1	181	25
MG	3102803	ANDRELANDIA	28	4
MG	3103751	ARAPORA	16	2
MG	3106200	BELO HORIZONTE	3061	560
MG	3108255	BONITO DE MINAS	23	4
MG	3108552	BRASILANDIA DE MINAS	34	4
MG	3109006	BRUMADINHO	84	14
MG	3116605	CLAUDIO	64	6
MG	3150802	PIRANGA	40	7
MG	3151701	POCO FUNDO	28	4
Total da UF:		9	3378	605
PA	1500206	ACARA	170	8
PA	1500503	ALMEIRIM	90	4
PA	1500800	ANANINDEUA	800	82
PA	1501808	BREVES	251	7
PA	1501907	BUJARU	75	5
PA	1506708	SANTANA DO ARAGUAIA	138	6
PA	1507300	SAO FELIX DO XINGU	204	9
Total da UF:		7	1728	121
PE	2602506	BREJINHO	18	3
PE	2602704	BUENOS AIRES	26	6
PE	2606002	GARANHUNS	246	33
PE	2609303	MIRANDIBA	34	5
Total da UF:		4	324	47
PR	4102109	ASTORGA	39	6
Total da UF:		1	39	6
RJ	3302270	JAPERI	141	8
RJ	3304904	SAO GONCALO	1647	208
Total da UF:		2	1788	216
RO	1100205	PORTO VELHO	1022	151
Total da UF:		1	1022	151
RS	4318002	SAO BORJA	101	14
Total da UF:		1	101	14
SC	4205175	ENTRE RIOS	8	1
SC	4210506	MARAVILHA	57	6
SC	4212908	PINHALZINHO	38	4
SC	4215687	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	8	1
SC	4218707	TUBARAO	238	26
Total da UF:		5	349	38
SP	3503208	ARARAQUARA	239	14
SP	3511607	CESARIO LANGE	37	2
SP	3537107	PEDREIRA	43	8
Total da UF:		3	319	24
Total Geral:		35	9499	1269

PORTARIA Nº 575, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros relativos às ações de Saúde Bucal no âmbito da estratégia Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o estabelecido pelas Portarias nº 648/GM e nº 650/GM, de 28 de março de 2006, bem como as metas físico-financeiras estaduais, resolve:

Art. 1º Credenciar os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.1214.20AD- Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2010.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO À SAÚDE BUCAL

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	MOD. 1	MOD. 2	TOTAL
AC	1200336	MANCIO LIMA	5	0	5
Total da UF:		1	5	0	5
AM	1302108	JAPURA	3	0	3
AM	1302900	MAUES	9	2	11
AM	1303957	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	4	0	4
Total da UF:		3	16	2	18
BA	2900603	AIQUARA	2	0	2
BA	2906105	CANAPOLIS	5	0	5
BA	2900504	ERICO CARDOSO	5	0	5
BA	2917102	ITORORO	4	0	4
BA	2923605	PARAMIRIM	7	0	7
BA	2924009	PAULO AFONSO	20	0	20
BA	2924678	PIRAI DO NORTE	2	0	2
BA	2925006	PLANALTO	3	0	3
BA	2929750	SAUBARA	2	0	2
BA	2930501	SERRINHA	9	0	9
BA	2931806	TREMEDAL	3	0	3
Total da UF:		11	62	0	62
CE	2310704	PENTECOSTE	14	0	14
CE	2310902	PIQUET CARNEIRO	3	1	4
Total da UF:		2	17	1	18
MG	3120409	CRISTIANO OTONI	0	2	2
MG	3128204	GUARACIABA	3	1	4
MG	3138609	LIMA DUARTE	2	1	3
MG	3139300	MANGA	2	2	4
MG	3150901	PIRANGUCU	1	0	1
MG	3151206	PIRAPORA	0	6	6
MG	3151404	PITANGUI	7	0	7
MG	3160900	SAO BRAS DO SUACUI	1	0	1
MG	3164100	SAO PEDRO DO SUACUI	1	1	2
MG	3164506	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	5	0	5
MG	3166600	SERRA DA SAUDADE	0	1	1
Total da UF:		11	22	14	36
MT	5100201	AGUA BOA	4	0	4
MT	5103106	COCALINHO	2	0	2
MT	5103205	COLIDER	3	0	3
MT	5105150	JUINA	5	0	5
MT	5107180	RIBEIRAO CASCALHEIRA	2	0	2
Total da UF:		5	16	0	16
PB	2504801	COREMAS	6	1	7
PB	2513356	SANTA INES	2	0	2
PB	2513406	SANTA LUZIA	0	6	6
PB	2516102	SOLEDADE	6	0	6
Total da UF:		4	14	7	21
PR	4111258	ITAPERUCU	2	0	2
PR	4120655	QUARTO CENTENARIO	2	0	2
Total da UF:		2	4	0	4
RN	2408300	NOVA CRUZ	15	0	15
Total da UF:		1	15	0	15
RS	4305108	CAXIAS DO SUL	17	0	17
RS	4314902	PORTO ALEGRE	8	7	15
Total da UF:		2	25	7	32
SC	4202404	BLUMENAU	6	9	15
SC	4212205	PAPANDUVA	3	0	3
SC	4213609	PORTO UNIAO	6	0	6
Total da UF:		3	15	9	24
SP	3505401	BARRA DO TURVO	4	0	4
SP	3516705	GARCA	14	0	14
SP	3527603	LUIS ANTONIO	1	0	1
SP	3543303	RIBEIRAO PIRES	15	5	20
SP	3555000	TUPA	10	0	10
Total da UF:		5	44	5	49
TO	1713304	MIRANORTE	3	0	3
TO	1716653	PEQUIZEIRO	2	0	2
Total da UF:		2	5	0	5
Total Geral:		52	260	45	305

PORTARIA Nº 576, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Credencia Municípios a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o estabelecido pelas Portarias nº 648/GM e nº 650/GM, de 28 de março de 2006, bem como as metas físico-financeiras estaduais, resolve:

Art.1º Credenciar os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.1214.20AD- Piso de Atenção Básica Variável - Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO À SAÚDE BUCAL

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	MOD. 1	MOD. 2	TOTAL
BA	2904506	BROTAS DE MACAUBAS	2	0	2
BA	2910750	FATIMA	2	0	2
BA	2917805	JAGUARIPE	4	0	4
BA	2933000	VALENTE	4	0	4
BA	2933158	VARZEA NOVA	4	0	4
Total da UF:		5	16	0	16
CE	2312403	SAO GONCALO DO AMARANTE	11	4	15
CE	2313609	UBAJARA	9	0	9
Total da UF:		2	20	4	24
MG	3104106	ARCEBURGO	3	0	3
MG	3104601	ASTOLFO DUTRA	4	0	4
MG	3109105	BUENO BRANDAO	1	0	1
MG	3113404	CARATINGA	1	13	14
MG	3131158	IPABA	4	2	6
MG	3131802	ITABIRINHA	2	1	3
MG	3144508	NAZARENO	1	1	2
MG	3152170	PONTO DOS VOLANTES	0	5	5
MG	3154309	RESPLENDOR	2	0	2
MG	3158953	SANTANA DO PARAISO	2	5	7
MG	3162005	SAO GONCALO DO SAPUCAI	6	0	6
MG	3170057	UBAPORANGA	1	2	3
MG	3171709	VIRGINIA	3	0	3
Total da UF:		13	30	29	59
PA	1500206	ACARA	8	0	8
PA	1501907	BUJARU	4	0	4
Total da UF:		2	12	0	12
PB	2503704	CAJAZEIRAS	23	0	23
PB	2512507	QUEIMADAS	17	0	17

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Total da UF:		2	40	0	40
PE	2601904	BEZERROS	12	0	12
PE	2610608	PAUDALHO	14	0	14
PE	2615300	TIMBAUBA	16	0	16
Total da UF:		3	42	0	42
RJ	3300233	ARMACAO DOS BUZIOS	8	0	8
RJ	3305000	SAO JOAO DA BARRA	0	3	3
Total da UF:		2	8	3	11
RN	2401859	CAICARA DO NORTE	3	0	3
RN	2407104	MACAIBA	28	0	28
RN	2414209	TIBAU DO SUL	5	0	5
Total da UF:		3	36	0	36
RO	1100148	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	3	0	3
Total da UF:		1	3	0	3
RS	4322509	VACARIA	6	0	6
Total da UF:		1	6	0	6
SC	4213401	PONTE SERRADA	3	1	4
Total da UF:		1	3	1	4
SP	3505500	BARRETOS	11	0	11
SP	3533908	OLIMPIA	13	0	13
SP	3538709	PIRACICABA	13	0	13
SP	3549805	SAO JOSE DO RIO PRETO	12	0	12
Total da UF:		4	49	0	49
Total Geral:		39	265	37	302

PORTARIA Nº 577, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros relativos às estratégias Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o estabelecido pelas Portarias nº 648/GM e nº 650/GM, de 28 de março de 2006, bem como as metas físico-financeiras estaduais, resolve:

Art. 1º Credenciar os Municípios descritos no Anexo II a esta Portaria, dos Estados relacionados no Anexo I, a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.1214.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família, para implantação de novas equipes e contratações de agentes comunitários de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2010.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	MUNICÍPIOS	AGENTES	EQUIPES
AM	4	307	31
BA	9	486	77
CE	3	91	14
MG	8	140	22
MT	3	66	6
PA	9	936	53
PB	4	115	21
PE	1	26	5
PI	4	151	20
RJ	1	400	60
RN	1	91	15
RO	1	36	4
RS	6	615	123
SC	4	230	28
SP	4	238	36
TO	2	867	80
Total Geral:	64	4.795	595

ANEXO II

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	AGENTES	EQUIPES
AM	1302900	MAUES	149	13
AM	1303957	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	27	4
AM	1304104	TAPAUA	61	7
AM	1304302	URUCARA	70	7
Total da UF:		4	307	31
BA	2902609	BAIXA GRANDE	54	8
BA	2906808	CANSANCAO	85	14
BA	2907707	CHORROCHO	27	4
BA	2923209	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	59	9
BA	2923506	PALMEIRAS	21	3
BA	2923605	PARAMIRIM v	47	9
BA	2924405	PILAO ARCADO	85	14
BA	2924603	PINDOBACU	52	8
BA	2933000	VALENTE	56	8
Total da UF:		9	486	77
CE	2304269	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	24	4
CE	2306801	JAGUARIBARA	26	4
CE	2311355	QUIXELO	41	6
Total da UF:		3	91	14
MG	3101631	ALFREDO VASCONCELOS	13	2
MG	3109253	BUGRE	10	2
MG	3120409	CRISTIANO OTONI	13	2
MG	3138609	LIMA DUARTE	36	5
MG	3160454	SANTO ANTONIO DO RETIRO	18	3
MG	3160900	SAO BRAS DO SUACUI	8	1
MG	3161601	SAO GERALDO DA PIEDADE	12	2
MG	3164506	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	30	5
Total da UF:		8	140	22
MT	5100201	AGUA BOA	48	4
MT	5106190	NOVA SANTA HELENA	9	1
MT	5107263	SANTO AFONSO	9	1
Total da UF:		3	66	6
PA	1500305	AFUA	77	2
PA	1501709	BRAGANCA	330	15
PA	1503200	IGARAPE-ACU	102	9
PA	1504901	MUANA	98	3
PA	1506005	PRAINHA	88	5
PA	1506161	RIO MARIA	49	6
PA	1506351	SANTA BARBARA DO PARA	46	4
PA	1507953	TAILANDIA	102	6
PA	1507979	TERRA SANTA	44	3
Total da UF:		9	936	53
PB	2504801	COREMAS	38	7
PB	2506400	GURINHEM	34	6
PB	2513356	SANTA INES	9	2
PB	2516102	SOLEDADE	34	6
Total da UF:		4	115	21
PE	2602704	BUENOS AIRES	26	5
Total da UF:		1	26	5
PI	2201150	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	26	3
PI	2201556	BELA VISTA DO PIAUI	9	1
PI	2203305	DEMERVAL LOBAO	33	5
PI	2206209	MIGUEL ALVES	83	11
Total da UF:		4	151	20
RJ	3302502	MAGE	400	60
Total da UF:		1	400	60
RN	2408300	NOVA CRUZ	91	15
Total da UF:		1	91	15
RO	1101203	MINISTRO ANDREAZZA	36	4
Total da UF:		1	36	4
RS	4301107	ARROIO DOS RATOS	22	4
RS	4306106	CRUZ ALTA	89	9
RS	4312807	NOVA ARACA	9	1
RS	4313409	NOVO HAMBURGO	52	6
RS	4314902	PORTO ALEGRE	380	95
RS	4322004	TRIUNFO	63	8
Total da UF:		6	615	123
SC	4202453	BOMBINHAS	25	4
SC	4205456	FORQUILHINHA	48	8
SC	4205902	GASPAR	97	10
SC	4213609	PORTO UNIAO	60	6
Total da UF:		4	230	28
SP	3516705	GARCA	84	14
SP	3535507	PARAGUACU PAULISTA	55	8
SP	3541703	QUATA	30	4
SP	3555000	TUPA	69	10
Total da UF:		4	238	36
TO	1702109	ARAGUAINA	340	35
TO	1721000	PALMAS	527	45
Total da UF:		2	867	80
Total Geral:		64	4795	595

PORTARIA Nº 578, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Autoriza repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Anápolis, Estado de Goiás, a favor do Hospital Municipal Jamel Cecílio, no Município de Anápolis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o incisos II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Portaria nº 2.254/GM/MS, de 5 de agosto de 2010, que institui a Vigilância Epidemiológica em âmbito Hospitalar, define as competências para a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os critérios para a qualificação das unidades hospitalares de referência nacional e define também o escopo das atividades a serem desenvolvidas pelos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia, resolve;

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde, para o Fundo Municipal de Anápolis, Estado de Goiás, no valor quadrimestral de R$ 6.000,00 (seis mil reais) na forma do Anexo a esta Portaria, que será paga a partir do 1º quadrimestre de 2011, a favor do Hospital Municipal Jamel Cecílio, no Município de Anápolis (GO).

Art. 2º Os recursos de que tratam o artigo anterior, referem-se ao Fator de Incentivo para a Vigilância Epidemiológica em âmbito Hospitalar.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor quadrimestral.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde de Anápolis transferirá diretamente os recursos financeiros, para o Hospital de Referência para o Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em âmbito Hospitalar sob sua responsabilidade.

Art. 5º O crédito orçamentário de que trata esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do 1º quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	HOSPITAL	NÍVEL	GESTÃO	VALOR QUADRIMESTRAL
GO	Hospital Municipal Jamel Cecílio - Anápolis (GO)	I	Municipal	6.000,00
Total				6.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 579, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Autoriza repasse do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco destinado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) a ser alocado no Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde (PVVPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Portaria nº 1.405/GM/MS, de 29 de junho de 2006, que institui a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis (SVO), resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, no valor mensal de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) perfazendo um total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por quadrimestre, conforme Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. Para o primeiro mês do quadrimestre inicial, o valor mensal será pago em dobro, conforme disposto no §4º, art. 5º da Portaria 1.405/GM/MS, de 29 de junho de 2006, na forma do Anexo II a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos de que tratam o artigo anterior referem-se ao fator de incentivo para o Serviço de Verificação de Óbito do Município de Caruaru localizado no Estado de Pernambuco, que integra o Sistema Estadual de Vigilância em Saúde, definido na Portaria Estadual de nº 115, de 1° de março de 2010, com base na deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco nº 1.049, de 7 de agosto de 2006.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática do valor quadrimestral, para o Fundo Estadual de Saúde, destinando o recurso para a SVO de Caruaru, integrante da rede pública sob gestão da Secretaria Estadual da Saúde.

Art. 4º Os créditos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do 1º quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

UF	CÓDIGO IBGE	ENTIDADE	VALOR QUADRIMESTRAL
PE	260000	FES - PE	120.000,00
TOTAL			120.000,00

ANEXO II

UF	CÓDIGO IBGE	ENTIDADE	VALOR QUADRIMESTRAL
PE	260000	FES - PE	150.000,00
TOTAL			150.000,00

PORTARIA Nº 580, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Autoriza repasse do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde de São Paulo destinado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) a ser alocado no Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde (PVVPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009 que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Portaria nº 1.405/GM/MS, de 29 de junho de 2006, que institui a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis (SVO), resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, no valor mensal de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) perfazendo um total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por quadrimestre, conforme Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. Para o primeiro mês do quadrimestre inicial, o valor mensal será pago em dobro, conforme disposto no § 4º, art. 5º da Portaria nº 1.405/GM/MS, de 29 de junho de 2006, na forma do Anexo II a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos de que tratam o artigo anterior referem-se ao fator de incentivo para o Serviço de Verificação de Óbito do Município de Marília localizado no Estado de São Paulo a favor do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) de acordo com a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo nº 10, de 12 de fevereiro de 2010.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor quadrimestral para o Fundo Estadual de Saúde que destinará os recursos para o hospital credenciado no artigo anterior.

Art. 4º Os créditos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do 1º quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

UF	CÓDIGO IBGE	ENTIDADE	VALOR QUADRIMESTRAL
SP	350000	FES - SP	120.000,00
TOTAL			120.000,00

ANEXO II

UF	CÓDIGO IBGE	ENTIDADE	VALOR QUADRIMESTRAL
SP	350000	FES - SP	150.000,00
TOTAL			150.000,00

PORTARIA Nº 581, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Homologa os Termos de Compromisso de Gestão - TCG, o Contrato de Ação Pública (CAP) celebrado entre o Estado de Sergipe e seus Municípios e publica os Termos de Limites Financeiros Globais - TLFG de três Municípios do Estado de Alagoas, um município do Estado do Amazonas, um Município do Estado da Bahia, cinco Municípios do Estado de Goiás, treze Municípios do Estado do Maranhão, um Município do Estado do Mato Grosso, um município do Estado do Pará, nove municípios do Estado da Paraíba, quatro Municípios do Estado de Pernambuco, dezessete Municípios do Estado do Piauí, oito Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, setenta e cinco Municípios do Estado de Sergipe e dois Municípios do Estado do Tocantins, homologados pela Comissão Intergestores Tripartite.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando o preconizado nas Portarias nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006; nº 699/GM, de 30 de março de 2006; nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007; e nº 372/GM, de 16 de fevereiro de 2007;

Considerando a Resolução CIB - AL nº 108, de 13 de dezembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Alagoas;

Considerando a Resolução CIB - AM nº 161, de 9 de dezembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas;

Considerando a Resolução CIB - BA nº 365, de 10 de dezembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia;

Considerando a Resolução CIB - GO nº 014, de 17 de fevereiro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Goiás;

Considerando as Resoluções CIB - MA nºs 176, 175, 174, 173, 172, 171, 170, 169, de 22 de novembro de 2010; e nºs 202, 203 e 204, de 20 de dezembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Maranhão;

Considerando a Resolução CIB - MT nº 009, de 10 de fevereiro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Mato Grosso;

Considerando a Resolução CIB - PA nº 219, de 29 de novembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará;

Considerando as Resoluções CIB - PB nº 1396, de 9 de novembro de 2010; e nº 1273, de 13 de julho de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Paraíba;

Considerando a Resolução CIB - PE nº1589, de 7de fevereiro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco;

Considerando as Resoluções CIB - PI nºs 174, 175, 176, de 29 de outubro de 2010; nºs 162, 158, 164, 163, 155, 156, 154, de 14 de outubro de 2010; nºs 198, 194, de 6 de dezembro de 2010; e nºs 90, 108, 94,111,103, de 06 de agosto de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Piauí;

Considerando a Resolução CIB - RS nº 017, de 11de fevereiro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando as Resoluções CIB - TO nº 125, de 18 de novembro de 2010; e nº140, de 14 de dezembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins;

Considerando a Deliberação CIE - SE nº 12, de 10 de dezembro de 2008, do Colegiado Interfederativo Estadual de Sergipe e o Contrato de Ação Pública do Estado de Sergipe, firmado em 01de fevereiro de 2010;

Considerando as decisões da Comissão Intergestores Tripartite, na reunião de 26 de março de 2009, que pactuou a similaridade entre o Contrato de Ação Pública (CAP) e o Termo de Compromisso de Gestão Municipal (TCGM), para o processo de adesão dos municípios de Sergipe ao Pacto Pela Saúde e na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os Termos de Compromisso de Gestão de três Municípios do Estado de Alagoas, um Município do Estado do Amazonas,um Município do Estado da Bahia, cinco Municípios do Estado de Goiás, treze Municípios do Estado do Maranhão, um Município do Estado do Mato Grosso, um Município do Estado do Pará, nove Municípios do Estado da Paraíba, quatro Municípios do Estado de Pernambuco, dezessete Municípios do Estado do Piauí, oito Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e dois Municípios do Estado do Tocantins.

Art. 2º Homologar o Contrato de Ação Pública (CAP) celebrado entre o Estado de Sergipe e seus setenta e cinco Municípios.

Art. 3º Publicar, constantes dos Anexos, os Termos de Limites Financeiros Globais do estado e dos municípios referidos nos Art. 1º e 2º a esta Portaria.

§ 1º O Fundo Nacional de Saúde manterá as transferências regulares dos valores mensais aos respectivos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, conforme autorizações das áreas técnicas do Ministério da Saúde e Portarias pertinentes.

§ 2º Os valores declarados nos Termos de Limites Financeiros Globais anexos poderão ser alterados, em conformidade com as normas das áreas técnicas do Ministério da Saúde e pactuações das comissões intergestores.

§ 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.301.1214.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família;

II - 10.301.1214.8577 - Piso de Atenção Básica Fixo;

III - 10.301.1312.6188 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Trabalhador;

IV - 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade;

V - 10.302.1220.8934 - Atenção Especializada em Saúde Bucal;

VI - 10.302.1444.20AC - Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis;

VII - 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde;

VIII - 10.303.1293.4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos;

IX - 10.303.1293.4705 - Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais;

X - 10.304.1289.20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária;

XI - 10.304.1289.8719.0001 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços, Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional;

XII - 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para Vigilância em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 03 MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
270060	Barra de São Miguel	FED	136.296,00	628.191,12	165.589,06	0,00	0,98	165.590,04	165.590,04	0,00	0,00	0,00	38.617,20	0,00	0,00	0,00	22.048,29	8.752,26	0,00	833.904,87
		EST	84.000,00	0,00	0,00	0,00	142.151,23	142.151,23	0,00	0,00	0,00	0,00	14.093,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.245,15
		MUN	1.409.231,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.409.231,65
	Barra de Saõ Miguel Total		1.629.527,65	628.191,12	165.589,06	0,00	142.152,21	307.741,27	165.590,04	0,00	0,00	0,00	52.711,12	0,00	0,00	0,00	22.048,29	8.752,26	0,00	2.483.381,67
270230	Coruripe	FED	960.642,00	2.440.200,00	2.794.395,54	473.005,29	38.813,42	3.306.214,25	0,00	0,00	0,00	3.306.214,25	272.181,96	0,00	0,00	0,00	172.853,40	30.313,62	0,00	7.182.405,23
		EST	204.000,00	0,00	0,00	0,00	530.893,87	530.893,87	0,00	0,00	0,00	0,00	99.266,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	834.160,21
		MUN	8.617.183,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.617.183,31
	Coruripe Total		9.781.825,31	2.440.200,00	2.794.395,54	473.005,29	569.707,29	3.837.108,12	0,00	0,00	0,00	3.306.214,25	371.448,30	0,00	0,00	0,00	172.853,40	30.313,62	0,00	16.633.748,75
270870	São Miguel dos Milagres	FED	136.818,00	692.991,12	97.235,67	0,00	11.524,13	108.759,80	108.759,80	0,00	0,00	0,00	38.765,16	0,00	0,00	0,00	27.576,36	8.758,20	0,00	904.908,84
		EST	84.000,00	0,00	0,00	0,00	73.611,43	73.611,43	0,00	0,00	0,00	0,00	14.137,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.749,29
		MUN	1.243.980,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243.980,31
	Saõ Miguel dos Milagres Total		1.464.798,31	692.991,12	97.235,67	0,00	85.135,56	182.371,23	108.759,80	0,00	0,00	0,00	52.903,02	0,00	0,00	0,00	27.576,36	8.758,20	0,00	2.320.638,44
	Total Geral		12.876.151,27	3.761.382,24	3.057.220,27	473.005,29	796.995,06	4.327.220,62	274.349,84	0,00	0,00	0,00	477.062,44	0,00	0,00	0,00	222.478,05	47.824,08	0,00	21.437.768,86

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	8.921.218,94	ESTADUAL	1.246.154,65	MUNICIPAL	11.270.395,2	TOTAL	21.437.768,86

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 10/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Dados a partir do mês de agosto de 2010
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Dados conforme informações SIOPS 2009
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO II

TERMO DE LIMITE FINANCEIRO GLOBAL DE 01 MUNICÍPIO DO ESTADO DO AMAZONAS
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
130310	Nova Olinda do Norte	FED	558.216,00	3.265.633,68	646.891,09	53.726,00	199.247,91	899.865,00	469.295,00	0,00	0,00	430.569,36	158.161,20	0,00	0,00	0,00	0,00	17.614,80	0,00	4.430.195,04
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.682,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.682,32
		MUN	372.794,66	1.269.887,10	164.400,00	0,00	132.000,00	296.400,00	0,00	0,00	0,00	296.400,00	57.682,32	0,00	0,00	0,00	24.000,00	63.600,00	0,00	2.084.364,08
	Nova Olinda do Norte Total		931.010,66	4.535.520,78	811.291,09	53.726,00	331.247,91	1.196.265,00	469.295,00	0,00	0,00	726.969,36	273.525,84	0,00	0,00	0,00	24.000,00	63.600,00	0,00	6.572.241,44
	Total Geral		931.010,66	4.535.520,78	811.291,09	53.726,00	331.247,91	1.196.265,00	469.295,00	0,00	0,00	726.969,36	273.525,84	0,00	0,00	0,00	24.000,00	63.600,00	0,00	6.572.241,44

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	4.430.195,04	ESTADUAL	57.682,32	MUNICIPAL	2.084.364,08	TOTAL	6.572.241,44

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Novembro de 2010 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 11/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Fonte - FES/SUSAM. O valor da Assistência Farmacêutica refere-se ao valor anual calculado pela Port. GM3024/07, somente houve repasse da Ass. Farm. Básica em 2006 em medicamentos,não houve repasse em 2007, 2008, 2009 e 2010.
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: (PAB, Assistência, MAC Assistência, Vigilância em Saúde) 01/2010 e da Asssitência Farmacêutica 06/2010.
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO III

TERMO DE LIMITE FINANCEIRO GLOBAL DE 01 MUNICÍPIO DO ESTADO DA BAHIA
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
292805	Santa Luzia	FED	281.034,00	1.167.155,88	51.186,96	0,00	42.457,35	93.644,31	93.644,31	0,00	0,00	0,00	79.626,36	79.626,36	0,00	0,00	52.147,41	7.200,00	0,00	1.587.163,65
		EST	108000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29040,18	0,00	7806,50	0,00	0,00	0,00	0,00	144.846,68
		MUN	1.175.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.040,18	0,00	7.806,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.212.714,68
	Santa Luzia Total		1.564.902,00	1.167.155,88	51.186,96	0,00	42.457,35	93.644,31	93.644,31	0,00	0,00	0,00	137.706,72	79.626,36	15.613,00	0,00	52.147,41	7.200,00	0,00	2.944.725,01
	Total Geral		1.564.902,00	1.167.155,88	51.186,96	0,00	42.457,35	93.644,31	93.644,31	0,00	0,00	0,00	137.706,72	79.626,36	15.613,00	0,00	52.147,41	7.200,00	0,00	2.944.725,01

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	1.587.163,65	ESTADUAL	144.846,68	MUNICIPAL	1.212.714,6	TOTAL	2.944.725,01

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Fevereiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência PPI e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 21/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: junho de 2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: ano de 2010
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO IV

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 05 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO GOIÁS
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	Pop. própria	Pop. Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Rec transf ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
520357	Bonópolis	FED	61.434,00	216.174,00	16.064,61	0,00	10.280,88	26.345,49	26.345,49	16.064,61	0,00	0,00	17.406,36	0,00	0,00	0,00	10.324,77	1.800,00	0,00	307.139,13
		EST	0,00	43.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.513,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.635,00
		MUN	0,00	210.603,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.756,50	98.165,37	0,00	0,00	32.755,13	18.991,36	85.935,00	451.206,72
	Bonópolis Total		61.434,00	469.899,36	16.064,61	0,00	10.280,88	26.345,49	26.345,49	16.064,61	0,00	0,00	31.675,86	98.165,37	0,00	0,00	43.079,90	20.791,36	85.935,00	810.980,85
520750	Estrela do Norte	FED	58.356,00	225.456,00	84.402,68	0,00	43.803,75	128.206,43	128.206,43	84.402,68	0,00	0,00	16.437,36	0,00	0,00	0,00	9.712,59	7.200,00	0,00	317.161,95
		EST	0,00	43.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.531,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.653,00
		MUN	0,00	56.482,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.765,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.248,32
	Estela do norte Total -		58.356,00	325.060,82	84.402,68	0,00	43.803,75	128.206,43	128.206,43	84.402,68	0,00	0,00	30.733,86	0,00	0,00	0,00	9.712,59	7.200,00	0,00	431.063,27
521090	Itapaci	FED	307.548,00	913.506,00	473.531,61	78.683,68	916.938,05	1.469.153,34	1.319.153,34	473.531,61	0,00	150.000,00	87.138,60	0,00	0,00	0,00	49.212,90	7.200,00	0,00	1.514.605,50
		EST	0,00	194.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.850,00
		MUN	0,00	155.828,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665.032,41	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	969.437,83	1.905.298,49
	Itapaci Total		307.548,00	1.264.184,25	473.531,61	78.683,68	916.938,05	1.469.153,34	1.319.153,34	473.531,61	0,00	815.032,41	202.138,60	0,00	0,00	0,00	49.212,90	7.200,00	969.437,83	3.614.753,99
520995	Indiara	FED	240.552,00	752.112,12	337.879,27	0,00	351.497,35	689.376,62	539.376,62	337.879,27	0,00	150.000,00	68.156,40	0,00	0,00	0,00	42.569,88	9.939,63	0,00	1.263.330,03
		EST	0,00	134.676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.259,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.935,00
		MUN	0,00	842.220,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	825.382,73	76.925,67	0,00	0,00	0,00	160.124,26	29.713,77	1.367.163,93	3.301.530,89
	Indiara Total		240.552,00	1.729.008,65	337.879,27	0,00	351.497,35	689.376,62	539.376,62	337.879,27	0,00	975.382,73	183.341,07	0,00	0,00	0,00	202.694,14	39.653,40	1.367.163,93	4.737.795,92
521960	Santa Tereza de Goiás	FED	75.528,00	254.790,12	113.476,67	0,00	51.327,93	164.804,60	164.804,60	113.476,67	0,00	0,00	21.119,16	0,00	0,00	0,00	14.605,29	7.200,00	0,00	373.242,57
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.435,00
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.217,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	924.121,19	930.338,69
	Santa Tereza de Goiás Total		75.528,00	254.790,12	113.476,67	0,00	51.327,93	164.804,60	164.804,60	113.476,67	0,00	0,00	39.771,66	0,00	0,00	0,00	14.605,29	7.200,00	924.121,19	1.316.016,26
	Total Geral		427.338,00	2.059.144,43	573.998,90	78.683,68	971.022,68	1.623.705,26	1.473.705,26	573.998,90	0,00	815.032,41	264.548,32	98.165,37	0,00	0,00	102.005,39	35.191,36	1.055.372,83	10.910.610,29

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	3.775.479,18	ESTADUAL	485.508,00	MUNICIPAL	6.649.623,11	TOTAL	10.910.610,29

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: para o Bloco MAC Assistência ,Janeiro de 2011 e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em11/02/2011 para os municípios de Bonópolis,
Estrela do Norte e Itapaci e 14/02/2011 para os municípios de Indiara e Santa Tereza de Goiás).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: BONÓPOLIS/2009;ESTRELA DO NORTE/DEZ/2008;ITAPACI 11/2008,INDIARA ANO 2009;SANTA TEREZA DE GOIAS DEZ 2009
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: BONÓPOLIS SIOPS/2008; ESTRELA DO NORTE SIOPS/2008; ITAPACI SIOPS/2008,INDIARA SIOPS 2009;SANTA TEREZA DE GOIAS SIOPS 2009
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO V

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 13 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	Pop. própria	Pop. Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Rec transf ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
210235	Buritirana	FED	270.486,00	1.297.979,64	537.515,79	0,00	0,00	537.515,79	537.515,79	537.515,79	0,00	0,00	76.760,16	0,00	0,00	0,00	53.416,89	7.200,00	0,00	1.705.842,69
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.165.354,52
	Buritirana Total		270.486,00	1.297.979,64	537.515,79	0,00	0,00	537.515,79	537.515,79	537.515,79	0,00	0,00	76.760,16	0,00	0,00	0,00	53.416,89	7.200,00	0,00	2.871.197,21
210250	Cajari	FED	237.654,00	1.197.005,64	472.271,31	0,00	0,00	472.271,31	472.271,31	472.271,31	0,00	0,00	67.167,00	0,00	0,00	0,00	36.688,26	7.200,00	0,00	1.545.714,90
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	616.400,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.147.560,22
	Cajari Total		237.654,00	1.197.005,64	472.271,31	0,00	0,00	472.271,31	472.271,31	472.271,31	0,00	0,00	67.167,00	0,00	0,00	0,00	36.688,26	7.200,00	0,00	3.309.675,12
210390	Duque Bacelar	FED	194.886,00	954.749,64	382.882,08	0,00	0,00	382.882,08	382.882,08	382.882,08	0,00	0,00	55.217,76	0,00	0,00	0,00	33.192,00	7.200,00	0,00	1.245.245,40
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245.499,66
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.179.672,69
	Duque Bacelar Total		194.886,00	954.749,64	382.882,08	0,00	0,00	382.882,08	382.882,08	382.882,08	0,00	0,00	55.217,76	0,00	0,00	0,00	33.192,00	7.200,00	0,00	2.670.417,75
210467	Governador Nunes Freire	FED	609.183,96	2.495.370,00	907.656,41	2.655.819,20	1.737.114,87	5.300.590,48	0,00	907.656,41	0,00	5.300.590,48	125.052,00	0,00	0,00	0,00	135.775,74	8.900,76	0,00	8.674.872,94
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.018,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.904.508,49
	Governador Nunes Freire Total		609.183,96	2.495.370,00	907.656,41	2.655.819,20	1.737.114,87	5.300.590,48	0,00	907.656,41	0,00	5.300.590,48	125.052,00	0,00	0,00	0,00	135.775,74	8.900,76	0,00	11.615.399,43
210480	Grajaú	FED	1.019.394,00	5.114.802,00	2.047.510,01	1.208.184,79	2.273.362,54	5.529.057,34	0,00	2.047.510,01	0,00	5.529.057,34	288.828,36	0,00	0,00	0,00	334.002,84	20.557,77	0,00	12.306.642,31
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.702.819,21
	Grajaú Total		1.019.394,00	5.114.802,00	2.047.510,01	1.208.184,79	2.273.362,54	5.529.057,34	0,00	2.047.510,01	0,00	5.529.057,34	288.828,36	0,00	0,00	0,00	334.002,84	20.557,77	0,00	16.009.461,52
210560	Joselândia	FED	291.384,00	1.259.897,64	574.251,58	0,00	0,00	574.251,58	574.251,58	574.251,58	0,00	0,00	82.558,80	0,00	0,00	0,00	45.425,73	7.200,00	0,00	1.686.466,17
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	962.140,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.351.308,06
	Joselândia Total		291.384,00	1.259.897,64	574.251,58	0,00	0,00	574.251,58	574.251,58	574.251,58	0,00	0,00	82.558,80	0,00	0,00	0,00	45.425,73	7.200,00	0,00	3.999.914,23
210760	Palmeirândia	FED	340.719,96	2.008.265,64	928.615,42	0,00	0,00	928.615,42	928.615,42	928.615,42	0,00	0,00	95.737,20	0,00	0,00	0,00	76.940,22	7.200,00	0,00	2.528.863,02
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.806.729,53
	Palmeirândia Total		340.719,96	2.008.265,64	928.615,42	0,00	0,00	928.615,42	928.615,42	928.615,42	0,00	0,00	95.737,20	0,00	0,00	0,00	76.940,22	7.200,00	0,00	4.585.592,55
210790	Passagem Franca	FED	317.250,00	1.529.507,64	630.446,25	0,00	0,00	630.446,25	630.446,25	630.446,25	0,00	0,00	91.279,80	0,00	0,00	0,00	49.862,79	7.200,00	0,00	1.995.100,23
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.355.062,59

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.780.825,87
	Passagem Franca Total		317.250,00	1.529.507,64	630.446,25	0,00	0,00	630.446,25	630.446,25	630.446,25	0,00	0,00	91.279,80	0,00	0,00	0,00	49.862,79	7.200,00	0,00	5.130.988,69
210870	Pio XII	FED	484.863,96	2.293.308,00	779.026,00	0,00	0,00	779.026,00	0,00	779.026,00	0,00	779.026,00	113.322,00	0,00	0,00	0,00	86.276,28	8.065,86	0,00	3.764.862,10
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	229.000,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.770.580,66
	Pio XII Total		484.863,96	2.293.308,00	779.026,00	0,00	0,00	779.026,00	0,00	779.026,00	0,00	779.026,00	113.322,00	0,00	0,00	0,00	86.276,28	8.065,86	0,00	6.764.442,76
211003	Santa Luzia do Paruá	FED	435.420,00	2.287.127,52	737.081,00	0,00	65.556,60	802.637,60	802.637,60	737.081,00	0,00	0,00	102.969,00	0,00	0,00	0,00	63.872,22	11.467,92	0,00	2.900.856,66
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	615.000,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.518.331,53
	Santa Luzia do Paruá Total		435.420,00	2.287.127,52	737.081,00	0,00	65.556,60	802.637,60	802.637,60	737.081,00	0,00	0,00	102.969,00	0,00	0,00	0,00	63.872,22	11.467,92	0,00	5.034.188,19
211060	São Bernardo	FED	472.914,00	1.738.019,52	939.785,21	0,00	0,00	939.785,21	939.785,21	939.785,21	0,00	0,00	135.736,56	0,00	0,00	0,00	60.890,88	9.661,26	0,00	2.417.222,22
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442.820,01
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.012.475,91
	São Bernardo Total		472.914,00	1.738.019,52	939.785,21	0,00	0,00	939.785,21	939.785,21	939.785,21	0,00	0,00	135.736,56	0,00	0,00	0,00	60.890,88	9.661,26	0,00	4.872.518,14
211085	São Francisco do Brejão	FED	159.534,00	691.529,52	311.270,54	0,00	0,00	311.270,54	311.270,54	311.270,54	0,00	0,00	45.201,36	0,00	0,00	0,00	36.592,41	7.200,00	0,00	940.057,29
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	837.090,81
	São Francisco do Brejão Total		159.534,00	691.529,52	311.270,54	0,00	0,00	311.270,54	311.270,54	311.270,54	0,00	0,00	45.201,36	0,00	0,00	0,00	36.592,41	7.200,00	0,00	1.777.148,10
211107	São João do Sóter	FED	329.868,00	1.583.657,52	647.953,16	0,00	0,00	647.953,16	647.953,16	647.953,16	0,00	0,00	88.362,60	0,00	0,00	0,00	72.723,09	6.289,35	0,00	2.080.900,56
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.000,00
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.363.480,74
	São João do Sóter Total		329.868,00	1.583.657,52	647.953,16	0,00	0,00	647.953,16	647.953,16	647.953,16	0,00	0,00	88.362,60	0,00	0,00	0,00	72.723,09	6.289,35	0,00	3.494.381,30
	Total Geral		5.163.557,88	24.451.219,92	9.896.264,76	3.864.003,99	4.076.034,01	17.836.302,76	6.227.628,94	9.896.264,76	0,00	11.608.673,82	1.368.192,60	0,00	0,00	0,00	1.085.659,35	115.342,92	0,00	72.135.324,99

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	43.792.646,49	ESTADUAL	4.801.940,26	MUNICIPAL	23.540.738,24	TOTAL	72.135.324,99

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 10/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: SIAFEN 2010
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: SIOPS 2009 (dados obtidos no site do Datasus em 11.02.11)
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO VI

TERMO DE LIMITE FINANCEIRO GLOBAL DE 01 MUNICÍPIO DO ESTADO DO MATO GROSSO
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
510774	Santa Cruz do Xingu	FED	42.426,00	207.210,00	44.040,33	0,00	0,00	44.040,33	44.040,33	44.040,33	0,00	0,00	12.020,76	0,00	0,00	0,00	11.455,02	7.200,00	0,00	280.311,78
		EST	0,00	15.648,00	0,00	0,00	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00	5.562,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.410,60
		MUN	0,00	7.354,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	365,34	0,00	0,00	0,00	900,00	900,00	6.800,00	20.319,34
	Santa Cruz do Xingu Total		42.426,00	230.212,00	48.040,33	0,00	13.200,00	61.240,33	44.040,33	44.040,33	0,00	17.200,00	17.948,70	0,00	0,00	0,00	12.355,02	8.100,00	6.800,00	335.041,72
	Total Geral		42.426,00	230.212,00	48.040,33	0,00	13.200,00	61.240,33	44.040,33	44.040,33	0,00	17.200,00	17.948,70	0,00	0,00	0,00	12.355,02	8.100,00	6.800,00	335.041,72

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	280.311,78	ESTADUAL	34.410,60	MUNICIPAL	20.319,34	TOTAL	335.041,72

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência PPI e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 15/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Julho/ 2010
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Julho/ 2010
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO VII

TERMO DE LIMITE FINANCEIRO GLOBAL DE 01 MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARÁ
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
150010	Abaetetuba	FED	2.552.742,00	3.989.166,00	7.800.692,02	240.817,28	448.928,50	8.490.437,80	0,00	0,00	0,00	8.490.437,80	713.076,96	0,00	0,00	0,00	766.652,25	79.417,20	0,00	16.591.492,21
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	721.036,16
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.387.052,86
	Abaetetuba Total		2.552.742,00	3.989.166,00	7.800.692,02	240.817,28	448.928,50	8.490.437,80	0,00	0,00	0,00	8.490.437,80	713.076,96	0,00	0,00	0,00	766.652,25	79.417,20	0,00	21.699.581,23
	Total Geral		2.552.742,00	3.989.166,00	7.800.692,02	240.817,28	448.928,50	8.490.437,80	0,00	0,00	0,00	8.490.437,80	713.076,96	0,00	0,00	0,00	766.652,25	79.417,20	0,00	21.699.581,23

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	16.591.492,21	ESTADUAL	721.036,16	MUNICIPAL	4.387.052,86	TOTAL	21.699.581,23

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 15/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: dezembro de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: dezembro de 2009.
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO VIII

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 09 MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Orig do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	Pop. própria	Pop. Referen-ciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Rec transf ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
250010	Água Branca	FED	172.458,00	855.266,88	330.569,15	23.912,71	34.001,41	388.483,27	388.483,27	330.569,15	0,00	0,00	48.863,16	0,00	0,00	0,00	21.702,93	7.200,00	0,00	1.105.490,97
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.534,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.534,80
		MUN	86.420,00	214.152,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.324,80	0,00	0,00	0,00	13.516,00	5.628,00	0,00	330.040,80
	Água Branca Total		258.878,00	1.069.418,88	330.569,15	23.912,71	34.001,41	388.483,27	388.483,27	330.569,15	0,00	0,00	75.722,76	0,00	0,00	0,00	35.218,93	12.828,00	0,00	1.452.066,57
250650	Gurjão	FED	55.674,00	244.520,16	7.267,73	0,00	1,39	7.269,12	7.269,12	7.267,73	0,00	0,00	15.774,36	0,00	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00	330.368,52
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.714,56				0,00	0,00	0,00	4.714,56
		MUN	725.911,25	55.301,66	0,00	0,00	0,00	35.940,00	0,00	0,00	0,00	35.940,00	627,54	0,00	0,00	0,00	3.795,84	2.400,00	0,00	823.976,29
	Gurjão Total		781.585,25	299.821,82	7.267,73	0,00	1,39	43.209,12	7.269,12	7.267,73	0,00	35.940,00	21.116,46	0,00	0,00	0,00	10.995,84	9.600,00	0,00	1.159.059,37
250939	Maturéia	FED	108.522,00	436.537,68	589,53	0,00	0,32	589,85	589,85	589,53	0,00	0,00	30.747,96	0,00	0,00	0,00	13.604,88	7.200,00	0,00	596.612,52
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.667,00
		MUN	88.923,38	427.233,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.401,10	0,00	0,00	0,00	11.327,52	14.000,00	0,00	571.885,47
	Maturéia Total		197.445,38	863.771,15	589,53	0,00	0,32	589,85	589,85	589,53	0,00	0,00	69.816,06	0,00	0,00	0,00	24.932,40	21.200,00	0,00	1.177.164,99
250950	Montadas	FED	85.500,00	416.226,24	19.585,75	0,00	36.000,35	55.586,10	55.586,10	19.585,75	0,00	0,00	24.225,00	0,00	0,00	0,00	10.719,48	7.200,00	0,00	543.870,72
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.395,19	0,00	0,00	0,00	28.395,19	8.204,40				0,00	0,00	0,00	36.599,59
		MUN	510.485,26	219.729,11	0,00	0,00	0,00	90.952,56	0,00	0,00	0,00	90.952,56	316.804,79				4.185,03	1.000,00	0,00	1.143.156,75
	Montadas Total		595.985,26	635.955,35	19.585,75	0,00	36.000,35	174.933,85	55.586,10	19.585,75	0,00	119.347,75	349.234,19	0,00	0,00	0,00	14.904,51	8.200,00	0,00	1.723.627,06
251260	Quixabá	FED	26.784,00	204.785,52	572,57	0,00	1,61	574,18	574,18	572,57	0,00	0,00	7.588,80	0,00	0,00	0,00	9.600,00	7.200,00	0,00	255.958,32
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767,68
		MUN	25.759,98	196.311,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.875,32	0,00	0,00	0,00	2.727,75	7.200,00	0,00	237.874,29
	Quixabá Total		52.543,98	401.096,76	572,57	0,00	1,61	574,18	574,18	572,57	0,00	0,00	16.231,80	0,00	0,00	0,00	12.327,75	14.400,00	0,00	496.600,29
251600	Solânea	FED	519.231,96	1.938.178,20	891.394,84	110.329,83	771.002,24	1.772.726,91	1.772.726,91	891.394,84	0,00	0,00	142.550,16	0,00	0,00	0,00	73.741,59	10.146,21	0,00	2.683.848,12
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.059,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.059,30
		MUN	352.505,00	176.252,50	528.757,50	0,00	0,00	528.757,50	0,00	0,00	0,00	528.757,50	176.252,50	0,00	0,00	0,00	264.378,70	264.378,70	176.252,60	1.938.777,50
	Solânea Total		871.736,96	2.114.430,70	1.420.152,34	110.329,83	771.002,24	2.301.484,41	1.772.726,91	891.394,84	0,00	528.757,50	374.861,96	0,00	0,00	0,00	338.120,29	274.524,91	176.252,60	4.678.684,92
251660	Tavares	FED	260.766,00	1.149.298,44	391.350,23	0,00	1,11	391.351,34	391.351,34	391.350,23	0,00	0,00	73.883,76	0,00	0,00	0,00	33.008,07	7.200,00	0,00	1.524.156,27
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.128,00
		MUN	126.848,72	222.196,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.860,75	0,00	0,00	0,00	8.630,59	2.030,69	0,00	367.567,56
	Tavares Total		387.614,72	1.371.495,25	391.350,23	0,00	1,11	391.351,34	391.351,34	391.350,23	0,00	0,00	88.872,51	0,00	0,00	0,00	41.638,66	9.230,69	0,00	1.898.851,83
251710	Várzea	FED	46.224,00	215.398,92	335,87	0,00	0,66	336,53	336,53	335,87	0,00	0,00	13.096,80	0,00	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00	289.119,72
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.702,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.702,00
		MUN	0,00	168.480,18	673.920,76	0,00	0,00	673.920,76	0,00	0,00	0,00	673.920,76	11.875,26	0,00	0,00	0,00	25.504,96	11.170,00	0,00	890.951,16
	Várzea Total		46.224,00	383.879,10	674.256,63	0,00	0,66	674.257,29	336,53	335,87	0,00	673.920,76	28.674,06	0,00	0,00	0,00	32.704,96	18.370,00	0,00	1.183.772,88
251740	Zabelê	FED	37.818,00	215.451,72	2.307,83	0,00	1,77	2.309,60	2.309,60	2.307,83	0,00	0,00	10.715,16	0,00	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00	278.384,88
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.036,00
		MUN	703.748,47	182.672,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	886.421,33
	Zabelê Total		741.566,47	398.124,58	2.307,83	0,00	1,77	2.309,60	2.309,60	2.307,83	0,00	0,00	13.751,16	0,00	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00	1.167.842,21
	Total Geral		3.933.580,02	7.537.993,59	2.846.651,76	134.242,54	841.010,86	3.977.192,91	2.619.226,90	1.643.973,50	0,00	1.357.966,01	1.038.280,96	0,00	0,00	0,00	518.043,34	375.553,60	176.252,60	14.937.670,12

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	7.607.810,04	ESTADUAL	139.208,93	MUNICIPAL	7.190.651,15	TOTAL	14.937.670,12

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Dezembro de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 10/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Solânea: ano 2010; Água Branca, Gurjão, Maturéia, Montadas, Quixabá, Tavares, Várzea e Zabelê: ano 2009.
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Solânea: ano 2010; Água Branca, Gurjão, Maturéia, Montadas, Quixabá, Tavares, Várzea e Zabelê: ano 2009.
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO IX

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 4 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PERNAMBUCO
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Orig do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	Pop. própria	Pop. Referen-ciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Rec transf ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
260800	Jataúba	FED	276.570,00	1.303.682,76	340.447,59	0,00	251.827,23	592.274,82	442.274,82	340.447,59	0,00	150.000,00	78.361,56	0,00	0,00	0,00	35.032,20	7.200,00	0,00	1.850.846,52
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	67.355,04	67.355,04	0,00	0,00	0,00	67.355,04	28.578,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.933,94
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.919.077,14
	Jataúba Total		276.570,00	1.303.682,76	340.447,59	0,00	319.182,27	659.629,86	442.274,82	340.447,59	0,00	217.355,04	106.940,46	0,00	0,00	0,00	35.032,20	7.200,00	0,00	4.865.857,60
261090	Pesqueira	FED	1.160.172,00	3.649.746,00	1.796.529,46	579.532,66	1.165.995,74	3.542.057,86	0,00	1.796.529,46	0,00	3.542.057,86	328.715,40	0,00	0,00	0,00	190.917,36	23.396,79	0,00	8.895.005,41
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.916,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.916,66
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.892,35
	Pesqueira Total		1.160.172,00	3.649.746,00	1.796.529,46	579.532,66	1.165.995,74	3.542.057,86	0,00	1.796.529,46	0,00	3.542.057,86	338.632,06	0,00	0,00	0,00	190.917,36	23.396,79	0,00	8.946.814,42
261370	São Lourenço da Mata	FED	1.799.010,00	2.967.574,00	2.382.650,55	66.600,72	3.573.810,01	6.023.061,28	5.873.061,28	2.382.650,55	0,00	150.000,00	509.719,56	0,00	0,00	0,00	378.109,29	36.280,05	0,00	5.840.692,90
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.775,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.775,90
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.876.091,01
	São Lourenço da Mata Total		1.799.010,00	2.967.574,00	2.382.650,55	66.600,72	3.573.810,01	6.023.061,28	5.873.061,28	2.382.650,55	0,00	150.000,00	622.495,46	0,00	0,00	0,00	378.109,29	36.280,05	0,00	5.953.468,80
261420	Sirinhaém	FED	694.980,00	1.710.222,00	957.205,54	4.753,70	232.342,53	1.194.301,77	1.194.301,77	957.205,54	0,00	0,00	196.911,00	0,00	0,00	0,00	88.030,80	14.015,43	0,00	2.704.159,23
		EST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.814,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.814,60
		MUN	194.000,00	650.000,00	1.700.000,00	0,00		1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	2.844.000,00
	Sirinhaém Total		888.980,00	2.360.222,00	2.657.205,54	4.753,70	232.342,53	2.894.301,77	1.194.301,77	957.205,54	0,00	1.700.000,00	468.725,60	0,00	0,00	0,00	168.030,80	34.015,43	0,00	5.619.973,83
	Total Geral		4.124.732,00	10.281.224,76	7.176.833,14	650.887,08	5.291.330,55	13.119.050,77	7.509.637,87	5.476.833,14	0,00	5.609.412,90	1.536.793,58	0,00	0,00	0,00	772.089,65	100.892,27	0,00	25.386.114,65

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	19.290.704,06	ESTADUAL	290.441,10	MUNICIPAL	5.804.969,49	TOTAL	25.386.114,65

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Fevereiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 14/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Dezembro/2009
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Maio/2010: Sirinhaém; Agosto/2010: Pesqueira; Novembro/2010: Jataúba; Dezembro/2010: São Lourenço da Mata
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

Fonte: Coordenação-Geral de Execução, Orçamentária, Financeira e Contábil do FNS; ST-CIT, SES-PE e SMS do Estado da Pernambuco.

ANEXO X

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 17 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
220095	Aroeiras do Itaim	FED	49.662,00	165.774,00	0,00	0,00	79.054,67	79.054,67	79.054,67	0,00	0,00	0,00	14.070,96	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	236.706,96
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.621,90	-	-	-	-	-	2.621,90
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	988.992,68
	Aroeiras do Itaim Total		49.662,00	165.774,00	0,00	0,00	79.054,67	79.054,67	79.054,67	0,00	0,00	0,00	14.070,96	2.621,90	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	1.228.321,54
220140	Barro Duro	FED	123.354,00	686.835,24	33.030,21	0,00	65.072,22	98.102,43	98.102,43	0,00	0,00	0,00	34.950,36	0,00	0,00	0,00	27.177,99	8.604,87	0,00	880.922,46
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.259,50	-	-	-	-	-	14.259,50
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	734.491,75
	Barro Duro Total		123.354,00	686.835,24	33.030,21	0,00	65.072,22	98.102,43	98.102,43	0,00	0,00	0,00	34.950,36	14.259,50	0,00	0,00	27.177,99	8.604,87	0,00	1.629.673,71
220194	Boqueirão do Piauí	FED	169.182,00	432.348,00	2.427,04	0,00	0,00	2.427,04	2.427,04	0,00	0,00	0,00	33.654,96	0,00	0,00	0,00	16.548,99	8.552,82	0,00	660.286,77
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.650,10	-	-	-	-	-	9.650,10
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.261.911,74
	Boqueirão do Piauí Total		169.182,00	432.348,00	2.427,04	0,00	0,00	2.427,04	2.427,04	0,00	0,00	0,00	33.654,96	9.650,10	0,00	0,00	16.548,99	8.552,82	0,00	1.931.848,61
220205	Cabeceiras do Piauí	FED	176.868,00	847.404,00	18.351,76	0,00	0,00	18.351,76	18.351,76	0,00	0,00	0,00	50.112,60	0,00	0,00	0,00	32.541,99	9.214,32	0,00	1.116.140,91
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.794,20	-	-	-	-	-	19.794,20
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.726.846,94
	Cabeceiras do Piauí Total		176.868,00	847.404,00	18.351,76	0,00	0,00	18.351,76	18.351,76	0,00	0,00	0,00	50.112,60	19.794,20	0,00	0,00	32.541,99	9.214,32	0,00	2.862.782,05
220255	Caridade do Piauí	FED	86.004,00	461.061,24	93,96	0,00	0,00	93,96	93,96	0,00	0,00	0,00	24.367,80	0,00	0,00	0,00	13.140,99	7.200,00	0,00	591.774,03
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.858,40	-	-	-	-	-	7.858,40
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	731.086,48
	Caridade do Piauí Total		86.004,00	461.061,24	93,96	0,00	0,00	93,96	93,96	0,00	0,00	0,00	24.367,80	7.858,40	0,00	0,00	13.140,99	7.200,00	0,00	1.330.718,91
220290	Corrente	FED	457.308,00	2.262.279,24	734.591,36	523.725,95	344.719,47	1.603.036,78	1.523.836,78	0,00	0,00	79.200,00	129.570,60	0,00	0,00	0,00	77.334,99	14.430,63	0,00	3.020.123,46
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.264,40	-	-	-	-	-	47.264,40
		MUN																		1.678.974,56
	Corrente Total		457.308,00	2.262.279,24	734.591,36	523.725,95	344.719,47	1.603.036,78	1.523.836,78	0,00	0,00	79.200,00	129.570,60	47.264,40	0,00	0,00	77.334,99	14.430,63	0,00	4.746.362,42
220323	Currais	FED	84.780,00	423.702,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00	0,00	0,00	0,00	14.055,00	7.200,00	0,00	553.758,00
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.555,70	-	-	-	-	-	8.555,70
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.274.971,32
	Currais Total		84.780,00	423.702,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00	8.555,70	0,00	0,00	14.055,00	7.200,00	0,00	1.837.285,02
220480	Ipiranga do Piauí	FED	175.302,00	883.722,60	113.076,89	0,00	24.413,76	137.490,65	137.490,65	0,00	0,00	0,00	49.668,96	0,00	0,00	0,00	28.476,99	9.196,50	0,00	1.146.367,05
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.280,50	-	-	-	-	-	17.280,50
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	965.366,11
	Ipiranga do Piauí Total		175.302,00	883.722,60	113.076,89	0,00	24.413,76	137.490,65	137.490,65	0,00	0,00	0,00	49.668,96	17.280,50	0,00	0,00	28.476,99	9.196,50	0,00	2.129.013,66
220525	Jardim do Mulato	FED	77.724,00	432.579,24	1.807,98	0,00	0,00	1.807,98	1.807,98	0,00	0,00	0,00	22.021,80	0,00	0,00	0,00	12.363,99	7.200,00	0,00	551.889,03
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.833,70	-	-	-	-	-	7.833,70
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.212.574,25
	Jardim do Mulato Total		77.724,00	432.579,24	1.807,98	0,00	0,00	1.807,98	1.807,98	0,00	0,00	0,00	22.021,80	7.833,70	0,00	0,00	12.363,99	7.200,00	0,00	1.772.296,98
220540	Joaquim Pires	FED	256.968,00	1.521.906,00	224.513,55	0,00	42.085,38	266.598,93	266.598,93	0,00	0,00	0,00	72.807,60	0,00	0,00	0,00	41.745,99	10.126,59	0,00	1.903.554,18
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.362,50	-	-	-	-	-	26.362,50
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.014.448,15
	Joaquim Pires Total		256.968,00	1.521.906,00	224.513,55	0,00	42.085,38	266.598,93	266.598,93	0,00	0,00	0,00	72.807,60	26.362,50	0,00	0,00	41.745,99	10.126,59	0,00	2.944.364,83
220553	Jurema	FED	82.062,00	423.702,00	68.050,91	0,00	60.000,00	128.050,91	128.050,91	0,00	0,00	0,00	23.250,96	0,00	0,00	0,00	13.080,99	7.200,00	0,00	549.295,95
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.242,20	-	-	-	-	-	8.242,20
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	718.000,27
	Jurema Total		82.062,00	423.702,00	68.050,91	0,00	60.000,00	128.050,91	128.050,91	0,00	0,00	0,00	23.250,96	8.242,20	0,00	0,00	13.080,99	7.200,00	0,00	1.275.538,42
220556	Lagoa do Barro do Piauí	FED	84.456,00	415.779,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.929,20	0,00	0,00	0,00	15.543,99	7.200,00	0,00	546.908,43
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.667,20	-	-	-	-	-	9.667,20
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.331.249,67
	Lagoa do Barro do Piauí Total		84.456,00	415.779,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.929,20	9.667,20	0,00	0,00	15.543,99	7.200,00	0,00	1.887.825,30
220605	Massapê do Piauí	FED	120.096,00	687.066,60	-0,09	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.027,20	0,00	0,00	0,00	20.147,01	8.567,76	0,00	869.904,57
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.300,60	-	-	-	-	-	12.300,60
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	780.873,31
	Massapê do Piauí Total		120.096,00	687.066,60	-0,09	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.027,20	12.300,60	0,00	0,00	20.147,01	8.567,76	0,00	1.663.078,48
220630	Miguel Leão	FED	23.295,96	197.928,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.181,20	0,00	0,00	0,00	4.398,99	7.200,00	0,00	239.004,15
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.766,40	-	-	-	-	-	2.766,40
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	940.132,68
	Miguel Leão Total		23.295,96	197.928,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.181,20	2.766,40	0,00	0,00	4.398,99	7.200,00	0,00	1.181.903,23
220675	Nossa Senhora de Nazaré Total	FED	93.456,00	442.497,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.379,20	0,00	0,00	0,00	12.507,99	7.200,00	0,00	577.040,43
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	7.603,80	-	-	-	-	-	7.603,80
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	659.852,73
	Nossa Senhora de Nazaré Total		93.456,00	442.497,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.379,20	7.603,80	0,00	0,00	12.507,99	7.200,00	0,00	1.244.496,96
220755	Paquetá	FED	84.348,00	451.779,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.898,60	0,00	0,00	0,00	13.880,01	7.200,00	0,00	581.105,85
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.417,00	-	-	-	-	-	8.417,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	615.296,16
	Paquetá Total		84.348,00	451.779,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.898,60	8.417,00	0,00	0,00	13.880,01	7.200,00	0,00	1.204.819,01
220855	Porto Alegre do Piauí	FED	47.007,96	253.851,24	35.991,07	0,00	88.480,94	124.472,01	124.472,01	0,00	0,00	0,00	13.091,76	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.200,00	0,00	328.650,96
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.582,20	-	-	-	-	-	5.582,20
		MUN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	706.576,35
	Porto Alegre do Piauí Total		47.007,96	253.851,24	35.991,07	0,00	88.480,94	124.472,01	124.472,01	0,00	0,00	0,00	13.091,76	5.582,20	0,00	0,00	7.500,00	7.200,00	0,00	1.040.809,51
			2.191.873,92	10.990.215,12	1.231.934,64	523.725,95	703.826,53	2.459.487,12	2.380.287,12	0,00	0,00	79.200,00	601.004,76	216.060,30	0,00	0,00	357.645,90	133.493,49	0,00	31.911.138,64

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	14.353.433,19		ESTADUAL	216.060,30		MUNICIPAL	17.341.645,15			TOTAL	31.911.138,64

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o bloco MAC assistência (PPI em vigor) e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento. (dados obtidos no site do FNS em 14/02/2011)
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Agosto de 2009.
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Dezembro de 2009.
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO XI

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 08 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Orig do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	Pop. própria	Pop. Referen-ciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Rec transf ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
430187	Barra do Quaraí	FED	69.804,00	147.210,00	9.791,43	2.484,44	0,00	12.275,87	12.275,87	9.791,43	0,00	0,00	19.752,36	0,00	0,00	0,00	11.397,36	793,98	0,00	248.957,70
		EST	5.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.664,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.664,00
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.628.047,21
	Barra do Quaraí Total		74.804,00	207.210,00	9.791,43	2.484,44	0,00	12.275,87	12.275,87	9.791,43	0,00	0,00	25.416,36	0,00	0,00	0,00	11.397,36	793,98	0,00	1.947.668,91
430222	Boa Vista do Cadeado	FED	45.450,00	132.492,00	213.369,79	53.351,91	0,00	266.721,70	266.721,70	213.369,79	0,00	0,00	12.877,56	0,00	0,00	0,00	10.547,28	7.200,00	0,00	208.566,84
		EST	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.696,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.696,56
		MUN	45.000,00	203.000,00	0,00	0,00	0,00	428.000,00	0,00	0,00	0,00	428.000,00	91.000,00	0,00	15.000,00	47.000,00	52.000,00	26.500,00	597.440,00	1.504.940,00
	Boa Vista do Cadeado Total		90.450,00	389.492,00	213.369,79	53.351,91	0,00	694.721,70	266.721,70	213.369,79	0,00	428.000,00	108.574,12	0,00	15.000,00	47.000,00	62.547,28	33.700,00	597.440,00	1.772.203,40
431060	Itaqui	FED	685.472,04	525.168,00	1.351.750,65	337.749,34	222.040,76	1.911.540,75	1.911.540,74	1.351.750,65	0,00	0,00	186.456,00	0,00	0,00	0,00	149.567,73	20.766,09	0,00	1.567.429,86
		EST	25.123,40	101.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.541,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.289,92
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.675.458,06
	Itaqui Total		710.595,44	626.793,00	1.351.750,65	337.749,34	222.040,76	1.911.540,75	1.911.540,74	1.351.750,65	0,00	0,00	240.997,52	0,00	0,00	0,00	149.567,73	20.766,09	0,00	9.424.177,84
431175	Manoel Viana	FED	128.784,00	113.928,00	71.762,62	19.439,54	0,00	91.202,16	91.202,16	71.762,62	0,00	0,00	35.465,40	0,00	0,00	0,00	22.471,71	7.200,00	0,00	307.849,11
		EST	5.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.176,00
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.079.019,18
	Manoel Viana Total		133.784,00	239.928,00	71.762,62	19.439,54	0,00	91.202,16	91.202,16	71.762,62	0,00	0,00	45.641,40	0,00	0,00	0,00	22.471,71	7.200,00	0,00	2.528.044,29
431171	Maçambará	FED	87.567,96	83.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.312,56	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	200.618,52
		EST	5.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.622,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.622,52
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.193.720,25
	Maçambará Total		92.567,96	119.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.935,08	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	2.441.961,29
431530	Quaraí	FED	414.108,00	634.296,00	878.510,04	219.238,94	150.000,00	1.247.748,98	1.097.748,98	878.510,04	0,00	150.000,00	116.703,36	0,00	0,00	0,00	33.725,46	13.042,20	0,00	1.361.875,02
		EST	15.754,80	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.562,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.317,20
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.056.896,01
	Quaraí Total		429.862,80	814.296,00	878.510,04	219.238,94	150.000,00	1.247.748,98	1.097.748,98	878.510,04	0,00	150.000,00	159.265,76	0,00	0,00	0,00	33.725,46	13.042,20	0,00	7.657.088,23
431697	Sta Margarida do Sul	FED	40.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.398,56	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	58.828,56
		EST	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.157,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.157,12
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.554.433,61
	Sta Margarida do Sul Total		45.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.555,68	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	1.622.419,29
431710	Santana do Livramento	FED	1.598.112,00	92.820,00	4.240.535,10	1.817.135,65	536.458,21	6.594.128,96	6.594.128,96	4.240.535,10	0,00	0,00	428.802,96	0,00	0,00	0,00	246.796,02	47.756,88	0,00	2.414.287,86
		EST	57.777,63	132.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.421,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.198,63
		MUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.117.279,81
	Santana do Livramento Total		1.655.889,63	224.820,00	4.240.535,10	1.817.135,65	536.458,21	6.594.128,96	6.594.128,96	4.240.535,10	0,00	0,00	554.223,96	0,00	0,00	0,00	246.796,02	47.756,88	0,00	14.846.766,30
Total Geral			875.849,44	1.223.495,00	1.574.911,87	393.585,69	222.040,76	2.618.538,32	2.190.538,31	1.574.911,87	0,00	428.000,00	374.988,00	0,00	15.000,00	47.000,00	223.512,37	55.260,07	597.440,00	42.240.329,55

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	6.368.413,47	ESTADUAL	1.062.121,95	MUNICIPAL	34.809.794,13	TOTAL	42.240.329,55

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Fevereiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência , e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em 14/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: Janeiro- dezembro 2010.
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Santana do Livramento, Santa Margarida do Sul: dez 2009; Boa Vista do cadeado: janeiro 2010;
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO XII

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 75 MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Origem do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	População Própria	População Referenciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Recurso Transferido ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estratégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
280010	Amparo de São Francisco	FED	58.824,00	235.398,36	13.249,80	0,00	0,00	13.249,80	13.249,80	0,00	0,00	0,00	11.566,80	0,00	0,00	0,00	10.096,53	7.200,00	0,00	323.085,69
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.046,16
	Amparo de São Francisco Total		58.824,00	235.398,36	13.249,80	0,00	0,00	13.249,80	13.249,80	0,00	0,00	0,00	11.566,80	0,00	0,00	0,00	10.096,53	7.200,00	0,00	378.131,85
280020	Aquidabã	FED	408.420,00	1.135.260,00	468.162,93	638.841,99	0,00	1.107.004,92	1.107.004,92	0,00	0,00	0,00	101.439,00	0,00	0,00	0,00	93.815,31	7.200,00	0,00	1.746.134,31
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	902.284,92
	Aquidabã Total		408.420,00	1.135.260,00	468.162,93	638.841,99	0,00	1.107.004,92	1.107.004,92	0,00	0,00	0,00	101.439,00	0,00	0,00	0,00	93.815,31	7.200,00	0,00	2.648.419,23

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

280030	Aracajú	FED	9.792.702,00	19.532.872,00	50.441.938,16	89.214.081,94	13.012.800,00	152.668.820,10	11.040.000,00	5.190.608,28	0,00	112.159.121,93	2.774.598,96	0,00	0,00	0,00	2.495.912,79	309.014,16	50.000,00	147.114.221,84
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287.523.638,76
	Aracajú Total		9.792.702,00	19.532.872,00	50.441.938,16	89.214.081,94	13.012.800,00	152.668.820,10	11.040.000,00	5.190.608,28	0,00	112.159.121,93	2.774.598,96	0,00	0,00	0,00	2.495.912,79	309.014,16	50.000,00	434.637.860,60
280040	Arauá	FED	267.156,00	1.057.915,56	43.821,72	0,00	88.380,00	132.201,72	132.201,72	0,00	0,00	0,00	61.414,20	0,00	0,00	0,00	48.303,51	7.200,00	0,00	1.441.989,27
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	621.099,96
	Arauá Total		267.156,00	1.057.915,56	43.821,72	0,00	88.380,00	132.201,72	132.201,72	0,00	0,00	0,00	61.414,20	0,00	0,00	0,00	48.303,51	7.200,00	0,00	2.063.089,23
280050	Areia Branca	FED	301.194,00	1.335.444,00	52.418,28	0,00	0,00	52.418,28	52.418,28	0,00	0,00	0,00	85.338,36	0,00	0,00	0,00	72.908,25	7.200,00	0,00	1.802.084,61
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.027.351,68
	Areia Branca Total		301.194,00	1.335.444,00	52.418,28	0,00	0,00	52.418,28	52.418,28	0,00	0,00	0,00	85.338,36	0,00	0,00	0,00	72.908,25	7.200,00	0,00	2.829.436,29
280060	Barra dos Coqueiros	FED	443.964,00	1.552.572,00	570.964,08	0,00	159.084,00	730.048,08	730.048,08	0,00	0,00	0,00	101.989,80	0,00	0,00	0,00	92.442,33	11.299,59	0,00	2.202.267,72
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.260.985,56
	Barra dos Coqueiros Total		443.964,00	1.552.572,00	570.964,08	0,00	159.084,00	730.048,08	730.048,08	0,00	0,00	0,00	101.989,80	0,00	0,00	0,00	92.442,33	11.299,59	0,00	3.463.253,28
280067	Boquim	FED	454.860,00	1.413.720,00	1.820.458,91	223.790,47	1.276.911,53	3.321.160,91	3.321.160,91	0,00	0,00	0,00	128.877,00	0,00	0,00	0,00	109.696,32	14.353,38	0,00	2.121.506,70
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.264.127,52
	Boquim Total		454.860,00	1.413.720,00	1.820.458,91	223.790,47	1.276.911,53	3.321.160,91	3.321.160,91	0,00	0,00	0,00	128.877,00	0,00	0,00	0,00	109.696,32	14.353,38	0,00	6.385.634,22
280070	Brejo Grande	FED	213.948,00	740.615,16	26.701,32	0,00	0,00	26.701,32	26.701,32	0,00	0,00	0,00	41.238,60	0,00	0,00	0,00	32.391,09	7.200,00	0,00	1.035.392,85
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	488.521,92
	Brejo Grande Total		213.948,00	740.615,16	26.701,32	0,00	0,00	26.701,32	26.701,32	0,00	0,00	0,00	41.238,60	0,00	0,00	0,00	32.391,09	7.200,00	0,00	1.523.914,77
280100	Campo do Brito	FED	301.410,00	803.250,00	563.463,60	0,00	12.823,47	576.287,07	576.287,07	0,00	0,00	0,00	85.399,56	0,00	0,00	0,00	69.986,91	7.200,00	0,00	1.267.246,47
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	655.711,08
	Campo do Brito Total		301.410,00	803.250,00	563.463,60	0,00	12.823,47	576.287,07	576.287,07	0,00	0,00	0,00	85.399,56	0,00	0,00	0,00	69.986,91	7.200,00	0,00	1.922.957,55
280110	Canhoba	FED	72.450,00	400.255,56	23.778,00	0,00	0,00	23.778,00	23.778,00	0,00	0,00	0,00	20.527,56	0,00	0,00	0,00	17.812,83	7.200,00	0,00	518.245,95
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.097,12
	Canhoba Total		72.450,00	400.255,56	23.778,00	0,00	0,00	23.778,00	23.778,00	0,00	0,00	0,00	20.527,56	0,00	0,00	0,00	17.812,83	7.200,00	0,00	589.343,07
280120	Canindé de São Francisco	FED	464.490,00	2.296.920,00	1.253.010,00	0,00	105.600,00	1.358.610,00	1.253.010,00	0,00	0,00	105.600,00	117.325,56	0,00	0,00	0,00	97.841,07	13.066,86	0,00	3.095.243,49
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.153.450,88
	Canindé de São Francisco Total		464.490,00	2.296.920,00	1.253.010,00	0,00	105.600,00	1.358.610,00	1.253.010,00	0,00	0,00	105.600,00	117.325,56	0,00	0,00	0,00	97.841,07	13.066,86	0,00	5.248.694,37
280130	Capela	FED	521.280,00	2.249.382,00	1.917.083,76	3.462.592,92	0,00	5.379.676,68	5.379.676,68	0,00	0,00	0,00	147.696,00	0,00	0,00	0,00	119.435,22	10.512,48	0,00	3.048.305,70
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.454.382,40
	Capela Total		521.280,00	2.249.382,00	1.917.083,76	3.462.592,92	0,00	5.379.676,68	5.379.676,68	0,00	0,00	0,00	147.696,00	0,00	0,00	0,00	119.435,22	10.512,48	0,00	9.502.688,10
280140	Carira	FED	354.744,00	1.153.044,00	512.882,40	0,00	75.126,24	588.008,64	588.008,64	0,00	0,00	0,00	100.510,80	0,00	0,00	0,00	83.450,40	7.200,00	0,00	1.698.949,20
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.251.929,52
	Carira Total		354.744,00	1.153.044,00	512.882,40	0,00	75.126,24	588.008,64	588.008,64	0,00	0,00	0,00	100.510,80	0,00	0,00	0,00	83.450,40	7.200,00	0,00	2.950.878,72
280150	Carmópolis	FED	277.380,00	831.096,00	229.610,52	0,00	23.481,83	253.092,35	253.092,35	0,00	0,00	0,00	64.311,00	0,00	0,00	0,00	47.845,83	7.200,00	0,00	1.227.832,83
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	824.919,84
	Carmópolis Total		277.380,00	831.096,00	229.610,52	0,00	23.481,83	253.092,35	253.092,35	0,00	0,00	0,00	64.311,00	0,00	0,00	0,00	47.845,83	7.200,00	0,00	2.052.752,67
280160	Cedro de São João	FED	167.796,00	457.222,92	44.096,64	0,00	0,00	44.096,64	44.096,64	0,00	0,00	0,00	28.162,20	0,00	0,00	0,00	23.907,75	7.200,00	0,00	684.288,87
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216.577,68
	Cedro de São João Total		167.796,00	457.222,92	44.096,64	0,00	0,00	44.096,64	44.096,64	0,00	0,00	0,00	28.162,20	0,00	0,00	0,00	23.907,75	7.200,00	0,00	900.866,55
280170	Cristinápolis	FED	290.358,00	1.443.160,92	90.293,88	0,00	0,00	90.293,88	90.293,88	0,00	0,00	0,00	82.268,16	0,00	0,00	0,00	67.851,27	7.200,00	0,00	1.890.838,35
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	752.457,12
	Cristinápolis Total		290.358,00	1.443.160,92	90.293,88	0,00	0,00	90.293,88	90.293,88	0,00	0,00	0,00	82.268,16	0,00	0,00	0,00	67.851,27	7.200,00	0,00	2.643.295,47
280190	Cumbe	FED	87.660,00	283.278,12	1.692,00	0,00	0,00	1.692,00	1.692,00	0,00	0,00	0,00	19.737,00	0,00	0,00	0,00	16.909,86	7.200,00	0,00	414.784,98
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	486.725,40
	Cumbe Total		87.660,00	283.278,12	1.692,00	0,00	0,00	1.692,00	1.692,00	0,00	0,00	0,00	19.737,00	0,00	0,00	0,00	16.909,86	7.200,00	0,00	901.510,38
280200	Divina Pastora	FED	98.064,00	414.420,00	1.810,00	0,00	0,00	1.810,00	1.810,00	0,00	0,00	0,00	22.684,80	0,00	0,00	0,00	16.774,98	7.200,00	0,00	559.143,78
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.906,48
	Divina Pastora Total		98.064,00	414.420,00	1.810,00	0,00	0,00	1.810,00	1.810,00	0,00	0,00	0,00	22.684,80	0,00	0,00	0,00	16.774,98	7.200,00	0,00	617.050,26
280210	Estância	FED	1.144.476,00	2.970.640,00	2.656.533,09	4.997.336,65	184.800,00	7.838.669,74	0,00	0,00	0,00	7.838.669,74	324.268,20	0,00	0,00	0,00	278.621,64	36.114,57	0,00	12.592.790,15
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.994.933,48
	Estância Total		1.144.476,00	2.970.640,00	2.656.533,09	4.997.336,65	184.800,00	7.838.669,74	0,00	0,00	0,00	7.838.669,74	324.268,20	0,00	0,00	0,00	278.621,64	36.114,57	0,00	21.587.723,63
280220	Feira Nova	FED	123.750,00	479.887,08	6.682,80	0,00	0,00	6.682,80	6.682,80	0,00	0,00	0,00	29.962,56	0,00	0,00	0,00	24.719,88	7.200,00	0,00	665.519,52
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	157.427,16
	Feira Nova Total		123.750,00	479.887,08	6.682,80	0,00	0,00	6.682,80	6.682,80	0,00	0,00	0,00	29.962,56	0,00	0,00	0,00	24.719,88	7.200,00	0,00	822.946,68
280230	Frei Paulo	FED	303.480,00	971.742,00	7.200,00	0,00	97.218,00	104.418,00	104.418,00	0,00	0,00	0,00	66.606,00	0,00	0,00	0,00	56.129,37	7.200,00	0,00	1.405.157,37
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	606.401,04
	Frei Paulo Total		303.480,00	971.742,00	7.200,00	0,00	97.218,00	104.418,00	104.418,00	0,00	0,00	0,00	66.606,00	0,00	0,00	0,00	56.129,37	7.200,00	0,00	2.011.558,41
280240	Gararu	FED	233.982,00	790.957,44	12.840,00	0,00	0,00	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	61.194,96	0,00	0,00	0,00	52.499,61	7.200,00	0,00	1.145.834,01
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	289.015,68
	Gararu Total		233.982,00	790.957,44	12.840,00	0,00	0,00	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	61.194,96	0,00	0,00	0,00	52.499,61	7.200,00	0,00	1.434.849,69
280250	General Maynard	FED	70.326,00	243.345,84	1.215,00	0,00	0,00	1.215,00	1.215,00	0,00	0,00	0,00	14.825,76	0,00	0,00	0,00	11.403,36	7.200,00	0,00	347.100,96
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.002,04
	General Maynard Total		70.326,00	243.345,84	1.215,00	0,00	0,00	1.215,00	1.215,00	0,00	0,00	0,00	14.825,76	0,00	0,00	0,00	11.403,36	7.200,00	0,00	374.103,00
280260	Gracho Cardoso	FED	121.176,00	523.183,80	35.835,84	0,00	0,00	35.835,84	35.835,84	0,00	0,00	0,00	29.233,20	0,00	0,00	0,00	25.621,26	7.200,00	0,00	706.414,26
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214.451,28
	Gracho Cardoso Total		121.176,00	523.183,80	35.835,84	0,00	0,00	35.835,84	35.835,84	0,00	0,00	0,00	29.233,20	0,00	0,00	0,00	25.621,26	7.200,00	0,00	920.865,54
280270	Ilha das Flores	FED	160.308,00	742.472,28	29.904,84	0,00	0,00	29.904,84	29.904,84	0,00	0,00	0,00	45.420,60	0,00	0,00	0,00	37.918,23	7.200,00	0,00	993.319,11
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180.884,76
	Ilha das Flores Total		160.308,00	742.472,28	29.904,84	0,00	0,00	29.904,84	29.904,84	0,00	0,00	0,00	45.420,60	0,00	0,00	0,00	37.918,23	7.200,00	0,00	1.174.203,87
280280	Indiaroba	FED	326.268,00	1.119.588,00	467.665,92	0,00	106.056,00	573.721,92	573.721,92	0,00	0,00	0,00	92.442,60	0,00	0,00	0,00	65.664,00	7.200,00	0,00	1.611.162,60
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.071.384,72
	Indiaroba Total		326.268,00	1.119.588,00	467.665,92	0,00	106.056,00	573.721,92	573.721,92	0,00	0,00	0,00	92.442,60	0,00	0,00	0,00	65.664,00	7.200,00	0,00	2.682.547,32
280290	Itabaiana	FED	1.714.152,00	3.740.206,00	3.191.661,82	5.508.886,18	0,00	8.700.548,00	0,00	0,00	0,00	8.700.548,00	441.476,40	0,00	0,00	0,00	388.432,44	49.168,35	0,00	15.033.983,19
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.263.574,92
	Itabaiana Total		1.714.152,00	3.740.206,00	3.191.661,82	5.508.886,18	0,00	8.700.548,00	0,00	0,00	0,00	8.700.548,00	441.476,40	0,00	0,00	0,00	388.432,44	49.168,35	0,00	31.297.558,11
280300	Itabaianinha	FED	767.700,00	1.391.832,00	1.523.488,92	0,00	216.559,20	1.740.048,12	1.740.048,12	0,00	0,00	0,00	198.135,00	0,00	0,00	0,00	163.140,42	22.066,80	0,00	2.542.874,22
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.534,40

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Itabaianinha Total		767.700,00	1.391.832,00	1.523.488,92	0,00	216.559,20	1.740.048,12	1.740.048,12	0,00	0,00	0,00	198.135,00	0,00	0,00	0,00	163.140,42	22.066,80	0,00	2.812.408,62
280310	Itabi	FED	137.934,00	458.434,20	2.223,00	0,00	0,00	2.223,00	2.223,00	0,00	0,00	0,00	24.617,76	0,00	0,00	0,00	22.438,29	7.200,00	0,00	650.624,25
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172.091,28
	Itabi Total		137.934,00	458.434,20	2.223,00	0,00	0,00	2.223,00	2.223,00	0,00	0,00	0,00	24.617,76	0,00	0,00	0,00	22.438,29	7.200,00	0,00	822.715,53
280320	Itaporanga d'Ajuda	FED	528.246,00	1.809.720,00	1.540.247,88	0,00	165.617,73	1.705.865,61	1.705.865,61	0,00	0,00	0,00	149.669,76	0,00	0,00	0,00	132.514,44	16.669,11	0,00	2.636.819,31
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.292.429,04
	Itaporanga d'Ajuda Total		528.246,00	1.809.720,00	1.540.247,88	0,00	165.617,73	1.705.865,61	1.705.865,61	0,00	0,00	0,00	149.669,76	0,00	0,00	0,00	132.514,44	16.669,11	0,00	3.929.248,35
280330	Japaratuba	FED	375.228,00	1.011.588,00	272.563,92	0,00	47.873,56	320.437,48	320.437,48	0,00	0,00	0,00	81.834,60	0,00	0,00	0,00	69.700,44	7.200,00	0,00	1.545.551,04
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	520.668,72
	Japaratuba Total		375.228,00	1.011.588,00	272.563,92	0,00	47.873,56	320.437,48	320.437,48	0,00	0,00	0,00	81.834,60	0,00	0,00	0,00	69.700,44	7.200,00	0,00	2.066.219,76
280340	Japoatã	FED	252.486,00	1.272.234,00	792.048,44	56.200,00	0,00	848.248,44	848.248,44	0,00	0,00	0,00	71.537,76	0,00	0,00	0,00	61.547,07	7.200,00	0,00	1.665.004,83
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490.196,04
	Japoatã Total		252.486,00	1.272.234,00	792.048,44	56.200,00	0,00	848.248,44	848.248,44	0,00	0,00	0,00	71.537,76	0,00	0,00	0,00	61.547,07	7.200,00	0,00	2.155.200,87
280350	Lagarto	FED	1.664.532,00	3.047.868,00	3.946.097,22	5.761.940,22	105.600,00	9.813.637,44	0,00	0,00	0,00	9.813.637,44	471.617,40	0,00	0,00	0,00	419.292,48	52.525,20	0,00	15.469.472,52
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.935.204,28
	Lagarto Total		1.664.532,00	3.047.868,00	3.946.097,22	5.761.940,22	105.600,00	9.813.637,44	0,00	0,00	0,00	9.813.637,44	471.617,40	0,00	0,00	0,00	419.292,48	52.525,20	0,00	40.404.676,80
280360	Laranjeiras	FED	444.852,00	2.199.156,00	629.688,00	0,00	0,00	629.688,00	629.688,00	0,00	0,00	0,00	126.041,40	0,00	0,00	0,00	123.535,83	14.037,54	0,00	2.907.622,77
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.367.599,40
	Laranjeiras Total		444.852,00	2.199.156,00	629.688,00	0,00	0,00	629.688,00	629.688,00	0,00	0,00	0,00	126.041,40	0,00	0,00	0,00	123.535,83	14.037,54	0,00	5.275.222,17
280370	Macambira	FED	117.972,00	542.910,72	6.853,20	0,00	0,00	6.853,20	6.853,20	0,00	0,00	0,00	33.425,40	0,00	0,00	0,00	27.952,50	7.200,00	0,00	729.460,62
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.424,72
	Macambira Total		117.972,00	542.910,72	6.853,20	0,00	0,00	6.853,20	6.853,20	0,00	0,00	0,00	33.425,40	0,00	0,00	0,00	27.952,50	7.200,00	0,00	929.885,34
280380	Malhada dos Bois	FED	86.940,00	264.013,44	21.341,40	0,00	0,00	21.341,40	21.341,40	0,00	0,00	0,00	19.533,00	0,00	0,00	0,00	15.727,41	7.200,00	0,00	393.413,85
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.121,96
	Malhada dos Bois Total		86.940,00	264.013,44	21.341,40	0,00	0,00	21.341,40	21.341,40	0,00	0,00	0,00	19.533,00	0,00	0,00	0,00	15.727,41	7.200,00	0,00	419.535,81
280390	Malhador	FED	218.232,00	585.804,00	5.385,00	0,00	0,00	5.385,00	5.385,00	0,00	0,00	0,00	61.832,40	0,00	0,00	0,00	53.435,55	7.200,00	0,00	926.503,95
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.575,56
	Malhador Total		218.232,00	585.804,00	5.385,00	0,00	0,00	5.385,00	5.385,00	0,00	0,00	0,00	61.832,40	0,00	0,00	0,00	53.435,55	7.200,00	0,00	1.142.079,51
280400	Maruim	FED	280.494,00	1.190.952,00	252.697,26	303.067,74	123.732,00	679.497,00	679.497,00	0,00	0,00	0,00	79.468,20	0,00	0,00	0,00	68.802,93	7.200,00	0,00	1.626.917,13
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	825.336,24
	Maruim Total		280.494,00	1.190.952,00	252.697,26	303.067,74	123.732,00	679.497,00	679.497,00	0,00	0,00	0,00	79.468,20	0,00	0,00	0,00	68.802,93	7.200,00	0,00	2.452.253,37
280410	Moita Bonita	FED	202.842,00	676.368,00	60.589,80	0,00	0,00	60.589,80	60.589,80	0,00	0,00	0,00	57.471,96	0,00	0,00	0,00	48.002,55	7.200,00	0,00	991.884,51
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325.019,28
	Moita Bonita Total		202.842,00	676.368,00	60.589,80	0,00	0,00	60.589,80	60.589,80	0,00	0,00	0,00	57.471,96	0,00	0,00	0,00	48.002,55	7.200,00	0,00	1.316.903,79
280420	Monte Alegre de Sergipe	FED	248.706,00	785.733,24	118.639,08	0,00	97.218,00	215.857,08	215.857,08	0,00	0,00	0,00	70.466,76	0,00	0,00	0,00	56.236,35	7.200,00	0,00	1.168.342,35
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.188.107,28
	Monte Alegre de Sergipe Total		248.706,00	785.733,24	118.639,08	0,00	97.218,00	215.857,08	215.857,08	0,00	0,00	0,00	70.466,76	0,00	0,00	0,00	56.236,35	7.200,00	0,00	2.356.449,63
280430	Muribeca	FED	220.788,00	742.845,24	31.916,52	0,00	0,00	31.916,52	31.916,52	0,00	0,00	0,00	38.076,60	0,00	0,00	0,00	31.327,08	7.200,00	0,00	1.040.236,92
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144.512,40
	Muribeca Total		220.788,00	742.845,24	31.916,52	0,00	0,00	31.916,52	31.916,52	0,00	0,00	0,00	38.076,60	0,00	0,00	0,00	31.327,08	7.200,00	0,00	1.184.749,32
280440	Neópolis	FED	351.684,00	1.331.700,00	651.747,30	1.219.125,74	0,00	1.870.873,04	1.870.873,04	0,00	0,00	0,00	99.643,80	0,00	0,00	0,00	83.480,40	11.205,30	0,00	1.877.713,50
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.177.563,16
	Neópolis Total		351.684,00	1.331.700,00	651.747,30	1.219.125,74	0,00	1.870.873,04	1.870.873,04	0,00	0,00	0,00	99.643,80	0,00	0,00	0,00	83.480,40	11.205,30	0,00	5.055.276,66
280445	Nossa Senhora Aparecida	FED	158.634,00	742.549,44	3.713,00	0,00	0,00	3.713,00	3.713,00	0,00	0,00	0,00	44.946,36	0,00	0,00	0,00	35.236,26	7.200,00	0,00	988.566,06
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.605,04
	Nossa Senhora Aparecida Total		158.634,00	742.549,44	3.713,00	0,00	0,00	3.713,00	3.713,00	0,00	0,00	0,00	44.946,36	0,00	0,00	0,00	35.236,26	7.200,00	0,00	1.115.171,10
280450	Nossa Senhora da Glória	FED	638.472,00	2.409.750,00	1.903.116,26	2.484.714,16	0,00	4.387.830,42	4.387.830,42	0,00	0,00	0,00	157.100,40	0,00	0,00	0,00	125.612,31	17.496,66	0,00	3.348.431,37
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.882.853,00
	Nossa Senhora da Glória Total		638.472,00	2.409.750,00	1.903.116,26	2.484.714,16	0,00	4.387.830,42	4.387.830,42	0,00	0,00	0,00	157.100,40	0,00	0,00	0,00	125.612,31	17.496,66	0,00	15.231.284,37
280460	Nossa Senhora das Dores	FED	495.846,00	1.962.654,00	604.833,72	596.042,88	59.305,97	1.260.182,57	1.260.182,57	0,00	0,00	0,00	126.209,76	0,00	0,00	0,00	101.923,41	14.056,29	0,00	2.700.689,46
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.088.461,80
	Nossa Senhora das Dores Total		495.846,00	1.962.654,00	604.833,72	596.042,88	59.305,97	1.260.182,57	1.260.182,57	0,00	0,00	0,00	126.209,76	0,00	0,00	0,00	101.923,41	14.056,29	0,00	3.789.151,26
280470	Nossa Senhora de Lourdes	FED	153.162,00	551.803,44	2.970,00	0,00	0,00	2.970,00	2.970,00	0,00	0,00	0,00	33.195,96	0,00	0,00	0,00	29.383,02	7.200,00	0,00	774.744,42
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.867,84
	Nossa Senhora de Lourdes25165824025165926425166028825166131225166233625166336025166438 4 Total		153.162,00	551.803,44	2.970,00	0,00	0,00	2.970,00	2.970,00	0,00	0,00	0,00	33.195,96	0,00	0,00	0,00	29.383,02	7.200,00	0,00	916.612,26
280480	Nossa Senhora do Socorro	FED	2.865.135,96	8.340.192,00	2.277.005,77	3.727.435,11	105.600,00	6.110.040,88	0,00	0,00	0,00	6.110.040,88	792.203,40	0,00	0,00	0,00	751.114,11	88.229,70	20.000,00	18.966.916,05
	25166540825166432251667456251668480251669504251670528254167155225167257625167360025167462425167564825167667225167769 6	EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.127.892,56
	Nossa Senhora do Socorro Total		2.865.135,96	8.340.192,00	2.277.005,77	3.727.435,11	105.600,00	6.110.040,88	0,00	0,00	0,00	6.110.040,88	792.203,40	0,00	0,00	0,00	751.114,11	88.229,70	20.000,00	30.094.808,61
280490	Pacatuba	FED	267.660,00	1.082.460,00	53.352,48	0,00	0,00	53.352,48	53.352,48	0,00	0,00	0,00	65.637,00	0,00	0,00	0,00	51.451,47	7.200,00	0,00	1.474.408,47
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.980,04
	Pacatuba Total		267.660,00	1.082.460,00	53.352,48	0,00	0,00	53.352,48	53.352,48	0,00	0,00	0,00	65.637,00	0,00	0,00	0,00	51.451,47	7.200,00	0,00	1.547.388,51
280500	Pedra Mole	FED	51.804,00	252.231,96	1.290,00	0,00	0,00	1.290,00	1.290,00	0,00	0,00	0,00	14.677,80	0,00	0,00	0,00	12.519,03	7.200,00	0,00	338.432,79
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.810,48
	Pedra Mole Total		51.804,00	252.231,96	1.290,00	0,00	0,00	1.290,00	1.290,00	0,00	0,00	0,00	14.677,80	0,00	0,00	0,00	12.519,03	7.200,00	0,00	477.243,27
280510	Pedrinhas	FED	156.762,00	552.242,52	3.750,00	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	44.415,96	0,00	0,00	0,00	36.088,77	7.200,00	0,00	796.709,25
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227.094,72
	Pedrinhas Total		156.762,00	552.242,52	3.750,00	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	44.415,96	0,00	0,00	0,00	36.088,77	7.200,00	0,00	1.023.803,97
280520	Pinhão	FED	104.562,00	533.322,12	2.550,00	0,00	0,00	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00	29.625,96	0,00	0,00	0,00	25.291,26	7.200,00	0,00	700.001,34
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	646.904,04

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Pinhão Total		104.562,00	533.322,12	2.550,00	0,00	0,00	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00	29.625,96	0,00	0,00	0,00	25.291,26	7.200,00	0,00	1.346.905,38
280530	Pirambu	FED	154.944,00	583.548,00	51.619,92	0,00	0,00	51.619,92	51.619,92	0,00	0,00	0,00	43.900,80	0,00	0,00	0,00	37.207,44	7.200,00	0,00	826.800,24
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	478.627,92
	Pirambu Total		154.944,00	583.548,00	51.619,92	0,00	0,00	51.619,92	51.619,92	0,00	0,00	0,00	43.900,80	0,00	0,00	0,00	37.207,44	7.200,00	0,00	1.305.428,16
280540	Poço Redondo	FED	562.482,00	1.908.264,12	919.622,28	0,00	1.353.453,05	2.273.075,33	2.273.075,33	0,00	0,00	0,00	154.269,96	0,00	0,00	0,00	130.019,58	17.181,42	0,00	2.772.217,08
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.298.702,96
	Poço Redondo Total		562.482,00	1.908.264,12	919.622,28	0,00	1.353.453,05	2.273.075,33	2.273.075,33	0,00	0,00	0,00	154.269,96	0,00	0,00	0,00	130.019,58	17.181,42	0,00	5.070.920,04
280550	Poço Verde	FED	393.876,00	1.198.326,00	756.694,56	0,00	77.473,71	834.168,27	834.168,27	0,00	0,00	0,00	111.598,20	0,00	0,00	0,00	91.766,37	12.428,97	0,00	1.807.995,54
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.197.964,92
	Poço Verde Total		393.876,00	1.198.326,00	756.694,56	0,00	77.473,71	834.168,27	834.168,27	0,00	0,00	0,00	111.598,20	0,00	0,00	0,00	91.766,37	12.428,97	0,00	3.005.960,46
280560	Porto da Folha	FED	544.608,00	1.965.842,16	959.083,58	0,00	1.307.046,04	2.266.129,62	2.266.129,62	0,00	0,00	0,00	140.025,60	0,00	0,00	0,00	116.183,25	15.595,02	0,00	2.782.254,03
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.753.003,28
	Porto da Folha Total		544.608,00	1.965.842,16	959.083,58	0,00	1.307.046,04	2.266.129,62	2.266.129,62	0,00	0,00	0,00	140.025,60	0,00	0,00	0,00	116.183,25	15.595,02	0,00	5.535.257,31
280570	Propriá	FED	669.360,00	2.388.612,00	2.142.628,42	2.714.995,57	0,00	4.857.623,99	4.857.623,99	0,00	0,00	0,00	145.452,00	0,00	0,00	0,00	120.382,20	16.199,37	0,00	3.340.005,57
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.542.032,68
	Propriá Total		669.360,00	2.388.612,00	2.142.628,42	2.714.995,57	0,00	4.857.623,99	4.857.623,99	0,00	0,00	0,00	145.452,00	0,00	0,00	0,00	120.382,20	16.199,37	0,00	9.882.038,25
280580	Riachão do Dantas	FED	352.584,00	1.127.106,00	932.141,76	0,00	159.084,00	1.091.225,76	1.091.225,76	0,00	0,00	0,00	99.898,80	0,00	0,00	0,00	86.806,17	7.200,00	0,00	1.673.594,97
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	884.037,60
	Riachão do Dantas Total		352.584,00	1.127.106,00	932.141,76	0,00	159.084,00	1.091.225,76	1.091.225,76	0,00	0,00	0,00	99.898,80	0,00	0,00	0,00	86.806,17	7.200,00	0,00	2.557.632,57
280590	Riachuelo	FED	170.388,00	856.686,00	511.100,02	194.825,55	11.773,07	717.698,64	717.698,64	0,00	0,00	0,00	48.276,60	0,00	0,00	0,00	37.950,30	7.200,00	0,00	1.120.500,90
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	884.391,72
	Riachuelo Total		170.388,00	856.686,00	511.100,02	194.825,55	11.773,07	717.698,64	717.698,64	0,00	0,00	0,00	48.276,60	0,00	0,00	0,00	37.950,30	7.200,00	0,00	2.004.892,62
280600	Ribeirópolis	FED	291.492,00	1.361.034,00	299.270,37	0,00	0,00	299.270,37	299.270,37	0,00	0,00	0,00	82.589,40	0,00	0,00	0,00	68.809,50	7.200,00	0,00	1.811.124,90
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.288.698,40
	Ribeirópolis Total		291.492,00	1.361.034,00	299.270,37	0,00	0,00	299.270,37	299.270,37	0,00	0,00	0,00	82.589,40	0,00	0,00	0,00	68.809,50	7.200,00	0,00	5.099.823,30
280610	Rosário do Catete	FED	161.370,00	668.040,00	123.732,00	0,00	0,00	123.732,00	123.732,00	0,00	0,00	0,00	45.721,56	0,00	0,00	0,00	35.030,19	7.200,00	0,00	917.361,75
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	804.302,76
	Rosário do Catete Total		161.370,00	668.040,00	123.732,00	0,00	0,00	123.732,00	123.732,00	0,00	0,00	0,00	45.721,56	0,00	0,00	0,00	35.030,19	7.200,00	0,00	1.721.664,51
280620	Salgado	FED	343.818,00	1.371.444,00	204.034,32	0,00	0,00	204.034,32	204.034,32	0,00	0,00	0,00	97.415,16	0,00	0,00	0,00	85.166,67	7.200,00	0,00	1.905.043,83
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	710.514,84
	Salgado Total		343.818,00	1.371.444,00	204.034,32	0,00	0,00	204.034,32	204.034,32	0,00	0,00	0,00	97.415,16	0,00	0,00	0,00	85.166,67	7.200,00	0,00	2.615.558,67
280630	Santa Luzia do Itanhy	FED	248.816,04	1.308.234,00	104.920,56	0,00	0,00	104.920,56	104.920,56	0,00	0,00	0,00	68.860,20	0,00	0,00	0,00	65.373,90	7.200,00	0,00	1.698.484,14
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	171.171,12
	Santa Luzia do Itanhy Total		248.816,04	1.308.234,00	104.920,56	0,00	0,00	104.920,56	104.920,56	0,00	0,00	0,00	68.860,20	0,00	0,00	0,00	65.373,90	7.200,00	0,00	1.869.655,26
280640	Santana do São Francisco	FED	173.898,00	724.214,00	17.961,96	0,00	0,00	17.961,96	17.961,96	0,00	0,00	0,00	34.991,16	0,00	0,00	0,00	27.151,59	7.200,00	0,00	967.454,75
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.516,28
	Santana do São Francisco Total		173.898,00	724.214,00	17.961,96	0,00	0,00	17.961,96	17.961,96	0,00	0,00	0,00	34.991,16	0,00	0,00	0,00	27.151,59	7.200,00	0,00	1.005.971,03
280650	Santa Rosa de Lima	FED	71.928,00	455.040,48	30.387,12	0,00	0,00	30.387,12	30.387,12	0,00	0,00	0,00	20.379,60	0,00	0,00	0,00	16.360,83	7.200,00	0,00	570.908,91
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.408,20
	Santa Rosa de Lima Total		71.928,00	455.040,48	30.387,12	0,00	0,00	30.387,12	30.387,12	0,00	0,00	0,00	20.379,60	0,00	0,00	0,00	16.360,83	7.200,00	0,00	638.317,11
280660	Santo Amaro das Brotas	FED	268.920,00	893.814,00	39.359,40	0,00	0,00	39.359,40	39.359,40	0,00	0,00	0,00	61.914,00	0,00	0,00	0,00	47.607,54	7.200,00	0,00	1.279.455,54
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.498,72
	Santo Amaro das Brotas Total		268.920,00	893.814,00	39.359,40	0,00	0,00	39.359,40	39.359,40	0,00	0,00	0,00	61.914,00	0,00	0,00	0,00	47.607,54	7.200,00	0,00	1.306.954,26
280670	São Cristóvão	FED	1.351.872,00	3.704.464,00	3.144.404,40	0,00	0,00	3.144.404,40	3.144.404,40	0,00	0,00	0,00	383.030,40	0,00	0,00	0,00	330.516,45	42.659,04	0,00	5.812.541,89
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.043.673,00
	São Cristóvão Total		1.351.872,00	3.704.464,00	3.144.404,40	0,00	0,00	3.144.404,40	3.144.404,40	0,00	0,00	0,00	383.030,40	0,00	0,00	0,00	330.516,45	42.659,04	0,00	6.856.214,89
280680	São Domingos	FED	189.990,00	698.970,60	451.693,92	0,00	0,00	451.693,92	451.693,92	0,00	0,00	0,00	53.830,56	0,00	0,00	0,00	43.650,60	7.200,00	0,00	993.641,76
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	706.099,92
	São Domingos Total		189.990,00	698.970,60	451.693,92	0,00	0,00	451.693,92	451.693,92	0,00	0,00	0,00	53.830,56	0,00	0,00	0,00	43.650,60	7.200,00	0,00	1.699.741,68
280690	São Francisco	FED	72.126,00	263.440,44	1.265,00	0,00	0,00	1.265,00	1.265,00	0,00	0,00	0,00	15.335,76	0,00	0,00	0,00	12.211,08	7.200,00	0,00	370.313,28
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.660,80
	São Francisco Total		72.126,00	263.440,44	1.265,00	0,00	0,00	1.265,00	1.265,00	0,00	0,00	0,00	15.335,76	0,00	0,00	0,00	12.211,08	7.200,00	0,00	464.974,08
280700	São Miguel do Aleixo	FED	68.634,00	452.601,12	1.645,00	0,00	0,00	1.645,00	1.645,00	0,00	0,00	0,00	19.446,36	0,00	0,00	0,00	15.803,19	7.200,00	0,00	563.684,67
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	222.219,84
	São Miguel do Aleixo Total		68.634,00	452.601,12	1.645,00	0,00	0,00	1.645,00	1.645,00	0,00	0,00	0,00	19.446,36	0,00	0,00	0,00	15.803,19	7.200,00	0,00	785.904,51
280710	Simão Dias	FED	690.174,00	1.367.082,00	915.938,78	0,00	1.200.000,00	2.115.938,78	2.115.938,78	0,00	0,00	0,00	195.549,36	0,00	0,00	0,00	167.019,15	21.778,80	0,00	2.441.603,31
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.883.846,96
	Simão Dias Total		690.174,00	1.367.082,00	915.938,78	0,00	1.200.000,00	2.115.938,78	2.115.938,78	0,00	0,00	0,00	195.549,36	0,00	0,00	0,00	167.019,15	21.778,80	0,00	5.325.450,27
280720	Siriri	FED	143.028,00	613.866,00	27.878,40	0,00	0,00	27.878,40	27.878,40	0,00	0,00	0,00	40.524,60	0,00	0,00	0,00	33.265,83	7.200,00	0,00	837.884,43
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.572,32
	Siriri Total		143.028,00	613.866,00	27.878,40	0,00	0,00	27.878,40	27.878,40	0,00	0,00	0,00	40.524,60	0,00	0,00	0,00	33.265,83	7.200,00	0,00	1.038.456,75
280730	Telha	FED	53.442,00	262.869,96	48.273,36	0,00	0,00	48.273,36	48.273,36	0,00	0,00	0,00	15.141,96	0,00	0,00	0,00	12.289,59	7.200,00	0,00	350.943,51
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165.759,96
	Telha Total		53.442,00	262.869,96	48.273,36	0,00	0,00	48.273,36	48.273,36	0,00	0,00	0,00	15.141,96	0,00	0,00	0,00	12.289,59	7.200,00	0,00	516.703,47
280740	Tobias Barreto	FED	988.698,00	1.674.630,00	1.400.171,77	0,00	0,00	1.400.171,77	1.400.171,77	0,00	0,00	0,00	251.231,16	0,00	0,00	0,00	199.352,34	27.980,25	0,00	3.141.891,75
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.394.419,84
	Tobias Barreto Total		988.698,00	1.674.630,00	1.400.171,77	0,00	0,00	1.400.171,77	1.400.171,77	0,00	0,00	0,00	251.231,16	0,00	0,00	0,00	199.352,34	27.980,25	0,00	6.536.311,59
280750	Tomar do Geru	FED	246.906,00	1.131.077,76	41.397,16	0,00	101.947,24	143.344,40	143.344,40	0,00	0,00	0,00	69.956,76	0,00	0,00	0,00	59.758,92	7.200,00	0,00	1.514.899,44
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	694.429,68

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Tomar do Geru Total		246.906,00	1.131.077,76	41.397,16	0,00	101.947,24	143.344,40	143.344,40	0,00	0,00	0,00	69.956,76	0,00	0,00	0,00	59.758,92	7.200,00	0,00	2.209.329,12
280760	Umbaúba	FED	385.146,00	1.011.126,00	257.788,80	0,00	159.084,00	416.872,80	416.872,80	0,00	0,00	0,00	109.124,76	0,00	0,00	0,00	92.526,06	12.153,51	0,00	1.610.076,33
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.341.637,92
	Umbaúba Total		385.146,00	1.011.126,00	257.788,80	0,00	159.084,00	416.872,80	416.872,80	0,00	0,00	0,00	109.124,76	0,00	0,00	0,00	92.526,06	12.153,51	0,00	2.951.714,25
Total Geral			37.778.646,00	109.635.420,00	92.318.307,54	121.103.877,12	20.274.564,64	233.696.749,30	59.499.433,14	5.190.608,28	0,00	144.727.617,99	10.191.240,00	0,00	0,00	0,00	8.843.828,10	1.208.038,86	70.000,00	743.436.201,28

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO		FEDERAL	314.064.867,28		ESTADUAL	429.371.334,00		TOTAL	743.436.201,28

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência (PPI em vigor) e Setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento. (dados obtidos no site do FNS em 16 e 17/02/2011)
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: corresponde a janerio de 2011
No tocante aos recursos municipais, para este TLFG considera-se a aplicação de 15% da receita corrente liquida.
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

ANEXO XIII

TERMOS DE LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS DE 02 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS
(Valores anuais em R$)

			ATENÇÃO BÁSICA		ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR								ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
IBGE	Município	Orig do Recurso	Comp. Fixo	Comp. Variável	Pop. própria	Pop. Referen-ciada	Outros recursos, ajustes e incentivos	Total PPI Assistência	Rec transf ao FES	Rec retidos p/ FNS p/ pgto direto a prest	Rec aloc em outras UF	Total MAC alocado no FMS	Comp básico	Comp. básico repassado ao FES	Comp. Estra-tégico	Comp. Excepcional	Vig. Epidem. e Ambiental	Vigilância Sanitária	Bloco de Gestão	TOTAL
170610	Cristalândia	FED	126.048,00	656.676,00	83.289,33	18.856,05	280.600,76	382.746,14	382.746,14	83.289,33	0,00	0,00	33.802,80	0,00	0,00	0,00	28.666,14	8.558,73	0,00	853.751,67
		EST	-	-	-	-	570,60	570,60	-	-	-	570,60	16.967,68	-	-	-	-	-	295.435,20	312.973,48
		MUN	-	-	1.377,60	-	-	1.377,60	-	-	-	1.377,60	815,00	-	163,03	-	4.000,00	2.000,00	-	8.355,63
	Cristalândia Total		126.048,00	656.676,00	84.666,93	18.856,05	281.171,36	384.694,34	382.746,14	83.289,33	0,00	1.948,20	51.585,48	0,00	163,03	0,00	32.666,14	10.558,73	295.435,20	1.175.080,78
171610	Paraíso do Tocantins	FED	806.670,00	2.352.816,00	1.762.827,64	1.094.386,58	1.625.314,49	4.482.528,71	4.403.328,71	1.762.827,64	0,00	79.200,00	214.276,56	0,00	0,00	0,00	249.562,71	23.864,52	0,00	3.726.389,79
		EST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.285,00	-	-	-	-	-	1.012.278,00	1.072.563,00
		MUN	323.376,39	-	-	-	701.330,98	701.330,98	-	-	-	701.330,98	409.382,32	-	-	-	139.340,80	54.771,00	6.167.241,67	7.795.443,16
	Paraíso do Tocantins Total		1.130.046,39	2.352.816,00	1.762.827,64	1.094.386,58	2.326.645,47	5.183.859,69	4.403.328,71	1.762.827,64	0,00	780.530,98	683.943,88	0,00	0,00	0,00	388.903,51	78.635,52	7.179.519,67	12.594.395,95
Total Geral			126.048,00	656.676,00	84.666,93	18.856,05	281.171,36	384.694,34	382.746,14	83.289,33	0,00	1.948,20	51.585,48	0,00	163,03	0,00	32.666,14	10.558,73	295.435,20	13.769.476,73

RESUMO DOS TLFG POR ORIGEM DE RECURSO	FEDERAL	4.580.141,46	ESTADUAL	1.385.536,48	MUNICIPAL	7.803.798,79	TOTAL	13.769.476,73

Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos federais: Janeiro de 2011 para o Bloco MAC Assistência PPI e setembro de 2010 para os demais Blocos de Financiamento (dados obtidos no site do FNS em15/02/2011).
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos estaduais: O recurso do Bloco de Gestão corresponde a contra partida estadual com recurso humano para atenção básica.
Mês e ano de referência dos valores constantes neste Termo quanto aos recursos municipais: dezembro 2010
Considerado apenas o recurso federal repassado fundo a fundo para custeio.
Os incentivos do Bloco MAC Assistência referem-se àqueles descritos na Portaria de Regulamentação dos Blocos de Financiamento, Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.
O Total por município é o valor a ser transferido anualmente do FNS a cada FMS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 582, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM, de 28 de março de 2006;

Considerando o disposto na Portaria SAS/MS nº 750, de 10 de outubro de 2006, que define o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES como base de cadastral para o Sistema de Informações da Atenção Básica - SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Suspender a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, de equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, da competência financeira fevereiro de 2011, dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	ESF Irregulares	ESB1 Irregulares	ESB2 Irregulares	ACS Irregulares
AC	1200104	Brasiléia	0	1	0	0
AC	1200252	Epitaciolândia	1	1	0	6
AC	1200401	Rio Branco	0	1	0	0
AL	2700201	Anadia	1	1	0	6
AL	2701407	Campo Alegre	0	0	0	1
AL	2701704	Capela	0	1	0	0
AL	2702108	Colônia Leopoldina	1	0	0	5
AL	2702306	Coruripe	1	1	0	4
AL	2703106	Igaci	1	1	0	6
AL	2707503	Porto Real do Colégio	1	0	0	5
AM	1300706	Boca do Acre	0	0	1	0
AM	1301001	Carauari	1	1	0	12
AM	1301308	Codajás	1	1	0	8
AM	1301407	Eirunepé	1	0	0	12
AM	1301803	Ipixuna	1	1	0	10
AM	1301902	Itacoatiara	1	0	0	12
AM	1302603	Manaus	0	0	0	1
AM	1302702	Manicoré	1	1	0	8
AM	1302900	Maués	1	1	0	11
AM	1303403	Parintins	2	0	1	20
AP	1600238	Ferreira Gomes	1	1	0	4
AP	1600808	Vitória do Jari	1	0	0	8
BA	2903276	Barrocas	0	1	0	0
BA	2903953	Bom Jesus da Serra	1	1	0	9
BA	2904001	Boninal	1	1	0	9
BA	2905701	Camaçari	0	0	0	5
BA	2906204	Canarana	0	1	0	0
BA	2906501	Candeias	1	1	0	3
BA	2906600	Candiba	1	1	0	7
BA	2906824	Canudos	0	1	0	0
BA	2907905	Cipó	1	1	0	4
BA	2909208	Coronel João Sá	1	1	0	12
BA	2910057	Dias d'Ávila	2	2	0	13
BA	2910503	Entre Rios	1	0	0	11
BA	2910727	Eunápolis	1	1	0	6
BA	2910859	Filadélfia	0	0	0	6
BA	2912103	Ibicaraí	1	0	0	6
BA	2912202	Ibicoara	1	1	0	6
BA	2912608	Ibiquera	1	1	0	12
BA	2913606	Ilhéus	1	1	0	10
BA	2914406	Iraquara	1	1	0	7
BA	2914802	Itabuna	3	1	0	16
BA	2915601	Itamaraju	1	0	0	6
BA	2915700	Itamari	0	0	0	2
BA	2916203	Itapé	0	1	0	0
BA	2916856	Itatim	1	0	0	8
BA	2918001	Jequié	0	0	0	23
BA	2918506	Jussara	0	0	0	27
BA	2919058	Lajedo do Tabocal	1	1	0	5
BA	2919207	Lauro de Freitas	1	2	0	8
BA	2919306	Lençóis	1	1	0	5
BA	2920601	Maragogipe	1	0	0	10
BA	2924009	Paulo Afonso	0	1	0	0
BA	2925402	Potiraguá	0	0	0	5
BA	2925808	Queimadas	1	0	0	7
BA	2926400	Riacho de Santana	1	0	0	4

BA	2927408	Salvador	0	2	0	1
BA	2927705	Santa Cruz Cabrália	1	1	0	11
BA	2928901	São Desidério	0	2	0	0
BA	2929800	Saúde	0	0	0	4
BA	2929909	Seabra	0	1	0	7
BA	2930105	Senhor do Bonfim	1	1	0	7
BA	2930154	Serra do Ramalho	0	0	0	13
BA	2930303	Serra Dourada	1	1	0	6
BA	2930709	Simões Filho	1	1	0	6
BA	2930758	Sítio do Mato	0	0	0	1
BA	2930808	Souto Soares	0	0	0	6
BA	2931400	Teodoro Sampaio	1	1	0	7
BA	2931806	Tremedal	0	0	0	1
BA	2932002	Uauá	1	0	1	10
BA	2932457	Umburanas	1	1	0	10
BA	2932804	Utinga	0	1	0	0
BA	2932903	Valença	1	0	0	7
BA	2933208	Vera Cruz	1	1	0	12
BA	2933455	Wanderley	0	0	0	1
BA	2933505	Wenceslau Guimarães	1	1	0	2
CE	2300200	Acaraú	0	1	0	0
CE	2300507	Alcântaras	1	0	0	7
CE	2302800	Canindé	1	0	0	3
CE	2303006	Caridade	1	1	0	5
CE	2303709	Caucaia	0	0	0	1
CE	2304103	Crateús	1	1	0	7
CE	2304269	Deputado Irapuan Pinheiro	1	1	0	7
CE	2304400	Fortaleza	1	0	0	6
CE	2304707	Granja	1	0	0	11
CE	2305233	Horizonte	1	0	1	6
CE	2307601	Limoeiro do Norte	1	0	0	5
CE	2309003	Mucambo	1	0	0	11
CE	2309300	Nova Russas	0	0	0	2
CE	2309409	Novo Oriente	1	0	0	7
CE	2310803	Pereiro	0	1	0	0
CE	2311306	Quixadá	1	1	0	9
CE	2311504	Quixeré	2	2	0	15
CE	2312304	São Benedito	1	1	0	6
CE	2312908	Sobral	2	0	0	15
CE	2313203	Tamboril	1	1	0	5
CE	2313252	Tarrafas	1	1	0	7
CE	2313401	Tianguá	1	0	0	6
ES	3202108	Ecoporanga	1	1	0	12
ES	3202553	Ibitirama	0	1	0	0
ES	3204203	Piúma	1	1	0	7
GO	5201108	Anápolis	1	1	0	5
GO	5201801	Aragoiânia	1	0	1	8
GO	5204904	Campos Belos	1	1	0	12
GO	5208707	Goiânia	1	0	0	4
GO	5209705	Hidrolândia	0	0	0	2
GO	5212105	Joviânia	1	1	0	6
GO	5220207	São Miguel do Araguaia	1	1	0	4
MA	2100303	Aldeias Altas	0	0	0	2
MA	2100550	Amapá do Maranhão	0	0	0	1
MA	2100956	Arame	0	0	0	25
MA	2101202	Bacabal	0	1	0	0
MA	2102101	Brejo	1	0	0	7
MA	2102309	Buriti Bravo	1	0	0	9
MA	2102507	Cajari	0	0	0	1
MA	2103000	Caxias	3	3	0	13
MA	2103604	Coroatá	1	1	0	6
MA	2104651	Governador Newton Bello	1	1	0	9
MA	2105351	Itaipava do Grajaú	1	0	0	8
MA	2105609	Joselândia	1	0	0	5
MA	2105807	Lago do Junco	1	1	0	6
MA	2105906	Lago Verde	1	1	0	6
MA	2107902	Passagem Franca	1	1	0	11
MA	2108405	Peri Mirim	0	1	0	0
MA	2109205	Presidente Juscelino	1	1	0	9
MA	2111078	São João do Soter	1	1	0	6
MA	2111250	São José dos Basílios	1	1	0	8
MA	2112233	Trizidela do Vale	2	1	0	10
MG	3101706	Almenara	0	0	0	1
MG	3103405	Araçuaí	0	0	1	0
MG	3104908	Baependi	1	0	0	7
MG	3105202	Bandeira	0	0	0	1
MG	3106200	Belo Horizonte	5	5	0	23
MG	3106705	Betim	1	1	0	4
MG	3109006	Brumadinho	1	0	0	6
MG	3109402	Buritizeiro	1	0	1	8
MG	3102704	Cachoeira de Pajeú	1	1	0	7
MG	3110004	Caeté	0	0	0	4
MG	3111507	Campos Altos	0	0	0	1
MG	3112000	Candeias	1	1	0	11
MG	3112307	Capelinha	1	1	0	8
MG	3113305	Carangola	1	1	0	7
MG	3113503	Carbonita	1	1	0	6
MG	3114303	Carmo do Paranaíba	1	0	1	7
MG	3117603	Conceição do Pará	1	0	1	7
MG	3117801	Conceição dos Ouros	1	0	0	6
MG	3118601	Contagem	2	0	0	7
MG	3119500	Coronel Murta	1	0	1	7
MG	3121100	Delfim Moreira	1	0	0	7
MG	3121605	Diamantina	1	0	0	9
MG	3122470	Dom Bosco	1	1	0	9
MG	3124807	Estrela do Sul	1	0	0	9
MG	3127305	Galiléia	1	0	0	4
MG	3128006	Guanhães	1	1	0	8
MG	3129004	Guiricema	1	1	0	6
MG	3129509	Ibiá	1	0	1	6
MG	3129806	Ibirité	2	0	0	14
MG	3131307	Ipatinga	1	1	0	6
MG	3131703	Itabira	2	2	0	12
MG	3131901	Itabirito	1	0	1	7
MG	3132305	Itaipé	0	1	0	0
MG	3132404	Itajubá	1	0	0	8
MG	3132602	Itamarati de Minas	1	0	1	9
MG	3135050	Jaíba	2	1	0	14
MG	3135076	Jampruca	1	1	0	6
MG	3136504	Jordânia	1	1	0	7
MG	3136652	Juatuba	1	0	0	8
MG	3136702	Juiz de Fora	1	0	0	4
MG	3138104	Lassance	1	0	1	5
MG	3138682	Luislândia	1	0	1	5
MG	3139300	Manga	1	1	0	5
MG	3140001	Mariana	1	0	0	7
MG	3141009	Mato Verde	1	1	0	6
MG	3142254	Miravânia	1	1	0	5
MG	3142601	Monsenhor Paulo	1	0	0	5
MG	3143302	Montes Claros	0	0	0	6
MG	3144805	Nova Lima	1	0	0	6
MG	3145802	Onça de Pitangui	1	0	1	7
MG	3146750	Palmópolis	1	1	0	7
MG	3147956	Patis	0	0	1	0
MG	3150505	Pimenta	1	1	0	6
MG	3151404	Pitangui	1	0	0	8
MG	3151800	Poços de Caldas	1	0	1	5
MG	3153301	Presidente Kubitschek	1	1	0	7
MG	3154507	Riacho dos Machados	1	0	0	6
MG	3157658	Santa Helena de Minas	1	1	0	8
MG	3157807	Santa Luzia	1	0	0	5
MG	3160306	Santo Antônio do Jacinto	1	1	0	6
MG	3162559	São João do Manhuaçu	1	0	0	6
MG	3168002	Taiobeiras	1	1	0	5
MG	3168606	Teófilo Otoni	0	0	0	10
MG	3170107	Uberaba	1	1	0	8
MG	3171204	Vespasiano	1	0	0	6
MG	3171402	Vieiras	1	1	0	5
MS	5000906	Antônio João	1	1	0	7
MS	5002100	Bela Vista	0	0	0	1
MS	5002902	Cassilândia	0	0	0	5
MS	5003207	Corumbá	1	1	0	5
MS	5003306	Coxim	0	0	0	7
MS	5005004	Jardim	1	1	0	6
MS	5005806	Nioaque	1	1	0	11
MS	5007208	Rio Brilhante	1	1	0	6
MS	5007307	Rio Negro	0	1	0	0
MT	5103304	Comodoro	1	0	0	4
MT	5103700	Feliz Natal	1	0	1	7
MT	5104906	Jangada	0	0	0	1
MT	5105101	Juara	1	1	0	7
MT	5105606	Matupá	1	0	0	8
MT	5107602	Rondonópolis	1	0	1	4
MT	5107941	Tabaporã	1	0	1	8
MT	5108600	Vila Rica	1	1	0	8
PA	1500206	Acará	1	1	0	10
PA	1500859	Anapu	1	1	0	10
PA	1501402	Belém	5	0	0	33
PA	1501501	Benevides	0	0	0	7
PA	1501907	Bujaru	1	0	0	25
PA	1502400	Castanhal	1	0	0	6
PA	1503903	Juruti	0	0	0	11
PA	1504422	Marituba	2	1	0	15
PA	1506104	Primavera	1	1	0	6
PA	1506708	Santana do Araguaia	1	1	0	7
PA	1507805	Senador José Porfírio	1	0	0	7
PA	1508100	Tucuruí	1	1	0	6
PA	1508126	Ulianópolis	1	1	0	2
PB	2501005	Araruna	1	1	0	4
PB	2501302	Aroeiras	1	1	0	8
PB	2502102	Boa Ventura	2	2	0	10
PB	2504009	Campina Grande	1	1	0	5
PB	2504405	Conceição	3	3	0	12
PB	2505709	Dona Inês	1	1	0	6
PB	2506608	Ibiara	1	2	0	9
PB	2506905	Itabaiana	0	1	0	0
PB	2507200	Itatuba	1	1	0	6
PB	2507507	João Pessoa	1	1	0	8
PB	2508000	Juru	0	1	0	0
PB	2508307	Lagoa Seca	1	1	0	6
PB	2509602	Monte Horebe	0	1	0	0
PB	2513802	Santa Teresinha	1	1	0	6
PE	2600401	Água Preta	1	1	0	7
PE	2603454	Camaragibe	1	1	0	7
PE	2604106	Caruaru	0	1	0	0
PE	2607901	Jaboatão dos Guararapes	1	1	0	10
PE	2609204	Maraial	1	0	0	10
PE	2609600	Olinda	1	1	1	8
PE	2609709	Orobó	0	1	0	0
PE	2609907	Ouricuri	1	2	0	9
PE	2611101	Petrolina	1	1	0	5
PE	2611533	Quixaba	0	1	0	0
PE	2611606	Recife	0	0	1	0
PE	2612554	Santa Filomena	1	1	0	5
PE	2613602	São José do Egito	0	1	0	0
PE	2616407	Vitória de Santo Antão	0	1	0	0
PE	2616506	Xexéu	1	1	0	6
PI	2200400	Altos	0	2	0	0
PI	2201150	Baixa Grande do Ribeiro	1	1	0	5
PI	2203305	Demerval Lobão	0	1	0	0
PI	2203453	Dom Inocêncio	1	0	0	4
PI	2203420	Domingos Mourão	1	1	0	6
PI	2207702	Parnaíba	1	0	0	8
PI	2207900	Pedro II	1	1	0	6
PI	2208304	Piracuruca	1	1	0	7
PI	2210607	São Raimundo Nonato	0	1	0	0
PI	2211001	Teresina	0	0	0	1
PR	4106555	Corumbataí do Sul	0	0	0	1
PR	4107850	Flor da Serra do Sul	1	0	1	7
PR	4115705	Matinhos	2	1	0	15
PR	4116604	Nova América da Colina	1	1	0	9
PR	4116901	Nova Esperança	1	0	0	7
PR	4117503	Paiçandu	1	0	0	5
PR	4117602	Palmas	0	0	0	1
PR	4120804	Quatro Barras	1	1	0	8
RJ	3300100	Angra dos Reis	0	1	0	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RJ	3300456	Belford Roxo	1	0	0	15
RJ	3300605	Bom Jesus do Itabapoana	0	1	0	0
RJ	3300704	Cabo Frio	1	1	0	5
RJ	3301702	Duque de Caxias	0	1	0	0
RJ	3301876	Iguaba Grande	1	0	0	10
RJ	3301900	Itaboraí	2	0	0	13
RJ	3303401	Nova Friburgo	1	0	0	6
RJ	3303500	Nova Iguaçu	2	1	3	12
RJ	3305000	São João da Barra	1	0	0	9
RN	2402204	Canguaretama	1	1	0	5
RN	2403202	Doutor Severiano	1	1	0	7
RN	2403608	Extremoz	1	1	0	4
RN	2404200	Goianinha	1	1	0	6
RN	2404705	Ipanguaçu	1	1	0	7
RN	2404804	Ipueira	1	1	0	7
RN	2405009	Jaçanã	1	1	0	6
RN	2406106	Jucurutu	1	1	0	5
RN	2406205	Lagoa d'Anta	1	1	0	4
RN	2408003	Mossoró	0	0	0	1
RN	2408102	Natal	1	1	0	5
RN	2408300	Nova Cruz	3	4	0	21
RN	2411403	Santana do Matos	1	1	0	6
RN	2413003	São Vicente	1	2	0	5
RN	2414100	Tenente Ananias	1	1	0	3
RO	1100601	Cacaulândia	1	1	0	4
RO	1100114	Jaru	1	0	0	7
RO	1101468	Pimenteiras do Oeste	1	1	0	12
RR	1400209	Caracaraí	2	2	0	19
RR	1400282	Iracema	1	1	0	7
RR	1400472	Rorainópolis	1	0	0	5
RS	4301859	Barra do Guarita	1	1	0	8
RS	4304002	Campo Novo	1	0	0	7
RS	4305454	Cidreira	1	1	0	8
RS	4305702	Condor	1	0	0	5
RS	4306502	Dom Feliciano	1	0	0	4
RS	4307401	Esmeralda	0	1	0	0
RS	4307609	Estância Velha	0	0	0	0
RS	4309605	Horizontina	0	0	0	1
RS	4310900	Jacutinga	1	1	0	4
RS	4311155	Jóia	1	0	0	6
RS	4311809	Marau	1	1	0	6
RS	4312302	Miraguaí	1	1	0	6
RS	4313409	Novo Hamburgo	1	0	0	5
RS	4313656	Palmares do Sul	1	1	0	6
RS	4316907	Santa Maria	2	2	0	9
RS	4318507	São José do Norte	2	2	0	6
RS	4318804	São Lourenço do Sul	1	1	0	6
RS	4322533	Vale do Sol	1	1	0	7
SC	4200200	Agrolândia	0	0	0	0
SC	4200754	Alto Bela Vista	1	1	0	4
SC	4202404	Blumenau	1	0	1	2
SC	4202602	Bom Retiro	2	1	0	10
SC	4202800	Braço do Norte	1	1	0	7
SC	4203006	Caçador	1	0	0	6
SC	4204301	Concórdia	0	1	0	0
SC	4205456	Forquilhinha	2	2	0	10
SC	4207007	Içara	2	0	0	13
SC	4209409	Laguna	1	1	0	8
SC	4212007	Palma Sola	1	1	0	5
SC	4212205	Papanduva	1	1	0	10
SC	4215703	Santo Amaro da Imperatriz	1	1	0	6
SC	4216602	São José	1	0	0	6
SC	4218301	Três Barras	1	0	0	6
SC	4218509	Treze Tílias	1	1	0	7
SC	4219358	Vitor Meireles	1	0	0	7
SC	4219507	Xanxerê	1	0	0	7
SE	2804805	Nossa Senhora do Socorro	1	1	0	3
SE	2806305	Santa Luzia do Itanhy	1	1	0	5
SP	3504503	Avaré	1	1	0	7
SP	3509502	Campinas	1	1	0	3
SP	3514304	Dourado	1	0	0	4
SP	3519055	Holambra	1	1	0	6
SP	3522109	Itanhaém	1	0	0	7
SP	3522802	Itaporanga	2	0	0	13
SP	3527207	Lorena	1	1	0	5
SP	3529401	Mauá	0	1	0	0
SP	3531803	Monte Mor	1	1	0	7
SP	3542008	Quintana	1	1	0	7
SP	3550001	São Luís do Paraitinga	1	1	0	6
SP	3550308	São Paulo	4	0	1	24
SP	3552205	Sorocaba	1	0	0	6
SP	3552908	Taciba	1	1	0	8
SP	3554102	Taubaté	1	1	0	4
TO	1701903	Araguacema	1	1	0	6
TOTAL			316	237	29	2.304

PORTARIA Nº 583, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Institui o Conselho de Gestão de Documentos Digitais do Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Instituir o Conselho de Gestão de Documentos Digitais do Ministério da Saúde (CONGEDI), colegiado normativo e deliberativo, com a atribuição de elaborar a Política de Gestão de Documentos Digitais e Digitalizados, estabelecendo critérios de avaliação e uso de informações digitais, bem como de monitorar, aprovar e acompanhar projetos de mudança de suporte na abrangência da Administração Direta do Ministério da Saúde.

Art. 2º Ao CONGEDI caberá elaborar, implantar, fazer cumprir e atualizar a Política de Gestão de Documentos Digitais com objetivo de fortalecer a aplicação da metodologia de gestão de documentos em suporte impresso, eletrônico e/ou digital.

Art. 3º O CONGEDI tem por finalidade:

I - estabelecer normas e procedimentos para o gerenciamento de documentos digitais e digitalizados;

II - alinhar-se aos programas, projetos e iniciativas do governo federal relacionados a temas afins à Política de Gestão de Documentos Digitais do Ministério da Saúde;

III - acompanhar os avanços nas discussões do Registro Eletrônico em Saúde;

IV - acompanhar e orientar, de acordo com os critérios previstos nos programas de gestão arquivística de documentos, os levantamentos, os diagnósticos, a elaboração e a implantação de projetos de digitalização de documentos arquivísticos, no âmbito da Administração Direta do Ministério da Saúde;

V - garantir a efetividade da aplicação da metodologia de gestão de documentos arquivísticos no Ministério da Saúde;

VI - avaliar e emitir pareceres técnicos quanto à aquisição de quaisquer sistemas informatizados e softwares de gestão e de digitalização de documentos no âmbito da administração direta do Ministério da Saúde;

VII - avaliar e emitir pareceres técnicos quanto à aquisição de serviços, equipamentos e produtos de digitalização de documentos no âmbito da Administração Direta do Ministério da Saúde;

VIII - garantir a autenticidade, a disseminação, a preservação e a segurança dos documentos e das informações digitais e digitalizadas;

IX - realizar estudos e discussões com o objetivo de promover a manutenção e o aperfeiçoamento contínuo da infraestrutura tecnológica para a consecução dos objetivos estabelecidos na Política;

X - garantir e promover a aplicação de soluções tecnológicas para favorecer a implantação e a sustentabilidade dos projetos de digitalização de documentos, bem como a autenticidade e a preservação desses documentos no ambiente digital ao longo do seu ciclo de vida;

XI - assegurar a preservação dos documentos arquivísticos produzidos em suporte eletrônico pelos prazos de guarda estabelecidos na Tabela de Temporalidade instituída no Ministério da Saúde e aprovada pelo Arquivo Nacional; e

XII - assegurar o cumprimento das leis, normas, convenções e padronizações institucionais, nacionais e internacionais relativas à gestão de documentos digitais e digitalizados.

Parágrafo único. O CONGEDI poderá, sempre que necessário, solicitar pareceres de especialistas externos para validar projetos de alta complexidade, com ênfase nas atualizações tecnológicas, obedecidos os requisitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e observada a legislação vigente que impacte diretamente na implementação da Política de Documentos Digitais e Digitalizados do Ministério da Saúde.

Art. 4º O Conselho será constituído por um membro, titular e suplente, dos seguintes órgãos e áreas:

I - Consultoria Jurídica (CONJUR);

II - Gabinete da Secretaria-Executiva (SE);

III - Departamento de Informática do SUS (DATASUS);

IV - Coordenação-Geral de Documentação e Informação, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (CGDI/SAA)

V - Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro (DGHRJ);

VI - Instituto Nacional de Cardiologia (INC);

VII - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO);

VIII - Instituto Nacional de Câncer (INCA);

IX - Instituto Evandro Chagas (IEC); e

X - Centro Nacional de Primatas (CENP).

§ 1º Os membros, titulares e suplentes serão indicados à Coordenação do Conselho pelos dirigentes de seus respectivos órgãos e áreas, dentre os servidores que possuam conhecimento das necessidades do órgão e área, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria.

§ 2º As Unidades representadas deverão prover os meios e informações necessárias às atividades de participação no Comitê.

§ 3º Caberá à Coordenação-Geral de Documentação e Informação, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, a presidência do Conselho, que será substituída nos impedimentos pelo seu suplente ou por membro do colegiado, escolhido por critério a ser estabelecido no Regimento Interno previsto no artigo 8º desta Portaria.

Art. 5º O Conselho poderá convidar, sempre que necessário, servidores dos órgãos do Ministério da Saúde, de outros órgãos da Administração Pública Federal, de entidades não-governamentais, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema, cuja presença sejam consideradas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º O mandato dos conselheiros e suplentes será de quatro anos, exceto na primeira composição, na qual seis membros terão mandato de dois anos para assegurar a renovação parcial a cada dois anos.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Documentação e Informação caberá manter uma Secretaria Técnica para suporte especializado ao Conselho no recebimento e na especificação técnica de cada projeto de gestão de documentos digitais e digitalizados, bem como na rotina administrativa e preparatória às reuniões periódicas.

Art. 8º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 9º O Conselho elaborará seu Regimento Interno, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, submetendo-o à aprovação do Ministro de Estado da Saúde.

Art. 10. A partir da publicação desta Portaria o CONGEDI iniciará os procedimentos para elaboração da Política de Gestão de Documentos Digitais do MS, para posterior aprovação do Ministro de Estado da Saúde.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 584, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Define os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas - CEO.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Básica - Coordenação Nacional de Saúde Bucal, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços; e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 87, de 3 de março de 2011, que habilita Centros de Especialidades Odontológicas - CEO a receberem a antecipação dos incentivos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, pelos Municípios pleiteantes, implica, na devolução ao Fundo Nacional de Saúde dos recursos repassados.

Art. 2º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência em parcela única do recurso de antecipação do incentivo para o Fundo Estadual de Saúde e/ou Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8934 - Atenção Especializada em Saúde Bucal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2010.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO	INCENTIVOS (R$)
					CEO TIPO	IMPLANTAÇÃO
BA	2906303	Canavieiras	Canavieiras - 000777	Municipal	II	50.000,00
BA	2927408	Salvador	Salvador - 000778	Estadual	III	80.000,00
BA	2928604	Santo Amaro	Santo Amaro - 000779	Municipal	II	50.000,00
CE	2301703	Aurora	Aurora - 000780	Municipal	I	40.000,00
CE	2309201	Nova Olinda	Nova Olinda - 000781	Municipal	I	40.000,00
CE	2310704	Pentecoste	Pentecoste - 000782	Municipal	II	50.000,00
GO	5217401	Pires do Rio	Pires do Rio - 000783	Municipal	II	50.000,00
GO	5220207	São Miguel do Araguaia	São Miguel do Araguaia - 000784	Municipal	I	40.000,00
PA	1502905	Curuçá	Curuçá - 000785	Municipal	II	50.000,00
PB	2500403	Alagoa Nova	Alagoa Nova - 000786	Municipal	I	40.000,00
PB	2501302	Aroeiras	Aroeiras - 000787	Municipal	I	40.000,00
PB	2504355	Caturité	Caturité - 000788	Municipal	I	40.000,00
PB	2507507	João Pessoa	João Pessoa - 000789	Municipal	III	80.000,00
PB	2512002	Pocinhos	Pocinhos - 000790	Municipal	I	40.000,00
PE	2606804	Igarassu	Igarassu - 000791	Municipal	I	40.000,00
PE	2608453	Lagoa do Carro	Lagoa do Carro - 000792	Municipal	I	40.000,00
PE	2613206	São João	São João - 000793	Municipal	I	40.000,00
PR	4104808	Cascavel - UNIPAR	Cascavel - UNIPAR - 000794	Municipal	I	40.000,00
PR	4106506	Coronel Vivida	Coronel Vivida - 000795	Municipal	I	40.000,00
PR	4117107	Nova Londrina	Nova Londrina - 000796	Municipal	I	40.000,00
PR	4117701	Palmeira	Palmeira - 000797	Municipal	II	50.000,00
RJ	3300704	Cabo Frio	Cabo Frio - 000798	Municipal	II	50.000,00
RJ	3300951	Comendador Levy Gasparian	Comendador Levy Gasparian - 000799	Municipal	I	40.000,00
RJ	3304557	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro - 000800	Municipal	III	80.000,00
RS	4302105	Bento Gonçalves	Bento Gonçalves - 000801	Municipal	I	40.000,00
SP	3521309	Ipuã	Ipuã - 000802	Municipal	II	50.000,00
SP	3526407	Laranjal Paulista	Laranjal Paulista - 000803	Municipal	II	50.000,00
SP	3534302	Orlândia	Orlândia - 000804	Municipal	I	40.000,00
SP	3534609	Osvaldo Cruz	Osvaldo Cruz - 000805	Municipal	I	40.000,00

PORTARIA Nº 585, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Atualiza a relação dos Municípios e valores para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids no Estado do São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 2.313/GM/MS, de 19 de dezembro de 2002, que institui o incentivo para Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DST;

Considerando a Portaria n° 1.824/GM/MS, de 2 de setembro de 2004, que dispõe sobre as normas relativas aos recursos adicionais destinados a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, qualificados para o recebimento de incentivo para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids;

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

Considerando a Portaria Conjunta nº 01/SE/SVS/MS, de 11 de março de 2010, que define os valores anuais destinados ao Piso Fixo da Vigilância e Promoção à Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção à Saúde do Componente Vigilância e Promoção a Saúde de cada Estado; e

Considerando a decisão da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Atualizar a relação dos Municípios e valores, conforme o anexo a esta Portaria, para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids no Estado do São Paulo.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho:

UF	PT	Valor
SP	10.302.1444.20 AC 0035	2.343.600,00

Art. 4º Os recursos do Bloco de Vigilância em Saúde serão repassados de forma regular e automática do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em três parcelas anuais, nos meses de janeiro, maio e setembro, em conta específica, vetada sua utilização para outros fins não previstos na Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 5º Cessar os efeitos financeiros, a partir de abril de 2011, para os Municípios de São Paulo, constantes do Anexo à Portaria nº 2.322/GM/MS, de 6 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 40, de 7 de outubro de 2009, Seção 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir do 2º quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Valor/quadrimestre (em R$)	Valor/ano (em R$)
Americana	R$ 17.200,00	R$ 51.600,00
Bauru	R$ 9.600,00	R$ 28.800,00
Campinas	R$ 168.000,00	R$ 504.000,00
Carapicuíba	R$ 22.000,00	R$ 66.000,00
Guarantinguetá	R$ 25.200,00	R$ 75.600,00
Indaiatuba	R$ 19.600,00	R$ 58.800,00
Lagoinha	R$ 37.800,00	R$ 113.400,00
Mairiporã	R$ 48.000,00	R$ 144.000,00
Mogi Mirim	R$ 7.200,00	R$ 21.600,00
Osasco	R$ 90.400,00	R$ 271.200,00
Ribeirão Preto	R$ 32.000,00	R$ 96.000,00
Santo André	R$ 18.200,00	R$ 54.600,00
Santos	R$ 21.000,00	R$ 63.000,00
São Bernardo do Campo	R$ 44.800,00	R$ 134.400,00
São Carlos	R$ 12.800,00	R$ 38.400,00
São José do Campos	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00
São Paulo (Município)	R$ 143.400,00	R$ 430.200,00
Suzano	R$ 12.000,00	R$ 36.000,00
Tatuí	R$ 8.000,00	R$ 24.000,00
Tupã	R$ 4.000,00	R$ 12.000,00
Total	R$ 781.200,00	R$ 2.343.600,00

PORTARIA Nº 586, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Atualiza a relação dos Municípios e valores para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids no Estado do Espírito Santo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.313/ GM/MS de 19/12/2002, que institui o Incentivo para Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DST e as Portarias nº 1.680/GM/MS, de 13 de agosto de 2004 e 2.190 de 9 de novembro de 2005;

Considerando a Portaria nº 1.824, de 2 de setembro de 2004, que dispõe sobre as normas relativas aos recursos adicionais destinados a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, qualificados para o recebimento de incentivo para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids;

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

Considerando a Portaria Conjunta nº 01, de 11 de março de 2009, que define os valores anuais destinados ao Piso Fixo da Vigilância e Promoção à Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção à Saúde do Componente Vigilância e Promoção a Saúde de cada Estado, e;

Considerando a decisão da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Espírito Santo resolve:

Art. 1º Atualizar a relação dos Municípios e valores, conforme o Anexo a esta Portaria, para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho:

UF	PT	Valor
ES	10.302.1444.20 AC 0032	147.000,00

Art. 4º Os recursos do Bloco de Vigilância em Saúde serão repassados de forma regular e automática do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em três parcelas anuais, nos meses de janeiro, maio e setembro, em conta específica, vetada sua utilização para outros fins não previstos na Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 5º Cessar os efeitos financeiros, a partir do segundo quadrimestre de 2011, para os Municípios do Espírito Santo, constantes do Anexo da Portaria nº 2.451/GM, de 14 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 197, de 15 de outubro de 2009, Seção 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir do 2º quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Valor/ quadrimestre (em R$)	Valor/exercício 2011 (em R$)	Valor/anual (em R$)
Cachoeiro do Itapemerim	R$ 16.800,00	R$ 33.600,00	R$ 50.400,00
Linhares	R$ 16.800,00	R$ 33.600,00	R$ 50.400,00
Vitória	R$ 15.400,00	R$ 30.800,00	R$ 46.200,00
Total	R$ 49.000,00	R$ 98.000,00	R$ 147.000,00

PORTARIA Nº 587, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Atualiza a relação dos Municípios para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids no Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria/GM/MS n° 2.313 de 19 de dezembro de 2002 que institui o Incentivo para Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DST e as Portarias n° 1.680/GM/MS, de 13 de agosto de 2004 e n° 2.190 de 9 de novembro de 2005;

Considerando a Portaria 1.824, de 2 de setembro de 2004, que dispõe sobre as normas relativas aos recursos adicionais destinados a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, qualificados para o recebimento de incentivo para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids;

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

Considerando a Portaria Conjunta nº 1, de 11 de março de 2010, que define os valores anuais destinados ao Piso Fixo da Vigilância e Promoção à Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção à Saúde do Componente Vigilância e Promoção a Saúde de cada Estado; e

Considerando a decisão da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º Atualizar a relação dos Municípios e valores conforme o Anexo a esta Portaria, para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids no Estado do Paraná.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Determinar que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho:

UF	PT	VALOR
PR	10.302.1444.20 AC 0041	498.000,00

Art. 4º Os recursos do Bloco de Vigilância em Saúde serão repassados de forma regular e automátic,a do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em três parcelas anuais, nos meses de janeiro, maio e setembro, em conta específica, vetada sua utilização para outros fins não previstos na Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 5º Cessar os efeitos financeiros, a partir do segundo quadrimestre de 2011, para os Municípios do Paraná, constantes do Anexo da Portaria nº 1.356/GM, de 6 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 11 de junho de 2007, Seção 1, página 42.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir do 2º quadrimestre de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Município	Valor/quadrimestre (em R$)	Valor/exercício 2011 (em R$)	Valor/anual (em R$)
Apucarana	R$ 11.200,00	R$22.400,00	R$ 33.600,00
Campo Mourão	R$ 9.600,00	R$19.200,00	R$ 28.800,00
Curitiba	R$ 15.200,00	R$30.400,00	R$ 45.600,00
Foz do Iguaçu	R$ 13.600,00	R$27.200,00	R$ 40.800,00
Londrina	R$ 72.800,00	R$145.600,00	R$ 218.400,00
Ponta Grossa	R$ 5.600,00	R$11.200,00	R$ 16.800,00
Tarumã	R$ 30.800,00	R$61.600,00	R$ 92.400,00
Umuarama	R$ 7.200,00	R$14.400,00	R$ 21.600,00
Total	R$ 166.000,00	R$332.000,00	R$ 498.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 25 DE MARÇO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046580/2008-32

Operadora: Associação dos Funcionários do Espírito Santo - AFPES

Registro na ANS nº: 394271

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.007906/2007-25

Operadora: Associação Policial de Assistência à Saúde de Ribeirão Preto - APAS

Registro na ANS nº: 408794

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046608/2008-31

Operadora: Associação Protetora da Infância Província de São Paulo

Registro na ANS nº: 308421

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156832/2007-50

Operadora: CIME Cirurgia e Medicina S/C Ltda

Registro na ANS nº: 323349

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156868/2007-33

Operadora: Conferência São José do Avaí

Registro na ANS nº: 415192

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046784/2008-73

Operadora: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS

Registro na ANS nº: 306525

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046820/2008-07

Operadora: Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS

Registro na ANS nº: 315095

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157119/2007-23

Operadora: Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul

Registro na ANS nº: 363111

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046715/2008-60

Operadora: Porto Seguro - Seguro Saúde S/A

Registro na ANS nº: 306355

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157469/2007-90

Operadora: SERMED SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA

Registro na ANS nº: 342505

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157561/2007-50

Operadora: Unimed Alto Vale Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 372561

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.216058/2005-81

Operadora: Unimed Araguari Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 354325

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.232122/2002-29

Operadora: Unimed Barbacena Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 309087

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156734/2005-51

Operadora: Unimed de Barra Mansa Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Hospitalar

Registro na ANS nº: 330264

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso relativo a AIH 2738214930 (competência 10/2003) e pelo não conhecimento e não provimento do recurso, relativo às demais AIHs relacionadas no Voto n.º 045/2011/DIGES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 33902.157561/2007-66
Operadora: Unimed de Campo Grande/MS Cooperativa de Trabalhos Médicos
Registro na ANS nº: 312851
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.186197/2004-92
Operadora: Unimed Piracicaba Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos
Registro na ANS nº: 315729
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.047536/2008-40
Operadora: Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalhos Médico LTDA
Registro na ANS nº: 382876
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157767/2007-80
Operadora: Unimed Monte Carmelo Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 361712
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.095516/2004-51
Operadora: Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 354066
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 286ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 10 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157875/2007-52
Operadora: Unimed Viçosa Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 314587
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156641/2007-98
Operadora: AGEMED SAÚDE S/A
Registro na ANS nº: 339601
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.046545/2008-13
Operadora: ASSIMED - Assistência Médica Especializada de Ubá Ltda
Registro na ANS nº: 301906
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156691/2007-75
Operadora: Associação de Saúde dos Policiais e Bombeiros Militares do Espírito Santo
Registro na ANS nº: 357910
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.046623/2008-80
Operadora: Bensaúde Plano de Assistência Médica Hospitalar Ltda
Registro na ANS nº: 366561
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.046629/2008-57
Operadora: Brasil Saúde Companhia de Seguros
Registro na ANS nº: 005622
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156767/2007-62
Operadora: Caixa de Assistência da PREVIMINAS
Registro na ANS nº: 411817
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156811/2007-34
Operadora: Centro Clínico Canoas Ltda
Registro na ANS nº: 319996
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156823/2007-69
Operadora: Centro Médico Sapiranga Ltda
Registro na ANS nº: 306999
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.156834/2007-49
Operadora: Círculo Operário Caxiense
Registro na ANS nº: 310247
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.046886/2008-99
Operadora: Hospital Regional de Franca S/A
Registro na ANS nº: 309338
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157188/2007-37
Operadora: Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros
Registro na ANS nº: 363685
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157278/2007-28
Operadora: Multiclínica Serviços de Saúde Ltda
Registro na ANS nº: 354554

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157483/2007-93

Operadora: Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras ou Transmissoras ou Distribuidoras ou Afins de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande e Assistidos por Fundações de Seguridade Privada originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL

Registro na ANS nº: 382833

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157556/2007-47

Operadora: Unimed Alto da Serra Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda

Registro na ANS nº: 343684

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.009153/2004-40

Operadora: Unimed Caratinga Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 347736

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, referente as seguintes AIHS: 2552657096 (competência 02/2003); 2692279683 (competência 02/2003); 2693111510 (competência 04/2003) e 2694705794 (competência 04/2003); e pelo não conhecimento e não provimento das demais AIHS relacionadas no Voto n.º 216/2011/DIFIS/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157580/2007-86

Operadora: Unimed Caçador Cooperativa de Trabalho Médico da Região do Contestado

Registro na ANS nº: 346951

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047465/2008-85

Operadora: Unimed de Lins Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 354279

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157696/2007-15

Operadora: Unimed de São José do Rio Pardo Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 354619

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157711/2007-25

Operadora:Unimed Estado de São Paulo - Confederação Estadual das Cooperativas Médicas

Registro na ANS nº: 319996

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157754/2007-19

Operadora: Unimed Juiz de Fora Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 306886

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157673/2007-19

Operadora: Unimed de Maringá Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 371254

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047485/2008-56

Operadora: Unimed Pitangueiras Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 409995

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157853/2007-92

Operadora: Unimed Três Corações Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 359033

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157705/2007-78

Operadora: Unimed de Votuporanga Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 328073

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047267/2008-11

Operadora: União Saúde S/S Ltda

Registro na ANS nº: 314609

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 28 DE MARÇO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156799/2007-68

Operadora: Celulose Nipo Brasileira S/A

Registro na ANS nº: 339270

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156805/2007-87

Operadora: Centrais Elétricas do Pará S/A

Registro na ANS nº: 411132

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156818/2007-56

Operadora: Centro Hospitalar Atibaia Ltda

Registro na ANS nº: 350699

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156655/2007-10

Operadora: AMHPLA Cooperativa de Assistência Médica

Registro na ANS nº: 333221

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156702/2007-17

Operadora: Associação Dr Bartholomeu Tacchini

Registro na ANS nº: 342556

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.159237/2003-42

Operadora: Caixa de Assistência dos Empregados do BANEB

Registro na ANS nº: 315583

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156941/2007-77

Operadora: Empremed Assistência Médica Ltda

Registro na ANS nº: 367729

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157130/2007-93

Operadora: Hospital Maternidade Frei Galvão

Registro na ANS nº: 315681

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046893/2008-91

Operadora: IEAS - Instituto de Ensino e Assistência Social

Registro na ANS nº: 336084

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046904/2008-32

Operadora: IRB Brasil Resseguros S/A

Registro na ANS nº: 310786

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046915/2008-12

Operadora: Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Leme

Registro na ANS nº: 335762

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.294421/2005-08

Operadora: Plano de Saúde Ana Costa Ltda

Registro na ANS nº: 360244

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157322/2007-08

Operadora: Plano de Saúde ASES Ltda

Registro na ANS nº: 411582

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.280580/2005-17

Operadora: Plena Saúde S/C Ltda

Registro na ANS nº: 348830

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047224/2008-36

Operadora: SMS Assistência Médica Ltda

Registro na ANS nº: 311405

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157296/2007-18

Operadora: Unieste de Planos de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 354511

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157552/2007-69

Operadora: Unimed Agreste Meridional Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 312649

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157558/2007-36

Operadora: Unimed Alto Paranaíba Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 341819

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.298865/2005-12

Operadora: Unimed Caçapava Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 334154

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157549/2007-45

Operadora: Unimed Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda

Registro na ANS nº: 306398

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157759/2007-33

Operadora: Unimed Litoral Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Foz do Rio Itajaí Açu

Registro na ANS nº: 303356

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157690/2007-48

Operadora: Unimed de Registro Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 351776

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047776/2008-44

Operadora: Unimed Vale do Carangola Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 337561

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157876/2007-05

Operadora: Unimed Vilhena Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 342131

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 18 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.001616/2008-53	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art. 12, I, da Lei nº 9.656/98.)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

JAILTON AZEVEDO CANCIO

DECISÃO DE 24 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.005191/2009-32	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301311.	13.130.299/0001-40	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25772.005978/2009-02	CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA	416339.	07.966.459/0001-93	De fato, não se pode penalizar a autuada, pois, à época da contratação do plano, o aditamento contratual que alterou os percentuais dos reajustes por deslocamento de faixa etária já havia sido registrado em cartório.	Improcedência. Anulação do auto de infração nº 35529. Arquivamento.
25772.005315/2008-07	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Diante de todo o exposto, por não se enquadrar a conduta da operadora nos tipos de ilícitos administrativos previstos nas normas relativas à saúde suplementar	Improcedência. Anulação do auto de infração nº 35546. Arquivamento.
25772.002700/2008-94	MARFIMDENT PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	412937.	03.987.415/0001-99	obstruir, dificultar ou impedir, por qualquer meio, o exercício da atividade fiscalizadora da ANS. (Art. 20, §2º, da Lei 9656/98)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25772.006742/2009-85	UNIMED DE FEIRA DE SANTANA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	322261.	13.342.878/0001-57	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

JAILTON AZEVEDO CANCIO

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 42, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.009973/2009-36	UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	342084.	03.533.726/0001-88	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656).	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÚCLEO NO PARÁ

DECISÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Pará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 44, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.004713/2009-80	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Deixar de gar. cob. do proc.de Craniop. solic. em 15/04/09, ao ben.J.P.C.Infr.ao art.12, II da Lei 9656/98.	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Pará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 44, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.005184/2010-75	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de garantir cobertura e suspender unilaralmente contrato previstas, respectivamente nos art. 12 e 13 da Lei 9656 de 1998	160000 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

NÚCLEO NO PARANÁ

DECISÃO DE 21 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Paraná, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 46, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.009379/2010-74	NOSSA SAÚDE - OPERADORA PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA.	372609.	02.862.447/0001-03	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, (Art.12, II "e" da Lei 9.656)	96.000,00 (NOVENTA E SEIS MIL REAIS)
25782.005824/2010-27	UNICLINICAS PLANO DE SAÚDE LTDA	347744.	76.104.132/0001-25	deixar de garantir a cobertura assistencial obrigatória prevista em legislação.(art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98)	32000 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

CARLOS GABRIEL SURJUS

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Paraná, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 46, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.004833/2010-09	AGEMED SAÚDE S.A.	339601.	02.933.220/0001-01	Deixar de cumprir as normas relativas ¿a adoção e utilização dos mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde. (Art.1o § 1o, ¿d¿ da Lei 9.656 c/c Art.4º, I, b, CONSU 08)	18000 (DEZOITO MIL REAIS)

CARLOS GABRIEL SURJUS

DECISÃO DE 24 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Paraná, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 46, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.004505/2009-61	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Comerc. quaisquer dos prod. de que trata o inc.I e o § 1o da Lei 9656, de 1998, em condições oper. ou econô. diversas da reg. na ANS. Deixar de enviar infor. Obrig. à ANS relativas à benef.(art. 9º, inciso II da Lei 9656/98 c/c art. 20 da RN 85/2004, alterada pela RN 100/2005, e art. 20 da Lei 9656/98, c/c art. 7º da RN 88/2005)	68.000,00 (SESSENTA E OITO MIL REAIS)

CARLOS GABRIEL SURJUS

DECISÃO DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Paraná, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 46, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.002435/2010-40	PARANA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	315265.	82.353.079/0001-07	suspender a assistência à saúde ao consumidor, face a doenças ou lesões pre-existentes, em descumprimento ao parágrafo único do art. 11 da Lei 9656/98 e sua regulamentação posterior. (Art.11, parágrafo único, c/c Art.12, da Lei 9.656, c/c Art.7º da CONSU 02)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

CARLOS GABRIEL SURJUS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 16 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.223520/2008-40	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.11, caput, c/c Art.12, da Lei nº 9.656, c/c Art.2o, II CONSU 02)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 21 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.009876/2009-29	UNIAO ASSISTENCIA MEDICA LTDA	411302.	02.780.563/0001-75	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	32000 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25783.011352/2009-06	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incisos, do art. 17 da Lei 9656, de 1998. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	832419,69 (OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS)
25783.023776/2010-49	UNIMED REGIONAL MARINGÁ COOP.DE TRABALHO MÉDICO	371254.	76.767.219/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25783.001830/2009-61	ARCADA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.	415677.	04.143.881/0001-50	Não caracterizaçaõ de infraçaõ ao art. 8º c/c art. 2º da RN 85/04 alterado pela RN 100/05. Obtenção de autorização de funcionamento em 09/06/2009.	Improcedência. Anulação do auto de infração nº 30055. Arquivamento.

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.001655/2010-46	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	60000 (SESSENTA MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 23 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.001922/2010-85	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA.	412171.	03.516.381/0001-54	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	43000 (QUARENTA E TRES MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 24 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.010315/2010-14	EXCELSIOR MED LTDA.	411051.	03.517.055/0001-61	suspender ou denunciar de maneira unilateral os contratos com os consumidores, em desrespeito ao disposto nos incisos II e III do § único do art. 13 da Lei 9656, de 1998. (Art.13, parágrafo único, II da Lei 9.656)	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25783.021828/2010-42	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 25 DE MARÇO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.010326/2010-96	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	60000 (SESSENTA MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 23 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.041892/2009-56	UNIMED SAO JOSÉ DO RIO PRETO - COOP. DE TRABALHO MÉDICO	335100.	45.100.138/0001-09	Art.25, "caput" da Lei nº9.656/98, visto que descumprir o disposto na cláusula 3º, item 3.3.2 ao deixar de garantir cobertura para os materiais solicitados pelo médico L. C. A., CRM..., em 12/06/2009, para realização de cirurgia de tímpano mastoidectomia e correção de estenose (exostose) de canal auditivo externo de emergência do beneficiário (...).	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.069415/2010-99	UNIVERSAL SAUDE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	348520.	62.550.256/0001-20	Art.12, inc.I, alínea "b" da Lei nº 9.656/98, visto que deixou de garantir para a Sra. (...) a cobertura obrigatória, prevista em Lei, do procedimento de doppler colorido venoso de membros inferiores indicado pelo médico assistente L. F. L., CRM..., em novembro de 2010.	52800 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.045118/2009-14	FUNDAÇÃO WALDEMAR BARNSLEY PESSOA	319147.	56.893.209/0001-86	Art.25, "caput" da Lei nº 9.656/98, descumpriu o disposto na cláusula oitava - alínea "E" do contr. de prest. de serv. firmado com a Assoc. Comer. e Indus. de RP - Pleno ao não garantir cobertura para o exame anticorpo anti-endomísio para a beneficiária (...), realizado no Hospital São Francisco, em 23/06/2009.	R$48.000,00 QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.043748/2010-98	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Art.13. parágrafo único, inc.II da Lei nº 9.656/98, visto que de cancelou o contrato de plano de saúde da beneficiária R. C. E., em janeiro de 2010, sob alegação de inadimplemento da mensalidade de novembro de 2009, sem comprovação de prévio aviso.	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.053862/2010-26	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.13. parágrafo único, inciso II da Lei nº 9.656/98, cancelou o contrato de plano de saúde da beneficiária M. A. D., em 26 de fevereiro de 2010, sob alegação de atraso nas parcelas de janeiro a dezembro de 2009 superiores a 60 dias, além do inadimplemento da parcela de dezembro de 2009, sem comprovação de prévio aviso.	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.022500/2010-93	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Art.12, inc.II, alíneas "a" e "e" da Lei nº 9.656/98, deixou de garantir integralmente o procedimento previsto na RN 167/08, denominado histeroscopia cirúrgica com ressectoscópio, cobrando taxa de serviços hospitalares.	80000 (OITENTA MIL REAIS)

LUIZ PAULO FAGGIONI

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 21 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.006820/2009-01	POLICLÍNICA CENTRAL LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	350559.	92.766.641/0001-70	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	R$ 36.216,00 (TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E DEZESSEIS REAIS)
25785.008051/2009-77	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO	375918.	88.332.580/0001-65	reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incisos, do art. 17 da Lei 9656, de 1998. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	R$ 215.026,88 (DUZENTOS E QUINZE MIL, VINTE E SEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)

MARCELO ISSAO UTIME

DECISÃO DE 23 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.002520/2010-88	UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP.DE TRAB.MÉDICO LTDA	352501.	87.096.616/0001-96	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)
25785.010985/2009-79	UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	325571.	87.827.689/0001-00	Deixar de cumprir as normas relativas ¿a adoção e utilização dos mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde. (Art.1º, §1º, ¿d¿ da Lei 9.656 c/c Art.2º, III da CONSU 08)	R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

MARCELO ISSAO UTIME

DECISÃO DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.007953/2009-96	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 da Lei 9.656)	R$ 49.500,00 (QUARENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS REAIS)
25785.010780/2009-93	UNIMED REGIÃO DA FRONTEIRA - RS SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS LTDA	328375.	92.316.124/0001-07	atrasar, por prazo não superior a 30 dias ou encaminhar de forma incorreta as informações periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, excetuadas as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependen (Art.20, caput da Lei 9.656)	R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

MARCELO ISSAO UTIME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.012326/2009-37	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	1)Atrasar enc. das inf. ref. aos reaj. aplic. em 7/04 na mensalidade dos benef.; 2)enc. inf. ref. ao reaj. Apl. em 7/06, de forma div. da pratic.; 3)idem aplic. em 7/07; 4)deixar de enc. inf. sobre rev. da mensal.. 1)Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 7º da RN 74/04, 2)idem c/c art. 8º da RN 129/06, 3) idem c/c art. 13 da RN 156/07 e 4)idem c/c art. 15 da RN 171/08.	Advertência

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.010139/2008-98	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Rescindir contrat. indiv. da benef. J.M.N.A. fora das cond. prev. no art. 13, inciso II, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.018596/2009-51	HOSPITAL REGIONAL DE FRANCA S/A	309338.	68.392.604/0001-64	Deixar de cumprir as regras refs. à adoção e util. dos mecs. de regul.. Art. 1º, § 1º alín. d da Lei 9656/98 c/c art. 2º, VI da Resol. CONSU 8/98 c/c art. 4º, I alín. a da Resol. CONSU 8/98. Art. 1º, § 1º alín. d da Lei 9656/98.	Advertência.
25789.022609/2009-97	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de comun. à benef. L.J.D., p/ quais exam. e proced. hav. a neces. de troca de guia nos centros méd.. Art. 1º, § 1º alín. d da Lei 9.656 c/c art.4º, I, CONSU 08.	Auto de infração nº 32.631 anulado. Arquivamento.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.036259/2010-80	CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO	352331.	62.231.527/0001-84	Deixar de gar. à benef. MAM, as cob. p/ realiz. do proced. de Extensos Cicatrizes Excisão E Retalhos Cutâneos. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.020419/2009-35	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Deixar de gar. cob. p/ os honor. e mat. p/ a realiz. de Recons. de sulco gengivo- labial e Ressec. parcial de mand. p/ o benef. Y.B.C.L.. Art. 12, inc. II, alín. c e e c/c Art. 15, inc. III da RN 167/08, da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 29.692 anulado. Arquivamento.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.024804/2008-71	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Garantir cob. p/ mat. descart. utiliz. em cirur. pélv., curat. oncológ. e taxa de sala, p/ a benef. M.A.M.T.. Art. 12, inc. II, alín. e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.036915/2009-19	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ intern. ao benef. RAMC, sob aleg. de DLP, s/ seguir o rito legal. Art. 11, § ún., c/c art.12 inc.II, alín. a da Lei 9.656/98 c/c art. 16, §3º da RN 162/07.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.022653/2009-05	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.	400190.	02.282.844/0001-06	Deixar de gar. à benef. A.M.S. cob. integral p/ cirur. de facectomia. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	Auto de Infração nº 46.783 anulado.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.006612/2009-13	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar., ao benef. G.S.S., cob. p/ o exame de endoscopia digest. alta c/ intern. hosp.. Art. 12, inc. II, alín. d da Lei 9.656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 4 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.055361/2009-41	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	1)Não sol. aut. p/ a ANS, reduç. de sua rede hosp.,Art.17 § 4º da Lei 9.656/98. 2)Operar prods. em cond. oper. dif. da regis. na ANS. Art.8º da Lei 9.656/98 c/c art.13, anexII, item 6 da RN 85/04 alt. pela RN 100/05.3)Deixar de encam. à ANS infor. c/ rel. à sua rede de hosp. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art 1º e anexo III, item 4, da RN 56/03, alt. pela RN 95/05.	233.518,13 (DUZENTOS E TRINTA E TRES MIL, QUINHENTOS E DEZOITO REAIS E TREZE CENTAVOS)
25789.058651/2010-80	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Deixar de infor. a ANS o reaj. aplic. no plano colet., firm. c/ o estipul. J. A. de O. Vidros - ME. Art. 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c art. 14 da RN 171/08.	Advertência
25789.043370/2010-22	PLASAC PLANO DE SAÚDE LTDA	306444.	02.716.508/0001-16	Deixar de gar. p/ o benef. RT, o proced. bloqueio fenólico e/ou c/ toxina botulín. de pontos motores. Art. 12, inc. I, alín. b.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.061083/2010-02	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ consulta p/ especial. méd. de neurol. p/ o benef. AGC. Art. 12, inc. I, alín. a, da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 44.077 anulado por inexistência de infação. Arquivamento.
25789.005477/2010-72	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ ecocolonoscopia, à benef. A.M.. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 11 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.049843/2009-61	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cob. p/ o prof. instrum. cirúr. Art. 12, inc. II, alínea c da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.050681/2009-12	UNIMED DE SAO JOSE DOS CAMPOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Deixar de gar. cober. obrigat. p/ diver. procedims. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulam..	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.049769/2009-83	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de inf. a ANS o reaj. aplic. no plano colet. firm. c/ a estipul. Doorfigt Ind e Com Ltda Me. Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art. 14 da RN 171/08.	Advertência
25789.066624/2009-47	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Não solicitar aut. p/ esta ANS p/ reduzir a rede hosp., c/ a exclusão do Hosp. S. Lucas de Diadema. Artigo 17 § 4º da Lei 9.656/98.	60.694,74 (SESSENTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
25789.024688/2010-12	MED-TOUR ADM BEN EMPREE. S/C LTDA	328537.	00.453.863/0001-14	Reduzir a capac. da rede hosp. creden., s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º, da Lei 9656/98.	201.418,13 (DUZENTOS E UM MIL, QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS E TREZE CENTAVOS)
25789.008313/2008-82	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Operar prod. de forma div. da regis. na ANS. Arti. 19, da Lei 9.656/98.	Advertência
25789.054679/2009-12	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Recusar a partic. do consum. SMB em plano priv. de assist. à saúde. Art. 14, caput da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.009563/2009-11	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Descumprir cláus. contr., deixan. de gar. cob. p/ fixação dinâm. da col. Art. 25, da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.016969/2008-79	HBC SAÚDE S/C LTDA.	414352.	05.011.316/0001-00	Aplicar reaj. de 8,89%, por variação anual de custo, s/ aut. da ANS, no contr. do benef. F.A.P.. Art. 25 da Lei 9.656/98, c/c art. 4º, inc. XVII, da Lei 9.961/00. c/c art. 2º da RN 128/06.	44851,58 (QUARENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.024488/2009-18	UNIHOSP SAÚDE S.A.	385255.	01.445.199/0001-24	Recusar a partic. da consum. N. M. da S., em plano de saúde. Art. 14, caput da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.002014/2010-59	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. do proced. cirúr. p/ cor. de frat. dos ossos de antebraço, p/ o benef. J. R. N.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.054846/2010-51	PLASAC PLANO DE SAÚDE LTDA	306444.	02.716.508/0001-16	Exigir variação da contrapres. pecuni. por mud. de faixa et. em desac. c/ a regulam. da ANS. Art. 15 da Lei 9.656/98 c/c RN 63/03.	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 18 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.029894/2010-19	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Rescindir, unilater. e de forma diver. da determ. pela legis. vigen., o contr. firm. pela benef. GRA. Art. 13, § ún., da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.064276/2009-73	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Deixar de cumprir a cláus. 10.3 do contr. ao ñ gar. o reemb. p/ pulsoter. c/ Remicade p/ a benef., LD da S. Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.018899/2009-74	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar. cob. p/ intern. p/ a benef. E.V.S., p/ a realiz. de ressec. de cisto sinovial e explor. cirúr. de nervo no ombro dir.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.029742/2010-16	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Descumprir cláus. 2.5 do contr. firm. c/ o benef. T.K, ref. à Manometria Esofágica. Art. 25, caput, da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.064269/2009-71	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Deixar de cumprir a cláus. 7.2.3 do contr. ao ñ gar. o reemb. p/ pulsot. c/ Remicade p/ a benef. M.A.A.C. L.. Art. 25 da Lei 9656/98.	Auto de infração nº 49.163 anul. por RVE. Arquivamento
25789.042413/2010-52	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Deixar de gar.a cob. p/ tomo. comput. de tórax e cerv., p/ a benef., CHGs, sob a aleg. de DLP. Art. 11, caput, da Lei 9.656/98, c/c art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98, c/c art. 15 da RN 162, alt. pela RN 195 e RN 200.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.044889/2010-28	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar. cob. p/ o cintilog. p/ pesq. de refluxo gastro esofág., à benef. LO. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.060788/2010-02	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. p/ a benef. SAAC, cob. do proc. rizotomia percutânea. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98.	Auto de infr. nº 46874 anul. por impossib. de comprov.. Arquivamento.
25789.019499/2010-10	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Aplicar reaj. na mensal. do plano contrat. pela ABRACEM em desac. c/ a regulam. específ.. Art. 4º, inc. II, XIII e XVII da Lei 9.961/00 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 19 da RN 195/09.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25789.064261/2009-13	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Deixar de cumprir a cláus. 7.2.3 do contr. ao ñ gar. o reemb. p/ pulsot. com Remicade p/ a benef., MMP. Art. 25 da Lei 9656/98.	Auto de infr. nº 49.162 anul. por impossib. de comprov.. Arquivamento.
25789.021881/2010-93	SANTAMALIA SAÚDE S/A	339245.	61.922.845/0001-29	Deixar de gar. junta méd. ao benef. L.J.P e agendar a 3ª opinião méd. p/ prof. da rede própria da op.. Art. 1º, § 1º da Lei 9.656/98, c/c/ Art. 4º da Consu 08.	Advertência
25789.030185/2010-78	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de infor. à ANS os reaj. aplic. no plano colet. firm. c/ APAMS. Art. 20, caput, da Lei 9656/98, c/c art. 14 da RN 171/08.	Advertência

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.318, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2008, e a Portaria GM/MS n. 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial os art. 196, 197, 200, incisos I e II; considerando os arts. 4º e 6º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990; considerando os arts. 2º, 6º, inciso I, alínea "a", VII, §1º, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990; considerando o inciso VII do art. 2º e o inciso XXVI do art. 7º, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999; e, considerando os artigos 21, 22 e 23 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

Artigo 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo território nacional, de todas as propagandas que atribuam propriedades não estabelecidas pela Legislação Sanitária vigente, divulgadas em qualquer tipo de mídia, inclusive nos sites www.crvnatural.com.br, www.calcioosteodfin.com.br e www.shopexpress.com.br, Redes de televisões e Rádios, aos alimentos SUPER CÁLCIO D (suplemento de cálcio a base de concha de ostras e de vitamina D) e CALCIO OSTEO D FIN (suplemento mineral de cálcio a base de concha de ostra e de vitamina D em cápsulas), ambos dispensados de registro como Suplemento Vitamínico e ou Mineral, especialmente aquelas relacionadas ao uso desses alimentos para tratamento, prevenção e cura de osteoporose, artrite, artrose, com diminuição de dores pelo corpo, nas articulações e fraturas.

Artigo 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N.º 2.101, de 29 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 102, de 1º de junho de 2009, Seção 1 Pag. 64 e Suplemento Pags. 50 e 51.

Onde se lê:

EMPRESA: MK PHARMA LTDA.

ENDEREÇO: RUA MATEUS LEME 715

BAIRRO: SÃO LOURENÇO CEP: 80540230 - CURITIBA/PR

CNPJ: 68.786.235/0001-94

PROCESSO: 25351.248169/2009-15 AUTORIZ/MS: 0.59715.5

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/DIETÉTICOS/PERFUMES/

PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

Leia-se:

EMPRESA: MK PHARMA LTDA

ENDEREÇO: RUA MARECHAL MALLET, N° 767

BAIRRO: AHU CEP: 80540230 - CURITIBA/PR

CNPJ: 68.786.235/0001-94

PROCESSO: 25351.248169/2009-15 AUTORIZ/MS: 0.59715.5

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

Na Resolução - RE N.º 2.467, de 27 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 102, de 31 de maio de 2010, Seção 1 Pag. 56 e Suplemento Págs. 16 e 18.

Onde se lê:

EMPRESA: JOSÉ LUCAS DA SILVA

ENDEREÇO: DR. ADILSON RESENDE FACURE, N. 358

BAIRRO: BOA VISTA CEP: 38072300 - UBERABA/MG

CNPJ: 07.369.092/0001-20

PROCESSO: 25351.468847/2006-32 AUTORIZ/MS: 0.48089.0

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/

COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: JOSÉ LUCAS DA SILVA

ENDEREÇO: AV. THOMAS BAWDEN CAMARGOS, N° 312

BAIRRO: AMOROSO COSTA CEP: 38072400 - UBERABA/MG

CNPJ: 07.369.092/0001-20

PROCESSO: 25351.468847/2006-32 AUTORIZ/MS: 0.48089.0

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL:

Na Resolução - RE N.º 293, de 21 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 62 e Suplemento Págs. 135 e 136.

Onde se lê:

EMPRESA: AGNALDO FIORENTINI ME

ENDEREÇO: RODOVIA INDIO TIBIRIÇA, 2.806

BAIRRO: OURO FINO PAULISTA CEP: 09400000 - RIBEIRÃO PIRES/

SP

CNPJ: 08.027.800/0001-08

PROCESSO: 25351.790875/2010-10 AUTORIZ/MS: 0.73550.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: AGNALDO FIORENTINI - ME

ENDEREÇO: RODOVIA INDIO TIBIRIÇA, N° 2.689

BAIRRO: OURO FINO PAULISTA CEP: 09410000 - RIBEIRÃO PIRES/SP

CNPJ: 08.027.800/0001-08

PROCESSO: 25351.790875/2010-10 AUTORIZ/MS: 0.73550.1

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na Resolução - RE Nº- 3.351 de 15 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 136, de 19 de julho de 2010, Seção 1 Pag. 55 e Suplemento Pág. 43.

Onde se lê:

EMPRESA: UNIÃO FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA

ENDEREÇO: QE 40 R. 15 LT. 32 GUARA II POLO DE MODAS

BAIRRO: GUARA II CEP: 71070515 - GUARA/DF

CNPJ: 11.071.609/0001-78

PROCESSO: 25351.345966/2010-02 AUTORIZ/MS: 0.67227.4

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se:
EMPRESA: UNIAO FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA
ENDEREÇO: QE 40 R. 15 LT. 32 GUARA II POLO DE MODAS
BAIRRO: GUARA II CEP: 71070515 - GUARA/DF
CNPJ: 11.071.609/0001-78
PROCESSO: 25351.345966/2010-02 AUTORIZ/MS: 0.67227.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 3.785, de 12 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 156, de 16 de agosto de 2010, Seção 1 Pag. 57 e Suplemento Págs. 67 e 69.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA
ENDEREÇO: RUA ERNESTO NEUGBAUER, 1985
BAIRRO: HUMAITA CEP: 90250140 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 92.786.037/0062-27
PROCESSO: 25351.442169/2010-64 AUTORIZ/MS: 0.68157.9
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/
COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA
ENDEREÇO: RUA WASHINGTON LUIZ, N° 1110, LJ. 05
BAIRRO: CENTRO CEP: 90010460 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 92.786.037/0062-27
PROCESSO: 25351.442169/2010-64 AUTORIZ/MS: 0.68157.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 398, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 23, de 2 de fevereiro de 2011, Seção 1 Págs. 73 e 75.
Onde se lê:
EMPRESA: REDKVA E GONÇALVES LTDA
ENDEREÇO: R LEONARDO VALENTE HICZY, 582, SALA 02
BAIRRO: VILA PRIMAVERA CEP: 85050440 - GUARAPUAVA/
PR
CNPJ: 01.130.257/0001-20
PROCESSO: 25351.009028/2011-14 AUTORIZ/MS: 0.73844.7
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: REDKVA E GONÇALVES LTDA
ENDEREÇO: R LEONARDO VALENTE HICZY, 582, SALA 02
BAIRRO: VILA PRIMAVERA CEP: 85050440 - GUARAPUAVA/PR
CNPJ: 01.130.257/0001-20
PROCESSO: 25351.009028/2011-14 AUTORIZ/MS: 0.73844.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 400, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 23, de 2 de fevereiro de 2011, Seção 1 Pags. 83 e 88.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA DO FORTE LTDA
ENDEREÇO: RUA ENG GUILHERME J MONJARDIM VAREJAO
Nº 370 LOJA 2
BAIRRO: ENSEADA DAO SUÁ CEP: 29050260 - VITÓRIA/ES
CNPJ: 27.542.844/0001-10
PROCESSO: 25351.220047/2002-17 AUTORIZ/MS: 0.13669.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA DO FORTE LTDA
ENDEREÇO: AV.DOUTOR ROBERTO CALMON, 198
BAIRRO: CENTRO CEP: 29200340 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 27.542.844/0001-10
PROCESSO: 25351.220047/2002-17 AUTORIZ/MS: 0.13669.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na Resolução - RE N.º 4.412, de 22 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 185, de 27 de setembro de 2010, Seção 1 Pag. 41 e Suplemento Pág. 5.
Onde se lê:
EMPRESA: TONIAL & OLIVEIRA LTDA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA VIRGINIA FERREIRA, N.º 1.353- B
BAIRRO: FLAVIO GARCIA CEP: 79400000 - COXIM/MS
CNPJ: 10.299.122/0001-84
PROCESSO: 25351.752331/2008-04 AUTORIZ/MS: 0.57452.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA WAGNER LTDA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA VIRGINIA FERREIRA, N.º 1.353- B
BAIRRO: FLAVIO GARCIA CEP: 79400000 - COXIM/MS
CNPJ: 10.299.122/0001-84
PROCESSO: 25351.752331/2008-04 AUTORIZ/MS: 0.57452.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 483, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 26, de 7 de fevereiro de 2011, Seção 1 Pag. 75 e Suplemento Págs. 98 e 112.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA ASEF LTDA
ENDEREÇO: RUA BENEDITO QUINTINO Nº53
BAIRRO: CENTRO CEP: 36415000 - CONGONHAS/MG
CNPJ: 03.492.413/0001-29
PROCESSO: 25351.217394/2002-54 AUTORIZ/MS: 0.10893.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA TLJ LTDA
ENDEREÇO: RUA BENEDITO QUINTINO 53
BAIRRO: CENTRO CEP: 36415000 - CONGONHAS/MG
CNPJ: 03.492.413/0001-29
PROCESSO: 25351.217394/2002-54 AUTORIZ/MS: 0.10893.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na Resolução - RE N.º 4.895, de 29 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 210, de 3 de novembro de 2010, Seção 1 Pág. 13 e Suplemento Págs. 6 e 7.
Onde se lê:
EMPRESA: LUCIA HELENA D AVILA BERGAMASCHI
ENDEREÇO: AVENIDA FRANCISCO SCHWARTZ Nº147
BAIRRO: CENTRO CEP: 29645000 - SANTA MARIA DE JETIBÁ/
ES
CNPJ: 30.794.374/0001-97
PROCESSO: 25351.220718/2002-31 AUTORIZ/MS: 0.21922.7
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: L. L. DROGARIA SANTA MARIA LTDA - EPP
ENDEREÇO: AV. FRANCISCO SHWARTZ ,126
BAIRRO: CENTRO CEP: 29646000 - SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES
CNPJ: 30.794.374/0001-97
PROCESSO: 25351.220718/2002-31 AUTORIZ/MS: 0.21922.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na Resolução - RE N.º 5.169, de 12 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 218, de 16 de novembro de 2010, Seção 1 Pag. 37 e Suplemento Págs. 2 e 5.
Onde se lê:
EMPRESA: SILVA E SOUZA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA DA MATRIZ, N° 162
BAIRRO: CENTRO CEP: 55700000 - LIMOEIRO/PE
CNPJ: 07.615.973/0001-84
PROCESSO: 25351.104241/2006-71 AUTORIZ/MS: 0.45366.7
ATIVIDADE/ CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: SILVA E SILVESTRE LTDA ME
ENDEREÇO: RUA DA MATRIZ, N° 162
BAIRRO: CENTRO CEP: 55700000 - LIMOEIRO/PE
CNPJ: 07.615.973/0001-84
PROCESSO: 25351.104241/2006-71 AUTORIZ/MS: 0.45366.7
ATIVIDADE/CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL:-
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

Na Resolução - RE N.º 5.417, de 26 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 227, de 29 de novembro de 2010, Seção 1 Pag. 46 e Suplemento Pág. 31.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA MADRID DE AUSTIN LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE LUIZ DA SILVA Nº 48 LOJA
BAIRRO: AUSTIN CEP: 26000000 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 02.843.289/0001-36
PROCESSO: 25351.223859/2002-14 AUTORIZ/MS: 0.38221.7
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA MADRID DE AUSTIN LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE LUIZ DA SILVA Nº 48 LOJA
BAIRRO: AUSTIN CEP: 26000000 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 02.843.289/0001-36
PROCESSO: 25351.223859/2002-14 AUTORIZ/MS: 0.38221.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na Resolução - RE N.º 5.726, de 10 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 237, de 13 de dezembro de 2010, Seção 1 Pag. 39 e Suplemento Págs. 8 e 9.
Onde se lê:
EMPRESA: ONOFRE PAULINO SOUTO
ENDEREÇO: PRAÇA JOSE PEDRO EPIPHÂNIO Nº 117
BAIRRO: CENTRO CEP: 35794000 - FELIXLÂNDIA/MG
CNPJ: 20.465.795/0001-10
PROCESSO: 25351.031422/2003-29 AUTORIZ/MS: 0.39590.8
ATIVIDADE/ CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: ONOFRE PAULINO SOUTO
ENDEREÇO: PRAÇA JOSE PEDRO EPIPHÂNIO Nº 117
BAIRRO: CENTRO CEP: 35794000 - FELIXLÂNDIA/MG
CNPJ: 20.465.795/0001-10
PROCESSO: 25351.031422/2003-29 AUTORIZ/MS: 0.39590.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Na Resolução - RE N.º 5.856, de 17 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 242, de 20 de dezembro de 2010, Seção 1 Pag. 752 e Suplemento Págs. 11 e 18.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA CAPILÉ LTDA

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 1808 LOJA 106

BAIRRO: centro CEP: 9326000 - ESTAÇÃO/RS

CNPJ: 92.786.037/0127-07

PROCESSO: 25351.740557/2010-76 AUTORIZ/MS: 0.72359.6

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA CAPILÉ LTDA

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 1808 LOJA 106

BAIRRO: CENTRO CEP: 93260003 - ESTEIO/RS

CNPJ: 92.786.037/0127-07

PROCESSO: 25351.740557/2010-76 AUTORIZ/MS: 0.72359.6

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 5.858, de 17 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 242, de 20 de dezembro de 2010, Seção 1 Pags. 752 e 753 e Suplemento Pags. 21 e 41.

Onde se lê:

EMPRESA: NALLIN FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO LTDA ME

ENDEREÇO: RUA DOUTOR AGUIAR PUPO, Nº 30

BAIRRO: CENTRO CEP: 13250290 - ITATIBA/SP

CNPJ: 03.249.721/0001-28

PROCESSO: 25351.212792/2002-84 AUTORIZ/MS: 0.13591.9

ATIVIDADE/ CLASSE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: NALLIN FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO LTDA ME

ENDEREÇO: RUA DOUTOR AGUIAR PUPO, Nº 30

BAIRRO: CENTRO CEP: 13250290 - ITATIBA/SP

CNPJ: 03.249.721/0001-28

PROCESSO: 25351.212792/2002-84 AUTORIZ/MS: 0.13591.9

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na Resolução - RE N.º 712, de 25 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 39, de 1º de março de 2010, Seção 1 Pag. 69 e Suplemento Pág. 13.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA

ENDEREÇO: JULIO DE CASTILHOS 1898

BAIRRO: CENTRO CEP: 95010003 - CAXIAS DO SUL/RS

CNPJ: 92.786.037/0037-16

PROCESSO: 25351.070423/2010-07 AUTORIZ/MS: 0.64910.3

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/ COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA

ENDEREÇO: RUA ELPIDIO PEREIRA DA SILVA, N° 1420

BAIRRO: SERRANO CEP: 95059730 - CAXIAS DO SUL/RS

CNPJ: 92.786.037/0037-16

PROCESSO: 25351.070423/2010-07 AUTORIZ/MS: 0.64910.3

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União n° 59, de 28 de março de 2011, Seção 1 e pág. 94

Onde se lê:

"DIRETORIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS"

Leia-se:

"GERENCIA-GERAL DE PORTOS

AEROPORTOS FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS"

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 437, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Décima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de março de 2011, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando as ações já preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue, definindo de forma bastante clara nas atribuições das 3 esferas de governo, promovendo na organização dos serviços de atenção e na sistematização das ações de controle do vetor, educação e mobilização social;

Considerando que o SUS tem como principais responsabilidades no enfrentamento da dengue a coordenação das ações de controle do vetor, a vigilância epidemiológica e a adequada assistência às pessoas afetadas pela doença e que a epidemia deve ser enfrentada por todas as áreas de governo, como uma política de Estado e com o envolvimento consciente da população; e

Considerando que, apesar das tecnologias disponíveis para o controle, nas duas últimas décadas a dengue tem se mostrado um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, Resolve:

Que as ações intersetoriais de saneamento básico (notadamente do acesso regular à água), a ocupação ordenada do espaço urbano e rural, a adequação do acondicionamento, coleta e destino do lixo e a manutenção e articulação das ações intersetoriais de controle dos vetores sejam prioritários no controle da dengue no Brasil e tratadas com prioridade no Plano Nacional de Saúde e PPA 2012/2015.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 437, de 17 de março de 2011, nos termos do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Décima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de março de 2011, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando que o Sistema Único de Saúde (SUS) é, reconhecidamente, uma das maiores conquistas do povo brasileiro nos últimos 22 anos, por revelar-se a política pública mais includente desde a promulgação da Constituição em 1988, na qual todo cidadão e toda cidadã brasileiros/as tem direito à atenção à saúde;

Considerando que apesar dos grandes avanços do SUS, os desafios (financiamento, universalização, modelo institucional do SUS, atenção à saúde do SUS, gestão do trabalho no SUS e participação social) a superar são muitos e complexos;

Considerando que o aprimoramento na gestão, no controle social e no financiamento são preocupações permanentes de todos os envolvidos diretamente com a construção do sistema de saúde, tornando-se temas constantes em todas as discussões das instâncias gestoras;

Considerando que a garantia da universalidade e integralidade não pode sofrer diante das restrições orçamentárias e financeiras e ainda a necessidade de alocar recursos de forma equânime em um país de tantas desigualdades sociais e regionais como um desafio para os gestores;

Considerando que os investimentos em saúde crescem pressionados pela transição demográfica e epidemiológica, incorporação tecnológica, expansão das estruturas e das práticas médicas e investimento em saúde no Brasil;

Considerando a redução da participação do governo federal nesses investimentos, entre 1980 e 1990 a União era responsável por mais de 70% do gasto público com saúde, em 2000 estava em torno de 58,6% e em 2008 essa participação caiu para 43,5%, ou seja, a participação dos Estados e dos Municípios no financiamento da saúde cresceu, consideravelmente, nos últimos anos; e

Considerando que o subfinanciamento tem sido uma das principais razões para ainda não termos superado o desafio de garantir a todos o acesso aos serviços e as ações de saúde no Brasil, resolve:

Convidar e mobilizar todas as forças políticas que compõem a sociedade brasileira para encontrar alternativas que propiciem:

- investir melhor os recursos que temos e garantir aumento de recursos para viabilizar o Pacto para Saúde. O Pacto em Defesa do SUS;
- ampliar e diversificar possíveis fontes de financiamento mediante destinação do orçamento da Seguridade Social sem incidência da DRU;
- debater alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à saúde;
- articular a regulamentação da EC nº 29/2000 e aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária com urgência; e
- promover um financiamento estável, suficiente e o fim da ineficiência dos investimentos em saúde.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 438, de 17 de março de 2011, nos termos do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dez, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se no Setor de Autarquia Sul - SAUS, Quadra 01, Bloco H, 5º Andar, Brasília/DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Justiça, da Defesa, dos Transportes, da Educação e da Saúde, sob a presidência do senhor Alfredo Peres da Silva, Presidente do CONTRAN, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quorum regulamentar, a reunião foi aberta pelo senhor Presidente. ASSUNTOS GERAIS: 1) Leitura, discussão, deliberação e aprovação da Ata da 96ª Reunião Ordinária. 2)Registrou-se a presença do Inspetor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal- DPRF Pedro de Souza da Silva. 3) O Presidente deu conhecimento ao Conselho que encontra-se em tramitação deliberações que alteram Resoluções do CONTRAN, que ainda não foram analisadas pela Coordenação Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF e pela CONJUR/CIDADES, são elas: 1ª) Processo nº 80000.056853/2010, altera o artigo 2º da Resolução CONTRAN 341, que cria a Autorização Especifica AE para veículos e/ou combinações de veículos equipados com tanques que apresentem excesso de até 5%; 2ª) Processo 80000.033161/2008-74, nova redação ao artigo 11 da Resolução CONTRAN nº 326/09; 3ª) Processo 80000.045310/2010-72, nova redação ao parágrafo 2º do artigo 3º e a alínea b do anexo IV da Resolução 356/2010, que estabelece requisitos mínimos de segurança para o transporte remunerado de passageiros (mototáxi) e de cargas (motofrete) em motocicleta e motoneta; 4ª) Processo nº 80000.033846/2010, acessibilidade em veículos de transporte coletivo de passageiros. ORDEM DO DIA: 1) Processo: 08659.001.007/2006-10; Interessado: Alberto Durek Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 601 /2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 2) Processo: 08653.003.656/2006-13; Interessado: Ione Maria Lopes Moreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 602 /2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 3) Processo: 08660.000.519/08-91; Interessado: Alessandro Mambrini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 603 /2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 4) Processo: 08666.012.665/2007-29; Interessado: Edenilson Nogath; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 604 /2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 5) Processo: 08660.004.157/2008-58; Interessado: Lourival Antenor de Melo Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 605 /2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 6) Processo: 08660.015.413/07-10; Interessado: Lhonir Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

606/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 7) Processo: 08660.007.900/08-81; Interessado: Daniel Chies; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 607/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 8)Processo: 08660.000.637/08-08; Interessado: Nestor Muller; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 608/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 9) Processo: 08660.014.981/07; Interessado: Fautos Pires Martins Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 609/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo provimento. Mantendo a penalidade. 10) Processo: 08660.014.097/2007-51; Interessado: Luis Antonio Appel Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 610/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 11) Processo: 08660.010.181/2006-14; Interessado: Salomão do Amaral Martins; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 611/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 12) Processo: 08659.018.634/2003; Interessado: Adilson Silveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 612/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 13) Processo: 08660.011.247/2006-93; Interessado: Andre Luis Lenzi Gatti; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 613/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 14) Processo: 08666.009.146/05-11; Interessado: Fernanda Puccini Vieira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 614/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 15) Processo: 08667.001.530/2006-47; Interessado: Fabio de Oliveira Lorenço; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 615/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 16) Processo: 08660.009.741/2006-98; Interessado: Djalma Gonçalves Requião; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 616/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 17) Processo: 08659.006.043/2006-70; Interessado: PIMEP- Batalhão de Policia; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 617/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo provimento. Mantendo a penalidade. 18) Processo: 50609.001.614/07-12; Interessado: Antonio Borges da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 618/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 19) Processo: 50604.004.143/2007-44; Interessado: Maria de Lourdes Nery Almeida; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 619/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 20) Processo: 50609.001.821/2007-77; Interessado: Claudia da S. Figueiredo Rolim; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 620/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 21) Processo: 50609.002.972/2007-42; Interessado: Maria Dalzita Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 621/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 22) Processo: 50617.001.821/2005-14; Interessado: Derivaldo Vaz Curado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 622/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 23) Processo: 50609.001.083/07-68; Interessado: Sadriani Agdee M R Laino; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 623/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 24) Processo: 50609.002.206/07-88; Interessado: Luiz Sebastião Tissi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 624/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo provimento. Mantendo a penalidade. 25) Processo: 50600.004.180/2005-21; Interessado: Comercial de Verduras Tucano Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transporte contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 625/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo provimento. Mantendo a penalidade. 26) Processo: 50606.015.177/2004-00; Interessado: Corpo de Bombeiros Voluntários de Caratinga; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transporte contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 626/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 27) Processo: 50604.001.344/2007-90; Interessado: Lourival Albino da Cruz; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transporte contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 627/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 28) Processo: 50604.001.506/2004-47; Interessado: Ageu Gomes da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transporte contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 628/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 29) Processo: 50604.007.482/2003-59; Interessado: Matheus Guimarães Antunes; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transporte contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 629/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. 30) Processo: 50606.009.863/05-14; Interessado: Guido Pantuza; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Infra Estrutura de Transporte contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª UNIT; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após apresentação do Parecer 630/2010, foi aprovada a unanimidade decidindo pelo não provimento. Mantendo o cancelamento. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente

RUI CÉSAR DA SILVEIRA BARBOSA
Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes

ESMERALDO MALHEIROS SANTOS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 65, DE 3 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.019614/2003, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de outubro de 2003, a permissão outorgada originalmente à Rádio Transrio Ltda., pela Portaria nº 191, de 20 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1983, alterada sua denominação social para SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA, pela Portaria nº 110, de 21 de junho de 1989, renovada pela Portaria nº 146 de 10 de março de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo n° 118 de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 66, DE 3 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.047802/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de novembro de 2007, a permissão outorgada à RÁDIO FM VALE DO PIRACICABA LTDA., pela Portaria nº 277, de 23 de novembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1987, renovada pela Portaria nº 1.019, de 20 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de agosto de 2002, referendada pelo Decreto Legislativo n° 613, de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de João Monlevade , Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 74, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.064578/2010, resolve:

Autorizar a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, executante dos Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Campinas, Estado de São Paulo, canal 2 (dois), por meio da Portaria MC nº 346, de 09 de dezembro de 1998, a substituir a geradora cedente da sua programação, que passará a ser REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 9 (nove), no município de Araraquara, Estado de São Paulo.

A autorização dar-se-á em caráter excepcional, vigorando até que se ultime a análise da consulta pública nos termos da Portaria nº 768, de 24 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 subsequente.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 1.645, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.026933/2010. Expede autorização à MVF.NET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTÍMIDIA LTDA. ME, CNPJ/MF no 08.980.797/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.646, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.026171/2010. Expede autorização à RENATO L. SILVA TELECOMUNICAÇÕES ME, CNPJ/MF no 11.712.810/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o Estado do Espírito Santo.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.647, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.027410/2010. Expede autorização à CARDOSO-NET INTERNET E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF no 11.228.932/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.648, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.030475/2010. Expede autorização à MARCOS B DE MOURA E CIA LTDA., CNPJ/MF no 11.656.967/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 1.649, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.026930/2010. Expede autorização à GOLDTEC SANTA FÉ LTDA. - ME, CNPJ/MF no 12.067.599/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.667, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.028804/2010. Expede autorização à WEBMAC INFORMÁTICA LTDA. ME, CNPJ/MF no 04.198.595/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.668, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.030305/2010. Expede autorização à JET LINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF no 11.470.816/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.690, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.020131/2010. Expede autorização à NATEL TELECOM LTDA. ME, CNPJ/MF no 40.847.352/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço a região Nordeste.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.698, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53504.026881/2009. Expede autorização à ACENT TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME., CNPJ/MF no 09.572.141/0001-53, para explorar o Serviço Limitado Especializado, tendo como finalidade a locação de equipamentos portáteis, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional. Expede autorização de uso das radiofreqüências à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 23 de fevereiro de 2011

Processo n.º 53542.000781/2009
Nº 1.519 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO n.º 53542.000781/2009, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião n.º 595, realizada em 3 de fevereiro de 2011, reformar a decisão contida no Ato 6.250 de 29 de outubro de 2010, pelas razões e fundamentos constantes da Análise n.º 57/2011-GCER, de 27 de janeiro de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para a entidade abaixo listada.

Nome	CNP	Fistel
0001.CORAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	01.092.071/0001-24	50003979164

Em 15 de março de 2011

Processo nº 53542.004281/2008
Nº 2.045 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53542.004281/2008, instaurado em desfavor de entidades prestadoras do Serviço Radioamador inadimplentes junto ao Fistel, após cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 596, realizada em 10 de fevereiro de 2011, reformar parcialmente o Ato nº 6.277, de 30 de outubro de 2009, para afastar a sanção de caducidade aplicada à entidade ALAIR JOSE ALVES, CPF nº 276.523.271-72 e FISTEL nº 50002416301 em razão da quitação dos débitos objeto do presente feito, e arquivar seu processo, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 82/2011-GCER, de 4 de fevereiro de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHO DO GERENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.007809/2008	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAICAIA	Piracaia/SP	45.279.627/0001-61	2175,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	09/08/2010
53504.013246/2010	CARMEN LÚCIA PEREIRA LAZARINI FERNANDES	Pindaminhangaba/SP	054.120.918-30	4350,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	30/06/2010
53504.020578/2006	JOÃO MANUEL DA SILVA ASCENÇÃO	São Paulo/SP	813.018.478-87	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	15/09/2010
53504.004918/2005	MARCOS DAS DORES SILVA	São Vicente/SP	084.997.178-08	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	03/07/2008
53504.009656/2009	AMAZON PC INDÚSTRIE E COMÉRCIO DE MICROCOMPUTADORES LTDA	São Paulo/SP	01.614.079/0001-03	1000,00	Artigo 55, inciso IV, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	05/10/2010
53504.024228/2009	E.P. DE CAMARGO COMUNICAÇÃO - ME	Sumaré/SP	07.501.012/0001-49	11011,20	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	13/01/2010
53504.002700/2009	FERNANDO LUIZ ALVES	Cajati/SP	037.248.399-28	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	25/11/2010
53504.006712/2010	DARIO DOS SANTOS NUNES	São Paulo/SP	292.953.218-12	665,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 4º do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	11/05/2010
53504.014025/2008	SUELY APARECIDO DE OLIVEIRA GUIMARÃES	Santa Bárbara d'Oeste/SP	264.842.018-54	6850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	21/06/2010
53504.029510/2008	JOSÉ VALMIR DE LIMA	Francisco Morato/SP	042.142.718-31	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	21/05/2010
53504.025455/2008	JOSÉ EURÍPEDES CLAUDINO	Birigui/SP	004.128.818-10	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/05/2010
53504.008039/2005	GLECI APARECIDA STUBER	Peruíbe/SP	109.840.158-17	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	18/08/2008
53504.014293/2008	ALINE SANTOS DE JESUS	Taboão da Serra/SP	400.514.458-67	2580,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/06/2010
53504.020116/2009	VANDERLEI FERRAZ DA SILVA	São José do Rio Preto/SP	096.133.248-44	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	25/06/2010
53504.002827/2003	RENATO DE PAULA SOUZA	São Paulo/SP	294.532.148-33	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigos 79 e 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	17/10/2006
53504.031220/2008	ROSALINA MARQUES GUIDO	Sertãozinho/SP	216.424.738-80	404,00	Item 9.4 e 10.1 da Norma 13/97 e artigos 26, § 8º, e 53 do Regulamento aprovado pela Resolução 259/2001	10/09/2010
53504.006544/2010	HERCÍLIO FRANCISCO DA SILVA	Capão Bonito/SP	037.381.178-06	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	29/06/2010
53504.001699/2009	JOSÉ ANTUNES PONTES	Registro/SP	073.213.438-20	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	25/11/2010
53504.022377/2010	SAMUEL DE OLIVEIRA EVANGELISTA	São Paulo/SP	325.501.98-61	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	23/11/2010
53504.014121/2010	SEMPRELIGADO TELECOM E INFORMÁTICA LTDA - ME	Itanhaém/SP	07.533.597/0001-89	3000,00	Artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e artigo 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98	24/11/2010
53504.021681/2010	ANDRÉ LUIZ BARBOSA DE FREITAS	Barretos/SP	304.461.748-07	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	23/11/2010
53504.002189/2009	MAURO LUIZ CERATO	Cajati/SP	403.026.529-49	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	25/11/2010
53504.001899/2009	SADIR RODRIGUES DA SILVA	Registro/SP	578.788.039-00	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	25/11/2010
53504.009655/2009	APPLE COMPUTER BRASIL LTDA	São Paulo/SP	00.623.904/0001-73	12960,00	Artigos 39 e 55, inciso IV, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	12/11/2010

EVERALDO GOMES FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 1.825, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Processo nº 53500.017237/10. FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA PADRE VICTOR - RADCOM - Três Pontas/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 5.764, DE 6 DE SETEMBRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 194, inciso XI, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e no artigo 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 07 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n.º 477, de 7 de agosto de 2007, no Plano Geral de Metas de Qualidade, aprovado pela Resolução n.º 317, de 27 de setembro de 2002, e no Regulamento de Indicadores de Qualidade, aprovado pela Resolução n.º 335, de 17 de abril de 2003,

CONSIDERANDO a análise do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO n.º 53508.010168/2008, resolve:

Art. 1.º Aplicar à CLARO S.A, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a pena de multa, com fundamento no artigo 173, II, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, no artigo 2º, V, 4º, II, 7º e 8º, § 3º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, anexo à Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, fixando-se seu valor base em 4.895,54 (quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos), referente à infração aos parágrafos 3º e 4º do artigo 15 do no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n.º 477, de 7 de agosto de 2007.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor na data da notificação da interessada.

DIRCEU BARAVIERA
Interino

ATO Nº 6.274, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 194, inciso XI, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei n.º 9.472, LGT, de 16 de julho de 1997, e no artigo 16, inciso XI, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 07 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO o disposto nas cláusulas 5.2 e 10.1, incisos I e III do Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal - SMP, que dispõem, respectivamente, sobre a obrigatoriedade de cumprimento das metas de qualidade fixadas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o SMP - PGMQ-SMP, aprovado pela Resolução n.º 317, de 27 de setembro de 2002, e sobre as prerrogativas da Anatel em acompanhar e fiscalizar a exploração do serviço visando ao atendimento da regulamentação e aplicar penalidades;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução 477, de 7 de agosto de 2007, especialmente no artigo 113;

CONSIDERANDO o disposto no PGMQ-SMP, especialmente nos artigos 1º, 18 e inciso I do artigo 19, bem como o disposto no Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução n.º 335, de 17 de abril de 2003, especialmente nos artigos 1º, 3º e 26;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, especialmente nos artigos n.º 4º, 5º, 7º, 13 e 21;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) nº 53500.016192/2009, instaurado para averiguar o descumprimento de obrigações relacionadas ao PGMQ-SMP por parte da prestadora UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., especialmente o Informe nº 402/2010-PVCPA/PVCPR/PVCP, de 19/07/2010, parte integrante desta decisão, resolve:

Art. 1º. Aplicar à prestadora UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ 05.958.690/0001-00, que não alcançou as metas de qualidade estabelecidas, em descumprimento ao disposto na regulamentação aplicável ao setor, a pena de MULTA, no valor de R$ 992,54 (novecentos e noventa e dois reais e cinqüenta e quatro centavos), prevista no art. 173, II, da LGT, na Cláusula 13.2, do Termo de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal e nos artigos aplicáveis do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Art. 2º. Notificar as partes do teor deste ATO.

DIRCEU BARAVIERA
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 18, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com a alteração introduzida pela Portaria n° 711, de 13 de novembro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000725/2000, e, em especial, da Informação nº 40/2011/CORAT/GTPO/SCE, de 31 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a alteração dos quadros societário e diretivo realizada pela BEIRA RIO FM PRESIDENTE EPITÁCIO S/C LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, na localidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, ficando seus quadros societário e diretivo constituídos da forma que consta nesta Portaria.

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 513, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.008271/2010 Aplicar à Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Cambará/PR, a pena de multa no valor de R$ 1.197,28, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/98 c/c o inciso XV do artigo 40 do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 614, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.012520/2010 Aplicar à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Teresina/PI, a pena de multa no valor de R$ 5.239,41, com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "c" do artigo 38 do CBT.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 628, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.032516/2009 Aplicar à Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Couto de Magalhães/TO, a pena de multa no valor de R$ 783,67, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto nos artigos 16, parte final e 18 da Lei nº 9.612/98 e no inciso XII do artigo 40 do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 662, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.020164/2010 Aplicar à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Orlândia/SP, a pena de multa no valor de R$ 3.134,69, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/98, nos incisos XV, XVII e XIX do artigo 40 do RSRadCom e nos itens 19.1 e 19.3 da Norma Complementar nº01/04.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 20 DE SETEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 399 - Processo n.º 53000.005453/2010. Aplicar à Associação Comunitária Cultural Recreativa e Social Bauru Centro Leste, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Bauru/SP, a pena de multa no valor de R$ 1.567,34, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/98 e nos incisos XV e XVII do artigo 40 do RSRadCom.

Nº 404 - Processo n.º 53000.001383/2010. Aplicar à Associação Cultural Comunitária Cidade das Rosas, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Cotia/SP, a pena de multa no valor de R$ 979,59, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/98 e no inciso XV do artigo 40 do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 671- Processo n.º 53000.032686/2009. Aplicar à Rádio Educadora FM de Porteirinha Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Nova Porteirinha/MG, a pena de multa no valor de R$ 2.873,46, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT c/c alínea "f" do item 12 do artigo 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

Nº 672- Processo n.º 53000.011882/2009. Aplicar à Rádio Metropolitana Paulista Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Mogi das Cruzes/SP, a pena de multa no valor de R$ 20.688,94, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT.

Nº 673- Processo n.º 53000.034359/2009. Aplicar à Rádio Metropolitana Paulista Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Mogi das Cruzes/SP, a pena de multa no valor de R$ 36.205,65, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT.

Nº 674 - Processo n.º 53000.026524/2009. Aplicar à Rádio Metropolitana Paulista Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Mogi das Cruzes/SP, a pena de multa no valor de R$ 31.033,42, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT.

Nº 675- Processo n.º 53000.025364/2009. Aplicar à Rádio Educadora Rio Doce Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Governador Valadares/MG, a pena de multa no valor de R$ 3.448,16, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT.

Nº 676 - Processo n.º 53000.000908/2010. Aplicar à Rádio Jornal de São Paulo Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Araraquara/SP, a pena de multa no valor de R$ 5.418,53, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nª 684 - Processo n.º 53000.007780/2009. Aplicar à Sociedade de Teleeducação Comunitária Cultural de São Caetano , executante do serviço especial de repetição e de retransmissão de televisão, no município de São Caetano do Sul/SP, a pena de multa no valor de R$ 520,62, com fundamento no inciso V do artigo 45 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, por contrariar o disposto no artigo 31 do referido Regulamento.

Nª 686 - Processo n.º 53000.009195/2009. Aplicar à Radiodifusão e TV Caxias Limitada, executante do serviço de retransmissão de televisão, no município de Caxias/MA, a pena de multa no valor de R$ 1.197,28, com fundamento no caput do artigo 45 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, por contrariar o disposto no artigo 31 do referido Regulamento.

Nª 690 - Processo n.º 53000.001690/2008. Aplicar à Sistema Imperial de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Marechal Deodoro/AL, a pena de multa no valor de R$ 674,88, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT c/c a letra "f" do item 12 do artigo 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

Nª 691 - Processo n.º 53000.040144/2009. Aplicar à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte de Virginópolis, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Virginópolis/MG, a pena de multa no valor de R$ 1.763,26, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto nos artigos 16, parte final e 18 da Lei nº 9.612/98 c/c os incisos XII e XV do artigo 40 do RSRadCom.

Nª 692 - Processo n.º 53000.031318/2009. Aplicar à Associação Beneficente e Comunitária de Dona Euzébia, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Dona Euzébia/MG, a pena de multa no valor de R$ 1.763,26, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto nos artigos 16, parte final e 18 da Lei nº 9.612/98 e nos incisos XII e XV do artigo 40 do RSRadCom.

Nª 693 - Processo n.º 53000.001626/2010. Aplicar à Associação Comunitária Caraguatatuba, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Caraguatatuba/SP, a pena de multa no valor de R$ 3.112,92, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto nos incisos XII, XV e XXIX do artigo 40 do RSRadCom.

Nª 696 - Processo n.º 53000.004394/2009. Aplicar à Rádio Metropolitana Paulista Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Mogi das Cruzes/SP, a pena de multa no valor de R$ 1.542,57, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto na alínea "e" do artigo 38 do CBT.

Nª 700 - Processo n.º 53000.039311/2009. Aplicar à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Naviraí/MS, a pena de multa no valor de R$ 979,59, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do RSRadCom.

Nª 701 - Processo n.º 53000.058863/2009. Aplicar à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Cruzeiro/SP, a pena de multa no valor de R$ 979,59, com fundamento no caput do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/98 e no inciso XV do artigo 40 do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nª 179, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a empresa Usina Eldorado S.A. a ampliar a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Eldorado, localizada no Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.002062/2004-67, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Usina Eldorado S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.620.523/0002-35, localizada na Fazenda São Pedro, parte, Rodovia MS-145, km 49, ao lado direito no sentido de Ipezal para Deodápolis, Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, a ampliar a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Eldorado em 12.000 kW, utilizando Bagaço de Cana-de-Açúcar como combustível, passando a ser constituída por duas Unidades Motogeradoras a Diesel de 509,6 kW, cada uma, e uma Unidade Geradora de 12.000 kW, utilizando Bagaço de Cana-de-Açúcar como combustível, outorgadas pela Resolução ANEEL nº 353, de 13 de outubro de 2004, e uma Unidade Geradora de 12.000 kW, utilizando Bagaço de Cana-de-Açúcar como combustível, totalizando 25.019 kW de capacidade instalada e 8.300 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 21º51'52" S e 54º1'9" W, no Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada utilizar o Sistema de Transmissão de interesse restrito definido no Despacho ANEEL nº 2.308, de 25 de junho de 2009, e promover as adequações que se façam necessárias em virtude da ampliação de potência de que trata esta Portaria, por sua exclusiva responsabilidade e ônus.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - ampliar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) conclusão da Montagem Eletromecânica da 4ª Unidade Geradora: até 10 de abril de 2011;

b) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 15 de abril de 2011; e

c) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 1º de maio de 2011;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.494.331,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e trinta e um reais), que vigorará até três meses após o início da operação da Unidade Geradora da UTE Eldorado;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital, por um prazo de quinze anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a ampliação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE Eldorado, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória ANEEL n° 1.113, de 15/03/2011, constante do Processo n° 48500.005885/2010-17, publicado no DO nº 57, de 24/03/2011, Seção 1, página 96, onde se lê: "... da Resolução Homologatória nº 1.101, de 17 de dezembro de 2011...", leia-se: "...da Resolução Homologatória nº 1.101, de 17 de dezembro de 2010...".

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de março de 2011

Nª 1.361 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelas Portarias ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no inciso I do art. 2º da Resolução Normativa nº 323, de 8 de julho de 2008, e o que consta do Processo nº 48500.006693/2010-10, resolve: I - homologar os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR resultantes do 8º Leilão de Energia Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, conforme Tabela a seguir; II - determinar que os contratos que lastreiam o suprimento dos CCEAR em questão sejam monitorados pela CCEE pelo prazo total do suprimento dos CCEAR ora homologados.

CCEAR nº	Produto	Vendedor	Submercado	Comprador	Total de energia contratada por CCEAR (MWh)	Preço de venda (1) (R$/MWh)	Receita fixa anual (1) (R$/ano)
7167	2010-Q05	CHESF	Nordeste	AES Sul	332.029,125	99,50	-
7168				CEEE Distribuidora	380.102,006		
7169				Eletropaulo	33.973,055		
7170				RGE	261.847,814		
7171		ELETRONORTE	Norte	AES Sul	866.162,945	99,00	-
7172				CEEE Distribuidora	991.570,449		
7173				Eletropaulo	88.625,355		
7174				RGE	683.081,251		
7175	2010-D05	COSAN	Sudeste/ Centro-Oeste	AES Sul	14.436,050	-	728.306,00
7176				CEEE Distribuidora	16.526,175		
7177				Eletropaulo	1.477,089		
7178				RGE	11.384,686		

(1) Preços de venda e receita fixa anual referenciados à data de realização do leilão.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de março de 2011

Nª 1.358 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL -SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta no Processo 48500.005894/2010-08, e considerando o recurso interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A - COPEL-GT, resolve: - manter a decisão constante no Auto de Infração nº 006/2011-SFE, qual seja, a aplicação da penalidade de advertência e multa no valor de R$ 223.707,14 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e sete reais e quatorze centavos), adotando como fundamento, aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração, com fulcro no disposto no art. 34 da Resolução Normativa nº 63/2004. Para efeitos de recolhimento da multa devem ser observadas as disposições do art. 24, parágrafo único, e art. 25 da Resolução Normativa nº 63/2004.

JOSÉ ASSAD THOMÉ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de março de 2011

Nª 1.369 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em exercício, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 1.046, de 09 de setembro de 2008, e pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005102/2006-58, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG1 de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José localizada no rio Ijuí, nos Municípios de Salvador das Missões e Rolador, Estado do Rio Grande do Sul, concedida à empresa Ijuí Energia S.A., por meio do Contrato de Concessão nº 006/2006-MME-UHE São José, de 15 de agosto de 2006, para início da operação comercial a partir do dia 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível ao sistema

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de março de 2011

Nº 1.359 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9/09/2008, considerando o disposto no inciso XIII, do art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, acrescido pela Lei nº 10.438, de 26/04/2002, nos arts. 2º, 6º, 12, 14, 24 e 27 da Resolução Normativa nº 334, de 21/10/2008, alterada com Resolução Normativa nº 423, de 14/12/2010, na Resolução Normativa nº 338, de 25/11/2008, nos Atos/Contratos constantes na Nota Técnica nº 093/2011-SFF/ANEEL, de 16/03/2011 e o que consta do Processo n° 48500.006545/2010-03, resolve: I - anuir às minutas dos 1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre as partes relacionadas Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA e outras (contratantes) e Energias do Brasil S.A. - EDP (contratada), para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.002930/2011-00, com vigência até 07/12/2011; II - ressalvar que: (i) as distribuidoras e a transmissora deverão disponibilizar em arquivo para fiscalização a posteriori da ANEEL as cópias dos instrumentos contratuais devidamente assinados; (ii) devem ser observados os procedimentos previstos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e demais repercussões relativas ao processo tarifário das concessionárias, bem como das disposições contidas na legislação e normas regulatórias vigentes; (iii) as distribuidoras implementem controles internos que avaliem periodicamente a redução de custos derivados da contratação, a qual deverá ser revertida para a modicidade tarifária, nos termos da REN nº 338/2008 e (iv) as contratantes observem as estimativas dos gastos informados em sua inicial e limites dos gastos da contratação original, e III - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.360 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, art. 3º, da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, incluída na Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, na Resolução n° 334, de 21 de outubro de 2008, nos Contratos de Concessão nºs 088/2000, 043/2001, 042/2001, 083/2002, 085/2002, 007/2004, 006/2006, 011/2008 e 025/2009 e o que consta no processo n° 48500.006829/2006-61, resolve: I - anuir com a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa anuído pelo Despacho nº. 742, de 02 de março de 2009, firmado entre as concessionárias ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A, Empresa Paranaense de Energia S.A. (ETEP), Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A (EATE), Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.(ERTE), Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE), STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A., Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. e ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A., prorrogando sua vigência até 09/07/2011, devendo as partes observarem a preservação da individualidade das concessões com autonomia e manutenção de acervo técnico para cada concessionária, bem como a necessidade de controles internos que permitam avaliar os custos e critérios pertinentes em futuras fiscalizações; II - ressaltar que as concessionárias devem observar os dispositivos legais referentes à matéria, sendo de exclusiva responsabilidade das mesmas a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custos inerentes à operação; III - ressalvar que a presente anuência não implica reconhecimento, pela ANEEL, dos valores decorrentes, os quais, para fins tarifários, estarão sujeitos à metodologia própria; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de março de 2011

Nº 1.362 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007012/2010-31, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Iratim, no trecho entre o remanso da PCH Foz do Estrela e o canal de fuga da PCH Faxinal dos Santos, respeitando os níveis operacionais das PCHs Engenho Velho, Catanduva, Vista Alegre e Paiol Grande, aprovado pelo Despacho nº 671, de 31/10/2002, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 04/11/2002, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 02/12/2010 pela empresa HP Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.245.902/0001-62, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 28/03/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado. III - Informar que o registro ativo não gera direito de exclusividade para o desenvolvimento dos referidos estudos. IV - Comunicar que na hipótese de recebimento de mais de um pedido de realização dos estudos de inventário, a seleção para aprovação destes estudos será realizada nos termos da Resolução nº 398, de 21 de setembro de 2001.

Nº 1.363 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução nº. 393, de 04 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta dos Processos dos nºs 48500.000039/2007-17, 48500.003907/2007-09, 48500.003861/2007-10 e 48500.001151/2007-01, resolve: I - Selecionar, para fins de aprovação, pela aplicação dos critérios de seleção estabelecidos pela Resolução nº. 398/2001, de 21 de setembro de 2001, a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Chapecó, no trecho compreendido entre as cotas 835m e 757m, localizado na sub-bacia 73, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, apresentados pela empresa M. Guandalin e Cia. Ltda.

Nº 1.364 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006408/2010-61, resolve: I - Revogar o Despacho nº 3.947, de 17 de dezembro de 2010, que efetivou como ativo o registro para desenvolver os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Refugiado, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a manifestação da empresa ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.536.066/0001-54, da desistência em continuar elaborando o aludido estudo. II - Informar que a empresa ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda. poderá retirar as informações porventura apresentadas, concernentes ao referido estudo.

Nº 1.365 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004726/2009-53, resolve: I - Revogar o Despacho nº 3.026, de 13 de agosto de 2009, que efetivou como ativo o registro para desenvolver os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio São Benedito, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Pará, tendo em vista a manifestação da empresa Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.663.142/0001-03, da desistência em continuar elaborando o aludido estudo. II - Informar que a empresa Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A. poderá retirar as informações porventura apresentadas, concernentes ao referido estudo.

Nº 1.366 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e no artigo 17 da Resolução ANEEL n° 393, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.002458/2009-35, resolve: I - Aceitar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Preto, afluente do rio Paraibuna, no trecho delimitado entre nascente e o remanso do reservatório da PCH Santa Rosa I, localizado na sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico, trecho Leste, nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, apresentados pelas empresas PCE Power Empreendimentos de Geração de Energia Ltda. e Eletroboc Consultoria Ltda., inscritas no CNPJ sob os nºs 10.379.917/0001-00 e 07.088.816/0001-68, respectivamente. II - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo curso d'água que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 1.367 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e o que consta do Processo nº 48500.001679/2007-44, resolve: I - Reconsiderar a decisão proferida pelo Despacho nº 1.015, de 03 de março de 2011, conforme argumentos expostos na Nota Técnica nº 94/2011-SGH/ANEEL. II - Revogar o Despacho n° 1.015/2011. III - Restaurar os efeitos dos Despachos nº 1.339/2007 e 2.013/2008, referentes à efetivação do registro como ativo e ao aceite técnico dos estudos, respectivamente.

Nº 1.368 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e nos artigos 10 e 11 da Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006405/2010-27, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Gavião, com potência estimada nos estudos de inventário de 22 MW, localizada no rio Carinhanha, sub-bacia 45, bacia hidrográfica do rio São Francisco, nos Estados de Minas Gerais e Bahia, às coordenadas 14º34'00" de Latitude Sul e 44º51'15" de Longitude Oeste, para fins de análise, apresentado pela empresa Minas PCH S.A., inscrita no CNPJ sob o no 07.895.905/0001-16.

ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 28 de março de 2011

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 376	FBS PRODUTOS QUIMICOS LTDA - CNPJ nº 54.765.615/0001-38						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48620.000138/2011 - 07	FBS GEARING	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	ENGRENAGENS ABERTAS, CREMALHEIRAS, COROAS CORRENTES	3688
	48620.000140/2011 - 78	FBS 180 GLA	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	CUBOS DE RODA, JUNTAS HOMOCINÉTICAS, MANCAIS PLANOS E DE ROLAMENTOS, ROLETES DE BAIXA ROTAÇÃO, GUIAS, EIXOS, FUSOS EM TRATORES, COLHIETADEIRAS, DEBULHADEIRAS.	3686
	48620.000136/2011 - 18	FBS KOPPER 133	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	MONTAGENS E CONTATOS, CHAVES ELÉTRICAS COM GRANDE CONDUTIBILIDADE	3690

PROIBIDA POR LEI

	48620.000134/2011 - 11	FBS 190 GS	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	MÁQUINAS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA, FRIGORÍFICOS, ABATEDOUROS, LATICÍNIOS, BEBIDAS E TAMBÉM USO NÁUTICO.	3691
	48620.000139/2011 - 43	FBS GEARING	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	ENGRENAGENS ABERTAS, CREMALHEIRAS, COROAS, CORRENTES	3687
	48620.000141/2011 - 12	FBS 222	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	MANCAIS E ROLAMENTOS EM INDÚSTRIAS DE CIMENTO, VIDRO, SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS, CERÂMICA, FRIGORÍFICA E FUNDIÇÕES.	3685
	48620.000135/2011 - 65	FBS RD 33	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	FURADEIRAS, ESMERILHADEIRAS, LIXADEIRAS, ROÇADEIRAS	3692
	48620.000137/2011 - 54	FBS 205	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SUJEITOS A ALTAS CARGAS E ALTAS TEMPERATURAS, ESPECIALMENTE OS CONTAMINADOS COM POEIRA, GASES VAPORES OU LÍQUIDOS ALCALINOS, COMO ESTUDAS INDUSTRIAIS.	3689
Nº 377	HENKEL LTDA. - CNPJ nº 02.777.131/0001-05						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000364/2011 - 18	DELTACAST CT-3	NLGI NA	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE GRANULADO A BASE DE ESTEARATO DE ZINCO E GRAFITE, PARA PROTEÇÃO SUPERIOR DA CABEÇA DO PISTÃO E DA CÂMARA EM PROCESSOS DE FUNDIÇÃO SOB PRESSÃO.	3682
	48600.000362/2011 - 29	DTI 8100-A POST LUBE	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE USADO NA FABRICAÇÃO DE LATAS DE ALUMÍNIO	13189
	48600.000365/2011 - 62	KOLLAGFETT MR 6	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA DE CÁLCIO COM GRAFITE, PARA PROTEÇÃO SUPERIOR DA CABEÇA DO PISTÃO E DA CÂMARA EM PROCESSOS DE FUNDIÇÃO SOB PRESSÃO.	3683
	48600.000360/2011 - 30	DRAWCO 927 KW BR	ISO 220	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA DEFORMAÇÃO DE METAIS	13188
	48600.000367/2011 - 51	SILVER GRADE ANTI-SEIZE STICK	NLGI 6	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA A BASE DE ALUMÍNIO E GRAFITE, COM CARACTERÍSTICAS ANTICORROSIVA, ANTI-ENGRIPANTE, USADA EM: EXTRUSORAS, FORJADURAS, TROCADORES DE CALOR, PLUGUES, DOBRADIÇAS, MOTORES A JATO E TURBINAS INDUSTRIAIS.	3680
	48600.000361/2011 - 84	DTI 330C COOLANT	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE USADO NA FABRICAÇÃO DE LATAS DE ALUMÍNIO	13187
	48600.000366/2011 - 15	EDELGUSS B	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA MINERAL GRAFITADA. LUBRIFICANTE PARA PROTEÇÃO SUPERIOR DA CABEÇA DO PISTÃO E DA CÂMARA EM PROCESSOS DE FUNDIÇÃO SOB PRESSÃO.	3681
Nº 378	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS LTDA - CNPJ nº 77.575.330/0001-30						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000443/2011 - 29	CHASSIS LUBE AZUL	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DAS ARTICULAÇÕES DE CHASSIS DE CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS, TRATORES, MOTOCICLETAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MANCAIS DE DESLIZAMENTO E EQUIPAMENTOS QUE REQUEREM UMA GRAXA COM ESTAS CARACTERÍSTICAS	3684
Nº 379	SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000428/2011 - 81	SHELL GADUS S1 A150	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS DE VEÍCULOS	3660
	48600.000431/2011 - 02	SHELL GADUS S2 U1000D	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3661
	48600.000430/2011 - 50	SHELL GADUS S3 REPAIR	NLGI 00	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3662
	48600.000429/2011 - 25	SHELL GADUS S3 T460	NLGI 1/2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE MANCAIS INDUSTRIAIS SUJEITOS A ALTAS TEMPERATURAS.	3659
Nº 380	UPS INTERNACIONAL INDÚSTRIA LTDA. - CNPJ nº 03.138.579/0001-41						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000375/2011 - 06	LUBGREASE BHU 22	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA A BASE DE SABÃO DE BÁRIO	3673
	48600.000384/2011 - 99	INTERSYNTH BHT 83	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SINTÉTICA DE LÍTIO	3675
	48600.000383/2011 - 44	INTERSYNTH BHN 84	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SINTÉTICA P/ IND. TÊXTIL	3674
	48600.000373/2011 - 17	LUBGREASE BHT 82	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA DE SABÃO LÍTIO	3668
	48600.000378/2011 - 31	INTERSYNTH FBX 43	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SINTÉTICA DE GRAU ALIMENTÍCIO	3665
	48600.000388/2011 - 77	BIOGREASE 42	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SEMI-SINTÉTICA A BASE DE COMPLEXO DE ALUMÍNIO.	3679
	48600.000370/2011 - 75	POLITEK G 500	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SEMISINTÉTICA A BASE DE POLIUREIA	3663
	48600.000381/2011 - 55	LUBGREASE 200	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA A BASE DE BENTONE, SEM PONTO DE GOTA.	3678
	48600.000380/2011 - 19	INTERTHERM BHT 21 SP	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA A BASE DE POLIUREIA	3677
	48600.000382/2011 - 08	LUBGREASE ASP HYT	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA DE COBRE PARA ALTAS TEMPERATURAS	3672
	48600.000369/2011 - 41	VED LUB - 555	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA VEDANTE A BASE DE SÍLICA	3671
	48600.000371/2011 - 10	LUBGREASE WR 407	NLGI 00	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SEMIFLUIDA A BASE DE BENTONE E BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO	3670
	48600.000372/2011 - 64	LUBGREASE BXU 62	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA A BASE DE SULFONATO DE CÁLCIO	3669
	48600.000385/2011 - 33	INTERSYNTH BHT 34	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SINTÉTICA P/ IND. ALIMENTÍCIA.	3676
	48600.000376/2011 - 42	LUBGREASE BX 82	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO	3667
	48600.000377/2011 - 97	LUBGREASE ASP WYT	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SINTÉTICA A BASE DE BENTONE PARA ALTAS TEMPERATURAS	3666
	48600.000386/2011 - 88	INTERSYNTH BHN 24	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA SINTÉTICA A BASE DE SABÃO DE BÁRIO	3664
Nº 381	WHIRLPOOL S/A - CNPJ nº 59.105.999/0057-30						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000434/2011 - 38	EMKARATE RLH PLUS	ISO 5	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTA PARA COMPRESSORES HERMÉTICOS DE REFRIGERAÇÃO	13186

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Aprova *o Roteiro Técnico para elaboração do Projeto de Caracterização Crenoterápica de que trata o item 5.4.4 da Norma Técnica nº 001/2009, aprovada pela Portaria nº 374, de 1º de outubro de 2009.*

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência que lhe confere o art. 17, I, VIII e IX, da Estrutura Regimental do DNPM, aprovada pelo Decreto nº 7.092, de 2 de fevereiro de 2010, resolve:

Art.1º Fica aprovado, na forma do anexo único desta Portaria, o Roteiro Técnico para elaboração do Projeto de Caracterização Crenoterápica para águas minerais com propriedades terapêuticas utilizadas em complexos hidrominerais ou hidrotermais de que trata o item 5.4.4 da Norma Técnica nº 001/2009, aprovada pela Portaria nº 374, de 1º de outubro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

ANEXO

ROTEIRO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CARACTERIZAÇÃO CRENOTERÁPICA

I- Procedência do recurso mineral (surgência / poço tubular).

II- Procedência (local).

III- Responsável pela surgência/poço tubular (empresa ou proprietário).

IV- Classificação e características do recurso mineral.

V- Justificativas e relevância.

VI- Objetivos:

1- Caracterizar os principais elementos minerais contidos na água em estudo e relacionar suas ações benéficas no organismo humano.

2- Fornecer informações científicas relativas à composição química, físico-química e microbiológica do recurso mineral para fins de racionalização de uso frente ao público consumidor.

3- Possibilitar a Classificação do Recurso Mineral com base no Código de Águas Minerais e legislação correlata.

VII- Aspectos das propriedades terapêuticas do recurso mineral. Ações no organismo humano.

VIII- Técnicas de aproveitamento do recurso mineral estudado. Procedimentos balneoterápicos utilizados (banhos, duchas, jatos, inalação, etc.).

IX- Indicações e contra-indicações balneoterápicas do(s) recurso(s) em estudo. Reações anormais (reação e crise termal). Mecanismos de produção.

X- Manual orientativo para os usuários (banhos, duchas, saunas, inalação, hidropismo, piscinas, etc.). Referências bibliográficas.

XI- Bibliografia geral.

XII- Índice geral.

XIII- Equipe técnica responsável pelo projeto: (nomes endereços, contatos, formação e qualificação profissional, registro no Conselho Profissional de Classe), incluindo a obrigatoriedade de pelo menos um profissional médico.

PORTARIA Nº 128, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Altera a Portaria *DNPM nº 387, de 19 de setembro de 2008, publicada no DOU de 23 de setembro de 2008.*

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência que lhe confere o art. 17, I, VIII e IX, da Estrutura Regimental do DNPM, aprovada pelo Decreto nº 7.092, de 2 de fevereiro de 2010,

Considerando que a identificação da data de validade do garrafão-plástico retornável (10 e 20 litros) registrada, também, em formato adequado, e na parte superior do garrafão, facilita o entendimento e a visualização do usuário-consumidor de água mineral e potável de mesa;

Considerando que se faz necessária incluir a comprovação da certificação da fabricação dos garrafões retornáveis de 10 e 20 litros para conhecimento do usuário-consumidor de água mineral e potável de mesa; e

Considerando que a incorporação dessas demandas se afina e se ajusta ao entendimento firmado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, por intermédio da Nota Técnica nº. 61/2010 - CGAJ/DPDC/SDE; resolve:

Art.1º O art. 5º da Portaria nº 387, de 19 de setembro de 2008, publicada no DOU de 23 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Além do estabelecido nas normas técnicas da ABNT referidas no art. 4º desta Portaria, os vasilhames retornáveis devem trazer impresso de forma indelével e legível na parte superior do garrafão, entre o gargalo e o anel de reforço superior:

I - a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil, especificada na forma "Data de Fabricação" e "Prazo de Validade" expressos segundo a escrita usual: mês/ano; e

II - o número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas da ABNT NBR 14222 e 14328 e o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 53/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

890.415/1988-GRANIPART MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA

890.510/2006-G.L.E. GRANITOS LTDA

Indefere pedido de reconsideração(263)

833.168/2006-COMÉRCIO E INDUSTRIA VERBAZZA LTDA

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

896.583/2004-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-VIANA/ES - Guia nº 010/2010-40.000Toneladas-Argila- Validade:1 (um) ano

Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)

873.835/2008-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-Alvará N°100- DOU de 07/01/2009

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

870.509/2009-NORDESTE EXPLORAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA- Alvará N°5.836- DOU de 27/05/2009
832.476/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Alvará N°14.513- DOU de 23/11/2010
832.582/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Alvará N°14.466- DOU de 23/11/2010
832.583/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Alvará N°14.467- DOU de 23/11/2010
861.217/2010-VALE S A- Alvará N°14.968- DOU de 24/11/2010
861.218/2010-VALE S A- Alvará N°14.969- DOU de 24/11/2010
870.527/2010-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA- Alvará N°10.019- DOU de 31/08/2010
870.537/2010-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA- Alvará N°10.021- DOU de 31/08/2010
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
870.874/1986-CORCOVADO GRANITOS LTDA
826.072/2002-R.A. ZIEBERT ME
866.001/2004-MR3 MINERAÇÃO LTDA EPP
826.365/2006-SANDRA REGINA BARCELOS PEREIRA EMPRESARIO INDIVIDUAL
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere pedido de reconsideração(393)
872.036/2004-ELIAS DA SILVA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
840.116/1994-MZA FABRICAÇÃO DE ÁGUA MINERAL LTDA
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
004.791/1961-MINERAÇÃO ANA DA CRUZ-Minério de Ferro
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
800.229/1985-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ- CODECE
Não conhece o recurso interposto(1837)
880.185/1978-Interposto porMetalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda
Fase de Disponibilidade
Não conhece o recurso interposto(1837)
866.086/2006-Interposto porMetalmig Mineração Indústria e Comercio Ltda

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
880.041/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°017/2011
880.042/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°018/2011
880.043/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°014/2011
880.044/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°012/2011
880.045/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°013/2011
880.059/2006-GEONORTE - GEOLOGIA DO NORTE LTDA-AI N°0021/2011
880.075/2006-GEONORTE - GEOLOGIA DO NORTE LTDA-AI N°0023/2011
880.076/2006-GEONORTE - GEOLOGIA DO NORTE LTDA-AI N°0022/2011
880.090/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°0025/2011
880.141/2006-ASM MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA-AI N°0026/2011
880.174/2006-ORIGENES ANGELITINO MARTINS-AI N°0028/2011
880.184/2006-BRAZORE REPRESENTACAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E CONSULTORIA LTDA.-AI N°0024/2011
880.214/2006-CARLOS ALBERTO ALVES GOMES-AI N°0020/2011
880.215/2006-CARLOS ALBERTO ALVES GOMES-AI N°0027/2011
880.187/2007-DILMA MARTINS PENA-AI N°015/2011
880.255/2007-MANUEL LOPES DA SILVA-AI N°016/2011
880.265/2007-AMAZÔNIA CAPITAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°0029/2011
880.266/2007-AMAZÔNIA CAPITAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°0030/2011
880.268/2007-AMAZÔNIA CAPITAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°0031/2011
880.345/2007-ENERGIA PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S/A.-AI N°0010/2011
880.380/2007-MANUEL LOPES DA SILVA-AI N°011/2011
880.391/2007-MANUEL LOPES DA SILVA-AI N°006/2011
880.392/2007-MANUEL LOPES DA SILVA-AI N°005/2011
880.414/2007-MANUEL LOPES DA SILVA-AI N°008/2011
880.416/2007-VICTOR HUGO SOUSA-AI N°007/2011
880.417/2007-VICTOR HUGO SOUSA-AI N°009/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
880.148/2005-RAIMUNDO BATISTA DE AGUIAR- Registro de Licença No.:363/2008 - Vencimento em 29/11/2011
880.051/2008-ICORD AGRO INDUSTRIAL LTDA- Registro de Licença No.:383/2009 - Vencimento em 17/12/2012
880.187/2008-CONSTRUTORA ETAM LTDA- Registro de Licença No.:392/2009 - Vencimento em 26/05/2011
880.188/2008-CONSTRUTORA ETAM LTDA- Registro de Licença No.:393/2009 - Vencimento em 26/05/2011
880.333/2009-FRANCISCO PEREIRA DA SILVA- Registro de Licença No.:011/2010 - Vencimento em 13/10/2011
880.397/2009-CARLOS ALBERTO DE MORAES- Registro de Licença No.:010/2010 - Vencimento em 22/09/2011
880.441/2009-A GURGEL DO CARMO E CIA LTDA- Registro de Licença No.:050/2010 - Vencimento em 31/01/2012
880.068/2010-VEUDISON DA COSTA RODRIGUES- Registro de Licença No.:019/2010 - Vencimento em 03/11/2012

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
871.091/2009-PRIME STAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 09/08/2010, Relação n° 433/2010, Seção I, pág. 74- Onde se lê : " Alvará nº 9.666/2009 ", Leia-se : " 9.723/2009"

RELAÇÃO Nº 104/2011

Fase de Concessão de Lavra
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
001.589/1937-CORIOLANO DOS SANTOS FILHO - FIRMA INDIVIDUAL- NOT Nº4718/2010 4719/2010 4711/2010 4717/2010-R$ 27.260,78 R$ 181,07 R$ 657,98 R$ 66,21
003.079/1941-BAROID PIGMINA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.- NOT Nº3707/2009-R$ 1.898.585,94
003.080/1941-BAROID PIGMINA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.- NOT Nº4638/2010 ; 4645/2010 ; 4644/2010 ; 3711/2009-R$ 24.029,68 ; R$ 26.082,06 ; R$ 324.476,55 ; R$79.666,46
002.277/1960-EMPRESA DE MINERAÇÃO BADIN LTDA- NOT Nº4737/2010-R$ 18.908,10
005.437/1967-SODALITA MINERAÇÕES LTDA.- NOT Nº4.888/2009-R$ 16.981,87
804.010/1970-INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A- NOT Nº4633/2010-R$ 2.139,08
805.190/1971-MINERAÇÃO ESTRELA LTDA- NOT Nº4630/2010 ; 051/2009-R$ 22,64 ; R$317,22
820.970/1972-EMPRESA INDUSTRIAL LUCAIA LTDA- NOT Nº4758/2010 ; 5388/2009-R$ 78.352,66 ; R$763.585,32
813.569/1973-BRASTONE INDÚSTRIA E MINERAÇÃO- NOT Nº4733/2010-R$ 44.084,73
802.206/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- NOT Nº34/2009-R$ 1.145,20
802.212/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- NOT Nº33/2009-R$ 245,83
807.869/1975-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- NOT Nº25/2009 ; 35/2009-R$ 11.787.669,74 ; R$26.635,53
801.739/1976-BAROID PIGMINA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.- NOT Nº3713/2009-R$ 69.017,98
870.229/1978-ITACOMIL - ITAMBÉ COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA- NOT Nº4637/2010 4641/2010-R$ 3.141,63 R$ 6.079,33
870.575/1979-PEDREIRA DOIS IRMÃOS LTDA- NOT Nº4740/2010-R$ 3.971,51
870.876/1986-MARTINEZ ESPINEDO EXPORTADORA DE GRANITOS LTDA- NOT Nº4736/2010-R$ 15.010,77
871.341/1986-PAN MINERAÇAO LTDA- NOT Nº4723/2010-R$ 54.873,80
870.324/1987-INTERGRANIT MINERAÇÃO LTDA- NOT Nº4639/2010 4640/2010-R$ 6.680,78 R$ 7.415,44
870.957/1988-JIGRAN JITAUNA GRANITOS LTDA.- NOT Nº4727/2010-R$ 14.939,28
872.568/1993-MINERAÇÃO GYPSUM DO BRASIL LTDA- NOT Nº4636/2010-R$ 3.094,23
870.274/1996-NORD MINERADORA LTDA ME- NOT Nº4626/2010-R$ 7.751,76
871.297/1997-SUPREMA ÁGUAS MINERAIS LTDA- NOT Nº4622/2010 ; 4923/2009-R$ 9.363,84 ; R$22.546,15
870.371/2000-MARGRASIL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- NOT Nº4725/2010-R$ 676,35
Fase de Disponibilidade
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
812.065/1975-CALCON SA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS- NOT Nº5.409/2009-R$ 11.884,86
871.294/1987-ALBINO BRANDAO DE SOUZA-FI- NOT Nº5.353/2009-R$ 186,18
870.757/1992-INPACTO INDUSTRIA DE PEDRAS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- NOT Nº4760/2010-R$ 4.669,52
871.151/1997-C E MINERAÇÃO LTDA- NOT Nº5.477/2009-R$ 4.774,48
Fase de Licenciamento
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
870.730/1981-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS POLAR LTDA- NOT Nº4730/2010-R$ 63.921,56
870.478/1990-CERÂMICA FILADELFIA INDUSTRIA E COMÉRCIOLTDA- NOT Nº4731/2010 ; 5395/2009-R$ 4.688,23 ; R$21.019,00
870.615/1991-CERÂMICA ALAGOINHAS INDUSTRIA E COMÉRCIOLTDA- NOT Nº4729/2010 ; 5521/2009-R$ 4.341,62 ; R$7.609,86
870.424/1999-CERÂMICA DA MATA LTDA- NOT Nº4702-R$ 944,84
870.923/1999-CERÂMICA TRINDADE LTDA- NOT Nº4735/2010-R$ 552,76
870.325/2000-TRANSPORTE E DEPÓSITO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA- NOT Nº4705/2010-R$ 1.643,71
870.467/2000-ANA RITA WAIT PEIXOTO GUERRA- NOT Nº4757/2010-R$ 1.275,34
870.588/2000-CERÂMICA E TRANSPORTE TOMAZELLI LTDA- NOT Nº4762/2010-R$ 625,35
870.646/2000-CERÂMICA REAL LTDA EPP- NOT Nº4763/2010-R$ 1.275,34
871.002/2000-CERÂMICA IP LTDA- NOT Nº4764/2010-R$ 110,40
871.207/2000-OLARIA VANDA LTDA- NOT Nº4707/2010-R$ 1.542,22
870.188/2001-EDU INDUSTRIA DE MATERIAS PARA CONTRUÇÕES LTDA- NOT Nº4734/2010-R$ 95,12
870.339/2001-ALBINO BRANDAO DE SOUZA-FI- NOT Nº4708/2010-R$ 562,41
870.387/2001-ATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- NOT Nº4703/2010-R$ R$ 116,46
Fase de Autorização de Pesquisa
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
870.333/1999-ASA BRANCA MÁRMORES E GRANITOS LTDA.- NOT Nº4631/2010-R$ 19.228,88

RELAÇÃO Nº 105/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Nulidade do Alvará(237)
871.436/2008-CONSTROE LTDA- OF. N° 170/2011
873.741/2008-LEONARDO REGIANI DO COUTO TEIXEIRA- OF. N° 165/2011
873.746/2008-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A- OF. N° 166/2011
870.250/2009-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- OF. N° 612/2010
870.664/2010-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- OF. N° 205/2011

RELAÇÃO Nº 109/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.983/2010-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DOS GARIMPEIROS DE SERRA PELADA
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
300.983/2010-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DOS GARIMPEIROS DE SERRA PELADA- DOU de 17/03/2011

RELAÇÃO Nº 110/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
870.856/2006-MONTE HOREB GRANITOS LTDA-ALVARÁ N°11.674/2006
871.434/2006-UTINGA MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°3.734/2008
870.427/2009-BRUNO MARCILIO MIRANDA NUNES-ALVARÁ N°5.410/2009
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
871.620/2003-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°3.253/2008
872.217/2004-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°2.741/2005
872.218/2004-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°2.742/2005
872.219/2004-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°2.743/2005
872.220/2004-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°2.744/2005
872.221/2004-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°2.745/2005

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

870.046/2005-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°2.817/2008
872.437/2006-PAILI BAHIA MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12.483/2006
873.321/2006-ANTONIO GIL LOPES LEAL-ALVARÁ N°751/2007
873.647/2006-MINERAÇÃO VALE DO CURAÇÁ S.A.-ALVARÁ N°5.007/2007
870.498/2007-LARGO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5.657/2007
870.580/2007-JOSÉ CALOS DE FREITAS-ALVARÁ N°7.485/2007
871.842/2007-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°222/2008
874.347/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N°3.308/2008
874.348/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N°3.309/2008
874.390/2007-ODISSÉIA MINERAÇÃO, COMERCIO E TRANSPORTE LTDA-ALVARÁ N°3.315/2008
874.453/2007-ODISSÉIA MINERAÇÃO, COMERCIO E TRANSPORTE LTDA-ALVARÁ N°3.370/2008

RELAÇÃO Nº 111/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
870.569/2001-BLENDA MINERAÇÃO LTDA- Área de 787,96 para 399,40-Manganês
871.555/2002-MINERAÇÃO MINASVIT LTDA- Área de 987,00 para 190,39-Granito
870.243/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 808,00 para 378,92-Quartzo
870.248/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 600,00 para 262,67-Quartzo
870.252/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 933,73 para 269,74-Quartzo
870.266/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 1.000,00 para 113,76-Quartzo
870.229/2005-VERGA COMERCIAL LTDA- Área de 2.000,00 para 1.000,00-Ardósia
870.815/2005-TERRAZO GRANITI DO BRASIL LTDA.-Área de 1.000,00 para 49,91-Calcário
871.075/2005-INTERGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA- Área de 2.000,00 para 328,01-Quartzito
871.150/2005-CORCOVADO GRANITOS LTDA- Área de 603,28 para 136,50-Quartzito
872.317/2005-ROCHA MARMORE BEGE BAHIA LTDA-Área de 500,00 para 388,76-Mármore
873.599/2005-TRANSFERRAZ MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 671,69 para 46,30-Areia
872.180/2006-ITAMAR ALVARENGA NICOLINI- Área de 549,08 para 222,30-Mármore
872.564/2006-DELTA MINERAÇÃO LTDA- Área de 990,00 para 460,00-Gnaisse
872.605/2006-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA- Área de 446,14 para 8,55-Minério de Titânio
872.978/2006-MINERAÇÃO INDUTAL LTDA.- Área de 570,48 para 40,49-Talco
873.514/2006-ROZENVAN DE SANTANA ME- Área de 50,00 para 11,47-Saibro
873.747/2006-CERAMICA IBICARAI LTDA- Área de 784,25 para 48,35-Argila
873.810/2006-PROVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.- Área de 881,14 para 502,96-Calcário
870.996/2007-VERA LÚCIA DE SOUZA NASCIMENTO-Área de 990,05 para 739,31-Granito
872.792/2008-CORCOVADO GRANITOS LTDA- Área de 234,35 para 124,80-Quartzito
873.752/2008-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- Área de 999,75 para 717,58-Quartzito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
871.265/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-Argila
872.017/2004-PORTO DE AREIA PAULISTA LTDA ME-Areia
870.331/2007-VELDO DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO-Gnaisse
872.767/2008-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-Mármore
875.252/2008-PEDREIRAS DO BRASIL S/A-Quartzito
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
875.296/2008-CARLOS AUGUSTO RIBEIRO PORTELA - PLG Nº 02/2009 de 21/08/2009- Vencimento em 30/08/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
872.284/2010-ADERVAL MODENESI ME-Registro de Licença n°06/2011 de 23/03/2011-Vencimento em 16/04/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
870.695/2003-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.- Registro de Licença No.:040/2003 - Vencimento em 18/10/2012
870.697/2003-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.- Registro de Licença No.:042/2003 - Vencimento em 04/02/2013
872.737/2007-CERÂMICA RUBI LTDA.- Registro de Licença No.:16/2008 - Vencimento em 11/09/2012
871.568/2008-VITAL SERVIÇO LTDA- Registro de Licença No.:019/2008 - Vencimento em 31/03/2015
873.838/2008-IRMÃOS LUCHI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença No.:04/2009 - Vencimento em 26/05/2013
872.598/2009-CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. CLN- Registro de Licença No.:14/2010 - Vencimento em 13/10/2013
872.599/2009-CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. CLN- Registro de Licença No.:15/2010 - Vencimento em 13/10/2013

RELAÇÃO Nº 112/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
871.564/2002-AM Mineração e Serviços Ltda.
873.131/2005-CS3 Mármores e Granitos Ltda. ME
870.768/2006-Maurício Silva Palacios
873.611/2006-Gransena Exportação e Comércio Ltda.
875.202/2007-Cliffis International Mineração Brasil Ltda.
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
870.554/2001-Moacir Gabbardo
873.131/2005-Pedreiras do Brasil Ltda.
872.324/2008-Luiz Carlos Tobias da Silva
870.357/2009-Rio Tinto Desenvolvimentos Minerais Ltda.
Defere pedido de reconsideração(386)
871.180/2006- Recurso interposto por CORCOVADO GRANITOS LTDA.
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
870.074/2007-GM Mineradora Grandatas Ltda.
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
871.564/2002- HABILITADOS os proponentes: Ottomar Mineração Ltda. ; AM Mineração e Serviços Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
871.153/2004- HABILITADOS os proponentes: Ottomar Mineração Ltda. ; AM Mineração e Serviços Ltda.; Rosevan Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
870.768/2006- HABILITADOS os proponentes: Hércules de Almeida Hemerly ; Maurício Silva Palacios e INABILITADOS os proponentes:
873.611/2006- HABILITADOS os proponentes: Hércule de Almeida Hermely e INABILITADOS os proponentes: Gransena Exportação e Comércio Ltda
875.202/2007- HABILITADOS os proponentes: Cliffis International Mineração Brasil Ltda. ; Marcel Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
871.015/2008- HABILITADOS os proponentes: Mineração Jacuipe S/A e INABILITADOS os proponentes:
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
871.564/2002-Ottomar Mineração Ltda. - EDITAL N° 59/2010 - Publicado DOU de 20/04/2010
871.153/2004-Ottomar Mineração Ltda. ; Rosevan Mineração Ltda. - EDITAL N° 59/2010 - Publicado DOU de 20/04/2010
870.768/2006-Hércules de Almeida Hemerly - EDITAL N° 45/2010 - Publicado DOU de 20/04/2010
875.202/2007-Marcel Mineração Ltda. - EDITAL N° 58/2010 - Publicado DOU de 20/04/2010
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
871.180/2006-JANDIR FRAGA- DOU de 05/08/2009
870.525/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010
870.526/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010
870.528/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010
870.531/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010
870.536/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010
870.538/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010
870.545/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- DOU de 03/09/2010

RELAÇÃO Nº 116/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
873.979/2007-CORCOVADO GRANITOS LTDA-Alvará N°13.915/2008
872.195/2008-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-Alvará N°11.679/2008
872.480/2008-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-Alvará N°16948/2008
873.247/2008-PETEG-PESQUISAS TÉCNICAS EM GEOLOGIA LTDA-Alvará N°13933/2008
874.627/2008-MINERAÇÃO DO OESTE LTDA-Alvará N°1804/2009
874.889/2008-MINERAÇÃO MONTE CARMELO LTDA-Alvará N°94/2009
875.036/2008-HUMBERTO MARTIRE POVOA-Alvará N°595/2009
870.251/2009-JOSUÉ ALVES DA SILVA-Alvará N°8.037/2009
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
873.315/2008-INGO GUSTAV WENDER-AI N°113/2011
Não conhece o recurso interposto(1837)
871.929/2004-Interposto porSerra do Sono Mineração Ltda.
870.406/2005-Interposto porAntônio Sérgio Tápias

RELAÇÃO Nº 118/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
872.143/2008-LEONARDO JARDIM OLIVEIRA- DOU de 15/10/2008
Torna sem efeito o cancelamento do Alvará de Pesquisa(1780)
875.067/2007-CONSTRUTORA COWAN S/A- Publicado DOU de 14/09/2009- Alvará de Pesquisa n° 15301/2008
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
872.694/2007-MINERAÇÃO GRAJUMAR LTDA.- Publicado DOU de 25/11/2010
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
873.228/2006-CÍCERO DE PAIVA DUTRA- DOU de 23/04/2010
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
874.063/2007-DIEGO ALEXANDRE DA SILVA- AI N°2609/2010
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito declaração de prioridade a disponibilidade ART 26(537)
872.298/2007-BAHIA MINERAÇÃO LTDA.-DOU de 21/09/2009

RELAÇÃO Nº 122/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
817.354/1969-FERLIG FERRO LIGA LTDA
870.654/1992-STONE MINERAÇÃO LTDA
870.990/1999-MARINA NORTE EMPREENDIMENTOS DE MINERACAO S.A
871.353/2004-CAVE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
871.354/2004-CAVE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
871.355/2004-CAVE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
871.356/2004-CAVE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
871.359/2004-CAVE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
870.885/2005-IMETAME GRANITOS LTDA
871.323/2007-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
873.712/2007-BAHIA MINERAÇÃO LTDA
873.751/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.755/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.758/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.762/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.768/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.769/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.770/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.773/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.774/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA
873.867/2007-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.493/2008-NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA
875.249/2008-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
875.283/2008-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
875.380/2008-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
875.465/2008-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
870.111/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
870.112/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 131/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
874.525/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.530/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.532/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.533/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.536/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.537/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.538/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.539/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.540/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
874.541/2007-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
870.356/2008-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
870.357/2008-MINERADORA BRASIL LTDA-OF. N°76/2011
872.679/2009-BRANDÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°68/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.791/1985-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°215/2011
870.774/1987-PEVAL S.A.-OF. N°204/2011
870.579/1992-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°216/2011
870.808/1992-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°217/2011
872.245/1996-IPC DO NORDESTE LTDA-OF. N°208/2011
872.246/1996-IPC DO NORDESTE LTDA-OF. N°219/2011
870.928/2002-GFX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°234/2011
870.036/2003-CERÂMICA BETEL COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA ME-OF. N°177/2010
872.042/2003-IRMÃOS PELEGRINE CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ MOLDADOS LTDA.-OF. N°230/2011
872.052/2003-MINERAÇÃO MINASVIT LTDA-OF. N°217/2011
871.016/2004-CURAÇÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°218/2011
871.226/2004-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA..-OF. N°209/2011
873.063/2005-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. N°221/2011
873.173/2005-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. N°220/2011
870.318/2006-FRANCISCO DA CONCEIÇÃO SANTOS-OF. N°222/2010
871.182/2006-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA-OF. N°211/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
870.955/2000-BR MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°229/2011-180 dias
870.920/2001-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°232/2011-180 dias
Reitera exigência(366)
871.082/1997-HMN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°610/2010-60 dias
870.920/2001-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°248/2009-180 dias
871.487/2002-EXGRAN EXPORTAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°231/2011-60 dias
871.745/2003-ARATU MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°420/2010-60 dias
871.227/2005-JANGADINHA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°607/2010-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
874.958/2008-COPENER FLORESTAL LTDA-OF. N°201/2011
874.960/2008-COPENER FLORESTAL LTDA-OF. N°202/2011
873.518/2009-CERÂMICA CATURAMA LTDA-OF. N°216/2011
873.519/2009-CERÂMICA CATURAMA LTDA-OF. N°223/2011
870.827/2010-VITÓRIO TENISI-OF. N°210/2011
871.631/2010-CERÂMICA MARQUEZÃO LTDA.-OF. N°233/2011
870.449/2011-USINA GRAVATÁ LTDA-OF. N°225/2011
870.452/2011-CARLOS SERGIO ALMEIDA DE MACEDO-OF. N°224/2011

RELAÇÃO Nº 136/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
871.007/2006-RENILZA DA COSTA FERREIRA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
873.348/2007-VALE S A
873.349/2007-VALE S A
873.358/2007-VALE S A
873.362/2007-VALE S A
872.219/2010-VALE S A
872.225/2010-AROLDO LIMA CHAVES
872.296/2010-MÁRCIO BARBOSA PESSOA
872.337/2010-POSTES BAHIA LTDA
872.347/2010-MINERAÇÃO GOYTACÁ LTDA.
872.400/2010-MINERAÇÃO E CONSULTORIA MINAFER LTDA.
872.402/2010-MINERAÇÃO E CONSULTORIA MINAFER LTDA.
872.415/2010-MÁRCIO DE LIMA MARON
872.416/2010-MÁRCIO DE LIMA MARON
872.417/2010-MÁRCIO DE LIMA MARON
872.426/2010-ZORZI MINERAL GROUP LTDA
872.427/2010-FLOREST VALE AGROINDUSTRIAL IMP & EXP LTDA EPP
872.457/2010-MSA MINERAÇÃO LTDA
872.469/2010-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
872.470/2010-AURELINO DAMAZIO DE SOUZA FILHO
872.488/2010-ALDAIR DOS SANTOS
872.493/2010-DACAZA COMÉRCIO E INDUSTRIA DE GRANITOS LTDA
872.503/2010-CARLOS EMANOEL DO AMARAL JUNIOR ME
872.508/2010-TUDO RETO DO BRAZIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA EPP
872.509/2010-TUDO RETO DO BRAZIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA EPP
872.518/2010-EMPATE EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
872.530/2010-LUNES COMERCIO REPRESENTACAO LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(125)
870.909/2003-RAUL MARTINS LOBATO
Indefere pedido de reconsideração(181)
871.210/2010-ADEMIR DE OLIVEIRA PASSOS
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
872.854/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ
872.858/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ
872.862/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ
872.863/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
875.102/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICA DOURADA
875.166/2008-11º BATALÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
875.174/2008-11º BATALÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
872.537/2010-JOSÉ COELHO DE FARIAS
870.090/2011-MISLENE CARVALHO SANTANA-ME
870.344/2011-JAMIL ANTÔNIO FILHO & SAID LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
872.027/2010-CERÂMICA ITAJUI LTDA

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.890/2008-VALCIR BARRERI- Alvará n°10.911/2009 - Cessionario:896.577/2010 ; 896.578/2010-DUNAS MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.021.348/0001-16
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
896.584/2002-SERGIO FERNANDO DOS SANTOS- AI N°0216/2011 - SR/DNPM/ES e ofício nº 1.226/2011 - SR/DNPM/ES comunicando que o Auto de Infração trata-se por não comunicação de nova substância mineral.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.584/2002-SERGIO FERNANDO DOS SANTOS
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
896.270/2000-MARCOLAN MINERAÇÃO LTDA - EPP-OF. N°0.287/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar Certidão de Registro na Junta Comercial do Estado do Espírtito Santo.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.372/2008-AREAL RIO NEGRO LTDA - EPP
890.407/2008-MINERAÇÃO AGUAPEI LTDA.
890.104/2011-AROLDO TAVARES RANGEL
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
890.256/2008-MARCIO LUIZ MACHADO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
890.353/2009-COQUEIRAL DE SAQUAREMA MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA ME
Defere pedido de reconsideração(182)
890.272/2007-PAULO CÉSAR STELZER BINDACO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.450/2000-CESAR FARID FIAT-OF. N°801/2011 DGTM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.507/2001-PEDREIRA COMAR LTDA- Cessionário:SIGIL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE GRANITOS LTDA.- CPF ou CNPJ 30.082.317/0001-85- Alvará n°1.247/2003
890.564/2007-PAULO ROBERTO GOMES- Cessionário:AREAL DO BETO EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 09.202.713/0001-02- Alvará n°15.749/2010
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.589/2010-ESTRELA DALVA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Areia
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.073/2001-IBRATA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°785/2011 DGTM
890.114/2006-ARCO LCM CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°0897/2011-DGTM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.185/2008-CERÂMICA MARLUNIL LTDA-OF. N°0657/2011 DGTM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
890.612/2007-CERÂMICA HENRIQUES AREAS LTDA-AI N°160/2011
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de licenciamento(765)
890.255/2003-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Cessionário:890108/2011-MINERAÇÃO CARGELA LTDA ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.161/2010-CONSTRUCESSO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.110/2010-HERMETE IZABEL DE SOUZA -ME-Registro de Licença n°2.587/2010 de 11/05/2010-Vencimento em 03/02/2015
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.108/2011-MINERAÇÃO CARGELA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.252/2010-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA-OF. N°0835/2011-DGTM
890.253/2010-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA-OF. N°0841/2011-DGTM
890.106/2011-RIO GRANDE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°0660/2011 DGTM
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
890.224/2008-AREAL ILHA DAS GARÇAS LTDA ME.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.458/2009-OLARIA BARRO FORTE LTDA-OF. N°0656/2011 DGTM
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.259/2008-JACYR POEYS
890.268/2008-ARSENAL TERRAPLANAGEM LTDA.

RELAÇÃO Nº 49/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.352/2010-AREAL PORTO VELHO LTDA ME-Registro de Licença n°2.635/2011 de 11/03/2011-Vencimento em 15/07/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
890.412/1998-PORTO DE CASTILHO EXTRAÇÃO DE AREIA ME- Registro de Licença No.:1.493/1999 - Vencimento em 28/02/2012
890.274/2003-HM MINERAÇÕES LTDA EPP- Registro de Licença No.:1.800/2003 - Vencimento em 28/02/2012
890.474/2004-AREAL WCM LTDA ME- Registro de Licença No.:1.961/2004 - Vencimento em 28/02/2012
890.156/2006-LBF DE ITAGUAÍ MINERAÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença No.:2.188/2006 - Vencimento em 28/02/2012
890.178/2008-AREAL MISSOURI LTDA ME- Registro de Licença No.:2.529/2008 - Vencimento em 28/02/2012
890.185/2008-CERÂMICA MARLUNIL LTDA- Registro de Licença No.:2.516/2008 - Vencimento em 15/12/2012
890.066/2010-AREAL SILVA MACEDO LTDA EPP- Registro de Licença No.:2.620/2010 - Vencimento em 28/02/2012
890.145/2010-PRIMOS SIMÕES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença No.:2.602/2010 - Vencimento em 28/02/2012
Autoriza redução de área(1207)
890.715/1998-AREAL TROPICALHENTE- Área reduzida de 5,00 para 2,89

RELAÇÃO Nº 56/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
890.105/2002-SOFÁRAXÁ LIMITADA- AI N°198/2011, 199/2011 e 200/2011
890.366/2003-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES- AI N°184/2011
890.055/2004-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES- AI N°185/2011
890.241/2005-MARCUS COLA CALLEGARI- AI N°191/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.105/2002-SOFÁRAXÁ LIMITADA-OF. N°981/2011/DNPM/RJ-DFAM
890.250/2002-PAULO ROBERTO DE PAULA-OF. N°945/2011/DNPM/RJ-DFAM
890.240/2005-MARCUS COLA CALLEGARI-OF. N°1027/2011/DNPM/RJ-DFAM
890.241/2005-MARCUS COLA CALLEGARI-OF. N°943/2011/DNPM/RJ-DFAM
890.242/2005-MARCUS COLA CALLEGARI-OF. N°957/2011/DNPM/RJ-DFAM
890.243/2005-MARCUS COLA CALLEGARI-OF. N°974/2011/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.486/2008-MÁRIO SANCHES BENEFICIAMENTO DE PEDRAS-ME-OF. N°932/2011/DNPM/RJ-DFAM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.201/2005-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA- Área de 560,00 para 49,87-Saibro
890.056/2006-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA- Área de 314,31 para 49,92-Saibro
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.260/2003-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES-Granito e Argila
890.624/2004-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA-Granito, Argila e Turfa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.518/2006-ELI LOPES DA SILVA-AI N°192/2011
890.291/2007-MINERAÇÃO VISTA ALEGRE LTDA-ME-AI N°201/2011
890.329/2007-AREAL DEL REY EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-AI N°203/2011
890.351/2007-SUMACK TRANSPORTES COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA ME-AI N°202/2011
890.001/2008-PEDRAS DECORATIVAS OLHO DE POMBO LTDA-AI N°172/2011
890.074/2008-PAULO CEZAR DE MOURA-AI N°190/2011
890.234/2008-URUPÁ MINERAÇÃO LTDA.-AI N°188/2011
890.246/2008-CERÂMICA SÃO SILVESTRE DE RIO BONITO LTDA.-AI N°181/2011
890.252/2008-M BERBERT CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA-AI N°180/2011
890.271/2008-M BERBERT CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA-AI N°182/2011
890.306/2008-TÚLIO MÁRCIO AGUIAR OLIVEIRA-AI N°183/2011
890.327/2008-CERAMICA RODRIGUES LTDA-AI N°169/2011
890.336/2008-MARCOS JOSÉ FIGUEIREDO FRANCO-AI N°171/2011
890.348/2008-GABRIEL TAVARES RANGEL FILHO-AI N°189/2011
890.376/2008-CERÂMICA ARCO ROMANO LTDA.-AI N°187/2011
890.206/2009-ALEXANDRE CABRAL MARINS-AI N°194/2011
890.347/2010-AREAL IRMÃOS UNIDOS LTDA-AI N°193/2011
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.115/1985-PEDREIRA CARIOCA LTDA- AI N° 186/2011
890.226/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL SERRA DE FLORES LTDA- AI N° 195/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
005.314/1940-ÁGUAS NAZARETH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°889/2011/DNPM/RJ-DFAM
890.115/1985-PEDREIRA CARIOCA LTDA-OF. N°920/2011/DNPM/RJ-DFAM

RELAÇÃO Nº 58/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.386/2004-PAULO DINIZ DE SOUZA BATISTA-OF. N°Ofício nº 0.955/2011 - DGTM
890.562/2006-MARIA CRISTINA ALMEIDA GONÇALVES-OF. N°Ofício nº 0.956/2011 - DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.413/2001-GEORGIANA SIMAS CARONE-OF. N°Ofício nº 0.947/2011 - DGTM
890.160/2002-PAULO CESAR FERREIRA ASSIS-OF. N°Ofício nº 0.923/2011 - DGTM
890.389/2004-FABIO MARCILIO PINTO-OF. N°Ofício nº 0.884/2011 - DGTM
890.462/2004-GUILHERME FRANCO DE TOLEDO-OF. N°Ofício nº 0.948/2011 - DGTM
890.000/2007-FABIANO GOMES DARÓS-OF. N°Ofício nº 0.941/2011 - DGTM
890.066/2007-JOSÉ EDUARDO VIEIRA COELHO-OF. N°Ofício nº 0.928/2011 - DGTM
890.347/2007-ROBERTO MENDES DE MATTOS-OF. N°Ofício nº 0.880/2011 - DGTM
890.466/2007-ANTÔNIO CARLOS PERES FERNANDES FILHO-OF. N°Ofício nº 0.860/2011 - DGTM
890.064/2008-SANDRA MARA BATALHA DE ARÚJO FIGUEIRA-OF. N°Ofício nº 0.879/2011 - DGTM
890.165/2008-DULCE SABBAGA CHEDE-OF. N°Ofício nº 0.942/2011 - DGTM
890.328/2008-ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO-OF. N°Ofício nº 0.840/2011 - DGTM
890.335/2008-MARCOS JOSÉ FIGUEIREDO FRANCO-OF. N°Ofício nº 826/2011 - DGTM
890.349/2008-A. DE OLIVEIRA SANTOS-OF. N°Ofício nº 0.827/2011 - DGTM
890.358/2008-HÉLIO RICARDO DE OLIVEIRA MARQUES-OF. N°Ofício nº 0.829/2011 - DGTM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.092/2008-AREAL CAMPO ALEGRE LTDA-OF. N°Ofício nº 0.834/2011 - DGTM

RUI ELIAS JOSÉ

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
886.106/2002-VALENTIM MANDUCA PACIOS-AI N°133/11; OF: 382/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.220/2004-CELIA SANTOS AMARAL-AI N°139/11; OF: 395/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.328/2004-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°140/2011; OF: 439/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.129/2006-GUTEMBERG FRANCISCO DE SOUZA - F.I-AI N°132/11; OF: 381/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.209/2006-MINERAÇÃO COMEMORAÇÃO LTDA-AI N°141/11; OF: 440/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.396/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°119/11; OF: 353/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.397/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°120/11; OF: 354/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.409/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°124/11; OF: 370/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.568/2008-JOÃO MARCONDES DOS SANTOS-AI N°138/11; OF: 394/11 - SUP/DNPM/RO-AC
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
886.089/2007-MINABRAZ - MINERAÇÃO SÃO BRAZ LTDA.- AI N°125/11; OF: 371/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.092/2007-MINABRAZ - MINERAÇÃO SÃO BRAZ LTDA.- AI N°126/11; OF: 372/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.393/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- AI N°118/11; OF: 352/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.394/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- AI N°121/11; OF: 366/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.395/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- AI N°122/11; OF: 368/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.398/2007-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- AI N°123/11; OF: 369/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.006/2008-WALMIR CAMPOS DO NASCIMENTO-AI N°129/11; OF: 375/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.007/2008-WALMIR CAMPOS DO NASCIMENTO-AI N°130/11; OF: 376/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.038/2008-ANTONIO FERNANDES CAMPOS FIGUEIREDO- AI N°134/11; OF: 383/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.179/2008-CIA VALE DO RIO ANARI - CVRA- AI N°128/11; OF: 374/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.443/2008-GUTEMBERG FRANCISCO DE SOUZA - F.I- AI N°131/11; OF: 380/11 - SUP/DNPM/RO-AC

RELAÇÃO Nº 30/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
886.139/2008-ANTÔNIO GOMES DA COSTA-PORTO VELHO/RO - Guia n° 004/2011-18.000Tonelada-Areia- Validade:24/03/2012
886.379/2008-ZAVAGLIA, ZAVAGLIA & SANTOS LTDA-CACAULÂNDIA/RO, MONTE NEGRO/RO - Guia n° 001/2011-48.000Tonelada-Areia- Validade:16/02/2012
886.034/2010-OSVALDO RAUBER-PORTO VELHO/RO, CANDEIAS DO JAMARI/RO - Guia n° 003/2011-50.000Toneladas-Areia - Construção Civil- Validade:24/02/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
886.126/2002-SKINÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-PORTO VELHO/RO, CANDEIAS DO JAMARI/RO - Guia n° 002/2011-48.000Toneladas-Areia- Validade:22/02/2012

AIRTON NOGUEIRA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.023/2010-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°590/11
868.024/2010-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°590/11
868.025/2010-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°590/11
868.243/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.244/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.245/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.246/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.247/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.248/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.249/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.251/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.252/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.253/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.254/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.255/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.256/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.257/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.258/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.259/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.260/2010-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°598/11
868.279/2010-CONSTRUTORA INDUSTRIAL SÃO LUIZ S A-OF. N°606/11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

868.284/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.285/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.286/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.287/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.288/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.289/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.290/2010-FBX FERTILIZANTES LTDA.-OF. N°601/11
868.347/2010-RAFAEL PEGOLARO SALIONE-OF. N°603/11
868.350/2010-TV TECNICA VIARIA CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°605/11
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.219/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.220/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.221/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.222/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.223/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.224/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.225/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.226/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.227/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.228/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.229/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.230/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.231/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.232/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.233/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.234/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.235/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.236/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.237/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.238/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.243/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.244/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.245/2005-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.122/2009-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
868.125/2009-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
868.119/2008-HILDEBRANDO MARIANO DE ALMEIDA- Alvará n°1015/2009 - Cessionario:868.275/2010-HILDEBRANDO MARIANO DE ALMEIDA ME- CPF ou CNPJ 10.446.098/0001-69
868.661/2008-MARIA ELZA DA SILVA- Alvará n°9391/2010 - Cessionario:868.028/2011-WESLEY DA SILVA LOPES ME- CPF ou CNPJ 12.515.423/0001-23
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
868.013/1999-AGUAS FLORESTA LTDA- FONTE AQUARELA Nº 01 - AQUARELA - 510 ML (COM E SEM GÁS), 5L, 10L E 20 L (SEM GÁS)- TRÊS LAGOAS/MS
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
868.050/1998-HELCIO KAMANO - FIRMA INDIVIDUAL- AI Nº 1/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.060/1998-CERÂMICA GUERRA LTDA-EPP-OF. N°600/11

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.540/2007-MAURÍLIO FRAZATTO-OF. N°396/2011
826.015/2011-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA-OF. N°359/2011
826.016/2011-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°351/2011
826.017/2011-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°352/2011
826.018/2011-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°353/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
826.649/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S/A-OF. N°236/2010
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.159/2001-MARCELO ZATTAR VALENTE AYMORE-OF. N°413/2011
826.029/2008-DIVALDO NATALÍCIO DA SILVA ME-OF. N°414/2011
826.440/2008-ROSANA CUIASKI SAIDOK STEPANSKI-OF. N°366/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.206/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Área de 645,46 HA para 49,90 HA-AREIA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.390/2000-AGOSTINHO FRANCO
826.027/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.073/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
826.665/1995-TERCILA POLI ANDREIS- Alvará n°19.296/2000 - Cessionário: WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS ME- CNPJ 07.541.767/0001-77
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.063/1989-MINERAÇÃO CAJUEL LTDA-OF. N°364/2011
826.303/1992-PINOCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL LTDA.-OF. N°412/2011
826.627/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°361/2011
826.630/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°360/2011
826.216/2000-MINERAÇÃO DALMINA LTDA ME-OF. N°402/2011
826.588/2001-CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ-OF. N°376/2011
826.700/2001-CAL CEM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°377/2001
826.028/2004-GEOSISTEMA PANGEA LTDA-OF. N°435/2011
826.314/2004-CERÂMICA GNATTA LTDA-OF. N°256/2011
826.355/2006-RODOLFO WEIBER-OF. N°431/2011
826.359/2006-RODOLFO WEIBER-OF. N°432/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.370/1998-SAIBREIRA SAT'ANA LTDA-OF. N°1002/2010-180 dias
826.148/2000-ELVANDO SILVEIRA MORO & CIA LTDA-OF. N°444/2007-180 dias
826.346/2001-CRISTALINA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°762/2009-180 dias
826.534/2003-PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME-OF. N°1575/2010-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.063/1989-MINERAÇÃO CAJUEL LTDA-OF. N°363/2011
826.396/1991-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S/A-OF. N°397/2011
826.216/2000-MINERAÇÃO DALMINA LTDA ME-OF. N°401/2011
826.905/2001-ROSENY BERNIM.-OF. N°362/2011
826.028/2004-GEOSISTEMA PANGEA LTDA-OF. N°434/2011
826.142/2005-CALMINÉRIOS LTDA-OF. N°429/2011
826.355/2006-RODOLFO WEIBER-OF. N°430/2011
826.359/2006-RODOLFO WEIBER-OF. N°433/2011
826.636/2006-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-OF. N°424/2011
826.758/2007-MARIA TEREZA UILLE GOMES-OF. N°421/2011
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.803/2010-MUNICÍPIO DE CIANORTE-OF. N°374/2011 E 375/2011

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
864.927/2008-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.
864.934/2008-CORCOVADO GRANITOS LTDA
864.935/2008-JOÃO D'ABADIA GONÇALVES DE NORONHA
864.202/2009-SANDRA MARIA BRANCO DE SOUZA
864.204/2009-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
864.323/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
864.032/2011-FRANCISCO DE PAULA DA SILVA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.441/2007-FOX MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
864.302/2009-NAVES E FAGUNDES LTDA
864.383/2009-TALLINE DE FATIMA ASSIS GOMES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.248/2008-HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO-OF. N°01/2011
864.515/2010-RAMOS E FERNANDES LTDA-OF. N°005/2011
864.606/2010-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-OF. N°010/2011
864.639/2010-QUANTUM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°009/2011
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.282/2010-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA
864.479/2010-V. G. CEZAR & FILHA LTDA
864.613/2010-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.162/2008-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°014/2011/FISC/DNPM/TO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.301/2009-ADEMAR DE FIGUEREDO- Cessionário:São Francisco Mineração LTDA M- CPF ou CNPJ 05519873/0001-29- Alvará n°15.063/2009
864.332/2009-MINERAÇÃO VALE DO AÇO LTDA- Cessionário:Minetto Minerais do Brasil LTDA- CPF ou CNPJ 11522370/0001-05- Alvará n°5.233/2010
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.073/2004-CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA
864.892/2008-CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
864.099/2004-JESUS MESSIAS SANTANA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
864.137/2006-Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.139/2006-Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.165/2006-Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.166/2006-Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.167/2006-Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
Defere pedido de reconsideração(386)
864.137/2006- Recurso interposto por Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.139/2006- Recurso interposto por Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.165/2006- Recurso interposto por Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.166/2006- Recurso interposto por Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
864.167/2006- Recurso interposto por Rio Gameleira Prospecção E Geologia LTDA
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
860.228/1987-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
860.230/1987-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
860.232/1987-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
860.278/1987-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
860.494/1987-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
860.202/1988-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
864.066/1996-INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A-OF. N°163/2010 - FISC/DNPM/TO-60 dias
864.067/1996-INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A-OF. N°164/2010 - FISC/DNPM/TO-60 dias
864.068/1996-INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A-OF. N°162/2010 - FISC/DNPM/TO-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.489/2010-IVANILTO GONÇALVES ALENCAR-Registro de Licença n°002/2011 de 28/02/2011-Vencimento em 03/02/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.549/2007-JOSÉ ELOI BRASIL - ME-OF. N°50/2011/OUT/DNPM/TO
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
864.293/2009-CERÂMICA FORMOSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

RELAÇÃO Nº 25/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
864.470/2007-IRONEY CAVALCANTE DA SILVA-OF. N°080/2008 - FISC/DNPM/TO-DOU de 20/06/2008
864.138/2008-PEDRO IRAN PEREIRA ESPIRITO SANTO-OF. N°094/2008 - FISC/DNPM/TO-DOU de 07/07/2008
864.206/2009-OLAILTON DE CAMPOS COSTA-OF. N°226/2009 - FISC/DNPM/TO-DOU de 27/01/2010
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
864.125/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.- AI N°296/2010- FISC/DNPM/TO

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Conselho de Administração

Guido Mantega
Presidente

Silas Rondeau Cavalcante Silva
Márcio Pereira Zimmermann
José Sergio Gabrielli de Azevedo
Francisco Roberto de Albuquerque
Fabio Colletti Barbosa
Jorge Gerdau Johannpeter
Luciano Galvão Coutinho
Sergio Franklin Quintella

Diretoria Executiva

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente

Almir Guilherme Barbassa
Renato de Souza Duque
Guilherme de Oliveira Estrella
Paulo Roberto Costa
Maria das Graças Silva Foster
Jorge Luiz Zelada

Conselho Fiscal

Titulares

Marcus Pereira Aucélio
César Acosta Rech
Túlio Luiz Zamin
Nelson Rocha Augusto
Maria Lúcia de Oliveira Falcón

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Três grandes realizações marcaram o ano de 2010: o início da operação do Sistema Piloto do campo de Lula, na área da acumulação conhecida como Tupi, no Pré-Sal da Bacia de Santos; a captação de R$ 120,2 bilhões pela maior oferta pública de ações já realizada no mundo; e a assinatura do Contrato de Cessão Onerosa, que garantiu à companhia o direito de produzir 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) em áreas não licitadas do Pré-Sal.

A dedicação da Petrobras em explorar novas fronteiras de negócio levou a essas conquistas, que fortalecem a companhia. A Petrobras conta com um robusto portfólio no Pré-Sal da Bacia de Santos, a região exploratória mais promissora da costa brasileira. A operação de capitalização propiciou à companhia os recursos para o Contrato de Cessão Onerosa, e também para o financiamento do Plano de Negócios 2010-2014, que prevê investimentos de US$ 224 bilhões.

O lucro líquido atingiu 35,2 bilhões, valor 17% superior ao de 2009, refletindo a expansão da economia brasileira, o crescimento da produção de óleo e gás natural, o aumento dos volumes de venda de derivados no mercado brasileiro e a recuperação das cotações internacionais de petróleo. A produção nacional de óleo e líquidos de gás natural atingiu 2.004 mil de barris de petróleo por dia (bpd), volume 1,7% acima do registrado em 2009, devido, sobretudo, à entrada em operação de novas plataformas. Já a produção de gás natural no Brasil chegou a 56,6 milhões de m³/dia, representando aumento de 5,6% em relação ao ano anterior. O volume total de petróleo e gás natural produzido pela Petrobras em 2010 foi de 2.583 mil boed, dos quais 245 mil provenientes de unidades no exterior.

As reservas provadas de óleo e gás natural da companhia, segundo o critério ANP/SPE, alcançaram 15,986 bilhões de boe no final de 2010, o que representou um aumento de 7,5% em relação a 2009, graças à incorporação de novas descobertas, notadamente nos campos de Lula e Cernambi. O índice de reposição de reservas foi de 229%, ou seja, para cada barril de óleo equivalente produzido, a Petrobras acrescentou 2,29 barris a suas reservas.

Os excelentes resultados obtidos em 2010 comprovam o acerto do direcionamento estratégico da Petrobras. No ano, foram investidos R$ 76,4 bilhões, 8% a mais do que em 2009. Os investimentos destinaram-se principalmente ao aumento da produção de petróleo e gás natural, à melhoria e ampliação do parque de refino, à contratação de novas embarcações para o transporte de seus produtos e à conclusão de obras da malha de dutos que interliga todos os grandes mercados do Brasil. Os investimentos de grande porte em cada um dos segmentos em que a companhia opera consolidam a posição da Petrobras como companhia integrada de energia.

Do total investido, a maior parcela, 42%, foi direcionada à área de Exploração e Produção, que recebeu 32,4 bilhões, valor 5% superior ao ano de 2009. Os investimentos visaram ao aumento da produção e das reservas de petróleo e gás natural. No Pré-Sal, destacou-se a entrada em operação do Sistema Piloto de Lula, com capacidade nominal de 100 mil barris por dia de óleo e de 5 milhões de m³ de gás natural.

Na área de Abastecimento, foram aplicados R$ 28,0 bilhões, o que equivale a um aumento de 70% em relação ao ano anterior. A companhia deu continuidade às obras de instalação da Refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), além de ter iniciado o projeto das duas refinarias Premium, sempre com o objetivo de valorizar o óleo produzido no País e assegurar o abastecimento do mercado brasileiro de derivados.

A área de Gás e Energia investiu R$ 4,9 bilhões, valor correspondente a 6% do total. Esses recursos destinaram-se, sobretudo, à integração das malhas Sudeste-Nordeste de gasodutos, principalmente através do Gasene, que viabilizarão a diversificação e flexibilização das fontes de suprimento de gás natural.

Para ampliar sua participação nos negócios de biodiesel e etanol, a companhia investiu nessa área R$ 1,2 bilhão, equivalente a 2% do total. Já na área de Distribuição, a Petrobras continuou expandindo sua participação no mercado, mantendo a liderança no mercado doméstico de combustíveis, com *market share* de 38,8%. Para tanto, investiu R$ 895 milhões, o equivalente a 1% do total, principalmente nos projetos do mercado automotivo e nas áreas de logística e operações.

Nosso desempenho é fruto de investimentos maciços em desenvolvimento tecnológico e na qualificação dos empregados, aliados ao compromisso permanente com a adoção de boas práticas de governança corporativa. Ano após ano, a Petrobras se evidencia mundialmente pelo pioneirismo tecnológico na exploração e produção de petróleo. A Petrobras é a companhia brasileira que mais investe em P&D. Em 2010, aplicou R$ 1,8 bilhão nessa área, com destaque para a duplicação do Centro de Pesquisas, um dos maiores do mundo, fundamental para o desenvolvimento de novas tecnologias para todos os segmentos de atuação da companhia, especialmente a produção de petróleo no Pré-Sal.

Para fazer frente aos desafios empresariais e a expansão dos negócios da companhia, o Sistema Petrobras aumentou seu efetivo em 4,65% em relação a 2009, encerrando o ano com 80.492 empregados. Somente em relação à Petrobras Controladora, foram realizados dois processos seletivos, com cerca de 336.000 candidatos inscritos e 2.687 admitidos.

Com atuação em todos os continentes e atividades operacionais em 25 países, além do Brasil, a Petrobras encerrou 2010 como a terceira no ranking das empresas globais de energia em valor de mercado. Pelo quinto ano consecutivo integramos o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o mais importante nesse quesito no mundo, o que reflete nosso compromisso com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável.

Em 2010, a Petrobras demonstrou mais uma vez sua competência para superar desafios. Conquistas tecnológicas, aumento de reservas e de produção, expansão e modernização do parque de refino e capitalização recorde asseguram a solidez necessária à companhia e garantem a continuidade na implementação de seu Plano de Negócios.

José Sergio Gabrielli de Azevedo

Presidente da Petrobras

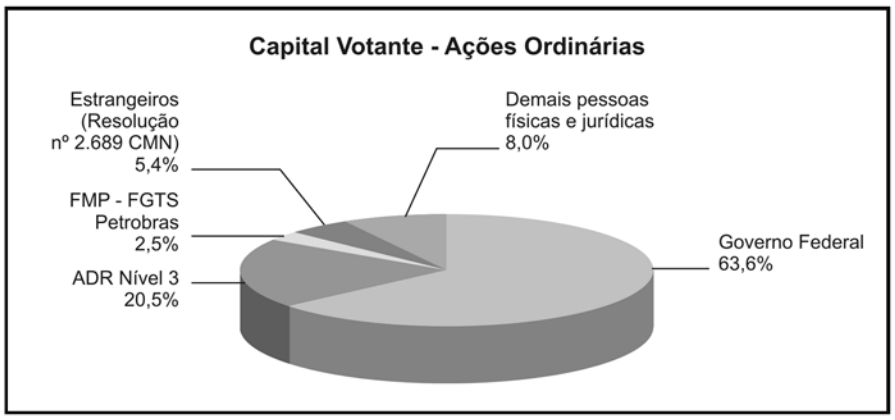
continua

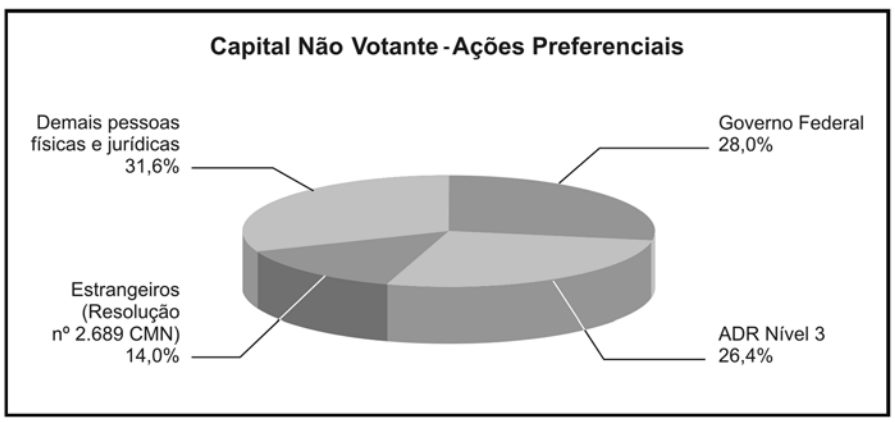
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900129

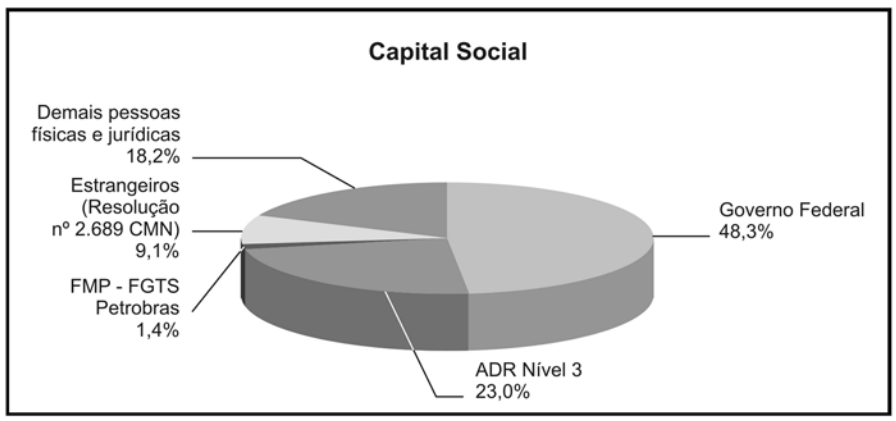
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta







RESULTADOS E GESTÃO

Análise do mercado de petróleo

O melhor desempenho da economia mundial proporcionou mais um ano de recuperação do mercado de petróleo. O preço do barril do Brent oscilou menos que em 2009, com mínimo de US$ 69,55 e máximo de US$ 94,75. O valor médio anual ficou em US$ 79,47, uma alta de 29% em relação à cotação média de 2009.

O consumo de petróleo em 2010 retornou aos níveis pré-crise, superando a projeção inicial dos analistas. A alta foi liderada em termos absolutos pelos países não membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como China e Índia, que, mais uma vez, se destacaram com crescimento da demanda superior à média dos últimos cinco anos. O consumo dos países da OCDE também excedeu as estimativas, especialmente no segundo semestre.

Em relação à oferta, não se confirmou o receio de que o crescimento da produção de petróleo não OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) pudesse ser significativamente afetado pela crise econômica de 2008. A Rússia manteve o patamar de cerca de 10 milhões de bpd, enquanto Brasil, Canadá e China registraram aumento em 2010. Os volumes produzidos na região do Mar do Norte e no México, por sua vez, continuaram em declínio. Já líquidos de gás natural e condensados (LGN) da OPEP – não sujeitos às cotas de produção – apresentaram relevante alta. Como em 2009, a OPEP produziu acima da meta de 24,8 milhões de bpd, estabelecida em dezembro de 2008.

O acidente no Golfo do México, na plataforma Deepwater Horizon, acarretou a moratória da exploração de petróleo nos Estados Unidos por alguns meses, mas não ocasionou impacto expressivo no volume produzido naquele país em 2010. No ambiente geopolítico, as sanções contra o Irã, aliadas aos movimentos de guerrilha na Nigéria, foram os eventos mais marcantes, mas não afetaram de forma acentuada os preços do petróleo.

Estratégia e desempenho empresarial

Estratégia

A estratégia corporativa contempla a expansão de todos os negócios da companhia e baseia-se nos seguintes fatores de sustentabilidade: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. O programa de investimentos para atingir as metas de crescimento do Plano de Negócios 2010-2014 soma US$ 224 bilhões. Desse total, US$ 212,3 bilhões destinam-se a projetos no Brasil e US$ 11,7 bilhões a atividades no exterior, com foco nos Estados Unidos, na América Latina e no oeste da África.

O segmento de Exploração e Produção (E&P) concentra a maior parte dos investimentos. Ao todo, serão US$ 118,8 bilhões – 53% do total aprovado para o período. Desse valor, aproximadamente US$ 33 bilhões destinam-se à exploração e desenvolvimento do Pré-Sal, cuja produção deverá atingir 241 mil bpd de óleo em 2014. O Plano 2010-2014 priorizou a produção doméstica. A produção total de óleo e gás natural deverá alcançar 3.907 mil boed em 2014, dos quais 3.603 mil boed no Brasil.

O segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) contará com US$ 73,6 bilhões, o equivalente a 33% do total dos investimentos. Será mantida a estratégia de aumentar a capacidade de refino, assegurando o abastecimento nacional. Os investimentos se concentrarão na melhoria da qualidade dos combustíveis, na elevação do nível de processamento de óleo pesado e na expansão da capacidade do parque de refino. A carga processada de petróleo no Brasil deverá atingir 2.260 mil bpd até 2014, com a entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima, em 2012, da primeira fase do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em 2013, e da primeira fase da Refinaria Premium I, em 2014.

Os investimentos em Gás e Energia (G&E), de US$ 17,8 bilhões, destinam-se à conclusão da ampliação da malha de transporte de gás natural e à geração de energias termelétrica, eólica e de biomassa. Além disso, esses investimentos permitirão o escoamento do gás do Pré-Sal, a conversão do gás natural em uréia e amônia e a atuação na cadeia de GNL.

O Plano estabelece que os projetos tenham 67% de conteúdo nacional, com geração de encomendas de US$ 28,4 bilhões/ano, em média, aos fornecedores estabelecidos no Brasil e criação de 1,46 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos, em todo o País.

Investimentos

Em 2010, a Petrobras investiu R$ 76,4 bilhões, principalmente na atividade exploratória e em tecnologia, como base para o seu crescimento e garantia do desenvolvimento de toda a sua cadeia produtiva. Também foram realizados investimentos buscando as sinergias operacionais e a integração dos negócios, em linha com seu Plano Estratégico, que prevê crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

A Área de Exploração e Produção recebeu volume recorde de investimento: R$ 32,4 bilhões, correspondentes a 42% do total. Em linha com o Plano Estratégico, os investimentos visaram ao aumento da produção e das reservas de petróleo e gás natural. No Pré-Sal, destacaram-se o Sistema Piloto de Lula (antiga área de Tupi), que iniciou sua produção no último trimestre, com capacidade nominal de 100 mil bpd de óleo e de 5 milhões de m³/dia de gás natural, e o início dos investimentos em oito FPSOs (unidades que produzem, armazenam e transferem óleo e gás) replicantes a serem utilizados no desenvolvimento da produção do polo Pré-Sal da Bacia de Santos. As unidades são denominadas replicantes porque seus cascos idênticos são produzidos em série, permitindo maior rapidez no processo de construção e consequente otimização dos custos. Prosseguem os investimentos no desenvolvimento de campos de produção do pós-sal do Sudeste brasileiro.

A Área de Abastecimento investiu R$ 28,0 bilhões, 38% do total dos investimentos. Prosseguiram as obras de instalação da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj e foram iniciados os investimentos nas duas refinarias Premium, com o objetivo de valorizar o óleo produzido, assegurar o abastecimento do mercado brasileiro de derivados e intensificar a exportação de derivados. A Petrobras continuou investindo na melhoria do perfil de produção de derivados e na qualidade desses produtos para atender aos mais rigorosos padrões internacionais e ambientais. Além disso, intensificaram-se os investimentos em dutos e na expansão da frota.

A Área de Gás e Energia recebeu R$ 4,9 bilhões, 6% do total dos investimentos. Esses recursos foram aplicados principalmente na integração das malhas Sudeste-Nordeste de gasodutos, que possibilitará a diversificação e flexibilização das fontes de suprimento de gás natural e o melhor aproveitamento do gás associado produzido no Pré-Sal. Foram inaugurados os gasodutos Gasduc III, que aumenta a flexibilidade de oferta e a capacidade para atender ao mercado do Sudeste; Gasbel II, que promoverá a garantia de funcionamento simultâneo das usinas termelétricas (UTEs) Aureliano Chaves e Juiz de Fora e permitirá a instalação de novas unidades na região; e Pilar-Ipojuca, que levará gás natural para importantes empreendimentos, como a Refinaria Abreu e Lima e a PetroquímicaSuape. Outro importante projeto é o gasoduto Gastau, cuja inauguração está prevista para 2011 e que tem função estratégica no desenvolvimento do Pré-Sal da Bacia de Santos.

Na Área de Distribuição de derivados e biocombustíveis, a Petrobras continuou expandindo sua participação de mercado e investiu R$ 895 milhões (1% do total dos investimentos), principalmente nos projetos do mercado automotivo e nas áreas de logística e operações, contribuindo para o crescimento do market share.

A Área Internacional investiu R$ 4,8 bilhões, o equivalente a 6% do total, com foco nos projetos de exploração e produção em campos na parte americana do Golfo do México, na Nigéria e em Angola. Destacaram-se as aquisições da participação de 100% dos campos de Cascade e de 66,7% do campo de Chinook, ambos no Golfo do México; os investimentos em exploração de petróleo e gás natural nas bacias de Medanito e Malvinas, na Argentina; e a exploração e a produção de petróleo em águas profundas nos campos de Akpo, Agbami e Egina, na Nigéria, onde o petróleo é leve, com reduzido teor de enxofre.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Para conquistar uma participação relevante nos negócios de biodiesel e etanol, a companhia investiu R$ 1,2 bilhão em 2010 no negócio de biocombustíveis, o equivalente a 2% do total. A Petrobras ingressou no mercado de etanol por meio das integralizações de R$ 132 milhões no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A. e de R$ 682 milhões do Açúcar Guarani S.A.. Também foram realizados investimentos na duplicação da usina de Candeias (BA); no aumento da capacidade de produção das usinas de Quixadá (CE) e Montes Claros (MG); e na adaptação das usinas experimentais de Guamaré (RN), para produção em escala comercial.

Desempenho das ações

Após a forte recuperação do mercado acionário brasileiro em 2009, o ano de 2010 foi marcado pela estabilidade. O Ibovespa encerrou o período com alta de 1,04%, aos 69.305 pontos. A Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) registrou o maior volume de negócios da história, demonstrando a solidez do mercado acionário brasileiro. Nos Estados Unidos, o índice Dow Jones terminou o ano com valorização de 11,02%.

Apesar dos bons resultados operacionais e da confirmação do enorme potencial da região do Pré-Sal, com a declaração de comercialidade das áreas de Tupi e Iracema ao final do ano (batizados de Lula e Cernambi, respectivamente), as ações da companhia fecharam o ano em queda. Na BM&FBovespa, as ações ordinárias (PETR3) caíram 26,65%, e as preferenciais (PETR4), 25,62%. Na New York Stock Exchange (NYSE), onde se negociam os recibos ordinários (PBR) e preferenciais (PBR/A), as quedas foram de 20,63% e 19,38%, respectivamente. Mesmo com a queda das cotações, o valor de mercado da companhia encerrou o exercício 18,6% acima do registrado em 2009, alcançando US$ 236,5 bilhões, como consequência do processo de capitalização.

Uma grande quantidade de novos investidores participou da capitalização da Petrobras, elevando para 396.975 o número de acionistas na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 26,48% em relação ao ano anterior. Considerando os cotistas de fundos de investimentos em ações da Petrobras, os aplicadores de recursos com o FGTS e os detentores de ADRs (180.000, aproximadamente), o total de investidores da companhia ficou em torno de um milhão.

A companhia distribuiu dividendos brutos de R$ 1,03 por ação ordinária ou preferencial, referentes ao exercício de 2010, totalizando R$ 11,73 bilhões. Além disso, em 2010, a Petrobras aprovou e efetuou o pagamento de distribuições antecipadas de juros sobre capital próprio (JCP), referentes ao exercício de 2010. O valor dessa antecipação foi de R$ 0,91 por ação ordinária ou preferencial, somando R$ 7,95 bilhões.

Capitalização

Em 2010, a Petrobras realizou a maior oferta de ações da história, que resultou na emissão de 2.369.106.798 ações ordinárias e de 1.901.313.392 ações preferenciais, totalizando R$ 120,2 bilhões (US$ 69,9 bilhões), dos quais R$ 45,5 bilhões foram para o caixa e R$ 74,8 bilhões destinaram-se ao pagamento da cessão onerosa dos direitos de produção de até 5 bilhões de barris de óleo equivalente em áreas não licitadas do Pré-Sal.

No Brasil, o preço da ação ordinária foi R$ 29,65 e o da preferencial, R$ 26,30. Nos Estados Unidos, os preços foram US$ 34,49 e US$ 30,59, para os recibos ordinários e preferenciais, respectivamente. Cerca de 145 mil investidores participaram da operação, sendo que União Federal, BNDES e Fundo Soberano aportaram US$ 46,4 bilhões, aumentando a participação do Governo na composição do capital social da Petrobras.

A capitalização contribuiu ainda para manter os índices de alavancagem da companhia em patamares dentro das metas traçadas pela administração: Dívida Líquida / Capitalização entre 25% e 35% e Dívida Líquida / EBITDA de no máximo 2,5 vezes. Encerrando o ano de 2010 com alavancagem em 17%, a Petrobras poderá, nos próximos anos, captar recursos adicionais junto ao mercado e garantir financiamento para a realização de seus projetos.

Governança Corporativa

A Petrobras adota as melhores práticas de governança corporativa e os mais avançados instrumentos de gestão. Por ser uma companhia de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&FBovespa. No exterior, cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da NYSE, nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha; da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina.

A companhia adota padrões internacionais de transparência, em respeito aos seus diversos públicos de interesse: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, empregados e sociedade, entre outros.

A estrutura de Governança Corporativa da Petrobras é composta por: Conselho de Administração e seus comitês, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Ouvidoria Geral, Comitê de Negócios e Comitês de Integração.

Em 2010, o Plano Básico de Organização, aprovado pelo Conselho de Administração, foi aprimorado de forma a contemplar o Modelo de Governança Corporativa da Petrobras, bem como sua estrutura de Comitês do Conselho de Administração, Comitê de Negócios e Comitês de Integração.

O Conselho de Administração estabeleceu mandato de dois anos para o titular da Ouvidoria Geral da Petrobras, que pode ser reconduzido uma única vez por igual período, incluindo esta prática nas Diretrizes de Governança Corporativa da companhia.

Controles internos

A Petrobras, a Petrobras International Finance Company (PifCo) e a Petrobras Argentina concluíram suas Certificações de Controles Internos do exercício de 2009, em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e à Instrução CVM 480/09. Os relatórios financeiros consolidados foram certificados, sem ressalvas, pelos auditores independentes, repetindo o êxito alcançado nos exercícios anteriores.

Em dezembro de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Instrução CVM 480, que, a exemplo da SOX (aplicável às empresas reguladas pela Securities and Exchange Commission – SEC), exige que os diretores das empresas com ações negociadas na BM&FBovespa atestem a efetividade dos controles internos da companhia no encerramento de cada exercício.

Essas certificações são planejadas e operacionalizadas pela área corporativa de Controles Internos da Petrobras e contemplam os principais processos da controladora, assim como os das subsidiárias e controladas que se enquadrem na categoria de relevantes, de acordo com os quesitos da SOX/CVM e suas regulamentações. A supervisão dos trabalhos é uma atribuição dos Comitês Corporativos da Diretoria Financeira e do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração.

O processo de certificação anual está estruturado em três etapas: avaliação dos controles em nível de entidade (entity level) para diagnosticar o ambiente de governança corporativa; autoavaliação, pelos gestores, do desenho de processos empresariais e dos controles internos; e teste dos referidos controles pela Auditoria Interna.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

A Petrobras utiliza instrumentos de gestão empresarial pautada em seu código de Ética, Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

O Estatuto Social da companhia, no artigo 29, determina que os auditores independentes não poderão prestar serviços de consultoria à Petrobras durante a vigência do contrato de auditoria.

A Petrobras contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil nos exercícios sociais de 2006, 2007, 2008, desde abril de 2006.

Em abril de 2009 o contrato foi prorrogado por mais dois anos, para os exercícios de 2009 e 2010.

Durante o exercício de 2010, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas:

	R$ mil
Auditoria Contábil	24.448
Auditoria SOX	2.740
Serviços adicionais relacionados à auditoria	1.045
Outros	218
Total dos serviços	28.451

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Petrobras é de responsabilidade de seus diretores, por intermédio do Comitê de Integração Financeira, e está alinhado com os objetivos e metas corporativos estabelecidos no Plano de Negócios 2010-2014.

Fatores como variações no preço do petróleo e de seus derivados, taxas de juros (doméstica e internacionais), oscilações cambiais e outras classes de riscos impactam os resultados e exigem constante monitoramento para adequar o grau de tolerância de riscos às metas de crescimento e à expectativa de rentabilidade.

Riscos de mercado

A Petrobras limita as operações com derivativos a transações específicas de curto prazo. As operações com derivativos (futuros, swaps e opções) são realizadas exclusivamente para proteger o resultado de transações de cargas físicas no mercado internacional. Nessas operações de proteção patrimonial (hedge), as variações positivas ou negativas são compensadas, total ou parcialmente, por resultados opostos nas referidas transações.

Tais operações só se realizam dentro dos limites de uma diretriz específica para gestão de risco de commodities. Nesse contexto, as posições de caixa, a dívida e as transações comerciais são consideradas para a quantificação da exposição líquida da companhia aos riscos relacionados às taxas de câmbio e juros.

Seguros

A Petrobras transfere ao mercado segurador, por meio de compra de seguros, os riscos que podem gerar prejuízos significativos à companhia e os que devem ser obrigatoriamente segurados, por disposição legal ou contratual.

Devido à capacidade de assumir parcela expressiva de riscos, a Petrobras contrata franquias que podem chegar a US$ 50 milhões. Os riscos relacionados às apólices de lucros cessantes e de controle de poços, assim como a maior parte da malha de dutos em território brasileiro, não são segurados. Plataformas, refinarias e outras instalações são cobertas por apólices de riscos operacionais e de petróleo. A movimentação de cargas é coberta por apólices de transporte, enquanto as embarcações estão protegidas por seguro de casco e máquinas. Responsabilidade civil e poluição ambiental também são cobertas por apólices específicas.

Os projetos e as instalações em construção com potencial de dano máximo provável superior a US$ 50 milhões são protegidos contra riscos de engenharia por seguros contratados pela própria Petrobras, preferencialmente, ou pelas empreiteiras. Face aos investimentos previstos no Plano de Negócios 2010-2014, espera-se um aumento significativo no volume de prêmios pagos com a contratação de seguros para cobrir os riscos de engenharia associados aos novos empreendimentos.

Na contratação dos seguros, os ativos são avaliados a partir do custo de reposição. O Limite Máximo de Indenização (LMI) da apólice de riscos operacionais é de US$ 1,2 bilhão, considerando-se o dano máximo provável das instalações. No caso da apólice de riscos do petróleo, esse limite chega a US$ 2,3 bilhões e corresponde ao maior valor de reposição das plataformas da Petrobras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Em 2010, o prêmio final das principais apólices da companhia (riscos operacionais e de petróleo) totalizou US$ 45,1 milhões, para um valor segurado dos ativos de US$ 95 bilhões.

Crédito

A política de crédito adotada pela Petrobras para concessão e revisão dos créditos de seus clientes segue as diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Depois de analisados, os créditos são aprovados pelas Comissões de Crédito ou, em instância superior, pelas diretorias financeiras e de contato com os clientes.

O volume de crédito concedido vem crescendo a cada ano, acompanhando a expansão da companhia e permitindo o incremento de vendas com o menor risco possível, principalmente no exterior.

O controle da utilização de crédito pelos clientes, no País e no exterior, é centralizado, e os processos de controle e concessão de créditos são aprimorados constantemente, de modo a oferecer maior suporte ao desempenho cada vez mais sustentável da atividade comercial. Com isso, a companhia aproxima-se ainda mais de seus clientes e amplia o uso do crédito como instrumento comercial.

Financiamentos

Financiamentos corporativos

A Petrobras manteve elevado grau de liquidez para executar seu plano de investimentos. O reconhecimento da qualidade do crédito da companhia por bancos, agências oficiais de crédito (Export Credit Agencies – ECAs) e investidores refletiu-se em custos e prazos favoráveis para o financiamento de suas atividades. No mercado bancário, foram realizadas operações de US$ 9 bilhões no exterior e R$ 4,2 bilhões no Brasil. Também foram feitas operações de administração de passivos de R$ 7,5 bilhões, com o objetivo de alongar o perfil de endividamento da companhia. Nos financiamentos pelas ECAs, a Petrobras captou US$ 313 milhões por meio da Petrobras Netherlands B.V. (PNBV) e US$ 300 milhões por meio da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV).

Para dar suporte aos seus negócios, foram contratadas garantias bancárias de US$ 8,8 bilhões, nos mercados doméstico e internacional.

Financiamentos estruturados

Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) – Para a construção das plantas de PET (resina de polietileno tereftálico) e de POY (filamentos têxteis de poliéster), a Citepe obteve financiamentos no valor de € 90 milhões e de R$ 430 milhões. Quando estiver em operação, a Citepe, juntamente com a Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape), fará parte do mais importante polo integrado de poliéster da América Latina, no Complexo Industrial Portuário de Suape.

Gasoduto Urucu-Coari-Manaus – Em 2010, a Transportadora Urucu Manaus (TUM) realizou captação adicional de R$ 725,7 milhões para dar continuidade ao projeto. Em agosto, a TUM foi incorporada pela Transportadora Associada de Gás (TAG) e seus financiamentos contratados com o BNDES foram aditados. A TAG passou a ser a beneficiária, e a Petrobras, a garantidora da operação. Desta forma, todas as garantias relacionadas ao financiamento estruturado também foram extintas.

P&M Drilling International BV – Foi contratado um financiamento de US$ 489 milhões na modalidade Project Finance – Limited Recourse. A Petrobras detém participação nessa empresa, cuja atividade principal é a perfuração de poços para a área Internacional.

Financiamentos a Fornecedores e a Clientes

Em 2010, a Petrobras deu continuidade a sua política de fomento aos seus fornecedores por meio do Programa de Recebíveis e de Participação e do Programa de Financiamento aos Clientes.

O Programa de Recebíveis se consolidou a partir da estruturação, desenvolvimento e acompanhamento dos Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDCs). Com o apoio da Petrobras, as instituições do mercado de capitais estruturaram os fundos, oferecendo aos fornecedores taxas mais baixas que as praticadas no mercado. No total, foram implementados cinco FIDCs, colocando R$ 733 milhões à disposição dos fornecedores, dos quais R$ 30 milhões aportados pela Petrobras.

O Programa de Participação destina-se ao fortalecimento econômico-financeiro da cadeia produtiva, com foco em empresas que tenham dificuldade de obtenção de financiamento para assumir contratos com a Petrobras. O aporte direto de patrimônio aos fornecedores da cadeia de óleo e gás é realizado por meio da estruturação de Fundos de Investimento em Participações (FIP). Atualmente, os três FIPs em operação somam um Patrimônio Líquido (PL) de R$ 1,7 bilhão. Esses investimentos proporcionam o aumento da capacidade operacional e tecnológica das empresas e do nível de suas garantias.

O Programa de Financiamento a Clientes visa melhorar a administração do fluxo de caixa dos clientes da companhia. O programa baseia-se em FIDC que atua como intermediário entre os clientes e a Petrobras. O fundo paga a Petrobras à vista e recebe a prazo dos clientes. Assim, são atendidos os prazos para pagamento de compra dos clientes, sem impacto no caixa da Petrobras.

Recursos Humanos

A gestão de pessoas em 2010 foi marcada por estratégias que contribuíram para que a Petrobras prosseguisse em sua trajetória de conquistas. A companhia foi apontada como "empregador ideal" por mais de 11.300 universitários brasileiros pela consultoria internacional Universum Global, organizadora da pesquisa Top 100 Ideal Employer.

Evolução do efetivo

O Sistema Petrobras encerrou o ano com 80.492 empregados, aumentando seu efetivo em 4,65% em relação a 2009. Em virtude da expansão dos negócios da companhia, foram realizados dois processos seletivos para a Petrobras Controladora, com cerca de 336.000 candidatos inscritos e 2.687 admitidos.

Benefícios

A Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) deu cobertura a 271 mil beneficiários em aproximadamente 23 mil pontos de atendimento. O dispêndio da Petrobras com consultas, exames e internações foi de R$ 710 milhões.

Foram aplicados R$ 138,56 milhões em benefícios educacionais, contemplando 20.720 empregados, com a concessão do auxílio a 29.881 dependentes.

Custo de pessoal e participação nos lucros e resultados

O custo de pessoal é composto pela remuneração fixa dos empregados (gastos com salários, vantagens, adicionais e encargos) e pelas despesas referentes aos benefícios educacionais, de previdência complementar e AMS. Em 2010, esse custo atingiu R$ 12,3 bilhões na controladora, 13,74% superior ao do ano anterior. Contribuíram para esse aumento o reajuste salarial, com ganho real para os empregados de até 4,66%, a expansão do efetivo e o crescimento da folha de pagamento, em virtude de anuênios e progressão dos empregados na carreira. No Sistema Petrobras, o custo total de pessoal foi de aproximadamente R$ 15,9 bilhões.

A companhia distribuiu, em 2011, R$ 1,69 bilhão a seus empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2010.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Em 2010, a companhia investiu R$ 161,3 milhões em desenvolvimento dos seus profissionais, o que se traduziu em uma média de 86 horas de treinamento por empregado e em mais de 218 mil participações em cursos de educação continuada no país e no exterior e em formação de novos empregados. No Brasil, os investimentos alcançaram R$ 142,3 milhões.

A Petrobras entregou oficialmente à Organização das Nações Unidas (ONU) a metodologia de formação de líderes globalmente responsáveis, desenvolvida pela área de Recursos Humanos da companhia, através da Universidade Petrobras. O modelo poderá ser disseminado pelos organismos vinculados ao Pacto Global da ONU, como a European Foundation for Management Development (EFMD), que congrega mais de 500 escolas de negócio em todo o mundo.

Com o intuito de fomentar a mão de obra para a indústria de óleo, gás, energia e biocombustíveis, os convênios estabelecidos pelo Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos (PFRH) permitiram à companhia destinar recursos da Participação Especial para a concessão de bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pesquisador visitante a alunos e professores de instituições educacionais de nível técnico e superior. Em 2010, foram investidos R$ 9 milhões em convênios com 24 instituições de ensino superior e técnico no Brasil, gerando 1.605 bolsas de estudo.

Outra ação voltada para formação de recursos humanos com foco no nível técnico foi o projeto Profissões de Futuro, destinado a despertar nos estudantes do último ano do nível fundamental e nos dos níveis médio e técnico o interesse pelas carreiras técnicas da indústria de óleo e gás.

NEGÓCIOS

Exploração e Produção

Exploração

Em 2010, a Petrobras consolidou o sucesso da atividade exploratória nas seções Pré-Sal e pós-sal das bacias sedimentares brasileiras do Sul e do Sudeste, e desbravou uma nova fronteira petrolífera na costa de Sergipe, fortalecendo os alicerces para que a produção de petróleo no Brasil continue a sua trajetória de crescimento, com sustentabilidade, ao longo das próximas décadas.

BACIA DE SERGIPE

Barra (1-SES-158)

A Petrobras identificou em 2010 uma nova província petrolífera em águas ultraprofundas da Bacia de Sergipe, com a perfuração do poço 1-SES-158, denominado prospecto Barra, a uma profundidade aproximada de 4.700 m. A ocorrência de gás e condensado foi comprovada com esse poço pioneiro, no bloco SEAL-426 da concessão BM-SEAL-11, a aproximadamente 60 km da costa do estado de Sergipe, em lâmina d'água de 2.341 m.

BACIA DE SANTOS

Marujá (1-SPS-76)

Foi descoberto óleo leve a 2.200 m de profundidade no poço 1-SPS-76 (prospecto Marujá), perfurado no bloco S-M-1352 da concessão BM-S-41. O poço localiza-se a cerca de 215 km da costa do estado de São Paulo, em lâmina d'água de 400 m e a aproximadamente 15 km das acumulações de Tiro e Sidon.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

A descoberta confirma a adequação da estratégia exploratória na busca da formação de um novo polo de produção na parte sudoeste da Bacia de Santos, que poderá ser integrado aos campos já descobertos, como Caravela, Cavalo Marinho e Coral e as áreas de Tiro e Sidon.

Franco (2-ANP-1-RJS)

Foi constatada acumulação de óleo de boa qualidade, com cerca de 30º API, com a perfuração do poço 2-ANP-1-RJS, no prospecto Franco, a 195 km da costa do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 1.889 m. Estimativas preliminares, com base na sísmica e no poço perfurado, indicam volumes recuperáveis da ordem de 3 bilhões de barris de petróleo. Franco é uma das áreas da Cessão Onerosa, conforme contrato firmado entre a Petrobras e a União Federal.

Plano de Avaliação de Tupi

Em 2010, no Plano de Avaliação de Tupi, que incluiu as áreas de Tupi e de Iracema, foram perfurados cinco poços exploratórios e um poço injetor de gás e iniciada a perfuração de mais três poços (um para o Piloto de Produção). No final do ano foi declarada a comercialidade de duas acumulações nessas áreas. Tais acumulações foram denominadas campos de Lula e de Cernambi.

BACIA DE CAMPOS

Brava (6-MRL-199D-RJS)

Na área de concessão de Marlim, a Petrobras constatou a presença de uma jazida profunda em reservatórios do Pré-Sal, portadores de óleo de boa qualidade (29º API). A descoberta foi resultado da perfuração do prospecto exploratório conhecido como Brava, realizada através do poço 6-MRL-199D-RJS, em lâmina d'água de 648 m, numa acumulação a 4.460 m de profundidade. Estimativas preliminares apontam para volumes recuperáveis em torno de 380 milhões de boe. A descoberta está localizada em área próxima à infraestrutura instalada dos campos de Marlim e Voador.

Carimbé (6-CRT-43-RJS)

A companhia descobriu duas acumulações de óleo de boa qualidade (29º API) na área do Campo de Caratinga, em reservatórios do pós e do Pré-Sal, com a perfuração do poço 6-CRT-43-RJS, conhecido como prospecto Carimbé, situado a 106 km da costa do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 1.027 m.

Uma delas, nos reservatórios do pós-sal, está localizada a 3.950 m de profundidade, com estimativa de volumes recuperáveis de aproximadamente 105 milhões de barris. A outra, em reservatórios do Pré-Sal, encontra-se a uma profundidade de 4.275 m e possivelmente está relacionada à acumulação identificada na área do campo de Barracuda. O potencial de volume recuperável é estimado em 360 milhões de boe, caso a ligação entre as duas acumulações se confirme.

Tracajá (6-MLL-70-RJS)

No poço 6-MLL-70-RJS (Tracajá), perfurado próximo a Marlim Leste, constatou-se a presença de reservatórios de hidrocarbonetos no Pré-Sal a uma profundidade de 4.442 m, em lâmina d'água de 1.366 m, a 124 km da costa do Rio de Janeiro.

BACIA DO SOLIMÕES

Igarapé Chibata (1-ICB-1-AM)

A Petrobras fez uma importante descoberta de petróleo de excelente qualidade (46º API) e gás associado em reservatórios areníticos da Bacia do Solimões. Esse resultado foi obtido com a perfuração do poço pioneiro 1-ICB-1-AM (Igarapé Chibata nº 1), que atingiu a profundidade de 3.485 m. A descoberta localiza-se na província petrolífera de Urucu. O Teste de Longa Duração (TLD) iniciado em setembro indica uma capacidade de produção de 2.500 bpd.

Índice de sucesso exploratório

Em 2010, foram perfurados 116 poços, dos quais 67 em terra e 49 no mar. Destes, 31 localizam-se no pós-sal e 18 no Pré-Sal. O índice de sucesso exploratório foi de 57%.

Concessões

Não houve rodada de licitações da ANP em 2010. O portfólio de concessões exploratórias da companhia, com as aquisições e as devoluções realizadas no ano, passou a contar com 198 blocos, que totalizam 113,8 mil km². Além disso, estão sendo avaliadas descobertas em outras 31 áreas, que compreendem 16,4 mil km². A área exploratória da Petrobras é de 130,2 mil km².

Cessão Onerosa

Em 2010, foi sancionada a Lei nº 12.276, de 30/06/2010, referente à Cessão Onerosa. Essa lei autoriza a União Federal a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas do Pré-Sal, limitando-se à produção de no máximo 5 bilhões de boe.

Produção

A Petrobras iniciou, em março de 2010, o TLD das áreas de Tiro e Sidon, com a instalação da plataforma semissubmersível SS-11 Atlantic Zephyr, cuja capacidade de produção de óleo é de 20 mil bpd e a de tratamento de gás é de 475.720 m³/dia. As jazidas estão localizadas no bloco exploratório BM-S-40 (100% Petrobras), na região sul da Bacia de Santos, a cerca de 210 km da costa. O TLD será feito em duas etapas: produção no poço 1-SPS-56, na acumulação de Tiro, por um período de 12 meses, e teste do poço 1-SPS-57, na área de Sidon, por igual período.

Em maio, foi iniciada a produção do FPSO Capixaba, no campo de Cachalote. Em julho, foi conectado a este FPSO um poço da seção Pré-Sal no campo de Baleia Franca. Esses campos ficam no Parque das Baleias, no litoral sul do Espírito Santo, na Bacia de Campos. O FPSO tem capacidade para processar 100 mil bpd de óleo e 3,2 milhões de m³/dia de gás.

Além do início da produção do campo de Baleia Franca, no segundo semestre de 2010, foram iniciadas as operações de quatro novas plataformas. Em julho, entrou em produção o FPSO Cidade de Santos, para o desenvolvimento dos campos de Uruguá e Tambaú. Trata-se do primeiro FPSO instalado para o desenvolvimento definitivo de campos de petróleo e gás da Bacia de Santos. O navio está ancorado a 160 km da costa do estado de São Paulo, com lâmina d'água de 1.300 m, e tem capacidade para produzir 10 milhões de m³/dia de gás natural e 35 mil bpd de óleo.

Em outubro, foi iniciada a operação do navio-plataforma Cidade de Angra dos Reis, a primeira unidade programada para produzir em escala comercial no Pré-Sal da Bacia de Santos, no campo de Lula. Esse sistema piloto complementará os dados técnicos colhidos pelo TLD iniciado em 2009, com informações relevantes sobre o reservatório e a produção, indispensáveis à concepção das futuras unidades que irão operar no Pré-Sal. O sistema tem capacidade para produzir 100 mil bpd de óleo e 5 milhões de m³/dia de gás natural e está ancorado a cerca de 300 km da costa, em lâmina d'água de aproximadamente 2.100 m. O campo de Lula é operado pela Petrobras (65%), em parceria com as empresas BG Group (25%) e Galp Energia (10%).

Em dezembro, a Petrobras iniciou a produção no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, com a plataforma P-57, a 80 km da costa do Espírito Santo. A plataforma está ancorada em lâmina d'água de 1.260 m e tem capacidade para processar 180 mil bpd de óleo e 2 milhões de m³/dia de gás. Essa unidade inaugura uma nova geração de plataformas, concebidas a partir do conceito de engenharia que privilegia a simplificação de projetos e a padronização de equipamentos.

No mesmo mês, foi iniciado o TLD de Guará, no bloco exploratório BM-S-9 da Bacia de Santos, a cerca de 310 km da costa de São Paulo e a 55 km a sudoeste do campo de Lula. A plataforma Dynamic Producer foi instalada em lâmina d'água de 2.140 m. A Petrobras é a operadora (45%), em parceria com as empresas BG Group (30%) e Repsol (25%).

Esses projetos, aliados ao aumento de produção após a interligação de novos poços em diversas plataformas (P-53, P-51, P-34, FPSO Cidade de Vitória, FPSO Espírito Santo e FPSO Frade), compensaram o declínio natural da produção e ainda garantiram à companhia um aumento de 1,7% na produção nacional de óleo e LGN, que atingiu 2.004 mil bpd.

Custos de Extração

Em 2010, o custo médio de extração, sem participação governamental, foi de US$ 10,03/boe, um aumento de 14% em relação ao ano anterior devido ao maior número de intervenções em poços. Desconsiderando o efeito cambial, este índice cai para 5%. Com as participações governamentais, o custo de extração chegou a US$ 24,64/boe, valor 20% acima do verificado em 2009. Sem computar o efeito cambial, o aumento ficou em 16%, influenciado principalmente pela elevação do preço médio de referência do petróleo nacional.

Em reais, o custo médio de extração foi de R$ 17,58/boe, superior em 2% ao registrado no ano anterior. Incluídas as participações governamentais, o custo atingiu R$ 43,48, valor superior em 10% ao do exercício anterior, novamente influenciado pelo crescimento de 17% no preço médio de referência do petróleo nacional, em reais.

Produção de gás natural

A produção de gás natural em 2010 totalizou 56,6 milhões de m³/dia, um incremento de 3 milhões m³/dia em relação ao ano anterior, decorrente do aumento da demanda, principalmente no segundo semestre.

A oferta no Brasil cresceu em relação a 2009, devido principalmente à entrada em operação de novos projetos previstos no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), como a antecipação da produção de gás do campo de Canapu e o aumento da produção do campo de Camarupim, no Espírito Santo. Além disso, o início das operações de processamento na Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Sul Capixaba permitiu o escoamento da produção proveniente do Parque das Baleias, assim como o término da adequação da Unidade de Processamento de Gás da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) possibilitou o incremento da produção do campo de Lagosta, na Bacia de Santos.

Em continuidade à implementação dos projetos previstos no Plangás, o campo de Mexilhão entrará em produção em 2011 e será iniciado o escoamento do gás dos campos de Uruguá e Tambaú. Nesse mesmo ano, a produção do campo de Lula começará a ser escoada, o que confirmará a trajetória ascendente da oferta de gás para o atendimento à demanda do mercado.

Pré-Sal

As descobertas na camada Pré-Sal localizam-se na Bacia de Campos (campos de Marlim, Albacora Leste e Caratinga e no Parque das Baleias - Jubarte, Cachalote e Baleia Franca) e na Bacia de Santos (nas áreas de Guará, Iara, Júpiter, Parati, Bem-Te-Vi, Caramba, Carioca e Franco e nos campos de Lula e Cernambi). Caso sejam confirmados os volumes recuperáveis entre 8,1 bilhões e 9,6 bilhões de boe, referentes à parcela da Petrobras em Lula, Cernambi, Guará, Iara e Parque das Baleias, deverá haver um aumento significativo nas reservas provadas da Petrobras nos próximos anos.

Em 2010 foram concluídas as perfurações de oito poços, sendo sete nas áreas licitadas do Pré-Sal da Bacia de Santos operadas pela Petrobras e um na área de Cessão Onerosa. Outros sete estão sendo perfurados, um deles na área de Cessão Onerosa. Os poços perfurados nos campos de Lula e Cernambi confirmaram o alto potencial e risco controlado sobre a ocorrência de hidrocarbonetos da área.

A entrada em operação do primeiro sistema definitivo do polo Pré-Sal da Bacia de Santos ocorreu em outubro, com o navio plataforma Cidade de Angra dos Reis e um poço produtor (9-RJS-660). O projeto, denominado Piloto de Lula, que prevê a interligação de seis poços produtores e três injetores, inclui a construção do gasoduto Tupi-Mexilhão, por onde será escoado o gás até a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato, em Caraguatatuba (SP), para posterior comercialização. O óleo do Piloto é transferido das plataformas por navios aliviadores de posicionamento dinâmico e destinado às refinarias brasileiras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Em dezembro de 2010, a Petrobras encaminhou à ANP a declaração de comercialidade dos campos de Lula e Cernambi, com volumes recuperáveis de 6,5 bilhões de boe e 1,8 bilhão de boe, respectivamente. Até a declaração de comercialidade de Lula, a vazão de óleo do FPSO Cidade de São Vicente foi mantida próxima de 15 mil bpd, devido à limitação da vazão de gás direcionada para o *flare* de 500 mil m³/dia, conforme acordo com a ANP para o TLD. Com o início da produção comercial do FPSO Cidade de Angra dos Reis e da entrada em operação da infraestrutura de escoamento de gás, o pico de produção deve ser atingido em 2012, com vazão de óleo próxima de 100 mil bpd.

Em dezembro de 2010 também foi iniciado o segundo TLD do Pré-Sal da Bacia de Santos, no BM-S-9 (Guará).

Para atender às atividades do Pré-Sal, foram assinados os contratos para construção dos oito cascos de FPSOs replicantes. Esses cascos, somados aos três FPSOs pilotos já contratados (Cidade de Angra dos Reis, Cidade de São Paulo e Cidade de Paraty), destinam-se à primeira fase de desenvolvimento da produção do Pré-Sal da Bacia de Santos. Essa foi a primeira contratação em bloco, seguindo a estratégia de utilização de soluções e equipamentos padronizados como forma de acelerar o desenvolvimento da área.

Os promissores resultados obtidos nessas jazidas mais profundas permitiram à companhia estimar, para 2017, uma produção diária superior a 1 milhão de boe nas áreas do Pré-Sal em que é operadora, incluindo a parcela de produção que cabe aos seus parceiros.

Reservas provadas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no Brasil atingiram 15,283 bilhões de boe em 2010 pelo critério ANP/SPE, um aumento de 8% em relação ao ano anterior. Foi apropriado 1,911 bilhão de boe em reservas e produzidos 797 milhões de boe, incorporando às reservas provadas da companhia 1,114 bilhão de boe.

Com essa incorporação, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 240%, o que significa que para cada barril de óleo equivalente produzido no ano foi acrescentado 1,4 barril de óleo equivalente às reservas. O indicador Reserva/Produção (R/P) aumentou para 19,2 anos.

Além dos volumes acima referidos, a Petrobras possui o direito de produzir, em áreas do Pré-Sal, o volume de 5 bilhões de boe, adquirido em 2010 através do Contrato de Cessão Onerosa.

Entre as principais apropriações em 2010, estão:

- Descobertas de Lula e Cernambi na Unidade de Operações da Bacia de Santos;
- Descobertas nos campos de Marlim e Pampo na Unidade de Operações da Bacia de Campos; e nos campos de Barracuda, Caratinga e Marlim Leste na Unidade de Operações do Rio de Janeiro;
- Projetos de aumento de recuperação de petróleo nos campos de Roncador, Marlim Sul, Albacora Leste e Marlim Leste na Unidade de Operações do Rio de Janeiro; de Marimbá e Maromba na Unidade de Operações da Bacia de Campos e de Leste de Urucu na Unidade de Operações do Amazonas.
- Foi apropriado como reserva provada 1,071 bilhão de boe do Pré-Sal da Bacia de Santos e 0,210 bilhão de boe do Pré-Sal da Bacia de Campos.

Projetos

Principais sistemas que entrarão em produção em 2011:

- **Campo de Mexilhão -** Localizado na Bacia de Santos, o campo será desenvolvido com a instalação de uma plataforma fixa, em lâmina d'água de aproximadamente 170 m, com capacidade para 15 milhões de m³/dia de gás. Para o escoamento do gás, foi lançado um gasoduto com 139 km de extensão até o litoral de Caraguatatuba.
- **Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba -** Essa unidade, no litoral de São Paulo, entrará em operação para especificar o gás dos campos de Uruguá, Tambaú, Mexilhão e Lula. Sua capacidade de processamento será de 18 milhões de m³/dia de gás natural e de 42 mil bpd de óleo.
- **Campo de Marlim Sul, Módulo 3 (Plataforma P-56) -** Localizado na Bacia de Campos, o Módulo 3 será desenvolvido com a instalação de uma plataforma semissubmersível (P-56), em lâmina d'água de aproximadamente 1.700 m, com capacidade de processamento de 100 mil bpd de óleo e compressão de 6 milhões m³/dia de gás. O óleo será escoado para a plataforma P-38, e o gás, para a P-51.
- **TLD no BM-C-36 (Aruanã) -** Localizado na Bacia de Campos, o sistema piloto avaliará a descoberta na concessão BM-C-36, do bloco exploratório C-M-401. O poço descobridor RJS-661 será interligado ao FPSO Cidade de Rio das Ostras, em lâmina d'água de aproximadamente 1.000 m, com capacidade de processamento de 20 mil bpd de óleo.

TLDs previstos para 2011:

- **TLD de Lula Nordeste (BM-S-11) -** O teste de produção terá início com a instalação do FPSO BW São Vicente, em lâmina d'água de aproximadamente 2.200 m.
- **TLD de Carioca Nordeste (BM-S-09) -** Os testes de produção terão início com a instalação do FPSO Dynamic Producer, em lâmina d'água de aproximadamente 2.150 m.
- **TLD de Iracema (BM-S-11) -** O teste de produção terá início com a instalação do FPSO BW São Vicente, em lâmina d'água de aproximadamente 2.100 m.

Prosseguirão as obras de construção e montagem das seguintes plataformas:

- **SS P-55 -** Módulo 3 do campo de Roncador, na Bacia de Campos;
- **TLWP P-61 e FPSO P-63 -** Módulos 1 e 2 do campo de Papa-Terra, na Bacia de Campos;
- **FPSO P-58 -** Parque das Baleias, na Bacia de Campos;
- **P-62 -** Módulo 4 do campo de Roncador, na Bacia de Campos;
- **FPSO Cidade de Itajaí -** Área de Tiro e Sidon (BM-S-40), na Bacia de Santos;
- **FPSO Cidade de São Paulo -** Área de Guará (BM-S-09), no Pré-Sal da Bacia de Santos;
- **FPSO Cidade de Paraty -** Área de Lula Nordeste (BM-S-11), no Pré-Sal da Bacia de Santos;

Espera-se a assinatura dos seguintes contratos:

- Construção das sondas de perfuração próprias específicas para operação em lâmina d'água ultraprofunda, de até 3.000 m;
- Construção das facilidades de produção para os FPSOs replicantes para o desenvolvimento do polo Pré-Sal da Bacia de Santos;
- Afretamento de dois FPSOs destinados aos projetos-pilotos da área de Guará-Norte e do campo de Cernambi, na Bacia de Santos, com o objetivo de antecipar a produção do Pré-Sal. Cada FPSO terá capacidade de produzir 150 mil bpd de óleo e 8 milhões de m³/dia de gás.

Refino e Comercialização

Refino

As 12 refinarias da Petrobras no Brasil processaram 1.798 mil bpd de carga fresca em 2010, com utilização média de 93% da capacidade, e produziram 1.832 mil bpd de derivados. Do volume total do petróleo processado, 82% foram provenientes de campos brasileiros.

Ao longo do ano, foram realizadas paradas programadas para manutenção nas refinarias Presidente Bernardes (RPBC), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Henrique Lage (Revap) e Paulínia (Replan). Nesta última, a capacidade de processamento foi ampliada para 396 mil bpd.

O programa de maximização da produção de diesel e querosene, via ajuste de condições operacionais das refinarias, gerou 17,1 milhões de barris adicionais em 2010, aumentando de 42,2% para 44,8% o volume destes derivados em relação à carga de petróleo processada.

Devido à crescente produção nacional de petróleo, a companhia vem investindo em novas unidades de refino e em melhorias tecnológicas para adequar os derivados produzidos a partir desse petróleo às necessidades do mercado. Nesse sentido, entrou em operação uma unidade de coqueamento retardado na Revap, com o objetivo de reduzir a produção de óleo combustível e aumentar a de derivados médios.

Outro destaque foi o início de operação da Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque da Revap, que trata este produto em conjunto com a nafta de destilação direta, processo que auxilia na produção de óleo diesel de baixo teor de enxofre. Essa instalação faz parte de um conjunto de unidades que viabilizará a produção de gasolina de baixo teor de enxofre.

Em 2010, a companhia continuou investindo na qualidade de seus combustíveis. Para a gasolina, estão sendo implementadas melhorias nas refinarias Duque de Caxias (Reduc), Gabriel Passos (Regap), Landulpho Alves (RLAM), Capuava (Recap), Repar, Revap, RPBC e Replan. Para a redução do teor de enxofre do diesel vêm sendo realizados investimentos nas refinarias RPBC, Reduc, Regap, RLAM, Repar, Recap, Replan e Refinaria de Manaus (Reman), sendo que a Unidade de Hidrotratamento da Revap já se encontra em operação. Com esses investimentos, a cesta de derivados estará mais adequada à demanda e à qualidade requerida.

A capacidade de produção de propeno, produto de alto valor agregado, cresceu com a entrada em operação de unidades na Repar e na Replan, alcançando 1.329 mil t/ano.

Em setembro, entrou em operação a unidade de gasolina na Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC), com capacidade para produzir 5,2 mil bpd de gasolina e 1,6 mil bpd de nafta petroquímica. A Refinaria atingiu a capacidade total de processamento de 34 mil bpd de petróleo.

Novos empreendimentos

Refinaria Abreu e Lima

A Refinaria terá capacidade para processar 230 mil bpd de óleo pesado e produzir até 162 mil bpd de diesel com baixo teor de enxofre (10 ppm), em conformidade com as especificações internacionais para esse combustível. Produzirá também GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo. O início das atividades operacionais da refinaria está previsto para dezembro de 2012.

Refinarias Premium

A Petrobras construirá duas refinarias para produzir derivados classificados como Premium (elevada qualidade e baixo teor de enxofre), otimizando o uso do petróleo nacional. Essas refinarias produzirão basicamente destilados médios, como diesel e QAV. Parte do coque será consumida nas próprias unidades, para geração de vapor e energia.

A Refinaria Premium I, a ser construída em Bacabeira (MA), está programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para 2014, com capacidade de processamento de 300 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2016, ampliando a capacidade para 600 mil bpd de petróleo. O empreendimento contará com um terminal portuário para receber, armazenar e expedir granéis líquidos e sólidos.

A Premium II, com início de operação previsto para 2017, será construída em Caucaia (CE) e terá capacidade para processar 300 mil bpd de óleo. A Refinaria será interligada a um terminal portuário em Pecém por uma faixa de dutos de 11 km de extensão.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

A Refinaria do Comperj está sendo construída em Itaboraí (RJ) e está programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para o final de 2013, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil bpd de petróleo.

Na Refinaria, serão produzidos diesel, GLP, QAV, nafta, óleo combustível, coque e enxofre, a fim de suprir o mercado nacional e fornecer matéria-prima para as unidades petroquímicas.

Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC)

As obras de ampliação da RPCC, em Guamaré (RN), foram programadas em três etapas. A primeira delas é a Unidade de Gasolina, concluída em setembro. A segunda compreenderá a Tancagem de Diesel e a terceira, Duto Submarino e Quadro de Boias. A previsão do término total da obra de ampliação é outubro de 2011.

Com capacidade atual de processamento de 34 mil bpd, a RPCC é integralmente abastecida com petróleo proveniente do próprio estado e pode produzir 5,2 mil bpd de gasolina e 1,6 mil bpd de nafta petroquímica, além de diesel e QAV.

Comercialização

Mercado interno

Como resultado do crescimento econômico do País, a companhia vendeu em 2010 no mercado interno 2.378 mil bpd, volume superior em 13% ao de 2009. Os principais produtos em volume de vendas foram óleo diesel, gasolina, GLP, nafta e gás natural. Já a demanda de QAV cresceu 19%, devido à recuperação da economia nacional e mundial e consequente aumento do número de voos nacionais e internacionais a partir do Brasil.

As vendas de nafta aumentaram 2% em 2010, devido à reposição de estoques da indústria após a crise econômica mundial ocorrida no ano anterior. As vendas de GLP expandiram-se 4%, impulsionadas pela recuperação da economia e da produção industrial, enquanto as de gasolina subiram 17%, devido ao crescimento do mercado e à menor disponibilidade de álcool na entressafra, o que levou à redução do teor de álcool anidro na mistura.

Com relação ao óleo diesel, a expansão de 9% nas vendas está associada à recuperação expressiva do PIB, com destaque para o melhor desempenho da atividade industrial, o aumento da safra de grãos e a intensificação dos investimentos em obras de infraestrutura. Houve um crescimento de 43% nas vendas de asfalto, decorrente do aumento da demanda de pavimentação e manutenção viárias.

As vendas de óleo combustível caíram 1%, devido à substituição desse insumo por gás natural e carvão mineral nas indústrias.

Exportações x importações

As exportações de petróleo atingiram 497 mil bpd, superando em 4% o volume de 2009, crescimento provocado, basicamente, pelo aumento da produção. Já as vendas de derivados para o mercado externo somaram 200 mil bpd, registrando queda de 12%.

As importações de petróleo ficaram em 316 mil bpd, uma redução de 20%, enquanto as de derivados somaram 299 mil bpd, um acréscimo de 97%. A importação de derivados, como diesel e QAV, aumentou devido à expansão do consumo no mercado interno. O volume de diesel importado atingiu 143 mil bpd, 149% superior ao de 2009, e o de QAV, 34 mil bpd, um acréscimo de 60%. Foram importados 9 mil bpd de gasolina, em função do crescimento expressivo da frota de veículos *flex fuel*, associado à escassez de álcool no mercado no início de 2010.

O saldo financeiro da Balança Comercial da companhia em 2010, calculado com base nas exportações e importações de petróleo e derivados, sem considerar gás natural, gás natural liquefeito (GNL) e nitrogenados, apresentou um superávit de US$ 1,534 bilhão.

Petroquímica

A atuação da Petrobras na área de petroquímica é integrada aos demais negócios da companhia, de forma a ampliar a produção de petroquímicos e de biopolímeros, preferencialmente por meio de participações societárias no Brasil e no exterior.

Acordo de Investimentos na Braskem

A companhia consolidou sua atuação no setor com o aumento de sua participação na Braskem. O Acordo de Investimentos, celebrado em janeiro de 2010, estabeleceu que a operação de integração das participações petroquímicas entre Petrobras e Odebrecht ocorreria em várias etapas.

Em fevereiro, a WBW, controlada da Petrobras Química S.A. - Petroquisa (subsidiária integral da Petrobras) e detentora de 31% do capital votante da Braskem, foi incorporada pela BRK, *holding* formada para concentrar as ações ordinárias de emissão da Braskem, pertencentes à Odebrecht e à Petrobras. No mesmo mês, a Petrobras e a Odebrecht firmaram um acordo que passou a regular as relações na qualidade de acionistas da Braskem e da BRK.

Para atender ao Acordo de Investimentos, a Odebrecht, em março, aportou R$ 1 bilhão, e a Petrobras, em abril, mais R$ 2,5 bilhões na BRK. Após os aportes, a Odebrecht e a Petrobras passaram a deter 53,79% e 46,21% do capital total da BRK, respectivamente.

Com o aumento de capital da BRK, foi iniciada a etapa seguinte do Acordo de Investimentos, a chamada de capital da Braskem S.A., que resultou em uma subscrição por seus acionistas de cerca de R$ 3,7 bilhões, finalizada em abril. No mesmo mês, a Braskem adquiriu, da Unipar, 60% da Quattor e, em maio, 100% da Unipar Comercial e 33,33% da Polibutenos. Em junho, as ações da Quattor detidas pela Petrobras foram incorporadas pela Braskem.

Ainda no âmbito do Acordo de Investimentos, Petrobras, Braskem e BNDESPar anteciparam o direito de venda das ações que a BNDESPar detinha na Rio Polímeros S.A. (Riopol). Assim, a Petrobras passou a deter 10% do capital social total da Riopol, incorporada à Braskem em agosto. Após essa incorporação, Petrobras e Odebrecht passaram a deter, respectivamente, 36,1% e 38,3% do capital social total da Braskem.

Em janeiro de 2010, Petrobras, Odebrecht e Braskem firmaram um acordo de associação para regular a participação da Braskem no Comperj e no Complexo Petroquímico de Suape.

Aumento de participação na Petrocoque

Em janeiro, foi adquirida pelos sócios Petroquisa e Universal e pela própria Petrocoque (recompra das ações) a totalidade das ações da Petrocoque detidas pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na forma e condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em dezembro de 2009.

Em função dessa aquisição e após o cancelamento das ações em tesouraria, a Petroquisa e a Universal passaram a deter, cada uma, 50% das ações da Petrocoque. Com a nova configuração societária da companhia, foi assinado, em abril, um novo Acordo de Acionistas e reformado o Estatuto Social da sociedade, de forma a adequá-lo à nova situação.

Projetos

Os investimentos no setor petroquímico previstos no Plano de Negócios 2010-2014 somam US$ 5,1 bilhões, o equivalente a 2% do total.

- **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)** - As unidades petroquímicas do Comperj, com início de operação previsto para 2017, produzirão petroquímicos básicos (eteno, propeno, benzeno, p-xileno e butadieno) e associados (estireno, etilenoglicol, polietilenos, polipropileno e outros).
- **Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)** - A Petroquisa detém 100% do capital social dessas duas empresas, responsáveis pela implementação do Complexo PetroquímicaSuape. O Complexo reúne três unidades integradas: uma para produção de 700 mil t/ano de ácido tereftálico purificado (PTA), outra para produção de 450 mil t/ano de resina PET (polietileno tereftalato) e uma terceira que fabricará 240 mil t/ano de polímeros têxteis e filamentos de poliéster. Além de tornar possível a retomada da produção nacional de PTA e de duplicar a oferta de PET BG (*bottle grade* - grau garrafa PET) no Brasil, a PetroquímicaSuape representará a revitalização do segmento têxtil, devido à oferta interna de fios com qualidade e preço.
- **Coquepar** - Petroquisa e Unimetal, em parceria, construirão duas unidades de calcinação de coque de petróleo, no Rio de Janeiro e no Paraná. A capacidade total de produção será de 700 mil t/ano. Em setembro de 2010, foi adquirida pelos sócios Petroquisa e Unimetal a totalidade das ações da Coquepar detidas pela Energy Investment S.A. Em função dessa aquisição, a Petroquisa e a Unimetal passaram a deter, cada uma, 50% das ações da Coquepar.

Sistema Logístico de Etanol

Tendo em vista o crescente mercado de etanol, principalmente no Brasil, a Petrobras desenvolveu um programa que consiste na ampliação da infraestrutura dutoviária e hidroviária do País para transporte de etanol da região produtora do Centro-Oeste e de São Paulo para os mercados doméstico e de exportação. O programa visa reduzir o custo logístico e as emissões de CO_2 na atmosfera, com a substituição do modal rodoviário por dutovias e hidrovias.

O Sistema Multimodal de Logística de Etanol, cujo investimento totaliza R$ 6 bilhões, contempla, além de adaptações e melhorias em instalações existentes da Petrobras, a construção de novos dutos, terminais, barcaças/empurradores, centros coletores e estações intermediárias de bombeamento.

O início de movimentação de etanol ocorrerá em 2011 pelo sistema de dutos da Petrobras entre Paulínia (SP), Grande São Paulo e Rio de Janeiro. Já a movimentação pelo primeiro trecho do etanolduto, entre Ribeirão Preto (SP) e Paulínia, está prevista para 2012.

O projeto da hidrovia Tietê/Paraná utilizará comboios de barcaças e empurradores, construídos e operados pela Transpetro, para transportar etanol desde as áreas produtoras de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais até Paulínia. A partir de Paulínia, o sistema passará a utilizar dutos a serem construídos e os existentes para entrega aos mercados doméstico e de exportação.

O desenvolvimento desse Sistema Logístico será conduzido por uma empresa em que a Petrobras deterá 20% de participação, enquanto outras empresas, notadamente do setor sucroalcooleiro, participarão nos restantes 80%.

Transporte

Transporte e armazenamento

A Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), subsidiária da Petrobras para o segmento de transporte e armazenamento de petróleo, derivados, etanol e gás natural, opera 7.179 km de oleodutos, 7.193 km de gasodutos e 48 terminais - 20 terrestres e 28 aquaviários -, além de 52 navios.

Em 2010, 48,9 milhões de t de petróleo e derivados foram transportados por navio, volume 15% inferior ao de 2009. A Transpetro movimentou, em seus terminais, 704 milhões de m³ de líquidos, volume 4% superior ao de 2009, além de uma média de 57 milhões de m³/dia de gás natural, 62% acima da registrada no ano anterior, em função da maior demanda de geração termelétrica e à recuperação dos outros mercados. O recorde de movimentação de gás natural no ano foi de 69 milhões de m³/dia.

Novos navios

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) da Transpetro compreende a construção de 49 navios, em duas fases, que acrescentarão 4 milhões de toneladas de porte bruto (tpb) à capacidade da frota atual. O Promef permitirá a incorporação de novas tecnologias às embarcações e foi desenvolvido

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

com base em três premissas: construir os navios no Brasil, alcançar o nível mínimo de nacionalização de 65% na primeira fase e de 70% na segunda fase e oferecer condições para os estaleiros se tornarem internacionalmente competitivos.

Em Pernambuco, estão sendo construídos os navios do tipo Suezmax (para transporte de óleo) e, no Rio de Janeiro, navios do tipo Produtos (para transporte de derivados de petróleo e etanol, com capacidade de 48 mil tpb), do tipo Panamax (para transporte de derivados de petróleo) e do tipo Bunker (para transporte de combustível para abastecimento de outras embarcações). Os demais serão construídos a partir de 2011.

O lançamento ao mar do primeiro Navio Tanque do Promef (NT João Cândido) ocorreu em maio, em Pernambuco; o segundo (NT Celso Furtado), em junho, e o terceiro (NT Sergio Buarque de Holanda), em novembro, ambos no Rio de Janeiro. Em 2011, está prevista a entrega de cinco navios do Promef (dois do tipo Suezmax e três do tipo Produtos).

Na segunda fase do Programa está prevista a construção de 23 embarcações, das quais 15 já contratadas. Sete delas são aliviadores de última geração, que serão construídos pela primeira vez no Brasil; três são para transporte de *bunker* (óleo combustível de navio); e cinco são gaseiros, para transporte de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Os oito navios restantes estão em processo de licitação.

Para atender à demanda de transporte de biocombustíveis (sobretudo etanol) pela bacia hidrográfica do Tietê-Paraná, a Transpetro contratou a construção de 20 comboios fluviais, cada um composto por um empurrador e quatro barcaças. A capacidade de cada comboio é de aproximadamente 7.600 m³.

Terminais e Oleodutos

No Terminal de Guamaré (RN), a infraestrutura terrestre foi ampliada para permitir a movimentação de derivados da Refinaria Potiguar. A infraestrutura marítima também será ampliada, com investimentos de R$ 419 milhões.

Para garantir o escoamento do aumento da produção de GLP em função do Plangás, a Petrobras está ampliando, na Baía de Guanabara, o Terminal da Ilha Redonda e construindo novas instalações na Ilha Comprida. Em Barra do Riacho (ES), também está sendo construído um novo terminal.

Os terminais terrestres de Jequié (BA), Itabuna (BA), Itajaí (SC), Biguaçu (SC), Guaramirim (SC), Uberaba (MG), Uberlândia (MG) e Guarulhos (SP) foram capacitados para operar com biodiesel, de forma a atender os percentuais de mistura ao diesel exigidos pela legislação.

Operações com Gás Natural

A malha de gasodutos de transporte e de transferência operada e mantida pela Transpetro somou 7.193 km, um aumento de 1.771 km em relação a 2009. Entraram em operação os seguintes gasodutos: o Ramal-UTG-Sul, o segundo trecho do Gasduc III, o Gascac, o duto de transferência Revap-PQU, o Gasbel II, o Pilar-Ipojuca, o Variante do Nordestão e o primeiro trecho do Gastau.

A Transpetro opera sete plantas no Terminal de Cabiúnas (Tecab), com capacidade de processamento de 19,7 milhões de m³/dia de gás natural da Bacia de Campos. Em 2010, o volume processado foi de aproximadamente 16 milhões de m³/dia e a produção de GLP, de 14 mil t/dia.

Distribuição

A Petrobras Distribuidora, maior distribuidora de combustíveis do Brasil, chega ao fim de 2010 com a marca de 48.690 mil m³ comercializados, volume 8,2% maior que o registrado no ano anterior. A Distribuidora ultrapassou pela primeira vez a barreira dos 4 milhões de m³, estabeleceu o recorde de vendas de 4.058 mil m³/mês e manteve sua liderança no mercado doméstico de combustíveis, com market share anual de 38,8%, equivalente a um crescimento de 0,8 p.p.

Com uma rede de 7.306 postos de serviços e cerca de 11 mil consumidores diretos, a Petrobras Distribuidora obteve uma receita operacional líquida de R$ 66 bilhões e lucro líquido de R$ 1,41 bilhão em 2010.

Em linha com a estratégia de liderar o mercado brasileiro de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, de aumentar a participação no mercado e de ampliar a capacidade logística para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados, foram realizados investimentos diretos de R$ 895 milhões pelo segmento de Distribuição. Desse total, 28,2% destinaram-se à infraestrutura logística, 27,6% ao desenvolvimento e à modernização da rede de postos de serviço, 20,4% à manutenção da infraestrutura de distribuição de GLP e 19% ao suporte aos clientes comerciais e industriais.

No ano, 336 postos oriundos da aquisição da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga foram visualmente adequados ao padrão da Petrobras Distribuidora, restando 141 para a finalização do processo. Foi inaugurada a Rede de Distribuição de Gás Natural Canalizado de Cachoeiro do Itapemirim (ES), com extensão de 60 km de dutos e capacidade para transportar 600 mil m³/dia de gás natural para indústrias, estações de serviços e estabelecimentos comerciais capixabas. Também iniciou as atividades o Centro Operativo de GLP de Duque de Caxias (RJ), para aumentar a participação no mercado no estado, com capacidade de estocagem de 480 t de GLP e de envasamento de 4.500 t/mês.

Outras iniciativas da Distribuidora foram a revitalização da marca Lubrax, o lançamento do Centro Tecnológico de Lubrificação Automotiva Lubrax + e a segunda edição do Plano Integrado de Marketing, voltado exclusivamente para a rede de postos de serviços.

Gás Natural

A expansão da oferta de gás natural continuou em 2010, com a conclusão de importantes projetos voltados para a infraestrutura de produção e escoamento. A produção, incluindo a de parceiros, atingiu 62 milhões de m³/dia, superando em 7,5% a de 2009. A oferta doméstica foi de 28,6 milhões de m³/dia, descontados o gás liquefeito e o utilizado no processo produtivo, a injeção nos poços e as perdas.

A oferta total de gás natural ao mercado brasileiro foi de 62,4 milhões de m³/dia, sendo 26,2 milhões de m³/dia através do gasoduto Bolívia-Brasil, já descontado o gás de uso no sistema. O volume importado de GNL regaseificado foi de 7,6 milhões de m³/dia, chegando a 18,9 milhões de m³/dia. O aumento do consumo em relação ao ano anterior é resultado do reaquecimento da economia e da maior demanda termelétrica, especialmente no segundo semestre.

Os investimentos foram expressivos em 2010: a infraestrutura de transporte recebeu R$ 6 bilhões. Foram destaques a expansão da capacidade da malha de gasodutos no País e os empreendimentos de geração de energia elétrica.

Transporte de Gás Natural

A malha nacional de gasodutos de transporte aumentou 1.696 km, totalizando 9.506 km. Entraram em operação, em 2010, os seguintes dutos:

- **Pilar-Ipojuca** - O gasoduto se estende por 189,1 km, partindo da Estação de Distribuição de Gás (EDG) de Pilar até a Estação de Ipojuca. Em conjunto com a ampliação do Serviço de Compressão de Pilar, permite elevar a capacidade de movimentação do sistema Pilar-Guamaré de 3,5 milhões m³/dia para até 7,5 milhões m³/dia. Dessa forma, é possível aproveitar gás do Gasene para atendimento à usina termelétrica (UTE) Termopernambuco, à Refinaria Abreu e Lima e aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- **Paulínia-Jacutinga** - Com 93 km de extensão e capacidade de escoamento de 5 milhões de m³/dia, o Gasoduto Paulínia-Jacutinga permite levar, pela primeira vez, gás natural para atender aos municípios do sul de Minas Gerais.
- **Ramal Gascav - UTG Sul Capixaba** - Com 10 km de extensão e capacidade de transporte de 2 milhões de m³/dia, interliga o Gasoduto Cabiúnas - Vitória (Gascav) à Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba (UTG - Sul Capixaba) para o suprimento de gás à região de Anchieta (ES).
- **Cabiúnas - Reduc III (Gasduc III)** - É o maior gasoduto em diâmetro da América do Sul e com a maior capacidade de transporte (40 milhões de m³/dia) entre os gasodutos brasileiros. Com 181 km de extensão, permite o escoamento do gás natural das bacias de Campos e do Espírito Santo.
- **Rio de Janeiro - Belo Horizonte II (Gasbel II)** - Com 268,9 km de extensão e capacidade para transportar 5 milhões de m³/dia, permite ampliar a oferta de gás natural para Minas Gerais. As principais áreas atendidas são a região metropolitana de Belo Horizonte e o Vale do Aço, onde estão instaladas importantes indústrias dos setores de mineração, siderurgia e celulose. O Gasbel II amplia o fornecimento de gás natural para atendimento às UTEs Aureliano Chaves e Juiz de Fora.
- **Cacimbas - Catu (Gascac)** - Com 954 km de extensão e capacidade para transportar 20 milhões de m³/dia, o Gascac é o maior trecho do Gasene (Gasoduto Sudeste-Nordeste, o gasoduto da integração). Interliga a Estação de Tratamento de Gás de Cacimbas, em Linhares (ES), à Estação de Distribuição de Gás (EDG) de Catu, em Pojuca (BA).

Gás Natural Liquefeito

O ano de 2010 marcou a consolidação da Petrobras como *player* global no mercado de gás natural liquefeito. Com constante diversificação do portfólio, a companhia firmou 37 contratos do tipo MSA (Master Sales Agreement). Foram realizadas 41 operações de compra de cargas, das quais 36 destinadas ao Brasil e cinco revendidas no mercado externo.

A Petrobras, em parceria com a BG, a Repsol e a Galp, implementou um processo competitivo para selecionar, entre três projetos de engenharia, a melhor proposta do ponto de vista técnico e econômico para a construção de uma planta de liquefação embarcada, que permitirá o escoamento de 14 milhões de m³/dia de gás natural do Pré-Sal a partir de 2016.

Comercialização de Gás Natural

Em março, a Petrobras realizou o 10º leilão eletrônico de gás natural, com a oferta de 22 milhões de m³/dia por um prazo de seis meses, posteriormente estendido para oito meses, com início de entrega em abril de 2010. Esse leilão dá continuidade à estratégia da Petrobras para o desenvolvimento do mercado de curto prazo de gás natural. Em novembro foi realizado o 11º leilão, por um prazo de quatro meses, com início de entrega em dezembro de 2010. Nesses leilões, pela primeira vez, as distribuidoras não foram separadas por sub-mercado, pois o Gasene já estava em operação, integrando o mercado de gás natural do Brasil. No último certame, foram vendidos 9,18 milhões de m³/dia de gás natural, volume 34% superior ao recorde comercializado em leilões anteriores e equivalente a 61% do total de 15 milhões de m³/dia ofertados.

A Petrobras também iniciou uma nova modalidade de comercialização, a venda semanal de gás natural. Desde o início da operação, todas as 18 distribuidoras cadastradas efetuaram pedidos. Os leilões de curto prazo e a venda semanal estão consolidados no mercado de gás natural brasileiro e prosseguirão em 2011.

Distribuição de Gás Natural

O volume médio de gás natural comercializado pelas distribuidoras em todo o Brasil, em 2010, ficou em 49 milhões m³/dia. A participação da Petrobras em 20 das 27 distribuidoras estaduais em todo o Brasil manteve praticamente o mesmo perfil de 2009, com percentuais que variam de 24% a 100%.

Em relação ao ano de 2009, o consumo não térmico das distribuidoras em que a Petrobras possui participação aumentou 15% (de 13 milhões m³/dia para 15 milhões m³/dia), enquanto o consumo térmico cresceu 181% (de 2,6 milhões m³/dia para 7,4 milhões m³/dia), totalizando um acréscimo de 43% (de 15,6 milhões m³/dia para 22,4 milhões m³/dia).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Energia Elétrica

A Petrobras gerou 1.837 MW médios em 2010 para o Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio das 15 UTEs próprias e alugadas que compõem o seu parque gerador termelétrico, com capacidade instalada de 5.284 MW.

A maior geração no ano é resultado das condições hidrológicas desfavoráveis no Brasil, reduzindo os níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas e fazendo com que as UTEs da Petrobras aumentassem o fornecimento de energia pela aplicação do Procedimento Operativo de Curto Prazo (POCP).

Investimentos

Os investimentos na área de energia elétrica atingiram R$ 600 milhões. Com a entrada em operação de novas usinas, incluindo os empreendimentos nos quais a Petrobras possui participação, a capacidade instalada do parque gerador da companhia atingiu 5.958 MW.

Projetos concluídos em 2010:

UTE Euzébio Rocha - Localizada em Cubatão (SP), tem capacidade instalada de 223 MW, sendo 168 MW da turbina a gás e 55 MW da turbina a vapor, que entrou em operação em março. Tem como característica a elevada eficiência energética (85%), devido ao seu funcionamento em ciclo combinado, e é capaz de fornecer até 415 t/h de vapor à Refinaria Presidente Bernardes. A UTE firmou compromisso em leilão para fornecimento de 141 MW de sua disponibilidade, até 2024.

Com participação da Petrobras:

UTE Arembepe (Camaçari - BA):
UTE a óleo combustível, com capacidade instalada de 150 MW para atendimento aos compromissos assumidos no Leilão A-3, de 2006.

Conversão da UTE Manauara para Bicombustível (Manaus - AM)
Conversão dos motores a óleo combustível para bicombustível, possibilitando também o funcionamento a gás natural.

Instalação de motor flex fuel na UTE Tambaqui (Manaus - AM)
Instalação de motor bicombustível (gás natural ou óleo combustível), permitindo a utilização de gás natural.

Ampliação da UTE Tambaqui para operação com gás natural (Manaus - AM)
Possibilitou o uso de gás natural na UTE Tambaqui, atendendo ao contrato celebrado com a Eletrobrás Amazonas Energia S/A, com instalação de uma casa de máquinas com capacidade instalada de 76 MW.

Conversão da UTE Jaraqui para operação com gás natural (Manaus - AM)
Conversão para gás natural na UTE Jaraqui, atendendo ao contrato celebrado com a Eletrobrás Amazonas Energia S/A, com instalação de uma casa de máquinas com capacidade instalada de 76 MW.

PCH Água Limpa (Dianópolis-TO)
PCH que fornece energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN), atendendo ao contrato com a Eletrobrás dentro do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Energia Eólica

O primeiro projeto de energia eólica da Petrobras é a Usina Eólica Piloto de Macau, com 1,8 MW instalados e sete anos de operação. Nesse período, produziu 32.256 MWh e evitou a emissão de aproximadamente 1,2 mil t/ano de CO_2 para a atmosfera.

Em 2010, a companhia iniciou a implementação dos quatro projetos vencedores do primeiro leilão de energia de reserva exclusivo para geração eólica. Foram vendidos 49 MW médios, correspondentes a 104 MW de capacidade instalada. Os empreendimentos - Mangue Seco, Cabugi, Potiguar e Juriti, no Rio Grande do Norte - estão previstos para entrar em operação em setembro de 2011.

Comercialização de Energia

Em 2010, a Petrobras comercializou a capacidade não contratada das UTEs, aproveitando a crescente demanda, aquecida pela recuperação da economia. Isso foi possível graças à otimização da gestão do saldo, obedecendo aos critérios estabelecidos na legislação do setor.

Fertilizantes

O parque produtor de fertilizantes da Petrobras é formado por duas plantas, localizadas na Bahia e em Sergipe. Os principais produtos comercializados são ureia, ácido nítrico, amônia e gás carbônico.

Em 2010, o mercado de fertilizantes se reaqueceu. A Petrobras vendeu 772 mil t de ureia e 236 mil t de amônia, gerando faturamento líquido de R$ 680 milhões, valor superior aos R$ 572 milhões registrados em 2009.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA) atingiu seu recorde de produção em 2010, com 335 mil t de ureia, quantidade 53% superior à de 2009. A produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE) em 2010 foi de 423 mil t de ureia, superando o volume de 386 mil t do ano anterior. Em julho de 2010, a Fafen-SE alcançou seu recorde mensal histórico de produção de ureia, chegando a 56 mil t.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

A Petrobras Biocombustível opera três usinas de biodiesel, localizadas nos municípios de Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG). Em 2010, com a duplicação da Usina de Candeias para 216 mil m³/ano, a capacidade total de produção das três unidades atingiu 434 mil m³/ano. A empresa detém, ainda, participação acionária de 50% na Usina de Biodiesel de Marialva (PR), que entrou em operação em maio, com capacidade de produção de 127 mil m³/ano de biodiesel. No Pará, está em andamento o projeto para construção de uma nova usina de biodiesel, com início de operação previsto para 2013. A usina aumentará a capacidade instalada de produção de biodiesel em 120 mil m³/ano.

Foi consolidada uma parceria entre a Petrobras e a Galp Energia de Portugal, para a constituição de uma empresa conjunta, a Belém Bioenergy BV, com sede na Holanda, para conduzir o projeto de produção de óleo de palma no Pará e a construção de uma usina para produção de 250 mil t/ano de *greendiesel* (biodiesel de segunda geração) em Portugal.

Com esses investimentos, a capacidade total de produção da Petrobras Biocombustíveis deverá atingir 750 mil m³/ano em 2013.

Suprimento agrícola

As usinas da Petrobras Biocombustível possuem o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). A empresa mantém contratos de compra de grãos com 66.554 agricultores familiares, em 148.578 ha de área cultivada, dos quais 122.024 ha com mamona, 16.735 ha com girassol e 9.819 ha com soja. Para a safra 2009/2010, a empresa disponibilizou 1.032 t de sementes, sendo 788 t de mamona e 244 t de girassol. Na mesma safra, adquiriu da agricultura familiar 84,5 mil t de grãos, a um custo de R$ 80,4 milhões.

Extração de óleo vegetal

Em agosto, a Petrobras Biocombustível adquiriu 50% do capital social da Bioóleo Industrial e Comercial S.A., localizada em Feira de Santana (BA), por R$ 19 milhões. A empresa tem capacidade para processar até 130 mil t/ano de oleaginosas e armazenar 30 mil t de grãos, além de tancagem para 10 milhões de litros de óleo. O acordo de acionistas prevê um aporte de R$ 6 milhões para investimentos em melhorias operacionais.

Etanol

A Petrobras Biocombustível encerrou 2010 com uma capacidade de moagem de 23 milhões de t de cana, produção de 942 mil m³ de etanol e 1,55 milhão de t de açúcar e a venda de 517 GWh de energia elétrica excedente através de suas participações no setor.

Em 2010, a Petrobras Biocombustível aportou R$ 132 milhões no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., usina de etanol situada em Bambuí (MG), conforme compromisso estabelecido em dezembro de 2009 de integralizar R$ 150 milhões até março de 2011, quando passará a deter participação de 43,58%.

A Total investiu no ano mais de R$ 50 milhões na expansão dos canaviais e na compra de caminhões e máquinas colheitadeiras, elevando a mecanização da colheita para 80%. O objetivo é atingir, em 2011, 100% de mecanização. Com os investimentos, ampliou-se a capacidade de tancagem, permitindo maior concentração de vendas na entressafra. Foram ainda iniciados investimentos de R$ 90 milhões, referentes ao período 2010-2012, para a construção da 2ª fase da usina Bambuí (MG), que terá sua capacidade de moagem de cana-de-açúcar ampliada de 1,2 milhão para 2,2 milhões de t em 2012, dobrando a capacidade de produção de etanol para 200 mil m³.

Em abril, a Petrobras Biocombustível negociou com a Tereos Internacional S.A. a aquisição de 45,7% da Açúcar Guarani S.A., por meio de um aporte de R$ 1,6 bilhão ao longo de cinco anos, sendo R$ 682 milhões em 2010. Importante fruto desta parceria com a Tereos foi a assinatura do contrato de fornecimento de 2,2 milhões de m³ de etanol pela Guarani à Petrobras Distribuidora, distribuídos ao longo dos quatro anos de vigência do contrato, com valor global estimado em R$ 2,1 bilhões. Em maio, a Guarani adquiriu a usina Mandu, localizada em Guaíra (SP), elevando para oito o número de usinas da empresa (sete em São Paulo e uma em Moçambique, África).

Foram ainda aprovados investimentos de R$ 422 milhões para elevar a capacidade de moagem de cana-de-açúcar da Guarani de 21,3 milhões de t/ano para 22,5 milhões de t/ano, ampliando a produção de etanol de 692 mil m³/ano para 787 mil m³/ano e a venda dos atuais 350 GWh/ano de energia elétrica excedente para 951 GWh/ano.

Em novembro, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Nova Fronteira Bioenergia S.A. até então subsidiária integral do Grupo São Martinho. Por meio de aportes de R$ 258 milhões, realizados até 27 de dezembro, a Petrobras Biocombustível passou a deter 37,05% do total das ações da empresa e, conforme o Acordo de Investimento, fará aportes adicionais até o final de 2011 quando passará a deter participação de 49%, consolidando parceria estratégica para ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste, com adequada solução logística para distribuição ao mercado.

A Nova Fronteira planeja ampliar sua capacidade anual de moagem de cana-de-açúcar de 2 milhões de t para 7 milhões até 2014, destinação prioritária para os aportes da Petrobras Biocombustível, o que possibilitará elevar a produção anual de etanol dos atuais 176 mil m³ para 620 mil m³. Nesse mesmo período, a venda de energia elétrica excedente deverá passar de 135 GWh/ano para 469 GWh/ano.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

INTERNACIONAL

Atuação internacional

A Petrobras atua em 25 países, além do Brasil, com projetos em cinco continentes. Mantém acordos de cooperação com outros países para desenvolver conhecimento e negócios capazes de tornar viáveis a tecnologia e os projetos de energia. A companhia também possui escritórios de representação em Nova York, Londres, Tóquio, Pequim, Cingapura, Lisboa e Teerã.

Os principais pilares estratégicos para a atuação internacional da companhia são:

- Aproveitamento da capacidade técnica e de conhecimento geocientífico da atuação da Petrobras em E&P na costa brasileira em áreas que apresentem características similares e com grande potencial de reservas, com foco em exploração na Costa Oeste da África e no Golfo do México;
- Conquista de mercados, crescimento em *downstream* e alinhamento do portfólio aos segmentos nacionais, de modo a aumentar a rentabilidade dos negócios da companhia e promover a integração da cadeia de produtos. Os investimentos em refino, distribuição e petroquímica visam atender à estratégia de complementaridade, por meio da integração da cadeia produtiva dos diversos projetos de investimentos;
- Ampliação dos negócios de gás natural para complementar o mercado brasileiro, cumprindo o compromisso de responsabilidade com a segurança energética do País.

Presença e posicionamento

Já posicionada nacionalmente em todos os segmentos da indústria do petróleo, a companhia buscou a expansão integrada de suas atividades no âmbito internacional.

No mercado internacional, a Petrobras encerrou 2010 com produção de 151 mil bpd de óleo e 16 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 245 mil boed, além do processamento de 206,8 mil bpd de óleo em quatro refinarias (uma no Japão, uma nos Estados Unidos e duas na Argentina). A capacidade de processamento no exterior será reduzida de 280,5 mil para 230,5 mil bpd de óleo, devido ao acordo de venda da Refinaria de San Lorenzo, na Argentina. A transferência do ativo ocorrerá após o término das pendências. A companhia mantém no país a Refinaria de Bahía Blanca, com capacidade de 30,5 mil bpd de óleo. O fator de utilização da capacidade de processamento das refinarias internacionais foi de 70% no ano.

As reservas provadas internacionais somaram 0,703 bilhão de boe, volume 1% superior ao de 2009, resultando no índice de reposição de reservas de 110%. Esse volume corresponde a 4% das reservas totais da companhia, segundo o critério SPE. As principais incorporações de reservas ocorreram no bloco 57 no Peru e nos projetos de Saint Malo e Cascade, ambos em águas profundas do Golfo do México.

Desenvolvimento de negócios

A Petrobras investiu R$ 4,8 bilhões em negócios internacionais, sendo 12% destinados às atividades de refino, petroquímica, distribuição, gás e energia e 88% à exploração e produção, dos quais 60% alocados ao desenvolvimento da produção.

Américas

A Petrobras está presente em 13 países do continente americano, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Curaçao, Equador, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. São 1.171 estações de serviços, além dos ativos de exploração e de produção em dez desses países, cuja produção foi de 91 mil bpd de óleo e 16 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 185,1 mil boed.

No Equador, a companhia não aceitou a proposta final do governo local de migração dos contratos de exploração para contratos de serviços, no bloco 18. A produção da companhia no país foi de 2,3 mil bpd. A subsidiária local da Petrobras realizará as gestões necessárias para obter a indenização prevista em contrato e que determinará o impacto da não migração. A presença da Petrobras no país será mantida pela participação que detém na empresa Oleoducto de Crudos Pesados (OCP).

Na região do Golfo do México, a companhia desenvolve os projetos de produção em Cascade e Chinook (com início de produção previsto para 2011), St. Malo, Tiber e Stones, além de projetos em fase exploratória. Nos Estados Unidos, a Pasadena Refining Systems, Inc. (PRSI) registrou a sua maior média de processamento de petróleo e também teve seus custos reduzidos, o que permitiu melhor aproveitamento das margens operacionais do negócio.

África

A Costa Oeste da África é uma das áreas estratégicas de atuação internacional da Petrobras. A produção na Nigéria (campos de Akpo e Agbami) e em Angola (Lote 2) soma 60,3 mil bpd de óleo. A companhia atua também em exploração na Tanzânia, Namíbia e Líbia.

Ásia e Oceania

A Petrobras possui uma refinaria na Ilha de Okinawa, no Japão, e desenvolve projetos exploratórios na Turquia, Índia, Austrália e Nova Zelândia.

Europa

Em Portugal, a Petrobras desenvolve projetos de exploração nas bacias do Peniche e do Alentejo, além daqueles relacionados à produção, ao desenvolvimento de tecnologias e ao comércio de biocombustíveis, em parceria com empresas locais.

Pesquisa & Desenvolvimento

A Petrobras é a companhia que mais investe em ciência e tecnologia no Brasil. Em 2010, investiu cerca de R$ 1,8 bilhão em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), um aumento de 30% em relação a 2009, retomando patamares do período 2006-2008.

Desse total, R$ 517 milhões foram aplicados em projetos com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de pesquisas, qualificação de técnicos e pesquisadores e construção de infraestrutura laboratorial.

A parceria com os fornecedores se intensificou, principalmente nos projetos relacionados ao Pré-Sal. Fornecedores importantes da indústria de óleo e gás estão sendo estimulados pela Petrobras a construir centros de pesquisa no Brasil.

Em 2010, foi concluída a duplicação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), hoje o maior complexo de pesquisa do Hemisfério Sul, com laboratórios para atender às demandas tecnológicas da Petrobras, com destaque para os dedicados ao Pré-Sal. O Cenpes conta com cerca de 1.800 empregados, dos quais 41% possuem pós-graduação.

A estratégia de P&D da companhia está dividida em três eixos-chave: expansão dos negócios, agregação de valor e diversificação de produtos e sustentabilidade.

Expansão dos negócios

- Descoberta de espécie de microfóssil contribuiu para um conhecimento mais preciso sobre o posicionamento dos reservatórios em diferentes profundidades no Pré-Sal das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo;
- Concluídos testes de laboratório para injeção de CO_2 como fluido de recuperação de petróleo no campo de Cernambi, no Pré-Sal na Bacia de Santos;
- Instalado o protótipo da boia de sustentação de *risers* no campo de Congro, na Bacia de Campos. Essa solução tecnológica consiste em fixar os *risers* em boias situadas a 100 metros abaixo do nível do mar;
- Concluída a primeira fase do teste de perfuração direcional em formações salinas. Essa tecnologia permitirá maximizar a drenagem do reservatório e minimizar a quantidade de poços no Pré-Sal;
- Concluído projeto básico de unidade flutuante de gás natural liquefeito embarcado. O principal objetivo é prover alternativas para o aproveitamento do gás natural do Pré-Sal da Bacia de Santos;
- Aplicada nova forma de ancoragem que atende às especificidades do Pré-Sal;
- Desenvolvido equipamento para reparo emergencial durante operação de dutos de transporte de líquidos, sem interrupção do fluxo.

Agregação de valor e diversificação de produtos

- Desenvolvida nova formulação para o diesel Podium, com a redução do teor de enxofre de 200 para 50 partes por milhão (ppm) e incorporação de 5% de biodiesel;
- Desenvolvido catalisador para uso na produção de polietileno de altíssima densidade. Esse material apresenta elevado desempenho mecânico;
- Firmados acordos de cooperação tecnológica para desenvolvimento de biocombustíveis com a dinamarquesa Novozymes, a norte-americana KL Energy e a holandesa BIOeCON.

Sustentabilidade

Criação do Núcleo Experimental de Tecnologias de Separação de CO_2 no campo terrestre de Miranga, em Pojuca (BA). Nesse núcleo estão sendo testadas tecnologias de separação, captura e armazenamento de CO_2, que poderão contribuir para futuros projetos no desenvolvimento do Pré-Sal na Bacia de Santos, evitando emissões para a atmosfera.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Gestão em responsabilidade social

A Petrobras investiu R$ 707,9 milhões em 1.770 projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos, em 2010. Para democratizar o acesso da sociedade a esses recursos e promover a descentralização regional de seus investimentos, a companhia realiza seleção pública de projetos. Participam da avaliação trabalhadores da companhia e representantes do meio acadêmico, da sociedade civil, da imprensa e do governo.

A seleção pública 2010 do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania contemplou 113 novos projetos sociais, provenientes de todos os estados brasileiros, com investimentos de R$ 110 milhões no período de dois anos. Também foram divulgados os resultados das seleções do Programa Petrobras Ambiental (44 novos projetos) e do Programa Petrobras Cultural (131 projetos para a edição 2008/2009 e 201 para a edição 2010).

Em outubro, foi lançado o Programa Petrobras Esporte & Cidadania, a mais abrangente iniciativa de apoio ao esporte do país. Com investimentos previstos de aproximadamente R$ 265 milhões até 2014 por meio de investimento direto e da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o programa possui quatro segmentos: Esporte de Rendimento; Esporte Educacional; Esporte de Participação; e Memória do Esporte.

Pelo quinto ano consecutivo, a Petrobras integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), o mais importante índice mundial dessa categoria, que reúne mais de 300 empresas em 57 setores da indústria.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

A companhia destacou-se no critério Transparência, em que novamente obteve a pontuação máxima.

Em dezembro, a Petrobras promoveu o lançamento no Brasil da ISO 26000, norma internacional de responsabilidade social em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A companhia representa a indústria no grupo de trabalho responsável pela construção da norma. A ISO 26000 fornece orientações a organizações de todos os tipos e levou oito anos para ser construída, em um processo que envolveu 400 especialistas de mais de 90 países, liderados pelo Brasil e pela Suécia.

Um dos compromissos assumidos pela companhia em 2010 foi a adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, propostos pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e pelo Pacto Global das Nações Unidas. Lançada em março com o subtítulo "Igualdade significa negócios", a iniciativa é estruturada em sete princípios e alinha-se às ações desenvolvidas pela Petrobras para o Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal.

Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

A Petrobras investiu R$ 4,56 bilhões em ações em segurança, meio ambiente, e saúde (SMS). Para maior sinergia, a área incorporou as atividades ligadas à eficiência energética e ao suporte ao Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet) em 2010. Foram investidos adicionalmente R$ 112 milhões na racionalização do uso da energia e no aproveitamento da energia termossolar.

O planejamento da Fase II do projeto Excelência em SMS, referente ao período 2011 a 2015, foi concluído, assegurando a sua adequação ao crescimento e diversificação dos negócios da Petrobras nos próximos anos. O projeto integra a Agenda Estratégica da Petrobras e congrega as principais iniciativas da companhia na área.

Segurança operacional

Os indicadores de desempenho da Petrobras na área de segurança mantiveram-se em níveis comparáveis às melhores referências internacionais para a indústria de óleo e gás. A Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) ficou em 0,52 no ano, 4% acima do Limite Máximo Admissível (LMA) estabelecido no Plano de Negócios 2010-2014. Um dos fatores relevantes para esse comportamento da taxa foi o incremento da atividade de construção naval, uma vez que os acidentes ocorridos nos estaleiros são computados no indicador.

As fatalidades na força de trabalho (empregados próprios e terceirizados) subiram de sete para 10, enquanto a Taxa de Acidentados Fatais (TAF) - equivalente ao número de fatalidades por 100 milhões de homens-hora de exposição ao risco - passou de 0,81 em 2009 para 1,08 em 2010.

Meio ambiente

A Petrobras buscou minimizar os impactos de suas atividades operacionais e de seus produtos sobre o meio ambiente, a fim de reduzir o consumo de recursos naturais e os efeitos poluentes.

Em dezembro de 2010, os sistemas de gestão ambiental de 93% das unidades certificáveis, no Brasil e no exterior, estavam em conformidade com a norma ISO 14001.

Eficiência energética, emissões atmosféricas e mudança climática

O principal desafio da Petrobras relacionado à mudança do clima é atingir patamares de excelência em eficiência energética e na intensidade das emissões de gases de efeito estufa em seus processos e produtos. A companhia passou a adotar indicadores de intensidade de emissões de gases de efeito estufa e de energia e estabeleceu metas para esses índices.

A Petrobras elabora o inventário anual de suas emissões atmosféricas, que consolida informações de dados coletados de mais de 30 mil fontes. Os resultados são verificados por consultores independentes.

Entre as principais ações adotadas, destacam-se:

- Aumento da eficiência energética: com o apoio de 48 Comissões Internas de Conservação de Energia, a Petrobras desenvolve e implementa projetos de eficiência energética para reduzir o consumo de energia elétrica e de combustíveis nas unidades;
- Plano de Otimização do Aproveitamento de Gás na Bacia de Campos: foram realizadas 93 ações para melhorar o aproveitamento de gás em 24 plataformas;
- Compromisso voluntário de não liberar para a atmosfera o CO_2 produzido no Pré-Sal;
- Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis;
- Investimento em biocombustíveis;
- Estímulo ao uso racional dos combustíveis, por meio das ações do Conpet.

Nos últimos cinco anos, a Petrobras investiu mais de R$ 300 milhões em projetos de eficiência energética, que proporcionaram a economia de cerca de 3 mil boed. Está previsto um investimento adicional de US$ 976 milhões entre 2010 e 2015.

A companhia é responsável pela Secretaria Executiva do Conpet. O programa propiciou, em 2010, a economia de 72,3 milhões de litros de diesel, por meio dos projetos Economizar e Transportar, e de 524 mil m³ de gás no setor residencial, por meio de ações de eficiência energética e de etiquetagem de equipamentos. Esses resultados evitaram a emissão de mais de 1 milhão de t de CO_2 equivalente de gases de efeito estufa e de 4 mil t de material particulado.

A Petrobras foi uma das vencedoras do 2010 Carbon Leadership Awards, na categoria Melhor Relatório de Emissões, oferecido pela revista britânica The New Economy.

Recursos hídricos e efluentes

Dentre os projetos da companhia, 13 são relacionados ao reuso de efluentes, com destaque para os que estão em andamento na Revap, na Repar e no Cenpes, com conclusões previstas até 2012. Esses projetos permitirão uma economia anual da ordem de 8 milhões de m³ de água.

Em apoio à gestão hídrica, foi implementado em oito das dez áreas da companhia que utilizam recursos hídricos o sistema Data Hidro, para verificar o atendimento aos padrões de qualidade e de lançamento de efluentes no ambiente.

Resíduos

A Petrobras busca reduzir a geração de resíduos sólidos e incentivar o reuso e a reciclagem. Para tanto, criou o Projeto de Minimização de Resíduos, que identifica oportunidades de minimização da geração e realiza testes de tecnologias mais limpas ou inovadoras de tratamento. Como resultado, a companhia reciclou 155 mil t de resíduos sólidos perigosos em 2010, correspondentes a 37% de todo o resíduo sólido tratado, destacando-se nesse percentual a recuperação energética.

A taxa de crescimento da geração de resíduos sólidos perigosos nos últimos três anos tem sido inferior à de aumento da produção de petróleo, tendência também observada com relação à variação da produção nas áreas de refino, transporte, distribuição e construções de engenharia. A quantidade de resíduos sólidos perigosos gerada em 2010 foi inferior ao LMA de 350 mil toneladas estabelecido para o ano.

Biodiversidade

As unidades organizacionais da Petrobras devem desenvolver planos de ação específicos para a gestão de biodiversidade. Uma norma técnica define critérios para a aquisição, o armazenamento e a disponibilização de dados ambientais, como os relativos às áreas protegidas, espécies raras, ameaçadas ou de importância socioeconômica, entre outros. Está em homologação o Geoportal, um sistema de informações geográficas que permite a integração e o acesso às informações sobre biodiversidade na companhia.

Atuação em emergências

A Petrobras dispõe de equipes treinadas e recursos materiais para os planos de emergência. São 30 embarcações de grande porte para recolhimento de óleo; 130 embarcações de apoio; 150 mil metros de barreiras de contenção; 120 mil metros de barreiras absorventes; 200 recolhedores de óleo; e 200 mil litros de dispersantes químicos, entre outros itens disponíveis nos dez Centros de Defesa Ambiental e em suas 13 bases avançadas e nos Centros de Resposta a Emergência, distribuídos em mais de 20 cidades do Brasil.

A Petrobras realizou, em 2010, 10 simulados regionais de combate a emergências (9 nacionais e 1 internacional em parceria com a Clean Caribbean & Américas - CCA), que envolveram a Marinha do Brasil, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, além de órgãos ambientais, prefeituras e comunidades locais.

Vazamento de petróleo e derivados

Os vazamentos de petróleo e derivados em 2010 atingiram 668 m³, ultrapassando em 7,9% o LMA estabelecido para o ano, de 619 m³. Ainda assim, vem sendo mantida a tendência de níveis de vazamento inferiores a 1 m³ por milhão de barris de petróleo produzidos, um referencial de excelência na indústria mundial de óleo e gás.

Saúde

A Petrobras acompanha os resultados na área de Saúde por meio de indicadores, tal como o Percentual de Tempo Perdido (PTP), referente aos afastamentos de empregados por doenças ou acidentes. Em 2010, foi registrado um PTP de 2,38%, inferior ao LMA estabelecido para o ano, de 2,41%.

ORGANIZAÇÃO GERAL DA PETROBRAS

O modelo de organização da Petrobras vem sendo aprimorado para ajustar-se ao Plano Estratégico 2020. O Plano Básico de Organização sofreu alterações em decorrência do Projeto de Reavaliação do Modelo de Governança Corporativa, Organização e Gestão Empresarial. Entre elas, destacam-se:

- a transformação das Unidades de Negócio em Unidades de Operações, para reforçar a atuação da Petrobras como empresa integrada e verticalizada e tornar seus processos mais eficientes;
- a alteração do modelo da Área de Negócio Internacional, que poderá constituir empresas no exterior, para desenvolvimento e operação de suas atividades.

Em 2010, foram promovidas mudanças na estrutura organizacional em unidades da companhia, entre elas:

- **Área de Negócio de Exploração e Produção** - Foram criadas as gerências executivas de Projetos de Desenvolvimento da Produção e Construção de Poços Marítimos;
- **Área de Serviços** - A gerência executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde passou a se chamar gerência executiva de Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde, incorporando novas atribuições;
- **Área Corporativa** - A gerência executiva de Desenvolvimento de Sistemas de Gestão passou a ser denominada gerência executiva de Organização, Gestão e Governança;
- **Área de Negócio de Gás e Energia** - Foi criada a gerência executiva de Programas de Investimento, com o objetivo de concentrar as atividades de gestão de projetos em uma única unidade da área.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

ANÁLISE FINANCEIRA

1. Resumo Econômico-Financeiro (1)

	R$ milhões			
	Consolidado		Petrobras	
	2010	2009	2010	2009
• Receita de vendas	213.274	182.834	156.487	134.034
• Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	47.057	45.997	36.554	34.381
Atividades próprias	34.981	30.116	27.997	22.107
Subsidiárias/Coligadas	208	(65)	7.039	7.852
• Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	35.189	30.051	35.036	29.959
• Lucro líquido por ação (2)	3,57	3,43	3,52	3,42
• Endividamento líquido (3)	62.067	73.416	10.541	26.790
• Ativo Total	519.970	350.419	466.655	318.997
• Investimentos, imobilizado, intangível e diferido	374.815	241.122	319.013	191.452
• Patrimônio Líquido	310.225	166.895	307.317	165.021
• Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros(3)	67/33	52/48	73/27	55/45

(1) Os valores expressos em Reais foram apurados de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB. Para fins de comparabilidade, as informações de 2009, previamente divulgadas, encontram-se ajustadas aos IFRS.

(2) Lucro líquido por ação calculado com base na média ponderada da quantidade de ações.

(3) Inclui endividamento contraído através de arrendamentos mercantis financeiros e títulos públicos federais com vencimento superior a 90 dias.

Composição do Ebitda

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	%	2010	2009	%
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	47.057	45.997	2	36.554	34.381	6
Participação de Empregados	(1.691)	(1.495)	13	(1.428)	(1.270)	12
Depreciação/Amortização	14.881	14.457	3	10.813	10.380	4
(–) Perda na recuperação de ativos	76	543	(86)	(104)	550	(119)
EBITDA	**60.323**	**59.502**	**1**	**45.835**	**44.041**	**4**
Margem EBITDA (%)	**28**	**33**	**(5)**	**29**	**33**	**(4)**
Endividamento Líquido/EBITDA	**1,03**	**1,23**	**(0,20)**	**0,23**	**0,61**	**(0,38)**

EBITDA não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e possivelmente pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome, apresentados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador substituto para medir lucro operacional, ou também como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é uma informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.

2. Principais indicadores econômicos consolidados

	Exercício		2010 X 2009
	2010	2009	(%)
Indicadores Econômicos e Financeiros			
• Petróleo Brent (US$/bbl)	79,47	61,51	29%
• Dólar médio de venda (R$)	1,76	2,00	-12%
• Dólar final de venda (R$)	1,67	1,74	- 4%
Indicadores de Preços			
• Preço dos derivados no mercado interno (R$/bbl)	158,43	157,77	0%
Preço médio de venda - Brasil			
• Petróleo (US$/bbl) (4)	74,66	54,22	38%
• Gás natural (US$/bbl) (5)	15,57	22,53	-31%
Preço médio de venda - Internacional			
• Petróleo (US$/bbl)	66,42	53,58	24%
• Gás natural (US$/bbl)	14,15	12,65	12%

(4) Média das exportações e dos preços internos de transferência do E&P para o Abastecimento.

(5) Preço interno de transferência do E&P para o Gás e Energia.

3. Volume de Vendas

Volume de vendas - Mil barris/dia

	Exercício		
	2010	2009	Δ %
Diesel	809	740	9%
Gasolina	394	338	17%
Óleo combustível	100	101	-1%
Nafta	167	164	2%
GLP	218	210	4%
QAV	92	77	19%
Outros	180	140	29%
Total de derivados	**1.960**	**1.770**	**11%**
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	99	96	3%
Gás natural	319	240	33%
Total mercado interno	**2.378**	**2.106**	**13%**
Exportação	698	707	-1%
Vendas internacionais	593	541	10%
Total mercado externo	**1.291**	**1.248**	**3%**
Total geral	**3.669**	**3.354**	**9%**

O volume de vendas no mercado interno foi 13% superior ao de 2009, destacando-se as vendas dos seguintes produtos:

• Óleo diesel (aumento de 9%) - por conta da recuperação da atividade industrial, do aumento da safra de grãos e do consumo gerado pelos investimentos em obras de infraestrutura.

• Gasolina (aumento de 17%) - reflexo da escassez de álcool no mercado, no início de 2010, provocando forte elevação nos preços do produto e a migração para a gasolina nos veículos *flexfuel*, além da redução da participação do álcool anidro na gasolina C, de 25% para 20% a partir de fev/2010.

• QAV (aumento de 19%) - influenciado pela recuperação econômica e melhor performance do mercado de aviação.

• Gás natural (aumento de 33%) - refletindo a expansão do consumo do setor industrial, recuperando-se da crise financeira mundial de 2009, além da maior participação do gás no acionamento das usinas térmicas.

4. Resultados Consolidados

A Petrobras, suas Subsidiárias e Controladas apresentaram um lucro líquido consolidado de R$ 35.189 milhões no exercício social findo em 31.12.2010, após a eliminação das operações intercompanhias e a dedução da participação dos acionistas não controladores, apresentando um aumento de 17% em relação ao exercício anterior (R$ 30.051 milhões).

Esse resultado foi impactado por:

• Aumento do lucro bruto em R$ 3.095 milhões, devido:

- Maiores volumes vendidos no país (R$ 7.528 milhões), com destaque para o diesel, influenciado pela recuperação da atividade industrial e da gasolina, reflexo da escassez de álcool no mercado, favorecendo a migração para a gasolina nos veículos *flexfuel* e da redução da participação do álcool anidro na gasolina C. Além da valorização dos preços médios das exportações (R$ 6.069 milhões).

- Custos mais elevados (R$ 10.647 milhões), consequentes dos maiores gastos com importação de petróleo, derivados e gás e com participação governamental no país.

• Aumento nas despesas, destacando:

- Vendas (R$ 1.285 milhões), por conta do maior volume de produtos vendidos e da cotação do frete (R$ 543 milhões), o aumento dos gastos com pessoal e serviços de terceiros (R$ 244 milhões), com provisão para créditos com liquidação duvidosa (R$ 137 milhões) e com depreciação (R$ 117 milhões), em razão da entrada em operação do trecho norte do Gasene;

- Gerais e Administrativas (R$ 605 milhões), destacando os maiores gastos com pessoal (R$ 312 milhões), principalmente de reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011;

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

• Melhor resultado financeiro líquido (R$ 2.725 milhões), por conta da oscilação do câmbio sobre passivos líquidos em Dólar em 2010, enquanto em 2009 ocorreram perdas cambiais apuradas sobre o saldo médio dos ativos líquidos em Dólar, conforme quadro a seguir:

	Exercício		Variação	%
	2010	2009	2010 X 2009	
Despesas/Receitas Financeiras	1.228	38	1.190	3.132
Variações Monetárias e Cambiais	1.335	(200)	1.535	768
Resultado Financeiro Líquido	**2.563**	**(162)**	**2.725**	**1.682**

Em 2010: apreciação do Real frente ao Dólar em 4,3% sobre os passivos líquidos no período.

Em 2009: apreciação do Real frente ao Dólar em 25,5% sobre o saldo médio dos ativos líquidos no período.

• Efeito positivo na participação dos acionistas não controladores (R$ 2.581 milhões) decorrente da oscilação de câmbio sobre o endividamento das SPE, pelo exercício da opção de compra das ações de alguns projetos estruturados, e pela revisão dos fluxos de recebimentos futuros relativos às operações de leasing financeiro.

• A provisão dos juros sobre o capital próprio no exercício de 2010 gerou um benefício fiscal de R$ 3.456 milhões (R$ 2.446 milhões no exercício de 2009).

5. Resultado por Área de Negócio

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da companhia.

Na apuração dos resultados, por área de negócio, são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

Resultado por área de negócio - R$ milhões

	Exercício		
	2010	2009	Δ %
Exploração & Produção	29.691	19.289	54
Abastecimento	3.722	13.521	(72)
Gás & energia	1.279	703	82
Distribuição	1.268	1.247	2
Internacional	1.320	(115)	(1.248)
Corporativo	(1.141)	(3.596)	(68)
Eliminações	(950)	(998)	(5)
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**35.189**	**30.051**	**17**

• Exploração e Produção

O maior lucro líquido decorreu do aumento de preço do petróleo (38% em US$/bbl), e do incremento em 2% na produção diária de óleo e LGN. Contribuiu, também, a redução das perdas e contingências com processos judiciais (R$ 1.582 milhões), dos custos exploratórios (R$ 443 milhões), decorrentes de gastos com geologia, geofísica e baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica, e da redução/reversão das perdas estimadas na recuperação de ativos.

Parte desses efeitos foi compensada por maiores custos com participações governamentais e pelas despesas com o encerramento do projeto estruturado Barracuda e Caratinga (R$ 486 milhões).

O spread entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent reduziu de US$ 7,29/bbl em 2009, para US$ 4,81/bbl em 2010.

• Abastecimento

O menor lucro líquido decorreu do aumento dos custos com aquisição/transferência de petróleo e importação de derivados (Brent - aumento de 29% em US$/bbl) e foi compensado, parcialmente, pelo crescimento do volume de derivados vendidos no mercado interno, com destaque para gasolina, diesel e QAV, pelo maior preço das exportações e, no mercado interno, dos derivados diretamente indexados aos preços internacionais, apesar da redução nos preços do diesel (15%) e da gasolina (4,5%), em junho/2009.

• Gás e Energia

O maior lucro líquido decorreu dos seguintes fatores:

• Elevação das vendas de gás natural, acompanhando o crescimento industrial e maior demanda por geração de energia;

• Maior receita fixa proveniente dos leilões de energia (ambiente de contratação regulada) e aumento da receita com geração termelétrica;

• Redução dos custos de aquisição/transferência do gás natural nacional, acompanhando o comportamento das referências internacionais e a apreciação do real frente ao dólar.

Estes fatores foram parcialmente compensados por maiores custos com importação de GNL e com despesas comerciais com navios regaseificadores.

• Distribuição

O maior lucro líquido decorreu do aumento de 1% na margem de comercialização e de 8% no volume vendido, parcialmente compensados por maiores gastos com serviços e pessoal, em decorrência do acordo coletivo de trabalho 2010/2011, e pelos gastos com equacionamento de débitos tributários de ICMS/RJ (R$ 110 milhões).

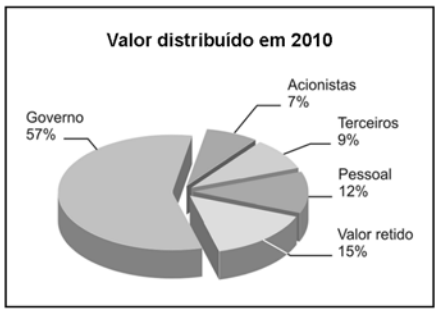
A participação no mercado de distribuição de combustíveis foi de 38,8% em 2010, enquanto em 2009 era de 38,6%.

• Internacional

O aumento no resultado decorreu dos maiores preços das *commodities* em 2010 e incremento no volume de vendas de petróleo, pelo início da produção de Akpo, na Nigéria, em março/2009.

6. DVA

A distribuição do valor adicionado da Petrobras alcançou, em 2010, R$ 158.683 milhões, representando um aumento de 14% em relação ao ano anterior, quando distribuiu R$ 139.234 milhões. A distribuição do valor adicionado pode ser observada nos gráficos a seguir:





7. Endividamento

O endividamento, referente a empréstimos e financiamentos no país e no exterior, atingiu R$ 117.915 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	R$ milhões		
	2010	2009	Δ %
Endividamento curto prazo	15.668	15.556	1
Endividamento longo prazo	102.247	86.894	18
Total [6]	117.915	102.450	15
Disponibilidades	30.323	29.034	4
Títulos públicos federais (vencimento superior a 90 dias)	25.525	0	
Disponibilidades ajustadas	55.848	29.034	92
Endividamento líquido [7]	62.067	73.416	(15)
Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio líquido) [6]	17%	31%	(14)
Passivo Total líquido [8]	464.122	321.385	44
Estrutura de capital (capital de terceiros líquido/passivo total líquido)	33%	48%	(15)
	US$ milhões		
	2010	2009	Δ %
Endividamento curto prazo	9.403	8.934	5
Endividamento longo prazo	61.365	49.905	23
Total [6]	70.769	58.839	20

[6] Inclui arrendamentos mercantis financeiros (R$ 372 milhões em 31.12.2010 e R$ 739 milhões em 31.12.2009).

[7] Endividamento Total - Disponibilidades.

[8] Passivo total líquido de caixa/aplicações financeiras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

O endividamento líquido do Sistema Petrobras reduziu 15% em relação a 31.12.2009, em decorrência da capitalização realizada em setembro de 2010 que compensou as captações líquidas do exercício.

O nível de endividamento, medido através do índice da dívida líquida/EBITDA reduziu de 1,23 em 31.12.2009 para 1,03 em 31.12.2010. A estrutura de capital está representada por 33% de participação de capitais de terceiros.

8. Obrigações contratuais

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2010:

	Pagamentos com vencimento por Período			
	Total	2011	2012-2015	2016 em diante
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial: [9]				
Obrigações de dívida	107.160	5.109	26.902	75.149
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	372	151	134	87
Total dos itens do balanço patrimonial	107.532	5.260	27.036	75.236
Outros compromissos contratuais a longo prazo				
Gás natural ship or pay	9.903	1.058	4.366	4.479
Serviço de contrato	175.909	84.459	67.958	23.492
Contratos de fornecimento de gás natural	21.716	2.364	9.962	9.390
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	80.108	17.736	44.732	17.640
Compromissos de compra	30.611	11.460	9.772	9.379
Compromissos de compra internacionais	52.086	7.329	15.905	28.852
Total de outros compromissos a longo prazo	370.333	124.406	152.695	93.232
Total	**477.865**	**129.666**	**179.731**	**168.468**

[9] Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 22 nas Demonstrações Contábeis.

9. Ativos e Passivos sujeitos à Variação Cambial

ATIVO	R$ milhões	
	31.12.2010	31.12.2009
Circulante	**13.065**	**5.581**
Disponibilidades	10.818	4.035
Outros ativos circulantes	2.247	1.546
Não Circulante	**18.755**	**17.876**
Recursos aplicados no exterior via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais	17.351	16.759
Outros Realizáveis a longo prazo	1.404	1.117
Total do Ativo	**31.820**	**23.457**

PASSIVO	R$ milhões	
	31.12.2010	31.12.2009
Circulante	**(11.562)**	**(11.978)**
Financiamentos	(7.953)	(10.303)
Fornecedores	(3.286)	(1.088)
Outros passivos circulantes	(323)	(587)
Não Circulante	**(26.248)**	**(15.203)**
Financiamentos	(26.208)	(15.125)
Outros exigíveis a longo prazo	(40)	(78)
Total do Passivo	**(37.810)**	**(27.181)**
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	**(5.990)**	**(3.724)**
(–) Empréstimos FINAME - em reais indexado ao dólar	(103)	(179)
(–) Empréstimos BNDES - em reais indexado ao dólar	(23.906)	(25.368)
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	**(29.999)**	**(29.271)**

10. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o Patrimônio Líquido da Petrobras (Controladora) atingiu o montante de R$ 307.317 milhões, correspondendo a R$ 23,56 por ação.

O valor de mercado da Companhia alcançou R$ 380.247 milhões.

a) Capitalização e cessão onerosa

A Companhia realizou, em 30 de setembro de 2010, aumento de capital em R$ 115.052 milhões, resultado da Oferta Pública de Ações (OPA), dos quais R$ 67.816 milhões recebidos da União por meio de LFT foram utilizados para pagamento de parte da aquisição do direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do Pré-Sal (5 bilhões de barris), através do Contrato de Cessão Onerosa, que totalizou R$ 74.808 milhões, registrados como ativo intangível.

	R$ milhões			
	Capitalização			Ativo Intangível Cessão Onerosa
	União	Demais Acionistas	Total	
Caixa	12.274	34.962	**47.236**	6.992
Títulos - LFT	67.816		**67.816**	67.816
Total da Capitalização	**80.090**	**34.962**	**115.052**	**74.808**

Subsequentemente, em 01 de outubro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a opção de lote suplementar à oferta realizada em setembro, que resultou na captação de recursos adicionais de R$ 5.196 milhões. Após esta oferta global de ações o capital social passou a R$ 205.357 milhões, representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais.

b) Aumento do Capital Social

Está sendo proposta à Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação ao capital de parte de reservas de incentivos fiscais constituída em 2010, no montante de R$ 23 milhões, em atendimento ao artigo 35 parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional, sem a emissão de novas ações.

c) Remuneração aos Acionistas

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No ano de 2010, a Companhia aprovou a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 10.163 milhões, 41% superior ao montante do exercício de 2009:

	Exercício					
	2010			2009		
	Data de aprovação	Data de pagamento	R$ milhões	Data de aprovação	Data de pagamento	R$ milhões
1ª parcela de JCP	14.05.2010	31.05.2010	1.755	24.06.2009	30.11.2009	2.632
2ª parcela de JCP	16.07.2010	31.08.2010	1.755	21.09.2009	21.12.2009	1.755
3ª parcela de JCP	22.10.2010	30.11.2010	1.826	17.12.2009	29.12.2009	1.755
4ª parcela de JCP	10.12.2010	30.12.2010	2.609	19.03.2010	30.04.2010	1.053
5ª parcela de JCP	25.02.2011	[10]	2.218			
			10.163			**7.195**

[10] Data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho de Administração da Petrobras, com base em disposições estatutárias, está propondo à Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de um dividendo relativo ao exercício de 2010, no montante de R$ 11.728 milhões, correspondente a 35,50% do lucro básico para fins de dividendo equivalente a R$ 1,03 por ação ordinária e preferencial.

Nestes dividendos estão incluídos a parcela de juros sobre capital próprio, no montante de R$ 10.163 milhões (equivalente a R$ 0,91 por ação ordinária e preferencial), dos quais serão descontados os juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente no montante de R$ 7.945 milhões, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para acionistas imunes e isentos e corrigidas pela taxa SELIC desde as datas dos pagamentos até 31.12.2010. A parcela final dos juros sobre o capital próprio juntamente com os dividendos, no valor de R$ 3.595 milhões, será disponibilizada na data que vier a ser fixada em AGO e terão seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31.12.2010 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhões de reais)

		Consolidado			Controladora		
Ativo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01.01.2009**	**2010**	**2009**	**01.01.2009**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.323	29.034	16.099	19.995	16.798	11.268
Títulos e valores mobiliários	7	26.017	124	289	33.731	1.718	
Contas a receber, líquidas	8.1	17.334	14.062	14.969	16.178	12.844	17.370
Dividendos a receber	11.1	251	18	20	1.523	780	988
Estoques	9	19.816	19.448	18.391	15.199	14.437	12.429
Impostos, contribuições e participações	21.1	8.935	7.023	7.871	5.911	4.049	5.183
Adiantamento a fornecedores		1.310	1.981	1.594	1.048	1.750	1.419
Outros ativos circulantes		2.699	2.684	2.815	1.673	1.700	1.510
		106.685	**74.374**	**62.048**	**95.258**	**54.076**	**50.167**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Contas a receber, líquidas	8.1	4.956	3.288	1.331	29.760	49.742	91.626
Conta petróleo e álcool - STN	10	822	817	810	822	817	810
Títulos e valores mobiliários	7	5.208	4.639	4.066	4.749	4.180	3.598
Depósitos judiciais	12	2.807	1.989	1.853	2.426	1.691	1.542
Impostos e contribuição social diferidos	21.3	17.211	16.231	13.010	11.790	11.640	8.045
Adiantamento a fornecedores		4.976	5.365	5.444	964	1.900	2.209
Outros ativos realizáveis a longo prazo		2.490	2.594	2.659	1.873	3.499	3.057
		38.470	**34.923**	**29.173**	**52.384**	**73.469**	**110.887**
Investimentos	14	8.879	5.772	5.768	50.955	38.318	24.670
Imobilizado	15	282.838	227.079	185.694	189.775	149.447	117.714
Intangível	16	83.098	8.271	9.592	78.042	3.216	3.233
Diferido					241	472	604
		413.285	**276.045**	**230.227**	**371.397**	**264.922**	**257.108**
		519.970	**350.419**	**292.275**	**466.655**	**318.998**	**307.275**

		Consolidado			Controladora		
Passivo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01.01.2009**	**2010**	**2009**	**01.01.2009**
Circulante							
Financiamentos	18	15.492	15.166	13.640	1.506	3.123	2.506
Arrendamentos mercantis financeiros	19.1	176	390	585	3.149	3.557	5.053
Fornecedores		17.044	17.082	17.168	9.567	9.670	10.187
Impostos, contribuições e participações	21.2	10.250	10.590	8.555	7.837	8.268	6.468
Dividendos propostos	24.5	3.595	2.333	9.915	3.595	2.333	9.915
Salários, férias e encargos		2.606	2.304	2.027	2.174	1.907	1.561
Participação de empregados e administradores	23	1.691	1.495	1.345	1.428	1.270	1.138
Planos de pensão e saúde	22	1.303	1.208	1.152	1.209	1.123	1.072
Subsidiárias, controladas e coligadas		149	128	147	30.113	46.167	67.610
Outras contas e despesas a pagar		4.528	4.465	3.774	1.863	1.656	2.119
		56.834	**55.161**	**58.308**	**62.441**	**79.074**	**107.629**
Não Circulante							
Financiamentos	18	102.051	86.545	51.162	36.430	26.004	11.457
Arrendamentos mercantis financeiros	19.1	196	349	805	14.976	10.904	12.702
Impostos e contribuição social diferidos	21.3	26.161	20.458	17.642	21.808	16.855	14.892
Planos de pensão e saúde	22	15.278	14.164	13.200	14.162	13.147	12.229
Provisão para processos judiciais	29	1.372	865	890	425	198	203
Provisão para desmantelamento de áreas	20	6.505	4.791	5.417	6.072	4.419	4.811
Subsidiárias, controladas e coligadas		179	52	49	404	905	1.101
Outras contas e despesas a pagar		1.169	1.139	1.960	2.620	2.471	525
		152.911	**128.363**	**91.125**	**96.897**	**74.903**	**57.920**
Patrimônio líquido	24						
Capital social realizado		205.357	78.967	78.967	205.357	78.967	78.967
Contribuição adicional de capital		(6)	1.423		(6)	1.423	
Reservas de capital			515	515		515	515
Reservas de lucros		101.325	83.479	61.614	101.876	84.183	62.552
Ajustes de avaliação patrimonial		90	(67)	(308)	90	(67)	(308)
		306.766	**164.317**	**140.788**	**307.317**	**165.021**	**141.726**
Participação dos acionistas não controladores		3.459	2.578	2.054			
		310.225	**166.895**	**142.842**	**307.317**	**165.021**	**141.726**
		519.970	**350.419**	**292.275**	**466.655**	**318.998**	**307.275**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhões de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Receita de vendas	25	**213.274**	**182.834**	**156.487**	**134.034**
Custo dos produtos e serviços vendidos	26	(136.052)	(108.707)	(96.134)	(75.977)
Lucro bruto		**77.222**	**74.127**	**60.353**	**58.057**
Receitas (despesas)					
Vendas	26	(8.660)	(7.375)	(7.920)	(6.464)
Gerais e administrativas	26	(7.997)	(7.392)	(5.443)	(5.029)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		(3.797)	(3.981)	(2.601)	(3.044)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.739)	(1.364)	(1.641)	(1.352)
Tributárias		(910)	(658)	(433)	(320)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	(7.062)	(7.360)	(5.761)	(7.467)
		(30.165)	**(28.130)**	**(23.799)**	**(23.676)**
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		47.057	45.997	36.554	34.381
Resultado financeiro líquido	28	2.563	(162)	1.634	(4.710)
Resultado de participações em investimentos		208	(65)	7.039	7.852
Participação dos empregados e administradores	23	(1.691)	(1.495)	(1.428)	(1.270)
Lucro antes dos impostos		**48.137**	**44.275**	**43.799**	**36.253**
Imposto de renda e contribuição social	24.5	(12.236)	(10.931)	(8.763)	(6.294)
Lucro líquido		**35.901**	**33.344**	**35.036**	**29.959**
Lucro líquido atribuível aos não controladores		(712)	(3.293)		
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras		**35.189**	**30.051**	**35.036**	**29.959**
Lucro básico e diluído por ação		3,57	3,43	3,55	3,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhões de reais)

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores	**35.901**	**33.344**	**35.036**	**29.959**
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes acumulados de conversão	(276)	(349)	(33)	(163)
Custo Atribuído de coligada	11	7	11	7
Ganhos/(Perdas) a realizar sobre títulos disponíveis para a venda				
Reconhecido no patrimônio líquido	309	603	309	603
Transferido para o resultado	(6)	32	(6)	32
Ganhos/(Perdas) não reconhecidos no hedge de fluxo de caixa				
Reconhecido no patrimônio líquido	13	(86)	13	(86)
Transferido para o resultado	(12)		(12)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(104)	(137)	(104)	(137)
Resultado abrangente total	**35.836**	**33.414**	**35.214**	**30.215**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas não controladores	469	3.107		
Acionistas da Petrobras	35.367	30.307	35.214	30.215
Resultado abrangente total	**35.836**	**33.414**	**35.214**	**30.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhões de reais)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital: Gastos com emissão de ações	Contribuição adicional de capital: Mudança de participação em controladas	Reservas de capital: Incentivos fiscais	Ajuste avaliação patrimonial: Ajuste acumulado de conversão	Ajuste avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora (CPC)	Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores (IFRS)	Total do patrimônio líquido consolidado (IFRS)
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2009	**78.967**			**515**		**(308)**	**9.436**	**899**	**557**	**53.550**	**(1.890)**	**141.726**	**(938)**	**2.054**	**142.842**
Ajuste acumulado de conversão					(163)							(163)		(186)	(349)
Ganhos não realizados em aplicações disponíveis para a venda						411						411			411
Realização						(7)					7				
Mudança de participação em controladas			1.423									1.423	142	(1.540)	25
Lucro líquido do exercício											29.959	29.959	92	3.293	33.344
Destinações:															
Apropriações do lucro líquido em reservas							1.466	395	554	18.573	(20.988)				
Dividendos propostos											(8.335)	(8.335)		(1.043)	(9.378)
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2009	**78.967**		**1.423**	**515**	**(163)**	**96**	**10.902**	**1.294**	**1.111**	**72.123**	**(1.247)**	**165.021**	**(704)**	**2.578**	**166.895**
Aumento de capital com reservas	6.141			(515)				(899)	(14)	(4.713)					
Aumento de capital com emissão de ações	120.249	(477)										119.772			119.772
Ajuste acumulado de conversão					(33)							(33)		(243)	(276)
Ganhos não realizados em aplicações disponíveis para venda						201						201			201
Realização						(11)					11				
Mudança de participação em controladas			(952)									(952)		281	(671)
Lucro líquido do exercício											35.036	35.036	153	712	35.901
Destinações:															
Apropriações do lucro líquido em reservas							1.752	1.027	250	19.043	(22.072)				
Dividendos											(11.728)	(11.728)		131	(11.597)
	205.357	(477)	471		(196)	286	12.654	1.422	1.347	86.453		307.317	(551)	3.459	310.225
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**205.357**	**(6)**			**90**			**101.876**				**307.317**	**(551)**	**3.459**	**310.225**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	35.189	30.051	35.036	29.959
Ajustes:				
Participação dos acionistas não controladores	712	3.293		
Resultado de participações em investimentos	(208)	65	(7.039)	(7.852)
Depreciação, depleção e amortização	14.881	14.457	10.813	10.380
Perda na recuperação de ativos	690	1.144	(33)	675
Baixa de poços secos	2.121	2.315	1.495	1.831
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	337	216	40	59
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	(176)	(2.585)	(1.044)	15.351
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	5.794	1.759	5.149	436
Aumento/Redução de ativos e passivos				
Redução/(aumento) de contas a receber	(4.718)	(404)	(2.178)	251
Redução/(aumento) dos estoques	(900)	(2.999)	(715)	(2.327)
Aumento de outros ativos	(47)	2.195	(206)	(2.507)
Aumento/(redução) de fornecedores	373	1.215	(103)	(516)
Aumento/(redução) de impostos, taxas e contribuições	(3.857)	594	(3.276)	303
Aumento dos planos de pensão e de saúde	1.381	1.062	1.292	969
Aumento/(redução) de outros passivos	1.008	(1.053)	954	1.340
Aumento/(redução) de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Redução/(aumento) de contas a receber	707	22	(5.220)	4.151
Redução/(aumento) de contas a pagar	148	3	(12)	(284)
Aumento com operação com fornecimento de petróleo e derivados - Exterior			(20.528)	(29.669)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	53.435	51.350	14.425	22.550
Atividades de investimentos				
Cessão onerosa - Direitos Adquiridos	(74.808)		(74.808)	
Liquidação feita por LFTs	67.816		67.816	
Liquidação feita por caixa e equivalentes a caixa	(6.992)		(6.992)	
Demais investimentos em exploração e produção de petróleo e gás	(30.557)	(32.096)	(23.479)	(23.372)
Investimentos em exploração e produção de petróleo e gás	(37.549)	(32.096)	(30.471)	(23.372)
Investimentos em refino e transporte	(28.127)	(19.413)	(21.253)	(16.876)
Investimentos em gás e energia	(7.561)	(10.478)	(384)	(4.634)
Investimento no segmento internacional	(4.086)	(6.391)	(1.073)	(16)
Investimentos em distribuição	(814)	(581)		(3)
Outros investimentos	(2.257)	(1.776)	(2.084)	(1.990)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(25.406)	387	(32.014)	(1.356)
Dividendos recebidos	233	68	1.916	3.132
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(105.567)	(70.280)	(85.363)	(45.115)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	120.249		120.249	
Aporte em LFTs	(67.816)		(67.816)	
Aporte em caixa e equivalentes a caixa	52.433		52.433	
Gastos com emissão de ações	(710)		(710)	
Aquisição de participação de acionistas não controladores	(597)			
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos				
Captações	37.543	74.961	15.823	18.319
Amortizações de principal	(19.100)	(23.972)	(6.259)	(2.033)
Amortizações de juros	(6.296)	(3.384)	(2.913)	(1.200)
Operações de mútuos, líquidos			23.561	19.895
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP			1.615	8.554
Dividendos pagos a acionistas	(9.415)	(15.440)	(9.415)	(15.440)
Recursos líquidos gerados/(utilizados) nas atividades de financiamentos	53.858	32.165	74.135	28.095
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(437)	(300)		
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.289	12.935	3.197	5.530
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.034	16.099	16.798	11.268
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.323	29.034	19.995	16.798
Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros recebidos sobre empréstimos			710	2.708
Imposto de renda e contribuição social	4.693	8.593	2.520	6.496
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.909	3.875	2.804	3.446
	7.602	**12.468**	**6.034**	**12.650**
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	54	121		
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		110	8.188	598
Aumento de capital com títulos governamentais, utilizados para aquisição de direitos de exploração (cessão onerosa)	67.816		67.816	
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	1.698	(737)	1.600	(778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2010		2009		2010		2009	
Receitas								
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	272.351		234.939		207.721		178.844	
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - constituição	(226)		(70)		(160)		(15)	
Receitas relativas à construção de ativos para uso	68.073		56.556		50.440		41.245	
	340.198		291.425		258.001		220.074	
Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais consumidos	(39.487)		(34.994)		(23.784)		(22.363)	
Custo das mercadorias para revenda	(39.427)		(25.005)		(29.621)		(16.899)	
Energia, serviços de terceiros e outros	(73.497)		(64.289)		(53.958)		(49.069)	
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(19.237)		(16.959)		(15.110)		(13.417)	
Perda na recuperação de ativos	(690)		(1.144)		33		(676)	
	(172.338)		(142.391)		(122.440)		(102.424)	
Valor adicionado bruto	167.860		149.034		135.561		117.650	
Retenções								
Depreciação, depleção e amortização	(14.881)		(14.457)		(10.813)		(10.380)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	152.979		134.577		124.748		107.270	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações em investimentos	208		(65)		7.039		7.852	
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	4.539		3.509		4.547		5.262	
Aluguéis, royalties e outros	957		1.213		783		1.047	
	5.704		4.657		12.369		14.161	
Valor adicionado a distribuir	158.683		139.234		137.117		121.431	
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Remuneração direta								
Salários	11.994	8%	10.216	7%	8.765	6%	7.392	6%
Participações dos empregados e administradores nos lucros	1.691	1%	1.495	1%	1.428	1%	1.270	1%
	13.685		11.711		10.193		8.662	
Benefícios								
Vantagens	841	1%	683	0%	579	0%	462	0%
Plano de aposentadoria e pensão	1.373	1%	994	1%	1.264	1%	956	1%
Plano de saúde	1.830	1%	1.606	2%	1.660	2%	1.519	2%
FGTS	747		673	0%	648	0%	585	0%
	18.476	12%	15.667	11%	14.344	10%	12.184	10%
Tributos								
Federais*	55.976	36%	49.467	36%	49.571	36%	42.092	35%
Estaduais	28.581	18%	25.217	18%	15.281	11%	13.516	11%
Municipais	182		156	0%	86	0%	92	0%
No exterior*	5.290	3%	4.888	4%				
	90.029	57%	79.728	58%	64.938	47%	55.700	46%
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	6.612	4%	4.481	3%	7.162	5%	10.253	8%
Despesas de aluguéis e afretamento	7.665	5%	6.014	4%	15.637	12%	13.335	11%
	14.277	9%	10.495	7%	22.799	17%	23.588	19%
Acionistas								
Juros sobre capital próprio	10.163	6%	7.195	5%	10.163	7%	7.195	6%
Dividendos	1.565	1%	1.141	1%	1.565	1%	1.141	1%
Participação dos acionistas não controladores	712		3.293	2%				
Lucros retidos	23.461	15%	21.715	16%	23.308	17%	21.623	18%
	35.901	22%	33.344	24%	35.036	26%	29.959	25%
Valor adicionado distribuído	158.683	100%	139.234	100%	137.117	100%	121.431	100%

* Inclui participações governamentais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhões de reais)

	2010							
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo (*)	Eliminação	Total
Receita de vendas	**95.451**	**172.468**	**15.476**	**65.557**	**24.887**		**(160.565)**	**213.274**
Intersegmentos	95.026	57.175	1.905	1.320	5.139		(160.565)	
Terceiros	425	115.293	13.571	64.237	19.748			213.274
Custo dos produtos vendidos	(44.302)	(160.362)	(10.942)	(59.896)	(19.376)		158.826	(136.052)
Lucro bruto	**51.149**	**12.106**	**4.534**	**5.661**	**5.511**		**(1.739)**	**77.222**
Receitas (despesas)	**(5.825)**	**(6.391)**	**(2.595)**	**(3.616)**	**(3.462)**	**(8.575)**	**299**	**(30.165)**
Vendas, gerais e administrativas	(794)	(5.198)	(1.941)	(3.478)	(1.667)	(3.754)	175	(16.657)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(2.601)				(1.196)			(3.797)
Pesquisa e desenvolvimento	(774)	(380)	(129)	(9)	(2)	(445)		(1.739)
Tributárias	(218)	(120)	(58)	(29)	(219)	(264)	(2)	(910)
Outras	(1.438)	(693)	(467)	(100)	(378)	(4.112)	126	(7.062)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	**45.324**	**5.715**	**1.939**	**2.045**	**2.049**	**(8.575)**	**(1.440)**	**47.057**
Resultado financeiro líquido						2.563		2.563
Resultado de participações em investimentos		280	9	(2)	(49)	(30)		208
Participação dos empregados e administradores	(538)	(379)	(66)	(120)	(48)	(540)		(1.691)
Lucro antes dos impostos	**44.786**	**5.616**	**1.882**	**1.923**	**1.952**	**(6.582)**	**(1.440)**	**48.137**
Imposto de renda/contribuição social	(15.228)	(1.814)	(637)	(655)	(493)	6.101	490	(12.236)
Lucro líquido	**29.558**	**3.802**	**1.245**	**1.268**	**1.459**	**(481)**	**(950)**	**35.901**
Resultado atribuível aos não controladores	133	(80)	34		(139)	(660)		(712)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**29.691**	**3.722**	**1.279**	**1.268**	**1.320**	**(1.141)**	**(950)**	**35.189**

(*) Contempla os resultados dos negócios com Biocombustíveis

	2009							
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo(*)	Eliminação	Total
Receita de vendas	**76.183**	**146.152**	**12.244**	**58.277**	**21.291**		**(131.313)**	**182.834**
Intersegmentos	75.252	49.396	1.851	1.347	3.467		(131.313)	
Terceiros	931	96.756	10.393	56.930	17.824			182.834
Custo dos produtos vendidos	(39.052)	(120.149)	(8.828)	(53.124)	(17.095)		129.541	(108.707)
Lucro bruto	**37.131**	**26.003**	**3.416**	**5.153**	**4.196**		**(1.772)**	**74.127**
Receitas (despesas)	**(7.478)**	**(5.252)**	**(2.076)**	**(3.118)**	**(3.221)**	**(7.243)**	**258**	**(28.130)**
Vendas, gerais e administrativas	(661)	(4.634)	(1.195)	(3.126)	(1.716)	(3.627)	192	(14.767)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.044)				(937)			(3.981)
Pesquisa e desenvolvimento	(516)	(336)	(64)	(10)	(4)	(434)		(1.364)
Tributárias	(94)	(93)	(31)	(26)	(164)	(250)		(658)
Outras	(3.163)	(189)	(786)	44	(400)	(2.932)	66	(7.360)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	**29.653**	**20.751**	**1.340**	**2.035**	**975**	**(7.243)**	**(1.514)**	**45.997**
Resultado financeiro líquido						(162)		(162)
Resultado de participações em investimentos		182	68	(29)	(287)	1		(65)
Participação dos empregados e administradores	(488)	(267)	(56)	(101)	(47)	(536)		(1.495)
Lucro antes das participações e impostos	**29.165**	**20.666**	**1.352**	**1.905**	**641**	**(7.940)**	**(1.514)**	**44.275**
Imposto de renda/contribuição social	(9.916)	(6.965)	(437)	(658)	(570)	7.099	516	(10.931)
Lucro líquido	**19.249**	**13.701**	**915**	**1.247**	**71**	**(841)**	**(998)**	**33.344**
Resultado atribuível aos não controladores	40	(180)	(212)		(186)	(2.755)		(3.293)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**19.289**	**13.521**	**703**	**1.247**	**(115)**	**(3.596)**	**(998)**	**30.051**

(*) Contempla os resultados dos negócios com Biocombustíveis.

As informações segmentadas de 2010 e 2009 foram elaboradas considerando a alteração da composição das áreas de negócio, decorrente da transferência da gestão do negócio Fertilizantes, da área de Abastecimento, para de Gás e Energia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhões de reais)

Ativo	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo(*)	Eliminação	Total
Circulante	**6.133**	**28.853**	**4.523**	**6.580**	**5.750**	**64.841**	**(9.995)**	**106.685**
Não circulante	**221.468**	**88.772**	**45.652**	**5.700**	**24.119**	**27.610**	**(36)**	**413.285**
Realizável a longo prazo	6.268	6.024	2.829	951	4.054	18.380	(36)	**38.470**
Investimento		6.276	295	16	1.340	952		**8.879**
Imobilizado	138.519	76.186	41.262	4.050	15.559	7.262		**282.838**
Intangível	76.681	286	1.266	683	3.166	1.016		**83.098**
31.12.2010	**227.601**	**117.625**	**50.175**	**12.280**	**29.869**	**92.451**	**(10.031)**	**519.970**
Circulante	**6.515**	**27.412**	**5.076**	**5.668**	**5.128**	**33.989**	**(9.414)**	**74.374**
Não circulante	**125.657**	**60.553**	**39.863**	**5.282**	**23.250**	**22.566**	**(1.126)**	**276.045**
Realizável a longo prazo	7.488	4.387	2.815	1.060	2.776	17.523	(1.126)	34.923
Investimento		3.442	273	25	1.882	150		5.772
Imobilizado	116.369	52.456	35.666	3.503	15.252	3.833		227.079
Intangível	1.800	268	1.109	694	3.340	1.060		8.271
31.12.2009	**132.172**	**87.965**	**44.939**	**10.950**	**28.378**	**56.555**	**(10.540)**	**350.419**
Circulante	**5.881**	**22.985**	**5.426**	**5.659**	**5.813**	**24.107**	**(7.823)**	**62.048**
Não circulante	**108.900**	**41.071**	**30.494**	**4.646**	**28.911**	**17.460**	**(1.255)**	**230.227**
Realizável a longo prazo	7.289	3.172	3.574	735	1.634	13.982	(1.213)	29.173
Investimento		3.228	256	30	2.103	151		5.768
Imobilizado	99.818	34.480	25.752	3.189	20.293	2.204	(42)	185.694
Intangível	1.793	191	912	692	4.881	1.123		9.592
01.01.2009	**114.781**	**64.056**	**35.920**	**10.305**	**34.724**	**41.567**	**(9.078)**	**292.275**

(*) Contempla os ativos dos negócios com Biocombustíveis.

As informações segmentadas de 2010 e 2009 foram elaboradas considerando a alteração da composição das áreas de negócio, decorrente da transferência da gestão do negócio Fertilizantes, da área de Abastecimento, para de Gás e Energia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO) - ÁREA INTERNACIONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhões de reais)

	2010						
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do Resultado							
Receita de vendas	**6.574**	**13.188**	**2.074**	**7.254**		**(4.203)**	**24.887**
Intersegmentos	5.259	3.767	301	58		(4.246)	5.139
Terceiros	1.315	9.421	1.773	7.196		43	19.748
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e das participações e impostos	**2.148**	**64**	**251**	**10**	**(409)**	**(15)**	**2.049**
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**1.527**	**78**	**186**	**10**	**(466)**	**(15)**	**1.320**

	2009						
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do Resultado							
Receita de vendas	**5.766**	**11.727**	**2.151**	**5.416**	**29**	**(3.798)**	**21.291**
Intersegmentos	4.025	2.822	325	89	9	(3.803)	3.467
Terceiros	1.741	8.905	1.826	5.327	20	5	17.824
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e das participações e impostos	**1.161**	**(89)**	**394**	**45**	**(590)**	**54**	**975**
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**778**	**(169)**	**303**	**44**	**(1.125)**	**54**	**(115)**

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo							
Em 31.12.2010	**20.715**	**5.433**	**3.213**	**1.645**	**2.801**	**(3.938)**	**29.869**
Em 31.12.2009	**19.950**	**5.068**	**3.470**	**1.163**	**3.910**	**(5.183)**	**28.378**
Em 01.01.2009	**24.204**	**6.387**	**4.730**	**859**	**4.106**	**(5.562)**	**34.724**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

BALANÇO SOCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 - Base de Cálculo	2010	2009
Receita de vendas Consolidada (RL)	213.274	182.834
Lucro antes das participações e impostos Consolidado (RO)	49.828	45.770
Folha de pagamento bruta	11.462	10.195

2 - Indicadores Sociais Internos (i)	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	741	6,46%	0,35%	665	6,52%	0,36%
Encargos sociais compulsórios	5.475	47,77%	2,57%	4.585	44,97%	2,51%
Previdência privada	350	3,06%	0,16%	366	3,59%	0,20%
Saúde	2.064	18,01%	0,97%	1.885	18,49%	1,03%
Segurança e saúde no trabalho	114	1,00%	0,05%	114	1,12%	0,06%
Educação	118	1,03%	0,06%	107	1,05%	0,06%
Cultura	10	0,09%	0,00%	7	0,07%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	366	3,20%	0,17%	264	2,59%	0,14%
Creches ou auxílio-creche	6	0,06%	0,00%	3	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.691	14,75%	0,79%	1.495	14,66%	0,82%
Outros	71	0,62%	0,03%	55	0,54%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	**11.006**	**96,05%**	**5,15%**	**9.546**	**93,63%**	**5,21%**

3 - Indicadores Sociais Externos (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	44	0,09%	0,02%	34	0,07%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	56	0,11%	0,03%	54	0,12%	0,03%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (I)	79	0,16%	0,04%	74	0,16%	0,04%
Cultura	170	0,34%	0,08%	155	0,34%	0,08%
Esporte	81	0,16%	0,04%	42	0,09%	0,02%
Outros	20	0,04%	0,00%	11	0,02%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**450**	**0,90%**	**0,21%**	**370**	**0,80%**	**0,20%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	84.235	169,05%	39,50%	77.969	170,35%	42,64%
Total - Indicadores sociais externos	**84.685**	**169,95%**	**39,71%**	**78.339**	**171,15%**	**42,84%**

4 - Indicadores Ambientais (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.165	4,34%	1,02%	1.872	4,09%	1,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	258	0,52%	0,12%	94	0,21%	0,05%
Total dos investimentos em meio ambiente	**2.423**	**4,86%**	**1,14%**	**1.966**	**4,30%**	**1,07%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%		
	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%		

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

BALANÇO SOCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5 - Indicadores do Corpo Funcional (i)	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	80.492	76.919
Nº de admissões durante o período	4.353	2.519
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	291.606	295.260
Nº de estagiários(as)	1.402	1.197
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	34.504	30.928
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13.408	12.586
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,30%	13,63%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (III)	16.447	10.581
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	25,30%	29,94%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.093	1.077

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (i)	2010	Metas 2011
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,41	22,41
Número total de acidentes de trabalho	485	482

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (VI)	na empresa 15.533	no Procon 16	na Justiça 49	na empresa 6.684	no Procon 4	na Justiça 7
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VI)	na empresa 99,5%	no Procon 62,5%	na Justiça 0%	na empresa 99,5%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	**Em 2010:**	**158.683**		**Em 2009:**	**139.234**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	57% governo 7% acionistas	12% colaboradores(as) 9% terceiros 15% retido		58% governo 8% acionistas	11% colaboradores(as) 7% terceiros 16% retido	

7 - Outras Informações

1) Esta companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

2) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

I. Inclui R$ 26,6 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).

II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.

III. Informações de 2010 relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro que se autodeclaram negros (cor parda e preta).

IV. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 25,3% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras.

V. Informações relativas à Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro, que correspondem a 6,04% do efetivo nos cargos em que é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

VI. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. As metas para 2011 (empresa, Procon e Justiça) não contêm as estimativas da Petrobras Distribuidora.

(i) Informação não auditada.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é a companhia petrolífera brasileira que, diretamente ou por meio de suas controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "Companhia"), dedica-se a pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de janeiro – RJ.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com políticas contábeis adotadas no Brasil, sendo estas as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os IFRS pela Companhia.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações contábeis individuais visando o alinhamento e equiparação às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2011, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras apresentava suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A comparação do balanço na data da adoção dos IFRS e das demais informações ajustadas de 2009 com os valores divulgados naquelas datas estão evidenciados na nota 3.2.

2.1. Relatórios por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização vigente, contendo as seguintes áreas:

a) Exploração e Produção: abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.

b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.

c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.

d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.

e) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários. Estão também contemplados nesse grupo os negócios com biocombustíveis, representados, principalmente, pelas operações da Petrobras Biocombustível.

2.2. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

2.3. Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia. Esse balanço é apresentado como informação adicional.

2.4. Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

2.5. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37, e estão apresentadas a seguir:

3.1. Transição das práticas contábeis

a) Variações cambiais registradas em conta específica do patrimônio líquido

A Companhia adotou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008. Entretanto, devido a data do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em

continua

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

31 de dezembro de 2008 foi transferido para lucros acumulados no montante de R$ 636, visando à equiparação à isenção do CPC 37 (IFRS 1) de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora.

b) Capitalização de custos de empréstimos

A Companhia capitalizava encargos financeiros somente para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção, conforme Deliberação CVM 193/96 vigente até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a capitalizar também encargos financeiros com base numa taxa média de captação aplicada sobre o saldo de obras em andamento, adotando assim, a isenção prevista no CPC 37 (IFRS 1) de não alterar retroativamente o critério de apuração dos custos capitalizáveis.

c) Combinações de negócios

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, a Companhia optou por não aplicar retroativamente os requerimentos do CPC 15 – Combinações de Negócios (IFRS 3), conforme permitido pelo CPC 37 (IFRS 1), portanto, os ágios existentes em 31 de dezembro de 2008, líquidos da amortização, foram mantidos e não são mais amortizados. Os saldos de deságio existentes em 31 de dezembro de 2008, no montante de R$ 816, foram reconhecidos contra lucros acumulados na data de transição para IFRS, resultando também na reversão de amortizações reconhecidas no resultado da Companhia.

Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores durante o exercício de 2009 foram contabilizados como investimento. Para fins de IFRS, essas aquisições são consideradas transações com sócios, na qualidade de proprietário, portanto, o montante de R$ 1.423 foi reconhecido como contribuição adicional de capital, no patrimônio líquido, conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IAS 27).

d) Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas

Os custos com abandono de ativos e desmantelamento de área são apurados considerando os custos futuros descontados a taxa livre de risco e registrados no ativo e passivo quando a obrigação é incorrida.

Até 31 de dezembro de 2008, a Petrobras adotava como prática contábil o pronunciamento SFAS 143 – *"Accounting for Asset Retirement Obligations"* do *"Financial Accounting Standards Boards"* – FASB, segundo a qual a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção deve ser contabilizada pelo seu valor presente como uma provisão, considerando as taxas históricas de cada período para o qual a provisão foi constituída. Com a adoção do ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1), a provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas deve refletir os efeitos de mudanças na taxa de desconto corrente de um período para outro.

A Companhia registrou em lucros acumulados o montante de R$ 1.273 na data da transição, adotando a isenção de não movimentar a provisão quando a obrigação foi incorrida, de forma que o custo do ativo imobilizado reflita as variações no saldo da provisão.

e) Benefícios pós-aposentadoria

O saldo de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos de benefícios pós-emprego em 31 de dezembro de 2008, no montante de R$ 566, foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando assim, a isenção prevista no CPC 37 (IFRS 1). Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado pelo método do corredor.

f) Despesas e receitas diferidas

A Lei 11.941/09 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que foi adotado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43.

De acordo com os IFRS gastos e ganhos pré-operacionais devem ser registrados como despesas e receitas, respectivamente, quando incorridos. Com a adoção dos IFRS, foi registrado nos lucros acumulados no consolidado o montante de R$ 1.241.

g) Concessões de serviços públicos

A Companhia exerce o controle compartilhado sobre distribuidoras estaduais de gás que são consolidadas na proporção das participações da Petrobras no capital social das mesmas. Tais distribuidoras atuam sob regimes de concessão e suas atividades se enquadram nos requerimentos do ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Consequentemente, direitos apresentados como parte do ativo imobilizado dessas empresas, no montante de R$ 575, passaram a ser tratados como ativos intangíveis.

h) Consolidação proporcional da CIESA

As demonstrações contábeis da CIESA, controlada em conjunto da Petrobras Energia S.A., não eram consolidadas em função de existência de restrições na capacidade da empresa de transferir recursos para seus investidores, conforme Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, essas demonstrações foram consolidadas proporcionalmente independentemente da existência dessa restrição, em atendimento ao CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 31).

i) Custo atribuído

A Companhia não aplicou o custo atribuído (*deemed cost*) para valorização dos seus ativos imobilizados, em função dos valores contábeis não serem substancialmente diferentes dos seus respectivos valores justos, exceto para os ativos petroquímicos oriundos de investimentos em coligadas, cujo impacto de R$ 97 foi reconhecido em 1º de janeiro de 2009 no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial.

j) Reclassificações

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

- Adiantamentos a fornecedores que eram apresentados como parte dos estoques ou do imobilizado foram classificados para linhas especificas de adiantamentos, no ativo circulante e no não circulante;
- Imposto de renda diferido e contribuição social diferida que eram apresentados no ativo e passivo circulante foram reclassificados para o não circulante e, quando aplicável, estão apresentados por seus valores líquidos;
- Determinados saldos apresentados como parte do ativo diferido que atendiam aos critérios de reconhecimento em IFRS foram reclassificados para a linha de despesas antecipadas.

3.2. Efeitos da adoção dos padrões internacionais nas demonstrações contábeis consolidadas

3.2.1. Balanço patrimonial consolidado

	Conforme divulgado em 31.12.2008	Combinações de negócios	Provisão para abandono	Benefícios pós-emprego	Despesas e receitas diferidas	Inclusão Consol. Proporcional da CIESA	Impostos diferidos	Outros	Reclas-sificações	Ajustado aos IFRS em 01.01.2009
Ativo circulante	**63.575**				(48)	289			(1.768)	**62.048**
Ativo RLP	**21.255**					117	989	(1)	6.813	**29.173**
Investimentos	**5.106**	756		(14)	(188)			108		**5.768**
Imobilizado	**190.754**		109			278		(62)	(5.385)	**185.694**
Intangível	**8.003**					1.014			575	**9.592**
Diferido	**3.470**				(3.235)				(235)	
	292.163	**756**	**109**	**(14)**	**(3.471)**	**1.698**	**989**	**45**		**292.275**
Passivo circulante	**62.557**					465		(541)	(4.173)	**58.308**
Passivo não circulante	**88.588**	(60)	(1.164)	(572)	(1.004)	841	26	297	4.173	**91.125**
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**138.365**	816	1.273	566	(1.241)	45	611	353		**140.788**
Participação de acionistas não controladores	**2.653**			(8)	(1.226)	347	352	(64)		**2.054**
	292.163	**756**	**109**	**(14)**	**(3.471)**	**1.698**	**989**	**45**		**292.275**

continua

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

	Conforme divulgado em 31.12.2009	Capitalização de custos de empréstimos	Combinações de negócios	Provisão para abandono	Benefícios pós-emprego	Despesas e receitas diferidas	Inclusão Consol. Proporcional da CIESA	Impostos diferidos	Outros	Reclas-sificações	Ajustado aos IFRS em 31.12.2009
Ativo circulante	**76.674**						327			(2.627)	**74.374**
Ativo realizável a longo prazo	**26.381**						91	659		7.792	**34.923**
Investimentos	**3.148**		2.714		(1)	(180)			91		**5.772**
Imobilizado	**230.231**	2.645	(498)	328			173		(10)	(5.790)	**227.079**
Intangível	**6.808**	18					683			762	**8.271**
Diferido	**2.366**					(2.229)				(137)	
	345.608	**2.663**	**2.216**	**328**	**(1)**	**(2.409)**	**1.274**	**659**	**81**		**350.419**
Passivo circulante	**58.030**						383		(1.056)	(2.196)	**55.161**
Passivo não circulante	**126.503**		(54)	(106)	(582)	(947)	616	805	(68)	2.196	**128.363**
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**159.465**	2.494	2.270	434	586	(951)	21	(158)	156		**164.317**
Participação de acionistas não controladores	**1.610**	169			(5)	(511)	254	12	1.049		**2.578**
	345.608	**2.663**	**2.216**	**328**	**(1)**	**(2.409)**	**1.274**	**659**	**81**		**350.419**

3.2.2. Demonstrações do resultado consolidado de 2009

	Conforme divulgado em 31.12.2009	Capitalização de custos de empréstimos	Combinações de negócios	Provisão para abandono	Benefícios pós-emprego	Despesas e receitas diferidas	Inclusão Consol. Proporcional da CIESA	Impostos diferidos	Reclas-sificações e Outros	Ajustado aos IFRS em 31.12.2009
Receita de vendas	**182.710**						**367**		**(243)**	**182.834**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(109.037)	(32)	16	(23)		149	(197)		417	(108.707)
Lucro bruto	**73.673**	**(32)**	**16**	**(23)**		**149**	**170**		**174**	**74.127**
Despesas	(27.544)	(53)		(472)	(11)	152	(29)		(173)	(28.130)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	**46.129**	**(85)**	**16**	**(495)**	**(11)**	**301**	**141**		**1**	**45.997**
Resultado Financeiro	(2.838)	2.786		(345)		337	(94)		(9)	(162)
Resultado de participação em investimentos	(84)		16		13	8			(17)	(65)
Participação de empregados e administradores	(1.495)									(1.495)
Lucro antes dos impostos	**41.712**	**2.701**	**32**	**(840)**	**2**	**646**	**47**		**(25)**	**44.275**
Imposto renda/contribuição social	(9.977)					183	(31)	(1.106)		(10.931)
Lucro líquido	**31.735**	**2.701**	**32**	**(840)**	**2**	**829**	**16**	**(1.106)**	**(25)**	**33.344**
Lucro líquido atribuível aos não controladores	(2.752)	(170)				(682)	(27)	338		(3.293)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**28.983**	**2.531**	**32**	**(840)**	**2**	**147**	**(11)**	**(768)**	**(25)**	**30.051**

3.2.3. Fluxo de caixa consolidado

	2009	
	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS
Lucro líquido	28.982	30.051
Ajustes para reconciliar o lucro líquido	22.150	20.662
Variação dos ativos e passivos	706	637
Caixa gerado pelas atividades operacionais	51.838	51.350
Caixa utilizado em atividades de investimento	(70.280)	(70.280)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	31.627	32.165
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente caixa	(278)	(300)
Variação líquida de caixa do período	**12.907**	**12.935**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**15.889**	**16.099**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**28.796**	**29.034**

3.2.4. Efeitos da adoção dos padrões internacionais nas demonstrações contábeis individuais

	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido
	01/01/2009 (*)	31/12/2009	2009
Conforme divulgado	**144.051**	**163.879**	**29.313**
Capitalização de custos de empréstimos		2.494	2.532
Combinação de negócios	816	2.270	32
Benefícios pós-aposentadoria	566	586	2
Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas	1.273	434	(840)
Absorção de passivo a descoberto de subsidiária (**)	(3.961)	(3.584)	(527)
Impostos diferidos	309	(405)	(685)
Lucro na venda de produtos em estoques de subsidiárias e controladas (**)	(1.526)	(830)	195
Outros	198	177	(63)
Ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	**141.726**	**165.021**	**29.959**

(*) Data da adoção inicial
(**) Conforme requerido pelo CPC18 – Investimento em Coligada e em Controlada.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

4. Base de consolidação

As demonstrações contábeis de subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específico são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas com as políticas contábeis adotadas pela Petrobras.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Petrobras e das seguintes empresas:

a) Subsidiárias, controladas e controladas em conjunto

		Participação no capital - %		
		2010	2009	01.01.2009
	País	Subscrito integralizado e votante	Subscrito integralizado e votante	Subscrito integralizado e votante
Subsidiárias e controladas				
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas (i)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas (i)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (ii)	Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (ii)	Ilhas Cayman	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (ii) (iii)	Holanda	100,00	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (iv)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e sua controlada (i) (v)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (i)	Brasil	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (ii)	Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada	Brasil	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	Brasil	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i) (ii)	Holanda	100,00	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A. e sua controlada	Brasil	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	Brasil	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Termoceará Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	Brasil	99,00	99,00	99,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Termobahia S.A.	Brasil	98,85	98,85	98,85
Petrobras Biocombustível S.A. (i)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Refinaria Abreu e Lima S.A. (vi)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (ii)	Áustria	100,00	100,00	100,00
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP	Brasil	100,00	100,00	
Comperj Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comperj PET S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comperj Estirênicos S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comperj MEG S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comperj Poliolefinas S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Breitener Energética S.A.	Brasil	65,00	30,00	30,00
Cayman Cabiunas Investiment CO. (ii)	Ilhas Cayman	100,00		
Marlim Participações S.A. e sua controlada (vii)	Brasil		100,00	
NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii)	Brasil		43,43	
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix)	Brasil			100,00
Ipiranga Asfalto S.A. (ix)	Brasil			100,00
Controladas em conjunto (viii)				
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	Brasil	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda.	Brasil	50,00	50,00	50,00
Ibiritermo S.A.	Brasil	50,00	50,00	50,00
Termoaçu S.A.	Brasil	76,87	76,87	74,80
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PC BIOS	Brasil	50,00	50,00	50,00
PMCC Projetos de Transporte de Álcool S.A.	Brasil	49,00	33,33	33,33
Brentech Energia S.A.	Brasil	30,00	30,00	30,00
Brasil PCH S.A.	Brasil	49,00	42,33	42,33
Brasympe Energia S.A.	Brasil	20,00	20,00	20,00
Cia Energética Manauara S.A.	Brasil	40,00	40,00	40,00
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Brasil	33,20	33,20	
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	49,00		
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	51,00		
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	49,00		
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	49,00		

(i) Empresas com participação em controladas em conjunto.
(ii) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
(iii) Participação de 11,45% em 2010 (20,13% em 2009) da 5283 Participações Ltda.
(iv) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S. A. - Gaspetro.
(v) Participação de 0,05% da Downstream .
(vi) Participação de 0,01% da Downstream .
(vii) Empresas incorporadas em 2010 na Petróleo Brasileiro S.A.
(viii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social, exceto a Ibiritermo cujas atividades são controladas pela Petrobras, portanto é consolidada integralmente.
(ix) Empresas aportadas em 2009 na Petrobras Distribuidora.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

b) Sociedades de propósitos específicos – SPE

Sociedades de Propósitos Específicos - SPE	País	Atividade principal
Albacora Japão Petróleo Ltda.	Brasil	Exploração e Produção
Charter Development LLC – CDC (i)	E.U.A	Exploração e Produção
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Refino
Companhia de Recuperação Secundária S.A. – CRSEC	Brasil	Exploração e Produção
Gasene Participações Ltda.	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS	Brasil	Logística
PDET Offshore S.A.	Brasil	Exploração e Produção
Companhia Mexilhão do Brasil	Brasil	Exploração e Produção
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

4.1 Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido			Lucro líquido	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	2010	2009
Consolidado - IFRS	**310.225**	**166.895**	**142.842**	**35.901**	**33.344**
Patrimônio de acionistas não controladores	(3.459)	(2.578)	(2.054)	(712)	(3.293)
Despesas diferidas líquidas de IR	551	704	938	(153)	(92)
Controladora ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	**307.317**	**165.021**	**141.726**	**35.036**	**29.959**

5. Sumário das principais políticas contábeis

5.1. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de petróleo bruto e seus derivados é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de venda de serviços de fretes e outros é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

5.2. Ativos e passivos financeiros

5.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

5.2.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias:

- Os títulos para negociação são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária e a variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.
- Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.
- Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando incorridos.

5.2.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor da contraprestação a ser recebida e subsequentemente pelo custo amortizado, sendo deduzidos das perdas em crédito de liquidação duvidosa.

5.2.4. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

5.2.5. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

5.2.6. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no estatuto da Companhia e são reconhecidos como passivo.

5.3. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição e as importações em andamento demonstradas ao custo identificado.

5.4. Investimentos societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

5.5. Combinação de negócios e *goodwill*

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecido um ganho na demonstração de resultado.

5.6. Imobilizado

Mensuração

Estão demonstrados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigidos monetariamente durante períodos hiperinflacionários, deduzido da depreciação acumulada e perdas por *impairment*. Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os custos incorridos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica sejam contabilizados como despesas no período em que são incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os gastos relevantes com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método de unidades produzidas dos respectivos ativos.

Depreciação

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção é utilizado o método linear.

As paradas para manutenção ocorrem em períodos programados em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

Os terrenos não são depreciados. Os demais bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Classe de ativos	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	25 anos (25-40 anos)
Equipamentos e outros bens	20 anos (3-31 anos)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

A Companhia revisou a vida útil econômica dos equipamentos e outros bens, tendo como base laudos de avaliadores externos, conforme a seguir:

Classes de ativos	Tempo de vida útil médio	
	Antigo	Novo
Equipamentos de sistemas óticos	7 anos	20 anos
Equipamentos e instalações de distribuições	10 anos	14 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de refino	10 anos	20 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de fertilizantes	10 anos	22 anos
Tanques de armazenamento	10 anos	26 anos
Dutos	10 anos	31 anos
Plataformas	16 anos	17 anos
Plantas termoelétricas	20 anos	23 anos
Navios	20 anos	25 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto, a depreciação no exercício de 2010 foi reduzida em R$ 1.273 (R$ 847 na Controladora).

5.7. Intangíveis

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. São compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do Pré-Sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto). O ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas é apresentado no investimento.

Os bônus de assinatura e a cessão onerosa são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais, enquanto que os demais intangíveis são amortizados linearmente pela vida útil estimada.

5.8. Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, em conformidade com a Lei 11.941/09.

5.9. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

5.10. Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Nos casos em que a Companhia é arrendadora, esses contratos são reconhecidos como recebíveis no ativo. Os demais contratos de arrendamentos são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

5.11. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras.

5.12. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

5.13. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e de seguridade social das subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

5.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

• Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem, e

• Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

5.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme a seguir:

Normas	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em/ou após:
Emenda ao IAS 32	"Classificação de Emissão de Direitos" (*Classification of Rights Issues*). Aplicável quando uma empresa emite de maneira pro rata a todos os seus acionistas de uma determinada classe, um ou mais direitos de compra de um número fixo de ações adicionais.	1º de fevereiro de 2010
Emenda ao IFRIC 14	"Pré pagamentos de Requerimentos de Aportes Mínimos" (*Prepayments of a Minimum Funding Requirement*), relativos a planos de benefício definido.	1º de janeiro de 2011
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros" (*Disclosures: Transfers of Financial Assets*)	1º de julho de 2011
Emenda ao IAS 12	"Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes" (*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*), que estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.	1º de janeiro de 2012
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros" (*Financial Instruments*). Introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e deverá substituir também os requerimentos do IAS 39 para alienação e *impairment* de instrumentos financeiros e, contabilização de hedges.	1º de janeiro de 2013

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e bancos	3.434	2.854	2.622	437	646	394
Aplicações financeiras						
- No País						
Fundos de investimentos DI	12.797	11.921	3.140	10.119	8.429	8
Outros fundos de investimentos	749	7.202	3.732	325	3.556	6.424
	13.546	**19.123**	**6.872**	**10.444**	**11.985**	**6.432**
- No Exterior	13.343	7.057	6.605	9.114	4.167	4.442
Total das aplicações financeiras	**26.889**	**26.180**	**13.477**	**19.558**	**16.152**	**10.874**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**30.323**	**29.034**	**16.099**	**19.995**	**16.798**	**11.268**

As aplicações financeiras no país são representadas por fundos de investimentos cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e aplicações em quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) do Sistema Petrobras.

As aplicações no exterior são compostas de *time deposits* com prazos de até 3 meses e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, realizadas com instituições de primeira linha.

7. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponíveis para venda	5.303	4.468	3.773	5.125	4.171	3.589
Para negociação	25.651		132	25.588		
Mantidos até o vencimento	271	295	450	7.767	1.727	9
	31.225	**4.763**	**4.355**	**38.480**	**5.898**	**3.598**
Circulante	26.017	124	289	33.731	1.718	
Não circulante	5.208	4.639	4.066	4.749	4.180	3.598

Os títulos disponíveis para venda incluem Notas do Tesouro Nacional – Série B no valor de R$ 4.952 (R$ 4.711 na Controladora) em 31 de dezembro de 2010, indexadas ao IPCA, com pagamento de cupons semestrais de 6% a.a. e vencimentos em 2024 e 2035, e estão apresentadas no ativo não circulante. Parte dessas NTN-B foi dada em garantia à Petros em 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, conforme descrito na Nota 22.

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos governamentais com prazos de vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

Os títulos mantidos até o vencimento na Controladora incluem investimentos no FIDC-NP relativo a direitos creditórios não performados de suas atividades operacionais no valor de R$ 7.758 em 31 de dezembro de 2010 e estão apresentados no ativo circulante.

8. Contas a receber

8.1 Contas a receber, líquidas

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Clientes						
Terceiros	17.555	13.600	13.329	3.199	2.187	3.551
Partes relacionadas (11.1)	2.722	2.646	2.214	40.473 (*)	58.503 (*)	104.148
Outras	4.729	3.646	3.571	2.732	2.202	1.588
	25.006	**19.892**	**19.114**	**46.404**	**62.892**	**109.287**
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.716)	(2.542)	(2.814)	(466)	(306)	(291)
	22.290	**17.350**	**16.300**	**45.938**	**62.586**	**108.996**
Menos: contas a receber não circulante, líquidas	(4.956)	(3.288)	(1.331)	(29.760)	(49.742)	(91.626)
Contas a receber a curto prazo, líquidas	**17.334**	**14.062**	**14.969**	**16.178**	**12.844**	**17.370**

(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R$ 1.523.em 31 de dezembro de 2010 (R$ 780 em 31 de dezembro de 2009), ressarcimentos a receber de R$ 447 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.511 em 31 de dezembro de 2009) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de R$ 7.768 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 4.678 em 31 de dezembro de 2009).

8.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial do exercício	**2.542**	**2.814**	**306**	**291**
Adições (*)	380	246	169	37
Baixas (*)	(206)	(518)	(9)	(22)
Saldo em 31 de dezembro	**2.716**	**2.542**	**466**	**306**
Circulante	1.750	1.546	466	306
Não circulante	966	996		

(*) Inclui variação cambial sobre perdas em créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

8.3. Contas a receber vencidos

	31.12.2010	
	Consolidado	Controladora
Até 3 meses	905	500
De 3 a 6 meses	229	56
De 6 a 12 meses	352	41
Acima de 12 meses	3.128	571

9. Estoques

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Produtos:						
Derivados de petróleo (*)	6.274	5.746	5.551	4.957	4.052	3.993
Álcool (*)	522	472	594	123	237	281
	6.796	6.218	6.145	5.080	4.289	4.274
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	9.547	9.724	8.309	7.300	7.261	5.298
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.292	3.295	3.340	2.864	2.880	2.865
Outros	272	249	710	14	33	105
	19.907	**19.486**	**18.504**	**15.258**	**14.463**	**12.542**
Circulante	19.816	19.448	18.391	15.199	14.437	12.429
Não circulante	91	38	113	59	26	113

(*) Inclui importações em andamento.

10. Contas petróleo e álcool – STN

Visando concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de R$ 822 poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

11. Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não eram esperadas perdas na realização destas contas a receber.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

11.1 Ativo

	Controladora							
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante					
	Contas a Receber principalmente por vendas	Dividendos a Receber	Adiantamento para aumento de capital	Valores vinculados à construção de gasoduto	Operações de mútuo	Outras Operações	Ressarcimento a Receber	Total do Ativo
Controladas (*)								
BR Distribuidora	1.568	334			141			2.043
Gaspetro	1.080	289	340	811				2.520
PifCo	3.189					4		3.193
Downstream	207				183			390
Transpetro	281	128						409
PIB-BV Holanda	264				551	58		873
Brasoil					26.603	7		26.610
BOC					30	1		31
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	65	45						110
Petrobras Biocombustível S.A.	66		103					169
Breitener Energética					353			353
Termoelétricas	119	11	14		224			368
Refinaria Abreu e Lima	473							473
Cayman Cabiunas Investment	18						275	293
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos		542						542
Demais Controladas	160	112	8			7		287
	7.490	1.461	465	811	28.085	77	275	38.664
Sociedades de Propósito Específico								
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	481						72	553
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	468						35	503
PDET Off Shore							65	65
Demais SPE's	45							45
	994						172	1.166
Coligadas	232	62	3					297
31/12/2010	8.716	1.523	468	811	28.085	77	447	40.127
31/12/2009	7.790	780	295	973	47.837	78	1.511	59.264

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

Taxas dos Mútuos Ativos

Indexador	**31.12.2010**	**31.12.2009**
TJLP + 5% a.a.	26	49
LIBOR + 1 a 3% a.a.	24.174	44.798
1,70% a.a.	183	224
101% do CDI	115	171
14,5% a.a.	78	77
IGPM + 6% a.a.	146	146
Outras Taxas	3.363	2.372
	28.085	**47.837**

Gasoduto Bolívia-Brasil

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital desta Companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global *turn key*, no valor de US$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,7% a.a., é de R$ 252 (R$ 339 em 31 de dezembro de 2009), sendo R$ 149 classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R$ 231 em 31 de dezembro de 2009), que inclui o valor de R$ 94 (R$ 102 em 31 de dezembro de 2009) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - *Transportation Capacity Option*).

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2010, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, ao repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R$ 811 (R$ 973 em 31 de dezembro de 2009), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

11.2. Passivo

	Controladora								
	Passivo Circulante					Passivo Não Circulante			
	Fornecedores princip. por compra de petróleo e derivados	Adiantamento de Clientes	Afretamento de Plataformas	Arrendamentos mercantins financeiros	Outras Operações	Arrendamentos mercantins financeiros	Operações de Mútuo	Outras Operações	Total do Passivo
Controladas (*)									
BR Distribuidora	(384)	(6)						(26)	(416)
Gaspetro	(659)	(318)							(977)
PifCo	(9.514)	(102)						(324)	(9.940)
PNBV	(88)		(1.562)						(1.650)
Downstream	(145)								(145)
Transpetro	(561)								(561)
PIB-BV Holanda	(337)	(1)							(338)
Brasoil	(158)		(7)						(165)
Termoelétricas	(204)			(29)		(580)			(813)
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos				(2.192)		(2.113)			(4.305)
Demais Controladas	(95)	(3)		(20)		(143)			(261)
	(12.145)	(430)	(1.569)	(2.241)		(2.836)		(350)	(19.571)
Sociedades de PropósitoEspecífico									
PDET Offshore				(172)	(139)	(1.420)			(1.731)
Nova Transportadora do Nordeste - NTN				(223)		(1.102)			(1.325)
Nova Transportadora do Sudeste - NTS				(225)		(1.059)			(1.284)
Gasene Participações S/A				(45)		(6.235)			(6.280)
CDMPI				(245)		(2.272)			(2.517)
Demais SPE's									
				(910)	(139)	(12.088)			(13.137)
Coligadas	(84)	(2)					(54)		(140)
31/12/2010	(12.229)	(432)	(1.569)	(3.151)	(139)	(14.924)	(54)	(350)	(32.848)
31/12/2009	(29.723)	(752)	(1.394)	(3.502)	(139)	(10.904)	(49)	(856)	(47.319)

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

11.3. Resultado

	Controladora			
	Resultado			
	Receitas Operacionais principalmente por vendas	Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	Total do Resultado
Controladas (*)				
Petroquisa	256		3	259
BR Distribuidora	57.953	(12)	22	57.963
Gaspetro	4.928	(32)	(7)	4.889
PifCo	19.772	(674)	220	19.318
PNBV		(1)	59	58
Downstream	3.548	7	18	3.573
Transpetro	555		33	588
PIB-BV Holanda	111	25	(66)	70
Brasoil		1.117	(1.155)	(38)
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	464	1	10	475
Termoelétricas	52	(84)	(17)	(49)
Marlim Participações S.A.		(102)		(102)
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos		(531)		(531)
Refinaria Abreu e Lima	258			258
Demais Controladas	310	(2)	(23)	285
	88.207	(288)	(903)	87.016
Sociedades de Propósito Específico				
Nova Transportadora do Nordeste - NTN		(45)		(45)
Nova Transportadora do Sudeste - NTS		(29)		(29)
PDET Offshore		(92)		(92)
Charter Development LLC		(414)	152	(262)
Gasene Participações S/A		(431)		(431)
Transportadora Gasene	130			130
Demais SPE's		(25)		(25)
	130	(1.036)	152	(754)
Coligadas	11.304	14	(27)	11.291
31/12/2010	99.641	(1.310)	(778)	97.553
31/12/2009	85.900	1.514	(6.603)	80.811

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

11.4. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados – FIDC-NP

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

Os encargos financeiros a apropriar sobre as operações de venda de direitos creditórios performados e/ou não performados estão registrados como outros ativos circulantes.

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como outros ativos circulantes, enquanto não compensados. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como outras contas e despesas a pagar no passivo circulante.

	31.12.2010	31.12.2009
Aplicações financeiras	206	3.442
Títulos e valores mobiliários	7.758	1.718
Encargos financeiros a apropriar	426	356
Cessões de direitos performados	(622)	(838)
Total classificado no ativo circulante	**7.768**	**4.678**
Cessões de direitos não performados	(15.933)	(14.318)
Total classificado no passivo circulante	**(15.933)**	**(14.318)**
Receita financeira	**184**	**1.397**

11.5. Garantias obtidas e concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Em 31 de dezembro de 2010, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	31/12/2010						
Data de Vencimento das Operações	PNBV	PifCo	PIB-BV	Ref. Abreu e Lima	TAG	Total	31/12/2009
2010							4.927
2011	4.383	3.725				8.108	1.303
2012	449	1.000	83			1.532	2.706
2013	106	624				730	800
2014	477	1.140	167			1.784	2.044
2015	3.451	689				4.140	988
2015 em diante	6.736	18.318	1.000	8.681	5.003	39.738	37.684
	15.602	**25.496**	**1.250**	**8.681**	**5.003**	**56.032**	**50.452**

Em conformidade com o Decreto 4.543/2002 que legisla sobre o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural – Repetro, a Petrobras vem efetuando importação e exportação de equipamentos e materiais, sob este regime. O benefício dessas operações feitas via Repetro é a suspensão temporária dos impostos federais pelo prazo em que os referidos materiais e equipamentos permaneçam no Brasil. Para a concessão desse benefício, é exigido uma Fiança Idônea, assinada por terceiros, como forma de garantia do recolhimento dos tributos suspensos.

As Fianças Idôneas vêm sendo concedidas pela Petrobras Distribuidora S/A - BR e a Petrobras Gás S/A - Gaspetro e a remuneração cobrada está fixada em 0,30% ao ano, sobre o montante dos tributos federais suspensos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

As despesas incorridas pela Petrobras na obtenção da Fiança Idônea foram:

	2010	2009
BR	20	20
Gaspetro	19	10
Total	39	30

11.6. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as subsidiárias PifCo e Brasoil mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior, que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP, Malhas e Marlim Leste (P-53) e Gasene equivalentes a R$ 14.048 (R$ 12.724 em 31 de dezembro de 2009). Esses valores, referente às empresas que são consolidadas, foram compensados no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

11.7. Transações com coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A Companhia é controlada pela União Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com coligadas, entidades governamentais e fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coligadas	**305**	**144**	**950**	**166**
Braskem	84	60	594	76
Quattor	78	43	260	41
Outras Empresas Coligadas	143	41	96	49
Entidades governamentais e fundos de pensão	**42.824**	**56.007**	**16.650**	**49.156**
Títulos Governamentais	31.098		11.561	
Banco do Brasil S.A.	5.067	9.415	1.484	7.294
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	2.466		1.716	63
Setor Elétrico	3.145		2.007	
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	822		817	
BNDES	3	36.320	1	34.929
Caixa Econômica Federal	2	5.662	1	3.953
Governo Federal - Dividendos Propostos e JCP		1.118		563
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		2.568		1.322
Petros (Fundo de Pensão)		501		523
Outros	221	423	(937)	509
	43.129	**56.151**	**17.600**	**49.322**
Circulante	34.481	8.393	10.394	5.982
Não circulante	8.648	47.758	7.206	43.340

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

	Consolidado			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	**34.481**		**10.394**	
Caixa e equivalentes de caixa	5.424		8.369	
Títulos e valores mobiliários	25.525			
Contas a Receber, líquidas	3.392		1.784	
Outros ativos circulantes	140		241	
Não Circulante	**8.648**		**7.206**	
Conta petróleo e álcool - STN	822		817	
Títulos e valores mobiliários	5.177		4.583	
Depósitos judiciais	2.468		1.716	
Outros ativos realizados a longo prazo	181		90	
Passivo Circulante		**8.393**		**5.982**
Financiamentos		3.667		2.836
Dividendos propostos		1.596		691
Outros passivos circulantes		3.130		2.455
Passivo Não Circulante		**47.758**		**43.340**
Financiamentos		47.634		43.210
Outros passivos não circulantes		124		130
	43.129	**56.151**	**17.600**	**49.322**

Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoelétrica, controladas diretas ou indiretas da Eletrobrás, localizadas na região norte do país. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobrás.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia - PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazônia Distribuidora S. A. – ADESA, controlada direta da Eletrobrás, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da ADESA para aqueles PIE.

O saldo desses recebíveis em 31 de dezembro de 2010 era R$ 3.145 (R$ 2.007 em 31 de dezembro de 2009), apresentados no ativo não circulante, e classificados como recebíveis de partes relacionadas, dos quais R$ 2.372 estavam vencidos.

A Companhia tem feito cobranças sistemáticas aos devedores e a própria Eletrobrás e pagamentos parciais têm sido realizados.

11.8. Remuneração de dirigentes e empregados (expresso em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2010, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R$ 60.965,12 e R$ 1.801,35 (R$ 55.747,18 e R$ 1.647,17 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2010 foi de R$ 9.522,21 (R$ 8.638,66 em 31 de dezembro de 2009).

Com relação a dirigentes da Petrobras, a maior remuneração em 2010, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R$ 69.539,03 (R$ 59.465,04 em 31 de dezembro de 2009).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a administração da Petrobras durante o exercício de 2010 foi de R$ 8.730.865,00 (R$ 7.099.271,81 em 2009) que incluem honorários no valor de R$ 6.442.020,83 (R$ 5.248.780,31 em 2009) referente a sete diretores e nove conselheiros.

No consolidado, os honorários da diretoria e do conselho de administração totalizam R$ 44.613.649,20 em 2010 (R$ 34.302.730,30 em 2009).

12. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Trabalhistas	940	726	608	888	694	582
Fiscais (*)	1.193	888	895	912	662	659
Cíveis (*)	596	362	340	558	330	299
Outros	78	13	10	68	5	2
Total	**2.807**	**1.989**	**1.853**	**2.426**	**1.691**	**1.542**

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

13. Aquisições e vendas de ativos

13.1. Combinações de negócios

Aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V. e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US$ 463 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas. Em 2010, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, alocando R$ 163 no imobilizado e R$ 27 no intangível, além do reconhecimento de um ágio (goodwill), de R$ 81.

Breitener Energética S.A.

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras possuía 30% do capital social da Breitener Energética S.A., empresa constituída com o objetivo de geração de energia elétrica, situada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Em 12 de fevereiro de 2010, foram adquiridos 35% de participação no capital social por R$ 3 mil, passando a Petrobras a deter o controle acionário da empresa. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos não foi concluída, portanto, foi reconhecido preliminarmente um ganho de R$ 17.

13.2. Aquisição de participações em controladas em conjunto

BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Em 08 de dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., por meio de aportes no montante de R$ 54, para aquisição de 50% do total das ações. Na avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi identificada uma mais valia de R$ 2 no imobilizado.

Bioóleo Industrial e Comercial S.A.

Em 24 de agosto de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Bioóleo Industrial e Comercial S.A. por meio de aportes no total de R$ 19 para aquisição de 50% do total das ações.

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em 01 de novembro de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Nova Fronteira Bioenergia S.A., por meio de aportes no montante de R$ 258, realizados até 27 de dezembro, para aquisição de 37,05% do total das ações, iniciando parceria com o Grupo São Martinho S.A. A Companhia passará a deter 49% das ações até o final de 2011, conforme previsto no acordo de investimento.

Brasil Carbonos S.A.

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu do Grupo Unimetal 49% do total das ações da Brasil Carbonos S.A., pelo montante de R$ 45. Na avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi identificada uma mais valia de R$ 28 no imobilizado.

13.3. Aquisição de participações em coligadas

Total Agroindústria Canavieira S.A.

Em 18 de janeiro de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., por meio de aportes no montante de R$ 132, realizados até 30 de setembro, para aquisição de 40,37% do total das ações. A Companhia passará a deter 43,58% das ações até março de 2011, conforme previsto no acordo de investimento.

Acordo de Investimento entre Petrobras, Petroquisa, Braskem, Odebrecht e Unipar

A Companhia, a Odebrecht e a Unipar celebraram um Acordo de Investimento, em 22 de janeiro de 2010, para integração das participações petroquímicas na Braskem. O processo de consolidação dos investimentos foi concluído em 27 de dezembro, por meio das seguintes etapas realizadas em 2010:

- Em 08 de fevereiro, a BRK Investimentos Petroquímicos S.A. (BRK) passou a ser titular de ações ordinárias de emissão da Braskem correspondentes a 93,3% do seu capital votante, anteriormente detidas por Petroquisa (31%) e Odebrecht (62,3%).
- Em 14 de abril, a chamada privada de capital da Braskem S.A. foi finalizada com aumento de capital de R$ 3.743, dos quais R$ 2.500 foram aportados pela Companhia em 05 de abril e R$ 1.000 pela Odebrecht em 30 de março.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

- Em 27 de abril, a Braskem adquiriu da Unipar 60% da Quattor Participações e, em 10 de maio, 100% da Unipar Comercial e 33,33% da Polibutenos.
- Em 18 de junho, a Companhia incorporou na Braskem 40% das ações da Quattor Participações S.A. por meio da emissão de 18.000.087 novas ações ordinárias.
- Em 17 de agosto, foi realizada a transferência de 1.515.433 ações preferenciais da Braskem, detidas pela Odebrecht, para a Companhia, por uma quantia nominal.
- Em 30 de agosto, a Companhia incorporou na Braskem 10% das ações da Rio Polímeros S.A. (Riopol) por meio da emissão de 1.280.132 novas ações preferenciais. Essa participação na Riopol foi adquirida do BNDESPAR, em 09 de agosto de 2010, por R$ 140, cujo pagamento será em 3 parcelas anuais a partir de 2015, atualizadas pela TJLP mais 2,5% a.a.
- Em 27 de dezembro, foi efetivada a incorporação de ações da Quattor Petroquímica na Braskem.

Como resultado das etapas acima, a Companhia passou a deter 36,1% do capital total da Braskem.

Também, em 22 de janeiro de 2010, a Companhia e a Odebrecht celebraram um Acordo de Associação que prevê que a Braskem assumirá gradualmente as empresas que desenvolvem os negócios petroquímicos do Complexo de Suape e do Complexo do Rio de Janeiro.

Essas operações estão alinhadas com o plano estratégico da Companhia de atuar no setor petroquímico de forma integrada com os seus demais negócios, agregando valor aos seus produtos, e permitindo uma participação mais efetiva na Braskem.

Guarani S.A.

Em 14 de maio de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou R$ 683 no capital social da Cruz Alta Participações S.A (controlada da Guarani S.A.), cumprindo a primeira das três etapas prevista para ingresso no capital social da Guarani. Das demais etapas previstas, o fechamento do capital da Guarani, com subsequente troca das ações da Cruz Alta por ações da Guarani foi concluído em 29 de outubro de 2010 e o aporte complementar para alcançar a participação de 45,7% no capital social da Guarani ocorrerá em até cinco anos, perfazendo juntamente com o já efetuado, o montante total de R$ 1.611, negociado no acordo de investimento. O acordo prevê, ainda, a possibilidade de aportes adicionais por parte dos sócios até o limite de 49% de participação pela Petrobras Biocombustível.

13.4. Aquisição de participações de não controladores

Aquisição da totalidade da Refinaria de Pasadena

Em decisão proferida em abril de 2009, no âmbito de processo arbitral envolvendo a Petrobras America Inc. - PAI e outras e a Astra Oil Trading NV - ASTRA e outras, foi confirmado como válido o exercício da opção de venda (*put option*) pela ASTRA, para a PAI e subsidiárias, dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refining System Inc. ("PRSI") e na PRSI Trading Company LP, pelo valor de US$ 466 milhões.

Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do BNP à ASTRA vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, esses valores correspondiam a US$ 513 milhões e US$ 185 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

As partes até o momento discordam quanto à finalização das diversas pendências existentes entre elas, consequentemente, não foi possível a assinatura de termo global de acordo que ponha fim a todas as demandas e permita os pagamentos objeto da decisão arbitral.

Em decisão arbitral perante a Corte Estadual do Texas, em dezembro de 2010, foi proferida sentença confirmando o Laudo Arbitral. A PAI e suas subsidiárias interpuseram recurso de apelação contra a sentença da Corte Estadual do Texas. Para tanto, as demandadas apresentaram garantia ao juízo. O julgamento do recurso poderá levar até um ano.

A transferência das ações da PRSI e da PRSI Trading da ASTRA para a PAI, por meio do *put option*, não é objeto de questionamento pelas partes.

Continuam também em andamento processos judiciais em que são formulados pelas partes pedidos de indenizações recíprocas.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R$ 520 no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Opção de venda da refinaria Nansei Sekiyu

Em 1º de abril de 2010 a Sumitomo Corporation informou à PIB B.V., subsidiária integral da Petrobras, o interesse de exercer o direito de venda de 12,5% das ações do capital social da refinaria Nansei Sekiyu K.K. (Nansei), como parte do rearranjo de sua participação no setor de derivados de petróleo.

O restante do capital acionário é de propriedade da PIB B.V. desde 2008.

Em 29 de setembro de 2010, o acordo de compra e venda das ações foi assinado e, em 20 de outubro de 2010, o pagamento foi realizado no montante equivalente a R$ 49 (JPY 2.365 milhões) mediante a entrega das ações.

A Nansei possui uma refinaria localizada na província japonesa de Okinawa, com capacidade de processar 100 mil barris de petróleo leve por dia, e produz derivados de alta qualidade e nos padrões do mercado japonês.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R$ 18 no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Aquisição de participação acionária na Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - REFAP

Em 14 de dezembro de 2010 a Downstream Participações Ltda assinou com a Repsol YPF o Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 30% do capital social da Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Refap por US$ 350 milhões (equivalente a R$ 594). Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R$ 119 no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Com esta aquisição, a Downstream detém 100% do controle das ações da Refap. A Repsol havia adquirido a participação de 30% em 2001, como resultado da troca de ativos realizada entre as empresas.

Opções de Compra de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Companhia exerceu opção de compra das SPE durante os exercícios de 2009 e 2010, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados com os acionistas das SPE.

Estas operações resultaram em um aumento de R$ 1.936 em 2009 e uma redução de R$ 826 em 2010, registrados no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital, conforme quadro abaixo:

Data da opção	Projeto	Razão social da SPE	% das ações 2009	% das ações 2010	Valor da opção	Contribuição adicional de capital 2009	Contribuição adicional de capital 2010
30/04/2009	Marlim	Marlim Participações S.A.	100%			57	
11/12/2009	CLEP	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	100%		90	1.878	
30/12/2009	NovaMarlim	NovaMarlim Participações S.A.	43,43%	56,57%		1	1
16/03/2010	Cabiúnas	Cayman Cabiúnas Investment Co. Ltd.		100%	151		
05/08/2010	Amazônia	Transportadora Urucu Manaus S.A.- TUM		100%			170
01/09/2010	Barracuda & Caratinga	Barracuda & Caratinga Holding Company B.V.		100%			(997)
					241	1.936	(826)

Em 07 de maio de 2010, foi efetivada a transferência das ações remanescentes da NovaMarlim Participações S.A.

Em 24 de junho de 2010, a TUM adquiriu a Cia. de Geração Termoelétrica Manauara por R$ 10 mil e posteriormente a incorporou. Em 05 de agosto de 2010, a Companhia exerceu a opção de compra da TUM e a incorporou em 18 de agosto de 2010. Em consequência das incorporações, a Codajás Coari Participações Ltda. e a Manaus Geração Termoelétrica Participações Ltda., antigos controladores da Cia. de Geração Termoelétrica Manauara e da TUM, respectivamente, deixaram de ser consolidadas na Petrobras, em função da desvinculação ao Projeto Amazônia.

Em 07 de dezembro de 2010, a NovaMarlim Participações S.A. e a Marlim Participações S.A. foram incorporadas a Petrobras.

13.5. Venda de ativos e outras informações

Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina

Em 04 de maio de 2010, a Companhia aprovou os termos e as condições do acordo para a venda à Oil Combustibles S.A. de ativos de refino e distribuição na Argentina. A transação compreende uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma unidade fluvial e rede de comercialização de combustíveis vinculada a essa refinaria, composta por aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados.

O valor justo esperado da transação de R$ 60 (US$ 36 milhões), líquido dos custos para vender, é menor que o valor contábil líquido, registrando uma perda de R$ 114. Esse ativo mantido para venda está registrado em outros ativos circulantes.

A transação encontra-se em fase de aprovação pelas autoridades administrativas da Argentina e espera-se que esteja concluída no primeiro semestre de 2011.

Aquisição da Gas Brasiliano Distribuidora S.A.

Em 26 de maio de 2010, a Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) assinou com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. - ENI, contrato de aquisição de 100% das ações da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. (GBD), pelo valor aproximado de US$ 250 milhões, sujeito a ajustes em função do valor do capital de giro da empresa na data da liquidação da operação.

A GBD possui a concessão do serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo, em uma área que abrange 375 municípios onde atende a demanda industrial, comercial, residencial e veicular da região. O contrato de concessão teve início em dezembro de 1999 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos. Em 2009, a rede de distribuição da Companhia alcançou 734,5 km e o volume de vendas foi de aproximadamente 529 mil metros cúbicos de gás natural por dia.

A transferência do controle somente se dará após a conclusão da transação, que está condicionada à aprovação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

Constituição da Sete Brasil participações S.A.

Em 22 de dezembro de 2010, foi realizada a Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sete Brasil participações S.A., cuja participação da Petrobras é de 10% do capital social em sociedade com investidores de capital através de um fundo de investimentos em participação (FIP Sondas).

A Sete Brasil é uma sociedade por ações constituída para deter participação em outras sociedades a serem criadas para construir, operar e fretar sondas de perfuração construídas no Brasil, de última geração, alta performance, custo competitivo e com capacidade de operação plena na área do Pré-Sal brasileiro a serem afretadas por empresas que sejam concessionárias de blocos exploratórios ou para clientes que tenham contratos com essas empresas.

Operações no Equador

A partir do ano de 2006, o governo equatoriano iniciou uma série de reformas tributárias e regulatórias nas atividades de hidrocarbonetos, o que afetou significativamente os contratos de participação em blocos exploratórios. A partir de 24 de novembro de 2010, todos os contratos exploratórios até então vigentes deveriam migrar para contratos de prestação de serviços.

A Petrobras Argentina S.A. - PESA, por intermédio da Sociedade Ecuador TLC S.A., possuía participação de 30% nos contratos de exploração do bloco 18 e do campo unificado de Palo Azul, localizados na bacia Oriente do Equador.

A PESA decidiu não aceitar a proposta final em migrar seus contratos para a nova modalidade contratual, cabendo ao governo equatoriano indenização dos investimentos realizados naqueles blocos exploratórios.
Ainda no Equador, a PESA possui contrato do tipo Ship or Pay firmado com a Oleoducto de Crudos Pesados Ltd - OCP para transporte de óleo que está em vigor desde 10 de novembro de 2003, com vigência de 15 anos. Por conta dos compromissos assumidos pela capacidade de transporte contratada e não utilizada devido à redução do volume comercializado de óleo, registrou passivo de US$85 milhões em 31 de dezembro de 2010.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

14. Investimentos

14.1. Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2010	Milhares de ações/quotas: Ações Ordinárias/ quotas	Milhares de ações/quotas: Ações preferenciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e Controladas:					
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	5.153	42.853.453		9.250	1.407
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	4.643	15.127		9.093	2.478
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	4.890	2.536	633	7.554	1.215
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	2.379	13.508.637	12.978.886	3.987	171
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	2.072	2.072.466		2.659	548
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	2.433	243.253		2.425	(8)
Termorio S.A.	2.185	2.185.000		2.370	327
Refinaria Abreu e Lima S.A.	1.168	1.168.241		2.015	283
Downstream Participações Ltda.	1.227	1.226.500 (*)		1.628	194
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	827	180.000		1.473	24
Petrobras Biocombustível S.A.	1.396	139.590		1.194	(110)
Termomacaé Ltda.	634	634.015 (*)		734	165
Petrobras International Braspetro - PIB BV	6	2.935		(705)	595
Petrobras International Finance Company - PifCo	531	300.050		(571)	(466)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	217	216.852 (*)		371	189
FAFEN Energia S.A.	381	380.574		343	59
Comperj Poliolefinas S.A.	309	30.868		309	
Termoceará Ltda.	275	275.226 (*)		278	42
Comperj PET S.A.	272	27.174		272	
Baixada Santista Energia Ltda.	283	283.136 (*)		249	1
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	351	106.210		211	(256)
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	56	55.556 (*)		187	191
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	109	97.863		132	25
Breitener Energética S.A.	160	160.000		124	(32)
5283 Participações Ltda.	1.422	1.421.604 (*)		(81)	156
Comperj MEG S.A.	77	7.696		77	
Comperj Estirênicos S.A.	76	7.642		76	
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	78	77.599 (*)		57	21
Braspetro Oil Company - BOC		50		56	172
Cordoba Financial Services GmbH	5	1 (**)		37	
Termobahia S.A.	312	52		34	(2)
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	21	21.000		26	2
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	1	117.127 (*)		3	3
Cayman Cabiunas Investment Co.		100 (**)	25.500		(3)
Comperj Participações S.A.		1			
Controladas em conjunto					
Termoaçu S.A.	700	1.254.233		711	2
UTE Norte Fluminense S.A.	481	481.432		653	200
Cia Energética Manauara S.A.	45	45.000		139	50
Brasil PCH S.A.	109	94.188	14.844	132	(3)
Ibiritermo S.A.	8	7.652		96	38
Brasympe Energia S.A.	26	26.000		71	5
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	61	61.400		63	(1)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	15	5.158	10.138	48	58
Brentech Energia S.A.	39	25.901		35	4
Projetos de Transporte de Álcool S.A. - PMCC	25	33.000		15	(9)
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	9	8.715		7	(2)
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	9	12.861		7	(2)
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	9	8.526		7	(2)
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	7	8.838		5	(2)
GNL do Nordeste Ltda.	1	7.507 (*)			
Coligadas					
Braskem	8.043	451.669	349.997	9.239 (***)	476 (***)
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.	2.432	269.193		5.489	905
UEG Araucária Ltda.	707	707.440 (*)		654	3
Arembepe Energia S.A.	90	90.218		43	(29)
Energética Camaçari Muriçy I Ltda.	67	67.260		36	(8)
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	37	5.100		31	(16)
Energética SUAPE II	37	36.977		15	(19)
Companhia Energética Potiguar S.A.	8	1		12	5
Bioenergética Britarumã S.A.		110			

(*) Quotas
(**) Quantidade de ações em unidades
(***) Dados relativos a 30.09.2010 - Últimos disponibilizados no mercado.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

14.2. Investimentos (Consolidado)

	31.12.2010	31.12.2009
Coligadas		
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.	3.271	
Outros Investimentos Petroquímicos	2.995	3.476
Guarani S.A.	680	
Petroritupano - Orielo	413	531
Petrowayu - La Concepción	327	390
Petrokariña - Mata	212	275
UEG Araucária Ltda.	128	95
Copergás - Cia Pernambucana de Gás	83	83
Refinor	57	71
Demais empresas coligadas	483	364
	8.649	**5.285**
Outros Investimentos	230	487
	8.879	**5.772**

14.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

	Lote de mil ações			Cotação em bolsa de valores (R$ por ação)		Valor de mercado	
Empresa	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**Tipo**	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Controladas							
Petrobras Argentina	678.396	678.396	ON	4,46	2,77	3.026	1.879
						3.026	**1.879**
Coligadas							
Braskem	212.427	59.014	ON	17,80	12,44	3.781	734
Braskem	75.793	72.997	PNA	20,37	14,08	1.544	1.028
Quattor Petroquímica	46.049	51.111	PN	6,99	7,40	322	378
						5.647	**2.140**

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

14.4. Mutação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2009	Aquisição e aporte de capital	Contribuição Adicional de Capital	Baixa por incorporação/ Redução de capital	Resultado: Equivalência patrimonial	Resultado: Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31/12/2010
Subsidiárias e controladas								
Petrobras Distribuidora	**8.036**				1.405	9	(334)	**9.116**
Petroquisa	**3.113**	198	608		186	1	(109)	**3.997**
Gaspetro	**6.444**	15	170		1.215		(289)	**7.555**
Transpetro	**1.849**	356			508	(11)	(134)	**2.568**
Brasoil	**895**		(997)		(83)	185		
Downstream	**946**	597	(119)		199			**1.623**
PBEN	**226**				189		(45)	**370**
Termorio	**2.802**			(600)	327		(158)	**2.371**
FAFEN	**281**				62			**343**
PNBV	**3.929**	2.805	37		2.231	(403)		**8.599**
Baixada Santista	**227**	21			1			**249**
Termoceará	**236**				42			**278**
Termomacaé Ltda	**934**			(300)	165		(65)	**734**
SFE	**260**			(200)	201		(74)	**187**
UTE Juiz de Fora	**113**				25		(6)	**132**
Refinaria Abreu e Lima	**1.732**				283			**2.015**
PBIO	**100**	1.204			(110)			**1.194**
COMPERJ Petroquímicos	**1.011**	1.422			(8)			**2.425**
COMPERJ PET	**130**	142						**272**
COMPERJ Estirênicos	**32**	44						**76**
COMPERJ MEG	**40**	37						77
COMPERJ Poliolefinas	**137**	172						**309**
CLEP	**2.005**				10		(542)	**1.473**
Outras Controladas	**248**	37	1	1	42	(38)		**291**
Controladas em Conjunto	**793**	33			92	7	(45)	**880**
Coligadas								
BRK		2.510	(588)		232	7	(53)	**2.108**
Outras Coligadas	**575**	161	4		(254)	(3)	(10)	**473**
	37.094	**9.754**	**(884)**	**(1.099)**	**6.960**	**(246)**	**(1.864)**	**49.715**

	2010	2009
Subsidiárias, controladas em conjunto e coligadas	49.715	37.094
Ágio	2.242	2.242
Lucros não realizados da Controladora	(1.150)	(1.168)
Outros investimentos	148	150
Total dos investimentos	**50.955**	**38.318**

14.5. Informações em 31 de dezembro de 2010 das controladas em conjunto incluídas na consolidação

	Controladas em conjunto diretamente			Controladas em conjunto indiretamente	
	Termelétricas	Refinaria de Petróleo Riograndense	Outras	Distribuidoras de Gás	Outras
Ativo Circulante	868	150	169	1.963	1.012
Ativo Realizável a Longo Prazo	942	3	63	241	270
Imobilizado	2.875	52	138	2.035	3.271
Outros ativos não circulantes	8		13	55	41
Passivo Circulante	717	80	154	1.582	629
Passivo não circulante	2.207	77	77	506	516
Patrimônio Líquido	1.758	48	152	2.206	3.449
Participação dos Acionistas não Controladores	11				
Receita Operacional Líquida	1.244	962	962	4.517	1.419
Lucro Líquido do Exercício	313	58	41	583	541
Percentual de Participação - %	10% a 76,87%	33,20%	33,20% a 51,0%	23,50% a 83,0%	20,00% a 72,00%

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

14.6. Informações sobre coligadas

	2010				2009
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Petroquisa					
Deten Química S.A.	27,88	289.415	62.549	148.658	149.689
NITROCLOR Produtos Químicos Ltda.	38,80	696	(92)	1.275	1.029
Vinculadas à BR					
Brasil Supply S.A.	10,00	12.442	(3.390)	15.084	3.380
Vinculadas à Gaspetro					
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25,00	26.670	180	23.147	24.482
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS	41,50	210.645	31.548	173.149	177.541
Vinculadas à Petrobras Biocombustível					
Guarani S.A.	26,49	1.920	5	2.728	
Total Agroindústria Canavieira S.A.	40,37	177	(1)	251	

15. Imobilizado

15.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenvolvimento Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	**5.949**	**63.919**	**94.011**	**21.815**	**185.694**	**117.714**
Adições	499	5.414	61.262	1.259	68.434	41.779
Juros capitalizados			3.231		3.231	2.564
Baixas	(89)	(192)	(3.094)	322	(3.053)	(1.834)
Transferências	2.479	16.114	(27.495)	8.036	(866)	(483)
Depreciação, amortização e depleção	(465)	(8.249)		(5.195)	(13.909)	(9.746)
"Impairment" - constituição		(161)		(356)	(517)	(575)
"Impairment" - reversão		16	36	(16)	36	28
Ajuste acumulado de conversão	(386)	(6.051)	(5.113)	(421)	(11.971)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**7.987**	**70.810**	**122.838**	**25.444**	**227.079**	**149.447**
Adições	282	3.355	57.515	3.157	64.309	49.506
Juros capitalizados			5.409	99	5.508	4.223
Combinação de negócios	61	70	18		149	
Baixas	(143)	(109)	(1.524)	(606)	(2.382)	(1.493)
Transferências	2.000	33.935	(44.992)	13.137	4.080	(1.863)
Depreciação, amortização e depleção	(843)	(7.650)		(5.730)	(14.223)	(10.149)
"Impairment" - constituição		(181)		(265)	(446)	(434)
"Impairment" - reversão		131		408	539	538
Ajuste acumulado de conversão	26	(1.435)	(308)	(58)	(1.775)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**9.370**	**98.926**	**138.956**	**35.586**	**282.838**	**189.775**
Custo	11.146	128.060	122.838	62.644	324.688	224.729
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(3.159)	(57.250)		(37.200)	(97.609)	(75.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**7.987**	**70.810**	**122.838**	**25.444**	**227.079**	**149.447**
Custo	13.308	163.566	138.956	77.555	393.385	271.824
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(3.938)	(64.640)		(41.969)	(110.547)	(82.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**9.370**	**98.926**	**138.956**	**35.586**	**282.838**	**189.775**
Tempo de vida útil estimado em anos	25 a 40 (exceto terrenos)	3 a 31		Método da unidade produzida		

(*) Inclui ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás.

Em 31 de dezembro de 2010, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R$ 789 e de R$ 17.506, respectivamente (R$ 1.267 e R$ 16.798 em 31 de dezembro de 2009).

15.1.1. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens			
Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2010
Até 5 anos	6.712	(4.332)	2.380
6 - 10 anos	29.687	(13.839)	15.848
11 - 15 anos	3.158	(1.494)	1.664
16 - 20 anos	31.696	(14.130)	17.566
21 - 25 anos	22.496	(8.248)	14.248
25 - 30 anos	49.273	(7.453)	41.820
30 anos em diante	4.072	(2.760)	1.312
Método da Unidade Produzida	28.353	(16.324)	12.029
	175.447	**(68.580)**	**106.867**
Edificações e benfeitorias	11.881	(3.940)	7.941
Equipamentos e outros bens	163.566	(64.640)	98.926

15.2. Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está assim apresentada:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	7.344	7.626	4.752	5.225
De gastos de exploração e produção	5.344	4.662	4.326	3.527
Custo para abandono de poços capitalizado/provisionado	386	827	327	530
	13.074	**13.115**	**9.405**	**9.282**
Parcela registrada diretamente no resultado	1.149	794	744	464
	14.223	**13.909**	**10.149**	**9.746**

15.3. Redução ao valor recuperável de ativo

Exploração e Produção

A avaliação de recuperabilidade dos ativos resultou em uma perda de R$ 434 que está relacionada, principalmente, aos ativos em produção no Brasil. Os campos de Petróleo e Gás Natural que apresentaram perdas encontram-se no estágio de maturidade de sua vida útil e, considerando os níveis de suas produções futuras e as suas estruturas de custos indicaram a necessidade de redução ao seu valor recuperável.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Esta avaliação também apontou que a perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para alguns Campos de Petróleo e Gás Natural, diminuiu ou deixou de existir, considerando, principalmente, o gerenciamento de reservatório que resultou em incremento da recuperação dos reservatórios, além do aumento no cenário de preços projetados do Brent, o que resultou em uma reversão no montante de R$ 538.

16. Intangível

16.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
		Softwares				
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)	Total	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	6.876	441	1.344	931	9.592	3.233
Adição	315	83	311	16	725	363
Juros capitalizados			19		19	19
Baixa	(58)	(8)	(17)		(83)	(29)
Transferências	(108)	40	(3)	18	(53)	1
Amortização	(223)	(149)	(291)		(663)	(371)
Ajuste acumulado de conversão	(1.195)	(32)	1	(40)	(1.266)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**5.607**	**375**	**1.364**	**925**	**8.271**	**3.216**
Adição	312	90	328	3	733	455
Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa	74.808				74.808	74.808
Aquisição por combinação de negócios	1			20	21	
Juros capitalizados			25		25	25
Baixa	(318)	(4)	(2)	(2)	(326)	(42)
Transferências	376	(11)	33	83	481	14
Amortização	(160)	(121)	(375)		(656)	(434)
"Impairment" - constituição	(54)				(54)	
Ajuste acumulado de conversão	(195)	(3)		(7)	(205)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**80.377**	**326**	**1.373**	**1.022**	**83.098**	**78.042**
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida		

16.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa

Em 03 de setembro de 2010, a Petrobras - cessionária, a União Federal - cedente e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP - reguladora e fiscalizadora, assinaram um contrato de cessão onerosa do direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do Pré-Sal, limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos.

Todos os termos do Contrato de Cessão Onerosa foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de setembro de 2010, pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e pelo comitê de acionistas minoritários.

Como contraprestação ao direito de exercer atividades de exploração e produção de petróleo, a Companhia pagou, com recursos oriundos da oferta pública de ações, cuja liquidação ocorreu em 29 de setembro de 2010, o montante de R$ 67.816 com Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e R$ 6.992 em moeda corrente, perfazendo o total do direito de exploração de R$ 74.808, que será amortizado de acordo com as futuras unidades produzidas e estarão sujeitos a teste de *impairment*.

O valor inicial do Contrato de Cessão Onerosa foi determinado através de negociação entre a Petrobras e a União Federal, baseado em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes, que foram contratadas pela Petrobras e pela ANP, nos termos da Lei nº 12.276/10, resultando em um preço médio ponderado de R$ 14,96 (US$ 8,51) por barril pelas áreas apresentadas a seguir:

Blocos	Volumes milhões de boe	Valor
Franco	3.058	48.621
Florim	467	7.400
Nordeste de Tupi	428	6.425
Em torno de Iara	600	6.137
Sul Guará	319	4.456
Sul de Tupi	128	1.769
	5.000	**74.808**

O contrato de concessão dos direitos estabelece que na época da declaração da comercialidade das reservas haverá revisão de volumes e preços, baseada em laudos técnicos independentes. Caso a revisão venha determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União Federal, reconhecendo essa diferença como um ativo intangível ou reduzir o volume total adquirido nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em um valor menor do que o inicialmente pago, a União Federal irá nos reembolsar a diferença, em moeda corrente ou Títulos, sujeitos às leis orçamentárias.

O conhecimento dos reservatórios e as incertezas geológicas permanecem inalteradas desde a assinatura do contrato de Cessão Onerosa. O valor final do custo da cessão dependerá substancialmente do pleno conhecimento: das reservas, dos cenários de produção e das tecnologias a serem desenvolvidas, que deverá ocorrer até 2014, data limite estipulada para a declaração de comercialidade.

Os planos de perfuração para os blocos que envolvem a área da cessão estão sendo cumpridos, de acordo com o cronograma estabelecido.

16.3. Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

Durante o exercício de 2010, os direitos sobre os seguintes blocos exploratórios foram devolvidos para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP:

- **Blocos - Concessão exclusiva da Petrobras:**
  Bacia de São Francisco Terra: SF-T-103 e SF-T-113
  Bacia de Santos: S-M-729, S-M-790, S-M-1226 e S-M-1354
  Bacia do Recôncavo Terra: REC-T-168
  Bacia Pará-Maranhão: PAMA-M-135
- **Blocos em parceria devolvidos por seus respectivos operadores:**
  Bacia Potiguar Terra: POT-T-354, POT-T-605, POT-T-606
  Bacia de Santos: S-M-616, S-M-617, S-M-670 e S-M-728
  Bacia do Espírito Santo: ES-T-227 e BT-ES-14

16.4. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

Durante o exercício de 2010, a Petrobras devolveu à ANP o campo de Carapó, localizado na plataforma continental do estado do ES.

16.5. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A companhia possui participação acionária em distribuidoras de gás natural, no Brasil e no exterior, além de um contrato de concessão para exploração desses serviços no Brasil.

No Brasil, as concessionárias possuem contratos de concessão por um período de 30 ou 50 anos e iniciaram suas atividades em diferentes períodos fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, com gás natural proveniente do Brasil e da Bolívia. Estes contratos possuem cláusulas que permitem a sua prorrogação e prevêem reajustes trimestrais das tarifas praticadas de modo a refletir as mudanças do preço internacional do petróleo, do dólar norte-americano (no caso das sociedades que utilizam gás natural importado) ou de indicadores de preços ao consumidor.

No exterior, os contratos de concessão para transporte e distribuição de gás natural são por um período de 30 a 35 anos. Os contratos prevêem reajustes trimestrais e semestrais, de modo a refletir as mudanças nos indicadores de produção e outros fatores determinados pelos órgãos reguladores.

A remuneração pela prestação de serviços no Brasil e no exterior consiste na combinação de, basicamente, dois componentes: custos e despesas operacionais; e remuneração do capital investido.

No caso das concessões no Brasil, ao final do período de concessão, não havendo renovação as infraestruturas de gasodutos se tornam propriedade do Poder Concedente, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção e o valor a ser reembolsado será apurado com base nos investimentos realizados nos últimos 5 ou 10 anos da concessão ou o valor residual dos bens vinculados à prestação de serviço. No caso da concessão na Argentina, o valor a ser reembolsado ao final da concessão, encontra-se registrado como contas a receber de longo prazo, no montante de R$ 80.

O valor das concessões registrado no intangível totaliza R$ 972 em 31 de dezembro 2010.

16.6. Redução ao valor recuperável de ativos

A Petrobras registrou uma provisão para perda estimada por redução ao valor recuperável da Concessão de distribuição de gás na área internacional, no valor de R$ 54.

17. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

Informações sobre reservas

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas foram estimadas pela Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela *Securities and Exchange Commission*.

De acordo com a Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997, as reservas de petróleo e gás natural no Brasil pertencem a União. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural podem ser exercidas por terceiros mediante contratos de concessão. Portanto nos ativos da Petrobras são apresentados os gastos incorridos para explorar e desenvolver a produção e não o volume de reservas monetizadas.

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de explotação de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

Nas reservas provadas internacionais de 2009 e 2010, não estão sendo incluídas as reservas da Bolívia, atendendo à exigência da Nova Constituição Política do Estado (NCPE), que proíbe a anotação e registro das reservas de óleo e gás por empresas privadas no país.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia estão apresentadas na tabela a seguir:

	Petróleo (bilhões de bbl) (*)			Gás (bilhões de m³) (*)			Petróleo + Gás (bilhões de boe) (*)		
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Saldo em 31/12/2009	9.919	0.343	10.262	261.243	31.808	293.051	11.563	0.530	12.093
Variação das reservas	1.155	0.050	1.205	34.710	9.044	43.754	1.373	0.103	1.476
Produção	(0.695)	(0.048)	(0.743)	(16.302)	(3.252)	(19.554)	(0.797)	(0.067)	(0.864)
Saldo em 31/12/2010	10.379	0.345	10.724	279.651	37.600	317.251	12.139	0.566	12.705
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31/12/2009		0.040	0.040		1.787	1.787		0.051	0.051
Saldo em 31/12/2010		0.033	0.033		1.691	1.691		0.043	0.043
Reservas provadas e desenvolvidas									
Em 31/12/2009	6.121	0.202	6.323	142.627	15.709	158.336	7.019	0.295	7.314
Em 31/12/2010	6.931	0.183	7.114	184.822	15.855	200.677	8.094	0.276	8.370

(*) Não auditado.

a) Custos exploratórios

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Despesas com geologia e geofísica	1.299	1.847	1.113	1.363
Poços sem viabilidade econômica (poços secos)	2.081	2.154	1.455	1.815
Outras despesas exploratórias	424	130	40	16
Total das despesas	**3.804**	**4.131**	**2.608**	**3.194**

b) Caixa utilizado

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Atividades operacionais	1.395	1.698	1.113	1.363
Atividades de investimento	15.600	6.751	14.297	5.446
Total do caixa utilizado	**16.995**	**8.449**	**15.410**	**6.809**

c) Saldos capitalizados

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Ativo intangível	78.400	2.278	76.221	1.361
Ativo imobilizado	15.729	10.633	9.309	6.602
Total do ativo	**94.129**	**12.911**	**85.530**	**7.963**

18. Financiamentos

	Consolidado						Controladora					
	Circulante			Não Circulante			Circulante			Não Circulante		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
No exterior												
Instituições financeiras	10.798	9.314	8.216	29.460	18.820	17.144	201	255	423	11.973	5.856	1.187
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes" e "Bonds"	1.242	1.275	740	19.617	21.009	12.990	747			.	.	.
Trust Certificates - "Senior/Junior"	116	120	160	318	451	762						
Outros	26	3	619	167	174	623						
Subtotal	**12.182**	**10.712**	**9.735**	**49.562**	**40.454**	**31.519**	**948**	**255**	**423**	**11.973**	**5.856**	**1.187**
No País												
Notas de Crédito à Exportação	110	1.100	579	10.489	6.177	3.367	110	1.100	579	10.495	6.177	3.367
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.103	1.520	1.138	32.753	32.065	7.642	182	191		8.254	8.632	
Debêntures	319	1.654	329	2.448	2.359	3.741	141	1.493	176	1.715	1.632	3.056
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	72	81	99	532	104	245	71	77	96	387	101	241
Cédula de Crédito Bancário	53	7	12	3.606	3.771	3.606	54	7	12	3.606	3.606	3.606
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)		4	1.615						1.179			
Outros	653	88	133	2.661	1.615	1.042			41			
Subtotal	**3.310**	**4.454**	**3.905**	**52.489**	**46.091**	**19.643**	**558**	**2.868**	**2.083**	**24.457**	**20.148**	**10.270**
	15.492	**15.166**	**13.640**	**102.051**	**86.545**	**51.162**	**1.506**	**3.123**	**2.506**	**36.430**	**26.004**	**11.457**
Juros sobre financiamentos	1.558	1.419	823				592	671	229			
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante (Principal)	5.109	6.163	8.907						1.108			
Financiamentos de curto prazo	8.825	7.584	3.910				914	2.452	1.169			
Total dos financiamentos	**15.492**	**15.166**	**13.640**				**1.506**	**3.123**	**2.506**			

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

18.1. Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	31.12.2010	
	Consolidado	Controladora
2012	6.922	1.912
2013	4.715	408
2014	6.304	1.708
2015	8.962	2.401
2016 em diante	75.148	30.001
Total	**102.051**	**36.430**

18.2. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
No exterior						
Até 6%	36.321	24.949	21.976	11.912	5.758	924
De 6 a 8%	11.173	12.965	5.728	61	98	263
De 8 a 10%	1.365	2.208	3.207			
De 10 a 12%	61	79	246			
Acima de 12%	642	253	362			
	49.562	**40.454**	**31.519**	**11.973**	**5.856**	**1.187**
No País						
Até 6%	4.480	2.846	2.758	387	102	240
De 6 a 8%	30.097	25.921	872	8.254	8.632	
De 8 a 10%	990	8.570	5.789	234	2.899	368
De 10 a 12%	16.922	8.754	10.224	15.582	8.515	9.662
	52.489	**46.091**	**19.643**	**24.457**	**20.148**	**10.270**
	102.051	**86.545**	**51.162**	**36.430**	**26.004**	**11.457**

18.3. Saldos por moedas no passivo não circulante

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Dólar norte-americano	46.870	39.417	30.906	11.852	5.671	1.044
Iene	2.734	2.189	3.211	122	185	382
Euro	214	81	109			1
Real (*)	51.911	44.374	16.551	24.456	20.148	10.030
Outras	322	484	385			
	102.051	**86.545**	**51.162**	**36.430**	**26.004**	**11.457**

(*) Em 31 de dezembro de 2010, inclui R$ 23.906 de financiamentos em moeda nacional parametrizado à variação do dólar; e também um financiamento no exterior em reais parametrizado à variação do IGPM.

As operações de *hedge*, contratadas para cobertura de *Notes* emitidos no exterior em moedas estrangeiras, e o valor justo dos empréstimos de longo prazo estão divulgados nas Notas 32 e 33 respectivamente.

18.4. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento foi 4,0% a.a. em 2010 (2,8% a.a. em 2009).

18.5. Captações

As principais captações de longo prazo realizadas em 2010 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

Empresa	Data	Valor (US$ milhões)	Vencimento	Descrição
Petrobras	fev/10	2.000	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB) - Libor mais spread de 2,8% a.a.
Petrobras	mar/10	2.000	2019	
PNBV	abr/10	1.000	2015	Linha de crédito com Credit Agricole and Investment Bank - Libor + 1,625% a.a.
PNBV	jul/10	1.000	2017	Empréstimo com Standard Chartered Bank - Libor mais 1,79% a.a.
PNBV	ago/10	1.000	2015	Empréstimo com Citibank - Libor mais 1,61% a.a.
PNBV	nov/10	500	2016	Empréstimo com Société Générale - Libor mais 1,62% a.a.
PNBV	nov/10	314	2021	Empréstimo com Citibank e Eksportfinans - Libor mais 0,725% a.a.
		7.814		

b) No país

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição
REFAP	fev/10 e mar/10	600	2015	Financiamento obtido com a Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 109,4% e 109,5% da média do CDI.
Petrobras	jun/10	2.200	2016	Financiamento obtido com o Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 110,5% da média do CDI + flat fee de 0,85%.
Petrobras	jun/10	2.000	2017	Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 112,9% da média do CDI.
Petrobras	nov/10	3.950	2016	Financiamento obtido com o Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 109% da média do CDI + flat fee de 1,25%.
		8.750		

18.6. Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

18.6.1. Financiamentos com agências oficiais de crédito

a) No exterior

		Valor em US$ milhões			
Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Petrobras	China Development Bank	10.000	7.000	3.000	Libor + 2,8% a.a.

b) No país

Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Transpetro (*)	BNDES	9.005	543	8.462	Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) - TJLP + 2,5% a.a. p/nac. e 3% a.a. p/imp.
Petrobras	Banco do Brasil	500	353	147	Cédula de Crédito Comercial (FINAME) - 4,5% a.a.
Petrobras	Caixa Econômica Federal	300		300	Cédula de Crédito Bancário – Crédito Rotativo – 110% da Média do CDI
Transportadora Urucu Manaus TUM (**)	BNDES	3.183	3.159	24	Gasoduto Coari-Manaus - TJLP + 1,76% / 1,96% a.a.
Transportadora GASENE	BNDES	2.215	2.215		Gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC) - TJLP + 1,96% a.a.
Transportadora GASENE	BNDES	949	949		Gasoduto Cabiúnas-Vitória (GASCAV) - TJLP + 1,96% a.a.

(*) Foram assinados contratos de compra e venda de 41 navios e 20 comboios com 6 estaleiros nacionais no montante de R$ 10.005, sendo 90% financiados pelo BNDES.

(**) Em 18/08/2010, a SPE Transportadora Urucu Manaus - TUM foi incorporada pela Transportadora Associada de Gás - TAG.

18.6.2. Debêntures

As debêntures emitidas pela Petrobras financiaram, através do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO - *Transportation Capacity Option*), totalizaram R$ 430 (43.000 títulos) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures são garantidas por ações ordinárias da TBG.

Em 2006, a Refap emitiu 852.600 debêntures simples, nominativas e escriturais no montante de R$ 853, objetivando a ampliação e a modernização de seu parque industrial, com as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23 de junho de 2006): amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP + 3,8% a.a.; e 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a.. Em maio de 2008, a Refap efetuou uma segunda emissão de 507.989 debêntures com características similares, no montante de R$ 508.

18.6.3. Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A Refap possui uma conta de aplicações financeiras atrelada à variação do CDI em garantia às debêntures, cujo saldo deve ser de três vezes o valor da soma da última parcela de amortização do principal e acessórios.

A Petrobras desenvolve projetos estruturados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos - SPE, com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos de infraestrutura de transporte e produção de petróleo e gás, além de melhorias em refinarias, cujas garantias dadas aos agentes financeiros nacionais e internacionais são os próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

18.6.4. Endividamento da CIESA

A fim de promover o saneamento financeiro da Compañia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA (sociedade controlada em conjunto), a PESA transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. - TGS (controlada da CIESA) para a Enron Pipeline Company Argentina S.A. (ENRON) e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário, cujo destinatário viria a ser indicado pela CIESA, segundo os termos de sua reestruturação financeira a serem acordados com seus credores.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Em uma segunda etapa do processo, o acordo de reestruturação da dívida financeira firmado em setembro de 2005 entre a CIESA, PESA, Petrobras Hispano Argentina S.A. (controlada da PESA), ENRON, ABN AMRO Bank N.V. (sucursal argentina), e os credores financeiros contemplava a capitalização da dívida por um valor nominal de aproximadamente US$ 201 milhões, além dos juros incorridos a serem acrescidos.

O acordo de reestruturação da dívida está sujeito às aprovações governamentais do Ente Nacional Regulador Del Gas - ENARGAS e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia.

Enquanto se encontra pendente as aprovações governamentais, em janeiro de 2009, a Ashmore Energy International Limited - AEI declarou ser a única proprietária das obrigações negociáveis da CIESA, e pleiteou também o término do acordo de reestruturação da dívida, sendo contestada, imediatamente pela CIESA através de uma ação judicial nos Tribunais do Estado de Nova York, nos Estados Unidos da América.

Sendo assim, desde 2009 e ao longo de 2010, foram apresentados recursos de ambas as partes, no entanto até a presente data, a corte de Nova York ainda não emitiu sua decisão final sobre o assunto.

19. Arrendamentos mercantis

19.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro com transferência de benefícios, riscos e controles

	31.12.2010		
	Consolidado		Controladora
	Recebimentos Mínimos	Pagamentos Mínimos	Pagamentos Mínimos
2011	327	186	2.892
2012 - 2015	1.258	166	13.757
2016 em diante	4.203	107	8.641
Recebimentos/pagamentos de compromissos estimados	**5.788**	**459**	**25.290**
Menos montante dos juros anuais	(2.830)	(87)	(7.165)
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	**2.958**	**372**	**18.125**
Circulante	131	176	3.149
Não circulante	2.827	196	14.976

19.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional sem transferência de benefícios, riscos e controles

	31.12.2010	
	Consolidado	Controladora
2011	17.736	18.948
2012 - 2015	44.732	63.311
2016 em diante	17.640	55.420
Total	**80.108**	**137.679**

A Companhia pagou em 2010 o montante de R$ 9.903 (R$ 14.727 na Controladora) reconhecidos como despesa no exercício.

20. Provisões para desmantelamento de áreas (não circulante)

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009	**5.417**	**4.811**
Adição	1.085	1.085
Reversão	(1.698)	(1.823)
Utilização	(188)	
Atualização de juros	356	346
Ajuste acumulado de conversão	(181)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**4.791**	**4.419**
Adição	2.288	2.087
Reversão	(493)	(493)
Utilização	(485)	(158)
Transferências	194	
Atualização de juros	229	217
Ajuste acumulado de conversão	(19)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**6.505**	**6.072**

21. Impostos, contribuições e participações

21.1. Impostos a recuperar

Ativo Circulante	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
No país:						
ICMS	2.650	2.386	2.527	1.662	1.671	1.917
PASEP/COFINS	3.458	1.563	1.323	3.021	1.153	883
CIDE	75	52	223	66	32	34
Imposto de renda	1.479	1.702	2.006	748	781	1.460
Contribuição social	359	445	801	189	181	664
Outros impostos	390	476	409	225	231	225
	8.411	6.624	7.289	5.911	4.049	5.183
No exterior:						
Imposto sobre valor agregado - IVA	95	101	313			
Outros impostos	429	298	269			
	524	399	582			
	8.935	**7.023**	**7.871**	**5.911**	**4.049**	**5.183**

21.2. Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo Circulante	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ICMS	1.968	1.676	1.741	1.622	1.352	1.403
PASEP/COFINS	1.125	1.083	1.064	848	846	902
CIDE	751	651	447	684	583	411
Participação especial/ Royalties	3.618	4.656	2.528	3.583	4.596	2.492
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	685	549	1.222	640	513	872
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.001	1.055	794			
Outras taxas	1.102	920	759	460	378	388
	10.250	**10.590**	**8.555**	**7.837**	**8.268**	**6.468**

21.3. Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Não circulante						
Ativo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.471	6.676	5.742	2.951	3.310	1.908
ICMS diferido	2.421	2.527	1.998	2.005	1.899	1.538
PASEP e COFINS diferidos	8.063	6.917	4.842	6.834	6.431	4.599
Outros	256	111	428			
	17.211	**16.231**	**13.010**	**11.790**	**11.640**	**8.045**
Passivo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.118	20.406	17.577	21.808	16.855	14.892
Outros	43	52	65			
	26.161	**20.458**	**17.642**	**21.808**	**16.855**	**14.892**

21.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	2010		
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para realização
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.230		Mediante a realização efetiva dos lucros
Prejuízos fiscais	1.144		Com lucros tributários futuros
Remuneração aos acionistas - Juros sobre Capital Próprio	781	754	Pelo Crédito individualizado aos acionistas
Provisões para processos judiciais e perdas em créditos de liquidação duvidosa	679	477	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Provisão para Participação nos Lucros	562	486	Pelo pagamento
Provisão para desmantelamento de área	502	502	Mediante a realização dos gastos.
Provisão para perda de redução ao valor recuperável de ativos	327	327	Alienação de bens
Plano de Pensão	257	225	Pelo pagamento das contribuições da Patrocinadora
Absorção de financiamentos condicionais	96		Término dos contratos de financiamento
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	87	110	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Diferença temporária entre pagamentos de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	83		Realização dos ativos
Variação cambial	15		Mediante liquidação dos contratos
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	(4)	(4)	Mediante a realização dos gastos
Outros	712	74	
Total	6.471	2.951	

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	2010		
Natureza	**Consolidado**	**Controladora**	**Fundamento para realização**
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	17.984	17.984	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo
Juros capitalizados	1.937	1.937	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
Variação cambial	1.882	453	Mediante liquidação dos contratos
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	1.475	48	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
Diferença temporária dos compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	1.027	910	Liquidação dos passivos
IR e CS sobre lucros no exterior	114	47	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros
Investimentos em controladas e coligadas	127		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros
Outros	1.572	429	
Total	26.118	21.808	

c) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R$ 2.951 não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias têm expectativa de compensar estes créditos com base em projeções efetuadas.

	Expectativa de realização			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos
2011	2.197	2.969	1.787	2.698
2012	566	3.395	22	2.254
2013	297	2.658	3	2.244
2014	332	2.759	5	2.324
2015	947	2.783	664	2.413
2016	403	2.838	15	2.422
2017 em diante	1.729	8.716	455	7.453
Parcela registrada contabilmente	6.471	26.118	2.951	21.808
Parcela não registrada contabilmente	1.804			
Total	8.275	26.118	2.951	21.808

A controlada Petrobras America Inc. - PAI possui créditos tributários não registrados, no montante de R$ 1.158 (US$ 695 milhões), decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás. De acordo com legislação específica dos Estados Unidos, país em que a PAI se encontra domiciliada, os créditos fiscais prescrevem em 20 anos, a partir da data da sua constituição.

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, de acordo com a legislação tributária de cada país, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

d) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado					
	Saldo em 01 de janeiro de 2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Ajuste Acumulado de Conversão	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2009
Impostos Diferidos						
Imobilizado	(11.388)	(3.242)		189	566	**(13.875)**
Contas a Receber/Pagar, Empréstimos e Financiamentos	(3.020)	2.252		2	(50)	**(816)**
Arrendamentos mercantis financeiros	(289)	(1.245)			122	**(1.412)**
Provisão para processos judiciais	(1.088)	(228)		338	88	**(890)**
Prejuízos Fiscais	1.736	343		(457)	(3)	**1.619**
Estoques	500	115		(2)		**613**
Juros Sobre Capital Próprio		358				**358**
Outros	1.714	(112)	(137)	4	(796)	**673**
Total dos impostos diferidos líquidos	**(11.835)**	**(1.759)**	**(137)**	**74**	**(73)**	**(13.730)**
Impostos diferidos ativos	5.742					**6.676**
Impostos diferidos passivos	(17.577)					**(20.406)**

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Ajuste Acumulado de Conversão	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2010
Impostos Diferidos						
Imobilizado	(14.011)	(5.071)		52	33	**(18.997)**
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos	(450)	(1.480)		1	72	**(1.857)**
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.369)	246			(17)	**(1.140)**
Provisão para processos judiciais	(970)	(32)		55	88	**(859)**
Prejuízos Fiscais	1.234	304		(55)	(5)	**1.478**
Estoques	995	(154)				**841**
Juros Sobre Capital Próprio	358	396				**754**
Outros	483	(3)	(103)	(14)	(230)	**133**
Total dos impostos diferidos líquidos	**(13.730)**	**(5.794)**	**(103)**	**39**	**(59)**	**(19.647)**
Impostos diferidos ativos	6.676					**6.471**
Impostos diferidos passivos	(20.406)					**(26.118)**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

21.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2010 e de 2009 estão apresentados a seguir:

a) Consolidado

	2010	2009
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados...	48.137	44.275
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(16.367)	(15.054)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais	3.455	2.446
• Resultado de empresas no exterior com alíquotas diferenciadas	601	1.241
• Incentivos fiscais	162	160
• Prejuízos Fiscais	33	(146)
• Adições permanentes, líquidas	(385)	(201)
• Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(31)	(152)
• Outros	296	775
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social.	**(12.236)**	**(10.931)**
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(5.794)	(1.759)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(6.442)	(9.172)
	(12.236)	**(10.931)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,4%	24,7%

b) Controladora

	2010	2009
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados...	43.799	36.253
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(14.892)	(12.326)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais	3.455	2.446
• Adições permanentes, líquidas (*)	2.153	2.829
• Incentivos fiscais	131	144
• Outros itens	390	613
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social.	**(8.763)**	**(6.294)**
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(5.149)	(424)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(3.614)	(5.870)
	(8.763)	**(6.294)**
Alíquota efetiva de imposto e renda e contribuição social	20,0%	17,4%

(*) Inclui equivalência patrimonial.

22. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo						
Planos de pensão	4.795	4.598	4.519	4.377	4.204	4.106
Planos de saúde	11.786	10.774	9.833	10.994	10.066	9.195
	16.581	**15.372**	**14.352**	**15.371**	**14.270**	**13.301**
Circulante	1.303	1.208	1.152	1.209	1.123	1.072
Não circulante	15.278	14.164	13.200	14.162	13.147	12.229

22.1. Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Além da Petrobras, o Plano Petros é patrocinado pela BR Distribuidora, Petroquisa e Refap, e está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro - TCF em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Em 31 de dezembro de 2010, os saldos dos TCF totalizavam R$ 4.789 (R$ 4.519 na Controladora), dos quais R$ 291 (R$ 274 na Controladora) de juros vencem em 2011.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio dos TCF, representa uma contrapartida às adesões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e ao encerramento de litígios existentes.

A Fundação Petros propiciou aos participantes ativos que repactuaram as alterações do regulamento do Plano Petros a adesão ao Benefício Proporcional Opcional - BPO que consiste numa aposentadoria em valor equivalente ao direito acumulado e, ainda, se inscrever no Plano Petros 2. Esse processo foi encerrado em 30 de novembro de 2010 com a adesão de aproximadamente 4.600 participantes ao BPO e ao Plano Petros 2, gerando uma redução nas perdas atuariais de R$ 214 (R$ 191 na Controladora), provenientes da retirada da premissa de crescimento salarial destes participantes.

Em 31 de dezembro de 2010, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R$ 4.897 (R$ 4.655 na Controladora), que serão mantidas na carteira da Companhia como garantia dos TCF.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2011 são de R$ 556 (R$ 521 na Controladora).

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2, na modalidade de contribuição variável, foi implementado a partir de 1º de julho de 2007 pelas patrocinadoras Petrobras, BR Distribuidora, Petroquisa e Refap. Posteriormente, as empresas Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA, FAFEN Energia S.A., Termorio, UTE Juiz de Fora, Termobahia, Termomacaé e Termoceará aderiram ao plano.

As patrocinadoras que implementaram o plano assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. Os desembolsos do serviço passado são realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não há mais o pagamento do serviço passado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. Em 31 de dezembro de 2010, a contribuição das patrocinadoras para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R$ 407 (R$ 371 na Controladora).

A avaliação atuarial de 2009 da Fundação Petros, para fins de atendimento às normas da Previdência Complementar, evidenciou a ocorrência de uma baixa sinistralidade de eventos de risco no exercício, assim como observou que o saldo do fundo coletivo de risco apresentava-se suficiente para cobertura dos benefícios estimados para 2010. Dessa forma, a Fundação acatou a sugestão do atuário de que as contribuições de risco fossem redirecionadas para a conta do participante no plano durante o exercício de 2010.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2011 são de R$ 66 (R$ 63 na Controladora).

22.2. Planos de pensão no exterior - Benefício definido

Os principais planos de benefício definido, oferecidos pelas controladas da Petrobras Internacional Braspetro B.V. (PIB BV), são os seguintes:

22.2.1. Petrobras Argentina S.A. (PESA)

a) Plano "Termination Indemnity"

Plano de benefícios para empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

b) Plano "Fondo Compensador"

Plano de benefícios complementar ao sistema de aposentadoria para empregados que ingressaram na empresa antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido.

22.2.2. Refinaria Nansei Sekiyu K.K.

Plano de benefícios de aposentadoria complementar programada, no qual o empregado precisa ter, no mínimo, 50 anos de idade e 20 anos de serviço para se tornar elegível. As contribuições são efetuadas somente pela patrocinadora.

22.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos da Companhia para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação cuidadosa dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às políticas definidas pelo Banco Central do Brasil. Os fundos de renda fixa detém a maior concentração de investimentos, distribuídos principalmente em títulos públicos e privados. A meta da distribuição de ativos para o período entre 2011 e 2015 de acordo com essa Política é: 25% a 70% em renda fixa, 15% a 50% em renda variável, de 1,5% a 8% em imóveis, 0% a 15% em financiamentos a participantes dos planos e de 2,5% a 15% em outros investimentos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Os ativos dos planos de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	2010					2009	
Categoria do Ativo	**Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)**	**Valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)**	**Valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)**	**Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)**	**%**	**Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)**	**%**
Renda fixa	**15.800**	**8.877**		**24.677**	**54%**	**23.755**	**60%**
Títulos privados		8.755		8.755		7.658	
Títulos públicos	15.800			15.800		16.091	
Outros investimentos		122		122		6	
Renda variável	**10.456**	**2.195**	**5.623**	**18.274**	**40%**	**13.935**	**35%**
Ações à vista	10.456			10.456		8.343	
Fundos de *Private Equity*		2.158	5.622	7.780		5.520	
Outros investimentos		37	1	38		72	
Imóveis			**1.462**	**1.462**	**4%**	**880**	**2%**
	26.256	**11.072**	**7.085**	**44.413**	**98%**	**38.570**	**97%**
Empréstimos concedidos				**1.131**	**2%**	**1.113**	**3%**
				45.544	**100%**	**39.683**	**100%**

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R$ 1.736 e de R$ 1.317, respectivamente, e imóveis alugados pela Companhia no valor de R$ 253.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

A movimentação do valor justo de ativos avaliados com o emprego de fluxo de caixa descontado, classificados como Nível 3, é a seguinte:

	Movimentação do Nível 3			
	Fundos de *Private Equity*	**Imóveis**	**Outros investimentos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	4.184	880	17	5.080
Rentabilidade dos ativos	1.425	240		1.665
Compras e vendas, líquidas	13	342	(16)	339
Em 31 de dezembro de 2010	**5.622**	**1.462**	**1**	**7.085**

A rentabilidade esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 6,2% a.a. para ativos de renda fixa, 8% a.a. para ativos de renda variável e para outros investimentos, resultando numa taxa de juros média de 6,78% a.a.

22.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa e Refap, mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

22.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos no país e no exterior foram agregadas, uma vez que contém premissas similares e o total de ativos e obrigações de planos de pensão no exterior não é significativo. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2010					2009				
	Consolidado				Controladora	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão					Plano de Pensão				
	Benefício Definido	**Contribuição Variável**	**Plano de Saúde**	**Total**	**Total**	**Benefício Definido**	**Contribuição Variável**	**Plano de Saúde**	**Total**	**Total**
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	47.495	525	11.961	59.981	55.997	37.524	300	9.875	47.699	44.404
Custo dos juros:										
• Com termo de compromisso financeiro	509			509	479	370			370	346
• Atuarial	4.737	59	1.328	6.124	5.719	4.367	39	1.258	5.664	5.294
Custo do serviço corrente	405	104	198	707	631	330	106	150	586	530
Benefícios pagos	(1.783)	(3)	(523)	(2.309)	(2.163)	(1.815)	(3)	(471)	(2.289)	(2.166)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	3.885	48	813	4.746	4.488	6.797	83	1.149	8.029	7.589
Outros	(6)			(6)		(78)			(78)	
Obrigação atuarial no fim do exercício	55.242	733	13.777	69.752	65.151	47.495	525	11.961	59.981	55.997
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativo do plano no início do exercício	39.482	201		39.683	37.220	32.900	86		32.986	30.811
Rendimento esperado dos ativos do plano	4.469	28		4.497	4.223	3.984	16		4.000	3.748
Contribuições recebidas pelo fundo	896		523	1.419	1.301	780	91	471	1.342	1.255
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	258			258	239	230			230	215
Benefícios pagos	(1.783)	(3)	(523)	(2.309)	(2.163)	(1.815)	(3)	(471)	(2.289)	(2.166)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	1.993	3		1.996	1.928	3.412	11		3.423	3.357
Outros						(9)			(9)	
Ativos do plano no fim do exercício	45.315	229		45.544	42.748	39.482	201		39.683	37.220
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações com fundo constituído	55.242	733		55.975	52.356	47.495	525		48.020	44.855
(–) Valor justo dos ativos do plano	(45.315)	(229)		(45.544)	(42.748)	(39.482)	(201)		(39.683)	(37.220)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	9.927	504		10.431	9.608	8.013	324		8.337	7.635
Valor presente das obrigações sem fundo constituído			13.777	13.777	12.795			11.961	11.961	11.142
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(5.301)	(116)	(1.959)	(7.376)	(6.807)	(3.413)	(73)	(1.151)	(4.637)	(4.248)
Custo do serviço passado não reconhecido	(116)	(103)	(32)	(251)	(225)	(145)	(108)	(36)	(289)	(259)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**4.510**	**285**	**11.786**	**16.581**	**15.371**	**4.455**	**143**	**10.774**	**15.372**	**14.270**
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	4.455	143	10.774	15.372	14.270	4.420	99	9.833	14.352	13.301
(+) Custos incorridos no exercício	837	143	1.533	2.513	2.298	721	98	1.412	2.231	2.055
(–) Pagamento de contribuições	(525)		(523)	(1.048)	(958)	(416)	(60)	(471)	(947)	(871)
(–) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(254)			(254)	(239)	(228)			(228)	(215)
Outros	(3)	(1)	2	(2)		(42)	6		(36)	
Saldo em 31 de dezembro	**4.510**	**285**	**11.786**	**16.581**	**15.371**	**4.455**	**143**	**10.774**	**15.372**	**14.270**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

b) Componentes das despesas líquidas

	2010					2009				
	Consolidado				Controladora	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão					Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	405	104	198	707	631	329	106	150	585	530
Custo dos juros:										
• Com termo de compromisso financeiro	509			509	479	370			370	346
• Atuarial	4.737	59	1.328	6.124	5.719	4.367	39	1.258	5.664	5.294
Rendimento estimado dos ativos do plano	(4.469)	(28)		(4.497)	(4.223)	(3.984)	(16)		(4.000)	(3.748)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas	3	1	1	5	1	2			2	
Contribuições de participantes	(371)			(371)	(343)	(372)	(43)		(415)	(389)
Custo do serviço passado não reconhecido	23	7	4	34	34	23	7	4	34	33
Outros			2	2		(14)	5		(9)	(11)
Custo líquido no exercício	**837**	**143**	**1.533**	**2.513**	**2.298**	**721**	**98**	**1.412**	**2.231**	**2.055**
Relativa a empregados ativos:										
Absorvida no custeio das atividades operacionais	185	72	296	553	530	200	45	223	468	452
Diretamente no resultado	141	69	198	408	314	153	52	178	383	308
Relativa aos inativos	511	2	1.039	1.552	1.454	368	1	1.011	1.380	1.295
Custo líquido no exercício	**837**	**143**	**1.533**	**2.513**	**2.298**	**721**	**98**	**1.412**	**2.231**	**2.055**

c) Variações entre valores estimados e incorridos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos foram os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Ganhos/(perdas) dos planos de pensão				
Obrigação atuarial	118	(381)	28	(417)
Ativos de planos de pensão	1.996	3.423	1.928	3.357
Ganhos/(perdas) dos planos de saúde				
Obrigação atuarial	414	663	406	637

d) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consolidado		Controladora	
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial	2.016	(1.652)	1.864	(1.528)
Custo do serviço e juros	245	(198)	226	(183)

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2010	2009
Taxa de desconto	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a (1) + Juros: 5,91% a.a (2)	Inflação: 4,5% a 4% a.a (1) + Juros: 6,57% a.a (2)
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a (1) + 2,220% a.a	Inflação: 4,5% a 4% a.a (1) + 2,295% a.a
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,3% a.a (1) + Juros: 6,78% a.a	Inflação: 4,5% a.a* + Juros:6,74% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,660% a.a (3)	0,768% a.a (3)
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	7,89% a 4,3% a.a (4)	7,5% a 4% a.a (4)
Tábua de mortalidade	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo

(1) Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante.

(2) A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

(3) Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(4) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

22.6. Outros planos de contribuição definida

A subsidiária Transpetro e as controladas Petrobras Argentina, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG e outras patrocinam planos de aposentadoria aos seus empregados, de natureza de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2010, reconhecidas no resultado, totalizaram R$ 20.880.

23. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2010, a Petrobras provisionou R$ 1.691 no Consolidado (R$ 1.495 em 2009) e R$ 1.428 na Controladora (R$ 1.270 em 2009), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, de 2011, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 205.357 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento de capital com reservas

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 22 de abril de 2010, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$ 78.967 para R$ 85.109, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R$ 5.627, sendo R$ 899 de reserva estatutária, R$ 4.713 de reserva de retenção de lucros, em conformidade com o artigo 199, da Lei 6.404/76, e R$ 15 de parte da reserva de incentivos fiscais constituída em 2009, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro de Estado da Integração Nacional, e de reservas de capital no montante de R$ 515. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Aumento de capital com emissão de ações

Em 23 de setembro de 2010, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 115.052 passando o capital social da Companhia de R$ 85.109 para R$ 200.161, mediante a emissão de 2.293.907.960 Ações Ordinárias e 1.788.515.136 Ações Preferenciais, mantendo aos seus titulares os mesmos direitos atribuídos aos titulares das ações previamente existentes, passando o capital a ser representado por 7.367.255.304 Ações Ordinárias e por 5.489.244.532 Ações Preferenciais.

Em 29 de setembro de 2010 ocorreu a liquidação da oferta das ações mencionadas acima, que resultou na captação de R$ 115.052.

Em 01 de outubro de 2010, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a emissão e verificou a subscrição de 75.198.838 Ações Ordinárias e 112.798.256 Ações Preferenciais, resultando na captação de recursos adicionais e aumento de capital social no montante de R$ 5.196, passando o capital social de R$ 200.161 para R$ 205.357, representado por 7.442.454.142 Ações Ordinárias e 5.602.042.788 Ações Preferenciais.

Reforma do Estatuto Social

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2011 aprovou a reforma do Estatuto Social da seguinte forma:

a) alterar o artigo 4º, caput, de forma a estabelecer que o capital social da Companhia passe a constar como sendo de R$ 205.357, dividido em 13.044.496.930 ações, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais;

b) excluir os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 4º, de forma a retirar o limite de capital autorizado para ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia que, nos termos da Lei nº 6.404/76, permitiria em determinadas circunstâncias o aumento do capital social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração;

c) inserir novo § 1º no artigo 4º, de forma a estabelecer que os aumentos de capital mediante a emissão de ações serão submetidos previamente à deliberação da Assembleia Geral;

d) renumerar como § 2º o atual § 4º do artigo 4º;

e) renumerar como § 3º o atual § 5º do artigo 4º;

f) excluir o inciso IX do artigo, que prevê a competência para o Conselho de Administração deliberar sobre aumento de capital dentro do limite autorizado, já que a Companhia não terá mais capital autorizado;

g) alterar o inciso III do artigo 40, que define como competência da Assembleia Geral o aumento do capital social, suprimindo a ressalva às hipóteses de capital autorizado, que não mais existirão; e

h) excluir o artigo 62, que define as disposições transitórias aprovadas na AGE de 22 de junho de 2010.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Aumento com reservas em 2011

A Administração da Petrobras está propondo à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2011, o aumento do capital social da Companhia de R$ 205.357 para R$ 205.380, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros de incentivos fiscais constituída em 2010, no montante de R$ 23, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional. Essa capitalização será efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

24.2. Contribuição adicional de capital

a) Gastos com emissão de ações

A oferta global gerou custo de captação no montante de R$ 477, líquido de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Inclui o valor das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

24.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2010, foram destinados do resultado R$ 250, referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), dos quais R$ 23 referem-se à realização de parte dos depósitos para reinvestimentos com recursos próprios.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração está propondo a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, do montante de R$ 19.043, remanescente do lucro do exercício de 2010, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecidos no orçamento de capital do exercício de 2011, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista de 2011.

24.4. Ajuste de avaliação patrimonial

a) Ajuste acumulado de conversão

Incluem as diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis das empresas com moeda funcional diferente da Controladora.

b) Outros resultados abrangentes

Incluem as variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, *hedge* de fluxo de caixa e os ajustes por adoção do custo atribuído do setor petroquímico na data de transição.

24.5. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2010, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2011, no montante de R$ 11.728, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais, podendo ser assim demonstrado:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício (Controladora)	35.036	29.313 (*)
Apropriação:		
Reserva legal	(1.752)	(1.466)
Reserva de incentivos fiscais	(250)	(554)
	33.034	27.293
Reversões/adições:		
Reserva de reavaliação		10
Lucro básico para determinação do dividendo	33.034	27.303
Dividendos propostos, equivalente a 35,50 % do lucro básico - R$ 1,03 por ação, (30,53% em 2009, R$ 0,95 por ação) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	10.163	7.195
Dividendos	1.565	1.140
Total de dividendos propostos	11.728	8.335
Menos:		
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(7.945)	(6.142)
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(188)	(24)
	(8.133)	(6.166)
Saldo de dividendos propostos	3.595	2.169

(*) Lucro líquido divulgado em 2009, base para determinação do dividendo.

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$ 11.728 incluem juros sobre capital próprio no total de R$ 10.163, aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

Parcela	Data aprovação Conselho Administração	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor da parcela	Valor bruto por ação (ON e PN) (R$)
1ª parcela JCP	14.05.2010	21.05.2010	31.05.2010	1.755	0,20
2ª parcela JCP	16.07.2010	30.07.2010	31.08.2010	1.755	0,20
3ª parcela JCP	22.10.2010	01.11.2010	30.11.2010	1.826	0,14
4ª parcela JCP	10.12.2010	21.12.2010	30.12.2010	2.609	0,20
5ª parcela JCP	25.02.2011	21.03.2011		2.218	0,17
Dividendos	25.02.2011			1.565	0,12
				11.728	**1,03**

O dividendo por ação relacionado às duas primeiras parcelas dos juros sobre o capital próprio foi calculado considerando a posição acionária antes do aumento do capital social em 29 de setembro e 1º de outubro de 2010, equivalente a R$ 0,40 para 8.774.076.740 de ações. Em relação às parcelas subsequentes, o dividendo por ação foi calculado sobre a posição acionária após a emissão das novas ações, equivalente a R$ 0,63 por ação para 13.044.496.930 de ações.

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2010 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2010. A parcela final de juros sobre o capital próprio será disponibilizada até 30 de abril de 2011 e os dividendos serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 3.455 (R$ 2.446 em 2009).

24.6. Lucro por Ação

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	35.189	30.051	35.036	29.959
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº Ações)	9.872.826.065	8.774.076.740	9.872.826.065	8.774.076.740
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R$ por ação)	3,57	3,43	3,55	3,42

25. Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas	268.107	230.721	204.595	175.571
Encargos de vendas	(54.833)	(47.887)	(48.108)	(41.537)
Receita de vendas	**213.274**	**182.834**	**156.487**	**134.034**

26. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Depreciação, depleção e amortização	(14.881)	(14.457)	(10.813)	(10.380)
Despesas com pessoal e benefícios	(16.153)	(13.835)	(12.185)	(10.386)
Matéria-prima/produtos adquiridos	(78.915)	(59.999)	(53.405)	(39.262)
Participação governamental	(20.314)	(19.076)	(19.810)	(18.624)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais (*)	(22.446)	(16.107)	(13.284)	(8.818)
	(152.709)	**(123.474)**	**(109.497)**	**(87.470)**
Custo do produto vendido	(136.052)	(108.707)	(96.134)	(75.977)
Despesas com vendas	(8.660)	(7.375)	(7.920)	(6.464)
Despesas gerais e administrativas	(7.997)	(7.392)	(5.443)	(5.029)
	(152.709)	**(123.474)**	**(109.497)**	**(87.470)**

(*) Líquido de gastos capitalizados com a construção de ativos próprios.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Perdas e contingências com processos judiciais	(1.834)	(2.499)	(1.352)	(2.339)
Planos de pensão e saúde	(1.552)	(1.380)	(1.454)	(1.295)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.234)	(1.070)	(1.132)	(959)
Acordos coletivos de trabalho	(647)	(487)	(577)	(487)
Parada não programadas e gastos pré-operacionais	(623)	(748)	(613)	(725)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(603)	(609)	(61)	(124)
Gastos corporativos de segurança, meio ambiente e saúde	(369)	(355)	(368)	(353)
Despesas operacionais c/ termoelétricas	(299)	(610)	(602)	(1.015)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(76)	(543)	104	(550)
Incentivo para aquisição de ações da Petrobras	(91)		(85)	
Outros	266	941	379	380
	(7.062)	**(7.360)**	**(5.761)**	**(7.467)**

28. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Resultado cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(680)	(666)	(784)	(801)
Resultado cambial sobre financiamentos	722	2.070	878	475
Resultado cambial sobre arrendamentos mercantis financeiros com terceiros	(35)	25		22
Efeito cambial sobre endividamento líquido	**7**	**1.429**	**94**	**(304)**
Variação monetária sobre financiamentos (*)	**695**	**2.406**	**140**	**1.079**
Despesa com financiamentos	(7.145)	(4.769)	(4.467)	(2.560)
Encargos financeiros capitalizados	5.533	3.250	4.249	2.583
Despesas com financiamentos, líquidas	**(1.612)**	**(1.519)**	**(218)**	**23**
Receita com aplicações financeiras	1.680	1.388	971	623
Receita com títulos públicos federais para negociação	529		529	
Resultado líquido com FIDC-NP			(1.257)	(519)
Despesas financeiras líquidas	**597**	**(131)**	**25**	**127**
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	**1.299**	**3.704**	**259**	**902**
Variação cambial sobre ativos no exterior	(365)	(5.637)	(949)	(8.829)
Variação cambial sobre arrendamentos mercantis com subsidiárias	137	1.432	137	1.432
Hedge sobre operações comerciais e financeiras	3	(373)	24	172
Receita com títulos disponíveis para venda	524	422	510	422
Receita com títulos mantidos até o vencimento	119	342	451	53
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(15)	(335)	340	535
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	861	283	862	603
Resultado financeiro líquido	**2.563**	**(162)**	**1.634**	**(4.710)**
Resultado financeiro				
Receitas	4.539	3.509	4.312	6.311
Despesas	(3.311)	(3.471)	(2.960)	(5.002)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.335	(200)	282	(6.019)
	2.563	**(162)**	**1.634**	**(4.710)**

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

29. Processos judiciais e contingências

29.1. Processos judiciais provisionados

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Reclamações trabalhistas	196	102	88	15
Processos fiscais	617	176	68	56
Processos cíveis (*)	358	462	269	181
Outros processos	201	179		
	1.372	**919**	**425**	**252**
Circulante		54		54
Não circulante	1.372	865	425	198

(*) Líquido de Depósito Judicial, quando aplicável.

	Contingências	
	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009	**966**	**257**
Adição	2.444	2.325
Reversão	(6)	
Utilização	(1.133)	(1.021)
Transferências	(1.357)	(1.321)
Atualização de juros	13	12
Ajuste acumulado de conversão	(8)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**919**	**252**
Adição	1.394	845
Utilização	(859)	(598)
Transferências	(88)	(83)
Atualização de juros	9	9
Combinações de negócios	13	
Ajuste acumulado de conversão	(16)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**1.372**	**425**

Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP

Em 16 de julho de 2009, a CLEP recebeu um auto de infração, referente ao questionamento em relação à alíquota de Imposto de Renda retido na fonte, aplicável na emissão de títulos no exterior. Tendo a possibilidade de aplicação do tratado entre Brasil e Japão. Em 14 de agosto de 2009, a CLEP protocolou, na Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação ao auto de infração recebido em 16 de julho de 2009. Em 3 de setembro de 2009 o processo foi remetido ao serviço de controle e julgamento - DRJ.

O pedido de liminar para renovação da intimação acerca do acórdão proferido no processo administrativo e suspensão da exigibilidade do débito de IRRF foi indeferido, o que ensejou a interposição de agravo de Instrumento no último dia 19/11/2010.

No dia 02/12/2010, o pedido de antecipação da tutela foi deferido parcialmente, suspendendo-se os atos de cobrança do débito até que se efetive a nova intimação do aludido acórdão na esfera administrativa.

A exposição máxima estimada, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 417, que está contabilizado no passivo não circulante do balanço consolidado.

Participação Especial dos campos de Barracuda e Caratinga

Em 1º de julho de 2010, a Petrobras recebeu auto de infração lavrado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no valor de R$ 222, a título de Participação Especial dos campos de Barracuda e Caratinga por conta de valores que teriam sido recolhidos a menor pela Companhia, durante o período compreendido entre o 2º trimestre de 2005 e o 4º trimestre de 2009, em função do abatimento de custos em suposto desacordo com a Portaria ANP nº 10/99. Em 15 de julho de 2010, a Petrobras protocolou sua defesa junto à ANP.

Em 30 de setembro de 2010, a ANP encaminhou ofício 609/2010/SPG com a revisão de valor para a autuação, por entender que parte do contrato de arrendamento não consistiria em operação de financiamento.

A Petrobras protocolou junto a ANP, em 28 de outubro de 2010, pedido de parcelamento, em 30 meses, num total de R$ 86, com base no valor determinado no ofício nº 646/2010/SPG, de 15 de outubro de 2010. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia realizou o pagamento de três parcelas.

ICMS - Naufrágio da Plataforma P-36

Em março de 2001 ocorreu o naufrágio da Plataforma P-36, que tinha sido importada na modalidade de admissão temporária, sob o amparo de regime aduaneiro suspensivo da tributação (REPETRO) e, portanto, nesta ocasião não eram devidos os impostos estaduais, que passaram a ser cobrados, por que não haveria mais retorno da plataforma.

Com a decisão desfavorável no último nível de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Petrobras avaliou os aspectos jurídicos da ação e econômicos de utilização dos benefícios de anistia fiscal previstos na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010, que permite eliminação de multa e redução expressiva de outros encargos, além da possibilidade de pagamento com precatórios.

Em 2010, a Petrobras aderiu às condições da Lei e pagou o montante de R$ 449, sendo R$ 109 em precatórios.

Triunfo Agro Industrial S.A. e outras

No decorrer do ano de 2000, a Triunfo Agro Industrial e outras empresas propuseram ação contra a Petrobras, reclamando perdas e danos em decorrência do desfazimento de operação de cessão de crédito - prêmio de IPI. O julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de janeiro, em segunda instância, foi desfavorável à Petrobras, sendo negado provimento ao recurso interposto pela Companhia. Contra essa decisão, a Petrobras interpôs recursos especial e extraordinário, que foram inadmitidos, o que gerou a interposição de Agravos de Instrumento para o STJ e STF, respectivamente, que se encontram pendentes de julgamento.

Paralelamente à interposição dos referidos recursos, a Petrobras ingressou, no dia 28 de setembro de 2010, com ação rescisória junto ao Pleno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na qual obteve, por 20 votos a um, liminar que veda qualquer levantamento de valores por parte das autoras da ação.

A exposição máxima estimada é da ordem de R$ 497. A Companhia possui saldo de depósitos judiciais para esse processo no valor de R$ 341, perfazendo o montante líquido de R$ 157.

Federação dos Pescadores do Rio de janeiro - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente todos que comprovaram serem pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria a importância de R$ 1.102 . A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007, foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPERJ. Contra essa decisão foram interpostos recursos especiais pela Petrobras, os quais em julgamento realizado no dia 19 de novembro de 2009, pelo Superior Tribunal de Justiça, foram providos para anular o acórdão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça/RJ. A FEPERJ opôs Embargos de Declaração, pendente de julgamento.

Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, foi mantido o valor de R$ 50, atualizado para 31 de dezembro de 2010, por representar o montante que a Companhia entende que será fixado ao final do processo pelas instâncias superiores.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

29.2. Processos judiciais não provisionados

Descrição	Situação Atual
Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda. *Natureza: Cível* A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.	Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios. A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão, a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF. Em dezembro de 2009 foi julgado e improvido o recurso de Agravo Regimental oferecido pela Porto Seguro, que buscava obstar o processamento do recurso especial da Petrobras. Foram então, opostos Embargos de Declaração pela Porto Seguro, que restaram improvidos em julgamento havido em dezembro de 2010. Aguarda-se a publicação dessa decisão e julgamento do referido recurso especial por meio do qual a Petrobras busca reverter totalmente a condenação. Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo. Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R$ 19.032. em 31 de dezembro de 2010. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R$ 12.561, não representará um desembolso efetivo do sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R$ 952 a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R$ 3.806 a título de honorários advocatícios.
Autor: Kalium Mineração S.A. *Natureza: Cível* Ação indenizatória, por perdas e danos e lucros cessantes, devido à rescisão contratual.	Julgado procedente, em parte, em primeira instância. As duas partes interpuseram recursos que foram improvidos. A Petrobras aguarda julgamento do recurso extraordinário interposto junto ao STF e Recurso Especial no STJ em 18 de setembro de 2003, ambos admitidos. Há também recurso especial da Kalium aguardando julgamento. A exposição máxima para a Petrobras, estimada em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 196.
Autor: Destilaria J.B. Ltda. e Outras *Natureza: Cível* Cobrança de encargos sobre faturas relativas à aquisição de álcool pagas com atraso.	Há decisão condenatória transitada em julgado, em montante a ser calculado e ainda pendente de confirmação. Exposição máxima indeterminada.
Autor: IBAMA *Natureza: Cível* Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso - TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração de poço sem aprovação prévia.	Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A Companhia interpôs recurso Hierárquico ao Ministro do Meio Ambiente que aguarda julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 182.
Agência Nacional de Petróleo - ANP *Natureza: Cível* Multa por descumprimento dos programas Exploratórios mínimos - "Rodada Zero".	A execução das multas está suspensa por força de decisão judicial liminar, conforme autos da ação cautelar impetrada pela Petrobras. Por ação ordinária, a Companhia pleiteia o reconhecimento de seu crédito decorrente do art. 22, § 2º da Lei do Petróleo, requerendo a compensação do eventual débito que a Petrobras tenha com a ANP. Ambos os processos judiciais, que têm tramitação conjunta, encontram-se em fase de provas. Exposição máxima estimada: R$ 365.
Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de janeiro *Natureza: Tributária* Auto de infração referente ao imposto de renda retido na fonte sobre remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações, referente ao período de 1999 a 2002.	A Petrobras apresentou novos recursos administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 4.526.
Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária *Natureza: Tributária* Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.	Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R$ 115 estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 332 notificações, no montante de R$ 363 em 31 de dezembro de 2010. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de risco mínimo de desembolso futuro.
Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de janeiro *Natureza: Tributária* Auto de infração referente ao imposto de importação e sobre produtos industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como outros grupos eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termoelétrica Termorio S.A.	Em 15 de agosto de 2006, a Termorio protocolou, na Inspetoria da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este auto de Infração ao considerar que as classificações fiscais efetuadas estavam amparadas por laudo técnico de instituto de conhecimento notório. Em 11 de outubro de 2007, a 1ª Turma de Julgamento julgou improcedente o lançamento, vencido um Julgador que votou pela procedência parcial. A Inspetoria da Receita Federal interpôs recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes de Porto Alegre-RS, que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima atualizada: R$ 780.
Autor: Secretaria da Receita Federal *Natureza: Tributária* CIDE - Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por distribuidoras e postos de combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 1.189.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Autor: Secretaria da Receita Federal *Natureza: Tributária* IRRF - Remessas ao exterior para pagamento de importação de petróleo.	Em primeira instância foi julgado improcedente o lançamento. Houve recurso de ofício da Receita Federal ao Conselho de Contribuintes, que foi provido. A Petrobras interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 893.
Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de janeiro *Natureza: Tributária* IRPJ e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea.	Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 340.
Autor: Secretaria da Receita Federal *Natureza: Tributária* Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de nafta revendida à Braskem.	Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que foi convertido em vistorias nas dependências da Companhia. Diligência atendida. Aguardando julgamento do recurso voluntário. Exposição máxima estimada: R$ 2.196.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de janeiro *Natureza: Tributária* ICMS - Autos de infração em operações de saída de LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador.	Decisão desfavorável à Petrobras. Interposto recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, que negou provimento ao recurso. A Companhia está avaliando acerca de possível judicialização do caso. Exposição máxima estimada: R$ 2.088.
Autor: Estado de São Paulo *Natureza: Tributária* Afastamento de cobrança de ICMS em operações de importação de gás natural da Bolívia.	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. Na segunda instância, negado provimento ao recurso ordinário. A Companhia interpôs recurso especial que foi indeferido. Aguardando inscrição em dívida ativa para ajuizamento de reclamação junto ao STF, pelo estado do Mato Grosso do Sul, que se julgou prejudicado pela decisão da SF/SP. Exposição máxima estimada: R$ 1.025.
Autor: Prefeituras municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Jaguaré, Marataízes, Serra, Vila Velha e Vitória. *Natureza: Tributária* Falta de retenção e recolhimento de ISS na atividade de prestação de serviços em águas marítimas. Alguns municípios localizados no estado do Espírito Santo lavraram autos de infração contra a Petrobras, pela suposta falta de retenção do ISSQN incidente sobre serviços prestados em águas marítimas. A Petrobras reteve esse ISSQN, porém o recolheu aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores, em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03.	A Companhia apresentou impugnações/recursos no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento administrativo. Dos municípios em relação aos quais já se esgotou a discussão, na esfera administrativa, apenas o município de Itapemirim ingressou com ação de execução fiscal. Neste caso judicial, a Companhia ofertou garantia e interpôs recurso. Exposição máxima estimada: R$ 1.447
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe *Natureza: Tributária* Aproveitamento indevido de créditos de ICMS de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração. Autos de infração por entender que constituem material de uso e consumo, cujo aproveitamento do crédito somente será permitido a partir de 2011.	A Petrobras apresentou defesas judiciais no intuito de ver cancelado as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 593.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo *Natureza: Tributária* Dois autos de infração relativos a afastamento de cobrança de ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória sobre importação. Admissão temporária de sonda de perfuração em São Paulo e desembaraço no Rio de janeiro (Convênio ICMS nº 58/99).	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A decisão foi mantida pela segunda instância. Encerrada a instância administrativa, a Petrobras ajuizou ação anulatória, obtendo antecipação de tutela. Exposição máxima estimada: R$ 1.734.
Autor: Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. *Natureza: Tributária* Recolhimento de ICMS em razão da omissão de saída (estoque).	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 143.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia *Natureza: Tributária* Apropriação indevida de crédito, diferença de alíquota de ICMS de material de uso e consumo.	Na 1ª instância, julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 233.
Autor: Secretaria da Receita Federal *Natureza: Tributária* CSLL e IRPJ - Cobrança de multa por indeferimento de denúncia espontânea.	Na 1ª instância, julgado procedente o lançamento. A Receita Federal retirou o processo da sua posição de pendências. A Companhia aguarda novo posicionamento da Receita. Exposição máxima estimada: R$ 192.
Autor: Secretaria da Receita Federal *Natureza: Tributária* Recolhimento a menor do IRPJ e CSLL nos lucros auferidos no exterior no período de 2005 e 2006, através de empresas coligadas e controladas.	Na primeira instância julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 1.412.
Autor: Delegacia da Receita Federal *Natureza: Tributária* Auto de infração por não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre o incentivo financeiro aos empregados pela repactuação do plano Petros, em 2007.	Na primeira instância, julgado improcedente o lançamento. Houve recurso de ofício, por parte da Fazenda Nacional, que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 330.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil *Natureza: Tributária* Auto de infração por indedutibilidade de IRPJ - CSLL e multa sobre a repactuação do plano Petros. Obrigações financeiras assumidas no termo de compromisso financeiro, decorrentes da celebração do Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR.	Na primeira instância julgado procedente, em parte, o lançamento. A Companhia interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 3.658.

Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados. A seguir, a situação dos principais processos ambientais com probabilidade de perda possível.

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Naquela época, foram gastos em torno de R$ 74 com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há o seguinte processo com relação a esse derramamento:

Descrição	Situação Atual
Autor: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária *Natureza: Ambiental* Reclamação de indenização por danos moral e patrimonial ambiental.	Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para quantificação do valor. Exposição máxima estimada: R$ 152. O juízo determina conexão com a ação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para julgamento conjunto.
Autor: Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Estado do Paraná *Natureza: Ambiental* Reclamação de indenização por danos morais, financeiros e restauração ambiental.	Sem decisão em primeira instância. Exposição máxima estimada: R$ 5.783.

Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou, aproximadamente, 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no estado do Paraná. Naquela época, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando, aproximadamente, 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Instituto Ambiental do Paraná - IAP *Natureza: Ambiental* Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.	Recurso da Petrobras improvido na 2ª instância administrativa. Por entender que a multa administrativa está prescrita, foi ajuizada ação anulatória, em razão de ter sido recebido "Aviso de Débito em Dívida Ativa", datado de 22.10.2009. Exposição máxima atualizada: R$ 157. O juízo determinou conexão com a ação da AMAR para julgamento conjunto.

Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na bacia de Campos. Em consequência do acidente, foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Ministério Público Federal/RJ *Natureza: Cível* Indenização de dano patrimonial ambiental - P-36.	Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R$ 100.000, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento. Contra essa decisão, a Petrobras interpôs recurso de apelação cível que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R$ 296.

Processos de pequenos valores

A Companhia detém diversos processos judiciais e administrativos, com expectativas de perdas possíveis, cujo total por natureza jurídica, alcança R$ 105 de causas cíveis, R$ 935 de causas trabalhistas, R$ 1.123 de causas tributárias e R$ 171 de causas ambientais.

29.3. Contingências ativas

29.3.1 Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e suas controladas Gaspetro, Transpetro e Refap, ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado §1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando a recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2010, os valores de R$ 2.302 da Petrobras, R$ 75 da Gaspetro, R$ 29 da Transpetro e R$ 14 da Refap, relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

29.3.2 Ações judiciais no exterior

a) Nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 25 de julho de 2002, a Braspetro Oil Service Company (Brasoil) e a Petrobras venceram em primeira instância, perante a justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras *United States Fidelity & Guaranty Company* e *American Home Assurance Company*, em que tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção *performance bond* das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da *performance Bond*.

Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido à Brasoil e à Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento referentes à *performance bond*, totalizando, aproximadamente, US$ 370 milhões.

Contra essa decisão as seguradoras ofereceram recurso de apelação perante a Corte de Apelação do Segundo Circuito. No dia 20 de maio de 2004, foi proferida decisão do Tribunal que confirmou, em parte, a sentença quanto à responsabilidade das seguradoras ao pagamento dos *performance bonds*. Contudo, afastou a obrigação das seguradoras quanto ao pagamento de multa, honorários advocatícios e custas, reduzindo, assim, o valor da indenização para US$ 245 milhões. Dessas decisões as seguradoras recorreram ao Tribunal Pleno, que não foi provido, restando definitiva a condenação supra.

As partes (seguradoras e Brasoil), em abril de 2005, iniciaram tratativas visando à efetiva quitação do crédito da Brasoil, ensejando a assinatura de um memorando de entendimento, cuja operacionalização, todavia, acarretou novas dúvidas e questões a serem sanadas em juízo. Em 21 de julho de 2006, a justiça americana proferiu decisão executiva, definindo os pontos de divergência, como os juros incidentes, tendo, contudo, condicionado o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

b) Em Londres - P-36

Através de decisão proferida em 02 de fevereiro de 2004, a Petromec Inc ("Petromec") e a Marítima Petróleo e Engenharia Ltda. ("Marítima") foram condenadas a reembolsar à Brasoil o montante de US$ 58 milhões mais juros, pelo empréstimo feito por esta à Petromec por força do *Deed of Payment and Indemnity*, datado de 21 de maio de 1999 e garantido pela Marítima de acordo com o *Keepwell Agreement* datado de 21 de maio de 1999. O pagamento de tais quantias se encontra sobrestado até que as questões pendentes sejam decididas.

Na fase atual do litígio, a Petromec está reivindicando o seu pedido de custos adicionais pelo *upgrade* com base no *Supervision Agreement*, datado de 20 de junho de 1997.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Um julgamento preliminar relativo ao método pelo qual o eventual direito da Petromec ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2007. Em 6 de junho de 2007, a Corte proferiu decisão, julgando em favor da metodologia defendida pela Petrobras e Brasoil. A Petromec apelou de tal decisão e a Corte de Apelação apreciou tal recurso em 27 de novembro de 2007. Em 21 de dezembro de 2007, a Corte de Apelação rejeitou substancialmente a apelação da Petromec.

A Petromec protocolou seu *Particulars of Claim* em 29 de setembro de 2008 onde pleiteia o montante de US$ 154 milhões, mais juros. A Brasoil e a Petrobras apresentaram a defesa em 29 de janeiro de 2010.

O julgamento preliminar do pleito da Petromec está previsto para começar no dia 9 de maio de 2011. O resultado final da ação permanece incerto.

P-38 e P-40

Após o julgamento das ações judiciais relativas à P-38 e P-40, o qual ocorreu em Londres, durante os meses de abril e maio de 2007, a Corte inglesa proferiu decisão no dia 12 de junho de 2007 em favor da Brasoil nos seguintes termos:

1) No que diz respeito à ação da P-38, condenação ao pagamento da importância de US$ 83 milhões relativa ao principal, mais juros no importe de US$ 31 milhões e custas a serem apuradas; e

2) No que diz respeito à ação da P-40, condenação ao pagamento da importância de US$ 171 milhões relativa ao principal, mais juros no montante de US$ 66 milhões e custas a serem apuradas.

Total concedido, excluindo custas, em favor da Brasoil monta em aproximadamente 98,5% (no caso da P-38) e 96,4% (no caso da P-40) da integralidade das importâncias pleiteadas pela Brasoil no julgamento.

Adicionalmente à concessão das custas em favor da Brasoil, prevista na decisão de 12 de junho de 2007, conforme mencionado acima, uma nova decisão pleiteada com relação a tais custas. Tal decisão foi concedida no montante de £ 5 milhões. Em audiência subsequente, foi concedida uma decisão adicional no montante de £ 1 milhão.

c) Outras ações de ressarcimento

Na construção/conversão de navios em unidades produtoras e de escoamento de produção do tipo FPSO e FSO, a Brasoil aportou recursos financeiros no montante de US$ 642 milhões, equivalentes a R$ 1.069, em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.103 em 31 de dezembro de 2009) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e consequentemente, prejuízos à Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento junto aos construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, conservadoramente, está provisionada como crédito de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US$ 570 milhões, equivalentes a R$ 949, em 31 de dezembro de 2010 (R$ 977 em 31 de dezembro de 2009).

30. Compromissos assumidos pelo segmento de energia

Compromissos de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, tendo por objeto a compra de um total de 201,9 bilhões de m³ de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

No período entre 2002 e 2005, a Petrobras comprou um volume menor do que o mínimo estabelecido no contrato com a YPFB e pagou US$ 81 milhões (equivalentes a R$ 136 em 31 de dezembro de 2010) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Os compromissos de compra de gás, até o final do contrato, representam volumes de 24 milhões de metros cúbicos por dia.

Petrobras e a YPFB assinaram, no 4º trimestre de 2009, aditivo contratual que regula o pagamento de valores adicionais à YPFB referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural importado pela Petrobras da YPFB por meio do Gas Supply Agreement - GSA. O aditivo estabelece valores adicionais entre US$ 100 milhões e US$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007. Com relação ao ano de 2007, a obrigação de pagamento adicional da Petrobras foi provisionada em 2009 e liquidada em fevereiro de 2010. O pagamento dos valores referentes aos anos posteriores somente serão devidos após cumprimento de condição precedente estabelecida no aditivo, que demandará negociações adicionais com a YPFB.

31. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R$ 5.347 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R$ 4.747 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante R$ 2.920 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R$ 1.827 referem-se a garantias bancárias.

32. Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial hedge e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

32.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Em março de 2010, em atendimento ao novo modelo de governança corporativa desenvolvido pela Companhia, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê de Integração Financeira, em substituição ao Comitê de Gestão de Riscos. O Comitê é patrocinado pela Diretoria Financeira e composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios. Dentre as responsabilidades do Comitê de Integração Financeira está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Petrobras, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

A política de gestão de riscos do Sistema Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais - das operações ou das unidades de negócio - mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/ financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos derivativos.

Além de assegurar proteção adequada aos seus ativos fixos, instalações, operações e administradores e orientar as avaliações de exposição aos riscos financeiro, tributário, regulatório, de mercado, das operações de crédito, dentre outros, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras busca explicitar seu caráter de complementaridade às ações estruturais que criarão fundamentos econômico-financeiros sólidos, capazes de garantir que as oportunidades de crescimento serão aproveitadas, mesmo em meio a condições externas adversas.

32.2. Risco de variação dos preços de petróleo e derivados

a) Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas (compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras).

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Integração Financeira. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial *hedge* deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações realizadas no mercado internacional de cargas físicas, ou seja: são operações de proteção patrimonial *hedge* nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

As principais operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, *swaps* e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX - *New York Mercantile Exchange* e ICE - *Intercontinental Exchange*, bem como no mercado de balcão internacional.

As operações de proteção patrimonial *hedge* liquidadas, durante o período de janeiro a dezembro de 2010 correspondiam a aproximadamente 97,88% do volume comercializado de importação e exportação a partir do Brasil mais o volume total das cargas comercializadas no exterior.

As principais contrapartes de operações de derivativos de petróleo e derivados são a Bolsa Mercantil de Nova York (NYMEX), Intercontinental Exchange, Morgan Stanley, BNP Paribas, BP North America Chicago e Shell (Stasco).

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco *Value at Risk - VAR* e *Stop Loss*. São definidos limites corporativos para os parâmetros VAR e *Stop Loss*.

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial *hedge* associadas à sua proteção por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2010, uma perda máxima estimada para um dia (*VAR - Value at Risk*), calculada a um nível de confiança de 95%, de aproximadamente US$ 18 milhões.

d) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

Derivativos de petróleo e derivados

	Consolidado				
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado		Vencimento
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
Contratos Futuros	**(8.570)**	**(8.510)**	**(42)**	**(38)**	2010 / 2011
Compromissos de compra	19.921	25.882			
Compromissos de venda	(28.491)	(34.392)			
Contratos de Opções	**(1.679)**	**(1.150)**	**(3)**	**(2)**	2010 / 2011
Compra	**1.446**	**(550)**	**1**	**(2)**	
Posição Titular	1.646				
Posição Lançadora	(200)	(550)			
Venda	**(3.125)**	**(600)**	**(4)**	**-**	
Posição Titular	2.070	250			
Posição Lançadora	(5.195)	(850)			
Contratos a termo	**354**	**(1.075)**	**(1)**	**(7)**	2010 / 2011
Posição Comprada	979	987			
Posição Vendida	(625)	(2.062)			
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			**(46)**	**(47)**	

	Controladora				
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado		Vencimento
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
Contratos Futuros	**84**	**162**	**-**	**(2)**	2010 / 2011
Compromissos de compra	1.464	10.683			
Compromissos de venda	(1.380)	(10.521)			
Contratos de Opções		**(1.150)**		**(2)**	2010 / 2011
Compra		(550)		(2)	
Posição Titular	200				
Posição Lançadora	(200)	(550)			
Venda		(600)		-	
Posição Titular	1.940	250			
Posição Lançadora	(1.940)	(850)			
Contratos a termo		**101**		**-**	2010
Posição Comprada		276			
Posição Vendida		(175)			
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			**-**	**(4)**	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

** As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

e) Ganhos e perdas no exercício

	Consolidado		Controladora	
Derivativos de petróleo e derivados	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Ganho (perda) registrado no resultado	(4)	(299)	24	172

f) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos.

A tabela a seguir representa o saldo das margens dadas para a cobertura das operações de *commodities* transacionadas nas bolsas de valores e no mercado de balcão da Controladora e do Consolidado.

Consolidado		Controladora	
31.12.2010	**31.12.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2009**
367	243	170	120

g) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de petróleo e derivados. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro 2010, os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Mercado de petróleo e derivados	Risco	Cenário Provável em 31.12.2010	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Brent	Alta do Petróleo Brent	(5)	(64)	(128)
Gasolina	Alta da Gasolina	(5)	(53)	(107)
Óleo Combustível	Alta do Óleo Combustível	11	(59)	(118)
WTI	Baixa do WTI	(17)	(424)	(879)
Diesel	Alta do Diesel	(2)	(195)	(390)
Butano	Baixa do Butano	1	(22)	(44)

h) Derivativos embutidos

Os procedimentos para identificação de instrumentos derivativos em contratos visam o reconhecimento tempestivo, controle e adequado tratamento contábil a ser empregado, sendo aplicáveis às unidades da Petrobras e às suas subsidiárias e controladas.

Os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são comunicados, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

Os derivativos embutidos identificados no exercício foram:

Venda de petróleo importado

Contratos de venda de petróleo importado celebrados entre a Petrobras Singapore Private Limited (PSPL), controlada da Petrobras International Finance Company (PIFCo), e a Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., controlada em conjunto pela Petrobras, consolidada na proporção da participação do capital social (33,20%).

A operação consiste em venda de petróleo, cujas principais características residem no fato de que os preços a serem pagos em data futura são definidos (fixados) no momento das assinaturas dos contratos, em contraste com outras operações de mesma natureza em que os preços de liquidação são observados nas datas de entrega dos produtos, o que caracteriza de forma inconteste a existência de posição vendida de um contrato a termo de petróleo.

Contrato a Termo	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*	Valor Justo	VAR	Vencimento
Posição vendida	400	3	1	2011

O derivativo embutido identificado foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 1 na hierarquia da mensuração do valor justo.

Venda de etanol

Contrato de venda de etanol hidratado realizado entre a Petrobras International Finance (PIFCo), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e a Toyota Tsusho Corporation.

O contrato consiste em venda de etanol hidratado por uma fórmula de preço definida no momento da assinatura do contrato. A definição de preço de cada carregamento de etanol hidratado entregue neste contrato envolve duas cotações de referência distintas: etanol e nafta.

O contrato estabelece início de entrega de carregamentos de álcool em 2012, pelo prazo de 10 anos. Entretanto, como existe cláusula contratual que permite renegociação de preços e distrato por qualquer uma das partes depois de cinco anos, se novo acordo não for alcançado, consideramos o prazo de apenas cinco anos como compromisso contratual firme para efeito de cálculo de valor de instrumento financeiro derivativo embutido.

A quantidade contratual básica definida é de 143.000 m³ por ano.

A fórmula de preço em questão utiliza como uma de suas referências a cotação de uma commodity que não mantém estrita relação de custo ou valor de mercado com o bem transacionado no contrato, segundo os critérios do pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Assim sendo, conforme orientações dessa norma, a parcela referente ao derivativo embutido deve ser isolada do contrato original e registrada nas demonstrações financeiras seguindo as mesmas regras aplicáveis aos demais instrumentos financeiros derivativos.

O quadro abaixo representa o valor justo e o *value at risk* (VAR) do derivativo embutido para 31 de dezembro de 2010:

Contrato a Termo	Valor de Referência (Nocional) em mil m³	Valor Justo	VAR	Vencimento
Posição comprada	715	53	1	2016

O derivativo foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 3 na hierarquia da mensuração do valor justo.

A Companhia determinou o valor justo deste contrato baseado em práticas utilizadas no mercado, em que se apura a diferença entre os *spreads* de nafta e etanol. O preço de venda do etanol no contrato é referente ao mercado brasileiro (ESALQ). Os parâmetros utilizados no cálculo tiveram seus valores obtidos das cotações de mercado do preço do etanol e da nafta no mercado futuro da CBOT (Chicago Board of Trade) no último dia útil do período das demonstrações financeiras.

Os ganhos apurados estão apresentados na demonstração do resultado como receita financeira.

32.3. Risco cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade da taxa de câmbio.

As oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais da Petrobras, já que a maioria das receitas da Companhia está em reais enquanto grande parte dos passivos está em moeda estrangeira.

a) Gerenciamento de riscos cambiais

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (*hedges* naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Petrobras International Finance Company (PIFCo)

Em setembro de 2006, a Companhia, por meio de sua subsidiária PIFCo, contratou uma operação de proteção patrimonial *hedge* denominada *cross currency swap* para cobertura dos *Bonds* emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da Companhia nesta operação. No *cross currency swap* ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. Para essa relação entre o derivativo e o empréstimo, a Companhia adotou a metodologia de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

Petrobras Distribuidora

A Petrobras Distribuidora se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 100 % das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de 3 meses em média e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US$ 342 milhões.

Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTE Norte Fluminense)

A Companhia, visando assegurar que a oscilação significativa na cotação do dólar não afete seu resultado e fluxo de caixa, efetuou uma operação de *hedge*, no valor nominal de US$ 22 milhões, representando 50% do endividamento total em moeda estrangeira.

Importante ressaltar que a UTE Norte Fluminense é administrada de forma compartilhada, consolidada pela Petrobras na proporção da participação do capital social (10%).

Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

A Refinaria detém posições em aberto de instrumentos NDF (Contrato a termo de moeda sem entrega física) para a aquisição de petróleo importado no valor nocional de US$ 31 milhões.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu um empréstimo em dólares. Com o objetivo de evitar descasamento entre seus fluxos ativos e passivos, já que seus recebíveis estão concentrados em reais, a Refinaria efetuou uma operação de *hedge*, no valor nominal de R$ 3.

Importante ressaltar que a Refinaria de Petróleo Riograndense é administrada de forma compartilhada, consolidada pela Petrobras na proporção da participação do capital social (33,20%).

c) Resultados obtidos em relação aos objetivos propostos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Petrobras International Finance Company (PIFCo)

A operação de proteção patrimonial *hedge* denominada *cross currency swap* segue a Deliberação CVM 604/09 que referendou os pronunciamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Companhia resolveu qualificar suas operações de *swap* cruzado de moedas de *hedging* de fluxo de caixa. Na contratação do *hedging* e durante a sua vigência, espera-se que o *hedging* de fluxo de caixa seja altamente eficaz na compensação dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco do *hedging*, durante a vigência do mesmo. As alterações no valor justo, na medida da eficácia da operação de *hedging*, testados trimestralmente, são lançadas em outros lucros abrangentes acumulados, até que o fluxo de caixa do item passível de *hedge* seja realizado.

Petrobras Distribuidora

A Petrobras Distribuidora se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. O *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo dos produtos exportados, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. A política da Companhia é de executar *hedge* até o máximo de 100% do volume exportado.

O volume de *hedge* contratado para o faturamento internacional entre janeiro e dezembro de 2010 representou 52,74% de todo o volume exportado pela Petrobras Distribuidora no período. As liquidações de todas as operações vencidas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010 geraram um resultado positivo para a Companhia de R$ 10.

A Ipiranga Asfaltos S.A. (subsidiária da BR Distribuidora) contratou NDFs na posição vendida em dólares para garantir receitas em reais de clientes estrangeiros com cartas de crédito. Entre janeiro e dezembro de 2010 foram contratados operações no total de US$ 2,54 milhões. No mesmo período, as liquidações ocorridas geraram um resultado positivo de R$ 527 mil.

d) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes. As transações de derivativos consideraram os limites aprovados e saldo de crédito de cada instituição de acordo com as orientações normativas e procedimentos estabelecidos pela Companhia.

Derivativos de Moeda Estrangeira

	Consolidado					
	Valor de Referência (Nocional) em $ milhões		Valor justo R$ **		Vencimento	Valor em Risco R$ *
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009		
Contratos a termo de dólar						
Posição Comprada	**USD 53**	**USD 22**	**(2)**		2011	-
	USD 53	USD 22	(2)			
Posição Vendida	**USD 61**	**USD 76**	**4**	**2**	2011	1
	USD 61	USD 76	4	2		
Cross Currency Swap			192	113	2016	9
Posição ativa						
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15% a.a.	JPY 35.000	JPY 35.000	783	711		
Posição passiva						
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% a.a.	USD 298	USD 298	(591)	(598)		
			194	115		

* Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo. Principais contrapartes da operação: Citibank, HSBC e Bradesco.

*** As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

e) Ganhos e perdas no exercício

	Consolidado		Controladora	
Derivativos de moeda estrangeira	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Ganho (perda) registrado no resultado	7	(74)		
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	(10)	27		

f) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

g) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira, empréstimos, aplicações financeiras em moeda estrangeira e derivativos incluídos nos fundos exclusivos de investimento da Petrobras. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2010, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

		Consolidado		
Derivativos de Moeda Estrangeira	**Risco**	**Cenário Provável em 31.12.2010**	**Cenário Possível (Δ de 25%)**	**Cenário Remoto (Δ de 50%)**
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	(2)	(2)	(3.453)
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	4	(22)	(47)
Cross Currency Swap	Desvalorização do Iene frente ao Dólar	192	36	(69)

		Consolidado		
Dívida de Moeda Estrangeira *	**Risco**	**Cenário Provável em 31.12.2010**	**Cenário Possível (Δ de 25%)**	**Cenário Remoto (Δ de 50%)**
Real [1]	Valorização do Dólar frente ao Real	23.906	5.976	11.953
Dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	46.870	11.718	23.435
Euro	Valorização do Euro frente ao Real	214	53	107
Yen	Valorização do Yen frente ao Real	2.734	684	1.367
		73.724	18.431	36.862

[1] Financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

		Consolidado		
Aplicação Financeira*	**Risco**	**Cenário Provável em 31.12.2010**	**Cenário Possível (Δ de 25%)**	**Cenário Remoto (Δ de 50%)**
em moeda estrangeira	Valorização do Real frente ao Dólar	13.343	(3.336)	(6.671)

(*) A análise de sensibilidade isolada dos instrumentos financeiros não representa a exposição líquida da Companhia ao risco cambial. Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto econômico de possíveis variações cambiais não é considerado significativo.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

32.4. Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Se as taxas de juros do mercado (principalmente LIBOR) subirem, as despesas financeiras da Companhia aumentarão, o que poderá causar um impacto negativo nos resultados operacionais e posição financeira. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da *libor*, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Gerenciamento de riscos de taxa de juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, a companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do Sistema Petrobras.

a) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Petrobras & Mitsui Drilling International B.V.(P&M)

A Petrobras & Mitsui (P&M), sociedade de propósito específico, controlada pela Petrobras, contratou uma operação denominada swap de taxa de juros, no valor nominal de US$ 486,668 milhões. A operação foi usada para transformar uma obrigação (financiamento) atrelada a uma taxa flutuante, em taxa fixa, com o objetivo de eliminar o descasamento entre os fluxos de caixa ativos e passivos da P&M. A companhia não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento. A P&M adotou a metodologia de contabilização de operações de hedge (hedge accounting) para a relação entre o financiamento e o derivativo.

O quadro abaixo representa os valores nocional e justo da operação para 31 de dezembro de 2010:

Contrato a Termo	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo	Vencimento
Posição comprada	811	14	2020

32.5. Risco de crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

A gestão do risco de crédito na Petrobras faz parte do gerenciamento dos riscos financeiros, que é realizado pelos diretores da Companhia, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. As Comissões de Crédito, que foram instituídas a partir de decisão da Diretoria Executiva são compostas, cada uma, por três membros, sendo presidida pelo Gerente Executivo do Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos e os demais membros são o Gerente Executivo de Finanças e o Gerente Executivo da área comercial de contato com o cliente ou com a Instituição financeira.

As Comissões de Crédito têm por finalidade analisar as questões vinculadas à gestão do crédito, tanto no que diz respeito à sua concessão, quanto à sua administração; promover a integração entre as unidades que as compõem; identificar as recomendações a serem aplicadas nas unidades envolvidas ou submetidas à apreciação das instâncias superiores.

A política de gestão de risco de crédito faz parte da política global de gestão de riscos do Sistema Petrobras e visa conciliar a necessidade de minimizar a exposição ao risco de crédito e de maximizar o resultado das vendas e operações financeiras, mediante processo de análise, concessão e gerenciamento dos créditos de forma eficiente.

A Petrobras somente concede crédito a partir do interesse comercial e unicamente para a aquisição de seus produtos.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito

A Petrobras utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia, que supera US$ 37 bilhões, é bastante diversificada, estando os créditos concedidos divididos entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior.

Entre os principais clientes encontram-se as grandes empresas do mercado de petróleo, consideradas *majors* e as subsidiárias do Sistema Petrobras, beneficiárias de cerca de 28% e 44% do crédito total concedido, respectivamente.

As instituições financeiras são beneficiárias de aproximadamente US$ 37 bilhões, distribuídos entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

As vendas a prazo para clientes considerados de alto risco só são efetuadas através do recebimento de garantias. Para tanto, a Companhia aceita cartas de crédito emitidas no exterior, fianças bancárias emitidas no Brasil, hipotecas e cauções.

Para clientes considerados de médio risco, também são aceitas fianças e avais dos sócios das empresas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

Somente são aceitas garantias emitidas por instituições financeiras que disponham de crédito disponível, estabelecido conforme os parâmetros adotados pela Companhia.

A tabela abaixo representa a exposição máxima ao risco de crédito para 31 de dezembro de 2010.

Garantias	3.469
Derivativos	9
Aplicações Financeiras	11.741

32.6. Risco de liquidez

A Petrobras utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazos, financiamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia prevê a continuidade do alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

A Petrobras financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

A tabela a seguir representa os vencimentos dos financiamentos a curto, médio e longo prazos para 31 de dezembro de 2010.

	31/12/2010	
Vencimento	Consolidado	Controladora
2011	21.969	4.251
2012	14.397	5.014
2013	11.667	3.290
2014	12.021	4.524
2015	15.626	5.015
2016	24.805	14.817
2017 em diante	74.645	22.164
	175.129	59.076

Regulação do Governo

Adicionalmente, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão controla o valor total das dívidas que a Petrobras e suas subsidiárias podem incorrer, no decurso do processo de aprovação do orçamento anual. A Companhia e suas subsidiárias devem também, antes da assunção de dívidas de médio e longo prazos, obter a aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Os empréstimos que excederem os valores orçados para cada exercício precisarão ser aprovados pelo Senado Federal.

32.7. Aplicações financeiras (operações com derivativos)

A Petrobras detém aplicações financeiras, representadas por quotas de fundos exclusivos, com parte de seus recursos aplicados em operações com derivativos (contratos futuros de dólar norte-americano e de Depósito Interbancário) com garantia da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

A tabela a seguir representa os valores de mercado das operações com derivativos contidas nos fundos de investimento exclusivos em 31 de dezembro de 2010.

Contrato	Quantidade	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo (*)	Vencimento
DI Futuro	**(75.668)**	**(6.694)**	**(5)**	2011 à 2013
Posição comprada	59.867	5.562	1	
Posição vendida	(135.535)	(12.256)	(6)	
Dólar Futuro	**1.050**	**87**	**-**	2010/2011
Posição comprada	1.773	148	(1)	
Posição vendida	(723)	(61)	1	
Futuros (Treasure Notes)	**(10)**	**10**	**-**	2011
Posição Comprada	72	24	2	
Posição vendida	(82)	(14)	(2)	
Eurodollar				
Posição comprada	25	10	-	2012
Swap			-	2011
Posição ativa		5	-	
Posição passiva		(5)	-	

(*) As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

33. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2010, era, respectivamente, R$ 37.365 e R$ 105.842 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R$ 36.430 e R$ 102.051.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrado a valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada a seguir:

	Valor justo medido com base em			31.12.2010
	Preços cotados em mercado ativo (Nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível II)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível III)	Valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários..	30.954			30.954
Derivativos de Moeda Estrangeira		196		196
Derivativos de *commodities*...	23	2	53	78
Derivativos de juros	7			7
Outros investimentos				
Total dos ativos	30.984	198	53	31.235
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira		(2)		(2)
Derivativos de *commodities*...	(65)	(3)		(68)
Total dos passivos	(65)	(5)		(70)

34. Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US$ 50 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim demonstradas:

		Importância segurada	
Ativo	Tipos de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos operacionais	116.682	103.215
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	2.524	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas...	Riscos de petróleo	40.446	20.512
Total.....		159.652	123.727

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US$ 50 milhões.

35. Segurança, meio ambiente , eficiência energética e saúde

Em 2010, os principais indicadores de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras mantiveram-se compatíveis com os das melhores empresas mundiais do setor, não tendo registro de ocorrência significativa de impacto ao meio ambiente. Adicionalmente, a Companhia aprovou metas e indicadores corporativos relacionados à intensidade de emissões e de energia, participou de fóruns relacionados à questão da mudança climática e contribuiu para o controle do desastre ocorrido no Golfo do México, nos Estados Unidos da América.

Esse desempenho contribuiu para que a Petrobras se mantivesse, pelo quinto ano consecutivo, no seleto grupo de empresas que compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, além de ser uma das vencedoras do prêmio internacional Carbon Leadership Awards, realizado pela revista The New Economy, na categoria Melhor Relatório de Emissões.

A Petrobras investe continuamente em treinamento, capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias visando à prevenção de acidentes e à segurança e saúde dos trabalhadores, além de manter no país dez Centros de Defesa Ambiental, de prontidão 24 horas por dia para poder responder com rapidez e eficácia a qualquer acidente com derramamento de óleo, inclusive no Pré-Sal.

Os gastos totais da Companhia em 2010, considerando investimentos e operações, atingiram o montante de R$ 4.561, sendo R$ 1.696 em segurança, R$ 1.947 em meio ambiente, R$ 345 em saúde e R$ 573 em gastos do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional – PEGASO, não estando computados os gastos com Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS e com apoio a programas e projetos ambientais externos.

Adicionalmente, foram investidos cerca de R$ 112 em atividades ligadas a eficiência energética.

36. Eventos subsequentes

Captações da PifCo

Em 27 de janeiro de 2011, a Petrobras International Finance Company – PifCo, concluiu a emissão de US$ 6 bilhões em títulos do tipo ***Global Notes*** no mercado internacional de capitais, com vencimentos em 27 de janeiro de 2016, 2021 e 2041, taxas de juros de 3,875%, 5,375% e 6,750% a.a., respectivamente, e pagamento semestral de juros a partir de 27 de julho de 2011. Os recursos captados serão utilizados para fins corporativos e para o financiamento dos investimentos previstos no Plano de Negócios 2010-2014, sendo mantidos uma estrutura adequada de capital e o grau de alavancagem financeira em linha com as metas da Companhia.

Esse financiamento teve custos de emissão de aproximadamente US$ 18 milhões, deságio de US$ 21 milhões e taxa de juros efetiva de 4,01%, 5,44% e 6,84% a.a., respectivamente. Os *Global Notes* constituem-se em obrigações não garantidas *unsecured* e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

Opção de compra da Companhia Mexilhão do Brasil - projeto Mexilhão

Em 12 de janeiro de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações da SPE Companhia Mexilhão do Brasil e passou a garantir o financiamento contratado pela SPE com o BNDES.

Incorporação da Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e da Comperj PET S.A. na Petrobras.

Em 31 de janeiro de 2011, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação da Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e da Comperj PET S.A. ao seu patrimônio, sem aumento do capital social. Com a incorporação dessas empresas, a estrutura societária do Comperj será simplificada, minimizando custos e favorecendo a realocação de investimentos.

Participação especial dos campos de Albacora, Carapeba, Cherne, Espadarte, Marimbá, Marlim, Marlim Sul, Namorado, Pampo e Roncador - Bacia de Campos

A Participação Especial foi estabelecida pela Lei do Petróleo 9.478/97, e é recolhida como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes. A metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da Participação Especial devida para os campos citados baseia-se em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, da Agência Nacional de Petróleo - ANP.

Em 7 de fevereiro de 2011, a Petrobras foi notificada pela ANP, que instaurou processo administrativo e estabeleceu o pagamento de novas verbas consideradas devidas para o período entre o 1º trimestre de 2005 e o 1º trimestre de 2010, referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor pela concessionária, totalizando R$ 365 (valor do principal, sem multa e juros).

A Petrobras, em 22 de fevereiro de 2011, apresentou defesa ao processo administrativo, requerendo que seja julgada improcedente a autuação, uma vez que os fatos sobre os quais se baseia a ANP para concluir pela irregularidade do recolhimento da Participação Especial não correspondem à realidade.

Caso a decisão administrativa da ANP seja mantida, a Petrobras avaliará a possibilidade de ação judicial para suspender e anular a cobrança das diferenças da Participação Especial.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA
Presidente

FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Conselheiro

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Diretora de Gás e Energia

JORGE LUIZ ZELADA
Diretor Internacional

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA
Diretor de Exploração e Produção

RENATO DE SOUZA DUQUE
Diretor de Serviços

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
Contador - CRC-RJ 35.286/O-1

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01
Companhia Aberta

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

7. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado, da Segmentação de negócios e do Balanço social

9. Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), da segmentação de negócios e as informações contábeis contidas no Balanço social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052428/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Petrobras: I- o Relatório Anual da Administração - Exercício de 2010; II- o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e III- o Orçamento de Capital para o exercício de 2011.

2. Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas: a) a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO: 1ª) Aprovar o Relatório Anual da Administração - Exercício 2010; 2ª) Aprovar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis da Petrobras (Controladora e Consolidadas) - Exercício 2010; 3ª) Aprovar a retenção de lucro remanescente do exercício de 2010 no montante de R$ 19.043 milhões, em reserva de Retenção de Lucros, no patrimônio líquido, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos, estabelecido no Orçamento de Capital de 2011; 4ª) Aprovar o Orçamento de Capital - Exercício 2011, no montante de R$ 69.800.420 mil (Recursos Próprios: R$ 57.374.678 mil; e Recursos de Terceiros: R$ 12.425.742 mil); 5ª) Aprovar a destinação do resultado que considera a distribuição do dividendo do exercício de 2010 no montante de R$ 11.728 milhões (R$ 1,03 por ação ordinária e preferencial), equivalente a 35,5% do lucro básico, e inclui a parcela de R$ 10.163 milhões de juros sobre o capital próprio (equivalente a R$ 0,91 por ação); e 6ª) Conforme previsto no artigo 41 do Estatuto Social da Petrobras, aprovar a parcela que cabe aos administradores da Companhia relativamente à participação nos lucros ou resultados (PLR) do exercício de 2010; e b) a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária - AGE: Aprovar a incorporação ao capital de parte da reserva de incentivos fiscais referente ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da SUDAM e SUDENE, no montante de R$ 23 milhões, sem a emissão de novas ações, e a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia.

3. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Petrobras, e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, de 25/02/2011, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Petrobras.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

Marcus Pereira Aucélio
Presidente

César Acosta Rech
Conselheiro

Maria Lúcia de Oliveira Falcón
Conselheira

Nelson Rocha Augusto
Conselheiro

Túlio Luiz Zamin
Conselheiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 dos mesmos mês e ano, resolve:

Art. 1º - Instituir o Colegiado Executivo Estadual do PRONERA do Estado de Minas Gerais vinculado ao Núcleo de Educação do Campo e Cidadania e a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos;

Art. 2º - O Colegiado Executivo Estadual do PRONERA será composto pelos seguintes membros:

a) Representantes do Núcleo de Educação e Cidadania da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos/NECC - INCRA;

b) Representante do Núcleo de ATES - INCRA;

c) Representantes de Instituições de Ensino Públicas e Particulares Sem Fins Lucrativos parceiras do Programa;

d) Representantes dos Movimentos Sociais e Sindicais de Trabalhadores (as) Rurais parceiros;

e) Representantes do governo do Estado e de governos municipais

Art. 3º - O Colegiado Executivo Estadual será coordenado por servidor da equipe do PRONERA indicado pela Superintendência Regional do INCRA;

Art. 4º - O Colegiado Executivo Estadual será de caráter consultivo, sem vínculo institucional e remuneratório;

Art. 5º - O Colegiado Executivo Estadual terá como atribuições:

a) divulga, coordena, articula, implementa, acompanha e avalia o programa no âmbito da regional;

b) mobiliza, dinamiza e orienta as atividades de alfabetização, escolarização em nível fundamental e médio, formação técnico-profissional de nível médio e de

nível superior junto às instituições de ensino públicas e/ou particulares sem fins lucrativos;

c) promove parcerias entre governo do estado, municípios, representantes dos assentados da reforma agrária e instituições de ensino públicas e/ou particulares sem fins lucrativos;

d) avalia as atividades pedagógicas desenvolvidas no Estado de Minas Gerais;

Art. 6º - Cada entidade ou órgão participante do Colegiado Executivo Estadual do PRONERA poderá indicar 01 membro efetivo e 01 suplente para participar das reuniões de discussões promovidas pelo INCRA;

Art. 7º - O INCRA poderá, eventualmente, indicar outros representantes ou entidades, para responder a demandas específicas que forem apresentadas pelo Colegiado Executivo Estadual;

Art. 8º - O NECC ficará responsável por convocar, operacionalizar e realizar às reuniões do Colegiado Executivo Estadual;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 de abril de 2009 e, Portaria/INCRA/P/Nº317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 de maio de 2009;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar a destinação ao imóvel denominado FAZENDA TUPI, com área de 3.160,0473 ha (Três mil cento e sessenta hectares, quatro ares e setenta e três centiares) localizada no Município de Paracatu no Estado de Minas Gerais, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 17 de fevereiro de 2009 , cuja imissão de posse deu-se em 11/05/2010;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam análise nos Processos INCRA/SR-06/Nº54170.000532/2008-80, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos que regulamentam a matéria; e

CONSIDERANDO já haver Autorização Ambiental de Funcionamento concedida pelo órgão competente, para o imóvel rural denominado FAZENDA TUPI, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado FAZENDA TUPI, com área de 3.160,0473 ha (Três mil cento e sessenta hectares, quatro ares e setenta e três centiares), localizada nos Município de Paracatu no Estado de Minas Gerais, que prevê a criação de 85 (oitenta e cinco) unidades agrícolas familiares; e

II - Criar o Projeto de Assentamento PA BATALHA, Código MG0454000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2010
e Relatório dos Auditores Independentes
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores do
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) - Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e os respectivos balanço financeiro e a demonstração das variações patrimoniais e do resultado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades do setor público e consoante a Lei 4.320/64 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o Fundo possui investimento em uma companhia com ações não cotadas em Bolsas de Valores no montante de R$70.230 mil, (R$70.230 mil em 2009). Em 22 de janeiro de 2007, foi encerrado o processo de liquidação e a extinção desta companhia, sendo assegurado aos acionistas minoritários o direito ao recebimento do valor de suas participações acionárias, calculado com base no valor do patrimônio líquido registrado no balanço patrimonial na mesma data, atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês anterior à data do pagamento. Em função da indisponibilidade do balanço patrimonial de encerramento desta companhia até a conclusão de nossos trabalhos, não nos foi possível mensurar o montante que o Fundo receberá relativo ao seu investimento nesta companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o Fundo possui investimento em empresas não cotadas em Bolsas de Valores, no montante de R$59.178mil (R$36.390 mil em 2009), que não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Consequentemente não estamos em condições de concluir com relação à realização desses ativos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o Fundo encontra-se envolvido em processo judicial tendo registrado provisão para contingência na rubrica Obrigações legais e tributárias o montante de R$7.652.976 mil (R$5.531.799 mil em 2009). Até o final de nossos trabalhos não recebemos posição da Advocacia Geral da União acerca da probabilidade de perda e o montante envolvido nesse processo. Consequentemente, não podemos concluir sobre a adequação desta provisão.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades do setor público e consoante à Lei 4.320/64.

Outros Assuntos

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi extinto pela Medida Provisória nº 517/10, em vigor a partir de 31 de dezembro de 2010, cabendo à União sucedê-lo em seus direitos, obrigações e ações judiciais em que o Fundo seja autor, réu, assistente, opoente ou terceiro interessado.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

MARCELO CAVALCANTI ALMEIDA
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2010	2009
ATIVO			
Ativo financeiro		7.355.636	6.527.000
Disponível			
Disponível em moeda nacional		7.354.195	6.525.559
Créditos em circulação			
Créditos a receber		697	697
Limite de saque com vinculação de pagamento		744	744
Ativo não financeiro		1.489.916	1.436.060
Realizável a longo prazo		76.825	623.908
Créditos realizáveis a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos		-	551.895
Créditos a receber		76.825	72.013
Permanente		1.413.091	812.152

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Investimentos			
Participação societária	6	1.413.091	892.300
Provisão para perdas prováveis	6	-	(80.148)
Ativo real		8.845.552	7.963.060
Ativo compensado		-	7.083.208
Compensações ativas diversas			
Direitos e obrigações contratuais		-	52
Outras compensações		-	7.083.156
Total do ativo		8.845.552	15.046.268

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2010	2009
PASSIVO			
Passivo financeiro		5.627	618.018
Obrigações em circulação			
Restos a pagar não processados a liquidar	7	750	750
Credores diversos	4	-	551.895
Outras obrigações a pagar	8	4.877	65.373
Passivo não financeiro		7.685.115	5.568.397
Obrigações em circulação		32.139	36.598
Outros débitos a pagar	8	32.889	37.348
Retificação de restos a pagar não processados a liquidar		(750)	(750)
Exigível a longo prazo		7.652.976	5.531.799
Obrigações exigíveis a longo prazo			
Obrigações legais e tributárias	9	7.652.976	5.531.799
Passivo real		7.690.742	6.186.415
Patrimônio líquido	10	1.154.810	1.776.645
Capital Realizado		924.553	924.553
Capital social subscrito		1.701.438	1.701.438
Cotas em tesouraria		(776.885)	(776.885)
Reserva técnica - administrativa		15.649	15.649
Lucros acumulados		214.608	836.443
Passivo compensado		-	7.083.208
Compensações passivas diversas			
Direitos e obrigações contratadas		-	52
Compensações diversas		-	7.083.156
Total do passivo		8.845.552	15.046.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS FINANCEIROS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2010	2009
INGRESSOS			
Receitas correntes	11.a	903.026	1.562.072
Receita patrimonial		903.026	537.580
Receita de serviços		-	1.024.492
Receitas de capital	11.b	-	3.218.290
Amortizações de empréstimos e financiamentos		-	3.218.290
Transferências recebidas	11.c	-	8.832
Transferências orçamentárias			
Repasse recebido		-	8.832
Ingressos extra-orçamentários		558.963	618.762
Valores em circulação			
Recursos especiais a receber		744	744
Créditos diversos a receber		697	-
Obrigações em circulação			
Restos a pagar			
Não processados a liquidar		750	750
Empréstimos, financiamentos e incentivos a liberar		-	551.895
Outras obrigações		4.877	65.373
Ajustes de direitos e obrigações			
Desincorporação de obrigações		551.895	-
Disponibilidade do período anterior		6.525.559	1.771.673
Conta única do Tesouro Nacional		6.525.559	1.771.673
Total de ingressos		7.987.548	7.179.629

BALANÇOS FINANCEIROS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2010	2009
DISPÊNDIOS			
Despesas correntes	11.d	8.107	8.886
Outras despesas correntes			
Outras despesas		8.100	8.885
Despesa entre órgãos do orçamento			
Outras despesas correntes		7	1
Dispêndios extra-orçamentários		625.245	645.184
Valores em circulação			
Recursos especiais a receber		744	744
Créditos diversos a receber		697	697
Obrigações em circulação			
Restos a pagar não processados - inscrição		750	750
Empréstimos, financiamentos e incentivos a liberar		551.895	551.895
Outras obrigações		65.373	26.028
Ajustes de direitos e obrigações			
Ajustes de obrigações	11.e		
Atualização monetária financeira		5.786	1.972
Ajustes financeiros a débito		-	63.098
Disponibilidade para o período seguinte		7.354.196	6.525.559
Conta única do Tesouro Nacional		7.354.196	6.525.559
Total de dispêndios		7.987.548	7.179.629

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
VARIAÇÕES ATIVAS		
ORÇAMENTÁRIAS	903.026	4.789.194
Receitas correntes	903.026	1.562.072
Receita patrimonial	903.026	537.580
Receita de serviços	-	1.024.492
Receitas de capital	-	3.218.290
Amortizações de empréstimos e financiamentos	-	3.218.290
Interferências ativas	-	8.832
Transferências financeiras recebidas		
Repasse recebido	-	8.832
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.193.962	694.606
Interferências ativas	-	63.098
Movimento de fundos a débito	-	63.098
Acréscimos patrimoniais	1.193.962	631.508
Incorporações de ativos		
Incorporação de direitos	-	669
Ajustes de bens, valores e créditos	634.020	188.332
Reavaliações de títulos e valores	629.209	54.793
Ajustes de créditos	4.811	133.539
Desincorporação de passivos	559.942	8.832
Ajustes de exercícios anteriores		
Ajustes não financeiros	-	433.675
RESULTADO PATRIMONIAL	621.835	-
Déficit	621.835	-
Total das variações ativas	2.718.823	5.483.800

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
VARIAÇÕES PASSIVAS		
ORÇAMENTÁRIAS	560.002	4.685.342
Despesas correntes	8.107	8.886
Outras despesas correntes	8.100	8.885
Despesa entre órgãos do orçamento		
Outras despesas correntes	7	1
Mutações passivas	551.895	4.676.456
Desincorporações de ativos		
Liquidação de créditos	551.895	4.676.456
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.158.821	430.126
Interferências passivas	-	63.098
Movimento de fundos a crédito	-	63.098
Decréscimos patrimoniais	2.158.821	367.028
Desincorporação de ativos		
Baixa de títulos e valores	-	28
Baixa de direitos	-	334
Ajustes de bens, valores e créditos		
Desvalorização de títulos e valores	28.269	30.426
Incorporação de passivos	2.121.177	333.259
Ajuste de obrigações	9.375	2.981
RESULTADO PATRIMONIAL	-	368.332
Superávit	-	368.332
Total das variações passivas	2.718.823	5.483.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2010	2009
RECEITAS		1.508.777	704.987
Rendas de aplicações financeiras	11a	737.588	454.559
Rendas de participações societárias			
Dividendos	11a	138.596	7.701
Juros sobre o capital próprio	11a	26.620	75.122
Prêmios sobre debêntures	11a	222	198
Ajuste da carteira de títulos e valores mobiliários	12	600.939	24.368
Rendas de títulos de renda fixa	12	4.812	4.890
Juros e correção monetária de financiamentos concedidos	12	-	128.648
Outras	12	-	9.501
DESPESAS		(2.130.612)	(336.655)
Provisão para contingências	12	(2.121.177)	(333.259)
Atualização de dividendos a pagar	12	(9.375)	(2.981)
Despesas administrativas		(60)	(53)
Outras	12	-	(362)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(621.835)	368.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND possui natureza autárquica e personalidade jurídica de direito público e foi constituído em 23 de julho de 1986 pelo Decreto-lei nº 2.288 (alterado pelo Decreto-lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987), sendo regulamentado pelo Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi extinto pela Medida Provisória nº 517/10, em vigor a partir de 31 de dezembro de 2010, cabendo à União sucedê-lo em seus direitos, obrigações e ações judiciais em que (o Fundo) seja autor, réu, assistente, opoente ou terceiro interessado.

De acordo com a Medida Provisória, caberá ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior coordenar e supervisionar o processo de inventariança dos bens, direitos e obrigações do extinto FND. A estrutura e o prazo de duração do processo de inventariança dependerá de Ato do Poder Executivo.

Aos cotistas minoritários será assegurado o ressarcimento de sua participação no extinto FND, calculado com base no valor patrimonial de cada cota, segundo o montante do patrimônio líquido registrado no balanço patrimonial apurado na data de publicação da Medida Provisória, atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE, do mês anterior à data do pagamento.

Ainda de acordo com a Medida Provisória, fica a União autorizada a utilizar os títulos e valores mobiliários oriundos do extinto FND para promover, junto a entidades da administração indireta, o pagamento dos dividendos e o ressarcimento das cotas, mediante dação em pagamento.

Até 31 de dezembro de 2010, a administração do FND esteve a cargo de uma Secretaria Executiva e de um Conselho de Orientação. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES executava os serviços da referida Secretaria, consoante Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991, sem cobrança de taxa de administração, prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal necessário a seu funcionamento, cabendo ao Presidente da Entidade a função de Secretário Executivo. Com a extinção do Fundo, foram encerrados os mandatos dos componentes do Conselho de Orientação do FND.

O FND tinha por finalidade prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

Os recursos captados pelo FND originaram-se, basicamente, da alienação de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), de longo prazo. Entretanto, o FND podia emitir cotas nominativas, endossáveis, para captar recursos de investidores privados, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, ou quaisquer empresas sob controle direto ou indireto da União.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3 e foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades do setor público e consoante à Lei nº 4.320/64.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas, as despesas e demais variações patrimoniais são apropriadas pelo regime contábil de competência, tendo como referência, para as despesas, as datas de seus respectivos empenhos legais.

b) Ativo financeiro

Registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita. Compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados. O disponível está representado pela Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, tendo por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União a serem movimentadas pelas Unidades Gestoras da Administração Pública Federal, inclusive Fundos, Autarquias, Fundações, e outras entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade "on-line", sendo remunerada pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central do Brasil, de acordo com a Medida Provisória nº 2.179 de 24 de agosto de 2001.

c) Ativo não financeiro

Compreende o conjunto de bens e direitos cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa para suas realizações.

i) Empréstimos e financiamentos

Atualizados monetariamente, de acordo com os índices contratuais, acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados.

ii) Investimentos

Em razão da extinção do Fundo em 31de dezembro de 2010, determinado pela Medida Provisória nº 517/2010, foram alterados os critérios contábeis para registro dos valores da carteira. Em decorrência disso, naquela data, os investimentos em companhias com ações cotadas em Bolsa de Valores foram valorizados com base nas suas respectivas cotações médias do último dia de negociação. Para as participações societárias em companhias que não possuem suas ações negociadas em bolsa de Valores, foi utilizado o seu valor patrimonial, apurado com base no último balanço patrimonial ou balancete de verificação disponível da empresa.

Em 2009, de acordo com a Resolução nº 06, de 13 de dezembro de 2005, emitida pelo Conselho de Orientação do Fundo, as ações eram reduzidas ao valor de mercado quando fosse inferior ao valor contábil, tomando-se por base a cotação média em bolsas de valores ou ao valor patrimonial com prazo de defasagem de até 60 dias para aquelas ações que não eram negociadas em bolsa de valores e que eram consideradas relevantes. De acordo com a referida Resolução um investimento era considerado relevante quando o seu valor de custo fosse igual ou superior a 10% do valor do patrimônio líquido do Fundo. Para os investimentos considerados não relevantes foi considerado como valor de mercado a cotação média do último dia em que foram negociadas as ações, e como valor patrimonial aquele apurado com base no último balanço patrimonial ou balancete de verificação disponível da empresa. As demonstrações financeiras dos investimentos considerados não relevantes, utilizadas para fins de determinação do valor patrimonial do investimento foram as de 31 de dezembro de 2006 (Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA) e estão de acordo com a Resolução nº 6, de 13 de dezembro de 2005, emitida pelo Conselho de Orientação do Fundo.

d) Passivos financeiro e não financeiro

O passivo financeiro registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa, não pagas até o final do exercício. É representado pelas dívidas a curto prazo (Dívida Flutuante), cujos valores independem de autorização orçamentária para sua realização.

O passivo não financeiro representa os saldos das obrigações a curto e longo prazos que dependam de autorização orçamentária para suas liquidações ou pagamentos, e que não provocaram, de imediato, efeitos financeiros durante o exercício, sendo consideradas Dívida Fundada.

Os passivos financeiro e não financeiro são demonstrados pelos valores de exigibilidade e contemplam as variações monetárias, bem como os encargos incorridos, reconhecidos em base "pro rata temporis".

e) Ativo e passivo compensado

Representam contas com função precípua de controle, relacionadas a bens, direitos e obrigações.

4. Empréstimos e Financiamentos

Em 2009, o saldo refere-se a empréstimos concedidos a liberar, apresentados no passivo financeiro sob a rubrica "Obrigações em Circulação - Credores Diversos".

5. Créditos a Receber

Representam, principalmente, os valores investidos em Notas do Tesouro Nacional série P, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, cujos vencimentos variam de 6 de janeiro de 2014 a 28 de dezembro de 2015 e são remunerados com base na variação da TR acrescidos de juros de 6% ao ano.

6. Investimentos Permanentes

No exercício de 1988, 75 entidades da Administração Federal transferiram para o FND ações de propriedade delas, representando participações no capital de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, em troca de cotas do Fundo em valor correspondente ao das ações conferidas. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a carteira de ações do FND está composta como segue:

	2010					2009			
	Quantidade de ações								
	Ordinárias	Preferenciais	Custo corrigido	Ajuste a valor de mercado	Total líquido	Quantidade total de ações	Custo corrigido	Provisão de perda	Total líquido
Companhias com ações cotadas em Bolsa de Valores									
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1.473.704	2.373.264	170.727	28.604	199.331	3.846.968	170.727	(30.724)	140.003
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	45.621.589	-	560.445	454.179	1.014.624	45.621.589	560.445	-	560.445
Tractebel Energia S.A. (Ex-GERASUL Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.)	2.362.827	-	3.556	60.878	64.434	2.362.827	3.556	-	3.556
Brasil Telecom S.A.	7	341	1	3	4	348	1	-	1
Telemar Norte Leste S.A.	-	54.530	1.467	1.122	2.589	54.530	1.467	-	1.467
			736.196	544.786	1.280.982		736.196	(30.724)	705.472
Companhias com ações não cotadas em Bolsa de Valores									
Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	3.000.000.000	-	113.723	(43.493)	70.230	3.000.000.000	113.723	(43.493)	70.230
Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO	197.350	-	37.361	(5.931)	31.430	197.350	37.361	(5.931)	31.430
Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL	24.649.540	-	4.960	22.788	27.748	24.649.540	4.960	-	4.960
			156.044	(26.636)	129.408		156.044	(49.424)	106.620
Outras Cias com ações cotadas e não cotadas em Bolsa de valores	90.763	129.292	60	2.641	2.701	220.055	60	-	60
TOTAL			892.300	520.791	1.413.091		892.300	(80.148)	812.152

7. Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

Os restos a pagar não processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados até o encerramento do exercício.

	2010	2009
Referente a pagamento de dividendos	744	744
Referente a serviços prestados	6	6
Total	750	750

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. Dividendos a Pagar (Outras obrigações a pagar/Outros débitos a pagar)

	2010	2009
União Federal	-	60.710
Minoritários integrantes do BGU (*)	4.877	4.663
Minoritários não integrantes do BGU (*)	32.889	37.348
Total	37.766	102.721
Passivo financeiro	4.877	65.373
Passivo não financeiro	32.889	37.348

(*) Balanço Geral da União - relatório de prestação de contas do Governo Federal; inclui os balanços das entidades da administração direta e indireta, integrantes da Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

De acordo com o artigo 1º do Decreto-lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987, a partir de 31 de dezembro de 1989 as cotas do FND passaram a dar direito a um dividendo anual mínimo, isento do imposto de renda, de 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido positivo apurado em cada exercício. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo a pagar refere-se aos dividendos de exercícios anteriores a 2010, que aguardam previsão orçamentária para o seu pagamento. Os saldos são atualizados pela taxa SELIC, conforme previsto pelo Decreto nº 3.381/00.

9. Contingências

Por determinação do artigo 7º do Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, as entidades fechadas de previdência privada adquiriram, compulsoriamente, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, cujo índice de atualização à época da compra das obrigações era a variação no valor das Letras do Banco Central - LBC.

Posteriormente, tal indexador foi substituído pelas Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, de acordo com o determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987.

Com a edição da Lei nº 7.799, de 11 de julho de 1989, e da Circular do BACEN nº 1.517, de 26 de julho de 1989, passou a ser utilizado o Bônus do Tesouro Nacional - BTN como indexador de todas as obrigações contraídas antes de 15 de janeiro de 1989 e vincendas a partir da publicação da lei e da circular antes relatadas, com cláusula de reajuste vinculada à variação da OTN sem que as partes tivessem pactuado esse índice substitutivo.

Tal fato levou as entidades integrantes da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP a ingressar em juízo, por intermédio dessa Associação, contra a utilização do aludido indexador. A causa da ação deve-se ao fato de o patrimônio de suas afiliadas ter sofrido dano, de acordo com a ABRAPP, pois o índice de atualização monetária correto era o Índice de Preços ao Consumidor, consoante a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, em face da ocorrência de variação inferior do BTN em relação à variação do IPC.

O Fundo mantém registrada uma provisão para eventual desembolso. Até 2009, conforme decisão contida na Ata da 28ª Reunião do Conselho de Orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, de 13 de dezembro de 2000, o valor da provisão era baseado na expectativa de perda que representava 85% da causa. Em sua 48ª Reunião Ordinária, realizada em 01.09.2010, o Conselho de Orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento aprovou o aumento da Provisão para Contingências, registrada no balancete do Fundo de 31.07.2010, no valor de R$5.752.357 para R$7.441.601, mantidos os critérios em vigor para atualização deste valor. O referido acréscimo decorreu, basicamente, da elevação de tal provisão do patamar de 85% para 100% do valor estimado da causa, tendo em vista que o julgamento da ação contra o FND, em segunda instância, foi favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitado em julgado, bem como pela inclusão no cálculo das custas do processo e de honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da provisão é de R$7.652.976.

A Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União, através da Portaria Nº 284, de 11 de agosto de 2006, resolveu que as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e a Justiça Estadual do Rio de Janeiro, passassem a ser exercidas pela Procuradoria Regional Federal - 2ª Região.

10. Patrimônio Líquido

	Capital	Cotas em tesouraria	Reserva técnica - administrativa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.701.438	(343.210)	15.649	560.312	1.934.189
Recebimento de Cotas em Tesouraria da FINEP		(433.675)			(433.675)
Superávit do exercício				368.332	368.332
Destinação:					
Proposta de distribuição de dividendos do exercício corrente				(92.083)	(92.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.701.438	(776.885)	15.649	836.443	1.776.645
Déficit do exercício				(621.835)	(621.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.701.438	(776.885)	15.649	214.608	1.154.810

a) Cotas

A União Federal e 56 empresas estatais detêm 1.912.597.216,72 cotas do FND, representadas por certificados de investimentos, cuja composição é a seguinte:

União Federal	66%
Caixa Econômica Federal	27%
Outros	7%
Total	100%

O valor unitário patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2010 era de R$0,6037918 (em 31 de dezembro de 2009 - R$0,9289177).

b) Cotas em tesouraria

Através de decreto presidencial de 15 de dezembro 2009, a União transferiu para o FINEP, a título de aumento de capital, R$524.000, mediante transferência de cotas do FND. Essas cotas foram utilizados pela FINEP para liquidar totalmente seus empréstimos junto ao fundo, conforme deliberado no Voto FND 02/02, aprovado na 25ª reunião extraordinária do Conselho de Orientação deste Fundo, realizada em 24/09/2009.

Em 31 de dezembro de 2009, o FND mantinha 1.008.377.061,38 cotas em tesouraria, que representam 52,72% do total das cotas emitidas.

c) Reserva técnica - administrativa

Constituída com a sobra de caixa oriunda do pagamento de despesas correntes com os recursos recebidos através de repasse do Tesouro Nacional nos exercícios de 2005, 2006 e 2007.

11. Balanços Financeiros

Os ingressos e dispêndios do Balanço Financeiro demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

a) Receitas correntes

	2010	2009
Patrimonial		
Dividendos	138.596	7.701
Juros sobre o capital próprio	26.620	75.122
Prêmios sobre debêntures	222	198
Rendimentos de aplicações na Conta única do Tesouro	737.588	454.559
Total	903.026	537.580
Serviços		
Juros de empréstimos concedidos	-	1.024.492
Total	903.026	1.562.072

b) Receitas de capital

Referem-se às amortizações de principal dos empréstimos e financiamentos concedidos.

c) Transferências recebidas

Refere-se a repasse de recurso financeiro do Tesouro Nacional, a título de crédito orçamentário suplementar para pagamento de dividendos, em cumprimento a Portaria do Ministério da Fazenda nº 189, de 27/04/2009.

d) Despesas correntes

Representam, principalmente, dividendos pagos a minoritários.

e) Dispêndios extra-orçamentários - Ajustes de direitos e obrigações

Refere-se às movimentações ocorridas na provisão de dividendos a pagar do passivo financeiro.

	2010	2009
Atualização monetária	5.786	1.972
Apropriação dos dividendos a pagar à União ref. exercício de 2009	-	63.098
	5.786	65.070

12. Demonstrações das Variações Patrimoniais

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Fundo durante o exercício, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial, resultado líquido das variações positivas e negativas.

As variações orçamentárias são constituídas pelas receitas e despesas orçamentárias, pelas transferências financeiras entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (interferências ativas e passivas), e ainda, pelas mutações ativas e passivas que correspondem, basicamente, às despesas de capital e às receitas de capital acrescidas da receita de serviços, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado orçamentário foi o superávit de R$343.024, (superávit de R$103.852 em 31 de dezembro de 2009).

O resultado extra-orçamentário é composto pelos seguintes acréscimos e decréscimos patrimoniais líquidos:

	2010	2009
Rendas de Financiamento	-	128.648
Incorporação de Títulos do Tesouro Nacional	-	669
Pagamento de dividendos	559.942	8.832
Atualização de títulos e valores	4.812	4.890
Provisão para contingências	(2.121.177)	(333.259)
Atualização monetária de obrigações	(9.375)	(2.981)
Reversão de provisão para perdas em participações societárias	80.148	24.368
Ajuste a valor de mercado das participações societárias	520.791	-
Desincorporação de ativos ref. entrada de títulos do tesouro	-	(334)
Ajuste não financeiro ref. quotas transferidas da FINEP	-	433.675
Baixa de títulos e valores	-	(28)
Resultado extra-orçamentário	(964.859)	264.480

MAURÍCIO BORGES LEMOS
Secretário Executivo do FND

SELMO ARONOVICH
Superintendente da Área Financeira

VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contadora
CRC-RJ 064.817-4

Cópia Autorizada
PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 106, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12/11/1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 115/98, e

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.060791/2010, resolve:

Autorizar, para o modelo SMT CD, modificação no plano de selagem e seu uso para controle de até 04 (quatro) faixas de trânsito, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 107, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 e no artigo 19 da Estrutura Regimental do Inmetro aprovada pelo Decreto 6.275, de 28 de novembro de 2007, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 055372/2010, resolve atualizar a Portaria Inmetro/Dimel n.º 248, de 07 de julho de 2009, que autoriza a empresa Elo Eletrônica Amazônia Ltda., sob o código nº AAM-19, a executar os ensaios metrológicos exigidos para a verificação inicial (autoverificação) de Medidores Eletrônicos de Energia Elétrica, de acordo com as condições descritas na íntegra da Portaria.

a íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 108, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.014163/2010, resolve:

Aprovar o modelo ELO 2131, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca ELO, fabricado por ELO SISTEMAS ELETRÔNICOS S/A e ELO ELETRÔNICA AMAZÔNIA LTDA, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25, da Lei nº 8.666/93, Resoluções nºs 240/2006, 246/2007 e 150/2010 - CAS, Parecer Técnico nº 048/2011 - COANA/CGPAG/SPR e Parecer Nº. 220 - GA/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão nº 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo nº TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote com 3,0418 hectares em nome de Eduardo Siqueira de Moraes, localizado na Área de Expansão do Distrito Industrial, Gleba AE-7, avenida Puraquequara, margem esquerda, por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-Lei nº 288/67, tudo de acordo com o Processo nº 52710.000507/2001-41.

Manaus - AM, 23 de março de 2011.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 23 de março de 2011.
FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 33, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTÉRIO DA DEFESA, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o MINISTÉRIO DA DEFESA, para renovação do Convênio nº 001/2008 - PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - FORÇAS NO ESPORTE.

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Órgão Executor: MINISTÉRIO DA DEFESA

Unidade Gestora: 110407 Gestão: 0001

Programa: Segundo Tempo-Forças no Esporte

Ação: 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional

Funcional Programática: 27.812.8028.4377.0001

Natureza da despesa:

33.90.36 - R$ 1.539.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil reais)

33.90.39 - R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Fonte: 100

Valor: R$ 2.139.000,00 (dois milhões, cento e trinta e nove mil reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte Educacional exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO CRUZ

PORTARIA Nº 34, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTÉRIO DA DEFESA, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o MINISTÉRIO DA DEFESA, para apoio à implantação do Centro de Treinamento de Badminton na Vila Militar-RJ:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Órgão Executor: MINISTÉRIO DA DEFESA

Unidade Gestora: 110407 Gestão: 00001

Programa: Brasil no Esporte de Alto Rendimento-0181

Ação: 128X - Apoio a implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Funcional Programática: 27.811.0181.128X.0001

Natureza da despesa:

44.90.51 - R$ 1.138.844,60(um milhão, cento e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

Fonte: 100

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO CRUZ

PORTARIA Nº 35, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTÉRIO DA DEFESA, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o MINISTÉRIO DA DEFESA, para aquisição de 3 (três) esteiras elétricas e construção de 3 (três) embarcações para serem utilizados para desenvolvimento e treinamento de talentos esportivos do Programa Segundo Tempo "Força no Esporte", visando os 5º Jogos Mundiais Militares em 2011.

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Órgão Executor: MINISTÉRIO DA DEFESA

Unidade Gestora: 110407 Gestão: 00001

Programa: Brasil no Esporte de Alto Rendimento-0181

Ação: 2358 - Funcionamento de Núcleos de Categoria de Base de Esporte de Alto Rendimento

Funcional Programática: 27.811.0181.2358.0001

Natureza da despesa: 44.90.52

Fonte: 118

Valor: R$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO CRUZ

Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 27, DE 23 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inc. V da Portaria MP/SPU nº 200, de 29 de junho de 2010 e tendo em vista o art. 6º, § 1º e § 2º, da Lei n° 11.483, de 31 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º - Indicar os bens imóveis não-operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal, relacionados no anexo I do presente ato, à Caixa Econômica Federal - CEF, Agente Operador do Fundo Contingente, para alienação.

Art. 2º - Colocar os processos abaixo relacionados à disposição do Agente Operador do Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal SA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOANA D'ARC COUTO SOARES

ANEXO I

Imóveis da extinta RFFSA disponibilizados para o Fundo Contingente

Município	Nº de registro	Área a ser desmembrada	Cartório	Processos
Belo Horizonte	37226	830,86m²	1º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000369/2011-01
Belo Horizonte	37150	1.074,15m²	1º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000365/2011-14
Belo Horizonte	36267	993,73m²	1º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000368/2011-58
Belo Horizonte	5691	1.380,92m²	5º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000367/2011-11
Belo Horizonte	5143	2.973,75m²	5º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000364/2011-70
Belo Horizonte	7096	1.271,26m²	5º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000366/2011-69
Belo Horizonte	29506	15.861,63m²	5º Serviço de Registro de Imóveis	04926.000363/2011-25

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

RETIFICAÇÃO

À Resolução nº 10, de 1º de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 56, quarta-feira, 23 de março de 2011, Seção 1, página 111. Onde se lê: "Plenário da 10ª reunião ordinária,...", leia-se: "Plenário da 9ª reunião ordinária,...".

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 28 de março de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46000014321201072 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: YA0097954 Estrangeiro: DOMENICO MONDINI, Processo: 46000010039201016 Empresa: MAUVE CORPORATE SYSTEMS BRASIL LTDA Passaporte: 4271142 Estrangeiro: JUAN JOSE BALUARTE ELIAS, Processo: 46000005649201006 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Passaporte: R001575 Estrangeiro: MARIA ARLETE PEREIRA DE CAMPOS, Processo: 46000032038200816 Empresa: OPTIMI DO BRASIL COMERCIALIZAÇÃO DE SOFTWARES LTDA Passaporte: 003530783 Estrangeiro: MLADEN SUSANJ, Processo: 46000013711201025 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Passaporte: 705119491 Estrangeiro: NIAL STUART SHEPHERD, Processo: 46000013460200945 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 11966792 Estrangeiro: WILMER JOSE BRITO ROJAS, Processo: 46000012639201019 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 1706855820 Estrangeiro: JULIO MANUEL DELGADO HARO, Processo: 46000010929200994 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 214674579 Estrangeiro: GARY RICHARD LOHMAN, Processo: 46000008670201055 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. Passaporte: C1XLVJ6XX Estrangeiro: DETLEF ARNOLD WITT, Processo: 46094003382201011 Empresa: SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA. Passaporte: 050410154 Estrangeiro: DEREK ROBERT FORTUNE, Processo: 46094001158201086 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARÍTIMA S.A. Passaporte: 003981034 Estrangeiro: DUSKO DEAN, Processo: 46094000367201011 Empresa: MAERSK DRILLING E FPSO BRASIL SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E PERFURAÇÃO MARITIMOS LTDA Passaporte: 060141529 Estrangeiro: PAUL EVANS, Processo: 46000034550200970 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: AH0912864 Estrangeiro: DIMITRIOS VYTHOULKAS, Processo: 46000025894200998 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA. Passaporte: 459010555 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES SCHMIT, Processo: 46000021550200918 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: AE5202185 Estrangeiro: DIAMANTIS APESSOS, Processo: 46000019218201019 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA. Passaporte: AT689219 Estrangeiro: KOSTYANTYN STOROZHKO, Processo: 46000015890200900 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: TA028877 Estrangeiro: JEREMY BENJAMIN CHARLES, Processo: 46000011997200971 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA. Passaporte: 1481404 Estrangeiro: DANIEL OSCAR LOPEZ ROJAS, Processo: 46000009706200984 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 20254386 Estrangeiro: JOHANNES SKOGLAND, Processo: 46000006934200901 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: XX2022656 Estrangeiro: JOSEPH FABI EPIS, Processo: 46000001471201016 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 402197795 Estrangeiro: CRAIG ALAN GARY, Processo: 46000011360200984 Empresa: ITOCHU BRASIL S.A. Passaporte: TG4567089 Estrangeiro: KAZUYA MAEDA, Processo: 46000027727200981 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: AA4340695 Estrangeiro: FRANCESCO GIAMPIETRO, Processo: 46000002524201016 Empresa: DERRICK DO BRASIL SERVIÇOS LTDA. Passaporte: 403034246 Estrangeiro: STEVEN MITCHELL, Processo: 46094000544201051 Empresa: CHEVRON BRASIL PETRÓLEO LTDA. Passaporte: 447799164 Estrangeiro: JERRY DEAN CAMPBELL, Processo: 46000033729200918 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 050159848 Estrangeiro: RAYMOND CHARLES KENSETT, Processo: 46000033290200834 Empresa: CHEVRON BRASIL PETRÓLEO LTDA. Passaporte: Z8226681 Estrangeiro: ERIC ADREW JARDINE, Processo: 46000032911200862 Empresa: CHEVRON BRASIL PETRÓLEO LTDA. Passaporte: D0252969 Estrangeiro: ORLANDO ALIVILLALOBOS TELLEZ, Processo: 46000032291200942 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: NV0JKP086 Estrangeiro: NIKO THEODORUS DOTO BLOEMBERG, Processo: 46000029285200916 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 05DP19626 Estrangeiro: FLORIAN YVES FERNAU, Processo: 46000017883200934 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: G31904855 Estrangeiro: CUNLIN LU, Processo: 46000017882200990 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: G31904961 Estrangeiro: WUQING ZHANG, Processo: 46000017881200945 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: G29934837 Estrangeiro: YONGHUA WU, Processo: 46000017797200921 Empresa: CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Passaporte: AD269688 Estrangeiro: ANDER LABARI APEZTEGUIA, Processo: 46000017796200987 Empresa: CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Passaporte: BE448964 Estrangeiro: MARTA GARCIA MARTINEZ, Processo: 46000017494200917 Empresa: CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Passaporte: BD728810 Estrangeiro: XABIER ITURRIOZ MENDIZABAL, Processo: 46000017197200963 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: G33487401 Estrangeiro: PINGXIAO GAO, Processo: 46000017196200919 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: G16676493 Estrangeiro: GUANGSHENG GAO, Processo: 46000014551200906 Empresa: MITSUI E CO (BRASIL) S.A Passaporte: TG0889038 Estrangeiro: NAOTA FURIHATA, Processo: 46000013199200983 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: BA0329731 Estrangeiro: GERRIT JAN SCHELLINGERHOUT, Processo: 46000012850201031 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: CC4207283 Estrangeiro: PEDRO JESUS PEREZ GONZALEZ, Processo: 46000007638200919 Empresa: JONES LANG LASALLE S.A. Passaporte: 219846052 Estrangeiro: MATTHEW PHILIP SMITH, Processo: 46000007285200957 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 080051055 Estrangeiro: ALLAN BANNIGAN, Processo: 46000007063200934 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 706622712 Estrangeiro: STEWART ANTHONY PARKER, Processo: 46000006038201077 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 25123696 Estrangeiro: MONS ASBJOERN MELINGEN, Processo: 46000004365200951 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: CC19139430 Estrangeiro: ELIECER PINEDA, Processo: 46000003745201010 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 761232196 Estrangeiro: ROBERT MCNEISH, Processo: 46000003598200936 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: CC7330256 Estrangeiro: HECTOR ROLAN ROJAS VARGAS, Processo: 46000003597200991 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: CC79633032 Estrangeiro: ROBERT ALEXIS ALDANA RICO, Processo: 46000003596200947 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: CC7330743 Estrangeiro: LUIS VICENTE MARTINEZ SEGURA, Processo: 46000000772200999 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Passaporte: CC14235167 Estrangeiro: PABLO EMILIO LIMA GUTIERREZ, Processo: 46094000102201012 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 2775126 Estrangeiro: OSWALDO JUNIORS LOPEZ CASTILLO, Processo: 46000034805200902 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 402705496 Estrangeiro: JAMIE DALE PATTERSON, Processo: 46000032724200889 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Passaporte: 6246742 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL VELASQUEZ CASTILLO, Processo: 46000030811200982 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: XX2077615 Estrangeiro: ALEX CORONADO MENDONZA, Processo: 46000015866200962 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: XX0905866 Estrangeiro: EDRALIN DUQUE AMON, Processo: 46000012061200967 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: AL2112360 Estrangeiro: JERZY WOJCIECH SADEJ, Processo: 46000009120201053 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: Z2075306 Estrangeiro: MOHINDERPAL SINGH UBEROI, Processo: 46000008732200995 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 03M027948735 Estrangeiro: STIG-ARE VIK, Processo: 46000008089200908 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 25026357 Estrangeiro: ALEKSANDER NORDSTRAND, Processo: 46000008088200955 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 26999178 Estrangeiro: TOMMY EIMSTAD Passaporte: 20619707 Estrangeiro: SONDRE GANGDAL Passaporte: 21243900 Estrangeiro: PREBEN PERSSON Passaporte: 26330321 Estrangeiro: OTTAR PEDERSEN, Processo: 46000002333201054 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: XX4835385 Estrangeiro: STEPHEN GIERGOS ACOSTA, Processo: 46000007014200144 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A Passaporte: OOPD61527 Estrangeiro: FREDERIC JEAN CHRISTOPHE THOMAS, Processo: 46094003798201021 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA Estrangeiro: GRAHAM MCINTOSH Passaporte: 070354264, Processo: 46094003796201031 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA Estrangeiro: ALASTAIR JAMES DANIEL Passaporte: 651517272, Processo: 46094003799201075 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA Estrangeiro: MURRAY OLIVER LEWIS Passaporte: 400379087, Processo: 46094014006201043 Empresa: ELETROMAR LTDA. Estrangeiro: FRANÇOIS XAVIER JEAN MARC PIERREL Passaporte: 07AZ83652, Processo: 46094014005201007 Empresa: ELETROMAR LTDA. Estrangeiro: ABDELOUAHID LAKSIR Passaporte: 10CR01596, Processo: 46094007864201031 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Estrangeiro: MATHIAS GEORG FINDA Passaporte: 616715282, Processo: 46094008444201072 Empresa: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Estrangeiro: Jeremy Adam Burnett Passaporte: 437715297, Processo: 46094006765201032 Empresa: LANXESS - INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS E PLASTICOS LTDA. Estrangeiro: MARKUS BURCKHARDT Passaporte: C2CT8Y7T7, Processo: 46094009579201055 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JESUS ALBERTO SANTOS GONZALEZ Passaporte: 07190254196, Processo: 46094012540201015 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JAMES CHARLES MURRAY Passaporte: 215892288, Processo: 46094015946201050 Empresa: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Estrangeiro: BRADLEY ROBERT BENNETT Passaporte: BA620646, Processo: 46094015944201061 Empresa: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Estrangeiro: EUAN MACGREGOR Passaporte: 761294726, Processo: 46094016935201097 Empresa: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Estrangeiro: James Robert Geoghagan Passaporte: 444767679, Processo: 46094010481201041 Empresa: SBM SERVICOS LTDA. Estrangeiro: BASTIN ANBIAH SAVARIMUTHU Passaporte: G7008977, Processo: 46094010481201041 Empresa: SBM SERVICOS LTDA. Estrangeiro: RAJENDRAN KATHIRVELU Passaporte: G8682970, Processo: 46094011938201034 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JUAN RICARDO AMASIFUEN GUZMAN Passaporte: 4605923, Processo: 46094014220201008 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: PAUL WAYNE COMBS II Passaporte: 445172536, Processo: 46094015979201008 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: JESUS EDUARDO DE LA GARZA Passaporte: 133958737, Processo: 46094015371201075 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Estrangeiro: HERJUNO KRISTI SUHARTO Passaporte: R782078, Processo: 46094002837201153 Empresa: SEA BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Estrangeiro: OLEKSANDR BOROVSKYI Passaporte: EC326719, Processo: 46094004207201113 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: ALEX GARRISON MCLEAN Passaporte: WJ242276, Processo: 46094001282201122 Empresa: DOW BRASIL S.A. Estrangeiro: MONICA BAPTISTE RESTREPO Passaporte: CC52998373, Processo: 46094005689201048 Empresa: NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S/A - NTS Estrangeiro: KOHEI SEYAMA Passaporte: TH 2583164, Processo: 46094005691201017 Empresa: NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S/A - NTN Estrangeiro: KOHEI SEYAMA Passaporte: TH 258.3.164, Processo: 46094008807201070 Empresa: FOURSHIPS AGENCIA MARITIMA LTDA. Estrangeiro: XAVIER JEAN-JACQUES DUPIN Passaporte: 02AE87598, Processo: 46094017047201091 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Estrangeiro: AGUS WARAS Passaporte: V752167, Estrangeiro: BASTIAN HADYNATA Passaporte: U542719, Estrangeiro: BUDI HARTO Passaporte: V752168, Estrangeiro: DARSO Passaporte: V749742, Estrangeiro: HADI MULYANTO Passaporte: S265457, Estrangeiro: JAELANI Passaporte: T329356, Estrangeiro: MAMAN SURAHMAN Passaporte: V012215, Estrangeiro: MOHAMMAD FIRMAN Passaporte: V319423, Estrangeiro: NANA KARNALI Passaporte: R726568, Estrangeiro: PUTU DARMADA Passaporte: U328512, Estrangeiro: SAMSUL FALAH Passaporte: T420995, Estrangeiro: SARIFUDIN Passaporte: T029488, Estrangeiro: SATUM Passaporte: S073476, Estrangeiro: SUBAIRI Passaporte: S793710, Estrangeiro: SUNOTO Passaporte: T545742, Estrangeiro: TATUNG PRIYO SALOSO Passaporte: T316817, Processo: 46094003962201008 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Estrangeiro: JUAN ANTONIO LABARI JORGE Passaporte: AE081010, Processo: 46094004356201000 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Estrangeiro: UNAI ZATARAIN IRURETAGOYENA Passaporte: BA719346, Processo: 46094004720201023 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Estrangeiro: IÑAKI ARAMBURU RIVAS Passaporte: BB191160, Processo: 46094005715201038 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Estrangeiro: HECTOR JOSE FERNANDEZ ROA Passaporte: CC7332068, Processo: 46094006137201057 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Estrangeiro: ASIER VALLEJO ETXEBESTE Passaporte: AAA527209, Processo: 46094007138201019 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JEFFREY CHARLES THOM Passaporte: 463247093, Processo: 46094010225201053 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Estrangeiro: HECTOR JOSE PEÑA Passaporte: 037266169, Processo: 46094011202201066 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: JUSTIN BLAKE VAUGHAN Passaporte: 134695060, Processo: 46094007532201057 Empresa: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Estrangeiro: RUDY MARINGKA Passaporte: R276362, Processo: 46094009991201075 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Estrangeiro: REMO DAL POZZO Passaporte: AA1980762, Processo: 46094005920201001 Empresa: SCHWING EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Estrangeiro: DAVID LLOYD CITROWSKE Passaporte: 428131820, Processo: 46094001238201112 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Estrangeiro: KIERAN JAMES DOIG Passaporte: 403058694, Processo: 46094011586201017 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: CLIVE LLEWELLYN CURLEWIS Passaporte: 761231957, Processo: 46094014448201090 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Estrangeiro: HANS JORGEN VIK Passaporte: 25633863, Processo: 46094017825201042 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: ADONIRAM MAGPUSAO CLAUD Passaporte: XX4239127.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094002867201160 Empresa: MAIS FILMES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS BRUNO RIBEIRO PINHAL Passaporte: H138361, Processo: 46094016599201082 Empresa: KUKA SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEOFFREY GERALD HEITKE Passaporte: 406829500.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0157/2011 de 21/03/2011, 0158/2011 de 22/03/2011, 0159/2011 de 23/03/2011 e 0165/2011 de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24/03/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094013652201093 Empresa: FUNDACAO BIO-RIO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGIY MITROFANOV Passaporte: 63Nº5059579.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094010313201055 Empresa: FERNANDO CAMPOS JUNIOR & CIA LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMMETTE FRANKLIN HALE III Passaporte: 208471704, Processo: 46094014614201058 Empresa: CECAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO VANOSSI Passaporte: 201570 X, Processo: 46094012194201075 Empresa: CMF CONSULTING - ASSESSORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMÉRICO CRISTOVÃO RAMOS DE ALMEIDA Passaporte: G617137, Processo: 46094015069201017 Empresa: PESQUEIRA NACIONAL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FEDERICO IGNACIO BANDE FERRADAS Passaporte: A1493307100, Processo: 46094015070201041 Empresa: PESQUEIRA NACIONAL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: PEDRO MANUEL FIDALGO MALAQUIAS Passaporte: H235497, Processo: 46094015071201096 Empresa: PESQUEIRA NACIONAL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JOSE ANTONIO GONZALEZ GARCIA Passaporte: AAC490070, Processo: 46094015082201076 Empresa: PESQUEIRA NACIONAL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JUAN MAURO PAIS MALVIDO Passaporte: BD198387, Processo: 46094015083201011 Empresa: PESQUEIRA NACIONAL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JUAN MANUEL DIEZ MARTINEZ Passaporte: AAA165079, Processo: 46094002423201124 Empresa: AGENCIA DE VAPORES GRIEG SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YNG FENG LIOU Passaporte: 302360356, Processo: 46094015363201029 Empresa: GRAFICA E EDITORA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MIRANDA ROMAN Passaporte: 4863064, Processo: 46220006458201069 Empresa: V2 INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oscar Ivan Castilla Daza Passaporte: 1129574796, Processo: 46094003091201103 Empresa: MUSASHI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOSHIAKI TANAKA Passaporte: TH3407419, Processo: 46094000809201100 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EZEQUIEL DA COSTA GOMES Passaporte: G837274, Processo: 46094003092201140 Empresa: MUSASHI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAISUKE TORII Passaporte: TH9357182, Processo: 46261004899201040 Empresa: WILSON SONS COMERCIO INDUSTRIA E AGENCIA DE NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WYBO GELINDE ENGELBERT THADEUS OVERMEER Passaporte: NTC1671F4, Processo: 46215112716201014 Empresa: COUTINHO DIEGUES CORDEIRO ARQUITETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO JOSÉ DE CASTRO PEREIRA Passaporte: H501768, Processo: 46094015964201031 Empresa: HOSPEDARIA LEBLON LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: AGNIESZKA ADAMOWICZ Passaporte: AE4036735, Processo: 46094002023201119 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAROLINA CASTANEDA QUINONES Passaporte: CC52423995, Processo: 46094003710201151 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL RODOLFO MOLARES Passaporte: 17587665N, Processo: 46094016749201058 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS PETER SMELAND Passaporte: 21085320, Processo: 46094016803201065 Empresa: BONYPLUS INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: LAURENTINO CARLOS DA SILVA Passaporte: CA0000554, Processo: 46094002106201116 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID DALE CARPENTER Passaporte: 429820628, Processo: 46094002724201158 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS RUDOLF YOUNG Passaporte: 473798047, Processo: 46094002095201166 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALFRED RONALD MARTIN Passaporte: 423856188, Processo: 46094001479201161 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANK AHRENHOLD Passaporte: 518820641, Processo: 46094002277201137 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARMEN ARIELA HERBERT LUCKUNCHANG Passaporte: 1698369, Processo: 46094004482201137 Empresa: UNILEVER BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODRIGO REYNOSO ESCALANTE Passaporte: G05390133, Processo: 46094003845201117 Empresa: TURBOMECA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBAN JOSEPH PAUL DAZIN Passaporte: 04HB60553, Processo: 46094002736201182 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO CRUZ CALVO Passaporte: AAC720144, Processo: 46215113965201027 Empresa: LAJEDO SERVICOS DE FESTAS E RECEPCOES LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JOUBERT ALERTE Passaporte: PP2237963, Processo: 46094002407201131 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IMRAM MOHAMMED Passaporte: TA387433, Processo: 46094005026201112 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO GALLO Passaporte: YA0128034, Processo: 46094002876201151 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS FRANCISCO LORA Passaporte: 112555065, Processo: 46094004602201104 Empresa: INTERVET DO BRASIL VETERINARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DALMIRO OCTAVIO GALVIS PENA Passaporte: CC19232918, Processo: 46094004875201141 Empresa: HSBC CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL EDWARD DORIS Passaporte: 099080675, Processo: 46094003088201181 Empresa: ARGON ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DUARTE MARIA LEAL DA COSTA DE SOUSA DE MACEDO Passaporte: J913610, Processo: 46094003154201113 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Igor Michel Christian Dumas Passaporte: 10CY16236, Processo: 46094003375201191 Empresa: AGILA ESPECIALIDADES FARMACEUTICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATTATHIL ANIL KUMAR Passaporte: G1006516, Processo: 46094003364201110 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OMOTAYO RAPHAEL FAGADE Passaporte: A02415599, Processo: 46094004669201131 Empresa: BRASFELS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH BERNARD CHONG KIAN CHOONG Passaporte: E1595207C, Processo: 46094000667201172 Empresa: WTORRE ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A. Prazo: até 01/02/2013 Estrangeiro: JASON BRUCE PRICE Passaporte: M2154141, Processo: 46094004793201104 Empresa: ITAGUAI CONSTRUCOES NAVAIS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PASCAL, RENE, FERNAND SANSON Passaporte: 09AP13034, Processo: 46094004290201121 Empresa: VOGBR RECURSOS HIDRICOS & GEOTECNIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAROLINA FLÓREZ TARAZONA Passaporte: CC63523573, Processo: 46094001080201181 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROSA EMERIS CARPINTERO FIGUEROA Passaporte: 1010172, Processo: 46094004968201175 Empresa: AUDI BRASIL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONAS PETTER CALSON Passaporte: 62883718, Processo: 46094004567201115 Empresa: ZENER TELECOMUNICACOES E SISTEMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FATIMA ROPERO CARDENETE Passaporte: AAC626541, Processo: 46094004873201151 Empresa: RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL EFRAIN SEVILLA GUERRERO Passaporte: 040445052, Processo: 46094004480201148 Empresa: GD BURTI S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HOFMANN Passaporte: 9513288996, Processo: 46094005046201185 Empresa: PFERD RUGGEBERG DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA DEL CARMEN PATIÑO CARDENAS Passaporte: CC22667860, Processo: 46094005149201145 Empresa: DU PONT DO BRASIL S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN MANUEL LOMBANA BONILLA Passaporte: CC 79591007, Processo: 46094004295201153 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAJASEKHAR PONNAI KRISHNAN Passaporte: G4200511, Processo: 46094004291201175 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUCHIKA CHOPRA Passaporte: G1742313, Processo: 46094004294201117 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAVIKUMAR KUTTY HARITHARAN Passaporte: E0218555, Processo: 46094004535201110 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHENGBO JIANG Passaporte: G46333702, Processo: 46094001784201153 Empresa: INSTITUTO DA CRIANCA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MICHAL PIOTR SCHEFFLER Passaporte: AT2473311, Processo: 46094004257201109 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SALVATORE COLAIUDA SCIOMENTA Passaporte: 10.205.851, Processo: 46094005041201152 Empresa: YAZAKI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN LOPEZ ARREOLA Passaporte: G04900271, Processo: 46094004282201184 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHIEU POUGET Passaporte: 06BB01754, Processo: 46094004281201130 Empresa: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO CASTAÑO SANCHEZ Passaporte: CC16712237, Processo: 46094004484201126 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bin Yi Passaporte: G31432603, Processo: 46094004534201175 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUYANG LIU Passaporte: G35486666, Processo: 46094004464201155 Empresa: SOCIEDADE COMERCIAL TOYOTA TSUSHO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHINYA TSUJIUCHI Passaporte: TG6213634, Processo: 46094004278201116 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMED HAOUACH Passaporte: 028335689, Processo: 46094004568201160 Empresa: AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTACAO E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIÁN ANDRÉS LARRAGUIBEL SILVA Passaporte: 15.660.512-3, Processo: 46094004908201152 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDERIC DIEUSAERT Passaporte: 03RI28100, Processo: 46094004800201160 Empresa: ASSOCIACAO PROBRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL METZNER Passaporte: 258008021, Processo: 46094002094201111 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENDEL DUPLESSY Passaporte: BA518056, Processo: 46094004624201166 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AGATA BEATA BAUER Passaporte: AJ1215778, Processo: 46094004799201173 Empresa: ASSOCIACAO PROBRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JANET RUTHENBERG Passaporte: 257902754, Processo: 46094004486201115 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BING WANG Passaporte: G18599068, Processo: 46094005002201155 Empresa: KEPPEL SINGMARINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REYNANTE REYES ROWAN Passaporte: EB1241872, Processo: 46094003592201181 Empresa: SAGRES BAR E RESTAURANTE LTDA EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Artur José Marques da Silva Ribeiro Passaporte: G694994, Processo: 46094004915201154 Empresa: WAL MART BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY PAUL MARRUFO Passaporte: 460368400, Processo: 46094004916201107 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO MARIA PUGLIESE Passaporte: Y 441759, Processo: 46094004914201118 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUAN XU Passaporte: G43431840, Processo: 46094004903201120 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEX LACHMUND Passaporte: C8WPVMP7F, Processo: 46094004966201186 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN GRANADOS HEREDIA Passaporte: AAB638399, Processo: 46094004823201174 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASASHI TAKEMURA Passaporte: TH3329753, Processo: 46094004667201141 Empresa: SIEGWERK BRASIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gabriel Jose Amado Rivera Passaporte: CC72196857, Processo: 46094004950201173 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ADRIAN FRASSETTO Passaporte: 27367795N, Processo: 46094004949201149 Empresa: HRT O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAIN ALFRED PRINZHOFER Passaporte: 05EI55435, Processo: 46094004985201111 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RASMUS LADEVIG Passaporte: 204891846, Processo: 46094004951201118 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JON FRENCH Passaporte: 093101089, Processo: 46094004969201110 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OMAR RENATO GONZALES ESPINOZA Passaporte: 2359537, Processo: 46094005109201101 Empresa: GW GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CEDRIC IRENE JOZEF BROOS Passaporte: EH955713, Processo: 46094005045201131 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hansheng Xie Passaporte: G39771005, Processo: 46094005042201105 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: He Li Passaporte: G31623595, Processo: 46094005043201141 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zhuangzhi Wu Passaporte: G33982206, Processo: 46094004980201180 Empresa: MSA DO BRASIL EQUIP E INSTRUMENTOS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO FERNANDO DELGADO NORIEGA Passaporte: 5189756, Processo: 46094005179201151 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINJUN LONG Passaporte: G44881047, Processo: 46094005180201186 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI YANG Passaporte: G41658183, Processo: 46094005178201115 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YAN GAO Passaporte: G34000030, Processo: 46094005291201192 Empresa: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Edgar Eduardo Contreras Puentes Passaporte: AM568874, Processo: 46094005292201137 Empresa: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS GUTIÉRREZ MATEO Passaporte: AD718839, Processo: 46094003965201114 Empresa: TRAFIGURA DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: CLAUDIO ALFREDO TERRAZAS VELASQUEZ Passaporte: 4058301, Processo: 46094003802201131 Empresa: BRIVICTORY BRASIL INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Chuanyi Yin Passaporte: G45552000, Processo: 46094003768201103 Empresa: ELEKTA MEDICAL SYSTEMS COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS PARA RADIOLOGIA, RADIOCIRURGIA E RADIOTERAPIA LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Jorge Antonio Garay Herrera Passaporte: CC11443252, Processo: 46094003767201151 Empresa: ELEKTA MEDICAL SYSTEMS COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS PARA RADIOLOGIA, RADIOCIRURGIA E RADIOTERAPIA LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Liz Marisol Peñaranda Aparicio Passaporte: CC37328581.

Temporário - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46202010146201078 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL MAMIRAUA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBINSON BOTERO ARIAS Passaporte: CC71330437.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 46094005444201100 Empresa: ALCANTARA CYCLONE SPACE (EMPRESA BINACIONAL BRASILEIRA-UCRANIANA COM SEDE EM BRASILIA) Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEVGEN SILKIN Passaporte: PO192571.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094016535201081 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAHONG XIONG Passaporte: G37042959, Processo: 46094016914201071 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAIYAN WANG Passaporte: G44914924, Processo: 46094017340201059 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANFEI JIAO Passaporte: G42764307, Processo: 46094017509201071 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNCAI LI Passaporte: G35390466, Processo: 46094018289201001 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YINGWEI ZHANG Passaporte: G34295764, Processo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

46094018290201027 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHIYING DING Passaporte: G26110473, Processo: 46094000173201198 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIA GUO Passaporte: G30996485, Processo: 46094005155201101 Empresa: AKAER ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Carl Martin Bjorn Carlsson Leijonhufvud Passaporte: 53958010, Processo: 46094005150201170 Empresa: AKAER ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jonas Karl Arne Karlsson Passaporte: 62499904, Processo: 46094000951201149 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BIBO ZHANG Passaporte: G41904394, Processo: 46094000948201125 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WENKE PAN Passaporte: G31043132, Processo: 46094000949201170 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIANGYAN LONG Passaporte: G44155979, Processo: 46094000950201102 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHAOMING TAN Passaporte: G20358623, Processo: 46094000947201181 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUNMEI MAO Passaporte: G45508776, Processo: 46094001197201164 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHAO DOU Passaporte: G24786523, Processo: 46094002515201112 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TING ZHANG Passaporte: G33103114, Processo: 46094004595201132 Empresa: DOPEC INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: SACHIN SHANTARAM THORAT Passaporte: E3465672, Processo: 46094004792201151 Empresa: INOVARIS COMUNICACAO E EVENTOS CORPORATIVOS LTDA - EPP Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: PHILIP COURTENAY HUNT Passaporte: 093190395, Processo: 46094002990201181 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIN XIAO Passaporte: G29224663, Processo: 46094002989201156 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAO ZHONG Passaporte: G32612724, Processo: 46094003851201174 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINGPING LONG Passaporte: G19452891, Processo: 46094003848201151 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHIJUN LI Passaporte: G35525568, Processo: 46094003849201103 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUAN ZUO Passaporte: G34423242, Processo: 46094003850201120 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RENTAO WANG Passaporte: G42776476, Processo: 46094003978201193 Empresa: ANADARKO EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE LÉON KNOERTZER Passaporte: 09PK915902, Processo: 46094004446201173 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PER JOAKIM LUNDSTROM Passaporte: 52638988, Processo: 46094004450201131 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROLF ANDERS NIKLAS ANDERSSON Passaporte: 62147470, Processo: 46094004445201129 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUNNAR ARNE ANDERSSON Passaporte: 56781792, Processo: 46094004448201162 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LARS ERIK MIKAEL BERGKVIST Passaporte: 23329461, Processo: 46094004816201172 Empresa: PONTEC PROJETOS E MONTAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD JOHN BOHNENSTIEHL Passaporte: 462797244, Processo: 46094004874201104 Empresa: DEC DO BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS DE BRUECKER Passaporte: EH100644, Processo: 46094004449201115 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LOVE KRISTOFFER EKSTROEM Passaporte: 56157145, Processo: 46094003883201170 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: DENNIS HARRY TATE JR Passaporte: 466952650, Processo: 46094004447201118 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIKAEL ANDREAS PERSSON Passaporte: 80679883, Processo: 46094005076201191 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA MICHAEL BONDEROFF Passaporte: WL950396, Processo: 46094004463201119 Empresa: KIKUCHI DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SHINYA MAEDA Passaporte: TH0824445, Processo: 46094004169201107 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUN DU Passaporte: G21760641, Processo: 46094005100201192 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TOSHINORI KAWAHARA Passaporte: TK3597970, Processo: 46094005122201152 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHAWN MICHAEL FRENCH Passaporte: 135606387, Processo: 46094005120201163 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN ANDREW SMITH Passaporte: 135361839, Processo: 46094004451201186 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN CHRISTOFFER LUNDSTROM Passaporte: 53922984, Processo: 46094005077201136 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA PIEDADE Passaporte: L061271, Processo: 46094004501201125 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ronilo Sta Maria Garcia Passaporte: VV0144324, Processo: 46094004517201138 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL RAUER Passaporte: 787002095, Processo: 46094004519201127 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANS PETER IBELE Passaporte: C9TWT1JLK, Processo: 46094004597201121 Empresa: METSO PAPER SULAMERICANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PER EMIL VIKSTRÖM Passaporte: 80829659, Processo: 46094004606201184 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK LEE MC CALLEY Passaporte: 096363406, Processo: 46094004566201171 Empresa: PLANEJAMENTO FINANCEIRO CONSULTORIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARL GUSTAF LUDVIG WESTLUND Passaporte: 45099671, Processo: 46094004598201176 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANING WU Passaporte: G38267492, Processo: 46094005025201160 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS BRUCE WEBBER Passaporte: WF 754766, Processo: 46094004622201177 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROGER OWEN DAVIS SR Passaporte: 407534894, Processo: 46094005038201139 Empresa: MCAFEE DO BRASIL COMERCIO DE SOFTWARE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY FRANCIS HANKINS JR Passaporte: 135010931, Processo: 46094005257201118 Empresa: CAPITAL CONSULTING SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIRO ALBERTO CAICEDO BASTIDAS Passaporte: CC12746735, Processo: 46094004910201121 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATHIAS GEORG FINDA Passaporte: 616715282, Processo: 46094005108201159 Empresa: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS PARA METALURGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG ENGELBERT HECHT Passaporte: CFZPF1593, Processo: 46094004881201106 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND OWEN ABBOTT Passaporte: 085177336, Processo: 46094004880201153 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER GRIFFIN Passaporte: 800390988, Processo: 46094004879201129 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAVIN DONALD Passaporte: 207411879, Processo: 46094005034201151 Empresa: SSE SIRIO SISTEMAS ELETRONICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IACOPO VANNUCCHI Passaporte: AA2068757, Processo: 46094005037201194 Empresa: SATYAM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAMAKANTH DEVINENI Passaporte: E7946199, Processo: 46094005036201140 Empresa: SATYAM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUDHAKAR DWARPUDI JAYAKUMAR Passaporte: Z1741304, Processo: 46094004923201109 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BARD BAKKEN Passaporte: 25529442, Processo: 46094005156201147 Empresa: AKAER ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Carl Erik Ankar Jylltorp Passaporte: 62952974, Processo: 46094005211201107 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STÉPHANE GÉRARD OUILLON Passaporte: 05HK71105, Processo: 46094005088201116 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HERBERT THOMAS BOWLES Passaporte: 212248826, Processo: 46094005084201138 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT IAN FISHER Passaporte: 080098532, Processo: 46094005085201182 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAHAM SAM TAFRESHI Passaporte: 210753260, Processo: 46094005224201178 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Andrea Polito Passaporte: B784433, Processo: 46094005207201131 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAURICIO JESUS COLOMA CHANGO Passaporte: 0923626956, Processo: 46094005281201157 Empresa: CONVERTEAM BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD IAN STEPHENS Passaporte: 456480923.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094018323201039 Empresa: ESTALEIRO MAUA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: UMESH HARILAL LAD Passaporte: 801063821, Processo: 46094017355201017 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN KRAEMER Passaporte: CG2FP9RNV, Processo: 46094005814201109 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CECIL FRANK OROZCO Passaporte: 209451630, Processo: 46094002846201144 Empresa: AGR DRILLING SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Stian Hapoldoy Passaporte: 28098867, Processo: 46094002847201199 Empresa: AGR DRILLING SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ann Helen Heldal Passaporte: 25872981, Processo: 46094002856201180 Empresa: AGR DRILLING SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Roald Kareid Passaporte: 27620032, Processo: 46094002855201135 Empresa: AGR DRILLING SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Terje Fjeldstad Passaporte: 25991976, Processo: 46094003747201180 Empresa: DETROIT BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROYUKI KATO Passaporte: TG2690516, Processo: 46094004636201191 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Joachim Ruud Passaporte: 27629975, Processo: 46094004635201146 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Svein Vikan Passaporte: 26929850, Processo: 46094004633201157 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Knut Ove Solost Passaporte: 20520742, Processo: 46094005957201111 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PER HENRIK BRIX Passaporte: 203580232, Processo: 46094005789201155 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROYUKI WAKINO Passaporte: TG 6.653.654, Processo: 46094005058201118 Empresa: VISION MARINE REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhen Hua Li Passaporte: 210279771, Processo: 46094005057201165 Empresa: VISION MARINE REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Brian Jeffrey Butler Passaporte: 467817657, Processo: 46094004234201196 Empresa: UNIGAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSUTOMU NAKAYAMA Passaporte: TK1544395, Processo: 46094004579201140 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAYMOND HUBERTUS MARIA GERARDUS ABRAAS Passaporte: NW1DB4P98, Processo: 46094004569201112 Empresa: LOGICA AMERICA DO SUL SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAAIKE NIJENSIKKENS Passaporte: NRBLBD6H9, Processo: 46094003471201130 Empresa: CSN ACOS LONGOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jibo Shi Passaporte: GI9430489, Processo: 46094005162201102 Empresa: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARALD GITZEN Passaporte: C2Y9X4LL8, Processo: 46094005166201182 Empresa: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JÜRGEN KINNEN Passaporte: 2146090921, Processo: 46094005164201193 Empresa: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND LENZ Passaporte: 214611770, Processo: 46094005275201108 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHER SONG TEO Passaporte: M8593162, Processo: 46094004303201161 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER SCOTT WOOLLEY Passaporte: 433330052, Processo: 46094005508201164 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY LYNN SOUTHERN Passaporte: 401972305, Processo: 46094004302201117 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Herbert Lyons Costolo III Passaporte: 209832367, Processo: 46094004540201122 Empresa: PACE BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Arokianadhin Edgard Passaporte: F9493900, Processo: 46094004804201148 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: José Francisco Membrives Passaporte: 31613790N, Processo: 46094003651201111 Empresa: CSC COMPUTER SCIENCES BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMIT KUMAR Passaporte: F6531519, Processo: 46094004807201181 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Marcos Eduardo Cobos Passaporte: 30231588N, Processo: 46094004808201126 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ramon Eduardo Ferras Passaporte: 31314322N, Processo: 46094004806201137 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jorge Esteban Reyes Alegria Passaporte: 27773037N, Processo: 46094005027201159 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES ROBERT SCOTT Passaporte: 401020498, Processo: 46094001471201103 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS KRISTIAN HANSEN Passaporte: 201002472, Processo: 46094004580201174 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IAN JAMES TURNER Passaporte: 099104943, Processo: 46094003931201120 Empresa: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIAOCONG HE Passaporte: G35944153, Processo: 46094004581201119 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL THOMPSON Passaporte: 305931291, Processo: 46094003932201174 Empresa: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XINLEI SUN Passaporte: G35653969, Processo: 46094004582201163 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORMAN GERALD KNIGHTS Passaporte: 060226549, Processo: 46094003860201165 Empresa: BUCYRUS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: G. ANTHONY BELL Passaporte: 308620511, Processo: 46094004583201116 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIMON JAMES MOY Passaporte: 402939644, Processo: 46094004461201111 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIFUMI YANAGUCHI Passaporte: TG4608977, Processo: 46094004462201166 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TADASHI KOZAI Passaporte: TK3278630, Processo: 46094004235201131 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYOTO WATANABE Passaporte: TH1790455, Processo: 46094004454201110 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLIVIER MAURICE MARIE NORVEZ Passaporte: 08CX28371, Processo: 46094004304201114 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Horst Holger Hermann Wenner Passaporte: A1460577, Processo: 46094005018201168 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FERNANDO BARRERA RUDA Passaporte: CC19499826, Processo: 46094005014201180 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CALIXTO POLO FAJARDO Passaporte: CC12190083, Processo: 46094005015201124 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER FETECUA Passaporte: CC80353333, Processo: 46094005023201171 Empresa: DI-

Comercialização proibida por terceiros

GEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAIRO ANTONIO MOLINA MEZA Passaporte: AM608412, Processo: 46094005019201111 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ricardo Alberto Lopez Davila Passaporte: CC16711092, Processo: 46094004819201114 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISAMU KUROSAWA Passaporte: TH8222362, Processo: 46094005029201148 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RODERICK ALAN FORT JR. Passaporte: 215114416, Processo: 46094005507201110 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS BELTRAN CORTESIA CARVAJAL Passaporte: 016418875, Processo: 46094004594201198 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LES PATRICK HENDRIK TERRY BJÖRN GOTTWALD Passaporte: CG294937N, Processo: 46094005817201134 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL MAINHARDT Passaporte: CG24JZ00G, Processo: 46094004131201126 Empresa: ITF CHEMICAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD JOSEPH HAGGERTY Passaporte: 301314418, Processo: 46094005017201113 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT IGNACIO GALINDRES GARCIA Passaporte: CC13014468, Processo: 46094005098201151 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHIGE TAKUMI Passaporte: TK2166794, Processo: 46094004425201158 Empresa: ALDELIA GERENCIAMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MALCOLM PAUL KIRTON Passaporte: 740208399, Processo: 46094004379201197 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORGE CHRISTOPHER TEVIS Passaporte: 445600330, Processo: 46094005016201179 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WALTER ENRIQUE CAÑON RAMIREZ Passaporte: CC79316038, Processo: 46094005021201181 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISMAEL ALFONSO MOZO HERRERA Passaporte: CC79342207, Processo: 46094005022201126 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENRY MARTINEZ GUARNIZO Passaporte: CC 79116052, Processo: 46094004572201128 Empresa: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LOK ENG TATT Passaporte: 19655525, Processo: 46094005020201137 Empresa: DIGEX AIRCRAFT MAINTENANCE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EUVILIO ANTONIO REALES RODRIGUEZ Passaporte: CC11789575, Processo: 46094004575201161 Empresa: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LAI HONG YEO Passaporte: A22658973, Processo: 46094004998201181 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO SARDINHA Passaporte: 482517482, Processo: 46094005134201187 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAMESHRAJAN CHANDRASEGARAN Passaporte: A 17746887, Processo: 46094004820201131 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENO OBUCHI Passaporte: TH1985793, Processo: 46094004794201141 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYOICHI KASAHARA Passaporte: TH8425936, Processo: 46094004380201111 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CAMPBELL ROBERT RAE Passaporte: 801054514, Processo: 46094005354201119 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER JANZEN Passaporte: WQ851444, Processo: 46094005761201118 Empresa: GOODRICH CENTRO DE SERVICOS AERONAUTICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHELLE DARICE THOMAS Passaporte: 424489936, Processo: 46094005350201122 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERNEST JOSEPH PICKART Passaporte: 470179802, Processo: 46094005024201115 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS AXEL WILLIAM KEMNA Passaporte: 5233717442, Processo: 46094005358201199 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS WAYNE DEBOER Passaporte: 402937080, Processo: 46094005135201121 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHAYN VINSON MITCHELL Passaporte: 447854470, Processo: 46094005136201176 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENNO ANAK LIPOR Passaporte: K 16015898, Processo: 46094005133201132 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SURIANARAYANA APPLASAMY Passaporte: A 20057926, Processo: 46094005132201198 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDERIAS DENG Passaporte: K 16010293, Processo: 46094004618201117 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWIN HUAMAN MALDONADO Passaporte: 2464673, Processo: 46094004593201143 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUNJIE HUANG Passaporte: G31239478, Processo: 46094004614201121 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SYED MUHAMMAD ASIF Passaporte: CG1888421, Processo: 46094004592201107 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HUI ZENG Passaporte: G41982091, Processo: 46094004615201175 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID WALTER VANDAWATER Passaporte: 134339015, Processo: 46094004616201110 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENNIE ROSCOE ELDRED III Passaporte: 427714833, Processo: 46094004617201164 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARL MARTIN ADDINGTON Passaporte: 444846259, Processo: 46094004612201131 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PABLO ALEJANDRO JORDAN CHAVARRIA Passaporte: 462298300, Processo: 46094004613201186 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE ULISES CHAVEZ Passaporte: 421473165, Processo: 46094004619201153 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL ROMERO SOL Passaporte: G03428004, Processo: 46094004611201197 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GORDON LEE STENSENG Passaporte: 135017820, Processo: 46094004416201167 Empresa: CLARO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAGHU GUNASEKARAN Passaporte: F1958990, Processo: 46094005130201107 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM LIM FUH KUEN Passaporte: K 19780079, Processo: 46094004625201119 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN RENÉ HUBERT BADAROUX-GUERIN Passaporte: 10AP76602, Processo: 46094004561201148 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOM ARE BLOOM Passaporte: 26142915, Processo: 46094004394201135 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN SCHULTES Passaporte: 5198013289, Processo: 46094004395201180 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL DR MONIZ PEREIRA Passaporte: C6ZGMJL7Y, Processo: 46094004397201179 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NILS SCHAFER Passaporte: 519818088, Processo: 46094004396201124 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WINFRIED JOHANNES BRAUN Passaporte: 500424606, Processo: 46094004415201112 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELIZABETH AMPARO BARRANCA ORBEGOSO Passaporte: 1639106, Processo: 46094004413201123 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EVER CHUQUITAIPE BELLIDO Passaporte: 5110528, Processo: 46094004941201182 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MUSHFIG AZAYEV Passaporte: P4046424, Processo: 46094004473201146 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN EDDIE CEA VERA Passaporte: 11.992.531-2, Processo: 46094004458201106 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN THOMAS MAUERER Passaporte: CH1H2KYNZ, Processo: 46094005131201143 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GOVINDARAJ PASUPULATI MOHAN Passaporte: F 7266078, Processo: 46094004623201111 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAMSON PAUL BERGERON Passaporte: 400581464, Processo: 46094004325201121 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANUSART CHOKBANDIT Passaporte: H866159, Processo: 46094004326201176 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANUWAT TANPONG Passaporte: C943225, Processo: 46094005095201118 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AKINOBU UCHIDA Passaporte: MS7504717, Processo: 46094004327201111 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANAI NUANJAN Passaporte: C944182, Processo: 46094005096201162 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROMU MATSUMOTO Passaporte: TH0117650, Processo: 46094004323201132 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHOT CHUEAKUL Passaporte: C944183, Processo: 46094004322201198 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANAI ONSRI Passaporte: Y834896, Processo: 46094004321201143 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAOJAI PHOMUN Passaporte: B959447, Processo: 46094004632201111 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SWEN THOMAS DUCKSTEIN Passaporte: C8GX736R7, Processo: 46094004912201111 Empresa: SIXTEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAIN PATRICK MARC DOUILLARD Passaporte: 02YD07597, Processo: 46094004943201171 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES ALEXANDER BEANGE Passaporte: 651647666, Processo: 46094004911201176 Empresa: SIXTEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS ERIC RAIMBAUD Passaporte: 02ZT73169, Processo: 46094004332201123 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NARONGRIT PHOMSRICHAN Passaporte: G760159, Processo: 46094004455201164 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUAD ALAWI SHERIF Passaporte: 4661436609, Processo: 46094004456201117 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS EDWARD BIXLER Passaporte: 446459896, Processo: 46094004942201127 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHEEBA RANA Passaporte: G1721275, Processo: 46094004348201136 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHIAN JANTHAKHAM Passaporte: B956770, Processo: 46094004631201168 Empresa: MICROSOFT INFORMATICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANISH HARSHADRAY RAVAL Passaporte: H9274945, Processo: 46094004630201113 Empresa: MICROSOFT INFORMATICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAJIV BHUJANGI SHAH Passaporte: G5488777, Processo: 46094004913201165 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JENS KIRSCHEN Passaporte: 8283222874, Processo: 46094004471201157 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAINER LINDER Passaporte: C9LKPP95X, Processo: 46094004338201109 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SOMPORN TASSAWONG Passaporte: Z781801, Processo: 46094004335201167 Empresa: DURATEX S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUPASWASDE CHUMPHON Passaporte: A997340, Processo: 46094004644201137 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID BRYAN SWITZER Passaporte: 433667674, Processo: 46094005505201121 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID EDWARD SMITH Passaporte: 454892732, Processo: 46094004824201119 Empresa: YAMAHA MOTOR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HISAO TABATA Passaporte: TG 4744905, Processo: 46094004945201161 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE VICENTE LUCCA FUENTES Passaporte: 020359784, Processo: 46094004801201112 Empresa: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIU HOUJUN Passaporte: P00506637, Processo: 46094004946201113 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS JOSE USECHE QUINTERO Passaporte: D0163735, Processo: 46094005148201109 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALCIVIADES PARIONA RAMOS Passaporte: 3714022, Processo: 46094005146201110 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACINTO RODEGUNDO MARTINEZ BAYLON Passaporte: 3682507, Processo: 46094005147201156 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TITO ARMANDO PASION DUEÑAS Passaporte: 4458322, Processo: 46094004877201130 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS ALFONSO MATHEUS ABREU Passaporte: C1885781, Processo: 46094004878201184 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YAN LUO Passaporte: 435438015, Processo: 46094005104201171 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES LARRY HICKS Passaporte: 217122785, Processo: 46094005794201168 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATOSHI HARA Passaporte: TG1301904, Processo: 46094005795201111 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO MAEDA Passaporte: TK1835017, Processo: 46094005106201160 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSHUA LEE HARVEY Passaporte: 424182589, Processo: 46094004947201150 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STIG RABBEN Passaporte: 26317246, Processo: 46094005105201115 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL A CARDENAS Passaporte: 134417649, Processo: 46094005145201167 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAURABHKUMAR GOPALBHAI SONI Passaporte: G2867024, Processo: 46094005348201153 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER SHLIK Passaporte: 13028474, Processo: 46094005125201196 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OCTÁVIO MANUEL CASTANHO GIL Passaporte: G976622, Processo: 46094005347201117 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLEG SHLIK Passaporte: 12741983, Processo: 46094005124201141 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTÓNIO SEBASTIÃO RODRIGUES FIDALGO Passaporte: R478387, Processo: 46094005506201175 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRANT PETER HACKNEY Passaporte: 093123151, Processo: 46094005503201131 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK JOHN WALTERS Passaporte: 099222402, Processo: 46094005502201197 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYLE PAUL JOYCE Passaporte: 455597346, Processo: 46094005504201186 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK JAMESON AVERY Passaporte: 800222896, Processo: 46094005724201118 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSEPH ALAN MORRISON Passaporte: 029545870, Processo: 46094005345201110 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TADASHI MURAKAMI Passaporte: TG3745108, Processo: 46094005197201133 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL ANDRES TORRES SUAREZ Passaporte: 447864432, Processo: 46094005081201102 Empresa: SEA BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VICTOR URSU Passaporte: A3168419, Processo: 46094005250201104 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS FRANK PRINCE Passaporte: 447597201, Processo: 46094005196201199 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES ELLIS BAILEY JR Passaporte: 134010616, Processo: 46094005167201127 Empresa: FORTLEV NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN ALAN LOVELL Passaporte: 472518848, Processo: 46094005177201162 Empresa: FORTLEV NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDE JOSEPH CARSON Passaporte: 017713018, Processo: 46094005111201172 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARINA RUBI TORRES DIAZ Passaporte: G04482728, Processo: 46094005191201166 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Pra-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

zo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Adrian Jeremy Blake Passaporte: 099196576, Processo: 46094005103201126 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RALPH PERFECTO GARCIA Passaporte: 038775533, Processo: 46094005168201171 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANNE JUHANI MIETTINEN Passaporte: 16926449, Processo: 46094005346201164 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHI HAMADA Passaporte: TK0783199, Processo: 46094005194201108 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Peter Brand Passaporte: WT485650, Processo: 46094005152201169 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David L Ayers Passaporte: 307431161, Processo: 46094005195201144 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Anthony Morrison Passaporte: BA385732, Processo: 46094005154201158 Empresa: CSN CIMENTOS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Yong Gao Passaporte: G47079409, Processo: 46094005153201111 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Rachel Leah Carlson Passaporte: 428667725, Processo: 46094005205201141 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KJETIL VINDAL FORSLUND Passaporte: 25707238, Processo: 46094003604201178 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Torsten Lecht Passaporte: 595102591, Processo: 46094005390201174 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Junquan Chen Passaporte: G47173970, Processo: 46094005251201141 Empresa: HEXAGON METROLOGY SISTEMAS DE MEDICAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IGNACIO DE PAZ LINAJE Passaporte: AB382645, Processo: 46094005337201173 Empresa: K2 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID MCPHERSON MUTCH Passaporte: 761286849, Processo: 46094005783201188 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONNIE LEE SEGREST Passaporte: 401400843, Processo: 46094003138201121 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIMMY RUPERT GAWDE Passaporte: M5071411, Processo: 46094005340201197 Empresa: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNICHIRO TABATA Passaporte: TH9087847, Processo: 46094005514201111 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RANDY BRIAN WILLHITE Passaporte: 458805668, Processo: 46094005393201116 Empresa: INGRAM MICRO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEMANT SAXENA Passaporte: F6663502, Processo: 46094005394201152 Empresa: INGRAM MICRO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SURESH ARAVA Passaporte: J4629869, Processo: 46094005725201154 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL LAURENCE HEMPTON Passaporte: 455063125, Processo: 46094005386201114 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERWIN RITTER Passaporte: 940603736, Processo: 46094005513201177 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CATALIN DRAGOS HUTANU Passaporte: 465635354, Processo: 46094005781201199 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JÖRG SCHLATT Passaporte: 340228581, Processo: 46094005387201151 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GOTTFRIED ETTENBERGER Passaporte: 8080038999, Processo: 46094005729201132 Empresa: V & M DO BRASIL S. A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Shawn Adam Hawk Passaporte: 430111066, Processo: 46094005813201156 Empresa: TRUMPF MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Markus Rottenanger Passaporte: 701741243, Processo: 46094005816201190 Empresa: SCHWING EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID LLOYD CITROWSKE Passaporte: 428131820, Processo: 46094005797201100 Empresa: GOODRICH CENTRO DE SERVICOS AERONAUTICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: APRIL STUTTS SINGLETON Passaporte: 432105348, Processo: 46094005788201119 Empresa: SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES BOND Passaporte: 761202968, Processo: 46094005763201115 Empresa: SONY BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOICHI MURAYAMA Passaporte: TK0728430, Processo: 46094005796201157 Empresa: GOODRICH CENTRO DE SERVICOS AERONAUTICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLIVIA CAMILLE KELLY Passaporte: 223183481, Processo: 46094005766201141 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO DE LEON Passaporte: 216091589, Processo: 46094005798201146 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW COURT PUCKETT Passaporte: 466944144, Processo: 46094005764201151 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL CHRISTIAN MORRIS Passaporte: 448279544, Processo: 46094005768201130 Empresa: GOODRICH CENTRO DE SERVICOS AERONAUTICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARGARET ELENA ENGLISH Passaporte: 209776321, Processo: 46094005767201195 Empresa: GOODRICH CENTRO DE SERVICOS AERONAUTICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEITH BRIAN HUBBARD Passaporte: 207188795, Processo: 46094005800201187 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CALIN NECULCEA Passaporte: 440502622, Processo: 46094005762201162 Empresa: GOODRICH CENTRO DE SERVICOS AERONAUTICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL RICHARD TROHA Passaporte: 400766667, Processo: 46094005818201189 Empresa: HITACHI BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICANOR VILLACOBA MANANGUIT Passaporte: XX2216275.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094005377201115 Empresa: MOZARTEUM BRASILEIRO ASSOCIACAO CULTURAL Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Amarilio Ramalho Passaporte: P5306156 Estrangeiro: Andreas Hengl Passaporte: P5207026 Estrangeiro: Christoph Angerer Passaporte: L08612458 Estrangeiro: Christopher Robert Scotney Passaporte: 303623600 Estrangeiro: Karl Bichler Passaporte: P2116595 Estrangeiro: Martin Hinterndorfer Passaporte: P1072556 Estrangeiro: Robert Pinkl Passaporte: J03963126 Estrangeiro: Roland Spindler Passaporte: H07304938 Estrangeiro: Silvia Radobersky Passaporte: P3294199, Processo: 46094007674201103 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW HILARY GRAMS Passaporte: 439727697, Processo: 46094007331201131 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER JACOB KOOIJ Passaporte: BFKB95K43, Processo: 46094005775201131 Empresa: JEAN CARLO BATISTA EPP Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS PSARAS Passaporte: 099095870, Processo: 46094005501201142 Empresa: ASSOCIACAO ORQUESTRA PRO MUSICA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELISSA CAMILLE CASSINI Passaporte: 467483006, Processo: 46094006077201153 Empresa: ASSOCIACAO ORQUESTRA PRO MUSICA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEFFREY DOWD Passaporte: 710892917, Processo: 46094007021201116 Empresa: INTERIOR PRODUCOES ARTISTICAS INTERNACIONAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Bertrand Rainville Pitt Passaporte: WS813048 Estrangeiro: Cathie Béchard Passaporte: WB280620 Estrangeiro: Cedric Arlen - Pouliot Passaporte: JG165274 Estrangeiro: Diane Landry Passaporte: WK588816 Estrangeiro: Florence Le Blanc Passaporte: WK577604 Estrangeiro: Guy Sioui Durand Passaporte: WH360517 Estrangeiro: James Partaik Passaporte: WF388665 Estrangeiro: Julie Andree Tremblay Passaporte: JR620764 Estrangeiro: Karole Biron Passaporte: WM655476 Estrangeiro: Lenka Novakova Passaporte: QC711259 Estrangeiro: Mathieu Valade Passaporte: WS010190 Estrangeiro: Michael Douglas La Chance Passaporte: WP574037 Estrangeiro: Patrick Altman Passaporte: WK590587 Estrangeiro: RIchard Martel Passaporte: BD120905 Estrangeiro: Sabin Hudon Passaporte: WN174673 Estrangeiro: Valerie Potvin Passaporte: WS096206, Processo: 46094007673201151 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SET RAGNAR BOHLIN Passaporte: 23375606, Processo: 46094007915201114 Empresa: LUA MUSIC DIGITAL LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRAXTON KETH OLITA Passaporte: 720171840 Estrangeiro: CHRISTOPHER ROBERT NATHAN Passaporte: 047881216 Estrangeiro: DANIEL DENNIS CARBERRY Passaporte: 471225110 Estrangeiro: EMMA WHITWORTH LUDBROOK Passaporte: E4011157 Estrangeiro: ERICA PAIGE RAMON Passaporte: 308491098 Estrangeiro: EVAN BARACK BREESE Passaporte: 465652152 Estrangeiro: FREDERICK CARY CARLTON Passaporte: 309991622 Estrangeiro: JARED JOSEPH LETO Passaporte: 720171838 Estrangeiro: JONATHAN MICHAEL KING Passaporte: 432330527 Estrangeiro: JONATHON CHARLES HILL Passaporte: 403757587 Estrangeiro: MARC LAWRENCE POLLACK Passaporte: 039223272 Estrangeiro: NILES COLBY ANDERSON Passaporte: 449712729 Estrangeiro: SARAH TERESA BERKOWITZ Passaporte: 039166987 Estrangeiro: SHANNON CARL LETO Passaporte: 720171841 Estrangeiro: STEEV ADAM ARNOLD Passaporte: 093183728 Estrangeiro: STEPHEN EDWARD TAYLOR Passaporte: 720171839 Estrangeiro: TIMOTHY JOSEPH KELLEHER Passaporte: 421730226 Estrangeiro: TOMISLAV MILICEVIC Passaporte: 422045022, Processo: 46094007856201176 Empresa: KBL PROMOCOES E EVENTOS MUSICAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD JOHN BILLIS Passaporte: 761320906, Processo: 46094006864201103 Empresa: KBL PROMOCOES E EVENTOS MUSICAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Jesse James Rose Passaporte: 706308946, Processo: 46094007704201173 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE E PROMOCOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO COLELLA Passaporte: F1102768, Processo: 46094007703201129 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW OWEN ALLABY Passaporte: 105100078, Processo: 46094007323201194 Empresa: ALEX DE LIMA FERREIRA Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: CEBERT BERNARD Passaporte: A2340126, Processo: 46094007241201140 Empresa: SARA SOYAUX DE ALMEIDA ROSA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Daniel Alejandro Riveros Sepúlveda Passaporte: 14168587-2 Estrangeiro: Francisca Felicia Morales Quijada Passaporte: 15591433-5 Estrangeiro: Pedro Subercaseaux Garcia de La Huerta Passaporte: 13657511-2, Processo: 46094007617201116 Empresa: CARLOS BRANCO & CIA LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANNA MARIE MCGUIRE Passaporte: PC7998705 Estrangeiro: CATHALL BRENDAN KING Passaporte: PA3746788 Estrangeiro: DOMINIC KELLY Passaporte: 459255544 Estrangeiro: EAMONN JOSEPH MOLONEY Passaporte: B462338 Estrangeiro: ELIZABETH ANNE KNOWLES-O'HARE Passaporte: 455574878 Estrangeiro: ELIZABETH ANNE LIVINGSTON Passaporte: 452225841 Estrangeiro: ERIN JORDAN TREVENA Passaporte: PT4519168 Estrangeiro: GEMMA CLARE O'CONNOR Passaporte: S256696 Estrangeiro: GERARD MARTIN HAYES Passaporte: PS0049398 Estrangeiro: JEAN-MARC LOUIS PESLERBE Passaporte: 04AE27307 Estrangeiro: JULIEN ALEXANDRE HERVIER Passaporte: 08CK50180 Estrangeiro: KIERAN JOEL O'HARE Passaporte: 422108849 Estrangeiro: LIAM PATRICK GILLIGAN Passaporte: 540609031 Estrangeiro: LISA MARIE BUTLER Passaporte: R967548 Estrangeiro: MARIA THERESA BROSNAN Passaporte: 207387313 Estrangeiro: MEGAN ELIZABETH KIRK Passaporte: 474722803 Estrangeiro: MOLLY CAROLYN HUGHES Passaporte: PC0243343 Estrangeiro: PATRICK NICHOLAS BROADERS Passaporte: PC6270125 Estrangeiro: RICHARD MATTHEW ROSS Passaporte: 078403461 Estrangeiro: ROBERT LUCIAN LIVINGSTON III Passaporte: 438038532 Estrangeiro: THOMAS PAUL BROSNAN Passaporte: 801191373 Estrangeiro: WILLIAM EDMOND GEORGES BLOT Passaporte: 03TF88788, Processo: 46094007619201113 Empresa: CLUNK AGENCIA DE DJS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Benjamin Joel Harwood Passaporte: E4027143 Estrangeiro: Benjamin Mark Browning Passaporte: E4022501 Estrangeiro: Dan Whitford Passaporte: E4026187 Estrangeiro: GUY DOMINICK PAVELO JR Passaporte: 472496766 Estrangeiro: Hans Jonas Persson Passaporte: 81936510 Estrangeiro: John William Hall Passaporte: M9593024 Estrangeiro: Jonathan Gary Nelson Passaporte: N1687133 Estrangeiro: Mirko Vogel Passaporte: C4N0HFXCF Estrangeiro: Mitchell Alexander Scott Passaporte: E4018968 Estrangeiro: Timothy Ross Hoey Passaporte: E4027923, Processo: 46094007589201137 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL CORPO RASTREADO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIEN JEAN-PASCAL TARRIDE Passaporte: 03RB24677, Processo: 46094007588201192 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL CORPO RASTREADO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIOS FONIADAKIS Passaporte: AB6941346, Processo: 46094007702201184 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE E PROMOCOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC ANTHONY HUGHES Passaporte: 800497156, Processo: 46094007701201130 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE E PROMOCOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER MICHAEL TONG Passaporte: 800380542, Processo: 46094007901201192 Empresa: MIZRACH COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID LANCELOT CHACHERE Passaporte: 057444319 Estrangeiro: DEAN RAISSEN Passaporte: 447729014 Estrangeiro: DERRICK JEROME PARKER Passaporte: 452008726 Estrangeiro: ERIC ARIEL RACHMANY Passaporte: 431635983 Estrangeiro: HARRISON TODD STAFFORD Passaporte: 431515960 Estrangeiro: HOSSEIN ATTAR Passaporte: 301974619 Estrangeiro: JAMES MINGO LEWIS JR Passaporte: 464485286 Estrangeiro: KELSEY JOHN HOWARD Passaporte: 057610191 Estrangeiro: KIM DOREEN POMMELL Passaporte: A2690878 Estrangeiro: KYLE ARTHUR YEEND Passaporte: 430985525 Estrangeiro: MARCUS ALEXANDER URANI Passaporte: 480448188 Estrangeiro: MARLEY DAVID WILLIAMS Passaporte: 481662066 Estrangeiro: RACQUEL SHAUMEL HINDS Passaporte: A3043359 Estrangeiro: ROURKE SPENCER CAREY Passaporte: 437810440 Estrangeiro: RYAN CRAIG NEWMAN Passaporte: 452414849 Estrangeiro: TE KANAWA HAEREITI Passaporte: 057245649 Estrangeiro: WESLEY DALLAS FINLEY Passaporte: 476379380, Processo: 46094007700201195 Empresa: SANDRO ESCOVEDO HORTA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN BURGUENO Passaporte: M8672725, Processo: 46094007900201148 Empresa: LUDICO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT WILLIAM TEWSLEY Passaporte: 099007116, Processo: 46094007903201181 Empresa: FRANCISCO RUBENS DE CARVALHO OLIVEIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG LESLIE THELWELL Passaporte: A3188645 Estrangeiro: ISAIAH ALEXANDER PALMER Passaporte: A3181174 Estrangeiro: MICHAEL BONNER
Passaporte: A3085279 Estrangeiro: RICHEL BONNER Passaporte: A2942710 Estrangeiro: ROLANDO ALPHANSO WILSON Passaporte: A3123235 Estrangeiro: SOPHIA ANN-MARIE CAMPBELL Passaporte: A3201470, Processo: 46094007902201137 Empresa: MARILI PROMOCOES E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHARLOTTE AUGUSTUS MC KINNON Passaporte: 047138573 Estrangeiro: LAURA VANESSA VIVAS Passaporte: 048387529 Estrangeiro: MARCELO JOSÉ SALES Passaporte: 17056576 Estrangeiro: RACHEL DAEL LESLIE Passaporte: 218220343, Processo: 46094007904201126 Empresa: LOCH NESS IMPORTADORA E SERVICOS LTDA ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BARRY RAYMOND BROSTROM Passaporte: 452097634 Estrangeiro: BAS CORNELIS HUBERTUS MAAS Passaporte: NS9P0FHK3 Estrangeiro: DAVID CLAYPOOL BRANCH Passaporte: 056755473 Estrangeiro: DERRICK JOHN ROY Passaporte: 213895279 Estrangeiro: DOROTHEE PESCH Passaporte: 500432577 Estrangeiro: FRANK TRZASKOWSKI Passaporte: 510147932 Estrangeiro: GABRIELE-INES HOFFMANN Passaporte: 3236172235 Estrangeiro: GUILHERME HIROSE CUANI Passaporte: FD139959 Estrangeiro: HANS STEFAN SCHWARZMANN Passaporte: 8972042013 Estrangeiro: HERMANN HEINZ FRANK Passaporte: 149726204 Estrangeiro: JOHN G. DI TEODORO JR Passaporte: 423551876 Estrangeiro: LUCA PRINCIOTTA CARIDDI Passaporte: Y389908 Estrangeiro: MARK A. TORNILLO Passaporte: 425326113 Estrangeiro: MARK ALAN NEWMAN Passaporte: 214475808 Estrangeiro: MICHAEL ANDREW KENNEDY Passaporte: 401400898 Estrangeiro: NICHOLAS CHARLES DOUKLIAS Passaporte: 477348788 Estrangeiro: PETER FRANK BALTES Passaporte: C4G49LLR9 Estrangeiro: TODD MATTHEW MC KENZIE Passaporte: 422743803 Estrangeiro: WOLF HELLMUT OTTO FRIEDRICH HOFFMAN Passaporte: 4099038076, Processo: 46094008198201130 Empresa: GABINETE CULTURA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS EISENSCHNEIDER Passaporte: 510143425 Estrangeiro: ANDREY BEREZIN Passaporte: 63Nº3184889 Estrangeiro: AZUSA SEYAMA PROVILLE Passaporte: TZ0496005 Estrangeiro: CHARALAMPOS KOKKINOS Passaporte: AH2116092 Estrangeiro: CLEMENTINE DIANE CHANTAL DELUY Passaporte: 05AE9902 Estrangeiro: DAMIANO OTTAVIO BIGI Passaporte: A444776 Estrangeiro: DIETRICH RODER Passaporte: C6ZZZ2Z18 Estrangeiro: DIRK HESSEF Passaporte: 5023240178 Estrangeiro: DITTA MIRANDA AKMAN Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

T274663 Estrangeiro: DOMINIQUE FRANCIS MARC MERCY Passaporte: 05RE20161 Estrangeiro: EDWARD PAUL MARTINEZ Passaporte: 450151431 Estrangeiro: ERNESTA CORVINO Passaporte: 217660199 Estrangeiro: FERNANDO CARLOS SUELZ MENDOZA Passaporte: 510204191 Estrangeiro: FEÇICITAS CAROLINE WILLEMS Passaporte: L3061649 Estrangeiro: HANNA MARIA ZWINGE Passaporte: C6ZZ02M1T Estrangeiro: HARALD BOLL Passaporte: C6ZZY7G07 Estrangeiro: HEIRICH LUDGER BERNWART MULLER Passaporte: 510207940 Estrangeiro: HELENA EVELYNE FRANCIOSE PIKON Passaporte: 08AB00464 Estrangeiro: JAN SZITO Passaporte: 510163986 Estrangeiro: JOACHIM ALFRED VERLEI Passaporte: 510153983 Estrangeiro: JORG RAMERSHOVEN Passaporte: C6ZZG2RZP Estrangeiro: JORGE PUERTA ARMENTA Passaporte: CC79590346 Estrangeiro: JULIE ANNE STANZAK Passaporte: 710892835 Estrangeiro: JULIE MARIE SHANAHAN Passaporte: E7593441 Estrangeiro: KARSTEN HEINZ FISCHER Passaporte: 595400700 Estrangeiro: KENGI RICHARD TAKAGI Passaporte: 510201964 Estrangeiro: KERSTIN MARGARETA ELISABETH HARDT Passaporte: 5101409321 Estrangeiro: KLAUS PETER PABST Passaporte: 521928469 Estrangeiro: MARIA NAZARETH PANADERO GOMEZ Passaporte: XDA239333 Estrangeiro: MARIE JORDANE THUSNELDA MERCY Passaporte: 09PL63382 Estrangeiro: MARION SIEMERS GEB. SCHNELLE Passaporte: 510150356 Estrangeiro: MARTIN WINTERSCHEIDT Passaporte: 510207988 Estrangeiro: MATTHIAS JOHANNES BURKET Passaporte: C702W708V Estrangeiro: MECHTHILD MARIANNEGROBMANN Passaporte: C1T0J4MNW Estrangeiro: PABLO ARAN GIMENO Passaporte: XD498023 Estrangeiro: PASCAL ANDRÉ MERIGHI Passaporte: 10CL14721 Estrangeiro: ROBERT STURM Passaporte: 510154256 Estrangeiro: SABINE HEBELING GEB. BRENNECKE Passaporte: 510161686 Estrangeiro: ULRIKE SCHINEIDER GEB. WÜSTEN Passaporte: C7111X5NY Estrangeiro: YU TSAI CHIN Passaporte: 13500085D.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094005627201117 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUCE EDWARD GENTRY Passaporte: 438818555, Processo: 46094003873201134 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: Jeffery Lynn De Jean Passaporte: 210885227, Processo: 46094004821201185 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 05/12/2012 Estrangeiro: ALI BARCELONIO VENTILACION Passaporte: EBO795624, Processo: 46094004656201161 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STUART ATKINS BALLANTYNE Passaporte: 761079662, Processo: 46094005605201157 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL LYNN MURRAY Passaporte: 222788755, Processo: 46094004925201190 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS JOHN SCHUMEY JR Passaporte: 426622927, Processo: 46094005448201180 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHAD THOMAS COLLMORGEN Passaporte: 470601667 Estrangeiro: FOYE WAYNE SMITH Passaporte: 134189643 Estrangeiro: JESSE DALE FOX JR Passaporte: 135309960 Estrangeiro: THOMAS SCOTT WILBORN Passaporte: 430042708, Processo: 46094005315201111 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: Duro Musladin Passaporte: 004144127, Processo: 46094005626201172 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HERBERT MARK GULLIFORD Passaporte: 206498839, Processo: 46094005483201107 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 20/09/2011 Estrangeiro: MATTHEW JOHN RICHARD HESKETH Passaporte: 800523720 Estrangeiro: PETER MARK ATKINS Passaporte: 040600385, Processo: 46094005482201154 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 20/09/2011 Estrangeiro: ROMEL LEYRITANA SAMPIL Passaporte: TT0736468, Processo: 46094005784201122 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NOR AZMAN BIN SIDI AHMED Passaporte: A23959171 Estrangeiro: PIETER WOUTER SIMON DIERX Passaporte: NUH37CLL2 Estrangeiro: SALMAN BIN ALI Passaporte: A17590392 Estrangeiro: TAY BOON WOO Passaporte: A16629610, Processo: 46094005430201188 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 12/08/2011 Estrangeiro: Anthony Jerome Ellis Passaporte: 450481117 Estrangeiro: Barry Lee Hester Passaporte: 403744295 Estrangeiro: Bruce Joseph Watson Thomson Passaporte: 099059037 Estrangeiro: Carlos Omar Espinoza Passaporte: 761049617 Estrangeiro: Danial La Grange Passaporte: 470602409 Estrangeiro: Frederick Stephen Hannar Passaporte: 402455532 Estrangeiro: James Clinton Johnson Passaporte: 467053389 Estrangeiro: Jason Rue Lewing Passaporte: 400403037 Estrangeiro: Jay-Dee Abendroth Passaporte: 461173941 Estrangeiro: Jeremy Robert Gage Passaporte: 136070646 Estrangeiro: Jerry De Wayne Hinkie Passaporte: 136082147 Estrangeiro: Joseph Benjamin Jones Passaporte: 429822205 Estrangeiro: Joshua Boyd Weems Passaporte: 400431108 Estrangeiro: Joshua Dean Maguire Passaporte: 220280321 Estrangeiro: Larry Eatough Passaporte: 056870340 Estrangeiro: Louis Raymond Swartz III Passaporte: 216758132 Estrangeiro: Mack Morris Green Passaporte: 450480232 Estrangeiro: Marshall Ward Mechum Passaporte: 467057342 Estrangeiro: Michael Shane Tidmore Passaporte: 134943642 Estrangeiro: Michael Stephen Barrow Passaporte: 460923231 Estrangeiro: Michael Walter Wologo Passaporte: 219348630 Estrangeiro: Paul Scott Taylor Passaporte: 465771724 Estrangeiro: Prentiss O'Neil Cochran Passaporte: 403545153 Estrangeiro: Ralph Edward Smith Sr Passaporte: 407164160 Estrangeiro: Raoul Ochoa Passaporte: 136080135 Estrangeiro: Rickey Jerome McCants Passaporte: 442320181 Estrangeiro: Robert Henry Barnes Passaporte: 219795274 Estrangeiro: Samuel Kristopher King Passaporte: 407534339 Estrangeiro: TIMOTHY LA WAYNE BIDDLE Passaporte: 404258509 Estrangeiro: William Kenneth Hall Jr Passaporte: 403545238, Processo: 46094005429201153 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2011 Estrangeiro: STYLIANOS ANASTASAKIS Passaporte: AH2565003, Processo: 46094005616201137 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JODY BROWN Passaporte: 710335674, Processo: 46094005963201160 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARUL ARASU MARIA SAMUEL GNANA Passaporte: G4567148 Estrangeiro: EAPEN MATHEW Passaporte: H9869486 Estrangeiro: SWAPNIL SUBHASH SHAH Passaporte: R000748108, Processo: 46094005961201171 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATHA PATI NANDA KUMAR Passaporte: Z1763045 Estrangeiro: VENKATA SUBRAMANYA PRAVEEN KALIDINDI Passaporte: F4502151, Processo: 46094005490201109 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Prazo: até 19/03/2012 Estrangeiro: ANTHONY LEN HORTON Passaporte: 447522293 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL HOPE Passaporte: 135303442 Estrangeiro: CODY WAYNE GOODWIN Passaporte: 451782627 Estrangeiro: JEFFREY LEE HARDIE Passaporte: 437263077 Estrangeiro: JIMMY STEPHEN HORTON Passaporte: 135137504 Estrangeiro: JOHN ALLAN SCHMIDT Passaporte: 442183072 Estrangeiro: ROBERT TODD MANASCO Passaporte: 481635515 Estrangeiro: ZACHARY ANDREW PHILLIPS Passaporte: 134914920, Processo: 46094005702201140 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR RASKIDKIN Passaporte: 63N3872522, Processo: 46094005700201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2011 Estrangeiro: KIMON CHRISTODOULOU Passaporte: AB0955914, Processo: 46094006003201117 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRAHAM LEWIS ALEXANDER MCINTOSH Passaporte: 501284622, Processo: 46094006002201172 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALASTAIR JAMES DANIEL Passaporte: 651517272, Processo: 46094005493201134 Empresa: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STAALE SOLBAKKEN Passaporte: 25657438, Processo: 46094005614201148 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHNATHAN CURTIS SHOWS Passaporte: 423259404, Processo: 46094005701201103 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAIL ANGELOS GKIOULIS Passaporte: AH2952273 Estrangeiro: THEODOSIOS ALEXANDROS GKIALAS Passaporte: AH2952678, Processo: 46094005549201151 Empresa: DOF NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/07/2012 Estrangeiro: RICK ALLAN MADERAZO VILLEGAS Passaporte: XX3516124, Processo: 46094005602201113 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 30/10/2012 Estrangeiro: RAFAEL ALBERTO LINARES SOMOZA Passaporte: D0744144 Estrangeiro: WILMER SANTIAGO MORALES Passaporte: 012004737, Processo: 46094005703201194 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/12/2011 Estrangeiro: ARAVIND RAMKRISHNA BIDAYE Passaporte: Z1893513 Estrangeiro: KURYAN GEORGE Passaporte: H0223933 Estrangeiro: SANTHOSH ADUKATHIL KUNHIRAMAN NAIR Passaporte: G3164885 Estrangeiro: SWAPNIL SURESH KARANDE Passaporte: G2094795, Processo: 46094005524201157 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/08/2012 Estrangeiro: ATHANASIOS TSOUBELIS Passaporte: AH3168012, Processo: 46094005785201177 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CÉDRIC CLAUDE JOËL DUTRONQUAY Passaporte: 09AH90911 Estrangeiro: JEAN-LOUIS IDOUX Passaporte: 07AL21890 Estrangeiro: JOËL MARC VICTOR HAUSSER Passaporte: 02ZC41840, Processo: 46094005523201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/05/2012 Estrangeiro: DILPAL SINGH OBEROI Passaporte: H3964430, Processo: 46094005883201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAAVARD ESPELAND Passaporte: 25369312 Estrangeiro: JACEK GRUDNIEWSKI Passaporte: AT7776585 Estrangeiro: MIROSLAW LIPSKI Passaporte: AJ6917842, Processo: 46094005548201114 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS JANSSON ULLER Passaporte: 56697256, Processo: 46094005698201110 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/08/2012 Estrangeiro: VLADIMIR BONDARENKO Passaporte: 704209498, Processo: 46094005679201193 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DUJE SAMADAN Passaporte: 003249929, Processo: 46094005769201184 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO FERNANDO TORRES RIVERA Passaporte: CC93356223, Processo: 46094006115201178 Empresa: SEVAN PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BJOERN KRISTIAN ARNTSEN Passaporte: 27909376, Processo: 46094005699201164 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/11/2011 Estrangeiro: BIKRAM SINGH RANDHAWA Passaporte: F9728022, Processo: 46094005680201118 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAKSIMILIJAN ZUBANOVIC Passaporte: 001071656 Estrangeiro: ZELJKO GVOZDENOVIC Passaporte: 000744871, Processo: 46094005547201161 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINIT GAJANAN GOLE Passaporte: Z 1895495, Processo: 46094005546201117 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AISHIK GANGULY Passaporte: G6743508 Estrangeiro: BABBAN RAMANAND GIRI Passaporte: F 6108552 Estrangeiro: HARIKUMAR PULLIL Passaporte: J 1504440 Estrangeiro: HEMANT SINGH KHATI Passaporte: A5435450 Estrangeiro: KARUNAMOORTHY PARAMASIVAN Passaporte: F9172622 Estrangeiro: KRISHAN KUMAR Passaporte: E 1341782 Estrangeiro: NAVIN KUMAR Passaporte: E7493227 Estrangeiro: NIDHIN PRABHAKARAN Passaporte: F4134120 Estrangeiro: PRAMOD DAS Passaporte: F2423218 Estrangeiro: SUBHADIP DEY Passaporte: J4845764 Estrangeiro: TOUFIQUE MASIH Passaporte: F 2457837, Processo: 46094005705201183 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGIOS MATHIASOS Passaporte: AE1182335, Processo: 46094006007201103 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 06/05/2011 Estrangeiro: FRANCISCO JOSÉ DA FONSECA MONTOITO Passaporte: L575957, Processo: 46094005691201106 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ANDREW COOPER Passaporte: 093180106, Processo: 46094005566201198 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEMIAN FRANCISCO FERNANDEZ Passaporte: 07390005672 Estrangeiro: IVAN MONSALVO HERNANDEZ Passaporte: 08060015477 Estrangeiro: Marco Eliud Hernandez Morales Passaporte: 06060011566 Estrangeiro: WILLIAM DEL CARMEN CACERES CONSTANTINO Passaporte: 07450002871, Processo: 46094006118201110 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PER ERIK BERGER Passaporte: 26922845, Processo: 46094005550201185 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: até 22/05/2012 Estrangeiro: GEORGIE BABOR SISTOSO Passaporte: XX0089788 Estrangeiro: MARION DIMAPILIS BACAY Passaporte: EB1367930 Estrangeiro: RANDY TAGATAC CASTILLO Passaporte: ZZ206630, Processo: 46094005873201179 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/07/2012 Estrangeiro: ALEXANDER MIRAL TESIO Passaporte: XX3768975 Estrangeiro: MICHAEL SANTULAN FERNANDEZ Passaporte: XX3840293 Estrangeiro: RYAN JAY ONOD SALVIEJO Passaporte: XX5443494, Processo: 46094005887201192 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NERI SEVERINO DIAZ Passaporte: EB0833657, Processo: 46094005932201117 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 29/12/2011 Estrangeiro: Hrvoje Puljak Passaporte: 003214466 Estrangeiro: Vedran Dragicevic Passaporte: 004181847, Processo: 46094005646201143 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 15/05/2012 Estrangeiro: RENATUS JOHANNES ANTONIUS VISSER Passaporte: BKPDPJL59, Processo: 46094005603201168 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2011 Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO LARA PARADA Passaporte: 039961631 Estrangeiro: LISANDRO JOSE RODRIGUEZ RODRIGUEZ Passaporte: D0614156 Estrangeiro: ROBERT DANIEL QUIÑONES LARA Passaporte: 036538036, Processo: 46094005543201183 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN ALEJANDRO BELTRAN PUCHE Passaporte: CC73188562, Processo: 46094005891201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/09/2011 Estrangeiro: MARIO PASCUA ALIGA Passaporte: XX3754006, Processo: 46094005694201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/08/2011 Estrangeiro: NORMAN BAUTOVIC Passaporte: 003496676, Processo: 46094005872201124 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: ARNT PETTER TANGJERD Passaporte: 27952559 Estrangeiro: JOHANNA MARIA HAEMAELAEINEN Passaporte: PL0236735 Estrangeiro: JOSTEIN NIKOLAI LARSEN Passaporte: 20300199 Estrangeiro: JOUNI ANTERO NISKAKOSKI Passaporte: 16434431 Estrangeiro: TIMO JUHANI SIIRA Passaporte: PK1430142, Processo: 46094005695201186 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BALLIGI AGNANAYON JR DEL ROSARIO TIRA Passaporte: EB0216563 Estrangeiro: CARLO ABARENTOS PABULAYAN Passaporte: XX1040736 Estrangeiro: NARCISO JR. JALANDONI TOLITOL Passaporte: XX4563085 Estrangeiro: NICOLAS CRISTALES GUEVARRA Passaporte: TT0470171, Processo: 46094005871201180 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: STAVROS PAPAZIS Passaporte: AE4106138, Processo: 46094005893201140 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/09/2011 Estrangeiro: STEPHEN GIERGOS ACOSTA Passaporte: XX4835385, Processo: 46094005881201115 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONY RAYMOND GRAHAM Passaporte: 463220478, Processo: 46094005880201171 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORAN VLAHOVIC Passaporte: 140788879, Processo: 46094005886201148 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/03/2012 Estrangeiro: PHILIP FORTUITO LUMANTAS Passaporte: TT0817128, Processo: 46094005878201100 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEG KHAVIN Passaporte: EH646430, Processo: 46094005877201157 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIACESLAV SILO Passaporte: 22429846, Processo: 46094005884201159 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/08/2012 Estrangeiro: SAURABH KAPRE Passaporte: G6907368, Processo: 46094006004201161 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUC OLIVIER MARIE LE RAI Passaporte: 07AA98060, Processo: 46094005876201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: EIRIK GRINDHEIM Passaporte: 27056865 Estrangeiro: LINNEA MARIA GAEWERTH Passaporte: 80224176, Processo: 46094005885201101 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/11/2011 Estrangeiro: BHUPINDER SINGH Passaporte: F5676102, Processo: 46094005882201160 Em-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

presa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: DANNY WAYNE BOUNDS Passaporte: 016999777, Processo: 46094005736201134 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JESUS DE PAU CASTILLO Passaporte: 04310017503, Processo: 46094005737201189 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL GONGORA ZAVALA Passaporte: 06310023837, Processo: 46094005879201146 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: até 31/07/2011 Estrangeiro: YEVHENIY POKATAYEV Passaporte: EH180066, Processo: 46094005937201131 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 12/04/2012 Estrangeiro: THORE SCHOTTE Passaporte: EI324601, Processo: 46094005928201141 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2011 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL VELASQUEZ CASTILHO Passaporte: 6246742, Processo: 46094005738201123 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE DIAZ DE LA CRUZ Passaporte: 07450002872 Estrangeiro: NESTOR GILBERTO GUEVARA AGUIRRE Passaporte: G05603571 Estrangeiro: WILBERTH MIGUEL CACERES CONSTANTINO Passaporte: 06450004641, Processo: 46094005951201135 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: Bostjan Pahic Passaporte: P00904260 Estrangeiro: Zdzislaw Waldemar Deorocki Passaporte: EA4352233, Processo: 46094006228201173 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2012 Estrangeiro: Gari Selgis Passaporte: K2011805, Processo: 46094005923201118 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: Mario Marinovic Passaporte: 168140098 Estrangeiro: Valeriy Naumenko Passaporte: EA310570, Processo: 46094005968201192 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK ANTHONY SILVA LEMA Passaporte: XX3914491 Estrangeiro: MARKO OLAVI VIKMAN Passaporte: 16924950, Processo: 46094005970201161 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ALEJANDRO SANCHEZ BERNAL Passaporte: D0183551, Processo: 46094005926201151 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: SERGIY CHEBAN Passaporte: EK797279 Estrangeiro: WOJCIECH LUBINSKI Passaporte: AB0841213, Processo: 46094005965201159 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ANTHONY WHITE Passaporte: E1021733, Processo: 46094006070201131 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 20/09/2011 Estrangeiro: NILS FREDERIK LUNSTROOT Passaporte: BLKP7H4J8, Processo: 46094006121201125 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/03/2012 Estrangeiro: RUZAD CYRUS KARBHARI Passaporte: E6465250, Processo: 46094005964201112 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: até 22/05/2012 Estrangeiro: RUNE HANSEN Passaporte: 27631133, Processo: 46094006018201185 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES DAVID KNOX Passaporte: 451784589, Processo: 46094006005201114 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRY PHILIP MAXWELL SNOW Passaporte: 104842940 Estrangeiro: MICHAEL STAGE Passaporte: 456946830, Processo: 46094005925201115 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: OLEG DZIGAJEV Passaporte: 22560334 Estrangeiro: VELJKO CATOVIC Passaporte: 003978583, Processo: 46094006006201151 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 06/05/2011 Estrangeiro: JOSÉ SAMPAIO VIANA Passaporte: L007836 Estrangeiro: MÁRIO JOSÉ DO NASCIMENTO SÁ Passaporte: J468795 Estrangeiro: SALVADOR CORREIA NUNES Passaporte: G521759, Processo: 46094005969201137 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FLORANTE FRANCISCO CRISOSTOMO GONZALES Passaporte: EB0094686, Processo: 46094006017201131 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 06/05/2011 Estrangeiro: JENS BJOERK NIELSEN Passaporte: 204418980 Estrangeiro: JESPER HOUGAARD HANSEN Passaporte: 204076242 Estrangeiro: JESPER MORTENSEN Passaporte: 202457890 Estrangeiro: KIM SOERENSEN Passaporte: 102182621 Estrangeiro: POUL NIELSEN Passaporte: 202737009 Estrangeiro: RIKKE NOERREGAARD ANDERSEN Passaporte: 200823430 Estrangeiro: SIMON MÜHLENDORPH LARSEN Passaporte: 203097873, Processo: 46094006016201196 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 06/05/2011 Estrangeiro: ALEX BERGGREN HANSEN Passaporte: 102641994 Estrangeiro: ANTON MEJER Passaporte: 204273491 Estrangeiro: GUNNAR SKINDHOEJ Passaporte: 202724111 Estrangeiro: JAN OLSEN Passaporte: 202479704 Estrangeiro: MIKAEL EINAR BORUP Passaporte: 202310196 Estrangeiro: NIELS ERIK PETERSEN Passaporte: 204292884, Processo: 46094005924201162 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: Maksims Sabanovs Passaporte: LZ2161417 Estrangeiro: Sergej Pyskin Passaporte: 22717662, Processo: 46094006122201170 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROSS MACKENZIE Passaporte: 459900961, Processo: 46094006087201199 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME ALEJANDRO DIAZ DURAN Passaporte: CC79771363 Estrangeiro: MARCO ANTONIO ANTIMO SAINZ Passaporte: 06150002508, Processo: 46094006089201188 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO RODRIGUEZ FRANCO Passaporte: 06060019579, Processo: 46094006088201133 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER FRANCISCO GRACIA MONTES Passaporte: CC92532814 Estrangeiro: MARIO FERNANDO DUSSAN ORTIZ Passaporte: CC1128053952, Processo: 46094006086201144 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: SIGURD PER KARLSEN Passaporte: 26829724, Processo: 46094006219201182 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: MILE CATLAK Passaporte: 004074143 Estrangeiro: OLEG KOZACHUK Passaporte: EE908863, Processo: 46094006217201193 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: IGOR YEFYMENKO Passaporte: EH098171 Estrangeiro: PERO BOGDANOVIC Passaporte: 003006624, Processo: 46094006085201108 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ODD-GUNNAR JENSEN Passaporte: 27397014, Processo: 46094006220201115 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: DRAZEN GVOZDENOVIC Passaporte: 063119149 Estrangeiro: PIOTR TOMASZ CHROMEC Passaporte: AB0759833 Estrangeiro: VADIM LIUBCUK Passaporte: 22499661.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1°, Parágrafo 1°):

Processo: 46094005613201101 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM LAPSLEY Passaporte: 800282161.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094006520201196 Empresa: GOLDMAN SACHS DO BRASIL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ROBERT MARC KOSLOW Passaporte: 453008917, Processo: 46094003818201144 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: KASEY QUILLEN MAGGARD Passaporte: 433186154, Processo: 46094001695201115 Empresa: PLANEJAMENTO FINANCEIRO CONSULTORIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD BENJAMIN BAYSTON Passaporte: 452217867, Processo: 46094006519201161 Empresa: INFOR GLOBAL SOLUTIONS DO BRASIL SOFTWARES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: NALIN AHUJA Passaporte: F8957774, Processo: 46094006437201117 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN AAKE CONNY HETTING Passaporte: 81776411, Processo: 46094006702201167 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: STEFANIE IRMGARD FISCHER Passaporte: CGKXRTR27, Processo: 46094006354201128 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAXIMILIAN MENNE Passaporte: C792ZNFTO, Processo: 46094005757201150 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMAIN ALDO PELLEGRINO Passaporte: 05KK01803, Processo: 46094006035201112 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MUHAMMAD NADEEM KHAN Passaporte: BU4119181, Processo: 46094006038201156 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO ALVAREZ DE LA CADENA CHAVEZ Passaporte: 07380022013, Processo: 46094006703201110 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLORIAN SURREY Passaporte: C5VMCF41G, Processo: 46094006704201156 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CURTIS JAMES GUTTER Passaporte: 401227737, Processo: 46094006854201160 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHANIE GWEN NORRIS Passaporte: 402878641, Processo: 46094006518201117 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEDEF MAYDA Passaporte: 784031, Processo: 46094006708201134 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO ENRIQUE GOMEZ VELARDE Passaporte: G05607226, Processo: 46094006707201190 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZEYNEP AYSIN OZUYSAL Passaporte: U00242200, Processo: 46094006709201189 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN MARTIN AZPELICUETA Passaporte: 32438292N, Processo: 46094006710201111 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD PEREZ Passaporte: EB1452403, Processo: 46094006711201158 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRISDA LEORA CHRISTHIE Passaporte: S676597, Processo: 46094006833201144 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PANAGIOTA POLITOPOULOU Passaporte: AB8611026, Processo: 46094006831201155 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARLA FRANCESCA PASCUAL Passaporte: ZZ142469, Processo: 46094006834201199 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL IGNACIO SANDRIGO Passaporte: 31151180N, Processo: 46094006832201108 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRANDHIKA RIKO VINERSIANO Passaporte: V569082.

Temporário - Sem Contrato - RN 81 - Resolução Normativa, de 16/10/2008:

Processo: 46094015090201012 Empresa: PESQUEIRA RAYMI LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: IVAN COMESANA VAZQUEZ Passaporte: BC627512, Processo: 46094015085201018 Empresa: PESQUEIRA RAYMI LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ARGENTINO PEDREIRA GONZALEZ Passaporte: AB632684, Processo: 46094015087201007 Empresa: PESQUEIRA RAYMI LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JESUS GONZALO MAQUIEIRA VALIÑO Passaporte: AAB981584, Processo: 46094005653201145 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABDULLAH Passaporte: R 940743 Estrangeiro: ADI SUPRIYONO Passaporte: R 459587 Estrangeiro: AGUN NUGROHO Passaporte: T196285 Estrangeiro: AGUS KARYAWAN Passaporte: W 801708 Estrangeiro: DADANG SUHARTA Passaporte: V 917354 Estrangeiro: HENGKI KURNIAWAN Passaporte: V 013555 Estrangeiro: MUHAMAD ARIWIBOWO Passaporte: T 239107 Estrangeiro: NANANG ZAENAL ABIDIN Passaporte: R460483 Estrangeiro: NARDI Passaporte: W 602719 Estrangeiro: SUNARTO Passaporte: T 194547 Estrangeiro: SUTARJO Passaporte: U 671424 Estrangeiro: SUTEJO Passaporte: T 330104 Estrangeiro: SUTRISNO WIBOWO Passaporte: R 461514 Estrangeiro: WAKHID IHWANTO Passaporte: S 238447.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094005674201161 Empresa: DAIDO INDUSTRIA DE CORRENTES DA AMAZONIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NOBUYUKI KOSHINO Passaporte: TK3675701, Processo: 46094005395201105 Empresa: CONSULGAL BRASIL - CONSULTORES DE ENGENHARIA E GESTAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MANUEL DE ALMEIDA MARTINS DE MATOS Passaporte: L185208, Processo: 46094005585201114 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaus Kraus Passaporte: C2CT8YWJT, Processo: 46094005673201116 Empresa: HITACHI BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROYUKI SUZUKI Passaporte: TK2398579, Processo: 46094005515201166 Empresa: HANKOOK TIRE DO BRASIL SERVICOS DE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS NO RAMO DE PNEUS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JAEHUN LEE Passaporte: SM0223776.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094016936201031 Empresa: DIGA RENT A CAR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO DI GABRIELE Passaporte: AA5090302, Processo: 46094017028201065 Empresa: Z LIN - ARMARINHOS - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUNQIN CHEN Passaporte: G31826509, Processo: 46094003521201189 Empresa: B & M DESIGN PINTURAS E REFORMAS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEFANO BOF Passaporte: AA5225303, Processo: 46094005249201171 Empresa: PKGC CONSULTORIA E INVESTIMENTOS EM GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GERALDINE MARIE CLAUDE CAILLAUX Passaporte: 02AH56690.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, publicado no DOU nº. 21 de 31/01/2011, Seção 1, pág. 184, processo: 46094.016756/2010-50, onde se lê: SURESH BABU VENDATHAM, leia-se: SURESH BABU VEDANTHAM.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, publicado no DOU nº. 50 de 15/03/2011, Seção 1, pág. 63, processo: 46094.003757/2011-15, onde se lê: KAREN LYSETTE CASTRO ORE, leia-se: KAREN LYSETTE CASTRO RAMIREZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, publicado no DOU nº. 231 de 03/12/2010, Seção 1, pág. 151, processo: 46094.010020/2010-78, onde se lê: JUNGNAN KIM, leia-se: JUNGNAM KIM.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

PORTARIA Nº 19, DE 23 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre as normas para emissão de Certidão de Débitos Salariais, Certidão de Infrações Trabalhistas, Certidão de Infrações à Legislação de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente e Certidão do Cadastro de Empregadores que Tenham Mantido Trabalhadores em Condição Análoga à de Escravos, no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria GM/MTE nº. 440, de 03 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2007,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos para a expedição de certidões de débitos salariais, infrações trabalhistas, infrações à legislação de combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente e do cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condição análoga à de escravos no Estado de Goiás,

CONSIDERANDO que todos têm direito a receber dos Órgãos Públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, ressalvadas as hipóteses legais, conforme dispõem o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, em seu caput e alínea "b", os artigos 1º e 2º da Lei nº. 9.051, de 18 de maio de 1995 e as disposições da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em especial seus artigos 5º a 9º, resolve:

Art. 1º A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás - SRTE/GO fornecerá, gratuitamente, aos interessados legitimados nos termos do art. 9º da Lei nº. 9.784/1999, informações contidas no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio de certidões.

Art. 2º A solicitação deverá ser formalizada em requerimento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

onde constem as certidões a serem requeridas.

Art. 3º O requerimento da certidão solicitada deverá ser protocolizado nas unidades da SRTE/GO onde exista o sistema oficial de protocolo.

Art. 4º O requerimento deverá conter, obrigatoriamente, a razão social, CNPJ/CEI/CPF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) da empresa ou pessoa física requerente, a referência expressa à certidão requerida, os fins e as razões do pedido e a assinatura, com cópia de documento de identidade do interessado ou de procurador devidamente habilitado.

§1º Ao requerimento deverão ser anexadas cópias da inscrição no CNPJ/CEI/CPF, dos atos constitutivos atualizados do requerente.

§2º Serão protocolizados apenas os requerimentos que satisfaçam as condições previstas no caput e §1º deste Artigo.

§3º O deferimento do pedido fica condicionado, em primeira análise, ao fornecimento de dados cadastrais corretos por parte do interessado, a fim de possibilitar com efetividade a realização das diligências necessárias à emissão das certidões pleiteadas.

Art. 5º Os processos relativos a requerimento de certidões terão tramitação prioritária no âmbito da SRTE/GO.

Art. 6º Serão emitidas as seguintes certidões:

I - Certidão de Débitos Salariais;

II - Certidão de Infrações Trabalhistas e

III - Certidão de Infrações à Legislação de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

IV - Certidão do Cadastro de Empregadores que tenham mantido Trabalhadores em Condição Análoga à de Escravos.

§ 1º A certidão constante do inciso I será emitida no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do encerramento da análise dos documentos relacionados nos incisos I a X do Art. 7º, ocasião em que as informações do interessado necessárias à sua expedição estarão disponíveis à SRTE/GO.

§ 2º As certidões constantes dos incisos II, III e IV serão emitidas no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do registro do pedido.

§ 3º As certidões relacionadas nos incisos I, II e III deste Artigo terão validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

§ 4º Caso a empresa comprove ter sido fiscalizada por iniciativa do MTE no período anterior de 90 (noventa) dias, a certidão a que se refere o inciso I deste Artigo poderá ser emitida com prazo de validade dos dias restantes para completar o prazo do §1º, independentemente de análise dos documentos relacionados nos incisos I a X do Art. 7º.

§ 5º A renovação de emissão de certidão não se dará antes do final do prazo de validade da certidão anteriormente emitida.

Art. 7º A certidão de que trata o inciso I do Art. 6º será emitida pelo Setor de Fiscalização do Trabalho - SEFIT, para pessoas físicas ou jurídicas cujo único estabelecimento ou matriz esteja localizado em municípios sob circunscrição da SRTE/GO, e expedidas após análise dos seguintes documentos, a ser efetuada por Auditor Fiscal do Trabalho:

I - Livro de Inspeção do Trabalho;

II - Livro, Fichas ou sistema eletrônico de registro de empregados;

III - Cópia do último Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

III - Relação alfabética de empregados ativos com respectivas datas de admissão;

IV - Relação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;

V - Folhas de Pagamento de salários com o respectivo resumo geral totalizado;

VI - Comprovantes de pagamento de salários - recibos assinados e datados e/ou relação nominal de depósitos bancários em contas correntes dos empregados, com a data dos respectivos créditos;

VII - Avisos e recibos de férias dos empregados;

VIII - Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, com as respectivas relações de empregados;

IX - Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho, com os anexos correlatos - aviso prévio, pedido de demissão ou contrato de experiência, conforme a situação, e as respectivas guias de recolhimento do FGTS rescisório e demonstrativo da respectiva multa.

X - Outros documentos sujeitos à Inspeção do Trabalho, caso o Auditor Fiscal do Trabalho assim julgar necessário.

§ 1º Os documentos enumerados nos incisos IV a IX deste Artigo deverão referir-se às 3 (três) últimas competências vencidas até a data designada para sua apresentação.

§ 2º A análise dos documentos será realizada em data previamente determinada pelo SEFIT, através de notificação via endereço eletrônico (e-mail) informado pelo requerente na solicitação inicial, com a devida confirmação de seu recebimento pelo interessado, ou através de Notificação para Apresentação de Documentos - NAD entregue pessoalmente ao interessado.

§ 3º Os documentos deverão ser apresentados por ordem de competência e fora de pastas de arquivo, sendo imprescindível a presença de pessoa com conhecimento da documentação.

§ 4º No caso de o requerente desistir da certidão solicitada deverá formalizá-lo até a designação, pelo SEFIT, da data e hora para apresentação de documentos.

§ 5º A apresentação dos documentos relacionados no caput deste Artigo e a retirada da certidão no SEFIT serão realizadas pelo signatário do documento, representante legal devidamente habilitado ou preposto autorizado, devendo cópia do respectivo instrumento de mandato ser juntada ao processo.

§ 6º O não comparecimento injustificado do interessado na data confirmada para a exibição dos documentos ensejará a lavratura de Auto de Infração capitulado no Art. 630, § 4º da Consolidação das Leis do Trabalho e o devido arquivamento do pedido.

§ 7º Quando não for cabível a emissão de certidão de débito salarial, o pedido será indeferido e caso o interessado assim se manifeste, será emitida certidão positiva de débito salarial.

Art. 8º As empresas que possuírem filiais cujo recolhimento do FGTS seja centralizado em outra unidade de federação deverão solicitar a certidão de débito salarial na SRTE da localidade da matriz ou centralização de documentos, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 84/2010, da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Art. 9º As certidões de que trata o Art. 6º, incisos II, III e IV serão emitidas pela Seção de Multas e Recursos - SEMUR, com base em consulta ao sistema Controle de Processos de Multas e Recursos - CPMR.

§ 1º Para fins de emissão das certidões, considerar-se-á:

I - Negativa - quando não constarem processos administrativos no sistema CPMR ou que tiverem sido arquivados em decorrência de:

a) Recolhimento de multa administrativa imposta;

b) Decisão definitiva de improcedência de auto de infração;

c) Incidência de prescrição do procedimento administrativo.

II - Positiva - quando constarem no sistema CPMR processos de multa administrativa, ainda que tramitem em outras SRTE, que não se enquadrem nas situações descritas no inciso I deste artigo.

§ 2º Na emissão da certidão positiva deverá constar, obrigatoriamente, a fase em que se encontra o processo de multa administrativa, bem como a SRTE em que tramita.

§ 3º As certidões serão retiradas na SEMUR, pelo signatário do documento, representante legal devidamente habilitado ou preposto autorizado, devendo cópia do respectivo instrumento de mandato ser juntada ao processo.

Art. 10 As certidões deverão ser emitidas de acordo com os modelos dos anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 11 O disposto nesta Portaria aplica-se também às microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 12 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Portaria serão solucionados pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL ALVES SILVA

ANEXO I

MODELO DE CERTIDÃO DE DÉBITOS SALARIAIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

CERTIDÃO DE DÉBITOS SALARIAIS

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, sob o nº. _____ que (IN)EXISTE débito quanto aos salários devidos aos empregados da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____e com endereço à _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, UF ____, conforme auditoria realizada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho _____, CIF _____, na documentação solicitada e exibida pelo empregador.

Esta certidão é válida por 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

Goiânia/GO, em ____ de _____ de _____

Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho

ANEXO II

MODELO DE CERTIDÃO DE INFRAÇÕES TRABALHISTAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

CERTIDÃO DE INFRAÇÕES TRABALHISTAS

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, sob o nº. _____ e à vista do que consta dos registros desta unidade administrativa, que IN(EXISTEM) tramitando, nesta data, (os seguintes) processos de infrações trabalhistas contra a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ e com endereço à _____, (Processo nº. _____, Auto de Infração _____, situação: _____, autuado em ____/____/_____).

Esta certidão é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão.

Goiânia/GO, em ____ de _____ de _____

Chefe da Seção de Multas e Recursos

ANEXO III

MODELO DE CERTIDÃO DE INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

CERTIDÃO DE INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, sob o nº. _____ e à vista do que consta dos registros desta unidade administrativa, que IN(EXISTEM) tramitando, nesta data, (os seguintes) processos de infrações à legislação de combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente contra a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ e com endereço à _____, (Processo nº. _____, Auto de Infração _____, situação: _____, autuado em ____/____/_____).

Esta certidão é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão.

Goiânia/GO, em ____ de _____ de _____

Chefe da Seção de Multas e Recursos

ANEXO IV

MODELO DE CERTIDÃO DO CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM MANTIDO TRABALHADORES EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

CERTIDÃO DO CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM MANTIDO TRABALHADORES EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, sob o nº. _____ que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ e com endereço à _____, (NÃO) CONSTA, nesta data, do Cadastro de Empregadores que Tenham Mantido Trabalhadores em Condição Análoga à de Escravo, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em seu site www.mte.gov.br e atualizado até a data de __ de _____ de ____ .

Goiânia/GO, em ____ de _____ de _____

Chefe da Seção de Multas e Recursos.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 38, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, aprovado pela Portaria nº 153, de 12/02/09, Anexo I, publicada no D.O.U. de 13/02/09, Seção I e tendo em vista a Portaria Ministerial nº 3.118, publicada no D.O.U. de 05/04/89, considerando ainda o exposto nos documentos anexados ao Processo 47753.000009/2011-32, resolve:

Art. 1º - Conceder pelo período de dois anos, autorização para a empresa CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S/A. CNPJ 08.822.767/0001-08, estabelecida na Rua Joaquim André, nº. 361 Bairro Santa Clara, município de Divinópolis, no Estado de Minas Gerais, para trabalhar aos domingos e feriados civis e religiosos em regime ininterrupto.

Art. 2º - A presente autorização poderá ser cancelada caso a Fiscalização do Trabalho constate não estarem sendo cumpridas as condições constantes previstas na Portaria Ministerial 3.118/89 e no processo supracitado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM SUBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo Nº. 47999.003377/2010-79, resolve:

Conceder autorização à empresa LATAPACK-BALL EMBALAGENS LTDA., para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado à Rodovia Geraldo Scavone, nº 2.400, Bairro: Centro, Município: Jacareí, Estado: São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto N.º 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes das alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização é para o setor de produção, e estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do Trabalho.

MAKOTO SATO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 31, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM SUBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM SUBSTITUIÇÃO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo Nº. 47999.002631/2010-11, resolve:

Conceder autorização à empresa DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA., para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado à Rodovia dos Tamoios, Km 21,8, Bairro: Centro, Município: Jambeiro, Estado: São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto N.º 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes das alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização é para o setor de produção e manutenção, e estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do Trabalho.

MAKOTO SATO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 28 de março de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 635 da CLT, decidiu os seguintes processos de autos de infração, negando provimento ao recurso voluntário, mantendo a decisão recorrida de procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46504.000675/2006-82	013081233	Associação Filhas de São Camilo	MG
2	47747.006926/2007-23	014668572	Egesa Engenharia Ltda.	MG
3	47747.006927/2007-78	014689243	Egesa Engenharia Ltda.	MG
4	47747.006928/2007-12	014689251	Egesa Engenharia Ltda.	MG
5	46255.001342/2003-15	008680582	Luciane Produtos para Vedação Ltda.	SP
6	46219.026294/2009-91	015910342	Rodojan Transportes Ltda.	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, deixo de dar provimento ao recurso de ofício, para declarar extinto o débito de multa, uma vez que, de acordo com o disposto na Lei nº 11.941/99, foram remitidos os débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa, que se encontravam vencidos há cinco anos ou mais em 31/12/2007.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.019883/2000-94	006313372	A. Amélia L. Tavares	AM
2	46202.001252/2001-70	004718534	JP Informática Comércio e Representação Ltda.	AM
3	46202.003231/2001-99	003618978	Mazol Arquitetura e Comércio Ltda.	AM
4	46202.004933/2000-17	003606805	Ponto Quente Materiais de Construção Ltda.	AM
5	46208.010378/2001-85	005084881	Chico Materiais de Constr. Ltda	GO
6	46208.010379/2001-20	005084903	Chico Materiais de Constr. Ltda	GO
7	46208/010563/2001/70	005093627	Economize Com Varejista Utilidades Dom Ltda	GO
8	46208.007832/1999-44	002739071	Escola Cosmo de Primeiro Grau s/c	GO
9	46208.007833/1999-15	002739062	Escola Cosmo de Primeiro Grau s/c	GO
10	46208.009134/2001-50	005092434	F.A. Bittencourt	GO
11	46208.003639/2001-19	005083281	Frigorifico São Miguel do Araguaia Ltda	GO
12	46208.006860/99-44	002736969	José Pires de Almeida	GO
13	46208.004236/2002-60	006238327	Lares Incorporadora e Construtora	GO
14	46208.015698/99-19	002751330	M.R. de Jesus e Cia Ltda.	GO
15	46208.006185/2001-20	005088861	Marcos Antônio Barroso	GO
16	46208.006288/99-96	002733862	Metral Inox Metalur Ind. E Com Ltda	GO
17	46208.011490/2001-33	006221319	MGM Indústria e Comércio de Roupas Ltda.	GO
18	46208.007564/98-16	002693640	Moreira e Silva Armarinhos Ltda.	GO
19	46290.001498/98-05	002803208	Móveis Grécia Indústria e Comércio Ltda.	GO
20	46208.009878/00-21	002775662	Ok Benfica Cia Nacional de Pneus	GO
21	46208.008948/2001-77	005090806	Panificadora Belém Ltda	GO
22	46208.002850/2001-14	004725191	Posto Pasteur Ltda	GO

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 9º, da Lei nº 9.872/99, e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração deixando de dar provimento ao recurso de ofício e mantendo a decisão de arquivamento dos autos pela ocorrência de anistia.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46211.015948/98-35	0278800014	Tatão Automóvel Ltda.	MG
2	46211.000230/96-82	0278800013	Tatão Automóvel Ltda.	MG

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, conheceu para declarar a nulidade do ato de interdição.

UF	PROCESSO	EMPRESA	UF
01	46226.001691/2010-03	Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins	TO

HÉLIDA ALVES GIRÃO

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 25 de março de 2011

O Diretor do Departamento de Segurança e Saude no Trabalho, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Portaria SIT n.º 125, de 12 de novembro de 2009, resolve SUSPENDER a utilização e comercialização do lote 04/10 do Certificado de Aprovação n.º 10.300 e do lote 04/10 do Certificado de Aprovação n.º 10.301, concedidos à empresa LEDAN Indústria e Comércio Ltda, CNPJ n.º 59.677.708/0001-24, tendo em vista o disposto na Nota Informativa n.º 11/2011/DSST/SIT.

RINALDO MARINHO COSTA LIMA

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 1.976, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a empresa Deep Sea Supply Navegação Marítima Ltda. a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo e declara extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada por meio da Resolução nº 1.597-ANTAQ e do Termo de Autorização nº 623-ANTAQ.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.002555/2010-50 e tendo em vista o que foi deliberado na 289ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 17 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa DEEP SEA SUPPLY NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA., CNPJ nº 11.132.193/0001-50, com sede à av. Presidente Wilson, 231, Centro, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 1.597 - ANTAQ e o Termo de Autorização nº 623-ANTAQ, publicados no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2010.

Art. 3º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 734, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, à vista dos elementos constantes do processo nº 50301.002555/2010-50 e tendo em vista o que foi deliberado na 289ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 17 de março de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa DEEP SEA SUPPLY NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA., CNPJ nº 11.132.193/0001-50, doravante denominada autorizada, com sede à av. Presidente Wilson, 231, Centro, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E DE APOIO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de fevereiro de 2011

Nº 2 -
Processos:50301.001466/2010-96 e 50301.000526/2010-53.
Parte: ESTALEIROS CHAMON LTDA.
Ementa: Trata o presente Despacho do exame do Pedido de Reconsideração requerido pela empresa ESTALEIROS CHAMON LTDA., CNPJ nº 42.591.297/0001-57, com sede na Rua Dr. Mário Tinoco, nº7 - Ilha da Conceição - Niterói-Rio de Janeiro CEP 24.050-200, contra a decisão desta Superintendência de Navegação Marítima e de Apoio, que DECIDIU aplicar a essa empresa a penalidade de advertência, na forma do inciso II, do artigo 78-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, considerando o inciso II, do artigo 66, da Resolução nº 987-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008, nos termos do inciso X do artigo 23, da Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, por operar com embarcação sem apólice de seguro de responsabilidade civil em vigor.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, o Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio decide pelo conhecimento do pedido de reconsideração, dado sua regularidade e tempestividade, e, no mérito, negar-lhe provimento, pois não trouxe fatos novos capazes de alterar o que fora decidido em face da empresa ESTALEIROS CHAMON LTDA., permanecendo os efeitos da aplicação da penalidade de advertência, na forma do inciso II, do artigo 78-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, considerando o inciso II, do artigo 66, da Resolução nº 987-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008, nos termos do inciso X do artigo 23, da Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, por infringir o disposto no artigo 8º da Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de Agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de Setembro de 2007.

ANDRÉ LUÍS SOUTO DE ARRUDA COELHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DO CHEFE
Em 7 de fevereiro de 2011

Nº 4 - A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RELA nº 002/2010-AP-ODSE-026-10, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.000756/2010-82, instaurado em 18 de maio de 2010, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 026/2010-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) à COMPANHIA DOCAS DO PARÁ por descumprimento do previsto no art. 10, inciso IX, da Resolução n° 858/ANTAQ, encaminhando o processo em epígrafe para as medidas administrativas cabíveis.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SÃO PAULO

DESPACHO DO CHEFE
Em 24 de março de 2011

Nº 4 -
Processo nº 50302.002399/2010-17
A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SÃO PAULO - UARSP DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RELA Nº 000001-2011-AP-ODSE-063-10-UARSP, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50302.002399/2010-17, instaurado em 03 de novembro de 2010, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 063-2010-UARSP, decide pelo arquivamento desse Processo tendo em vista a correção das impropriedades constatadas.

NANCI STOLTZ DE SOUSA FONTENELLE

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 37, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.063922-2010-86, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP, por meio de travessia no km 273+300m, em Taboão da Serra/SP, de interesse da Lider Telecom S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de cabos de fibra óptica, a Lider Telecom S/A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Régis Bittencourt S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Lider Telecom S/A não poderá iniciar a implantação da rede de cabos de fibra óptica objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Régis Bittencourt S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Régis Bittencourt S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Lider Telecom S/A assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de cabos de fibra óptica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Lider Telecom S/A deverá concluir a obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Lider Telecom S/A verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Régis Bittencourt S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Régis Bittencourt S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de cabos de fibra óptica.

Art. 8º A Lider Telecom S/A deverá apresentar, à URSP e à Autopista Régis Bittencourt S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

•Art. 9º A implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 792,30 (setecentos e noventa e dois reais e trinta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Lider Telecom S/A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 78, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Deliberação Nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT Nº 2.695/2008 e no que consta no Processo nº 50500.000502/2011-39, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru de 1 (uma) ocupação longitudinal e 4 (quatro) travessias de esgoto sendo, respectivamente, a ocupação longitudinal com início no Km 387+494 e final no Km 387+845 no Pátio de Bauru - Trecho Bauru - Rubião Júnior e as travessias nos Km 387+067, Km 0+168, Km 0+402 e a quarta travessia no Pátio de Bauru, nas coordenadas Lat. 22º20'04" e Long. 49º20'52".

Parágrafo Único: A eficácia das autorizações citadas no caput fica condicionada à apresentação pela América Logística Malha Oeste S/A da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela execução da obra e do profissional contratado pela Concessionária responsável pela fiscalização de cada uma das obras com os respectivos comprovantes de pagamento, que deverão ser encaminhados à ANTT para integrar o processo:

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em 18 parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais), por travessia, conforme prevê o § 3º da Cláusula Primeira do Contrato de Concessão celebrado com a América Latina Logística Malha Paulista S/A, a título de permissão onerosa pela utilização de parte da faixa de domínio a serem reajustados anualmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que o venha a substituir.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 162, DE 25 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso III, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.021061/2011-17, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da Licença Complementar 005/2005-ANTT, para prestação do serviço regular de transporte rodoviário internacional de passageiros entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil, à empresa paraguaia COMETA DEL AMAMBAY S.R.L. referente à operação da linha Concepción (PY) - Campo Grande (BR), convencional, com tráfego pelo ponto fronteiriço de Pedro Juan Caballero (PY) / Ponta Porã (BR)

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é até 21 de fevereiro de 2018, com base no Documento de Idoneidade nº 10/00, de 18/04/00, expedido pela Dirección de TransporteTerrestre del Ministerio de Obras Publicas y Comunicaciones da República do Paraguai; na Resoluções do Conselho da Dirección Nacional de Transporte - DINATRAN nº 41, de 21/02/11, no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e nos Acordos Bilaterais Brasil/Paraguai.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 163, DE 25 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.004462/2011-02, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Empresa Real Expresso Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Brasília (DF) - Salvador (BA), prefixo nº. 12-0687-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 786 DATA:16/03/2011 HORA:15:38
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000373/2011-41
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Alagoas
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000377/2011-20
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Alagoas
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000374/2011-96
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Alagoas
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000369/2011-83
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Acórdão
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000375/2011-31
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Alagoas
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000376/2011-85
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho
Processo : 0.00.000.000371/2011-52
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000370/2011-16
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000379/2011-19
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Taís Schilling Ferraz

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 788 DATA:18/03/2011 HORA:16:27
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000388/2011-18
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000384/2011-21
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : São Luis/MA
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 789 DATA:21/03/2011 HORA:14:20
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000390/2011-89
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Aracujú/SE
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.000391/2011-23
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000394/2011-67
Tipo Proc: Proposta de Resolução - RES
Origem : Brasília/DF
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000392/2011-78
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 790 DATA:22/03/2011 HORA:13:46
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000467/2010-30
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000401/2011-21
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Santa Rita/PB
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000399/2011-90
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São Mateus/ES
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000395/2011-10
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São Paulo/SP
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho
Processo : 0.00.000.000400/2011-86
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Novo Hamburgo/RS
Relator : Sandra Lia Simón
Processo : 0.00.000.000396/2011-56
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Belém/PA
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000398/2011-45
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000397/2011-09
Origem : São Luiz/MA
Relator : Sandra Lia Simón

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 791 DATA:23/03/2011 HORA:13:39
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000404/2011-64
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Apuí/AM
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho
Processo : 0.00.000.000407/2011-06
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Palmas/TO
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000405/2011-17
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Brasília/DF
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000406/2011-53
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São Paulo/SP
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000403/2011-10
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Acre
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.000402/2011-75
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Não informado
Relator : Taís Schilling Ferraz

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 792 DATA:24/03/2011 HORA:14:07
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000408/2011-42
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Palmas/TO
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 793 DATA:25/03/2011 HORA:13:43
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.002149/2010-11
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000416/2011-99
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Araçatuaba/SP
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000420/2011-57
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Viana/MA
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000393/2011-12
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : São Luiz/MA
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.001624/2010-24
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

PLENÁRIO

DECISÃO DE 15 DE MARÇO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000185/2011-13
Relatora: Conselheira Taís Schilling Ferraz
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTOLE ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 63, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. IMPLANTAÇÃO DAS TABELAS UNIFICADAS. AUSÊNCIA DO DECURSO DO PRAZO. ARQUIVAMENTO.

1. Estando em curso o prazo conferido para as unidades do Ministério Público brasileiro efetuarem a implementação das Tabelas Unificadas, impõe-se o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO

"(...) Diante do exposto, determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processual, o arquivamento do presente PCA, o que faço forte no art. 46, X, b, do RICNMP.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

DECISÃO DE 15 DE MARÇO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000194/2011-12
Relatora: Conselheira Taís Schilling Ferraz
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTOLE ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 63, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRItórios. IMPLANTAÇÃO DAS TABELAS UNIFICADAS. AUSÊNCIA DO DECURSO DO PRAZO. ARQUIVAMENTO.

1. Estando em curso o prazo conferido para as unidades do Ministério Público brasileiro efetuarem a implementação das Tabelas Unificadas, impõe-se o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO

"(...) Diante do exposto, determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processual, o arquivamento do presente PCA, o que faço forte no art. 46, X, b, do RICNMP.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
RELATORA

DECISÃO DE 16 DE MARÇO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000100/2011-05
RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
REQUERENTE: Aguinaldo Fenelon de Barros - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco
EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. CONSULTA ACERCA DA POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO ART. 11 DA LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O PEDIDO NÃO SE ENQUADRA NA COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL. PELO ARQUIVAMENTO DA CONSULTA.

1. Alegação de incongruência entre o art. 8º da Lei Complementar Estadual n. 12/1994 com o art. 11 do mesmo diploma legal e o art. 11 da LONMP.

2. A suposta incompatibilidade aduzida pelo Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco registrado, refere-se a dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Pernambuco e da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

3. Caberá ao Plenário resolver dúvidas quando relativas à aplicação de seus atos normativos, suscitadas, em tese, pelos Procuradores-Gerais de Justiça, pelos Corregedores-Gerais, pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem do Advogados do Brasil ou por entidade nacional de classe representativa dos membros ou servidores do Ministério Público.

4. Não é papel deste Conselho Nacional promover a interpretação da legislação local, resolvendo supostas ou aparentes incompatibilidades existentes entre seus dispositivos. Pelo arquivamento, com fulcro no art. 46, X, "c" do RICNMP.

DECISÃO

"(...) Ante o exposto, não conheço da presente consulta e, com fulcro no art. 46, "c" do RICNMP, determino, monocraticamente, o arquivamento dos presentes autos.

ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Relator

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.002115/2010-19
RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
REQUERENTE: Cleyse de Freitas Santos
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. APRECIAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. ATIVIDADE CORREICIONAL DETECTA INÚMERAS DEFICIÊNCIAS NA 61ª PROCEAP. INSPEÇÃO PROMOVIDA PELA CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. NÃO CARACTERIZADA INÉRCIA DO PROMOTOR DE JUSTIÇA EM ATUAÇÃO. PELA IMPROCEDÊNCIA.

1. Depreende-se do Relatório da Atividade Correicional no acervo da 61ª Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial - PROCEAD que há inúmeras deficiências no âmbito deste órgão de execução, o que compromete o satisfatório desenvolvimento das funções próprias dos membros ministeriais.

2. No que tange ao panorama delineado pela atividade correicional interna do parquet amazonense, convém registrar que em razão de inspeção promovida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades ministeriais do Estado, em novembro de 2009, as situações de irregularidade identificadas já são de conhecimento deste órgão de controle.

3. Oportuno registrar que o titular da 61ª Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial responde a procedimento administrativo disciplinar perante a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, conforme Relatório Conclusivo da Inspeção.

4. Irrefutável a constatação de que não se pode atribuir qualquer desídia ao Promotor de Justiça Ítalo Klinger Rodrigues do Nascimento, que além de empreender esforços para a devida apuração dos fatos narrados pela requerente, demonstrou comprometimento em sanar as irregularidades identificadas pela Correição.

5. Pela improcedência do pleito formulado na presente Representação.

DECISÃO

"(...) Ante o exposto, considerando a ausência de desídia ou inércia promovida pelo Promotor de Justiça em atuação na 61ª Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial, e, tendo em vista já ser do conhecimento deste órgão de controle as situações de irregularidade indicadas pela atividade correicional do parquet amazonense, julgo improcedente o pleito formulado na presente Representação por Inércia ou Excesso de Prazo, para determinar o arquivamento dos autos.

ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Relator

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000231/2011-84REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICOREQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOSRELATOR: CONSELHEIRA CLAUDIA CHAGAS

DECISÃO

"(...) Dado o exposto, restou demonstrado que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios deu cumprimento ao disposto na Resolução nº 64/10 deste Conselho, razão pela qual determino o arquivamento dos presentes autos.

CLAUDIA CHAGAS RELATORA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.0001140/2010-85
REQUERENTE: BENEDITO FERNANDES DA SILVA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ
RELATORA: MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

DECISÃO

"(...) Dessa forma, adotadas as providências para análise das denúncias formuladas pelo requerente e por força do Enunciado CNMP nº06, determino o arquivamento monocrático dos autos, nos termos dos artigos 46, inciso X, alínea d do RICNMP.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
RELATORA

ACÓRDÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.001621/2010-91REQUERENTE: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MPRJ
RELATOR: CONSELHEIRA CLAUDIA CHAGAS
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MPRJ. REMUNERAÇÃO AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE ATUAM EM PLANTÃO JUDICIÁRIO. LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nº 106/2003. RESOLUÇÃO CNMP 9/2006.

1. Embora este CNMP já tenha manifestado o entendimento segundo o qual o pagamento pela atuação de membro em plantão é incompatível com o regime de subsídio (Resolução CNMP nº 9/2003), tal parcela, no MPRJ tem previsão legal (Lei Complementar do Estado do Rio de Janeiro nº 106/2003).

2.Impossibilidade de o CNMP afastar a aplicação de lei estadual ou de declará-la inconstitucional. Precedentes do próprio CNMP e do STF.

3.Procedência parcial do pedido de providências para considerar legítimo o pagamento de gratificação pelo exercício funcional nos plantões judiciários no MPRJ, na forma prevista na lei orgânica local, respeitando-se o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI da CF/88).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, julgar parcialmente procedente o presente pedido de providências, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Cláudio Barros, Sandra Lia, Taís Ferraz, Almino Afonso e Mário Bonsaglia.

CLAUDIA CHAGAS
RELATORA

ACÓRDÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000054/2010-55
RELATOR: Maria Ester Henriques Tavares
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Paraná
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EFEITOS INFRINGENTES. PROVIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS.

1.Resolução CNMP nº 42. Regulamentação do estágio no âmbito do Ministério Público Brasileiro. Poder normativo primário dos Conselhos Nacionais. Precedente do Supremo Tribunal Federal na ADC nº 12-MC/DF. Obrigatoriedade de cumprimento por todas as unidades do Parquet.

2.A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), cuja competência é privativa da União, define em seu artigo 44 que o ensino superior abrange a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

3.O Ministério Público do Paraná não prorroga os contratos de estagiários após a sua graduação. A graduação continua sendo hipótese de extinção do estágio, conforme prevê a Lei 11.788 e a Resolução CNMP nº42/08.

4.O Ministério Público do Paraná prevê em sua Resolução 1.952/09, processo seletivo específico para os estagiários de pós-graduação, devidamente matriculados em instituição de ensino do gênero, através de termo de cooperação e com a assinatura de termo de compromisso, consoante dispõe a Lei 11.788 e a Resolução CNMP nº 42/08.

5.A Resolução do MP-PR respeita os prazos estabelecidos na Lei 11.788 e na Resolução CNMP nº42/08.

6.O Ministério Público do Paraná deve desconsiderar o período de estágio antes da graduação e de pós-graduação para fins de contagem de tempo de atividade jurídica, respectivamente, em face da vedação do artigo 1º, § 1º e da vedação da contagem concomitante com o período de curso de pós-graduação, nos termos do §1º do artigo 2º, ambos da Resolução CNMP nº40/09.

7.Embargos conhecidos e parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pelo provimento parcial dos Embargos de Declaração, alterando a decisão embargada, nos termos do voto da Relatora.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

ACÓRDÃO DE 22 DE MARÇO DE 2011

PROCESSOS PCA Nº 0.00.000.002231/2010-38 e PCA Nº 0.00.000.002369/2010-37
RELATOR:Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Dioneles Leone Santana Filho (PCA Nº 0.00.000.002231/2010-38); João Paulo Santos Shoucair e outros (PCA Nº 0.00.000.002369/2010-37)
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (PCA). MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. PROMOTORIAS REGIONAIS ESPECIALIZADAS EM MATÉRIA AMBIENTAL. PRIMEIRO PROVIMENTO. REMOÇÃO INTERNA. INCOMPATIBILIDADE COM A NATUREZA REGIONAL DAS PROMOTORIAS. DISCRICIONARIEDADE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, OUTORGADA PELA LEI, PARA DEFINIR OS CRITÉRIOS DE PROVIMENTO, OBSERVADAS AS NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA. CRITÉRIOS ESTABELECIDOS A PARTIR DE COMBINAÇÃO DE FATORES OBJETIVOS. AMPLIAÇÃO DA DISPUTA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE FAVORECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.

1. As recém-criadas Promotorias Regionais Especializadas em Meio Ambiente do Estado da Bahia não se sujeitam às normas existentes sobre remoção interna, dada sua natureza peculiar, de abrangência regional, certo que a remoção interna pressupõe ausência de deslocamento.

2. O art. 110, II, da Lei Complementar Estadual nº 11/96, prevê discricionariedade do Conselho Superior do Ministério Público baiano para determinar as vagas que serão providas por promoção e por remoção, fixando os critérios de antiguidade e merecimento para cada caso.

3. O Conselho Superior do MP/BA, com o escopo de ampliar ao máximo a possibilidade de participação dos Promotores de Justiça de entrância inicial e intermediária de todo o Estado, combinou diversos parâmetros, oferecendo as Promotorias Especializadas mediante promoção e remoção, por merecimento e por antiguidade.

4. Milita a favor da Administração Superior do MP/BA a presunção de legalidade e legitimidade de seus atos, não tendo os requerentes logrado demonstrar o favorecimento aos atuais Coordenadores Regionais pela suposta manipulação na definição dos critérios.

5. Improcedência dos Procedimentos de Controle Administrativo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar improcedentes os pedidos, nos termos do voto do Relator, com divergência parcial do Conselheiro Cláudio Barros.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 2, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos dos artigos 127, 129, II e III, da Constituição da República, e artigos 5º, I, V, "a", e 6º, VII, "a", "c" e "d" da Lei Complementar n.º 75/93, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o teor do ofício Nº 127/2010-DEL 7/7, oriundo da 7ª Delegacia Regional da Polícia Rodoviária Federal, o qual evidencia a falta de condições adequadas de segurança na Rodovia Federal BR 369, onde se localiza o Parque de Exposições Governador Ney Braga de Londrina/PR, sobretudo nos dias de realização de grandes eventos e no qual, dentre outras medidas, é sugerida a construção de uma passarela para travessia de pedestres;

Considerando que foi instaurado o Procedimento Administrativo, autuado sob o Nº 1.25.005.000883/2010-63, a fim de apurar o fato acima noticiado pela Polícia Rodoviária Federal, no bojo do qual foram determinados o arquivamento e a instauração de inquérito civil público, este restrito ao acompanhamento das medidas tendentes à construção de uma passarela no local mencionado;

Considerando que, de acordo com o art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro: "nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via";

Considerando que a Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União, destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, nos termos do art. 144, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando que compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais, fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas; assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais; coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal; e implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, conforme art. 20, incisos I, II, VI, VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando que a liberdade de locomoção e a segurança são direitos fundamentais garantidos a todos, nos termos do art. 5º, inciso XV e 6º da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando que a Agência Nacional de Transportes (ANTT), entidade integrante da Administração Federal indireta e vinculada ao Ministério dos Transportes, possui atribuição pertinente a exploração da infra-estrutura rodoviária federal, nos termos dos arts. 22, inciso V e 25 da Lei Nº 10.233/01;

Considerando que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, tem como esfera de atuação a infra-estrutura de rodovias federais, bem como possui atribuição de estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e execução de obras viárias, nos termos dos arts. 81, inciso II e 82, inciso II da Lei Nº 10.233/01;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, §4º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o propósito de acompanhar as medidas tendentes à construção de passarela para travessia de pedestres na Rodovia Federal BR 369 - proximidade com o Parque Ney Braga de Londrina/PR.

Determino, ainda, a realização das seguintes providências:

1 - a remessa dessa Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à PFDC, de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por "e-mail", comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 8, DE 11 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo Nº 1.13.000.000174/2009-13, tendo por objeto "a possível existência de arbitrariedades nos critérios de seleção previstos pela UNINILTONLINS para ingresso de estudantes pré-selecionados no PROUNI";

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2006, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, visando à apuração de supostas irregularidades nos critérios utilizados pela UNINILTONLINS para a admissão dos alunos pré-selecionados no PROUNI.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnica administrativa, matrícula Nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM.

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico, e, como interessados: Carolina Menahem Macêdo Corrêa e Marcilene de Melo Bernardo.

2. oficie-se à Reitoria da UNINILTONLINS, requisitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, identificação dos alunos atualmente beneficiados pelo PROUNI e demonstração de que o quantitativo esteja de acordo com o exigido na Lei 11.096/2005.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo-se assim, e mudando o que tem que ser mudado, à determinação do art. 9º, §9º, da Resolução CSMPF 87/2010.

ALEXANDRE SENRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 29, DE 23 DE MARÇO DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.29.002.000069/2011-19

Interessados: André Luiz Marcantônio, Caixa Econômica Federal - CEF

Assunto: DIREITOS DO CIDADÃO - Apurar a regularidade do procedimento de liberação do FGTS pela Caixa Econômica Federal no Município de Vacaria/RS.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e

Considerando o teor de representação encaminhada por André Luiz Marcantônio, noticiando possíveis irregularidades no procedimento de liberação do FGTS para pessoas atingidas por enchentes no Município de Vacaria/RS;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "a" e "D" e o art. 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais bem como dos interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos e instaurar inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução Nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar ao Superintendente Regional da CEF - Serra Gaúcha para que se manifeste sobre a denúncia efetuada por André Luiz Marcantônio;

- Comunicar à PFDC a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES,

PORTARIA N° 48, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, Procurador da República que subscreve, considerando que já foi excedido o prazo estabelecido no art. 2°, § 6°, da Resolução n° 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao art. 4° da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 129, inciso III, da Constituição; art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347/85; art. 6°, inciso VII, e art. 8°, da Lei Complementar n° 75/93;

b) Descrição do fato: O presente procedimento administrativo foi instaurado em 10 de abril de 2010 tendo vista a demora na realização do procedimento cirúrgico "artroplastia de reconstrução do quadril com enxerto ósseo", necessário ao tratamento de saúde de Waltraut Kanzler, paciente da rede pública de saúde residente em Joinville/SC.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: União, Estado de Santa Catarina e Município de Joinville/SC.

d) Nome e qualificação da autora da representação: Sra. Waltraut Kanzler.

Tendo em vista o teor das informações amealhadas no trâmite das presentes investigações, especialmente a certificação de sucessivos adiamentos do procedimento cirúrgico em questão, ficam determinadas, por ora, as seguintes diligências:

1) Expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Joinville/SC requisitando as seguintes informações:

1.1) qual o tratamento de saúde dispensado à paciente Waltraut Kanzler, discriminando previsão para a realização da cirurgia ortopédica de que precisa;

1.2) quantas cirurgias são realizadas mensalmente para atender a demanda da lista de espera para a realização de tal espécie de cirurgia no âmbito do Hospital Municipal São José?

1.3) quais os critérios utilizados para definir os casos prioritários e urgentes que impliquem no não atendimento da ordem da lista de espera e se há casos (estados de saúde, doenças ou faixa etária) em que se dá prioridade no atendimento e quais são?

1.4) desde que data os cinco primeiros pacientes encontram-se aguardando a realização do procedimento cirúrgico, bem como o tempo que a paciente está aguardando a realização da cirurgia e o tempo médio de espera para a realização do procedimento?;

1.5) se existe outro médico especialista, além do Dr. André Luiz Silva Moura, que possa realizar o procedimento cirúrgico na paciente em comento e os motivos pelos quais ela se encontra na lista deste especialista?;

1.6) se existe outro nosocômio, além do Hospital Municipal São José, que possa realizar a cirurgia na paciente com mais brevidade?;

1.7) Quantos médicos especialistas estão atualmente atendendo pelo SUS para realizar este tipo de procedimento cirúrgico (cirurgia de artroplastia com enxerto ósseo)?;

Enviar cópias dos documentos de fls. 01/03, 11/13, 15/18, 29, 32/33 e 35/43. Estipula-se o prazo de 10 (dez) dias.

2) Na mesma oportunidade, expeça-se ofício ao Hospital Municipal São José, requisitando informações pormenorizadas sobre a relatada suspensão das cirurgias eletivas no âmbito do nosocômio e qual a atual situação de ocupação de leitos do hospital, discriminando a existência, ou não, de previsão para a normalização da situação e para a realização da cirurgia na paciente Waltraut Kanzler. Enviar cópia da certidão de fl. 43. Estipula-se o prazo de 5 (cinco) dias.

3) Comunicação à PFDC e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 52, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Em razão das informações constantes no Protocolo Nº 14824/2010, originadas a partir do Relatório de Fiscalização confeccionado pela Controladoria-Geral da União por ocasião da 31ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, relativo ao Município de Venda Nova do Imigrante, foi instaurado Procedimento Administrativo para apuração das irregularidades constatadas (nº 1.17.000.000157/2010-52).

O relatório identificou (item 2.2.1) fragilidades no controle de estoque de medicamentos do Programa Farmácia Básica inserida no programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diante da constatação, a CG-U diligenciou junto à Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, que justificou que o problemas decorria da falta de controle diário por programa informatizado das receitas médicas atendidas, o que acontecia somente com as receitas de controle especial.

O Ministério Público solicitou providências ao município, que adotou as seguintes medidas: contratação de farmacêutico; expansão do almoxarifado; reorganização dos estoques e pedido de atualização e correção de erros do sistema pela empresa E&L; responsável pelo software. A empresa, porém, somente atualizou o cadastro dos prontuários. Não efetuou nenhuma correção no sistema e afirmou que a conclusão do programa para uso via internet, com a conexão de todas as Unidades de Saúde em tempo real se dará a longo prazo, mas não informou o prazo de conclusão dessas providências.

Ante o exposto, RESOLVO instaurar Inquérito Civil Público para averiguar a adequação do sistema no sentido de regularizar o controle de estoque de medicamentos nas unidades de saúde do Município de Venda Nova do Imigrante, especialmente no que tange aos erros do sistema e à adaptação do programa para uso via internet com a conexão de todas as Unidades de Saúde.

Registre-se com a ementa: "Apura o regular funcionamento do sistema de controle de estoque de medicamentos nas Unidades de Saúde do Município de Venda Nova do Imigrante - ES em vista das constatações feitas pela Controladoria-Geral da União."

Classificação temática: PFDC - Saúde.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

Por fim, determino a remessa de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Venda Nova do Imigrante requisitando informações sobre o prazo previsto pela empresa E&L para a conclusão da adequação do sistema no sentido de regularizar o controle de estoque de medicamentos nas unidades de saúde no Município, especialmente no que tange aos erros do sistema e para a conclusão da adaptação do programa para o uso via internet com a conexão de todas as Unidades de Saúde.

FABRÍCIO CASER

PORTARIA Nº 69, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011

(EMENDA DE 21 DE MARÇO DE 2011)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar Nº 75/93; no artigo 8º da Lei Nº 7.347/85; na Lei Nº 8.429/92 e demais legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO que foi equivocadamente determinada a comunicação à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do "Item II - letra b" da Portaria Nº 69/2011, da instauração de INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças Informativas Nº 1.34.001.008207/2008-44;

Resolve: Determinar a comunicação da instauração de INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças Informativas Nº 1.34.001.008207/2008-44, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Emenda (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal), tendo em vista a emenda do disposto no "Item II - letra b" da Portaria Nº 69/2011.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 104, DE 22 DE MARÇO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da mencionada regularização fundiária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento "Gleba Carandá Guanandi" (ou "Sadia II" ou "Sadia III"), município de Várzea Grande/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

R E S O L V E converter o procedimento administrativo nº1.20.000.000991/2009-29 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento 'Gleba Carandá Guanandi' (ou 'Sadia II' ou 'Sadia'), município de Várzea Grande/MT'", mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto entre aspas constante deste parágrafo.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, encaminhe-se cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 105 , DE 24 DE MARÇO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceituam os artigos 127 e 129 da Constituição da República;

Considerando que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, tais como as ações e serviços de saúde (artigo 197);

Considerando, ademais, que a saúde constitui direito fundamental de todos, previsto expressamente no artigo 6º da Lei Maior e decorrência inexorável do direito à vida, consagrado no caput do artigo 5º da CF;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão indevidas da Administração Pública Direta e Indireta;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que o princípio da dignidade humana assegura para todo ser humano o direito ao mínimo existencial, significando os meios que possibilitem a vida com segurança, paz, dignidade e saúde;

Considerando, ainda, o dever do Ministério Público Federal e, mais especialmente, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de contribuir para o respeito à dignidade humana e aos direitos humanos;

Considerando a criação pelo Conselho Nacional de Justiça, em virtude de deliberação ocorrida no I Encontro do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, de Comitês Executivos em todos os estados da federação, incumbidos de planejarem instrumentos que "assegurem a efetividade do direito constitucional à saúde, a celeridade processual, a diminuição de litigiosidade, compondo uma política que gerencie as demandas da área da saúde";

Considerando a indicação do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em Mato Grosso para presentar o MPF no mencionado Comitê Executivo Estadual de Mato Grosso, como se observa pelos documentos anexos;

Considerando a relevância do acompanhamento das atividades do Comitê Executivo Estadual de Mato Grosso, bem como a possibilidade de colheita de informações específicas acerca de eventuais desrespeitos na área da saúde da esfera de atribuição do MPF, permitindo uma atuação ministerial que defenda adequadamente os interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a observância dos prazos estipulados pelo §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

R E S O L V E instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "acompanhar as atividades do Comitê Executivo Estadual de Mato Grosso na área da saúde". Autue-se como vinculado à PRDC/MT, indicando na ementa o texto indicado entre aspas neste parágrafo.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 157, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.008256/2010-00, de ofício, com a seguinte ementa:

"IDOSO. Inexistência de regulamentação específica referente ao atendimento preferencial a idosos, no âmbito dos juizados Especiais Federais".

- referido Procedimento está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2°, §7°, da Resolução n° 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.008256/2010-00, como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

PORTARIA Nº 158, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.002701/2008-03 a partir de representação efetuada por Raphaela José Cyrillo Galleti (fls. 03), com a seguinte ementa:

"IDOSO. CEF - Caixa Econômica Federal. Notícia sobre a existência de placa indicativa proibindo o atendimento preferencial a idosos não clientes do banco. Agência Carlos Sampaio".

?referido Procedimento foi arquivado (fls. 29/31) tendo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão determinado o retorno dos autos para novas diligências (fls. 54);

?faz-se necessária a adoção de novas providências, tendo esta procuradora determinado o envio de recomendação à Caixa Econômica Federal (fls. 63) ;

? já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2°, §7°, da Resolução n° 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.002701/2008-03, como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

PORTARIA Nº 181, DE 23 DE MARÇO DE 2011

PR/TO Nº 3962/2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar Nº 75/93, Resolução CSMPF Nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação 1.36.000.000317/2011-07, instaurada no âmbito da Procuradoria da República no Estado do Tocantins a partir do termo de declaração colhido com o comparecimento do Sr. Agenor Floresta, que pleiteia a modificação do medicamento fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado para sua esposa, a Sra. Maria Zilma Floresta;

CONSIDERANDO que em 2005 esta Procuradoria impetrou Ação Civil Pública para que fosse distribuído o medicamento Gabapentina à Sra. Maria Zilma Floresta, no entanto, atualmente, esse medicamento não está mais contendo as dores da paciente;

CONSIDERANDO que o Sr. Agenor procurou a Secretaria de Saúde do Estado para pedir a troca do medicamento, conforme solicitação do médico, mas a Secretaria requer que a modificação seja feita pela via judicial;

CONSIDERANDO a Constituição Federal em seu artigo 196 dispõe que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que o art. 129, II da CR/88 estabelece que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendente a garantir a modificação do medicamento Gabapentina, fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins à Sra. Maria Zilma Floresta, para o tratamento de Polineuropatia, pelo Pregabalina ou Lírica e Duloxetina, conforme prescrição médica atual;

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada do PI 1.36.000.000317/2011-07, para autuação e cadastro;

2) encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, solicitando sua publicação;

3) publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

4) oficie-se à Secretaria de Saúde do Estado solicitando a alteração do medicamento;

5) designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

6) Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem-me os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

PORTARIA Nº 200, DE 28 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e na Resolução Nº 87, de 03/08/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, provendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a quem compete garantir, por meio de políticas sociais, a redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme artigo 196 da Constituição da República;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.000.001195/2007-30, instaurado com o escopo de apurar supostas irregularidades na expansão do fornecimento de energia elétrica no Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira, localizado no Município de Acará, pelo Programa Luz para Todos;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03/08/2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes do referido procedimento administrativo, pelo que:

Determino:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que esta já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF;

3 - Como providência inicial, determino a adoção da seguinte medida:

Reitere-se o ofício de fl. 854.

Após, conclusos.

ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA

PORTARIA Nº 312, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções n.º 87/06/CSMPF e n.º 23/07/CNMP, com o objetivo de averiguar a situação de acessibilidade dos portadores de deficiências ou com mobilidade reduzida nos prédios públicos federais da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000012/2006-57) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n.º 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução n.º 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA N º 313, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções n.º 87/06/CSMPF e n.º 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar ausência de serviços de energia elétrica ou de projetos para a sua disponibilização no Povoado Água Branca localizado no município de Ruy Barbosa/BA, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000244/2007-96) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n.º 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução n.º 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

CONSELHO INSTITUCIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2010 REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às quatorze horas e cinquenta minutos, no Plenário do Conselho Superior do Ministério Público Federal, localizado na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília, teve início a Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, sob a Presidência do Subprocurador-Geral da República Wagner de Castro Mathias Netto, Coordenador da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a presença dos integrantes das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Doutores Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre (titular da 1ª CCR), Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque (titular da 2ª CCR), Elizeta Maria de Paiva Ramos (titular da 2ª CCR), Brasilino Pereira dos Santos (titular da 3ª CCR), José Elaeres Marques Teixeira (titular da 3ª CCR), Antonio Augusto Brandão de Aras (suplente da 3ª CCR), Mario José Gisi (Coordenador da 4ª CCR), Ivaldo Olímpio de Lima (titular da 4ª CCR), Denise Vinci Túlio (titular da 5ª CCR), Valquíria Oliveira Quixadá Nunes (suplente da 5ª CCR) e Aurélio Virgílio Veiga Rios (titular da 6ª CCR). Ausentes, justificadamente, os Doutores Francisco Xavier Pinheiro Filho (titular da 1ª CCR), Raquel Elias Ferreira Dodge (Coordenadora da 2ª CCR), Antonio Carlos Fonseca da Silva (Coordenador da 3ª CCR), Sandra Cureau (titular da 4ª CCR), Eugênio José Guilherme de Aragão (Coordenador da 5ª CCR), Rodrigo Janot Monteiro de Barros (titular da 5ª CCR), Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira (Coordenadora da 6ª CCR) e Maria Eliane Menezes de Farias (titular da 6ª CCR). O Senhor Presidente convidou o Conselheiro Mario José Gisi para secretariar a Reunião. Foram objeto de deliberação: 1) Aprovada a Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2010. 2) 1.00.000.012190/2010-32. Interessado: Dr. Jaime Mitropoulos - PR/RJ. Assunto: Decisão declinatória de competência, do MPF para o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, recebida como recurso pelo Coordenador da 5ª CCR, conforme despacho de 15.8.2010. FUNASA. Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro - SESDEC. Empresa Toesa Service Ltda. Suposta fraude. Relatora: Cons. Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre. Decisão: O Conselho, por maioria, nos termos do voto vista apresentado em mesa pela Cons. Elizeta Ramos, não conheceu do recurso e determinou o retorno dos autos à 5ª CCR para manifestar-se acerca do declínio de atribuição, tendo em vista que não houve deliberação daquele colegiado. Vencida a Relatora, acompanhada do Cons. Ivaldo Olímpio de Lima, que votou pelo conhecimento como recurso tendo em vista os Princípios da Economicidade, Eficiência e da Razoável duração do processo, com o seu parcial provimento. Declarou impedimento o Cons. Wagner Mathias. 3) 1.34.016.000312/2007-95. Interessado: Sr. Luiz Augusto Almeida

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da Motta Pacheco. Assunto: Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 437ª Sessão, de 4.8.2008. Homologação do arquivamento. MPAS/INSS. Empréstimo consignado. Descontos indevidos efetuados diretamente na aposentadoria do requerente. Suposta fraude. Relatora: Cons. Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque. Decisão: O Conselho, por maioria, nos termos do voto da Relatora, deu provimento ao recurso e determinou o retorno dos autos à origem para a adoção das providências indicadas no voto. Vencido o Conselheiro Aurélio Rios, que negava provimento ao recurso. Vencida, em parte, a Cons. Aurea Lustosa Pierre, que provia o recurso com vistas ao aprofundamento da investigação, nos aspectos cível e criminal. Declarou impedimento o Cons. Wagner Mathias. 4) 1.26.000.000374/2010-43. Interessado: Dr. Antonio Carlos de Vasconcellos Coelho Barreto Campello - PR/PE. Assunto: Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 554ª Reunião, de 28.6.2010. Não homologação do arquivamento. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF. Banco do Nordeste do Brasil - BNB. CGU. Relatório de Fiscalização Nº 29/2003. Município de Pombos/PE. Supostas irregularidades ocorridas na execução do Programa no âmbito daquele município. Relator: Cons. Brasilino Pereira dos Santos. Decisão: O Conselho, por maioria, nos termos do voto do Relator, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 5ª CCR. Vencidos os Conselheiros José Elaeres Marques Teixeira, Mario José Gisi e Aurélio Virgílio Veiga Rios, que davam provimento ao recurso. Declarou impedimento o Cons. Wagner Mathias. 5) 1.26.000.002914/2009-90. Interessado: Dr. Antonio Carlos de Vasconcellos Coelho Barreto Campello - PR/PE. Assunto: Recurso em face de decisão da 5ª CCR, proferida na 566ª Reunião, em 4.10.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno à origem para que seja expedida recomendação. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Município de Tracunhaém/PE. Convênio Nº 1733/2004 (SIAFI Nº 504656). Suposta irregularidade na execução de convênio para aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Relatora: Cons. Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque. Decisão: O Conselho, por maioria, nos termos do voto da Relatora e considerando as ponderações da Conselheira Valquíria Quixadá acerca do caráter pedagógico da Recomendação expedida pelo MPF, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 5ª CCR. Vencido o Conselheiro Aurélio Rios, que dava provimento ao recurso. Declarou impedimento o Cons. Wagner Mathias. 6) 1.26.000.000354/2010-72. Interessado: Dr. Edson Virginio Cavalcante Júnior - PR/PE. Assunto: Recurso em face de decisão da 1ª CCR proferida na 208ª Sessão Ordinária, de 27.4.2010. Não homologação do declínio de atribuições em favor do Ministério Público do Estado de Pernambuco, com o retorno dos autos à origem para apurar suposta irregularidade. Petrobrás Transporte S.A. (Transpetro). Sociedade de Economia Mista. Concurso público para o cargo de enfermeira, entre outros. Edital GRH/001/2005. Legitimidade do Ministério Público Federal. Relator: Cons. Mario José Gisi. Decisão: O Conselho, por maioria, nos termos do voto do Relator, deu provimento ao recurso e acolheu o declínio proposto. Vencidos os Conselheiros Aurea Lustosa Pierre, Julieta Fajardo, Ivaldo Olímpio, Valquíria Quixadá e Wagner Mathias, que negavam provimento ao recurso. Declarou impedimento a Cons. Elizeta Ramos. A Reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta minutos, da qual eu, Mario José Gisi, Secretário designado para o ato, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do Conselho

MARIO JOSÉ GISI
Secretário

PAUTA

Sessão de Distribuição de Processos
Sessão: 104 Data: 25/03/2011 Hora: 17:00

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

Processo	: 1.30.012.000452/2004-08
Assunto	: HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem	: PR/RJ
Relator(a)	: Cons. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Interessado(s)	: Dr. Márcio Barra Lima

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do Conselho

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 25 DE MARÇO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto

1.28.000.000533/2010-35 1.28.000.000258/2011-31 1.16.000.003555/2010-78

1.30.006.000083/2009-39

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.15.002.000022/2011-32 1.22.003.000520/2008-35 1.28.000.000954/2009-22

1.28.000.000325/2010-36 1.28.000.000715/2010-14

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.28.000.000526/2010-33 1.28.000.000353/2010-53 1.28.000.000155/2011-71

1.15.002.000241/2010-31 1.15.001.000083/2009-95

Total de procedimentos distribuídos: 014

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador da Câmara

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, III, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar a regularidade do Curso de Direito à distância (virtual) oferecido pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, resolve converter o presente procedimento administrativo (Nº 1.33.007.000245/2010-51) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet - página da PRSC), nos moldes dos arts. 4°, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

CELSO ANTONIO TRES
Procurador da República

PORTARIA Nº 2, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Considerando a incumbência constitucionalmente reservada ao Ministério Público de atuação em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando a catástrofe ocorrida com as torrenciais chuvas do último dia 12 de janeiro de 2011, responsável pela destruição de centenas e centenas de vidas, colocando mais de mil pessoas em situações de desalojados e desabrigados, provocando uma alteração na contextura do cenário social com a inserção abrupta na realidade do município de um contingente significativo de cidadãos desprovidos de meios e recursos mínimos para a própria subsistência;

Considerando que o pesar social provocado com estes acontecimentos, deu início a um movimento de solidariedade social espontâneo, traduzido em atitudes e iniciativas das mais diversas destinadas ao auxílio das vítimas das catástrofes, principalmente por meio da doação de alimentos e mantimentos aos cidadãos que passaram a viver destituídos de meios próprios de subsistência e garantia de dignidade;

Considerando que o princípio de solidariedade social, a dignidade das vítimas e dos cidadãos engajados na recuperação da comunidade, impõe a necessidade de respeito nas relações de consumo aos valores da ética, da transparência, da probidade e da boa-fé objetiva nos termos do art. 4°, I e VI, art. 6°, IV e VI, art. 37 §2°, art. 39, IV e art. 51, IV da Lei 8.078/90;

Considerando a atmosfera de sensibilidade, o clima de comoção social instaurado em Teresópolis com a ocorrência da catástrofe, reclama do poder público, da iniciativa privada e dos agentes econômicos atuantes no mercado de consumo, uma atitude de respeito e de reverência ao forte abalo emocional comunitário responsável, de certa maneira, na fragilização e vulnerabilidade da capacidade e da percepção das pessoas em escolher e selecionar o que representa de melhor e mais viável para a continuidade normal da rotina de suas vidas;

Considerando que anunciar, ofertar e expor à venda mercadorias de forma associada ao impulso comunitário de socorro às vítimas da tragédia, repugna ao senso comum da moralidade coletiva, consubstanciando em uma afronta direta e injustificável aos valores da ética, da transparência e da boa-fé objetiva nas relações de consumo, na medida em que significa uma deliberada forma de manipulação do mercado consumidor, manuseada para tirar proveito da sensibilidade emocional das pessoas a partir de uma prática que na realidade apenas almeja o lucro, muito embora se camufle no apelo ao sentimento de solidariedade social;

Considerando que os comerciantes, de uma forma geral, representam a classe de pessoas mais abastadas do município, cabe a esses agentes econômicos, caso se solidarizem com os acontecimentos, promoverem por conta própria e de forma direta o auxílio aos desabrigados e as vítimas das tragédias, e não estimular o consumidor à aquisição de gêneros destinados à doação, por meio de práticas de comércio, como anúncios em cartazes, "outdors"e mensagens de áudio no interior da loja, apelando para o sentimento da solidariedade quando o objetivo real dessas manifestações publicitárias e estratégias de venda consiste predominantemente no aumento dos ganhos e incremento das receitas;

Considerando que essas formas de abordagem agressiva podem implicar no cometimento da prática de crime prevista no Código de Defesa do Consumidor como a promoção de publicidade abusiva ou enganosa, prática incriminada pela Lei 8.078/90, em seu art. 67 c/c o art. 37, § 2°;

Considerando que, acondicionar itens e produtos diversos em espécies de kits e estojos de embalagens próprios para o ato de doação, viola o direito do consumidor de livremente contratar ao impedir que aquisição de gêneros diversos se proceda de acordo e sempre em respeito ao direito do cidadão escolher o que representa de melhor e mais viável para as suas necessidades de consumo, constituindo, portanto, em prática abusiva repelida expressamente pelo Código de Defesa do Consumidor em seu art. 39, inciso I;

Determino a instauração do Inquérito Civil Público Nº 1.30.019.000002/2011-76, com fulcro no art. 8°, parágrafo primeiro da Lei 7.347/85 e art. 6°, inciso VII, letra "b" da LC 75/93, objetivando a expedição de Recomendação à ACIAT - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Teresópolis, para que todo e qualquer comerciante da rede varejista do município de Teresópolis se abstenha e interrompa a consecução de qualquer estratégia de venda e forma de publicidade ofensiva à necessidade de respeito aos valores da ética, da boa-fé objetiva, da transparência, da moralidade coletiva nas relações de consumo, por meio de métodos propensos à manipulação do consumidor a partir do estímulo à compra de gêneros destinados à doação, aproveitando-se da fragilidade emocional comunitária que inclina os cidadãos de uma forma geral a cooperar com as vítimas da tragédia pelos mais variados modos.

Desta feita, após a atuação da presente, providencie-se o seguinte:

I) a Comunicação à 3° Câmara de Coordenação e Revisão do presente Inquérito Civil Público, informando o teor de seu objeto;

II) a expedição de Recomendação à ACIAT - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Teresópolis, para que todo e qualquer comerciante da rede varejista do município de Teresópolis se abstenha e interrompa a consecução de qualquer estratégia de venda e forma de publicidade ofensiva à necessidade de respeito aos valores da ética, da boa-fé objetiva, da transparência, da moralidade coletiva nas relações de consumo, por meio de métodos propensos à manipulação do consumidor a partir do estímulo à compra de gêneros destinados à doação, aproveitando-se da fragilidade emocional comunitária que inclina os cidadãos de uma forma geral a cooperar com as vítimas da tragédia pelos mais variados modos;

III) Publique-se a presente portaria de instauração no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, conforme o disposto no artigo 16, §1º, I da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

PAULO CEZAR CALANDRINI BARATA
Procurador da República

PORTARIA Nº 2, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o que consta das Peças Informativas Nº 1.34.014.000308/2010-42, instaurado em razão de representação de Domingos Vicente Malhone, o Ministério Público Federal, através do Procurador da República signatário, determina a conversão do presente feito em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

para apurar irregularidades no Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação ao FRIGORÍFICO CAMPOS DE SÃO JOSÉ - EPP.

Para tanto, determino a realização das seguintes diligências:

1) o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO;

2) a comunicação da instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87/06;

3) Expedição de ofícios à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e à Secretaria de Saúde do Município de São José dos Campos, solicitando a realização de inspeção in loco no FRIGORÍFICO CAMPOS DE SÃO JOSÉ LTDA EPP (CNPJ N° 05.644.477/0001-23), situado na Rodovia Estadual São José dos Campos/Campos do Jordão (atual Rodovia SP 50), Km 100, box 2, Buquirinha, São José dos Campos-SP, a fim de informar se o referido frigorífico está funcionando regularmente e em condições higiênico-sanitárias adequadas e se o mesmo está submetendo os animais destinados ao abate à inspeção ante mortem e post mortem. Instruir os ofícios com cópia de fls. 01/04.

FERNANDO LACERDA DIAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução Nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000019/2011-23, tendo como objetivo apurar eventual irregularidade cometida pela Instituição Mairiporã de Ensino Superior - IMENSU, por não ter expedido o diploma oficial do Sr. Alessandro Domingos Gerage.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

Inquérito Civil Público Nº 1.29.002.000130/2010-39. Interessados: Unimed Nordeste/RS. Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pela operadora de plano de saúde Unimed Nordeste/RS, quanto à exigência de requisição de médico credenciado e em formulário próprio para realização de exames.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "a" e "c" e o art. 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais bem como dos interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

Considerando que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo Nº 1.29.002.000130/2010-39, instaurado com fins de apurar possíveis irregularidades praticadas pela operadora de plano de saúde Unimed Nordeste/RS, quanto à exigência de requisição de médico credenciado e em formulário próprio para realização de exames;

Considerando a necessidade de maior aprofundamento das investigações dos fatos apontados e tendo em vista o exaurimento do prazo de encerramento deste procedimento administrativo;

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo n.º 1.29.002.000130/2010-39 em Inquérito Civil Público objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria para registro e autuação e a adoção da seguinte providência:

- Comunique-se à 3ª CCR a conversão do PA neste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I dessa.

Após, cumpridas as determinações, venha o Inquérito Civil Público concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 4, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Autos de Inquérito Civil Público Nº 1.34.012.000566/2010-49. Autor da representação: Câmara Municipal do Município de Cajati-SP

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, a proteção dos interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como o zelo pelo efetivo respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos pelos Poderes Públicos e serviços de relevância pública;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição e a legislação infraconstitucional conferem ao Ministério Público a titularidade para a promoção do inquérito civil público (artigos 127 e 129, ambos da Constituição Federal; artigos 6º, VII, 7º e 8º, todos da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei 7.347/85);

Considerando a notícia contida nestes autos acerca de suposta cobrança indevida de taxas de pedágio dos usuários residentes no Município de Cajati/SP na praça de cobrança da Rodovia BR-116 localizada naquele Município.

Decide instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando:

1) a afixação de cópia desta portaria nas dependências da Procuradoria da República no Município de Santos, no local de costume, pelo prazo de 15 (quinze) dias (art. 126, in fine, c/c o art. 232, II e III, do CPC);

2) o envio de cópia desta, para fins de publicação em órgão oficial, à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3) a alteração dos registros de autuação para que passe a figurar no campo "requerido": Autopista Régis Bittencourt S/A e no campo "resumo": "Consumidor. Cajati. Apurar suposta cobrança indevida de taxas de pedágio dos usuários residentes no Município de Cajati/SP na praça de cobrança da Rodovia BR-116 localizada naquele Município";

4) a juntada do protocolo PRM-STS-SP-97/2011, ofício Nº 17/2010, expedido pela Câmara Municipal de Cajati/SP;

5) a expedição de ofício à concessionária Autopista Régis Bittencourt S/A solicitando o envio dos seguintes documentos em mídia digital: contrato de concessão e seus anexos (I - Edital; III - Programa de Exploração da Rodovia - PER; XII - Perguntas e Respostas dos Esclarecimentos sobre o Edital);

Para a execução, coordenação e supervisão dos trabalhos cartoriais de controle, registro e processamento do feito, tais como elaboração de termos e certidões, controle de prazos e documentos, execução de diligências, redação de despachos ordinatórios, registro de informações processuais em livros e sistemas informatizados, entre outros, designo a secretária Débora Cecília Ferreira Pinto, técnica administrativa.

Para a execução, coordenação e supervisão dos trabalhos de assessoramento jurídico, tais como a execução de análises investigatórias, elaboração de relatórios, redação de despachos, decisões e ofícios, entre outros, designo a analista processual Raquel de Mattos Onofre.

Sem prejuízo, havendo necessidade, poderão outros servidores lotados nesta Procuradoria da República exercer as referidas funções em caráter de substituição.

LUÍS EDUARDO MARROCOS DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução Nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000016/2011-90, com o objetivo de apurar eventual irregularidade na administração do Clube Esportivo "Lanifício Esporte Clube", haja vista notícia sobre a realização de Bingos, promovidos por esta associação.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos Procuradores da República signatários, designados pelo Excelentíssimo Procurador-Geral da República através da portaria n° 486, de 07 de outubro de 2010:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 08120.003558-99-60, que visa acompanhar a regularidade do procedimento de liquidação extrajudicial da Interunion Capitalização S.A., supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 08120.003558-99-60 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determina-se a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Requisite-se à Controladoria-Geral da União - CGU (através de seu secretário-executivo) e à Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União - AGU que informem as providências efetivamente adotadas, o encaminhamento dado (v.g., instauração do pertinente procedimento apuratório etc) e eventuais conclusões - instruindo-se a resposta com as cópias pertinentes -, relativamente à anexa representação (fls. 6671/76) unânime expedida pela Egrégia 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no bojo do julgamento da questão de ordem em petição (de n° 2006.02.01.007945-0). Para fins de subsidiar adequada resposta à presente requisição, encaminhe-se, ainda, cópia dos seguintes documentos: (i) decisão de 31 de julho de 2006, que indeferiu o pedido de reconsideração da decisão que decretou a prisão preventiva de Artur Osório Marques Falk; e (ii) da sentença criminal, já transitada em julgado, que condenou o ex-Superintendente-Geral da SUSEP, Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, pelo crime de prevaricação por atos relacionados ao objeto da presente requisição. (Prazo: 25 DD);

4) Requisite-se ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda que informe as providências efetivamente adotadas, o encaminhamento dado (v.g., instauração do pertinente procedimento apuratório etc) e eventuais conclusões - instruindo-se a resposta com as cópias pertinentes -, relativamente à anexa representação monocrática (fls. 6691/6707) expedida pelo Desembargador Federal Relator Dr. Abel Gomes (1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região) no bojo do julgamento da petição de nº 2006.02.01.007945-0 (pedido de prisão preventiva do Sr. Artur Osório Marques Falk). Para fins de subsidiar adequada resposta à presente requisição, encaminhe-se, ainda, cópia dos seguintes documentos: (i) decisão de 31 de julho de 2006, que indeferiu o pedido de reconsideração da decisão que decretou a prisão preventiva de Artur Osório Marques Falk; e (ii) da sentença criminal, já transitada em julgado, que condenou o ex-Superintendente-Geral da SUSEP, Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, pelo crime de prevaricação por atos relacionados ao objeto da presente requisição. (Prazo: 25 DD);

5) Requisite-se à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Prazo: 25 DD) que informe:

(i) acerca do andamento e eventual conclusão da Comissão objeto da portaria SUSEP n° 2.414, de 11 de abril de 2006;

(ii) se foi implementado o pagamento aos "credores de pequena monta" com créditos originais de até R$ 1.000,00 (mil reais), tal qual aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Interunion Holding S/A, que ocorreu em 14 de abril de 2009 (cf. Anexos documentos de fls. 7791/97 e 7822/4);

(iii) se tal pagamento afrontaria o regime do concurso geral de credores, conforme noticiado pelo Liquidante da Interunion Capitalização S.A., Sr. José Emílio Passos Carvalho Quintas, por ocasião do anexo Ofício OF/LIQ/INTERUNION/Nº 0274/2009 (fls. 7791/97);

(iv) o andamento atualizado do processo liquidatário da Interunion Capitalização S.A., além de quais dos fatores apontados como empecilho para o encerramento da liquidação em foco (conforme noticiado no item 22 do Ofício n. 0141/2010, do Sr. Liquidante: fls. 8057/64, anexas) já se concretizaram e de que maneira, enviando todos os documentos e esclarecimentos pertinentes às operações narradas.

7) Acautele-se por 50DD na DITC a fim de aguardar a resposta aos ofícios expedidos.

MÁRCIO BARRA LIMA

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS

CLAUDIO GHEVENTER

GUILHERME GUEDES RAPOSO

PORTARIA Nº 8, DE 11 JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que o inquérito civil tem assento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e no art. 8º, da LC n. 75/93;

Considerando que, nos autos da representação n° 1.34.023.000153/2007-30 encontram-se reunidos documentos e elementos de convicção que permitem a instauração de uma investigação preliminar;

Considerando que os fatos ali noticiados dizem respeito a possível venda de combustíveis adulterados por parte de Auto Posto Itália de São Carlos Ltda. (São Carlos);

Considerando que o serviço em questão deve ser fiscalizado pela União;

Considerando, por fim, a complexidade da matéria a ser tratada DETERMINO:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível n. 1.34.023.000153/2007-30 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos ali fatos narrados, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3° Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

Cumpra-se.

MARCOS ANGELO GRIMONE

PORTARIA Nº 12, DE 12 JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que o inquérito civil tem assento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e no art. 8º, da LC n. 75/93;

Considerando que, nos autos da representação n° 1.34.023.000161/2007-86 encontram-se reunidos documentos e elementos de convicção que permitem a instauração de uma investigação preliminar;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que os fatos ali noticiados dizem respeito a possível venda de combustíveis adulterados por parte de Central de Abastecimento Jari Ltda. (Descalvado);

Considerando que o serviço em questão deve ser fiscalizado pela União;

Considerando, por fim, a complexidade da matéria a ser tratada DETERMINO:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível n. 1.34.023.000161/2007-86 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos ali fatos narrados, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3° Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

Cumpra-se.

MARCOS ANGELO GRIMONE

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000441/2010-68, que visa apurar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL relativamente às supostas irregularidades praticadas pela Operadora Claro no que tange à inadequação no atendimento aos consumidores e à ausência de informação nos produtos ofertados, e a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000441/2010-68 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Reitere-se o Ofício de fl. 19;

4) Acautele-se por 40DD na DITC a fim de aguardar a resposta ao Ofício expedido.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 15, DE 10 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000405/2010-02, que visa apurar a atuação da Caixa Econômica Federal relativamente às possíveis irregularidades no que concerne à divulgação, no site da CEF, de informações incompletas acerca da taxa de juros aplicada ao FGTS, e a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000405/2010-02 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Reitere-se o Ofício de fl. 07;

4) Acautele-se por 40DD na DITC a fim de aguardar a resposta ao Ofício expedido.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 23, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Considerando o quanto descrito na representação firmada por LUCILANE VIEIRA LIMA, segundo a qual a empresa ELETRO FÁCIL estaria organizando grupos de consórcios informais, causando grande prejuízo aos consumidores, na medida em que, apesar de pagas as prestações pelos consorciados, a empresa não estaria entregando os bens aos sorteados;

Considerando que o Banco Central do Brasil, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pela fiscalização das operações de consórcios, fundo mútuo e outras formas associativas assemelhadas, que objetivam a aquisição de bens de qualquer natureza;

Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXII, estabelece que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Considerando que ao Ministério Público, nos termos do artigo art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, II, da Lei nº. 7.347/1985, compete a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais os relacionados ao consumidor;

Considerando que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar Nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público Nº 23/2007), Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar eventual omissão do BACEN na fiscalização de atos da empresa ELETRO FÁCIL quanto aos consórcios por esta comercializados, fato que pode trazer prejuízo aos consumidores e à livre concorrência.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a representação em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão;

ii. expeça-se ofício ao BACEN, requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a respeito dos fatos narrados na representação que deve seguir anexa;

iii. expeça-se ofício à empresa ELETRO FÁCIL, requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a respeito dos fatos narrados na representação que deve seguir anexa;

iv. cientifique-se a 3ªCCR, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 23, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.00431/2010-22, que apura a atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos relativamente a possíveis irregularidades decorrentes da demora na prestação de seus serviços, e a necessidade do prosseguimento de diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000431/2010-22 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Encaminhe-se cópia das representações de fls. 12 e 17 à EBCT requisitando que o órgão se manifeste, no prazo de 25 DD, quanto às supostas irregularidades narradas, encaminhando toda a documentação pertinente que subsidie a resposta;

4) Requisite-se à EBCT, outrossim, que informe o resultado do acompanhamento das entregas noticiado no Ofício de fl. 07 (enviar cópia anexa);

5) Após, acautele-se em cartório por 50 DD.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 37, DE 10 DE AGOSTO DE 2010

Ref.: Procedimento Administrativo Nº 1.14.002.000026/2008-52. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público Federal incumbe defender a Ordem Jurídica e promover as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais, atuando na defesa dos interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, incisos II e III, CRFB/88), inclusive dos consumidores (art. 6º, VII, "c", da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União), podendo, para tanto, promover o inquérito civil e a ação civil pública;

CONSIDERANDO que o serviço postal constitui atividade essencial, inclusive para o exercício de direitos correlatos à cidadania;

CONSIDERANDO que a Lei Nº 6.538/78, que dispõe sobre o serviço postal, dispõe, em seu art. 3º, que "a empresa exploradora é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério das Comunicações.";

CONSIDERANDO que a Constituição da República de 1988 dispõe, em seu art. 37, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a prestação dos serviços postais estão insertos na seara da relação de consumo e que a Lei Nº 8.078, de 11.9.1990, Código de Defesa do Consumidor, dispõe, em seu art. 6º, X, que "são direitos básicos do consumidor: (...) X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.";

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.14.002.000026/2008-52, noticiando que a Empresa de Correios e Telégrafos não vem prestando adequadamente o serviço postal no Município de Ponto Novo/BA;

CONSIDERANDO, contudo, que a ECT - Gerência Jurídica solicitou dilação de prazo para proceder ao levantamento dos dados solicitados acerca da suposta ineficiência do serviço postal no Município de Ponto Novo/BA, e a necessidade de adequar a investigação aos parâmetros estabelecidos na Resolução Nº 87/2006 do CSMPF,

Resolve a signatária CONVERTER EM INQUÉRITO CIVIL o presente procedimento, determinando as seguintes diligências:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo solicitado pela ECT, por 30 (trinta) dias. Comunique-se, devendo encaminhar cópia desta Portaria, para conhecimento.

2- Ciência da instauração aos Representantes, oportunidade na qual devem ser solicitadas informações atualizadas acerca da qualidade do serviço postal no Município de Ponto Novo/BA.

Ainda, em cumprimento à Resolução Nº 87/2006-CSMPF, com as alterações promovidas pela Resolução Nº 106/2010-CSMPF:

a) Autue-se a presente Portaria, juntamente com os autos do Procedimento Administrativo;

b) Comunique-se à 3ªCCR, informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria, inclusive por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

c) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 38, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado o presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República, com o escopo de apurar notícia de cobrança abusiva de tarifas bancárias, com a anuência do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, tendo em vista as normas preconizadas através da Resolução Nº 3518/2007.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.001051/2008-85, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, considerando que resta pendente de resposta o OFÍCIO Nº 193/GNK/pral/2010, reitere-se o ofício relacionado no despacho de fl. 35.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 45, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foram autuadas as presentes Peças de Informação nesta Procuradoria da República com escopo de apurar notícia de discriminação nas regras para aquisição de imóveis para idosos através do programa habitacional "minha casa, minha vida", lançado pelo Governo Federal.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL as presentes Peças de Informação Nº 1.11.000.000170/2010-35, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3º Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, considerando que resta pendente de resposta o ofício Nº 330/GNK/PRAL/2010, reitere-se o mesmo.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 54, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada.

Considerando que foi instaurado o presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com o escopo de apurar notícia de omissão acerca de questões atinentes à infraestrutura aeroportuária, serviços aéreos e segurança operacional no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados e visando a resolução da questão em exame nos autos.

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000893/2009-09, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, considerando a necessidade de instrução do feito, junte-se o documento relacionado no despacho de fl. 37.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 64, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com o escopo de apurar noticia de desrespeito da da Lei Nº 9.656/98, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil Alagoas Seccional de Alagoas.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000175/2007-62, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, considerando a necessidade de instrução do feito, reitere-se o ofício relacionado no despacho de fls. 395.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 68, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada.

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com o escopo de apurar notícia de irregularidade na cobrança de taxa para os interessados em adquirir um imóvel com o "Programa Minha Casa Minha Vida".

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados e visando a resolução da questão em exame nos autos.

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000466/2010-56, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, considerando a necessidade de instrução do feito, junte-se o documento relacionado no despacho de fl. 38.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 78, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi autuada as presentes Peças Informativas Cíveis nesta Procuradoria da República em virtude de ofício remetido pela Procuradoria da República no Estado do Pará, no sentido de que aquele Parquet fiscalize o cumprimento de liminar que, em âmbito nacional, suspendeu os descontos efetuados sobre a aposentadoria ou pensão dos beneficiários requerentes a empréstimos consignados sem autorização;

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu);

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados, visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL as presentes Peças Informativas Cíveis Nº 1.11.000.001382/2008-15, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se o ofício relacionado no despacho de fl. 44.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA N° 78, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, nos autos de n° 1.33.005.000258/2008-25, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2°, § 6°, da Resolução n° 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao art. 4° da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 129, inciso III, da Constituição; art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347/85; art. 6°, inciso VII, e art. 8°, da Lei Complementar n° 75/93;

b) Descrição do fato: acompanhamento do processo de licenciamento ambiental pelo IBAMA (Processo n° 02001.000830/2009-09) e de autorização pela ANTAQ para o Porto Mar Azul, inclusive o denominado "Centro de Distribuição de Cargas Mar Azul".

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Mar Azul Logística Armazenamento Terminais e Transportes S.A., CNPJ 07.628.886/0001-90, com sede na Rua Babitonga, 71, São Francisco do Sul/SC, CEP 89240-000.

d) Nome e qualificação do autor da representação: prejudicado (instaurado de ofício).

Ficam determinadas as seguintes diligências:

1) Registros de praxe.

2) Sejam autuados, em apenso, os diferentes documentos encaminhados pela comunidade a respeito do empreendimento, quais sejam, protocolos Fenix n° 000441/2010, n° 000476/2010, n° 000804/2010, arquivando-se o documento protocolizado sob n° 000451/2010, eis que se trata de via não assinada do manifesto registrado sob n° 000441/2010, sem os anexos respectivos.

3) Expedição de ofício ao IBAMA, com prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta, a contar do recebimento, requisitando: (a) que informe se houve acompanhamento da instalação do empreendimento "Centro de Distribuição de Cargas Mar Azul", encaminhando-se cópia de parecer técnico eventualmente produzido; (b) que informe se foi expedida Licença de Operação para o empreendimento "Centro de Distribuição de Cargas Mar Azul", encaminhando-se cópia dela e de eventual parecer técnico que a tenha embasado; (c) que informe se os dois empreendimentos ("Centro de Distribuição de Cargas Mar Azul" e Porto Mar Azul) são objeto do mesmo processo de licenciamento (Processo n° 02001.000830/2009-09) ou se há outro processo que trate especificamente do Porto Mar Azul, indicando o seu número; (d) que encaminhe cópia de parecer técnico do ICMBio a respeito do Porto Mar Azul, eventualmente juntado ao processo de licenciamento respectivo; (e) que informe se foi expedida alguma licença ambiental para o empreendimento Porto Mar Azul, encaminhando cópia do documento referido e de eventual parecer técnico que a tenha embasado.

4) Comunicação às 3ª e 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 104, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com escopo de apurar notícia de abuso na cobrança de taxas administrativas por parte das instituições de ensino superior particulares neste Estado de Alagoas.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000830/2009-44, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª CCR (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se novos ofícios às instituições de ensino referidas no despacho n. 969/2010, requisitando-lhes lista discriminatória de todos os serviços administrativos tarifados pelas instituições.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY-PORTARIA Nº 104, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com escopo de apurar notícia de abuso na cobrança de taxas administrativas por parte das instituições de ensino superior particulares neste Estado de Alagoas.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000830/2009-44, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª CCR (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se novos ofícios às instituições de ensino referidas no despacho n. 969/2010, requisitando-lhes lista discriminatória de todos os serviços administrativos tarifados pelas instituições.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 109, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com escopo de apurar irregularidades na construção do Condomínio Residencial Galápagos, integrante do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos.

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000468/2009-10, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª CCR (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se novo ofício à Caixa Econômica Federal, requisitando-lhe informações atualizadas acerca das medidas adotadas para a recuperação do empreendimento em questão e sobre a liberação de recursos noticiadas no ofício Nº 584/2010/GILIE/ME (fls. 45/46).

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 111, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada.

Considerando que foi instaurado o presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com o escopo de apurar notícia de irregularidades na execução das obras, bem como no mau emprego do material de construção dos condomínios Ernesto Maranhão e Theobaldo Barbosa ofertado pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), no Estado de Alagoas.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos.

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000590/2009-88, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se o ofício relacionado do despacho de fl. 114.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 112, DE 16 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com escopo de apurar a notícia de irregularidades no Residencial Costa Dourada, integrante do Programa de Arrendamento Residencial - PAR.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000815/2008-15, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se ofício conforme Despacho n. 974/2010.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

PORTARIA Nº 118, DE 16 DE OUTUBRO DE 2010

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que foi instaurado presente Procedimento Administrativo nesta Procuradoria da República com escopo de apurar a notícia de irregularidades no Residencial Antônio Silveira Coutinho, integrante do Programa de Arrendamento Residencial - PAR.

Considerando que a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor insere-se entre as funções institucionais do Ministério Público Federal, estando prevista no art. 6.º, VII, c, da Lei Complementar 75/93 (Lompu).

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de realização de novas diligências para melhor apreciação dos fatos investigados; visando a resolução da questão em exame nos autos,

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL o presente Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000302/2008-12, determinando:

1 - Autue-se como ICP, inserindo a presente portaria na primeira folha dos autos;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Outrossim, expeça-se o ofício conforme referido no Despacho n. 983/2010, constante às fls. 313.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 6, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Procedimento Administrativo n° 1.29.018.000080/2010-11. Representante: Flávio Alberto Andreis. Investigada: Foz do Chapecó. Objeto: Apurar a existência de risco de contaminação do aquífero por águas superficiais pela não observância dos procedimentos adequados de vedação no tamponamento do poço fechado pela Foz do Chapecó, bem como a falta de água potável, ambas relacionadas a comunidade Goi-ên, em Erval Grande/RS. Câmara: 4° CCR.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por esta Procuradora da República, no uso de suas atribuições legais, em face do disposto nos artigos 2º, inciso II, e 4º, inciso II, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e,

Considerando que foi instaurado o Procedimento Administrativo Cível em epígrafe, em 29 de julho de 2010, com base em fato noticiado por Flávio Alberto Andreis (fl. 03), dando conta que o empreendedor Foz do Chapecó teria fechado um poço de água mineral que abastecia a comunidade de Goio-Ên, localizada no Município de Erval Grande, sem adotar os procedimentos adequados na sua vedação, gerando risco de contaminação do aquífero pela infiltração de águas superficiais e do lençol freático, bem como que o novo poço, perfurado pelo empreendedor para o mesmo fim, em local diverso, estaria produzindo água imprópria para o consumo humano, tendo o mesmo que ser fechado, estando os moradores de referida comunidade sem água tratada;

Considerando as declarações de Dorvalino Theodoro dos Santos (fl. 43) e Amélio Francisco Kwiecinski (fl. 45), os quais relataram que em razão do poço construído pela Foz do Chapecó ter sido fechado, a comunidade está consumindo água de fontes alternativas não tratadas;

Considerando que dependem da água produzida pelo mencionado poço as residências, a Igreja, o ginásio de esportes e o salão comunitário daquela localidade;

Considerando a necessidade de realização de diligências complementares, a fim de se apurar: se houve, efetivamente, o correto tamponamento do primeiro poço, desativado pela Foz do Chapecó; a impossibilidade de consumo do segundo poço perfurado, e o que será feito com o mesmo; e a perfuração de novo poço, a fim de que seja fornecida água para a comunidade;

Considerando que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

Considerando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, conforme prevê o art. 23, inciso IV, da Constituição Federal;

Considerando que a água é um bem de domínio público (art. 1º da Lei 9.433/97);

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, caput, CF);

Considerando que incumbe ao Ministério Público da União sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta, bem como, expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar n. 75/1993, art. 7º, inciso I e art. 8°, incisos II, IV e VII);

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2°, § 6° da Resolução CNMP n° 23/1997 e art. 4º, §§ 1º e 4° da Resolução CSMPF Nº 87/2006), sem que tenha sido resolvido o problema da água potável na comunidade de Goi-ên, em Erval Grande.

Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 2°, § 6°, da Resolução CNMP n° 23/2007 e art. 4º, § 4°, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o Procedimento Administrativo Nº 1.29.018.000080/2010-11, pelo Setor Administrativo, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: Apurar a existência de risco de contaminação do aquífero por águas superficiais pela não observância dos procedimentos adequados de vedação no tamponamento do poço fechado pela Foz do Chapecó, bem como a falta de água potável, ambas relacionadas a comunidade Goi-ên, em Erval Grande/RS;

2. Nomeação do servidor Vinícius Barancelli, ocupante do cargo de Analista Processual, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007 e art. 5°, inciso V, da Resolução CSMPF, para funcionar como Secretário;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 4º CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP Nº 23/2007 e art. 16, §1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Afixação da presente Portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Município de Erechim (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP Nº 23/2006).

Como providências investigatórias iniciais, determino:

1. Expedição de ofício à Foz do Chapecó, requisitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias: i) informe como está o andamento da construção no novo poço na Comunidade Goi-ên, em Erval Grande, tendo em vista que a Prefeitura da localidade, através do ofício Nº 020/2011 (fl.93), informou esse Parquet, que concedeu ao empreendedor a isenção do licenciamento ambiental para construção do poço; ii) esclareça o que foi feito com o poço construído pela Foz do Chapecó, o qual teve que ser fechado em razão da qualidade da água ser imprópria para consumo; iii) informe qual é o prazo estimado para resolução definitiva do problema de fornecimento de água, considerando que o abastecimento provisório das famílias está sendo feito através de fontes naturais, cujas qualidades não estão sendo monitoradas.

2. Reitere-se o ofício Nº 15/2011 (fl. 91), expedido ao Departamento de Recursos Hídricos, tendo em vista que o mesmo ainda não foi respondido.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução CNMP Nº 23 e o art. 15 da Resolução CSMPF Nº 87 do CSMPF, deve o Setor Administrativo realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

ANDRÉIA RIGONI AGOSTINI

PORTARIA Nº 19, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei Nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que foi entregue, nesta Procuradoria da República no Município de Resende, por representantes da intitulada Comissão dos Moradores e Amigos de Penedo, abaixo-assinado solicitando medidas administrativas ou judiciais, junto ao INEA - Instituto do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e ao Município de Itatiaia, para a solução dos problemas ambientais que afetam o Rio das Pedras, na localidade de Penedo, Município de Itatiaia;

CONSIDERANDO que, segundo a referida Comissão, no período de chuvas tem ocorrido constantes inundações nas residências e estabelecimentos comerciais localizados no entorno do referido curso d'água;

CONSIDERANDO que, de acordo com o expediente remetido, a implantação de um novo loteamento, na entrada de Penedo, poderá agravar o problema ambiental, caso sejam autorizadas intervenções na área de transbordamento do rio;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo n. 1.30.008.000042/2005-07, através do qual o Ministério Público Federal vem acompanhando o processo de licenciamento ambiental do empreendimento denominado "Loteamento Nova Penedo", mencionado na representação;

CONSIDERANDO que a Comissão dos Moradores e Amigos de Penedo ressalta que, diante do assoreamento do leito do rio, faz-se necessária, como medida emergencial, a realização de limpeza no curso d'água e em suas margens;

CONSIDERANDO que não foram apresentados elementos técnicos que permitam concluir, neste primeiro momento, pela adequação da medida emergencial proposta;

CONSIDERANDO que o rio das Pedras nasce no Pico das Agulhas Negras, no Parque Nacional do Itatiaia, e tem sua foz no rio Paraíba do Sul, no município de Resende;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de acompanhar as medidas efetivamente adotadas pelas autoridades ambientais competentes para a resolução do quadro de degradação ambiental do Rio das Pedras".

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - MEIO AMBIENTE - DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DAS PEDRAS - PENEDO - MUNICÍPIO DE ITATIAIA - COMISSÃO OS MORADORES E AMIGOS DE PENEDO;

b) comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União;

c) publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) oficie-se à Prefeitura Municipal de Itatiaia, requisitando que, no prazo de 20 dias, se manifeste sobre a representação encaminhada pela Comissão dos Moradores e Amigos de Penedo. Solicite-se, ainda, que seja informado ao MPF: I. a situação atual de degradação do rio das Pedras, indicando os problemas mais prementes; II. se existem edificações em risco, em razão das enchentes decorrentes da cheia do rio; III. as medidas necessárias para a recuperação do curso d'água em curto, médio e longo prazo; III. medidas que podem ser adotadas pelo Poder Público Municipal para minorar a situação de degradação identificada no Rio das Pedras;

e) oficie-se ao INEA (SUPMED, DILAN e Diretoria de Recursos Ambientais), requisitando que, no prazo de 20 dias, se manifeste sobre a representação encaminhada pela Comissão dos Moradores e Amigos de Penedo. Solicite-se, ainda, que seja informado ao MPF: I. se, quando do licenciamento ambiental do empreendimento denominado "Loteamento Nova Penedo" (processo E-07/500795/2009), implantado pela empresa ICAN - Imobiliária e Comercial Agulhas Negras Ltda., foram observados os questionamentos apontados na representação; II. se já houve a demarcação da FMP em toda a área do referido empreendimento; III. a situação atual de degradação do rio das Pedras, indicando os problemas mais prementes; IV. as medidas necessárias para a recuperação do curso d'água em curto, médio e longo prazo; V. medidas que podem ser adotadas pelo INEA e pelo Estado do Rio de Janeiro para minorar a situação de degradação identificada no Rio das Pedras;

f) oficie-se ao Parque Nacional do Itatiaia a requisitando que, no prazo de 20 dias, se manifeste sobre a representação encaminhada pela Comissão dos Moradores e Amigos de Penedo. Solicite-se, ainda, que seja informado ao MPF: I. se, quando da autorização para o licenciamento ambiental do empreendimento denominado "Loteamento Nova Penedo", implantado pela empresa ICAN - Imobiliária e Comercial Agulhas Negras Ltda., foram observados os questionamentos apontados na representação; II. a situação atual de degradação do rio das Pedras, indicando os problemas mais prementes; IV. as medidas necessárias para a recuperação do curso d'água em curto, médio e longo prazo; V. medidas que podem ser adotadas pela administração da unidade de conservação para minorar a situação de degradação identificada no Rio das Pedras;

Resende, 14 de março de 2011.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 21, DE 15 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei Nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que, no curso do procedimento administrativo de tutela coletiva n. 1.30.008.000030/2002-21, em trâmite nesta Procuradoria da República no Município de Resende, foram colhidos elementos que fazem referência a possíveis irregularidades no processo de licenciamento ambiental do "Projeto de Requalificação Ambiental e Urbana da Vila de visconde de Mauá";

CONSIDERANDO que referido projeto, desenvolvido pelo Município de Resende, foi licenciado pela Agência de Meio Ambiente do Município de Resende;

CONSIDERANDO que referido projeto prevê intervenções a serem realizadas no interior da Área de Proteção Ambiental de Serra da Mantiqueira, e no entorno do Parque Nacional do Itatiaia, unidades de conservação federais administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

CONSIDERANDO que a Chefia da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira apresentou questionamento quanto à competência para o licenciamento ambiental do referido projeto, em razão da complexidade das obras propostas;

CONSIDERNADO que o Município de Resende, através de convênio celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, com fundamento nos artigos 23, VI e VII, 225 e 241 da Constituição da República, e no Decreto Estadual n. 40.793 de 05/06/2007, foi autorizado à realizar licenciamento ambiental de atividades de interesse e impacto ambiental local, classificadas como de pequeno potencial poluidor;

CONSIDERANDO que as questões relativas ao licenciamento do "Projeto de Requalificação Ambiental da Vila de Visconde de Mauá" extrapolam o objeto do procedimento administrativo n. 1.30.008.000030/2002-21;

CONSIDERANDO que se faz necessário o aprofundamento das apurações relativas à regularidade do licenciamento ambiental do projeto em questão;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a regularidade do procedimento de licenciamento ambiental do "Projeto de Requalificação Ambiental da Vila de Visconde de Mauá".

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - MEIO AMBIENTE - LICENCIAMENTO AMBIENTAL - PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DA VILA DE VISCONDE DE MAUÁ - APA DA SERRA DA MANTIQUEIRA - MUNICÍPIO DE RESENDE;

b) comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União;

c) publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) determino que sejam extraídas cópias de fls. 172/175, 186/187, 197/202, 208/211, 212/213, dos autos do do procedimento administrativo n. 1.30.008.000030/2002-2, para a instrução deste inquérito civil público;

e) o Projeto de Revitalização da Vila Mauá, que se encontra apensado ao do procedimento administrativo n. 1.30.008.000030/2002-2, passará a instruir este Inquérito Civil Público, na forma de apenso, conforme já foi determinado no referido procedimento;

f) junte-se aos autos cópia do Decreto Estadual Nº 40.793 de 05/06/2007, do Convênio de Cooperação nas Áreas de Fiscalização e Licenciamento Ambiental, celebrado entre o município de Resende e o Estado do Rio de Janeiro;

f) oficie-se à APA Serra da Mantiqueira requisitando, no prazo de 20 dias: - que seja encaminhado ao MPF cópia integral do processo administrativo n. 02015.012888/2008-55, relativo à solicitação de anuência para a instalação de equipamentos e requalificação ambiental e urbana da Vila de Visconde de Mauá, formulada pela Prefeitura Municipal de Resende; - que seja encaminhado ao MPF cópia integral do processo administrativo n. 02629.000290/2010-10, relativo à solicitação de anuência para a segunda etapa do projeto de instalação de equipamentos e requalificação ambiental e urbana da Vila de Visconde de Mauá e Lote 10, formulada pela Prefeitura Municipal de Resende; - que seja informado se foram apresentadas, pelo município de Resende, os documentos complementares mencionados a Nota Informativa Nº 0137/2010 - APA da Serra da Mantiqueira, e se foi concedida, pela unidade de conservação, autorização para o licenciamento ambiental da segunda etapa do projeto;

g) oficie-se ao Parque Nacional do Itatiaia requisitando que seja informado ao MPF, no prazo de 20 dias, se houve autorização da referida unidade de conservação para o licenciamento ambiental referente às 1ª e 2ª etapas do projeto de requalificação ambiental e urbana da Vila de Visconde de Mauá, tendo em vista informação constante no item I da Nota Informativa Nº 0137/2010 - APA da Serra da Mantiqueira. Cópia da Nota Informativa Nº 0137/2010 - APA da Serra da Mantiqueira deverá seguir anexa;

h) oficie-se à AMAR requisitando, no prazo de 10 dias, cópia integral dos processos de licenciamento ambiental relativos à 1ª e 2ª etapas do Projeto de Requalificação Ambiental e Urbana da Vila de Visconde de Mauá, e solicitando que seja informado se as exigências formuladas pela APA Serra da Mantiqueira, conforme informação contante na Nota Informativa Nº 0137/2010 - APA da Serra da Mantiqueira, foram atendidas. Também deverá ser esclarecido se a implantação da primeira etapa do projeto já foi concluída, e se as condicionantes estabelecidas na respectiva licença ambiental foram devidamente observadas;

i) oficie-se à Prefeitura Municipal de Resende, requisitando que seja informado ao MPF, no prazo de 10 dias, se as obras e intervenções decorrentes das 1ª e 2ª etapas do Projeto de Requalificação Ambiental e Urbana da Vila de Visconde de Mauá foram e/ou serão executadas com recursos federais. Se positiva a resposta, solicite-se que sejam informados os números dos respectivos convênios, encaminhando ao MPF cópia dos instrumentos firmados.

j) oficie-se, nos mesmos termos do Ofício PRM/RES/GAB/IMB/0030/11, à DILAM - Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 28, DE 21 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo Nº 1.30.017.000238/2010-41, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "AMBIENTAL. Acompanhar as medidas da CEDAE e da Rebio Tinguá na demolição de antigas construções funcionais, localizadas no interior da Rebio e recuperação florestal da área respectiva, dentre elas a ocupada pelos Senhores Valdeir de Jesus e Erivelto Almeida de Jesus, situada na Rua João Pinto, s/nº, Xerem, Cep: 25250-240, Duque de Caxias, daquelas listadas à folha 139."

Art. 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 29, DE 21 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo Nº 1.30.017.000386/2010-66, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "AMBIENTAL. Posto de Gasolina. Funcionamento sem licença. Endereço: Av. Automóvel Clube 23.500, São João de Meriti. Noticiado: Carmelita Auto Posto. Noticiante: Murilo Nunes de Azevedo Filho."

Art. 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 30, DE 2 DE MARÇO DE 2011

Assunto: CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL. Procedimento Administrativo n.º 1.33.005.000965/2002-26

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal de 1988); legais (artigos 1º e 2º, 5º a 8º, 38 e 39 da Lei Complementar n.º 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n.º 87/2006, com alteração dada pela Resolução n.º 106, de 6/4/2010), e

Considerando que o presente procedimento administrativo (n. 1.33.005.000965/2002-26) em curso nesta PRM/Jlle, instaurado em 06/09/2002 a partir dos autos do JEF Criminal Nº 2001.72.01.002474-7, tem como objetivo apurar a existência de construções em área de preservação permanente (mangue) na localidade da Praia do Paum (próximo à Av. Nereu Ramos), no município de São Francisco do Sul/SC;

Considerando que, expedido ofício ao Município, foi apresentado (14/5/2004) Relatório de Vistoria Técnica (fls. 97/162) que atesta a presença de 38 moradias na referida localidade, sendo possível identificar os nomes de parte dos proprietários, cuja relação segue abaixo:

1.Ademar Borges
2.Antônio Cunha
3.Araldo da Costa
4.Áuria Doge de Barros
5.Carla R. S. Corrêa
6.Dalcídio Jurandir da Silva Júnior
7.Elisabete S. Silva
8.Erotildes Corrêa
9.João Gomes
10.José Antônio da Cunha
11.José Leandro Cunha
12.Leodomar Marcos da Luz
13.Luciano Cunha
14.Luciléia Antônia G. Porcíncula
15.Mariza Costa
16.Maurília M. Lourenço
17.Moacir Maia
18.Nerivaldo S. Santos
19.Paulo César Ferreira
20.Reinaldo Antunes Correia Júnior
21.Ubaldo Weintfurt
22.Valneide Venâncio
23.Vanderlei Moreira
24.Vilmar da Costa
25.Wilson Pinheiro

Considerando que ofício de semelhante teor enviado à Polícia Ambiental obteve como resposta notícia de infração ambiental de Nº 1385/4ºPEL/CPPA/2004, acostada às fls. 165/283, destacando a existência, em julho de 2004, de 32 ranchos de pesca em nome dos seguintes proprietários:

1.Ademar Antonio Rosa
2.Ademir Gomes
3.Antônio João da Cunha
4.Arlindo Silva
5.Carlos Roberto Grubba
6.Cleonir Maciel
7.Edson Luiz Paiva
8.Evaldo Jorge Ferreira
9.Hugo Mario Maciel
10.João Gomes
11.João Leonardo da Cunha
12.Joaquim Antônio da Conceição
13.José Antônio de Andrade
14.Laurival Correia
15.Leomar Tavares da Rocha
16.Lucio Luiz da Silva
17.Mara Enezita Goerdet
18.Mario Celso Corrêa
19.Osni da Silva
20.Paulo Roberto da Silva Trindade
21.Pedro Bastos Moreira
22.Reinaldo Antunes Corrêa
23.Reinaldo Frederico da Silva
24.René João Casagrande
25.Rolf Berner
26.Ronildo Mário Maciel
27.Vanderlei Samy
28.Vilmar da Costa
29.Wilmar Jorge Berlintes de Macedo Ribas
30.Zilmar Samy

Considerando que, feita requisição de informações atualizadas ao 4º PPPA em 2008, noticiou-se (fl. 339) apenas que "A guarnição notou que os ranchos que receberam nos autos a numeração 18 e 32 sob a posse dos Senhores Mário Celso Correa e José Antônio de Andrade, não se encontram mais sobre área de manguezal. Segundo informações de pescadores o primeiro rancho desmoronou e o segundo foi demolido pelo proprietário.", sendo que inexistem outras mudanças significativas com relação à situação encontrada na primeira vistoria;

Considerando que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (fls. 347/356) entre o Município de São Francisco do Sul e o Ministério Público Estadual, com o objetivo de "efetuar o levantamento dos ocupantes de todos os ranchos de pesca localizados na base territorial do Município, elaborar o respectivo estudo social, identificar os verdadeiros pescadores artesanais e averiguar a possibilidade de manutenção do rancho ou a substituição por ranchos coletivos, em forma de palaflitas, que assegurem a atividade pesqueira sem causar danos ao meio ambiente, nos termos do TAC." ;

Considerando que as informações existentes sobre a situação dos ranchos de pesca datam do ano de 2008, e as referentes às moradias foram obtidas em 2004, restando, portanto, dúvidas quanto à situação atual das edificações, face a possíveis alterações desde então;

Considerando que, embora expedidos diversos ofícios com o objetivo de coligir informações sobre o assunto, persiste a necessidade de outras diligências a fim de apurar se permanecem no local as construções em área de preservação permanente;

Considerando que existe outro procedimento administrativo (nº 1.33.005.000822/2006-48) em curso neste gabinete, versando também sobre algumas edificações em área de preservação permanente na mesma localidade, sendo que o objeto daquele feito é abrangido por este, inclusive constando na relação de proprietários dos ranchos de pesca autuados o nome do autor da representação que originou aqueles autos, Sr. Antônio João da Cunha;

Considerando que o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período uma única vez, nos termos do artigo artigo 4º, §1º, da Resolução n.º 106 do CSMPF;

Considerando que, vencido tal prazo, o membro do MPF promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (artigo 4º, § 4º, da Resolução n.º 106 do CSMPF;

Considerando que nestes autos o prazo para conclusão encontra-se expirado e há diligências pendentes;

RESOLVE converter o procedimento administrativo em epígrafe, em INQUÉRITO CIVIL, conforme artigo 4º da Resolução n.º 106 do CSMPF, com base nas razões e fundamentos contidos na presente portaria, com objetivo de dar prosseguimento à coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção da matéria versada.

Assim, determino sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

1. registro e autuação da presente portaria, remetendo-se cópia para conhecimento e publicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, conforme artigos 6º e 16 da Resolução n.º 87/2006 e artigo 5º, inciso VI da Resolução n.º 106/2010, ambas do CSMPF;2. apense a estes autos o procedimento administrativo n. 1.33.005.000822/2006-48, que pelos fundamentos acima declinados irá compor, igualmente, o inquérito civil ora convertido;

3. expedição de ofício à FATMA, ao IBAMA e ao 4º PPPA requisitando informações atualizadas sobre a situação das edificações em áreas de preservação permanente na localidade da Praia do Paum, município de São Francisco do Sul/SC;

4. observância para a conclusão deste inquérito civil do prazo de 1 (um) ano, consoante preceitua o artigo 15 das Resoluções n.º 87/2006 e n.º 106/2010 do CSMPF.

DAVY LINCOLN ROCHA

PORTARIA Nº 43, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução CNMP Nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, sendo responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça da Comarca de Piumhi encaminhou à PRM-Passos o Inquérito Civil Nº MPMG-0515.09.000220-2, que noticia a ocorrência de intervenção não autorizada em área de preservação permanente do rio Grande (margem do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas), realizada por RCP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ Nº 01.122.929/0001-56), no imóvel destinado à implantação do loteamento "QUINTAS PONTA DO SOL", no município de Capitólio/MG;

CONSIDERANDO que o dano ambiental decorrente da intervenção consistiu no parcelamento do solo e implantação de loteamento dentro da faixa marginal de 100 (cem) metros da represa, inclusive com supressão de vegetação rasteira;

CONSIDERANDO que o Código Florestal (arts. 2º, b e 4º, § 6º, da Lei Nº 4.771/65) e Resolução CONAMA Nº 302/02 (art. 3º, I) consideram área de preservação permanente no entorno dos reservatórios artificiais a faixa de cem metros nas localidades rurais;

CONSIDERANDO que, em oposição ao conceito de área urbana consolidada, é considerada área rural para fins de definição do tamanho da APP ao redor de reservatórios hidrelétricos aquela que não atende aos critérios previstos no art. 2º, V, da Resolução CONAMA Nº 302/02 (definição pelo poder público, existência de equipamentos de infraestrutura urbana e densidade demográfica mínima);

CONSIDERANDO que a Lei do Estado de Minas Gerais Nº 18.023, de 09/01/2009, que alterou o art. 10 da Lei 14.309/02, definindo área de preservação permanente no entorno de reservatórios hidrelétricos em trinta metros, é inaplicável aos rios federais e respectivas margens, pois não pode o Estado-membro reduzir e tornar incongruente a proteção de bem da União;

CONSIDERANDO, ademais, que a constitucionalidade de referida Lei Estadual foi questionada no Supremo Tribunal Federal através da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4368, proposta pela Procuradoria-Geral da República;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal a tutela do meio ambiente, incluindo espaços territoriais especialmente protegidos, como área de preservação permanente de rios federais (art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal);

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com escopo de apurar ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente do rio Grande (margens da UHE Furnas), decorrente da implantação do loteamento "QUINTAS PONTA DO SOL", município de Capitólio/MG, por RCP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA..

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem.

DETERMINO, ainda, as seguintes diligências:

a) sejam expedidas recomendações ao Cartório de Registo de Imóveis de Piumhi-MG e ao empreendedor, com a pertinente fundamentação, para que, respectivamente, não registre o parcelamento e para que observe a intangibilidade da APP de 100 (cem) metros às margens do reservatório de Furnas.

b) tratando-se de conduta que configura, em tese, os crimes previstos nos arts. 38 e 64 da Lei Nº 9.605/98, com a juntada das respostas, conclusos para analisar necessidade de extrair cópia para requisitar instauração de inquérito à Polícia Federal.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 44, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução CNMP Nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, sendo responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça da Comarca de Piumhi encaminhou à PRM-Passos o Inquérito Civil Público Nº MPMG Nº 0515.05.000034-5, que noticia a ocorrência de intervenção não autorizada em área de preservação permanente do rio Grande (margem do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas), realizada por DELCIO VIANI na Avenida dos Veleiros, Nº 1780, bairro Engenheiro José Mendes Júnior (Escarpas do Lago), município de Capitólio/MG;

CONSIDERANDO que o dano ambiental decorrente da intervenção consistiu em construção civil (casa e muro de arrimo), a menos de 30 (trinta) metros da margem direita da represa;

CONSIDERANDO que o Código Florestal (arts. 2º, b e 4º, § 6º, da Lei Nº 4.771/65) e Resolução CONAMA Nº 302/02 (art. 3º, I) consideram área de preservação permanente no entorno dos reservatórios artificiais a faixa de trinta metros em área urbana consolidada e cem metros nas áreas rurais;

CONSIDERANDO que o Representado assinou com o Ministério Público Estadual Termo de Ajustamento de Conduta para reparação da área degradada (fls. 65-68);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal a tutela do meio ambiente, incluindo espaços territoriais especialmente protegidos, como área de preservação permanente de rios federais (art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal);

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com escopo de acompanhar a execução do Termo de Ajustamento de Conduta firmado para reparação de dano ambiental em área de preservação permanente do rio Grande (às margens da UHE Furnas), na Avenida dos Veleiros, Nº 1780, no bairro Engenheiro José Mendes Júnior (Escarpas do Lago), município de Capitólio/MG, perpetrado por DELCIO VIANI.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem, identificando na capa que se trata de "ACOMPANHAMENTO DE TAC".

DETERMINO, ainda, as seguintes diligências:

a) seja oficiada à empresa Furnas Centrais Elétricas S/A para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, realize a demarcação da cota de desapropriação na área onde ocorreu a intervenção (encaminhar cópia da representação) e informe se as construções estão em área desapropriada e, neste caso, quais as medidas adotadas para desocupação e recuperação da área degradada;

b) seja oficiado ao Representado informando que o último Projeto Técnico de Reconstituição de Flora (PTRF) não pode ser aceito para cumprimento do TAC celebrado, visto que não prevê medidas para reparação da APP degradada. Assim, deverá dar início à execução do PTRF de fls. 49-61, sob pena de execução judicial do TAC assinado.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 50, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, nos autos de Nº 1.33.005.000210/2009-06, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao art. 4º da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 129, inciso III, da Constituição; art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85; art. 6º, inciso VII, e art. 8º, da Lei Complementar Nº 75/93.

b) Descrição do fato: ocupação em área de preservação permanente situada às margens da Baía da Babitonga. Realocação das famílias.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Prefeitura Municipal de Joinville.

d) Nome e qualificação do autor da representação: prejudicado.

Ficam determinadas as seguintes diligências:

1) Comunicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 52, DE 21 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução CNMP Nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos, em 01/02/2006, o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000026/2006-07, a partir do Boletim de Ocorrência Nº 2528/05, que noticiou ocorrência de dano ambiental praticado por PAULO CÉSAR VIANA no "Rancho Grotão", zona rural do município de São José da Barra/MG, consistente em supressão de vegetação em área de preservação permanente (margem do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas);

CONSIDERANDO que o Código Florestal (arts. 2º, b e 4º, § 6º, da Lei Nº 4.771/65) e Resolução CONAMA Nº 302/02 (art. 3º, I) consideram área de preservação permanente no entorno dos reservatórios artificiais a faixa de cem metros nas localidades rurais;

CONSIDERANDO que a Lei do Estado de Minas Gerais Nº 18.023, de 09/01/2009, que alterou o art. 10 da Lei 14.309/02, definindo área de preservação permanente no entorno de reservatórios hidrelétricos em trinta metros, é inaplicável aos rios federais e respectivas margens, pois não pode o Estado-membro reduzir e tornar incongruente a proteção de bem da União;

CONSIDERANDO, ademais, que a constitucionalidade de referida Lei Estadual foi questionada no Supremo Tribunal Federal através da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4368, proposta pela Procuradoria-Geral da República;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal a tutela do meio ambiente, incluindo espaços territoriais especialmente protegidos, como área de preservação permanente de rios federais (art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao feito, em especial visando buscar o efetivo cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado para reparação do dano ambiental;

DETERMINO A CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem.

Como diligências, DETERMINO seja oficiado diretamente ao engenheiro agrônomo responsável pelo Projeto de Recuperação de Área Degradada de fls. 70/74, a fim de que, em 20 (vinte) dias, responda ao Ofício Nº 1395/2009, tendo em vista informação do Representado de que as requisições ministeriais são repassadas ao referido profissional, em razão de seu conhecimento técnico específico.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 53, DE 21 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução CNMP Nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos, em 24/04/2006, o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000075/2006-31, visando apurar a ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente, praticado por SÉRGIO LEMOS DE OLIVEIRA em imóvel de sua propriedade, localizado na zona rural do município de Delfinópolis/MG;

CONSIDERANDO que referido dano consistiu em corte de árvores às margens do Córrego da Cachoeira do Lobo, fato este que ensejou a lavratura do Auto de Infração IBAMA Nº 444794/D;

CONSIDERANDO que o Laudo Técnico Ambiental Nº 30/2007 constatou que a intervenção ambiental foi perpetrada nos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, unidade de conservação de proteção integral, nos termos dos arts. 7º, I e § 1º; 8º, III; e 11 da Lei Nº 9.985/2000;

CONSIDERANDO que o objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, entendendo-se por uso indireto aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (art. 2º, IX, da Lei Nº 9.985/2000);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao feito, em especial visando buscar o efetivo cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado para adoção das medidas necessárias à reparação do dano;

DETERMINO A CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem.

Como diligências, DETERMINO a reiteração do Ofício/GAB/PRM-Passos Nº 774/2010, devendo o Representado ser advertido de que o não cumprimento do ajuste pactuado ensejará a sua execução judicial (prazo: 15 dias).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 53, DE 21 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, artigo 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, artigo 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução CNMP Nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi instaurado na PRM-Passos, em 24/04/2006, o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.22.004.000075/2006-31, visando apurar a ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente, praticado por SÉRGIO LEMOS DE OLIVEIRA em imóvel de sua propriedade, localizado na zona rural do município de Delfinópolis/MG;

CONSIDERANDO que referido dano consistiu em corte de árvores às margens do Córrego da Cachoeira do Lobo, fato este que ensejou a lavratura do Auto de Infração IBAMA Nº 444794/D;

CONSIDERANDO que o Laudo Técnico Ambiental Nº 30/2007 constatou que a intervenção ambiental foi perpetrada nos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, unidade de conservação de proteção integral, nos termos dos arts. 7º, I e § 1º; 8º, III; e 11 da Lei Nº 9.985/2000;

CONSIDERANDO que o objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, entendendo-se por uso indireto aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (art. 2º, IX, da Lei Nº 9.985/2000);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao feito, em especial visando buscar o efetivo cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado para adoção das medidas necessárias à reparação do dano;

DETERMINO A CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem.

Como diligências, DETERMINO a reiteração do Ofício/GAB/PRM-Passos Nº 774/2010, devendo o Representado ser advertido de que o não cumprimento do ajuste pactuado ensejará a sua execução judicial (prazo: 15 dias).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 62, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO:

1. o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

2. que o art. 225 da Constituição Federal preceitua que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

3. que as atribuições do Ministério Público Federal, previstas no art. 129 c/c o art. 109, da Carta Maior, dentre elas a obrigação de zelar e proteger o meio ambiente;

4. a Lei Complementar Nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

5. que, nos termos do art. 7º, I, da LC Nº 75/93, incumbe ao Ministério Público Federal a instauração de inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

6. que, segundo o art. 20, VII, da Constituição Federal são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos;

7. principalmente, os termos do art. 8º e parágrafos, da Lei Nº 7.347/85 e art. 8º da Lei Complementar Nº 75/93;

8. que a obra de recuperação da via pública situada na Avenida Beira-Mar, trecho entre a Rua 450 e Rua 15, em frente ao Condomínio Vilas Boas, no período de 15 a 24 de novembro, noticiada pelo IBAMA, já foi objeto do procedimento administrativo Nº 1.33.005.000344/2008-66, que foi arquivado em 12 de abril de 2010;

9.a informação contida à fl. 66, de que referida via encontra-se em Área de Preservação Permanente, conforme informação elaborada por Analista Ambiental do IBAMA, que descreve o local como "trecho do litoral do município de Itapoá/SC, composto de cordão arenoso frontal à linha de costa e recoberto em quase sua totalidade por vegetação fixadora de dunas e portanto inserida em 'área de preservação permanente', conforme Resolução CONAMA Nº 303 de 20.03.2002" .

Resolve:

converter a presente peça informativa em INQUÉRITO CIVIL para investigar a investigar os fatos narrados.

Para tanto determino:

a) a autuação desta Portaria e dos documentos que a acompanham;

b) que a Assessoria do Ministério Público Federal, na pessoa da servidora Roberta Ferrari Ghizzo, realize vistoria na Avenida Beira-Mar, no trecho compreendido entre a Rua 450 e Rua 15, em frente ao Condomínio Vilas Boas, procedendo ao relatório da situação da localidade, instruindo-o com fotos e indicando se a obra é potencialmente lesiva ao meio ambiente;

c) a expedição de ofício ao IBAMA e à FATMA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando que a via encontra-se em Área de Preservação Permanente, informem:

c.1) qual a situação atual da via pública;

c.2) se referida via encontra-se licenciada. Em caso afirmativo, que encaminhe procedimento administrativo referente ao licenciamento. Em caso negativo, informe quais medidas administrativas foram tomadas em relação à área.

Após, voltem-me os autos conclusos.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 356, EM 25 DE MARÇO DE 2011

No período de 21/03/2011 a 25/03/2011 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Denise Vinci Túlio

08190.051187/02-11 08123.000604/96-51
1.14.000.000926/2001-43 1.00.000.007477/2003-11
1.14.000.000680/2004-52 1.16.000.001118/2004-71
0.15.000.000509/2005-42 1.13.000.001177/2005-32
1.22.000.003587/2005-17 1.00.000.004867/2006-82
1.20.000.000568/2006-86 1.36.000.000945/2006-17
1.14.004.000040/2007-55 1.30.012.000029/2007-42
1.32.000.000217/2007-35 1.34.001.003523/2007-49
1.13.000.001992/2009-25 1.14.004.000234/2009-12
1.16.000.002347/2009-18 1.16.000.004212/2009-97
1.18.000.001209/2009-47 1.20.000.000675/2009-57
1.29.017.000290/2009-85 1.30.010.000058/2009-96
1.30.017.000017/2009-30 1.13.000.000931/2010-84
1.15.000.001312/2010-32 1.16.000.006118/2010-14
1.17.000.000833/2010-06 1.17.000.001536/2010-70
1.18.000.002476/2010-75 1.20.000.001703/2010-97
1.22.013.000002/2010-17 1.22.013.000054/2010-93
1.26.000.000760/2010-35 1.26.000.002177/2010-69
1.27.000.000866/2010-00 1.35.000.002213/2010-85
1.36.000.000321/2010-86 1.14.004.000024/2011-49
1.16.000.000476/2011-96 1.22.000.000068/2011-37
1.26.000.000458/2011-68 1.34.012.000003/2011-31

Eugênio José Guilherme de Aragão.

1.36.000.000875/2002-73 1.16.000.001994/2004-06
1.36.000.000820/2004-25 1.20.000.000315/2005-21
1.23.000.003179/2007-81 1.36.000.000565/2007-63
1.11.000.001261/2008-73 1.13.000.001057/2008-88
1.14.000.000065/2008-70 1.14.010.000149/2008-94
1.15.001.000014/2008-09 1.16.000.003580/2008-37
1.20.000.001188/2008-21 1.22.000.001166/2008-96
1.25.014.000065/2008-37 1.34.001.005702/2008-00
1.23.000.001629/2009-63 1.23.000.001770/2009-66
1.30.017.000064/2009-83 1.30.017.000351/2009-93
1.31.001.000114/2009-64 1.34.001.008695/2009-71
1.34.003.000353/2009-92 1.36.000.000792/2009-51
1.13.000.000101/2010-57 1.14.010.000106/2010-23

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.16.000.001810/2010-48 1.16.000.006121/2010-20
1.20.000.001826/2010-28 1.22.000.003704/2010-00
1.22.009.000343/2010-51 1.26.000.002902/2010-07
1.30.012.000430/2010-88 1.30.012.000924/2010-62
1.30.012.000936/2010-97 1.34.001.004158/2010-95
1.34.001.008910/2010-77 1.34.001.009084/2010-83
1.35.000.001806/2010-24 1.15.000.000085/2011-17
1.22.002.000009/2011-49 1.26.000.000286/2011-22
1.27.000.000333/2011-09 1.29.017.000032/2011-13
Maria Hilda Marsiaj Pinto
1.30.012.001097/2002-14 1.34.014.000083/2002-14
1.14.000.000590/2003-81 1.29.009.000153/2003-54
1.22.000.000988/2004-26 1.00.000.009108/2005-25
1.19.000.000071/2005-06 1.14.001.000081/2006-91
1.16.000.001587/2006-52 1.16.000.002325/2006-13
1.18.000.007535/2006-15 1.32.000.000056/2006-07
1.14.004.000304/2007-71 1.18.000.007885/2007-62
1.22.000.000290/2007-53 1.23.003.000182/2007-13
1.32.000.000378/2007-29 1.34.012.000581/2007-91
1.16.000.000839/2008-98 1.16.000.001560/2008-21
1.30.012.000547/2008-47 1.12.000.000376/2009-94
1.14.004.000242/2009-69 1.20.000.001216/2009-91
1.22.000.000219/2009-32 1.30.017.000241/2009-21
1.34.001.009104/2009-82 1.36.000.000598/2009-75
1.16.000.001024/2010-41 1.16.000.006117/2010-61
1.16.000.006119/2010-51 1.19.000.000514/2010-18
1.19.000.000736/2010-31 1.19.000.001407/2010-15
1.22.000.003718/2010-15 1.26.000.003027/2010-72
1.29.008.000298/2010-94 1.30.017.000300/2010-03
1.33.009.000023/2010-18 1.34.002.000031/2010-97
1.34.018.000127/2010-86 1.35.000.000261/2010-39
1.31.000.000260/2011-14
Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini
1.36.000.000106/2002-75 1.36.000.001143/2003-81
1.13.000.001334/2005-18 1.29.017.000050/2006-38
1.22.002.000049/2007-12 1.29.000.001677/2007-76
1.13.000.001559/2008-17 1.14.004.000091/2008-68
1.14.010.000167/2008-76 1.16.000.003134/2008-22
1.22.000.003743/2008-84 1.14.004.000218/2009-20
1.16.000.004496/2009-11 1.30.017.000058/2009-26
1.33.004.000133/2009-96 1.36.000.000448/2009-61
1.15.000.001001/2010-73 1.16.000.001327/2010-63
1.16.000.002072/2010-56 1.18.000.000380/2010-72
1.19.000.000457/2010-77 1.19.000.000535/2010-33
1.19.002.000071/2010-45 1.20.000.000540/2010-25
1.20.000.001271/2010-14 1.22.000.000077/2010-47
1.24.001.000192/2010-37 1.26.000.002755/2010-67
1.27.001.000010/2010-16 1.29.008.000293/2010-61
1.30.012.000716/2010-63 1.30.012.001003/2010-17
1.30.014.000098/2010-31 1.30.017.000341/2010-91
1.33.003.000030/2010-70 1.34.001.001237/2010-44
1.34.001.007336/2010-30 1.35.000.001461/2010-17
1.35.000.002211/2010-96 1.36.000.000247/2010-06
1.14.000.000514/2011-85 1.17.000.000063/2011-74
1.27.001.000018/2011-63 1.34.012.000188/2011-84
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
08120.000643/97-69 1.36.000.000793/2000-67
1.36.000.000871/2002-95 1.14.001.000078/2003-24
1.14.000.000455/2004-16 1.18.000.014348/2004-26
1.14.000.000498/2005-82 1.16.000.001602/2005-81
1.23.000.000944/2005-40 1.27.000.001026/2005-99
1.14.001.000077/2006-22 1.16.000.001354/2006-50
1.14.000.000069/2007-77 1.14.003.000003/2007-57
1.29.000.000444/2007-56 1.36.000.000347/2007-29
1.16.000.002454/2008-65 1.34.030.000149/2008-63
1.13.000.000567/2009-19 1.15.000.002319/2009-38
1.19.000.000404/2009-12 1.22.000.003257/2009-47
1.27.000.002177/2009-98 1.28.200.000041/2009-50
1.30.012.000510/2009-08 1.33.012.000175/2009-28
1.10.000.000691/2010-20 1.16.000.006116/2010-17
1.16.000.006123/2010-19 1.16.000.006124/2010-63
1.18.000.002098/2010-20 1.19.001.000166/2010-79
1.27.000.001576/2010-75 1.29.000.002317/2010-97
1.29.017.000223/2010-02 1.30.012.000141/2010-89
1.30.012.001136/2010-93 1.33.000.003232/2010-01
1.34.005.000024/2010-65 1.34.016.000300/2010-66
1.13.000.000034/2011-51 1.16.000.000312/2011-69
1.27.001.000013/2011-31 1.30.012.000218/2011-00
Valquíria Oliveira Quixada Nunes
1.30.012.000466/2001-71 1.14.000.000609/2002-16
1.16.000.000157/2005-32 1.16.000.000215/2005-28
1.13.000.000883/2006-48 1.14.001.000097/2006-01
1.20.000.000963/2006-69 1.21.002.000093/2006-71
1.24.001.000278/2006-83 1.30.017.000054/2006-03
1.36.000.000079/2006-64 1.14.003.000032/2008-08
1.14.010.000162/2008-43 1.20.000.001147/2008-34
1.25.002.000023/2008-35 1.28.000.000785/2008-40
1.30.012.000434/2008-41 1.36.000.001086/2008-45
1.14.004.000176/2009-27 1.16.000.001178/2009-07
1.19.000.000955/2009-86 1.20.000.000070/2009-66
1.23.000.001234/2009-61 1.35.000.001713/2009-66
1.10.000.000121/2010-30 1.14.004.000151/2010-67
1.14.010.000123/2010-61 1.15.003.000130/2010-14
1.16.000.002085/2010-25 1.16.000.002487/2010-20
1.18.000.000907/2010-69 1.19.000.000666/2010-11
1.19.000.000855/2010-93 1.22.000.003283/2010-17
1.29.017.000044/2010-67 1.29.017.000244/2010-10
1.32.000.000616/2010-00 1.35.000.001967/2010-18
1.16.000.000471/2011-63 1.16.000.000474/2011-05
1.22.012.000007/2011-31 1.30.907.000093/2011-35
1.34.001.000385/2011-22 1.34.007.000029/2011-59
Total de procedimentos distribuídos: 263

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

PORTARIA 3, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O 1º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e na Resolução 87, alterada pela Resolução106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a impossibilidade de conclusão do presente procedimento no prazo estabelecido no art. 4º § 1º da Resolução 87 do CSMPF e no art. 2º § 6º da Resolução 23 do CNMP, em razão da necessidade de melhor analisar as informações prestadas pela ASSPA/SE.

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.35.000.001441/2010-21 em Inquérito Civil Público, na forma estabelecida no art. 4º § 4º da Resolução 87 do CSMPF e no art. 2º § 7º da Resolução 23 do CNMP, tendo por objeto a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): Apurar irregularidade no repasse de verbas à ONG SASAC- Sociedade de Apoio socioambiental e Cultural

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): Em apuração

AUTOR(ES) DA REPRESENTAÇÃO: Anônino

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores, não sendo necessário a colheita de termo de compromisso: Igor Vinicius da Silva Brito e Edson Guedes Gomes.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

EUNICE DANTAS CARVALHO
Procuradora da República - Titular do 1º Ofício do Patrimônio Público

PORTARIA Nº 4, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do patrimônio público e social, da ordem jurídica e dos interesses difusos e coletivos, na forma do disposto nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal, e artigo 5º, incisos I e III, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93;

Considerando que o Ministério Público Federal tem legitimidade, portanto, para promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e outros interesses difusos, entre eles, o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar Nº 75/93);

Considerando que há suspeita de irregularidades na contratação da Empresa Eldorado Refeições para elaboração e distribuição da merenda em Jardinópolis/SP;

Resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de se colherem maiores informações sobre a referida contratação, devendo constar da ementa "TUTELA COLETIVA. PATRIMÔNIO PÚBLICO. MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, SP.PNAE. FORNECIMENTO DE MERENDA. CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ELDORADO REFEIÇÕES. SUSPEITA DE IRREGULARIDADES"

(II) Seja o presente feito autuado, registrado e distribuído a este signatário;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução Nº 23/2007 do CNMP);

(V) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da autuação, para a finalização do inquérito civil;

(VI) Após as providências acima elencadas, venham os autos conclusos para as demais deliberações.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

PORTARIA Nº 4, DE 14 DE MARÇO DE 2011

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando as diligências preliminarmente adotadas no âmbito do Procedimento Administrativo Nº 1.30.006.000051/2010-77;

O PROCURADOR DA REPÚBLICA subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar Nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei Nº 7.347/1985, determina a conversão do feito Inquérito Civil, pelo prazo de 01 (um) ano, com o objetivo de apurar a regularidade da contratação da entidade CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, pela Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo, para a prestação de serviços de operacionalização da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h de Conselheiro Paulino, devendo ser desde logo adotada a seguinte providência:

Expeça-se novo ofício à Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo, a fim de requisitar o obséquio de:

1) fornecer cópia da documentação pertinente aos serviços de operacionalização da UPA 24h de Conselheiro Paulino pela CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, a partir do mês de setembro de 2010 (incluindo planilhas orçamentárias, relatórios de folha de pagamento, Notas de Autorização de Despesa, Notas de Empenho, Notas de Liquidação, Ordens de Pagamento, Notas Fiscais, etc.);

2) fornecer cópia de eventuais termos aditivos ao Convênio celebrado com a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, no âmbito do Processo Administrativo Nº 350/2010;

3) fornecer cópia do processo licitatório realizado, conforme a Cláusula Segunda do Termo de Convênio Nº 005/2010, firmado com a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, no âmbito do Processo Administrativo Nº 350/2010;

4) informar como vem sendo operacionalizada atualmente a UPA 24h de Conselheiro Paulino.

Registre-se, autue-se e publique-se a presente Portaria, que deverá ser afixada no local de costume. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

MARCELO BORGES DE MATTOS MEDINA

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Peças de informação: Protocolo PRM-ILH-BA-00000845/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura denúncia de malversação de recursos públicos originados do Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) para a contenção de encostas da Gamboa, bairro Conquista, Ilhéus/BA. Abandono da obra e riscos para a população local.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofício à Secretaria de Obras solicitando que se manifeste, no prazo de 3 (três) dias, a respeito dos fatos noticiados na representação, especialmente, sobre os motivos de paralisação da citada obra, e quais as medidas adotadas no sentido de impedir a eventual ocorrência de acidentes e/ou qualquer tipo de dano à população local, incluindo o acionamento da defesa civil competente. Solicita, ainda, que encaminhe cópia do instrumento (convênio, contrato de repasse etc) que autoriza a transferência dos recursos que deveriam ser empregados na citada obra.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF Nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 7, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo seu procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, expor e determinar o que segue:

Trata-se de expedientes encaminhados respectivamente pela Divisão de Tutela Coletiva e Cível e Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina a esta unidade do Ministério Público Federal, dando conta dos resultados do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos (Relatório do 28º Sorteio) realizado pela Controlaria-Geral da União no município de Ituporanga/SC.

Ressalte-se, inicialmente, que se trata de documentação complexa e com inúmeros fatos a serem verificados no transcorrer da instrução.

Sem prejuízo ao trâmite do presente procedimento, extraia-se fotocópia da constatação 2.1.11, que narra o descumprimento de jornada de trabalho por profissional médico contratado para o Programa de Saúde da Família - PSF, para a tomada das providências pertinentes.

Nesse sentido, a fim de promover uma instrução célere e eficaz, torna-se necessária a cisão dos fatos apurados pela CGU, instaurando-se um procedimento para cada Ministério Supervisor.

No ponto, o objetivo deste expediente é acompanhar as ações sob responsabilidade do Ministério da Saúde no município de Ituporanga/SC, constantes do Relatório de Fiscalização n° 01419, valendo transcrever, em breve síntese, os programas e trechos das constatações auferidas pela CGU:

"2.1 - PROGRAMA
1214
ATENCAO BASICA EM SAUDE
AÇÃO :
0587
ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO NOS MUNICiPIOS BRASILEIROS
OBJETIVO DA AÇÃO :

Ampliar o acesso da população rural e urbana à atenção básica, por meio da transferência de recursos federais, com base em um valor per capita, para a prestação da assistência básica, de caráter individual ou coletivo, para a prevenção de agravos, tratamento e reabilitação, levando em consideração as disparidades regionais.

ORDEM DE SERVIÇO : 225677
OBJETO FISCALIZAÇÃO:

Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, compe tindo-lhes, entre outros:

I-organizar,executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território;

II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde;

III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde;

IV-Organizar o fluxo de usuários;

V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos);

VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde.

(As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).

AGENTE EXECUTOR :
ITUPORANGA
ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:
FUNDO A FUNDO OU CONCESSãO
MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 432.284,26

2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Ausência de Plano Municipal de Saúde vigente na Prefeitura de Ituporanga.

FATO:

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 02 - Ituporanga, de 19/05/2009, foi solicitado para a Prefeitura que esta disponibilizasse o Plano Municipal de Saúde - PMS vigente. Em resposta, encaminhada por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, a Prefeitura informou que "para o ano de 2009, estamos sem Plano de Saúde, o qual deve ser elaborado a partir do segundo semestre, após a reunião da Equipe Técnica da Secretaria". Desta forma, o município de Ituporanga não possui PMS vigente em 2009.

(...)

2.1.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de elaboração do Relatório de Gestão de 2008.

FATO:

Até a data da fiscalização, não havia sido elaborado o Relatório de Gestão de 2008. O Relatório de Gestão de 2007, elaborado em 2008, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde no dia 04/06/2008.

(...)

2.1.3 CONSTATAÇÃO:

Ausência de dotação orçamentária própria e Secretaria Executiva para ofuncionamento do Conselho Municipal de Saúde.

FATO:

A Prefeitura, solicitada por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 08, de 19/05/2009, a se manifestar sobre a existência de dotação orçamentária própria e Secretaria Executiva para o Conselho Municipal de Saúde, informou, por meio do Ofício Nº 086/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, que "o CMS não possui dotação orçamentária própria e não tem secretaria executiva constituída".

(...)

2.1.4 CONSTATAÇÃO:

Ausência de reuniões mensais do Conselho Municipal de Saúde.

FATO:

Foi verificado, pelas Atas do Conselho Municipal de Saúde disponibilizadas por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, que o Conselho Municipal de Saúde se reuniu nas seguintes datas:

06/03/2008 - reunião ordinária;
28/03/2008 - reunião extraordinária;
04/06/2008 - reunião ordinária;
06/08/2008 - reunião ordinária;
03/09/2008 - reunião ordinária;
05/11/2008 - reunião ordinária;
03/12/2008 - reunião ordinária;
04/02/2009 - reunião ordinária;
01/04/2009 - reunião ordinária;
20/04/2009 - reunião extraordinária.

Desta forma, verifica-se que não houve reuniões nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho e outubro de 2008, bem como no mês de janeiro e março de 2009, não existindo a regularidade de uma reunião mensal do citado Conselho.

(...)

AÇÃO :
20AD
PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA - NA
CIONAL
OBJETIVO DA AÇÃO :

Verificar a atuação das equipes do psf, a participação do gestor municipal na implementação e desenvolvimento do programa e o controle realizado pelo gestor federal quanto à observância de critérios e requisitos.

ORDEM DE SERVIÇO : 225788
OBJETO FISCALIZAÇÃO:

Propostas de implantação de equipes do PSF inseridas no Plano Municipal de Saúde, propostas analisadas pelos conselhos municipais de saúde, unidades básicas de saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, contrapartida municipal efetivada, dados inseridos corretamente no SIAB, equipes capacitadas, prestação de contas analisada pelo conselho municipal de saúde, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF/PACS.

AGENTE EXECUTOR :
ITUPORANGA PREFEITURA
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:
FUNDO A FUNDO OU CONCESSãO
MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 1.146.768,00

2.1.5 CONSTATAÇÃO:

Ausência de relação das famílias cadastradas em sistemas da Prefeitura.

FATO:

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 02/Ituporanga, de 19/05/2009, foi solicitado à Prefeitura que esta fornecesse a relação das famílias cadastradas no PSF e seus respectivos endereços, por área de implantação.

Em resposta, encaminhada por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, a Prefeitura afirmou que "Quanto à relação das famílias cadastradas no PSF e seus respectivos endereços, por micro área e área de implantação, temos a informar que estes dados não estão informatizados na sua totalidade, sendo que a informação, se necessária, deve ser extraída do prontuário da família, arquivado nas unidades de saúde. Acatando a sugestão do fiscal (...), estamos solicitando a todas as enfermeiras do PSF, para providenciarem a digitação desta informação, para envio posterior Controladoria".

Até a conclusão desta fiscalização, a Prefeitura não havia encaminhado a relação digitalizada das famílias atendidas. Desta forma, não havia na Prefeitura um controle centralizado sobre quais famílias estavam sendo atendidas (de forma nominal), não existindo este dado disponível para a fiscalização.

(...)

2.1.6 CONSTATAÇÃO:

Pagamento de taxas bancárias com recursos do Programa Saúde da Família.

FATO:

Os recursos do Programa Saúde da Família forma movimentados pela Prefeitura de Ituporanga, até o mês de maio de 2008, na Agência Nº 13897, Conta Corrente Nº 580449, do Banco do Brasil. A partir de junho, os recursos foram creditados na Agência Nº 1102, Conta Corrente Nº 66240042, da Caixa Econômica Federal - CEF. Para movimentar os recursos depositados pelo Governo Federal na Conta da CEF, a Prefeitura abriu uma nova conta corrente, na mesma Agência da Caixa Econômica Federal, de Nº 240-9. Foi verificado que no dia 06/04/2009 foi cobrado o valor de R$ 127,91, a título de Taxa Pred, e no dia 27/04/2009, foi cobrado o valor de R$ 20,51, sob a mesma rubrica na conta corrente citada, descontando esses valores dos recursos repassados para o PSF. Desta forma, verificou-se a cobrança indevida de R$ 148,42 em taxas bancárias.

(...)

2.1.7 CONSTATAÇÃO:

Ausência de comprovação de aplicação de contrapartida municipal e estadual no Programa Saúde da Família.

FATO:

A Prefeitura de Ituporanga recebeu do Governo Federal, no período de janeiro de 2008 a abril de 2009, R$ 427.179,76 referentes ao PAB Fixo, R$ 419.592,00 referentes aos repasses do ACS, R$ 142.800,00 referentes aos repasses para a Saúde Bucal, e R$ 550.800,00 referentes ao Programa Saúde da Família, totalizando o valor de R$ 1.540.371,76 em repasses. A Prefeitura utilizou destes recursos R$ 1.415.350,38 para pagamento, por meio da Associação das Irmãs Franciscanas de São José, dos profissionais que desempenharam atividades no Programa Saúde da Família.

Cabe destacar que os recursos citados anteriormente foram movimentados pela Prefeitura de Ituporanga, até o mês de maio de 2008, na Agência Nº 13897, Conta Corrente Nº 580449, do Banco do Brasil (com saldo em 03/01/2009 no valor de R$ 31.908,00). A partir de junho, os recursos foram creditados na Agência Nº 1102, Conta Corrente Nº 66240042, da Caixa Econômica Federal - CEF. Para movimentar os recursos depositados pelo Governo Federal na Conta da CEF, a Prefeitura abriu uma nova conta corrente, na mesma Agência da Caixa Econômica Federal, de Nº 240-9. Dos pagamentos citados anteriormente, R$ 429.171,75 foram pagos por meio da Conta Corrente do Banco do Brasil, R$ 180.961,50 foram pagos por meio da Conta Corrente da CEF Nº 66240042, e R$ 805.217,13 foram pagos por meio da Conta Corrente Nº 240-9 da CEF.

O valor de R$ 156.780,71 foi repassado destas contas correntes para a Conta da Prefeitura FUS, Agência Nº 1102, Conta Corrente Nº 177-1, da CEF (R$ 71.113,25 da Conta Corrente Nº 66240042 e R$ 85.667,46 da Conta Corrente Nº 240-9).

A Prefeitura comprovou ter utilizado o valor de R$ 197.078,60 da Conta Corrente FUS para o pagamento da Associação, tendo ainda utilizado R$ 13921,95 da Conta Corrente do Banco do Brasil Nº 8630-4, Agência Nº 1389-7, no dia 31/03/2008, para o pagamento desta mesma Associação, totalizando um valor utilizado com recursos municipais, portanto, de R$ 54.219,84 além do que havia sido repassado para a conta FUS com recursos próprios do município.

No entanto, entre os pagamentos utilizados com os recursos citados, R$ 126.296,42 foram utilizados para o pagamento de médicos especialistas, não podendo, portanto, ter sido utilizados recursos do Bloco de Atenção Básica e do Programa Saúde da Família.

(...)

Desta forma, se forem desconsiderados estes gastos, e for entendido que a Prefeitura utilizou R$ 54.219,84 para o pagamento dos médico especialistas, ela não teria então aplicado nenhuma contrapartida no Programa. Pelo contrário, teria utilizado ainda R$ 72.076,58 dos recursos federais para complementar o pagamento dos médicos especialistas.

Destaque-se que neste cálculo não foi considerado os gastos com o médico cardiologista Ossamu Sawada, que no período de julho de 2008 a abril de 2009, recebeu o valor de R$ 145.164,93, com um valor médio de R$ 14.576,57 mensais (com a incidência do PIS e do FGTS). Estes gastos não foram considerados como de médico especialista tendo em vista que, apesar da Prefeitura, por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, ter encaminhado um quadro com as equipes de saúde que trabalham no município em que Ossamu Sawada aparece como cardiologista da Unidade Sanitária Centro, no sistema SIAB e no sistema CNES - DATASUS este médico aparece como Médico da Saúde da Família desde 01/07/2008. No entanto, o valor do seu salário não corresponde ao valor máximo recebido pelo outros médicos de Saúde da Família do Município, que receberam no máximo R$ 9.366,37 (com o PIS e o FGTS embutido) no mês de abril de 2009.

Não ficou comprovada, da mesma forma, a aplicação de contrapartida estadual no Programa Saúde da Família.

(...)

2.1.8 CONSTATAÇÃO:

Divergência no número de famílias cadastradas no Programa Saúde da Família que foram informadas pela Prefeitura.

FATO:

No Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, a Prefeitura de Ituporanga encaminhou uma Planilha intitulada "Abrangência PSF", com os dados sobre o número de famílias e pessoas atendidas pelas diversas equipes de PSF do município. Por meio deste mesmo Ofício, foram encaminhadas as planilhas do SIAB referentes às planilhas intituladas "Consolidado das Famílias Cadastradas no Ano de 2008 e 2009" (documentos extraídos do sistema em 21/05/2009). Em visita in loco às Unidades de Saúde, foi verificado ainda o número de cadastros existentes em cada Unidade da amostra. Verificou-se divergências entre as diversas fontes de informação quanto ao número de famílias atendidas pelas equipes do PSF em Ituporanga, (...)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Verifica-se assim uma grande disparidade nos números de famílias atendidas pela Prefeitura. Cabe destacar que a população total atendida, segundo informações da Prefeitura (21.873 no documento "Abrangência PSF" e 23.558 na Planilha "Consolidado das Famílias Cadastradas no Ano de 2009" do SIAB emitida em 21/05/2009), é maior que a população do município segundo os dados registrados no IBGE (20.577 habitantes, segundo contagem de 2007).

(...)

2.1.9 CONSTATAÇÃO:

Contratação dos Agentes Comunitários de Saúde de forma irregular.

FATO:

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 08- Ituporanga, de 22/05/2009, foi solicitado à Prefeitura que informasse qual foi a forma de contratação dos profissionais do PSF atuantes no município, informando para cada profissional o nome, o cargo, a data de contratação, e a forma de ingresso no Programa.

Em resposta, encaminhada por meio do Oficio Nº 086/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, a Prefeitura informou que "a contratação dos profissionais de saúde do Programa Saúde da Família de Ituporanga, tem sido feita de forma terceirizada, através do Hospital Bom Jesus (Filantrópico), pelo regime CLT, através de análise curricular, teste seletivo e/ou entrevista".

Desta forma, não foi observado pela Prefeitura a Emenda Constitucional Nº 51/2006, a qual dispôs que após a promulgação desta, ocorrida em 14/02/2006, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderiam ser contratados por meio de processo seletivo público.

Os que já tivessem sido contratados até a data de promulgação da Emenda, para desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficariam dispensados de se submeter ao processo seletivo público desde que tivessem sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação, o que não ocorreu em Ituporanga.

(...)

2.1.10 CONSTATAÇÃO:

Contratação de Profissionais do PSF em desacordo com a jurisprudência do Tribunal de Conta da União.

FATO:

A Prefeitura de Ituporanga formalizou em 01/03/01 Termo de Convênio com a Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, CNPJ Nº 86.185.220/1000-52, tendo como objeto a "implantação e execução do Programa Saúde da Família no âmbito do município de Ituporanga, cujas ações serão desenvolvidas pela Secretaria, em parceria com o Hospital". Por meio deste Convênio, conforme já verificado em item específico deste Relatório, foram realizadas contratações em desacordo com a Emenda Constitucional Nº 51/2006 dos Agente Comunitários de Saúde.

Da mesma forma, para a contratação dos demais profissionais que atuam no Programa Saúde da Família (médicos, enfermeiros, dentistas, etc), o Acórdão Nº 1.146/2003 - TCU/Plenário determinou que a contratação indireta é possível mediante a celebração de contrato de gestão com organizações sociais ou termos de parceria com organização da sociedade civil de interesse público que atuem na área de saúde.

Não foi comprovado pela Unidade que a entidade com que foi formalizado o Termo de Convênio e que contratou médicos e enfermeiras se enquadra como Organização Social ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, não estando, desta forma, de acordo com a jurisprudência do TCU.

(...)

2.1.11 CONSTATAÇÃO:

Profissional contratado para o PSF não cumprindo o horário de trabalho estipulado.

FATO:

O médico Gerson Carniel Vilela possui contrato de trabalho de 40 horas semanais, divididas em dias de carga horária de 8 horas, com a Congregação das Irmãs Franciscanas de São José - Hospital Bom Jesus.

Segundo o contrato, o empregado fica admitido no quadro de funcionários para exercer a função de médico, para prestar serviços como Agente de Saúde durante a execução do Programa de Saúde da Família no Município de Ituporanga -SC.

Segundo a relação de equipes do PSF repassadas pela Prefeitura, este médico deveria atuar na Unidade do PSF de Bela Vista, todos os dias, das 7 da manhã até o meio dia, e das 13 horas até as 16 horas, perfazendo o total de oito horas diárias.

No entanto, foi verificado que este profissional possui consultório particular na Rua Governador Celso Ramos em Ituporanga, sendo que em telefonema realizado por profissional da CGU-R/SC ao consultório, foi obtida a informação que o médico atende segunda-feira no horário das 11:30 da manhã até as 15:30, e de terça a sexta-feira pela manhã das 11 as 11:20 e pelas tardes das 15 as 18 horas. Desta forma, o atendimento no consultório privado sobrepõe o horário de trabalho na Unidade de Saúde em 3 horas na segunda-feira, e em 1 hora e 20 minutos nos demais dias da semana, perfazendo um total de sobreposição semanal de 8 horas e 20 minutos com o horário que deveria ser utilizado para o atendimento na Unidade Pública de Saúde.

(...)

2.1.12 CONSTATAÇÃO:

Ausência de formalização de contratos com os profissionais atuantes no Programa Saúde da Família.

FATO:

Foi solicitado para a Prefeitura, por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 08 - Ituporanga, de 22/05/2009, cópia dos contratos dos profissionais que atuam no Programa Saúde da Família com formação superior.

A Prefeitura, por meio Ofício Nº 086/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, informou que estaria disponibilizando a relação dos profissionais com nível superior até o dia 28/05/2009.

Foram disponibilizados uma série de contratos, sendo verificada as seguintes inconsistências:

- Os contratos formalizados entre o médico Ossamu Sawada (médico da PSF Central), a enfermeira Janaina Heinz (enfermeira da PSF Central), a Cirurgiã Dentista Andressa Tumelero da Veiga), o médico Ewaldo Cesar Monteiro de Castro (médico do PSF Santo Antônio), a dentista Priscilla Rossi (Dentista do PSF Gabiroba), a enfermeira Alanan Goedert (enfermeira do PSF Perimbó), a Cirurgiã Dentista Fernanda Cristina do Nascimento (do PSF Perimbó), da médica Mayra Danielle Silva da Silva (PSF Cerro Negro), do Cirurgião Dentista Bruno Bastos Brandalise (PSF Cerro Negro), todos com a Associação das Irmãs Franciscanas de São José não contém informações sobre a prestação de serviços no Programa Saúde da Família, sendo que o horário previsto para a prestação dos serviços (08:00 as 18:00, com intervalo de 120 minutos) não corresponde ao horário de funcionamento das unidades de saúde em Ituporanga (das 07:00 as 12:00 e das 13:00 as 16:00);

- O contrato formalizado entre a Dentista Simoni Barni Rodrigues e a Congregação das Irmãs Franciscanas de São José é de 20 horas semanais, sendo que o mínimo estipulado para cada equipe de saúde da família é de 40 horas semanais;

- As nomeações das enfermeiras Eduarda Mees (Portaria Nº 6.068/2009, de 03/03/2009), Jucilene Lais Rossa Bonfim (Portaria Nº 6.057/2009, de 02/03/2009) foram efetuadas pela Prefeitura de Ituporanga sem que esta apresentasse para a equipe de fiscalização os documentos que comprovem as obrigações de cada parte (horário de trabalho, remuneração, forma de contratação, etc.);

- Não foi disponibilizado o contrato formalizado com o dentista do PSF Perimbó - Vila Nova George Vandresen.

(...)

2.1.13 CONSTATAÇÃO:

Cobrança de atendimento em Unidade de Saúde de Ituporanga.

FATO:

Um dos beneficiários do Programa Saúde da Família que foi entrevistado afirmou que na Unidade Sanitária de Rio Bonito atende um dentista de nome Shermann Marques, o qual cobraria pelo atendimento. Esta Unidade Sanitária faz parte da jurisdição do PSF Cerro Negro.

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 16, de 28/05/2009, foi solicitado à Prefeitura que informasse qual o vínculo deste profissional com esta. Em resposta da Prefeitura, em documento não numerado datado de 28/05/2009, foi afirmado que o vínculo entre o dentista Sherman Marques e o Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga seria o de prestador de serviços.

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 18, de 28/05/2009, foi solicitado à Prefeitura que, considerando a resposta apresentada à SF 16, apresentasse o documento que comprovasse o vínculo profissional do dentista Sherman Marques com esta, bem como os comprovantes de pagamento de salários para o mesmo em 2009.

Em resposta, encaminhada em documento não numerado e datado de 28/05/2009, a Prefeitura informou, em documento assinado por Arnito Sarda Filho, Secretário da Fazenda, que:

"Quanto ao vínculo do profissional Shermann Marques, que atende a Unidade Sanitária de Rio Bonito, temos a declarar que não possuímos contrato com o mesmo, esse profissional tem um consultório particular na localidade de Rio Bonito e atende um dia e meio pelo Fundo Municipal de Saúde, com sua aparelhagem é uma localidade distante do centro muito difícil conseguir um profissional para essa localidade, o profissional Schermann Marques reside em Florianópolis".

Nesta resposta, foi encaminhado ainda cópia dos pagamentos realizados para o profissional, que totalizam R$ 3.450,00, (...)

Desta forma, verifica-se que este profissional presta serviços sem contrato com a prefeitura, recebendo por estes serviços, e cobrando, segundo informações de beneficiário entrevistado, da população pelos serviços prestados.

Este profissional, ademais, utiliza o espaço da Unidade de Saúde com equipamentos próprios, segundo informações da própria Prefeitura, utilizando o espaço público como consultório privado.

(...)

2.1.14 CONSTATAÇÃO:

Ausência de recibo dos pagamentos efetuados aos profissionais do Programa Saúde da Família.

FATO:

Os profissionais do Programa Saúde da Família são pagos pela Associação das Irmãs Franciscanas de São José, que formalizou um Termo de Convênio com o Município de Ituporanga no dia 01/03/2001 (conforme já relatado em item deste Relatório). A cada mês a Prefeitura de Ituporanga repassa recursos para que a Associação pague os profissionais. No entanto, a título de comprovação do pagamento destes, a Prefeitura exige apenas uma relação dos profissionais que foram pagos, chamada de "Folha de Pagamento", sem que a Associação anexe o recibo assinado por cada profissional que recebeu os recursos de cada mês, não havendo portanto comprovação do efetivo pagamento dos profissionais listados pela Associação em cada pagamento realizado pela Prefeitura.

(...)

2.1.15 CONSTATAÇÃO:

Divergências entre os nomes dos integrantes das equipes do PSF disponibilizados pela Prefeitura e constantes na base de dados do DATASUS e no SIAB.

FATO:

A Prefeitura forneceu, por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, a relação das equipes do Programa Saúde da Família.

Comparando esta relação com os dados contidos na base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES/DATASUS e com os dados contidos no SIAB (extração efetuada pela Prefeitura em 21/05/2009), foram verificadas as seguintes divergências:(Tabela fls.)

(...)

Cabe destacar ainda que o médico Ossamu Sawada consta no SIAB e no CNES como compondo a equipe do PSF Central. No entanto, na relação de equipes repassadas pela Prefeitura, este médico consta como Cardiologista da Unidade Sanitária Centro (recebendo por mês o valor de R$ 13.383,00).

Desta forma, verifica-se uma divergência de informações entre os diversos registros dos profissionais que estão atuando no Programa Saúde da Família no município.

(...)

2.1.16 CONSTATAÇÃO:

Equipes de Saúde da família atendendo um número superior a 1.000 famílias ou 4.000 pessoas.

FATO:

Verificou-se que as seguintes Equipes de Saúde da Família estão atendendo um número superior a 1.000 famílias ou 4.000 pessoas (a divergência dos dados das diversas fontes foi tratada em item específico deste relatório):

(Tabela fls.)

(...)

2.1.17 CONSTATAÇÃO:

Ausência de comprovação de pagamento do total da folha de pagamento apresentada pela Associação das Irmãs Franciscanas de São José.

FATO:

A Prefeitura de Ituporanga, no período de janeiro de 2008 a abril de 2009, pagou à Associação das Irmãs Franciscanas de São José, entidade com quem firmou Convênio para implantação e execução do Programa Saúde da Família (assinado no dia 01/03/2001) o valor de R$ 1.626.350,93 (sendo R$ 1.572.131,09 com recursos federais e R$ 54.219,84 provenientes de fontes municipais (conforme já relatado em item específico deste Relatório). No entanto, segundo os documentos encaminhados pela Associação com a relação dos profissionais que seriam pagos mensalmente, deveria ter sido pago neste período o valor de R$ 1.793.744,75. Desta forma, não foi comprovado pela Prefeitura o pagamento para a Associação do valor de R$ 167.393,82.

(...)

2.1.18 CONSTATAÇÃO:

Pagamentos de profissionais relacionados na Folha de Pagamento da Associação das Irmãs Franciscanas de São José que não foram relacionados pela Prefeitura como integrantes das Equipes do PSF, bem como não constam na relação do CNES -DATASUS ou SIAB.

FATO:

De janeiro de 2008 a abril de 2009 a Associação das Irmãs Franciscanas de São José encaminhou para a Prefeitura mensalmente a Folha de Pagamento que deveria ser paga a cada mês. Comparando estas Folhas de Pagamento com a relação de Profissionais que atuam na área de saúde do município, encaminhada por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, verifica-se pagamento a profissionais não relacionados nesta relação, de janeiro de 2008 a abril de 2009, no valor de R$ 329.732,53. (...)

Cabe destacar ainda que nas Folhas de Pagamento foram indicadas pagamentos de tarifas para geração da folha de pagamento pelo banco e manutenção de software no valor de R$ 5.371,00 de janeiro de 2008 a abril de 2009, sem que a Associação encaminhasse qualquer documento fiscal referente a estes pagamentos. (...)

2.1.19 CONSTATAÇÃO:

Profissionais que atuam no Programa Saúde da Família em Ituporanga sem comprovação de recebimento de salário.

FATO:

Os seguintes profissionais que foram relacionados pela Prefeitura ou constam no CNES como participando do Programa Saúde da Família não constam dos documentos intitulados "Folha de Pagamento" encaminhados a cada mês para a Prefeitura de Ituporanga pela Associação das Irmãs Franciscanas de São José, não havendo, portanto, informação sobre qual a forma de pagamento destes profissionais ou o vínculo destes com a Prefeitura (os profissionais listados são referentes aos dados das Folhas de Pagamento de março e abril de 2009):

(Tabela fl.)

(...)

2.1.20 CONSTATAÇÃO:

Problemas nos registros de vínculos profissionais no cadastro da Previdência Social - CNIS de profissionais que foram relacionados como prestando serviços de saúde no município.

FATO:

Em resposta à Solicitação de Fiscalização Nº 02, de 19/05/2009, a Unidade encaminhou, por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, a relação de equipes que atuam na área da saúde no município.

Da mesma forma, a Prefeitura encaminhou a relação das Notas de Empenho emitidas para a Associação das Irmãs Franciscanas de São José, que continham as Folhas de Pagamento emitidas por essa Associação para o pagamento dos profissionais que atuam no Programa Saúde da Família no município.

CÓPIA NÃO AUTENTICADA POR PARTE DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

Comparando estas informações com o banco de dados da Previdência Social que registra todos os beneficiários do INSS (a Base de dados CNIS), foram verificados que uma série de profissionais listados pela Prefeitura não estão registrados no citado sistema, não havendo desta forma a comprovação do devido vínculo com a entidade contratante, bem como alguns possuem dupla vinculação ou estão vinculados a outra entidade que não a que deveria constar como a contratante.

(...)

2.1.21 CONSTATAÇÃO:

Ausência de disponibilização de informações solicitadas pela equipe de fiscalização.

FATO:

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 19 - Ituporanga, de 29/05/2009, foram solicitadas para a Prefeitura as seguintes informações:

"1.1. Informar qual a dinâmica de atendimento de cada Unidade de Saúde que faz parte do Bolsa Família, informando o seguinte:

(...)

Informar qual o calendário e a frequência, por Unidade de Saúde do PSF, para a realização de terapias de grupo (dia do Hipertenso, etc.), informando se nos dias em que esta atividade é realizada existe atendimento médico - esta informação deve ser referente ao exercício de 2008 e 2009;

Informar quais as atividades prestadas pelo médico Luiz Felipe Rodrigues da Silveira na Prefeitura de Ituporanga que não estão incluídas no PSF, informando qual o horário de trabalho deste médico nestas atividades, bem como disponibilizando cópias de todos os pagamentos efetuados para este médico referente a estas atividades".

O prazo de atendimento a esta solicitação era 02/06/2009, mas até a data de realização deste Relatório, 16/06/2009, não havia sido encaminhada resposta a estes questionamentos.

Em documento datado de 05/06/2009, o Secretário da Fazenda do Município, Arnito Sarda Filho, informou que estava encaminhando os documentos referentes à Solicitação de Fiscalização Nº 19. No entanto, em nenhum dos documentos encaminhados consta resposta aos questionamentos efetuados pela equipe de fislalização.

(...)

2.1.22 CONSTATAÇÃO:

Existência de filas no atendimento às famílias no Programa Saúde da Família.

FATO:

Perguntadas às famílias atendidas se elas já precisaram enfrentas filas para receber atendimento pelas Equipes de Saúde da Família, 13 de 29 famílias entrevistadas afirmaram que precisaram enfrentar filas, conforme informado a seguir: 2 de 6 famílias informaram ter enfrentado filas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Perimbó (2 das famílias da amostra em Vila Nova e nenhuma das famílias da amostra em Nossa Senhora de Fátima, comunidades que são cobertas pela Equipe de Saúde de Família de Perimbó); 1 de 6 famílias informou ter enfrentado filas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Bela Vista; 1 de 7 famílias informou ter enfrentado filas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Gabiroba; 4 de 4 famílias informaram ter enfrentado filas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Santo Antônio; 5 de 6 famílias informaram ter enfrentado filas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Cerro Negro.

(...)

2.1.23 CONSTATAÇÃO:

Ausência de convite às famílias beneficiadas no Programa Saúde da Família para participar de palestras ou reuniões comunitárias da equipe de PSF sobre cuidados e medidas sanitárias (cuidados com a saúde).

FATO:

Perguntadas às famílias da amostra se já tinham sido convidadas a participar de palestras ou reuniões comunitárias da equipe de PSF sobre cuidados e medidas sanitárias (cuidados com a saúde), 22 de 29 famílias entrevistadas informaram que não haviam sido convidadas, conforme informado a seguir: 5 de 6 famílias informaram que não foram convidadas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Perimbó (3 das famílias da amostra em Vila Nova e 2 das famílias da amostra em Nossa Senhora de Fátima, comunidades que são cobertas pela Equipe de Saúde de Família de Perimbó); 4 de 6 famílias informaram que não foram convidadas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Bela Vista; 4 de 7 famílias informaram que não foram convidadas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Gabiroba; 3 de 4 famílias informaram que não foram convidadas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Santo Antônio; 6 de 6 famílias informaram que não foram convidadas na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Cerro Negro.

Cabe destacar que em resposta à Solicitação de Fiscalização Nº 08, de 19/05/2008, em resposta ao pedido para que a Prefeitura relacionasse todas as palestras/reuniões comunitárias oferecidas pelos profissionais do PSF para a comunidade, anexando os documentos comprobatoriós das informações prestadas (listas de presença, folders, etc.), esta respondeu por meio do Ofício Nº 086/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, que "desde a implantação do Programa Saúde da Família em Ituporanga, várias palestras em escolas e indústrias, reuniões comunitárias, seminários e outros eventos de educação em saúde, foram realizados em todas as unidades de saúde e nas comunidades, sem a preocupação por parte dos membros da equipe em relacionar a presença dos participantes".

Destaque-se ainda que 7 dos 15 agentes comunitários de saúde entrevistados afirmaram que não realizaram palestras para a população ou reuniões comunitárias sobre cuidados e medidas sanitárias (2 dos 3 de Cerro Negro, 3 dos 3 de Perimbó, e 2 dos 3 de Santo Antônio).

(...)

2.1.24 CONSTATAÇÃO:

Ausência de médico disponível para atendimento na Unidade de Saúde do Programa Saúde da Família.

FATO:

Questionadas sobre as vezes em que foram até o Centro de Saúde, se havia médico disponível para atendê-las, 08 de 29 famílias entrevistadas informaram que não havia, conforme listado a seguir: 4 de 6 famílias informaram que não havia médico disponível para atendimento na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Perimbó (4 das famílias da amostra em Vila Nova e nenhuma das famílias da amostra em Nossa Senhora de Fátima, comunidades que são cobertas pela Equipe de Saúde de Família de Perimbó); 1 de 6 famílias informou que não havia médico disponível para atendimento na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Bela Vista; 3 de 4 famílias informaram que não havia médico disponível para atendimento na área de atuação da Equipe de Saúde da Família de Santo Antônio.

(...)

2.1.25 CONSTATAÇÃO:

Atendimento nos postos de saúde do Programa Saúde da Família com carga horária inferior a oito horas diárias.

FATO:

Das 5 Unidades de Saúde da Família selecionadas na amostra (Perimbó, Santo Antônio, Gabiroba, Bela Vista e Cerro Negro), 3, segundo as famílias entrevistadas, não estariam cumprindo a carga horária de oito horas diárias. As Unidades onde estaria ocorrendo este fato são as seguintes: 4 dos 4 entrevistados da Unidade de Vila Nova (que compõe a Unidade de Perimbó juntamente com a Unidade de Nossa Senhora de Fátima) informaram que o horário de funcionamento da Unidade de Saúde é das 8 as 12 e das 13:30 AS 17 horas, totalizando uma carga horária de 7 horas e meia; 6 dos 6 entrevistados da Unidade de Bela Vista informaram que o horário de funcionamento da Unidade de Saúde é das 8 as 12 e das 13:30 AS 17 horas, totalizando uma carga horária de 7 horas e meia; 7 dos 7 entrevistados da Unidade de Gabiroba informaram que o horário de funcionamento da Unidade de Saúde é das 8 as 11 e das 13:00 AS 16 horas, totalizando uma carga horária de 7 horas.

(...)

2.1.26 CONSTATAÇÃO:

Agentes Comunitários de Saúde responsáveis por mais de 750 pessoas.

FATO:

2 dos 15 agentes comunitários de saúde afirmaram que são responsáveis por mais de 750 pessoas. Estes agentes atuam na Unidade de Saúde de Santo Antônio, no qual, conforme já relatado, houve divergência entre os números da população atendida registrado no SIAB e o que foi informado por meio do documento "Abrangência PSF", (...)

2.1.27 CONSTATAÇÃO:

Agentes comunitários de saúde não possuem os recursos necessários para a realização de suas atividades.

FATO:

Solicitados a informar se possuíam os recursos necessários para as suas atividades (locomoção, fardamento, balanças, etc.), 13 dos 15 agentes comunitários de saúde informaram que não possuíam estes recursos.

Por Unidade de Saúde visitada, 3 dos 3 entrevistados informaram que não possuíam estes recursos em Gabiroba, 3 dos 3 em Cerro Negro, 2 dos 3 em Perimbó, 2 dos 3 em Santo Antônio, e 3 dos 3 em Bela Vista.

Da mesma forma, 13 dos 15 ACSs entrevistados informaram que não existem materiais e equipamentos necessários a realização das atividades dos profissionais nas Unidades de ESF da amostra (por Unidade de Saúde visitada, 3 dos 3 entrevistados em Gabiroba, 3 dos 3 em Cerro Negro, 2 dos 3 em Perimbó, 2 dos 3 em Santo Antônio, e 3 dos 3 em Bela Vista).

(...)

2.1.28 CONSTATAÇÃO:

Ausência de realização de curso introdutório e que fosse realizado em até 3 meses a partir da contratação.

FATO:

5 de 15 agentes comunitários de saúde informaram que não participaram de curso introdutório bancado pelo Estado ou município (por Unidade de Saúde visitada, 1 dos 3 entrevistados em Gabiroba, 1 dos 3 em Cerro Negro, 2 dos 3 em Perimbó, e 1 dos 3 em Santo Antônio).

Ademais, 6 dos 9 ACS entrevistados afirmaram que o curso não deu-se em até 3 meses da contratação (por Unidade de Saúde visitada, 1 dos 3 entrevistados em Gabiroba, 1 dos 3 em Cerro Negro, 2 dos 3 em Perimbó, e 2 dos 3 em Santo Antônio).

(...)

AÇÃO :

8581

ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - NACIONAL

OBJETIVO DA AÇÃO :

Financiamento para a adequação e ampliação da rede de serviços de atenção básica de saúde; apoio técnico e financiamento para melhoria adequação da rede de serviços caracterizada como de primeira referência para a atenção básica.

ORDEM DE SERVIÇO : 225834

OBJETO FISCALIZAÇÃO:

Construção/Reforma de Unidade de saúde.

AGENTE EXECUTOR :

ITUPORANGA PREFEITURA

ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:

CONVÊNIO SIAFI 552238

MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 80.000,00

2.1.29 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades na condução do processo licitatório Convite Nº 11/2006.

FATO:

O Processo licitatório Carta Convite Nº 11/2006 realizado para contratação de empresa de engenharia visando execução do objeto do Convênio 2318/05 (Construção de Unidade de Saúde no bairro Cerro Negro), apresenta as seguintes falhas:

- processo não está paginado e rubricado, tendo sido arquivado em ordem inversa à cronológica;

- parecer jurídico que aprova a abertura e prosseguimento do processo encontra-se sem assinatura;

- recibos de entrega do edital aos participantes da licitação não estão datados;

- solicitação e recebimento de propostas de preços apenas com cotação do valor global da obra, sem detalhamento dos preços de insumos cotados, bem como do BDI praticado, o que vai de encontro à Lei nº8666 e à ampla jurisprudência do TCU a respeito (Acórdão 325/2007 - Plenário, Acórdão 1314/2005 - Plenário e Acórdão 818/2007 - Plenário).

Ressalte-se que,após solicitação de justificativa durante os trabalhos de campo, a Prefeitura "corrigiu" os documentos que estavam sem data e assinatura, completando os dados faltantes.

(...)

2.1.30 CONSTATAÇÃO:

Pagamento de acréscimo de obra, sem aditivo contratual e a preços superiores aos originalmente contratados.

FATO:

Em relação à obra de construção da Unidade de Saúde Cerro Negro, constatamos o pagamento de R$ 15.867,33 além do valor contratado originalmente para execução do objeto (Convite Nº 11/2006), valor este incluído na prestação de contas. A motivação do pagamento extra foi a execução de hall de entrada da Unidade de Saúde, inicialmente não previsto. A referida despesa adicional não foi objeto de aditivo contratual, visto que o mesmo foi solicitado à Prefeitura, porém não apresentado a esta equipe. Ressalte-se ainda que há itens com preços bastante superiores aos contratados originalmente, (...)

2.1.31 CONSTATAÇÃO:

Inexistência de item de obra cujo pagamento consta da Prestação de Contas do Convênio.

FATO:

Em relação à obra de construção da Unidade de Saúde Cerro Negro, constatamos, no orçamento do pagamento adicional de R$ 15.867,33 (NF's 55, 56 e 57 da Construtora Machado), a existência do item 4.2.1.1 referente a 3,36 m2 de porta de alumínio, sendo o valor total do item de R$ 998,32 (constante da NF Nº 55).

Ocorre que a porta da Unidade de saúde, nas dimensões 1,80 x 2,10 (3,78 m2) não tem estrutura de alumínio, sendo de vidro temperado, material já previsto no orçamento original constante da licitação que previa em seu item 4.5.3 a aquisição de 13,86 m2, de vidro temperado, o que incluía a referida porta. Os 13,86 m2 de vidro temperado foram pagos pela NF Nº 59 em 05/04/2007, nota esta incluída na prestação de contas do Convênio 2318/2005.

(...)

2.1.32 CONSTATAÇÃO:

Incompatibilidade entre o orçamento/quantitativos licitados e os quantitativos pagos constantes das notas fiscais.

FATO:

Em relação à obra de construção da Unidade de Saúde Cerro Negro, constatamos que o orçamento da Prefeitura, com data de dezembro/2005 não faz distinção entre o valor da mão de obra e do material para cada item da obra. Como as propostas de preço da licitação só apresentam o valor global e a proposta vencedora é praticamente idêntica ao orçamento prévio, consideramos que os preços contratuais dos itens em setembro de 2006 são os mesmos do orçamento, o que fica comprovado pelos valores constantes nas notas fiscais Nº 49, 50, 51, 53, 54 e 59.

Ou seja, para cada item já está embutido um percentual de mão de obra. No entanto, a empresa emitiu duas notas fiscais específicas para mão de obra (NF's nºs 21 e 22) que juntas somam valor bastante baixo (R$ 3.242,46), como se apenas esse fosse o valor de mão de obra empregada na obra e consequentemente sujeito ao recolhimento de INSS na fonte.

Para fechar o valor contratual, teve que ser feita uma conta de chegada na NF Nº 50, em que aparecem os itens não constantes do orçamento, "instalações elétricas" e "instalações hidráulicas", com preços unitários respectivos de R$ 1054,01 e R$ 1509,30 enquanto alguns itens previstos não constam de nenhuma das notas fiscais pagas ou constam em quantitativos inferiores. (...)

AÇÃO :

8581

ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - NACIONAL

OBJETIVO DA AÇÃO :

Financiamento para a adequação e ampliação da rede de serviços de atenção básica de saúde; apoio técnico e financiamento para melhoria adequação da rede de serviços caracterizada como de primeira referência para a atenção básica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ORDEM DE SERVIÇO : 225892
OBJETO FISCALIZAÇÃO:
Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares.
AGENTE EXECUTOR :
ASSOCIACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE SAO JOSE
*** TIPO DE ADMINISTRACAO NAO IDENTIFICADA ***
QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:
CONVÊNIO SIAFI 576441
MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 72.000,00

2.1.33 CONSTATAÇÃO:
Atraso na realização de processo licitatório para aquisição dos equipamentos previstos no Convênio Nº 576441.

FATO:
Com o objetivo de adquirir equipamentos hospitalares e de geração de energia, o Hospital Bom Jesus firmou com o Ministério da Saúde o Convênio Nº 576441, Nº original 472/2006. A avença foi celebrada em 15/12/2006.

O recebimento dos recursos, no valor de R$ 72.000,00, deu-se em parcela única, recebida em 22 de outubro de 2007, mais de 10 meses após a celebração do convênio.

Já de posse dos recursos, o Hospital Bom Jesus demorou oito meses adicionais para promover licitação para aquisição dos bens previstos no Plano de Trabalho, compostos por um grupo gerador, uma cama fowler e uma secadora hospitalar/industrial.

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 02, de 27/05/2009, questionamos a entidade quanto à excessiva demora para realizar o processo licitatório, tendo em vista o já considerável atraso na liberação dos recursos. Em resposta, a entidade justificou-se afirmando que a demora em licitar foi em função do desconhecimento, por parte da Comissão de Licitação, da legislação aplicável à modalidade de licitação pregão presencial.

A resposta da entidade demonstra que a mesma celebrou convênio sem dispor de condições técnicas mínimas para o desempenho de suas funções como convenente, visto que a Comissão de Licitação desconhecia a legislação afeta à modalidade de licitação que pretendia utilizar para levar a cabo as aquisições objeto do convênio.

(.....)

2.1.34 CONSTATAÇÃO:
Falhas na elaboração do edital de licitação do Pregão Presencial Nº 01/2008 quanto aos requisitos de habilitação.

FATO:
O edital de licitação do Pregão Presencial Nº 01/2008, cujo objeto era a aquisição, pelo Hospital Bom Jesus, de grupo gerador, cama fowler e secadora hospitalar/industrial, continha, nos requisitos necessários à habilitação dos proponentes, cláusulas imprecisas e malformuladas, que não definiam, na realidade, qualquer tipo de especificação do material, bem como de qualificação/experiência da empresa, que fossem necessárias à sua habilitação.

Da Cláusula Quarta - Habilitação, consta, no item 4.1.11 - "Laudo técnico de duas empresas." No item 4.1.12, consta "Atestado de capacidade técnica."

Pela simples leitura dos dispositivos editalícios, não se chega à conclusão alguma. A primeira exigência menciona "laudo técnico de duas empresas." Não especifica o que o laudo deve atestar, nem mesmo o ramo de atividade das duas empresas que deverão emiti-lo. A segunda exigência menciona "atestado de capacidade técnica". Não detalha o que o documento deve atestar, se algum fornecimento anterior com quantitativo mínimo ou especificação mínima, nem quem deve emitir tal atestado.

Da forma como os dispositivos estão colocados no edital, temos que a habilitação das empresas no âmbito do Pregão Presencial Nº 01/2008 restou absolutamente prejudicada, posto que a precariedade no detalhamento das exigências abriu a possibilidade para que qualquer tipo de documento pudesse ser aprovado para fins de habilitação das empresas proponentes.

(.....)
AÇÃO :
8581
ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - NACIONAL
OBJETIVO DA AÇÃO :
Financiamento para a adequação e ampliação da rede de serviços de atenção básica de saúde; apoio técnico e financiamento para melhoria adequação da rede de serviços caracterizada como de primeira referência para a atenção básica.
ORDEM DE SERVIÇO : 225894
OBJETO FISCALIZAÇÃO:
Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares.
AGENTE EXECUTOR :
ASSOCIACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE SAO JOSE
*** TIPO DE ADMINISTRACAO NAO IDENTIFICADA ***
QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:
CONVÊNIO SIAFI 632466
MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 485.000,00
Controladoria-Geral da União Secretaria Federal de Controle Interno 95
Missão da SFC: "Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos."
28º Sorteio de Unidades Municipais - Ituporanga - SC

2.1.35 CONSTATAÇÃO:
Não publicação de errata do edital do Pregão Presencial Nº 01/2009.

FATO:
A Administração do Hospital Bom Jesus, com vistas às aquisições de equipamentos médico-hospitalares previstas no Termo de Referência do Convênio Nº 632466, promoveu licitação na modalidade Pregão Presencial, sob o Nº 01/2009. O prazo para recebimento das propostas era até o dia 14/04/2009. O aviso do edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 31/03/2009, em conformidade com o que determina a Lei Nº 10.520/2002. Entretanto, consta do processo que, no dia 09/04/2009, a Administração do Hospital elaborou uma errata do edital, assinada pela presidente da Comissão de Licitação, retificando especificações do item 08 do objeto - berço aquecido de calor irradiante com fototerapia acoplada. Ocorre que não há comprovação, nos autos do processo, de publicação da errata no mesmo veículo de imprensa utilizado para dar publicidade ao edital, no caso, o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Tal omissão fere o Princípio da Publicidade e está em desacordo com o disposto no parágrafo 4º do art.21 da Lei 8.666/93, aplicada subsidiariamente ao caso em tela, que assim determina:

"Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente,a alteração não afetar a formulação das propostas."

Considerando que qualquer alteração nas especificações de um item do edital afeta a formulação das propostas, a Administração do Hospital Bom Jesus tinha a obrigação de publicar a errata no Diário Oficial do Estado.

(.....)

2.1.36 CONSTATAÇÃO:
Não reabertura do prazo para recebimento das propostas no Pregão Presencial Nº 01/2009 após elaboração de errata do edital.

FATO:
Para aquisição dos equipamentos médico-hospitalares previstos no Convênio Nº 632466, a Administração do Hospital Bom Jesus promoveu licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o Nº 01/2009. O extrato do edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no dia 31/03/2009 e o prazo para recebimento das propostas era até o dia 14/04/2009. Ocorre que, conforme consta dos autos do processo, no dia 09/04/2009 o Hospital elaborou uma errata do edital, assinada pela presidente da Comissão de Licitação, retificando especificações relativas ao item 08 do objeto da licitação - berço aquecido de calor irradiante com fototerapia acoplada. Além da errata não ter sido publicada no Diário Oficial do Estado, conforme já apontado em ponto específico deste relatório, a Comissão de Licitação não reabriu o prazo para recebimento das propostas, que deveria ser equivalente ao prazo inicialmente concedido, de 14 dias consecutivos, conforme determina o Parágrafo 4º do art.21 da Lei 8.666/93, aplicada subsidiariamente em licitações na modalidade Pregão.

(.....)

2.1.37 CONSTATAÇÃO:
Impropriedades no julgamento de pedido de impugnação do edital.

FATO:
Durante análise do processo licitatório Pregão Presencial Nº 01/2009, promovido pelo Hospital Bom Jesus para aquisição de equipamentos médico-hospitalares previstos no Convênio Nº 632466, celebrado com o Ministério da Saúde, verificamos que a empresa Micmmed Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda, CNPJ Nº 94.069.580/0001-17, impetrou pedido de impugnação do edital, em função de um suposto direcionamento de marca que teria ocorrido, segundo a reclamante, na especificação técnica do item 14 do objeto da licitação - monitor de sinais vitais.

O pedido de impugnação foi recebido pela administração do Hospital Bom Jesus no dia 09/04/2009. Segundo consta da Ata de Julgamento de Impugnação ao Edital, lavrada em 13/04/2009, a Comissão conheceu do instrumento e procedeu à análise do mérito.

No julgamento do mérito, a Comissão rebate a argumentação da empresa e afirma que a especificação do item 14 continha características julgadas fundamentais para atender as necessidades da Administração.

Não há, porém, qualquer fundamentação técnica por parte do Hospital para subsidiar seu posicionamento. Por fim, a Comissão de Licitação do Hospital afirma que "o licitante fere o Princípio da Objetividade, solicitando impugnação fora do prazo conforme art.12 do Decreto Nº 3.555 de 08 de agosto de 2000".

De fato, considerando o dia 10/04/2009 como feriado nacional, o pedido de impugnação deu-se fora do prazo legal, pois não observou o prazo mínimo previsto na legislação, de dois dias úteis antes da data prevista para recebimento das propostas.

Ocorre que a Comissão conheceu do pedido, tanto que chegou a analisarlhe o mérito. Se o pedido foi recebido fora do prazo, não havia porque conhecer do pedido, o que evidencia a primeira impropriedade cometida pela Comissão no julgamento da impugnação.

Uma vez conhecido o recurso, o julgamento do mérito foi desprovido de qualquer embasamento técnico. Se o Hospital conheceu do recurso, sua obrigação era motivar o não provimento da impugnação, de acordo com o que determina o art.50 da Lei Nº 9.784/1999. O parágrafo 1º do citado artigo não deixa dúvidas quanto ao teor da motivação: "A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos anteriores, pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato."

A Comissão de Licitação do Hospital Bom Jesus limitou-se a afirmar que que a especificação do item 14 "buscava características fundamentais e essenciais que atendam melhor aos Munícipes de Ituporanga", não constando, da decisão da Comissão, qualquer justificativa que pudesse ser enquadrada como "motivação explícita" para o não provimento da impugnação, caracterizando nova impropriedade, por parte da Comissão de Licitação do Hospital Bom Jesus no julgamento do pedido de impugnação da empresa Micmmed.

(.....)
2.2 - PROGRAMA
1293
ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS
AÇÃO :
20AE
PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS NA ATENCAO BASICA EM SAUDE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA
OBJETIVO DA AÇÃO :
Visa garantir o acesso dos pacientes aos medicamentos básicos por intermedio da racionalização e otimização da programação, armazenamento, controle de estoques e distribuição em todos os níveis de gestão.
ORDEM DE SERVIÇO : 225733
OBJETO FISCALIZAÇÃO:
Medicamentos pactuados no Plano Estadual de Assistência Farmacêutica-PEAF para atendimento à Farmácia básica.
AGENTE EXECUTOR :
ITUPORANGA PREFEITURA
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:
FUNDO A FUNDO OU CONCESSãO
MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 112.487,68

2.2.1 CONSTATAÇÃO:
Inexistência de controle de estoques no almoxarifado da Farmácia Básica Municipal, bem como da Unidade de Saúde Central.

FATO:
Realizamos inspeção in loco junto ao almoxarifado da Farmácia Básica Municipal, bem como a Unidade de Saúde central para verificar a eficácia do sistema de controle de estoques em uso. Em uma amostra de dez medicamentos da farmácia básica, foi realizada contagem dos medicamentos existentes em comparação com o saldo disponível informado pelo responsável após consulta ao seu sistema de controle de estoque.

Dos dez medicamentos pesquisados, apenas um apresentava contagem física igual ao que constava de saldo (Paroxetina 20 mg), nos demais casos foram observadas diferenças relevantes , como disposto na tabela a seguir:

(Tabela fls.)

(.....)

2.2.2 CONSTATAÇÃO:
Condições inadequadas de armazenagem de medicamentos no almoxarifado da Farmácia Básica Municipal.

FATO:
Realizamos inspeção in loco ao local onde são armazenados os medicamentos da Farmácia Básica Municipal, constatando que os mesmos não estão acondicionados corretamente, havendo contato de caixas com as paredes (fonte de umidade) e sujeitos a temperaturas inadequadas, principalmente no verão, pois não há refrigeração do ambiente que recebe insolação direta frontal.

(.....)

2.2.3 CONSTATAÇÃO:
Pagamento antecipado de medicamentos.

FATO:
Conforme já disposto neste Relatório, foi verificada grande divergência nos quantitativos dos medicamentos Cefalexina e Sustrate no estoque do almoxarifado da Prefeitura. Tal fato se deveu a contabilização no estoque do quantitativo total descrito na nota fiscal eletrônica Nº 8.021 da empresa SULMEDI de 13/05/09, sendo que efetivamente a empresa só entregou metade dos medicamentos previstos, estando o restante "a receber", conforme carta de crédito emitida pela empresa fornecedora com data de 07 de maio de 2009. Desta forma, verifica-se que a Prefeitura pagou de forma antecipada medicamentos da farmácia básica.

(.....)

2.2.4 CONSTATAÇÃO:
Ausência de controle de estoque de medicamentos nas Unidades de Saúde.

FATO:
Todas as 5 Unidades de Saúde visitadas (Gabiroba, Perimbó, Cerro Negro, Santo Antônio, e Bela Vista) não possuíam controle de estoque de medicamentos, seja por meio de ficha de prateleira, seja por meio de sistema informatizado.

(.....)

2.2.5 CONSTATAÇÃO:
Ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos da Farmácia
Básica.

FATO:
Com exceção da Unidade de Gabiroba, todas a Unidades de Saúde visitadas pela fiscalização não possuíam controles de entrada de medicamentos encaminhados pelo almoxarifado central de Ituporanga.

Desta forma, não é possível comprovar que os medicamentos que constam como encaminhados pela Prefeitura para as Unidades de Saúde de fato chegaram ao seu destino, não sendo possível com isso comprovar a regular aplicação dos recursos da Farmácia Básica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em relação à Unidade de Gabiroba, os controles existentes, apenas a partir de janeiro de 2009, demonstram grande disparidade entre os medicamentos encaminhados e os medicamentos recebidos, mas não servem como comprovação de recebimento tendo em vista que não especificam os medicamentos recebidos de forma detalhada, não sendo possível comparar os envios com os recebimentos da Unidade.

(...)

2.2.6 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades no Processo de Pregão Nº 01/2008.

FATO:

O Processo de Pregão Presencial Nº 01/2008, aberto em 15/07/2008, possuía uma série de impropriedades, conforme relacionadas a seguir:

- Processo sem numeração nas páginas;

- Processo sem assinatura no Parecer contábil;

- Não consta publicação no Diário Oficial de Santa Catarina ou no Diário Oficial da União;

- o Item 4.1.6 do Edital está em desacordo com a jurisprudência do TCU, tendo em vista que solicita pelo menos dois documentos de qualificação técnica, quando a jurisprudência entende que a apresentação de um atestado comprovando a qualificação é suficiente;

- o Item 17.3 prevê que os casos omissos serão resolvidos conforme dispõe a Lei Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), quando deveriam ser resolvidos pela Lei Nº 8.666/93, Lei Nº 10.520/2002 e Decreto Nº 3.555/2000.

- o Processo não possui termo de referência nem pesquisa de preços;

- o Parecer Jurídico está sem identificação, foi emitido em 15/07/2008 e não apontou problemas no processo.

(...)

2.2.7 CONSTATAÇÃO:

Cobrança de taxas nas contas correntes dos recursos da Farmácia Básica.

FATO:

Foi verificado uma das contas em que os recursos da Farmácia Básica foram movimentados foi a Conta Corrente Nº 182-8, Agência Nº 1102 da Caixa Econômica Federal. Verificou-se que foram cobradas taxas nesta conta no dia 15/05/2009, no valor de R$ 7,06, e no dia 17/12/2008, no valor de R$ 6,35, totalizando a cobrança indevida de taxas no valor de R$ 13,41.

(...)

2.2.8 CONSTATAÇÃO:

Ausência de comprovação de utilização de recurso da Farmácia Básica.

FATO:

Uma das contas em que os recursos da Farmácia Básica foram movimentados foi a conta corrente do Banco do Brasil Nº 159808, Agência Nº 1389. Nesta conta, no dia 25/07/2008, foi debitado o cheque Nº 850034, no valor de R$ 3.439,97, sendo informado pela Prefeitura, em documento sem número datado de 05/06/2009, assinado pelo Secretário da Fazenda Arnito Sarda Filho, referente à respostas às Solicitações de Fiscalização Nº 19, 20 e 21, que este valor foi transferido para a conta corrente Nº 6000179-8, sem demonstrar, no entanto, por meio da cópia do cheque ou do extrato bancário esta operação, e sem especificar o destino do recurso repassado para esta conta.

(...)

2.2.9 CONSTATAÇÃO:

Divergência entre a quantidade registrada no controle de entrada de medicamentos do município e a quantidade adquirida.

FATO:

Foi verificado que no controle de entrada de medicamentos do município de Ituporanga foi registrada uma entrada no dia 13/03/2009 de 10.050 comprimidos de Atenolol 50 MG. No entanto, o total adquirido em 06/03/2009 foi de 19.050 comprimidos, conforme registrado na Nota de Empenho Nº 275. Portanto, verifica-se que 9.000 comprimidos não tiveram sua comprovação de entrada registrada nos sistemas da Prefeitura, equivalendo a um valor de R$ 162,00. Os comprimidos foram comprados da empresa Altermed.

(...)

2.3 - PROGRAMA

1444

VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS

AÇÃO :

20AL

INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A VIGILANCIA EM SAUDE - NACIONAL

OBJETIVO DA AÇÃO :

Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.

ORDEM DE SERVIÇO : 225796

OBJETO FISCALIZAÇÃO:

Execução das diversas ações do programa, pactuadas na Programação Pactuada Integrada de Vigilância em Saúde - PPI/VS.

AGENTE EXECUTOR :

ITUPORANGA PREFEITURA

ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

QUALIF. DO INSTRUMENTO DE TRANSF.:

FUNDO A FUNDO OU CONCESSãO

MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 47.934,40

2.3.1 CONSTATAÇÃO:

Ausência de disponibilização de informações solicitadas pela equipe de fiscalização.

FATO:

Por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 19 - Ituporanga, de 29/05/2009, foram solicitadas para a Prefeitura as seguintes informações:

"Reitera-se Solicitação de Fiscalização Nº 02 onde foi solicitada a relação de licitações realizadas referentes aos gastos com o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) de 2008 e 2009. Se não foram realizadas licitações referentes a estes recursos (que foram creditados no Banco do Brasil Agência Nº 13389, Conta Corrente Nº 66524, e na Caixa Econômica Federal Agência Nº 1102, Conta Corrente Nº 66240069), informar qual a forma utilizada para as aquisições efetuadas, relacionando a relação de Dispensas e Inexigibilidades, caso tenham sido realizadas, conforme já solicitado na SF Nº 02".

O prazo de atendimento a esta solicitação era 02/06/2009, mas até a data de realização deste Relatório, 16/06/2009, não havia sido encaminhada resposta a estes questionamentos.

Em documento datado de 05/06/2009, o Secretário da Fazenda do Município, informou que estava encaminhando os documentos referentes à Solicitação de Fiscalização Nº 19. No entanto, em nenhum dos documentos encaminhados consta resposta aos questionamentos efetuados pela equipe de fiscalização.

(...)

2.3.2 CONSTATAÇÃO:

Dificuldade para execução das atividades previstas no PPI/VS.

FATO:

Por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009 (assinado pelo Prefeito e pela Secretária de Saúde do município), a Prefeitura informou que apesar de ter recebido assessoramento e Assistência Técnica da Secretaria de Estado da Saúde, a equipe de Vigilância Epidemiológica (composta segundo este Ofício pela Técnica de Enfermagem COREN/SC 116.582 e pela Técnica de Enfermagem COREN/SC 303.111) "demonstra ainda algumas dificuldades para acompanhamento e validação do atingimento das metas estabelecidas no PPI, conforme relacionadas abaixo:

- Inexistência de veículo próprio e exclusivo para o exercício das atividades de investigação, barreiras, visitas domiciliares, palestras educativas na comunidade e outras;

- Funcionários com dedicação exclusiva na VEP;

- Prédio próprio para instalação da VEP, ou salas individualizadas para a instalação do serviço".

Cabe destacar que houve contradição entre estas informações e as contidas em documento datado de 25/05/2009, assinada pelo Coordenador da Vigilância Sanitária Municipal, que havia informado que o "setor de controle de endemias, especificamente na execução das Ações de Controle da Dengue Combate ao Aedes Aegypti, dispõe dos seguintes veículos para desenvolver as atividades:

- 01 veículo gol 1000, marca Volkswagen, placas MCE 0465

- 01 veículo moto 125 cc, marca Honda, placa MCI 1251".

Desta forma, no documento assinado pelo Prefeito foi informado que não havia veículo próprio para a vigilância epidemiológica, enquanto no outro documento citado, foi afirmado que existem dois veículos.

(...)

2.3.3 CONSTATAÇÃO:

Não-comprovação de aplicação de contrapartida municipal nas ações de epidemiologia.

FATO:

Não foi comprovado pela Prefeitura a aplicação de recursos municipais em ações voltadas para a Vigilância Epidemiológica.

(...)

2.3.4 CONSTATAÇÃO:

Ausência de comprovação de aplicação de recursos da Vigilância Epidemiológica.

FATO:

Os recursos da Vigilância Epidemiológica foram movimentados em três contas correntes no município de Ituporanga.

Na conta corrente Nº 6652-4, Agência Nº 1389-7, do Banco do Brasil, em 01/07/2008, foi informado que foi transferido o valor de R$ 408,00 para a Conta Corrente Nº 8630-4 sem que fosse comprovado essa transferência por meio do extrato da conta em que houve o crédito, da cópia do cheque, e sem comprovar o destino do recurso. Da mesma forma, foi informado que houve uma transferência desta conta para a Conta Nº 6000239-5 sem que houvesse a comprovação da mesma forma que na transferência de R$ 408,00.

Em 20/10/2008, foi informado que houve a transferência de R$ 7.884,76 da Conta Corrente Nº 624006-9, Agência Nº 1102, da Caixa Econômica Federal, para a conta 6000239-5 sem que também fosse comprovado essa transferência por meio do extrato da conta em que houve o crédito, da cópia do cheque, e sem comprovar o destino do recurso.

Por fim, o mesmo ocorreu com a transferência no valor de R$ 65.324,15, da Conta Corrente Nº 178-0, Agência Nº 1102, da Caixa Econômica Federal, onde foi informado que houve uma transferência para a Conta Nº 6000239-5, sem que houvesse comprovação por meio do extrato da conta creditada, sem cópia do cheque e sem a comprovação do destino dado aos recursos repassados.

(...)

2.3.5 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação sobre origem de recursos.

FATO:

Foi verificado uma série de créditos efetuados na Conta Corrente Nº 624006-9, Agência Nº 1102, da Caixa Econômica Federal, sem que fosse informado a origem destes recursos. Foi realizado um crédito no dia 18/06/2008 no valor de R$ 47.290,52, outro crédito no dia 08/08/2008, no valor de R$ 313,56, outro no dia 12/08/2008, no valor de R$ 222,34, e outro no mesmo dia, no valor de R$ 1.654,80.

Da mesma forma, foi verificado um crédito no dia 25/07/2008, no valor de R$ 4.971,27, na Conta Corrente Nº 178-0, Agência Nº 1102, da Caixa Econômica Federal, sem que fosse informado a origem dos recursos.

(...)

2.3.6 CONSTATAÇÃO:

Desconhecimento em relação a certificação do município para a gestão das ações de epidemiologia e controle de doenças.

FATO:

Solicitada a fornecer, por meio da Solicitação de Fiscalização Nº 02, de 19/05/2009, cópia da Portaria, expedida pelo Ministério da Saúde, comprovando a certificação do Município para gestão das ações de epidemiologia e controle de doenças prevista no Art. 9º, da Portaria n.º 1172, de 15/06/2004, daquele Ministério ou documentação de Convênio existente para execução das referidas ações, a Prefeitura informou, por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, que "não existe, ou pelo menos não é do nosso conhecimento, a existência de Portaria expedida pelo MS, comprovando a certificação deste Município, para a gestão das ações de epidemiologia e controle de doenças, da mesma forma desconhece a existência de Convênio para execução dessas ações".

(...)

2.3.7 CONSTATAÇÃO:

Ausência de registro das metas executadas.

FATO:

A Secretaria de Estado da Saúde disponibilizou, por meio do Ofício Nº 026/DIVE/SES, de 10/06/2009, a "Programação das Ações de Vigilância em Saúde de Ituporanga" de 2008 e 2009. A Prefeitura também disponibilizou este documento em relação ao exercício de 2008, contendo as metas estaduais e municipais estabelecidas para Ituporanga.

No entanto, não disponibilizou documento informando sobre o atingimento das metas previstas na Programação. Em relação aos controles existentes para acompanhamento das metas a serem atingidas pelo município e da execução das atividades pactuadas na PPI-VS, a Prefeitura informou, por meio do Ofício Nº 085/2009 - SMS/CA, de 26/05/2009, que "os controles existentes para acompanhamento das metas a serem atingidas pelo Município são feitos através dos sistemas de informação a seguir relacionados: SI-VER/DDA (Doenças Diarréicas Agudas), SINASC (Nascidos Vivos), SINAN, SIM, SIAPI/SIAIU (imunizações) e SISPRENATAL. Apesar da existência de reuniões e capacitações na 12ª GRS de Rio do Sul, a equipe da VEP demonstra ainda algumas dificuldades, para acompanhamento e validação do atingimento das metas estabelecidas na PPI, conforme relacionadas a seguir:

- Inexistência de veículo próprio e exclusivo para o exercício das atividades de investigação, barreiras, visitas domiciliares, palestras educativas na comunidade e outras;

- Ampliar a equipe, com funcionários de dedicação exclusiva à VEP;

- Prédio próprio para instalação da VEP, ou salas individualizadas para a instalação do serviço"."

Por todo o exposto, determino, nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a instauração de Inquérito Civil Público.

Proceda-se ao registro da presente portaria, com as anotações consequentes.

Comunique-se à E. 5ª CCR/MPF.

Após, determino:

1. Oficie-se à Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC, solicitando informações acerca das irregularidades apuradas pela CGU sob responsabilidade do Ministério da Saúde nesse município, constantes do Relatório de Fiscalização n° 01419 (fotocópia em anexo), inclusive instruindo a resposta com os documentos que entender pertinentes;

2. Oficie-se ao Secretário Executivo do respectivo Ministério, solicitando informações acerca das medidas tomadas em relação às irregularidades narradas pela CGU.

Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para o atendimento das solicitações.

FLÁVIO PAVLOV

PORTARIA N° 13, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, nos autos do procedimento administrativo no. 1.26.001.000037/2008-21, e

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos processos administrativos disciplinares encaminhados pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça (08.654.002.074/2007-82 e 08.654.006.095/2006-96) pelos quais foram apuradas denúncias de que policial rodoviário federal valeu-se de sua qualidade de servidor público com o fito de obter vantagens indevidas perante a administração pública;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal tem legitimidade e interesse para propor demanda em juízo visando à responsabilização por atos de improbidade administrativa, a teor do disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, art. 6º, VII, b, e XIV, f, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, e art. 17, caput e § 4º, da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, resolve:

Instaurar inquérito civil visando a regular e legal coleta de elementos a respeito das denúncias apuradas por meio de processos administrativos disciplinares promovidos pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça (08.654.002.074/2007-82 e 08.654.006.095/2006-96), especialmente a imputação de que policial rodoviário federal valeu-se de sua qualidade de servidor público com o fito de obter vantagens indevidas perante a administração pública, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de as peças de informação já terem sido previamente distribuídas.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, determino que sejam desentranhadas dos autos as cópias reprográficas do processo administrativo disciplinar no. 08.654.002.532/2002-72, remetendo-as à Procuradoria da República Polo Serra Talhada/Salgueiro, tendo em vista que o seu objeto diz respeito ao procedimento 1.26.000.000538./2006-56 em trâmite naquela Procuradoria.

Demais disso, oficie-se ao policial rodoviário federal investigado nos processos administrativos disciplinares 08.654.002.074/2007-82 e 08.654.006.095/2006-96, facultando-lhe manifestar-se, por si ou por advogado constituído, acerca do objeto deste inquérito civil.

Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

PORTARIA Nº 20, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República sigmatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e considerando:

a) a notícia da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego de que a prestação de contas referente ao convênio 571504, firmado com a COOPERHAFF apresentaria possíveis irregularidades ainda não sanadas

b) o disposto no item c da parte dispositiva da decisão de arquivamento proferida nos autos do Inquérito Civil n.º 1.29.019.000170/2009-68 que determina a instauração de Inquérito Civil para apuração dos fatos;

c) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

d) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

e) o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

f) o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.29.004.000342/2011-87, a partir da digitalização de documentação constante do Inquérito Civil n.º 1.29.019.000170/2009-68, com o intuito de apurar possíveis irregularidades na execução do convênio 571504, firmado entre a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - COOPERHAF e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham em mídia digitalizada (CD anexo) como inquérito civil.

Determino, ainda, que seja oficiado à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego solicitando informações sobre a aprovação da prestação de contas relativa ao convênio n.º 571504, firmado com a COOPERHAF.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MICHAEL VON MÜHLEN DE BARROS GONÇALVES

PORTARIA Nº 21, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

"Converte procedimento administrativo em inquérito civil com o objetivo de apurar irregularidades possivelmente praticadas na gestão de recursos federais oriundos do SUS, pelo ex-prefeito do município de Lagoa Grande/PE, no período de 2001 a 2004."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POLO DE PETROLINA/JUAZEIRO, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro no artigo 129, incisos II, III e VI, da Constituição Federal; nos artigos 5º, III, "b", 6º, VII, "b" e XIV, "c" e "f", 7º, inciso I, e 8º, incisos I a IX da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993; no art. 17 da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa (artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos direitos sociais relativos à saúde (art. 6º, caput, e 196 e segs., da Constituição Federal);

CONSIDERANDO as irregularidades referentes à gestão de recursos federais oriundos do SUS, pelo ex-prefeito do município de Lagoa Grande/PE, no período de 2001 a 2003;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que as condutas possivelmente praticadas configuram, em tese, atos de improbidade administrativa, previstos nos arts. 9º, 10 ou 11, da Lei Nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

CONSIDERANDO que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta (artigo 8°, II, da Lei Complementar 75/93);

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a investigar a prática de atos de improbidade administrativa, determinando a remessa dessa portaria e dos documentos anexos à Subcoordenadoria Jurídica para registro e autuação como Inquérito Civil Público, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão e realização das comunicações de praxe.

Em seguida, encaminhem-se os autos à secretaria deste gabinete para cumprimento do despacho Nº 22/11.

Designo a servidora Janeide da Silva Araújo Melo, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 22, DE 15 DE MARÇO DE 2011

TUTELA COLETIVA. Visa a verificar o cumprimento, por parte da União, ao disposto nos artigos 9º e 10º da Lei Nº 9.636/98, quanto aos terrenos de marinha situados em Passo de Torres/SC.

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República signatária, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Criciúma-SC, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, cabendo-lhe a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput e art. 129, Inc. III da CF/88);

Considerando que os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens imóveis pertencentes à União (art. 1º, "a", do Decreto-lei 9.760/46, cuja administração é atribuída à Secretaria de Patrimônio da União;

Considerando que o artigo 9º da Lei 9.636/98 veda a inscrição de ocupação em imóvel pertencente à União considerado área de preservação ambiental, bem como que o artigo 10 da mesma Lei determina que "constatada a existência de posses ou ocupações em desacordo com o disposto nesta Lei, a União deverá imitir-se sumariamente na posse do imóvel".

Considerando a existência do Procedimento Administrativo Nº 1.33.003.000204/2010-02, instaurado para verificar o cumprimento, por parte da União ao disposto nos artigos 9º e 10 da Lei Nº 9.636/98, quanto aos terrenos de marinha situados em Passo de Torres/SC;

Considerando o disposto no art. 4º, II, da Resolução Nº 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve:

1. Converter o Procedimento Administrativo Nº 1.33.003.000204/2010-02 em Inquérito Civil, nos termos do art. 4º, II, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, para verificar o cumprimento, por parte da União ao disposto nos artigos 9º e 10 da Lei Nº 9.636/98, quanto aos terrenos de marinha situados em Passo de Torres/SC.

DETERMINA:

1. Altere-se o registro dos presentes autos de Procedimento Administrativo para Inquérito Civil no sistema ARP de controle desta PRM-CRI, com as demais formalidades administrativas de praxe, juntando a presente portaria como o primeiro documento do expediente, colocando-a antes do despacho de instauração originário, mantendo-se a numeração do feito.

2. Comunique-se imediatamente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 6º da Resolução Nº 87 do CSMPF, mediante ofício, encaminhando-se esta portaria de instauração de inquérito civil por meio eletrônico e impresso, a fim de que seja publicada no Diário Oficial, de acordo com o disposto no art. 16, § 1º, I, da referida resolução.

RAFAELLA ALBERICI

PORTARIA Nº 28, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Ref.: Procedimento Administrativo 1.14.002.000025/2007-27

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal velar pela proteção do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 129, III da Constituição da República e art. 5º, III, "b" da Lei Complementar 75;

CONSIDERANDO o que consta do procedimento administrativo Nº 1.14.002.000025/2007-27, instaurado a partir de representação formulada pelo Município de Campo Formoso contra o ex-gestor José Joaquim Santana, dando conta de irregularidades na execução do Convênio Nº 68402/1999 firmado com o FNDE, tendo por objeto a aquisição de óculos para alunos da 1ª série do ensino fundamental da rede municipal e estadual de ensino, que necessitassem de correção visual;

CONSIDERANDO a prescrição da pretensão de aplicação da sanção por ato de improbidade, já que os fatos se sucederam no mandato 1996/2000, e que, de outro lado, o ressarcimento é imprescritível;

CONSIDERANDO que o FNDE informou que o processo de Tomada de Contas Especial foi encaminhado, em 14.04.2010, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, para que, em seguida, fosse enviado ao Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de informações acerca das medidas adotadas para eventual ressarcimento ao erário;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

CONVERTER em INQUÉRITO CIVIL o presente procedimento, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

2. Oficie-se ao TCU, solicitando informações acerca da existência, no âmbito daquela Corte de Contas, do processo TC relacionado às irregularidades identificadas pelo FNDE na prestação de contas do Convênio nº68402/1999 apresentada pelo Município de Campo Formoso, na gestão de José Joaquim de Santana. Em caso positivo, solicite informar qual a situação do processo e se já houve deliberação final acerca da regularidade, ou não, das contas;

3. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 29, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Ref.: Procedimento Administrativo 1.14.000.001062/2004-20

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal velar pela proteção do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 129, III da Constituição da República e art. 5º, III, "b" da Lei Complementar 75;

CONSIDERANDO o que consta do procedimento administrativo Nº 1.14.000.001062/2004-20, instaurado a partir de relatório da Controladoria Geral da União, indicando irregularidades no Programa Bolsa Escola (PBE), no Município de Cansanção/BA, no ano de 2003;

CONSIDERANDO que a Prefeitura não respondeu aos ofícios encaminhados;

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação informou que, diante do lapso temporal desde a data dos fatos, provavelmente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

as impropriedades foram sanadas, contudo, não foi possível localizar documentação comprobatória, mas que, oportunamente, seria encaminhado relatório conclusivo sobre a questão;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

CONVERTER em INQUÉRITO CIVIL o presente procedimento, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

2. Oficie-se ao Ministério da Educação, acusando o recebimento do Ofício nº116/2010/SE/GAB, ao tempo em que deverá ser solicitada informações atualizadas acerca do funcionamento do Programa Bolsa-Escola no município de Cansanção/BA, notadamente da regularidade no cadastramento, e se persistem as irregularidades indicadas pela CGU no relatório nos itens 5.1 e 5.2, cuja cópia deve acompanhar o ofício (fls. 05/09);

3. Reitere-se o ofício dirigido à Secretaria de Assistência Social, com as advertências de praxe, juntando-se nos autos o Aviso de Recebimento;

4. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 43, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando a apurar suposto desvio por parte da Prefeitura Municipal de merenda escolar adquirida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, vinculado ao FNDE, no ano de 1999, em virtude da falta de merenda escolar. Autos n.º 1.14.000.000277/2000-08

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 26.05.2000, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, a partir de representação formulada pela Sra. Erondina de Jesus Santos à Câmara Municipal de Valente/BA, noticiando suposto desvio por parte da Prefeitura Municipal de merenda escolar adquirida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, vinculado ao FNDE, no ano de 1999, em virtude da falta de merenda escolar.

CONSIDERANDO que já foi promovido o arquivamento do feito, contudo a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão retornou os autos a esta Procuradoria para diligência acerca do ressarcimento ao erário; e

CONSIDERANDO que ainda pende de resposta a diligência solicitada pela 5ª CCR, em que solicita informações acerca da atual situação da prestação de contas do Convênio 94573/99 firmado com a Prefeitura de Valente/BA, notadamente sobre o valor do débito imputado ao gestor e se houve ressarcimento ao erário.

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, § 6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. A autuação da presente Portaria e registro da conversão nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF;

2. Reitre-se o ofício Nº 037/2011/PRMCF/GAB, encaminhado ao FNDE;

3. Comunique-se à 5ª CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

4. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 105, DE 11 DE MARÇO DE 2011

Nº 1.33.000.002502/2007-53. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e na Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Nº 1.33.000.002502/2007-53 versando sobre a implantação do projeto do Maciço do Morro da Cruz, com aplicação de recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no âmbito do Ofício da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a CONVERSÃO em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PPMA. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ. ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E APLICAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS.";

b) a retificação do Ofício nº10966/2010 endereçado ao Sr. Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental do Município de Florianópolis, no qual solicita cópia de contratos firmados e informações sobre conclusão ou realização de termo aditivo para contratos de obras de engenharia;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRÉ STEFANI BERTUOL

PORTARIA Nº 132, DE 22 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000181/2008-14 se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000181/2008-14;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir da documentação constante do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000181/2008-14, para promover a apuração das condições de conservação dos acervos técnicos e bibliográficos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. .

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

VINÍCIUS PANETTO DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 4, DE 11 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve a presente, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com especial fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no artigo 5°, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", no artigo 6°, inciso VII, alíneas "a" e "b", inciso XIV, alínea "f", e no artigo 7°, inciso I, todos da Lei Complementar n° 75/93; no artigo 8°, § 1°, da Lei n° 7.347/85; no artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP Nº 23/2007; e no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, incluído pela Resolução CSMPF Nº 106/2010, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro nos dispositivos constitucionais e legais supra mencionados, visando apurar a prática de ato de improbidade administrativa por servidores públicos federais - auditores fiscais da Receita Federal do Brasil - lotados na Delegacia da Receita Federal em Limeira, consistente em irregularidades na concessão de habilitação de empresas para operar no comércio exterior (RADAR).

Para tanto, serão promovidas a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias, requisição de documentos e demais diligências necessárias, para posterior expedição de recomendações, celebração de termo de compromisso e ajustamento de conduta, ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento, nos termos da lei.

DETERMINO:

a) a autuação da presente portaria;

b) proceda o servidor responsável pelos expedientes da Tutela Coletiva os registros pertinentes, inclusive na intranet;

c) providencie-se a publicação da Portaria no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 16, § 1°, inciso I, da Resolução CSMPF n° 87/2006;

d) comunique-se a instauração do presente inquérito civil público à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por e-mail, com cópia desta portaria;

e) a expedição de ofício à Procuradoria da República do Mato Grosso do Sul, solicitando seja informado se há inquéritos policiais instaurados ou ações penais ajuizadas em face dos Auditores Fiscais da Receita Federal mencionados nestes autos, todos lotados na DRF de Limeira, em razão dos fatos constatados durante interceptação telefônica realizada no processo 2006.60.04.000779-1, da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande/MS, referente à Operação Vulcano, bem como, seja requerido ao mencionado Juízo expressa autorização para utilização de prova colhida no referido processo para instrução deste inquérito civil;

f) a expedição de ofício, com cópia desta Portaria, à Presidente do PAD Nº 16302.000038/2010-06, em trâmite no Escritório de Corregedoria na 8ª Região Fiscal - São Paulo comunicando a instauração do presente Inquérito Civil;

g) expedição de ofício ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), requisitando informações sobre eventuais movimentações financeiras suspeitas em nome dos três servidores mencionados nos autos e parentes vinculados, bem como das pessoas jurídicas das quais são ou foram sócios, indicadas nas fls. 15/17.

h) a juntada aos autos da pesquisa realizada pelo SINASSPA, bem como dos extratos de consulta processual que seguem anexos.

Cumpra-se.

CAMILA GHANTOUS

PORTARIA Nº 8 , DE 4 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário, nos autos da Representação Cível Nº 1.29.011.000252/2010-16;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, e de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção ao artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Federal, em razão da regra prevista no artigo 6.º, inciso VII, letras "a" e "b", inciso XIV, letra " f", da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, zelar pela observância dos princípios constitucionais reguladores da Administração Pública, entre estes os da legalidade, da eficiência e da moralidade (art. 37, caput, Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o serviço público de saúde é financiado, dentre outras fontes, por verbas federais, estaduais e municipais (art. 198, § 1ºCF);

CONSIDERANDO a representação feita a esta Procuradoria da República relatando possíveis irregularidades na implantação de Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular no Hospital Santa Casa de Caridade de Uruguaiana/RS;

CONSIDERANDO o envio de cópia desta Representação ao DENASUS para avaliação do possível desvio de verbas do SUS;

CONSIDERANDO que o acesso à informação é uma das grandes demandas do controle social do SUS, e que a participação da comunidade é diretriz constitucional deste, nos termos do art. 198, III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 90 (noventa) dias, prazo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública;

DETERMINO a conversão desta Representação Cível em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: "Acompanhar a aplicação de recursos públicos e o efetivo controle social na implantação da Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular no Hospital Santa Casa de Caridade de Uruguaiana/RS;

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Solicitar à Prefeitura Municipal de Uruguaiana - Secretaria Municipal de Saúde - cópia dos procedimentos licitatórios de compras de materiais para a Unidade Cardiovascular, efetuados com recursos públicos;

d) Oficiar ao CMS indagando se aquele Conselho recebeu da Prefeitura Municipal a prestação de contas relativa aos investimentos do município na implantação da Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular no Hospital Santa Casa de Caridade de Uruguaiana.

IVAN CLÁUDIO MARX

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 9, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário, nos autos da Representação Cível Nº 1.29.011.000248/2010-58;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, e de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção ao artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Federal, em razão da regra prevista no artigo 6.º, inciso VII, letras "a" e "b", inciso XIV, letra " f", da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, zelar pela observância dos princípios constitucionais reguladores da Administração Pública, entre estes os da legalidade, da eficiência, da impessoalidade, da publicidade e da moralidade (art. 37, caput, Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a administração pública direta/indireta deve observar o art. 37, inciso XXI, da CF, que dispõe que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações";

CONSIDERANDO que subordinam-se ao regime da Lei 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 1º, parágrafo único);

CONSIDERANDO os indícios que apontam irregularidades na aquisição de merenda escolar no município de Alegrete/RS, mais precisamente quanto à modalidade adequada e direcionamento das licitações;

DETERMINO a conversão desta Representação Cível em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: "Apurar os critérios utilizados para a eleição das modalidades de licitação adotadas nos procedimentos licitatórios relativos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Alegrete/RS".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE solicitando informações sobre a situação da prestação de contas do Município de Alegrete em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE nos exercícios de 2008/2010;

d) Oficie-se à Prefeitura de Alegrete solicitando que informe os critérios utilizados para a escolha da modalidade de licitação adotada para a compra de merenda escolar, a modalidade de licitação mais utilizada para a aquisição de merenda escolar nos anos de 2010 e 2011, bem como, que envie cópia dos editais de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar nos mesmos períodos. Ainda, nos casos de licitações tipo carta-convite, considerando que o município pode estimar com base no ano anterior a quantia necessária de produtos, que a Prefeitura esclareça qual o fundamento para não utilizar a modalidade de "tomada de preços".

IVAN CLÁUDIO MARX

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Procedimento Preparatório n° 1.34.024.000260/2010-53. Assunto: Convolação em Inquérito Civil Público. Inquérito Civil Público nº: 11 /2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigos 5º e 6.º, VII, e Resolução CNMP n°23/2007, artigo 2°:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos e para a proteção do patrimônio público;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da regularidade do convênio celebrado entre a CONAB e associação de trabalhadores rurais em Iaras/SP;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos apurados no presente procedimento preparatório;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação deste procedimento aos termos da Resolução CNMP Nº 23/2007 e Rotina de Serviços Nº 01/2009 - DITC, haja vista estar tramitando segundo Resolução CSMPF Nº 87/2006;

Resolve o signatário CONVOLAR, nos termos do disposto no artigo 2°, inciso III, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, o PP n°1.34.024.000260/2010-53 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, destarte, o seguinte:

1) registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com o Procedimento Preparatório n° 1.34.024.000260/2010-53 e os documentos que o acompanham;

2) registre-se que o objeto do ICP é apurar a higidez na atuação da Administração Pública; ;

3) registre-se que o investigado é, em princípio, a CONAB;

4) aguarde-se a resposta do ofício expedido à ARZUPI (fl. 290).

Comunique-se à E. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação da presente.

SVAMER ADRIANO CORDEIRO

PORTARIA Nº 20, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO, mais, a representação, dando conta de que o Dr. Horácio Tamada supostamente não cumpre integralmente sua jornada laboral, considerando que atua como docente na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR e na Faculdade São Lucas.

CONSIDERANDO, ainda segundo a representação, que o docente é médico e exerce seu ofício tanto no Hospital de Base Ary Pinheiro, quanto em clínica particular.

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração dos fatos, face sua gravidade, impondo a atuação deste ofício de defesa do patrimônio público e social.

Resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público, colimando apurar, cabal e celeremente, os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4° Ofício/5° CCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariar o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos anexos;

2. Promovam-se os levantamentos de praxe, de forma abrangente, em relação ao professor referido, notadamente para identificar local de trabalho, endereço e qualificação.

3. Oficie-se ao Magnífico Reitor da UNIR, solicitando a relação de todos os professores da UNIR do Departamento de Medicina e respectiva jornada de trabalho.

CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução Nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 27, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Ref.: Procedimento Administrativo 1.14.002.000005/2006-75

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal velar pela proteção do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 129, III da Constituição da República e art. 5º, III, "b" da Lei Complementar 75;

CONSIDERANDO o que consta do procedimento administrativo Nº 1.14.002.000005/2006-75, instaurado a partir expediente encaminhado pelo FNDE, dando conta do vencimento do mandato dos membros do Conselho de Alimentação Escolar no município de São José do Jacuípe/BA;

CONSIDERANDO que foi expedida Recomendação ao Município determinando a promoção de nova constituição do CAE e o custeio da merenda escolar, enquanto eventualmente estiver suspenso o repasse de recursos federais do PNAE;

CONSIDERANDO que o Município informou o acatamento da Recomendação, acompanhado de documentação comprobatória da nomeação dos membros do CAE;

CONSIDERANDO que, instado o FNDE, informou que persiste a falta de cadastramento do CAE virtual e ausência de dados suficiente para realizar tal cadastramento;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

CONVERTER em INQUÉRITO CIVIL o presente procedimento, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

2. Oficie-se à Prefeitura Municipal, encaminhando cópia do documento de fls. 97/98 e da consulta anexa, para que esta informe quais medidas serão/foram tomadas para sanear a irregularidades;

3. Junte-se o espelho do CAE anexo, extraída de consulta ao sítio do FNDE, dando conta do vencimento do mandato;

4. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 37, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo Nº 1.26.000.001883/2010-93 foi instaurado, a partir do encaminhamento, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), de cópia do Relatório de Auditoria n. 9307, no qual foram listadas algumas irregularidades constatadas na Secretaria Municipal de Saúde de Paulista/PE;

Considerando que, segundo o referido relatório, a Secretaria Municipal de Saúde de Paulista/PE adquiriu um aparelho aspirador, Aspiramax suction MA - 520, no valor de R$ 5.833,00 (cinco mil, oitocentos e trinta e três reais), alusivo à Nota de Empenho n. 2008.007772-00-0, Nota Fiscal n. 3881, de 04/07/2008, importância que estaria bem acima do preço de mercado;

Considerando que, segundo o mesmo relatório, foi adquirido, pelo mesmo valor acima referido, outro aspirador, com as mesmas especificações, referente à Nota de Empenho 2008.004416-00-0, aparelho que, além de adquirido acima do preço de mercado, não foi localizado;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.26.000.001883/2010-93 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com estas peças informativas, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar supostas irregularidades praticadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Paulista/PE, as quais estão listadas no Relatório de Auditoria do DENASUS n. 9307, consistentes na aquisição de dois aparelhos aspiradores, Aspiramax suction MA - 520, em valor bem acima do mercado, assim como na não localização de um deles";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Alex Rodrigues de Araújo, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 7º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

Como providência instrutória, determina-se:

(i) seja expedido ofício ao Chefe do Serviço de Auditoria do DENASUS em Pernambuco, a fim de que encaminhe os documentos em que se embasaram para concluir que os referidos aparelhos foram adquiridos por um valor 10 (dez) vezes maior que o de mercado;

(ii) seja expedido ofício à secretária de saúde do município de Paulista, a fim de que encaminhe, no que tange à aquisição dos mencionados aparelhos: a) a pesquisa prévia de preço; b) a cópia das Notas de Empenho ns. 2008.007772-00-0 e 2008.004416-00-0, c) bem como da Nota Fiscal alusiva a esta última NE.

No intuito de serem observados o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JUNIOR

PORTARIA Nº 53, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Interessado: Polícia Rodoviária Federal. Ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - Notícia veiculada no jornal Tribuna de Petrópolis versando sobre abandono e depredação no posto da Polícia Rodoviária Federal, localizado no Bairro Quitandinha em Petrópolis/RJ."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar notícia veiculada no jornal Tribuna de Petrópolis versando sobre abandono e depredação no posto da Polícia Rodoviária Federal, localizado no Bairro Quintandinha em Petrópolis/RJ,

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar os fatos noticiados, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1 - Autue-se a presente Portaria;

2 - comunique-se à 5ª CCR;

3 - expeça-se ofício ao Inspetor Kiffer, chefe responsável pelo policiamento no local, requisitando as seguintes informações:

a) se houve depredação no posto da Polícia Rodoviária Federal localizado no Bairro Quintandinha em Petrópolis/RJ e, em caso positivo, quais foram os eventuais danos constatados no local, informando se é possível identificar os respectivos responsáveis;

b) informar acerca da desativação temporária do referido posto, indicando os motivos, data, responsável pela decisão, etc.

c) se há previsão para a reativação do aludido posto da Polícia Rodoviária Federal;

d) qual foi a destinação dada aos bens que guarneciam o posto da Polícia Rodoviária Federal na ocasião de sua desativação, inclusive os aparelhos de ar condicionado.

Após cumpridas as determinações, venham os autos em conclusão para deliberação.

VANESSA SEGUEZZI

PORTARIA Nº 64, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo n.º 1.24.000.001402/2010-14.

O Dr. Yordan Moreira Delgado, Procurador da República, lotado na PR/PB, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93 e nas Resoluções de Nº 23/2007-CNMP e n.º 87/2006-CSMPF, resolve:

Converter, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, e art. 4º da Resolução n.º 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, o procedimento administrativo em epígrafe em inquérito civil público - ICP, no intuito de apurar a ocorrência de irregularidades na execução e prestação de contas do Convênio n.º 3490/2004 (SIAFI 510427), firmado entre o município de São José dos Ramos e o Ministério da Saúde para a execução de uma unidade de saúde no citado município.

Registrada esta, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Autue-se e afixe-se esta Portaria no local de costume, conforme art. 4º da Resolução Nº 23/2007-CNMP e art. 5º da Resolução n.º 87/2006-CSMPF;

II. Proceda-se à comunicação imediata da instauração do presente ICP à 5ª Câmara de Coordenação de Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, em observância ao mencionado art. 6º da resolução Nº 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da resolução Nº 87/2006;

III. Oficie-se o DICON/PB, conforme determinado no Despacho 467/2010;

IV. Obedeça-se, para a conclusão deste inquérito civil público, o prazo de 1 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução Nº 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF.

YORDAN MOREIRA DELGADO

PORTARIA Nº 107, DE 15 DE MARÇO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000037/2010-81 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado em razão do acórdão Nº 6127/2009-TCU-2ª Câmara, o qual julgou irregulares as contas do convênio 1534/1999, frmado entre a FUNASA e a Prefeitura Municipal de Sítio Novo/MA.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): João Alfredo do Nascimento.

3) Autor(es) da representação: Tribunal de Contas da União.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Natanne Lira de Morais, Matrícula MPF Nº 2155-1.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se à Procuradoria Federal Especializada junto à FUNASA, encaminhando cópia das fls 04/10, para que informe se foram ou estão sendo adotadas providências visando o ressarcimento ao erário.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES

PORTARIA Nº 109, DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000047/2006-30 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado com o fim de apurar irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF no município de Montes Altos/MA, exercício de 2003.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Adail Albuquerque de Sousa.

3) Autor(es) da representação: Edna de Araújo Silva.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Natanne Lira de Morais, Matrícula MPF Nº 2155-1.

Estabelece, a título de diligências iniciais: I- Oficie-se à DPF em Imperatriz, encaminhando cópias do ofício 1683/2010/GADIS/TCE (fl. 183) e documentos que o acompanham, para auxiliar na instrução do Inquérito 280/2006. II- Oficie-se à Procuradoria Geral do Estado solicitando informações a respeito das providências adotadas para o ressarcimento ao erário no que concerne ao item 2.3 do acordão Nº 258/2007 do TCE.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES

PORTARIA Nº 121, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e na Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência desta Peça de Informação Nº 1.33.000.000419/2011-26 versando sobre eventuais irregularidades em projetos de pesquisa financiados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) - com possíveis concessões de bolsas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) -, dos quais participou a empresa Reivax S/A, no Estado de Santa Catarina, em especial quanto a possíveis desvios de verbas, no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o denunciante encaminhou as denúncias de irregularidades, entre outros, à UFSC, FINEP, Controladoria-Geral da União (CGU), BNDES e ELETROBRAS, determino a INSTAURAÇÃO DE

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PPMA. DESVIO DE VERBAS. PROJETOS DE PESQUISA FINANCIADOS PELA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). CONCESSÕES DE BOLSAS PELO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). EMPRESA REIVAX S/A.";

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) oficie-se à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), requerendo-se informações quanto aos projetos financiados dos quais participou a empresa Reivax e sobre eventual procedimento de investigação instaurado, bem como cópia das prestações de contas e julgamento das mesmas;

d) oficie-se à Controladoria-Geral da União (CGU), solicitando-se informações a respeito de eventual procedimento de investigação instaurado;

e) a juntada do documento PR-SC-00000293/2011, que consiste em informações complementares originadas pelo denunciante;

f) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRÉ STEFANI BERTUOL

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000249/2007-10, instaurado em face de DAMAZON AGROINDÚSTRIA DA AMAZÔNIA S/A, que tem por objeto a apuração de irregularidades na aplicação de recursos do FINAM liberados pela SUDAM para a citada empresa;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000249/2007-10, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Expeça-se ofício à AGU, questionando se já foi proposta a respectiva execução fiscal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000442/2006-70, instaurado com o objetivo de apurar irregularidades nas estradas e vias, no saneamento, na saúde e na educação do município de Medicilândia no ano de 2006;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000442/2006-70, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se à municipalidade, questionando se a água que abastece o município é tratada e se os cidadãos têm que pagar algum tipo de taxa pelo seu uso; quanto às vias, pontes e estradas, enviar cópia da lista anexa, questionando se, para alguma delas, há destinação de verbas públicas federais, indicando em quais delas há esses recursos;

3 - Oficie-se ao Conselho Municipal de Saúde do município de Medicilândia para que informe se foi aprovada a gestão relativa ao ano de 2006 e se a verba federal recebida em 2006 foi aplicada corretamente (instruir com documentos);

4 - Oficie-se ao Conselho Municipal de Educação do município de Medicilândia para que informe sobre a existência de transporte escolar e de merenda nas escolas locais, bem como se a verba federal recebida em 2006 foi aplicada corretamente (instruir com documentos);

5 - Consultar no sítio eletrônico do FNDE a situação das prestações de contas de todos os repasses diretos do ano de 2006, imprimir e juntar aos autos;

6 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

7 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 50, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000829/2008-98, instaurado com o objetivo de apurar irregularidades em área prioritária de Anapu, a saber, lote 129, Gleba Belo Monte, PDS Virola Jatobá;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000829/2008-98, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se o ofício de fls. 41-42;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 51, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000809/2008-17, instaurado com o objetivo de apurar omissão do INCRA em atuar na resolução da invasão das terras do representante (Zenildo Fleischmann), localizadas no PA do Surubim;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000809/2008-17, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se os ofícios de fls. 12 (juntando cópia dessa e mencionando possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa em caso de inatendimento injustificado), 11 e 10 (juntando cópia dessa e da fl. 13);

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 52, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000343/2006-98, instaurado com o objetivo de apurar a abertura de estrada aparentemente sem licença ambiental localizada na Rodovia Transamazônica, km 213, vicinal norte, município de Uruará, lotes 78 e 80 da gleba 88;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000343/2006-98, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Expeça-se ofício à Superintendência Regional do IBAMA em Santarém, para que informem se há algum auto de infração atinente à região em apreço; caso negativo, requisito a presença do órgão no local;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 53, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000407/2006-51, instaurado com o objetivo de apurar a notícia de depredação do sítio arqueológico localizado em Senador José Porfírio;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000407/2006-51, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se o ofício de fl. 25 (juntando cópia deste e do ofício de fl. 24), com AR-MP, mencionando a possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa em caso de inatendimento injustificado, com fulcro no artigo 11, II, da lei 8429;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 54, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000383/2007-11, instaurado com o objetivo de apurar possível participação do titular do cartório Agripino Freitas, em Portel, no crime de grilagem de terras públicas situadas no município de Pacajá;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000383/2007-11, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se o ofício de fls. 207-208 (juntando cópia deste e dos ofícios de fls. 2 a 10), com AR-MP (o recibo no AR deve ser feito pelo titular do ofício, de modo a instruir eventual Ação Civil pública), mencionando a possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa em caso de inatendimento injustificado, com fulcro no artigo 11, II, da lei 8429;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 56, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000320/2006-83, instaurado com o objetivo de apurar possível irregularidade na aplicação de recursos utilizados para recuperação de estradas vicinais nos municípios de Medicilândia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(convênio 10007/06), Altamira (convênios 10003/06 e 10004/06), Anapu (convênio 10005/06), Uruará (convênio 560101/06), através de convênios celebrados com o INCRA;

d) considerando que, apenas há nos autos, documentação referente:

ao convênio 10.007/06, de Medicilândia (fl. 277 e 295 a 332 dos autos principais e Apenso I);

ao convênio 10.005/06, de Anapu (fls. 144 a 149, 265 a 276 dos autos principais e Apensos II e III), especialmente o laudo pericial de fls. 187 a 254;

aos dois convênios, de Altamira (fls. 20 a 111, 130 a 140, 150 e 151, 278, 282 a 285, 288 a 293 dos autos principais e Apenso IV);

ao convênio 560101/06, de Uruará (fls. 120 a 128, 263 e 264, 280);

e) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000320/2006-83, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados com relação ao convênio de Anapu, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2.1 - Instaure-se quatro novos procedimentos administrativos para apuração dos fatos relacionados aos demais convênios, a saber: 10.007/06, 560101/06, 10003/06 e 10004/06;

2.2 - Desentranhe-se e junte-se aos respectivos procedimentos administrativos, obedecendo à ordem cronológica, todos os documentos específicos supracitados na alínea "d" (certificando-se no feito de origem e nos de destino);

2.3 - Extraia-se cópias de todos os demais documentos, comuns a todos os convênios Inclusive esta portaria, e junte-se uma em cada novo procedimento administrativo;

2.4 - Como o procedimento administrativo originário já possui laudo técnico, trazê-lo concluso para a propositura da respectiva ação civil pública;

2.5 - Quanto aos demais procedimentos, que devem tramitar conjuntamente entre si, oficie-se à Superintendência Regional do INCRA em Santarém, questionando sobre as respectivas planilhas orçamentárias, projetos e medições, bem como também sobre os recursos liberados, prestações de contas e fiscalizações realizadas;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 61, DE 01° DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000926/2008-81, instaurado para apurar as ameaças de José Messias Mendes contra famílias moradoras do lote 75 do assentamento Pilão Poente II, no município de Anapu;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000926/2008-81 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Considerando que os documentos de fls. 02 a 22 sejam relacionados aos lotes 100 e 101, estranhos ao objeto deste procedimento administrativo, desentranhe-se (certifique-se) e junte-se ao respectivo feito (se existir) ou instaure-se novo PA e distribua-se aleatoriamente (se não existir);

3 - No âmbito deste feito, junte-se a ele as duas consultas processuais, que indicam que tramitam na Justiça Federal de Belém (9a. Vara Federal), apensados, ambos os processos (uma ação possessória e uma anulatória de CATP), havendo, portanto, judicialização do feito;

4 - O relato atual de que tenho conhecimento é de que o representado e os colonos estão de posse do mesmo lote, sem nenhum tipo de violência;

5 - O respectivo crime de ameaça está prescrito, então é caso de aguardar a resposta do procurador do INCRA que confirme a situação descrita e de futuramente se arquivar o presente feito;

6 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

7 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 63, DE 11 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000168/2006-39, instaurado em face do município de Senador José Porfírio, que tem por objeto a apuração de supostas irregularidades nas execuções de repasses diretos do FNDE para o município de Senador José Porfírio, especificamente com relação ao PNAE 2004, PEJA 2004, PEJA 2005, PEJA 2006 e PNATE 2006;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000168/2006-39 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Pesquise-se se já não há procedimento administrativo, inquérito policial ou ação judicial relacionada a qualquer desses cinco programas: PNAE 2004, PEJA 2004, PEJA 2005, PEJA 2006 e PNATE 2006;

3 - Oficie-se ao FNDE, questionando quanto às providências tomadas com relação aos programas em que a situação do município é de "INADIMPLÊNCIA" (PNAE 2004, PEJA 2004, PEJA 2005), e quais providências está tomando ou já tomou nos casos em que a situação é de "RETORNO DE DILIGÊNCIA" (PEJA 2006) e "EM DILIGÊNCIA" (PNATE 2006);

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 71, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000165/2006-03, instaurado para acompanhamento da aplicação por parte do município de Novo Repartimento dos recursos públicos federais;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000165/2006-03 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se os ofícios de fls. 601-603, dando cinco dias de prazo (por se tratar de reiteração), com AR-MP, mencionando a responsabilização nos termos da Lei 8.429 (de Improbidade Administrativa, e não lei complementar 75), artigo 11, II, em caso de nova falta injustificada;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 73, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000151/2007-62, instaurado para acompanhamento do funcionamento do Centro de Saúde Almir Gabriel;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000151/2007-62 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se ofício de fl. 416 (protocolado em 31/01/2011), dando cinco dias de prazo (por se tratar de reiteração), com entrega pelo motorista da PRM em mãos do Diretor Regional da SESPA em Altamira, contra recibo, mencionando a responsabilização nos termos da Lei 8.429 (de Improbidade Administrativa, e não lei complementar 75), artigo 11, II, em caso de nova falta injustificada;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 74, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000200/2004-24, instaurado para apurar irregularidades na execução do contrato de repasse 88.139-74/99, celebrado entre a CEF e a Prefeitura de Brasil Novo, com verbas orçamentárias do INCRA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000200/2004-24 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se os ofícios de fls. 340-341, dando cinco dias de prazo (por se tratar de reiteração), com AR-MP, mencionando a responsabilização nos termos da Lei 8.429 (de Improbidade Administrativa), artigo 11, II, em caso de nova falta injustificada;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 75, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000445/2006-11, instaurado para acompanhar o funcionamento do Hospital Regional da Transamazônica (originariamente, também contemplava o acompanhamento do Centro de Saúde Especial Mutirão, mas, como já há outro inquérito civil 1.23.003.000151/2007-62 para este nosocômio, restrinjo o objeto deste, para evitar apurações em duplicidade);

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000445/2006-11 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Encaminhe-se cópia da resposta de fls. 182-183 ao perito sanitarista do MPF, para que responda fundamentadamente sobre a sua suficiência ou não, bem como indique, se assim entender, novas diligências;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 78, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000224/2007-16, instaurado para acompanhar as prestações de contas alusivas aos repasses federais diretos por parte do FNDE ao município de Porto de Moz, especificamente com relação aos seguintes programas: PDDE 2009, PNATE 2006 e 2008, PEJA 2004, 2005 e 2006, BRALF 2006 e 2007, EJA 2002;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000224/2007-16 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Pesquise-se se já não há inquérito policial ou ação judicial relacionada a qualquer desses programas: PDDE 2009, PNATE 2006 e 2008, PEJA 2004, 2005 e 2006, BRALF 2006 e 2007, EJA 2002;

3 - Oficie-se ao FNDE, questionando:

(a) quais as providências tomadas com relação aos programas em que a situação do município é de "INADIMPLÊNCIA" (PEJA 2004, 2005 e 2006, e EJA 2002);

(b) quais providências está tomando ou já tomou nos casos em que a situação é de "RETORNO DE DILIGÊNCIA" (PNATE 2006) e "DOCUMENTOS COM PENDÊNCIA" (PDDE 2009 e PNATE 2008);

(c) qual a situação atual das tomadas de contas especiais instauradas (BRALF 2006 e 2007), juntando os documentos mais importantes;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 81, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000087/2009-81, que trata do acompanhamento dos IPLs que tramitam na DPF de Altamira referentes às irregularidades oriundas da malversação de verbas destinadas à SUDAM;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000087/2009-81 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Cumpra-se integralmente o despacho de fl. 184V, visto que o primeiro parágrafo ainda não o fora;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 258, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos Ministério da Saúde transferidos ao município de Terra Nova/BA, no exercício de 2002, através do convênio Nº 2592/2002, visando fortalecer o Sistema Único de Saúde - SUS, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.004.000180/2007-23) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 259, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Sistema Único de Saúde transferidos ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, localizado no município de Sapeaçu/BA, fatos noticiados no Relatório de Auditoria DENASUS Nº 287 realizado em 2002, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.000.000918/2004-40) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 260, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar suposto uso indevido de patrimônio público na ocupação pela Coelba de área pertencente ao DNER, no município de Serrinha/BA, a partir de 1996, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.000.000276/2005-60) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 262, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) transferidos ao município de Terra Nova/BA no exercício de 2004 , resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.000.000222/2005-02) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 264, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) transferidos ao município de Serra Preta/BA no exercício de 2004, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.000.000050/2005-69) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 265, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) transferidos ao município de Araci/BA nos exercícios de 2005 e 2006, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.004.000018/2006-24) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 266, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Ministério da Educação (FUNDEF, PDDE, PNATE e PNAE) transferidos ao município de Serrinha/BA no período de 2001 a 2004, fatos noticiados no Relatório de Fiscalização Nº 544/2005 da CGU decorrente do 17º Sorteio Público, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.004.000004/2006-19) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 279, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, destinados aos Programas PEJA, PDDE, PNATE e PNAE, transferidos ao município de Ichu/BA no período de 2001 a 2004, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.01.004.000356/2005-33) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 280, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE transferidos ao município de Maragogipe/BA no exercício de 2003, através do Convênio nº751175/2003, fatos noticiados no Acórdão Nº 2711/2009 (TC 008.581/2006-1) do TCU, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.004.000370/2009-11) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 282, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do FUNDEF transferidos ao município de Água Fria/BA nos exercícios de 2001 a 2004, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.14.000.000746/2004-12) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 152ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2011

Dia: 31 de março de 2011.
Hora: 9h.
Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º Andar, Sala s/n, Asa Sul, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente
a) Aprovação da ata da 151ª Sessão Ordinária
b) Comunicados e Proposições:
1 - Presidente do CSMPT
2 - Secretaria do CSMPT
3 - Conselheiros
4 - Corregedoria-Geral do MPT
2ª Parte - Ordem do dia
01 - Indicação da Comissão Eleitoral e Apuradora visando a eleição para preenchimento de vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público.
PROCESSO COM VISTA REGIMENTAL
02 - Processo Nº 08130.002776/2010
Assunto: Inquérito Administrativo
Advogado: João Pedro Ferraz dos Passos - OAB/DF 1.663-A.
Relatora: Conselheira Guiomar Rechia Gomes
Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos
Decisão anterior: Após o voto da Conselheira relatora no sentido de acolher a súmula de acusação e instaurar Processo Administrativo Disciplinar e o voto da Conselheira revisora, que a acompanhava, pediu vista regimental o Conselheiro José Neto da Silva. Fez sustentação oral, pelo indiciado, o advogado João Pedro Ferraz dos Passos. CSMPT, 155ª Sessão Extraordinária, em 07.12.2010.
Decisão: Prosseguindo, após o apregoamento, antecipou pedido de vista regimental o Conselheiro Luis Antônio Camargo de Melo, tendo na sequência, o Conselheiro José Neto da Silva devolvida a vista regimental com voto, o qual será proferido após devolução da nova vista deferida. Em seguida, anteciparam voto acompanhando a Conselheira relatora, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho, Maria Guiomar Sanches de Mendonça e Otavio Brito Lopes (Presidente). CSMPT, 151ª Sessão Ordinária, 24.02.2011.
I - PROCESSOS DESTA SESSÃO
03 - Processo Nº 08130.002768/2010
Origem: Corregedoria do MPT
Assunto: Inquérito Administrativo
Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.
Revisora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.
04 - Processo Nº 08130.004650/2010
Interessado: Maisa Gonçalves Ribeiro - Procuradora do Trabalho (PTM de Montes Claros 3ª Região).
Assunto: Desistência de pedido de afastamento (Assunto original: Requerimento de afastamento para elaboração de monografia referente a curso de pós-graduação em inteligência e segurança do Estado pela Fundação Escola Superior do MP/MG.
Relator: Conselheiro Rogério Rodrigues Fernandez Filho.
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho.
05 - Processo Nº 08130.000236/2011
Interessado: Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho
Assunto: Sugestão de edição de norma para que seja assegurado aos membros do MPT o recebimento de passagens e diárias para o fim de comparecer a atos realizados durante procedimento disciplinar, sempre que tal ato tiver que ocorrer fora do local de lotação do membro..
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Revisora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.
06 - Processo Nº 08130.001098/2010
Interessado: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Lista de antiguidade dos membros do MPT, apurada até 31.12.2010.
Relatora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho
07 - Processo Nº 08130.004718/2010
Interessado: Vera Regina Della Pozza Reis - Subprocuradora - Geral do Trabalho
Assunto: Solicita a regularização de distribuição de processos judiciais formalizada em setembro/2010.
Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Revisor: Conselheiro José Neto da Silva
08 - Processo Nº 08130.005193/2008
Interessado: Marcelo Freire Sampaio - Procurador do Trabalho
Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de tese de doutorado.
Relator: Conselheiro Edson Braz da Silva.
Revisor prevento: Conselheiro José Alves Pereira Filho.
Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

OTAVIO BRITO LOPES
Presidente do Conselho

PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 7, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n°000206.2009.03.007/2, instaurado em face de representação formulada por Ministério Público do Trabalho, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja Sindicato, Assistência Jurídica ,Cobrança de honorários, determina, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85 a instauração do Inquérito Civil nº000206.2009.03.007/2, contra: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E DE INFORMÁTICA, DE IPATINGA, BELO ORIENTE, IPABA E SANTANA DO PARAÍSO, CNPJ nº19.869.650.0001-04, localizada à Rua Fernando de Noronha, Nº 90, Areal, Ipatinga / MG, CEP Nº 35.160-225.

ADOLFO SILVA JACOB

PORTARIA Nº 8, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n° 000229.2009.03.007/6, instaurado em face de representação formulada pelo Sindicato dos Oficiais Marceneiros de Belo Horizonte e Região - SINDMAR, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento dos objetos, quais sejam EPI-Equipamentos de Proteção Individual (NR 06), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, INSS, Salário e Vale-Transporte, determina, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85 a instauração do Inquérito Civil Nº 000229.2009.03.007/6, contra Madeireira San Torre Ltda (Campoarte Madeiras), CNPJ. Nº 00.203.990/0001-65, localizada na Avenida Osório Sampaio, Nº 217, Caminho Novo, Itabira (MG), CEP. 35.901-190.

TÚLIO MOTA ALVARENGA

PORTARIA Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n° 000067.2010.03.007/9, instaurado em face de representação formulada por denunciante sigiloso, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja improbidade administrativa, determina, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85 a instauração do, Inquérito Civil Nº 000067.2010.03.007/9 contra o Município de Martins Soares, CNPJ. Nº 01.615.420/0001-45, com sede na Rua Thomaz Huebra Turibe, Nº 28, Martins Soares (MG), CEP. Nº 36.972-000.

TÚLIO MOTA ALVARENGA

PORTARIA Nº 33, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação Nº 000105.2011.03.006/9, instaurada em face de representação formulada pela Gerência Regional do Trabalho em Governador Valadares, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja PCMSO, PPRA, CTPS, fiscalização e jornada de trabalho, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85, determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000105.2011.03.006/9, contra a FARMÁCIA FREITAS LTDA, CNPJ 20.599.478/0001-97, localizado à Av. Minas Gerais, 440, Centro, Governador Valadares / MG - CEP 35010-150.

Determina-se, de início, a expedição de ofícios à GRTE/GV e intimação ao inquirido.

THAIS BORGES DA SILVA

PORTARIA Nº 67, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do INQUÉRITO CIVIL N° 000055.2010.03.003/9, instaurado em face de representação pela Procuradoria do Trabalho no Município de Varginha, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja,atividades e operações insalubres, CTPS e registro de empregados, estabilidade, FGTS, jornada de trabalho (períodos de repouso, intervalo intrajornada), vale-transporte, resolve, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85:

Aditar à Portaria Nº 0023, de 12 de fevereiro de 2011, acrescentando os temas, Horas extras (prorrogação), períodos de repouso (intervalo interjornada e repouso semanal remunerado).

SILVIA DOMINGUES BERNARDES ROSSI

PORTARIA Nº 68, DE 28 DE MARÇO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do INQUÉRITO CIVIL N° 000168.2010.03.003/6, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, irregularidades no meio ambiente de trabalho, falta de registro na CTPS e não recolhimento do FGTS, resolve, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85:

Aditar à Portaria Nº 109, de 30 de Junho de 2010, incluindo os seguintes objetos: não submeter o trabalhador a exame médico admissional, não fornecimento de EPI, falta de registro na CTPS e não recolhimento do FGTS

SILVIA DOMINGUES BERNARDES ROSSI

PORTARIA Nº 69, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação n.° 000117/2011, instaurada em face de representação formulada por Vara do Trabalho de Alfenas, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja fraude na relação de emprego (pagamentos não contabilizados), jornada de trabalho (horas excedentes, compensação de jornada), resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar n.º 75/1993 e art.8º, § 1º da Lei n.º 7.347/1985: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL N° 000117/2011, em face de CONSTRUTORA DHARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03117224000176, localizada à Estrada do Ipiranga, 3.000, IJACI / MG - 37205-000.

Determina-se, de início, intimar a representada para comparecer em audiência nesta Procuradoria e intimar a investigada para apresentar documentos.

HUDSON MACHADO GUIMARÃES

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 484, DE 25 DE MARÇO DE 2011

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

os termos da denúncia protocolizada sob o Nº 000166, noticiando a prática de assédio moral e perseguições a empregados na empresa Mobra Serviços de Vigilância Ltda., estabelecida na Rua Zulma Antunes Pereira, Nº 71, Bairro Itaí, Eldorado do Sul/RS;

que a prática denunciada, em tese, viola o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 3°, inciso IV, artigo 5° e artigo 7º, todos da Constituição Federal, bem como outros dispositivos legais;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar Nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação Nº 000062.2011.04.000/6;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

ALINE MARIA HOMRICH SCHNEIDER CONZATTI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 2ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal; 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993; 1º a 3º do Decreto-lei n.º 41/1996 e 19 da Resolução Normativa- PGJ n.º 90/2009; CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º, VII, b), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social; CONSIDERANDO o Relatório produzido pelo Setor de Inteligência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o qual noticia indícios de irregularidades na destinação de bens móveis recebidos em doação pelo GRUPO ASSISTENCIAL ELO PERDIDO; CONSIDERANDO que o prazo de tramitação do procedimento de investigação preliminar instaurado para apurar as irregularidades esgotou-se e ainda há outras diligências a serem produzidas, resolve CONVOLAR o Procedimento de Investigação Preliminar n.º 08190.022348/10-15 em INQUÉRITO CIVIL relativamente ao GRUPO ASSISTENCIAL ELO PERDIDO, com o fito de continuar a apuração das possíveis irregularidades, para tanto, determinando, de início: 1. Autuar, registrar e publicar esta Portaria; 2. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público; Após o cumprimentos destas providências, retornem os autos conclusos.

NELSON FARACO DE FREITAS

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 21, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, em cumprimento da Decisão nº 49/2011 do Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, expedida nos autos do Mandado de Segurança nº 13466-95.2011.4.01.3400, impetrado por RCC COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 10.433.687/0001-02, SUSPENDE OS EFEITOS da Portaria nº 45, de 22 de dezembro de 2010, do Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal, no tocante ao impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública e ao descredenciamento no SICAF, até decisão judicial em contrário.

WALTER RIBEIRO VALENTE JÚNIOR

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
EXPEDIENTE FORENSE
SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO
VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI

ATA DO SORTEIO DOS JURADOS

Às 13 horas e 30 minutos do dia 21 do mês de março do ano de dois mil e onze (21/03/2011), no Plenário do TRIBUNAL do JÚRI DE SÃO SEBASTIÃO-DF, onde se encontravam presentes o MM. Juiz de Direito Substituto, MM. Juiz de Direito Substituto, DR. FABRICIO CASTAGNA LUNARDI; e o Secretário de Audiências (Gilvan Sousa Ribeiro). Presente o representante do Ministério Público, DR. GERALDO MARIANO MACHADO ALVES DE MACEDO, Promotor de Justiça e da Defensoria Pública atuante neste Juízo, DRª. CAROLINA SANTOS PITANGA - OAB/DF 25277 do NPJ/UDF. Presente a servidora do Cartório da Vara Criminal e Tribunal do Júri, Patrícia Leal Teixeira. Ato contínuo, com as portas do Plenário do Júri abertas ao público, foi realizado o sorteio dos Jurados que irão compor os Conselhos de Sentença das Sessões no Plenário do Tribunal do Júri no mês de Abril de 2011. Conforme listas abaixo:

FORAM SORTEADOS OS SEGUINTES JURADOS NA RESPECTIVA ORDEM:

01) PEDRO NUNES SIQUEIRA (Técnico em telefonia);
02) MARIA ALVES DA SILVA (Serviços Gerais);
03) JESUÍNA DAMACENA DE SALES (Auxiliar de enfermagem);
04) EXPEDITO DO AMPARO CRUZ (Porteiro);
05) ANA MARIA BARBOSA CORDEIRO (Bióloga);
06) FRANCISCO EDUARDO DA CUNHA (Comerciante);
07) SEBASTIÃO CARLOS FIGUEIREDO DE MATOS (Servidor público federal);
08) LUCIANA BISPO DOS SANTOS (Dona de casa);
09) ROSINALDA MARIA DE CARVALHO (Serviços Gerais);
10) KARINA NERY LOPES (Funcionária pública);
11) NICOLAU FERNANDES DA ROSA (Serralheiro);
12) MÁRCIO FERREIRA DE OLIVEIRA (Servidor Público);
13) JEAN BARBOSA BRAÚNA (Agente de viagem);
14) PAULA CRISTINA SILVA DE ANDRADE (Serviços Gerais);
15) NARCEU DE ALMEIDA NETO (Administrador no SEBRAE);
16) JANAÍNA CAMARGO KRESCK (Cabeleireira);
17) LUCIANA DE MORAIS SANTOS (Estudante);
18) JÂNIO PAULA ROSA (Porteiro);
19) ANA CAROLINE DE ARAÚJO BERTÚLIO (Dona de casa);
20) GISLANE APARECIDA RODRIGUES FERREIRA (Serviços Gerais);
21) GERALDO BORGES XAVIER (Pedreiro);
22) ANTÔNIO JOSÉ SILVA LIMA (Técnico em contabilidade);
23) ANIVELTOM JOSÉ PERES (Serviços Gerais);
24) MANUEL MARIANO DE SOUSA (Serviços Gerais);
25) ALCEMIRO CARVALHO DE LA TORRE FILHO (Engenheiro).

JURADOS SUPLENTES NA SEGUINTE ORDEM:

01) JOSÉ EDUARDO MENESCAL (Serviços Gerais);
02) UDER ANTÔNIA LOPES PEDROSO DA SILVA (Técnico em enfermagem);
03) ÂNGELA MARIA SOARES (Agente de portaria);
04) ANÍSIA DA SILVA GOMES (Serviços Gerais);
05) PEDRINA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA (Servente de hospital);
06) ROQUE DOS SANTOS OLIVEIRA (Serviços Gerais);
07) NILSON NUNES DE PAULA (Motorista);
08) SANDRA REGINA ALMEIDA REIS DOS SANTOS (Dona de casa);
09) AMAZILDO REZENDE FIGUEIREDO (Vigilante);
10) RONIVON BATISTA DE OLIVEIRA (Porteiro).

CADASTRO RESERVA DE JURADOS NA SEGUINTE ORDEM:

1) SANDRA APARECIDA DA SILVA (Comerciante);
2) ÂNGELO BERTO FRANCISCO DA SILVA (Auxiliar de Serviços Gerais);
3) DELANE ALVES RIBEIRO (Manicure);
4) JOSÉ SERAFIM DE CARVALHO (Vendedor);
5) LEILA FERREIRA DA SILVA (Empregada doméstica);
6) ROBERTO CARLOS MARTINS FERREIRA (Paisagista);
7) MARIA MARTINS ROSA (Costureira);
8) EUSIRA PÊSSEGO DE SOUZA (Diarista);
9) GLAÚCIA OLIVEIRA MATOS (Estudante);
10) AILA SOARES SIQUEIRA (Cabeleireira).

São Sebastião-DF, 21 de março de 2011, às 14h10min
FABRÍCIO CASTAGNA LUNARDI
Juiz de Direito
Presidente do Tribunal do Júri
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 25 de março de 2011

Processo TRT Nº 1.147/2009.

Ratifico a inexigibilidade da licitação, com fulcro no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a prorrogação do prazo de vigência do Contrato TRT nº 6/2009, firmado com a Empresa SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS - SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.078.456/0001-25, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção de centrais telefônicas, no valor total de R$ 21.959,50 para o período de 17 de abril de 2011 a 16 de abril de 2012.

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 15.103, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Processo Administrativo Nº 524/2011. Nº Originário: s/Nº . Requerente: SILVANA LAURA DE SOUZA ANDRADE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal JALDO DE SOUZA SANTOS. Ementa: Contratação de advogado para defesa de dirigentes e ex-dirigentes do Conselho Federal de Farmácia nos autos do processo Nº 2004.34.00.03059-1, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Homologação da aprovação "ad referendum" da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia na contratação do advogado JUSCIMAR PINTO RIBEIRO - OAB/GO Nº 14.232 e não da advogada SILVANA LAURA DE SOUZA ANDRADE - OAB/DF Nº 33.627, conforme os termos da Ata Deliberativa Nº 12/11 da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia e especificações constantes em contrato de honorários advocatícios anexado aos autos. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR A APROVAÇÃO "AD REFERENDUM" DA DIRETORIA DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA EM CONTRATAR O ADVOGADO JUSCIMAR PINTO RIBEIRO - OAB/GO Nº 14.232, nos termos do voto do Relator e da decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 218, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei Nº . 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e a Resolução Nº . 181, de 25 de novembro de 1997, em que, o relatório, de forma clara e precisa, demonstra que absolutamente todos os atos administrativos emanados pela Comissão Eleitoral seguiram estritamente as normas eleitorais contidas na Resolução COFFITO Nº . 369/09, de 06 de novembro de 2009, e na lei de processos administrativos federais - Lei Federal Nº 9.784/99, aplicável subsidiariamente à espécie. O pleito eleitoral transcorreu dentro da normalidade, sem qualquer interseção, fato este devidamente comprovado pelas peças ora acostadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ressalte-se, ainda, que não houve qualquer interposição de recurso relacionado ao resultado do pleito eleitoral, reforçando a legalidade dos atos praticados pela Comissão Eleitoral do CREFITO-12. Os documentos apresentados pela chapa vencedora, cumprem, rigorosamente, os requisitos objetivos contidas nas normas do artigo 4º da resolução eleitoral. Nesse horizonte, os requisitos objetivos de elegibilidade e os procedimentais contidos na norma do artigo 38 da Resolução COFFITO 369/09 restaram cumpridos, motivo pelo qual, após

VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo administrativo que versam sobre a homologação das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região.

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos em sessão da 210ª Reunião Plenária Ordinária, nos termos da Resolução COFFITO Nº . 369, de 6 de novembro de 2009, em:

Acatar integralmente o voto do Eminente Conselheiro Relator, que acolheu o Parecer Jurídico proferido na própria sessão plenária e homologar, por unanimidade de votos, o resultado das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região - CREFITO-12.

QUORUM: Dr. Adamar Nunes Coelho Júnior; Dra. Elineth da Conceição da Silva Braga; Dra. Perla Cristiane Teles (Relatora), Dr. Wilen Heil e Silva, Dr. Roberto Mattar Cepeda (Presidente).

ELINETH DA CONCEIÇÃO DA SILVA BRAGA
Diretora-Secretária

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 219, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei Nº . 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e a Resolução Nº . 181, de 25 de novembro de 1997, em que, o relatório, de forma clara e precisa, demonstra que absolutamente todos os atos administrativos emanados pela Comissão Eleitoral seguiram estritamente as normas eleitorais contidas na Resolução COFFITO Nº . 369/09, de 06 de novembro de 2009, e na lei de processos administrativos federais - Lei Federal Nº 9.784/99, aplicável subsidiariamente à espécie. O pleito eleitoral transcorreu dentro da normalidade, sem qualquer interseção, fato este devidamente comprovado pelas peças ora acostadas.

Ressalte-se, ainda, que não houve qualquer interposição de recurso relacionado ao resultado do pleito eleitoral, reforçando a legalidade dos atos praticados pela Comissão Eleitoral do CREFITO-13. Os documentos apresentados pela chapa vencedora, cumprem, rigorosamente, os requisitos objetivos contidas nas normas do artigo 4º da resolução eleitoral. Nesse horizonte, os requisitos objetivos de elegibilidade e os procedimentais contidos na norma do artigo 38 da Resolução COFFITO 369/09 restaram cumpridos, motivo pelo qual, após

VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo administrativo que versam sobre a homologação das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região.

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos em sessão da 210ª Reunião Plenária Ordinária, nos termos da Resolução COFFITO Nº . 369, de 6 de novembro de 2009, em:

Acatar integralmente o voto do Eminente Conselheiro Relator, que acolheu o Parecer Jurídico proferido na própria sessão plenária e homologar, por unanimidade de votos, o resultado das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região - CREFITO-13.

QUORUM: Dr. Adamar Nunes Coelho Júnior; Dra. Elineth da Conceição da Silva Braga (Relatora); Dra. Perla Cristiane Teles, Dr. Wilen Heil e Silva, Dr. Roberto Mattar Cepeda (Presidente).

ELINETH DA CONCEIÇÃO DA SILVA BRAGA
Diretora-Secretária

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 28 DE MARÇO DE 2011

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0864-032/2007 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Processo Nº 449/2004). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e não acolher os Embargos Declaratórios, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 09 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) FREDERICO HENRIQUE DE MELO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8458-212/2008 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo Nº 4651-010/2002). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei Nº 3.268/57, por infração aos artigos 55, 63 e 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto divergente/vencedor do Conselheiro Gerson Zafalon Martins. Brasília, 12 de janeiro de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; GERSON ZAFALON MARTINS, Voto Divergente/Vencedor.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7095/2008 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância Nº 0153/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a Sentença Terminativa sem análise do mérito, extinguindo a pretensão punitiva dos recorridos, em decorrência da prescrição, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 09 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3264/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância Nº 60.422/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial Nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando, em relação à primeira apelada e ao segundo apelado, a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e mantendo, em relação aos terceiro e quarto apelados, a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3490/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância Nº 0248/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial Nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29, 56, 57 e 59 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 31, 32 e 34 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) JAILSON LUIZ TÓTOLA, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6333/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância Nº 146.469/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial Nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 47 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 23 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e, ainda, pela Abertura de Processo Ético-Profissional em desfavor dos Drs. O.J.N, V.P e S.S.B. para apurar indícios de infração ao artigo 47 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 23 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 21 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7900/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância Nº 0333/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial Nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
2ª CÂMARA

DESPACHOS

PROCESSO DE REVISÃO N. 2009.08.01829-05/SCA - Embargos de Declaração. Embte: F.A.P. (Adv. Elizeth Aparecida Zibordi OAB/SP 43524 e Celmo Márcio de Assis Pereira OAB/SP 61991) Embdo: Acórdão de fls. 79 a 81 da SCA do CFOAB e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). DESPACHO DO RELATOR NO PROTOCOLO N. 2011.09.01848-03 (fax)/2011.09.01902-01 (petição original): "Trata-se de embargos declaratórios novamente opostos pelo advogado F.A.P., repetindo, quase que 'ipsis litteris virgulisque', o texto anteriormente apresentado à decisão desta 2ª Câmara. Visualiza-se, portanto, nesse seu modo de proceder, o indisfarçável interesse em protelar, a mais não poder, a execução das decisões proferidas neste processo, não apenas perante a Seccional, como neste Conselho Federal. Diz o art. 138, § 3º, do Regulamento Geral, que "os embargos de declaração são dirigidos ao relator da decisão recorrida que lhes pode negar seguimento, fundamentadamente, se os tiver por manifestamente protelatórios, intempestivos ou carentes de pressupostos legais para a interposição". Já foi anteriormente decidido por esta Câmara a submissão de peças deste processo ao Conselho Seccional de origem, considerada a ocorrência do abuso do direito de recorrer, de tal modo que possa este analisar a possibilidade de tal conduta do Embargante estar a caracterizar prática de infração disciplinar consistente na insistente e ilimitada interposição de recursos. E, em caso afirmativo, instaurar o competente processo. Assim, autorizado pelo art. 138, § 3º, do Regulamento Geral, nego seguimento aos presentes embargos, ao tempo em que sugiro à Presidente da 2ª Câmara a imediata remessa dos autos à Seccional de origem. Brasília, 21 de março de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Conselheiro Federal Relator." DESPACHO DA PRESIDENTE DA SEGUNDA CÂMARA: "Considerando os termos do r. Despacho do Relator, proferido com o apoio do art. 138, § 3º, do Regulamento Geral, providencie-se, para os fins de direito, a imediata devolução dos autos à origem, independentemente da apresentação de novos recursos ou requerimentos, que, doravante, deverão ser encaminhados ao Conselho Seccional. Publique-se. Brasília, 21 de março de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente da Segunda Câmara."

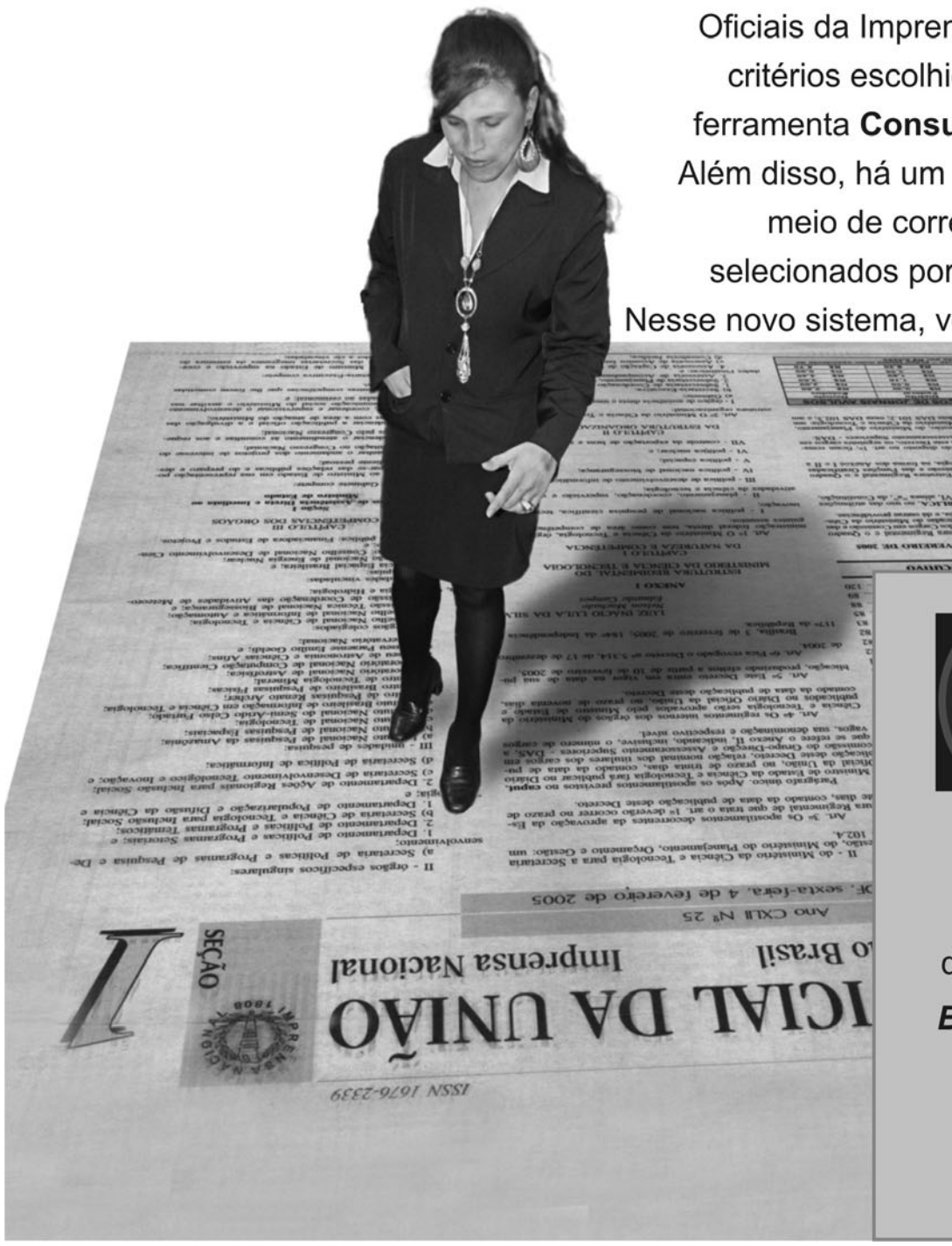
Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*.
Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Atualize, com freqüência, seu antivírus.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Encontrar a Informação oficial que você precisa está mais fácil

A Imprensa Nacional lançou um novo sistema de pesquisa e seleção de matérias em seus jornais oficiais na internet. É o ***IN Busca Total***. Com ele, você pesquisa todo o conteúdo publicado nos Jornais Oficiais da Imprensa Nacional, desde o ano de 2002, a partir de critérios escolhidos pelo usuário no momento da pesquisa, na ferramenta **Consulta Global**, com comandos rápidos e simples. Além disso, há um **Aviso de Publicação** emitido diariamente por meio de correio eletrônico com as indicações dos assuntos selecionados por você e publicados nos Diários Oficiais do dia. Nesse novo sistema, você encontra um universo de informação mais amplo e que permite localizar leis, decretos, portarias e todos os atos de seu interesse com muito mais rapidez.



IN Busca Total

IMPRENSA NACIONAL 1808

Acesse agora mesmo http://inbuscatotal.in.gov.br, conheça os detalhes do novo serviço e cadastre-se no ***IN Busca Total***. Ou se preferir, entre em contato com a central de atendimento pelo telefone 0800 7256787 e receba as orientações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

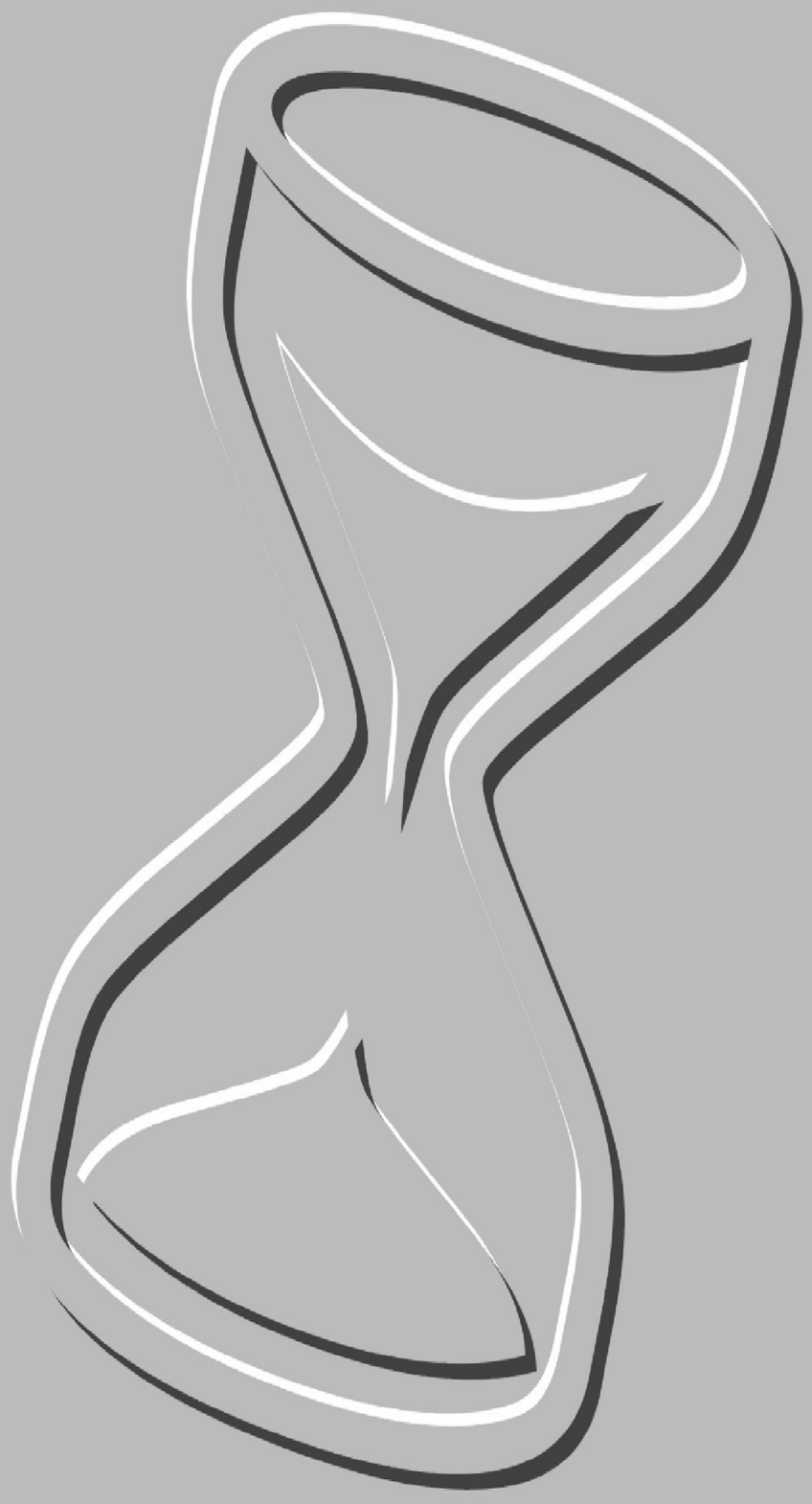
Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Uma viagem no tempo!

MUSEU DA IMPRENSA



Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.

VISITAÇÃO:
de segunda a sexta-feira,
das 8h às 17h;
SIG - Quadra 6 - Lote 800,
Brasília-DF.

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032900229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808


Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Imprensa Nacional
Credibilidade
Memória
Cidadania
Preservando
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
202 anos
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808
IMPRENSA NACIONAL
1808